ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 43

Brasília - DF, sexta-feira, 2 de março de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Senado Federal 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 12
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 13
Ministério da Cultura 14
Ministério da Defesa 18
Ministério da Educação 21
Ministério da Fazenda 23
Ministério da Justiça 57
Ministério da Pesca e Aquicultura 59
Ministério da Previdência Social 62
Ministério da Saúde 63
Ministério das Comunicações 81
Ministério de Minas e Energia 82
Ministério do Desenvolvimento Agrário 204
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 204
Ministério do Esporte 205
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 206
Ministério do Trabalho e Emprego 208
Ministério dos Transportes 209
Conselho Nacional do Ministério Público 209
Ministério Público da União 211
Tribunal de Contas da União 216
Poder Judiciário 257
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 267

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.220 (1)
ORIGEM : ADI - 42082 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : ALEXANDRE ISSA KIMURA

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por unanimidade, julgou prejudicada a ação direta relativamente ao item I do § 2º do art. 10, da Constituição do Estado de São Paulo. Em seguida, o Tribunal, também por votação unânime e nos termos do voto da Relatora, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 48 e do seu parágrafo único; da expressão "ou, nos crimes de responsabilidade, perante Tribunal Especial", contida no *caput* do art. 49; dos §§ 1º e 2º do citado artigo (49), e, no § 3º, do seu item 2; e do art. 50, todos da aludida Constituição estadual. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 16.11.2011.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. ARTS. 10, § 2º, ITEM 1; 48; 49, *CAPUT*, §§ 1º, 2º E 3º, ITEM 2; E 50. CRIME DE RESPONSABILIDADE. COMPETÊNCIA DA UNIÃO.

1. Pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quanto à prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade, por perda superveniente de objeto e de interesse de agir do Autor, quando sobrevém a revogação da norma questionada em sua constitucionalidade. Ação julgada prejudicada quanto ao art. 10, § 2º, item 1, da Constituição do Estado de São Paulo.

2. A definição das condutas típicas configuradoras do crime de responsabilidade e o estabelecimento de regras que disciplinem o processo e julgamento das agentes políticos federais, estaduais ou municipais envolvidos são da competência legislativa privativa da União e devem ser tratados em lei nacional especial (art. 85 da Constituição da República). Precedentes.

Ação julgada procedente quanto às normas do art. 48; da expressão "*ou nos crimes de responsabilidade, perante Tribunal Especial*" do *caput* do art. 49; dos §§ 1º, 2º e 3º, item 2, do art. 49 e do art. 50, todos da Constituição do Estado de São Paulo.

3. Ação julgada parcialmente prejudicada e na parte remanescente julgada procedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 87, DE 2012(*)

Aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de março de 2012.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) O Texto do Tratado acima citado está publicado no DSF de 04.10.2011.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2012

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 552,** de 1º de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União na mesma data, em Edição Extra, que "Altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 1º de março de 2012.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 6, DE 2012

Autoriza o Município do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinada a financiar parcialmente o "Programa de Urbanização de Assentamentos Populares - Proap - Etapa III".

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município do Rio de Janeiro autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o "Programa de Urbanização de Assentamentos Populares - Proap - Etapa III".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Município do Rio de Janeiro;

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal;

V - modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na **Libor**;

VI - prazo de desembolso: 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses, contado da vigência do contrato;

VII - amortização: parcelas semestrais, consecutivas e, sempre que possível, iguais, vencendo a primeira 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses após a data de vigência do contrato e a última, até 25 (vinte e cinco) anos após essa data, a serem pagas em 15 de abril e em 15 de outubro de cada ano;

VIII - juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta:

a) pela taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano;

b) mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário baseado na **Libor**;

c) mais a margem (**spread**) para empréstimos do capital ordinário;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IX - comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

X - despesas com inspeção e supervisão geral: atualmente, o BID não cobra despesas com manutenção e supervisão; se essa política for revista, o valor cobrado em um semestre determinado não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É facultado ao mutuário, com consentimento por escrito do fiador, desde que respeitados os termos e condições estabelecidos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão da taxa de juros aplicável ao montante total ou parcial do empréstimo, de flutuante, baseada na **Libor**, para fixa, e vice-versa, em montantes mínimos e prazos definidos no contrato de empréstimo.

§ 3º Para o exercício das opções referidas no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município do Rio de Janeiro na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Município do Rio de Janeiro celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, em conformidade com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município do Rio de Janeiro quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, com a redação dada pela Resolução nº 41, de 2009, ambas do Senado Federal, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de março de 2012.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 7, DE 2012

Autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Amazonas autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim III)".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Estado do Amazonas;

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de dólares norte-americanos);

V - modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na **Libor**;

VI - prazo de desembolso: 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato;

VII - amortização: em parcelas semestrais, sucessivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas em 30 de julho e em 30 de janeiro de cada ano, vencendo a primeira depois de transcorridos 5 (cinco) anos e a última, antes de transcorridos 25 (vinte e cinco) anos, ambos contados da data de assinatura do contrato;

VIII - juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na Libor, mais a margem (spread) para empréstimos do capital ordinário;

IX - comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

X - despesas com inspeção e supervisão geral: em um semestre determinado, o valor devido não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos, sendo que, durante o período de desembolsos, o Banco não cobrará montante para atender a essas despesas.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do fiador, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão para uma taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na **Libor**, e uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do empréstimo calculados a uma taxa de juros fixa para taxa de juros baseada na Libor.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o recebimento de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Amazonas na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Estado do Amazonas celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4° do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Amazonas quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de março de 2012.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.684, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados, firmado em Berlim, em 1º de junho de 2005.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha celebraram, em Berlim, em 1º de junho de 2005, um Acordo sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 349, de 23 de dezembro de 2008;

Considerando que o Acordo entrou em vigor no plano jurídico externo, para a República Federativa do Brasil em 12 de fevereiro de 2009, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo 6;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados, firmado em Berlim, em 1º de junho de 2005, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio de Aguiar Patriota

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE O ESTATUTO DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS E SEUS TÉCNICOS ENVIADOS

O Governo da República Federativa do Brasil
e
o Governo da República Federal da Alemanha,
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Convencidos de que a cooperação cultural contribuirá significativamente para o entendimento entre os dois povos,

Interessados em promover e facilitar ainda mais a cooperação cultural entre ambos os países, com base na reciprocidade, e

Com referência ao Acordo Cultural celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha em 9 de junho de 1969,

Acordaram em regular da forma que segue o estatuto jurídico das instituições culturais e de seus técnicos enviados para trabalhar no âmbito de programas de cooperação cultural no território de cada uma das Partes Contratantes.

ARTIGO 1

1. As disposições do presente Acordo aplicam-se às instituições culturais financiadas por recursos públicos de uma Parte Contratante no território da respectiva outra Parte Contratante, bem como aos seus técnicos enviados para trabalhar no âmbito de programas de cooperação cultural. Instituições culturais nos termos do presente Acordo são institutos culturais, centros culturais ou outras instituições de intercâmbio acadêmico, instituições de ensino superior, escolas de ensino geral e profissionalizante, estabelecimentos de formação e aperfeiçoamento de professores, de educação de adultos, de formação e reciclagem profissionais, bibliotecas e salas de leitura.

2. Equiparam-se aos técnicos enviados nos termos do presente Acordo os técnicos designados em missão oficial pelas Partes Contratantes no âmbito da cooperação cultural entre ambos os países nas áreas cultural, acadêmica, pedagógica ou desportiva, desde que inexistam regulamentações específicas em outros Acordos das Partes Contratantes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ARTIGO 2

1. Os respectivos órgãos competentes das Partes Contratantes concederão, a título gratuito, aos técnicos titulares da nacionalidade do país que os enviar e aos seus familiares que com eles residam, a requerimento dos mesmos, um visto de permanência no âmbito das respectiva disposições legais e administrativas em vigor. Tal visto compreenderá o direito a repetidas entradas e saídas do país anfitrião no âmbito de sua vigência. Ele será concedido, nos termos da respectiva legislação nacional, sendo possível sua prorrogação no país anfitrião, enquanto continuarem preenchidos os requisitos para sua concessão. Antes da saída do país de origem, deverá ser obtido o visto apropriado junto a uma representação diplomática ou consular do país anfitrião.

2. Aos mencionados técnicos enviados será concedida, através do visto de permanência, a autorização para exercerem atividades nas instituições culturais.

ARTIGO 3

1. Baseadas no princípio da reciprocidade, as Partes Contratantes concederão às instituições culturais isenção de impostos de importação e reexportação de equipamentos e bens necessários para suas atividades ou destinados a exposições (por exemplo, aparelhos técnicos, material de divulgação, móveis, filmes expostos, material didático, revistas, instrumentos musicais, meios audiovisuais, material visual e de som), bem como veículos automotores para as atividades das instituições culturais. Os bens importados com isenção de impostos só poderão ser alienados no país anfitrião, a título oneroso ou gratuito, depois de pagos os respectivos encargos ou depois de cumpridas as disposições vigentes no país anfitrião para a alienação desses bens.

2. As Partes Contratantes concederão aos técnicos enviados e seus familiares isenção de impostos de importação e reexportação de bens de sua mudança (veículos automotores inclusos), contanto que estes tenham sido usados no mínimo seis meses antes da mudança e importados no país anfitrião dentro dos prazos nele vigentes após a constituição de residência regular no mesmo. Bens de mudança importados com isenção de impostos somente poderão ser alienados no país anfitrião, a título oneroso ou gratuito, depois de pagos os respectivos encargos ou cumpridas outras disposições vigentes no mesmo.

ARTIGO 4

As Partes Contratantes prestarão a assistência necessária à matrícula e licenciamento dos veículos automotores das instituições culturais mencionadas no Artigo 3 e técnicos mencionados no Artigo 1.

ARTIGO 5

O tratamento tributário dos salários e outros proventos dos técnicos enviados reger-se-á pelos acordos de bitributação vigentes entre as Partes Contratantes no tocante a impostos sobre a renda e patrimônio, bem como pelas leis e outras normas em vigor.

ARTIGO 6

1. O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data em que as Partes Contratantes tenham notificado uma à outra, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos da legislação nacional para a sua entrada em vigor, sendo determinante a data da entrada da última notificação.

2. A vigência do Acordo será idêntica à do Acordo Cultural celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha em 9 de junho de 1969.

Feito em Berlim a 1º de junho de 2005, em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, fazendo ambos os textos igualmente fé.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS
Embaixador

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA
ROLF-DIETER SCHNELLE
Vice-Diretor do Departamento Cultural
do Ministério dos Negócios Estrangeiros

DECRETO Nº 7.685, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, firmado em Brasília, em 14 de maio de 2008.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha celebraram, em Brasília, em 14 de maio de 2008, um Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 996, de 22 de dezembro de 2009;

Considerando que o Acordo entrou em vigor, no plano jurídico externo, para a República Federativa do Brasil, em 30 de dezembro de 2009, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo 9;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, firmado em Brasília, em 14 de maio de 2008, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 1º de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio de Aguiar Patriota

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE COOPERAÇÃO NO SETOR DE ENERGIA COM FOCO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha
(doravante denominados "Partes"),

Conscientes da demanda crescente por energia e dos seus preços ascendentes, bem como do indiscutível aquecimento do sistema climático, conforme indicado no Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, que requer ação intensificada para reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa, em conformidade com o regime internacional de mudança do clima no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seu Protocolo de Quioto, e do Plano de Ação de Bali;

Considerando a necessidade de assegurar oferta e uso seguros e sustentáveis de energia;

Conscientes da necessidade de cooperação em processos de geração de energia e em eficiência energética que reduzam a emissão de poluentes e gases de efeito estufa na atmosfera e assegurem desenvolvimento sustentável;

Com o objetivo comum de cooperação para aperfeiçoar e desenvolver uma infra-estrutura de energia sustentável por meio de eficiência energética e medidas de economia de energia, assim como uma utilização maior de energias renováveis;

Avaliando o interesse comum na cooperação bilateral com vistas ao desenvolvimento de tecnologias, particularmente no campo da eficiência energética e das energias renováveis e na sua disseminação;

Cientes dos mútuos benefícios econômicos e ambientais oriundos do intercâmbio científico, tecnológico, industrial e comercial no setor de eficiência energética e em energias renováveis;

Levando em consideração o interesse mútuo em aprofundar a parceria no setor de energia, como estipulado no plano de ação sancionado pelos governos do Brasil e da Alemanha em fevereiro de 2002; e

Considerando o Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado entre as partes em 17 de setembro de 1996, assim como o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico firmado entre as partes em 20 de março de 1996,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

O Acordo terá como objetivo principal melhorar e desenvolver uma infra-estrutura de energia sustentável para assegurar a oferta e o uso seguros e sustentáveis de energia, sobretudo por meio de medidas de eficiência energética e economia de energia e pela ampliação do uso de energias renováveis. Para alcançar esse objetivo, bem como para contribuir para o desenvolvimento sustentável, as Partes envidarão esforços para promover e estimular o diálogo de políticas, o intercâmbio científico e tecnológico e a participação do setor privado nas iniciativas desenvolvidas no âmbito deste Acordo.

Artigo 2

As Partes concordam em reunir-se para discutir formas de intensificar a cooperação bilateral e avaliar os resultados correspondentes nos termos deste Acordo, se conveniente em conjunto com a Comissão Mista Brasil-Alemanha.

Artigo 3

As áreas relacionadas a seguir são consideradas adequadas para cooperação bilateral no âmbito deste Acordo:

1. Energias renováveis.

A produção e o uso sustentáveis de fontes renováveis de energia como:

Hidroeletricidade;
Eólica;
Solar;
Biomassa;
Resíduos sólidos;
Geotérmica;
Oceânica; e
Biocombustíveis.

2. Eficiência energética.

Todas as formas de conservação e uso racional de energia, como:

- desenvolvimentos em geração, transmissão e distribuição de eletricidade;

- confiabilidade e segurança do sistema elétrico;

- produção combinada de calor e eletricidade;

- procedimentos e medidas voltados para edifícios, sistemas de transporte, dispositivos e outros equipamentos, e processos industriais;

- mensuração de energia, procedimentos de auditoria e verificação;

- melhores práticas de avaliação da eficácia das políticas e medidas de eficiência energética.

3. Tecnologias inovadoras de propulsão e geração.

4. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo: estimular o desenvolvimento e a implementação de atividades de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto com a participação de representantes do setor de energia de ambos os países.

5. As melhores tecnologias disponíveis empregadas na exploração, na explotação e no uso sustentáveis de petróleo, carvão e gás.

Artigo 4

1. As Partes trocarão informações e experiências nas áreas de cooperação determinadas no artigo 3, inclusive modelos de financiamento fiscal, metrologia, padronização, regulamentos técnicos, procedimentos de verificação de conformidade, disseminação de melhores práticas, desenvolvimento industrial, e demais aspectos sociais e ambientais relacionados.

2. Com o objetivo de aprofundar a cooperação nas áreas indicadas no artigo 3, as Partes criarão Grupos de Trabalho específicos. O primeiro destes Grupos será sobre biocombustíveis, visando à troca de informações sobre temas de comércio, padronização, certificação ambiental e social, e produção e uso de biocombustíveis com base nos três pilares do desenvolvimento sustentável: ambiental, econômico e social.

3. As Partes concordam, ainda, em promover a troca de informações nas áreas relativas a acesso a mercados e barreiras comerciais, de modo a facilitar o comércio internacional.

4. O intercâmbio de "know-how" será promovido por meio de consultas em nível governamental e da participação em seminários bilaterais e "workshops", além de feiras comerciais e exposições. As Partes apoiarão o intercâmbio de cientistas e especialistas, além do uso mais amplo de painéis conjuntos, já existentes, com o setor privado.

5. As Partes deverão, quando apropriado, atuar conjuntamente no que diz respeito à pesquisa e ao desenvolvimento dos setores indicados no artigo 3.

6. As Partes concordam em trocar informação sobre suas posições nos foros internacionais relacionados às áreas listadas no artigo 3.

Artigo 5

1. De acordo com a legislação nacional e com acordos internacionais em vigor nos dois Países, as Partes respeitarão os direitos de propriedade intelectual elaborados ou existentes no âmbito da implementação deste Acordo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. De maneira consistente com o primeiro parágrafo deste artigo, as entidades em cooperação deverão acordar, previamente, os termos de direitos de propriedade intelectual aplicados ou desenvolvidos no âmbito Acordo, relacionados, entre outros, à aquisição de propriedade, manutenção, uso e explotação comercial destes direitos de propriedade intelectual, bem como confidencialidade da informação cuja publicação e/ou disseminação possa comprometer a aquisição de direitos de propriedade intelectual.

Artigo 6

As Partes referir-se-ão aos mecanismos já existentes de financiamento da cooperação nas áreas de energias renováveis e eficiência energética.

Artigo 7

1. Em conformidade com as provisões orçamentárias de cada uma das Partes, as despesas relacionadas às atividades no âmbito deste Acordo estarão sujeitas à disponibilidade de fundos apropriados.

2. As despesas relacionadas a custos de viagens, especialmente passagens aéreas e diárias, oriundas das atividades conduzidas no âmbito deste Acordo, serão pagas respectivamente por cada uma das Partes.

3. As despesas relacionadas a projetos, assistência, consultoria, entre outros, serão pagas pela Parte que os tiver demandado, salvo decisão contrária das Partes.

Artigo 8

Qualquer disputa referente à interpretação ou à aplicação deste Acordo será resolvida pelas Partes por meios diplomáticos.

Artigo 9

1. Este Acordo entrará em vigor quando os procedimentos legais de ambas as Partes forem concluídos e forem trocadas as respectivas Notas diplomáticas.

2. Este Acordo permanecerá válido por quinze anos, a contar do dia de entrada em vigor, e será automaticamente renovado por períodos de cinco anos, desde que não seja denunciado por uma das Partes com pelo menos doze meses de antecedência à data de expiração.

Feito em Brasília, em de 14 de maio de 2008, nos idiomas português, alemão e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de interpretações divergentes dos textos em português e em alemão, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Samuel Pinheiro Guimarães
Ministro de Estado, interino,
das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA

Dagmar Wöhrl
Secretária de Estado

Prout Von Kunow
Embaixador

DECRETO Nº 7.686, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Promulga o Acordo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Programa de Crédito Energias Renováveis" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha firmaram, em Brasília, em 14 de maio de 2008, o Acordo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Programa de Crédito Energias Renováveis";

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo, por meio do Decreto Legislativo nº 2, de 1º de janeiro de 2011;

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 18 de janeiro de 2011, nos termos do seu Artigo 5º;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Programa de Crédito Energias Renováveis" firmado a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, em Brasília, em 14 de maio de 2008, apenso por cópia a este Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio de Aguiar Patriota

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA O PROJETO "PROGRAMA DE CRÉDITO ENERGIAS RENOVÁVEIS"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha,

Considerando o espírito das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha;

Desejosos de consolidar e intensificar tais relações amistosas, mediante uma Cooperação Financeira em espírito de parceria;

Conscientes de que a manutenção destas relações constitui o fundamento do presente Acordo;

No intuito de contribuir para o desenvolvimento social e econômico na República Federativa do Brasil; e

Considerando a Ata das Consultas Intergovernamentais de 4 de setembro de 2006, a Ata das Negociações Intergovernamentais de 23 de novembro de 2007 e a Nota de Alocação da Embaixada da República Federal da Alemanha ao Governo da República Federativa do Brasil (Nota Verbal N° WZ 444/U/ÚR 565 2006), de 6 de dezembro de 2006,

Acordam o seguinte:

Artigo 1º

1. O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Federativa do Brasil ou a um outro beneficiário, a ser escolhido conjuntamente por ambos os Governos, obter para o projeto "Programa de Crédito Energias Renováveis" um empréstimo do Kreditanstalt für Wiederaufbau (doravante denominado "KfW") a taxas de juro reduzidas, concedido no âmbito da cooperação oficial para o desenvolvimento, no montante de até 52.000.000 EUR (cinqüenta e dois milhões de euros), se: esse projeto, depois de examinado por ambas as partes, for considerado apto para promoção em termos de política de desenvolvimento e o Governo da República Federativa do Brasil conceder uma garantia do Estado, a não ser que ele próprio seja o beneficiário. O projeto não poderá ser substituído por outros projetos.

2. O presente Acordo será aplicado, igualmente, se o Governo da República Federal da Alemanha posteriormente possibilitar ao Governo da República Federativa do Brasil obter do KfW novos empréstimos ou contribuições financeiras não reembolsáveis para a preparação do projeto especificado no parágrafo 1º ou novas contribuições financeiras não reembolsáveis para medidas complementares necessárias à execução e ao acompanhamento do projeto especificado no parágrafo 1.

Artigo 2º

1. A utilização do montante especificado no Artigo 1º, as condições da sua concessão, bem como o procedimento de adjudicação, serão estabelecidos pelos contratos a serem celebrados entre o KfW e os beneficiários dos empréstimos. Tais contratos ficarão sujeitos às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

2. O Governo da República Federativa do Brasil, desde que não seja ele próprio o beneficiário do empréstimo, garantirá ao KfW todos os pagamentos em euros a serem efetuados em cumprimento dos compromissos dos beneficiários, decorrentes dos contratos a serem celebrados nos termos do parágrafo 1 do presente Artigo.

Artigo 3º

O KfW não arcará com o pagamento de tributos, encargos e emolumentos públicos cobrados na República Federativa do Brasil com relação à celebração e execução dos contratos mencionados no Artigo 2º, parágrafo 1º.

Artigo 4º

O Governo da República Federativa do Brasil, no que diz respeito ao transporte de pessoas e bens, por via marítima, terrestre e aérea, decorrente da concessão dos empréstimos, deixará ao livre critério dos passageiros e fornecedores a escolha das empresas de transporte, não tomará quaisquer medidas que excluam ou dificultem a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com sede na República Federal da Alemanha e outorgará, depois de preenchidos os requisitos legais necessários, as autorizações para a participação das mesmas.

Artigo 5º

O presente Acordo entrará em vigor na data em que o Governo da República Federal da Alemanha receber a comunicação do Governo da República Federativa do Brasil de que estão preenchidos os requisitos legais internos para a sua vigência, sendo, para tal efeito, decisiva a data da entrada dessa notificação.

Feito em Brasília, em 14 de maio de 2008, em dois originais, nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Samuel Pinheiro Guimarães
Ministro de Estado, interino,
das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA

Prout Von Kunow
Embaixador

DECRETO Nº 7.687, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, firmado em Brasília, em 6 de novembro de 2008.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha celebraram, em Brasília, em 6 de novembro de 2008, um Acordo sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 995, de 22 de dezembro de 2009;

Considerando que o Acordo entrou em vigor no plano jurídico externo, para a República Federativa do Brasil em 29 de janeiro de 2010, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo 10;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, firmado em Brasília, em 6 de novembro de 2008, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Antonio de Aguiar Patriota

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE PARCERIA E COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha
(doravante denominadas "Partes Contratantes"),

Desejando fortalecer e aprofundar cada vez mais a cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assim como promover o bem-estar social e a segurança pública em ambos os Estados;

Guiados pelo objetivo de proteger os cidadãos dos seus Estados e outras pessoas em seu território nacional contra as ações do crime organizado transnacional e outras modalidades criminosas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Convencidos da importância da cooperação internacional na prevenção e repressão da violência e da criminalidade;

Desejosos de ampliar a eficácia da cooperação operacional, científica e técnica entre suas instituições encarregadas da segurança pública;

Guiados pelos princípios da igualdade de direitos, da reciprocidade e do benefício mútuo;

Respeitosos dos instrumentos internacionais em vigor, a saber, a Convenção Única sobre Entorpecentes, de 30 de março de 1961; a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971; a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 20 de dezembro de 1988; a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo), de 15 de novembro de 2000, e seus Protocolos Adicionais; e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida), de 3 de outubro de 2003;

Acordam o seguinte:

Artigo 1

O objeto do presente Acordo consiste na melhoria da cooperação bilateral na área da segurança pública, especialmente no que se refere à execução de projetos técnicos e operacionais atinentes, assim como à área de combate à criminalidade.

Artigo 2

1. Objetivando a execução do presente Acordo, as Partes Contratantes designam como instituições executoras, no âmbito de suas respectivas áreas de competência, do lado brasileiro, o Ministério da Justiça, e, do lado alemão, o Ministério Federal do Interior *(Bundesministerium des Innern).*

2. As Partes Contratantes notificarão pela via diplomática eventuais alterações de competências ou denominações das instituições executoras do presente Acordo.

Artigo 3

1. Na área referente a projetos, as Partes Contratantes aspiram a uma estreita cooperação técnica e operacional, com vistas à modernização das instituições brasileiras de segurança pública e ao combate à criminalidade.

2. As modalidades de execução de projetos serão definidas pelas Partes Contratantes por meio de acordos específicos ou ajustes complementares, negociados pela via diplomática.

Artigo 4

1. No âmbito da prevenção e do combate a crimes transnacionais, as Partes Contratantes cooperarão em conformidade com seu respectivo direito interno, propondo-se especialmente a:

i. trocar informações sobre tais crimes, grupos criminosos, suas estruturas, vínculos, funcionamento, métodos de atuação, circunstâncias dos crimes perpetrados, assim como acerca das disposições legais infringidas e das medidas tomadas, conforme necessário para a prevenção e a repressão daqueles delitos;

ii. executar, a pedido de uma das Partes Contratantes e de acordo com o consentimento da Parte requerida, medidas de ordem policial previstas em seu ordenamento jurídico nacional;

iii. adotar medidas conjuntas para a prevenção e a repressão relacionadas ao consumo, à produção e tráfico ilícitos de entorpecentes e ao desvio de precursores químicos;

iv. intercambiar experiências relativas ao controle e à fiscalização do uso indevido de substâncias controladas, bem como à fabricação, transporte e comercialização de precursores químicos de entorpecentes;

v. estabelecer, quando necessário e conveniente, adidâncias policiais;

vi. disponibilizar, mutuamente, amostras de objetos e substâncias, oriundos de crimes, ou que foram utilizados ou possam ser utilizados para o seu cometimento;

vii. na medida do possível, enviar especialistas para fins de treinamento e de intercâmbio de conhecimentos profissionais sobre os meios, métodos e técnicas modernas de luta contra o crime organizado transnacional;

viii. trocar informações sobre resultados de pesquisas em matéria de criminalística e criminologia, bem como sobre práticas de inquérito, métodos e meios de prevenção e combate ao crime organizado transnacional;

ix. adotar medidas conjuntas para a prevenção e repressão relacionadas ao tráfico ilícito de armas, munições, acessórios e artefatos explosivos;

x. adotar medidas conjuntas para a prevenção e a repressão aos crimes contra os direitos humanos, principalmente no que diz respeito ao tráfico de seres humanos, tortura, racismo, trabalho escravo, pedofilia pela internet, prostituição infantil e turismo sexual.

2. O presente Acordo não afetará a execução de instrumentos bilaterais já existentes ou que venham a ser celebrados pelas Partes Contratantes, em matéria de extradição e prestação de assistência jurídica mútua.

3. A implementação do presente Acordo nessa matéria poderá ser feita por meio de Ajustes Complementares negociados pela via diplomática.

Artigo 5

Quando necessário, as Partes Contratantes realizarão consultas para avaliar a execução do presente Acordo. As consultas serão propostas pelos canais diplomáticos e servirão para elaborar programas e agendas de trabalho, identificar eventuais dificuldades para o bom andamento da cooperação e examinar a conveniência da complementação ou modificação do Acordo. Para tanto, as Partes Contratantes poderão instituir grupos de trabalho.

Artigo 6

1. Se uma das Partes Contratantes, ao receber solicitação formulada no âmbito do presente Acordo, considerar que sua aceitação poderá atentar contra a segurança, a ordem pública ou outros interesses essenciais do país, poderá recusar, integral ou parcialmente, o cumprimento do requerimento, ou vinculá-lo a condições ou pré-requisitos.

2. Na hipótese de recusa, os motivos serão comunicados por escrito pela Parte Requerida à Parte Requerente, respeitados os dispositivos das respectivas legislações nacionais.

Artigo 7

1. O presente Acordo não afetará o intercâmbio de dados pessoais.

2. Cada uma das Partes Contratantes garantirá à outra o tratamento confidencial das informações assim consideradas pela outra Parte, conforme as disposições do ordenamento jurídico interno dessa última.

3. As amostras e informações técnicas transmitidas por uma Parte Contratante à outra não poderão ser repassadas a um terceiro país sem a concordância da Parte Contratante que as forneceu.

Artigo 8

1. A cooperação no âmbito do presente Acordo efetuar-se-á nos idiomas alemão, português ou inglês.

2. Pedidos de informações ou requerimentos para a execução de medidas, baseados no presente Acordo, serão transmitidos na forma escrita diretamente pelos órgãos competentes referidos no Artigo 2. Em casos urgentes, o requerimento poderá igualmente ser transmitido verbalmente, devendo, no entanto, ser confirmado por escrito logo em seguida.

3. O lado requerido arcará com os custos referentes ao cumprimento de um requerimento, excetuando-se os custos de viagem para representantes do lado requerente.

Artigo 9

O presente Acordo não afetará os direitos ou obrigações decorrentes de instrumentos bilaterais ou multilaterais celebrados pelas Partes Contratantes.

Artigo 10

1. O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após o dia em que as Partes Contratantes terão notificado, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos internos necessários para sua vigência. Sera considerado o dia da recepção da última notificação.

2. O presente Acordo terá vigência indeterminada, podendo ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes mediante notificação por via diplomática. A denúncia terá efeito três meses após o recebimento da notificação correspondente pela outra Parte Contratante.

Feito em Brasília, em 6 de novembro de 2008, em dois originais, nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
Tarso Genro Ministro da Justiça	Prot von Kunow Embaixador

DECRETO DE 1º DE MARÇO DE 2012

Institui a Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, de composição tripartite e paritária, com o objetivo de divulgar o compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na indústria da construção, bem como acompanhar e avaliar o seu cumprimento.

Art. 2º São atribuições da Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção:

I - divulgar o compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na indústria da construção;

II - estimular a adesão de empresas do setor ao compromisso nacional;

III - definir os procedimentos para o acompanhamento e avaliação da implementação do compromisso nacional e de seus resultados, inclusive mediante a formulação e a mensuração de indicadores de desempenho;

IV - acompanhar e avaliar o cumprimento do compromisso nacional pelas empresas aderentes;

V - receber a manifestação formal de adesão ao compromisso nacional e divulgar periodicamente a lista atualizada de empresas aderentes;

VI - debater e propor a revisão, os resultados e a vigência do compromisso nacional; e

VII - elaborar seu regimento interno e as demais normas de organização necessárias à implementação do compromisso nacional.

Art. 3º A Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção terá a seguinte composição:

I - dez representantes do Poder Executivo federal;

II - dez representantes de entidades da indústria da construção; e

III - dez representantes de centrais sindicais e entidades nacionais de trabalhadores do setor da construção.

§ 1º A Mesa Nacional de que trata o **caput** será coordenada, em conjunto, pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º Cada membro titular indicado por força dos incisos I, II e III do **caput** terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos eventuais.

§ 3º Ato conjunto do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego indicará os órgãos do Poder Executivo federal que serão representados na Mesa Nacional de que trata o **caput.**

§ 4º Os representantes dos órgãos do Poder Executivo federal de que trata o inciso I do **caput** serão indicados por seus dirigentes máximos e designados por ato conjunto do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

§ 5º Os representantes das entidades referidas nos incisos II e III do **caput** serão indicados pelos responsáveis legais das respectivas entidades e designados por ato conjunto do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

§ 6º Poderão participar das reuniões da Mesa Nacional, a convite de seu coordenador e sem direito a voto, representantes de outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, de instituições de cooperação internacional, pessoas físicas e representantes de pessoas jurídicas que, por sua experiência pessoal ou institucional, possam contribuir para os trabalhos da Mesa Nacional.

§ 7º Poderão ser instituídos grupos de trabalho para estudos ou tratamento de assuntos correlatos ao objetivo da Mesa Nacional de que trata o art. 1º.

§ 8º As decisões da Mesa Nacional serão tomadas sempre por consenso entre os membros presentes.

Art. 4º O apoio administrativo ao funcionamento das atividades da Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção e dos grupos de trabalho será provido pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. As despesas decorrentes da participação de representantes na Mesa Nacional, inclusive de deslocamento e hospedagem, serão custeadas pelos respectivos órgãos e entidades que os indicaram.

Art. 5º A participação nas atividades da Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção e de seus grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Gilberto Carvalho
Paulo Roberto dos Santos Pinto

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nºs 65 e 66, de 1º de março de 2012. Comunica à Câmara dos Deputados ao Senado Federal, respectivamente, que se ausentará do País no período de 3 a 7 de março de 2012, para realizar visita oficial à Alemanha.

Nº 67, de 1º de março de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 28, de 2010 (nº 774/07 na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Justiça, do Trabalho e Emprego e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao Projeto de Lei, pelas seguintes razões:

"A criação ou extinção de entidades da Administração Indireta é matéria cuja iniciativa é reservada ao Presidente da República, conforme estabelece o art. 61, § 1º, II, 'e', da Constituição.

Em virtude do vício de iniciativa que acomete os dispositivos que transformam os conselhos em entidades de direito público, estes seguem sendo entidades de direito privado. Contudo, não é razoável que o Estado regule o funcionamento de associações profissionais privadas.

Por fim, a Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade com a necessidade de proteção ao interesse público."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 68, de 1º de março de 2012. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.

Nº 69, de 1º de março de 2012. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 29 de fevereiro de 2012

Entidade: AR TALUA, vinculada à AC FENACON CERTISIGN RFB
Processo nº: 00100.000061/2008-12
Acolhe-se a Nota nº 132/2012-APG/PFE/ITI, que opina pelo deferimento do pedido de descredenciamento da AR TALUA, vinculada à AC FENACON CERTISIGN RFB, localizada na Avenida Nove de Julho, 5435, 2º andar, Sala 22 - Edifício Hyde Park, Jardim Paulista, São Paulo-SP.

Entidade: AR CNBSP, vinculada à AC NOTARIAL RFB
Processo nº.: 00100.000127/2008-66
Acolhe-se a Nota nº 140/2012 - DSB/PFE/ITI que opina pelo deferimento do pedido de extinção da Instalação Técnica da AR CNBSP, vinculada à AC NOTARIAL RFB, denominada Tabelionato de Chapada, localizada na Rua Marechal Deodoro, 251, Centro, Chapada-RS. Em vista disso e consoante com o disposto no item 3.2.2.1, do DOC-ICP 03, defere-se o pedido de extinção

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA-GERAL

COMPROMISSO NACIONAL PARA APERFEIÇOAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

PREÂMBULO

O Governo Federal, por meio da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Trabalho e Emprego, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, a Central Única dos Trabalhadores, a Força Sindical, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores e a União Geral dos Trabalhadores, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, doravante denominado "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção".

Participaram da elaboração deste Compromisso, além das entidades acima citadas, a CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, a CNTIC - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção -, a CONTICOM - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção e Madeira -, a CONTRICOM - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção e Mobiliário - e a FENATRACOP - Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada - , com a assessoria do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

O objeto e os instrumentos indicados no presente Compromisso foram aprovados por consenso entre as partes signatárias e, mediante adesão das partes, se aplicam a todas as atividades da indústria da construção, abrangendo, conforme a adesão, uma empresa, uma única obra, conjuntos de obras e/ou frentes de trabalho em âmbito local ou regiões delimitadas. O Compromisso deve ser aplicado nas obras de modo a abranger o trabalho prestado também em empresas subcontratadas, conforme previsto neste instrumento, devendo constar dos contratos firmados com as subcontratadas cláusula específica sobre a necessidade de cumprimento deste Compromisso. A aplicação deste compromisso é possível tanto para obras de interesse público quanto para as realizadas para fins privados.

Este compromisso não afasta o cumprimento das normas legais trabalhistas e previdenciárias, convenções da Organização Internacional do Trabalho ratificadas pelo Brasil e sancionadas por Decreto Legislativo e normas de saúde e segurança, acordos ou convenções coletivas.

A adesão a este compromisso será específica para uma empresa, uma única obra, conjuntos de obras e/ou frentes de trabalho em âmbito local ou de regiões delimitadas e deve se referir ao conjunto de atividades desenvolvidas nas obras, conjunto de obras ou frente de trabalho das entidades aderentes, conforme especificado no ato da ADESÃO.

A ADESÃO se dará através da assinatura do documento específico pelas partes interessadas e o seu respectivo protocolo será feito junto à Mesa Nacional Tripartite que o encaminhará às demais partes e dará a devida publicidade ao ato.

1 - DA MESA NACIONAL TRIPARTITE PERMANENTE DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Este Compromisso cria a Mesa Nacional Tripartite Permanente para a Melhoria das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, de caráter tripartite e paritária, constituída pelas partes signatárias, quais sejam, o Governo Federal - representado pela Casa Civil e pela Secretaria-Geral da Presidência da República, pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, do Esporte, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, de Minas e Energia, da Integração Nacional, dos Transportes e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República -, o setor empresarial e as centrais sindicais e entidades nacionais de trabalhadores do setor. Cada entidade signatária terá direito a representante na Mesa Nacional Tripartite, que deliberará por consenso entre as partes. A Mesa Nacional Tripartite será coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Caberá à Mesa Nacional Tripartite estabelecer o seu regimento interno, definir os procedimentos necessários para a adesão a este instrumento, elaborar o regimento interno da representação por local de trabalho, criar critérios de avaliação do cumprimento deste Compromisso, bem como acompanhar e avaliar, quando necessário, o seu respectivo cumprimento.

A Mesa Nacional Tripartite receberá das partes interessadas a manifestação formal de adesão a este Compromisso e divulgará periodicamente a lista atualizada de aderentes às quais o Compromisso se aplica.

2 - DOS PLANOS DE AÇÃO

Cada parte signatária deste Compromisso deverá elaborar o seu Plano de Ação para cada obra, conjunto de obras ou frente de trabalho, conforme definido na respectiva adesão, estabelecendo as medidas que darão conseqüência às diretrizes definidas a seguir. Cada parte deverá informar as demais partes envolvidas em cada obra, conjunto de obras ou frente de trabalho, quais sejam as empresas, as organizações sindicais de trabalhadores e as autoridades públicas, sobre o conteúdo do respectivo Plano de Ação, assim como deverá buscar a articulação das suas ações com as das demais partes envolvidas.

Plano de Ação será aqui considerado como o planejamento de todas as ações necessárias para aplicação e efetividade das Diretrizes previstas neste Compromisso Nacional, elaborado especificamente para cada situação concreta (obra ou local/região) de acordo com suas especificidades e peculiaridades, podendo, ainda, ser acordado pela Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo entre partes signatárias.

Caberá ao Governo Federal promover a articulação entre os Planos de Ação das partes signatárias relativos a cada obra, conjunto de obras ou frente de trabalho numa área específica, visando atingir aos objetivos estabelecidos neste Compromisso. Caberá também ao Governo Federal buscar a adesão dos entes federativos e poderes constituídos a este Compromisso e o seu apoio às ações definidas para cada obra, conjunto de obras ou frente de trabalho.

Os Planos de Ação de cada obra ou conjunto de obras serão objeto de monitoramento e avaliação pelas partes envolvidas em âmbito local/regional, que reportarão à Mesa Nacional Tripartite.

3 - DA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO

A Mesa Nacional Tripartite definirá os procedimentos necessários para que haja verificação do cumprimento deste compromisso nas obras executadas pelas partes signatárias. A verificação será realizada pelas partes, sindicato de trabalhadores da categoria preponderante, empresas e Governo, cabendo à Mesa Nacional Tripartite definir os procedimentos para sua efetivação.

4 - DOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO

A Mesa Nacional Tripartite irá definir os procedimentos a serem adotados para o acompanhamento e avaliação dos resultados da implementação deste Compromisso, incluindo a formulação e mensuração de indicadores de desempenho.

5 - DIRETRIZES SOBRE RECRUTAMENTO, PRÉ-SELEÇÃO E SELEÇÃO COM VISTAS À CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES PARA AS OBRAS DA CONSTRUÇÃO

Os Planos de Ação deverão estabelecer as medidas que darão conseqüência às diretrizes definidas a seguir e os respectivos elementos para o desenvolvimento dos processos de recrutamento, de intermediação, de pré-seleção, de seleção de trabalhadores para obras da Construção visando coibir a prática de intermediação ilícita e a contratação precária de trabalhadores.

DEFINIÇÕES:

Recrutamento => É o conjunto de atividades que trata dos estudos, contatos com organizações que atuam no mercado de trabalho, difusão, mobilização e orientação de trabalhadores nas comunidades, assim como a primeira convocação dos candidatos, visando atrair trabalhadores aptos a ocupar postos de trabalho formais.

Intermediação => Instrumento de política pública de trabalho e renda, prestado de forma gratuita pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE, destinado à colocação ou inserção do trabalhador no mercado de trabalho, de maneira ágil, minimizando o custo social causado pelo desemprego.

É o serviço que busca propiciar informações e orientações ao trabalhador quanto à escolha de emprego e ao mercado demandante de mão de obra e, ao mesmo tempo, oferecer ao empregador a disponibilidade de trabalhadores e seu perfil ocupacional, a fim de promover o encontro de oferta e demanda de trabalho, auxiliando o recrutamento de trabalhadores por parte dos empregadores e a (re)colocação dos trabalhadores em vagas disponíveis no Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Pré-Seleção ou Encaminhamento => Seleção inicial (compatibilidade entre o perfil da vaga e perfil do candidato) de um processo de escolha de trabalhadores a serem encaminhados para uma vaga de emprego, a ser realizada pelo SINE.

Seleção => A seleção busca, dentre os vários candidatos recrutados e encaminhados para uma vaga de emprego, identificar aquele que está adequado para executar as atividades inerentes a vaga. É realizada pelo Empregador que disponibilizou a vaga ao SINE.

DIRETRIZES DE AÇÃO:

I - Governo Federal

Caberá ao Governo Federal:

a) Mapear as grandes obras, grupos de obras ou frentes de trabalho;

b) Mobilizar toda a estrutura do SINE para a realização das ações previstas em cada Plano de Ação;

c) Assegurar as condições necessárias para que o SINE possa desempenhar as tarefas que lhe couberem no Plano de Ação, dentre elas a intensificação da implantação do Sistema MTE Mais Emprego;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) Implantar, onde se fizer necessário, o atendimento móvel e/ou provisório do SINE, observadas as disposições orçamentárias e financeiras anuais;

e) Mobilizar e disponibilizar a infraestrutura física e logística e o pessoal necessário nos postos do SINE para que as empresas efetuem a seleção de trabalhadores nos seus locais de origem, observadas as disposições orçamentárias e financeiras anuais;

f) Monitorar e supervisionar o desempenho do SINE onde a demanda será aumentada;

g) Criar estratégias para envolver os parceiros para melhorar o desempenho do Sistema;

h) Direcionar recursos para as ações, observadas as disposições orçamentárias e financeiras e os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual;

i) Fiscalizar a observância, pelos empregadores, das normas legais no recrutamento, na pré seleção, na seleção, na intermediação, na contratação de trabalhadores e no seu transporte;

j) Disponibilizar informações necessárias para a elaboração dos Planos de Ação, tais como a oferta e demanda de mão-de-obra e fluxos migratórios;

k) Fazer campanhas na mídia para estimular o uso de mecanismos legais de contratação e assim combater a atividade clandestina de contratação ilícita, principalmente naquelas localidades de origem da mão de obra, observadas as disposições orçamentárias e financeiras anuais; e

l) Desenvolver com as partes envolvidas, os mecanismos de aplicação das normas que regulamentam o transporte de trabalhadores, quando recrutados em local diverso da execução dos serviços.

II - Empregadores

Caberá aos empregadores:

a) Disponibilizar as ofertas de vagas no Sistema Público de Emprego por meio do SINE;

b) Promover, sempre que possível, a intermediação e pré-seleção pelo SINE, ou, quando houver impossibilidade deste, fazê-lo por outras agências públicas ou por empresas idôneas, as quais deverão cumprir os termos deste Compromisso e do Plano de Ação;

c) Informar ao SINE, com antecedência mínima de 30 dias uma previsão do número e do perfil das vagas a serem disponibilizadas, da forma de seleção, das condições de contratação e demais informações relevantes, que devem ser atualizadas sempre que necessário;

d) Informar ao SINE, assim que houver confirmação do início da obra, as condições definitivas relativas ao processo de recrutamento de pessoal para a obra, inclusive as indicadas no item anterior;

e) Contratar, preferencialmente, trabalhadores oriundos do local de execução dos serviços ou do seu entorno;

f) Quando for necessário recrutar trabalhadores em local diverso da execução dos serviços, adotar os seguintes procedimentos:

i. Utilizar preferencialmente a rede de postos do SINE para o recrutamento, intermediação, pré seleção de trabalhadores;

ii. Quando possível, fornecer ao SINE apoio logístico e de infra-estrutura para a realização integrada das atividades de intermediação e pré-seleção;

iii. Quando a seleção e contratação forem feitas no local da obra, as empresas devem informar ao SINE o número de vagas, o perfil das vagas, o prazo previsto para a conclusão da seleção, o número necessário de candidatos, a área territorial ou os postos do SINE aonde ocorrerá o recrutamento dos candidatos e as condições para a contratação;

iv. Dentro das condições especificadas no item iii, as empresas deverão garantir transporte aos trabalhadores pré-selecionados até o local da obra, para efeito de conclusão do processo de seleção, de forma adequada para o transporte de passageiros e em condições de segurança;

v. Aos trabalhadores que forem transportados nesta condição será assegurado o retorno ao local de intermediação pelo SINE, caso não sejam contratados, também em condições de segurança e dentro de um prazo máximo definido no Plano de Ação.

vi. Durante o período de deslocamento até a obra, de realização da seleção ou, quando for o caso, de retorno ao local de intermediação, bem como se for selecionado até a efetiva contratação, as empresas fornecerão ao trabalhador alojamento, alimentação e atendimento médico de urgência/emergência, assumindo todos os gastos decorrentes desta etapa de seleção;

vii. As empresas que não cumprirem os prazos estabelecidos no Plano de Ação e comunicados ao SINE para conclusão do processo de seleção, deverão remunerar os trabalhadores a partir do 1º dia útil após o término dos respectivos prazos como tempo do trabalhador à disposição da empresa.

viii. As empresas envidarão esforços para a instalação de meios de comunicação a serem colocados à disposição dos trabalhadores desde o período de seleção e contratação até o final da obra.

g) Implementar os mecanismos definidos no Plano de Ação sobre aplicação das normas de transporte de trabalhadores recrutados ou contratados em local diverso da execução dos serviços;

h) Impedir a entrada no local da obra, de trabalhadores seus e de empresas terceirizadas antes da formalização do contrato de trabalho e do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, exceto para a realização dos procedimentos necessários à seleção e contratação; e

i) Garantir nos contratos de empresas terceirizadas o cumprimento do disposto no Plano de Ação e deste Compromisso.

III - Entidades Sindicais de Trabalhadores

Caberá às entidades sindicais de trabalhadores:

a) Disponibilizar informações para o processo de recrutamento, seleção e contratação de trabalhadores;

b) Promover campanhas de combate ao recrutamento e contratação irregulares de trabalhadores, quando possível em conjunto com as demais partes envolvidas nas obras;

c) Participar, quando possível, do processo de busca de trabalhadores para as vagas disponíveis, encaminhando seus bancos de dados para o SINE.

6 - DIRETRIZES SOBRE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

DIRETRIZES GERAIS:

A Qualificação Social e Profissional dos trabalhadores da Indústria da Construção visa:

a) assegurar o bem estar do trabalhador, a equidade e a não discriminação nas relações de trabalho;

b) promover a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e proporcionar a inserção cidadã;

c) promover ações de Certificação Profissional articuladas às políticas públicas de emprego;

d) promover o desenvolvimento através dos incrementos da produtividade e da qualidade; e

e) valorizar os processos de inovação tecnológica.

No que tange à formação e qualificação, as partes signatárias deste compromisso reconhecem a necessidade da promoção da complementaridade e integração das ações do poder público e do setor privado, em especial a articulação das ações empresariais aos processos de Intermediação de Mão de Obra, de Qualificação Profissional Pública e ao Sistema Público de Emprego.

As atividades de formação devem contemplar a elevação da escolaridade, incluindo a alfabetização, os temas da cidadania e direitos do trabalhador, do processo de trabalho e sua relação com a saúde e dos mecanismos de regulação e proteção da saúde do trabalhador.

Os Planos de Qualificação, em suas dimensões nacional, regional e local, devem articular as ações dos diferentes atores, otimizar os recursos disponíveis, integrar tais ações com o Sistema Público de Emprego, garantir a qualidade dos cursos e as cargas horárias estabelecidas, colaborar com a superação da miséria oferecendo vagas para grupos sociais vulneráveis, oferecer programas de elevação da escolaridade e implementar o monitoramento, controle e avaliação dos cursos.

As partes se comprometem com a elaboração e participação nos Planos de Qualificação Profissional específicos para a indústria da construção, em nível nacional, regional e local, que contenham metas e indicadores, a partir de metodologia participativa de audiências públicas envolvendo o governo, os empregadores e os trabalhadores.

A participação dos trabalhadores, representados pelas entidades sindicais, dos governos e dos empregadores, deve se dar na elaboração, no acompanhamento e na avaliação dos planos de qualificação. Os Planos devem contemplar prioritariamente a formação profissional da população local. Além disso, devem promover a participação da mulher nas atividades de formação visando sua inserção no setor, bem como combater toda forma de discriminação no trabalho.

Ao lado das ações de formação e qualificação, faz-se necessário desenvolver a certificação profissional dos trabalhadores da indústria, investindo em metodologias que reconheçam saberes e a experiência adquirida com o exercício profissional, bem como em processos formais e informais de aprendizagem. Para tanto, é fundamental a articulação das ações de qualificação com as políticas públicas de certificação, a exemplo da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede Certific.

As partes signatárias deste compromisso também consideram necessário implementar planos e políticas de valorização das profissões da construção, por meio de campanhas institucionais e de comunicação.

Cada obra, conjunto de obras, território ou região deve conter, em seus respectivos Planos de Ação, o planejamento das atividades de formação, qualificação e certificação profissional, especificando os cursos oferecidos, o número de vagas e a sua localização. As ações devem compatibilizar a oferta de vagas de qualificação com o histograma das obras. Os Planos de Ação irão identificar as responsabilidades de cada parte envolvida, empregadores, trabalhadores e setor público.

Os Planos de Ação devem ser elaborados considerando os planos e políticas de desenvolvimento local, visando resultar em legado após a conclusão da obra no que se refere, em especial, à formação inicial e continuada (FIC) e à elevação da escolaridade. Devem contemplar, também, a requalificação de trabalhadores e de intermediação ao final da obra de acordo com a demanda local.

DIRETRIZES DE AÇÃO:

I - Governo Federal

Caberá ao Governo Federal:

a) Promover a elaboração de Planos de Qualificação para a indústria da construção, de âmbito nacional, regional e local, de forma articulada com estados e municípios e utilizando a metodologia de audiências públicas com participação de empregadores e trabalhadores;

b) Mobilizar os empregadores, trabalhadores, governos e agentes de formação para a elaboração do Plano Nacional, Regional ou Local de Qualificação Social e Profissional integrado aos planos locais de desenvolvimento;

c) Coordenar o processo de audiência pública e assessorar a comissão de concertação, constituída em audiência para concluir o Plano de Qualificação Nacional, Regional ou Local;

d) Disponibilizar e financiar vagas para a qualificação e certificação de trabalhadores, de acordo com suas atribuições no plano, observadas as disposições orçamentárias e financeiras anuais;

e) Apoiar o governo local nas ações de mobilização da comunidade, integrada à política de qualificação e intermediação;

f) Desenvolver, de forma participativa, o sistema de certificação profissional de trabalhadores da indústria da construção;

g) Possibilitar a concessão de bolsa auxílio à formação, sempre que for necessário e possível, observadas as disposições orçamentárias e financeiras anuais;

h) Apresentar a demanda de trabalhadores, o perfil ocupacional e requisitos de qualificação; e

i) Avaliar e aprimorar a metodologia proposta através da implementação de projetos piloto em segmentos distintos da indústria da construção.

II - Empregadores

Caberá aos empregadores:

a) Elaborar e implementar as ações de qualificação profissional voltadas para o desenvolvimento das obras, conforme definido em Plano de Ação específico de cada obra ou conjunto de obras;

b) Participar do desenvolvimento dos Planos de Qualificação Nacional, Regional ou Local, em especial da sua comissão de concertação de elaboração do Plano;

c) Criar as condições necessárias para a realização de atividades práticas adequadas à formação profissional;

d) Informar previamente às entidades sindicais e aos órgãos de governo sobre a programação prevista no Plano de Ação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

e) Efetivar o enquadramento funcional do trabalhador correspondente ao requerimento de formação e qualificação das tarefas exercidas pelo mesmo;

f) Contribuir com o desenvolvimento e implementação de sistemas de certificação profissional de natureza pública, garantindo-se a gratuidade da certificação do trabalhador; e

g) Participar no co-financiamento das ações de formação.

III - Trabalhadores

Caberá às entidades sindicais de trabalhadores:

a) Apresentar demandas de qualificação na perspectiva da formação inicial e continuada para o território;

b) Auxiliar e promover a mobilização do público a ser qualificado;

c) Garantir a participação das instituições sindicais nas audiências públicas de elaboração dos Planos de Qualificação Nacional, Regional ou Local;

d) Participar da comissão de concertação de elaboração dos Planos de Qualificação;

e) Sempre que possível, participar da execução dos cursos de formação;

f) Participar das ações de monitoramento, controle e avaliação das ações.

7 - DIRETRIZES SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

As partes signatárias reconhecem a existência de ampla regulamentação das medidas de prevenção de agravos à saúde do trabalhador para a indústria da construção, mas reconhecem a necessidade de aprimoramento de medidas visando seu cumprimento integral. O Compromisso busca, portanto, promover o cumprimento da legislação existente e a adoção de medidas adicionais de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Examinando a realidade atual, concluiu-se pela necessidade de abordar os temas acidente de trabalho, situações de risco, capacitação de trabalhadores, dispositivos de proteção coletiva, equipamentos de proteção individual, acompanhamento da saúde ocupacional e gestão de segurança e saúde no trabalho. Igualmente, identificou-se a necessidade de se garantir o direito à informação e o exercício, pelos trabalhadores, do direito de recusa em situações de risco grave e iminente.

As partes, ao aderirem a este instrumento, comprometem-se a constituir Comitê de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho, por obra, frente de obras ou conjunto de obras, constituído de representantes de empregadores e trabalhadores. Os empregadores serão representados neste Comitê pelos Presidentes das CIPAs de todas empresas que compuserem a obra, conjunto de obras ou frentes de trabalho. Os representantes dos trabalhadores serão os vice-presidentes das mesmas CIPAs. O Comitê terá seus trabalhos acompanhados pelos SESMTs - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, quando existirem, que exercerão a função de assessoramento técnico. As bancadas de representantes poderão se reunir em Fóruns específicos para cada uma delas.

O Comitê de Gestão terá como âmbito de atuação a obra, frente de obra ou conjunto de obras, como um todo, independentemente do tipo de contratação dos serviços e dos contratos de trabalho, e abrangendo também as condições de trabalho nas empresas prestadoras de serviço que não disponham de uma CIPA específica, além de fortalecer as CIPAS existentes

Nos casos das empresas aonde não há exigência de instalação de CIPA própria, a designação de responsáveis pelas atribuições da CIPA será efetivada por indicação de um representante do Sindicato e um representante do empregador, que terão estabilidade no emprego e demais garantias previstas na Norma Regulamentar 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Comitê realizará reuniões periódicas, com freqüência mínima de uma vez por mês ou extraordinariamente quando necessário. Haverá registro em ata de todas as solicitações apresentadas nas reuniões, dos principais pontos debatidos e das conclusões, com encaminhamento a todos os empregadores envolvidos e ao sindicato da categoria.

Os membros do Comitê terão acesso aos locais de trabalho e deverão participar das atividades de planejamento durante a execução da obra, tendo amplo conhecimento das medidas que tenham impacto sobre as condições de saúde e segurança no trabalho. O Comitê também deverá realizar debates com os trabalhadores em atividade na obra ou conjunto de obras sobre os temas que considerar relevantes.

O Plano de Ação de cada obra ou de conjunto de obras deve incluir o PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria, o qual deverá ser avaliado e adaptado a cada etapa da obra pelo Comitê, de acordo com o seu cronograma de execução.

Compete ao Comitê de Gestão:

a) atuar de forma integrada e contribuir para fortalecer as CIPAs existentes no canteiro de obra ou frente de trabalho;

b) elaborar Plano de Trabalho com vistas ao controle das situações de riscos no canteiro de obra, conjunto de obras ou frente de trabalho, encaminhando cópia aos empregadores;

c) propor programas de formação em segurança e saúde no trabalho para os trabalhadores no canteiro de obras ou frentes de trabalho;

d) propor mudanças nas condições técnicas ou organizacionais que ofereçam riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores

e) proceder rotineiramente o levantamento de desconformidades nos canteiros de obras ou frentes de trabalho, encaminhando relatório aos empregadores;

f) informar aos trabalhadores acerca dos riscos existentes nos locais de trabalho, orientando-os quanto à prevenção de acidentes do trabalho, bem como em relação ao exercício do direito de recusa;

g) colaborar na análise dos acidentes e incidentes ocorridos nos locais de trabalho;

h) desenvolver esforços no sentido de garantir a implementação do Plano de Trabalho com vistas a controle de riscos no canteiro de obra ou frente de trabalho;

i) propor medidas de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e de melhoria das condições e meio ambiente de trabalho, priorizando métodos e procedimentos de prevenção de natureza coletiva;

j) requerer a paralisação de atividade, tarefa, máquina ou equipamento, sempre que ocorra uma situação de risco grave e iminente à integridade física ou à saúde de trabalhador ou terceiros, comunicando imediatamente o fato ao empregador e aos órgãos de vigilância em saúde do trabalhador;

k) buscar o pleno cumprimento do disposto no PCMAT de seu canteiro de obra ou frente de trabalho; e

l) realizar reuniões extraordinárias quando da constatação de risco grave e iminente à saúde ou à segurança no trabalho e ainda, quando da ocorrência de acidentes do trabalho.

Serão disponibilizadas informações sobre as situações de risco existentes e sobre os acidentes e doenças causadas pelo trabalho, fundamentais para o cumprimento do objetivo proposto para o Comitê de Gestão.

Conforme diretrizes da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança Ocupacional e da Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho, de caráter intersetorial, o governo deverá viabilizar a integração entre as ações dos órgãos responsáveis pela inspeção do trabalho e pela vigilância de saúde do trabalhador.

As partes compartilham o compromisso de garantir a participação de seus respectivos representantes nas instâncias tripartites sobre Saúde e Segurança no Trabalho no setor da construção, tais como o Comitê Permanente Nacional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção - CPN e os Comitês Permanentes Regionais sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção - CPRs, visando ao seu efetivo funcionamento.

DIRETRIZES DE AÇÃO

I - Governo Federal:

Caberá ao Governo Federal:

a) assegurar a participação de Auditores-Fiscais do Trabalho e de pesquisadores da Fundacentro, entre outros, nas atividades da CPN e das CPRs nos estados;

b) desenvolver estudos e pesquisas sobre as condições de saúde e segurança no trabalho na indústria da construção;

c) desenvolver programas voltados para as situações de risco à saúde, adequados a cada região;

d) promover a inspeção do trabalho e a vigilância em saúde, dotando-a de recursos humanos e materiais suficientes para a atuação nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento, do programa Minha Casa Minha Vida, nas obras da Copa FIFA 2014 e Jogos Olímpicos 2016, observadas as dotações orçamentárias e financeiras anuais;

e) dotar a Fundacentro e outros órgãos públicos de pesquisa de estrutura e recursos para a realização de pesquisas visando o desenvolvimento de medidas tecnológicas e organizacionais que protejam a saúde e a integridade física dos trabalhadores e de boas práticas em matéria de SST - Saúde e Segurança no Trabalho, como por exemplo o PROESIC - Programa de Engenharia de Segurança na Indústria da Construção, observadas as dotações orçamentárias e financeiras anuais;

f) articular a atuação conjunta no âmbito do município ou região dos órgãos federais responsáveis pela inspeção do trabalho, pela vigilância em saúde e pela concessão de benefícios previdenciários, com enfoque preventivo e de antecipação de risco, desenvolvendo esforços para atuar em parceria com órgãos estaduais e municipais, quando existirem;

g) realizar campanhas informativas na mídia sobre SST nas obras da construção; e

h) disponibilizar e viabilizar o acesso público às informações sobre inspeção de segurança e saúde no trabalho e vigilância de saúde do trabalhador.

II - Empregadores:

Caberá aos empregadores

a) implantar sistema de gestão de SST em cada obra, frente de obra ou conjunto de obras, desde a fase de projeto, com participação dos trabalhadores, nos termos preconizados pelas Diretrizes Práticas da OIT (ILO-OSH 2001);

b) garantir as condições necessárias para o integral funcionamento das CIPAS e do Comitê de Gestão em SST;

c) viabilizar as medidas propostas no Plano de Trabalho, com vistas à modificação das situações de risco e de promoção de saúde elaborado pelo Comitê de Gestão em SST;

d) disponibilizar os recursos necessários para correção das desconformidades e das medidas de prevenção e de proteção da saúde do trabalhadores indicadas nos relatórios do Comitê de Gestão de SST e nas atas da CIPA;

e) incluir nas atividades de formação os métodos e conteúdos indicados pelo Comitê de Gestão em SST, bem como ampliar a carga horária dos cursos de CIPA para atender de forma adequada os conteúdos atinentes aos riscos específicos de cada obra;

f) garantir que nenhum trabalhador terá acesso ao canteiro de obras sem treinamento prévio sobre os meios necessários para se proteger dos riscos incluindo a informação sobre estes e o direito de não realizar tarefa quando houver razões suficientes para acreditar que sua execução pode resultar em acidente para si ou para outrem;

g) registrar e comunicar ao sindicato de trabalhadores e ao Comitê de Gestão em SST os incidentes, acidentes e doenças relacionadas ao trabalho ocorridos na obra ou conjunto de obras;

h) disponibilizar ao sindicato de trabalhadores e ao Comitê de Gestão em SST informações sobre os riscos ocupacionais existentes na obra ou conjunto de obras, os dados epidemiológicos dos trabalhadores da obra, bem como as informações constantes nos programas de segurança e saúde no trabalho - PPRA, PCMAT, PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, PGR - Programa de Gerenciamento de Risco e outros;

i) assegurar as condições ao sindicato dos trabalhadores para que acompanhe o processo de eleição para as CIPAs, bem como dar prévia e ampla publicidade interna na obra sobre o calendário eleitoral; e

j) garantir aos trabalhadores o direito de recusa, em situações de risco grave à sua saúde ou integridade física e psíquica.

III - Trabalhadores:

Caberá às entidades sindicais de trabalhadores:

a) acompanhar os processos para eleição de membros das CIPAs;

b) reunir e sistematizar informações sobre SST, propondo aos empregadores e ao Comitê de Gestão de SST medidas necessárias para redução de riscos e doenças no trabalho;

c) tomar ciência e acompanhar a atualização do PCMAT em todas as fases de execução da obra, propondo medidas de adequação que considerar necessárias;

d) divulgar aos trabalhadores informações sobre segurança e saúde no trabalho, através de atividades formativas, tais como assembléias, cursos, palestras, materiais impressos entre outros; e

e) orientar os trabalhadores quanto ao direito à informação e ao direito de recusa, em situações de risco grave ou iminente à sua saúde ou integridade física e psíquica

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8 - DIRETRIZES SOBRE REPRESENTAÇÃO SINDICAL NO LOCAL DE TRABALHO

As partes que firmam este compromisso consideram que o aperfeiçoamento das condições de trabalho na indústria da construção deve basear-se na ampliação do diálogo social em todos os níveis, desde o local de trabalho até o plano das ações de abrangência nacional. O diálogo social envolve a negociação, a troca de informação e a consulta entre as partes envolvidas.

O diálogo social no nível do local de trabalho permite a busca de soluções negociadas para os problemas específicos de cada obra relacionados aos processos de trabalho, a mudanças organizacionais, ao ritmo de trabalho, às condições do contrato de trabalho, entre outras. O diálogo social no local de trabalho é uma forma eficaz de se evitar conflitos laborais que afetam negativamente o andamento das obras, e sua disseminação como boa prática de relações do trabalho é capaz de construir um ambiente de trabalho saudável, propício ao aumento da produtividade e de redução da sobrecarga sobre a justiça do trabalho para a resolução de conflitos.

Sendo assim, em cada obra, conjunto de obras ou frente de trabalho abrangida pela adesão ao respectivo instrumento e que tenha duração de execução igual ou superior a seis meses, as partes se comprometem a estabelecer a representação sindical por local de trabalho nos seguintes termos:

a) comissão de trabalhadores composta por 01 representante para obras com 200 empregados ou mais, acrescido de 01 representante para cada grupo de 500 empregados adicionais, até o limite de 07 membros;

b) os representantes deverão ser indicados pelo Sindicato de Trabalhadores preponderante;

c) os representantes deverão estar no exercício de suas funções e ter cumprido o período de experiência do contrato de trabalho;

d) o mandato dos representantes será de 06 meses, renovável a critério do Sindicato;

e) fica assegurada proteção ao exercício do mandato dos representantes, sendo que em caso de demissão de representante, a empresa deverá efetuar o pagamento de indenização equivalente aos salários do período restante de mandato de representação;

f) em caso de vacância do mandato, por qualquer motivo, o sindicato preponderante deverá indicar um substituto.

Este compromisso respeita as condições mais favoráveis de representação de trabalhadores no local de trabalho, que eventualmente estejam estabelecidas por acordo ou convenção coletiva, e não deverá implicar em duplicidade de representação.

A Mesa Nacional Tripartite deverá elaborar o regimento de funcionamento da comissão de trabalhadores instituída com base neste compromisso, prevendo os direitos e deveres dos representantes, os limites de atuação da comissão e os assuntos de sua responsabilidade.

Em cada obra abrangida pela adesão a este Compromisso e que tenha duração de execução igual ou maior do que seis meses, será criado um Comitê bipartite de relações de trabalho composto pela representação dos trabalhadores e por até 03 representantes indicados pela Empresa, que deverá tratar dos assuntos atinentes às condições de trabalho específicas da obra, conjunto de obras ou frentes de trabalho.

DIRETRIZES DE AÇÃO

I - Governo Federal:

Caberá ao Governo Federal dar assistência e apoio aos processos de diálogo social sempre que solicitado pelas partes.

II - Empregadores:

Caberá aos empregadores:

a) engajar-se com o sindicato para a implantação da representação sindical no local de trabalho;

b) uma vez criada esta representação, engajar-se de boa fé em negociações e consultas para a resolução de problemas e demandas dos trabalhadores relativas às condições de emprego e trabalho na obra ou conjunto de obras;

c) designar pessoa ou área em sua estrutura administrativa para, em cada obra, conjunto de obras ou frente de trabalho, responder pela empresa em processos de diálogo social com a representação no local de trabalho e o Sindicato preponderante;

d) orientar que seus gerentes e chefes respeitem a atuação dos representantes no local de trabalho, evitando práticas que restrinjam, punam ou discriminem dirigentes sindicais e representantes de trabalhadores em função do exercício da sua atuação sindical;

e) desenvolver nos programas de capacitação e treinamento de chefias conteúdo relativo a direitos humanos e trabalhistas, relações humanas e relações sindicais;

f) garantir a liberdade para a atuação sindical, inclusive o respeito ao direito à sindicalização;

g) atuar junto às empresas subcontratadas para que respeitem os termos do acordo sobre a representação sindical no local de trabalho e colaborem para o efetivo diálogo social na obra.

III - Trabalhadores:

Caberá às entidades sindicais de trabalhadores:

a) indicar os membros da representação sindical no local de trabalho;

b) engajar-se com a empresa para a implantação da representação sindical no local de trabalho;

c) uma vez criada esta representação, engajar-se de boa fé em negociações e consultas para a resolução de problemas e demandas dos trabalhadores relativas às condições de emprego e trabalho na obra ou conjunto de obras;

d) orientar seus dirigentes e os trabalhadores membros da comissão a que respeitem a atuação dos gerentes e chefes, evitando práticas que extrapolem o exercício da representação;

e) acompanhar as atividades da representação sindical no local de trabalho, zelando pelo efetivo exercício de suas funções;

f) apoiar os representantes dos trabalhadores para que possam desempenhar suas funções a contento; e

g) desenvolver nos programas de capacitação e treinamento dos representantes com conteúdo relativo a direitos humanos e trabalhistas, relações humanas e relações sindicais.

9 - DIRETRIZES SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO

A definição de parâmetros mínimos para a garantia de condições de trabalho adequadas na indústria da construção está presente na legislação geral e específica. Este compromisso busca reforçar a necessidade de cumprimento das normas legais bem como oferecer orientações sobre aspectos não contemplados nas leis e regulamentos.

As partes que assinam este compromisso buscarão implementar medidas que assegurem condições de trabalho adequadas nos canteiros de obras, conjuntos de obras ou frentes de trabalho.

O aperfeiçoamento das condições de trabalho vem ao encontro da legislação trabalhista e previdenciária em vigor no país, assim como no tocante aos parâmetros para a gestão da saúde e segurança do trabalho e à responsabilidade solidária por eventuais danos causados aos trabalhadores. Deve ser assegurado ambiente de trabalho seguro e saudável a todos os trabalhadores, sem distinção, em uma obra, conjunto de obras ou frente de trabalho.

As representações patronais e laborais comprometem-se a buscar, através da negociação coletiva, que as convenções ou acordos aplicáveis em cada obra, conjunto de obras ou frente de obras, estabeleçam condições relativas, entre outras, a:

- Fixação dos salários e sua revisão periódica;
- Piso salarial;
- Condições específicas para o trabalho temporário ou a tempo determinado;
- Benefícios;
- Organização da jornada de trabalho; e
- Condições de transporte.

As partes se comprometem a respeitar as convenções e acordos coletivos aplicáveis em cada obra, conjunto de obras ou frente de trabalho, bem como se comprometem a estabelecer medidas visando a que tais convenções e acordos sejam observados por subempreiteiras. Da mesma forma, as partes se comprometem a assumir plenamente as respectivas responsabilidades diante do disposto em leis, regulamentos, convenções e acordos de trabalho.

O cumprimento dos pontos relacionados a seguir impactará positivamente as condições de trabalho nos canteiros de obra, conjunto de obras ou frentes de trabalho.

DIRETRIZES DE AÇÃO

I - Governo Federal:

Caberá ao Governo Federal:

a) Prestar assistência aos processos de negociação coletiva de trabalho, quando demandado por qualquer das partes ou por iniciativa própria da Administração Pública, convidando as partes para reunião de mediação coletiva, quando diagnosticada a necessidade de ação proativa e preventiva de situações conflituosas;

b) Disponibilizar de forma ampla e fácil, as informações estatísticas sobre o setor da construção e seus segmentos de atividades, dentro das ações de democratização do acesso às bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego;

c) Assegurar e ampliar as condições de segurança, combatendo o crime organizado e o tráfico de drogas, nas áreas próximas das obras, conjunto de obras e frente de trabalho; e

d) Promover a fiscalização nos canteiros de obra, garantindo o cumprimento da legislação e dos acordos e convenções coletivas de trabalho.

II - Empregadores:

Caberá aos empregadores:

a) Engajar-se na negociação coletiva de trabalho;

b) Garantir o cumprimento da legislação trabalhista e das normas coletivas aplicáveis no conjunto da obra, conjunto de obras ou frente de trabalho.

c) Assegurar alojamento conforme definido na Norma Regulamentar 18 do Ministério do Trabalho e Emprego para os trabalhadores fora de sua origem, que implique mudança de domicilio;

d) Garantir a participação dos trabalhadores, através do Sindicato, da CIPA e, quando houver, de representação definida neste Compromisso, na manutenção e melhoria das áreas de vivência;

e) Garantir treinamento e informação sobre ferramentas, equipamentos, máquinas, processos e produtos que coloquem em risco a saúde, integridade física e mental de todos os trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho;

f) Assegurar a disponibilidade de áreas de vivência com acesso a telefones e à internet, de acordo com os recursos disponibilizados na região;

g) Assegurar alimentação a todos os trabalhadores da obra, conjunto de obras ou frente de trabalho, proporcionando-lhes condições para que a refeição e descanso possam ocorrer durante o intervalo determinado a esse fim;

h) Nos casos onde a empresa fornece o transporte para a obra, fazê-lo na forma adequada ao transporte de passageiros e em condições de segurança, a todos os trabalhadores;

i) Para os trabalhadores alojados que residam em localidades distantes, para fim de retorno a suas origens, haverá por ocasião de negociação das datas bases tratativas sobre formas de encaminhamento sobre o retorno;

j) Estabelecer procedimentos para prevenir e combater as práticas de assédios sexual e/ou moral, inclusive criando canal específico para denúncias, reclamações, sugestões e pedidos de esclarecimento sobre o tema, que preserve o sigilo e a ampla defesa;

k) Desenvolver programas de capacitação e treinamento de chefias com conteúdos que garantam o aperfeiçoamento das práticas pertinentes às relações humanas, o respeito à vida e aos direitos humanos, visando à melhoria do relacionamento com os trabalhadores com base nos princípios de respeito e cidadania;

l) Buscar desenvolver, juntos às empresas contratadas, programas de capacitação e treinamento do pessoal de segurança patrimonial e demais contratadas, com conteúdos que garantam o aperfeiçoamento das práticas pertinentes às relações humanas, o respeito à vida e aos direitos humanos, visando à melhoria do relacionamento com os trabalhadores com base nos princípios de respeito e cidadania;

m) Garantir que todo e qualquer trabalhador seja contratado dentro do marco legal apropriado, conforme definido no plano de ação, combatendo toda a forma de irregularidade quanto ao vínculo trabalhista;

n) Assegurar o acesso de dirigentes da entidade sindical representativa ao local de trabalho, mediante comunicação à empresa responsável pela obra no prazo de 24 horas, dispensável nos casos de acidentes ou diante de situações urgentes ou emergenciais; e

o) Realizar, de comum acordo com a empresa, juntamente com o Sindicato e, quando houver, de representação definida neste Compromisso, processos de avaliação das condições de trabalho oferecidas, buscando melhorias permanentes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - Trabalhadores:

Caberá às entidades sindicais de trabalhadores:

a) Participar, juntamente com a representação definida segundo este Compromisso, quando houver, dos debates acerca da implantação de medidas que garantam condições de trabalho adequadas;

b) Informar aos trabalhadores as condições de trabalho estabelecidas em acordos e convenções coletivas aplicáveis à obra, conjunto de obra ou frente de trabalho; e

c) Engajar-se na negociação coletiva de trabalho.

10 - RELAÇÕES COM A COMUNIDADE

A representação do governo, da bancada dos trabalhadores e dos empregadores, no bojo das discussões que visam firmar um compromisso nacional tripartite da indústria da construção para aperfeiçoar as condições de trabalho, afirmam a compreensão de que a conjugação do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social é um objetivo que encontra no diálogo social método privilegiado e imprescindível para sua consecução.

A partir desta concepção, as partes admitem a existência de um amplo conjunto de atores envolvidos nos empreendimentos da construção, sejam nas obras urbanas - com suas intervenções sobre o território, que muitas das vezes exigem deslocamento de moradores, desapropriações, indenizações, dentre outras ações -, sejam naquelas que têm em seu entorno comunidades rurais, ribeirinhas, populações tradicionais, indígenas e quilombolas - que implicam muitas das vezes em alterações no próprio modo de vida das pessoas, bem como alterações profundas no meio ambiente -, o que aponta a necessidade de alargar o horizonte de diálogo para além dos muros das obras. Nesse sentido, reconhecem que, para além dos atores que o preceito do tripartismo evoca, o cenário dos empreendimentos da construção exige a inclusão de outro ator privilegiado no diálogo social: a população do entorno da obra, ou por ela afetada direta ou indiretamente.

A inclusão social das populações atingidas direta ou indiretamente deve sempre ser considerada como questão essencial no processo de planejamento, implantação e desenvolvimento de qualquer empreendimento. Mais que um método de gestão de governo, ou ato de responsabilidade social das empresas, incluir a sociedade nos termos deste Compromisso se mostra condição essencial para que as grandes obras ou conjunto de obras, sejam as incluídas no PAC ou as dos grandes eventos esportivos como a copa de 2014 e as olimpíadas de 2016, resultem em desenvolvimento social e econômico para todos, bem como permite que rompamos com uma linha histórica de conduta que, ao prescindir de ouvir a sociedade durante o processo de elaboração e desenvolvimento dos empreendimentos, contribuiu para a formação de passivos sociais difíceis de serem revertidos.

Governo, empregadores e entidades sindicais de trabalhadores, irão atuar no sentido de que os responsáveis pelos empreendimentos adotem as diretrizes de ação definidas a seguir.

Nos casos em que a empresa executora da obra, conjunto de obras ou frente de trabalho seja também empreendedora ou sócia do consórcio empreendedor, a sua adesão a este instrumento, como executora, não implica automaticamente adesão como empreendedora. Portanto, as recomendações devem ser consideradas especificamente para a condição de empreendedora e/ou de executora, conforme definido no instrumento de adesão.

DIRETRIZES DE AÇÃO

I - Governo Federal

Caberá ao Governo Federal:

a) Garantir que os relatórios de impactos sociais/ambientais dos empreendimentos apontem medidas necessárias à adequação e/ou compensação em benefício das populações atingidas, bem como garantir conhecimento e a participação das comunidades atingidas nos assuntos afetos a elas;

b) Garantir a criação de comitê gestor, composto por representantes das comunidades afetadas, representação sindical dos trabalhadores, da empresa/consórcio responsável pela construção e por representantes do governo nos três níveis federativos. Este comitê terá a função de monitorar todo o processo construtivo e o cumprimento das condicionantes estabelecidas. Quando considerar necessário, instalar representação local do governo Federal para dar suporte à ação do comitê gestor;

c) Incluir cláusula social nos contratos de financiamento que envolvam verbas públicas, vinculadas ao cumprimento de condicionantes sociais que atendam aos interesses das populações afetadas e às compensações ambientais e ecológicas;

d) Garantir que as obras financiadas com recursos federais passem a ter, já nos contratos, planos de realocação de moradores, que ofereçam às populações que tiverem que ser deslocadas indenização justa e/ou realocação em condições semelhantes às existentes em seus locais de origem;

e) Implementar políticas públicas de combate às práticas de exploração de crianças e adolescentes, exploração sexual não consensual e demais ações atentatórias à condição humana exercidas sobre as populações do entorno das obras;

f) Assegurar e ampliar as condições de segurança, combatendo o crime organizado e o tráfico de drogas, nas áreas próximas às obras ou conjunto de obras;

g) Oferecer programas de elevação de escolaridade e qualificação profissional para as populações do entorno das obras, observadas as disposições orçamentárias e financeiras e as condições dos programas públicos de qualificação;

h) Implantar programas para melhoria das atividades originalmente desenvolvidas pelas comunidades do entorno das obras, envolvendo assistência técnica, financiamento e qualificação;

i) Garantir a efetiva fiscalização do cumprimento dos requisitos legais, ao longo da execução dos empreendimentos;

II - Empreendedores

O Governo solicitará aos empreendedores, que assumam os seguintes compromissos de ação, cabendo-lhes:

a) Cumprir as medidas necessárias às adequações e/ou compensações em benefício das populações atingidas, conforme indicado no processo de licenciamento das obras, bem como aquelas apontadas nos relatórios de impactos sociais, respeitando o cronograma estabelecido;

b) Produzir, com antecedência, Cadastro Social dos atingidos pelos empreendimentos, garantindo-lhes as devidas compensações às quais fazem jus, independente do nível de formalização e documentação desses direitos;

c) Estabelecer diálogo com as comunidades afetadas, viabilizando canais de comunicação que garantam fluxo de informações adequado, bem como respostas ágeis às demandas da comunidade;

d) Privilegiar a contratação de trabalhadores dos municípios ou das comunidades do entorno das obras, bem como formação profissional através de programas de desenvolvimento, qualificação e capacitação;

e) Auxiliar na implantação de programas para melhoria das atividades originalmente desenvolvidas pelas comunidades do entorno das obras, envolvendo assistência técnica, financiamento e qualificação; e

f) Auxiliar nas políticas públicas de combate à exploração de crianças e adolescentes, à exploração sexual não consensual e a demais ações atentatórias à condição Humana exercida sobre as populações do entorno das obras.

II - Empregadores

Caberá aos empregadores:

a) Auxiliar nas políticas públicas de combate à exploração de crianças e adolescentes, à exploração sexual não consensual e a demais ações atentatórias à condição humana exercidas sobre as populações do entorno das obras.

b) Participar do comitê gestor de monitoramento do processo construtivo.

III - Trabalhadores

Caberá às entidades sindicais de trabalhadores:

a) Auxiliar nas políticas públicas de combate à exploração de crianças e adolescentes, à exploração sexual não consensual e demais ações atentatórias à condição humana exercidas sobre as populações do entorno das obras; e

b) Participar do comitê gestor de monitoramento do processo construtivo.

11 - PAPEL DOS CONTRATANTES / FINANCIAMENTO PÚBLICO (CONTRAPARTIDAS SOCIAIS)

Na execução das contratações administrativas de obras públicas que envolvam a utilização de recursos financeiros da União, cumprirá aos órgãos e entidades competentes da Administração Pública Federal a adoção das medidas adequadas à observância dos termos do presente Compromisso Nacional Para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção.

12 - VIGÊNCIA

Este Compromisso Nacional entrará em vigor na data de sua assinatura pelas partes que o celebram, tendo prazo de vigência até o dia 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado com a concordância de todas as partes.

Brasília, 1º de março de 2012.

Assinam este Compromisso:

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gilberto Carvalho - Ministro de Estado Chefe

MINISTÉRIO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO
Paulo Roberto dos Santos Pinto - Ministro de Estado

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA-INFRAESTRUTURA - SINICON
Rodolpho Tourinho Neto - Presidente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - CBIC
Paulo Safady Simão - Presidente

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT
Artur Henrique da Silva Santos - Presidente

FORÇA SINDICAL
Deputado Federal Paulo Pereira da Silva - Presidente

CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL - CTB
Wagner Gomes - Presidente

CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL - CGTB
Ubiraci Dantas de Oliveira - Presidente

NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES - NCST
José Calixto Ramos - Presidente

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES - UGT
Ricardo Patah - Presidente

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA - CNTI
José Gabriel Teixeira dos Santos - Diretor

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO - CNTIC
Admilson Lucio de Oliveira - Presidente

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA - CONTICOM
Cláudio da Silva Gomes - Presidente

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO - CONTRICOM
Miraldo Vieira da Silva - Secretário-Geral

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA - FENATRACOP
Wilmar Gomes dos Santos - Presidente

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 30 de março de 2012.

A SECRETARIA EXECUTIVA faz saber que o **CONSELHO DE MINISTROS da CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS-CMED**, em obediência ao disposto no Decreto nº 4.937, de 29 de dezembro de 2003 e nos parágrafos 1º a 5º e *caput* do art. 4º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, no uso da competência que lhe confere o inciso II do art. 6º da Lei nº 10.742, de 2003, e o inciso II do art. 2º do Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, deliberou expedir a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado ajuste de preços de medicamentos a partir de 30 de março de 2012, tendo como referência o Preço Fabricante - PF praticado a partir de 31 de março de 2011.

Art. 2º O ajuste de preços de medicamentos, de que trata o artigo 1º, será baseado em um modelo de teto de preços calculado com base em um índice, um fator de produtividade, uma parcela de fator de ajuste de preços relativos intrassetor e uma parcela de fator de ajuste de preços relativos entre setores.

Parágrafo único. O índice a ser utilizado, de que trata o *caput*, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado no período de março de 2011 até fevereiro de 2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º O fator de produtividade, de que trata o § 3º do artigo 4º da Lei nº 10.742, de 2003, é expresso em percentual e vem a ser o mecanismo que permite repassar aos consumidores, por meio dos preços dos medicamentos, projeções de ganhos de produtividade das empresas produtoras de medicamentos.

Parágrafo único. O fator de produtividade é estabelecido a partir da estimativa de ganhos prospectivos de produtividade da indústria farmacêutica, na forma do anexo a esta Resolução.

Art. 4º A parcela do fator de ajuste de preços relativos entre setores, a que se refere o inciso II do § 4º da Lei nº 10.742, de 2003, é expresso em percentual e calculado com base na variação dos custos dos insumos, desde que tais custos não sejam recuperados pelo cômputo do índice previsto no parágrafo único do artigo 2º.

Parágrafo único. A forma de estabelecimento do fator de ajuste de preços relativos entre setores está explicitada no anexo a esta Resolução.

Art. 5º A parcela do fator de ajuste de preços relativos intrassetor, a que se refere o inciso I do § 4º da Lei nº 10.742, de 2003, é expresso em percentual e calculado com base no poder de mercado, que é determinado, entre outros, pela assimetria de informação, pelas barreiras à entrada e pelo poder de monopólio.

Parágrafo único. A forma de estabelecimento do fator de ajuste de preços relativos intrassetor está explicitada no anexo a esta Resolução.

Art. 6º Após a publicação oficial do IPCA de fevereiro de 2012, a CMED editará resolução específica dispondo acerca da forma de definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor dos medicamentos, da forma de apresentação de Relatório de Comercialização pelas empresas produtoras, e de todas as outras providências inerentes à viabilização do ajuste dos preços dos medicamentos.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BUCARESKY
Secretário Executivo

ANEXO

1 - FÓRMULA

VPP = IPCA - X + Y + Z

onde,

1.1 **VPP** representa a variação percentual do preço do medicamento;

1.2 **IPCA** representa a taxa de inflação medida pela variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo;

1.3 ***X*** representa o fator de produtividade;

1.4 ***Y*** representa o fator de ajuste de preços relativos entre setores; e

1.5 ***Z*** representa o fator de ajuste de preços relativos intrassetor.

2 - FATOR DE PRODUTIVIDADE (FATOR X)

2.1. Fica fixado o fator de produtividade em 6,10% (seis vírgula dez por cento), para o ano de 2012.

2.2. O cálculo do fator de produtividade empregou a mesma metodologia utilizada nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 que selecionou um modelo econométrico de série temporal com média móvel com ordem de integração 1, componente autorregressivo de ordem (1) e sazonalidade (6 e 12). Foram utilizadas séries históricas mensais de janeiro de 2002 a junho de 2011, para as seguintes variáveis:

2.2.1. Variável dependente: Produtividade do Trabalho na Indústria Farmacêutica Brasileira (projetada em escala logarítmica) obtida pela divisão, em cada período, do índice de quantum da Produção Física da Indústria Farmacêutica (Fonte: PIMPF/IBGE) pelo total de horas mensais trabalhadas do pessoal ocupado na indústria farmacêutica (Fonte: RAIS/CAGED).

2.2.2. Variáveis independentes analisadas: Índice de preços ao consumidor-amplo (IPCA/IBGE); produto interno bruto do Brasil (PIB/IBGE), dessazonalizado; taxa de juros real, obtida deduzindo-se da taxa Selic (BACEN) a inflação medida pelo IPCA; e taxa de câmbio livre, em dólar americano (venda).

2.2.2.1. Todas as variáveis foram obtidas no item "séries temporais" do sítio do Banco Central do Brasil (www.bcb.com.br).

2.2.3. Variáveis independentes no modelo selecionado: produto interno bruto do Brasil (PIB/IBGE), dessazonalizado; e taxa de juros real, obtida deduzindo-se da taxa Selic (BACEN) a inflação medida pelo IPCA.

2.3. O fator de produtividade foi calculado aplicando-se no modelo selecionado as projeções das variáveis acima realizadas pelo BACEN e disponibilizadas no sítio www.bcb.gov.br, para o período de julho 2011 a dezembro de 2012.

3 - FATOR DE AJUSTE DE PREÇOS RELATIVOS ENTRE SETORES (FATOR Y)

$$Y_t = \max\{0, V_t\};$$

$$V_t = \left\{\left[\begin{array}{l}\left(1-\frac{S_{t-1}}{100}\right), se\ H_t \geq 0\ e\ |S_{t-1}| \leq H_t \\ \left(1+\frac{H_t}{100}\right) \div \left(1+\frac{H_{t-1}}{100}\right), se\ H_t \geq 0\ e\ |S_{t-1}| > H_t \\ 1, se\ H_t < 0\end{array}\right] - 1\right\} \times 100$$

$$S_t = \left\{\left[\begin{array}{l}\left(1-\frac{S_{t-1}}{100}\right)^{-1}, se\ H_t \geq 0\ e\ |S_{t-1}| \leq H_t \\ \left(1-\frac{S_{t-1}}{100}\right) \times \left(1+\frac{H_t}{100}\right)^{-1}, se\ H_t \geq 0\ e\ |S_{t-1}| > H_t \\ \left(1-\frac{H_t}{100}\right), se\ H_t < 0\end{array}\right] - 1\right\} \times (-100)$$

$$H_t = \alpha_t \times \min\left\{\dot{I}_{ft}; \dot{I}_{et}\right\}$$

onde:

$$S_0 = 0; S_t \leq 0\ e\ 0 < \alpha_t < 1\ \forall\ t = 1,2,3,...$$

3.1 ***I_{ft} representa*** a taxa de variação dos custos não gerenciáveis do setor farmacêutico entre o período t e t-1, $[(I_{ft} - I_{ft-1})/I_{ft-1}]$ x 100;

3.2 ***I_{et} representa a taxa de variação média dos custos não gerenciáveis da economia, dada pela variação do índice de custo agregado entre o período t e t-1, $[(I_{et} - I_{et-1})/I_{et-1}]$ x 100;***

3.3 **V_t representa a diferença entre H_t e o saldo acumulado do período anterior (t-1);**

3.4 α_t representa o peso dos itens de custo não gerenciáveis no custo total do setor farmacêutico no período t; e

3.5 ***S_t corresponde ao saldo acumulado dos valores de H_t no período t.***

3.6 Para o ano de 2012, o fator de ajuste de preços relativos entre setores assume o valor de 0 (zero).

O saldo começará a ser computado sempre que H_t for negativo.

4 - FATOR DE AJUSTE DE PREÇOS RELATIVOS INTRASSETOR (FATOR Z)

4.1 O fator de ajuste de preços relativos intrassetor visa a promover a concorrência nos diversos mercados de medicamentos, ajustando preços relativos entre os mercados com menor concorrência e os mais competitivos.

4.2 A maior concorrência é possibilitada, entre outros fatores, por uma menor assimetria de informação e por menores barreiras à entrada (mercados mais contestáveis).

4.3 A participação em faturamento dos medicamentos genéricos vem a ser o indicador mais simples e fiel do grau de concentração de um mercado específico, pois possui forte correlação estatística negativa com as variações de preços desde a entrada dos primeiros medicamentos genéricos, conforme definidos pela Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

4.4 A correlação negativa entre a participação de genéricos e a variação de preços demonstra que os ganhos de produtividade nos mercados mais concorrenciais, entendidos como aqueles com maiores presenças de genéricos, são mais rapidamente repassados ao consumidor que nas classes menos competitivas.

4.5 O indicador de participação de genéricos é usado, então, para se construir uma categorização dos mercados, definidos pelas classes terapêuticas, as quais, por sua vez, são baseadas nas indicações terapêuticas contidas nos registros dos medicamentos.

4.6 Foram definidos três níveis, de acordo com a participação de mercado dos medicamentos genéricos:

4.6.1 Nível 1: Classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento igual ou superior a 20%, onde o fator Z assume o valor de 6,10% (seis vírgula dez por cento), correspondendo a um repasse total da produtividade.

4.6.2 Nível 2: Classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento igual ou superior a 15% e abaixo de 20%, onde o fator Z assume o valor de 3,05% (três vírgula zero cinco por cento), correspondendo a um repasse parcial da produtividade.

4.6.3 Nível 3: Classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento abaixo de 15%, assumindo o fator Z valor 0 (zero), pois não tem havido repasse da produtividade nestas classes.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 404, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 71 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 119, de 3 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº.210, Seção 1, págs.2 e 3, do dia 4 de novembro de 2009 e pelas Resoluções nº 63, publicada no Diário Oficial da União, n° 231, s/1, p. 25, de 27 de novembro de 2008 e n° 156, publicada no Diário Oficial da União, n° 128, S/1, do dia 07 de julho de 2010, resolve:

Art. 1º - Renovar a autorização da empresa PROAIR Training Center a ministrar os cursos Básico, Raios-X e Familiarização, conforme Parecer nº 44/2012/SCD/RJ.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALÉRIA PEREIRA BASTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 403, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Da Revogação da Suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela portaria nº 1/SSO, de 2 de Janeiro de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC-119 - Certificação; Operadores Regulares e Não Regulares, e, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1° - Ratificar a revogação da suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de Transportes Aéreo (CHETA) n° 2004-06-4CGV-10-01, emitido em 07/04/2009, em favor de HELIMARTE TÁXI AÉREO LTDA, determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n° 60840.040675/2011-92, em virtude do cumprimento das não-conformidades que motivaram a suspensão, e comunicada à interessada em 24/02/2012 por meio de ofício n° 00065.008864/2012-57.

JOÃO LUÍS BARBOSA CARVALHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 143, DE 1º DE MARÇO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 3º, da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, tendo em vista o amparo previsto pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966 e o que consta no Processo nº 21000.001740/2012-85, resolvem:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, na forma de Valor para Escoamento do Produto - VEP, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab):

I - destino do produto a ser ofertado: Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), estados das regiões Norte e Nordeste e Norte de Minas Gerais (MG);

II - adquirentes:

a) no RS e SC - avicultores, suinocultores, bovinocultores de leite, cooperativas de criadores de aves, de suínos e de bovinos de leite;

b) no ES, RJ, nos estados das Regiões Norte e Nordeste e Norte de MG - avicultores, suinocultores, ovinocultores, caprinocultores, bovinocultores de leite, cooperativas de criadores de aves, suínos, ovinos, caprinos e bovinos de leite e indústrias de ração para avicultura, suinocultura, ovinocultura e caprinocultura;

III - origem do produto a ser ofertado: estados onde houver estoque público, observado o disposto no art. 15 da seção IV do capítulo IV do título II da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 182, de 25 de agosto de 1994;

IV - volume: até 500 mil toneladas de milho;

V - preço de abertura do leilão: média dos preços de mercado nos 5 (cinco) dias anteriores à data limite para divulgação do aviso do leilão, na região onde se encontra depositado o produto ofertado;

VI - Valor para Escoamento do Produto (VEP): valor fixo, calculado de acordo com a fórmula abaixo, o qual será divulgado junto com o preço de abertura do produto em cada leilão e devolvido ao adquirente mediante comprovação do escoamento do produto para local de destino, no prazo previsto:

VEP = Pm + CMRa - (PI + CMRb), onde:

VEP = Valor para Escoamento do Produto;

Pm = Preço médio de mercado praticado nos últimos 5 (cinco) dias anteriores à data limite para divulgação do aviso do leilão, na região onde se encontra depositado o produto que será ofertado;

CMRa = Custo Médio de Remoção do produto do estado onde se encontra depositado o milho em grãos (ou região deste estado) até a região de consumo no estado ou região de destino do produto;

PI = Paridade de Importação "Cost, Insurance and Freight" (CIF) do produto no porto brasileiro por onde seria efetuada a importação em reais, pela média da taxa de cambio dos últimos 5 (cinco) dias anteriores à data limite para divulgação do aviso do leilão;

CMRb = Custo Médio de Remoção do produto do porto brasileiro de importação para a região de consumo no estado ou na região de destino do milho em grãos;

§ 1º A indicação das Unidades da Federação (UF) para destino do produto no Aviso do leilão fica condicionada ao resultado positivo da aplicação da fórmula do VEP de que trata o inciso VI deste artigo, não sendo admitido VEP para operação intraestadual.

§ 2º O MAPA, em comum acordo com o Ministério da Fazenda, e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, poderá ampliar a quantidade ofertada de milho de que trata o inciso IV deste artigo, caso ainda haja desabastecimento do produto nos estados e regiões de que trata o inciso I deste artigo.

§ 3º Na definição do preço de abertura do produto no leilão não se aplicam os deságios previstos no art. 2º da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 224, de 4 de novembro de 1994, nem os de safra previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 454, de 4 de novembro de 1997.

§ 4º Na data da realização do leilão, os adquirentes de que trata o inciso II deste artigo devem estar adimplentes junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e com cadastro em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

§ 5º Os valores a serem utilizados na fórmula de que trata o inciso VI deste artigo devem ser coletados em entidades operadoras do mercado e indicadas na memória de cálculo.

§ 6º O cálculo da Paridade de Importação CIF (PI) terá como base os portos dos Estados ou das regiões de destino.

§ 7º Para cálculo do Custo Médio de Remoção terrestre (CMRa e CMRb), o valor do frete terá como base R$0,09 (nove centavos de real) por quilômetro/tonelada.

§ 8º O valor do frete definido no § 7º deste artigo poderá ser substituído por valor calculado com base nos preços médios do frete para a região de destino, verificados na semana que antecede a divulgação do leilão, obtidos pelo MAPA, podendo ser incorporado ágios ou deságios específicos para cada UF em razão de condições estruturais das estradas.

Art. 2º A Conab disponibilizará no seu sítio na Internet:

I - em até 5 (cinco) dias úteis após a data de realização do leilão: o nome completo dos adquirentes, com o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (DAP), quando for o caso, quantidade adquirida, municípios e Unidade da Federação de destino do produto amparado;

II - em até 60 (sessenta) dias após a data limite para o pagamento de cada operação: a quantidade efetivamente comprovada por adquirente com o respectivo valor do VEP recebido e a data do pagamento.

Art. 3º Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MF/MAPA/MP nºs 568, de 09 de dezembro de 2010, 45 e 56, de 07 e 15 de fevereiro de 2011, respectivamente.

Art. 4º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31/12/2012.

MENDES RIBEIRO
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 144, DE 1º DE MARÇO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, tendo em vista o amparo previsto pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e pelas Portarias Interministeriais nºs 182, 38 e 1.072, de 25 de agosto de 1994, de 09 de março de 2004 e de 08 de novembro de 2010, respectivamente, e o que consta no Processo nº 21000.001739/2012-51, resolvem:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, em razão da estiagem ocorrida nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão", a ser operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab):

I - beneficiários situados e com atividade no RS e SC:

a) avicultor, suinocultor e bovinocultor de leite;

b) cooperativa detentora de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar Jurídica (DAP Jurídica);

II - quantidade de produto a ser disponibilizado: até 200 (duzentas) mil toneladas;

III - limite de aquisição em todo o programa:

a) por avicultor, suinocultor e bovinocultor de leite: até 6 (seis) toneladas por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e por Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (DAP), quando for o caso;

b) por cooperativa de avicultores, suinocultores e bovinocultores de leite que atendam aos requisitos da Lei nº 11.326/06: até 6 (seis) toneladas por cooperado ativo detentor da DAP, sendo limitada a liberação de no máximo 6 (seis) mil toneladas por Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e por DAP Jurídica;

IV - preço de venda do milho em grãos: R$21,00 (vinte e um reais) por saca de 60 (sessenta) Kg.

Art. 2º Fica vedada a participação neste programa dos adquirentes constantes das alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 1º que participem de qualquer operação de venda de milho do estoque público por meio do Leilão da Conab.

Art. 3º O MAPA, em comum acordo com o Ministério da Fazenda e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, poderá ampliar a quantidade ofertada de milho em grãos de que trata o inciso II.

Art. 4º O MAPA e a Conab estabelecerão as instruções operacionais para a execução do programa "Venda Balcão", com base nesta Portaria Interministerial.

Art. 5º A Conab disponibilizará no seu sítio na internet em até 30 (trinta) dias após a data da efetiva compra, as seguintes informações:

I - o nome completo do avicultor, do suinocultor e do bovinocultor de leite, com o respectivo número do CPF e da DAP, quando for o caso, quantidade adquirida, município e Unidade da Federação (UF);

II - nome completo da cooperativa, com respectivo número do CNPJ e da DAP Jurídica, quantidade total adquirida, o nome completo de cada cooperado ativo comprador, com o respectivo número do CPF e da DAP, quantidade adquirida, município e UF.

Art. 6º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31/12/2012.

MENDES RIBEIRO
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 2, DE 1º DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto Legislativo nº 885, de 30 de agosto de 2005, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e considerando ainda o que consta dos Processos nos 21000.003535/2009-59, 21000.005643/2011-81 e 21000.005644/2011-25, resolve:

Art. 1º Estabelecer os requisitos fitossanitários para a importação de turfa de Sphagnum spp. (Categoria 5, classe 10) produzidas na Estônia, Letônia e Dinamarca.

Art. 2º O produto especificado no art. 1º desta Instrução Normativa deverá estar livre de material de solo, acondicionado em embalagens novas e de primeiro uso e acompanhados de Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Estônia, Letônia ou Dinamarca.

Art. 3º As partidas especificadas no art. 1º serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF) e, havendo motivos que justifiquem a coleta de amostras, essas serão coletadas e enviadas para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados.

Parágrafo único. Em caso de coleta de amostras os custos do envio destas, bem como os custos das análises, serão com ônus para o interessado, que ficará depositário do restante da partida, não podendo comercializar o produto até a conclusão dos exames e emissão dos respectivos laudos de liberação.

Art. 4º Caso seja interceptada praga quarentenária, ou praga sem registro de ocorrência no Brasil, nas partidas importadas citadas no art. 1º desta Instrução Normativa, deverão ser adotados os procedimentos dispostos no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934.

Parágrafo único. Ocorrendo a interceptação que trata o caput deste artigo, a ONPF do país de origem será notificada e a ONPF do Brasil poderá suspender as importações até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 5º O produto não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas no art. 2º desta Instrução Normativa.

Art. 6º A ONPF do país exportador deverá comunicar à ONPF do Brasil qualquer ocorrência de nova praga em seu território.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA SDA Nº 29, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012, publicada no Diário oficial da União nº 42, de 01 de março de 2012, Seção 1, páginas 9 e 10, onde se lê: Instrução Normativa nº 29, de 29 de fevereiro de 2012, leia-se: Projeto de Instrução Normativa nº..., de... de.....de 2012.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 89, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº- 428 de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010 e Portaria Ministerial n.°137, de 25 de junho de 2007, publicada no DOU do dia seguinte. E tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.006155/2011-01, resolve:

Art. 1° Credenciar a empresa LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A, número BR PR 452, CNPJ n° 76.506.302/0011-70, localizada na Fazenda Estrela de Cima s/nº, Bairro Rural, Município Coronel Domingos Soares- PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários e no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos:

IX Tratamento térmico (HT)

X Secagem em Estufa (KD)

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 01 (um) ano, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL GONÇALVES FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 54, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo 21052.016637/2006-86, resolve:

Art. 1° Renovar o Credenciamento número BR SP 117, da empresa GLOBAL AMBIENTAL LTDA., CNPJ 07.032.094/0001-20, localizada na Rua João Guerra, nº 127, Macuco, Santos/SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: Fumigação em Contêineres - BrMe e Fosfina (FEC), Fumigação em Câmara de Lona - BrMe e Fosfina (FCL), Fumigação em Silos Herméticos (FSH) e Fumigação em Porões de Navio (FPN),

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ TADEU DE FARIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n° 39, de 10 de fevereiro de 2012, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2012, Seção I, pág 5,
onde se lê: CNPJ 07.738.704/0001-41,
leia-se: CNPJ 07.378.704/0001-41

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 159, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003570/2011-29, de 7 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Solution Comércio e Manutenção Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 05.805.147/0001-72, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 1023, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 5 de janeiro de 2012, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 1023, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 5 de janeiro de 2012.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 160, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003554/2011-36, de 7 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Portotec - Indústria e Comércio de Computadores Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.421.794/0001-06, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 903, de 28 de novembro de 2011, publicada no DOU de 1 de dezembro de 2011, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 903, de 28 de novembro de 2011, publicada no DOU de 1 de dezembro de 2011.

MARCO ANTONIO RAUPP

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 1º de março de 2012

1ª Relação de distribuição de cota para importação-Lei Nº 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0002/1990	Universidade Federal de São Paulo	547.718,14
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	1.499.199,35
0004/1990	Universidade Federal de São Carlos	711.403,82
0005/1990	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	45.181,78
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	223.279,83
0007/1990	Fundação Universitária José Bonifácio	511.602,95
0008/1990	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	6.949.022,80
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	811.075,32
0013/1990	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	1.569.716,39
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	130.295,35
0015/1990	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	109.795,20
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	973.375,35
0019/1990	Universidade Federal do Rio Grande	32.365,00
0020/1990	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	2.720.290,33
0021/1990	Universidade Federal de Minas Gerais	153.310,24
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	230.537,33
0025/1990	Universidade Federal de Alagoas	69.000,00
0027/1990	Universidade Federal do Rio de Janeiro	146.203,97
0028/1990	Universidade Federal de Santa Catarina	3.405,07
0029/1990	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	33.153,83
0037/1990	Fundação Zerbini	150.425,79
0044/1990	Fund. ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária	4.496,93
0045/1990	Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa	42.005,17
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	4.956,36
0064/1990	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	89.082,94
0065/1990	Instituto de Tecnologia de Alimentos	28.544,48
0066/1990	Fund.da UFPR para o Desenvolv. da Ciência, Tecnologia e Cultura	86.620,72
0069/1990	Universidade Federal do Paraná	401.349,04
0070/1990	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP	251.193,60
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	266.897,72
0101/1990	Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein	15.870,95
0103/1990	Fund. de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco	184.849,17
0104/1990	Universidade Federal da Paraíba	14.486,17
0105/1990	Instituto Nacional de Telecomunicações	102.772,96
0106/1990	Universidade Federal da Bahia	15.631,36
0109/1990	Universidade Federal de Viçosa	636.601,57
0111/1990	Universidade Federal de Pernambuco	93.130,00
0120/1990	Universidade Federal de Goiás	206,46
0121/1990	Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	39.837,61
0122/1990	Universidade Estadual de Maringá	67.751,17
0123/1990	Universidade Estadual de Londrina	32.824,70
0131/1990	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	16.207,42
0134/1990	Fundação Gorceix	125.125,17
0135/1990	Fundação Butantan	2.573.634,26
0137/1990	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	374.029,79
0143/1990	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz	6.163,41
0144/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	16.464,73
0147/1990	Universidade Federal de Ouro Preto	14.121,52
0152/1990	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	15.347,00
0158/1990	Fund. de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia	34.624,64
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	1.624.860,42
0161/1990	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	41.055,20
0181/1991	Universidade Federal de Lavras	217.138,65
0187/1991	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	27.355,95
0206/1991	Universidade Federal de Pelotas	97.187,92
0207/1991	Fundação de Ciências Aplicadas e Tecnologia Espaciais	85.412,95
0219/1991	Fundação Antônio Prudente	107.490,50
0239/1991	Universidade Federal de Sergipe	146.975,00
0243/1991	Instituto Ludwig de Pesquisa sobre o Câncer	54.842,02
0247/1991	Universidade do Vale do Itajaí	46.165,00
0248/1991	Fundação de Apoio à Física e à Química	45.566,31
0281/1991	Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	165.872,76
0285/1991	Fundação Christiano Ottoni	39.787,36
0290/1992	Universidade de Sorocaba	11.400,00
0302/1992	Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	36.293,80
0311/1992	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa	139.221,16
0337/1992	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	265.487,68
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	199.987,61
0360/1992	Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA	178.073,00
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	129.531,65
0404/1992	Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin	54.200,00
0468/1993	Universidade Federal de Alfenas	510.366,42
0469/1993	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	317.216,32
0534/1993	Fund. Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	828.789,56
0546/1993	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional	67.450,58
0551/1993	Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer	179.726,95
0570/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa	880.396,62
0575/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola	37.735,00
0585/1994	Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	195.017,94
0589/1994	Instituto de Física de São Carlos	171.378,00
0590/1994	Instituto de Química de São Carlos	1.213,00
0625/1995	Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia	55.912,96
0633/1995	Escola de Engenharia de São Carlos	2.031,00
0637/1995	Fundo de Defesa da Citricultura	3.250,00
0653/1995	Universidade Federal do Espírito Santo	95.873,02
0657/1995	Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina	3.456,00
0659/1996	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	300.150,00
0668/1996	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe	132.070,00
0674/1996	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá	28.277,48
0677/1996	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Extensão	999.749,80
0687/1996	Laboratório de Poços de Caldas	6.000,00
0693/1997	Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron	334.337,74
0695/1997	Escola Politécnica	350,00
0697/1997	Instituto de Física	843,00
0701/1997	Faculdade de Ciências Farmacêuticas	38.500,00
0703/1997	Fundação Médica do Rio Grande do Sul	13.483,00
0712/1997	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	173.789,25
0729/1998	Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina	75.104,18
0732/1998	Fund. de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias	1.425,00
0740/1998	Fund. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	230.297,68
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	475.901,64
0750/1998	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	739.793,21
0760/1999	Fund. para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	278.999,87
0762/1999	Fundação Educacional Charles Darwin	535.674,11
0772/2000	Fundação Espírito-Santense de Tecnologia	291.773,91
0782/2000	Instituto de Biologia Molecular do Paraná	165.271,12
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa do Pará	207.441,44
0792/2000	Fundação Ceciliano Abel de Almeida	9.055,23
0809/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso	207.897,84
0812/2001	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	908.670,11
0814/2001	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	563.360,05
0819/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ	76.062,68
0824/2001	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	11.657,00
0833/2001	Fundação de Apoio Institucional Muraki	49.506,00
0838/2001	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a UFF	39.385,81
0860/2002	RTV Ouro Preto	72.250,04
0867/2002	Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões	88.912,10
0901/2003	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	67.454,70
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS)	47.763,14
0936/2005	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão	100.437,50
0951/2005	Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte	138,40
0962/2005	Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa	236.790,37
0979/2006	Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional	22.215,00
0981/2006	Fundação Cultural e de Fomento a Pesquisa, Ensino e Extensão	102.463,66
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	124.263,79
1012/2007	Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural	140.226,07
1013/2007	Fundação de Apoio à Pesquisa,Desenvolvimento e Inovação-Exercito Brasileiro	100.756,31
1015/2007	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica	1.248,07
1044/2007	Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro	254.011,60
1049/2008	Universidade Estadual de Goiás	90.500,00
1060/2008	Hospital Infantil Pequeno Príncipe	152.000,00
1071/2008	Universidade Federal do Pampa	25.000,00
1073/2008	Instituto Mato-Grossense do Algodão	7.920,00
1120/2010	Centro de Inovações CSEM Brasil	6.463,37
1123/2010	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	36.585,84
1133/2011	Laboratório Nacional Agropecuário no Rio G do Sul	25.936,37
1150/2011	Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del Rei	61.918,12
1152/2011	Centro Universitário de Volta Redonda	424.413,90
1159/2011	Instituto Materno Infantil de Pernambuco	33.749,31

ERNESTO COSTA DE PAULA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 5, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O COORDENADOR DE PESQUISA E LICENCIAMENTO ARQUEOLÓGICO DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria DEPAM/IPHAN nº. 2, de 29 de junho de 2009, publicado no D.O.U., Seção 2, de 01.07.09 e de acordo com o disposto no inciso VIII do artigo 17, Anexo I do Decreto nº. 6.844 de 07.05.09, na Lei nº. 3.924, de 26.07.61 e na Portaria SPHAN nº. 07, de 01.12.88 e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I -Expedir PERMISSÕES, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I a esta Portaria.

II -Expedir RENOVAÇÃO DE PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II a esta Portaria.

III -Expedir PRORROGAÇÃO DE PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo III a esta Portaria.

IV -Determinar às Superintendências Regionais do IPHAN da área de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

V -Condicionar a eficácia das presentes permissões, autorizações e renovações de permissão à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN nº. 07, de 01.12.88.

VI -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁDIA DO PRADO PEREIRA

ANEXO I

01 - Processo nº. 01514.002193/2011-77.
Projeto: Programa de Diagnóstico e Prospecções Arqueológicas PCH CRUZ VELHA E CUTIA ALTO.
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini.
Apoio Institucional: CAALE -MG.
Área de Abrangência: Municípios de Ituiutaba, Canápolis, Monte Alegra de Minas e Prata, no Estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 09 (nove) meses.
02 - Processo nº. 01514.003462/2008-17
Projeto: Programa de Prospecção Arqueológica na Área de Influência da PCH SERRA DAS AGULHAS.
Arqueólogo Coordenador: Gerson Levi Lazzaris.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - UFVJM
Área de Abrangência: Municípios de Monjolos e Diamantina, no Estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
03 - Processo nº. 01514.004892/2011-51
Projeto: Projeto de Diagnóstico Arqueológico Prospectivo na Área do Processo DNPM N° 830.872/2001, EMPREITEIRA SUL BRASIL LTDA.
Arqueólogo Coordenador: Eliany Salaroli La Salvia.
Apoio Institucional: CAALE - Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire.
Área de Abrangência: Município de Bonfim, no Estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses.
04 - Processo nº. 01514.004294/2010-00
Projeto: Programa de Diagnóstico Interventivo do Potencial na Área da USINA VALE DO SÃO SIMÃO.
Arqueólogo Coordenador: Gustavo Neves de Souza.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - UFVJM
Área de Abrangência: Município de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 01 (um) meses.
05 - Processo nº. 01514.004460/2011-41
Projeto: Programa de Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico da PCH SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA.
Arqueólogo Coordenador: Paulo Alvarenga Junqueira e Ione Mendes Malta.
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - PUC/MG.
Área de Abrangência: Município de São Francisco da Glória, no Estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses.
06 - Processo nº. 01514.005487/2011-51
Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Levantamento Prospectivo de Subsuperfície em Área de 3 ha onde será instalado o FORNO (UTM 23K0413277/11554938) L-IMERYS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL LTDA.
Arqueólogo Coordenador: Fernando Walter Costa.
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Doresópolis, no Estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
07 - Processo nº. 01514.002235/2011-70
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo na ADA DNPM 833.999/1993 EMPRESA HÉLIO PEREIRA LTDA.
Arqueólogo Coordenador: Edward Koole.
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire - CAALE
Área de Abrangência: Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses.
08 - Processo nº. 01514.004442/2010-88
Projeto: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico e Subprograma de Educação Patrimonial - EXPANSÃO DO PROJETO SERRA AZUL.
Arqueólogo Coordenador: Tiago Moreira Alves.
Apoio Institucional: Centro d Arqueologia Annette Laming Emperaire - CAALE.
Área de Abrangência: Município de São João de Bicas, no Estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 06 (seis) meses.
09 - Processo nº. 01510.001724/2011-44
Projeto: Diagnóstico Arqueológico em Área para Empreendimento em Propriedade de TOSCANA CONSTRUTORA.
Arqueólogo Coordenador: Maria Cristina Alves.
Apoio Institucional: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.
Área de Abrangência: Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
10 - Processo nº. 01510.001618/2011-61
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo para a SUBESTAÇÃO DE 138KV DE TUPY S.A.
Arqueólogo Coordenador: Maria Cristina Alves.
Apoio Institucional: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.
Área de Abrangência: Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade: 01 (um) meses.
11 - Processo nº. 01510.001539/2011-50
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo para CONDOMÍNIO INDUSTRIAL DE IAB ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.
Arqueólogo Coordenador: Maria Cristina Alves.
Apoio Institucional: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.
Área de Abrangência: Município de Araquari, no Estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
12 - Processo nº. 01510.001454/2011-71
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo em área do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR NA RUA FREI CANECA.
Arqueólogo Coordenador: Maria Cristina Alves.
Apoio Institucional: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.
Área de Abrangência: Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
13 - Processo nº. 01510.001348/2011-98
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo para Elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental para IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL RETROPORTUÁRIO EM ÁREA DE PROPRIEDADE DE CARLOS R. G. NOBREGA E OCTAVIANO B. DUARTE FILHO.
Arqueólogo Coordenador: Maria Cristina Alves.
Apoio Institucional: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.
Área de Abrangência: Município de Itapoá, no Estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
14 - Processo nº. 01510.002296/2011-77
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo em área do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VILLAS DO PORTO.
Arqueólogo Coordenador: Maria Cristina Alves.
Apoio Institucional: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.
Área de Abrangência: Município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade: 01 (um) mês.
15 - Processo nº. 01510.002253/2011-91
Projeto: Monitoramento Arqueológico na Área de Implantação do CANTEIRO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA PONTE LAGUNA.
Arqueólogo Coordenador: Osvaldo Paulino da Silva.
Apoio Institucional: Museu da Cidade de Jaguaruna.
Área de Abrangência: Município de Laguna, no Estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
16 - Processo nº. 01510.002356/2011-51
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na SE ITARARÉ - LT PCH JOÃO BORGES - SE ITARARÉ E SECCIONAMENTO DA LT VIDAL RAMOS JR - HERVAL D'OESTE.
Arqueólogo Coordenador: Luciana Sentana Ribeiro.
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - UNESC.
Área de Abrangência: Municípios de São José do Cerrito e Campo Belo do Sul, no Estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade: 06 (seis) meses.
17 - Processo nº. 01506.003632/2012-49
Projeto: Programa de Prospecções Arqueológicas para o CONJUNTO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR RESIDENCIAL JATOBÁ.
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal.
Apoio Institucional: Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu".
Área de Abrangência: Município de Jacareí, no Estado de São Paulo.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
18 - Processo nº. 01506.003642/2012-84
Projeto: Programa de Prospecções Arqueológicas para a LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA 88/138KV.
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal.
Apoio Institucional: Fundação Cultural de São Sebastião.
Área de Abrangência: Município de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
19 - Processo nº. 01506.002101/2011-58
Projeto: Programa de Prospecções Arqueológicas e Educação Patrimonial para o SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS DO MUNICÍPIO DE ALVILÂNDIA.
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal.
Apoio Institucional: Fundação Cultural de São Sebastião.
Área de Abrangência: Município de Alvilândia, no Estado de São Paulo.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
20 - Processo nº. 01506.003626/2012-91
Projeto: Programa de Prospecção e Educação Patrimonial para o LOTEAMENTO A3F PARTICIPAÇÕE LTDA.
Arqueóloga Coordenadora: Neide Barrocá Faccio
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê.
Área de Abrangência: Município de Itatiba, no Estado de São Paulo.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
21 - Processo nº. 01496.000227/2012-35
Projeto: Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Instalação LT 230KV TAÍBA - PECEM II.
Arqueólogos Coordenadores: Marluce Lopes da Silva e Iago Henrique Albuquerque de Medeiros.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar -UERN.
Área de Abrangência: Município de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará.
Prazo de Validade: 06 (seis) meses.
22 - Processo nº. 01496.000208/2012-17
Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico para a LINHA DE TRANSMISSÃO DA MPX PECEM II.
Arqueólogos Coordenadores: Flávia Prado Moi e André Aragão.
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - NEPAB/UESC.
Área de Abrangência: Município de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
23 - Processo nº. 01424.000020/2012-12
Projeto: Projeto de Resgate Arqueológico no SÍTIO AP-MA-02.
Arqueólogos Coordenadores: João Darcy de Moura Saldanha e Mariana Petry Cabral.
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado do Amapá.
Área de Abrangência: Município de Macapá, no Estado do Amapá.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
24 - Processo nº. 01504.001200/2011-32
Projeto: Projeto de Prospecção Arqueológica no LOTEAMENTO ALPHAVILLE.
Arqueóloga Coordenadora: Suely Gleyde Amâncio Martinelli.
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia do Xingo - MAX.
Área de Abrangência: Município de Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.

ANEXO II

01 - Processo nº. 01514.004248/2010-01.
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo nas Áreas das Poligonais e Áreas de Entorno da EMPRESA TERRATIVA MINERAIS.
Arqueólogo(s) Coordenador(es): Eliany Salaroli La Salvia.
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Área de Abrangência: Município de Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais.

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses.

02 - Processo IPHAN nº 01512.000636/2009-91

Projeto: Projeto de Pesquisas, Prospecções, Monitoramento e Salvamento Arqueológico nas Obras da Rodovia BR 448/RS: Rodovia Parque, Canoas/RS.

Arqueóloga Coordenadora: Gislene Monticelli

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia - Museu de Ciências - Universidade Luterana do Brasil.

Área de Abrangência: Municípios de Canoas, Esteio, Nova Santa Rita, Porto Alegre e Sapucaia do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

03 - Processo IPHAN nº : 01498.000847/2010-92

Projeto: Projeto de Acompanhamento Arqueológico para Embutimento da Rede

Elétrica e Telefônica das Ruas Vigário Tenório, Dona Maria César, da Assembléia, dos

Arrecifes, Tomazina, Maiz e Barros, Travessa do Tuiuti e Travessa do Amorim, Bairro do Recife-PE.

Arqueólogo Coordenador: Nuno José de Souza Rêgo

Apoio Institucional: Museu da Cidade do Recife

Área de Abrangência: Município de Recife, no Estado de Pernambuco.

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO III

01 - Processo nº. 01506.001967/2009-27.

Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Histórico e Cultural (Etapas Prospecção e Resgate) Empreendimento Alphaville Ribeirão Preto.

Arqueóloga Coordenadora: Erika Marion Robrahn-González.

Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Estratégicos - Universidade Estadual de Campinas.

Área de Abrangência: Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

02 - Processo IPHAN nº 01506.001607/2006-82

Projeto: Programa de Manejo Arqueológico Aproveitamentos Hidrelétricos da AES Tietê S/A, SP/MG - UHEs Nova Avanhadava, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita; UHE Água Vermelha e UHEs Limeiro, Caconde, Euclides da Cunha e PCH Mogi Guaçu .

Arqueóloga Coordenadora: Érika Marion Robrahn-Gonzalez.

Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas.

Área de Abrangência: Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

03 - Processo nº. 01506.000559/2008-77.

Projeto: Diagnóstico de Situação e Valoração Científica do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos.

Arqueóloga Coordenadora: Erika Marion Robrahn-González.

Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Estratégicos - Universidade Estadual de Campinas.

Área de Abrangência: Município de Santos, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 12(doze) meses.

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446, de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto N° 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória N° 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei N° 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual, relacionado á Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei N° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória N° 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO

10 1009 - Espaço Cultural CPFL 2010 - Cinema (Art. 18)
CNPJ/CPF: 03.909.962/0001-56
SP - São Paulo
Período de captação: 01/03/2012 a 30/06/2012

PORTARIA Nº 24, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 12043 - Harmonia de Ser
Alexandre Côrtes Carvalho
CNPJ/CPF: 225.426.548-24
Processo: 01400.038695/20-11
MG - Tiradentes
Valor do Apoio R$: 141.622,50
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um documentário musical de 40 minutos, acompanhando o pensamento, o modo de vida e a arte de quatro músicos.

11 11556 - Cennarium.com
Artincenna Produtora Cultural e Artística Ltda.
CNPJ/CPF: 07.740.637/0001-63
Processo: 01400.036291/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 3.959.450,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Criação de um portal de acervo audiovisual com espetáculos de artes cênicas, através da disponibilização de cerca de 10 novos espetáculos teatrais ao mês.

11 14184 - "A Morte do Toureador" - Projeto de Finalização
Emanuelle Calgaro
CNPJ/CPF: 937.635.900-30
Processo: 01400.041670/20-11
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 86.431,39
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Finalização do curta-metragem de 15 minutos, em bitola 35mm, produzido e filmado em Mato Grosso.

11 12504 - Siba - Os Tantos Quanto Fui e Sou
Fina Produção Ltda ME
CNPJ/CPF: 11.868.892/0001-63
Processo: 01400.039278/20-11
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 132.608,50
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um documentário de 60 minutos, sobre o processo criativo e a concepção do novo trabalho do músico, poeta e compositor pernambucano Siba Veloso.

11 14210 - Um mundo em eterna mutação
Fernando de Assis Libânio
CNPJ/CPF: 034.670.206-23
Processo: 01400.041697/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 197.000,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um documentário de 50 minutos, sobre as memórias e visão de mundo de cidadãos da terceira idade.

11 14216 - Poética de Barro
Giuliana Danza Santos Frazão
CNPJ/CPF: 027.591.616-25
Processo: 01400.041703/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 58.140,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um curta metragem de animação, sobre a luta e transformação de uma pequena criatura feita de argila, mediante as intempéries climáticas que castigam seu mundo com a falta de água.

11 11823 - Drama
Guilherme Ricci Aranha
CNPJ/CPF: 358.251.758-65
Processo: 01400.037488/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 143.988,38
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um curta metragem de 15 minutos, sobre um conflito familiar que se passa no interior da São Paulo da década de 1940.

11 14238 - ALVORECER
Jorge Castilho de Albuquerque Araújo
CNPJ/CPF: 415.393.384-87
Processo: 01400.041726/20-11
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 143.294,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um curta metragem de 15 minutos, sobre a violência contra as mulheres, o analfabetismo em adultos e o método Paulo Freire de alfabetização.

11 12038 - JANELAS FECHADAS, A VIDA DO CIENTISTA ELSIMAR COUTINHO
MULTIPRESS COMUNICAÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 68.569.839/0001-89
Processo: 01400.038689/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 399.340,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um documentário de 52 minutos, sobre a vida do maior cientista brasileiro na área de medicina reprodutiva e farmacêutica, o médico baiano Elsimar Coutinho.

11 14208 - Região Bragantina
Luiz Carlos Coelho Amberg
CNPJ/CPF: 302.412.279-68
Processo: 01400.041694/20-11
SP - Piracaia
Valor do Apoio R$: 460.087,46
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um documentário de 54 minutos, sobre "Piracaia e a Região Bragantina", a ser realizado no estado de São Paulo.

11 14233 - ENTRELAÇOS
Marina Rigueira Cavalcanti Mazzoni
CNPJ/CPF: 050.983.636-40
Processo: 01400.041721/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 364.566,57
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um documentário de até 25 minutos, sobre os moradores de rua e a relação entre eles e a cidade de Belo Horizonte.

11 13168 - PLOC, A BORBOLETA MAIS LINDA QUE JÁ VI
R. SUPPTITZ LTDA
CNPJ/CPF: 06.334.176/0001-66
Processo: 01400.040471/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 723.750,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um filme de até 40 minutos, adaptado do roteiro da peça teatral PLOC, A BORBOLETA MAIS LINDA QUE JÁ.

11 12036 - Projeto Zilda Brandão
Zilda Brandão
CNPJ/CPF: 229.653.438-49
Processo: 01400.038687/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 392.197,76
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de um documentário de 52 minutos, sobre a Culinária brasileira desenvolvida no Brasil como temperos típicos de cada região e referências tradicionais da cultura culinária.

ANEXO II

11 9413 - COMPASSOS
RJ SERVIÇOS CINE VIDEO LTDA
CNPJ/CPF: 13.021.376/0001-24
Processo: 01400.033749/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 380.461,25
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012

Produção de uma série televisiva de 4 episódios de 26 minutos cada, voltados para a valorização das diversidades culturais existentes na humanidade.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 117, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 14597 - Corpo D´Água
Monica Silva da Costa
CNPJ/CPF: 054.038.797-57
Processo: 01400.042144/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 243.245,38
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 30/09/2012
Resumo do Projeto:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Circulação Nacional e Internacional do Espetáculo de Dança Afro-Contemporânea Corpo D´Água, com 50 min de duração, nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Buenos Aires e Berlim , nesta ordem cronológica, com 2 (duas) apresentações em cada uma das cidades.

11 14606 - MDR (Música, Dança e Reciclagem)
Dirceu Luis Pereia
CNPJ/CPF: 804.697.440-49
Processo: 01400.042153/20-11
RS - Caxias do Sul
Valor do Apoio R$: 452.930,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:

O objetivo do projeto é a realização de 05 apresentações culturais nas cidades de: Caxias do Sul; Santo Ângelo RS; Bento Gonçalves RS; Torres RS; Paraí RS. Reunindo 4 grupos de dança típicas da região, Xote, Vaneirão, Rancheira, Bugio. Serão contratados músicos instrumentistas que tocam instrumentos para dar ritmos na dança dos grupos. Estimativa de 5.000 pessoas por apresentação.

11 13901 - DANÇA URBANA - A Expressao Atraves da Arte
Multiplicando Talentos
CNPJ/CPF: 09.008.738/0001-70
Processo: 01400.041337/20-11
SC - Criciúma
Valor do Apoio R$: 82.000,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

O Projeto DANÇA URBANA - A Expressao atraves da Arte envolve a cultura e processo de desenvolvimento social. Serao realizadas Oficinas de Danca de Rua, gratuitamente, para 60 criancas e adolescentes em 02 bairros da cidade de Criciuma. Para difusao e popularizacao desta arte serao realizadas apresentacoes em espacos publicos, de forma gratuita, contribuindo para o Acesso a Cultura da populacao de nossa cidade.

11 13834 - Dr.Fausto da Silva no Ser Tão.
Coletivo Teatral Ser Tão Teatro
CNPJ/CPF: 10.823.561/0001-44
Processo: 01400.041249/20-11
PB - João Pessoa
Valor do Apoio R$: 820.870,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Montagem do espetáculo Dr. Fausto da Silva, escrito pelo paraibano Paulo Pontes, e com atores do Coletivo Ser Tão Teatro de João Pessoa-PB. A peça circulará gratuitamente por praças públicas de 12 cidades em 8 estados brasileiros, totalizando 20 apresentações, ao longo de 2 meses. Vinte e quatro pessoas percorrerão de ônibus um circuito de João Pessoa ao Rio de Janeiro, apresentando o espetáculo, ministrando oficinas gratuitas e promovendo debates públicos em cada cidade visitada.

11 12459 - LUPICÍNIO
Gog e Magog Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 31.431.166/0001-96
Processo: 01400.039216/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 504.750,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Trata-se da criação, produção e apresentação da inédita obra teatral LUPICÍNIO de HAMILTON VAZ PEREIRA - premiado autor e diretor que nos últimos 36 anos realizou nos palcos brasileiros 33 espetáculos. O espetáculo, em dois atos revela o fim e o começo de uma história moderna e urbana. Entre o começo e o fim dos tempos, alguns dias são decisivos e a maioria é cotidiana.

11 12464 - Uma História Delicada
Inara Cibele Alves de Carvalho Cencig
CNPJ/CPF: 692.552.025-53
Processo: 01400.039224/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 267.953,97
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Criar um espetáculo, com 40 apresentações previstas, sobre a violência doméstica contra a mulher a partir de histórias reais de sobreviventes de diferentes graus e tipos de agressão. Ainda como parte do processo e resultado da investigação cênica, produzir um documentário cobrindo todo o processo de pesquisa e interação da equipe com os órgãos de proteção à mulher envolvida em situação de violência doméstica e os autores de violência confessos.

11 13410 - Dança Mato Grosso do Sul
1A - PRODUÇÃO E ASSESSORIA DE EVENTOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 12.388.904/0001-15
Processo: 01400.040746/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 334.470,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 30/09/2012
Resumo do Projeto:

Dança Mato Grosso do Sul é projeto de dança, que engloba diversas ações na área da dança. Será realizado durante 5 dias na cidade de Campo Grande, no Centro Cultural José Octávio Guizzo. Estão previstas 100 apresentações de dança no evento É um evento direcionado aos bailarinos e amantes das artes, com mostras, competições, apresentações especiais, custo acessível e com grande cunho social.

11 12435 - Projeto Circulação do Espetáculo - Esse Pastor é uma Piada
JOSÉ ERNESTO CAMARGO PASSINATO
CNPJ/CPF: 500.532.721-53
Processo: 01400.039156/20-11
SC - Itajaí
Valor do Apoio R$: 309.600,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

O Projeto "Esse pastor é uma piada" interpretado pelo ator Jose Passinato, vem alcançando muito sucesso junto ao público . Seu objetivo é fazer a circulação do espetáculo para um público de baixa renda com 12 apresentações gratuitas em diversa cidades do Brasil

11 13276 - Retrato em Branco e Preto
ENTRE EXPERIÊNCIA, CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 13.051.150/0001-76
Processo: 01400.040596/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 318.049,74
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

"Retrato em Branco e Preto" é um espetáculo de teatro musical composto por grandes clássicos da MPB (de 1859 até os dias atuais) que conta a história de um grupo de 6 amigos na adolescência, em 1960 e, em seguida, idosos, nos dias atuais, mostrando o que aconteceu na vida de cada um neste intervalo de tempo. Estreia no Rio de Janeiro, com temporada de 3 meses, tendo o total de 48 apresentações.

11 13878 - JHOSH & ELAS - TURNÊ NACIONAL 2012
ASSOCIACAO DE FILHOS E AMIGOS DO CACADOR - AFAMUKONGO
CNPJ/CPF: 13.405.829/0001-16
Processo: 01400.041304/20-11
PA - Belém
Valor do Apoio R$: 357.500,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Jhosh & Elas turnê 2012, prevê a circulação nacional de uma peça teatral pelas Cinco Regioes do Brasil nas cidades de Belém/PA, São Luis/MA Teresina/PI, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA e Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Curitiba/PR, Brasília/DF e Palmas/TO, totalizando 35 apresentações do Espetáculo. uma comedia divertidíssima com duração de 90 minutos, com classificação indicativa para pessoas com idade acima dos 12 anos, sem cenas de sexo, pornografias ou nudez no palco.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

11 13413 - Música no Melhor Caminho
PANNONICA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.058.555/0001-00
Processo: 01400.040749/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 391.200,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

O projeto Música no Melhor Caminho busca realizar 12 shows de música instrumental, sendo 01 show em cada mês do ano, em cidades de pequeno porte no interior do estado de São Paulo, próximas a capital. Os shows serão gratuitos e abertos a todo público. O objetivo a levar shows instrumentais de alto nível a cidades do interior com pouca oferta cultural.

11 14863 - 4a Mostra de Jazz & Instrumental de Marília
Eduardo Pereira Mussi
CNPJ/CPF: 802.888.982-49
Processo: 01400.051043/20-11
SP - Marília
Valor do Apoio R$: 201.274,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Quarta edição da Mostra de

Jazz & Instrumental realizada há 3 anos na cidade de Marília, Oeste do Estado de São Paulo. A proposta consta de formação de público com shows de músicos e grupos musicais de jazz & instrumental; e formação para a música com a oferta de oficinas de música e de projetos culturais para o segmento da música.

10 11778 - 1º Encontro de Musica Instrumental Erudita, Clássica e Corais de Ituporanga -SC
Fexponace
CNPJ/CPF: 08.402.983/0001-02
Processo: 01400.022809/20-10
SC - Ituporanga
Valor do Apoio R$: 818.300,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 30/06/2012
Resumo do Projeto:

O presente projeto tem como objetivo levar para a cidade de Ituporanga -SC a musica, clássica erudita, instrumental, valorizar talentos locais, regionais e artistas que se destacam dentro desta linha musical. Este projeto tem este fim, e se justifica indubitavelmente pela oportunidade de fomentar a musica, clássica, erudita, instrumental, através de orquestras, corais, apresentações solo, que jamais se furtaram a popularizar a cultura através da arte da música

11 13528 - Clássicos e Contemporâneos da Música Erudita Brasil Música e Artes - BM&A
CNPJ/CPF: 04.723.989/0001-12
Processo: 01400.040897/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 686.390,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

O projeto Clássicos e Contemporâneos da Música Erudita tem por objetivo a produção de um CD com o registro das principais obras de Ramadés Gnatalli, de modo a divulgar o artista e suas obras. O CD conterá cinco obras, que resultarão em um produto de 76 minutos.

11 13868 - ENCONTROS MUSICAIS NO METRÔ
Cinemagia S/A
CNPJ/CPF: 02.740.174/0001-16
Processo: 01400.041295/20-11
SP - Barueri
Valor do Apoio R$: 9.000.000,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Realizar nas estações Corinthians-Itaquera, São Bento, Paraíso e República do metrô de São Paulo o projeto ENCONTROS MUSICAIS NO METRÔ, que visa aproximar o grande público de grupos musicais eruditos e populares. Os shows serão gratuitos e acontecerão no espaço do PROJETO ENCONTROS. Mais de 2.080 apresentações para um público superior a 1.040.000 de pessoas.

11 13406 - Seresta Instrumental
Rodrigo Marques de Miranda
CNPJ/CPF: 899.731.196-49
Processo: 01400.040741/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 209.530,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

O projeto "Seresta Instrumental" consiste em realizar uma circulação de shows com apresentações instrumentais de canções dos mais variados gêneros, ritmos e épocas da música popular brasileira, com ênfase para a seresta tradicional. Serão realizados um total de 10 shows nas cidades de Belo Horizonte, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia, Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Porto Alegre e Salvador.

11 14586 - Concertos de Eva
Fundação Eva Klabin Rapaport
CNPJ/CPF: 40.390.429/0001-57
Processo: 01400.042131/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 199.700,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Divulgar música erudita e instrumental de várias épocas e estilos, em série de dez concertos ao longo de um ano. Serão contratados instrumentistas de reputação firmada no meio musical que se apresentarão em solo, duo ou trio. É objetivo do projeto também dinamizar a atuação da casa-museu, divulgando seu precioso acervo através de visitas-guiadas que antecedem os concertos musicais, formando novos públicos para as artes vsiuais e novas platéias para a música.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

11 13843 - CONTRAPONTOS
GPA - Gestão de Negócios e Empreendimentos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 06.212.122/0001-28
Processo: 01400.041260/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 511.770,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

O projeto é composto por um conjunto intervenções artísticas temporárias e pontuais a serem desenvolvidas nas dependências do Museu de Arte Sacra de São Paulo (MAS) com a participação de artistas contemporâneos.Ocuparão espaços pré-determinados em meio a exposição de longa duração realizando, assim, um contraponto com as obras de arte sacra do século XVII ao XIV ali expostas. Para este trabalho serão convidados 24 artistas que produzirão suas intervenções em 4 grupos de 6 artistas cada.

11 13537 - Livro Lounge
DINÂMICA PRODUÇÕES LTDA ME
CNPJ/CPF: 06.165.547/0001-23
Processo: 01400.040906/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.036.960,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Levar uma exposição-lounge-biblioteca, para as cidades de São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Recife, contendo livros de artistas acessíveis e sem restrições ao manuseio direto do público. A exposição é acompanhada de oficinas, que levarão aos visitantes a discussão sobre o livro de artista e suas fronteiras entre literatura e artes visuais.

11 14112 - Exposição Comemorativa dos 90 Anos do Museu
Histórico Nacional
Julio Adolfo Mendes
CNPJ/CPF: 012.290.367-68
Processo: 01400.041587/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 369.308,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Produzir uma exposição e um livro comemorativo dos 90 anos de criação do Museu Histórico Nacional, referência da museologia brasileira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11 14165 - Amado
Renato Bergamaschi de Cara
CNPJ/CPF: 093.346.388-00
Processo: 01400.041649/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 370.465,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
"Amado" trata da realização de uma Exposição em São Paulo com livre inspiração no universo poético do escritor Jorge Amado com a interface da arte contemporânea. O intuito é comemorar seu centenário de nascimento em 2012. Será realizada uma exposição coletiva de artes visuais, com obras inéditas e técnicas variadas: pintura, desenho, fotografia, colagem, bordado, gravura e objetos. O projeto envolverá dezesseis artistas e contará ainda com debates, palestras e visitas monitoradas.
11 13872 - 4º Prêmio Bornancini de Design
ROBERTA SILVA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 08.398.781/0001-26
Processo: 01400.041298/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 431.730,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização do 4º Prêmio Bornancini de Design, visa destacar os designers gaúchos e sua produção, incentivando e fortalecendo o design brasileiro. Considerado uma expressão da cultura, o design é uma manifestação artística com reflexos diretos no desenvolvimento cultural, social e econômico do país. Com o prêmio, as exposições e outras ações, o projeto pretende colocar a produção do design gaúcho em contato com a sociedade. Realizado em conjunto com a Associação dos Profissionais de Design do RS.
11 14743 - Exposição Pau Ferro
Grifo Projetos Históricos e Editoriais Ltda.
CNPJ/CPF: 55.217.970/0001-35
Processo: 01400.050898/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 184.381,50
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como objetivo uma Exposição denominada Pau Ferro, um Workshop e um catálogo correspondente à mostra cujo tema versará sobre Arte e afro-religiosidade na casa brasileira concepção e conceito de Pau-Ferro do artista afro-descendente Sérgio Soarez, que serão realizadas no Museu da Casa Brasileira.
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 14749 - Bolsa de criação literária e publicação
Narjara de Medeiros Ribeiro
CNPJ/CPF: 002.783.411-52
Processo: 01400.050903/20-11
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 58.672,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto consiste em escrever e publicar o terceiro livro de Narjara Medeiros, intitulado "tarde de um primeiro dia sobre mim", romance que terá aproximadamente 200 páginas e encontra-se em fase de pesquisa. Será publicado e distribuído pela 7Letras.
11 14854 - O Café na Zona da Mata MG
André Gomes de Sousa Berlinck
CNPJ/CPF: 101.768.018-39
Processo: 01400.051034/20-11
MG - Viçosa
Valor do Apoio R$: 100.970,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto realizará um Livro de fotografias, onde serão documentadas fases de produção do café e belezas naturais, no interior do estado de MG, região da Zona da Mata. Essa região se encontra em grande ascensão no quesito qualidade de produção do café, recebendo inúmeros prêmios de grande expressão nos cenários mundial e nacional. Dessa forma, serão impressos 1000 exemplares, distribuídos gratuitamente.
11 14167 - SOB A LUZ DA INOCÊNCIA
Berenice Beltrame
CNPJ/CPF: 029.568.439-90
Processo: 01400.041651/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 136.840,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Edição de um livro de fotografias. O projeto consiste na exposição de fotografias de natureza através de um livro, acompanhadas de frases e pensamentos de autoria própria. o tema principal é a viagem interior, o autoconhecimento através da contemplação do belo e interação com o meio ambiente. sua mensagem instiga o leitor a dar vazão ao atento observador que existe dentro dele.
11 14802 - Memórias das Fortalezas - Ilha de Santa Catarina
Armando Luiz Gonzaga
CNPJ/CPF: 007.829.809-10
Processo: 01400.050969/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 202.830,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Através da memória daqueles que se envolveram diretamente na preservação e restauração do complexo de fortes e fortalezas de Florianópolis, com apoio na literatura corrente, produzir e editar um livro discutindo a importância histórico-arquitetônica, cultural e turística desse patrimônio arquitetônico.
11 14158 - LIVRO SERRA DO CARAÇA
Christiano Ottoni Gonçalves Ferreira Júnior
CNPJ/CPF: 306.713.616-00
Processo: 01400.041642/20-11
MG - Pedro Leopoldo
Valor do Apoio R$: 181.915,80
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produção e publicação de 2000 (dois mil) exemplares de um livro que visa dar continuidade a descrição da riqueza cultural da Serra do Espinhaço, completando um ciclo da sua região sul começado no primeiro livro Serra do Cipó.
11 14719 - Livro Travessia: a verdadeira estória do Sete-Orelhas
Fernando Lemos Fonseca Moreira Barbosa
CNPJ/CPF: 279.877.016-53
Processo: 01400.050869/20-11
MG - Três Corações
Valor do Apoio R$: 109.296,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Edição de obra literária - romance criado a partir da coleta de dados históricos de famoso personagem da região sul mineira dos anos 20, executor de vingança à brutal morte do irmão, durante 40 anos, vitimando 7 pessoas de família rival e colecionando suas orelhas. 400 páginas em polen 80, capa supremo 250, laminação fosca, verniz localizado. Inclui pesquisa e lançamento. Atende lei 8313 em seu artigo 1.o (em todos os 9 incisos) e artigo 3.o, Inciso II, letra b e inciso IV, letra b.
11 14705 - Palacio de Luz O Predio da Universidade na Historia da Cidade.
Gehad Ismail Hajar
CNPJ/CPF: 054.386.809-57
Processo: 01400.042329/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 219.914,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produção e ediço de um livro de 150 paginas sobre o histórico predio da Universidade Federal do Parana
11 14157 - IOLE DI NATALE - CIDADES DO CORAÇÃO
(LE CITTÀ DEL CUORE)
Gilberto Habib de Oliveira
CNPJ/CPF: 154.006.488-35
Processo: 01400.041641/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 247.510,60
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto é a publicação de obra retrospectiva da artista italiana radicada no Brasil Iole di Natale. "Iole di Natale Cidades do Coração (Le Città del Cuore)" é um livro de arte reunindo as principais obras da carreira da artista, inseridas em seu contexto de origem, traçando assim um panorama da cena cultural brasileira e italiana, desde a década de 1960 até os dias atuais.
11 14823 - ARTEKTURA E DIVERCIDADE
Igor Moreira Gomes
CNPJ/CPF: 427.298.239-72
Processo: 01400.050994/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 133.744,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Publicação de livro de fotografias, através do registro fotográfico dos bens deixados como legados étnicos, artistico histórico e cultural, com suas semelhanças e pluralidades de uma grande metrópole. Como bens materiais, a arte na arquitetura (ARTEKTURA), em suas construções e estruturas urbanas e suas evoluções. Os bens imateriais serão retratados nas mais diversas atividades artísticas, comerciais, industriais, principalmente as que pouco ou nada mudaram através do tempo (DIVERCIDADE).
11 12422 - 6ª Feira do Livro de Jaraguá do Sul
Carlos Henrique Schroeder
CNPJ/CPF: 004.468.399-57
Processo: 01400.039143/20-11
SC - Jaraguá do Sul
Valor do Apoio R$: 316.450,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 30/09/2012
Resumo do Projeto:
Realizar, a 6ª Feira do Livro de Jaraguá do Sul, em praça pública municipal, com acesso gratuito, no centro de Jaraguá do Sul, Santa Catarina.
11 14727 - São-gonçalenses
Milton Francisco da Silva
CNPJ/CPF: 798.978.436-04
Processo: 01400.050879/20-11
AC - Rio Branco
Valor do Apoio R$: 48.689,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 30/09/2012
Resumo do Projeto:
Publicação em livro (impresso) e em CD (audiolivro) de cerca de 40 textos de Arnaldo Mendes e cerca de 40 textos de Helmo Amaral, os quais foram publicados nos últimos anos nos jornais "Gazeta São-gonçalense" e "Agenda Cultural", de São Gonçalo do Pará-MG. Tiragem: 3.000 exemplares.
11 14190 - Silêncio a sombra dos pinheirais
Letícia Warszawiak Magalhães
CNPJ/CPF: 050.062.659-65
Processo: 01400.041676/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 230.792,10
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Trata-se de um projeto de livro cujo objetivo é fazer uma abordagem da arte e instalações funerárias em diversos cemitérios rurais do Paraná de influência cultural polonesa, ucraniana, italiana e alemã - instituições culturais e religiosas do Estado, com fotos de Nego Miranda e texto de José Carlos Fernandes.
11 13508 - PARAGENS
TerraBrasil Fotografia Ltda - EPP
CNPJ/CPF: 12.091.453/0001-50
Processo: 01400.040872/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 358.912,40
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produzir e editar o livro artístico sob o título "PARAGENS", que retratará rincões brasileiros em deferentes latitudes e longitudes. Os 3.000 exemplares trarão imagens do fotógrafo Araquém Alcântara e textos do historiador e antropólogo Aldrin Moura Figueiredo. Todos os textos serão traduzidos para o inglês, o que aumenta sensivelmente a gama de leitores, atingindo tanto o público nacional, quanto o estrangeiro.
11 14900 - Cidades e Fronteiras: contrastes culturais em um país continental
Rodrigo Miranda Burgarelli
CNPJ/CPF: 062.496.216-44
Processo: 01400.051106/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 261.206,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O produto final será um livro reportagem, com fotografias e textos, sobre dez cidades fronteiriças do Brasil. Será escolhido um município brasileiro para cada país com o qual o Brasil faz fronteira. O objetivo é mostrar a cultura e o povo únicos que habitam essas regiões, uma mistura de características brasileiras e estrangeiras nos rincões do território nacional. Durante a fase de apuração, vamos manter um blog com posts diários, contendo textos, vídeos e fotos, sobre os bastidores.
11 14155 - XINGU REVELADO
Tais Mireli dos Santos
CNPJ/CPF: 017.543.509-09
Processo: 01400.041639/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 171.723,20
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produzir 2000 exemplares do XINGU REVELADO (titulo provisório), tendo enfoque em quatro aldeias indígenas que vivem na área do Xingu com textos em bilíngue e fotografias que permitam compreender e conhecer a riqueza cultural dos povos indígenas. Divulgando nosso patrimônio cultural, enquanto conjunto de expressões culturais que são referências para a construção das várias identidades sociais.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 14789 - Mostra Cultural - FEICAP 2012
IPEC INSTITUTO PROJETOS EM GESTÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS LTDA
CNPJ/CPF: 10.654.882/0001-62
Processo: 01400.050955/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 170.000,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/05/2012
Resumo do Projeto:
Realização de apresentações culturais paralela a 12º FEICAP - Feira Exposição Industrial, Comercial e Agropecuária, no Município de Três Passos - RS.
11 12416 - Saudade,mon Amour
Marcelo Ferreira
CNPJ/CPF: 489.372.156-91
Processo: 01400.039133/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 280.576,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Projeto fonográfico com proposta da cantora e compositora francesa Valerie Lu de gravar um CD mesclando clássicos da música francesa que fizeram sucesso no Brasil em décadas passadas, relidos com uma roupagem musical brasileira, e algumas versões francesas de canções brasileiras. Esta iniciativa prevê a realização de apresentações nas capitais brasileiras.
11 14590 - CORAL INFANTIL E SHOW DE NATAL DA PALAVRA CANTADA
Palavra Cantada Produções Musicais Ltda.
CNPJ/CPF: 71.959.159/0001-86
Processo: 01400.042136/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 863.767,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O projeto consiste na criação, produção e apresentações do "Show de Natal da Palavra Cantada", que contará com a participação do "Coral Infantil da Palavra Cantada". Desta forma, o projeto compreenderá também a manutenção e os ensaios do coral ao longo de três meses. Serão 3 apresentações na periferia de São Paulo e uma grande apresentação em uma praça ou no Theatro Municipal de São Paulo. As apresentações serão sempre gratuitas - total 4 apresentações.

11 14401 - De Lá Pra Cá - Daqui Pra li: CD e Shows de Lançamento
Rosana Tunes Fonseca
CNPJ/CPF: 276.736.266-91
Processo: 01400.041915/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 397.773,20
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O objetivo das integrantes do grupo SEMPRE-VIVA (formado por 3 integrantes fundadoras do extinto Carona Brasil) é pesquisar os compositores mineiros de todos os tempos e traçar um paralelo sutil entre eles. Depois de concluída a pesquisa, selecionar 12 faixas e gravar um CD, terceiro do grupo e circular com a Turnê de lançamento em 4 cidades, sendo 1 show por cidade (Belo Horizonte, Juiz de Fora e Araxá/MG e Brasília/DF).
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
11 14718 - Página Cultural Revista Site
Sérgio Ricardo Evangelista
CNPJ/CPF: 439.191.709-20
Processo: 01400.050868/20-11
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 198.220,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto vem ao encontro da necessidade de ampliar os horizontes, o reconhecimento, a atuação e a manutenção do Página Cultural. Um projeto que pretende integrar mídia impressa com mídia virtual, oferecendo aos agentes e produtores locais, bem como à população em geral, maior divulgação dos eventos, das produções e das ideias. Uma revista/site, distribuída/acessada gratuitamente em residências, universidades, escolas, bibliotecas e pontos de cultura.

PORTARIA Nº 118, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 3816 - O TESOURO ENCANTADO - Uma Aventura pelos Contos de Fadas
LUCIANNA MARTINS PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.458.234/0001-29
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/02/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 3690 - De Pixinguinha a Tom Jobim, "A Era de Ouro da
MPB".
Pagu Produções Culturais
CNPJ/CPF: 12.520.460/0001-20
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 3856 - Festival Cultural da Pérola do Pantanal
Instituto de Comunicação Social do Brasil
CNPJ/CPF: 08.628.198/0001-64
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 3838 - Festival Itajubense de Cultura e Arte
PAULO CEZAR NUNES JUNIOR
CNPJ/CPF: 015.037.576-09
MG - Itajubá
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 4909 - Projeto Cultural 2012 do Mozarteum Brasileiro
Mozarteum Brasileiro - Associação Cultural
CNPJ/CPF: 45.723.087/0001-63
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 3782 - 2º Salão do Livro Infantil e Juvenil de Goiás
Cya - Companhia de Eventos
CNPJ/CPF: 07.388.746/0001-63
GO - Goiânia
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
07 11338 - Brincando de Brincar
Instituto de Comunicação Social do Brasil
CNPJ/CPF: 08.628.198/0001-64
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 11968 - CABRUERA - turnê Visagem
Trato Assessoria e Produção Cultural
CNPJ/CPF: 11.405.943/0001-10
PB - João Pessoa
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 3868 - Itália no Nordeste - musica para EnCantar!!
Trato Assessoria e Produção Cultural
CNPJ/CPF: 11.405.943/0001-10
PB - João Pessoa
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 1147 - Feira dos Municípios Alagoanos
IBCOM INSTITUTO BRASILEIRO DE CONSULTORIA A MUNICIPIOS
CNPJ/CPF: 11.072.460/0001-41
AL - Maceió
Período de captação: 02/03/2012 a 31/03/2012

PORTARIA Nº 119, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da delegação de competência estipulada na Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar pública a relação do (s) projeto (s) incentivado (s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua (s) prestação (es) de contas aprovada (s) no âmbito deste Ministério, conforme anexo abaixo:

Art. 2º - Informar da determinação contida caput do artigo 79 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 2012, publicada no Diário a Oficial União de 10/02/12, a saber: "Cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 25 da Instrução Normativa SRF n° 258, de 17 de dezembro de 2002".

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO
08-9447	Pinhas Coleções Brasileiras	Insight Engenharia de Comunicação & Marketing Ltda.	Criação, produção e publicação da obra literária, reunir num livro de artes as mais representativas pinhas ornamentais, em processo fotográfico, com textos de pesquisas mencionando época, origem, localização atual e curiosidades, edição bilíngue (português/inglês).	Humanidades	327.100,00	201.135,00	201.135,00
03-3924	Música Erudita para Crianças e Adolescentes - Gravação e Ediçao de CD	Associação Viking	Gravação de CD- tiragem 20.000 exemplares de CD, contendo obras de domínio público do folclore brasileiro, assim como de grandes nomes da música brasileira, adaptando-as com arranjos eruditos. O proponente prevê a comercialização de 11.700 cópias do CD, e pretende atrair, apreciadores da arte canto - coral, alunos de instituições de ensino, audiotecas e população em geral.	Música	183.629,83	92.950,16	92.950,16
06-8017	Cordéis Históricos Segundo a Academia Brasileira de Literatura de Cordel (100)	Ofício Produção e Comunicação Ltda.	Tem como objetivo identificar, digitalizar e publicar 100 títulos históricos, visando à salvaguarda e à difusão nacional destes acervo . A pesquisa no universo de 13 mil títulos que compõem o acervo da Academia Brasileira de Literatura de Cordel.	Humanidades	198.997,83	139.961,00	139.961,00

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA Nº 6.695ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2012

(terça-feira)

Presidência do Exmº Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmºs Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO, foi aberta a Sessão, realizada na Sala de Audiência. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

Antes de iniciar os trabalhos o Exmº Sr. Presidente apresentou uma Moção de Pesar pelo incêndio ocorrido na Estação Antártica "Comandante Ferraz". O Tribunal Marítimo se junta à Marinha do Brasil e à Comunidade Científica, neste difícil momento, principalmente para lamentar a perda da vida de dois militares que de forma heróica faleceram no cumprimento de sua missão no combate ao incêndio. Tenho certeza que a curto prazo a Estação "Comandante Ferraz" será reativada em sua plenitude para dar continuidade a um belo trabalho que vem sendo desenvolvido. Em respeito às preciosas vidas perdidas proponho que façamos um minuto de silêncio em homenagem ao Suboficial Carlos Alberto Vieira Figueira e ao Primeiro-Sargento Roberto Lopes dos Santos.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

23.047/2007 e 25.899/2011 do Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel, 24.972/2010, 25.528/2010, 25.800/2011, 25.905/2011, 25.947/2011 e 25.982/2011 do Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras e 23.905/2009 e 24.406/2009 do Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 26.095/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o jet-ski "AMÉRICA", a LM "VAN HALLEN" e dois banhistas, ocorridos no parque das Marinas, Guaíra, Paraná, em 27 de novembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Marcelo Schmitz (Condutor inabilitado), Lucas Cabriana Fajardo e Liciane Cabriana Fajardo (Proprietária).

Nº 26.218/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "GRANDE BRASILE", de bandeira de Gibraltar, e dois clandestinos, ocorrido durante a travessia do porto de Freetown, Serra Leoa, África, para o porto de Vitória, Espírito Santo, Brasil, em 08 de abril de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Jan-Erik Wilhelm Edlund (Comandante).

Nº 26.298/2011 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "PODER DA FÉ", não inscrita, e uma criança, ocorrido nas proximidades da ilha Guajará de Baixo, município de Cametá, Pará, em 26 de agosto de 2006.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Domingos Gaia Gonçalves (Condutor).

JULGAMENTO

Nº 23.887/2009 - Fato da navegação envolvendo uma lancha sem nome, não inscrita, e seu condutor, ocorrido no lago de Itaipu, município de Itaipulândia, Paraná, em 15 de abril de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Adair de Oliveira (Proprietário) - Revel. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente da imprudência do Representado e provável imperícia do condutor da embarcação, cuja punibilidade foi extinta em razão de óbito, responsabilizando ADAIR DE OLIVEIRA, condenando-o à pena de multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com fundamento no art. 121, inciso VII, § 5° e art. 124, § 1°, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Oficiar à Capitania Fluvial do Rio Paraná, agente da Autoridade Marítima, as infrações aos artigos 16, inciso I e 19, inciso I, do RLESTA, cometidas pelo proprietário de fato da embarcação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 24.458/2009 - Acidente da navegação envolvendo o NM "HANSA RENDSBURG", de bandeira liberiana, ocorrido no rio Amazonas, nas proximidades da ilha de Santana, Mazagão, Amapá, em 23 de novembro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Ademir da Silva Lopes (Prático), Adv. Dr. Ferdinando Gabriel Domingues (OAB/PA 1.421). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causas comparáveis à fortuna do mar, exculpando o representado Sr. Ademir da Silva Lopes, mandando arquivar os Autos.

Nº 24.883/2010 - Acidente da navegação envolvendo o ferry boat "CIDADE DE TUTÓIA I", ocorrido durante a travessia de Alcântara para São Luís, Maranhão, em 01 de abril de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: José Benedito Gomes (Chefe de Máquinas), Adv. Dr. Matias Machado (OAB/MA 3.053). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causas não apuradas acima de qualquer dúvida, exculpando o representado, Sr. José Benedito Gomes, da imputação que lhe foi feita na representação proposta, mandando arquivar os autos.

ARQUIVAMENTO

Nº 25.283/2010 - Acidente da navegação envolvendo o jet-ski "WAVE WARRIOR" com um píer de madeira, ocorrido no canal da Ogiva, Cabo Frio, Rio de Janeiro, em 06 de janeiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão por maioria nos termos do voto do Exmº Sr. Juiz-Revisor. Receber a representação nos termos que se encontra para que se prossiga na forma da lei. O Exmº Sr. Juiz-Relator não recebia a representação e mandava arquivar os autos, sendo acompanhado pelo Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves, ambos foram vencidos. Autos à Distribuição para que o Juiz-Revisor passe a funcionar como Juiz-Relator, com a devida compensação.

Nº 25.368/2010 - Fato da navegação envolvendo uma canoa sem nome, não inscrita, e um de seus ocupantes, ocorrido no rio Preguiças, Barreirinhas, Maranhão, em 02 de março de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão por maioria nos termos do voto do Exmº Sr. Juiz-Revisor. Receber a representação nos termos que se encontra para que se prossiga na forma da lei. O Exmº Sr. Juiz-Relator não recebia a representação e mandava arquivar os autos, sendo acompanhado pelo Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves, ambos foram vencidos. Autos à Distribuição para que o Juiz-Revisor passe a funcionar como Juiz-Relator, com a devida compensação.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL

Nº 26.088/2011 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "REI DE MACAPÁ" e a balsa "SIDERAMA II", ocorrido nas proximidades do porto de Vila do Conde, Barcarena, Pará, em 20 de setembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art 14, letra "a" da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da PEM. Oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 19, inciso II (não portar certificados ou documentos equivalentes exigidos) e a infração à Lei n° 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometidas pelo proprietário da balsa Fonseca Navegação, Indústria e Comércio Ltda.

Nº 25.508/2010 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "MAERSK MARINER", de bandeira inglesa, e a plataforma "SOVEREIGN EXPLOREK", de bandeira liberiana, ocorrido na bacia de Santos, litoral do Rio de Janeiro, em 03 de janeiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mandando arquivar o processo, conforme a promoção da PEM.

Nº 25.993/2011 - Fato da navegação envolvendo a draga "PIONEIRA IV" e um tripulante, ocorrido na lagoa de Itapocu, município de Araquari, Santa Catarina, em 15 de junho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa nao apurada, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Aline Gonzalez Rocha.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h16min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmº Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, em 28 de fevereiro de 2012.
Juiz LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Presidente do Tribunal

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

DIVISÃO JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE FEITOS

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 28/02/2012

Nº do Processo: 26681/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 1659/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 11/06/2011
Hora: 15:30
Local do Acidente: LAGOA DE MARAPENDI / RECREIO DOS BANDERANTES - RIO DE JANEIRO-RJ
Acidente / Fato: EXPOR A RISCO
Lista de Embarcações:
FAST AND FURIOUS

Nº do Processo: 26682/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 1665/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 24/09/2011
Hora:
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO / APROXIMADAMENTE A 100 MN DO LITORAL DE SÃO PAULO
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
GASTÃO I

Nº do Processo: 26683/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 1688/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 20/06/2011
Hora: 07:00
Local do Acidente: TERMINAL DE ZARATE / ARGENTINA
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
ITABUNA
PIONEER PACIFIC

Nº do Processo: 26684/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 1689/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 23/07/2011
Hora: 03:OO
Local do Acidente: ARQUIPÉLAGO DAS CAGARRAS / LITORAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
Acidente / Fato: COLISÃO COM LAJE
Lista de Embarcações:
NETUNO I

Nº do Processo: 26685/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 1732/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 22/04/2011
Hora: 10:30
Local do Acidente: CANAL DA MARINA PORTO BÚZIOS / ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
BEBETH
MISS MARIANA

Nº do Processo: 26686/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 1786/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 17/09/2011
Hora: 15:00
Local do Acidente: PRAIA DE CAPACABANA / RIO DE JANEIRO-RJ
Acidente / Fato: AVARIA NAS MÁQUINAS
Lista de Embarcações:
FITTA III

Nº do Processo: 26687/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0893/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 09/04/2011
Hora: 19:30
Local do Acidente: BAÍA DA RIBEIRA / PROXIMIDADES DA ILHA REDONDA - ANGRA DOS REIS-RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
CHAMPAGNE V

Nº do Processo: 26688/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0921/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 14/05/2011
Hora: 14:00
Local do Acidente: PRAIA DE JURUBAÍBA / ILHA DA GIPÓIA-ANGRA DOS REIS-RJ
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Lista de Embarcações:
CRIBISA

Nº do Processo: 26689/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0924/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 26/07/2011
Hora:
Local do Acidente: ILHA DA PIMENTA / BAÍA DA RIBEIRO - ANGRA DOS REIS-RJ
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
XAUÃ

Nº do Processo: 26690/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0334/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITACURUÇÁ (DEL ITACURUCA)
Data do Acidente: 30/01/2011
Hora: 12:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA GUAÍBA / MANGARATIBA-RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
CAMILA III

Nº do Processo: 26691/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0355/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITACURUÇÁ (DEL ITACURUCA)
Data do Acidente: 16/04/2011
Hora: 16:40
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO / TRAVÉS DA UBATUBA - SP
Acidente / Fato: AVARIA NAS MÁQUINAS
Lista de Embarcações:
ARAUCÁRIA

Nº do Processo: 26692/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0764/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 12/08/2011
Hora: 20:30
Local do Acidente: EM VIAGEM DE CONAKRY - GUINÉ X VILA VELHA-ES-BRASIL / TERMINAL DE PEIÚ - VILA VELHA - ES
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Lista de Embarcações:
GRANDE FRANCIA

Nº do Processo: 26693/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0765/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 06/02/2011
Hora:
Local do Acidente: FUNDEADOURO DO PORTO DE VITÓRIA / VITÓRIA-ES
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
ROSA-DE-NEON

Nº do Processo: 26694/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0779/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 26/12/2010
Hora:
Local do Acidente: CANAL DO PORTO DE VITÓRIA / VITÓRIA - ES
Acidente / Fato: EMBORCAMENTO
Lista de Embarcações:
AMAZONIA

Nº do Processo: 26695/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0785/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 26/06/2011
Hora: 22:55
Local do Acidente: PORTO DE TUBARÃO / VITÓRIA-ES
Acidente / Fato: COLISÃO
Lista de Embarcações:
CAPE EAGLE

Nº do Processo: 26696/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0411/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ILHEUS (DEL ILHEUS)
Data do Acidente: 09/02/2011
Hora:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PORTO DE SALVADOR / CERCA DE 20 MILHAS DO PORTO DE SALVADOR-BA
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA A BORDO
Lista de Embarcações:
SOVEREIGN

Nº do Processo: 26697/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0630/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO CEARÁ (C P C E)
Data do Acidente: 03/04/2011
Hora:
Local do Acidente: REPRESA UMARI / CRATO-CE
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO JET-SKY

Nº do Processo: 26698/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0641/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO CEARÁ (C P C E)
Data do Acidente: 20/07/2011
Hora: 11:00
Local do Acidente: EM VIAGEM ENTRE OS PORTOS DE BISSAU - GUINÉ BISSAU X MUCURIPE-CEARÁ-BRASIL /
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Lista de Embarcações:
ESBJERG

Nº do Processo: 26699/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0692/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO CEARÁ (C P C E)
Data do Acidente: 20/03/2010
Hora:
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO CEARÁ / FORTALEZA-CE
Acidente / Fato: ARRIBADA
Lista de Embarcações:
VIRGEM DE IZIARTXU

Nº do Processo: 26700/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0495/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 07/06/2011
Hora: 12:10
Local do Acidente: PRAIA DE ZUMBI / RIO DO FOGO-RN
Acidente / Fato: AVARIA DE MÁQUINAS
Lista de Embarcações:
DOIS IRMÃOS

Nº do Processo: 26701/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0496/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 02/04/2011
Hora: 22:14
Local do Acidente: PORTO DE NATAL / NATAL-RN
Acidente / Fato: AVARIA DE GOVERNO
Lista de Embarcações:
CMA CGM HOMERE

Nº do Processo: 26702/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0718/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA PARAIBA (C P P B)
Data do Acidente: 18/09/2011
Hora:
Local do Acidente: BARRAGEM DO AÇUDE DE ENGENHEIROS ÁVIDOS / CAJAZEIRAS-PB
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Lista de Embarcações:
FREEDOM

Nº do Processo: 26703/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0860/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE ALAGOAS (C P A L)
Data do Acidente: 28/07/2011
Hora: 18:30
Local do Acidente: PRAIA DE PONTAL DA BARRA / MACEIÓ-AL
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
AVER O MAR

Nº do Processo: 26704/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0476/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE SANTARÉM
Data do Acidente: 29/07/2011
Hora: 01:00
Local do Acidente: RIO TAPAJÓS / COMUNIDADE DE VISTA ALEGRE DO CAPIXAUÃ - SANTARÉM-PA
Acidente / Fato: ASSALTO
Lista de Embarcações:
AMAZON DREAM

Nº do Processo: 26705/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0478/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE SANTARÉM (DEL SANTARÉM)
Data do Acidente: 26/04/2011
Hora: 11:37
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / JURUTI-PA
Acidente / Fato: COLISÃO
Lista de Embarcações:
NORSUL TUBARÃO

Nº do Processo: 26706/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0794/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 10/10/2011
Hora: 10:15
Local do Acidente: BAÍA DE SÃO MARCOS / SÃO LUÍS-MA
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
SABOR DE MEL

Nº do Processo: 26707/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 1075/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ (C P P R)
Data do Acidente: 11/04/2011
Hora: 18:00
Local do Acidente: CANAL DO RIO DAS PEÇAS / PARANAGUÁ - PR
Acidente / Fato: DERIVA DA EMBARCAÇÃO
Lista de Embarcações:
ARIADNE

Nº do Processo: 26708/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 1121/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ (C P P R)
Data do Acidente: 16/02/2011
Hora: 08:07
Local do Acidente: TERMINAL PORTUÁRIO DE PARANAGUÁ / PARANAGUÁ-PR
Acidente / Fato: ACIDENTE COM ESTIVADOR
Lista de Embarcações:
NORDAUTUMN

Nº do Processo: 26709/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 1163/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ (C P P R)
Data do Acidente: 28/02/2011
Hora: 14:00
Local do Acidente: PRAIA DE CAIOBÁ / MATINHOS-PR
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
MARUJO BOAT
LOUCORAGEM

Nº do Processo: 26710/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 1164/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ (C P P R)
Data do Acidente: 16/05/2011
Hora:
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DA FIGUEIRA / PR
Acidente / Fato: DERIVA DA EMBARCAÇÃO
Lista de Embarcações:
ASTONDA 43 OPEN

Nº do Processo: 26711/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 30-134/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO RIO PARANÁ (C F R P)
Data do Acidente: 24/07/2011
Hora:
Local do Acidente: RIO IGUAÇU / MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA-PR
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
THOR
GABRIELA VI

Nº do Processo: 26712/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0464/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 22/09/2011
Hora:
Local do Acidente: RIO ITAPOCÚ / SANTA CATARINA
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 26713/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0471/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 09/10/2011
Hora: 08:00
Local do Acidente: RIO NEGRO / MUNICÍPIO DE TRÊS BARROS-SC
Acidente / Fato: EMBORCAMENTO
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 26714/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0504/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 21/09/2011
Hora: 15:30
Local do Acidente: FUNDEADOURO PRÓXIMO AO FAROL ILHA DA PAZ / 12 MILHAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
ANNY PETRAKIS

Nº do Processo: 26715/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 20-192/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 25/11/2010
Hora: 10:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL / A 28 MN DA BARRA DE RIO GRANDE-RS
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
ALIANÇA MARACANÃ

Nº do Processo: 26716/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 20-195/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 12/01/2011
Hora: 08:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL / TRAMANDAÍ-RS
Acidente / Fato: COLISÃO
Lista de Embarcações:
MANGOTE DE CONEXÃO

Nº do Processo: 26717/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-203/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 04/01/2011
Hora:
Local do Acidente: PRAIA DO CASSINO / RIO GRANDE - RS
Acidente / Fato: EMBORCAMENTO
Lista de Embarcações:
MIRAGEM I

Nº do Processo: 26718/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0463/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE URUGUAIANA (DEL URUGUAIANA)
Data do Acidente: 29/07/2011
Hora: 08:00
Local do Acidente: RIO URUGUAI / MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO CANOA

Nº do Processo: 26719/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0383/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA TOCANTINS (C F A T)
Data do Acidente: 04/06/2011
Hora: 18:30
Local do Acidente: RIO TOCANTINS / MUNICÍPIO DE EDISON LOBÃO-TO
Acidente / Fato: COLISÃO COM PEDRA
Lista de Embarcações:
UERTO LUZ

Nº do Processo: 26720/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0415/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA TOCANTINS (C F A T)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Data do Acidente: 09/03/2011
Hora: 11:05
Local do Acidente: RIO ARAGUAIA / MUNICÍPIO DE XAMBIOÁ-TO
Acidente / Fato: QUEDA DE VEÍCULO NA ÁGUA
Lista de Embarcações:
PIPES 33
PIPES 106

Nº do Processo: 26721/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0416/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA TOCANTINS (C F A T)
Data do Acidente: 19/05/2011
Hora: 17:30
Local do Acidente: RIO ARAGUAIA / MUNICÍPIO DE ARAGUATINS-TO
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO CANOA

Nº do Processo: 26722/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0509/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIAO)
Data do Acidente: 16/10/2010
Hora:
Local do Acidente: TERMINAL AQUAVIÁRIO ALMIRANTE BARROSO - TEBAR / SÃO SEBASTIÃO-SP
Acidente / Fato: COLISÃO
Lista de Embarcações:
TOCCATA

Nº do Processo: 26723/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0388/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PRES. EPITÁCIO (DEL P EPITACIO)
Data do Acidente: 23/09/2011
Hora:
Local do Acidente: RIO PARANÁ / MUNICÍPIO DE PRESIDENTE EPITÁCIO-SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
URSO

TOTALIZAÇÃO:

JUIZ(A)	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	TOTAL
MARIA CRISTINA DE O. PADILHA	8		8
MARCELO DAVID GONÇALVES	7		7
SERGIO CEZAR BOKEL	6		6
FERNANDO ALVES LADEIRAS	7		7
SERGIO BEZERRA DE MATOS	8		8
NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO	7		7
Total:	43		43

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém A Presente Ata 43 Inquérito(S)/Recurso(S) Distribuído(S) Por Processamento Eletrônico de Dados.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2012
LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

Ministério da Educação

COLÉGIO PEDRO II
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 159, DE 27 DE FEVEREIRO 2012

A DIRETORA-GERAL DO COLÉGIO PEDRO II, no uso de suas atribuições ex vi do disposto no artigo 22 do Regimento Interno, baixado pela Portaria nº 503/MEC, de 28 de setembro de 1987, resolve:

Retificar a Portaria nº 111 de 30 de janeiro de 2012, publicada no D.O.U. de 7 de fevereiro de 2012, Seção 1, páginas 17 e 18, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, destinado ao cadastramento de Professores Substitutos de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de acordo com o Edital n° 13 de 9 de novembro de 2011, publicado no D.O.U. de 11 de novembro de 2011.

Onde se lê:

PORTUGUÊS

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	POR.013.0212/11	ELIANE DE MIRANDA RESENDE	233,00
2	POR.013.0015/11	ANA BEATRIZ DEMARCHI BAREL	219,00
3	POR.013.0077/11	RUBENS LESSA QUADROS JÚNIOR	209,00
4	POR.013.0078/11	JUCILENE BRAGA ALVES MAURICIO NOGUEIRA	204,00
5	POR.013.0141/11	JOELMA CASTELO BERNARDO DA SILVA	202,00
6	POR.013.0204/11	CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PINTO	198,00
7	POR.013.0099/11	MARIA CECÍLIA DE LIMA SOUSA	197,00
8	POR.013.0130/11	NATHALIA CARDOSO SEABRA ROCHA	194,00
9	POR.013.0114/11	ALEXSANDRE DE ANDRADE NEVES	193,00
10	POR.013.0148/11	ANDRÉA ANASTACIO FERREIRA DE OLIVEIRA	193,00
11	POR.013.0050/11	LETÍCIA DE LIMA TUPPER	191,50
12	POR.013.0004/11	ANNA CAROLINA DA COSTA AVELHEDA	190,00
13	POR.013.0063/11	GUILHERME DE SOUSA BEZERRA GONÇALVES	187,00
14	POR.013.0159/11	ISABEL BELLEZIA DOS SANTOS MALLET	187,00
15	POR.013.0160/11	LUANA RODRIGUES DE OLIVEIRA DOS SANTOS	187,00
16	POR.013.0055/11	ANDREZA SILVA DE OLIVEIRA	186,00
17	POR.013.0022/11	SIMONE DA SILVA LOPES	186,00
18	POR.013.0169/11	FABIO SANCHES PAIXÃO	186,00
19	POR.013.0102/11	VIVIANE MARA VIEIRA CARDOSO	185,00

Leia-se:

PORTUGUÊS

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	POR.013.0212/11	ELIANE DE MIRANDA RESENDE	233,00
2	POR.013.0015/11	ANA BEATRIZ DEMARCHI BAREL	219,00
3	POR.013.0077/11	RUBENS LESSA QUADROS JÚNIOR	209,00
4	POR.013.0078/11	JUCILENE BRAGA ALVES MAURICIO NOGUEIRA	204,00
5	POR.013.0141/11	JOELMA CASTELO BERNARDO DA SILVA	202,00
6	POR.013.0204/11	CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PINTO	198,00
7	POR.013.0099/11	MARIA CECÍLIA DE LIMA SOUSA	197,00
8	POR.013.0130/11	NATHALIA CARDOSO SEABRA ROCHA	194,00
9	POR.013.0114/11	ALEXSANDRE DE ANDRADE NEVES	193,00
10	POR.013.0148/11	ANDRÉA ANASTACIO FERREIRA DE OLIVEIRA	193,00
11	POR.013.0050/11	LETÍCIA DE LIMA TUPPER	191,50
12	POR.013.0004/11	ANNA CAROLINA DA COSTA AVELHEDA	190,00
13	POR.013.0063/11	GUILHERME DE SOUSA BEZERRA GONÇALVES	187,00
14	POR.013.0159/11	ISABEL BELLEZIA DOS SANTOS MALLET	187,00
15	POR.013.0160/11	LUANA RODRIGUES DE OLIVEIRA DOS SANTOS	187,00
16	POR.013.0055/11	ANDREZA SILVA DE OLIVEIRA	186,00
17	POR.013.0022/11	SIMONE DA SILVA LOPES	186,00
18	POR.013.0169/11	FABIO SANCHES PAIXÃO	186,00
19	POR.013.0102/11	VIVIANE MARA VIEIRA CARDOSO	185,00
20	POR.013.0116/11	FABIANE APARECIDA MONTEIRO PEREIRA	185,00
21	POR.013.0011/11	CLAUDIUS BEZERRA GOMES WADDINGTON	185,00
22	POR.013.0010/11	MICHELLE CARDOSO CHAGAS	183,00
23	POR.013.0040/11	SILVANIA CAVALCANTE RABELLO	182,50
24	POR.013.0186/11	NATHALI RAMOS MOURA	181,00
25	POR.013.0139/11	ELISA DA SILVA DE ALMEIDA	179,00
26	POR.013.0140/11	THAMARA SANTOS DE CASTRO	178,00
27	POR.013.0065/11	RENÊ ALBERTO MORITZ DA SILVA E FORSTER	176,50
28	POR.013.0103/11	STEFANIO TOMAZ DA SILVA	173,50
29	POR.013.0165/11	RAFAEL DE PAULA TAVEIRA RODRIGUEZ MEIRE	170,50
30	POR.013.0207/11	RAFAELA CARDOSO CORRÊA	170,00
31	POR.013.0061/11	LEDA MARINA BORGESE D'AGUILA	168,00
32	POR.013.0195/11	VANESSA GONÇALVES DA SILVA	168,00
33	POR.013.0064/11	CLARA NÓVOA GONÇALVES VILLARINHO	168,00
34	POR.013.0226/11	IDRISSA RIBEIRO NOVO	167,00
35	POR.013.0037/11	RENI NOGUEIRA	165,00
36	POR.013.0009/11	SUMAIA HADDAD	164,00
37	POR.013.0027/11	INGRID DE OLIVEIRA MATOS	163,00
38	POR.013.0042/11	PAULO HAMILTON VASCONCELLOS MAGALHÃES	159,50
39	POR.013.0069/11	PEDRO IVO VASCONCELLOS DA COSTA PINTO	154,00

Onde se lê:

SOCIOLOGIA

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	SOC.013.0016/11	ANA BEATRIZ MAIA NEVES	238,00
2	SOC.013.0023/11	ANDRÉ LUÍS TORÍBIO DANTAS	236,00
3	SOC.013.0050/11	LÍVIA BENKENDORF DE OLIVEIRA	228,00
4	SOC.013.0030/11	BEATRIZ AROSA DE MATTOS	227,00
5	SOC.013.0074/11	RAQUEL SIMAS	216,00
6	SOC.013.0006/11	CARLOS EDUARDO OLIVA	210,00
7	SOC.013.0086/11	PRISCILA DE FRANÇA TREVISAN	208,00
8	SOC.013.0045/11	VALERIA LOPES PEÇANHA	205,00
9	SOC.013.0058/11	REBECA MARTINS DE SOUZA	205,00
10	SOC.013.0059/11	BARBARA MENDONÇA DOMINGOS	205,00
11	SOC.013.0052/11	CLARISSA TAGLIARI SANTOS	201,00
12	SOC.013.0043/11	LUDMILA FERNANDES DE FREITAS	199,00
13	SOC.013.0040/11	DANIELLE RODRIGUES DE OLIVEIRA	198,00
14	SOC.013.0048/11	LUCIANA DE ARAUJO AGUIAR	197,00
15	SOC.013.0068/11	PATRICIA BORGES DA SILVEIRA BEZERRA	196,00
16	SOC.013.0077/11	JANINE TARGINO DA SILVA	196,00
17	SOC.013.0014/11	LAÍS BARBOSA PATROCINO	195,00
18	SOC.013.0054/11	RAFAEL DE AMARAL MAIA	195,00
19	SOC.013.0032/11	RACHEL ROMANO ZEITOUNE	185,00

Leia-se:

SOCIOLOGIA

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	SOC.013.0016/11	ANA BEATRIZ MAIA NEVES	238,00
2	SOC.013.0023/11	ANDRÉ LUÍS TORÍBIO DANTAS	236,00
3	SOC.013.0050/11	LÍVIA BENKENDORF DE OLIVEIRA	228,00
4	SOC.013.0030/11	BEATRIZ AROSA DE MATTOS	227,00
5	SOC.013.0074/11	RAQUEL SIMAS	216,00
6	SOC.013.0006/11	CARLOS EDUARDO OLIVA	210,00
7	SOC.013.0086/11	PRISCILA DE FRANÇA TREVISAN	208,00
8	SOC.013.0045/11	VALERIA LOPES PEÇANHA	205,00
9	SOC.013.0058/11	REBECA MARTINS DE SOUZA	205,00
10	SOC.013.0059/11	BARBARA MENDONÇA DOMINGOS	205,00
11	SOC.013.0052/11	CLARISSA TAGLIARI SANTOS	201,00
12	SOC.013.0043/11	LUDMILA FERNANDES DE FREITAS	199,00
13	SOC.013.0040/11	DANIELLE RODRIGUES DE OLIVEIRA	198,00
14	SOC.013.0048/11	LUCIANA DE ARAUJO AGUIAR	197,00
15	SOC.013.0068/11	PATRICIA BORGES DA SILVEIRA BEZERRA	196,00
16	SOC.013.0077/11	JANINE TARGINO DA SILVA	196,00
17	SOC.013.0014/11	LAÍS BARBOSA PATROCINO	195,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

18	SOC.013.0054/11	RAFAEL DE AMARAL MAIA	195,00
19	SOC.013.0032/11	RACHEL ROMANO ZEITOUNE	185,00
20	SOC.013.0028/11	JULIANA ATHAYDE SILVA DE MORAIS	185,00
21	SOC.013.0051/11	VICTOR HUGO DE SOUZA BARRETO	185,00
22	SOC.013.0003/11	MELINA AURORA TERRA FERREIRA	180,00

Onde se lê:

1º SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	1SG.013.0017/11	BARBARA DE BRITTO TERRA NOVA GONÇALVES	258,00
2	1SG.013.0032/11	FLAVIA RENATA FRANCO LOPES COELHO	255,00
3	1SG.013.0042/11	DAMARE DANIELE MORAES LAGE SILVA	249,00
4	1SG.013.0016/11	FLAVIA DOS SANTOS COTA	232,00
5	1SG.013.0053/11	MÁRCIA CRISTINA AZEREDO CORREIA	231,00
6	1SG.013.0020/11	CRISTIANE ARRUDA GALLEGO SOARES	227,00
7	1SG.013.0069/11	JULIANA PINTO DE SOUZA	225,00
8	1SG.013.0091/11	MARIA ELIANA DE ALVES NUNES	225,00
9	1SG.013.0068/11	REGINA MARTINS SALDANHA	216,00
10	1SG.013.0043/11	BIANCA DA SILVEIRA SANTANA	215,00
11	1SG.013.0010/11	NORMA DE ALMEIDA PEREIRA CORLOSKI	213,00
12	1SG.013.0086/11	CATARINA TORRES ALVES DE ALMEIDA RAMOS	211,00
13	1SG.013.0015/11	BIANCA KELLY FREITAS	203,00
14	1SG.013.0087/11	SOLANGE ANDRADE TEIXEIRA	202,00
15	1SG.013.0092/11	YSLEY ALMEIDA PERES ALVES	198,00
16	1SG.013.0021/11	MARIANA DOS REIS SANTOS	193,00
17	1SG.013.0013/11	MÔNICA MARTINEZ BARBOSA	189,00
18	1SG.013.0073/11	LIDIA SILVA LACERDA DA ROSA	187,00
19	1SG.013.0029/11	JOSILENE DE SOUZA SANTOS	186,00

##Leia-se:

1º SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	1SG.013.0017/11	BARBARA DE BRITTO TERRA NOVA GONÇALVES	258,00
2	1SG.013.0032/11	FLAVIA RENATA FRANCO LOPES COELHO	255,00
3	1SG.013.0042/11	DAMARE DANIELE MORAES LAGE SILVA	249,00
4	1SG.013.0016/11	FLAVIA DOS SANTOS COTA	232,00
5	1SG.013.0053/11	MÁRCIA CRISTINA AZEREDO CORREIA	231,00
6	1SG.013.0020/11	CRISTIANE ARRUDA GALLEGO SOARES	227,00
7	1SG.013.0069/11	JULIANA PINTO DE SOUZA	225,00
8	1SG.013.0091/11	MARIA ELIANA DE ALVES NUNES	225,00
9	1SG.013.0068/11	REGINA MARTINS SALDANHA	216,00
10	1SG.013.0043/11	BIANCA DA SILVEIRA SANTANA	215,00
11	1SG.013.0010/11	NORMA DE ALMEIDA PEREIRA CORLOSKI	213,00
12	1SG.013.0086/11	CATARINA TORRES ALVES DE ALMEIDA RAMOS	211,00
13	1SG.013.0015/11	BIANCA KELLY FREITAS	203,00
14	1SG.013.0087/11	SOLANGE ANDRADE TEIXEIRA	202,00
15	1SG.013.0092/11	YSLEY ALMEIDA PERES ALVES	198,00
16	1SG.013.0021/11	MARIANA DOS REIS SANTOS	193,00
17	1SG.013.0013/11	MÔNICA MARTINEZ BARBOSA	189,00
18	1SG.013.0073/11	LIDIA SILVA LACERDA DA ROSA	187,00
19	1SG.013.0029/11	JOSILENE DE SOUZA SANTOS	186,00
20	1SG.013.0050/11	ANDRÉA SIQUEIRA CORDEIRO COELHO	185,00
21	1SG.013.0040/11	LUCIENE GUIDA CARDOSO	170,00
22	1SG.013.0085/11	JULIE ISABELLE FREITAS RODRIGUES	169,00
23	1SG.013.0066/11	MARIA IZABEL MEDEIROS DA SILVA PONTE	155,00

VERA MARIA FERREIRA RODRIGUES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 78, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 143, de 24 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2012, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto nos seguintes fundamentos legais: Art. 214 da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Lei nº. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Portaria Interministerial MPOG/CGU nº. 507 e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 20GK - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional, para fins de apoio à Instituição relacionada no anexo I, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.364.2032.20GK.0001 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

PTRES: 043243

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.680, de 17 de fevereiro de 2012.

Parágrafo Único - O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2012.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 20GK - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, será realizado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior -DIFES/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão a prestação de contas anual da Instituição de Ensino Superior, a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

ANEXO

Crédito Orçamentário da Ação 20GK - Fomento as Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional - PROEXT/2010

Unidade	Processo nº	Valor Total (R$)	Fonte	Nota de Crédito
Universidade Federal de Minas Gerais.	23000.015124/2011-56	316.760,00	0100915008	2012NC00128

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PORTARIA Nº 1.283, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O Diretor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 2857 de 16/07/2009, publicado no BUFRJ Nº 15 de 23/07/2009 resolve :

tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Temporário referente ao edital nº 148 de 22/12/2011, publicado no DOU nº 03, seção 3 de 04/01/2012, divulgando em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento: Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Setorização: Gestão de Unidades de Informação
1 - Antonio Victor Rodrigues Botão

JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA

PORTARIA Nº 1.284, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O Diretor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 2857 de 16/07/2009, publicado no BUFRJ Nº 15 de 23/07/2009 resolve :

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Temporário referente ao edital nº 148 de 22/12/2011, publicado no DOU nº 03, seção 3 de 04/01/2012, divulgando em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento: Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Setorização: Tecnologia da Informação e Comunicação / Gestão da Informação.
1 - Andre Luiz de Souza Britto

JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PORTARIA Nº 1.218, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

A Diretora da Faculdade de Educação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, Professora Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, nomeada pela Portaria nº 8228 de 01/11/2011, publicada no DOU nº 211, Seção 2 de 03/11/2011, retificada pela Portaria nº 9817 de 14/12/2011, publicada no DOU nº 240, Seção 2 de 15/12/2011, no uso de suas atribuições, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos, referente ao Edital nº 6 de 06/01/2012, publicado no DOU nº 06, Seção 3, de 09/01/2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento: DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
Setorização: DIDÁTICA ESPECIAL E PRÁTICA DE ENSINO DE PORTUGUÊS-LITERATURAS
1 - Tiago Cavalcante da Silva;
2 - Patricia Ferreira Botelho;
3 - Cláudia Fabiana de Oliveira Cardoso.

ANA MARIA FERREIRA DA COSTA MONTEIRO

PORTARIA Nº 1.232, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

A Diretora da Faculdade de Educação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, Professora Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, nomeada pela Portaria nº 8228 de 01/11/2011, publicada no DOU nº 211, Seção 2 de 03/11/2011, retificada pela Portaria nº 9817 de 14/12/2011, publicada no DOU nº 240, Seção 2 de 15/12/2011, no uso de suas atribuições, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos, referente ao Edital nº 6 de 06/01/2012, publicado no DOU nº 06, Seção 3, de 09/01/2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento: DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
Setorização: DIDÁTICA ESPECIAL E PRÁTICA DE ENSINO DE PORTUGUÊS-LÍNGUAS ESTRANGEIRAS
1 - Alessandra Fontes Carvalho da Rocha;
2 - Ana Carolina Barros Meireles.

ANA MARIA FERREIRA DA COSTA MONTEIRO

PORTARIA Nº 1.233, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

A Diretora da Faculdade de Educação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, Professora Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, nomeada pela Portaria nº 8228 de 01/11/2011, publicada no DOU nº 211, Seção 2 de 03/11/2011, retificada pela Portaria nº 9817 de 14/12/2011, publicada no DOU nº 240, Seção 2 de 15/12/2011, no uso de suas atribuições, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos, referente ao Edital nº 6 de 06/01/2012, publicado no DOU nº 06, Seção 3, de 09/01/2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento: DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
Setorização: EDUCAÇÃO INFANTIL
1 - Camila dos Anjos Barros;
2 - Izabel Cristina Costa de Faria;
3 - Bianca de Fátima Pantoja;
4 - Bruna Medina Azevedo da Silva.

ANA MARIA FERREIRA DA COSTA MONTEIRO

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

PORTARIA Nº 1.271, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Marco Aurélio Silva de Santana, nomeado através da portaria nº 9730, de 13 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 14/12/2011, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para a contratação de professor substituto, referente ao Edital nº 06, de 06 de janeiro de 2012, publicado no DOU nº 06, de 09 de janeiro de 2012, seção 3, páginas 68, 69 e 70, retificado pelo Edital nº 09, de 11 de janeiro de 2012, seção 3, página 55, divulgando em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Setor de Políticas Públicas
1º - Agatha Justen Gonçalves Ribeiro
2º - Carlos Eduardo Santos Pinho
3º - Fernando Cardoso Lima Neto
4º - Arnaldo Provasi Lanzara

MARCO AURÉLIO SILVA DE SANTANA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.272, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Marco Aurélio Silva de Santana, nomeado através da portaria nº 9730, de 13 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 14/12/2011, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para a contratação de professor substituto, referente ao Edital nº 06, de 06 de janeiro de 2012, publicado no DOU nº 06, de 09 de janeiro de 2012, seção 3, páginas 68, 69 e 70, retificado pelo Edital nº 09, de 11 de janeiro de 2012, seção 3, página 55, divulgando em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Setor de Política Internacional
1º - Clarice Cristina Ferreira Menezes
2º - Magno Klein da Silva
3º - Tatiana dos Santos Oliveira
4º - Bianca Pereira Bittencourt
5º - Denise de Souza Soares
6º - Carolina Burle de Niemeyer
7º - Mario Augusto dos Santos
8º - Fabiano Farias de Souza

MARCO AURÉLIO SILVA DE SANTANA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 156, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.053256/2011-33 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Serviço Social - DSS/CSE, instituído pelo Edital nº 21/DDPP/2012, de 9 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 30, Seção 3, de 10/02/2012.

Campo de Conhecimento: Fundamentos do Serviço Social.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 03 (três).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Letícia Soares Nunes	8,59
2º	Kathiuça Bertollo	8,40
3º	Marlon Garcia da Silva	8,02
4º	Quéli Flach Anschau	8,00
5º	Cleide Gessele	7,70

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 157, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.049714/2011-30 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ciências Contábeis - CCN/CSE, instituído pelo Edital nº 126/DDPP/2011, de 7 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 235, Seção 3, de 08/12/2011.

Campo de Conhecimento: Ciências Contábeis.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	João Paulo de Oliveira Nunes	8,05
2º	Rita de Cássia Correa Pepinelli	7,40
3º	Raphael Vinícius Weigert Camargo	7,07

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 158, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.051673/2011-41 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Economia e Relações Internacionais - CNM/CSE, instituído pelo Edital nº 11/DDPP/2011, de 3 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 26, Seção 3, de 06/02/2012.

Campo de Conhecimento: Macroeconomia.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Rafael Barbosa de Carvalho	8,60
2º	Lucas Alves Chacha	8,10
3º	Helberte João França Almeida	7,30
4º	José Alexandre Durry Guerzoni Filho	7,30

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 159, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.051667/2011-94 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Economia e Relações Internacionais - CNM/CSE, instituído pelo Edital nº 11/DDPP/2011, de 3 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 26, Seção 3, de 06/02/2012.

Campo de Conhecimento: Mercado de Capitais.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Lucas Alves Chacha	8,5

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 160, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.052860/2011-42 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Psicologia - PSI/CFH, instituído pelo Edital nº 11/DDPP/2011, de 3 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 26, Seção 3, de 06/02/2012.

Campo de Conhecimento: Psicologia da Saúde.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Andréia Isabel Giacomozzi	9,43
2º	Aline dos Santos Laner	9,18
3º	Isabel Machado da Silva	9,00
4º	João Fernando Rech Wachelke	9,00
5º	Elisangela Böing	8,55
6º	Alexandre Collares Baiocchi	8,48
7º	Rodrigo Lages e Silva	8,27
8º	Fernanda Martinhago	8,06
9º	Wanda Beatriz Elsen Barcellos	7,55

CLESAR LUIZ LOCH

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 351, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público regido pelo Edital 010/2011 realizado pela FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, na área de GEOTECNIA, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial na União em 25 de março de 2011, seção 3, página 52.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

SINÉSIO GOMIDE JÚNIOR

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 29 de fevereiro de 2012

Processo nº: 10951.000572/2011-64
Interessado: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União".

Tendo em vista os Pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento na Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, e considerando a permissão contida na Resolução nº 22, de 29 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2011, também daquela Casa Legislativa, e no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a contratação da operação em tela, cumpridas as normas legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe.

Restitua-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para as providências complementares.

GUIDO MANTEGA

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

RETIFICAÇÕES

Na Ata da 293ª Sessão de Julgamento, realizada nos dias 18 e 19 de novembro de 2008 - Recurso 9912, publicada na Seção 1 do DOU de 17.12.2008, (pág. 27): Onde se lê: "... a US$ 27.396,69."; leia-se: "... a US$ 27.396,68.".

Na Ata da 312ª Sessão de Julgamento, realizada nos dias 29 e 30 de abril de 2010 - Recurso 11717, publicada na Seção 1 do DOU de 02.06.2010, (pág. 35): Onde se lê: "... a US$ 222.548,23, ..."; leia-se: "... a US$ 19.980,77, ...".

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.055, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Institui linha de financiamento para estocagem de etanol combustível.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de fevereiro de 2012, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, e do art. 3º da Medida Provisória nº 554, de 23 de dezembro de 2011, resolveu:

Art. 1° Fica instituída linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de etanol combustível, sujeita às seguintes condições:

I - origem e volume dos recursos:

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): até R$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais);

b) Poupança Rural, de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR 6-4): até R$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais);

II - beneficiários: usinas, destilarias, cooperativas de produtores e empresas comercializadoras de etanol e distribuidoras de combustível, cadastradas na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

III - valor do financiamento: multiplicação do volume de etanol objeto de financiamento pelo preço de referência de:

a) R$1,30 (um real e trinta centavos) por litro de etanol anidro;

b) R$1,15 (um real e quinze centavos) por litro de etanol hidratado;

IV - período de contratação:

a) de 1º de maio de 2012 a 30 de novembro de 2012, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nos estados do Ceará, Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins e nos municípios de Juazeiro e Medeiros Neto do estado da Bahia;

b) de 1º de setembro de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e nos demais municípios do estado da Bahia;

V - encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 8,7% a.a (oito inteiros e sete décimos por cento ao ano);

VI - garantia mínima: o penhor cedular e/ou alienação fiduciária do produto estocado, guardada a proporção de 1,0 litro em garantia para o valor do saldo devedor correspondente a 1,0 litro, podendo o etanol dado em garantia e usado para lastrear a operação ser depositado em até 30 (trinta) dias após a contratação da operação de crédito de que trata esta Resolução;

VII - reembolso: em prestações mensais, da seguinte forma:

a) operações contratadas de 1º de maio de 2012 a 30 de novembro de 2012: em fevereiro de 2013, 1/3 (um terço) do saldo devedor; em março de 2013, 1/2 (um meio) do saldo devedor, e em abril de 2013, o saldo remanescente;

b) operações contratadas de 1º de setembro de 2012 a 28 de fevereiro de 2013: em junho de 2013, 1/3 (um terço) do saldo devedor; em julho de 2013, 1/2 (um meio) do saldo devedor; e em agosto de 2013, o saldo remanescente;

VIII - agente operador:

a) nas operações com recursos do BNDES: as instituições financeiras por ele credenciadas;

b) nas operações com recursos da Poupança Rural: as instituições financeiras autorizadas a operar com poupança rural e que contem com equalização de taxas de juros nos termos da portaria do Ministério da Fazenda;

IX - risco da operação: das instituições financeiras;

X - remuneração da instituição financeira, a título de del credere:

a) nas operações com recursos do BNDES: 1,0% a.a. (um por cento ao ano), para o BNDES, e 1,7% a.a. (um inteiro e sete décimos por cento ao ano), para a instituição financeira credenciada;

b) nas demais operações: 2,7% a.a. (dois inteiros e sete décimos por cento ao ano).

§ 1º Dos recursos de cada fonte definidos no inciso I, devem ser utilizados, no máximo:

I - 45% (quarenta e cinco por cento) para estocagem de etanol anidro;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - 55% (cinquenta e cinco por cento) para estocagem de etanol hidratado;

III - 10% (dez por cento) para contratação de operações de estocagem de etanol combustível nos estados de que trata a alínea "b" do inciso IV.

§ 2º O etanol objeto do financiamento de que trata esta Resolução deve ser liberado em volume equivalente ao valor do crédito reembolsado, vedada a retirada antes de fevereiro de 2013 do produto vinculado às operações de que trata a alínea "a" do inciso VII do caput deste artigo e antes de junho de 2013 do produto vinculado às operações de que trata a alínea "b" do mesmo inciso.

Art. 2º O Ministério da Fazenda estabelecerá, por meio de portaria, as condições para a equalização relativa aos financiamentos de que trata esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.056, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Ajusta as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e altera a Resolução nº 4.047, de 26 de janeiro de 2012.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de fevereiro de 2012, e tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º A Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar acrescido do item 48, com a seguinte redação:

"48 - As instituições financeiras, mantidas suas responsabilidades, podem efetuar operações de qualquer modalidade, grupo ou linha de crédito do Pronaf por intermédio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) ou de cooperativas singulares de crédito, mediante mandato, desde que obedecida a metodologia do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e atendidas as seguintes exigências:

a) o limite de endividamento total do mutuário, em todo o Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR) e em todas as linhas de crédito do Pronaf, não ultrapasse R$15.000,00 (quinze mil reais), tomando por base o somatório dos saldos devedores dos financiamentos "em ser" que contarem com a aplicação da metodologia de que trata o caput deste item; e

b) sejam observadas as condições de cada grupo ou linha de crédito do Pronaf e da respectiva fonte de recursos, inclusive quanto ao risco da operação e à remuneração da instituição financeira." (NR)

Art. 2º Os itens 2 e 3 da Seção 16 (Linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental - Pronaf Eco) do Capítulo 10 do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"2 - Quando destinados a projetos de investimento para as culturas do dendê ou da seringueira, os créditos da Linha Pronaf Eco sujeitam-se às seguintes condições especiais:

.....

b) finalidade: investimento para implantação das culturas do dendê ou da seringueira, com custeio associado para a manutenção da cultura até o quarto ano;

c) limite de crédito por beneficiário: R$80.000,00 (oitenta mil reais) em uma ou mais operações, descontando-se do limite os valores contratados de operações "em ser" ao amparo da Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (Pronaf Mais Alimentos), de que trata o MCR 10-18, respeitado o limite de:

I - R$8.000,00 (oito mil reais) por hectare para a cultura do dendê;

II - R$15.000,00 (quinze mil reais) por hectare para a cultura da seringueira;

.....

e) prazo de reembolso, de acordo com o projeto técnico:

I - para a cultura do dendê: até 14 (quatorze) anos, incluídos até 6 (seis) anos de carência;

II - para a cultura da seringueira: até 20 (vinte) anos, incluídos até 8 (oito) anos de carência." (NR)

"3 - Os financiamentos de que trata o item 2 ficam condicionados:

a) à observância do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para as culturas do dendê e da seringueira, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

b) à apresentação, pelo mutuário, de contrato ou instrumento similar de fornecimento da produção proveniente das culturas do dendê e da seringueira para indústria de processamento ou beneficiamento do produto, no qual fiquem expressos os compromissos desta com a compra da produção, com o fornecimento de mudas de qualidade e com a prestação de assistência técnica;

....." (NR)

Art. 3º Fica alterado o caput do art. 1º da Resolução nº 4.047, de 26 de janeiro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas, para os agricultores familiares de municípios atingidos por estiagem nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com decretação da situação de emergência e do estado de calamidade pública após 1º de dezembro de 2011, reconhecida pelo Governo Federal, a:" (NR)

Art. 4º Fica excluído o item 5 da Seção 13 (Linha de Crédito para Grupo B do Pronaf - Microcrédito Produtivo Rural) do Capítulo 10 do MCR.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.057, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera as condições para renegociação de dívidas de produtores rurais que tiveram perda de renda em função de estiagem na região Sul, e as disposições dos Programas Procap-Agro e ABC, ao amparo de recursos do BNDES.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de fevereiro de 2012, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º O caput do art. 1º da Resolução nº 4.048, de 26 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas, para os produtores rurais de municípios atingidos por estiagem nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com decretação da situação de emergência ou do estado de calamidade pública após 1º de dezembro de 2011, reconhecida pelo Governo Federal, a:" (NR)

Art. 2º O item 7 da Seção 2 (Procap-Agro) do Capítulo 13 (Programas com Recursos do BNDES) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com a seguinte redação:

"7 - Fica autorizada, no âmbito do Procap-Agro, a concessão de crédito emergencial em favor de cooperativas de produção agropecuária, para renegociação de dívidas contraídas por associados que tiveram perdas na renda em decorrência da estiagem que atingiu municípios dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com decretação de situação de emergência ou do estado de calamidade pública após 1º/12/2011, reconhecida pelo Governo Federal, observadas as normas gerais estabelecidas para a concessão de crédito rural e as seguintes condições específicas:

.....

b) finalidade: renegociação de até 100% (cem por cento) do montante devido à cooperativa pelos associados em decorrência de débitos vencidos e vincendos entre 1°/1/2012 a 30/6/2012, desde que contraídos para aquisição de insumos para utilização na safra 2011/2012;

....." (NR)

Art. 3º Os itens 1 e 2 da Seção 7 (Programa ABC) do Capítulo 13 do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

.....

d) .....

.....

XIII - aquisição de bovinos, ovinos e caprinos, para reprodução, recria e terminação, e sêmen dessas espécies, limitada a 40% (quarenta por cento) do valor financiado;

XIV - aquisição de máquinas, implementos e equipamentos de fabricação nacional para a agricultura e pecuária, limitada a 40% (quarenta por cento) do valor financiado;

....." (NR)

"2 - .....

a) nos financiamentos que englobem sistemas integrados lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pastagens, implantação de florestas comerciais e sistemas de plantio direto "na palha":

I - projeto técnico específico, assinado por profissional habilitado, contendo obrigatoriamente identificação do imóvel e da sua área total;

II - croqui descritivo e histórico de utilização da área do projeto a ser financiado contendo, no mínimo, 4 pontos do perímetro da citada área aferidos por Sistema de Posicionamento Global (GPS) de navegação, ou outro instrumento de aferição mais precisa;

III - comprovantes de análise de solo, incluindo carbono total e amostras da área do projeto a ser financiado, nas profundidades de 0cm a 5cm e de 5cm a 30cm, e da respectiva recomendação agronômica;

IV - plano de manejo agropecuário, agroflorestal ou florestal, conforme o caso, da área do projeto;

b) .....

I - .....

II - projeto técnico específico, assinado por profissional habilitado, contendo obrigatoriamente identificação do imóvel e da sua área total;

III - croqui descritivo e histórico de utilização da área do projeto a ser financiado, contendo, no mínimo, 4 pontos do perímetro da citada área aferidos por Sistema de Posicionamento Global (GPS) de navegação, ou outro instrumento de aferição mais precisa;

....." (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.058, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de fevereiro de 2012, com base nos arts. 3º, inciso V, e 4º, incisos VI, VIII e XXXI, da referida Lei, resolveu:

Art. 1º O art. 17-A da Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.17-A.

.....

Parágrafo único. A vedação mencionada no caput aplica-se a partir de 1º de novembro de 2012." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 4.042, de 15 de dezembro de 2011.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR N° 3.580, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão extraordinária realizada em 1º de março de 2012, com base no art. 23 da Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, no inciso II do art. 16-A e no art. 38 da Resolução n° 3.568, de 29 de maio de 2008, e tendo em vista o art. 2° da Circular n° 3.280, de 9 de março de 2005, resolve:

Art. 1º A seção 4 do capítulo 11 do título 1 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), divulgado pela Circular nº 3.280, de 2005, passa a vigorar com a redação da folha anexa a esta Circular.

Art. 2º Fica revogada a subseção 2 da seção 2 do capítulo 3 do título 3 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI)

Art. 3º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA
Diretor de Regulação do Sistema Financeiro

ANEXO

REGULAMENTO DO MERCADO DE CÂMBIO E CAPITAIS INTERNACIONAIS

TÍTULO: 1 - Mercado de Câmbio

CAPÍTULO: 11 - Exportação

SEÇÃO: 4 - Recebimento Antecipado

---

1. (Revogado)

2. (Revogado) Circular 3.580/2012.

3. As antecipações de recursos a exportadores brasileiros a título de recebimento antecipado de exportação somente podem ser efetuadas pelo importador e pelo prazo de até 360 dias. (NR)

4. O pagamento de juros sobre o valor do recebimento antecipado de exportação deve observar as seguintes condições:

a) a contagem de prazo para pagamento de juros e principal tem como menor data de início a data de desembolso ou do ingresso dos recursos no País;

b) os juros são apurados sobre o saldo devedor;

c) a taxa de juros é livremente pactuada pelas partes, observada, quando houver, limitação legal;

d) o beneficiário dos juros é aquele que efetuou o pagamento antecipado da exportação;

e) alternativamente, o valor devido a título de juros pode ser quitado mediante o embarque de mercadorias ao exterior.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. Para os valores ingressados no País a título de recebimento antecipado de exportação, deve ocorrer no prazo de até 360 dias:

a) o embarque da mercadoria ou a prestação do serviço; ou

b) a conversão pelo exportador, mediante anuência prévia do pagador no exterior, em investimento direto de capital ou em empréstimo em moeda, e registrado no Banco Central do Brasil, nos termos da Lei n° 4.131, de 03.09.1962, modificada pela Lei n° 4.390, de 29.08.1964, e regulamentação pertinente.

5.A O ingresso de que trata o item anterior pode se dar por transferência internacional em reais, aí incluídas as ordens de pagamento oriundas do exterior em moeda nacional, ou por contratação de câmbio para liquidação pronta ou de câmbio contratado para liquidação futura, liquidado anteriormente ao embarque da mercadoria ou da prestação do serviço.

6. É facultado, também, o retorno ao exterior dos valores ingressados no País a título de recebimento antecipado de exportação, observada a regulamentação tributária aplicável a recursos não destinados à exportação.

7. A adoção das prerrogativas previstas na alínea "b" do item 5 e no item 6 implica, para o exportador, a comprovação do pagamento do imposto de renda incidente sobre os juros eventualmente remetidos ao exterior e relativos à parcela ingressada cujas mercadorias não tenham sido embarcadas ou cujo serviço não tenha sido prestado.

REGULAMENTO DO MERCADO DE CÂMBIO E CAPITAIS INTERNACIONAIS

TÍTULO: 3 - Capitais Estrangeiros no País

CAPÍTULO: 3 - Operações Financeiras

SEÇÃO: 2 - Créditos Externos

SUBSEÇÃO: 2 - (Revogado) Circular nº 3.580/2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nº 573, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Divulga relação dos municípios e regiões metropolitanas para efeito de enquadramento na tabela de desconto do FGTS e na utilização dos recursos da conta vinculada do FGTS na Moradia Própria.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II, da Lei no 8.036, de 11.05.90, e o artigo 67, inciso II, do Anexo ao Decreto no 99.684, de 08.11.90, com a redação dada pelo Decreto no 1.522, de 13.06.95, e em cumprimento às disposições das Resoluções do Conselho Curador do FGTS - CCFGTS no 460, de 14.12.04, suas alterações e aditamentos e nº 669 de 25.10.11, e das Instruções Normativa nº 42, 43, 44 de 30.11.11, 48 de 21.12.11 e 01 de 27.01.12 e resolve:

1Divulgar a relação atualizada dos municípios para fins de enquadramento nas condições de concessão de desconto, conforme previsto na Resolução do CCFGTS no 460/04, suas alterações e aditamentos, com os limites máximos de valor do imóvel e renda, a serem observados na concessão dos financiamentos, bem como as regiões metropolitanas a serem observadas pelos agentes financeiros na utilização dos recursos da conta vinculada do FGTS na Moradia Própria.

1.1A relação dos municípios de que trata esta Circular deverá ser utilizada pelos agentes financeiros, para efeito de enquadramento na tabela de desconto do FGTS e limite do valor do imóvel e da renda do proponente, devendo ser observados os limites específicos de cada modalidade de financiamento.

1.2 Os dados populacionais de cada município relacionados no anexo desta Circular estão em conformidade com a mais recente estimativa de população disponível no sítio eletrônico do IBGE (CENSO 2010).

1.3 Para efeito de enquadramento das regiões metropolitanas na utilização dos recursos da Conta Vinculada do FGTS na Moradia Própria, os agentes financeiros devem observar a coluna "Moradia Própria" do Anexo desta Circular.

1.4 A referida relação está disponível ao público interessado, por intermédio do site da CAIXA, no endereço http://www.caixa.gov.br, escolher a opção download, item Circulares CAIXA e FGTS.

2 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

3 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Circular CAIXA nº 564, de 08.12.2011.

FABIO FERREIRA CLETO
Vice-Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR Nº 13/2009

Acusados: Alberto Stringhini
Alberto Zuzzi
Clube Primoinvest de Investimentos
Daniel Antunes de Azevedo
Elvio de Oliveira Flores
Family Trust Clube de Investimentos
Hugo Saito
Juliano Zandonai
Nanci Lúcia Panzera Forner
Octaviano Zandonai
Octaviano Zandonai & Cia Ltda.

Ementa: Utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado - difusão antecipada e privilegiada de informação acerca dos prejuízos da Sadia - conhecimento, por parte de alguns dos acusados, de informação privilegiada, utilizada para a realização de operações de venda de ações de emissão da SADIA S/A. Absolvição e multas.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, decidiu:

1. Preliminarmente, afastar a demanda da defesa de reinquirição, na presença dos defendentes, de todas as pessoas inquiridas pela CVM.

2. No mérito, por unanimidade de votos, absolver a acusada Nanci Lúcia Panzera Forner;

3. No mérito, com fundamento no art. 11, Inciso II, em seu §1º, Inciso III, da Lei nº 6.385/76, por infração ao disposto no §4º do art. 155 da Lei nº 6.404 e no § 1º do art. 13 da Instrução CVM nº 358/02, por maioria de votos, aplicar as seguintes penalidades:

3.1 - multa de R$1.101.296,00 para o acusado Alberto Stringhini;

3.2 - multa de R$280.960,00 para o acusado Alberto Zuzzi;

3.3 - multa de R$112.448,00 para o Clube Primoinvest de Investimentos;

3.4 - multa de R$200.000,00 para o acusado Daniel Antunes de Azevedo;

3.5 - multa de R$ 978.331,12 para o acusado Elvio de Oliveira Flores;

3.6 - multa de R$ 32.044,00 para o Family Trust Clube de Investimentos;

3.7 - multa de R$ 300.000,00 para o acusado Hugo Saito;

3.8 - multa de R$ 94.540,00 para o acusado Juliano Zandonai;

3.9 - multa de R$ 1.163.036 para o acusado Octaviano Zandonai; e

3.10 - multa de R$ 720.656,00 para Octaviano Zandonai & Cia Ltda.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538/08, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

A CVM interporá recurso de ofício da absolvição proferida ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Proferiram defesas orais os advogados Gloria Maria Cunha de Macedo Porchat, representando os acusados Alberto Stringhini e Alberto Zuzzi; José Estevam de Almeida Prado, representando o Clube Primoinvest de Investimentos, Elvio de Oliveira Flores; Family Trust Clube de Investimentos e Hugo Saito; e Nelson Eizirik, representando Juliano Zandonai; Nanci Lúcia Panzera Forner, Octaviano Zandonai e Octaviano Zandonai & Cia Ltda.

Presente o acusado Alberto Stringhini.

Presente a Procuradora Federal Milla de Aguiar Vasconcellos Ribeiro, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Eli Loria, Relator, Alexsandro Broedel Lopes, Otavio Yazbek e a Presidente da CVM, Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, que presidiu a sessão.

Ausente a Diretora Luciana Dias.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2011.
ELI LORIA
Diretor-Relator

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA
Presidente da Sessão de Julgamento

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS(*)

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 5º ANDAR, SALA 504, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 12 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUCIA REIKO SAKAE

1 - Processo nº: 11483.000079/2009-56 - Recorrente: THOMAZ NEAL NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 11483.000104/2009-00 - Recorrente: THOMAZ NEAL NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 13827.001162/2007-78 - Recorrente: OTAVIO DE ALMEIDA PRADO BAUER FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: SIDNEY FERRO BARROS

4 - Processo nº: 11065.003963/2002-05 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessado: JOLLY INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

5 - Processo nº: 13884.001936/2007-86 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessado: LAUDIR FRANCISCO BIFFI - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

6 - Processo nº: 13884.001550/2003-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessado: EUGENIO FERREIRA SIMOES - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

7 - Processo nº: 10166.011411/2007-76 - Recorrente: KATIA MARIA ABUBAKIR KOUZAK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

8 - Processo nº: 10680.006291/2002-61 - Recorrente: MARCOS FLAVIO DE CASTRO VALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 10120.720464/2010-11 - Recorrente: IRIA BRZEZINSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 10235.720009/2008-04 - Recorrente: SERGIO PAULO DE SOUZA JORGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 10235.720014/2008-17 - Recorrente: SERGIO PAULO DE SOUZA JORGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 10235.720019/2008-31 - Recorrente: SERGIO PAULO DE SOUZA JORGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

13 - Processo nº: 10980.011169/2007-37 - Recorrente: ABRAHIM JOSE FATUCH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo nº: 10980.011181/2007-41 - Recorrente: ADEMIR MASSANARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10935.003391/2007-10 - Recorrente: ANDRE LUIS GONCALVES TOESCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

16 - Processo nº: 10215.720249/2008-39 - Recorrentes: FRANCINEY MARIA LISBOA FERREIRA e NELDECIRA SILVA MELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo nº: 10183.003500/2005-79 - Recorrente: JOSE PALMIRO DA SILVA ESPOLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 10235.001011/2007-91 - Recorrente: MANOEL SOBRAL DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

19 - Processo nº: 10166.015509/2008-83 - Recorrente: AUGUSTO PINTO DA SILVA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 10283.007575/2006-81 - Recorrente: THEREZINHA DE JESUS DA FONSECA CAMINHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 10183.000130/2009-41 - Recorrente: NEUZA MARIA BONFOCCHI DE OLIVEIRA MEDEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIA 12 DE MARÇO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUCIA REIKO SAKAE

22 - Processo nº: 10805.000729/2009-11 - Recorrente: IONE PINNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo nº: 10805.000730/2009-45 - Recorrente: IONE PINNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 10665.002409/2008-66 - Recorrente: SIMONE SOALHEIRO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 10665.002854/2008-26 - Recorrente: SIMONE SOALHEIRO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: SIDNEY FERRO BARROS

26 - Processo nº: 10166.011562/2007-24 - Recorrente: SAMARA ARBEX e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 10166.011803/2008-16 - Recorrente: LASARO MOREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 10166.011818/2007-01 - Recorrente: JOSE RENATO DO VALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

29 - Processo nº: 10830.003708/2008-69 - Recorrente: JOSE LUIZ DENOBILE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 10830.003707/2008-14 - Recorrente: JOSE LUIZ DENOBILE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 10830.003709/2008-11 - Recorrente: JOSE LUIZ DENOBILE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo nº: 15922.000316/2008-32 - Recorrente: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

33 - Processo nº: 10073.002424/2007-93 - Recorrente: GILMAR ALVES ZONZIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 10073.002425/2007-38 - Recorrente: GILMAR ALVES ZONZIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 10980.009877/2007-16 - Recorrente: HEITOR SUMIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

36 - Processo nº: 10280.003273/2006-64 - Recorrente: SELMA FREIRE SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 10293.720088/2008-51 - Recorrente: MARLENE SILVA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 10825.000030/2003-27 - Recorrente: ERASMO LOURENCO MUNHOZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

39 - Processo nº: 10183.002860/2008-04 - Recorrente: IVANOR PEREIRA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 10215.000558/2009-70 - Recorrente: KEYBO KALAZY CANHETTI CIESCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 10215.000758/2009-22 - Recorrente: LUCIANO STRACKE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 10215.720251/2008-16 - Recorrente: NANCI SILVA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo nº: 10235.000853/2006-45 - Recorrente: SAMUEL VEIGA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUCIA REIKO SAKAE

44 - Processo nº: 10840.720386/2008-05 - Recorrente: ISKANDAR AUDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 10840.720387/2008-41 - Recorrente: ISKANDAR AUDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: SIDNEY FERRO BARROS

46 - Processo nº: 10166.012280/2006-63 - Recorrente: PAULO CESAR GONTIJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo nº: 10166.012299/2006-18 - Recorrente: ANDRE FERREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 10166.012572/2007-87 - Recorrente: MISSON GOMES DE ASSUNCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

49 - Processo nº: 10660.003145/2008-16 - Recorrente: CARMEN LUCIA DE OLIVEIRA E SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo nº: 10660.003146/2008-52 - Recorrente: CARMEN LUCIA DE OLIVEIRA E SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 10660.003147/2008-05 - Recorrente: CARMEN LUCIA DE OLIVEIRA E SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 10660.003149/2008-96 - Recorrente: CARMEN LUCIA DE OLIVEIRA E SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 10840.720430/2008-79 - Recorrente: ANTONIO MIRANDA DA CRUZ FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 10840.720431/2008-13 - Recorrente: ANTONIO MIRANDA DA CRUZ FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo nº: 10840.720432/2008-68 - Recorrente: ANTONIO MIRANDA DA CRUZ FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

56 - Processo nº: 10283.003742/2007-04 - Recorrente: JAYME ROBERTO CABRAL INDIO DE MAUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo nº: 10283.003743/2007-41 - Recorrente: JAYME ROBERTO CABRAL INDIO DE MAUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo nº: 13828.000092/2007-21 - Recorrente: JAYRO FONTELLES RIOS JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

59 - Processo nº: 13828.000094/2007-10 - Recorrente: JAYRO FONTELLES RIOS JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

60 - Processo nº: 11516.000296/2004-15 - Recorrente: ENIO CESAR CAMPESATTO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

61 - Processo nº: 11080.103944/2004-43 - Recorrente: JORGE SALIS DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo nº: 19679.000760/2005-95 - Recorrente: SAMIR MARCOLINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

63 - Processo nº: 10240.001606/2005-14 - Recorrente: YUMIKO MIYAGUI NAKASHIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo nº: 10280.005986/2008-24 - Recorrente: CRISTINA PIRES TEIXEIRA DE MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo nº: 10280.005987/2008-79 - Recorrente: CRISTINA PIRES TEIXEIRA DE MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo nº: 10675.003572/2005-84 - Recorrente: JOAO ISMAEL ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUCIA REIKO SAKAE

67 - Processo nº: 10930.003688/2008-06 - Recorrente: IONICE FELIPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo nº: 10930.004239/2008-77 - Recorrente: IONICE FELIPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo nº: 13840.000035/2007-83 - Recorrente: FABIO CLAUDIO LACERENZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo nº: 10680.005599/2008-85 - Recorrente: FERNANDO DE MELO MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: SIDNEY FERRO BARROS

71 - Processo nº: 10166.012752/2007-69 - Recorrente: ANTONIO FERNANDES FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo nº: 10166.013223/2007-82 - Recorrente: ARMANDO SILVA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo nº: 10166.013716/2008-01 - Recorrente: RICARDO SOBRAL ROLEMBERG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

74 - Processo nº: 10840.720415/2008-21 - Recorrente: MARISA HELENA D ARBO ALVES DE FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo nº: 10183.008807/2009-90 - Recorrente: JOSE MARCILIO DONEGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo nº: 10183.008808/2009-34 - Recorrente: JOSE MARCILIO DONEGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

77 - Processo nº: 10293.720120/2007-17 - Recorrente: JOAQUIM ANTONIO VILELA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

78 - Processo nº: 10293.720141/2007-32 - Recorrente: JOAQUIM ANTONIO VILELA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

79 - Processo nº: 10293.720099/2007-50 - Recorrente: JOAQUIM ANTONIO VILELA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

80 - Processo nº: 10120.006295/2007-08 - Recorrente: JOAO DIVINO DE BRITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

81 - Processo nº: 10845.003152/2007-61 - Recorrente: JOAQUIM GOMES DE PINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

82 - Processo nº: 10070.100252/2007-42 - Recorrente: SONIA DE MIRANDA GUILLIOD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

83 - Processo nº: 19679.004487/2005-78 - Recorrente: GABRIELA CZAPSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

84 - Processo nº: 10746.001035/2005-19 - Recorrente: ALEXANDRE PAULO DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

85 - Processo nº: 11516.003046/2005-18 - Recorrente: MARIO NELSON ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

86 - Processo nº: 10825.000298/2009-54 - Recorrente: SARAH CATARINA AXCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

87 - Processo nº: 10825.000299/2009-07 - Recorrente: SARAH CATARINA AXCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

88 - Processo nº: 13891.000312/2008-33 - Recorrente: WASHINGTON GLEYD MOLINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

89 - Processo nº: 10825.002255/2005-80 - Recorrente: JOSE ROBERTO ZANONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

90 - Processo nº: 10680.002427/2008-50 - Recorrente: DALMIR DE JESUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUCIA REIKO SAKAE

91 - Processo nº: 10980.011364/2007-67 - Recorrente: LEILA MORAES ORMENEZE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

92 - Processo nº: 10805.001745/2009-21 - Recorrente: JOSE ROBERTO CESTARI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

93 - Processo nº: 13811.000348/2011-65 - Recorrente: ZAIRA ADELINA GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

94 - Processo nº: 10840.002713/2004-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessado: MAURO TODESCHINI - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: SIDNEY FERRO BARROS

95 - Processo nº: 10166.013759/2007-06 - Recorrente: CARLOS ALBERTO CARDOZO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

96 - Processo nº: 10166.013944/2007-92 - Recorrente: CLAUDIA MARIA MEYER MATTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

97 - Processo nº: 10166.014998/2007-75 - Recorrente: ALCIBIADES CASTILLO CALDERON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

98 - Processo nº: 10725.001910/2008-53 - Recorrente: DAYSE MARIA MALAFAIA QUINTAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

99 - Processo nº: 13154.001714/2008-99 - Recorrente: JOSE DA CUNHA SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

100 - Processo nº: 13154.001715/2008-33 - Recorrente: JOSE DA CUNHA SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

101 - Processo nº: 11080.005789/2006-62 - Recorrente: SILVINO MARCON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

102 - Processo nº: 10280.720413/2010-49 - Recorrente: ROBERTO SILVA DA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

103 - Processo nº: 10183.002834/2008-78 - Recorrente: MOYSES NADAF NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

104 - Processo nº: 10183.000129/2009-17 - Recorrente: PERSIO DOMINGOS BRIANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

105 - Processo nº: 10830.001024/2009-11 - Recorrente: RUBENS PERINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

106 - Processo nº: 10830.001025/2009-58 - Recorrente: RUBENS PERINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

107 - Processo nº: 10830.001026/2009-01 - Recorrente: RUBENS PERINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO
Presidente

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 39, de 27-2-2012, Seção 1, págs. 20 e 21, com incorreção no original.

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS(*)

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 5º ANDAR, SALA 504, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 12 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

1 - Processo nº: 18471.001287/2008-70 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 10530.001633/2003-51 - Recorrente: ELIZABETH GUEDES DE CARVALHO PIMENTEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 10735.001989/2003-99 - Recorrente: EDECIO NOGUEIRA CORDEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 16643.000118/2010-92 - Recorrente: EMBRAER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

5 - Processo nº: 13808.003247/2001-23 - Recorrente: ROMULO AUGUSTO OTTONI ROSSI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 10725.000819/2005-78 - Recorrente: VANDA PASSOS PERES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 11516.002874/2006-10 - Recorrente: OSNI NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

8 - Processo nº: 10293.720053/2008-11 - Recorrente: AGRO PECUARIA SANTO ELIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 10293.720031/2008-51 - Recorrente: AGRO PECUARIA SANTO ELIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 10380.011258/2008-23 - Recorrente: ANTONIO NARCELIO RODRIGUES PONTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 10183.721729/2009-12 - Recorrente: HUGO WALTER FROTA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 10183.721730/2009-47 - Recorrente: HUGO WALTER FROTA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 10183.721732/2009-36 - Recorrente: HUGO WALTER FROTA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE

14 - Processo nº: 13161.720116/2007-42 - Recorrente: ORLANDO COELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 13971.720233/2008-52 - Recorrente: IRMAOS BONA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

16 - Processo nº: 18471.001788/2006-94 - Recorrente: INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo nº: 19515.004258/2003-64 - Recorrente: WILDER DE CICCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 10680.015008/2001-10 - Recorrente: LEONARDO PINTO SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 19515.001617/2003-21 - Recorrente: ANNA PAULA GALLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

20 - Processo nº: 13984.001491/2008-97 - Recorrente: MARIO ARTHUR BERWIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 10930.000064/2008-29 - Recorrente: ANOLDO BENEDICTO VIDOLIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 10640.005073/2008-71 - Recorrente: JOSE JACIR SPERANDIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

23 - Processo nº: 19515.001867/2006-12 - Recorrente: MELANIE FARKAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 10384.720196/2007-23 - Recorrente: IDALICE EULALIO ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 10384.720199/2007-67 - Recorrente: IDALICE EULALIO ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE

26 - Processo nº: 14751.002756/2008-71 - Recorrente: MILLENNIUM INORGANIC C MINERACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 16327.001935/2007-45 - Recorrente: CONVENCAO S A CORRETORA DE VALRS CAMBIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

28 - Processo nº: 16327.000402/2007-46 - Recorrente: BANCO ITAU S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 10410.006797/2009-27 - Recorrente: DJALMA LEONARDO DE SIQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 10875.001211/2002-02 - Recorrente: INDUSTRIA DE TINTAS E VERNIZES KINGS PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 13882.000554/2003-21 - Recorrente: SANTUARIO NACIONAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEICAO APARECIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

32 - Processo nº: 10580.720945/2009-68 - Recorrente: EDUARDO AUGUSTO VIANA BARRETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 10580.720947/2009-57 - Recorrente: DELMA MARGARIDA GOMES LOBO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 11040.720079/2007-13 - Recorrente: LUIZ RENATO LEITE REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

35 - Processo nº: 10380.002183/2005-47 - Recorrente: J. MACEDO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 19515.003690/2008-42 - Recorrente: RAFAEL MERINO GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 10530.720172/2007-43 - Recorrente: STELIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 10875.000709/2004-10 - Recorrente: SERGIO RECARDO ABREU DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE

39 - Processo nº: 10768.012943/99-06 - Recorrente: CARLOS JOSE GUEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 10865.000033/2006-37 - Recorrente: FRANCISCO BELLAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

41 - Processo nº: 10680.001155/2007-90 - Recorrente: SECRETARIA DO EST DA FAZENDA DE M G e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 10680.006519/2006-47 - Recorrente: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE BHE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo nº: 13971.001384/2001-31 - Recorrente: BUNGEPREV FUNDO MULTIPLO DE PREV.PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo nº: 10980.005631/2007-67 - Recorrente: ARTHUR IORIO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-23 00:00:00 - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

45 - Processo nº: 10660.720894/2009-84 - Recorrente: KONRAD ALBERT LAPIERRE HEILMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo nº: 10660.720896/2009-73 - Recorrente: KONRAD ALBERT LAPIERRE HEILMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo nº: 10660.720902/2009-92 - Recorrente: KONRAD ALBERT LAPIERRE HEILMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

48 - Processo nº: 10218.000225/2009-11 - Recorrente: JOSE BARBOSA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo nº: 10215.720020/2007-13 - Recorrente: ONELIA KZAN NOGUEIRA BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo nº: 10467.720020/2006-71 - Recorrente: INACIO FEITOSA SOBRINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 10283.721004/2009-04 - Recorrente: SONIA MARIA LIMA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE

52 - Processo nº: 16641.000199/2008-26 - Recorrente: FLOPAL FLORESTADORA PALMARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 18471.000452/2006-12 - Recorrente: CONFEDERACAO BRAS DE TENIS DE MESA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

54 - Processo nº: 10840.000417/2009-81 - Recorrente: EUFEMIO RODOFREDO VENEGAS CORONADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo nº: 10980.008021/2002-19 - Embargante: SACAT/SAORT/DRF/PONTA GROSSA/PR - Interessado: EDMUNDO DE PADUA ARNULF - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 39, de 27-2-2012, Seção 1, pág.18, com incorreção no original.

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS(*)

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", NO 3º ANDAR, SALA 304, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 12 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

1 - Processo nº: 10880.002122/2001-15 - Recorrente: LUIZ CARLOS AMADO SETTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 10283.100041/2009-76 - Recorrente: WALCIMAR DE SOUZA OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 10580.003984/2002-21 - Recorrente: DERIVALDO JOSE DE BARROS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 13896.001745/2004-32 - Recorrente: CARLOS HENRIQUE DE MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 10735.000854/2003-14 - Recorrente: AIRTON MEIRELLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 13971.001392/2003-40 - Recorrente: EDEMAR FRANCISCO SOCCAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 13886.000024/2008-58 - Recorrente: MARLENE GALANTE SPAGNOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ODMIR FERNANDES

8 - Processo nº: 10280.000222/2007-61 - Recorrente: CARLOS ALBERTO CAMARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 10283.005322/2009-16 - Recorrente: RICARDO SIMOES QUINTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 10315.000371/2007-86 - Recorrente: HELIO RIGAUD PESSOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 10660.003551/2008-71 - Recorrente: GUILHERME MORAES RIBEIRO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA LUCIA MONIZ DE ARAGAO CALOMINO ASTORGA

12 - Processo nº: 10580.732487/2010-43 - Recorrente: LUIZ LOPES MENDONCA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 10768.006469/2004-76 - Embargante: ROMULO GONCALVES - Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14 - Processo nº: 10803.000080/2010-91 - Recorrente: PEDRO DA ROCHA BRITES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
15 - Processo nº: 11080.005777/2006-38 - Recorrente: BL INDUSTRIA OTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
16 - Processo nº: 11080.008917/2005-49 - Recorrente: SMART PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
17 - Processo nº: 11080.724511/2010-74 - Recorrente: FRAZARI ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - rvS
18 - Processo nº: 10218.000352/2007-58 - Recorrente: EULER AIRES MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
19 - Processo nº: 19515.007864/2008-46 - Recorrente: AMERICO FIALDINI JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: RAFAEL PANDOLFO
20 - Processo nº: 13609.001127/2003-08 - Recorrente: GERALDO DA SILVA SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
21 - Processo nº: 10855.003742/2006-93 - Recorrente: JOSE CRISTIANO ZAPPAROLLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: PEDRO ANAN JUNIOR
22 - Processo nº: 10183.006209/2008-03 - Recorrente: LUIS MARIO CANAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
23 - Processo nº: 10183.100011/2008-15 - Recorrente: JULIO RODRIGUES DO NASCIMENTO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
24 - Processo nº: 10280.720735/2008-73 - Recorrente: JOSE ARLINDO FARIAS BALIEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ
25 - Processo nº: 10640.720117/2008-97 - Recorrente: ROSANI BAUER RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
26 - Processo nº: 10640.720122/2008-08 - Recorrente: ROSANI BAUER RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
27 - Processo nº: 10930.006324/2008-70 - Recorrente: JOSE ANTONIO BURIOLLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
28 - Processo nº: 10930.006312/2008-45 - Recorrente: ARMANDO DIAS DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
29 - Processo nº: 10980.720175/2008-60 - Recorrente: CLELIA ERZELI MARQUES MEHL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
30 - Processo nº: 10930.000477/2008-11 - Recorrente: FIDECASU HAYASHI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
31 - Processo nº: 16095.000084/2007-94 - Recorrente: V V EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ODMIR FERNANDES
32 - Processo nº: 10930.006520/2008-44 - Recorrente: AILTON SOUSA BASTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
33 - Processo nº: 10980.011760/2007-94 - Recorrente: ANTONIO RYCHETA ARTEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
34 - Processo nº: 11065.003786/2007-63 - Recorrente: JOAO EDMAR WOLFF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
35 - Processo nº: 13637.000832/2008-57 - Recorrente: ANA MARIA MILAGRES BELO FRANCISCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARIA LUCIA MONIZ DE ARAGAO CALOMINO ASTORGA
36 - Processo nº: 10120.002591/2009-93 - Recorrente: ANTONIO CESAR DE MORAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
37 - Processo nº: 13888.004763/2010-13 - Recorrente: MARY ESTELA BANDORIA MACEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
38 - Processo nº: 15504.009502/2010-82 - Recorrente: ILDEU DA CUNHA PEREIRA SOBRINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
39 - Processo nº: 10970.000389/2010-50 - Recorrente: ALEX ROGERIO DE CARVALHO SOUTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
40 - Processo nº: 13896.002635/2007-31 - Recorrente: JACOB DA SILVA TOMAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
41 - Processo nº: 19515.003189/2005-33 - Recorrente: JOAO CARLOS FREITAS DE CAMARGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: RAFAEL PANDOLFO
42 - Processo nº: 18471.001181/2007-95 - Recorrente: HERMANN ALDA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
43 - Processo nº: 10166.721894/2009-82 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessado: CALEB DE MELO FILHO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
44 - Processo nº: 13884.002794/2004-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessado: MAURO GOULART DA SILVA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: PEDRO ANAN JUNIOR
45 - Processo nº: 10283.720244/2006-31 - Recorrente: RONALDO BRAGA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
46 - Processo nº: 10283.721062/2008-49 - Recorrente: WILSON PINHEIRO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
47 - Processo nº: 10410.002486/2006-46 - Recorrente: GILVANIA MARIA SILVA ANDRADE GUSMAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
48 - Processo nº: 10580.727637/2009-63 - Recorrente: MARIA LUCIA COELHO MATOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: NELSON MALLMANN
49 - Processo nº: 18471.001301/2007-54 - Recorrente: PAULO CESAR BASTOS RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
50 - Processo nº: 18471.004106/2008-67 - Recorrente: JACQUES RAPHAEL ABOULAFIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ
51 - Processo nº: 13882.000159/2008-53 - Recorrente: HOMERO PINTO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
52 - Processo nº: 13882.000591/2008-44 - Recorrente: HOMERO PINTO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
53 - Processo nº: 16327.004426/2002-60 - Recorrente: INDIANA FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
54 - Processo nº: 13706.000350/2008-36 - Recorrente: EUNICIO PRECILIO CAVALCANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
55 - Processo nº: 11516.001485/2007-40 - Recorrente: IDELI SALVATI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
56 - Processo nº: 10640.720842/2009-46 - Recorrente: SOLANGE CRISTO MUNIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ODMIR FERNANDES
57 - Processo nº: 13808.006279/2001-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessado: ELIANA DIM CHOI - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
58 - Processo nº: 14751.001170/2009-70 - Recorrente: ERICKSON DANTAS DAS CHAGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
59 - Processo nº: 10825.000850/2003-19 - Embargante: ZILDA DE FATIMA BERTIN MENTE - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: MARIA LUCIA MONIZ DE ARAGAO CALOMINO ASTORGA
60 - Processo nº: 10735.000565/2006-50 - Recorrente: LUIZ FELIPE GONCALVES RAUNHEITTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
61 - Processo nº: 10410.007359/2008-03 - Recorrente: CICERO PAES FERRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
62 - Processo nº: 10510.003978/2009-73 - Recorrentes: ANTONIO FERNANDO MACEDO DE SOUZA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO
63 - Processo nº: 13884.004026/2004-11 - Recorrente: ISMAEL VITORIO PULGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
64 - Processo nº: 14041.001430/2007-51 - Recorrente: JOSE WELLINGTON ROBERTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
65 - Processo nº: 19515.003042/2005-43 - Recorrente: FLAVIA HIEMISCH DUARTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
66 - Processo nº: 10410.005913/2008-18 - Recorrente: JOAO FELIPE BARROS DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: RAFAEL PANDOLFO
67 - Processo nº: 10166.720105/2008-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessado: LAZARO MARQUES NETO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
68 - Processo nº: 10183.000357/2007-25 - Recorrente: BENEDITO ANTONIO GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
69 - Processo nº: 18239.000812/2010-15 - Recorrente: JEAN NAMEM CHALHUB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
70 - Processo nº: 13876.000982/2007-67 - Recorrente: JANE MARISA LANDELL DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: PEDRO ANAN JUNIOR
71 - Processo nº: 10580.728039/2009-10 - Recorrente: AURELINO OTACILIO PEREIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
72 - Processo nº: 10630.720914/2009-74 - Recorrente: EDMILSON FIRME SIMAO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
73 - Processo nº: 10630.720915/2009-19 - Recorrente: EDMILSON FIRME SIMAO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
74 - Processo nº: 10630.720916/2009-63 - Recorrente: EDMILSON FIRME SIMAO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: NELSON MALLMANN
75 - Processo nº: 19515.002601/2007-60 - Recorrente: SABRINA MALKA GOLDMANN DE MOL VAN OTTERLOO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
76 - Processo nº: 19647.011610/2006-65 - Recorrente: ANTONIO MIGUEL DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
77 - Processo nº: 10840.001921/2004-93 - Recorrente: JOSE HENRIQUE CUSTODIO DOS REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ
78 - Processo nº: 13706.004425/2007-77 - Recorrente: EDUARDO JOSE DEL AGUILA VIDEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
79 - Processo nº: 10247.000058/2006-18 - Recorrente: HAROLDO MIRANDA COIMBRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
80 - Processo nº: 10930.000453/2007-73 - Recorrente: HOSANA BIU DE FARIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
81 - Processo nº: 10840.002917/2004-42 - Recorrente: ILSE MARTINS TELLES ROBUSTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
82 - Processo nº: 19515.003390/2005-11 - Nome do Contribuinte: VANDERLEI D ANGELO - RECURSO VOLUNTÁRIO
83 - Processo nº: 11070.000939/2005-80 - Recorrente: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES SANTO ÂNGELO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
84 - Processo nº: 13161.720210/2008-82 - Recorrente: WALDEMAR DE SOUZA BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ODMIR FERNANDES
85 - Processo nº: 16327.001505/2006-42 - Recorrente: PORTONOVO CIA SECURITIZADORA DE C.F. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
86 - Processo nº: 18471.001761/2005-11 - Recorrente: TAMARA LEFTEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
87 - Processo nº: 13899.002420/2003-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: CPM COMUC PROC MEC DE AUTOMAÇÃO LTDA. - RECURSO DE OFÍCIO
Relator: MARIA LUCIA MONIZ DE ARAGAO CALOMINO ASTORGA
88 - Processo nº: 13151.000026/2009-12 - Recorrente: ROSE MENEGHATTI DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
89 - Processo nº: 10120.014658/2008-51 - Recorrente: JOSE CESAR CASCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
90 - Processo nº: 10932.000458/2010-81 - Recorrente: ELIANE APARECIDA NOGUEIRA DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
91 - Processo nº: 10215.720627/2009-65 - Recorrente: LUCIVALDO MOURAO CAVALCANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
92 - Processo nº: 19515.001131/2007-17 - Recorrente: MANOEL EISENLOHR PAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
93 - Processo nº: 10882.002724/2010-43 - Recorrente: FRANCISCO RICARDO PEIXOTO DE LUCENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
94 - Processo nº: 11020.002246/2006-06 - Recorrente: JOSANE MARIA LUCENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: NELSON MALLMANN
95 - Processo nº: 10840.001011/2007-53 - Recorrente: MARIA TEREZA DE ANDRADE SICHIERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
96 - Processo nº: 10840.002054/2007-56 - Recorrente: MARIA TEREZA DE ANDRADE SICHIERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NELSON MALLMANN
97 - Processo nº: 13784.000057/2011-41 - Recorrente: NELY MEIRA MENANDRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
98 - Processo nº: 13784.000058/2011-96 - Recorrente: NELY MEIRA MENANDRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
99 - Processo nº: 13784.000060/2011-65 - Recorrente: NELY MEIRA MENANDRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

NELSON MALLMANN
Presidente

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 39, de 27-2-2012, Seção 1, págs. 18 e 19, com incorreção no original.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 31 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 3 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
COMPECTUS COMERCIO LTDA	01.200.589/0001-34	Av Floriano Peixoto, nº 3570 Brasil Uberlândia - MG CEP: 38400-704
JOSE HILARIO KUSSLER	00.463.656/0001-40	Rua das Andorinhas, nº 219 Igara Canoas - RS CEP: 92412-222
A J P DEMESTRI E BRAVO INFORMATICA LTDA EPP	14.296.475/0001-81	Av. Rio Branco, 156 - Subsolo - Loja 101 - Stand 78 Centro Rio de Janeiro - RJ CEP: 20040-003
S C J DEMESTRI E BRAVO INFORMATICA LTDA ME	14.069.746/0001-66	Rua Davi Garcia da Rocha, 06 Jardim Esperança Cabo Frio - RJ CEP: 28920-010
ROGER LONGHI BERALDO	13.214.487/0001-57	Rua Lapa, 449 - Ap 02 Centro Matinhos - PR CEP: 83260-000
BRAVIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	07.839.043/0001-04	Rua Hilário Ribeiro, 23 Cidade Vargas São Paulo - SP CEP: 04319-060
MARCELO MORETTO MONTEIRO ME	05.946.729/0001-79	Rua Francisco Hipólito Rolim, 780 - Sala 01 Centro Três Cachoeiras - RS CEP: 95580-000
SUALO A M DUTRA DA CRUZ ME	07.173.431/0001-07	Av Lima e Silva, 1271 Lagoa Nova Natal - RN CEP: 59056-180
REGISTRADORAS BRASILEIRAS LTDA	58.170.507/0001-73	Av Conselheiros Nébias, 149 Paqueta Santos - SP CEP: 11015-001
HELOISA OLIVEIRA PRADO CASTRO 05897413657	11.709.966/0001-19	Av Antonio Lemos, 502 Patrimonio Cássia - MG CEP: 37980-000
SHOPSEG SISTEMAS E ELETRÔNICOS LTDA ME	09.062.604/0001-37	Rua Emiliana Emery, 55 - Loja 01 Centro Guaçuí - ES CEP: 29560-000
EBAC EMP. BRASIL DE AUT. COMERCIAL LTDA ME	02.833.888/0001-79	Rua D Quadra 10 - Lote 18 - Loja 03 Vila Vicentina Planaltina - DF CEP: 73020-060
TERALAFF INFORMÁTICA LTDA	04.710.241/0001-85	Rua 20, nº 859 Centro Ituiutaba - MG CEP: 38300-074
AG SOLUTIONS LTDA - ME	13.304.874/0001-47	Rua Melo Viana, nº 323 Centro Cataguases - MG CEP: 36773-010
UNITEC COMERCIO DE CAIXAS REGISTRADORAS LTDA	96.417.084/0001-32	Rua José Pereira Cardoso, 144 São Miguel Paulista São Paulo - SP CEP: 08011-310
L.C. PINHO MANUTENÇÃO DE ELETROELETRÔNICOS ME	31.504.111/0001-69	Rua Valdenir Heringer da Silva, 256 Centro Casimiro de Abreu - RJ CEP: 28860-000
WILSON KOODI NISHIHIRO - ME	00.737.303/0001-91	Rua Maria Beatriz Rotta, 102 Bacacheri Curitiba - PR CEP: 82520-770

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Em 1º de março de 2012

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 32 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1. Faculdades Integradas Espírito-Santenses - FAESA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
CEOSoftware Sistemas de Informática Ltda	65.237.752/0001-16	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0032012, nome: CSPDVenda, versão: 3.1.1, código MD-5: 1F010BB845F08A4B550E14BFBACDDBB0

2. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Rodobens Caminhões Cirasa S/A	59.970.624/0001-84	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0132012, nome: Sistema Multibens, versão: A.20, código MD-5: ee77022c5b7971cc340e164511a779af

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 34 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Edith Rodrigues da Silva Oliveira Santa Fé do Sul ME	01.863.624/0001-03	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0292012, nome: Omega-Store, versão: 2.6-1112, código MD-5: c1064265bc0751c6bae2e8d962a3b07d *WINSUPE
EMC Sistemas Ltda	04.507.969/0001-04	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0422012, nome: FRENTE DE CAIXA POSTO, versão: 3.4.0.0, código MD-5: 466ED6D3877EBEEB9772953CD3E3A4E8 *Sistema
EMC Sistemas Ltda	04.507.969/0001-04	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0392012, nome: Frente de Loja EMC, versão: 4.9.0.0, código MD-5: FF3975C91C45F865914A762950397C7E *Sistema
Foto Lab Informática Ltda	02.290.397/0001-29	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0102012, nome: KeepShop, versão: W7.02.00, código MD-5: FBF5988789024884B05DBCF0195C6381 *Caixa
PCP-Comércio de Produtos Informática Ltda	01.866.765/0001-71	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0652012, nome: Sistema Prisma PAF-ECF, versão: 04.12.2012, código MD-5: 43f2f6ed984fb6c16908f1362459d564 *Pafecf
Sommus Automação Comercial Ltda	04.717.475/0001-54	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0542012, nome: Autosys Cupom, versão: 2.0110.000, código MD-5: 2d671c148d2179201f1f954e625102b4 *ECF
Teles e Teles Ltda	01.339.695/0001-01	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0212012, nome: JResulth ECF, versão: 01.01, código MD-5: ABB4CC451DF49499F3E33F9AE2631A84 *jresulth
Ultrasyst Informática Ltda	63.366.108/0001-12	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0552012, nome: ULT-ECF, versão: 2012.2.1, código MD-5: 89A903EEE66F7EC47B71D00BA12FB443*UltECF

2. Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
C.G.M. Informática Ltda	03.258.414/0001-03	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0142012, nome: CGM PAF, versão: 3.0.241, código MD-5: CFD7EBD10EB649D8B12E16EDC5349D44
Intime Sistemas Ltda	00.689.569/0001-06	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0152012, nome: CERTO PDV, versão: 2012.1, código MD-5: 18ac9ceece305daa105b9c5cdb6f1bde
Megasul Informática Ltda	80.967.805/0001-48	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0162012, nome: SPDV HBSIS, versão: 2.4.0.1, código MD-5: 08db3c84bbdd173326a752450a38e2c1

3. Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Apoio Informática Ltda	36.497.295/0001-09	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FSO0032012, nome: Muito Fácil-PDV, versão: 6.0, código MD-5: b8e6030cca80aae0e909375b375b37ba2413

4. Universidade Potiguar - UNP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Delphi Sistemas de Informática Ltda	09.047.570/0001.01	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UNP0402012, nome: DELPHI COMÉRCIO, versão: 2.0.0.0, código MD-5: C3DD6D167824230AAE938B207F685399* DS_PAF
Mtsis Sistemas de Informatica Ltda	12.268.434/0001-56	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UNP0392012, nome: FoodService Gourmet, versão: 1.4.1.2, código MD-5: B1685F6C36F6A02617A5D687B23E4967*FOODSERVICE-CAIXA

5. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - INATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Bematech SA	82.373.077/0001-71	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0142012, nome: BEMATECH PDV, versão: 1.02.08, código MD-5: 09b4b1e5737de34801f2786557cd4788 *EXECUT\PDV
GZ Sistemas Importação e Comércio Ltda	00.865.547/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0082012, nome: MercoFlex, versão: 03.03, código MD-5: b0b6b5068371c86b91866b7030f15d85
GZ Sistemas Importação e Comércio Ltda	00.865.547/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0092012, nome: MercoFlex, versão: 03.03, código MD-5: 96e5a1669445d4936e7807e992dbd2c0
MisterChef Sistemas de Automação Ltda	09.605.375/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0152012, nome: MisterChef.net, versão: 01.50, código MD-5: E4FFF3A6DBCF5F8005ABB0B959C3A06B
Rezende Sistemas Ltda	02.692.380/0001-06	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0062012, nome: ACE3, versão: 3.0.37, código MD-5: 2E75D12E29B038211FB691CDE57AC971

6. Faculdades Integradas Espírito-Santenses - FAESA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Elpis Informática Ltda	00.835.847/0001-96	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0042012, nome: Athenas Seven, versão: 1.9, código MD-5: 3F61BEE36A20C41BE763AA14C18843DC

7. Faculdade Idez - i10

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
EC5 Informatica Ltda	10.575.716/0001-70	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100142012, nome: EC5, versão: 7.01.01.01/WSP, código MD-5: 2e5c1b1d8856880b842f7faa5e9e495e *Execut\versao\EC5App
EC5 Informatica Ltda	09.178.730/0001-51	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100152012, nome: EC5, versão: 7.01.01.01/WRJ, código MD-5: 6ceb8a33d59b802f49696cf0416b19c0 *Execut\versao\EC5App
EC5 Informatica Ltda	10.575.716/0001-70	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100162012, nome: EC5, versão: 7.01.01.01/LSP, código MD-5: 1751602ac43ed2687bad75988ea28eb4 *Execut\versao\LinuxPC\EC5Pdv
EC5 Informatica Ltda	09.178.730/0001-51	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100172012, nome: EC5, versão: 7.01.01.01/LRJ, código MD-5: 5810e1b2d28929bf0d5ccfd28e3132c6 *Execut\versao\LinuxPC\EC5Pdv
Espe Empresa de Software de Pernambuco Ltda ME	70.188.313/0001-09	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100202012, nome: ControlX Food, versão: 9.2.016, código MD-5: 6AC6335ACC6B8138862B7F03974DF638
Espe Empresa de Software de Pernambuco Ltda ME	70.188.313/0001-09	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100192012, nome: ControlX, versão: 9.2.016, código MD-5: 3E7237B1B276AAD8CC51C83681AFD41E
Trivia Soluções em Gestão Empresarial Ltda	11.536.226/0001-28	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100132012, nome: TRIVIA_PAF, versão: 1.00.00, código MD-5: 7646F017D694815E3D9D69EF546E2678

8. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Rubem Cunha dos Santos Júnior	13.097.806/0001-91	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0102012, nome: WinPDV, versão: 4.137, código MD-5: 34caa529e1bec4a721389e3c4222a068

9. Fundação São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Citel Analise e Programação de Sistemas S/C Ltda	51.212.892/0001-25	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PSP0042012, nome: Autcom, versão: 27.16.470, código MD-5: bac638dd8a5d64c2a7c11426c36a9b2b

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.251, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Estabelece procedimentos para retificação de erros no preenchimento de Guia da Previdência Social (GPS).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVI do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Os procedimentos relativos à retificação de erros cometidos no preenchimento de Guia da Previdência Social (GPS) deverão ser efetuados com observância das disposições constantes desta Instrução Normativa.

§ 1º A retificação a que se refere o caput deverá ser feita por meio do formulário Pedido de Retificação de GPS (RetGPS) constante do Anexo Único a esta Instrução Normativa.

§ 2º O formulário de que trata o § 1º é de reprodução livre, e está disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

Art. 2º O RetGPS envolvendo matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI) deverá ser assinado pelo titular, pessoa física ou jurídica, responsável pela matrícula.

Parágrafo único. A retificação será efetuada na unidade de jurisdição fiscal:

I - da matriz da empresa requerente, na hipótese de CEI de responsabilidade de pessoa jurídica;

II - do contribuinte pessoa física, na hipótese de matrícula CEI sob sua responsabilidade.

Art. 3º Quando a retificação se referir a alteração de dados no campo Identificador (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, CEI ou Número de Identificação do Trabalhador - NIT), envolvendo 2 (dois) contribuintes, o pedido de retificação deverá ser formulado:

I - pelo interessado na retificação, com anuência, no quadro 6 do formulário, do titular do identificador (CNPJ ou CEI) originalmente registrado na GPS; ou

II - pelo titular do identificador (CNPJ ou CEI) originalmente registrado na GPS, com anuência, no quadro 6 do formulário, do interessado na retificação.

Parágrafo único. A anuência poderá ser dispensada em caso de evidente erro de fato, comprovado mediante análise dos documentos apresentados.

Art. 4º Serão indeferidos pedidos de retificação que versem sobre:

I - desdobramento de GPS em 2 (dois) ou mais documentos;

II - alteração da informação constante no campo Identificador emitida no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) relativa a retenções ou pagamentos efetuados por órgãos ou entidades públicas;

III - conversão de GPS em Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) ou Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) e vice-versa;

IV - alteração do valor total do documento;

V - alteração da data do pagamento;

VI - alteração de pagamento efetuado há mais de 5 (cinco) anos;

VII - alteração de GPS referente a pagamento espontâneo que vise a sua alocação simultânea para quitação de crédito constituído e de valor declarado em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações da Previdência Social (GFIP);

VIII - alteração de campos de GPS referentes a competências incluídas em crédito lançado de ofício (AIOP/NFLD), cujo pagamento tenha ocorrido antes de sua constituição;

IX - alteração de campos de GPS que já tenha sido utilizada em regularização de obra de construção civil com Certidão Negativa de Débito (CND) liberada;

X - conversão de Documento para Depósitos Judiciais e Extrajudiciais à Ordem e à Disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa Competente (DJE) em GPS e vice-versa;

XI - alteração somente de código de pagamento do Simples Federal ou Nacional para empresa em geral e vice-versa;

XII - alteração do NIT para número de inscrição no CNPJ ou CEI, ou para outro NIT;

XIII - alteração de campos de GPS alocada a crédito que se encontre liquidado, ressalvados os casos em que o erro tenha sido causado pela RFB;

XIV - alteração no campo identificador; e

XV - erro não comprovado.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, poderá ser solicitada a conversão de documentos na forma do art. 16-A da Instrução Normativa SRF nº 672, de 30 de agosto de 2006.

Art. 5º Aplica-se às retificações de que trata esta Instrução Normativa, no que couber, o disposto na Instrução Normativa SRF nº 672, de 2006.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.252, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, nos arts. 10 e 11 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 35 da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, nos arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e no Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa regula a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras operações e informações de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em arquivo digital, bem como no registro de apuração das referidas contribuições, referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

capítulo I

das Disposições Gerais

Art. 2º A Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - (EFD-PIS/Cofins), instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010, passa a denominar-se Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições), a qual obedecerá ao disposto na presente Instrução Normativa, devendo ser observada pelos contribuintes da:

I - Contribuição para o PIS/Pasep;

II - Cofins; e

III - Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 3º A EFD-Contribuições emitida de forma eletrônica deverá ser assinada digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador constituído nos termos da Instrução Normativa RFB nº 944, de 29 de maio de 2009, utilizando-se de certificado digital válido, emitido por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que não tenha sido revogado e que ainda esteja dentro de seu prazo de validade, a fim de garantir a autoria do documento digital.

Parágrafo único. A EFD-Contribuições de que trata o caput deverá ser transmitida, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas nos termos desta Instrução Normativa e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém.

capítulo II

Da Obrigatoriedade e Dispensa

Art. 4º Ficam obrigadas a adotar e escriturar a EFD-Contribuições, nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007:

I - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;

II - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2012, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado;

III - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

IV - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011;

V - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos §§ 3º e 4º do art. 7º e nos incisos III a V do caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011.

Parágrafo único. Fica facultada a entrega da EFD-Contribuições às pessoas jurídicas não obrigadas, nos termos deste artigo, em relação à escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, relativa aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2011.

Art. 5º Estão dispensados de apresentação da EFD-Contribuições:

I - as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos períodos abrangidos por esse Regime;

II - as pessoas jurídicas imunes e isentas do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), cuja soma dos valores mensais das contribuições apuradas, objeto de escrituração nos termos desta Instrução Normativa, seja igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), observado o disposto no § 5º;

III - as pessoas jurídicas que se mantiveram inativas desde o início do ano-calendário ou desde a data de início de atividades, relativamente às escriturações correspondentes aos meses em que se encontravam nessa condição;

IV - os órgãos públicos;

V - as autarquias e as fundações públicas; e

VI - as pessoas jurídicas ainda não inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), desde o mês em que foram registrados seus atos constitutivos até o mês anterior àquele em que foi efetivada a inscrição.

§ 1º São também dispensados de apresentação da EFD-Contribuições, ainda que se encontrem inscritos no CNPJ ou que tenham seus atos constitutivos registrados em Cartório ou Juntas Comerciais:

I - os condomínios edilícios;

II - os consórcios e grupos de sociedades, constituídos na forma dos arts. 265, 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

III - os consórcios de empregadores;

IV - os clubes de investimento registrados em Bolsa de Valores, segundo as normas fixadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou pelo Banco Central do Brasil (Bacen);

V - os fundos de investimento imobiliário, que não se enquadrem no disposto no art. 2º da Lei nº 9.779, de 1999;

VI - os fundos mútuos de investimento mobiliário, sujeitos às normas do Bacen ou da CVM;

VII - as embaixadas, missões, delegações permanentes, consulados-gerais, consulados, vice-consulados, consulados honorários e as unidades específicas do governo brasileiro no exterior;

VIII - as representações permanentes de organizações internacionais;

IX - os serviços notariais e registrais (cartórios), de que trata a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

X - os fundos especiais de natureza contábil ou financeira, não dotados de personalidade jurídica, criados no âmbito de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos Ministérios Públicos e dos Tribunais de Contas;

XI - os candidatos a cargos políticos eletivos e os comitês financeiros dos partidos políticos, nos termos da legislação específica;

XII - as incorporações imobiliárias sujeitas ao pagamento unificado de tributos de que trata a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, recaindo a obrigatoriedade da apresentação da EFD-Contribuições à pessoa jurídica incorporadora, em relação a cada incorporação submetida ao regime especial de tributação;

XIII - as empresas, fundações ou associações domiciliadas no exterior que possuam no Brasil bens e direitos sujeitos a registro de propriedade ou posse perante órgãos públicos, localizados ou utilizados no Brasil;

XIV - as comissões, sem personalidade jurídica, criadas por ato internacional celebrado pela República Federativa do Brasil e um ou mais países, para fins diversos; e

XV - as comissões de conciliação prévia de que trata o art. 1º da Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000.

§ 2º As pessoas jurídicas que passarem à condição de inativas no curso do ano-calendário, e assim se mantiverem, somente estarão dispensadas da EFD-Contribuições a partir do 1º (primeiro) mês do ano-calendário subsequente à ocorrência dessa condição, observado o disposto no inciso III do caput.

§ 3º Considera-se que a pessoa jurídica está inativa a partir do mês em que não realizar qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, observado o disposto no § 4º.

§ 4º O pagamento de tributo relativo a anos-calendário anteriores e de multa pelo descumprimento de obrigação acessória não descaracteriza a pessoa jurídica como inativa no ano-calendário.

§ 5º As pessoas jurídicas imunes ou isentas do IRPJ ficarão obrigadas à apresentação da EFD-Contribuições a partir do mês em que o limite fixado no inciso II do caput for ultrapassado, permanecendo sujeitas a essa obrigação em relação ao restante dos meses do ano-calendário em curso.

§ 6º Os consórcios que realizarem negócios jurídicos em nome próprio, inclusive na contratação de pessoas jurídicas ou físicas, com ou sem vínculo empregatício, poderão apresentar a EFD-Contribuições, ficando as empresas consorciadas solidariamente responsáveis pelo cumprimento desta obrigação.

§ 7º A pessoa jurídica sujeita à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real ou Presumido ficará dispensada da apresentação da EFD-Contribuições em relação aos correspondentes meses do ano-calendário, em que:

I - não tenha auferido ou recebido receita bruta da venda de bens e serviços, ou de outra natureza, sujeita ou não ao pagamento das contribuições, inclusive no caso de isenção, não incidência, suspensão ou alíquota zero;

II - não tenha realizado ou praticado operações sujeitas a apuração de créditos da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins, inclusive referentes a operações de importação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 8º A dispensa de entrega da EFD-Contribuições a que se refere o § 7º, não alcança o mês de dezembro do ano-calendário correspondente, devendo a pessoa jurídica, em relação a esse mês, proceder à entrega regular da escrituração digital, na qual deverá indicar os meses do ano-calendário em que não auferiu receitas e não realizou operações geradoras de crédito.

capítulo III

Da forma e Prazo de Apresentação

Art. 6º A EFD-Contribuições deverá ser submetida ao Programa Validador e Assinador (PVA), especificamente desenvolvido para tal fim, a ser disponibilizado no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br/sped>, contendo, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

I - validação do arquivo digital da escrituração;

II - assinatura digital;

III - visualização da escrituração;

IV - transmissão para o Sped; e

V - consulta à situação da escrituração.

Art. 7º A EFD-Contribuições será transmitida mensalmente ao Sped até o 10º (décimo) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao que se refira a escrituração, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial.

Parágrafo único. O prazo para entrega da EFD-Contribuições será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração.

Art. 8º O processamento do Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), relativo a créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, observará a ordem cronológica de entrega das EFD-Contribuições transmitidas antes do prazo estabelecido no art. 7º.

Art. 9º A apresentação da EFD-Contribuições, nos termos desta Instrução Normativa, e do Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita, definido em Ato Declaratório Executivo (ADE), editado com base no art. 12, dispensa, em relação às mesmas informações, a exigência contida na Instrução Normativa SRF nº 86, de 22 de outubro de 2001.

Parágrafo único. A geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital não dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações neles constantes, na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação aplicável.

Art. 10. A não apresentação da EFD-Contribuições no prazo fixado no art. 7º acarretará a aplicação de multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração.

Capítulo iv

Da Retificação da Escrituração

Art. 11. A EFD-Contribuições, entregue na forma desta Instrução Normativa, poderá ser substituída, mediante transmissão de novo arquivo digital validado e assinado, para inclusão, alteração ou exclusão de documentos ou operações da escrituração fiscal, ou para efetivação de alteração nos registros representativos de créditos e contribuições e outros valores apurados.

§ 1º O arquivo retificador da EFD-Contribuições poderá ser transmitido até o último dia útil do ano-calendário seguinte a que se refere a escrituração substituída.

§ 2º O arquivo retificador da EFD-Contribuições não produzirá efeitos quanto aos elementos da escrituração, quando tiver por objeto:

I - reduzir débitos de Contribuição:

a) cujos saldos a pagar já tenham sido enviados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU), nos casos em que importe alteração desses saldos;

b) cujos valores apurados em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações indevidas ou não comprovadas prestadas na escrituração retificada, já tenham sido enviados à PGFN para inscrição em DAU; ou

c) cujos valores já tenham sido objeto de exame em procedimento de fiscalização;

II - alterar débitos de Contribuição em relação aos quais a pessoa jurídica tenha sido intimada de início de procedimento fiscal; e

III - alterar créditos de Contribuição objeto de exame em procedimento de fiscalização ou de reconhecimento de direito creditório de valores objeto de Pedido de Ressarcimento ou de Declaração de Compensação.

Capítulo v

Das Disposições Finais

Art. 12. Incumbe ao Coordenador-Geral de Fiscalização estabelecer, em relação à EFD-Contribuições, mediante Ato Declaratório Executivo (ADE):

I - a forma de apresentação, a documentação de acompanhamento e as especificações técnicas do arquivo digital;

II - as tabelas de códigos internas, referenciadas no leiaute da escrituração; e

III - as regras de validação, aplicáveis aos campos e registros do arquivo digital.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Fica revogada a Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.253, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Aprova o Programa Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP 5.1) e o leiaute do arquivo de importação de dados de crédito do Reintegra.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no art. 17 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no art. 4º da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, no art. 30 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e no art. 62 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010,

resolve:

Art. 1º Fica aprovado o programa Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação, versão 5.1 (PER/DCOMP 5.1).

§ 1º O programa PER/DCOMP 5.1, de livre reprodução, e o arquivo para atualização de suas tabelas estarão disponíveis para download no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br> .

§ 2º As declarações retificadoras a serem entregues a partir da publicação desta Instrução Normativa deverão utilizar a versão do programa a que se refere o caput.

Art. 2º Fica aprovado o leiaute do arquivo de importação de dados para o programa PER/DCOMP para apresentação das informações relativas a créditos do Reintegra.

Parágrafo único. Na importação de dados de que trata o caput deverá ser observado o leiaute do arquivo constante do Anexo Único a esta Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de março de 2012.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

ANEXO ÚNICO

LEIAUTE DO ARQUIVO DE IMPORTAÇÃO DE DADOS DE CRÉDITO DO REINTEGRA

I- Convenções de Formato

Branco(s)	Caracter ou sequência de caracteres hexadecimal 20, ASCII 32
R+	Campo numérico de 14 posições, onde as 12 primeiras posições são a parte inteira com zeros à esquerda; e as 2 últimas posições são a parte decimal com zeros à direita. Aceita somente valores positivos inclusive zero
X	Campo alfanumérico com tamanho especificado na Descrição, alinhado à esquerda com brancos à direita, sem caracteres especiais. Se vazio, preencher com brancos
N	Campo numérico com tamanho especificado na Descrição, alinhado à direita, com zeros à esquerda. Se vazio, preencher com zeros
XN	Campo numérico com tamanho especificado na Descrição, alinhado à direita, com zeros à esquerda. Se vazio, preencher com brancos
DATA	Campo numérico do tipo N utilizado para datas no formato DDMMAAAA onde:DD - Dia, MM - Mês e AAAA - Ano. Se vazio, preencher com zeros
CNPJ	Campo numérico do tipo N com 14 posições. Serão considerados válidos os valores cujo preenchimento for feito exclusivamente com dígitos (0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Qualquer outro caracter invalida o campo. As duas últimas posições deverão obrigatoriamente conter dígito verificador válido, conforme as regras do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da RFB (CNPJ). Se vazio, preencher com brancos.
AAAA	Campo numérico do tipo N com quatro posições que representa um ano-calendário válido maior ou igual a 1996.
MM	Campo numérico do tipo N com duas posições que representa um mês válido, podendo assumir os valores "01" até "13".
DECENDIO1	Campo numérico do tipo N que pode assumir um dos seguintes valores: 0, 1, 2 ou 3. "0" - Apuração Mensal "1" - 1º Decêndio ou 1ª Quinzena "2" - 2º Decêndio ou 2ª Quinzena "3" - 3º Decêndio
DECENDIO2	Campo numérico do tipo N que pode assumir um dos seguintes valores: 0, 1, 2, 3, 4 ou 5: "0" - Apuração Mensal "1" - 1º Decêndio "2" - 2º Decêndio "3" - 3º Decêndio "4" - 1ª Quinzena "5" - 2ª Quinzena
CFOP	Campo alfanumérico de 4 posições. Preenchimento deve ser feito exclusivamente com dígitos. SE CFOP com 3 dígitos completar com 1 branco à direita. Deve ser informado um CFOP válido.
Zero(s)	Caracter ou seqüência de caracteres Hexadecimal 30, ASCII 48.
CRED	Campo numérico do tipo N que pode assumir um dos seguintes valores: 1, 2, ou 3: "1" - Extemporâneo "2" - Demais Créditos "3" - Crédito Presumido
SIM/NÃO	Campo numérico do tipo N que pode assumir um dos seguintes valores: 0 ou 1: "0" - Não "1" - Sim
CNPJ/CEI	Campo numérico do tipo N com 14 posições. Serão considerados válidos os valores cujo preenchimento for feito exclusivamente com dígitos (0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Qualquer outro caracter invalida o campo. Deve ser informado um CNPJ ou uma Matrícula CEI válida. No caso de Matrícula CEI, alinhado à esquerda com 2 brancos à direita.
CNPJ/CPF	Campo numérico do tipo N com 14 posições. Serão considerados válidos os valores cujo preenchimento for feito exclusivamente com dígitos (0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Qualquer outro caracter invalida o campo. Deve ser informado um CNPJ ou um CPF válido. No caso de CPF, alinhado à esquerda com 3 brancos à direita.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NIT	Campo numérico do tipo N com 11 posições. Serão considerados válidos os valores cujo preenchimento for feito exclusivamente com dígitos (0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Qualquer outro caracter invalida o campo. Deve ser informado um NIT válido.
NF	Campo numérico do tipo N com 9 posições, alinhado à direita, com posições não utilizadas preenchidas com brancos (desprezar os zero(s) à esquerda). Serão considerados válidos os valores cujo preenchimento for feito exclusivamente com dígitos (0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Qualquer outro caracter invalida o campo.
EOL	Seqüência de caracteres Hexadecimais 0D0A, delimitador de registro

II- Arquivos de Registros

Bens Exportados - Reintegra - Tipo S28

Ordem	Campo	Início	Fim	Tamanho	Formato
01	Tipo	1	3	3	X
02	CNPJ do Declarante	4	17	14	CNPJ
03	CNPJ da Sucedida	18	31	14	CNPJ
04	Ano Do Período do Crédito	32	35	4	AAAA
05	Trimestre do Período do Crédito	36	36	1	N
06	NCM	37	44	8	N
07	Base de Cálculo Reintegra	45	58	14	R+
08	Valor Reintegra	59	72	14	R+
09	Delimitador de Registro	73	74	2	EOL

Ordem	Observações
01	Preenchimento obrigatório. Constante S28.
02	Preenchimento obrigatório. Deve ser informado o CNPJ do declarante.
03	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ da sucedida informado na Ficha Novo Documento. Se vazio, preencher com brancos.
04	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o Ano-Calendário informado na Ficha Novo Documento.
05	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o Trimestre informado na Ficha Novo Documento.

Notas Fiscais de Exportação Direta - Reintegra - Tipo S29

Ordem	Campo	Início	Fim	Tamanho	Formato
01	Tipo	1	3	3	X
02	CNPJ do Declarante	4	17	14	CNPJ
03	CNPJ da Sucedida	18	31	14	CNPJ
04	CNPJ do Estabelecimento Emitente	32	45	14	CNPJ
05	Série/Subsérie	46	48	3	X
06	Nº da Nota Fiscal	49	57	9	NF
07	Data de Saída	58	65	8	DATA
08	Reservado	66	79	14	Branco(s)
09	Valor Total NF	80	93	14	R+
10	Valor Base Cálculo Reintegra	94	107	14	R+
11	Delimitador de Registro	108	109	2	EOL

Ordem	Observações
01	Preenchimento obrigatório. Constante S29.
02	Preenchimento obrigatório. Deve ser informado o CNPJ do declarante.
03	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ da sucedida informado na Ficha Novo Documento. Se vazio, preencher com brancos.
04	Preenchimento obrigatório. Requer um CNPJ válido.
07	Data válida no formato DDMMAAAA

Declaração de Exportação - DE - Tipo S30

Ordem	Campo	Início	Fim	Tamanho	Formato
01	Tipo	1	3	3	X
02	CNPJ do Declarante	4	17	14	CNPJ
03	CNPJ da Sucedida	18	31	14	CNPJ
04	CNPJ do Estabelecimento Emitente	32	45	14	CNPJ
05	Série/Subsérie	46	48	3	X
06	Nº da Nota Fiscal	49	57	9	NF
07	Data de Saída	58	65	8	DATA
08	Número do Registro de Exportação	66	77	12	N
09	Número da Declaração de Exportação	78	88	11	N
10	Delimitador de Registro	89	90	2	EOL

Ordem	Observações
01	Preenchimento obrigatório. Constante S30.
02	Preenchimento obrigatório. Deve ser informado o CNPJ do declarante.
03	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ da sucedida informado na Ficha Novo Documento. Se vazio, preencher com brancos.
04	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ do Estabelecimento Emitente informado na Ficha de Notas Fiscais de Exportação Direta.
05	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com a Série/Subsérie informada na Ficha de Notas Fiscais de Exportação Direta.
06	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o Nº da Nota Fiscal informado na Ficha de Notas Fiscais de Exportação Direta.
07	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com a Data de Saída informada na Ficha de Notas Fiscais de Exportação Direta.

Declaração Simplificada de Exportação - DSE - Tipo S31

Ordem	Campo	Início	Fim	Tamanho	Formato
01	Tipo	1	3	3	X
02	CNPJ do Declarante	4	17	14	CNPJ
03	CNPJ da Sucedida	18	31	14	CNPJ
04	CNPJ do Estabelecimento Emitente	32	45	14	CNPJ
05	Série/Subsérie	46	48	3	X
06	Nº da Nota Fiscal	49	57	9	NF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

07	Data de Saída	58	65	8	DATA
08	Reservado	66	77	12	Branco(s)
09	Número da Declaração Simplificada de Exportação	78	88	11	N
10	Delimitador de Registro	89	90	2	EOL

Ordem	Observações
01	Preenchimento obrigatório. Constante S31.
02	Preenchimento obrigatório. Deve ser informado o CNPJ do declarante.
03	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ da sucedida informado na Ficha Novo Documento. Se vazio, preencher com brancos.
04	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ do Estabelecimento Emitente informado na Ficha de Notas Fiscais de Exportação Direta.
05	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com a Série/Subsérie informada na Ficha de Notas Fiscais de Exportação Direta.
06	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o Nº da Nota Fiscal informado na Ficha de Notas Fiscais de Exportação Direta.
07	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com a Data de Saída informada na Ficha de Notas Fiscais de Exportação Direta.

Notas Fiscais de Venda a Empresa Comercial Exportadora - Reintegra - Tipo S32

Ordem	Campo	Início	Fim	Tamanho	Formato
01	Tipo	1	3	3	X
02	CNPJ do declarante	4	17	14	CNPJ
03	CNPJ da Sucedida	18	31	14	CNPJ
04	CNPJ do Estabelecimento Emitente	32	45	14	CNPJ
05	Série/Subsérie	46	48	3	X
06	Nº da Nota Fiscal	49	57	9	NF
07	Data de Saída	58	65	8	DATA
08	CNPJ da Empresa Comercial Exportadora	66	79	14	CNPJ
09	Valor Total NF	80	93	14	R+
10	Valor Base Cálculo Reintegra	94	107	14	R+
11	Delimitador de Registro	108	109	2	EOL

Ordem	Observações
01	Preenchimento obrigatório. Constante S32.
02	Preenchimento obrigatório. Deve ser informado o CNPJ do declarante.
03	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ da sucedida informado na Ficha Novo Documento. Se vazio, preencher com brancos.
04	Preenchimento obrigatório. Requer um CNPJ válido.
07	Data válida no formato DDMMAAAA
08	Preenchimento obrigatório. Requer um CNPJ válido.

Declaração de Exportação da ECE - Tipo S33

Ordem	Campo	Início	Fim	Tamanho	Formato
01	Tipo	1	3	3	X
02	CNPJ do Declarante	4	17	14	CNPJ
03	CNPJ da Sucecida	18	31	14	CNPJ
04	CNPJ do Estabelecimento Emitente	32	45	14	CNPJ
05	Série/Subsérie	46	48	3	X
06	Nº da Nota Fiscal	49	57	9	NF
07	Data de Saída	58	65	8	DATA
08	Número do Registro de Exportação	66	77	12	N
09	Número da Declaração de Exportação	78	88	11	N
10	Delimitador de Registro	89	90	2	EOL

Ordem	Observações
01	Preenchimento obrigatório. Constante S33.
02	Preenchimento obrigatório. Deve ser informado o CNPJ do declarante.
03	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ da sucedida informado na Ficha Novo Documento. Se vazio, preencher com brancos.
04	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ do Estabelecimento Emitente informado na Ficha Notas Fiscais de Venda a Empresa Comercial Exportadora - Reintegra.
05	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com a Série/Subsérie informada na Ficha Notas Fiscais de Venda a Empresa Comercial Exportadora - Reintegra.
06	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o Nº da Nota Fiscal informado na Ficha Notas Fiscais de Venda a Empresa Comercial Exportadora - Reintegra.
07	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com a Data de Saída informada na Ficha Notas Fiscais de Venda a Empresa Comercial Exportadora - Reintegra.

Declaração Simplificada de Exportação da ECE - Tipo S34

Ordem	Campo	Início	Fim	Tamanho	Formato
01	Tipo	1	3	3	X
02	CNPJ do Declarante	4	17	14	CNPJ
03	CNPJ da Sucecida	18	31	14	CNPJ
04	CNPJ do Estabelecimento Emitente	32	45	14	CNPJ
05	Série/Subsérie	46	48	3	X
06	Nº da Nota Fiscal	49	57	9	NF
07	Data de Saída	58	65	8	DATA
08	Reservado	66	77	12	Branco(s)
09	Número da Declaração Simplificada de Exportação	78	88	11	N
10	Delimitador de Registro	89	90	2	EOL

Ordem	Observações
01	Preenchimento obrigatório. Constante S34.
02	Preenchimento obrigatório. Deve ser informado o CNPJ do declarante.
03	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ da sucedida informado na Ficha Novo Documento. Se vazio, preencher com brancos.
04	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o CNPJ do Estabelecimento Emitente informado na Ficha Notas Fiscais de Venda a Empresa Comercial Exportadora - Reintegra.
05	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com a Série/Subsérie informada na Ficha Notas Fiscais de Venda a Empresa Comercial Exportadora - Reintegra.
06	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com o Nº da Nota Fiscal informado na Ficha Notas Fiscais de Venda a Empresa Comercial Exportadora - Reintegra.
07	Preenchimento obrigatório. Campo deve ser preenchido com a Data de Saída informada na Ficha Notas Fiscais de Venda a Empresa Comercial Exportadora - Reintegra.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 1ª DE MARÇO DE 2012

Divulga a taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais relativa ao mês de fevereiro de 2012.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, nos arts. 16 e 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no art. 73 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, declara:

Art. 1º A taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, relativa ao mês de fevereiro de 2012, aplicável na cobrança, restituição ou compensação de tributos federais, a partir do mês de março de 2012, é de 0,75%.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS 1ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 3 DE MARÇO DE 2012

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720196/2012-09 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto n.º 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face ao pagamento dos tributos, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca HYUNDAI IX35, cor cinza, ano de fabricação 2010, chassi KMHJU81CDBU103462, desembaraçado através da Declaração de Importação nº 10/0961676-7, pela Alfândega do Porto de Vitória - ES, de propriedade de JOOHYUNG LEE, CPF 700.394.211-98

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

PORTARIA Nº 18, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do REFIS

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA/DF, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme proposta de exclusão da PRFN - 1ª Região/DF exarado no processo administrativo a seguir indicado.

NOME	CNPJ	PROCESSO	EFEITOS
EDITORA GRÁFICA IPIRANGA LTDA	00.360.388/0001-31	12221.001764/2011-68	01/04/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL MIYAZAKI
Delegado

PORTARIA Nº 19, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do REFIS

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA/DF, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso XI do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - falta de auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme proposta de exclusão da PRFN - 1ª Região/DF exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

NOME	CNPJ	PROCESSO	EFEITOS
CBL CONSTRUTORA BORGES LTDA	00.402.610/0001-11	12221.001766/2011-57	01/01/2012
STD SISTEMAS TÉCNICOS DIGITAIS S/A	00.713.610/0001-32	12221.001768/2011-46	01/01/2012
CITY-CAR CARROS DE ALUGUÉIS LTDA	01.658.137/0001-09	12221.001765/2011-11	01/01/2012
MICROSHOPPING INFORMÁTICA LTDA	26.484.261/0001-18	12221.001763/2011-13	01/01/2012
DSM - ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA	26.490.052/0001-87	12221.001767/2011-00	01/01/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL MIYAZAKI
Delegado

DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Brasília - DF, no protocolo do Ed. Órgãos Regionais do Ministério da Fazenda, situado no Setor de Autarquia Sul - SAS, quadra 03, Bloco O, Brasília/DF

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO CURSINO GUIMARÃES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.339.184/0001-19	00.431.247/0001-62	00.472.571/0001-29
00.480.467/0001-86	00.978.705/0001-88	01.261.379/0001-56
01.642.172/0001-21	01.659.049/0001-13	02.008.942/0001-41
02.130.121/0001-83	02.152.794/0001-34	02.502.255/0001-88
02.853.747/0001-18	03.102.825/0001-05	03.154.883/0001-82
03.441.850/0001-13	03.746.873/0001-36	04.026.974/0001-03
04.304.229/0001-70	04.362.255/0001-55	04.714.842/0001-66
04.776.371/0001-10	04.845.258/0001-40	24.901.720/0001-96
24.909.343/0001-31	26.429.506/0001-04	26.429.860/0001-39
26.479.014/0001-23	26.970.947/0001-19	26.995.035/0001-00
32.910.549/0001-00	33.464.215/0001-12	33.508.342/0001-76
36.762.169/0001-26	37.104.726/0001-84	37.151.933/0001-90
37.984.309/0001-73	38.014.478/0001-43	38.035.382/0001-61
72.647.381/0001-06	----------	----------

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoa física e jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluído do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal em Brasília-DF, no protocolo do Ed. Órgãos Regionais do Ministério da Fazenda, situado no Setor de Autarquias Sul - SAS, quadra 03, Bloco O, Brasília-DF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO CURSINO GUIMARÃES

ANEXO ÙNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação do CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.562.241/0001-24	04.045.420/0001-45
00.620.054/0001-50	24.925.653/0001-40
00.732.677/0001-14	24.930.380/0001-21
01.075.344/0001-22	26.428.094/0001-98
02.137.199/0001-20	32.912.420/0001-30
02.444.060/0001-29	33.428.566/0001-78
02.895.455/0001-48	37.077.765/0001-30
02.942.667/0001-39	38.002.515/0001-01
03.140.016/0001-98	72.584.287/0001-55
03.651.766/0001-24	72.612.773/0001-30

Relação do CPF das pessoas físicas excluídas:

004.841.301-10 193.470.811-91 276.588.304-10

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000431/2011-65.

DECLARA PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000212/2011, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000426/2011-52.

DECLARA PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000003/20112, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000543/2011-16.

DECLARA PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000228/2011, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720039/2011-36

DECLARA PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000187/2011, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720045/2011-93

DECLARA PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000185/2011, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720016/2011-21.

DECLARA PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000171/2011, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000027/2012-72.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000002/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000545/2011-13.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000009/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 85, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000515/2011-07.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA 000008/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 86, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000005/2012-11.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000006/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000003/2012-13.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000007/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 88, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000485/2011-21.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000005/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 89, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000425/2011-16.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000001/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000552/2011-15.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000004/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

LUDMILLA NASCIMENTO BESSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Aplica a pena de perdimento das mercadorias objeto dos processos que especifica

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições designada pela Portaria SRFB nº 1317, de 22/08/2008, (DOU de 25/08/2008), e tendo em vista o disposto no item I do Ato Declaratório SRF nº 12, de dezembro de 1981 (DOU de 28.12.1981), e na Portaria MF Nº 271, de 14 de julho de 1976 (DOU de 30.07.1976), resolve:

Art.1º Considerar findos, administrativamente, os processos administrativos, relacionados no Anexo Único.

Art. 2º Aplicar, consequentemente, a pena de perdimento das mercadorias objeto dos mesmos processos.

Art. 3º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SERGIO SILVEIRA GENU

ANEXO ÚNICO

Processos Administrativos	Interessados
10675.723210/2011-51	MARLENE SOARES DA SILVA
10120.728480/2011-25	LEONARDO TENAGLIA
10120.726979/2011-06	ANDERSON ANTONIO DO NASCIMENTO ROCHA
10120.726038/2011-64	AVANI TAVARES DA SILVA
10120.724648/2011-23	LUIS SERGIO LEMES
10120.724176/2011-17	IVO DONATO RODRIGUES

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Inscreve peticionários no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros ou no Registro de Despachantes Aduaneiros, mantidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010; em conformidade com a Instrução Normativa nº 1209 - RFB, de 07 de novembro de 2011; e atendendo ao que consta nos autos dos processos administrativos em referência, declara que:

Nº 3 - Com fundamento nos §§ 4º e 5º do artigo 810 do Regulamento Aduaneiro, ficam inscritos no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, os peticionários abaixo identificados:

N.º	NOME	CPF	N.º DO PROCESSO
2A/00.1284	ROZALDO DA SILVA SENA	815.474.552-68	12266.721200/2011-29
2A/00.1285	GEAN FELIX DE SOUZA	962.710.782-49	12266.721376/2011-81
2A/00.1286	MARCELO LOPES ARAÚJO	913.006.492-91	12266.720173/2012-58
2A/00.1287	RHAMON DE SOUZA MENEZES	995.919.792-15	12266.720191/2012-30
2A/00.1288	HANDERSON VINHOTE MACHADO	473.629.012-91	12266.720246/2012-10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2A/00.1289	SORAIA REGINA ARRUDA DE LIMA	438.661.742-68	12266.720381/2012-57
2A/00.1290	MARCELO DE OLIVEIRA PINHO	464.297.602-78	12266.720382/2012-00
2A/00.1291	JOÃO PAULO DOS SANTOS SÃO ROQUE	717.051.202-53	12266.720385/2012-35

Nº 4 - Com fundamento no § 1º do artigo 810 do Regulamento Aduaneiro, fica inscrito no Registro de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o peticionário abaixo identificado, decorrendo a sua automática exclusão do Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros:

N.º	NOME	CPF	N.º DO PROCESSO
2D/00.815	EDIVAR DOS SANTOS ALMEIDA	542.719.087-20	12266.720795/2011-03
2D/00.816	FREDNEY MOTA SILVA	200.510.262-87	12266.721098/2011-61

Estes atos entram em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FÉLIX DE CARVALHO

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Concede Registro Especial - Bebidas a Pessoa Jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, art. 220, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, c/c o Art. 1º, inciso I, da Portaria DRFB/FOR/CE nº 149, de 7 de abril de 2011, publicada no DOU de 08/04/2011 e de acordo com o disposto no art. 3º, caput, §1º, da Instrução Normativa SRF 504, de 03 de fevereiro de 2005 (DOU de 9.2.2005), considerando, ainda, o que consta dos autos do processo administrativo n.º 10380.013790/2010-08, declara:

Art. 1.º Fica concedido à empresa A & M IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, estabelecida à Av. Presidente Castelo Branco, 158, Centro, Fortaleza-CE, CEP: 60010-000, inscrita no CNPJ sob n.º 11.665.417/0001-90, o Registro Especial, previsto no art.1.º, §6º, do Decreto-Lei nº1.593/1977, com a redação dada pela Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, c/c os arts. 1º ao 13, da supracitada Instrução Normativa, sob o n.º03101/0066 como IMPORTADOR, referente a importação dos produtos de que trata a supracitada instrução normativa, inclusive observado o disposto no art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.026, de 16 de abril de 2010.

Art. 2.º O Registro Especial conferido por este ato refere-se somente ao estabelecimento matriz. Sua extensão a outros estabelecimentos industriais da empresa dependerá de novo ato concessivo, junto à Delegacia ou Inspetoria da Receita Federal de jurisdição correspondente;

Art. 3.º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, pela autoridade concedente se, posteriormente à concessão, ocorrer qualquer fato previsto no art. 8.º da Instrução Normativa supracitada;

Art. 4.º A concessão deste Registro Especial não exime o contribuinte do cumprimento das demais obrigações, principais e acessórias, previstas na legislação tributária, mormente as disposições contidas no art. 9º da supracitada Instrução Normativa;

Art. 5º A Delegacia da Receita Federal do Brasil deverá adotar as providências disciplinadas no art. 12 da supracitada Instrução Normativa, inclusive quanto a alimentação do Sistema Selecon;

HELDER SILVA NOBRE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina-PI, no uso da competência delegada pelo art. 236, Inciso II, da Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil, na Praça Marechal Deodoro, S/N - centro - Teresina - PI.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

032.875.803-53	067.122.903-68	190.763.710-91	479.259.147-34

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.118.010/0001-26	01.244.023/0001-04	04.127.306/0001-64	10.975.795/0001-07
00.919.413/0001-74	02.799.017/0001-86	07.252.901/0001-10	69.655.389/0001-00

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina-PI, no uso da competência delegada pelo art. 236, Inciso II, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil, na Praça Marechal Deodoro, S/N - centro - Teresina - PI.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.063.441/0001-32	01.960.967/0001-88	12.167.599/0001-31
00.072.039/0001-14	03.030.348/0001-10	12.179.859/0001-99
00.824.835/0001-66	05.343.207/0001-82	63.521.058/0001-09
00.962.634/0001-25	07.462.666/0001-00	69.612.422/0001-14
01.613.467/0001-70	11.637.030/0001-20	73.644.858/0001-62

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Simples Nacional

EMENTA: DETERMINAÇÃO DO VALOR DEVIDO. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DE RECEITA DECORRENTE DA VENDA DE MERCADORIA SUJEITA À TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA (MONOFÁSICA). REDUÇÃO. A contribuinte microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional que auferir receitas, apuradas destacadamente, após 31 de dezembro de 2008, em decorrência da venda de mercadorias sujeitas à tributação concentrada em uma única etapa (monofásica), tem direito à redução do valor a ser recolhido na forma do Simples Nacional.

Dispositivos Legais: Lei Complementar n.º 123, de 2006 (na redação atualizada pela Lei Complementar n.º 128, de 2008), artigo 18, parágrafos 4º, inciso IV, 12 a 14; e Resolução CGSN n.º 94, de 2011, artigo 25, inciso I, alínea "b".

RAIMUNDO VALNÊ BRITO SIEBRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

EMENTA: PRODUTOS DO CÓDIGO 2204. SELO DE CONTROLE. Os produtos classificados no código 2204 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi) podem ser comercializados por atacadistas e varejistas sem que neles hajam sido fixados os correspondentes selos de controle desde que, comprovadamente, tenham sido adquiridos antes de 1º de janeiro de 2011. A pessoa jurídica comerciante dos produtos adquiridos nessas condições deve manter controle individualizado dos produtos existentes em estoque sem selo de controle na data de 31 de dezembro de 2011, conservando em boa guarda toda a documentação fiscal comprobatória das aquisições à disposição da autoridade fiscal.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.502, de 1964, art. 46; Decreto-lei nº 1.593, de 1977, art. 1º, § 6º; Lei nº 9.779, de 1999, art. 16; Decreto nº 7.212, de 2010, arts. 284, 285, 293 e 322; IN SRF nº 504, de 2005, e IN RFB nº 1.026, de 2010.

RAIMUNDO VALNÊ BRITO SIEBRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 8, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA

EMENTA: SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO. SÓCIO OSTENSIVO. INCENTIVO FISCAL DE REDUÇÃO DO IR. A Sociedade em Conta de Participação - SCP, para os efeitos da legislação do Imposto de Renda, é equiparada às demais pessoas jurídicas, por força do art. 7º do Decreto-Lei nº 2.303, de 1986. A SCP e o sócio ostensivo são entidades distintas e inconfundíveis, entretanto, as obrigações tributárias da sociedade são de responsabilidade do sócio ostensivo.

O incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis na área da SUDENE, de que trata a Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, beneficia exclusivamente o lucro da exploração da pessoa jurídica com projeto aprovado pelo Ministério da Integração Nacional e reconhecido pela Receita Federal, não se estendendo o favor fiscal concedido à empresa sócia ostensiva aos resultados auferidos por Sociedade em Conta de Participação.

Dispositivos Legais:: Lei nº 10.406, de 2002, (Novo Código Civil); MP nº 2.199-14, de 2001; Decreto nº 3.000, de 1999, (Regulamento do Imposto de Renda); Instrução Normativa SRF nº 179, de 1987; Instrução Normativa SRF nº 31, de 2001, e Instrução Normativa SRF nº 267, de 2002.

RAIMUNDO VALNÊ BRITO SIEBRA
Chefe

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

PORTARIA Nº 33, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA/PB, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 3º, V e VI, c/c art. 5º , I ambos da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplemento de débitos referentes ao Imposto Territorial. Rural - ITR, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeito a partir da data indicada, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo infra indicado.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DT. EFEITO
09.090.259/0001-45	MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S/A	11472-000483/2011-73	01/04/12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA
Delegado

PORTARIA Nº 36, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 295, 300 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e, tendo em vista o disposto nos art. 11 e 12 do Decreto-Lei n º 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto n º 83.937, de 06 de setembro de 1979, com a alteração do Decreto n º 86.377, de 17 de setembro de 1981, e objetivando a descentralização administrativa para obtenção de simplificação e dinamização das atividades, resolve:

Art.1º - Delegar atribuições aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - AFRFB, em exercício Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT, para decidir sobre a revisão de ofício, nos termos do art. 145, inciso III, e art. 149, ambos do CTN, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, podendo reconhecer direito creditório ou a extinção de créditos tributários lançados, inscritos ou não em dívida ativa da União, em despacho fundamentado;

§ Único - As delegações acima se restringem ao exercício das atividades relativas aos documentos e aos processos administrativos distribuídos ao AFRFB pela chefia da respectiva seção ou equipe, e movimentados com a indicação nominal do servidor responsável e/ou pelo sistema interno de controle de processos.

Art. 2º - Delegar à Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - Sacat - desta DRF, a competência prevista nos incisos I e II do artigo 234 do Regimento Interno da RFB aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, quando decorrentes de crédito judicial, bem como a compensação de que trata o artigo 9º da Constituição Federal (CF) de 1988, inclusive o fornecimento de subsídios para prestação das informações de que trata o § 10 do mesmo artigo da CF/1988.

Art. 3º. Determinar que em todas as decisões, despachos e documentos exarados em função das atribuições ora delegadas, deve-se mencionar o número e a data de publicação desta Portaria no Diário Oficial, após a assinatura.

Art. 4º - As delegações referidas acima não excluem as competências originárias, que poderão ser exercidas concorrentemente.

Art. 5º - Revogar a Portaria DRF/JPA nº 89, de 12 de maio de 2010, publicada no DOU nº 91, de 14/05/2010.

Art. 6º Determinar que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação, convalidados os atos praticados em conformidade com o disposto na presente.

JOSE HONORATO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

PORTARIA Nº 10, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 295, 300 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, com a alteração do Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, e objetivando a descentralização administrativa para obtenção de simplificação e dinamização dos serviços, resolve:

Art. 1º Delegar competência e atribuições, em caráter geral, ao Delegado-Adjunto, ao Assistente, aos Chefes de Seção e do Centro de Atendimento ao Contribuinte e ao Inspetor da Receita Federal do Brasil em Maceió e, nos seus impedimentos e faltas, a seus respectivos substitutos eventuais, e, na ausência de ambos, àqueles que os substituírem extraordinariamente, para, em suas áreas de atuação, praticarem os seguintes atos:

I - determinar o arquivamento, desarquivamento, fornecimento de cópias de processos e outros documentos, observadas a Tabela de Temporalidade, a legislação sobre o sigilo fiscal e as normas relativas ao ressarcimento de despesas;

II - decidir sobre o encaminhamento de processos e expedientes, bem como lavrar os termos previstos na legislação, na sua área de competência;

III - decidir sobre a guarda e destruição de documentos não processuais afetos à sua área de atuação, com as devidas cautelas decorrentes do sigilo fiscal e observados os prazos e condições de arquivamento fixados na Tabela de Temporalidade ou os previstos em normas específicas;

IV - assinar e expedir editais, ofícios, memorandos, mensagens eletrônicas, intimações, solicitações de prestação de esclarecimentos e apresentação de documentos e outros expedientes destinados a contribuintes ou a outros órgãos, versando sobre matérias de sua competência original ou delegada, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo para o seu atendimento, respeitados as normas vigentes sobre sigilo fiscal e os convênios em vigor;

V - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais, no âmbito de suas competências;

VI - decidir sobre pedidos de cancelamento e reativação de declarações, no âmbito de suas competências;

VII - solicitar veículos para deslocamentos de servidores a serviço, dentro do Município de Maceió.

§ 1º Aos Agentes e, nos seus impedimentos e faltas, a seus respectivos substitutos eventuais, e, na ausência de ambos, àqueles que os substituírem extraordinariamente, ficam delegadas as competências e atribuições de que tratam os incisos I a V do caput.

§ 2º Aos chefes das Equipes de Arrecadação e Cobrança - EAC, das Equipes de Atendimento - EAT, das Equipes de Fiscalização - EFI, da Equipe Aduaneira - EAD, da Equipe de Acompanhamento Econômico-tributário Diferenciado das Pessoas Jurídicas - EQMAC, do Grupo de Serviços Específicos de Análise de Programação e Seleção de Contribuintes e das demais equipes existentes e que vierem a ser criadas, e, nos seus impedimentos e faltas, a seus respectivos substitutos eventuais, ficam delegadas as competências e atribuições de que tratam os incisos I, II e VII do caput.

Art. 2º Delegar competência e atribuições ao Delegado-Adjunto para, concorrentemente, praticar os atos previstos nos arts. 295, 300 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e demais atos citados nesta portaria.

Art. 3º Delegar competência e atribuições ao Chefe da Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort) e, nos seus impedimentos e faltas, ao seu substituto eventual, para praticar os seguintes atos:

I - solicitar à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), em despacho fundamentado, a anulação ou alteração da inscrição do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa da União, quando ficar demonstrada a sua improcedência, na área de sua competência;

II - indeferir, na sua área de competência, as solicitações de realizações de diligências e de perícias, quando consideradas prescindíveis ou impraticáveis, observado o disposto na legislação vigente;

III - decidir sobre a revisão de ofício, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de suas competências;

IV - decidir sobre a revisão de dados da declaração de que trata o art. 147, § 2º, do CTN, no âmbito de suas competências;

V - declarar a extinção do crédito tributário nas hipóteses previstas no artigo 156 da Lei 5.172, de 1966 (CTN), afetos à sua área de competência;

VI - decidir sobre restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, suspensão e redução de tributos, observada a legislação vigente;

VII - decidir sobre o reconhecimento e suspensão de imunidades e de isenções;

VIII - decidir sobre os pedidos de inclusão em parcelamentos especiais, bem como excluir os optantes desses parcelamentos, nos casos previstos na legislação;

IX - decidir sobre a inclusão e a exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados.

Art. 4º Delegar competência e atribuições ao Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat) e, nos seus impedimentos e faltas, ao seu substituto eventual para praticar os seguintes atos:

I - solicitar à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), em despacho fundamentado, a anulação ou alteração da inscrição do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa da União (DAU), quando ficar demonstrada a sua improcedência, na área de sua competência;

II - indeferir, na sua área de competência, as solicitações de realizações de diligências e de perícias, quando consideradas prescindíveis ou impraticáveis, observado o disposto na legislação vigente;

III - decidir sobre a revisão de ofício, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de suas competências;

IV - decidir sobre a revisão de dados da declaração de que trata o art. 147, § 2º, do CTN, no âmbito de suas competências;

V - declarar a extinção do crédito tributário nas hipóteses previstas no artigo 156 da Lei 5.172, de 1966 (CTN), afetos à sua área de competência;

VI - autorizar depósito administrativo, sua movimentação, devolução ao contribuinte ou transformação em pagamento definitivo ou em depósito judicial, de acordo com a legislação vigente;

VII - decidir quanto à suspensão, inaptidão e regularização de contribuintes nos cadastros da RFB, incluindo o cancelamento, inscrição e alteração de dados cadastrais, inclusive de ofício, nos termos da legislação vigente;

VIII - decidir sobre pedidos de parcelamento de débitos, nos termos da legislação vigente;

IX - decidir sobre os pedidos de inclusão em parcelamentos especiais, bem como excluir os optantes desses parcelamentos, nos casos previstos na legislação;

X - decidir sobre a inclusão e a exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados.

Art. 5º Delegar competência e atribuições ao Chefe da Seção de Fiscalização (Safis) e, nos seus impedimentos e faltas, ao seu substituto eventual para praticar os seguintes atos:

I - decidir sobre a revisão de ofício, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de suas competências;

II - decidir sobre a revisão de dados da declaração de que trata o art. 147, § 2º, do CTN, no âmbito de suas competências;

III - declarar a extinção do crédito tributário nas hipóteses previstas no artigo 156 da Lei 5.172, de 1966 (CTN), afetos à sua área de competência;

IV - decidir sobre a revisão de ofício decorrente de análise de questões de fato constantes de impugnações a notificações de lançamentos efetuadas em decorrência de revisão de Declarações de Ajuste Anual de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, sem intimação prévia, ou sem atendimento à intimação, e sem apresentação anterior de Solicitação de Retificação de Lançamento;

V - indeferir ou suspender registro especial para os estabelecimentos engarrafadores, produtores ou importadores de bebidas alcoólicas, bem como cooperativas de produtores e estabelecimentos comerciais atacadistas dos mesmos produtos, de acordo com a legislação vigente.

Art. 6º Delegar competência e atribuições ao Chefe da Seção de Tecnologia e de Segurança da Informação (Satec), e nos seus impedimentos e faltas, ao seu substituto eventual, para fornecer cópias de declarações administradas pela RFB, decorrente de solicitação judicial ou administrativa, quando expedidas por autoridade competente, com observância da legislação referente ao sigilo fiscal.

Art. 7º Delegar competência e atribuições ao Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e, nos seus impedimentos e faltas, ao seu substituto eventual, para praticar os seguintes atos:

I - decidir sobre a expedição de certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte, observadas as condições exigidas pela legislação vigente;

II - decidir sobre pedidos de parcelamento de débitos, nos termos da legislação vigente;

III - decidir sobre os pedidos relativos aos cadastros, referentes a cancelamento, inscrição e alteração de dados cadastrais, inclusive de ofício, nos termos da legislação vigente.

Art. 8º Delegar competência e atribuições ao Chefe da Seção de Programação e Logística (Sapol) e, nos seus impedimentos e faltas, ao seu substituto eventual, para praticar os seguintes atos:

I - autorizar o deslocamento de veículos oficiais a serviço, quando requisitados, observando a legislação vigente;

II - assinar, juntamente com o interessado, Termos de Fiel Depositário de mercadorias e/ou veículos apreendidos, quando em depósito, relativamente aos pedidos decididos favoravelmente ou determinados por decisão judicial.

Art. 9º. Delegar competência e atribuições ao Chefe da Seção de Gestão de Pessoas (Sagep) e, nos seus impedimentos e faltas, ao seu substituto eventual, para praticar os seguintes atos:

I - requisitar exame de sanidade e capacidade física dos servidores ao Serviço de Assistência Médico-social do Ministério da Fazenda (MF) ou à Unidade do SIASS-MS/AL - Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas, conforme convênio da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas, bem como reconhecer o direito aos afastamentos em virtude das concessões enumeradas nos art. 83 e 97 da Lei nº 8.112/ 90;

II - conceder a licença para tratamento de saúde, já homologada pelo Serviço de Assistência Médico-social do MF ou pela Unidade do SIASS-MS/AL - Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas, conforme convênio da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 10. Delegar competência e atribuições aos Agentes da Receita Federal das agências jurisdicionadas e, nos seus impedimentos e faltas, aos seus substitutos eventuais, para praticarem, na área de sua jurisdição, os seguintes atos:

I - decidir sobre a expedição de certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte, observadas as condições exigidas pela legislação vigente;

II - decidir sobre pedidos de parcelamento de débitos, nos termos da legislação vigente;

III - decidir sobre os pedidos relativos aos cadastros, referentes a cancelamento, inscrição e alteração de dados cadastrais, inclusive de ofício, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. Delegar atribuições aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - AFRFB, em exercício nesta Delegacia, para praticarem os seguintes atos:

I - decidir sobre a revisão de ofício, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em dívida ativa da União;

II - decidir sobre a revisão de ofício decorrente de análise de questões de fato constantes de impugnações a notificações de lançamentos efetuadas em decorrência de revisão de Declarações de Ajuste Anual de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, sem intimação prévia, ou sem atendimento à intimação, e sem apresentação anterior de Solicitação de Retificação de Lançamento;

III - decidir sobre restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, suspensão e redução de tributos;

IV - decidir sobre a revisão de dados da declaração de que trata o art. 147, § 2º, do CTN;

V - declarar a extinção do crédito tributário nas hipóteses previstas no artigo 156 da Lei 5.172, de 1966 (CTN);

VI - decidir sobre isenções relacionadas ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), para taxistas e deficientes; e

VII - decidir sobre cancelamento ou reativação de declarações.

§ 1º As delegações acima se restringem ao exercício das atividades e aos processos administrativos distribuídos ao AFRFB pela chefia ou supervisor da respectiva seção ou equipe.

§ 2º As atribuições delegadas neste artigo, quando superiores ao valor originário de R$ 100.000,00, por processo administrativo, deverão ser objeto de decisão conjunta com a chefia imediata do AFRFB.

§ 3º Os atos praticados com base neste artigo devem observar o disposto na legislação vigente.

Art. 12. Reservar-se, a qualquer momento e a seu critério, a prática de atos objeto desta delegação, sem que isso implique em revogação parcial ou total do presente ato.

Art. 13. Determinar que, após as assinaturas, em todos os atos praticados em função das competências e atribuições ora delegadas, sejam mencionados o número e a data desta Portaria.

Art. 14. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria DRF/MACEIÓ/AL nº 56, de 20 de setembro de 2011.

EDMUNDO TOJAL DONATO JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara nula a inscrição no CPF que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL EM RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o Art. 299, inciso II, do Anexo da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto nos artigos 32 e 33 da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10/06/2010, e no processo administrativo nº 19647.000262/2012-49, RESOLVE:

Art. Único. Tornar nula a inscrição no CPF número 057.282.454-80.

PAULO JOSÉ ANTUNES DE LIRA

PORTARIA Nº 62, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Reinclui pessoas jurídicas no REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000 e com a competência delegada pela Portaria DRF/Recife nº 49 de 22/02/2011 publicada no Diário Oficial da União de 02/03/2011, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a exclusão da pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo a seguir indicado.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	PORTARIA DE EXCLUSÃO
12.594.040/0001-98	KOMBOOGIE BRASIL LOGÍSTICA LTDA	12883.003082/2011-04	0000000007

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO MACIEL VALENÇA FILHO
Delegado

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Aracaju(SE), no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Aracaju(SE), de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 2004, na DRFB Aracaju(SE), localizada na Rua Paulo Henrique Machado Pimentel, nº 140, Distrito Industrial de Aracaju, Inácio Barbosa.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO MENEZES SOUZA E SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

003.690.125-34	022.448.025-15	155.132.035-53
229.923.245-15	310.986.495-91	429.089.063-68
574.289.565-87		

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.099.449/0001-59	00.969.500/0001-36	01.132.271/0001-63
01.893.790/0001-44	01.946.960/0001-01	02.142.318/0001-32
02.163.530/0001-86	03.187.018/0001-32	03.471.245/0001-95
13.170.972/0001-76	13.183.512/0001-82	16.222.507/0001-20
16.463.945/0001-80	32.893.463/0001-16	

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Aracaju(SE), no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Aracaju(SE), de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 2007, na DRFB Aracaju(SE), localizada na Rua Paulo Henrique Machado Pimentel, nº 140, Distrito Industrial de Aracaju, Inácio Barbosa.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO MENEZES SOUZA E SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.072.083/0001-24	00.750.740/0001-45	00.751.307/0001-24
00.763.519/0001-21	00.860.634/0001-14	00.865.892/0001-93
00.901.491/0001-41	00.989.669/0001-58	01.032.396/0001-11
01.096.134/0001-10	01.289.254/0001-34	01.334.246/0001-62
01.334.249/0001-04	01.424.206/0001-01	01.487.854/0001-07
01.489.217/0001-70	01.560.848/0001-38	01.614.732/0001-34
01.680.150/0001-56	01.766.122/0001-56	01.850.849/0001-17
01.934.270/0001-32	02.027.071/0001-03	02.081.575/0001-01
02.139.306/0001-59	02.161.161/0001-92	02.171.575/0001-00
02.194.536/0001-10	02.234.464/0001-98	02.253.999/0001-06
02.295.238/0001-17	02.333.694/0001-04	02.353.397/0001-20
02.608.242/0001-98	02.806.268/0001-40	02.892.346/0001-77
02.895.826/0001-91	02.931.060/0001-53	02.984.233/0001-00
02.994.157/0001-05	03.017.416/0001-00	03.239.115/0001-21
03.284.370/0001-96	03.412.100/0001-13	03.432.863/0001-26
03.467.880/0001-07	03.510.374/0001-45	03.527.895/0001-05
03.864.955/0001-85	03.921.424/0001-87	03.986.307/0001-00
04.153.281/0001-73	04.153.894/0001-00	04.174.984/0001-88
04.264.642/0001-59	04.443.517/0001-06	04.579.255/0001-01
04.711.632/0001-14	04.788.349/0001-90	05.087.577/0001-04
13.016.266/0001-74	13.097.118/0001-21	13.157.300/0001-20
13.176.458/0001-48	13.356.191/0001-70	13.380.019/0001-52
15.031.198/0001-48	15.082.209/0001-19	15.603.418/0001-60
15.614.639/0001-34	16.204.679/0001-70	16.212.987/0001-48
32.729.709/0001-19	32.730.707/0001-40	32.732.950/0001-05
32.779.597/0001-00	32.797.482/0001-49	32.798.423/0001-95
32.800.716/0001-60	32.801.854/0001-63	32.809.840/0001-96
32.813.305/0001-09	32.826.729/0001-08	32.830.648/0001-81
32.861.189/0001-01	32.866.980/0001-04	32.867.384/0001-30
32.872.186/0001-65	32.876.450/0001-39	32.888.422/0001-31
73.970.428/0001-30	86.701.208/0001-53	97.456.792/0001-45

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara a nulidade de ato praticado perante o CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 295, 300 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no art. 33, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Anulada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 09.129.367/0001-84, em nome da pessoa jurídica CONSTRUTORA TECOLT LTDA, com fundamento no disposto no art. 33, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, observado o que consta do processo administrativo nº 10530.722421/2011-11.

Art. 2º São considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir de 10 de outubro de 2007.

MANOEL LUIZ COUTINHO MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O AUDITOR FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, abaixo identificado, em exercício na delegacia DRF/SDR/BA, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/SDR/BA n.º 156, de 29 de agosto de 2011, publicada no DOU de 30 de agosto de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil, da DRF/SDR/BA, no ENDEREÇO: Rua Alceu Amoroso Lima, 862, 9º andar. Caminho das Árvores, Salvador - Ba.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROBERTO SILVA TEIXEIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.093.242/0001-77	02.732.702/0001-95	14.835.219/0001-15
00.208.491/0001-60	02.779.357/0001-45	15.133.754/0001-97
00.237.689/0001-72	02.797.519/0001-78	15.640.196/0001-56
00.349.171/0001-20	02.861.350/0001-78	16.087.587/0001-58
00.709.759/0001-48	02.887.960/0001-40	16.102.238/0001-68
00.898.195/0001-39	02.891.469/0001-93	16.163.503/0001-18
01.016.779/0001-04	03.023.764/0001-90	16.357.436/0001-72
01.167.498/0001-44	03.186.588/0001-08	33.932.948/0001-34
01.476.964/0001-73	03.494.505/0001-48	33.943.531/0001-77
01.479.554/0001-86	03.645.119/0001-00	33.973.520/0001-30
01.536.160/0001-12	03.861.264/0001-28	34.069.716/0001-67
01.591.549/0001-60	03.957.378/0001-76	34.350.918/0001-82
01.592.423/0001-00	03.975.888/0001-76	34.368.662/0001-30
01.823.292/0001-25	03.985.492/0001-00	34.418.236/0001-64
02.026.666/0001-44	04.020.477/0001-90	40.531.659/0001-99
02.049.238/0001-37	04.107.245/0001-73	40.568.438/0001-95
02.060.314/0001-05	04.771.690/0001-33	42.010.652/0001-57
02.065.406/0001-88	04.853.781/0001-18	42.031.500/0001-30
02.233.269/0001-43	04.888.420/0001-07	42.039.784/0001-01
02.244.569/0001-28	13.072.459/0001-42	42.045.062/0001-60
02.252.148/0001-49	13.421.326/0001-34	42.047.639/0001-72
02.298.204/0001-86	13.422.282/0001-67	63.241.558/0001-89
02.453.079/0001-31	13.526.041/0001-68	96.709.225/0001-90
02.478.447/0001-04	13.744.107/0001-96	96.731.740/0001-77
02.538.796/0001-66	14.710.610/0001-93	----------
02.713.267/0001-51	14.823.017/0001-53	----------
02.728.926/0001-23	14.823.751/0001-12	----------

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL abaixo identificado, em exercício na delegacia Delegacia da Receita Federal do Brasil - DRF/SDR/BA, , no uso da competência delegada pela Portaria DRF/SDR/BA Nº 156, de 29 de agosto de 2011, publicada no DOU de 30/08/2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil, da DRF/SDR/BA, no ENDEREÇO: Rua Alceu Amoroso Lima, 862, 9º andar. Caminho das Árvores, Salvador - Ba.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROBERTO SILVA TEIXEIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas.

003.367.185-00	003.653.785-34	017.970.695-00
024.290.475-00	070.444.455-00	130.382.575-91
229.695.945-87	----------	----------

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas.

00.482.359/0001-42	00.694.674/0001-33	00.784.516/0001-74
01.149.064/0001-11	01.197.747/0001-44	01.410.351/0001-33
01.440.436/0001-64	01.523.667/0001-05	02.112.221/0001-87
02.315.006/0001-83	02.574.278/0001-06	02.850.206/0001-36
02.850.290/0001-98	02.852.699/0001-43	02.926.610/0001-46
03.148.700/0001-16	03.262.479/0001-22	04.046.174/0001-46
04.495.570/0001-50	13.100.037/0001-33	13.724.166/0001-00
14.559.983/0001-05	14.582.233/0001-54	15.238.660/0001-82
16.279.671/0001-73	32.652.786/0001-18	33.146.804/0001-52
33.971.284/0001-12	34.161.695/0001-05	34.242.644/0001-08
34.324.533/0001-40	86.968.195/0001-83	96.695.374/0001-48

6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Concede Registro Especial de estabelecimento engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União DOU de 23 de dezembro de 2010, e, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005, alterada pela IN RFB nº 782, de 09 de novembro de 2007, e pela IN RFB nº 824, de 20 de fevereiro de 2008, e pela IN RFB nº 1.026, de 16 de abril de 2010, e pela IN RFB nº 1.065, de 16 de agosto de 2010 e considerando o que consta no processo administrativo número 13603.723397/2010-44, resolve declarar:

Art. 1º INSCRITA NO REGISTRO ESPECIAL DE BEBIDAS sob o nº 06110/044, na categoria de ENGARRAFADOR, a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CACHAÇA RIO MANSO LTDA., CNPJ nº 07.334.443/0001-68, situada na Fazenda dos Dutra Rodovia MG 431 Km 1, s/nr., Zona Rural, em Rio Manso MG.

Art. 2º A referida empresa exercerá a atividade típica de engarrafamento de Aguardente de Cana de Açúcar própria ou de terceiros, código TIPI 2208.40.00, marca: "Vira Copos", em recipientes, não retornáveis, em capacidades de: 50 ml? 300 ml? 600 ml? 670 ml? 700 ml e 1000 ml.

Art. 3º Este registro especial não alcança nenhum outro estabelecimento da empresa, devendo a mesma cumprir todas as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e respectivas alterações, sob pena do cancelamento desse registro.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 007 de 7 de fevereiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2011.

Art. 5º O presente ato terá validade após publicação no Diário Oficial da União.

ADRIANO DE PINHO TAVARES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA - SACAT, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias, contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no endereço - Ave. Barão do Rio Branco, 372, Manoel Honório, Juiz de Fora/MG, Cep 36045-120.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PENIDO PINTO MARQUES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.341.058/0001-07	03.394.931/0001-00	25.170.705/0001-88
00.385.347/0001-08	03.409.454/0001-09	25.397.993/0001-08
00.775.980/0001-02	03.420.116/0001-78	41.683.236/0001-57
00.877.428/0001-17	03.595.399/0001-99	41.823.378/0001-72
01.048.109/0001-61	03.805.988/0001-54	41.904.640/0001-03
01.564.220/0001-00	04.239.656/0001-12	41.950.577/0001-41
01.775.472/0001-89	17.142.043/0001-04	42.848.440/0001-43
01.892.186/0001-01	18.972.653/0001-06	64.395.874/0001-78
01.934.495/0001-99	18.989.368/0001-90	65.121.956/0001-97
02.279.777/0001-62	19.480.706/0001-26	65.355.596/0001-98
02.757.575/0001-89	20.353.405/0001-10	66.351.271/0001-08
02.777.805/0001-71	21.181.102/0001-20	66.361.197/0001-00
02.792.544/0001-69	22.022.735/0001-59	71.134.688/0001-40
02.918.311/0001-60	22.147.953/0001-10	71.355.929/0001-81
02.954.248/0001-17	22.165.849/0001-58	71.447.700/0001-77
03.312.150/0001-29	22.516.231/0001-95	86.660.685/0001-18
03.367.972/0001-07	22.788.038/0001-03	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de1989.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 32, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2011, e com base na Portaria RFB nº 1.069, de 4 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação conforme Anexo Único, com enquadramento conforme Notas Complementares da TIPI (22-2), Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011 e na Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008:

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
05.887.006/0001-46	AMERICA FUTEBOL CLUBE OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	AMERICA FUTEBOL CLUBE PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	ATLETICO MINEIRO OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	ATLETICO MINEIRO OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	ATLETICO MINEIRO PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	ATLETICO MINEIRO PRATA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	CLUBE DO REMO OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	CLUBE DO REMO PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	CORINTHIANS OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	CORINTHIANS OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	CORINTHIANS PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	CORINTHIANS PRATA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	CRUZEIRO ESPORTE CLUBE OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	CRUZEIRO ESPORTE CLUBE OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	CRUZEIRO ESPORTE CLUBE PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	CRUZEIRO ESPORTE CLUBE PRATA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	FORTALEZA ESPORTE CLUBE OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	FORTALEZA ESPORTE CLUBE PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	INTERNACIONAL OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	INTERNACIONAL OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	INTERNACIONAL PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	INTERNACIONAL PRATA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	VASCO DA GAMA OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	VASCO DA GAMA OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	VASCO DA GAMA PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	VASCO DA GAMA PRATA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE PRATA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	ABC OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	ABC PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	ATLETICO PARANAENSE OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	ATLETICO PARANAENSE OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	ATLETICO PARANAENSE PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	ATLETICO PARANAENSE PRATA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	AVAI OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	AVAI PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	BAHIA OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	BAHIA PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	BOTAFOGO OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	BOTAFOGO OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	BOTAFOGO PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	BOTAFOGO PRATA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	CEARA OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	CEARA PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	NAUTICO OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	NAUTICO PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	PALMEIRAS OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	PLAMEIRAS OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	PALMEIRAS PRATA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	PALMEIRAS PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	PORTUGUESA DE DESPORTOS OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	PORTUGUESA DE DESPORTOS OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	PORTUGUESA DE DESPORTOS PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	PORTUGUESA DE DESPORTOS PRATA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	VITORIA OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	VITORIA PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
05.887.006/0001-46	VITORIA OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	L
05.887.006/0001-46	VITORIA PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	I
08.273.722/0001-21	AÇANÃ OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	Q
10.432.716/0001-11	CONSELHEIRA	De 181ml até 375ml	2208.40.00-03	E
10.432.716/0001-11	CONSELHEIRA OURO	Até 180ml	2208.40.00-03	G
10.432.716/0001-11	CONSELHEIRA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-02	L
10.669.584/0001-46	VALE OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	J
13.107.742/0001-62	XIQUE DE MINAS	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	Q
13.107.742/0001-62	XIQUE DE MINAS	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	M
13.107.742/0001-62	XIQUE DE MINAS	De 376ml até 670ml	2208.40.00-03	N
13.323.459/0001-78	CACHACA AMBIRA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-03	N
13.323.459/0001-78	CACHAÇA AMBIRA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00-03	Q
21.565.684/0001-49	SPEED ICE LIMÃO	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	G
25.150.038/0001-71	CACHAÇA TABAROA	Até 180ml	2208.40.00-02	F
25.150.038/0001-71	CACHAÇA TABAROA	De 376ml até 670ml	2208.40.00-02	M

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CEZAR CIAMPI MARANGON

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 29 DE MARÇO DE 2012

Concede à pessoa jurídica titular do projeto aprovado para a implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, co-habilitação no Regime Especial de incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.499, de 5 de junho de 2007, alterada pelas leis nº 11.727/2008, lei nº 11.933/2009 e Lei 12249/2010.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587/2010, de 21 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2010 e tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o constante do processo administrativo de nº 13.679.000.166/2011-66, resolve:

Art. 1º Reconhecer à Multipoly Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 00.429.674/0001-06, a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura - REIDI de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 com atualizações.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do anexo I da portaria nº 234, de 09 de outubro de 2008 (MT) conforme estabelece o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU ficando convalidados todos os eventos ocorridos a partir da citada publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 29 DE MARÇO DE 2012

Concede à pessoa jurídica titular do projeto aprovado para a implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, co-habilitação no Regime Especial de incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.499, de 5 de junho de 2007, alterada pelas leis nº 11.727/2008, lei nº 11.933/2009 e Lei 12249/2010.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587/2010, de 21 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2010 e tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o constante do processo administrativo de nº 13.679.000.168/2011-55, resolve:

Art. 1º Reconhecer à Multipoly Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 00.429.674/0001-06, a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura - REIDI de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 com atualizações.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do anexo I da portaria nº 227, de 18 de setembro de 2008 (MT) conforme estabelece o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU ficando convalidados todos os eventos ocorridos a partir da citada publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 29 DE MARÇO DE 2012

Concede à pessoa jurídica titular do projeto aprovado para a implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, co-habilitação no Regime Especial de incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.499, de 5 de junho de 2007, alterada pelas leis nº 11.727/2008, lei nº 11.933/2009 e Lei 12249/2010.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587/2010, de 21 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2010 e tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o constante do processo administrativo de nº 13.679.000.167/2011-19, resolve:

Art. 1º Reconhecer à Multipoly Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 00.429.674/0001-06, a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura - REIDI de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 com atualizações.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do anexo I da portaria nº 228, de 18 de setembro de 2008 (MT) conforme estabelece o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU ficando convalidados todos os eventos ocorridos a partir da citada publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 29 DE MARÇO DE 2012

Concede à pessoa jurídica titular do projeto aprovado para a implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, co-habilitação no Regime Especial de incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.499, de 5 de junho de 2007, alterada pelas leis nº 11.727/2008, lei nº 11.933/2009 e Lei 12249/2010.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587/2010, de 21 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2010 e tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o constante do processo administrativo de nº 13.679.000.169/2011-08, resolve:

Art. 1º Reconhecer à Multipoly Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 00.429.674/0001-06, a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura - REIDI de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 com atualizações.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do anexo I da portaria nº 225, de 18 de setembro de 2008 (MT) conforme estabelece o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU ficando convalidados todos os eventos ocorridos a partir da citada publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 29 DE MARÇO DE 2012

Concede à pessoa jurídica titular do projeto aprovado para a implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, co-habilitação no Regime Especial de incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.499, de 5 de junho de 2007, alterada pelas leis nº 11.727/2008, lei nº 11.933/2009 e Lei 12249/2010.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587/2010, de 21 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2010 e tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o constante do processo administrativo de nº 13.679.000.170/2011-24, resolve:

Art. 1º Reconhecer à Multipoly Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 00.429.674/0001-06, a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura - REIDI de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 com atualizações.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do anexo I da portaria nº 229, de 18 de setembro de 2008 (MT) conforme estabelece o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU ficando convalidados todos os eventos ocorridos a partir da citada publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

PORTARIA Nº 28, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITORIA/ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 307 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e visando evitar a descontinuidade na realização dos serviços de perícia técnica para quantificação e identificação de mercadorias importadas e a exportar no âmbito da jurisdição da unidade, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, em caráter extraordinário e por sessenta dias, a partir de 2 de março de 2012, a validade do credenciamento outorgado pela Portaria nº 14, de 25 de fevereiro de 2010, aos candidatos selecionados por meio do Edital n.º 222, de 2 de dezembro de 2009, bem como dos credenciamentos outorgados sub judice.

Art. 2º. Ficam mantidas as diretrizes e condições do Edital n.º 222, de 2 de dezembro de 2009, durante todo o prazo da prorrogação, por força de sua vinculação às regras da Instrução Normativa SRF n.º 157, de 22 de dezembro de 1998, que vigorava à época da realização do certame.

Art. 3º. Como consequência da prorrogação, o novo prazo de validade dos credenciamentos expira no dia 2 de maio de 2012.

FLAVIO JOSE PASSOS COELHO

ANEXO

Habilitados - Especialidade: Engenheiro Textil			
Clas.	PPI	Nome	CPF
1	0109-3	Luiz Aurélio Alonso	371.335.868-00
2	0108-5	Fabio Campos Fatalla	069.947.618-60
3	0091-7	José Antônio Bauab Filho	093.263.728-04
4	0075-5	Roberto Luiz de S. F. Figueiras	053.105.508-60
5	0076-3	Alexandre Eduardo S. Ratton	248.286.948-03

Habilitados - Especialidade: Arqueação			
CLAS	PPI	Nome	CPF/CNPJ
1	0050-0	João Attila Vieira Caldellas	035.995.317-49
2	0009-7	Mauro Cesar Rocha	035.104.928-20
3	0094-1	Hilton de Andrade Ribeiro	234.101.327-91
4	0071-2	Adilson Medeiros Wanderley	609.984.904-49
5	0093-3	Paulo Augusto Jabour de R.	251.808.197-68
6	0131-0	Carlos Quintas Rodamilans	261.412.647-00
7	0080-1	Paulo Roberto Rocha	416.492.067-04
8	0226-0	Rodrigo Barbosa Cabral	850.464.857-53
9	0063-1	Ethereldes Queiroz do V.Jr	282.928.807-63
10	0002-0	Leonardo Barbosa Cabral	764.464.767-87
11	0028-3	Ely Elton Silva	004.940.111-49
12	0048-8	Danilo Bonnemasou	363.023.977-68
13	0082-8	Rita de Cássia Duia Castello	471.398.117-68
14	0062-3	Roberto Salgueiro Ferraz	014.582.057-20
15	0038-0	Robson Feres Doelinger	574.940.887-68
16	0039-9	Heleno Dias de Azevedo	632.782.197-91
17	0098-4	Domingos de Mello Cortez	774.510.317-72
18	0056-9	Wagner Campagnaro - vinculado a WS Com Serv Marítimos Ltda	621.061.637-20 01.997.172/0001-44
19	0106-9	Edmo Pires Martins	757.012.007-87
20	0119-0	Danilo Sodré Januário - vinculado a Mundi Serv Marítimos Ltda	045.935.167-22 27.742.345/0001-77
21	0105-0	Antonio Sarmento de Oliveira	283.051.327-49
22	0118-2	José Maria Vieira de Novaes	874.999.167-15
23	0032-1	Robson Moreira	488.722.967-49
24	0049-6	João Augusto da Cunhalima	724.007.577-04
25	0099-2	Luiz Orlando Gambardela N.	023.766.847-57

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de embarque e despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto e seus derivados em unidades de produção ou estocagem situadas em águas jurisdicionais brasileiras

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAÉ - RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.198, de 30 de setembro de 2011, assim como o que consta nos autos do processo nº 12747.720024/2012-86, declara:

1. Fica a empresa FRADE JAPÃO PETROLEO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.255.266/0001-73, situada na Praia de Botafogo, nº 501, bloco 1, sala 1 (parte), Botafogo, Rio de Janeiro/RJ- CEP: 22250-040, habilitada a utilizar os procedimentos simplificados para o embarque e o despacho aduaneiro de exportação de derivados de petróleo e de petróleo bruto produzidos em sua unidade de produção ou estocagem denominada FPSO FRADE, situada em águas jurisdicionais brasileiras, Latitude 21°53'00"S e Longitude: 39°51'30"W, de que trata o artigo 1º, na modalidade de embarque prevista no inciso I do art. 2º, da IN RFB nº 1.198/2011.

2. Estabelecimento exportador em terra: FRADE JAPAO PETROLEO LTDA, CNPJ: 03.255.266/0001-73, situada na Praia de Botafogo, nº 501, bloco 1, sala 1 (parte), Botafogo, Rio de Janeiro/RJ- CEP: 22250-040.

3. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o referido procedimento simplificado tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos artigos 14º a 18º da IN RFB nº 1.198/2011.

4. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LAUDE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 , e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARÍTIMO LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio dos seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 no. 027 de 27 de janeiro de 2012, publicado no D.O.U. de 30 de janeiro de 2012.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

Processo 10768.000076/2012-69				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0072005.11.2 2050.0072006.11.2 MAERSK BOULDER	02/01/2016

Processo 10768.000422/2010-47				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0051721.09.02 MAERSK CHAMPION	25/02/2014

Processo 10768.003374/2010-49 e Proc.10768.002576/2011-54 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030640.07.02 MAERSK BOULDER	(*) 19/02/2012

Processo 10768.005868/2010-68				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059813.10.2 MAERSK RETRIEVER	16/09/2012

Processo 10768.007566/2010-24				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0020871.06.2 MAERSK ROVER	21/11/2014

Proc. 10768.004486/2010-17 e Proc.10768.002938/2011-15 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0032153.07.2 MAERSK CHIEFTAIN	(*) 01/03/2012

Processo 10768.006256/2010-92				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059265.10.2 MAERSK ASSETER	24/08/2014

Processo 10768.006257/2010-37				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059816.10.2 MAERSK MARINER	09/08/2012

Processo 10768.006742/2010-19 e Processo 10768.002659/2011-43 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0020853.06.2 MAERSK MASTER	(*) 01/03/2012

Processo 10768.004320/2010-09				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.00338863.07.2 MAERSK TOPPER	12/11/2012

Processo 10768.006255/2010-48				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059266.10.2 MAERSK ADVANCER	24/08/2014

Processo 10768.003373/2010-02 e 10768.001242/2011-63(*) Proc.10768.002577/2011-07 (**)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS AS	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0032150.07.02 MAERSK CUTTER	(**) 01/03/2012

Processo 10768.003370/2010-61 - provimento a recurso e 10768.001363/2011-13 (*)- Proc.10768.002811/2011-98 (**)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030635.07.2 MAERSK BLAZER	(**) 01/03/2012

Proc. 10768.003371/2010-13 - prov. a recurso e 10768.001498/2011-71 (*)Proc.10768.002937/2011-62(**)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030631.07.2 MAERSK HANDLER	(**) 01/03/2012

Processo 10768.000581/2011-22 , Processo 10768.003064/2011-13 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	OGX PETRÓLEO E GÁS	BLOCOS (*) BMC39, BMC40. BMC41, BMC42, BMC43, BMS56, BMS57, BMS58, BMS59	OGXLT/2010/109 OGXLT/2010/110 MAERSK TERRIER	(*) 12/03/2013

Processo 10768.002219/2011-96 e 10768.003468/2011-07 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	SHELL BRASIL PETROLEO LTDA	TODA A AREA EM QUE A SHELL BRASIL PETROLEO LTDA SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	contrato nº 4610031774 MAERSK LIFTER	(*) 06/03/2012

Processo 10768.002766/2011-71 e 10768.003300/2011-93 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	SONANGOL STARFISH OIL & GAS S.A	BLOCOS BM-C-45, BM-C-46 E BM-S-60	Contrato s/no. MAERSK PROVIDER	(*) 21/01/2012

Processo 10768.0004272/2011-40				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030628.07.2 MAERSK HELPER	29/02/2012

Processo 10768.002451/2011-24				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0020831.06.2 MAERSK CLIPPER	01/03/2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

NULIDADE - Declara nula a Inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA-SP, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e Artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º. NULA a inscrição no CNPJ nº 08.542.556/0001-11 em nome da pessoa jurídica ELETROINFO REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE INFORMÁTICA LTDA - EPP, por vício no ato praticado perante o CNPJ, na forma disciplinada no Artigo 33, inciso II, e Artigo 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 e observado o que consta do Processo Administrativo nº 10820.002536/2007-44.

Art. 2º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 15/12/2006.

CARLOS ALBERTO SAMPAIO JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

NULIDADE - Declara nula a Inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA-SP, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e Artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º. NULA a inscrição no CNPJ nº 08.606.413/0001-26 em nome da pessoa jurídica DALETESE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA - EPP, por vício no ato praticado perante o CNPJ, na forma disciplinada no Artigo 33, inciso II, e Artigo 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 e observado o que consta do Processo Administrativo nº 10820.002533/2007-19.

Art. 2º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 25/01/2007.

CARLOS ALBERTO SAMPAIO JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

NULIDADE - Declara nula a Inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA-SP, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e Artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º. NULA a inscrição no CNPJ nº 08.606.271/0001-05 em nome da pessoa jurídica RIEMMA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA - EPP, por vício no ato praticado perante o CNPJ, na forma disciplinada no Artigo 33, inciso II, e Artigo 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 e observado o que consta do Processo Administrativo nº 10820.002532/2007-66.

Art. 2º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 25/01/2007.

CARLOS ALBERTO SAMPAIO JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

NULIDADE - Declara nula a Inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA-SP, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e Artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º. NULA a inscrição no CNPJ nº 08.608.816/0001-04 em nome da pessoa jurídica DIAS DE LIMA & DA SILVA LTDA - EPP, por vício no ato praticado perante o CNPJ, na forma disciplinada no Artigo 33, inciso II, e Artigo 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 e observado o que consta do Processo Administrativo nº 10820.002534/2007-55.

Art. 2º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 26/01/2007.

CARLOS ALBERTO SAMPAIO JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Declara a inaptidão da inscrição de pessoa jurídica no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos por ela emitidos.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA-SP, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e Artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º. INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 07.759.893/0001-00, da empresa NAGNABOSCO & FREITAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, nos termos do art. 37, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 e observado o que consta do Processo Administrativo nº 10820.001005/2010-30.

Art. 2º. INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela referida pessoa jurídica, nos termos do art. 43 da Instrução Normativa RFB nº 1.183/2011.

Art. 3º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO SAMPAIO JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI

PORTARIA N° 39, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara Certidão de Regularidade Fiscal sem efeito.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das incumbências que lhe são atribuídas pelo artigo 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto nos incisos I e II e § 1º artigo 439 da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, resolve:

Art. 1º - Declarar sem efeito, a partir de 29 de fevereiro de 2012 , a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros n° 05594/2012, com data de emissão de 31/01/2012, em nome da empresa URCAL CONSULTORIA LTDA, CNPJ no 00.729.009/0001-38, face a decisão judicial que cassou a determinação de sua expedição.

Art. 2º - Ficam cancelados os efeitos da certidão de que trata o art. 1° a contar de 29 de fevereiro de 2012, devendo ser recusada por qualquer instituição pública ou privada à qual venha a ser apresentada.

Art. 3º O ato eventualmente praticado após a data mencionada no art. 2o, para o qual a apresentação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros n° 05594/2012, tenha servido de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo para todos os efeitos de acordo com o artigo 48 da Lei nº 8212/91.

ROBERTO GRACIANO CAPELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

PORTARIA Nº 17, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a Portaria DRF/BAU nº 9, de 2011, que dispõe sobre delegação de competência no âmbito da DRF Bauru.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 (DOU de 23.12.2010), tendo em vista o disposto no inciso LXXVIII do art. 5º e art. 37, caput, da Constituição Federal, nas alíneas "a" a "f" do inciso I, do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com a redação dada pela Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, e, considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937/79, e alterações posteriores, bem como o disposto nos artigos 11 a 17 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, objetivando descentralização administrativa para simplificação, dinamização e eficiência dos serviços, resolve:

Art. 1º A Portaria DRF/BAU nº 9, de 17 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º.....

XIX - decidir sobre retificação e correção de documentos de arrecadação, nos casos previstos na legislação.

§1º A delegação dos incisos I a XV e XIX deste artigo e I, II, IV, V e XI do artigo 7º fica estendida aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício na Seção de Orientação e Análise Tributária-Saort.

§5º As disposições dos incisos II, IV, V, VII, VIII, X, XI, XII, XIII, XV, XVI e XIX ficam restritas no âmbito de competência da Saort.

Art. 2º.....

II - decidir em processos de parcelamento convencional e especial, quando houver recurso contra o deferimento/indeferimento;

X- decidir, de ofício ou a pedido, sobre exclusão de contribuintes em parcelamentos especiais;

XX - decidir sobre retificação e correção de documentos de arrecadação, nos casos previstos na legislação.

§1º A delegação dos incisos I a XX deste artigo e I a XI do art. 7º fica estendida aos Chefes de Equipe de Arrecadação e Cobrança EAC-1 e EAC-2, e nas suas ausências, aos substitutos eventuais.

§2º A delegação dos incisos I a XVI e XX deste artigo e I, II, IV, V e XI do artigo 7º fica estendida aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício na Seção de Controle e Acompanhamento Tributário-Sacat.

§6º As disposições dos incisos V a IX, XII a XV, XVII e XX ficam restritas no âmbito de competência da Sacat.

Art. 3º.....

XV - decidir sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso de tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, quando decorrentes de procedimentos de fiscalização.

§ 1º A delegação dos incisos II a XV deste artigo e I, II, IV a VII, IX a XI do artigo 7º fica estendida aos chefes de equipe de fiscalização, e, nas suas ausências, aos substitutos eventuais, dentro de suas áreas de atuação.

§2º A delegação dos incisos III, V, VIII, IX a XI, XIII, XIV e XV fica estendida aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício na Seção de Fiscalização-Safis;

§3º O exercício das atribuições delegadas de que tratam os §§1º e 2º serão exercidas nos processos e documentos, em papel ou digital, distribuídos e recebidos pelos Chefes de Equipe e Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil através de sistema eletrônico de controle.

§4º Nos casos em que se reconheça direito creditório ou exonere crédito tributário de valor superior a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) para pessoas físicas e R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para pessoas jurídicas, os despachos decisórios devem ser assinados em conjunto, com a participação de dois Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º....

II - revogado;

III - revogado;

VII - responder pelo setor financeiro;

§2º. Revogado.

Art. 7º Delegar competência, em caráter geral, aos Chefes de Seções, Chefe da Equipe Aduaneira e Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas, e aos respectivos substitutos, isolada ou simultaneamente, para a prática dos seguintes atos, dentro de suas áreas de atuação:

Art. 9º.....

VIII - deferir ou indeferir pedido de parcelamento convencional ou especial, e, proceder a exclusão de parcelamento convencional, observando-se a legislação vigente;

Art. 12. Delegar competência ao chefe da Equipe de Gestão de Pessoas e ao respectivo substituto, isolada ou simultaneamente, para a prática dos seguintes atos:

I- requisitar exame de sanidade e capacidade física dos servidores ao Serviço de Assistência Médico-Social da Gerência Regional de Administração-GRA/SP;

II - expedir declaração sobre situação funcional de servidor para fins de prova junto a órgãos públicos e/ou privados;

III- responder pelo setor pessoal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 13. Determinar que em todos os atos praticados em face das competências ora delegadas, sejam mencionados, após a assinatura, o número e a data desta Portaria.

Art. 14. Fica proibida a subdelegação de competência no âmbito desta DRF.

Art. 15. O Delegado poderá avocar para si a decisão sobre assuntos referidos neste ato, sempre que julgar conveniente, sem que isto importe em revogação no todo ou em parte, da presente delegação, que prevalecerá até ser revogada por ato expresso.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor em 21 de fevereiro de 2011, ficando revogadas as Portarias DRF/BAU nº 80, de 25 de junho de 2007, DRF/BAU nº 111, de 29 de agosto de 2007, DRF/BAU nº 118, de 12 de setembro de 2007, DRF/BAU nº 25, de 24 de março de 2008, DRF/BAU nº 21, de 9 de março de 2009, DRF/BAU nº 39, de 18 de junho de 2009, DRF/BAU nº 62, de 20 de agosto de 2009, DRF/BAU nº 2, de 14 de janeiro de 2010, DRF/BAU nº 5, de 28 de janeiro de 2010, DRF/BAU nº 65, de 24 de setembro de 2010, e demais disposições em contrário."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando convalidados os atos praticados com base nessas disposições.

MAURÍCIO ANTONIO BENTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

PORTARIA Nº 8, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplemento de parcelas, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme proposta de exclusão da PSFN/CPS exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

PROCESSO	NOME	CNPJ	EFEITOS
12971.003562/2010-97	VT FERRAMENTAS IND. LTDA	52.291.465/0001-42	01/04/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANE HORNER SCHLINDWEIN BOTELHO
Chefe Substituta

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 29 DE FEVERREIRO 20122

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado Walmir Martinez Thomaz (Delegado da Receita Federal em Campinas) no endereço Av.Prefeito Faria Lima, 235 - Parque Itália - CEP: 13036-901.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANE HORNER SCHLINDWEIN BOTELHO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.329.093/0001-00	48.167.878/0001-42	61.496.675/0001-68
00.855.898/0001-80	54.310.719/0001-58	61.964.110/0001-68
00.913.218/0001-37	55.901.581/0001-24	66.076.795/0001-20
01.737.627/0001-92	56.018.898/0001-80	66.686.270/0001-06
02.351.712/0001-80	56.166.598/0001-48	66.797.671/0001-33
02.381.089/0001-09	58.285.727/0001-42	67.164.111/0001-04
02.618.599/0001-57	58.312.158/0001-87	67.304.329/0001-17
03.645.523/0001-83	58.424.680/0001-50	68.221.027/0001-48
03.950.917/0001-45	58.457.011/0001-85	72.910.524/0001-20
03.953.901/0001-96	58.645.169/0001-89	74.217.936/0001-05
04.185.110/0001-26	59.034.348/0001-42	
46.021.168/0001-84	60.397.296/0001-58	

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

623.468.908-63	041.811.405-63	150.324.348-68
330.172.558-91		

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara Cancelada a Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) devido à multiplicidade de inscrição.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n. º 587, de 21 de Dezembro de 2010 e da competência que lhe confere o Art. 31 da IN RFB 1042, de 10 de junho de 2010 e tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º 13855.723713/2011-05, declara:

Art. 1º Ficam canceladas as inscrições da pessoa física a seguir identificada, no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com efeitos a partir da data de publicação desse ADE, conforme incisos I e III, do artigo 30 da IN RFB nº 1042/2010, devido à multiplicidade de inscrição para um mesmo contribuinte.

Nome: SEBASTIAO WILSON DE REZENDE JUNIOR
CPF: 002.743.532-61, 066.600.698-95 e 111.618.316-14
Motivo: Multiplicidade de Inscrição/Decisão Administrativa.

RICARDO ALEXANDRE GRANDIZOLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara a inaptidão da inscrição de pessoa jurídica no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM OSASCO - SP, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do artigo 1º da Portaria DRF/OSA nº 140, de 26 de outubro de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 37 e inciso I e § 3º do art. 39 da IN RFB da IN RFB 1.183, de 19 de agosto de 2011, considerando ainda, o que consta do processo nº 10314.002622/2010-72, resolve declarar:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, da empresa ZABECCA PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA., CNPJ 00.731.020/0001-32, por não haver sido localizada no endereço informado e constante no cadastro CNPJ.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela referida pessoa jurídica, nos termos do art. 43 da Instrução Normativa RFB nº 1.183/2011. Os efeitos da inaptidão ocorrerão a partir do dia 09/02/2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA ARAKAKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e nos arts. 10 a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis meses alternados sem recolhimento das parcelas do Paes, ou que estas tenham sido efetuadas em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Santo André na Av. José Caballero, nº 35, piso térreo, Centro, Santo André/SP.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRÉ PEREZ MARTINEZ D'AVILA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

016.360.818-00	094.212.468-53	529.394.808-34
063.466.938-91	180.438.238-80	

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.788.776/0001-18	56.440.969/0001-38	74.339.763/0001-06
02.697.041/0001-04	58.155.565/0001-28	74.620.063/0001-87
04.177.999/0001-08	59.281.832/0001-76	74.646.266/0001-42
44.222.008/0001-78	60.211.562/0001-06	96.537.097/0001-45
44.394.450/0001-81	63.929.335/0001-09	96.587.589/0001-45
49.572.233/0001-58	74.289.471/0001-06	96.600.218/0001-56
50.133.578/0001-94		

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 7º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou que estas tenham sido efetuadas em valor inferior ao fixado nos §§ 2º e 3º, da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Santo André na Av. José Caballero, nº 35, piso térreo, Centro, Santo André/SP.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRÉ PEREZ MARTINEZ D'AVILA

ANEXO ÚNICO

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.163.046/0001-21	02.784.318/0001-36	57.484.628/0001-27
00.268.449/0001-35	03.002.590/0001-80	57.491.565/0001-36
00.296.456/0001-40	03.203.994/0001-31	59.255.612/0001-78
00.376.052/0001-67	03.507.403/0001-10	59.331.314/0001-10
00.517.017/0001-10	04.328.307/0001-77	64.149.289/0001-98
01.129.930/0001-02	04.381.338/0001-91	66.675.042/0001-30
01.806.524/0001-37	43.764.828/0001-29	67.844.381/0001-66
02.014.628/0001-71	47.168.786/0001-14	72.860.810/0001-29
02.581.396/0001-33	55.499.529/0001-93	96.462.346/0001-80
02.723.362/0001-36		

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Cancela Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferida pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, declara:

Art. 1º Fica cancelada a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União emitida em 29/02/2012, com validade até 27/08/2012, com código de controle FCE9.FF40.40F2.2B65, em nome da empresa REVISA TF ASSISTÊNCIA EM MÁQUINAS P ESCRITÓRIOS LTDA ME - CNPJ nº 59.863.555/0001-00, por constarem informações incorretas no quadro de Informações RFB.

RENATO CESAR LEITE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Anula inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferida pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e nos artigos 32 e 33 da Instrução Normativa RFN nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Nula, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de número 117.157.436-36 em nome de MARCUS VINÍCIUS MENDES DE SOUZA em face da constatação de fraude na inscrição, conforme apurado no processo administrativo nº 15979.000008/2011-57.

Art. 2º a nulidade declarada no artigo 1º produzirá efeito retroativo à data em que foi concedida a inscrição.

RENATO CESAR LEITE

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Exclui sujeitos passivos do Parcelamento Excepcional (PAEX), de que trata o art. 1º da MP n° 303 de 29.06.2006.

O CHEFE DO SECAT/DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL BRASIL EM SANTOS - SP no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da MP n° 303, de 29.06.2006 DOU 30.06.2006, no artigo 62 da Constituição Federal de 1988, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de Janeiro de 2007 DOU 05.01.2007, artigos 1° a 7° e 48° da Lei n° 11.457, de 16.03.2007 DOU 19.03.2007, artigos 220, 236, 295, 300, da Portaria MF n° 587, de 21.12.2010 DOU 23.12.2010 alterada pela Portaria MF n° 2.156, de 21.02.2011 e n° 2.401, de 04.04.2011, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (PAEX) de que trata o art. 1º da MP n° 303 de 29.06.2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do PAEX ou com recolhimento parcial.

Art. 2º- O artigo 7º da MP n° 303 de 2006 estipula que o sujeito passivo será excluído dos parcelamentos a que se refere esta Medida Provisória na hipótese de inadimplência, por dois meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais ou a quaisquer dos impostos, contribuições ou exações de competência da Receita Federal do Brasil - RFB, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, inclusive os com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003;.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (DEZ) dias, contados da publicação deste ato declaratório, apresentar recurso administrativo, com efeito suspensivo, dirigido ao Senhor Delegado da Receita Federal em Santos - SP, na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santos localizada à Rua do Comércio, 86 - Centro - Santos - SP CEP 11.010-140.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º A apresentação do recurso administrativo não elide o dever do sujeito passivo de continuar a recolher as parcelas devidas. (§ 1º artigo 11º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de Janeiro de 2007).

Art. 6°. O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, com a utilização da senha PAEX

Art. 7º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

AILTON NEVES DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas (CNPJs) excluídas do Parcelamento Excepcional (PAEX).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

CNPJ	CNPJ	CNPJ	CNPJ
01.831.367/0001-10	03.211.173/0001-47	60.607.504/0001-04	65.029.464/0001-76
02.066.542/0001-92	40.308.694/0001-43	62.644.182/0001-90	68.024.959/0001-09
03.166.724/0001-06	53.139.226/0001-34	62.702.055/0001-09	**********

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Exclui o sujeito passivo do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SECAT/DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL BRASIL EM SANTOS - SP no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, artigos 1° a 7° e 48° da Lei n° 11.457, de 16.03.2007 DOU 19.03.2007, e, artigos 220, 236, 295, 300, da Portaria MF n° 587, de 21.12.2010 DOU 23.12.2010 alterada pela Portaria MF n° 2.156, de 21.02.2011 e n° 2.401, de 04.04.2011, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º- O artigo 7º da Lei nº 10.684 de 2003 estipula que o sujeito passivo será excluído dos parcelamentos a que se refere esta Lei na hipótese de inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, inclusive os com vencimento após 28 de fevereiro de 2003.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (DEZ) dias, contados da data da publicação deste ato declaratório, apresentar recurso administrativo, com efeito suspensivo, dirigido ao Senhor Delegado a Receita Federal em Santos - SP, na Delegacia da Receita Federal de Santos localizada à Rua do Comércio, 86 - Centro - Santos - SP CEP 11.010-140.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5º Os pagamentos efetuados após a ciência, pela publicação deste ato, da exclusão não regularizam o inadimplemento anterior a esta (§ 2º do artigo 15º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de Agosto de 2004).

Art. 6ª O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 7º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

AILTON NEVES DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

CPF	CPF	CPF	CPF
107.099.758-72	115.412.698-61	423.573.908.59	**********

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

CNPJ	CNPJ	CNPJ	CNPJ
00.034.222/0001-25	01.641.064/0001-34	44.311.165/0001-50	57.761.710/0001-51
00.444.102/0001-04	01.762.779/0001-45	46.851.713/0001-60	58.128.265/0001-50
00.610.491/0001-92	01.904.644/0001-77	49.191.489/0001-15	58.160.680/0001-90
01.040.046/0001-05	02.476.667/0001-90	53.202.453/0001-67	65.632.564/0001-92
01.053.443/0001-03	02.818.472/0001-81	53.292.843/0001-75	69.289.916/0001-00
01.398.095/0001-06	03.459.208.0001-61	54.774.724/0001-11	**********

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Concede à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações), e o constante do processo administrativo nº 18186.001128/2010-13, resolve:

Art. 1º Reconhecer à CTEEP - Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, CNPJ: 02.998.611/0001-04, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do Anexo I da Portaria nº 62, de 22 de fevereiro de 2010, do Ministério de Minas e Energia, conforme determina art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

RICARDO MANOEL GARCIA PEREIRA DIAS

DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6° a 13° da Portaria Conjunta PGFN/SRF n° 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária de São Paulo, nos Centro de Atendimento do Contribuinte da cidade de São Paulo, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 01, de 2007.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.006.457/0001-03	00.859.818/0001-64	02.364.299/0001-99
00.026.158/0001-30	00.876.820/0001-41	02.364.921/0001-69
00.027.907/0001-44	00.959.444/0001-59	02.371.156/0001-04
00.099.992/0001-56	00.981.018/0001-11	02.453.931/0001-70
00.112.610/0001-87	01.024.048/0001-00	02.471.251/0001-80
00.140.141/0001-00	01.059.416/0001-48	02.478.752/0001-98
00.141.462/0001-29	01.062.988/0001-86	02.494.942/0001-07
00.144.347/0001-08	01.140.899/0001-00	02.514.649/0001-56
00.162.183/0001-41	01.145.749/0001-90	02.590.219/0001-13
00.194.916/0001-20	01.189.665/0001-58	02.596.653/0001-00
00.204.186/0001-09	01.190.753/0001-70	02.732.040/0001-53
00.210.863/0001-93	01.202.525/0001-72	02.755.984/0001-46
00.214.134/0001-05	01.221.493/0001-52	02.773.678/0001-32
00.224.435/0001-10	01.237.913/0001-99	02.781.602/0001-59
00.246.040/0001-18	01.350.276/0001-62	02.790.629/0001-08
00.252.702/0001-62	01.360.422/0001-30	02.797.095/0001-41
00.259.529/0001-24	01.383.269/0001-67	02.807.578/0001-80
00.272.753/0001-56	01.390.058/0001-51	02.807.676/0001-17
00.310.512/0001-54	01.457.029/0001-60	02.808.568/0001-69
00.320.131/0001-56	01.466.071/0001-47	02.810.770/0001-25
00.382.828/0001-51	01.481.299/0001-06	02.857.292/0001-09
00.393.980/0001-30	01.505.838/0001-08	02.877.015/0001-68
00.418.496/0001-18	01.520.683/0001-70	02.885.229/0001-86
00.429.655/0001-80	01.631.764/0001-48	02.930.066/0001-06
00.453.882/0001-40	01.644.358/0001-10	02.953.504/0001-51
00.463.773/0001-04	01.660.401/0001-30	02.967.754/0001-40
00.498.694/0001-39	01.681.586/0001-60	03.008.592/0001-86
00.559.110/0001-98	01.698.183/0001-23	03.019.774/0001-52
00.559.939/0001-90	01.700.926/0001-52	03.029.052/0001-89
00.567.544/0001-30	01.805.797/0001-67	03.048.158/0001-20
00.621.377/0001-68	01.866.114/0001-81	03.068.570/0001-01
00.623.152/0001-40	01.891.726/0001-24	03.071.770/0001-13
00.627.793/0001-73	01.917.915/0001-29	03.074.639/0001-00
00.633.699/0001-27	01.977.148/0001-43	03.085.627/0001-80
00.652.986/0001-84	01.986.214/0001-41	03.176.277/0001-68
00.663.430/0001-93	02.046.649/0001-79	03.187.716/0001-38
00.674.545/0001-83	02.082.125/0001-33	03.194.330/0001-53
00.680.271/0001-35	02.122.282/0001-25	03.211.501/0001-05
00.701.105/0001-78	02.132.205/0001-56	03.212.952/0001-67
00.764.014/0001-81	02.174.950/0001-68	03.255.159/0001-45
00.764.801/0001-23	02.207.232/0001-40	03.281.980/0001-36
00.767.607/0001-00	02.255.626/0001-74	03.286.849/0001-61
00.773.894/0001-52	02.294.100/0001-01	03.305.309/0001-88
00.830.510/0001-96	02.309.831/0001-75	03.340.907/0001-98
00.858.133/0001-01	02.348.788/0001-57	03.349.593/0001-94
03.462.060/0001-14	47.217.666/0001-60	58.923.590/0001-04
03.567.726/0001-07	47.310.222/0001-74	58.934.258/0001-45
03.576.465/0001-83	47.418.553/0001-22	58.961.244/0001-10
03.586.007/0001-25	48.055.537/0001-85	58.966.417/0001-93
03.598.173/0001-41	48.510.465/0001-19	59.089.367/0001-76
03.715.916/0001-16	49.309.487/0001-88	59.091.637/0001-83
03.767.097/0001-50	49.797.129/0001-61	59.095.208/0001-84
03.804.912/0001-04	50.276.260/0001-62	59.158.147/0001-57
03.876.724/0001-91	50.593.938/0001-30	59.173.989/0001-88
03.918.052/0001-30	50.636.224/0001-62	59.229.849/0001-84
03.919.407/0001-05	51.177.319/0001-28	59.389.742/0001-01
03.930.947/0001-90	51.559.805/0001-00	59.825.968/0001-08
03.939.362/0001-30	51.597.532/0001-99	59.938.829/0001-82
03.940.696/0001-24	52.806.205/0001-62	60.078.482/0001-24
03.941.482/0001-72	52.817.731/0001-28	60.158.771/0001-33
03.963.125/0001-05	52.900.099/0001-81	60.298.429/0001-39
04.004.805/0001-64	53.460.580/0001-66	60.527.843/0001-72
04.034.113/0001-69	53.570.743/0001-63	60.554.946/0001-21
04.038.818/0001-54	53.611.745/0001-53	60.594.611/0001-37
04.088.067/0001-80	54.073.945/0001-62	60.653.052/0001-99
04.094.126/0001-23	54.087.572/0001-89	60.917.499/0001-28
04.127.780/0001-96	54.276.456/0001-08	61.196.358/0001-26
04.246.996/0001-70	54.491.527/0001-95	61.250.692/0001-10
04.250.811/0001-00	54.804.497/0001-20	61.280.327/0001-59
04.295.586/0001-10	54.805.296/0001-47	61.326.401/0001-20
04.299.985/0001-59	54.881.842/0001-29	61.399.812/0001-46
04.323.347/0001-26	54.910.054/0001-13	61.462.198/0001-10
04.339.830/0001-07	55.185.359/0001-72	61.470.241/0001-99
04.514.169/0001-10	55.406.672/0001-93	61.577.045/0001-18
04.539.582/0001-30	55.648.984/0001-03	61.595.054/0001-31
04.583.767/0001-41	55.809.396/0001-04	61.757.860/0001-69
04.607.924/0001-01	55.839.229/0001-06	61.895.546/0001-42
04.618.017/0001-68	55.979.934/0001-09	61.918.603/0001-61
04.673.611/0001-51	56.469.737/0001-02	61.947.339/0001-94
04.691.941/0001-70	56.708.985/0001-69	62.003.967/0001-84
04.712.077/0001-45	56.718.083/0001-03	62.006.275/0001-90
04.900.958/0001-90	56.950.132/0001-39	62.102.199/0001-16
04.936.554/0001-56	56.952.047/0001-00	62.188.321/0001-19
05.023.394/0001-17	57.159.063/0001-02	62.307.392/0001-93
05.152.284/0001-55	57.297.228/0001-02	62.365.648/0001-19
38.775.441/0001-38	57.332.967/0001-98	62.392.329/0001-00
38.867.990/0001-32	57.549.214/0001-39	62.482.435/0001-77
43.430.032/0001-30	57.664.195/0001-91	62.669.668/0001-83
43.880.772/0001-78	57.698.482/0001-12	63.039.044/0001-45
45.012.655/0001-18	57.907.453/0001-13	64.101.116/0001-08
45.295.656/0001-17	57.934.986/0001-94	64.104.557/0001-55
45.493.723/0001-08	58.297.599/0001-57	64.660.822/0001-81
46.050.407/0001-24	58.302.019/0001-72	64.687.809/0001-16
46.458.626/0001-47	58.482.779/0001-09	64.733.371/0001-65
46.666.277/0001-59	58.765.082/0001-45	64.748.155/0001-93
64.781.859/0001-68	74.443.433/0001-58	
64.802.085/0001-04	74.526.211/0001-07	
64.810.062/0001-41	74.670.217/0001-45	
64.917.040/0001-85	85.480.085/0001-05	
65.037.962/0001-60	96.293.881/0001-55	
65.066.938/0001-50	96.388.624/0001-05	
65.968.224/0001-37	96.560.750/0001-97	
65.986.598/0001-85	96.629.514/0001-80	
66.035.718/0001-21		
66.137.266/0001-99		
66.600.990/0001-07		
66.611.161/0001-20		
66.636.648/0001-67		
66.725.516/0001-01		
66.888.686/0001-07		
67.009.944/0001-09		
67.062.422/0001-62		
67.211.607/0001-91		
67.241.711/0001-29		
67.448.860/0001-63		
67.520.346/0001-91		
67.544.924/0001-20		
67.692.616/0001-41		
67.694.083/0001-37		
67.773.168/0001-00		
67.843.003/0001-68		
68.303.809/0001-26		
68.444.207/0001-99		
68.923.614/0001-89		
69.048.080/0001-51		
69.048.205/0001-43		
69.061.968/0001-24		
69.129.518/0001-26		
71.654.578/0001-00		
71.662.878/0001-30		
71.672.430/0001-06		
71.704.050/0001-06		
72.677.164/0001-69		
72.702.012/0001-79		
72.912.843/0001-75		
73.002.024/0001-53		
73.004.111/0001-40		
73.106.858/0001-09		
73.175.614/0001-88		
73.535.932/0001-02		
73.700.361/0001-14		
74.312.984/0001-82		
74.323.999/0001-46		
74.419.748/0001-60		
74.441.098/0001-59		

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita ao REPETRO, até 28/02/2016, a empresa que menciona

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inciso I do art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, publicada no Boletim de Serviço DAMF/SP nº 24, de 17 de junho de 2011, nos termos e condições da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, e à vista do que consta do processo nº 12782.000003/2012-14, declara:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Fica a empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede no município de Guarujá/SP, na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santense - Vicente de Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.891.196/0001-75, habilitada a utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 844/2008, durante a execução dos contratos relacionados no item 2 abaixo.

2. A presente habilitação é válida até 28 de fevereiro de 2016, em conformidade com o Contrato de Prestação de Serviços E&P nº 2050.0072539.11.2 e seu Aditivo nº 01, vinculado ao Contrato de Afretamento E&P nº 2050.0072538.11.2 e seu Aditivo nº 01, celebrados entre a PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS, na qualidade de contratante, e de outro lado, como contratadas e responsáveis solidárias pelo cumprimento das obrigações assumidas, respectivamente, as empresas PETRO-SANTOS LTDA. e BUMI ARMADA NAVIGATION, SDN BHD, relativos à operação e ao afretamento da embarcação "ARMADA TUAH 102", a qual prestará serviços de apoio marítimo às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural nas áreas em que a PETROBRÁS for cessionária ou concessionária nos termos da legislação brasileira vigente.

3. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

4. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação ora concedida poderá ser suspensa ou cancelada na hipótese da ocorrência de quaisquer das situações previstas no artigo 34 da Instrução Normativa RFB nº 844/2008.

5. Eventuais prorrogações do contrato serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

6. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SANDRA IVETE RAU VITALI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita ao REPETRO, até 28/02/2016, a empresa que menciona

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inciso I do art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, publicada no Boletim de Serviço DAMF/SP nº 24, de 17 de junho de 2011, nos termos e condições da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, e à vista do que consta do processo nº 12782.000004/2012-69, declara:

1. Fica a empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede no município de Guarujá/SP, na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santense - Vicente de Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.891.196/0001-75, habilitada a utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 844/2008, durante a execução dos contratos relacionados no item 2 abaixo.

2. A presente habilitação é válida até 28 de fevereiro de 2016, em conformidade com o Contrato de Prestação de Serviços E&P nº 2050.0072439.11.2, vinculado ao Contrato de Afretamento E&P nº 2050.0072438.11.2, celebrados entre a PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS, na qualidade de contratante, e de outro lado, como contratadas e responsáveis solidárias pelo cumprimento das obrigações assumidas, respectivamente, as empresas PETRO-SANTOS LTDA. e GREAT OFFSHORE LIMITED, relativos à operação e ao afretamento da embarcação "MALAVYA NINE" TIPO AHTS 15000TS, a qual prestará serviços de apoio marítimo às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural nas áreas em que a PETROBRÁS for cessionária ou concessionária nos termos da legislação brasileira vigente.

3. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

4. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação ora concedida poderá ser suspensa ou cancelada na hipótese da ocorrência de quaisquer das situações previstas no artigo 34 da Instrução Normativa RFB nº 844/2008.

5. Eventuais prorrogações do contrato serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

6. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SANDRA IVETE RAU VITALI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita ao REPETRO, até 23/02/2014, a empresa que menciona

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inciso I do art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, publicada no Boletim de Serviço DAMF/SP nº 24, de 17 de junho de 2011, nos termos e condições da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, e à vista do que consta do processo nº 12782.000003/2009-19, declara:

1. Fica a empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede no município de Guarujá/SP, na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santense - Vicente de Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.891.196/0001-75, habilitada a utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 844/2008, durante a execução dos contratos conforme discriminado abaixo:

A) Contrato E&P nº 2050.0054166.09.02, relativo ao afretamento da embarcação "JESSE O" para executar serviços de apoio às unidades marítimas de produção e perfuração nas áreas sob concessão à PETROBRÁS, pelo prazo de 730 (setecentos e trinta) dias corridos, contados a partir de 24 de fevereiro de 2012, a vencer-se em 23 de fevereiro de 2014, conforme item 2.2 da Cláusula Segunda do citado Contrato c/c itens 1 e 2 do seu Anexo I na redação dada pelo seu Aditivo nº 02, firmado em 28 de dezembro de 2011; e,

B) Contrato E&P nº 2050.0054167.09.2, relativo ao afretamento da embarcação "RED FOX" para executar serviços de apoio às unidades marítimas de produção e perfuração nas áreas sob concessão à PETROBRÁS, pelo prazo de 730 (setecentos e trinta) dias corridos, contados a partir de 24 de fevereiro de 2012, a vencer-se em 23 de fevereiro de 2014, conforme item 2.2 da Cláusula Segunda do citado Contrato c/c itens 1 e 2 do seu Anexo I na redação dada pelo seu Aditivo nº 02, firmado em 08 de dezembro de 2011.

2. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

3. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação ora concedida poderá ser suspensa ou cancelada na hipótese da ocorrência de quaisquer das situações previstas no artigo 34 da Instrução Normativa RFB nº 844/2008.

4. Eventuais prorrogações do contrato serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

5. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 23/02/2012.

SANDRA IVETE RAU VITALI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Prorroga habilitação ao REPETRO, até 30/04/2012, da empresa que menciona

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, e atendendo ao disposto nos artigos 5º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e à vista do que consta do processo nº 12782.000057/2011-07, declara:

1. Fica prorrogada para 30 de abril de 2012 a habilitação da empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede no município de Guarujá/SP, na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santense - Vicente de Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.891.196/0001-75, para utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 844/2008 para a execução do Contrato de Prestação de Serviços para embarcação "SEA PANTHER" nº 4502359606-2011 e aditivos para prestação de serviços no Bloco BM-C-7, firmado com a empresa STATOIL DO BRASIL LTDA., concessionária da referida área nos termos do Contrato ANP nº 48000.003887/2000.

2. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

3. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação ora concedida poderá ser suspensa ou cancelada na hipótese da ocorrência de quaisquer das situações previstas no artigo 34 da Instrução Normativa RFB nº 844/2008.

4. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

SANDRA IVETE RAU VITALI

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

PORTARIA Nº 15, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU-SC com delegação de competência constante na Resolução CG/REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 05.09.2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal-REFIS a empresa TECELAGEM ATLÂNTICA LTDA, CNPJ 83.602.896/0001-06, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alternados, relativamente a impostos, contribuições ou exações de competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil - conforme os fatos relatados no processo administrativo 13971.000352/2012-71.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

MÁRIO SUEKI SONOMURA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara a baixa de oficio por inexistência de fato perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 220 e 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e cumprindo o que determina o parágrafo 2º do art. 29º da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, DOU de 22/08/2011, declara:

I - BAIXADA DE OFICIO, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com os efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição nº 92.988.039/0001-87, da empresa SIMBOLO RPOPAGANDA LTDA, considerando o teor do processo nº 11516.004620/2010-12, em que foi constatada a inexistência de fato da pessoa jurídica conforme alíneas "a" "b" e "c" do inciso II, do artigo 27º da Instrução Normativa 1.183, de 19/08/2011.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara inapta a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Joaçaba - Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 , e tendo em vista o que dispõe o art. 81, § 5º, da Lei nº 9.430, de 27, de 1996 e artigo 39, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo relacionada, na forma do artigo 37, II da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, face aos elementos de prova juntados ao processo administrativo n.º 10926.720730/2011-11;

Art. 2º A pessoa jurídica declarada inapta por este Ato Declaratório será incluída no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN) de acordo com o que determina a alínea "b", do inciso II, do art. 2º, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

Art. 3º São considerados inidôneos os documentos emitidos, a partir da publicação deste Ato Declaratório no Diário Oficial da União, pela pessoa jurídica referida no art. 1º;

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º
ZENATTI & ZENATTI LTDA	12.343.365/0001-06

OTTO MARESCH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara inapta inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 295, inc. III do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n.° 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações e tendo em vista o disposto no art. 37, caput, inciso III, art. 40, art. 43 caput e § 3º, todos da Instrução Normativa RFB n.° 1.183, de 19 de agosto de 2011, e as informações constantes do processo n.° 10921.000002/2011-21, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa P.R. Campini Importação e Exportação, CNPJ nº 02.159.133/0001-30, em face de irregularidade em operações de comércio exterior.

Art. 2º Nos termos do art. 43, § 3º, inciso II da Instrução Normativa RFB 1.183, de 2011, os documentos emitidos pela empresa P.R. Campini Importação e Exportação são considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados desde 04/10/2010.

Art. 3º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Exclui Pessoas Jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SACAT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE-SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 236, incisos I e II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Joinville-SC, na Rua Mário Lobo, nº 180, 2º andar, Centro, CEP: 89.201-330, em Joinville/SC .

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 10, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.081.970/0001-69	00.087.748/0001-73	00.276.083/0001-46
00.462.775/0001-89	00.678.665/0001-59	01.077.309/0001-42
01.343.947/0001-68	01.367.811/0001-98	01.525.365/0001-00
02.456.645/0001-69	02.714.586/0001-81	02.955.246/0001-42
03.002.408/0001-90	03.218.687/0001-24	03.394.191/0001-01
03.478.685/0001-74	03.708.619/0001-43	73.556.292/0001-17
76.539.824/0001-04	76.577.469/0001-50	78.659.539/0001-44
79.389.821/0001-11	79.672.275/0001-21	79.827.218/0001-74
80.488.869/0001-66	80.656.440/0001-30	80.657.448/0001-11
81.513.517/0001-86	81.542.086/0001-86	81.597.395/0001-53
82.141.979/0001-82	82.142.845/0001-86	83.024.083/0001-86
83.032.037/0001-29	83.785.998/0001-04	85.219.962/0001-99

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

PORTARIA Nº 17, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Aplicar a pena de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da atribuição do art. 220 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1.º Aplicar a pena de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses à empresa MARCUS ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE JÓIAS - ME, CNPJ: 13.625.597/0001-01, com base no que dispõe o subitem 11.1.1 do Edital de Leilão nº 0927800/000002/2011, o Artigo 87, Inciso III da Lei 8666/93 e a decisão de fl. 15 do processo nº 10909.001687/2011-91.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE ARAUJO

10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 14, de 24/02/2012, publicado no DOU de 28/02/2012, Seção I, página 24:

Onde se lê: "00.749.022/0001-34";

Leia-se: "00.749.022/0001-59".

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF	Processo
10A.04.622	Silvia da Silva	525.876.490-72	10521.720058/2012-90

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

GASTÃO FIGUEIRA TONDING

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 137, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 01.03.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 02.03.2012;

V - data da liquidação financeira: 02.03.2012;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.10.2012	213	150.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.04.2014	760	2.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2016	1.400	2.000.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 27, de 8 de fevereiro de 2012, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 01.03.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 02.03.2012;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.10.2012	213	30.000	1.000,000000
LTN	100000	01.04.2014	760	400.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2016	1.400	400.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 141, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 475, de 30 de outubro de 2007 e o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto na Portaria MEFP nº 547, de 23 de julho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, e na Portaria nº 91, de 24 de abril de 1992, do Ministro de Estado da Agricultura e da Reforma Agrária, resolve:

Art. 1º Declarar o valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária, a partir de janeiro de 1989, para o mês de março de 2012:

VALOR DE REFERÊNCIA Base maio/92 Cruzeiros	VALOR NOMINAL REAJUSTADO Reais
79.297,75	93,53

Art. 2º O valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária, emitidos anteriormente a janeiro de 1989, é o seguinte:

VALOR DE REFERÊNCIA Base maio/92 Cruzeiros	VALOR NOMINAL REAJUSTADO Reais
79.297,75	160,15

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

PORTARIA Nº 142, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada na Portaria STN nº 281, de 29 de abril de 2011, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto nos incisos I e II do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XIV do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet, por meio do endereço http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/relatorio_resumido.asp, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 407, de 20 de junho de 2011, da STN, com informações realizadas e registradas no SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, relativo ao mês de janeiro de 2012, os Balanços Financeiro e Patrimonial das empresas que integram o SIAFI na modalidade total, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILVAN DA SILVA DANTAS

PORTARIA Nº 143, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada na Portaria STN nº 281, de 29 de abril de 2011, e

Considerando o disposto nos arts. 48 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o estabelecido no art. 3º da Portaria nº 249, de 30 de abril de 2010, da STN;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto nos incisos I e II do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XXV do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado da União, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com a Portaria nº 249, de 30 de abril de 2010, da STN, com informações realizadas e registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILVAN DA SILVA DANTAS

ANEXOS

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	196.533.180	948.306
Pessoal Ativo	108.046.872	245.593
Pessoal Inativo e Pensionistas	88.213.773	665.618
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	272.535	37.095
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	29.869.374	518.625
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	106.080	3.598
Decorrentes de Decisão Judicial	6.408.312	373.699
Despesas de Exercícios Anteriores	1.692.351	108.738
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	21.662.630	32.591
Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF)	0	0
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	166.663.806	429.681
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	167.093.487	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	29,91%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 50%	279.353.193
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 47,5%	265.385.534

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
1. Recursos vinculados à Educação	13.002.548	1.225.932	11.776.616
2. Recursos vinculados à Seguridade Social	27.200.143	7.984.344	19.215.798
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	178.800.017	290.385	178.509.632
4. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	24.585	35	24.550
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	7.787.671	90	7.787.581
6. Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)	6.402.796	8.486.705	-2.083.909
7. Recursos de Doações	92.618	443	92.175
8. Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	76.950.315	600.377	76.349.938
9. Outros Recursos Vinculados a Fundos	17.147.878	720.965	16.426.913
10. Recursos do Tesouro Nacional	105.990.325	4.783.089	101.207.237
11. Recursos a Classificar	4.368.009	-	4.368.009
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)	**437.766.906**	**24.092.365**	**413.674.541**
Disponibilidade Fundos Constitucionais	8.097.107	-	8.097.107
Aplicações Financeiras - FAT/FUNCAFE/FNDE	28.064.158	-	28.064.158
Aplicações Financeiras - FCVS	8.907.818	-	8.907.818
Aplicações Financeiras - Demais	2.556.443	-	2.556.443

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recursos para compra antecipada de câmbio	19.312.646	-	19.312.646
Depósitos registrados nas unidades do Poder Executivo	-	5.125.743	-5.125.743
Depósitos do Tesouro Nacional (tributos a classificar)[1]	20.738.051	20.738.051	-
Receitas a Classificar	1.490.361	1.490.361	-
Recursos na conta única pertencentes a entidades com Termo de Cooperação Técnica	614.979	614.979	-
Outras Disponibilidades e Obrigações[2]	2.711.371	1.087.188	1.624.183
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)	**92.492.934**	**29.056.322**	**63.436.612**
TOTAL (III) = (I + II)	**530.259.840**	**53.148.687**	**477.111.153**

FONTE: Siafi e STN/CCONT/GEINF

Notas:

a) Eventuais valores de obrigações financeiras superiores aos da disponibilidade de caixa bruta são garantidos pela disponibilidade de caixa líquida em "Recursos do Tesouro Nacional".

b) A "Disponibilidade de Caixa Bruta" apresentada neste demonstrativo não representa a totalidade do Ativo Financeiro, assim como as "Obrigações Financeiras" não correspondem ao total do Passivo Financeiro. Na definição do Manual de Demonstrativos Fiscais, 3ª edição, aprovada pela Portaria STN nº 249, de 2010:

"A disponibilidade de caixa bruta é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluídos os depósitos de diversas origens."

[1] Representa valores de depósitos de tributos a classificar provenientes do Imposto Simples, CIDE, REFIS, parcelamentos decorrentes da Lei 11.941/2009 etc.

[2] Inclui valores em "Caixa", "Bancos Conta Movimento" em moeda estrangeira, "Outras Contas Bancárias" e demais disponibilidades não classificadas nas rubricas anteriores.

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
1. Recursos vinculados à Educação	488.617	737.315	770.979	6.883.665	11.776.616	274
2. Recursos vinculados à Seguridade Social	2.975.495	5.008.850	2.675.052	6.904.332	19.215.798	257
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	8.757	281.628	825.165	7.790.812	178.509.632	6
4. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	35	-	4.175	-	24.550	-
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	90	-	22.108	5.852.614	7.787.581	-
6. Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)	1	8.486.704	3	212.168	-2.083.909	-
7. Recursos de Doações	226	217	4.013	22.834	92.175	-
8. Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	235.945	364.432	3.911.192	8.372.620	76.349.938	3.087
9. Outros Recursos Vinculados a Fundos	263.468	457.496	527.973	1.248.992	16.426.913	0
10. Recursos do Tesouro Nacional	3.267.466	1.515.623	22.288.215	48.620.851	101.207.237	9.761
11. Recursos a Classificar	-	-	-	-	4.368.009	-
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)	7.240.100	16.852.265	31.028.875	85.908.888	413.674.541	13.385
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS[1] (II)	-	-	-	-	63.436.612	
TOTAL (III) = (I + II)	7.240.100	16.852.265	31.028.875	85.908.888	477.111.153	13.385

FONTE: Siafi e STN/CCONT/GEINF

Nota: Eventuais valores de obrigações financeiras superiores aos da disponibilidade de caixa bruta são garantidos pela disponibilidade de caixa líquida em "Recursos do Tesouro Nacional".

[1] Recursos detalhados no Anexo V - Disponibilidade de Caixa deste Relatório.

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo VII (LRF, art. 48) R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
UNIÃO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	167.093.487	29,91%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 50%	279.353.193	50,00%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 47,5%	265.385.534	47,50%

RESTOS A PAGAR	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	477.111.153	116.937.763

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL CONSOLIDADO DA UNIÃO
3º QUADRIMESTRE DE 2011
PORTARIA Nº 249, DE 30 DE ABRIL 2010, DA STN, QUE APROVOU A 3ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

Nota: Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

1) DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL - ANEXO I - LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "a"

1º passo - Obtenção da Despesa Bruta com Pessoal:

a) Obtêm-se os valores das despesas de pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, na equação contábil 29213.02.XX - Crédito Liquidado + 292130301 - Crédito Pago Folha, na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, e grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), Poder Executivo, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores.

b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

- Para identificar os valores dos Ativos, consideram-se, com exceção dos elementos de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões e 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, os demais elementos do grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. Também excetuam-se os elementos 08 - Outros Benefícios Assistenciais, 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, se devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem.

- Para identificar os Inativos e Pensionistas, filtram-se os elementos de despesas 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões; no grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. Também se incluem os elementos 08 - Outros Benefícios Assistenciais, 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade no nível de subitem.

- Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, filtra-se especificamente o elemento de despesas 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º) no grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes.

2º passo - Obtenção das despesas não computadas da Despesa com Pessoal:

2º passo - Obtenção das Despesas Não Computadas:

Obtêm-se os valores das despesas não computadas nas despesas de pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, conforme critério definido no 1º passo, porém filtrando-se especificamente os elementos de despesa a seguir:

a) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária: elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas (art. 19, § 1º, inciso I), exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) Decorrentes de Decisão Judicial: elemento de despesa 91 - Sentenças Judiciais, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);

c) Despesas de Exercícios Anteriores: elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);

d) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: elementos de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas e 03 - Pensões e os elementos de despesa 08 - Outros Benefícios Assistenciais (Excluindo-se as Naturezas de Despesa 31900803 - Auxilio Funeral Inativo Civil, 31900804 - Auxilio Funeral Inativo Militar e 31900814 - Auxilio Funeral Pensionista Militar), 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, realizados nas fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso VI).

e) Obtêm-se o valor da Convocação Extraordinária (CF, art. 57, § 6º, inciso II) filtrando-se a natureza de despesa detalhada 3190.16.04.

2) DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA - ANEXO V - LRF, ART. 55, INCISO III ALÍNEA "A"

As consultas são realizadas considerando os seguintes critérios:

Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI);

Os valores são apurados conforme os critérios mencionados e as regras de cálculo abaixo:

GRUPOS DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)
<Grupo de Destinação de Recursos> (conforme "Composição dos Grupos de Destinação de Recursos" abaixo)	+ +11216.04.00 LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PAGAMENTO e [UG EX 170500] +11216.14.00 LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREGA e [UG EX 170500] +11216.17.00 LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA e [UG EX 170500] +11216.20.00 LIMITE DE SAQUE BACEN e [UG EX 170500] +19329.09.02 CONTROLE APLICACAO FINANCEIRA CTU e [UG EX 170500] +19329.02.00 DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS e [UG = 170500]	+ +29213.02.02 CREDITO EMPENHADO LIQ.A PAGAR-DOCUMENTO FOLHA +29241.04.02 VALORES LIQUIDADOS A PAGAR +29511.02.00 RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR +29521.01.01 RP PROCESSADOS A PAGAR - NE +29521.01.02 RP PROCESSADOS A PAGAR - FOLHA +19996.51.95 CONTROLE PASSIVOS FINANC - S/NE CADASTRO +19996.51.96 CONTROLE PASSIVOS FINANCEIROS - NE +19996.51.97 CONTROLE PASSIVOS FINANCEIROS - FOLHA
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)		
Disponibilidade dos Fundos Constitucionais	+11112.06.00 DISPONIBILIDADES FUNDOS CONSTITUCIONAIS	
Aplicações Financeiras - FAT/FUNCAFE/FNDE	+11113.13.00 FUNDO DE APLIC.-EXTRAMERCADO FAT/FUNCAFE/FNDE	
Aplicações Financeiras - FCVS	+11113.XX.XX APLICACOES FINANCEIRAS e [Órgão da UG = 25901]	
Aplicações Financeiras - Demais	+ +11113.XX.XX APLICACOES FINANCEIRAS -11113.XX.XX APLICACOES FINANCEIRAS e [Órgão da UG = 25901] -11113.13.00 FUNDO DE APLIC.-EXTRAMERCADO FAT/FUNCAFE/FNDE +11112.01.22 RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS -19329.09.02 CONTROLE APLICACAO FINANCEIRA CTU +11123.XX.XX APLICACOES FINANCEIRAS EM TITULOS RESG IMED. (ME)	
Recursos para compra antecipada de câmbio	+11124.00.00 APLICACOES FINANCEIRAS P/ LIQUID.F	
Depósitos registrados nas unidades do Poder Executivo		Item "Depósitos do TN" e [UG EX 170500]
Depósitos do Tesouro Nacional (Arrecadação)	+21149.00.00 DEPOSITOS A QUEM DE DIREITO e [UG = 170500], excluídos recursos que já tenham sido fonteados	+21149.00.00 DEPOSITOS A QUEM DE DIREITO e [UG = 170500], excluídos recursos que já tenham sido fonteados
Receitas a Classificar	+21411.00.00 RECEITAS A CLASSIFICAR	+21411.00.00 RECEITAS A CLASSIFICAR
Recursos na conta única pertencentes a entidades com Termo de Cooperação Técnica	+21216.18.00 RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	+21216.18.00 RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT
Outras Disponibilidades e Obrigações	+ +11111.00.00 CAIXA +11121.00.00 CAIXA (ME) +11112.99.00 OUTRAS CONTAS +11122.00.00 BANCOS CONTA MOVIMENTO (ME) +111XX.XX.XX - Subtotal	Item "Diversas Obrig TN" e [UG EX 170500]
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)		

Composição dos itens de informação "Depósitos" e "Diversas Obrigações":

Informações	Contas Contábeis
Item "Depósitos"	211110100,211110200,211110300,211120000,211130200,211130300,211130400,21114XXXX,211150000,211160000,211170000,211180000,21119XXXX,211230200,211230300,211230600,211230800,211230900,211300000,211410000,211420000,211430000,211440000,211450000,211460000,211470000,211480000,211490100,211490200,211490300,211490400,211490500,211490600,211490700,2114908XX,211490900,211491000,211491118,2114912XX,211491300,211491400,211491500,211491600,211492000,211492100,211492200,211492300,211492400,211499900,2115XXXXX,211610100,211610200
Item "Diversas Obrigações"	2121603XX,2121615XX,212162300,212180300,212210100,212210200,212210300,212217001,2122201XX,2122202XX,2122210XX,212229800,212230000,212240000,212250000,212260000,212270100,212280000,212290000,212430000,212490000,2126XXXXX,212710100,212720100,212730100,2129XXXXX,214900000,221210000,221220000,221240000,221270100,221270300,221270400,221280000,221290000,222610100,222620100,222630100

Composição dos GRUPOS DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS a partir dos códigos de destinação de recursos e seus detalhamentos:

Composição dos Grupos de Destinação de Recursos

1. Recursos vinculados à Educação			
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	13 (1)	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO
21	RENDA LIQUIDA DA LOTERIA FEDERAL INSTANTANEA	21	RENDA LIQUIDA DA LOTERIA FEDERAL INSTANTANEA
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.
2. Recursos vinculados à Seguridade Social			
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS	06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS
17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18-033907	CONC.PROG. SEGURIDADE SOCIAL
		18-033908	CONC.PROG. COTA DE PREVIDENCIA(SEGUR.SOCIAL)
		18-033909	CONC.PROG. FNS(FUNDO NACIONAL DE SAUDE)
22	RENDA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	22	RENDA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES
25	CONTR.E ADIC. S/A REC.DE CONC.DE PROGNOSTICOS	25	CONTR.E ADIC. S/A REC.DE CONC.DE PROGNOSTICOS
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	39-209262	ALIENACOES BENS APREENDIDOS-SEGURIDADE SOCIAL
		39-191372	MPS/FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	40-171431	CONTRIB.PIS/PASEP-SEG.DESEMP./ABONO
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL
55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras			
43	REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	43	REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL
44	TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	44	TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA
47	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - BENS/SERVICOS	47	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - BENS/SERVICOS
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA
49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS
52	RESULTADO DO BACEN	52	RESULTADO DO BACEN
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
61	CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO	61	CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA
67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE	67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL
89	REC.OPER.OF.CRED.- RETORNO REF.DIV.CLUB.PARIS	89	REC.OPER.OF.CRED.- RETORNO REF.DIV.CLUB.PARIS
4. Recursos de Alienação de Bens e Direitos			
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS
63	REFORMA PATRIMONIAL - PRIVATIZACOES	63	REFORMA PATRIMONIAL - PRIVATIZACOES
65	ALIENACAO DE OBRIGACOES DO FND	65	ALIENACAO DE OBRIGACOES DO FND
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos			
01	IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	01	FPM/FPE/IPI E FUNDOS CONSTITUCIONAIS
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	11-017337	CIDE COMBUSTIVEIS-ESTADOS/MUNICIPIOS
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	13-150071	QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALARIO-EDUCACAO
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18-033905	CONC.PROG. ESTADOS (SEC.EST.ESPORTES)
	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18-033910	TRANSF.A CLUBES SOCIAIS-ART2º,IV,B L.11345/06
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	29-442081	SFB-CONC.FLONAS-DEMAIS VALORES-ESTADOS
		29-442082	SFB-CONCESSAO FLONAS-DEMAIS VALORES-MUNICIPIO
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	34-001198	INDENIZ.ITAIPU-ESTADOS/MUNICIPIOS
		34-032000	COMP.FINANC.REC.HIDRICOS-ESTADOS
		34-032001	COMP. FINANC.- REC.HIDRICOS MUNICIPIOS
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	41-032000	COMP.FINANC.REC.MINER. EST/MUN
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	42-032284	ROYALTIES - EST/MUN LEI 9478/97
		42-032290	PART.ESP. - EST/MUN LEI 9478/97 - ART.50
6. Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)			
54	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	54	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL
7. Recursos de Doações			
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	94	DOACOES PARA COMBATE A FOME
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC
8. Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	11 (2)	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	16	REC.USO REC.HID
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18 (3)	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	29 (4)	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	34 (5)	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS
37	COTA-PARTE DOS PRECOS DE REAL.DOS COMB	37	COTA-PARTE DOS PRECOS DE REAL.DOS COMB
38	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	38	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	40-171432	CONTRIBUICAO DO PIS/PASEP (BNDES)
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	41 (7)	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	42 (8)	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	72 (9)	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS
74	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	74 (10)	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	75 (11)	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	76 (12)	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS
81	RECURSOS DE CONVENIOS	81	RECURSOS DE CONVENIOS
82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS
85	DESV.PARCIAL DE REC.DA COTA-PARTE COMP.FINAN	85	DESV.PARCIAL DE REC.DA COTA-PARTE COMP.FINAN
86	OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	86 (14)	OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS
92	SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOURO	92	SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOURO
9. Outros Recursos Vinculados a Fundos			
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18-033901	CONC.PROG.FUNPEN (FUNDO PENITENC.NACIONAL)
		18-033902	CONC.PROG.FNC(FUNDO NACIONAL DA CULTURA)
		18-033903	CONC.PROG.FIES (FUNDO FINAN.AO ESTUD.ENSINO)
		18-110244	RECEITA SORTEIOS ENTID.FILANTROPICAS-FNCA
		18-200333	RECEITA SORTEIOS ENTID.FILANTROPICAS-FUNPEN
		18-200401	RECEITA SORTEIOS ENT.FILANTR-FUND.DIR.DIFUSOS
		18-340001	RECEITA SORTEIOS ENTID. FILANTROPICAS-FNC
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	29-011000	RECEITA DE OUTORGA (ANATEL) FNC/FSA
		29-024000	RECEITA DE OUTORGA(ANATEL)FNDCT-CT ES
		29-041000	RECEITA DE OUTORGA (ANATEL)FUST
		29-203003	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICA
		29-249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/20
		29-442080	FNDF-RECEITA CONCESSAO FLORESTAS NACIO
31	SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF	31	SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF
32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	34-024183	COMP.FINANC.REC.HIDRICOS-FNDCT-CT-HIDRO
		34-024198	INDENIZ.ITAIPUFNDCT-CT-HIDRO
		34-249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	39 (6)	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	41-024184	COMP.FINANC.REC.MINER.MCT/FNDCT
		41-249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001
		41-024287	ROYALT.-LEI 9478/97-ART.49,I-FNDCT-CT-PETRO
		41-024289	ROYALT.-LEI 9478/97-ART.49,II-FNDCT-CT PETRO
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	42-249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF
66	OUTROS RECURSOS VINCULADOS	66-041000	SUPERAVIT EXERCICIOS ANTERIORES-FUNTTEL
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	72-012069	CONTRIB. P/O FUNDO AEROVIARIO-ANAC
		72-024301	CT INFO-ART.35 DO DECRETO Nº 5.906/06-FNDCT
		72-024302	CT INFO-§3º,ART.37 DECRETO Nº 5.906/06-FNDCT
		72-024303	CT INFO-§3º,ART.10 DECRETO Nº 5.906/06-FNDCT
		72-024304	CONTRIBUICOES CT-ENERGIA-FNDCT
		72-024305	CONTRIBUICOES CT-INFORMATICA-FNDCT
		72-024306	CONTRIBUICOES CT-AMAZONIA-FNDCT
		72-024307	CONT.P/LIC.USO TECNOL.CT-VERDE AMARELO-FNDCT
		72-024308	CONTRIBUICOES CT-AERONAUTICO-FNDCT
		72-024309	CONTRIBUICOES CT-AGRONEGOCIO-FNDCT
		72-024310	CONTRIBUICOES CT-BIOTECNOLOGIA-FNDCT
		72-024311	CONTRIBUICOES CT-SAUDE-FNDCT
		72-041310	CONT.S/RE.BRT.EMP.PREST.SERV.TEL.-FUNTTEL
		72-041902	CONTR.S/REC.OP.BRT.EMP.PREST.SERV.TELEC.-FUST
		72-249010	FNDCT/CT AMAZONIA-§3º,ART.7º,DEC 6.008/06
		72-249011	FNDCT/CT AMAZONIA-ART.31 DO DEC 6.008/06
		72-249012	FNDCT/CT AMAZONIA-§3º,ART.35 DO DEC.6.008/06
		72-249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001
		72-249014	CT-VERDE AMARELO-PROGR.INOVACAO P/COMPETITIV.
		72-249015	CONT.REC.BRT.EMP.PREST.SERV.TEL.FUNTTEL/FNDCT
		72-700111	FUNDO NAVAL
74	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	74-016067	TX.FISCALIZACAO-FUNDO DO EXERCITO
		74-020172	MULTA DE TRANSITO-FUNSET
		74-020246	MJ SENTENCAS PENAIS CONDENATORIAS-FUNPEN
		74-020256	MJ DECORRENTES DE QUEBRA DE FIANCA-FUNPEN
		74-030911	MULTAS LEI 10.703/2003-FNSP
		74-038298	MULTAS PREV.LEG.SEG.DESEMP.E AB.SALARIAL-FAT
		74-038338	MULTA CONTRIBUICAO SOCIAL-LC 110/01-FAT
		74-110071	MULTAS PREVISTAS LEI DO SERVICO MILITAR-FSM
		74-120069	MJ CODIGO BRASILEIRO DE AERONAUT-F.AEROV.ANAC
		74-120320	MJ DE ARRENDAMENTOS/OUTRAS MULTAS-F.AERON.
		74-120520	MULTAS PREV COD BRAS AERON.- FDO.AERONAUTICO
		74-253003	TX.SAUDE SUPLEM/MLT AUTO INFR/RESSARC SUS-ANS
		74-270031	TX.FISCALIZACAO PRODUTOS CONTROLADOS-FUNAD
		74-270032	TX.FISCALIZACAO PROD.CONTROLADOS-DPF
		74-300905	MJ PREV.LEG.DEFESA DIREITOS DIFUSOS/SDE
		74-300906	MJ PREV.LEG.DEFESA DIREITOS DIFUSOS TRAB/SDE
		74-419020	FUST-REC.MULTA PREV.LEI GERAL DAS TELECOM.
		74-429020	FNC-REC.MULTA PREV.LEI GERAL DAS TELECOM.
		74-449010	MULTAS PREVISTAS NA LEI NR 9.605/98-FNMA
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	75-039000	TX.UTIL.SIST.ELETR.CONTR.ARREC.FRETE MAR.MERC
		75-110071	FUNDO DO SERVICO MILITAR
		75-017294	TAXA SISCOMEX-FUNDAF-SRFB
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	76-012069	RENDAS FUNDO AEROVIARIO
		76-038204	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL-FAT
		76-121031	CONTRIB.AO PROGR.DE ENSINO FUNDAMENTAL-FNDE
		76-700113	FUNDO DE DESENV.ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	78 (13)	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA
86	OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	86-249010	MULTA POR COND.LESIVA PATRIM.GENETICO-FNDCT
		86-449011	MULTA POR COND.LESIVA PATRIM.GENETICO-FNMA
		86-529310	MULTA POR COND.LESIVA PATRIM.GENETICO-F.NAVAL
10. Recursos do Tesouro Nacional			
00	RECURSOS ORDINARIOS	00	RECURSOS ORDINARIOS
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	29-017000	RECEITA DE OUTORGA (ANATEL) DEMAIS RECEITAS
		29-032281	BONUS DE ASSIN.CONTRAT.DE CONCESSAO-ANP/STN
		29-392070	RECEITA CONC.MALHA FERROV-PARC.UNIAO(5%)
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	78-980000	TES.NACIONAL-FUNDO FISCALIZ.DAS TELECOMUNIC.
86	OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	86-711010	OUT.REC.ORIGINARIAS-TARIFA EMB.INTERNACIONAL
		86-980000	CESSAO A TIT.ONEROSO ATIV.PESQ/LAVRA PETROLEO
97	DIVIDENDOS UNIAO	97	DIVIDENDOS UNIAO
98	DESVINCULACAO DE RECURSOS	98	DESVINCULACAO DE RECURSOS
99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL
11. Recursos a Classificar			
77	FONTE A CLASSIFICAR	77	FONTE A CLASSIFICAR
90	RECURSOS DIVERSOS	90	RECURSOS DIVERSOS

(1) fonte 13, exceto o detalhamento 150071.
(2) fonte 11, exceto o detalhamento 017337.
(3) fonte 18, exceto os detalhamentos 033901, 033902, 033903, 033905,033907,033908,033909, 033910,110244,200333,200401 e 340001.
(4) fonte 29, exceto os detalhamentos 017000,032281,392070,442081, 442082, 011000, 024000, 041000, 203003, 249013 e 442080.
(5) fonte 34, exceto os detalhamentos 001198,032000, 032001, 024183, 024198 e 249013.
(6) fonte 39, exceto os detalhamentos 209262 e 191372.
(7) fonte 41, exceto os detalhamentos 032000, 024184, 249013, 024287 e 024289.
(8) fonte 42, exceto os detalhamentos 032284, 032290 e 249013.
(9) fonte 72, exceto os detalhamentos 012069, 024301 a 024311, 041310, 041902, 249010 a 249015 e 700111.
(10) fonte 74, exceto os detalhamentos 016067, 020172, 020246, 020256, 030911, 038298, 038338, 110071, 120069, 120320, 120520, 253003, 270031, 270032, 300905, 300906, 419020, 429020 e 449010.
(11) fonte 75, exceto os detalhamentos 039000, 110071 e 017294.
(12) fonte 76, exceto os detalhamentos 012069, 038204, 121031 e 700113.
(13) fonte 78, exceto o detalhamento 980000.
(14) fonte 86, exceto os detalhamentos 711010,980000, 249010, 449011 e 529310.

3) DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR - LRF, art. 55, inciso III alínea "b", Anexo VI
Além dos valores provenientes do Anexo V - Disponibilidade de Caixa, utilizam-se os seguintes critérios na apuração:
Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI);
Os critérios acima, conforme o caso, são usados como "filtros" na apuração dos saldos, no SIAFI, das seguintes contas:

Informações	**Contas Contábeis**
RP Processados de Exercícios Anteriores	295110200,295210101,295210102
RP Processados do Exercício	292410402,292130202
RP Não Processados do Exercício (inscritos no exercício)	195310000
RP Não Processados de Exercícios Anteriores (inscritos em exercícios anteriores)	295110100
Cancelamento de Empenho por Insuficiência de Caixa	192410190

4) DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ANEXO VII - LRF, ART. 48
As informações são obtidas dos Anexos I, V e VI.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 136, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 do ANEXO I do Decreto nº 7.482 de 16 de maio de 2011, tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, no art. 1º, da Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 12.348 de 15 de dezembro de 2010, e na Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, torna público:

Art. 1º Os valores da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios a serem utilizados como base de cálculo dos pagamentos a serem efetuados no mês de março de 2012.

R$ 1,00

ESTADOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
ACRE	210.411.638,71
ALAGOAS	363.972.446,96
AMAPÁ	187.853.931,10
AMAZONAS	637.666.927,50
BAHIA	1.405.848.520,15
CEARÁ	819.879.841,79
DISTRITO FEDERAL	886.458.838,54
ESPÍRITO SANTO	711.570.096,77
GOIÁS	833.383.557,37
MARANHÃO	629.004.134,51
MATO GROSSO	555.009.363,29
MATO GROSSO DO SUL	411.793.223,52
MINAS GERAIS	2.534.727.530,62
PARÁ	809.672.627,62
PARAÍBA	433.156.751,69
PARANÁ	1.441.782.065,03
PERNAMBUCO	994.886.864,09
PIAUÍ	361.652.798,87
RIO DE JANEIRO	2.752.021.775,92
RIO GRANDE DO NORTE	451.726.524,00
RIO GRANDE DO SUL	1.486.404.710,34
RONDÔNIA	330.180.386,97
RORAIMA	162.324.200,85
SANTA CATARINA	954.940.564,75
SÃO PAULO	7.271.477.970,38
SERGIPE	362.018.628,90
TOCANTINS	326.765.122,95

R$ 1,00

MUNICÍPIOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
Apucarana/PR	FALTAM DADOS
Bacabal/MA	3.239.624,23
Bauru/SP	35.018.876,94
Blumenau/SC	FALTAM DADOS
Campina Grande/PB	19.172.104,00
Coelho Neto/MA	FALTAM DADOS
Cristalina/GO	FALTAM DADOS
Diadema/SP	44.844.745,78
Guarapuava/PR	FALTAM DADOS
Juazeiro/BA	FALTAM DADOS
Maringá/PR	FALTAM DADOS
Porto Seguro/BA	FALTAM DADOS
Rio de Janeiro/RJ	927.837.458,07
São Carlos/SP	31.159.703,88
São Paulo/SP	2.143.114.102,56
Umuarama/PR	FALTAM DADOS
Valinhos/SP	19.065.121,17

§ 1º A apuração da Receita Líquida Real dos Municípios se restringe àqueles que não foram relacionados no Anexo I ou no Anexo II da Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, e que possuem contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

§ 2º A situação "Faltam Dados" no campo do valor da Receita Líquida Real indica que o Município não apresentou a documentação necessária ao respectivo cálculo, conforme estabelece o contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 1993.

Art. 2 º Fica mantido o cálculo das deduções do Fundo Estadual de Combate a Pobreza para a apuração da RLR do Estado do Rio de Janeiro até a implementação das recomendações da Advocacia-Geral da União.

Art. 3º As retificações dos valores da Receita Líquida Real das unidades da Federação publicadas anteriormente, tendo em vista alterações na apuração.

TOCANTINS			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
jan/12	52 de 30/01/12	320.791.908,73	320.916.908,73
fev/12	52 de 30/01/12	323.472.000,45	323.597.065,95

R$ 1,00

Bauru/SP			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
fev/12	52 de 30/01/12	0,00	34.123.910,43

Blumenau/SC			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
jan/12	862 de 29/12/11	35.185.302,85	35.106.244,70
fev/12	52 de 30/01/12	35.573.120,99	35.494.062,83

Campina Grande/PB			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
jan/12	862 de 29/12/11	0,00	19.066.550,94
fev/12	52 de 30/01/12	0,00	19.279.285,16

Juazeiro/BA			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
set/11	52 de 30/01/12	12.693.857,00	12.698.409,46
out/11	52 de 30/01/12	12.553.739,74	12.558.292,20
nov/11	52 de 30/01/12	12.787.112,00	12.791.664,47
dez/11	52 de 30/01/12	13.029.641,23	13.035.598,16
jan/12	52 de 30/01/12	13.183.710,42	13.194.219,81
fev/12	52 de 30/01/12	13.505.377,39	13.515.886,78

Rio de Janeiro/RJ			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
fev/12	52 de 30/01/12	919.142.834,97	919.140.458,73

Valinhos/SP			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
fev/12	52 de 30/01/12	0,00	18.824.205,89

Art. 4º Os valores da Receita Líquida Real, recalculados em função de medidas liminares concedidas em favor das unidades da Federação:

0

ESTADOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
BAHIA	1.372.922.836,66
GOIÁS	811.257.880,50
MATO GROSSO DO SUL	408.221.983,67
RIO DE JANEIRO	2.541.617.275,04

Art. 5º Esta Portaria tem efeitos financeiros para o mês de março de 2012.

EDUARDO COUTINHO GUERRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INTERNET
www.in.gov.br

Ministério da Justiça

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 330 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:

CARLOS FERNANDO ASIN CLAROS - V097379-J, natural da Bolívia, nascido em 7 de maio de 1960, filho de Simon Asin Saenz e de Luz Marina Claros Gandarillas, residente no Estado do Rio de Janeiro(Processo nº 08460.024680/2009-98);

JULIO ALEXANDER MAU BUSTAMANTE - V150150-T, natural do Peru, nascido em 14 de maio de 1976, filho de Julio Francisco Mau Roman e de Inês Asunción Bustamante Dominguez, residente no Estado de Goiás(Processo nº 08295.001440/2011-99);

LUCIANA FERREIRA DE AUGUSTO - V183131-0, natural do Paraguai, nascida em 21 de junho de 1958, filha de Julian Ferreira e de Severiana Mareco de Ferreira, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.027234/2010-89);

LUIS ALBERTO PI FAJIAN - W677926-F, natural do Uruguai, nascido em 16 de janeiro de 1936, filho de Joao Pi Pena e de Laudelina Fajian, residente no Estado da Bahia(Processo nº 08260.004448/2009-90);

MARIANA DORNER MARTINEZ - W430759-7, natural do Uruguai, nascida em 27 de abril de 1967, filha de Arturo Carlos Dorner Linne e de Raquel Antonia Martinez Castagnino de Dorner, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08792.004915/2010-15);

MIRCO PACCAGNELLA - W607684-I, natural da Itália, nascido em 27 de junho de 1962, filho de Walter Paccagnella e de Waly Michelotto, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08390.004774/2011-36);

SANDRA DEL ROSÁRIO ROMERO - W314288-J, natural da Bolívia, nascida em 3 de março de 1972, filha de Federico Rodolfo Romero Pérez e de Julieta Revollo de Romero, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.005386/2011-38);

SHIRLEY ETHEL PETREZZINI RODRIGUES DE PAULA - W040322-V, natural do Uruguai, nascida em 13 de dezembro de 1962, filha de José Ramon Petrezzini e de Edi Rodriguez, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08436.002448/2011-11); e

TEOFILO ORTEGA TAMAY - Y089459-U, natural do Paraguai, nascido em 2 de maio de 1955, filho de Teofilo Ortega Tamay e de Leandra Tamay, residente no Estado de Santa Catarina(Processo nº 08492.019884/2010-73).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 331 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:

ABDOUL RASHID AKILADE - V668861-Q, natural do Togo, nascido em 31 de dezembro de 1976, filho de Abdoul Rahim Akilade e de Adjoavi Akoda, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.033732/2011-50);

DELCIA JOSEFINA GARCIA LOPEZ - V137824-G, natural da Republica Dominicana, nascida em 30 de setembro de 1960, filha de Luis Reacildo Garcia Figueroa e de Bienvenida Lopez de Jesus, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.042230/2011-38);

IMAD SLEIMAN BOU KAMEL - V429259-X, natural do Líbano, nascido em 3 de agosto de 1966, filho de Sleiman Bou Kamel e de Siham Bou Kamel, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08286.002401/2010-37);

ISAAC PAULO - V318826-5, natural da Angola, nascido em 21 de março de 1961, filho de Domingos Paulo e de Violeta Precila Paulo, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.003155/2004-31);

MANUEL ORLANDO ORRILLO ASCAMA - V198550-N, natural do Peru, nascido em 11 de maio de 1972, filho de Manuel Medardo Orrillo Berrios e de Juana Ascama Ormeño, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.010542/2010-91);

MOHAMMAD SAEID ASTARAKI - Y228352-1, natural do Iran, nascido em 21 de abril de 1974, filho de Mohammad Nabi Astaraki e de Kammar Iswand, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.011185/2011-70);

SLIVIA MAGALI PAZMIÑO ESPINOZA - V166929-Q, natural do Equador, nascida em 9 de setembro de 1966, filha de Enrique Pazmiño e de Maria Espinoza Muñoz, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.074819/2011-03);

STEPHAN MARKUS KIRFEL - V651542-9, natural da Alemanha, nascido em 1 de dezembro de 1975, filho de Hanskarl Kirfel e de Christine Rosemarie Gabriele kirfel, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.006872/2011-35); e

VICTOR HUGO ALMANZA ANTEZANA - V337300-0, natural da Bolívia, nascido em 29 de outubro de 1965, filho de Ricardo Almanza Vargas e de Felicidad Antezana Quiroga, residente no Estado de Tocantins (Processo nº 08460.006910/2008-56).

LUIZ PAULO BARRETO

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 92, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984 e suas alterações; a Lei Complementar Nº. 79, de 07 de janeiro de 1994 e suas alterações; o Decreto n.º 1.093, de 03 de março de 1994; o Decreto Nº 6.170, de 25 de junho de 2007 e suas alterações; a Lei N.º 12.465, de 12 de agosto de 2011; Portaria Interministerial MP/MF/CGU Nº 507 de 24 de novembro de 2011; a Portaria MJ Nº 458, de 12 de abril de 2011 e as Resoluções Nº 05 de 09 de maio de 2006, Nº 01,de 29 de abril de 2008, todas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, aplicáveis no âmbito do DEPEN/MJ, resolve:

Art. 1º - Estabelecer procedimentos e critérios para o financiamento de projetos, ações ou atividades com recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, no exercício de 2012, visando a criação de núcleos de apoio aos presos provisórios, cujo delito praticado seja passível de penas alternativas, e núcleos de acompanhamento das penas e medidas alternativas

Art. 2º. As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente pelos órgãos competentes do Poder Executivo Estadual ou Distrital, por meio do Órgão responsável pela temática de alternativas penais.

Art. 3º. A proposta referente aos núcleos de acompanhamento das penas e medidas alternativas deverá ter como objeto a implantação de estrutura física e equipe técnica muldisciplinar voltada para o acompanhamento psicossocial dos cumpridores de penas e medidas alternativas, assegurando o cumprimento da pena/medida e a reinserção social dos autores dos fatos.

Art. 4º. As propostas encaminhadas poderão prever gastos com a aquisição de materiais permanentes, de consumo e contratação de serviços de terceiros - pessoa jurídica voltados à criação de núcleos de apoio aos presos provisórios, cujo delito praticado seja passível de penas alternativas, e núcleos de acompanhamento das penas e medidas alternativas.

Art. 5º. Os proponentes devem cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis à modalidade de transferência de recursos por meio de Convênio, observados os roteiros para apresentação de projetos e a metodologia a serem adotados e futuramente disponibilizados pela Coordenação-Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas.

Art. 6º. A proposta deve ser acompanhada inicialmente por Projeto Técnico/Básico; Declaração de contrapartida; documento que comprove a criação de parceria com o Tribunal de Justiça do Estado, para a implantação dos núcleos de acompanhamento das penas e medidas alternativas; documento que comprove a criação de parceria com a Defensoria Pública do Estado, para implantação do núcleo de apoio aos presos provisórios, cujo delito praticado seja passível de penas alternativas, e; declaração acerca do modo pelo qual a unidade federativa pretende alcançar as metas estabelecidas na Resolução Nº 01, de 29 de abril de 2008, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e; no mínimo, 03 (três) cotações de preços referentes aos materiais e serviços previstos ou qualquer outra documentação que possa subsidiar análise comparativa entre os valores indicados na proposta e os preços praticados no mercado.

§1º Outros documentos necessários para a formalização do instrumento de convênio serão solicitados pelo DEPEN por intermédio das diligências e pareceres exarados durante o período de análise das propostas e aprovação dos planos de trabalho.

Art. 7º. Serão autorizados somente gastos com material permanente e de consumo e contratação de pessoa jurídica, sendo vedada a previsão de gastos com contratação de pessoa física, bem como o pagamento de tributos.

Art. 8º. As propostas encaminhadas tempestivamente serão analisadas pela Coordenação-Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas, observadas as disponibilidades orçamentária e financeira para a definitiva celebração do convênio.

§1º As propostas deverão ser cadastradas em Programa Específico no Portal de Convênios do Governo Federal - SICONV, no endereço eletrônico www.convenios.gov.br, no período de 05 de março a 05 de abril de 2012, sob pena de não serem analisadas.

§2º Em caso de necessidade, o DEPEN indicará as alterações e as diligências que deverão ser atendidas pelo proponente para a aprovação das propostas, bem como estipulará prazo para a conclusão das referidas diligências, sob pena de arquivamento definitivo.

Art. 9º. A contrapartida exigida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser oferecida com recursos financeiros, a serem depositados na conta corrente específica do convênio, para que o valor total do instrumento a ser celebrado (Recursos FUNPEN + Contrapartida) alcance o mínimo legal de R$ 100.000,00 (cem mil reais) ditado pelo inciso I, art. 10 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU Nº 507 de 24 de novembro de 2011 e suas alterações.

Art. 10. Os convênios celebrados sob a égide da presente Portaria poderão ter seu prazo de execução previsto entre 18 e 24 meses, podendo ser prorrogado no máximo por igual período à sua vigência inicial.

Art. 11. Os casos omissos ou de natureza específica serão resolvidos pelo Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

Art. 12. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 636, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/173/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA ME, CNPJ nº 06.311.155/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no DISTRITO FEDERAL, com Certificado de Segurança nº 2684/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.737, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.000079/2012-54-CGCSP/DIREX (GESP-2011/4928), resolve:

a) REVOGAR o Alvará nº 121, de 10.01. 2012, publicado no D.O.U. em 16.01.2012;

b) Conceder autorização à empresa RIBEIRO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF nº 13.286.027/0001-34, sediada no Estado do PARANÁ, para adquirir armas e munições nas seguintes quantidades e naturezas:

- 10 (dez) Revólver(es) calibre 38

80 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38, todos Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias, a partir da publicação deste alvará no D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.751, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto º 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08420.009711/2012-52 - CGCSP/DIREX referente ao processo nº 2011/2849 - GESP resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01 (um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NATAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA-ME, CNPJ nº 10.370.042/0001-78, especializado em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO NORTE, com Certificado de Segurança nº 1580/2011, expedido pelo DREX/SRDPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 10.094, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.023878/2011-16 - DELESP/SR/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa S/A INDÚSTRIAS REUNIDAS F. MATARAZZO, CNPJ/MF nº 61.596.078/0001-05, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 1º de março de 2012

Nº 203 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.00008031/2008-47. Representante: Ministério Público do Estado do Pará. Representada: Unimed Sul do Pará - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogada: Mariana Viganor da Silva.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua mo-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tivação. Determino a intimação das testemunhas indicadas na Nota Técnica para a realização de oitivas, nas datas, horários e locais consignados na Nota Técnica de fls. Fica a Representada intimada da realização das oitivas conforme cronograma apresentado na Nota Técnica de fls. Caso seja de interesse da Representada que as informações a serem prestadas pelas pessoas arroladas sejam requeridas por via postal, intimo a Unimed Sul do Pará - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem: i) questionamentos escritos a serem endereçados às pessoas especificadas, ou, facultativamente, ii) declarações das citadas pessoas com as informações fáticas que conhecem a respeito do mérito do Processo Administrativo em epígrafe.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

INDEFIRO o pedido de Reconsideração formulado pela nacional boliviana YANETH MENDEZ IBANEZ, e mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 18/07/2007, Seção I, pág. 43, tendo em vista que Estrangeira não preenche os requisitos do art. 16, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08476.000582/2007-24 - YANETH MENDEZ IBANEZ

INDEFIRO o pedido de Reconsideração formulado pelo nacional alemão, DIRK GRUSCHINSKI, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2011, Seção I, pág. 59, tendo em vista que o Requerente não apresentou novos elementos que pudessem modificar dita decisão e por não manifestar ânimus de permanecer no País, conforme prescreve o art. 16, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08102.001290/2011-33 - DIRK GRUSCHINSKI

INDEFIRO o recurso apresentado pelo nacional venezuelano ALBERTO RAFAEL FLORES MAGGEN, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 14/06/2011, Seção I, pág. 25, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ou caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08485.018950/2009-43 - ALBERTO RAFAEL FLORES MAGGEN

INDEFIRO o recurso apresentado pelo nacional chinês CHEN JIANFENG, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 15/06/2011, Seção I, pág. 48, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ou caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08457.008453/2009-74 - CHEN JIANFENG

INDEFIRO o recurso apresentado pelo nacional libanês ABDALLAH DAYEKH, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 24/02/2011, Seção I, Pág. 80, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ou caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08389.040796/2009-84 - ABDALLAH DAYEKH

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08018.002198/2012-21, APROVO a transferência de SILVIO DA SILVA BORGES para o cumprimento, no Brasil, do restante da pena a que foi condenado pela Justiça portuguesa, com fundamento no art. 3, alínea f, do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado aos 5 de setembro de 2001 e promulgado pelo Decreto nº 5.767, de 2 de maio de 2006.

PAULO ABRÃO

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.078842/2011-69 - RAUL QUISPE CEREZO e CRISTINA CUARITE CONDORI

Processo Nº 08280.026731/2011-59 - GULAY BOZDAG

Processo Nº 08280.026609/2011-82 - ESTHER UZOAMAKA JAJA

Processo Nº 08102.004115/2011-06 - LIU QIAOLING

Processo Nº 08107.000024/2011-43 - BRUCE JORDAN PEZZLO

Defiro o presente pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 05/97 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.056695/2011-76 - MARIA JOAO COSTA BRITO

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009.

Processo Nº 08000.000600/2012-21 - DANTE PINA

DEFIRO o presente pedido de transformação do visto temporário VII, em permanente, nos termos da legislação vigente.

Processo Nº 08354.006334/2011-50 - ROSARIA MANUEL MENO

Processo Nº 08354.006338/2011-38 - MAVIS MUWELA

Processo Nº 08494.007409/2011-15 - LUCILA MAGALI ORTIZ ORELLANA

DEFIRO o presente pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul.

Processo Nº 08389.036925/2011-54 - JERONIMO SIERRA NEVES

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08320.025626/2010-06 - MIKI OKAMOTO

Processo Nº 08320.003148/2010-75 - GRISELDA CAROLINA CACERES BENITEZ

Processo Nº 08505.071233/2011-89 - PABLO HERNAN LOZA PEREZ

Processo Nº 08386.033478/2011-10 - ANGELO FRANCESCO FILICI

Processo Nº 08386.034181/2011-63 - MARIA EVA GOMES LEONARDO

Processo Nº 08507.001374/2011-14 - GIGA ROSTOMASHVILI

Processo Nº 08386.034307/2011-08 - ALVARO ALVARO DEL RIO

DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pela nacional boliviana ELENA JIMENEZ RAMIREZ, nos termos do art. 3º, da Portaria nº 4.271, de 15 de dezembro de 2009.

Processo Nº 08476.003230/2011-15 - ELENA JIMENEZ RAMIREZ

DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pela nacional boliviana MARIA EUGENIA CHAO VACA, nos termos do art. 3º, da Portaria nº 4.271, de 15 de dezembro de 2009.

Processo Nº 08476.003250/2011-88 - MARIA EUGENIA CHAO VACA

DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pelo nacional boliviano JUAN CARLOS CHOLIMA AMBLO, nos termos do art. 3º, da Portaria nº 4.271, de 15 de dezembro de 2009.

Processo Nº 08476.001335/2011-21 - JUAN CARLOS CHOLIMA AMBLO

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo requerente.

Processo Nº 08354.006518/2011-10 - ANDREA CECILIA MORENO

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pelo(a) nacional peruano, JOSE FABIAN ARIAS QUISPE, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08495.002390/2011-19 - JOSE FABIAN ARIAS QUISPE

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pelo(a) nacional boliviano, GONZALO GONZALES URQUIZO, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08505.089230/2011-00 - GONZALO GONZALES URQUIZO

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pelo(a) nacional nigeriano, JUSTIN NDUBUIZU, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08505.089220/2011-66 - JUSTIN NDUBUIZU

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pelo(a) nacional jordaniano, DIYA MUSTAFA MOHAMMAD SHAMI, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08505.089228/2011-22 - DIYA MUSTAFA MOHAMMAD SHAMI

Defiro o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. WILLIAN NICOLAS SANCHEZ CCALLO e para Srª WILLMA COTA ROJAS, e com base na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração para seus filhos menores LENIN SMIT SANCHEZ COTA e LUIS FERNANDO SANCHEZ COTA.

Processo Nº 08508.013355/2011-21 - WILLIAN NICOLAS SANCHEZ CCALLO, LUIS FERNANDO SANCHEZ COTA, LENIN SMIT SANCHEZ COTA e WILLMA COTA ROJAS

Determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório publicado do DOU de 03/01/2011, nos termos da portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08354.005348/2010-75 - ROMAIN PIEL CROUZET

Determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório publicado do DOU de 13/06/2011, nos termos da portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08460.007143/2006-31 - SVEIN HUSOY

Determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório publicado do DOU de 14/03/2011, nos termos da portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08461.007067/2010-30 - JOHN IVAN KNIGHTS

Determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório publicado do DOU de 08/06/2011, nos termos da portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.002065/2011-81 - FLORENCIA ROSANA ALBORNOZ DE GALLI

Torno insubsistente o ato publicado no DOU de 25/06/2010, Seção I, página 68, para conceder à permanência definitiva, tendo em vista que a Estrangeira se enquadra nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentora da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08400.030282/2006-72 - XIUDAN LIN e JIANFEI LIN

Torno insubsistente o ato publicado no DOU de 06/02/2012, página 25, para conceder o pedido de residência provisória postulado por HANNA AWAD, nos autos nº 08295.023746/2010-15, nos termos da Lei 11.961/2009 c/c com a portaria SNJ nº 22/2009.

Processo Nº 08295.023746/2010-15 - HANNA AWAD

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido de restabelecimento de permanência com base na Resolução Normativa 05/97 do Conselho Nacional de Imigração, tendo em vista que a Requerente não apresentou documentos necessários à apreciação do pleito.

Processo Nº 08485.001077/2011-74 - DIANNE JOYCE VOTH

Face às diligencias procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido por não restar demonstrada a efetiva existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "b" da Lei n° 6.815/80.

Processo Nº 08320.021059/2010-19 - RICARDO ANDRES RUIZ

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, a, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08102.002927/2011-17 - MARIA LORENA TERRAZAS ZARATE FERNANDES

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08102.010183/2010-15 - REINHARD GERHARDT

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08000.001059/2012-79 - GUYSLAINE MANDONGO BATANDA, até 26/02/2013

Processo Nº 08280.042269/2011-37 - CARMEN ALEJANDRA GUTIERREZ VIDELA, até 31/03/2013

Processo Nº 08335.023404/2011-62 - EDSON SOMETUNDA SAMALA VELOSO, até 30/01/2013

Processo Nº 08335.023460/2011-05 - JESUS ARTIDORO PENALOZA MANRIQUE, até 24/02/2013

Processo Nº 08335.024066/2011-86 - PAMELA LUJAN VARGAS NARVAEZ, até 26/01/2013

Processo Nº 08335.024090/2011-15 - JANDDER LUIS TCHIHALUCA BERNARDO, até 30/01/2013

Processo Nº 08335.024096/2011-92 - ANDY KIAKA, até 26/02/2013

Processo Nº 08434.002776/2011-37 - ISABEL SIRABA VALDEZ, até 23/02/2013

Processo Nº 08434.002807/2011-50 - MILENA MARIA AMARAL AYALA, até 11/02/2013

Processo Nº 08434.002808/2011-02 - CADIJATU DJALO, até 10/02/2013

Processo Nº 08434.002817/2011-95 - SANDIP FERNANDO RIVAS MENDIETA, até 24/02/2013

Processo Nº 08501.017750/2011-42 - DIANA MILENA RODRIGUEZ HURTADO, até 20/01/2013

Processo Nº 08501.017751/2011-97 - FELIPE PEREZ BENAVIDES, até 25/02/2013

Processo Nº 08501.017759/2011-53 - AMARAL MOSSE MARTA PACHECO, até 01/03/2013

Processo Nº 08501.017829/2011-73 - FABRICIO MUACA MIGUEL, até 24/03/2013

Processo Nº 08501.017880/2011-85 - DANILO DA SILVA LOPES, até 22/02/2013

Processo Nº 08505.074303/2011-51 - MARIA JOAO DIOGO MANUEL e CESARIO DE JESUS DIOGO MANUEL, até 17/09/2012

Processo Nº 08506.019663/2011-80 - HAMID ULLAH, até 05/03/2013

Processo Nº 08506.019769/2011-83 - OMAR MILTON ROMERO CATACORA, até 05/02/2013

Processo Nº 08506.019775/2011-31 - SURYYIA MANZOOR, até 04/03/2013

Processo Nº 08506.019796/2011-56 - IRIS CECILIA ORDONEZ GUERRERO, até 05/02/2013

Processo Nº 08506.019804/2011-64 - KELTON TOBIAS ALVES LOPES, até 08/02/2013

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

Determino a Republicação do deferimento da prorrogação do prazo de estada no País até 10/11/2013, na forma do art. 2º da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08000.014108/2011-52 - TERJE GRINDHEIM

Determino a Republicação do deferimento da prorrogação do prazo de estada no País até 29/10/2012, na forma do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08000.016925/2011-45 - DOMENICO DEROSA

Considerando a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo visto foi concedido ao amparo do art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do CNIg, que impossibilita a prorrogação do prazo de estada no território nacional, tendo em vista a estipulação de prazo certo e determinado para o fim a que se destina, INDEFIRO o pedido formulado pelo interessado.

Processo Nº 08000.000694/2012-39 - BRUNO PLOBNER

INDEFIRO o pedido de Republicação tendo em vista que não atende o disposto no art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08000.015307/2010-05 - CORNELIS VEEN

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 19/01/2012, Seção 1, pág. 31.

Processo Nº 08000.013453/2011-79 - FRANCIS MCKEOWN

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 04/05/2011, Seção 1, pág. 27.

Processo Nº 08000.020591/2010-23 - JAMES ROBERT HOFF JR

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 25/11/2011, Seção 1, pág. 34.

Processo Nº 08354.002527/2011-31 - PASQUALE PAPALIA

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 27/07/2011, Seção 1, pág. 58.

Processo Nº 08000.007179/2011-07 - REINER WISCHNEWSKI

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08458.011382/2011-00 - MARY LILIA CONGOLINO SINISTERRA, até 13/01/2013

Processo Nº 08458.011399/2011-59 - TITO MEJIA PAREDEZ, até 13/03/2013

Processo Nº 08505.085339/2011-60 - ALBERTO GOMEZ GARCIA, até 15/07/2012

Indefiro o pedido de prorrogação de estada no país, temporário item IV, nos termos do art. 38 da Lei 6.815/80, tendo em vista que, no momento da autuação, o estrangeiro encontrava-se em situação irregular no país.

P•rocesso Nº 08102.012346/2011-85 - JORGE PEDRO SILVA DE PINA

Indefiro o pedido de prorrogação de estada no país, temporário item IV, nos termos do art. 38 da Lei 6.815/80, tendo em vista que, no momento da autuação, a estrangeira encontrava-se em situação irregular no país.

Processo Nº 08495.005660/2011-35 - JACIRA PATRICIA MENDONCA DOS SANTOS VARELA

Indefiro o pedido de prorrogação de estada no país, temporário item IV, nos termos do art. 38 da Lei 6.815/80, tendo em vista que, no momento da autuação, o estrangeiro encontrava-se em situação irregular no país.

Processo Nº 08458.011374/2011-55 - BRIFEL ADILSON DOS SANTOS CHIWAYENGUE

Determino a Republicação do deferimento da prorrogação do prazo de estada no País até 21/06/2012 na forma do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08070.001103/2011-36 - ROBERT ASUNCION CORONEL TORALES

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 4 DE 1º DE MARÇO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, SUBSTITUTA, E A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 27, § 6o, inciso I, da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, na Lei no 11.959, de 29 de junho de 2009, e no Decreto no 6.981, de 13 de outubro de 2009, e

Considerando as recomendações do Grupo de Gestão dos Manguezais em reunião ocorrida em 12 de dezembro de 2011, em Vitória/ES, relativas aos períodos de "andada" do caranguejo-uçá (Ucides cordatus) no Estado do Espírito Santo, no ano de 2012; e

Considerando o que consta no Processo IBAMA/SUPES/ES no 02009.001200/2011-96, resolvem:

Art.1° Proibir a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização de qualquer indivíduo da espécie Ucides cordatus, conhecido popularmente como caranguejo-uçá, bem como as partes isoladas (quelas, pinças, garras ou desfiado), no Estado do Espírito Santo, nos meses de março e abril, durante os dias de "andada", correspondentes aos seguintes períodos, para o ano de 2012:

I - 1º Período:

a) de 8 a 14 de março; e

II - 2º Período:

a) de 6 a 12 de abril.

§ 1º Entende-se por "andada" o período reprodutivo em que os caranguejos machos e fêmeas saem de suas galerias (tocas) e andam pelo manguezal, para acasalamento e liberação de ovos.

§ 2º Entende-se por manutenção em cativeiro o confinamento artificial de caranguejo vivo em qualquer ambiente, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas que pretendam transportar exemplares de Ucides cordatus adquiridos em outros Estados para comercialização no Estado do Espírito Santo devem apresentar à Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, no Estado do Espírito Santo documento comprovando a origem dos animais e Guia de Autorização de Transporte e Comércio preenchida, conforme consta no Anexo desta Instrução Normativa Interministerial.

Art. 3º Os organismos apreendidos pela fiscalização, ainda em seu manguezal de origem, quando vivos, deverão ser liberados em seu habitat original, respeitando-se o disposto no Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 4º Aos infratores da presente Instrução Normativa serão aplicadas as penalidades e as sanções previstas, respectivamente, na Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto no 6.514, de 2008.

Art. 5º Esta Instrução Normativa Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA PEREZ
Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura

Substituta

IZABELLA TEIXEIRA
Ministra de Estado do Meio Ambiente

ANEXO

GUIA DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE E COMÉRCIO DE CARANGUEJO-UÇÁ NO PERÍODO DE ANDADA
INI/MPA/MMA No _____/2012.
AUTORIZAÇÃO No _____/2012
1. ORIGEM NF No _____

NOME/EMPRESA:
ENDEREÇO
CNPJ/CPF: TELEFONE:
MUNICÍPIO / ESTADO:

2. FORMA DO PRODUTO ESTOCADO

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE (KG/DÚZIA/UNIDADE)
Caranguejo Congelado Inteiro	
Caranguejo Pré-cozido	
Caranguejo Vivo	

3. DESTINATÁRIO

NOME/EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/CPF: TELEFONE:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MUNICÍPIO / ESTADO:

4. MEIO DE TRANSPORTE

	Rodoviário		Aéreo		Marítimo		Fluvial		Ferroviário

Obs.: Esta guia é válida somente para o transporte ao destino final e sua validade expira após o segundo dia de sua assinatura.

LOCAL _____DATA DE EMISSÃO ___/___/___

_____

ASSINATURA/MATRÍCULA/CARGO

PORTARIA Nº 40, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, e no Decreto de 13 de junho de 2011, e conforme o previsto no Decreto no 4.895, de 25 de novembro de 2003, na Instrução Normativa Interministerial n° 06 - SEAP/ANA/IBAMA/MARINHA/MMA/MPOG, de 31 de maio de 2004, na Instrução Normativa Interministerial - SEAP/PR-MPOG - nº 01, de 10 de outubro de 2007 e, ainda, nos elementos que integram o Processo de licitação 00350.008956/2011-41, que culminou no Edital de Concorrência Pública 012/2011, do tipo maior lance ou oferta, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições abaixo listadas, conforme numeração no referido Processo, localizadas no Estado de São Paulo - SP:

Nome	CPF/CNPJ	Item	Localidade da Área	Valor 20 anos
Associação dos Pescadores de Pedrinhas Paulista	07.218.903/0001-92	5	UHE de Capivara	12.909,46
Roberto Assef Filho	029.807.948-80	18	Enseada de Búzios	9.800,00
Marcus Vinicius Luz Giannoni	172.210.048-62	22	UHE de Ilha Solteira	72.260,00
Cláudio Marsaioli Doneux	025.504.298-18	23	Enseada de Búzios	9.800,00

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de unidades produtivas para o cultivo de organismos aquáticos.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da publicação dos Extratos dos respectivos contratos no Diário Oficial da União - DOU, de acordo com os prazos definidos no Art. 15 do Decreto 4.895/2003, podendo ser renovados, por igual período, a critério da Concedente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA PEREZ

PORTARIA Nº 41, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, e no Decreto de 13 de junho de 2011, e conforme o previsto no Decreto no 4.895, de 25 de novembro de 2003, na Instrução Normativa Interministerial n° 06 - SEAP/ANA/IBAMA/MARINHA/MMA/MPOG, de 31 de maio de 2004, na Instrução Normativa Interministerial - SEAP/PR-MPOG - nº 01, de 10 de outubro de 2007 e, ainda, nos elementos que integram o Processo de licitação 00350.008955/2011-04, que culminou no Edital de Concorrência Pública 011/2011, do tipo maior lance ou oferta, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições abaixo listadas, conforme numeração no referido Processo, localizadas em Diversos Estados:

NOME	CPF/CNPJ	Área Pleiteada	Localidade da Área	Valor 20 anos
Paulo de Castro Barreto	180.060.511-00	7	UHE de Serra da Mesa	3.068,80
Armando Radigonda Junior	632.981.989-00	20	UHE de Capivara	2.100,00
Associação dos Pescadores Profissionais de Inaja	06.956.575/0001-69	23	UHE de Rosana	13.800,00
Instituto Mar e Vida	09.278.245/0001-50	25	Baía das Laranjeiras	10.098,00
G&M Peixes e Madeiras	05.269.904/0001-30	26	UHE de Serra da Mesa	8.606,20

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de unidades produtivas para o cultivo de organismos aquáticos.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da publicação dos Extratos dos respectivos contratos no Diário Oficial da União - DOU, de acordo com os prazos definidos no Art. 15 do Decreto 4.895/2003, podendo ser renovados, por igual período, a critério da Concedente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA PEREZ

PORTARIA Nº 42, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, e no Decreto de 13 de junho de 2011, e conforme o previsto no Decreto no 4.895, de 25 de novembro de 2003, na Instrução Normativa Interministerial n° 06 - SEAP/ANA/IBAMA/MARINHA/MMA/MPOG, de 31 de maio de 2004, na Instrução Normativa Interministerial - SEAP/PR-MPOG - nº 01, de 10 de outubro de 2007 e, ainda, nos elementos que integram o Processo de licitação 00350.008985/2011-11, que culminou no Edital de Concorrência Pública 010/2011, do tipo maior lance ou oferta, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições abaixo listadas, conforme numeração no referido Processo, localizadas no Estado da Bahia - BA:

Nome	CPF/CNPJ	Item	Localidade da Área	Valor 20 anos
Mauro Cesar Melo Greenhalgh	023.095.864-80	3	UHE de Itaparica	4.307,60
L&J Aquicultura Ltda	09.183.076/0001-74	9	UHE de Itaparica	55.000,00
Mauricio Ricardo de Moraes Guerra	021.792.294-53	18	UHE de Moxotó	53.560,00

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de unidades produtivas para o cultivo de organismos aquáticos.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da publicação dos Extratos dos respectivos contratos no Diário Oficial da União - DOU, de acordo com os prazos definidos no Art. 15 do Decreto 4.895/2003, podendo ser renovados, por igual período, a critério da Concedente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA PEREZ

PORTARIA Nº 44, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, e no Decreto de 13 de junho de 2011, e conforme o previsto no Decreto no 4.895, de 25 de novembro de 2003, na Instrução Normativa Interministerial n° 06 - SEAP/ANA/IBAMA/MARINHA/MMA/MPOG, de 31 de maio de 2004, na Instrução Normativa Interministerial - SEAP/PR-MPOG - nº 01, de 10 de outubro de 2007 e, ainda, nos elementos que integram o Processo de licitação 00350.007177/2011-28, que culminou no Edital de Concorrência Pública 008/2011, do tipo maior lance ou oferta, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão não onerosa para os bens objeto das autorizações de uso de áreas aquícolas abaixo relacionadas às pessoas físicas vencedoras do Certame, localizadas no Estado de Santa Catarina - SC:

NOME	CPF	Área Aquícola	Nome do Parque
Carlos Alberto Souza	558.717.809-97	128	Balneário Camboriú
Leandro Luiz Silveira	008. 325.239-84	129	Balneário Camboriú
Jaimir Galiski	901.042.349-20	130	Balneário Camboriú
Edir Catarina Pereira	860.580.109-34	55	Biguaçu
Jonas Oscar Pereira	036.368.909-56	56	Biguaçu
Sílvia Luisa Santos Soares	436.806.580-87	57	Biguaçu
Adelino Gonçalves	037.690.409-70	58	Biguaçu
Helena Rosa Moreira	037.516.659-94	59	Biguaçu
Solange Catarina Gonçalves	021.012.869-04	99	Biguaçu
Ademir Coelho	017.949.119-95	100	Biguaçu
Nelson Dutra de Mello	020.885.629-31	140	Biguaçu
Valdir Marques Junior	056.670.579-64	141	Biguaçu
Andrea Fioravante Pietro	912.433.199-68	142	Biguaçu
Valdir Marques	559.292.229-91	143	Biguaçu
Alexandre Luis Machado	028.625.279-12	144	Biguaçu
Natalicio Leopoldo da Silva	176.558.110-91	145	Biguaçu
Anderson Gonzaga Garcia	076.384.279-63	146	Biguaçu
Lurdes Nicacio da Silva	528.485.749-68	147	Biguaçu
Jhonatan Gonzaga Corrêa	070.705.329-38	148	Biguaçu
Miguel José Tomaz Júnior	038.152.979-74	149	Biguaçu
João Manoel Simão	534.697.639-68	150	Biguaçu
Edevaldo Modesto Simas Junior	005.642.109-51	152	Biguaçu
Maurino José Tomaz	223.912.829-15	153	Biguaçu
Fernando Gervásio da Luz Filho	495.359.789-34	235	Biguaçu
Arley Manoel de Farias	036.049.969-45	236	Biguaçu
Valter José Coelho Júnior	050.267.519-54	237	Biguaçu
Tatiani Regina Rosa	079.135.029-08	238	Biguaçu
Tatiane Herondina de Souza	091.805.259-97	239	Biguaçu
Herondina Rosa de Jesus	671.778.409-15	240	Biguaçu
Efisio Cardoso	310.829.200-53	241	Biguaçu
Reinaldo Martins Coelho	003.801.359-22	242	Biguaçu
Nilton Coelho	376.018.149-04	243	Biguaçu
Rafael Morfim Silvy	084.065.059-07	244	Biguaçu
Sebastião Lourival Novack	445.037.509-25	245	Biguaçu

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Eduardo Nunes	538.227.149-68	246	Biguaçu
Paulo Cesar Russi	887.298.859-49	247	Biguaçu
Nilton de Oliveira Souza	285.969.270-34	249	Biguaçu
Adir Felício	417.708.469-72	250	Biguaçu
Wilson Cesar Bernarde	429.755.739-87	251	Biguaçu
Mayara Morfim	088.010.899-10	252	Biguaçu
Carlos Eduardo Andrade do Amaral	000.688.057-64	253	Biguaçu
Gabriel Felicio	050.159.249-09	254	Biguaçu
Maria da Graça Guedes	767.461.789-00	255	Biguaçu
Alaide Felicio Guedes	909.202.109-10	256	Biguaçu
Halley Cláudio Belomont	052.367.889-43	257	Biguaçu
Karina Maria Massaneiro	065.608.829-00	258	Biguaçu
Laer Leopoldo Francisco Filho	075.026.389-03	4	Bombinhas
Rubens Cesar de Sena	594.514.169-00	6	Bombinhas
Norberto Manoel de Maria	579.655.799-87	7	Bombinhas
Leandro João da Silva	074.325.099-05	14	Bombinhas
Odilenio Nomi da Silva	033.328.389-97	16	Bombinhas
Vlademir Pontioli	512.355.879-91	17	Bombinhas
Hamilton Manoel da Conceição	552.055.189-87	18	Bombinhas
Laer Leopoldo Francisco	069.998.098-44	20	Bombinhas
Anatolio Nascimento Cruz Filho	065.043.819-17	21	Bombinhas
Rute José da Silva	032.697.579-99	22	Bombinhas
Eduardo Orlandino Gomes	035.211.599-81	23	Bombinhas
José Abilio Maia de Paula	203.445.389-15	25	Bombinhas
Juçá Salum de Oliveira	288.649.489-53	60	Bombinhas
Suedi João Correia da Silva	573.503.619-04	61	Bombinhas
Rafael da Conceição	053.634.999-16	62	Bombinhas
Alcides de Moraes	515.310.389-72	63	Bombinhas
Valmir Izaldir da Silva	897.981.399-68	64	Bombinhas
Silvano da Silva	773.966.779-04	65	Bombinhas
João Crisostomo Correia da Silva Filho	614.209.569-49	66	Bombinhas
Antônio Jacob Cruz Júnior	003.718.069-09	67	Bombinhas
José Bernardino da Silva Neto	081.884.729-80	68	Bombinhas
Agnaldo da Silva	608.036.819-68	69	Bombinhas
Fernando Aldir da Mata	946.746.209-53	70	Bombinhas
Felipe Alberto de Maria	074.755.179-00	71	Bombinhas
Márcia Pedro Firmo	057.865.429-63	72	Bombinhas
Nicácio João da Silva	824.806.729-72	73	Bombinhas
Antenor Florencio de Maria Neto	497.987.239-53	74	Bombinhas
Nilson Manoel de Maria	070.023.858-10	75	Bombinhas
Nauri José da Silva	501.915.199-87	76	Bombinhas
Nilton Manoel Henrique	471.643.449-49	77	Bombinhas
Moisés Enio da Silva	573.502.649-68	84	Bombinhas
Valdir Antônio de Melo	800.365.899-34	85	Bombinhas
Valmir José da Silva	692.861.599-00	86	Bombinhas
Claudinei Miguel da Silva	024.032.029-83	101	Bombinhas
Bruno Edvaldo da Silva	077.283.909-37	102	Bombinhas
Miguel Manoel da Silva	343.449.269-00	103	Bombinhas
Jorge Miguel da Silva	665.108.569-72	104	Bombinhas
Diego Martin Rebolini	007.918.549-57	105	Bombinhas
Lauro Silvério da Silva Filho	289.417.809-34	106	Bombinhas
Pedro Paulo Luiz	375.406.539-49	107	Bombinhas
Laurides João de Melo	656.546.419-72	108	Bombinhas
Lorisvaldo João de Melo	656.547.069-34	109	Bombinhas
Valdinei Mendes de Almeida	853.823.451-04	110	Bombinhas
Derisan Delemar de Melo	854.053.969-15	111	Bombinhas
Alcides Anselmo de Melo Filho	375.273.479-53	112	Bombinhas
José dos Passos Antonio	433.515.229-91	113	Bombinhas
Edinei Arciz Pinheiro	029.107.909-16	114	Bombinhas
Neri Antenor de Maria	245.749.299-87	115	Bombinhas
José Antônio Monteiro	656.546.179-15	116	Bombinhas
Aldori de Maria	543.633.819-49	117	Bombinhas
Izaias João da Cruz	343.449.699-87	118	Bombinhas
Almir Algemiro da Silva	533.099.109-97	119	Bombinhas
Nerivaldo João da Silva	987.209.619/87	120	Bombinhas
Adilson João Estevão	560.596.559-04	121	Bombinhas
Vilmar Dercílio da Silva	375.238.219-87	122	Bombinhas
Valmor Ivanildo da Silva	533.100.989-15	124	Bombinhas
José João da Cruz Neto	579.656.099/91	125	Bombinhas
Ozias João da Cruz	341.800.369-91	126	Bombinhas
Aldir Algemiro da Silva	753.075.709-10	127	Bombinhas
Joel Osvaldo da Silva	579.657.659-34	764	Bombinhas
Luiz Alberto Bavaresco	338.014.859-49	765	Bombinhas
Izaque Manoel dos Santos	692.864.429-04	766	Bombinhas
Altamir Anatólio Cruz	605.737.249-20	767	Bombinhas
Anatólio Nascimento Cruz	298.718.679-72	768	Bombinhas
Leopoldo Francisco	060.362.629-73	769	Bombinhas
Lindomar Manoel Tobias	095.857.889-34	770	Bombinhas
Elias José Rebelo	245.931.339-04	771	Bombinhas
Valmir Teofilo Martins	070.729.878-43	772	Bombinhas
Josias Osvaldo da Silva	450.196.309-34	773	Bombinhas
Welinton Laureci Francisco	040.846.999-42	774	Bombinhas
Dejalmo dos Santos Cruz	344.402.329-49	775	Bombinhas
Carlos Henrique Parenti Kinast	589.054.210-91	310	Florianópolis 04
Ivonete Costa	591.599.019-34	324	Florianópolis 04
Marina Grecch	076.444.229-51	325	Florianópolis 04
Rafael Roberto Breda	037.926.669-52	326	Florianópolis 04
Luiz Carlos Costa	155.216.569-87	327	Florianópolis 04
Luciano Pires	932.621.839-20	328	Florianópolis 04
Nei Leonardo Nolli	862.887.929-34	330	Florianópolis 04
Adriano Nunes Gonçalves	077.676.349-06	332	Florianópolis 04
Jeovana Tatiane Kviatkoski	267.523.028-63	333	Florianópolis 04
Hailton Luiz Gonzaga	569.547.199-00	399	Florianópolis 04
Luiz Claudio da Silva	007.409.679-67	339	Florianópolis 05
Mário Ralph Corrêa Filho	375.186.749-04	361	Florianópolis 05
Sandra Regina de Castro	588.573.709-68	364	Florianópolis 05
Felipe Devalde de Souza	047.416.549/31	379	Florianópolis 05
José de Almeida	564.658.079-04	406	Florianópolis 05
Luiz Henrique Xavier de Souza	794.287.979-87	454	Florianópolis 05
João Carlos de Oliveira	952.117.729-20	466	Florianópolis 05
Paulo Edson Heidenreich Junior	050.796.619-84	469	Florianópolis 05
Alcinéa Malzete Correia	003.551.689-52	559	Florianópolis 05
José Julio da Silveira Filho	712.084.459-87	561	Florianópolis 05
Hilda Maria da Costa Ferreira	016.422.599-42	564	Florianópolis 05
Sandra Dilma de Souza	023.395.669-75	573	Florianópolis 05
Evaldo Pinheiro	081.542.399-30	589	Florianópolis 05
Flávia Marinete Bento	036.347.099-95	593	Florianópolis 05
Maria Conceição da Gama Cunha	155.569.569-87	598	Florianópolis 05
Oladio Alberto da Costa	029.818.759-06	601	Florianópolis 05
Gumercindo Alberto Costa	245.556.189-91	602	Florianópolis 05
Anderson Onisio Barcelos	025.695.999-48	603	Florianópolis 05
Adriano Manoel da Silva	932.496.599-91	730	Florianópolis 05
Jaime Luiz Martins	417.574.249-20	731	Florianópolis 05
Aldori Aldo de Souza	732.405.839-68	229	Florianópolis 06
Fernando Luiz Carneiro Sabino	651.198.359-53	230	Florianópolis 06
Rudinei Nazário da Rosa	932.213.399-68	231	Florianópolis 06
Carlos Pedro Martins Junior	729.359.109-82	232	Florianópolis 06
Rodrigo Adilson de Souza	034.687.259-65	233	Florianópolis 06
Aloízio Espindola	460.744.229-15	234	Florianópolis 06
Regina Peres Lino	022.223.769-47	290	Governador Celso Ramos 01
Sandra Maria Soares	927.807.929-49	302	Governador Celso Ramos 01
Odairto José Ferreira	739.347.639-87	303	Governador Celso Ramos 01
Edemilson Vilson Garcia	489.588.599-20	304	Governador Celso Ramos 01
Antônio Pedro Cascaes	438.262.709-59	305	Governador Celso Ramos 01
Ary Vilson Garcia	454.581.209-06	307	Governador Celso Ramos 01
Jairo João de Oliveira	571.693.069-72	308	Governador Celso Ramos 01
Alexandre Luizer Lino	767.428.309-72	309	Governador Celso Ramos 01
Nalcio Alves	707.594.139-91	348	Governador Celso Ramos 01
Roberto Pedro da Silva	429.382.609-20	400	Governador Celso Ramos 01
Celio Altamiro Sagas	493.358.719-15	401	Governador Celso Ramos 01
João Pedro da Silva	537.956.369-49	402	Governador Celso Ramos 01
Carlos Augusto Risolia Gallo	608.555.500-02	530	Governador Celso Ramos 01
Júnior Cidiney Simão	063.119.729-05	550	Governador Celso Ramos 01
Saulo Cidiney Simão	008.511.729-38	552	Governador Celso Ramos 01
Fabiana Valquíria Soares	054.679.629-06	556	Governador Celso Ramos 01
Vanessa Manarick Galisa	050.692.919-12	294	Itapema
Larissa Serpa	072.243.229-11	297	Itapema
José Odanir Soares	127.888.098-40	360	Itapema
Amilton Duarte da Albuquerque	223.916.069-15	340	Palhoça 01
Paulo Roberto Nascimento Junior	047.613.029-84	341	Palhoça 01
Roseli Darci Soares	774.175.699-00	342	Palhoça 01
João dos Passos de Souza	481.064.539-87	343	Palhoça 01
Reginaldo João da Costa	016.830.829-07	344	Palhoça 01
Reinaldo João da Costa	868.951.179-20	345	Palhoça 01
João Francisco Martins Filho	155.358.869-04	349	Palhoça 01
Filipe Orli de Sousa	086.631.459-85	350	Palhoça 01
Antonio Alienor Stanck	222.844.789-72	351	Palhoça 01
Manoel Leovegildo Apolinário	614.462.899-15	352	Palhoça 01
Gilberto Goulart Maria	499.686.459-15	353	Palhoça 01
Silvio Natalino de Sousa	572.550.409-34	354	Palhoça 01
Marcio Ramos	888.634.849-53	355	Palhoça 01
Fabiano Sabino da Silva	034.501.119-81	356	Palhoça 01
Jailton João Pereira	289.360.609-10	358	Palhoça 01
Andrezza Cristina Machado	067.154.569-84	359	Palhoça 01
Valdir Anselmo da Silveira	560.799.079-68	365	Palhoça 01
Norberto Bruchado	613.231.019/34	407	Palhoça 01
Thiago Costa	070.394.039-27	408	Palhoça 01
Paulo Sergio Leonel de Souza	078.558.809-41	409	Palhoça 01
Dilma Olindina de Souza	486.872.279-49	410	Palhoça 01
Celio Antonio Pereira	594.159.679-00	411	Palhoça 01
Sidineia Dilma de Sousa	026.287.139-42	412	Palhoça 01
Francisco José Lohn	586.152.379/72	413	Palhoça 01
Luiz Carlos dos Santos	638.965.839-72	414	Palhoça 01
Thais Jéssica dos Santos	083.993.399-11	415	Palhoça 01
Luiz Felipe dos Santos	083.993.339-80	416	Palhoça 01
Flávio Martins	952.438.109-59	418	Palhoça 01
Rosilene da Silva de Fragas	029.827.839-16	419	Palhoça 01
Adilson de Fragas	952.171.859-53	420	Palhoça 01
João Miguel de Souza Neto	757.940.989-53	421	Palhoça 01
Braz Tolentino de Espindola	538.390.489-15	422	Palhoça 01
Zulma Espindola da Silveira	774.171.869-04	423	Palhoça 01
João Manoel da Silveira	415.213.669-34	424	Palhoça 01
Rosimere Lisboa Leonel	909.192.119-68	425	Palhoça 01
Sérgio Zrncevich	000.058.358-87	426	Palhoça 01
José Pereira	576.450.359-00	427	Palhoça 01
Valci Pedro Goulart	781.389.069-87	428	Palhoça 01
Fabio Manoel de Souza	038.107.059-00	429	Palhoça 01
Orene Pedro dos Santos	076.769.049-43	430	Palhoça 01
José Carlos da Silva	671.664.829-15	431	Palhoça 01
Maria de Lourdes do Nascimento	067.036.999-33	432	Palhoça 01
Aurino Manoel de Espindola	754.614.129-04	433	Palhoça 01
Maria de Fátima da Silveira	464.424.729-49	434	Palhoça 01
Tereza Zeferino Martins	344.070.819-53	436	Palhoça 01
Fabio Manoel de Souza	008.417.119-76	437	Palhoça 01
Ataides Salustiano Leal	300.091.549-49	438	Palhoça 01
Manoel Ricardo do Nascimento	376.770.129-49	439	Palhoça 01
Marcos Antonio Martins	024.797.259-28	440	Palhoça 01
Genésio Euclides da Silveira	687.454.439-04	441	Palhoça 01
Fernando Henrique Ransolin	091.465.439-02	442	Palhoça 01
Luiz Borges de Gouveia	391.343.778-91	443	Palhoça 01
Marina do Nascimento da Rocha	067.437.249-20	444	Palhoça 01
Carla Elenara Silva	015.670.489-78	445	Palhoça 01
Osman Silvy	632.617.829-00	446	Palhoça 01
Maria Zenaide Silvy Rodrigues	654.625.219-87	447	Palhoça 01
João Batista Cardoso	753.630.979-15	448	Palhoça 01
José Cardoso Cunha	490.386.999-72	449	Palhoça 01
Ederson Priebe	040.913.129-69	450	Palhoça 01
Marcos Padilha Rodrigues	022.310.379-98	451	Palhoça 01
José João Elias	416.633.739-49	452	Palhoça 01
Marcos Rocha	769.098.679-04	453	Palhoça 01
Rosebeg da Rosa	018.502.989-20	475	Palhoça 01
Fabio da Rosa	044.552.219-48	476	Palhoça 01
Adriano Sabino da Silva	032.487.829-00	477	Palhoça 01
Carlos Augusto Espindola	801.020.699-72	478	Palhoça 01
Joel Paulo Cardoso	701.405.709-00	479	Palhoça 01
Marcos Sabino da Silva	034.507.859-40	480	Palhoça 01
Luiz Carlos Pavanato	552.322.219-49	481	Palhoça 01
Ailton Caetano da Silveira	483.721.109-72	482	Palhoça 01
Rodrigo Sabino da Silva	059.641.959-70	483	Palhoça 01
Laurete Maria da Costa	030.822.449-39	484	Palhoça 01
Marli Aparecida de Lara	019.201.129-44	485	Palhoça 01
João Maria Fraga	573.516.009-53	486	Palhoça 01
Anderson Ailton da Silveira	031.802.469-10	487	Palhoça 01
Raul Macario de Lima	010.538.539-55	488	Palhoça 01

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Antônio Vieira Cardoso	018.314.359-00	489	Palhoça 01
Maria Inacia de Lara Fraga	000.038.959-55	490	Palhoça 01
Renato Pereira	818.051.109-00	661	Palhoça 01
Nilson Vieira Junior	056.726.049-60	664	Palhoça 01
Sebastião João Martins	429.156.359-00	665	Palhoça 01
Anésio Nelson Alves	946.675.518-87	666	Palhoça 01
Dalva Herondina Batista Alves	299.818.089-20	667	Palhoça 01
Eduardo Martins Steinmetz	034.305.759-07	668	Palhoça 01
Tamara Alves	034.513.679-98	669	Palhoça 01
Silvana Weingartner Bruchado	771.992.789-34	670	Palhoça 01
José Lino Pinheiro	573.374.709-91	671	Palhoça 01
Maria Aparecida da Silva Pinheiro	377.189.759-91	672	Palhoça 01
Elizabete Lucia da Silva	046.819.159-39	673	Palhoça 01
Leonardo Hercilio da Silva	074.865.279-52	674	Palhoça 01
Vera Lucia da Silva	415.848.569-04	675	Palhoça 01
Roseli Maria Eli	019.144.829-05	676	Palhoça 01
Graziela de Araujo Luz Pinheiro	027.179.379-19	677	Palhoça 01
Alexsandro Anesio Pinheiro	040.881.729-14	679	Palhoça 01
Angelita Soares Pinheiro	732.538.049-68	680	Palhoça 01
Lucinei Luciano de Souza	660.782.029-87	681	Palhoça 01
Marta Luciana Barbosa Silveira	049.221.689-40	683	Palhoça 01
Maik Josue Coelho	046.137.619-99	685	Palhoça 01
Valério Gonçalves da Silva	691.708.009-87	686	Palhoça 01
Patrícia Martins Alves	843.152.889-34	687	Palhoça 01
Claudinei Adir Alves	799.876.569-00	690	Palhoça 01
Rodrigo Rudinei Martins	047.736.369-55	692	Palhoça 01
Rafael Martins	087.013.799-92	694	Palhoça 01
Lucas Lino Pinheiro Filho	092.274.299-56	695	Palhoça 01
Paulo Francisco Lucas Filho	895.670.489-91	696	Palhoça 01
Adriana Soares Fritzen	907.777.009-72	698	Palhoça 01
Valdecir Vicente Machado	707.438.199-34	700	Palhoça 01
Idalino José Martins Filho	495.277.899-15	701	Palhoça 01
Rafael Luchi Luz	041.916.239-90	702	Palhoça 01
Valdirene Vicente Machado dos Santos	939.202.889-04	703	Palhoça 01
Thiago de Abreu Hugen	042.383.129-10	704	Palhoça 01
Eduardo Raicik Zluhan	039.648.139-66	705	Palhoça 01
Ricardo Antonio Ventura	021.489.259-03	706	Palhoça 01
Milto José da Silva	344.986.649-49	707	Palhoça 01
Ezenilde Natalia da Rosa Melo	417.396.209-68	708	Palhoça 01
Ricardo Correia	033.005.639-50	709	Palhoça 01
Marcos Vieira Cardoso	047.924.529-02	710	Palhoça 01
Maria Elena Cunha	824.243.069-15	711	Palhoça 01
Raquel dos Passos Cardoso	053.524.559-98	712	Palhoça 01
Silvério Seidel	492.430.989-34	713	Palhoça 01
Maria Nilta Rocha	743.209.479-91	716	Palhoça 01
Rodrigo Ledenir Martins	027.621.989-92	717	Palhoça 01
Carlos Augusto Espindola Filho	088.938.469-00	718	Palhoça 01
Samuel Seidel	090.090.999-46	719	Palhoça 01
Noailton Otávio da Silva	919.830.379-15	736	Palhoça 01
Scheila Cristina Costa	022.039.339-76	737	Palhoça 01
Angela Maykelle Iahn Civeira	043.356.979-45	738	Palhoça 01
Renata Ransolin	068.469.589-83	739	Palhoça 01
José Joscelino da Silveira	732.400.289-72	740	Palhoça 01
Bruna Eduarda Civeira de Azevedo	063.790.279-39	741	Palhoça 01
Osmarina Rosinha do Nascimento Sedrez	826.994.539-00	742	Palhoça 01
Itamar Valmor Ventura	007.962.979-24	743	Palhoça 01
Elio Seidel	430.654.659/49	744	Palhoça 01
Tatiane Cardoso	033.974.119-80	745	Palhoça 01
Edenilson Seidel	059.101.039-97	746	Palhoça 01
Israel de Souza	025.241.159-50	747	Palhoça 01
Manoel Antonio de Limas	179.307.749-53	748	Palhoça 01
Maria Joceleina da Silveira Silvy	895.119.309-82	749	Palhoça 01
Sabino Francisco da Silva	582.859.119-34	750	Palhoça 01
Sidnei Manoel Pedro	035.402.479-55	751	Palhoça 01
Luciana Pierri	017.497.169-92	752	Palhoça 01
Edna Lucia Silveira Faria	005.428.009-50	753	Palhoça 01
Sandro João dos Passos	983.786.439-72	754	Palhoça 01
Valmor Libertino Ventura	007.778.319-02	755	Palhoça 01
Iaros Heinrich Junior	163.424.468-06	756	Palhoça 01
Nair Maria Apolinário	050.945.899-89	757	Palhoça 01
Benta Santilina da Silva	034.496.689-51	758	Palhoça 01
Rafael Ricardo Liberato da Silva	006.081.559-00	88	Penha 01
Gabriela Garbinatto Chevarria	983.903.849-49	89	Penha 01
Dione Maria da Rocha	477.758.319-87	92	Penha 01
Francieli Fortes Ribeiro	002.225.750-00	97	Penha 01
Antônio José dos Santos Júnior	218.447.809-10	98	Penha 01
Mário Cesar Francisco	041.022.649-14	166	Penha 01
Guaraci Rangel Victorino	643.027.509-44	167	Penha 01
Osmar Antônio Suzena Júnior	690.892.809-87	170	Penha 01
Eduardo Wojciechowski Júnior	548.256.449-53	171	Penha 01
Dorival Franklim Bento	073.750.128-65	173	Penha 01
Laureci Soares	433.481.739-49	178	Penha 01
Luciano dos Santos	032.772.619-99	192	Penha 01
João Carlos Cunha	237.774.869-49	200	Penha 01
Pedro Manoel do Nascimento	399.282.509-44	203	Penha 01
Daurizete Manoel Cardoso	914.711.929-20	204	Penha 01
Giovane Francisco Dias	052.353.419-10	45	Penha 02
Domingos José Santos	019.778.589-10	46	Penha 02
Dionary Yoná Victorino da Silva	016.338.519-07	47	Penha 02
Jorge Luiz Rebelo	169.122.339-53	2	Porto Belo 02
Carlos Augusto Gonçalves	047.087.889-40	131	Porto Belo 02
Sidnei Torres Pedroso	422.087.340-68	132	Porto Belo 02
Osmar Manoel dos Santos	181.249.259-68	133	Porto Belo 02
Marlene Marta Martins dos Santos	047.476.639-08	134	Porto Belo 02
Jair Antônio dos Santos	289.412.509-78	135	Porto Belo 02
Luis Henrique de Araújo Miranda	037.478.867-79	276	Porto Belo 02
Cesar Alcioni Boeira	656.542.859-04	277	Porto Belo 02
Ramão Vieira Viecili	004.126.399-55	279	Porto Belo 02
Ricardo Floriano dos Santos	030.743.859-79	280	Porto Belo 02
Paulo Roberto Daniel	410.452.709-20	289	Porto Belo 02
Nilson Gonçalves	378.056.659-15	776	Porto Belo 02
Sérgio Luiz dos Santos	034.512.909-10	209	São Francisco do Sul 01
Paulo Roberto Winckler	321.371.339-20	210	São Francisco do Sul 01
Paulo Roberto Winckler Filho	067.982.169-43	211	São Francisco do Sul 01
Yedmar de Carvalho Lopes	530.444.019-68	212	São Francisco do Sul 01
Maicon Luiz Pinheiro	046.984.939-86	213	São Francisco do Sul 01
Antônio Luiz Pinheiro	249.123.369-04	214	São Francisco do Sul 01
Guilherme Ottoni Zimmermann	656.918.815-15	215	São Francisco do Sul 01
Rosa Maria Kertischka	256.615.368-01	216	São Francisco do Sul 01
Valquíria Bradonski	936.547.669-00	217	São Francisco do Sul 01
Maria do Carmo Santos Machado	549.430.009-91	218	São Francisco do Sul 01
Luiz Anselmo Palazzi Steffen	064.491.839-00	219	São Francisco do Sul 01
Fabrício Hilgenberg	031.211.489-31	220	São Francisco do Sul 01
Valéria de Amorim Kruger	032.810.639-93	221	São Francisco do Sul 01
Mairon Luiz Pinheiro	053.534.079-62	222	São Francisco do Sul 01
Dário Braz Pinheiro	434.448.069/49	223	São Francisco do Sul 01
Bianca Pismel de Almeida	006.688.389-06	224	São Francisco do Sul 01
Pedro Moreno Leipnitz	047.735.859-43	225	São Francisco do Sul 01
Rafael Figueira	067.387.849-02	226	São Francisco do Sul 01
Gilberto Ramos de Braga Filho	029.227.589/74	227	São Francisco do Sul 01
Michelle Terezinha Dias Pinheiro	039.933.739-36	228	São Francisco do Sul 01
Miraci Isabel de Oliveira Correa	936.560.179-72	515	São Francisco do Sul 02
Paulo Roberto Correa	219.140.109-06	516	São Francisco do Sul 02
Michael Daniel Rodrigues	069.249.889-38	517	São Francisco do Sul 02
Vera Lúcia Picasky	632.634.329-15	518	São Francisco do Sul 02
Suellen Carolina Souza	048.366.979-21	367	São Francisco do Sul 03
Rosilda Tavares Ribeiro	720.524.309-20	368	São Francisco do Sul 03
Juliana Gomes Lelis de Oliveira	309.749.868-01	369	São Francisco do Sul 03
Arnaldo Amaral	038.730.211-53	370	São Francisco do Sul 03
Nelson Huth	247.955.429-53	404	São Francisco do Sul 03
Gideão Cruz da Silva	062.474.899-51	371	São Francisco do Sul 08
Aldori Cláudio	569.650.449-34	372	São Francisco do Sul 08
José Persiki	420.508.479-04	385	São Francisco do Sul 08
Geni Persiki	719.410.299-49	386	São Francisco do Sul 08
João Antônio Ramos	421.523.219-87	387	São Francisco do Sul 08
Julio Cesar Monteiro	457.512.939-91	389	São Francisco do Sul 08
Alessandro Hilgenberg	018.591.039-44	393	São Francisco do Sul 08
Michele Pinheiro Hilgenberg	037.915.159-69	394	São Francisco do Sul 08
Deivid da Silva	059.005.169-54	397	São Francisco do Sul 08
Alba Regina da Silva	383.975.529-87	611	São Francisco do Sul 08
Gilmara da Silva	037.038.829-13	612	São Francisco do Sul 08
Elizabeth Soares dos Santos	068.164.409-51	613	São Francisco do Sul 08
Jacó Pedro Sens	441.952.909-10	293	São José 01
Jane Dilma Machado Nunes	556.015.619-15	315	São José 01
Dimas de Souza	469.614.889-00	316	São José 01
Alexandre Aguiar Nunes	065.477.489-79	317	São José 01
Kleber Soares de Souza	083.484.829-54	318	São José 01
Lúcia Soares de Souza	522.956.729-53	321	São José 01
Letícia Nunes Oliveira	050.554.919-06	615	São José 01
Djalma de Souza	469.614.709-63	616	São José 01
Rafael de Jesus	043.683.979-24	617	São José 01
Kleiton Soares de Souza	009.046.549-07	618	São José 01
Sandro Jacó Sens	018.132.159-95	619	São José 01
Sérgio Murilo Nunes	015.493.809-23	620	São José 01
Raquel Silveira	046.926.489-61	627	São José 01
Bernardete Ronchi	582.899.689-49	628	São José 01
Mauro Francisco Sodré Filho	475.765.889-34	633	São José 01
Glauber de Souza	072.294.939-19	634	São José 01
Fabiani Sodré Fabri	059.229.609-11	635	São José 01
Juliana da Cruz	032.651.289-62	636	São José 01
Giliane Mendes	051.487.999-86	637	São José 01
Sidioney Sodre	910.638.509-59	638	São José 01
Luciano de Carvalho Pereira	018.063.809-27	492	São José 02
Lourival de Carvalho Pereira	800.632.509-00	493	São José 02
Leonardo de Carvalho Pereira	910.688.439-34	494	São José 02
Rogério de Souza	701.403.409-04	497	São José 02
Murilo Silveira Fleischmann	807.610.209-00	498	São José 02
Marciel dos Santos	774.180.349-20	499	São José 02
Adir Isidoro Raimundo	375.700.649-68	508	São José 02
Fernanda Conrado	006.741.529-64	509	São José 02
José Luiz Albanas	223.301.359-04	510	São José 02
Jason Platt	909.111.059-72	511	São José 02
Ney Platt	776.581.169-04	513	São José 02

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de unidades produtivas para o cultivo de organismos aquáticos.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da data da publicação dos Extratos dos respectivos contratos no Diário Oficial da União - DOU, de acordo com os prazos definidos no Art. 15 do Decreto 4.895/2003, podendo ser renovados, por igual período, a critério da Concedente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

4MARIA APARECIDA PEREZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 100, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas, no Processo MTPS nº 24000.000101/92, comando nº 348172792 e juntada nº 351015634, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações dos itens 6.1.1, 6.3, 10.1, 10.2 e 10.3; exclusão do item 6.4 e inclusão dos itens 10.4, 10.4.1, 10.4.2, 10.5, entre outros, no Plano de Aposentadoria DeseretPrev - CNPB 1998.0023-65, administrado pelo Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

PORTARIAS Nº 103, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas, no Processo MTPS nº 24000.000101/92, comando nº 348792376 e juntada nº 351099903, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações dos itens 2.17, 2.21, 2.26, 3.2, 3.2.1, 3.3.1, 3.3.3, 3.3.5, 4.2, 4.7.3, 4.8.3, 4.10.2, 4.11.2, 4.11.3, 4.12, 4.12.1, 4.13, 4.13.1, 4.17, 5.10, dentre outros, no Plano de Benefícios Cornprev - CNPB 1998.0053-56, administrado pelo Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

PORTARIAS Nº 105, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075,

de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas, no Processo MPAS nº 44000.008263/97-57, comando nº 345992172 e juntada nº 351268937, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações dos itens 2.2, 2.3, 6.6, 9.1.3.1, 10.2.1 alínea "a", renumerações pontuais, bem como exclusão do item 9.1.1.7, do regulamento do Plano de Aposentadoria Itaubank - CNPB nº 1997.0046-74, administrado pela Itaubank - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

PORTARIA Nº 107, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 300.000035/7719-85, sob o comando nº 349911424 e juntada nº 351099629, resolve:

N° 107 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os artigos 1º, 3º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38 e 42, do Estatuto da Entidade Fechada de Previdência Complementar PREVIBOSCH - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

PORTARIA Nº 108, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.000629/93, sob o comando nº 350983573 e juntada nº 351303784, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a ABRILPREV - Sociedade de Previdência Privada e a Entrega Fácil Logística Integrada Ltda, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Abrilprev CNPB nº 1993.0008-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 357, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Institui a Semana Anual de Mobilização Saúde na Escola (Semana Saúde na Escola) e o respectivo incentivo financeiro, e estabelece regras específicas para a execução no ano de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

Considerando a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que preconiza a coordenação do cuidado a partir da atenção básica organizada pela estratégia Saúde da Família;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a Portaria nº 1.910/GM/MS, de 8 de agosto de 2011, que estabelece o Termo de Compromisso Municipal como instrumento para transferência dos recursos financeiros do Programa Saúde na Escola (PSE), resolve:

Art. 1º Fica instituída a Semana Anual de Mobilização Saúde na Escola (Semana Saúde na Escola).

Art. 2º Poderão aderir à Semana Saúde na Escola os Municípios e o Distrito Federal, desde que tenham concluído o processo de pactuação com o Programa Saúde na Escola (PSE), junto ao Sistema de Monitoramento e Avaliação do PSE.

Parágrafo único. Os entes federados referidos no "caput" poderão aderir à Semana Saúde na Escola por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PSE, disponível no sítio eletrônico http://simec.mec.gov.br, no período determinado a cada ano em ato específico.

Art. 3º Fica instituído incentivo financeiro destinado aos entes federados que aderirem à Semana Saúde na Escola, no valor de 1/12 (um doze avos) da parcela mensal repassada às Equipes de Saúde da Família (ESF) que atuarão na execução na Semana Saúde na Escola.

§ 1º Para fins do cálculo do incentivo instituído no "caput", os entes federados beneficiários deverão informar o número que ESF que atuarão na Semana Saúde na Escola, por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PSE.

§ 2º O repasse do incentivo ficará condicionado ao registro das ações realizadas durante a Semana Saúde na Escola junto ao Sistema de Avaliação e Monitoramento do PSE, o qual deverá ser realizado no período de até 60 dias após o término da Semana Saúde na Escola.

§ 3º A transferência do incentivo financeiro instituído no "caput" será efetivada por meio de repasse Fundo a Fundo.

Art. 4º As ações realizadas durante a Semana Saúde na Escola serão contabilizadas para o alcance das metas pactuadas no Termo de Compromisso do Programa Saúde na Escola.

Art. 5º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria farão parte do Bloco de Atenção Básica e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.301.1214.20AD - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde da Família.

Art. 6º No ano de 2012, a Semana Saúde na Escola ocorrerá no período de 5 a 9 de março, tendo como tema principal a prevenção e o controle da obesidade de crianças e adolescentes.

§ 1º Para o ano de 2012, poderão aderir à Semana Saúde na Escola os Municípios listados nos Anexo I desta Portaria.

§ 2º Para o ano de 2012, o valor do incentivo financeiro instituído no art. 3º será de R$ 558,30 (quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos) por ESF participante da Semana Saúde na Escola.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO
AC	120001	ACRELÂNDIA
AC	120005	ASSIS BRASIL
AC	120013	BUJARI
AC	120017	CAPIXABA
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA
AC	120032	JORDÃO
AC	120033	MÂNCIO LIMA
AC	120034	MANOEL URBANO
AC	120038	PLÁCIDO DE CASTRO
AC	120080	PORTO ACRE
AC	120040	RIO BRANCO
AC	120043	SANTA ROSA DO PURUS
AC	120050	SENA MADUREIRA
AC	120045	SENADOR GUIOMARD
AC	120060	TARAUACÁ
AC	120070	XAPURI
AL	270010	ÁGUA BRANCA
AL	270020	ANADIA
AL	270030	ARAPIRACA
AL	270040	ATALAIA
AL	270050	BARRA DE SANTO ANTÔNIO
AL	270070	BATALHA
AL	270080	BELÉM
AL	270090	BELO MONTE
AL	270100	BOCA DA MATA
AL	270110	BRANQUINHA
AL	270120	CACIMBINHAS
AL	270130	CAJUEIRO
AL	270135	CAMPESTRE
AL	270150	CAMPO GRANDE
AL	270160	CANAPI
AL	270170	CAPELA
AL	270180	CARNEIROS
AL	270190	CHÃ PRETA
AL	270200	COITÉ DO NÓIA
AL	270210	COLÔNIA LEOPOLDINA
AL	270220	COQUEIRO SECO
AL	270230	CORURIPE
AL	270235	CRAÍBAS
AL	270250	DOIS RIACHOS
AL	270255	ESTRELA DE ALAGOAS
AL	270260	FEIRA GRANDE
AL	270270	FELIZ DESERTO
AL	270280	FLEXEIRAS
AL	270290	GIRAU DO PONCIANO
AL	270300	IBATEGUARA
AL	270310	IGACI
AL	270320	IGREJA NOVA
AL	270330	INHAPI
AL	270340	JACARÉ DOS HOMENS
AL	270350	JACUÍPE
AL	270370	JARAMATAIA
AL	270375	JEQUIÁ DA PRAIA
AL	270380	JOAQUIM GOMES
AL	270390	JUNDIÁ
AL	270400	JUNQUEIRO
AL	270410	LAGOA DA CANOA
AL	270420	LIMOEIRO DE ANADIA
AL	270430	MACEIÓ
AL	270440	MAJOR ISIDORO
AL	270490	MAR VERMELHO
AL	270450	MARAGOGI
AL	270460	MARAVILHA
AL	270470	MARECHAL DEODORO
AL	270480	MARIBONDO
AL	270500	MATA GRANDE
AL	270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE
AL	270530	MINADOR DO NEGRÃO
AL	270540	MONTEIRÓPOLIS
AL	270550	MURICI
AL	270560	NOVO LINO
AL	270570	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES
AL	270580	OLHO D'ÁGUA DO CASADO
AL	270590	OLHO D'ÁGUA GRANDE
AL	270600	OLIVENÇA
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS
AL	270640	PÃO DE AÇÚCAR
AL	270642	PARICONHA
AL	270650	PASSO DE CAMARAGIBE
AL	270660	PAULO JACINTO
AL	270670	PENEDO
AL	270680	PIAÇABUÇU
AL	270690	PILAR
AL	270700	PINDOBA
AL	270710	PIRANHAS
AL	270720	POÇO DAS TRINCHEIRAS
AL	270730	PORTO CALVO
AL	270740	PORTO DE PEDRAS
AL	270750	PORTO REAL DO COLÉGIO
AL	270760	QUEBRANGULO
AL	270780	ROTEIRO
AL	270790	SANTA LUZIA DO NORTE
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA
AL	270810	SANTANA DO MUNDAÚ
AL	270820	SÃO BRÁS
AL	270830	SÃO JOSÉ DA LAJE
AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA
AL	270850	SÃO LUÍS DO QUITUNDE
AL	270860	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
AL	270870	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES
AL	270880	SÃO SEBASTIÃO
AL	270890	SATUBA
AL	270895	SENADOR RUI PALMEIRA
AL	270900	TANQUE D'ARCA
AL	270910	TAQUARANA
AL	270915	TEOTÔNIO VILELA
AL	270920	TRAIPU
AL	270930	UNIÃO DOS PALMARES
AM	130002	ALVARÃES
AM	130008	ANAMÃ
AM	130014	APUÍ
AM	130030	AUTAZES
AM	130063	BERURI
AM	130080	BORBA
AM	130083	CAAPIRANGA
AM	130110	CAREIRO
AM	130115	CAREIRO DA VÁRZEA
AM	130130	CODAJÁS
AM	130140	EIRUNEPÉ
AM	130165	GUAJARÁ
AM	130180	IPIXUNA
AM	130185	IRANDUBA
AM	130190	ITACOATIARA
AM	130200	ITAPIRANGA
AM	130210	JAPURÁ
AM	130220	JURUÁ
AM	130230	JUTAÍ
AM	130240	LÁBREA
AM	130250	MANACAPURU
AM	130260	MANAUS
AM	130290	MAUÉS
AM	130310	NOVA OLINDA DO NORTE
AM	130340	PARINTINS
AM	130353	PRESIDENTE FIGUEIREDO
AM	130395	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ
AM	130400	SILVES
AM	130410	TAPAUÁ
AM	130426	UARINI
AM	130440	URUCURITUBA
AP	160027	LARANJAL DO JARI
AP	160030	MACAPÁ
BA	290010	ABAÍRA
BA	290030	ACAJUTIBA
BA	290040	ÁGUA FRIA
BA	290060	AIQUARA
BA	290080	ALCOBAÇA
BA	290090	ALMADINA
BA	290110	AMÉLIA RODRIGUES
BA	290120	ANAGÉ
BA	290130	ANDARAÍ
BA	290135	ANDORINHA
BA	290150	ANGUERA
BA	290160	ANTAS
BA	290170	ANTÔNIO CARDOSO
BA	290195	APUAREMA
BA	290205	ARAÇAS
BA	290220	ARAMARI
BA	290225	ARATACA
BA	290250	BAIANÓPOLIS
BA	290260	BAIXA GRANDE
BA	290265	BANZAÊ
BA	290290	BARRA DO CHOÇA
BA	290310	BARRA DO ROCHA
BA	290323	BARRO ALTO
BA	290330	BARRO PRETO
BA	290327	BARROCAS
BA	290340	BELMONTE
BA	290350	BELO CAMPO
BA	290360	BIRITINGA
BA	290380	BOA VISTA DO TUPIM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BA	290395	BOM JESUS DA SERRA
BA	290400	BONINAL
BA	290405	BONITO
BA	290430	BREJÕES
BA	290440	BREJOLÂNDIA
BA	290470	BUERAREMA
BA	290485	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU
BA	290490	CACHOEIRA
BA	290510	CAÉM
BA	290540	CAIRU
BA	290550	CALDEIRÃO GRANDE
BA	290560	CAMACAN
BA	290580	CAMAMU
BA	290610	CANÁPOLIS
BA	290620	CANARANA
BA	290630	CANAVIEIRAS
BA	290640	CANDEAL
BA	290680	CANSANÇÃO
BA	290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE
BA	290687	CAPIM GROSSO
BA	290689	CARAÍBAS
BA	290690	CARAVELAS
BA	290700	CARDEAL DA SILVA
BA	290730	CASTRO ALVES
BA	290740	CATOLÂNDIA
BA	290755	CATURAMA
BA	290770	CHORROCHÓ
BA	290780	CÍCERO DANTAS
BA	290790	CIPÓ
BA	290810	COCOS
BA	290820	CONCEIÇÃO DA FEIRA
BA	290830	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA
BA	290840	CONCEIÇÃO DO COITÉ
BA	290850	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE
BA	290860	CONDE
BA	290900	CORDEIROS
BA	290910	CORIBE
BA	290920	CORONEL JOÃO SÁ
BA	290950	CRAVOLÂNDIA
BA	290960	CRISÓPOLIS
BA	290970	CRISTÓPOLIS
BA	291000	DÁRIO MEIRA
BA	291020	DOM MACEDO COSTA
BA	291030	ELÍSIO MEDRADO
BA	291040	ENCRUZILHADA
BA	290050	ÉRICO CARDOSO
BA	291060	ESPLANADA
BA	291072	EUNÁPOLIS
BA	291075	FÁTIMA
BA	291077	FEIRA DA MATA
BA	291085	FILADÉLFIA
BA	291090	FIRMINO ALVES
BA	291100	FLORESTA AZUL
BA	291125	GAVIÃO
BA	291140	GLÓRIA
BA	291150	GONGOGI
BA	291160	GOVERNADOR MANGABEIRA
BA	291180	GUARATINGA
BA	291185	HELIÓPOLIS
BA	291190	IAÇU
BA	291200	IBIASSUCÊ
BA	291210	IBICARAÍ
BA	291230	IBICUÍ
BA	291240	IBIPEBA
BA	291250	IBIPITANGA
BA	291270	IBIRAPITANGA
BA	291320	IBOTIRAMA
BA	291330	ICHU
BA	291350	IGUAÍ
BA	291380	IPECAETÁ
BA	291410	IPUPIARA
BA	291420	IRAJUBA
BA	291430	IRAMAIA
BA	291440	IRAQUARA
BA	291465	ITABELA
BA	291500	ITAETÉ
BA	291510	ITAGI
BA	291530	ITAGIMIRIM
BA	291540	ITAJU DO COLÔNIA
BA	291550	ITAJUÍPE
BA	291560	ITAMARAJU
BA	291570	ITAMARI
BA	291590	ITANAGRA
BA	291600	ITANHÉM
BA	291620	ITAPÉ
BA	291630	ITAPEBI
BA	291660	ITAPITANGA
BA	291670	ITAQUARA
BA	291685	ITATIM
BA	291690	ITIRUÇU
BA	291735	JABORANDI
BA	291760	JAGUAQUARA
BA	291790	JANDAÍRA
BA	291830	JITAÚNA
BA	291835	JOÃO DOURADO
BA	291840	JUAZEIRO
BA	291845	JUCURUÇU
BA	291855	JUSSARI
BA	291870	LAFAIETE COUTINHO
BA	291875	LAGOA REAL
BA	291880	LAJE
BA	291900	LAJEDINHO
BA	291920	LAURO DE FREITAS
BA	291940	LICÍNIO DE ALMEIDA
BA	291960	MACAJUBA
BA	291970	MACARANI
BA	291990	MACURURÉ
BA	291995	MAETINGA
BA	292010	MAIRI
BA	292020	MALHADA
BA	292040	MANOEL VITORINO
BA	292070	MARAÚ
BA	292080	MARCIONÍLIO SOUZA
BA	292090	MASCOTE
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO
BA	292110	MEDEIROS NETO
BA	292130	MILAGRES
BA	292140	MIRANGABA
BA	292145	MIRANTE
BA	292150	MONTE SANTO
BA	292160	MORPARÁ
BA	292170	MORRO DO CHAPÉU
BA	292180	MORTUGABA
BA	292190	MUCUGÊ
BA	292200	MUCURI
BA	292210	MUNDO NOVO
BA	292220	MUNIZ FERREIRA
BA	292225	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO
BA	292230	MURITIBA
BA	292240	MUTUÍPE
BA	292250	NAZARÉ
BA	292260	NILO PEÇANHA
BA	292265	NORDESTINA
BA	292270	NOVA CANAÃ
BA	292273	NOVA FÁTIMA
BA	292280	NOVA ITARANA
BA	292285	NOVA REDENÇÃO
BA	292300	NOVA VIÇOSA
BA	292305	NOVO TRIUNFO
BA	292310	OLINDINA
BA	292320	OLIVEIRA DOS BREJINHOS
BA	292330	OURIÇANGAS
BA	292335	OUROLÂNDIA
BA	292350	PALMEIRAS
BA	292360	PARAMIRIM
BA	292390	PAU BRASIL
BA	292400	PAULO AFONSO
BA	292405	PÉ DE SERRA
BA	292410	PEDRÃO
BA	292430	PIATÃ
BA	292460	PINDOBAÇU
BA	292465	PINTADAS
BA	292467	PIRAÍ DO NORTE
BA	292470	PIRIPÁ
BA	292490	PLANALTINO
BA	292500	PLANALTO
BA	292520	POJUCA
BA	292525	PONTO NOVO
BA	292530	PORTO SEGURO
BA	292540	POTIRAGUÁ
BA	292550	PRADO
BA	292560	PRESIDENTE DUTRA
BA	292570	PRESIDENTE JÂNIO QUADROS
BA	292575	PRESIDENTE TANCREDO NEVES
BA	292590	QUIJINGUE
BA	292593	QUIXABEIRA
BA	292595	RAFAEL JAMBEIRO
BA	292610	RETIROLÂNDIA
BA	292630	RIACHÃO DO JACUÍPE
BA	292650	RIBEIRA DO AMPARO
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL
BA	292665	RIBEIRÃO DO LARGO
BA	292670	RIO DE CONTAS
BA	292680	RIO DO ANTÔNIO
BA	292690	RIO DO PIRES
BA	292730	SALINAS DA MARGARIDA
BA	292740	SALVADOR
BA	292750	SANTA BÁRBARA
BA	292760	SANTA BRÍGIDA
BA	292770	SANTA CRUZ CABRÁLIA
BA	292780	SANTA CRUZ DA VITÓRIA
BA	292790	SANTA INÊS
BA	292805	SANTA LUZIA
BA	292850	SANTA TERESINHA
BA	292830	SANTANÓPOLIS
BA	292870	SANTO ANTÔNIO DE JESUS
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO
BA	292895	SÃO DOMINGOS
BA	292910	SÃO FELIPE
BA	292900	SÃO FÉLIX
BA	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE
BA	292925	SÃO GABRIEL
BA	292930	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS
BA	292935	SÃO JOSÉ DA VITÓRIA
BA	292937	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE
BA	292940	SÃO MIGUEL DAS MATAS
BA	292950	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ
BA	292960	SAPEAÇU
BA	292970	SÁTIRO DIAS
BA	292980	SAÚDE
BA	293000	SEBASTIÃO LARANJEIRAS
BA	293030	SERRA DOURADA
BA	293040	SERRA PRETA
BA	293070	SIMÕES FILHO
BA	293076	SÍTIO DO QUINTO
BA	293077	SOBRADINHO
BA	293090	TABOCAS DO BREJO VELHO
BA	293110	TANQUINHO
BA	293120	TAPEROÁ
BA	293130	TAPIRAMUTÁ
BA	293150	TEOFILÂNDIA
BA	293160	TEOLÂNDIA
BA	293170	TERRA NOVA
BA	293180	TREMEDAL
BA	293220	UBAITABA
BA	293240	UIBAÍ
BA	293260	URANDI
BA	293270	URUÇUCA
BA	293280	UTINGA
BA	293310	VÁRZEA DO POÇO
BA	293317	VARZEDO
BA	293320	VERA CRUZ
BA	293350	WENCESLAU GUIMARÃES
CE	230015	ACARAPE
CE	230030	ACOPIARA
CE	230040	AIUABA
CE	230050	ALCÂNTARAS
CE	230060	ALTANEIRA
CE	230070	ALTO SANTO
CE	230075	AMONTADA
CE	230080	ANTONINA DO NORTE
CE	230090	APUIARÉS
CE	230100	AQUIRAZ
CE	230120	ARACOIABA
CE	230125	ARARENDÁ
CE	230130	ARARIPE
CE	230140	ARATUBA
CE	230150	ARNEIROZ
CE	230160	ASSARÉ
CE	230170	AURORA
CE	230185	BANABUIÚ
CE	230190	BARBALHA
CE	230195	BARREIRA
CE	230200	BARRO
CE	230205	BARROQUINHA
CE	230210	BATURITÉ
CE	230220	BEBERIBE
CE	230230	BELA CRUZ
CE	230250	BREJO SANTO
CE	230260	CAMOCIM
CE	230270	CAMPOS SALES
CE	230280	CANINDÉ
CE	230290	CAPISTRANO
CE	230300	CARIDADE
CE	230310	CARIRÉ
CE	230320	CARIRIAÇU
CE	230330	CARIÚS
CE	230340	CARNAUBAL
CE	230350	CASCAVEL
CE	230360	CATARINA
CE	230370	CAUCAIA
CE	230380	CEDRO
CE	230390	CHAVAL
CE	230393	CHORÓ
CE	230395	CHOROZINHO
CE	230400	COREAÚ
CE	230410	CRATEÚS
CE	230420	CRATO
CE	230423	CROATÁ
CE	230425	CRUZ
CE	230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO
CE	230427	ERERÊ
CE	230428	EUSÉBIO
CE	230430	FARIAS BRITO
CE	230435	FORQUILHA
CE	230440	FORTALEZA
CE	230445	FORTIM
CE	230450	FRECHEIRINHA
CE	230460	GENERAL SAMPAIO
CE	230480	GRANJEIRO
CE	230495	GUAIÚBA
CE	230500	GUARACIABA DO NORTE
CE	230510	GUARAMIRANGA
CE	230520	HIDROLÂNDIA
CE	230523	HORIZONTE
CE	230526	IBARETAMA
CE	230530	IBIAPINA
CE	230533	IBICUITINGA
CE	230535	ICAPUÍ
CE	230550	IGUATU
CE	230560	INDEPENDÊNCIA
CE	230565	IPAPORANGA
CE	230570	IPAUMIRIM
CE	230600	IRACEMA
CE	230610	IRAUÇUBA
CE	230625	ITAITINGA
CE	230630	ITAPAGÉ
CE	230640	ITAPIPOCA
CE	230650	ITAPIÚNA
CE	230655	ITAREMA
CE	230660	ITATIRA
CE	230670	JAGUARETAMA
CE	230680	JAGUARIBARA
CE	230690	JAGUARIBE
CE	230700	JAGUARUANA
CE	230710	JARDIM
CE	230720	JATI
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE
CE	230740	JUCÁS
CE	230750	LAVRAS DA MANGABEIRA
CE	230760	LIMOEIRO DO NORTE
CE	230763	MADALENA
CE	230765	MARACANAÚ
CE	230770	MARANGUAPE
CE	230780	MARCO
CE	230790	MARTINÓPOLE
CE	230810	MAURITI
CE	230820	MERUOCA
CE	230835	MILHÃ
CE	230837	MIRAÍMA
CE	230840	MISSÃO VELHA
CE	230860	MONSENHOR TABOSA
CE	230870	MORADA NOVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CE	230880	MORAÚJO
CE	230890	MORRINHOS
CE	230900	MUCAMBO
CE	230910	MULUNGU
CE	230920	NOVA OLINDA
CE	230930	NOVA RUSSAS
CE	230945	OCARA
CE	230950	ORÓS
CE	230960	PACAJUS
CE	230970	PACATUBA
CE	230980	PACOTI
CE	230990	PACUJÁ
CE	231000	PALHANO
CE	231010	PALMÁCIA
CE	231020	PARACURU
CE	231025	PARAIPABA
CE	231050	PEDRA BRANCA
CE	231060	PENAFORTE
CE	231070	PENTECOSTE
CE	231080	PEREIRO
CE	231085	PINDORETAMA
CE	231090	PIQUET CARNEIRO
CE	231095	PIRES FERREIRA
CE	231100	PORANGA
CE	231110	PORTEIRAS
CE	231120	POTENGI
CE	231123	POTIRETAMA
CE	231130	QUIXADÁ
CE	231135	QUIXELÔ
CE	231140	QUIXERAMOBIM
CE	231150	QUIXERÉ
CE	231160	REDENÇÃO
CE	231170	RERIUTABA
CE	231180	RUSSAS
CE	231190	SABOEIRO
CE	231195	SALITRE
CE	231220	SANTA QUITÉRIA
CE	231200	SANTANA DO ACARAÚ
CE	231210	SANTANA DO CARIRI
CE	231240	SÃO GONÇALO DO AMARANTE
CE	231250	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE
CE	231260	SÃO LUÍS DO CURU
CE	231270	SENADOR POMPEU
CE	231280	SENADOR SÁ
CE	231290	SOBRAL
CE	231300	SOLONÓPOLE
CE	231310	TABULEIRO DO NORTE
CE	231320	TAMBORIL
CE	231325	TARRAFAS
CE	231330	TAUÁ
CE	231335	TEJUÇUOCA
CE	231350	TRAIRI
CE	231355	TURURU
CE	231360	UBAJARA
CE	231370	UMARI
CE	231375	UMIRIM
CE	231380	URUBURETAMA
CE	231390	URUOCA
CE	231395	VARJOTA
DF	530010	BRASÍLIA
ES	320016	ÁGUA DOCE DO NORTE
ES	320035	ALTO RIO NOVO
ES	320070	ATILIO VIVACQUA
ES	320080	BAIXO GUANDU
ES	320100	BOA ESPERANÇA
ES	320110	BOM JESUS DO NORTE
ES	320115	BREJETUBA
ES	320130	CARIACICA
ES	320150	COLATINA
ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO
ES	320245	IBATIBA
ES	320265	IRUPI
ES	320332	MARATAÍZES
ES	320340	MIMOSO DO SUL
ES	320360	MUCURICI
ES	320380	MUQUI
ES	320420	PIÚMA
ES	320425	PONTO BELO
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ
ES	320460	SANTA TERESA
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO
ES	320490	SÃO MATEUS
ES	320503	VARGEM ALTA
ES	320520	VILA VELHA
ES	320530	VITÓRIA
GO	520015	ADELÂNDIA
GO	520055	ALTO HORIZONTE
GO	520060	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
GO	520080	ALVORADA DO NORTE
GO	520082	AMARALINA
GO	520085	AMERICANO DO BRASIL
GO	520090	AMORINÓPOLIS
GO	520110	ANÁPOLIS
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA
GO	520145	APARECIDA DO RIO DOCE
GO	520150	APORÉ
GO	520170	ARAGARÇAS
GO	520180	ARAGOIÂNIA
GO	520235	ARENÓPOLIS
GO	520260	AURILÂNDIA
GO	520280	AVELINÓPOLIS
GO	520310	BALIZA
GO	520330	BELA VISTA DE GOIÁS
GO	520340	BOM JARDIM DE GOIÁS
GO	520355	BONFINÓPOLIS
GO	520357	BONÓPOLIS
GO	520360	BRAZABRANTES
GO	520380	BRITÂNIA
GO	520396	BURITINÓPOLIS
GO	520410	CACHOEIRA ALTA
GO	520420	CACHOEIRA DE GOIÁS
GO	520465	CAMPINAÇU
GO	520480	CAMPO ALEGRE DE GOIÁS
GO	520490	CAMPOS BELOS
GO	520520	CATURAÍ
GO	520530	CAVALCANTE
GO	520540	CERES
GO	520545	CEZARINA
GO	520549	CIDADE OCIDENTAL
GO	520551	COCALZINHO DE GOIÁS
GO	520570	CÓRREGO DO OURO
GO	520580	CORUMBÁ DE GOIÁS
GO	520620	CRISTALINA
GO	520650	CROMÍNIA
GO	520670	DAMIANÓPOLIS
GO	520735	EDEALINA
GO	520740	EDÉIA
GO	520760	FAZENDA NOVA
GO	520780	FIRMINÓPOLIS
GO	520800	FORMOSA
GO	520870	GOIÂNIA
GO	520880	GOIANIRA
GO	520890	GOIÁS
GO	520920	GUAPÓ
GO	520929	GUARAÍTA
GO	520940	GUARANI DE GOIÁS
GO	520970	HIDROLÂNDIA
GO	520990	IACIARA
GO	521000	INHUMAS
GO	521010	IPAMERI
GO	521020	IPORÁ
GO	521030	ISRAELÂNDIA
GO	521090	ITAPACI
GO	521100	ITAPIRAPUÃ
GO	521130	ITARUMÃ
GO	521140	ITAUÇU
GO	521170	JANDAIA
GO	521205	JESÚPOLIS
GO	521230	LEOPOLDO DE BULHÕES
GO	521260	MAIRIPOTABA
GO	521270	MAMBAÍ
GO	521290	MARZAGÃO
GO	521375	MONTIVIDIU
GO	521377	MONTIVIDIU DO NORTE
GO	521385	MORRO AGUDO DE GOIÁS
GO	521405	MUNDO NOVO
GO	521440	NAZÁRIO
GO	521450	NERÓPOLIS
GO	521460	NIQUELÂNDIA
GO	521470	NOVA AMÉRICA
GO	521487	NOVA IGUAÇU DE GOIÁS
GO	521520	NOVO BRASIL
GO	521525	NOVO PLANALTO
GO	521560	PADRE BERNARDO
GO	521565	PALESTINA DE GOIÁS
GO	521590	PALMINÓPOLIS
GO	521640	PARAÚNA
GO	521645	PEROLÂNDIA
GO	521680	PETROLINA DE GOIÁS
GO	521710	PIRACANJUBA
GO	521760	PLANALTINA
GO	521810	PORTELÂNDIA
GO	521839	PROFESSOR JAMIL
GO	521860	RIALMA
GO	521870	RIANÁPOLIS
GO	521878	RIO QUENTE
GO	521880	RIO VERDE
GO	521890	RUBIATABA
GO	521910	SANTA BÁRBARA DE GOIÁS
GO	521925	SANTA FÉ DE GOIÁS
GO	521930	SANTA HELENA DE GOIÁS
GO	521935	SANTA ISABEL
GO	521950	SANTA ROSA DE GOIÁS
GO	521971	SANTO ANTÔNIO DA BARRA
GO	521973	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS
GO	521980	SÃO DOMINGOS
GO	522000	SÃO JOÃO D'ALIANÇA
GO	522010	SÃO LUÍS DE MONTES BELOS
GO	522015	SÃO LUÍZ DO NORTE
GO	522026	SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO
GO	522045	SENADOR CANEDO
GO	522050	SERRANÓPOLIS
GO	522060	SILVÂNIA
GO	522068	SIMOLÂNDIA
GO	522070	SÍTIO D'ABADIA
GO	522100	TAQUARAL DE GOIÁS
GO	522108	TERESINA DE GOIÁS
GO	522130	TRÊS RANCHOS
GO	522140	TRINDADE
GO	522150	TURVÂNIA
GO	522185	VALPARAÍSO DE GOIÁS
MA	210005	AÇAILÂNDIA
MA	210010	AFONSO CUNHA
MA	210015	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO
MA	210020	ALCÂNTARA
MA	210030	ALDEIAS ALTAS
MA	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO
MA	210043	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO
MA	210047	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
MA	210050	ALTO PARNAÍBA
MA	210055	AMAPÁ DO MARANHÃO
MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO
MA	210070	ANAJATUBA
MA	210083	APICUM-AÇU
MA	210087	ARAGUANÃ
MA	210100	ARARI
MA	210110	AXIXÁ
MA	210120	BACABAL
MA	210125	BACABEIRA
MA	210130	BACURI
MA	210135	BACURITUBA
MA	210140	BALSAS
MA	210150	BARÃO DE GRAJAÚ
MA	210170	BARREIRINHAS
MA	210173	BELÁGUA
MA	210180	BENEDITO LEITE
MA	210190	BEQUIMÃO
MA	210193	BERNARDO DO MEARIM
MA	210200	BOM JARDIM
MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS
MA	210207	BOM LUGAR
MA	210210	BREJO
MA	210215	BREJO DE AREIA
MA	210220	BURITI
MA	210235	BURITIRANA
MA	210237	CACHOEIRA GRANDE
MA	210240	CAJAPIÓ
MA	210250	CAJARI
MA	210260	CÂNDIDO MENDES
MA	210270	CANTANHEDE
MA	210275	CAPINZAL DO NORTE
MA	210280	CAROLINA
MA	210290	CARUTAPERA
MA	210300	CAXIAS
MA	210312	CENTRAL DO MARANHÃO
MA	210315	CENTRO DO GUILHERME
MA	210317	CENTRO NOVO DO MARANHÃO
MA	210325	CIDELÂNDIA
MA	210330	CODÓ
MA	210340	COELHO NETO
MA	210350	COLINAS
MA	210355	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU
MA	210360	COROATÁ
MA	210370	CURURUPU
MA	210375	DAVINÓPOLIS
MA	210380	DOM PEDRO
MA	210390	DUQUE BACELAR
MA	210400	ESPERANTINÓPOLIS
MA	210405	ESTREITO
MA	210407	FEIRA NOVA DO MARANHÃO
MA	210408	FERNANDO FALCÃO
MA	210409	FORMOSA DA SERRA NEGRA
MA	210410	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS
MA	210420	FORTUNA
MA	210440	GONÇALVES DIAS
MA	210450	GOVERNADOR ARCHER
MA	210455	GOVERNADOR EDISON LOBÃO
MA	210460	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS
MA	210462	GOVERNADOR LUIZ ROCHA
MA	210467	GOVERNADOR NUNES FREIRE
MA	210470	GRAÇA ARANHA
MA	210480	GRAJAÚ
MA	210490	GUIMARÃES
MA	210500	HUMBERTO DE CAMPOS
MA	210510	ICATU
MA	210515	IGARAPÉ DO MEIO
MA	210520	IGARAPÉ GRANDE
MA	210535	ITAIPAVA DO GRAJAÚ
MA	210540	ITAPECURU MIRIM
MA	210542	ITINGA DO MARANHÃO
MA	210545	JATOBÁ
MA	210547	JENIPAPO DOS VIEIRAS
MA	210550	JOÃO LISBOA
MA	210560	JOSELÂNDIA
MA	210565	JUNCO DO MARANHÃO
MA	210570	LAGO DA PEDRA
MA	210580	LAGO DO JUNCO
MA	210594	LAGO DOS RODRIGUES
MA	210590	LAGO VERDE
MA	210592	LAGOA DO MATO
MA	210596	LAGOA GRANDE DO MARANHÃO
MA	210598	LAJEADO NOVO
MA	210600	LIMA CAMPOS
MA	210610	LORETO
MA	210620	LUÍS DOMINGUES
MA	210630	MAGALHÃES DE ALMEIDA
MA	210632	MARACAÇUMÉ
MA	210635	MARAJÁ DO SENA
MA	210637	MARANHÃOZINHO
MA	210640	MATA ROMA
MA	210650	MATINHA
MA	210660	MATÕES
MA	210663	MATÕES DO NORTE
MA	210667	MILAGRES DO MARANHÃO
MA	210670	MIRADOR
MA	210675	MIRANDA DO NORTE
MA	210680	MIRINZAL
MA	210710	MORROS
MA	210720	NINA RODRIGUES
MA	210725	NOVA COLINAS
MA	210730	NOVA IORQUE
MA	210735	NOVA OLINDA DO MARANHÃO
MA	210740	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS
MA	210745	OLINDA NOVA DO MARANHÃO
MA	210750	PAÇO DO LUMIAR
MA	210760	PALMEIRÂNDIA
MA	210770	PARAIBANO
MA	210780	PARNARAMA
MA	210790	PASSAGEM FRANCA
MA	210800	PASTOS BONS
MA	210805	PAULINO NEVES
MA	210810	PAULO RAMOS
MA	210820	PEDREIRAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MA	210825	PEDRO DO ROSÁRIO
MA	210830	PENALVA
MA	210840	PERI MIRIM
MA	210845	PERITORÓ
MA	210850	PINDARÉ-MIRIM
MA	210860	PINHEIRO
MA	210870	PIO XII
MA	210880	PIRAPEMAS
MA	210900	PORTO FRANCO
MA	210905	PORTO RICO DO MARANHÃO
MA	210910	PRESIDENTE DUTRA
MA	210920	PRESIDENTE JUSCELINO
MA	210923	PRESIDENTE MÉDICI
MA	210927	PRESIDENTE SARNEY
MA	210930	PRESIDENTE VARGAS
MA	210940	PRIMEIRA CRUZ
MA	210945	RAPOSA
MA	210950	RIACHÃO
MA	210955	RIBAMAR FIQUENE
MA	210960	ROSÁRIO
MA	210970	SAMBAÍBA
MA	210980	SANTA HELENA
MA	211000	SANTA LUZIA
MA	211003	SANTA LUZIA DO PARUÁ
MA	211010	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO
MA	211020	SANTA RITA
MA	211023	SANTANA DO MARANHÃO
MA	211027	SANTO AMARO DO MARANHÃO
MA	211030	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
MA	211040	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO
MA	211050	SÃO BENTO
MA	211060	SÃO BERNARDO
MA	211065	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO
MA	211070	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
MA	211080	SÃO FÉLIX DE BALSAS
MA	211085	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
MA	211090	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
MA	211100	SÃO JOÃO BATISTA
MA	211107	SÃO JOÃO DO SOTER
MA	211110	SÃO JOÃO DOS PATOS
MA	211120	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
MA	211130	SÃO LUÍS
MA	211140	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO
MA	211150	SÃO MATEUS DO MARANHÃO
MA	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA
MA	211157	SÃO PEDRO DOS CRENTES
MA	211160	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS
MA	211167	SÃO ROBERTO
MA	211172	SATUBINHA
MA	211174	SENADOR ALEXANDRE COSTA
MA	211178	SERRANO DO MARANHÃO
MA	211180	SÍTIO NOVO
MA	211190	SUCUPIRA DO NORTE
MA	211195	SUCUPIRA DO RIACHÃO
MA	211200	TASSO FRAGOSO
MA	211210	TIMBIRAS
MA	211220	TIMON
MA	211245	TURILÂNDIA
MA	211250	TUTÓIA
MA	211260	URBANO SANTOS
MA	211270	VARGEM GRANDE
MA	211280	VIANA
MA	211290	VITÓRIA DO MEARIM
MA	211300	VITORINO FREIRE
MA	211400	ZÉ DOCA
MG	310020	ABAETÉ
MG	310030	ABRE CAMPO
MG	310050	AÇUCENA
MG	310060	ÁGUA BOA
MG	310170	ALMENARA
MG	310180	ALPERCATA
MG	315350	ALTO JEQUITIBÁ
MG	310210	ALTO RIO DOCE
MG	310240	ALVORADA DE MINAS
MG	310250	AMPARO DO SERRA
MG	310285	ANGELÂNDIA
MG	310320	ARAÇAÍ
MG	310375	ARAPORÃ
MG	310390	ARAÚJOS
MG	310500	BALDIM
MG	310510	BAMBUÍ
MG	310540	BARÃO DE COCAIS
MG	310550	BARÃO DE MONTE ALTO
MG	310570	BARRA LONGA
MG	310600	BELA VISTA DE MINAS
MG	310610	BELMIRO BRAGA
MG	310620	BELO HORIZONTE
MG	310630	BELO ORIENTE
MG	310665	BERIZAL
MG	310660	BERTÓPOLIS
MG	310670	BETIM
MG	310680	BIAS FORTES
MG	310730	BOCAIÚVA
MG	310740	BOM DESPACHO
MG	310750	BOM JARDIM DE MINAS
MG	310770	BOM JESUS DO AMPARO
MG	310790	BOM REPOUSO
MG	310810	BONFIM
MG	310825	BONITO DE MINAS
MG	310830	BORDA DA MATA
MG	310860	BRASÍLIA DE MINAS
MG	310880	BRAÚNAS
MG	310920	BUENÓPOLIS
MG	310925	BUGRE
MG	310930	BURITIS
MG	310270	CACHOEIRA DE PAJEÚ
MG	311020	CAJURI
MG	311070	CAMBUQUIRA
MG	311080	CAMPANÁRIO
MG	311090	CAMPANHA
MG	311120	CAMPO BELO
MG	311150	CAMPOS ALTOS
MG	311205	CANTAGALO
MG	311230	CAPELINHA
MG	311250	CAPIM BRANCO
MG	311265	CAPITÃO ANDRADE
MG	311270	CAPITÃO ENÉAS
MG	311290	CAPUTIRA
MG	311310	CARANAÍBA
MG	311330	CARANGOLA
MG	311360	CAREAÇU
MG	311410	CARMO DE MINAS
MG	311455	CARNEIRINHO
MG	311540	CATAS ALTAS DA NORUEGA
MG	311545	CATUJI
MG	311560	CEDRO DO ABAETÉ
MG	311610	CHAPADA DO NORTE
MG	311615	CHAPADA GAÚCHA
MG	311630	CIPOTÂNEA
MG	311700	COMERCINHO
MG	311520	CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS
MG	311720	CONCEIÇÃO DAS PEDRAS
MG	311800	CONGONHAS
MG	311820	CONQUISTA
MG	311860	CONTAGEM
MG	311870	COQUEIRAL
MG	311880	CORAÇÃO DE JESUS
MG	311920	COROACI
MG	311940	CORONEL FABRICIANO
MG	311980	CÓRREGO DANTA
MG	311995	CÓRREGO FUNDO
MG	312000	CÓRREGO NOVO
MG	312020	CRISTAIS
MG	312083	CUPARAQUE
MG	312087	CURRAL DE DENTRO
MG	312110	DELFIM MOREIRA
MG	312170	DIOGO DE VASCONCELOS
MG	312190	DIVINÉSIA
MG	312210	DIVINO DAS LARANJEIRAS
MG	312230	DIVINÓPOLIS
MG	312250	DOM CAVATI
MG	312260	DOM JOAQUIM
MG	312290	DONA EUSÉBIA
MG	312310	DORES DE GUANHÃES
MG	312352	DURANDÉ
MG	312370	ENGENHEIRO CALDAS
MG	312380	ENGENHEIRO NAVARRO
MG	312385	ENTRE FOLHAS
MG	312420	ESPERA FELIZ
MG	312430	ESPINOSA
MG	312440	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
MG	312460	ESTRELA DALVA
MG	312480	ESTRELA DO SUL
MG	312490	EUGENÓPOLIS
MG	312500	EWBANK DA CÂMARA
MG	312530	FARIA LEMOS
MG	312590	FERROS
MG	312595	FERVEDOURO
MG	312600	FLORESTAL
MG	312650	FRANCISCO BADARÓ
MG	312660	FRANCISCO DUMONT
MG	312670	FRANCISCO SÁ
MG	312675	FRANCISCÓPOLIS
MG	312680	FREI GASPAR
MG	312695	FREI LAGONEGRO
MG	312705	FRONTEIRA DOS VALES
MG	312707	FRUTA DE LEITE
MG	312720	FUNILÂNDIA
MG	312733	GAMELEIRAS
MG	312735	GLAUCILÂNDIA
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES
MG	312780	GRÃO MOGOL
MG	312790	GRUPIARA
MG	312800	GUANHÃES
MG	312825	GUARACIAMA
MG	312830	GUARANÉSIA
MG	312860	GUARDA-MOR
MG	312890	GUIMARÂNIA
MG	312930	IAPU
MG	312960	IBIAÍ
MG	312965	IBIRACATU
MG	312980	IBIRITÉ
MG	313030	IGUATAMA
MG	313055	IMBÉ DE MINAS
MG	313065	INDAIABIRA
MG	313080	INGAÍ
MG	313090	INHAPIM
MG	313110	INIMUTABA
MG	313115	IPABA
MG	313120	IPANEMA
MG	313130	IPATINGA
MG	313150	IPUIÚNA
MG	313170	ITABIRA
MG	313180	ITABIRINHA
MG	313200	ITACAMBIRA
MG	313210	ITACARAMBI
MG	313230	ITAIPÉ
MG	313260	ITAMARATI DE MINAS
MG	313270	ITAMBACURI
MG	313280	ITAMBÉ DO MATO DENTRO
MG	313310	ITANHANDU
MG	313320	ITANHOMI
MG	313330	ITAOBIM
MG	313370	ITATIAIUÇU
MG	313440	ITURAMA
MG	313450	ITUTINGA
MG	313470	JACINTO
MG	313510	JANAÚBA
MG	313535	JAPONVAR
MG	313545	JENIPAPO DE MINAS
MG	313580	JEQUITINHONHA
MG	313600	JOAÍMA
MG	313610	JOANÉSIA
MG	313640	JOAQUIM FELÍCIO
MG	313650	JORDÂNIA
MG	313652	JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
MG	313657	JOSENÓPOLIS
MG	313665	JUATUBA
MG	313700	LADAINHA
MG	313730	LAGOA DOS PATOS
MG	313760	LAGOA SANTA
MG	313800	LARANJAL
MG	313810	LASSANCE
MG	313835	LEME DO PRADO
MG	313840	LEOPOLDINA
MG	313860	LIMA DUARTE
MG	313865	LONTRA
MG	313868	LUISLÂNDIA
MG	313890	MACHACALIS
MG	313920	MALACACHETA
MG	313925	MAMONAS
MG	313930	MANGA
MG	313950	MANHUMIRIM
MG	313990	MARIA DA FÉ
MG	314040	MARMELÓPOLIS
MG	314050	MARTINHO CAMPOS
MG	317150	MATHIAS LOBATO
MG	314080	MATIAS BARBOSA
MG	314085	MATIAS CARDOSO
MG	314090	MATIPÓ
MG	314100	MATO VERDE
MG	314110	MATOZINHOS
MG	314140	MEDINA
MG	314150	MENDES PIMENTEL
MG	314170	MESQUITA
MG	314180	MINAS NOVAS
MG	314190	MINDURI
MG	314220	MIRAÍ
MG	314225	MIRAVÂNIA
MG	314280	MONTE ALEGRE DE MINAS
MG	314290	MONTE AZUL
MG	314345	MONTEZUMA
MG	314400	MUTUM
MG	314420	NACIP RAYDAN
MG	314465	NINHEIRA
MG	314467	NOVA BELÉM
MG	314480	NOVA LIMA
MG	314490	NOVA MÓDICA
MG	314510	NOVA RESENDE
MG	314535	NOVO ORIENTE DE MINAS
MG	314537	NOVORIZONTE
MG	314540	OLARIA
MG	314545	OLHOS-D'ÁGUA
MG	314550	OLÍMPIO NORONHA
MG	314580	ONÇA DE PITANGUI
MG	314625	PADRE CARVALHO
MG	314630	PADRE PARAÍSO
MG	314650	PAINS
MG	314760	PASSA QUATRO
MG	314770	PASSA TEMPO
MG	314750	PASSABÉM
MG	314780	PASSA-VINTE
MG	314820	PATROCÍNIO DO MURIAÉ
MG	314850	PAVÃO
MG	314870	PEDRA AZUL
MG	314875	PEDRA BONITA
MG	314880	PEDRA DO ANTA
MG	314900	PEDRA DOURADA
MG	314915	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
MG	314930	PEDRO LEOPOLDO
MG	314960	PEQUI
MG	314970	PERDIGÃO
MG	314990	PERDÕES
MG	314995	PERIQUITO
MG	315000	PESCADOR
MG	315010	PIAU
MG	315015	PIEDADE DE CARATINGA
MG	315040	PIEDADE DOS GERAIS
MG	315057	PINTÓPOLIS
MG	315100	PIRANGUINHO
MG	315120	PIRAPORA
MG	315180	POÇOS DE CALDAS
MG	315190	POCRANE
MG	315200	POMPÉU
MG	315210	PONTE NOVA
MG	315217	PONTO DOS VOLANTES
MG	315220	PORTEIRINHA
MG	315240	POTÉ
MG	315250	POUSO ALEGRE
MG	315260	POUSO ALTO
MG	315320	PRESIDENTE JUSCELINO
MG	315430	RESPLENDOR
MG	315450	RIACHO DOS MACHADOS
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES
MG	315470	RIBEIRÃO VERMELHO
MG	315480	RIO ACIMA
MG	315530	RIO MANSO
MG	315540	RIO NOVO
MG	315560	RIO PARDO DE MINAS
MG	315630	RODEIRO
MG	315640	ROMARIA
MG	315645	ROSÁRIO DA LIMEIRA
MG	315660	RUBIM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	315670	SABARÁ
MG	315680	SABINÓPOLIS
MG	315690	SACRAMENTO
MG	315700	SALINAS
MG	315710	SALTO DA DIVISA
MG	315725	SANTA BÁRBARA DO LESTE
MG	315737	SANTA CRUZ DE SALINAS
MG	315780	SANTA LUZIA
MG	315800	SANTA MARIA DE ITABIRA
MG	315930	SANTA RITA DE JACUTINGA
MG	315980	SANTA VITÓRIA
MG	315830	SANTANA DA VARGEM
MG	315990	SANTO ANTÔNIO DO AMPARO
MG	316000	SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO
MG	316010	SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
MG	316020	SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ
MG	316030	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO
MG	316045	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO
MG	316105	SÃO FÉLIX DE MINAS
MG	316140	SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA
MG	316190	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
MG	316225	SÃO JOÃO DA LAGOA
MG	316240	SÃO JOÃO DA PONTE
MG	316255	SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
MG	316257	SÃO JOÃO DO MANTENINHA
MG	316260	SÃO JOÃO DO ORIENTE
MG	316265	SÃO JOÃO DO PACUÍ
MG	316270	SÃO JOÃO DO PARAÍSO
MG	316295	SÃO JOSÉ DA LAPA
MG	316300	SÃO JOSÉ DA SAFIRA
MG	316320	SÃO JOSÉ DO ALEGRE
MG	316330	SÃO JOSÉ DO DIVINO
MG	316400	SÃO PEDRO DOS FERROS
MG	316420	SÃO ROMÃO
MG	316443	SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE
MG	316460	SÃO SEBASTIÃO DO OESTE
MG	316520	SÃO THOMÉ DAS LETRAS
MG	316500	SÃO TIAGO
MG	316556	SEM-PEIXE
MG	316610	SENHORA DO PORTO
MG	316630	SERICITA
MG	316650	SERRA AZUL DE MINAS
MG	316670	SERRA DOS AIMORÉS
MG	316690	SERRANIA
MG	316695	SERRANÓPOLIS DE MINAS
MG	316555	SETUBINHA
MG	316740	SILVIANÓPOLIS
MG	316750	SIMÃO PEREIRA
MG	316760	SIMONÉSIA
MG	316820	TAPIRAÍ
MG	316830	TAQUARAÇU DE MINAS
MG	316840	TARUMIRIM
MG	316860	TEÓFILO OTONI
MG	316890	TIROS
MG	316935	TRÊS MARIAS
MG	316950	TUMIRITINGA
MG	316960	TUPACIGUARA
MG	316970	TURMALINA
MG	316990	UBÁ
MG	317000	UBAÍ
MG	317010	UBERABA
MG	317020	UBERLÂNDIA
MG	317052	URUCUIA
MG	317057	VARGEM ALEGRE
MG	317065	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO
MG	317080	VÁRZEA DA PALMA
MG	317090	VARZELÂNDIA
MG	317103	VERDELÂNDIA
MG	317110	VERÍSSIMO
MG	317120	VESPASIANO
MG	317160	VIRGEM DA LAPA
MG	317200	VISCONDE DO RIO BRANCO
MS	500020	ÁGUA CLARA
MS	500025	ALCINÓPOLIS
MS	500060	AMAMBAÍ
MS	500070	ANASTÁCIO
MS	500085	ANGÉLICA
MS	500090	ANTÔNIO JOÃO
MS	500100	APARECIDA DO TABOADO
MS	500124	ARAL MOREIRA
MS	500190	BATAGUASSU
MS	500200	BATAYPORÃ
MS	500215	BODOQUENA
MS	500230	BRASILÂNDIA
MS	500260	CAMAPUÃ
MS	500270	CAMPO GRANDE
MS	500280	CARACOL
MS	500290	CASSILÂNDIA
MS	500310	CORGUINHO
MS	500320	CORUMBÁ
MS	500325	COSTA RICA
MS	500330	COXIM
MS	500348	DOIS IRMÃOS DO BURITI
MS	500370	DOURADOS
MS	500375	ELDORADO
MS	500380	FÁTIMA DO SUL
MS	500460	ITAQUIRAÍ
MS	500470	IVINHEMA
MS	500490	JARAGUARI
MS	500525	LAGUNA CARAPÃ
MS	500580	NIOAQUE
MS	500620	NOVA ANDRADINA
MS	500625	NOVO HORIZONTE DO SUL
MS	500630	PARANAÍBA
MS	500640	PEDRO GOMES
MS	500720	RIO BRILHANTE
MS	500740	RIO VERDE DE MATO GROSSO
MS	500750	ROCHEDO
MS	500780	SELVÍRIA
MS	500790	SIDROLÂNDIA
MS	500797	TAQUARUSSU
MT	510025	ALTA FLORESTA
MT	510030	ALTO ARAGUAIA
MT	510035	ALTO BOA VISTA
MT	510080	APIACÁS
MT	510100	ARAGUAIANA
MT	510160	BARÃO DE MELGAÇO
MT	510180	BARRA DO GARÇAS
MT	510185	BOM JESUS DO ARAGUAIA
MT	510190	BRASNORTE
MT	510260	CAMPINÁPOLIS
MT	510263	CAMPO NOVO DO PARECIS
MT	510267	CAMPO VERDE
MT	510270	CANARANA
MT	510279	CARLINDA
MT	510285	CASTANHEIRA
MT	510305	CLÁUDIA
MT	510310	COCALINHO
MT	510330	COMODORO
MT	510335	CONFRESA
MT	510337	COTRIGUAÇU
MT	510340	CUIABÁ
MT	510350	DIAMANTINO
MT	510380	FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
MT	510385	GAÚCHA DO NORTE
MT	510390	GENERAL CARNEIRO
MT	510410	GUARANTÃ DO NORTE
MT	510420	GUIRATINGA
MT	510455	ITAÚBA
MT	510460	ITIQUIRA
MT	510480	JACIARA
MT	510490	JANGADA
MT	510515	JUÍNA
MT	510517	JURUENA
MT	510520	JUSCIMEIRA
MT	510523	LAMBARI D'OESTE
MT	510560	MATUPÁ
MT	510600	NORTELÂNDIA
MT	510620	NOVA BRASILÂNDIA
MT	510880	NOVA GUARITA
MT	510618	NOVA LACERDA
MT	510890	NOVA MARINGÁ
MT	510617	NOVA NAZARÉ
MT	510623	NOVA OLÍMPIA
MT	510624	NOVA UBIRATÃ
MT	510625	NOVA XAVANTINA
MT	510626	NOVO MUNDO
MT	510631	NOVO SANTO ANTÔNIO
MT	510628	NOVO SÃO JOAQUIM
MT	510630	PARANATINGA
MT	510637	PEDRA PRETA
MT	510645	PLANALTO DA SERRA
MT	510650	POCONÉ
MT	510675	PONTES E LACERDA
MT	510677	PORTO ALEGRE DO NORTE
MT	510682	PORTO ESPERIDIÃO
MT	510685	PORTO ESTRELA
MT	510700	POXORÉO
MT	510715	RESERVA DO CABAÇAL
MT	510718	RIBEIRÃO CASCALHEIRA
MT	510757	RONDOLÂNDIA
MT	510760	RONDONÓPOLIS
MT	510724	SANTA CARMEM
MT	510726	SANTO AFONSO
MT	510779	SANTO ANTÔNIO DO LESTE
MT	510785	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
MT	510729	SÃO JOSÉ DO POVO
MT	510730	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
MT	510735	SÃO JOSÉ DO XINGU
MT	510710	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
MT	510740	SÃO PEDRO DA CIPA
MT	510790	SINOP
MT	510792	SORRISO
MT	510794	TABAPORÃ
MT	510810	TESOURO
MT	510820	TORIXORÉU
MT	510830	UNIÃO DO SUL
MT	510835	VALE DE SÃO DOMINGOS
MT	510850	VERA
MT	510550	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
MT	510860	VILA RICA
PA	150013	ABEL FIGUEIREDO
PA	150060	ALTAMIRA
PA	150080	ANANINDEUA
PA	150085	ANAPU
PA	150140	BELÉM
PA	150157	BOM JESUS DO TOCANTINS
PA	150160	BONITO
PA	150172	BRASIL NOVO
PA	150215	CANAÃ DOS CARAJÁS
PA	150220	CAPANEMA
PA	150270	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
PA	150275	CONCÓRDIA DO PARÁ
PA	150276	CUMARU DO NORTE
PA	150277	CURIONÓPOLIS
PA	150360	ITAITUBA
PA	150410	MAGALHÃES BARATA
PA	150420	MARABÁ
PA	150460	MOCAJUBA
PA	150497	NOVA IPIXUNA
PA	150540	OURÉM
PA	150549	PALESTINA DO PARÁ
PA	150550	PARAGOMINAS
PA	150555	PAU D ARCO
PA	150560	PEIXE-BOI
PA	150610	PRIMAVERA
PA	150611	QUATIPURU
PA	150616	RIO MARIA
PA	150620	SALINÓPOLIS
PA	150635	SANTA BÁRBARA DO PARÁ
PA	150650	SANTA ISABEL DO PARÁ
PA	150655	SANTA LUZIA DO PARÁ
PA	150658	SANTA MARIA DAS BARREIRAS
PA	150680	SANTARÉM
PA	150690	SANTARÉM NOVO
PA	150700	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ
PA	150740	SÃO FRANCISCO DO PARÁ
PA	150745	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
PA	150746	SÃO JOÃO DA PONTA
PA	150747	SÃO JOÃO DE PIRABAS
PA	150780	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PA	150796	TERRA ALTA
PA	150803	TRACUATEUA
PA	150808	TUCUMÃ
PA	150835	VITÓRIA DO XINGU
PA	150840	XINGUARA
PB	250010	ÁGUA BRANCA
PB	250020	AGUIAR
PB	250040	ALAGOA NOVA
PB	250050	ALAGOINHA
PB	250057	ALGODÃO DE JANDAÍRA
PB	250060	ALHANDRA
PB	250077	APARECIDA
PB	250080	ARAÇAGI
PB	250090	ARARA
PB	250100	ARARUNA
PB	250110	AREIA
PB	250115	AREIA DE BARAÚNAS
PB	250120	AREIAL
PB	250130	AROEIRAS
PB	250135	ASSUNÇÃO
PB	250150	BANANEIRAS
PB	250153	BARAÚNA
PB	250160	BARRA DE SANTA ROSA
PB	250157	BARRA DE SANTANA
PB	250170	BARRA DE SÃO MIGUEL
PB	250180	BAYEUX
PB	250190	BELÉM
PB	250200	BELÉM DO BREJO DO CRUZ
PB	250205	BERNARDINO BATISTA
PB	250210	BOA VENTURA
PB	250215	BOA VISTA
PB	250230	BOM SUCESSO
PB	250240	BONITO DE SANTA FÉ
PB	250250	BOQUEIRÃO
PB	250280	BREJO DO CRUZ
PB	250290	BREJO DOS SANTOS
PB	250300	CAAPORÃ
PB	250310	CABACEIRAS
PB	250320	CABEDELO
PB	250330	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS
PB	250340	CACIMBA DE AREIA
PB	250350	CACIMBA DE DENTRO
PB	250355	CACIMBAS
PB	250370	CAJAZEIRAS
PB	250375	CAJAZEIRINHAS
PB	250380	CALDAS BRANDÃO
PB	250390	CAMALAÚ
PB	251640	CAMPO DE SANTANA
PB	250403	CAPIM
PB	250407	CARAÚBAS
PB	250410	CARRAPATEIRA
PB	250415	CASSERENGUE
PB	250420	CATINGUEIRA
PB	250435	CATURITÉ
PB	250440	CONCEIÇÃO
PB	250450	CONDADO
PB	250460	CONDE
PB	250470	CONGO
PB	250480	COREMAS
PB	250485	COXIXOLA
PB	250500	CUBATI
PB	250510	CUITÉ
PB	250523	CUITÉ DE MAMANGUAPE
PB	250520	CUITEGI
PB	250527	CURRAL DE CIMA
PB	250530	CURRAL VELHO
PB	250535	DAMIÃO
PB	250560	DIAMANTE
PB	250570	DONA INÊS
PB	250580	DUAS ESTRADAS
PB	250590	EMAS
PB	250600	ESPERANÇA
PB	250610	FAGUNDES
PB	250620	FREI MARTINHO
PB	250625	GADO BRAVO
PB	250630	GUARABIRA
PB	250640	GURINHÉM
PB	250650	GURJÃO
PB	250660	IBIARA
PB	250260	IGARACY
PB	250670	IMACULADA
PB	250680	INGÁ
PB	250690	ITABAIANA
PB	250700	ITAPORANGA
PB	250710	ITAPOROROCA
PB	250720	ITATUBA
PB	250730	JACARAÚ
PB	250740	JERICÓ
PB	250750	JOÃO PESSOA
PB	250760	JUAREZ TÁVORA
PB	250770	JUAZEIRINHO
PB	250780	JUNCO DO SERIDÓ
PB	250790	JURIPIRANGA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PB	250800	JURU
PB	250810	LAGOA
PB	250820	LAGOA DE DENTRO
PB	250830	LAGOA SECA
PB	250840	LASTRO
PB	250850	LIVRAMENTO
PB	250855	LOGRADOURO
PB	250860	LUCENA
PB	250870	MÃE D'ÁGUA
PB	250890	MAMANGUAPE
PB	250910	MARI
PB	250915	MARIZÓPOLIS
PB	250920	MASSARANDUBA
PB	250930	MATARACA
PB	250933	MATINHAS
PB	250937	MATO GROSSO
PB	250939	MATURÉIA
PB	250940	MOGEIRO
PB	250950	MONTADAS
PB	250960	MONTE HOREBE
PB	250970	MONTEIRO
PB	250980	MULUNGU
PB	250990	NATUBA
PB	251000	NAZAREZINHO
PB	251010	NOVA FLORESTA
PB	251020	NOVA OLINDA
PB	251030	NOVA PALMEIRA
PB	251050	OLIVEDOS
PB	251060	OURO VELHO
PB	251070	PASSAGEM
PB	251080	PATOS
PB	251090	PAULISTA
PB	251110	PEDRA LAVRADA
PB	251120	PEDRAS DE FOGO
PB	251272	PEDRO RÉGIS
PB	251130	PIANCÓ
PB	251140	PICUÍ
PB	251150	PILAR
PB	251160	PILÕES
PB	251170	PILÕEZINHOS
PB	251180	PIRPIRITUBA
PB	251200	POCINHOS
PB	251203	POÇO DANTAS
PB	251207	POÇO DE JOSÉ DE MOURA
PB	251210	POMBAL
PB	251220	PRATA
PB	251230	PRINCESA ISABEL
PB	251240	PUXINANÃ
PB	251250	QUEIMADAS
PB	251260	QUIXABÁ
PB	251270	REMÍGIO
PB	251274	RIACHÃO
PB	251275	RIACHÃO DO BACAMARTE
PB	251278	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO
PB	251280	RIACHO DOS CAVALOS
PB	251290	RIO TINTO
PB	251300	SALGADINHO
PB	251310	SALGADO DE SÃO FÉLIX
PB	251315	SANTA CECÍLIA
PB	251320	SANTA CRUZ
PB	251330	SANTA HELENA
PB	251335	SANTA INÊS
PB	251340	SANTA LUZIA
PB	251370	SANTA RITA
PB	251380	SANTA TERESINHA
PB	251360	SANTANA DOS GARROTES
PB	251365	SANTARÉM
PB	251385	SANTO ANDRÉ
PB	251390	SÃO BENTO
PB	250070	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE
PB	251420	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA
PB	251440	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS
PB	251450	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
PB	251460	SÃO JOSÉ DO BONFIM
PB	251465	SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ
PB	251470	SÃO JOSÉ DO SABUGI
PB	251480	SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS
PB	251445	SÃO JOSÉ DOS RAMOS
PB	251490	SÃO MAMEDE
PB	251500	SÃO MIGUEL DE TAIPU
PB	251510	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA
PB	251520	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
PB	251530	SAPÉ
PB	251540	SERIDÓ
PB	251550	SERRA BRANCA
PB	251560	SERRA DA RAIZ
PB	251570	SERRA GRANDE
PB	251580	SERRA REDONDA
PB	251590	SERRARIA
PB	251593	SERTÃOZINHO
PB	251600	SOLÂNEA
PB	251610	SOLEDADE
PB	251615	SOSSÊGO
PB	251620	SOUSA
PB	251630	SUMÉ
PB	251650	TAPEROÁ
PB	251670	TEIXEIRA
PB	251675	TENÓRIO
PB	251680	TRIUNFO
PB	251690	UIRAÚNA
PB	251700	UMBUZEIRO
PB	251710	VÁRZEA
PB	251720	VIEIRÓPOLIS
PB	250550	VISTA SERRANA
PB	251740	ZABELÊ
PE	260005	ABREU E LIMA
PE	260020	AFRÂNIO
PE	260030	AGRESTINA
PE	260040	ÁGUA PRETA
PE	260060	ALAGOINHA
PE	260070	ALIANÇA
PE	260080	ALTINHO
PE	260100	ANGELIM
PE	260105	ARAÇOIABA
PE	260120	ARCOVERDE
PE	260130	BARRA DE GUABIRABA
PE	260180	BETÂNIA
PE	260190	BEZERROS
PE	260200	BODOCÓ
PE	260220	BOM JARDIM
PE	260240	BREJÃO
PE	260250	BREJINHO
PE	260260	BREJO DA MADRE DE DEUS
PE	260270	BUENOS AIRES
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO
PE	260300	CABROBÓ
PE	260310	CACHOEIRINHA
PE	260320	CAETÉS
PE	260345	CAMARAGIBE
PE	260350	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX
PE	260380	CAPOEIRAS
PE	260390	CARNAÍBA
PE	260400	CARPINA
PE	260415	CASINHAS
PE	260420	CATENDE
PE	260430	CEDRO
PE	260440	CHÃ DE ALEGRIA
PE	260450	CHÃ GRANDE
PE	260460	CONDADO
PE	260470	CORRENTES
PE	260480	CORTÊS
PE	260500	CUPIRA
PE	260510	CUSTÓDIA
PE	260530	EXU
PE	260540	FEIRA NOVA
PE	260550	FERREIROS
PE	260560	FLORES
PE	260590	GAMELEIRA
PE	260600	GARANHUNS
PE	260620	GOIANA
PE	260630	GRANITO
PE	260640	GRAVATÁ
PE	260660	IBIMIRIM
PE	260670	IBIRAJUBA
PE	260680	IGARASSU
PE	260690	IGUARACI
PE	260700	INAJÁ
PE	260710	INGAZEIRA
PE	260730	IPUBI
PE	260740	ITACURUBA
PE	260750	ITAÍBA
PE	260765	ITAMBÉ
PE	260770	ITAPETIM
PE	260775	ITAPISSUMA
PE	260780	ITAQUITINGA
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES
PE	260795	JAQUEIRA
PE	260800	JATAÚBA
PE	260810	JOÃO ALFREDO
PE	260825	JUCATI
PE	260830	JUPI
PE	260850	LAGOA DE ITAENGA
PE	260875	LAGOA GRANDE
PE	260890	LIMOEIRO
PE	260900	MACAPARANA
PE	260910	MACHADOS
PE	260915	MANARI
PE	260930	MIRANDIBA
PE	260950	NAZARÉ DA MATA
PE	260960	OLINDA
PE	260970	OROBÓ
PE	260980	OROCÓ
PE	260990	OURICURI
PE	261010	PALMEIRINA
PE	261040	PARNAMIRIM
PE	261050	PASSIRA
PE	261060	PAUDALHO
PE	261070	PAULISTA
PE	261080	PEDRA
PE	261110	PETROLINA
PE	261130	POMBOS
PE	261140	PRIMAVERA
PE	261153	QUIXABA
PE	261160	RECIFE
PE	261180	RIBEIRÃO
PE	261200	SAIRÉ
PE	261210	SALGADINHO
PE	261220	SALGUEIRO
PE	261230	SALOÁ
PE	261240	SANHARÓ
PE	261245	SANTA CRUZ
PE	261247	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
PE	261280	SANTA TEREZINHA
PE	261290	SÃO BENEDITO DO SUL
PE	261360	SÃO JOSÉ DO EGITO
PE	261370	SÃO LOURENÇO DA MATA
PE	261380	SÃO VICENTE FERRER
PE	261400	SERRITA
PE	261410	SERTÂNIA
PE	261420	SIRINHAÉM
PE	261440	SOLIDÃO
PE	261470	TACAIMBÓ
PE	261500	TAQUARITINGA DO NORTE
PE	261510	TEREZINHA
PE	261530	TIMBAÚBA
PE	261560	TRINDADE
PE	261570	TRIUNFO
PE	261580	TUPANATINGA
PE	261600	VENTUROSA
PE	261610	VERDEJANTE
PE	261618	VERTENTE DO LÉRIO
PE	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
PI	220020	ÁGUA BRANCA
PI	220027	ALEGRETE DO PIAUÍ
PI	220040	ALTOS
PI	220045	ALVORADA DO GURGUÉIA
PI	220050	AMARANTE
PI	220060	ANGICAL DO PIAUÍ
PI	220080	ANTÔNIO ALMEIDA
PI	220090	AROAZES
PI	220100	ARRAIAL
PI	220105	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ
PI	220110	AVELINO LOPES
PI	220120	BARRAS
PI	220150	BATALHA
PI	220155	BELA VISTA DO PIAUÍ
PI	220160	BENEDITINOS
PI	220170	BERTOLÍNIA
PI	220173	BETÂNIA DO PIAUÍ
PI	220177	BOA HORA
PI	220180	BOCAINA
PI	220190	BOM JESUS
PI	220191	BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ
PI	220192	BONFIM DO PIAUÍ
PI	220196	BRASILEIRA
PI	220200	BURITI DOS LOPES
PI	220202	BURITI DOS MONTES
PI	220205	CABECEIRAS DO PIAUÍ
PI	220208	CAJUEIRO DA PRAIA
PI	220209	CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ
PI	220213	CAMPO GRANDE DO PIAUÍ
PI	220217	CAMPO LARGO DO PIAUÍ
PI	220220	CAMPO MAIOR
PI	220225	CANAVIEIRA
PI	220230	CANTO DO BURITI
PI	220240	CAPITÃO DE CAMPOS
PI	220250	CARACOL
PI	220253	CARAÚBAS DO PIAUÍ
PI	220255	CARIDADE DO PIAUÍ
PI	220260	CASTELO DO PIAUÍ
PI	220265	CAXINGÓ
PI	220273	COIVARAS
PI	220275	COLÔNIA DO GURGUÉIA
PI	220280	CONCEIÇÃO DO CANINDÉ
PI	220285	CORONEL JOSÉ DIAS
PI	220290	CORRENTE
PI	220300	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ
PI	220310	CRISTINO CASTRO
PI	220320	CURIMATÁ
PI	220323	CURRAIS
PI	220327	CURRAL NOVO DO PIAUÍ
PI	220325	CURRALINHOS
PI	220340	DOM EXPEDITO LOPES
PI	220342	DOMINGOS MOURÃO
PI	220350	ELESBÃO VELOSO
PI	220360	ELISEU MARTINS
PI	220370	ESPERANTINA
PI	220390	FLORIANO
PI	220400	FRANCINÓPOLIS
PI	220415	FRANCISCO MACEDO
PI	220420	FRANCISCO SANTOS
PI	220430	FRONTEIRAS
PI	220440	GILBUÉS
PI	220450	GUADALUPE
PI	220455	GUARIBAS
PI	220460	HUGO NAPOLEÃO
PI	220465	ILHA GRANDE
PI	220470	INHUMA
PI	220480	IPIRANGA DO PIAUÍ
PI	220490	ISAÍAS COELHO
PI	220500	ITAINÓPOLIS
PI	220510	ITAUEIRA
PI	220520	JAICÓS
PI	220525	JARDIM DO MULATO
PI	220527	JATOBÁ DO PIAUÍ
PI	220530	JERUMENHA
PI	220540	JOAQUIM PIRES
PI	220545	JOCA MARQUES
PI	220550	JOSÉ DE FREITAS
PI	220551	JUAZEIRO DO PIAUÍ
PI	220552	JÚLIO BORGES
PI	220553	JUREMA
PI	220556	LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ
PI	220559	LAGOA DO SÍTIO
PI	220554	LAGOINHA DO PIAUÍ
PI	220560	LANDRI SALES
PI	220570	LUÍS CORREIA
PI	220580	LUZILÂNDIA
PI	220595	MARCOLÂNDIA
PI	220605	MASSAPÊ DO PIAUÍ
PI	220620	MIGUEL ALVES
PI	220630	MIGUEL LEÃO
PI	220635	MILTON BRANDÃO
PI	220640	MONSENHOR GIL
PI	220650	MONSENHOR HIPÓLITO
PI	220660	MONTE ALEGRE DO PIAUÍ
PI	220667	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ
PI	220669	MURICI DOS PORTELAS
PI	220670	NAZARÉ DO PIAUÍ
PI	220675	NOSSA SENHORA DE NAZARÉ
PI	220680	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS
PI	220690	NOVO ORIENTE DO PIAUÍ
PI	220700	OEIRAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PI	220720	PADRE MARCOS
PI	220730	PAES LANDIM
PI	220740	PALMEIRA DO PIAUÍ
PI	220750	PALMEIRAIS
PI	220755	PAQUETÁ
PI	220770	PARNAÍBA
PI	220780	PAULISTANA
PI	220785	PAVUSSU
PI	220790	PEDRO II
PI	220800	PICOS
PI	220820	PIO IX
PI	220830	PIRACURUCA
PI	220840	PIRIPIRI
PI	220850	PORTO
PI	220855	PORTO ALEGRE DO PIAUÍ
PI	220860	PRATA DO PIAUÍ
PI	220865	QUEIMADA NOVA
PI	220870	REDENÇÃO DO GURGUÉIA
PI	220880	REGENERAÇÃO
PI	220885	RIACHO FRIO
PI	220890	RIBEIRO GONÇALVES
PI	220900	RIO GRANDE DO PIAUÍ
PI	220915	SANTA CRUZ DOS MILAGRES
PI	220937	SANTA ROSA DO PIAUÍ
PI	220935	SANTANA DO PIAUÍ
PI	220960	SÃO FÉLIX DO PIAUÍ
PI	220970	SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ
PI	220975	SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA
PI	220980	SÃO GONÇALO DO PIAUÍ
PI	220985	SÃO JOÃO DA CANABRAVA
PI	220990	SÃO JOÃO DA SERRA
PI	220995	SÃO JOÃO DA VARJOTA
PI	221000	SÃO JOÃO DO PIAUÍ
PI	221005	SÃO JOSÉ DO DIVINO
PI	221030	SÃO JULIÃO
PI	221037	SÃO LUIS DO PIAUÍ
PI	221038	SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE
PI	221039	SÃO MIGUEL DO FIDALGO
PI	221040	SÃO MIGUEL DO TAPUIO
PI	221050	SÃO PEDRO DO PIAUÍ
PI	221060	SÃO RAIMUNDO NONATO
PI	221063	SEBASTIÃO LEAL
PI	221070	SIMÕES
PI	221080	SIMPLÍCIO MENDES
PI	221093	SUSSUAPARA
PI	221097	TANQUE DO PIAUÍ
PI	221100	TERESINA
PI	221110	UNIÃO
PI	221130	VALENÇA DO PIAUÍ
PI	221140	VÁRZEA GRANDE
PI	221160	VILA NOVA DO PIAUÍ
PI	221170	WALL FERRAZ
PR	410045	ALTAMIRA DO PARANÁ
PR	410105	ANAHY
PR	410170	ARARUNA
PR	410250	BARBOSA FERRAZ
PR	410280	BELA VISTA DO PARAÍSO
PR	410290	BITURUNA
PR	410300	BOA ESPERANÇA
PR	410315	BOM JESUS DO SUL
PR	410320	BOM SUCESSO
PR	410330	BORRAZÓPOLIS
PR	410340	CAFEARA
PR	410347	CAFEZAL DO SUL
PR	410390	CAMPINA DA LAGOA
PR	410400	CAMPINA GRANDE DO SUL
PR	410560	CIDADE GAÚCHA
PR	410580	COLOMBO
PR	410645	CORONEL DOMINGOS SOARES
PR	410650	CORONEL VIVIDA
PR	410690	CURITIBA
PR	410700	CURIÚVA
PR	410712	DIAMANTE DO SUL
PR	412863	DOUTOR ULYSSES
PR	410750	ENGENHEIRO BELTRÃO
PR	410755	FAROL
PR	410760	FAXINAL
PR	410773	FERNANDES PINHEIRO
PR	410800	FLORESTÓPOLIS
PR	410820	FORMOSA DO OESTE
PR	410850	GENERAL CARNEIRO
PR	410860	GOIOERÊ
PR	410910	GUAPOREMA
PR	410920	GUARACI
PR	410930	GUARANIAÇU
PR	410950	GUARAQUEÇABA
PR	410980	IBIPORÃ
PR	410990	ICARAÍMA
PR	411005	IGUATU
PR	411040	INDIANÓPOLIS
PR	411065	IRACEMA DO OESTE
PR	411080	IRETAMA
PR	411190	JAGUAPITÃ
PR	411220	JANIÓPOLIS
PR	411240	JAPURÁ
PR	411295	JURANDA
PR	411300	JUSSARA
PR	411380	LUPIONÓPOLIS
PR	411470	MARIA HELENA
PR	411560	MATELÂNDIA
PR	411570	MATINHOS
PR	411573	MATO RICO
PR	411630	MUNHOZ DE MELO
PR	411680	NOVA CANTU
PR	411727	NOVA TEBAS
PR	411890	PÉROLA
PR	411900	PÉROLA D'OESTE
PR	411910	PIÊN
PR	411925	PINHAL DE SÃO BENTO
PR	412020	PORTO RICO
PR	412033	PRADO FERREIRA
PR	412050	PRIMEIRO DE MAIO
PR	412065	QUARTO CENTENÁRIO
PR	412125	RAMILÂNDIA
PR	412135	RANCHO ALEGRE D'OESTE
PR	412240	ROLÂNDIA
PR	412260	RONDON
PR	412382	SANTA LÚCIA
PR	412400	SANTANA DO ITARARÉ
PR	412470	SÃO JERÔNIMO DA SERRA
PR	412490	SÃO JOÃO DO CAIUÁ
PR	412535	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
PR	412555	SÃO MANOEL DO PARANÁ
PR	412600	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
PR	412667	TAMARANA
PR	412690	TAPIRA
PR	412720	TERRA BOA
PR	412785	TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PR	412788	TUNAS DO PARANÁ
PR	412790	TUNEIRAS DO OESTE
PR	412800	UBIRATÃ
PR	412830	UNIFLOR
PR	412880	XAMBRÊ
RJ	330010	ANGRA DOS REIS
RJ	330022	AREAL
RJ	330025	ARRAIAL DO CABO
RJ	330030	BARRA DO PIRAÍ
RJ	330040	BARRA MANSA
RJ	330045	BELFORD ROXO
RJ	330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA
RJ	330070	CABO FRIO
RJ	330110	CANTAGALO
RJ	330093	CARAPEBUS
RJ	330115	CARDOSO MOREIRA
RJ	330095	COMENDADOR LEVY GASPARIAN
RJ	330150	CORDEIRO
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS
RJ	330190	ITABORAÍ
RJ	330205	ITALVA
RJ	330220	ITAPERUNA
RJ	330245	MACUCO
RJ	330250	MAGÉ
RJ	330280	MENDES
RJ	330285	MESQUITA
RJ	330310	NATIVIDADE
RJ	330330	NITERÓI
RJ	330340	NOVA FRIBURGO
RJ	330350	NOVA IGUAÇU
RJ	330370	PARAÍBA DO SUL
RJ	330385	PATY DO ALFERES
RJ	330395	PINHEIRAL
RJ	330400	PIRAÍ
RJ	330411	PORTO REAL
RJ	330414	QUEIMADOS
RJ	330420	RESENDE
RJ	330430	RIO BONITO
RJ	330440	RIO CLARO
RJ	330450	RIO DAS FLORES
RJ	330455	RIO DE JANEIRO
RJ	330460	SANTA MARIA MADALENA
RJ	330490	SÃO GONÇALO
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI
RJ	330513	SÃO JOSÉ DE UBÁ
RJ	330560	SILVA JARDIM
RJ	330575	TANGUÁ
RJ	330600	TRÊS RIOS
RJ	330630	VOLTA REDONDA
RN	240010	ACARI
RN	240020	AÇU
RN	240030	AFONSO BEZERRA
RN	240040	ÁGUA NOVA
RN	240050	ALEXANDRIA
RN	240070	ALTO DO RODRIGUES
RN	240080	ANGICOS
RN	240110	AREIA BRANCA
RN	240120	ARÊS
RN	240130	AUGUSTO SEVERO
RN	240140	BAÍA FORMOSA
RN	240145	BARAÚNA
RN	240150	BARCELONA
RN	240160	BENTO FERNANDES
RN	240165	BODÓ
RN	240170	BOM JESUS
RN	240180	BREJINHO
RN	240185	CAIÇARA DO NORTE
RN	240190	CAIÇARA DO RIO DO VENTO
RN	240200	CAICÓ
RN	240210	CAMPO REDONDO
RN	240220	CANGUARETAMA
RN	240230	CARAÚBAS
RN	240240	CARNAÚBA DOS DANTAS
RN	240250	CARNAUBAIS
RN	240260	CEARÁ-MIRIM
RN	240270	CERRO CORÁ
RN	240280	CORONEL EZEQUIEL
RN	240290	CORONEL JOÃO PESSOA
RN	240300	CRUZETA
RN	240320	DOUTOR SEVERIANO
RN	240330	ENCANTO
RN	240340	EQUADOR
RN	240350	ESPÍRITO SANTO
RN	240360	EXTREMOZ
RN	240370	FELIPE GUERRA
RN	240375	FERNANDO PEDROZA
RN	240380	FLORÂNIA
RN	240390	FRANCISCO DANTAS
RN	240400	FRUTUOSO GOMES
RN	240410	GALINHOS
RN	240420	GOIANINHA
RN	240430	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO
RN	240440	GROSSOS
RN	240450	GUAMARÉ
RN	240460	IELMO MARINHO
RN	240470	IPANGUAÇU
RN	240480	IPUEIRA
RN	240485	ITAJÁ
RN	240490	ITAÚ
RN	240500	JAÇANÃ
RN	240510	JANDAÍRA
RN	240520	JANDUÍS
RN	240530	JANUÁRIO CICCO
RN	240540	JAPI
RN	240550	JARDIM DE ANGICOS
RN	240560	JARDIM DE PIRANHAS
RN	240570	JARDIM DO SERIDÓ
RN	240580	JOÃO CÂMARA
RN	240600	JOSÉ DA PENHA
RN	240610	JUCURUTU
RN	240620	LAGOA D'ANTA
RN	240630	LAGOA DE PEDRAS
RN	240650	LAGOA NOVA
RN	240670	LAJES
RN	240680	LAJES PINTADAS
RN	240690	LUCRÉCIA
RN	240700	LUÍS GOMES
RN	240710	MACAÍBA
RN	240720	MACAU
RN	240725	MAJOR SALES
RN	240730	MARCELINO VIEIRA
RN	240740	MARTINS
RN	240750	MAXARANGUAPE
RN	240760	MESSIAS TARGINO
RN	240770	MONTANHAS
RN	240780	MONTE ALEGRE
RN	240790	MONTE DAS GAMELEIRAS
RN	240800	MOSSORÓ
RN	240810	NATAL
RN	240820	NÍSIA FLORESTA
RN	240830	NOVA CRUZ
RN	240840	OLHO-D'ÁGUA DO BORGES
RN	240850	OURO BRANCO
RN	240860	PARANÁ
RN	240870	PARAÚ
RN	240880	PARAZINHO
RN	240890	PARELHAS
RN	240325	PARNAMIRIM
RN	240910	PASSA E FICA
RN	240930	PATU
RN	240940	PAU DOS FERROS
RN	240950	PEDRA GRANDE
RN	240960	PEDRA PRETA
RN	240970	PEDRO AVELINO
RN	240980	PEDRO VELHO
RN	240990	PENDÊNCIAS
RN	241000	PILÕES
RN	241020	PORTALEGRE
RN	241025	PORTO DO MANGUE
RN	241030	PRESIDENTE JUSCELINO
RN	241040	PUREZA
RN	241050	RAFAEL FERNANDES
RN	241060	RAFAEL GODEIRO
RN	241070	RIACHO DA CRUZ
RN	241080	RIACHO DE SANTANA
RN	241090	RIACHUELO
RN	240895	RIO DO FOGO
RN	241100	RODOLFO FERNANDES
RN	241110	RUY BARBOSA
RN	241120	SANTA CRUZ
RN	241140	SANTANA DO MATOS
RN	241142	SANTANA DO SERIDÓ
RN	241150	SANTO ANTÔNIO
RN	241160	SÃO BENTO DO NORTE
RN	241170	SÃO BENTO DO TRAIRÍ
RN	241180	SÃO FERNANDO
RN	241190	SÃO FRANCISCO DO OESTE
RN	241200	SÃO GONÇALO DO AMARANTE
RN	241210	SÃO JOÃO DO SABUGI
RN	241220	SÃO JOSÉ DE MIPIBU
RN	241230	SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE
RN	241240	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ
RN	241250	SÃO MIGUEL
RN	241255	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO
RN	241260	SÃO PAULO DO POTENGI
RN	241270	SÃO PEDRO
RN	241280	SÃO RAFAEL
RN	241290	SÃO TOMÉ
RN	241300	SÃO VICENTE
RN	241310	SENADOR ELÓI DE SOUZA
RN	241320	SENADOR GEORGINO AVELINO
RN	241330	SERRA DE SÃO BENTO
RN	241335	SERRA DO MEL
RN	241340	SERRA NEGRA DO NORTE
RN	241350	SERRINHA
RN	241355	SERRINHA DOS PINTOS
RN	241360	SEVERIANO MELO
RN	241380	TABOLEIRO GRANDE
RN	241390	TAIPU
RN	241400	TANGARÁ
RN	241410	TENENTE ANANIAS
RN	241415	TENENTE LAURENTINO CRUZ
RN	241105	TIBAU
RN	241420	TIBAU DO SUL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RN	241430	TIMBAÚBA DOS BATISTAS
RN	241440	TOUROS
RN	241445	TRIUNFO POTIGUAR
RN	241450	UMARIZAL
RN	241460	UPANEMA
RN	241470	VÁRZEA
RN	241475	VENHA-VER
RN	241480	VERA CRUZ
RN	241490	VIÇOSA
RN	241500	VILA FLOR
RO	110004	CACOAL
RO	110020	PORTO VELHO
RR	140010	BOA VISTA
RR	140050	SÃO JOÃO DA BALIZA
RS	430050	ALPESTRE
RS	430064	AMETISTA DO SUL
RS	430170	BARÃO DE COTEGIPE
RS	430187	BARRA DO QUARAÍ
RS	430190	BARRA DO RIBEIRO
RS	430210	BENTO GONÇALVES
RS	430215	BOA VISTA DAS MISSÕES
RS	430220	BOA VISTA DO BURICÁ
RS	430237	BOM PROGRESSO
RS	430265	BROCHIER
RS	430310	CACHOEIRINHA
RS	430367	CAMPESTRE DA SERRA
RS	430380	CAMPINAS DO SUL
RS	430460	CANOAS
RS	430535	CHARQUEADAS
RS	430540	CHIAPETTA
RS	430570	CONDOR
RS	430590	CORONEL BICACO
RS	430600	CRISSIUMAL
RS	430655	DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
RS	430673	DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO
RS	430700	ERECHIM
RS	430720	ERVAL GRANDE
RS	430740	ESMERALDA
RS	430825	FLORIANO PEIXOTO
RS	430845	FORTALEZA DOS VALOS
RS	430920	GRAVATAÍ
RS	430710	HERVAL
RS	431041	INHACORÁ
RS	431043	IPÊ
RS	431070	ITATIBA DO SUL
RS	431085	JABOTICABA
RS	431112	JAQUIRANA
RS	431160	LIBERATO SALZANO
RS	431175	MANOEL VIANA
RS	431215	MATO LEITÃO
RS	431245	MORRO REDONDO
RS	431260	MUÇUM
RS	431330	NOVA PRATA
RS	431344	NOVO TIRADENTES
RS	431360	PAIM FILHO
RS	431390	PANAMBI
RS	431407	PASSO DO SOBRADO
RS	431417	PEDRAS ALTAS
RS	431430	PEJUÇARA
RS	431450	PINHEIRO MACHADO
RS	431490	PORTO ALEGRE
RS	431500	PORTO LUCENA
RS	431535	QUINZE DE NOVEMBRO
RS	431590	RODEIO BONITO
RS	431760	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
RS	431843	SÃO JOÃO DO POLÊSINE
RS	431848	SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO
RS	431862	SÃO JOSÉ DOS AUSENTES
RS	431870	SÃO LEOPOLDO
RS	431990	SAPIRANGA
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL
RS	432045	SÉRIO
RS	432070	SOBRADINHO
RS	432132	TAQUARUÇU DO SUL
RS	432140	TENENTE PORTELA
RS	432190	TRÊS PASSOS
RS	432254	VALE REAL
RS	432310	VICENTE DUTRA
RS	432350	VISTA ALEGRE
SC	420010	ABELARDO LUZ
SC	420020	AGROLÂNDIA
SC	420140	ARARANGUÁ
SC	420195	BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA
SC	421280	BALNEÁRIO PIÇARRAS
SC	420209	BARRA BONITA
SC	420213	BELA VISTA DO TOLDO
SC	420240	BLUMENAU
SC	420243	BOCAINA DO SUL
SC	420253	BOM JESUS
SC	420260	BOM RETIRO
SC	420290	BRUSQUE
SC	420315	CALMON
SC	420350	CAMPO ERÊ
SC	420360	CAMPOS NOVOS
SC	420410	CAXAMBU DO SUL
SC	420420	CHAPECÓ
SC	420425	COCAL DO SUL
SC	420435	CORDILHEIRA ALTA
SC	420440	CORONEL FREITAS
SC	420455	CORREIA PINTO
SC	420460	CRICIÚMA
SC	420470	CUNHA PORÃ
SC	420490	DESCANSO
SC	420515	DOUTOR PEDRINHO
SC	420535	FLOR DO SERTÃO
SC	420540	FLORIANÓPOLIS
SC	420543	FORMOSA DO SUL
SC	420560	GALVÃO
SC	420580	GARUVA
SC	420600	GOVERNADOR CELSO RAMOS
SC	420610	GRÃO PARÁ
SC	420630	GUABIRUBA
SC	420660	GUARUJÁ DO SUL
SC	420670	HERVAL D'OESTE
SC	420700	IÇARA
SC	420710	ILHOTA
SC	420720	IMARUÍ
SC	420730	IMBITUBA
SC	420740	IMBUIA
SC	420810	ITAIÓPOLIS
SC	420845	ITAPOÁ
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL
SC	420895	JARDINÓPOLIS
SC	420910	JOINVILLE
SC	420917	JUPIÁ
SC	420930	LAGES
SC	420940	LAGUNA
SC	420945	LAJEADO GRANDE
SC	420960	LAURO MULLER
SC	420970	LEBON RÉGIS
SC	421055	MAREMA
SC	421105	MONTE CARLO
SC	421110	MONTE CASTELO
SC	421120	MORRO DA FUMAÇA
SC	421130	NAVEGANTES
SC	421145	NOVA ITABERABA
SC	421160	NOVA VENEZA
SC	421187	PAIAL
SC	421200	PALMA SOLA
SC	421227	PASSOS MAIA
SC	421335	PONTE ALTA DO NORTE
SC	421340	PONTE SERRADA
SC	421350	PORTO BELO
SC	421380	PRAIA GRANDE
SC	421410	PRESIDENTE NEREU
SC	421420	QUILOMBO
SC	421440	RIO DAS ANTAS
SC	421480	RIO DO SUL
SC	421505	RIO RUFINO
SC	421507	RIQUEZA
SC	421555	SANTA HELENA
SC	421565	SANTA ROSA DO SUL
SC	421569	SANTIAGO DO SUL
SC	421605	SÃO CRISTOVÃO DO SUL
SC	421610	SÃO DOMINGOS
SC	421635	SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ
SC	421715	SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE
SC	421775	SUL BRASIL
SC	421800	TIJUCAS
SC	421835	TREVISO
SC	421860	TROMBUDO CENTRAL
SC	421870	TUBARÃO
SC	421910	VARGEÃO
SC	421915	VARGEM
SC	421970	XAXIM
SE	280010	AMPARO DE SÃO FRANCISCO
SE	280020	AQUIDABÃ
SE	280030	ARACAJU
SE	280040	ARAUÁ
SE	280050	AREIA BRANCA
SE	280060	BARRA DOS COQUEIROS
SE	280067	BOQUIM
SE	280070	BREJO GRANDE
SE	280100	CAMPO DO BRITO
SE	280110	CANHOBA
SE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
SE	280130	CAPELA
SE	280140	CARIRA
SE	280150	CARMÓPOLIS
SE	280160	CEDRO DE SÃO JOÃO
SE	280170	CRISTINÁPOLIS
SE	280190	CUMBE
SE	280200	DIVINA PASTORA
SE	280210	ESTÂNCIA
SE	280220	FEIRA NOVA
SE	280250	GENERAL MAYNARD
SE	280260	GRACHO CARDOSO
SE	280270	ILHA DAS FLORES
SE	280280	INDIAROBA
SE	280290	ITABAIANA
SE	280300	ITABAIANINHA
SE	280310	ITABI
SE	280320	ITAPORANGA D'AJUDA
SE	280330	JAPARATUBA
SE	280340	JAPOATÃ
SE	280350	LAGARTO
SE	280360	LARANJEIRAS
SE	280370	MACAMBIRA
SE	280380	MALHADA DOS BOIS
SE	280390	MALHADOR
SE	280400	MARUIM
SE	280410	MOITA BONITA
SE	280420	MONTE ALEGRE DE SERGIPE
SE	280430	MURIBECA
SE	280440	NEÓPOLIS
SE	280450	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
SE	280460	NOSSA SENHORA DAS DORES
SE	280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SE	280490	PACATUBA
SE	280500	PEDRA MOLE
SE	280510	PEDRINHAS
SE	280520	PINHÃO
SE	280560	PORTO DA FOLHA
SE	280570	PROPRIÁ
SE	280590	RIACHUELO
SE	280600	RIBEIRÓPOLIS
SE	280610	ROSÁRIO DO CATETE
SE	280620	SALGADO
SE	280630	SANTA LUZIA DO ITANHY
SE	280650	SANTA ROSA DE LIMA
SE	280640	SANTANA DO SÃO FRANCISCO
SE	280660	SANTO AMARO DAS BROTAS
SE	280670	SÃO CRISTÓVÃO
SE	280680	SÃO DOMINGOS
SE	280690	SÃO FRANCISCO
SE	280700	SÃO MIGUEL DO ALEIXO
SE	280710	SIMÃO DIAS
SE	280720	SIRIRI
SE	280730	TELHA
SE	280750	TOMAR DO GERU
SE	280760	UMBAÚBA
SP	350100	ALTINÓPOLIS
SP	350315	ARAPEÍ
SP	350330	ARARAS
SP	350335	ARCO-ÍRIS
SP	350350	AREIAS
SP	350540	BARRA DO TURVO
SP	350580	BASTOS
SP	350860	CACHOEIRA PAULISTA
SP	350890	CAIABU
SP	350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA
SP	350990	CANANÉIA
SP	351110	CATANDUVA
SP	351300	COTIA
SP	351530	ESTRELA DO NORTE
SP	351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA
SP	351670	GARÇA
SP	351730	GUAIMBÊ
SP	351770	GUARÁ
SP	351880	GUARULHOS
SP	351900	HERCULÂNDIA
SP	351990	IEPÊ
SP	352020	IGARATÁ
SP	352042	ILHA COMPRIDA
SP	352060	INDIANA
SP	352120	IPORANGA
SP	352160	IRAPURU
SP	352220	ITAPECERICA DA SERRA
SP	352230	ITAPETININGA
SP	352265	ITAPIRAPUÃ PAULISTA
SP	352440	JACAREÍ
SP	352690	LIMEIRA
SP	352920	MARTINÓPOLIS
SP	353160	MONTE CASTELO
SP	353215	NANTES
SP	353470	OURINHOS
SP	353930	PIRASSUNUNGA
SP	353970	PLATINA
SP	354120	PRESIDENTE BERNARDES
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE
SP	354170	QUATÁ
SP	354180	QUEIROZ
SP	354190	QUELUZ
SP	354425	ROSANA
SP	354430	ROSEIRA
SP	354625	SANTA CRUZ DA ESPERANÇA
SP	354710	SANTA MERCEDES
SP	354730	SANTANA DE PARNAÍBA
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SP	355280	TABOÃO DA SERRA
SP	355290	TACIBA
SP	355400	TATUÍ
SP	355430	TEODORO SAMPAIO
TO	170025	ABREULÂNDIA
TO	170030	AGUIARNÓPOLIS
TO	170035	ALIANÇA DO TOCANTINS
TO	170040	ALMAS
TO	170070	ALVORADA
TO	170100	ANANÁS
TO	170105	ANGICO
TO	170110	APARECIDA DO RIO NEGRO
TO	170130	ARAGOMINAS
TO	170200	ARAGUAÇU
TO	170210	ARAGUAÍNA
TO	170215	ARAGUANÃ
TO	170220	ARAGUATINS
TO	170255	AUGUSTINÓPOLIS
TO	170270	AURORA DO TOCANTINS
TO	170290	AXIXÁ DO TOCANTINS
TO	170307	BARRA DO OURO
TO	170310	BARROLÂNDIA
TO	170320	BERNARDO SAYÃO
TO	170330	BOM JESUS DO TOCANTINS
TO	170360	BRASILÂNDIA DO TOCANTINS
TO	170370	BREJINHO DE NAZARÉ
TO	170380	BURITI DO TOCANTINS
TO	170382	CACHOEIRINHA
TO	170384	CAMPOS LINDOS
TO	170386	CARIRI DO TOCANTINS
TO	170388	CARMOLÂNDIA
TO	170389	CARRASCO BONITO
TO	170390	CASEARA
TO	170410	CENTENÁRIO
TO	170460	CHAPADA DE AREIA
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS
TO	171670	COLMÉIA
TO	170560	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS
TO	170625	CRIXÁS DO TOCANTINS
TO	170650	DARCINÓPOLIS
TO	170700	DIANÓPOLIS
TO	170710	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS
TO	170720	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS
TO	170730	DUERÉ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TO	170740	ESPERANTINA
TO	170755	FÁTIMA
TO	170820	FORMOSO DO ARAGUAIA
TO	170825	FORTALEZA DO TABOCÃO
TO	170930	GUARAÍ
TO	170950	GURUPI
TO	170980	IPUEIRAS
TO	171050	ITACAJÁ
TO	171090	ITAPIRATINS
TO	171110	ITAPORÃ DO TOCANTINS
TO	171150	JAÚ DO TOCANTINS
TO	171180	JUARINA
TO	171195	LAGOA DO TOCANTINS
TO	171200	LAJEADO
TO	171215	LAVANDEIRA
TO	171245	LUZINÓPOLIS
TO	171280	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS
TO	171320	MIRACEMA DO TOCANTINS
TO	171330	MIRANORTE
TO	171360	MONTE DO CARMO
TO	171370	MONTE SANTO DO TOCANTINS
TO	171420	NATIVIDADE
TO	171430	NAZARÉ
TO	171488	NOVA OLINDA
TO	171500	NOVA ROSALÂNDIA
TO	171510	NOVO ACORDO
TO	172100	PALMAS
TO	171380	PALMEIRAS DO TOCANTINS
TO	171575	PALMEIRÓPOLIS
TO	171610	PARAÍSO DO TOCANTINS
TO	171650	PEDRO AFONSO
TO	171665	PEQUIZEIRO
TO	171700	PINDORAMA DO TOCANTINS
TO	171750	PIUM
TO	171790	PONTE ALTA DO TOCANTINS
TO	171800	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS
TO	171820	PORTO NACIONAL
TO	171830	PRAIA NORTE
TO	171840	PRESIDENTE KENNEDY
TO	171845	PUGMIL
TO	171850	RECURSOLÂNDIA
TO	171855	RIACHINHO
TO	171870	RIO DOS BOIS
TO	171880	SAMPAIO
TO	171884	SANDOLÂNDIA
TO	171886	SANTA FÉ DO ARAGUAIA
TO	171888	SANTA MARIA DO TOCANTINS
TO	171889	SANTA RITA DO TOCANTINS
TO	171900	SANTA TEREZA DO TOCANTINS
TO	172000	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS
TO	172020	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS
TO	172030	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS
TO	172065	SILVANÓPOLIS
TO	172080	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS
TO	172090	TAGUATINGA
TO	172097	TALISMÃ
TO	172120	TOCANTINÓPOLIS
TO	172125	TUPIRAMA
TO	172130	TUPIRATINS
TO	172208	WANDERLÂNDIA

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA EXECUTIVA
DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 26, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, no uso das prerrogativas constantes da Portaria GM/MS nº 2.123, de 23 de outubro de 2002, combinada com o disposto no Decreto 3.964/2001, consoante disposto do Processo Administrativo nº 25000.186306/2007-50, resolve:

Art. 1º. Inserir recursos orçamentários no montante de 800.000,00 (oitocentos mil reais), alocados ao exercício de 2012, correndo as despesas à conta da Unidade Gestora 257001, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10.303.2055.8636.0001, Natureza de Despesas 339039, Fonte de Recurso 0151000000, Nota de Crédito nº 2012NC400024, para o fim de descentralização à FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ, visando à continuidade das ações de que tratam a Portaria SE/MS nº. 471/2007, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 27/11/2007, sendo R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) a título de Despesas Correntes.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot.ANS nº: 25772.000088/2007-34

Operadora: PREVINA ADMINISTRADORA DE SERV. MÉDICOS LTDA.- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Registro ANS: 318027

Auto de Infração nº 21617 de 28/5/2007 10:07:00

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto em relatoria da DIPRO pelo não conhecimento do recurso, por intempestivo, mantendo a decisão em primeira instância da DIDIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) nos termos do artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, todos da RN 124/2006 por infração ao artigo 12, inciso I, alínea "a" da Lei 9656/98.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

DECISÃO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot.ANS nº: 25772.002854/2006-14

Operadora: PREVINA ADMINISTRADORA DE SERV. MÉDICOS LTDA.- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Registro ANS: 318027

Auto de Infração nº 20260 de 14/11/2006 11:25:00

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo não conhecimento do recurso eis que intempestivo, mantendo a decisão da DIFIS em primeira instância, que fixou multa de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), por infração ao artigo 12 da Lei 9.656/98, com penalidades prevists no artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, ambos da RN n.º 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÃO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.026179/2010-76	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	327263.	40.869.042/0001-88	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parágrafo 4o e incs., do art. 17 da Lei 9656/98. (Art.17, §4º da Lei 9.656)	104987,37 (CENTO E QUATRO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

DECISÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.019436/2011-02	OPERADORA IDEAL SAUDE LTDA.	412171.	03.516.381/0001-54	Exigir ou aplicar reajs. ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.15 da Lei 9.656).	27000 (VINTE E SETE MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

DECISÕES DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.004830/2011-38	OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A	413631.	04.288.864/0001-01	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incs. III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25783.027436/2010-97	REAL SAUDE LTDA EPP	381161.	00.719.945/0001-68	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parág. 4o e incs, do art. 17 da Lei 9656/98. (Art.17, §4º da Lei 9.656	116230,74 (CENTO E DEZESSEIS MIL, DUZENTOS E TRINTA REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)
25783.015896/2011-53	OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A	413631.	04.288.864/0001-01	Suspender ou denunciar de maneira unilateral os contratos com os consumidores, em desrespeito ao disposto nos incs. II e III do § único do art. 13 da Lei 9656/98 (Art.13, parág. único, II da Lei nº 9.656)	64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.027059/2010-96	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	54000 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O(A) Especialista em Regulação - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.346295/2010-33	SAMOC S.A. - SOCIEDADE ASSISTÊNCIAL MÉDICA E ODONTO CIRURGICA	343676.	33.721.226/0001-30	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, I e II da Lei 9.656)	273.893,06 (DUZENTOS E SETENTA E TRES MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E SEIS CENTAVOS)
33902.355970/2011-04	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, II da Lei 9.656)	Anulação do AI 47.237 - Arquivamento
33902.437731/2011-63	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Aplicar reajuste por mudança de faixa etária em desacordo com ato administrativo exarado pela SUSEP. (Art.25 da Lei 9.656)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.303582/2010-59	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Reajustar o contrato da beneficiária em período inferior a 12 meses. (Art.25 da Lei 9.656)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.085020/2011-07	VIDA & VIDA OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA	404993.	30.264.899/0001-10	Aplicar reaj. autorizado fora do período de aplicação do mesmo. (Art.25 da Lei 9.656 c/c Art.4º, XVII da Lei 9.961 c/c Art. 10 §4º DA RN 156/07)	16.200,00 (DEZESSEIS MIL, DUZENTOS REAIS)

DOMINIC BIGATE LOURENÇO

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÕES DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.047092/2009-49	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A	359017.	44.649.812/0001-38	Deixar de garantir cob. p/ o exame Biópsia de Pele por Imunofluorescencia, ao benef. M.I.M. Art. 12, inc. II, alín. d, Lei. 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.045197/2010-05	CARE PLUS MEDICINA ASSISTENCIAL LTDA.	379956.	02.725.347/0001-27	Deixar de gar. à benef. SLB, até o def. de antec. de tutela pelo PJ, em 19/10/10, a cob. p/ proc. de aconselhamento genético. Art.12, I, a Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.041724/2011-85	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. Art. 25 Lei 9.656/98.	120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)
25789.069617/2010-31	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE LTDA.	325074.	61.849.980/0001-96	Deixar de gar. cob. p/ cons. na espec. cirurgia de mão, p/ a benef. T.L.H.S.s. Art.12, I, a, Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.076314/2009-31	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Operar os prod. Taurus 9C, Gemini 9E e Pegasus 9G c/ prev. de faixas et. p/ reaj. financ. Art. 15, §, c.c art. 16, inc. IV, Lei. 9.656/98.	AI nº 39.185 anulado por improcedência - Arquivamento.
25789.053003/2009-01	PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S/A	000582.	04.540.010/0001-70	Deixar de gar. à benef. G.B.C, ao desc. as cláus. 7 e 8, reemb. valor a menor q o estip., p/ o proc. cirúr. de Traquel. Art. 25 Lei 9656/98.	AI nº 51.724 anulado por improcedência - Arquivamento.
25789.059175/2011-03	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Rescindir unilat. o contr. individual/familiar da benef. LJRS, firmado em 20/09/10. Art. 13, § uni., inc. II Lei 9656/98.	Auto de infração nº 39090 anulado por improcedência - Arquivamento.
25789.004888/2010-41	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE LTDA.	325074.	61.849.980/0001-96	N gar. cob. p/ cirurgia p/ procedimento fratura de cotovelo, ao benf. M.R.C.G.. Art, II, a Lei nº 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.045378/2010-23	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Resc. contr. da benef. J.P.S., sob o arg. de inad., resp. o prazo mínimo. Art.13, § único, II, Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.024223/2011-34	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar. cob. aos proced. Reab. Resp. c/ Oxigênio, ao benef. J.B.M. Art. 12, I,b Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.066996/2010-15	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Impedir, em 08/2010, a partic. de W.G. no contrato colet. p/ adesão celebrado pela CDL - SP. Art. 14 Lei 9656/98.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
25789.040938/2011-34	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE LTDA.	325074.	61.849.980/0001-96	Deixar de gar. cob. p/ excisão e sutura simples de pequenas lesões e exame anátomo patológ. de peça cirúrg. convenc., bióp. e bióp. Aspirativa p/ benef., T.L.S.A. Art.12, II, a Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.024190/2011-22	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	1)Deix. d enc. comun. var. contr. pec. na mensal. dos benef. RN171/08. 2)Apl. reaj. contr. pec. em desac. c/ a regulament. espec. em vigor. RN 195/09.	1) Advertência2) Multa - 45.405,00 (quarente e cinco mil, quatrocentos e cinco reais)
25789.045316/2009-88	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A	359017.	44.649.812/0001-38	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. Art.1º, §1º, d, Lei 9656/98 c/c art. 12, I, b, Lei 9656/98 c/c Art.2º, VI CONSU 8.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.033855/2011-99	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	1)Deix. d enc. comun. var. contr. pec. na mensal. dos benef. RN171/08. 2)Apl. reaj. contr. pec. em desac. c/ a regulament. espec. em vigor. RN 195/09.	1) Advertência2) Multa 46.170,00 (quarenta e seis mil, cento e setenta reais)
25789.069112/2010-76	SANTA HELENA ASSISTÊNCIA MÉDICA S/A.	355097.	43.293.604/0001-86	Impedir a part. do cons. C.T. em plano de saúde na mod. Ind./fam., sob aleg. de susp. da comerc. de seus prod. Art.14 Lei 9.656/98 RN186/09.	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
25789.012816/2010-77	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de garan. cob. obrig. ao benef. N.T.S.. Art. 12, II Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.021991/2010-55	ITALICA SAÚDE LTDA	320889.	01.560.138/0001-08	Deixar de gar. cob. obrig. à benef. J.G.M., o proc. de catet. c/ cinecoronar. Art.12, II, a, Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.056174/2011-07	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. obrig. prev. na cláus. 12º contr. firm. em 01/12/02, ref. a Home Care, à benef. M.D.M.C.. Art. 25 Lei 9.656/98.	12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
25789.035501/2011-89	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. obrig. ao benef. P.G. Art.12, inc.I alín. b, Lei 9.656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.061558/2011-33	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. obrig. ao benef. C.A.C.B. Art.12, inc.I, alín.b, Lei 9.656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.057479/2011-28	SANTA MARINA SAÚDE S/C LTDA	413798.	04.324.878/0001-33	Deixar de gar. cob. obrig. p/ cons. méd. na esp. ortopedia à benef. P.P.A. Art.12, inc. I alín. a, Lei 9.656/98	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.045029/2010-10	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de gar. cob. obrig. à benef. IFCB, a cob. p/ angio. c/ doppler color. Art.12, I, b, Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.069107/2011-44	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cob. p/ os proc. Postectomia e Herniorrafia Umbilical ao benef. N.S.N. Art.12, inc.II, alín.a, Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.036317/2011-56	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. obrig. ao benef. M.M.R.F., a realiz. de todas as sessões de quimiot. Art.12, inc.I alín.b, Lei 9.656/98	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.024048/2009-61	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A	359017.	44.649.812/0001-38	Deixar de gar. cob. p/ o proc. histerectomia total à benef. M.M.P.M. Art. 12, inc. II, alín. a, Lei. 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.031731/2011-79	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. p/ o proced. Ligamento Cruzado Anterior de Joelho Esquerdo, ao benef. L.H.C.S. Art.12, inc. II, alín. a Lei 9.656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 30, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência na reunião de 07/02/2012.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

1.
Empresa: GlaxoSmithKline do Brasil Ltda.
Medicamento: Relenza (zanamivir)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura
Processo nº: 25351.044485/2006-98
Expediente nº: 903773/10-0
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 162/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

2.
Empresa: Zodiac Produtos Farmacêuticos S. A.
Medicamento: Tamsulon (cloridrato de tansulosina)
Forma farmacêutica: cápsula gelatinosa dura de liberação controlada
Processo n.: 25000.026441/97-22
Expediente n.: 418653/10-2
Assunto: Indeferimento de petições de Alteração de local de fabricação, Renovação de registro, Alteração da produção do medicamento e Alteração de excipiente de medicamento similar
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE

3.
Empresa: Prati, Donaduzzi & Cia. Ltda.
Medicamento: Dexprotenol (dexpantenol)
Forma Farmacêutica: pomada dermatológica
Processo nº: 25351.072826/2009-33
Expediente nº: 789497/09-0
Assunto: Indeferimento de Petição de Registro do Medicamento Específico.
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.

4.
Empresa: Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Polaramine Expectorante (maleato de dexclorfeniramina + sulfato de pseudoefedrina + guaifenesina)
Forma Farmacêutica: solução oral
Processo nº: 25992.136030/58
Expediente nº: 828456/10-3
Assunto: Indeferimento da petição de Renovação de Registro de Medicamento Novo
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.

5.
Empresa: EMS S/A
Medicamento: sinvastatina
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.028248/00-12
Expediente nº: 812613/10-5
Assunto: Indeferimento de Petição de Alteração de Excipiente de Medicamento Genérico
Parecer: 175/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.

6.
Empresa: Ems Sigma Pharma Ltda.
Medicamento: Treskin (isotretinoína)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa mole
Processo nº: 25351.306511/2008-49
Expediente nº: 096930/10-3
Assunto: Indeferimento de Petição de Registro de Medicamento Similar
Parecer: 196/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E PUBLICAR O REGISTRO.

7.
Empresa: Instituto de Hypodermia e Farmácia Ltda.
Medicamento: Hypocina (butilbrometo de escopolamina)
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25992.00600/4-75
Expediente nº: 747326/10-5
Assunto: Indeferimento de Petição de Renovação de Registro do Medicamento Similar
Parecer: 210/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.

(*) Republicado por ter saído, no DOU nº 41, de 29-2-2012, Seção 1, pág. 62, com incorreção no original.

GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 17 de fevereiro de 2012

A Gerencia - Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria nº 05, de 05 de outubro de 2010, resolve arquivar os processos abaixo:

BOM PREÇO BAHIA S.A
25351.430260/2005-70 - AIS:515830/05-3 (892/2005) - GGPRO/ANVISA
SGM INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA
25351.137608/2005-52 - AIS:163005/05-9 (359/2005) - GGPRO/ANVISA
THERASKIN FARMACEUTICA LTDA.
25351.014599/2006-11 - AIS:019409/06-3 (1621/2005) - GGPRO/ANVISA

PATRICIA DOMINGUES MASERA TOKARSKI

A Gerente-Geral da Gerência de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, resolve arquivar os processos abaixo:

ASSOCIACAO BRASILEIRA DO COMERCIO FARMACEUTICO
25351.403024/2010-84 - AIS:526113/10-9 (574/2010) - GGPRO/ANVISA
DENTSPLY IND.COM. LTDA
25351.249852/2009-79 - AIS:321564/09-4 (160/2009) - GGPRO/ANVISA
ROGA LENE LTDA - ME
25351.300334/2009-68 - AIS:385226/09-1 (228/2009) - GGPRO/ANVISA
EMS S/A
25351.286129/2009-10 - AIS:367048/09-1(221/2009) - GGPRO/ANVISA
FOSTER INFORMÁTICA LTDA
25351.329284/2009-28 - AIS:423006/09-0 (279/2009) - GGPRO/ANVISA
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
25351.313386/2009-03 - AIS:402379/09-0 (231/2009) - GGPRO/ANVISA
INFOGLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
25351.095597/2009-43 - AIS:120957/09-4 (43/2009) - GGPRO/ANVISA
LABORATÓRIOS BALDACCI S/A
25351.313297/2009-33 - AIS:402274/09-2 (233/2009) - GGPRO/ANVISA
LUNIK QUIMICA INDUST E COMERCIAL LTDA
25351.363034/2009-86 - AIS:468366/09-8 (270/2009) - GGPRO/ANVISA
NUTRIX WORLD SAÚDE PRODUTOS NATURAIS
25351.386900/2009-87 - AIS:499695/09-0 (209/2009) - GGPRO/ANVISA
PRIMEIRA REDE INTERATIVA DE MIDIA AMERICANA - PRIMA DO BRASIL LTDA.
25351.419229/2009-45 - AIS:542185/09-3 (299/2009) - GGPRO/ANVISA
RÁDIO JORNAL CIDADE DE JUIZ DE FORA LTDA
25351.335109/2009-01 - AIS:430740/09-2 (269/2009) - GGPRO/ANVISA
S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
25351.403056/2010-98 - AIS:526149/10-0 (586/2010) - GGPRO/ANVISA
SEG PRODUÇÕES E COMUNICAÇÕES LTDA
25351.095603/2009-85 - AIS:120965/09-5 (45/2009) - GGPRO/ANVISA

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 879, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011(*)

Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Portaria n° 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento e,

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Acre, por meio do Ofício/GAB nº. 1.461/2011, de 9 de novembro de 2011 e Resolução CIB nº 66/2011, de 27 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme detalhado nos anexos I e II desta Portaria.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do estado do Acre, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 138.932.414,08, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	137.456.404,44	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.476.009,64	Anexo II

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 211.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 4.896.000,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º Instruir que a publicação dos recursos estabelecidos, por meio desta portaria, não acarretará impacto no teto financeiro global do estado.

Art. 3º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo Único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0012 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1° de dezembro de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ACRE - DEZEMBRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	62.160.302,99
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	75.296.101,45
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	137.456.404,44

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ACRE - DEZEMBRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanentesde custeio *	Ajustes	Valores de PCEPcom transferênciasrealizadas ao FES	Valores de Estabelecimentossob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
120001	ACRELANDIA	273.463,79	0,00	0,00	0,17	0,00	240.287,05	0,00	0,00	33.176,91
120005	ASSIS BRASIL	48.892,82	0,00	0,00	1,50	0,00	48.894,32	0,00	0,00	0,00
120010	BRASILEIA	932.174,42	665.332,20	0,00	0,00	0,00	1.597.506,62	0,00	0,00	0,00
120013	BUJARI	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
120017	CAPIXABA	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
120020	CRUZEIRO DO SUL	5.887.398,32	4.005.683,23	330.000,00	0,00	0,00	9.749.629,73	0,00	0,00	473.451,82
120025	EPITACIOLANDIA	343.358,84	0,00	0,00	0,00	0,00	343.358,84	0,00	0,00	0,00
120030	FEIJO	1.070.180,60	8.217,63	0,00	0,00	0,00	1.078.398,23	0,00	0,00	0,00
120032	JORDAO	3.045,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.045,50
120033	MANCIO LIMA	410.484,12	0,00	0,00	0,47	0,00	407.994,38	0,00	0,00	2.490,21
120034	MANOEL URBANO	120.745,18	0,00	0,00	0,34	0,00	120.745,52	0,00	0,00	0,00
120035	MARECHAL THAUMATURGO	375.808,86	0,00	0,00	0,00	0,00	375.476,88	0,00	0,00	331,98
120038	PLACIDO DE CASTRO	122.368,90	1.855,03	105.600,00	6.320,23	0,00	124.223,93	0,00	0,00	111.920,23
120039	PORTO WALTER	43.492,00	0,00	0,00	0,16	0,00	42.857,91	0,00	0,00	634,25
120040	RIO BRANCO	32.942.638,49	20.580.391,38	4.312.752,68	232.800,08	0,00	57.217.623,89	0,00	0,00	850.958,74
120042	RODRIGUES ALVES	228.581,52	965,74	0,00	0,00	0,00	229.547,26	0,00	0,00	0,00
120043	SANTA ROSA DO PURUS	44.700,09	0,00	0,00	0,00	0,00	44.700,09	0,00	0,00	0,00
120045	SENADOR GUIOMARD	52.983,11	36.755,00	0,00	0,99	0,00	89.739,10	0,00	0,00	0,00
120050	SENA MADUREIRA	1.750.019,51	103.121,16	0,00	0,58	0,00	1.853.141,25	0,00	0,00	0,00
120060	TARAUACA	833.784,46	161.779,50	0,00	0,32	0,00	995.564,28	0,00	0,00	0,00
120070	XAPURI	270.755,29	979,92	0,00	0,49	0,00	271.735,70	0,00	0,00	0,00
120080	PORTO ACRE	14.675,79	0,00	150.000,00	0,68	0,00	164.676,47	0,00	0,00	0,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.476.009,64

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 239, de 14-12-2011, Seção 1, pág.77, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 160, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, das equipes que farão parte do Movimento Nacional População em Situação de Rua.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de definir as regras e critérios em conformidade com a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que estabelece a revisão das diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica nos termos da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB),

Considerando a Portaria nº 122/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, que define as diretrizes de organização e funcionamento dos Consultórios na Rua,

Considerando a Portaria nº 123/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, que define os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultórios na Rua (eCR) por Município,

Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Cuidados de Saúde Mental,

Considerando o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, e de instituição de equipes de Saúde da Família (ESF) atendendo as especificidades dessa população, e

Considerando a necessidade de adequar o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) as novas definições da PNAB, inerentes às Equipes de Consultório na Rua, e

Considerando as especificidades desta população, as diretrizes de organização e funcionamento das equipes dos Consultórios na Rua (eCR) que integram o componente atenção básica da Rede de Atenção Psicossocial, possuem as seguinte modalidades:

MODALIDADE I: é a equipe formada minimamente por 04 (quatro) profissionais, sendo 02 (dois) profissionais de nível superior e 02 (dois) de nível médio, excetuando-se o profissional médico;

MODALIDADE II: é a equipe formada minimamente por 06 (seis) profissionais, sendo 03 (três) profissionais de nível superior e 03 (três) de nível médio, excetuando-se o profissional médico;

MODALIDADE III: é a equipe da Modalidade II acrescida do profissional médico.

Art. 1º Estabelecer normas para o cadastramento, no SCNES, das equipes que farão parte do Movimento Nacional População em Situação de Rua.

Art. 2° Na Tabela de Tipo de Equipes do SCNES, incluir os tipos de equipes conforme tabela a seguir:

CÓD	DESCRIÇÃO DA EQUIPE
40	eCR MI - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE I
41	eCR MII - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE II
42	eCR MIII - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE III

§1º Definir que as equipes que se enquadram nos tipos: 40 - eCR MI - EQUIPE DOS CONSULTORIOS NA RUA MODALIDADE I, 41 - eCR MII - EQUIPE DOS CONSULTORIOS NA RUA MODALIDADE II e 42 - eCR MIII - EQUIPE DOS CONSULTORIOS NA RUA MODALIDADE III, deverão ser lotadas apenas no tipo de estabelecimento: 02 - CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

§2º Definir que a composição das equipes e as regras de cadastramento das equipes supracitadas serão descritas no Anexo I desta Portaria.

§3º Em todas as modalidades de eCR é opcional a vinculação do Agente Comunitário de Saúde (ACS), com 30 horas semanais.

Art. 3º Na Tabela de Serviços Especializados do SCNES, incluir o serviço de código 161 - CONSULTÓRIO NA RUA, conforme descrito no Anexo II desta Portaria.

Art. 4° As eCR deverão prestar atendimento à população usuária de álcool, crack e outras drogas, de acordo com a demanda desta população, podendo ocorrer em período diurno e/ou noturno em qualquer dia da semana.

§1º Definir que as eCR deverão cumprir a carga horária mínima semanal de 30 horas e não admite carga horária diferenciada.

§2º As eCR poderão ser contabilizadas no número de equipes matricidas pelos NASF 1 e NASF 2;

§3° Na composição de cada modalidade deve haver, preferencialmente, no máximo de dois profissionais da mesma profissão, seja ele de nível superior ou médio;

§4º O número máximo de eCR por município terá como base os dados dos censos populacionais, relacionados a esta população, reconhecidos pelo Departamento de Atenção Básica (DAB/SAS/MS).

Art. 5° O gestor municipal deverá observar os parâmetros adotado que será de 01 (uma) eCR para cada faixa da população em situação de rua a ser assistida; a responsabilidade de cada equipe e, a partir dessa definição, alimentar os dados no Sistema de Informação vigente.

Art. 6° Estabelecer que, cabe a Secretaria de Atenção à Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Sistemas de Informação do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (CGSI/DRAC/SAS/MS), providenciar junto ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS/SGEP/MS) para que sejam efetivadas as adequações no SCNES, definidas nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

ORIENTAÇÃO DE PREENCHIMENTO DAS FICHAS COMPLEMENTARES DAS EQUIPES DE CONSULTORIO DE RUA

1 DADOS OPERACIONAIS

Informar se o comando é de INCLUSÃO, ALTERAÇÃO OU EXCLUSÃO.

OBS: Enumerar todas as fichas utilizadas para o cadastro da equipe, identificando no formato NN/TT, onde NN é o numero da folha e TT o total de folhas preenchidas para o cadastro de profissionais da equipe.

2 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

2.1 CNES

Informar o CNES ao qual a equipe esta vinculada em todas as folhas utilizadas.

2.2 Nome Fantasia do Estabelecimento

Informar o Nome Fantasia do Estabelecimento em todas as folhas utilizadas.

3 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE:

3.1 Tipos de Equipes

As equipes serão identificadas a partir da tabela abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO DA EQUIPE
40	eCR MI - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE I
41	eCR MII - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE II
42	eCR MIII - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE III

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.2 Nome de Referência da Equipe:
As equipes também deverão ser identificadas pelo nome de referência (nome fantasia) em todas as folhas utilizadas.
3.3 Segmento Territorial
Segmento Territorial é um conjunto de áreas contíguas que pode corresponder à delimitação de um Distrito Sanitário, de uma Zona de Informação do IBGE ou a outro nível de agregação importante para o planejamento e avaliação em saúde no Município. É a divisão territorial utilizada para a análise espacial dos dados em um determinado município. O código do segmento é único no município.
Deverá ser informado o Segmento Territorial onde a equipe atua com identificação por 02 dígitos numéricos, a critério do gestor e a descrição (nome do Segmento). Para isso, deverá ser cadastrada a tabela de segmentos utilizando a funcionalidade de Cadastro de Tabela de Segmento Territorial que consta no SCNES.
Deverá também ser definido o tipo de segmento, se é Urbano ou Rural, de acordo com tabela abaixo:

CÓDIGO DO SEGMENTO TERRITORIAL	TIPO DE SEGMENTO TERRITORIAL
01	URBANO
02	RURAL

3.4 Área
Deverá ser identificada a área de atuação da equipe por meio da funcionalidade Cadastramento da Tabela de Áreas, criada no SCNES, que conterá, além do código, o nome de referência. O código será numérico com no máximo 04 dígitos e o nome de referência poderá ser alfanumérico.
3.4.1. Área: é o conjunto de microáreas sob a responsabilidade de uma equipe de saúde. A composição da equipe de saúde e as coberturas assistenciais variam de acordo com o modelo de atenção adotado. O código de área é único no município.
3.5 População Assistida
Deverá ser informado o tipo de população assistida pela equipe de acordo com a tabela abaixo, sendo possível informar mais de uma opção de população atendida pela equipe:

CÓD.	POPULAÇÃO
08	Em Situação de Rua

3.6 Data de Ativação
Deverá ser informada a data no formato dia/mês/ano (dd/mm/aaaa) da ativação da equipe.
3.7 Data de Desativação
Deverá ser informada a data da desativação da equipe no formato dia/mês/ano (dd/mm/aaaa), bem como o tipo e o motivo da desativação, de acordo com os itens a seguir.
3.8 Tipo de Desativação
Deverá ser informado o tipo da desativação de acordo com a tabela a seguir:

CÓD	TIPO
01	TEMPORÁRIA
02	DEFINITIVA

3.9 Motivo da Desativação
Deverá ser informado o motivo da desativação de acordo com a tabela a seguir:

CÓD	MOTIVO
01	REORGANIZAÇÃO DA ESTRATEGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
02	REORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA
03	DIFICULDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO
04	DIFICULDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ENFERMEIRO
05	DIFICULDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL CIRURGIÃO DENTISTA
06	DIFICULDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO
07	PROBLEMA COM ESTRUTURA FÍSICA
08	SUPERVISÃO/AUDITORIA
09	FALTA DE EQUIPE MINIMA

4 CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPE
I QUANTO AOS PROFISSIONAIS
Os profissionais da(s) equipe(s) deverão estar cadastrados previamente no CNES do estabelecimento onde a(s) equipe(s) será (ao) cadastrado(s) e o campo (4.1.1) Nome, (4.1.2) CPF, (4.1.3) CBO - Classificação Brasileira de Ocupação, (4.1.4) CNS - Cartão Nacional de Saúde, (4.1.5) CHS - Carga Horária Semanal deverão ser vinculados mediante esse cadastro.
4.1 EQUIPE MÍNIMA
Deverá ser identificado se o profissional faz parte da equipe mínima a ser considerada em todos os critérios estabelecidos na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e na portaria GM/MS 122, de 25 de janeiro de 2012.
II CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA
O preenchimento da informação de Carga Horária Semanal (CHS), campo 4.1.5, do tipo Ambulatorial, Hospitalar e Outros, será por meio da importação da informação constante no cadastro do profissional e sua totalização será consistida pelo sistema de acordo com a CHS permitida para cada CBO, estabelecida para a equipe mínima prevista no item III - Composição da equipe.
A carga horária semanal para as equipes do tipo 40 - eCR MI - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE I, 41 - eCR MII - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE II e 42 - eCR MIII - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE III, será de 30 (trinta) horas semanais, e não será admitida carga horária diferenciada. Os Agentes Comunitários de Saúde também irão cumprir 30h/semanais.
III COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES
De acordo com a portaria GM/MS 122, de 25 de janeiro de 2012, as eCR devem ser cadastradas com os profissionais abaixo, sendo facultada a inclusão de outros profissionais dentro da política de saúde implementada no município e com recursos próprios:
40 - eCR MI - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE I (1)

DESCRIÇÃO	CBO
ENFERMEIRO	2235-05
PSICÓLOGO*	2515*
ASSISTENTE SOCIAL	2516-05
AGENTE SOCIAL	5153-10
TERAPEUTA OCUPACIONAL	2239-05
TÉCNICO DE ENFERMAGEM OU AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3222-05 OU 3222-30
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	3224-05

41 - eCR MII - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE II (2)

DESCRIÇÃO	CBO
ENFERMEIRO	2235-05
PSICÓLOGO*	2515*
ASSISTENTE SOCIAL	2516-05
AGENTE SOCIAL	5153-10
TERAPEUTA OCUPACIONAL	2239-05
TÉCNICO DE ENFERMAGEM OU AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3222-05 OU 3222-30
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	3224-05

42 - eCR MIII - EQUIPE DE CONSULTORIO NA RUA MODALIDADE III (3)

DESCRIÇÃO	CBO
MÉDICO CLÍNICO	2251*
ENFERMEIRO	2235-05
PSICÓLOGO*	2515*
ASSISTENTE SOCIAL	2516-05
AGENTE SOCIAL	5153-10
TERAPEUTA OCUPACIONAL	2239-05
TÉCNICO DE ENFERMAGEM OU AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3222-05 OU 3222-30
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	3224-05

(1) Equipe mínima formada por 02 (dois) profissionais de nível superior e 02 (dois) profissionais de nível médio;
(2) Equipe mínima formada por 03 (três) profissionais de nível superior e 03 (três) profissionais de nível médio;
(3) Equipe mínima formada por 01 (um) profissional Médico Clínico, 03 (três) profissionais de nível superior e 03 (três) profissionais de nível médio;
(*) Para estes grupos de CBO, será admitido qualquer profissional referente à família de CBO.
4.2 Microárea:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Microárea corresponde ao espaço geográfico delimitado onde corresponde à área de atuação de um Agente Comunitário de Saúde (ACS).

Deverá ser identificada a microárea de atuação do ACS. A identificação da microárea se dará na vinculação do ACS à equipe. O preenchimento dessa informação na ficha de cadastro deverá ser através de código numérico com no máximo 02 (dois) dígitos. O código de microárea é único na área.

4.3 Data de Entrada

Deverá ser informada a data da admissão/entrada do profissional na equipe no formato dia/mês/ano (dd/mm/aaaa).

4.4 Data de Desligamento

Deverá ser informada a data da demissão/saída do profissional da equipe no formato dia/mês/ano (dd/mm/aaaa). Não será permitida a alteração deste dado após a sua inclusão.

OBSERVAÇÃO: Será permitido e considerado para efeito do financiamento das equipes, o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de desativação do profissional, para recolocação de outro. Ao final deste prazo, será bloqueada a exportação dos dados da equipe à qual ele esteja vinculado.

ANEXO II

SERVIÇO ESPECIALIZADO 161 - CONSULTÓRIO NA RUA, SUAS CLASSIFICAÇÕES E COMPATIBILIDADES COM PROFISSIONAIS (CBO)

COD. DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	COD. DA CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO	GRUPO	CBO	DESCRIÇÃO
161	CONSULTÓRIO NA RUA	001	CONSULTORIO NA RUA - MODALIDADE I	1	MODALIDADE I: Pelo menos 02 profissionais de nível médio e 02 profissionais de nível superior dentre os CBO supracitados no item 4-III do anexo I desta portaria.	
		002	CONSULTORIO NA RUA - MODALIDADE II	1	MODALIDADE II: Pelo menos 03 profissionais de nível médio e 03 profissionais de nível superior dentre os CBO supracitados no item 4-III do anexo I desta portaria.	
		003	CONSULTORIO NA RUA - MODALIDADE III	1	MODALIDADE III: Equipe de Consultório na Rua de Modalidade II acrescido de 01 (um) profissional da família Médico Clínico.	

PORTARIA Nº 161, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Portaria n° 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria GM/MS nº 1.699, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento e,

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado de Saúde, por meio do Ofício GS/CIB-RJ nº 06, de 09 de fevereiro de 2012 e Deliberação CIB-RJ nº 1.554, de 12 de janeiro 2012, resolve:

Art. 1º Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do estado do Rio de Janeiro, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.440.952.623,52, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	436.679.852,39	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.925.510.545,50	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	78.762.225,63	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 7.022.400,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 36.300.000,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º Instruir que o remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto no teto financeiro global do estado.

Art. 3º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo Único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0033 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de fevereiro de 2012.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - FEVEREIRO/2012

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	227.798.347,34
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	208.881.505,05
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	436.679.852,39

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - FEVEREIRO/2012

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanentesde custeio *	Ajustes	Valores de TCEPcom transferênciasrealizadas ao FES	Valores de Estabelecimentossob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
330010	ANGRA DOS REIS	13.681.679,55	1.392.097,39	2.316.768,01	3.455.568,58	0,00	0,00	0,00	0,00	20.846.113,53
330015	APERIBE	584.240,03	13.986,52	0,00	359.548,76	0,00	957.775,31	0,00	0,00	0,00
330020	ARARUAMA	7.676.676,59	1.403.054,69	215.012,83	3.050.617,49	0,00	12.345.361,60	0,00	0,00	0,00
330022	AREAL	570.584,74	36.863,70	105.600,00	196.557,47	0,00	0,00	0,00	0,00	909.605,91
330023	ARMACAO DE BUZIOS	1.781.314,20	38.568,20	0,00	31.646,22	0,00	1.851.528,62	0,00	0,00	0,00
330025	ARRAIAL DO CABO	1.561.455,93	178.435,23	105.600,00	224.898,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2.070.389,23
330030	BARRA DO PIRAI	9.151.249,33	474.150,20	953.400,86	457.799,73	0,00	0,00	0,00	0,00	11.036.600,12
330040	BARRA MANSA	16.373.799,20	8.622.428,59	1.399.346,45	3.992.849,31	0,00	0,00	0,00	0,00	30.388.423,55
330045	BELFORD ROXO	34.995.214,97	5.161.491,96	841.200,00	4.520.723,04	0,00	0,00	0,00	0,00	45.518.629,97
330050	BOM JARDIM	1.719.748,81	52.446,63	250.245,85	524.088,66	0,00	0,00	0,00	0,00	2.546.529,95
330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	3.727.381,84	1.185.633,10	1.068.191,35	5.302.521,16	0,00	11.178.127,45	0,00	0,00	105.600,00
330070	CABO FRIO	17.511.227,92	15.841.278,78	195.335,75	3.473.311,43	0,00	37.021.153,88	0,00	0,00	0,00
330080	CACHOEIRAS DE MACACU	3.705.511,42	41.114,48	105.600,00	538.349,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.390.575,80
330090	CAMBUCI	948.158,73	7.714,90	198.365,40	439.366,59	0,00	1.593.605,62	0,00	0,00	0,00
330093	CARAPEBUS	430.291,18	501,58	0,00	115.947,41	0,00	546.740,17	0,00	0,00	0,00
330095	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	359.944,71	1.932,02	0,00	641.593,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.003.469,82
330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	61.748.650,50	24.632.113,22	4.301.914,38	1.476.217,85	0,00	0,00	0,00	0,00	92.158.895,95
330110	CANTAGALO	1.463.900,12	157.658,32	198.322,64	357.171,26	0,00	2.177.052,34	0,00	0,00	0,00
330115	CARDOSO MOREIRA	444.359,28	138,60	0,00	337.188,22	0,00	781.686,10	0,00	0,00	0,00
330120	CARMO	1.401.684,40	24.965,79	92.864,09	2.409.242,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.928.756,68
330130	CASIMIRO DE ABREU	1.923.701,25	232.308,20	79.200,00	1.294.674,00	0,00	3.450.683,45	0,00	0,00	79.200,00
330140	CONCEICAO DE MACABU	905.151,87	20.557,28	0,00	1.858.860,18	0,00	2.784.569,33	0,00	0,00	0,00
330150	CORDEIRO	1.614.583,91	326.192,35	153.834,65	408.895,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503.505,96
330160	DUAS BARRAS	693.151,73	6.193,13	0,00	88.937,13	0,00	788.281,99	0,00	0,00	0,00
330170	DUQUE DE CAXIAS	62.507.630,00	15.523.772,40	2.124.000,00	1.557.985,40	0,00	0,00	0,00	0,00	81.713.387,80
330180	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	530.126,47	71.590,02	0,00	1.934.007,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.535.724,33
330185	GUAPIMIRIM	2.337.984,96	7.858,02	0,00	368.857,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.714.700,61
330187	IGUABA GRANDE	796.574,76	14.764,32	0,00	353.418,37	0,00	1.164.757,45	0,00	0,00	0,00
330190	ITABORAI	12.876.316,22	2.862.214,74	480.000,00	2.651.605,26	0,00	0,00	0,00	0,00	18.870.136,22

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

330200	ITAGUAI	6.081.272,37	22.947,63	585.600,00	4.620.593,97	0,00	0,00	0,00	0,00	11.310.413,97
330205	ITALVA	1.007.610,47	84.922,30	0,00	1.201.044,89	0,00	2.293.577,66	0,00	0,00	0,00
330210	ITAOCARA	1.383.587,39	555.184,18	0,00	1.078.668,98	0,00	3.017.440,55	0,00	0,00	0,00
330220	ITAPERUNA	13.682.491,30	21.136.986,90	3.405.223,20	8.285.941,92	0,00	0,00	0,00	0,00	46.510.643,32
330225	ITATIAIA	2.491.274,47	0,00	105.600,00	405.824,17	0,00	0,00	0,00	0,00	3.002.698,64
330227	JAPERI	7.116.334,69	587.907,20	585.600,00	594.916,67	0,00	8.299.158,56	0,00	0,00	585.600,00
330230	LAJE DO MURIAE	454.376,64	0,00	0,00	212.021,12	0,00	666.397,76	0,00	0,00	0,00
330240	MACAE	14.515.514,36	1.554.856,50	772.495,14	3.754.260,22	0,00	20.597.126,22	0,00	0,00	0,00
330245	MACUCO	181.761,81	6.135,67	0,00	194.013,59	0,00	381.911,07	0,00	0,00	0,00
330250	MAGE	12.919.443,45	116.877,82	894.000,00	914.356,79	0,00	0,00	0,00	0,00	14.844.678,06
330260	MANGARATIBA	2.378.484,60	89.546,27	105.600,00	375.157,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.948.788,28
330270	MARICA	5.703.529,54	185.747,46	559.200,00	597.791,80	0,00	6.487.068,80	0,00	0,00	559.200,00
330280	MENDES	1.078.648,23	54.594,52	0,00	729.179,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.862.421,94
330285	MESQUITA	7.959.744,39	1.602.344,62	735.600,00	385.637,02	0,00	0,00	0,00	0,00	10.683.326,03
330290	MIGUEL PEREIRA	1.850.821,00	942.871,74	0,00	14.183,43	0,00	0,00	0,00	0,00	2.807.876,17
330300	MIRACEMA	2.090.879,38	127.624,19	255.012,00	607.257,90	0,00	3.080.773,47	0,00	0,00	0,00
330310	NATIVIDADE	1.226.306,72	671.210,08	256.292,71	1.855.329,30	0,00	0,00	0,00	0,00	4.009.138,81
330320	NILOPOLIS	6.361.296,76	508.040,98	810.000,00	7.241.179,44	0,00	0,00	0,00	0,00	14.920.517,18
330330	NITEROI	45.477.238,21	32.423.262,40	10.799.011,93	9.164.900,55	0,00	0,00	20.438.158,52	0,00	77.426.254,57
330340	NOVA FRIBURGO	19.333.910,92	10.122.176,79	0,00	3.618.325,48	0,00	0,00	0,00	0,00	33.074.413,19
330350	NOVA IGUACU	60.726.096,08	15.778.928,69	5.464.110,17	23.823.480,12	0,00	0,00	0,00	0,00	105.792.615,06
330360	PARACAMBI	3.832.899,15	5.476.558,15	150.000,00	10.209.681,49	0,00	0,00	0,00	0,00	19.669.138,79
330370	PARAIBA DO SUL	2.399.516,75	100.964,55	374.416,53	923.357,13	0,00	0,00	0,00	0,00	3.798.254,96
330380	PARATI	1.813.147,92	75.658,94	105.600,00	390.225,11	0,00	2.279.031,97	0,00	0,00	105.600,00
330385	PATY DO ALFERES	1.029.992,19	117,39	0,00	725.329,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.755.438,98
330390	PETROPOLIS	39.503.362,37	9.211.929,74	1.121.520,56	9.308.695,43	0,00	0,00	0,00	0,00	59.145.508,10
330395	PINHEIRAL	1.274.119,19	3.496,76	79.200,00	844.858,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.201.673,98
330400	PIRAI	1.998.605,29	914.386,06	249.328,21	474.299,73	0,00	0,00	0,00	0,00	3.636.619,29
330410	PORCIUNCULA	1.217.909,28	24.261,37	212.815,54	501.832,48	0,00	1.851.218,67	0,00	0,00	105.600,00
330411	PORTO REAL	1.344.170,16	30.580,48	105.600,00	353.474,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833.825,52
330412	QUATIS	941.353,00	3.976.248,70	65.656,45	8.920,89	0,00	0,00	0,00	0,00	4.992.179,04
330414	QUEIMADOS	8.356.618,81	20.561,60	300.000,00	13.861.937,00	0,00	22.239.117,41	0,00	0,00	300.000,00
330415	QUISSAMA	2.052.306,34	516.916,66	0,00	399.981,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2.969.204,25
330420	RESENDE	11.561.623,18	1.360.827,09	834.959,31	1.042.286,66	0,00	0,00	0,00	0,00	14.799.696,24
330430	RIO BONITO	5.320.744,94	7.602.573,54	1.634.642,61	4.507.185,85	0,00	0,00	0,00	0,00	19.065.146,94
330440	RIO CLARO	1.168.235,87	0,00	79.200,00	54.338,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.301.774,03
330450	RIO DAS FLORES	517.899,07	0,00	0,00	60.270,34	0,00	0,00	0,00	0,00	578.169,41
330452	RIO DAS OSTRAS	6.018.096,10	243.392,25	0,00	193.318,89	0,00	6.454.807,24	0,00	0,00	0,00
330455	RIO DE JANEIRO	590.070.541,22	98.691.593,46	52.861.225,02	202.154.502,02	0,00	21.000.000,00	58.324.067,11	0,00	864.453.794,61
330460	SANTA MARIA MADALENA	685.630,91	5.832,14	0,00	450.488,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.141.951,89
330470	SANTO ANTONIO DE PADUA	3.434.539,65	129.076,07	79.200,00	519.719,82	0,00	4.083.335,54	0,00	0,00	79.200,00
330475	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	2.981.539,35	0,00	0,00	341.252,72	0,00	3.322.792,07	0,00	0,00	0,00
330480	SAO FIDELIS	2.774.656,12	179.266,78	326.570,92	1.115.421,15	0,00	4.395.914,97	0,00	0,00	0,00
330490	SAO GONCALO	88.522.821,44	4.176.813,73	1.727.116,11	2.200.612,49	0,00	0,00	0,00	0,00	96.627.363,77
330500	SAO JOAO DA BARRA	1.633.886,21	23.864,86	58.582,12	253.594,25	0,00	1.969.927,44	0,00	0,00	0,00
330510	SAO JOAO DE MERITI	30.395.884,52	494.124,99	1.185.600,00	4.274.951,90	0,00	0,00	0,00	0,00	36.350.561,41
330513	SAO JOSE DE UBA	250.659,83	69,99	0,00	159.872,32	0,00	410.602,14	0,00	0,00	0,00
330515	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	1.006.856,86	57.464,61	105.600,00	579.713,73	0,00	1.644.035,20	0,00	0,00	105.600,00
330520	SAO PEDRO DA ALDEIA	5.549.303,84	359.475,37	352.865,02	376.486,61	0,00	6.532.530,84	0,00	0,00	105.600,00
330530	SAO SEBASTIAO DO ALTO	731.594,29	56.670,41	115.849,52	984.127,37	0,00	1.888.241,59	0,00	0,00	0,00
330540	SAPUCAIA	618.309,64	12.252,88	0,00	339.667,90	0,00	0,00	0,00	0,00	970.230,42
330550	SAQUAREMA	3.923.551,58	84.145,54	105.600,00	887.047,50	0,00	4.894.744,62	0,00	0,00	105.600,00
330555	SEROPEDICA	3.548.132,09	0,00	405.600,00	1.858.872,27	0,00	0,00	0,00	0,00	5.812.604,36
330560	SILVA JARDIM	1.323.739,61	5.223,35	150.000,00	217.323,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.696.286,61
330570	SUMIDOURO	983.101,38	0,00	0,00	567.013,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.550.115,32
330575	TANGUA	2.071.291,88	1.583.631,90	150.000,00	186.858,50	0,00	3.841.782,28	0,00	0,00	150.000,00
330580	TERESOPOLIS	17.324.549,45	6.056.041,07	3.542.826,20	3.796.449,59	0,00	0,00	0,00	0,00	30.719.866,31
330590	TRAJANO DE MORAIS	136.196,59	26.662,75	0,00	1.005.602,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168.461,76
330600	TRES RIOS	7.890.106,07	3.924.186,56	105.600,00	3.923.630,53	0,00	0,00	0,00	0,00	15.843.523,16
330610	VALENCA	7.149.137,14	655.702,07	900.693,65	3.525.023,34	0,00	0,00	0,00	0,00	12.230.556,20
330615	VARRE-SAI	559.383,38	0,00	0,00	49.262,29	0,00	608.645,67	0,00	0,00	0,00
330620	VASSOURAS	4.872.020,16	11.441.840,75	714.768,29	382.909,04	0,00	0,00	0,00	0,00	17.411.538,24
330630	VOLTA REDONDA	32.143.792,41	10.047.534,55	316.800,00	6.562.904,30	0,00	0,00	0,00	0,00	49.071.031,26
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.925.510.545,50

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - FEVEREIRO/2012

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (VALORES ANUAIS)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	330330 - NITEROI	Hospital Universitário Antônio Pedro/UFF	12505	30	05-01-2005	20.438.158,52
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Ginecologia da UFRJ	2296594	000	01-01-1900	10.998,88
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Psiquiatria da UFRJ	2269430	1891	13-10-2005	5.213.330,77
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Maternidade Escola da UFRJ	2270021	1892	13-10-2005	7.624.633,84
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Gafree Guinle/UNIRIO	2295415	1888	13-10-2005	8.499.698,38
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Doenças do Torax	5358833	000	01-01-1900	20.622,90
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Neurologia Deolindo Couto	2708361	000	01-01-1900	105.176,81
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Escola São Francisco de Assis	2270668	000	01-01-1900	10.311,45
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	2280167	2726	28-12-2004	32.087.517,50
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Martagão Gesteira/UFRJ	2296616	144	13-10-2005	4.751.776,58
TOTAL						78.762.225,63

PORTARIA Nº 162, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Portaria n° 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, por meio do Ofício nº 011/12, de 25 de janeiro de 2012 e Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite - CIB-PI nº 102, de 7 de outubro de 2011, nº 90, de 6 de janeiro de 2012, nº 02, de 13 de janeiro de 2012, e nº 10, de 10 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado no anexo II.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Piauí, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 415.460.333,05, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	88.473.419,31	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	326.986.913,74	Anexo II

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 2.481.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 12.180.000,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso concedido, por meio desta portaria, não acarretará impacto no teto financeiro global do estado.

Art. 3º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo Único Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0022 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1° de fevereiro de 2012.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - FEVEREIRO/2012

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	15.241.050,13
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	71.086.936,34
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	2.145.432,84
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	88.473.419,31

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - FEVEREIRO/2012

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivosperma-nentesde custeio *	Ajustes	Valores de TCEPcom transferênciasrealiza-das ao FES	Valores de Estabelecimentos-sob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidos-de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
220005	ACAUA	2.385,40	0,00	0,00	0,86	0,00	2.386,26	0,00	0,00	0,00
220010	AGRICOLANDIA	40.016,07	0,00	14.621,81	112.214,55	0,00	166.852,43	0,00	0,00	0,00
220020	AGUA BRANCA	672.286,59	796.734,51	105.600,00	1.111.233,88	0,00	0,00	0,00	0,00	2.685.854,98
220025	ALAGOINHA DO PIAUI	28.664,55	0,00	18.877,89	164.087,53	0,00	211.629,97	0,00	0,00	0,00
220027	ALEGRETE DO PIAUI	2.739,18	0,00	0,00	0,35	0,00	2.739,53	0,00	0,00	0,00
220030	ALTO LONGA	404.600,80	65.583,53	5.442,43	151.877,62	0,00	627.504,38	0,00	0,00	0,00
220040	ALTOS	1.171.443,90	105.079,40	0,00	44.799,12	0,00	1.321.322,42	0,00	0,00	0,00
220045	ALVORADA DO GURGUEIA	9.684,13	0,00	0,00	0,25	0,00	9.684,38	0,00	0,00	0,00
220050	AMARANTE	596.067,86	6.981,50	0,00	399.660,00	0,00	1.002.709,36	0,00	0,00	0,00
220060	ANGICAL DO PIAUI	71.986,94	48.665,72	10.846,86	525.489,64	0,00	656.989,16	0,00	0,00	0,00
220070	ANISIO DE ABREU	85.539,91	103,88	7.659,09	114.429,09	0,00	207.731,97	0,00	0,00	0,00
220080	ANTONIO ALMEIDA	1.878,95	0,00	0,00	0,05	0,00	1.879,00	0,00	0,00	0,00
220090	AROAZES	18.049,10	0,00	28.739,39	96.472,90	0,00	143.261,39	0,00	0,00	0,00
220095	Aroeiras do Itaim	1.307,15	0,00	0,00	60.000,11	0,00	61.307,26	0,00	0,00	0,00
220100	ARRAIAL	16.843,22	0,00	34.785,82	129.266,23	0,00	180.895,27	0,00	0,00	0,00
220105	ASSUNCAO DO PIAUI	3.621,54	0,00	0,00	0,34	0,00	3.621,88	0,00	0,00	0,00
220110	AVELINO LOPES	196.441,56	0,00	40.419,00	0,07	0,00	236.860,63	0,00	0,00	0,00
220115	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	152.153,82	0,00	70.704,00	0,50	0,00	222.858,32	0,00	0,00	0,00
220117	BARRA D'ALCANTARA	29,15	0,00	0,00	0,10	0,00	29,25	0,00	0,00	0,00
220120	BARRAS	2.069.777,49	980.462,55	105.600,00	163.201,94	0,00	0,00	0,00	0,00	3.319.041,98
220130	BARREIRAS DO PIAUI	14.224,52	0,00	0,00	0,40	0,00	14.224,92	0,00	0,00	0,00
220140	BARRO DURO	43.952,17	0,00	27.580,96	178.230,85	0,00	0,00	0,00	0,00	249.763,98
220150	BATALHA	885.809,41	2.860,62	0,00	484.829,16	0,00	1.373.499,19	0,00	0,00	0,00
220155	BELA VISTA DO PIAUI	1.426,79	0,00	0,00	36.000,30	0,00	37.427,09	0,00	0,00	0,00
220157	BELEM DO PIAUI	1.311,42	0,00	0,00	36.000,27	0,00	37.311,69	0,00	0,00	0,00
220160	BENEDITINOS	241.285,14	0,00	26.331,27	0,01	0,00	267.616,42	0,00	0,00	0,00
220170	BERTOLINIA	88.140,97	0,00	25.527,73	65.331,31	0,00	179.000,01	0,00	0,00	0,00
220173	BETANIA DO PIAUI	2.475,10	0,00	0,00	60.000,29	0,00	62.475,39	0,00	0,00	0,00
220177	BOA HORA	1.599,21	0,00	0,00	0,15	0,00	1.599,36	0,00	0,00	0,00
220180	BOCAINA	9.790,73	0,00	184.054,12	179.116,35	0,00	222.961,20	0,00	0,00	150.000,00
220190	BOM JESUS	786.951,77	2.082.210,57	79.200,00	592.048,90	0,00	3.461.211,24	0,00	0,00	79.200,00
220191	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	3.635,85	0,00	17.431,46	98.932,71	0,00	120.000,02	0,00	0,00	0,00
220192	BONFIM DO PIAUI	2.300,46	0,00	0,00	0,29	0,00	2.300,75	0,00	0,00	0,00
220194	BOQUEIRAO DO PIAUI	4.084,81	0,00	0,00	0,30	0,00	4.085,11	0,00	0,00	0,00
220196	BRASILEIRA	24.533,09	0,00	38.097,28	174.406,13	0,00	237.036,50	0,00	0,00	0,00
220198	BREJO DO PIAUI	1.993,27	0,00	0,00	36.000,00	0,00	37.993,27	0,00	0,00	0,00
220200	BURITI DOS LOPES	364.748,40	8.131,52	255.600,00	425.470,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.053.950,21
220202	BURITI DOS MONTES	35.625,83	0,00	6.576,48	104.783,15	0,00	146.985,46	0,00	0,00	0,00
220205	CABECEIRAS DO PIAUI	5.254,27	0,00	0,00	60.000,41	0,00	65.254,68	0,00	0,00	0,00
220207	CAJAZEIRAS DO PIAUI	1.158,73	0,00	0,00	36.000,30	0,00	37.159,03	0,00	0,00	0,00
220208	CAJUEIRO DA PRAIA	1.669,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.669,50	0,00	0,00	0,00
220209	CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	1.969,84	0,00	0,00	36.000,14	0,00	37.969,98	0,00	0,00	0,00
220210	CAMPINAS DO PIAUI	3.003,34	0,00	0,00	0,41	0,00	3.003,75	0,00	0,00	0,00
220211	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	9.661,08	0,00	0,00	0,21	0,00	9.661,29	0,00	0,00	0,00
220213	CAMPO GRANDE DO PIAUI	2.366,35	0,00	0,00	0,44	0,00	2.366,79	0,00	0,00	0,00
220217	CAMPO LARGO DO PIAUI	2.480,93	0,00	0,00	0,05	0,00	2.480,98	0,00	0,00	0,00
220220	CAMPO MAIOR	1.873.347,75	2.404.735,54	725.613,79	152.450,05	0,00	0,00	0,00	0,00	5.156.147,13
220225	CANAVIEIRA	32.905,17	0,00	25.579,36	115.981,68	0,00	174.466,21	0,00	0,00	0,00
220230	CANTO DO BURITI	612.653,66	176.097,51	150.000,00	629.137,25	0,00	1.417.888,42	0,00	0,00	150.000,00
220240	CAPITAO DE CAMPOS	77.862,74	7.413,03	45.975,73	75.379,28	0,00	206.630,78	0,00	0,00	0,00
220245	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	1.752,74	0,00	0,00	0,51	0,00	1.753,25	0,00	0,00	0,00
220250	CARACOL	102.111,74	25.398,06	150.000,00	218.890,34	0,00	346.400,14	0,00	0,00	150.000,00
220253	CARAUBAS DO PIAUI	2.539,62	0,00	0,00	0,39	0,00	2.540,01	0,00	0,00	0,00
220255	CARIDADE DO PIAUI	2.186,97	0,00	0,00	60.000,25	0,00	62.187,22	0,00	0,00	0,00
220260	CASTELO DO PIAUI	611.579,20	126.223,15	0,00	629.720,14	0,00	1.367.522,49	0,00	0,00	0,00
220265	CAXINGO	2.722,16	0,00	0,00	0,36	0,00	2.722,52	0,00	0,00	0,00
220270	COCAL	712.207,73	45.840,16	150.000,00	339.660,43	0,00	1.097.708,32	0,00	0,00	150.000,00
220271	COCAL DE TELHA	1.067,29	0,00	0,00	0,13	0,00	1.067,42	0,00	0,00	0,00
220272	COCAL DOS ALVES	3.135,58	0,00	0,00	0,14	0,00	3.135,72	0,00	0,00	0,00
220273	COIVARAS	1.362,01	0,00	0,00	0,29	0,00	1.362,30	0,00	0,00	0,00
220275	COLONIA DO GURGUEIA	96.293,09	0,00	0,00	0,23	0,00	96.293,32	0,00	0,00	0,00
220277	COLONIA DO PIAUI	4.220,95	0,00	28.310,68	75.468,29	0,00	107.999,92	0,00	0,00	0,00
220280	CONCEICAO DO CANINDE	4.876,56	0,00	56.656,94	42.686,87	0,00	104.220,37	0,00	0,00	0,00
220285	CORONEL JOSE DIAS	13.519,60	0,00	0,00	60.000,08	0,00	73.519,68	0,00	0,00	0,00
220290	CORRENTE	924.279,55	751.536,64	79.200,00	36.000,22	1.438.736,88	0,00	0,00	0,00	352.279,53
220300	CRISTALANDIA DO PIAUI	12.239,70	0,00	10.844,59	170.071,07	0,00	193.155,36	0,00	0,00	0,00
220310	CRISTINO CASTRO	137.908,62	592,30	0,00	0,35	0,00	138.501,27	0,00	0,00	0,00
220320	CURIMATA	224.899,72	137.371,60	0,00	429.145,27	0,00	791.416,59	0,00	0,00	0,00
220323	CURRAIS	2.048,48	0,00	0,00	0,20	0,00	2.048,68	0,00	0,00	0,00
220325	CURRALINHOS	5.832,97	0,00	0,00	0,20	0,00	5.833,17	0,00	0,00	0,00
220327	CURRAL NOVO DO PIAUI	1.749,23	0,00	0,00	60.000,17	0,00	61.749,40	0,00	0,00	0,00
220330	DEMERVAL LOBAO	205.453,92	38.955,52	0,00	151.349,90	0,00	395.759,34	0,00	0,00	0,00
220335	DIRCEU ARCOVERDE	16.796,77	0,00	12.948,26	149.747,38	0,00	179.492,41	0,00	0,00	0,00
220340	DOM EXPEDITO LOPES	2.492,58	0,00	0,00	0,37	0,00	2.492,95	0,00	0,00	0,00
220342	DOMINGOS MOURAO	2.228,09	0,00	0,00	0,07	0,00	2.228,16	0,00	0,00	0,00
220345	DOM INOCENCIO	4.576,13	0,00	0,00	0,43	0,00	4.576,56	0,00	0,00	0,00
220350	ELESBAO VELOSO	349.702,33	57.156,32	0,00	221.225,82	0,00	628.084,47	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

220360	ELISEU MARTINS	75.690,00	3.599,42	9.125,42	134.414,27	0,00	222.829,11	0,00	0,00	0,00
220370	ESPERANTINA	1.230.513,02	622.161,19	0,00	1.466.255,34	0,00	3.318.929,55	0,00	0,00	0,00
220375	FARTURA DO PIAUI	3.047,32	0,00	0,00	163.567,30	0,00	166.614,62	0,00	0,00	0,00
220380	FLORES DO PIAUI	3.385,93	0,00	26.468,77	102.466,54	0,00	132.321,24	0,00	0,00	0,00
220385	FLORESTA DO PIAUI	1.325,26	0,00	0,00	0,27	0,00	1.325,53	0,00	0,00	0,00
220390	FLORIANO	2.940.068,45	6.391.512,14	559.200,00	2.445.668,28	0,00	0,00	0,00	0,00	12.336.448,87
220400	FRANCINOPOLIS	54.161,04	0,00	0,00	111.263,01	0,00	165.424,05	0,00	0,00	0,00
220410	FRANCISCO AYRES	24.787,85	0,00	42.375,44	35.249,13	0,00	102.412,42	0,00	0,00	0,00
220415	FRANCISCO MACEDO	819,81	0,00	0,00	36.000,01	0,00	36.819,82	0,00	0,00	0,00
220420	FRANCISCO SANTOS	69.423,14	0,00	7.614,42	377.271,86	0,00	454.309,42	0,00	0,00	0,00
220430	FRONTEIRAS	288.618,21	50.646,13	0,00	789.788,01	0,00	1.129.052,35	0,00	0,00	0,00
220435	GEMINIANO	1.762,30	0,00	0,00	36.000,14	0,00	37.762,44	0,00	0,00	0,00
220440	GILBUES	189.895,42	28.127,59	450.000,00	0,04	0,00	218.023,05	0,00	0,00	450.000,00
220450	GUADALUPE	317.026,37	59.623,37	300.000,00	909.810,28	0,00	1.286.460,02	0,00	0,00	300.000,00
220455	GUARIBAS	1.061,62	0,00	0,00	0,31	0,00	1.061,93	0,00	0,00	0,00
220460	HUGO NAPOLEAO	2.532,55	0,00	0,00	0,60	0,00	2.533,15	0,00	0,00	0,00
220465	ILHA GRANDE	4.750,58	0,00	0,00	69.316,05	0,00	74.066,63	0,00	0,00	0,00
220470	INHUMA	178.985,65	0,00	35.606,73	129.056,31	0,00	343.648,69	0,00	0,00	0,00
220480	IPIRANGA DO PIAUI	73.262,62	0,00	17.226,79	117.691,75	0,00	208.181,16	0,00	0,00	0,00
220490	ISAIAS COELHO	12.489,52	0,00	12.323,16	203.672,68	0,00	228.485,36	0,00	0,00	0,00
220500	ITAINOPOLIS	148.791,45	18.370,29	3.135,28	291.651,74	0,00	0,00	0,00	0,00	461.948,76
220510	ITAUEIRA	293.884,64	166.702,98	780.000,00	124.144,23	0,00	584.731,85	0,00	0,00	780.000,00
220515	JACOBINA DO PIAUI	1.898,35	0,00	0,00	36.000,06	0,00	37.898,41	0,00	0,00	0,00
220520	JAICOS	547.424,74	268.525,75	79.200,00	545.932,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.441.082,54
220525	JARDIM DO MULATO	2.047,63	0,00	0,00	0,04	0,00	2.047,67	0,00	0,00	0,00
220527	JATOBA DO PIAUI	2.600,10	0,00	0,00	180.000,01	0,00	182.600,11	0,00	0,00	0,00
220530	JERUMENHA	25.384,58	0,00	44.357,74	86.977,66	0,00	156.719,98	0,00	0,00	0,00
220535	JOAO COSTA	790,51	0,00	0,00	0,24	0,00	790,75	0,00	0,00	0,00
220540	JOAQUIM PIRES	251.285,16	0,00	19.060,20	99.542,24	0,00	369.887,60	0,00	0,00	0,00
220545	JOCA MARQUES	3.285,99	0,00	0,00	0,02	0,00	3.286,01	0,00	0,00	0,00
220550	JOSE DE FREITAS	1.528.856,40	32.405,28	79.200,00	716.376,62	0,00	2.277.638,30	0,00	0,00	79.200,00
220551	JUAZEIRO DO PIAUI	2.278,22	0,00	0,00	0,44	0,00	2.278,66	0,00	0,00	0,00
220552	JULIO BORGES	3.324,79	0,00	0,00	60.000,03	0,00	63.324,82	0,00	0,00	0,00
220553	JUREMA	13.028,59	0,00	60.000,00	150.971,41	0,00	224.000,00	0,00	0,00	0,00
220554	LAGOINHA DO PIAUI	1.524,19	0,00	0,00	0,01	0,00	1.524,20	0,00	0,00	0,00
220555	LAGOA ALEGRE	91.614,40	0,00	12.728,74	98.274,78	0,00	202.617,92	0,00	0,00	0,00
220556	LAGOA DO BARRO DO PIAUI	3.501,83	0,00	0,00	60.000,01	0,00	63.501,84	0,00	0,00	0,00
220557	LAGOA DE SAO FRANCISCO	2.594,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.594,26	0,00	0,00	0,00
220558	LAGOA DO PIAUI	1.739,12	18,90	0,00	0,00	0,00	1.758,02	0,00	0,00	0,00
220559	LAGOA DO SITIO	3.776,62	0,00	0,00	36.000,06	0,00	39.776,68	0,00	0,00	0,00
220560	LANDRI SALES	102.706,24	0,00	20.707,73	44.586,08	0,00	168.000,05	0,00	0,00	0,00
220570	LUIS CORREIA	995.963,03	0,00	255.600,00	78.385,21	0,00	1.074.348,24	0,00	0,00	255.600,00
220580	LUZILANDIA	986.181,45	459.420,90	105.600,00	467.192,71	0,00	1.912.795,06	0,00	0,00	105.600,00
220585	MADEIRO	129.280,91	0,00	0,00	36.000,09	0,00	165.281,00	0,00	0,00	0,00
220590	MANOEL EMIDIO	132.546,77	10.096,74	13.927,87	96.264,37	0,00	252.835,75	0,00	0,00	0,00
220595	MARCOLANDIA	2.753,31	0,00	0,00	120.000,19	0,00	122.753,50	0,00	0,00	0,00
220600	MARCOS PARENTE	51.159,41	0,00	0,00	135.467,41	0,00	186.626,82	0,00	0,00	0,00
220605	MASSAPE DO PIAUI	1.649,04	0,00	0,00	36.000,53	0,00	37.649,57	0,00	0,00	0,00
220610	MATIAS OLIMPIO	215.538,50	6.885,89	16.157,63	127.929,22	0,00	366.511,24	0,00	0,00	0,00
220620	MIGUEL ALVES	989.833,78	20,00	105.600,00	272.509,74	0,00	1.262.363,52	0,00	0,00	105.600,00
220630	MIGUEL LEAO	594,32	0,00	0,00	180.000,00	0,00	180.594,32	0,00	0,00	0,00
220635	MILTON BRANDAO	7.159,76	0,00	0,00	0,83	0,00	7.160,59	0,00	0,00	0,00
220640	MONSENHOR GIL	233.189,92	1.692,59	45.574,65	0,28	0,00	280.457,44	0,00	0,00	0,00
220650	MONSENHOR HIPOLITO	44.601,66	0,00	12.797,15	141.086,51	0,00	198.485,32	0,00	0,00	0,00
220660	MONTE ALEGRE DO PIAUI	66.777,73	0,00	45.919,55	153.870,54	0,00	266.567,82	0,00	0,00	0,00
220665	MORRO CABECA NO TEMPO	2.595,22	0,00	0,00	0,10	0,00	2.595,32	0,00	0,00	0,00
220667	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	2.573,05	0,00	0,00	0,05	0,00	2.573,10	0,00	0,00	0,00
220669	MURICI DOS PORTELAS	15.227,37	0,00	0,00	0,72	0,00	15.228,09	0,00	0,00	0,00
220670	NAZARE DO PIAUI	47.968,76	0,00	844,57	98.074,11	0,00	146.887,44	0,00	0,00	0,00
220675	NOSSA SENHORA DE NAZARE	1.847,22	0,00	0,00	0,27	0,00	1.847,49	0,00	0,00	0,00
220680	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	53.916,01	0,00	0,00	119.678,15	0,00	173.594,16	0,00	0,00	0,00
220690	NOVO ORIENTE DO PIAUI	33.592,54	0,00	23.446,55	273.645,78	0,00	330.684,87	0,00	0,00	0,00
220695	NOVO SANTO ANTONIO	1.843,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.843,73	0,00	0,00	0,00
220700	OEIRAS	1.439.412,89	1.520.637,75	229.200,00	1.350.529,35	0,00	4.310.579,99	0,00	0,00	229.200,00
220710	OLHO D'AGUA DO PIAUI	650,28	0,00	0,00	0,16	0,00	650,44	0,00	0,00	0,00
220720	PADRE MARCOS	67.353,58	0,00	0,00	308.112,39	0,00	375.465,97	0,00	0,00	0,00
220730	PAES LANDIM	64.650,58	33.872,74	13.779,60	113.617,48	0,00	225.920,40	0,00	0,00	0,00
220735	PAJEU DO PIAUI	961,51	0,00	0,00	0,04	0,00	961,55	0,00	0,00	0,00
220740	PALMEIRA DO PIAUI	9.250,72	0,00	34.993,31	106.782,39	0,00	151.026,42	0,00	0,00	0,00
220750	PALMEIRAIS	205.601,07	0,00	28.274,39	63.878,41	0,00	297.753,87	0,00	0,00	0,00
220755	PAQUETA	1.834,51	0,00	0,00	60.000,05	0,00	61.834,56	0,00	0,00	0,00
220760	PARNAGUA	183.437,67	60.337,67	0,00	265.608,60	0,00	509.383,94	0,00	0,00	0,00
220770	PARNAIBA	8.912.391,15	5.538.932,98	2.379.470,38	7.833.529,09	0,00	0,00	0,00	0,00	24.664.323,60
220775	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	4.797,03	0,00	0,00	36.000,11	0,00	40.797,14	0,00	0,00	0,00
220777	PATOS DO PIAUI	2.738,78	0,00	0,00	36.000,29	0,00	38.739,07	0,00	0,00	0,00
220779	PAU DARCO DO PIAUI	1.235,86	0,00	0,00	180.000,15	0,00	181.236,01	0,00	0,00	0,00
220780	PAULISTANA	986.137,15	950.500,54	105.600,00	1.033.747,67	0,00	0,00	0,00	0,00	3.075.985,36
220785	PAVUSSU	4.533,10	0,00	0,00	0,27	0,00	4.533,37	0,00	0,00	0,00
220790	PEDRO II	1.130.326,72	256.061,19	144.533,27	339.660,01	0,00	1.870.581,19	0,00	0,00	0,00
220793	PEDRO LAURENTINO	857,96	0,00	0,00	0,06	0,00	858,02	0,00	0,00	0,00
220795	NOVA SANTA RITA	3.667,35	0,00	0,00	0,06	0,00	3.667,41	0,00	0,00	0,00
220800	PICOS	4.300.152,69	12.248.859,97	708.000,00	1.045.650,66	0,00	0,00	0,00	0,00	18.302.663,32
220810	PIMENTEIRAS	227.444,61	0,00	34.244,42	118.483,97	0,00	380.173,00	0,00	0,00	0,00
220820	PIO IX	376.025,19	130.900,82	0,00	431.199,64	0,00	938.125,65	0,00	0,00	0,00
220830	PIRACURUCA	1.484.841,81	241.956,52	79.200,00	1.232.970,73	0,00	0,00	0,00	0,00	3.038.969,06
220840	PIRIPIRI	3.183.135,57	1.446.480,10	664.800,00	2.236.198,26	0,00	0,00	0,00	0,00	7.530.613,93
220850	PORTO	159.483,66	0,00	0,00	287.258,46	0,00	446.742,12	0,00	0,00	0,00
220855	PORTO ALEGRE DO PIAUI	22.456,79	0,00	60.000,00	59.022,64	0,00	141.479,43	0,00	0,00	0,00
220860	PRATA DO PIAUI	11.007,46	0,00	37.398,83	42.566,75	0,00	90.973,04	0,00	0,00	0,00
220865	QUEIMADA NOVA	3.462,07	0,00	0,00	60.000,08	0,00	63.462,15	0,00	0,00	0,00
220870	REDENCAO DO GURGUEIA	31.035,01	1.108,11	18.550,44	121.038,44	0,00	171.732,00	0,00	0,00	0,00
220880	REGENERACAO	435.596,60	105.155,13	79.200,00	450.060,41	0,00	990.812,14	0,00	0,00	79.200,00
220885	RIACHO FRIO	1.065,51	0,00	0,00	0,28	0,00	1.065,79	0,00	0,00	0,00
220887	RIBEIRA DO PIAUI	1.128,49	0,00	0,00	0,36	0,00	1.128,85	0,00	0,00	0,00
220890	RIBEIRO GONCALVES	92.069,48	0,00	311.141,05	142.078,46	0,00	245.288,99	0,00	0,00	300.000,00
220900	RIO GRANDE DO PIAUI	49.540,23	0,00	7.461,22	122.770,53	0,00	179.771,98	0,00	0,00	0,00
220910	SANTA CRUZ DO PIAUI	71.947,30	0,00	0,00	122.195,44	0,00	194.142,74	0,00	0,00	0,00
220915	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	822,95	0,00	0,00	0,69	0,00	823,64	0,00	0,00	0,00
220920	SANTA FILOMENA	82.281,07	0,00	8.367,29	50.289,90	0,00	140.938,26	0,00	0,00	0,00
220930	SANTA LUZ	5.492,93	0,00	0,00	0,01	0,00	5.492,94	0,00	0,00	0,00
220935	SANTANA DO PIAUI	1.001,20	0,00	0,00	0,08	0,00	1.001,28	0,00	0,00	0,00
220937	SANTA ROSA DO PIAUI	15.454,77	0,00	0,00	138.113,82	0,00	153.568,59	0,00	0,00	0,00
220940	SANTO ANTONIO DE LISBOA	22.542,62	0,00	0,00	33.336,94	0,00	55.879,56	0,00	0,00	0,00
220945	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	849,83	0,00	0,00	180.000,53	0,00	180.850,36	0,00	0,00	0,00
220950	SANTO INACIO DO PIAUI	5.441,56	0,00	15.536,41	99.022,04	0,00	120.000,01	0,00	0,00	0,00
220955	SAO BRAZ DO PIAUI	10.152,17	0,00	0,00	0,11	0,00	10.152,28	0,00	0,00	0,00
220960	SAO FELIX DO PIAUI	10.780,07	0,00	29.699,18	325.580,77	0,00	366.060,02	0,00	0,00	0,00
220965	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	16.750,14	0,00	0,00	113.521,73	0,00	130.271,87	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

220970	SAO FRANCISCO DO PIAUI	59.804,46	0,00	320.577,95	60.672,64	0,00	141.055,05	0,00	0,00	300.000,00
220975	SAO GONCALO DO GURGUEIA	1.940,89	0,00	0,00	36.000,13	0,00	37.941,02	0,00	0,00	0,00
220980	SAO GONCALO DO PIAUI	11.554,79	0,00	10.895,56	411.969,77	0,00	434.420,12	0,00	0,00	0,00
220985	SAO JOAO DA CANABRAVA	1.271,50	0,00	0,00	0,10	0,00	1.271,60	0,00	0,00	0,00
220987	SAO JOAO DA FRONTEIRA	7.843,49	0,00	0,00	0,00	0,00	7.843,49	0,00	0,00	0,00
220990	SAO JOAO DA SERRA	82.078,71	0,00	19.547,90	158.361,56	0,00	259.988,17	0,00	0,00	0,00
220995	SAO JOAO DA VARJOTA	3.123,95	0,00	0,00	0,54	0,00	3.124,49	0,00	0,00	0,00
220997	SAO JOAO DO ARRAIAL	5.490,69	0,00	0,00	0,01	0,00	5.490,70	0,00	0,00	0,00
221000	SAO JOAO DO PIAUI	636.880,85	666.698,21	79.200,00	1.770.040,87	706.695,96	0,00	0,00	0,00	2.446.123,97
221005	SAO JOSE DO DIVINO	946,01	0,00	0,00	36.001,67	0,00	36.947,68	0,00	0,00	0,00
221010	SAO JOSE DO PEIXE	16.869,59	0,00	28.564,01	110.940,26	0,00	156.373,86	0,00	0,00	0,00
221020	SAO JOSE DO PIAUI	3.025,87	0,00	35.172,28	706.622,20	0,00	744.820,35	0,00	0,00	0,00
221030	SAO JULIAO	42.994,80	0,00	29.897,85	269.598,90	0,00	342.491,55	0,00	0,00	0,00
221035	SAO LOURENCO DO PIAUI	728,93	0,00	0,00	0,11	0,00	729,04	0,00	0,00	0,00
221037	SAO LUIS DO PIAUI	867,55	0,00	0,00	0,44	0,00	867,99	0,00	0,00	0,00
221038	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	469,62	0,00	0,00	0,41	0,00	470,03	0,00	0,00	0,00
221039	SAO MIGUEL DO FIDALGO	997,81	0,00	0,00	36.000,60	0,00	36.998,41	0,00	0,00	0,00
221040	SAO MIGUEL DO TAPUIO	501.318,67	13.887,36	0,00	339.660,77	0,00	854.866,80	0,00	0,00	0,00
221050	SAO PEDRO DO PIAUI	370.047,29	215.729,01	79.200,00	847.702,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.512.678,63
221060	SAO RAIMUNDO NONATO	1.336.865,21	2.666.001,81	480.000,00	2.903.176,49	0,00	6.906.043,51	0,00	0,00	480.000,00
221062	SEBASTIAO BARROS	8.691,62	0,00	0,00	0,31	0,00	8.691,93	0,00	0,00	0,00
221063	SEBASTIAO LEAL	2.067,60	0,00	0,00	0,40	0,00	2.068,00	0,00	0,00	0,00
221065	SIGEFREDO PACHECO	20.527,85	0,00	0,00	151.424,75	0,00	171.952,60	0,00	0,00	0,00
221070	SIMOES	256.885,38	181.190,52	79.200,00	701.823,93	0,00	1.139.899,83	0,00	0,00	79.200,00
221080	SIMPLICIO MENDES	455.551,93	610.714,71	1.489.200,00	797.559,98	0,00	0,00	0,00	0,00	3.353.026,62
221090	SOCORRO DO PIAUI	13.535,62	0,00	13.484,02	269.696,20	0,00	296.715,84	0,00	0,00	0,00
221093	SUSSUAPARA	1.699,98	0,00	0,00	60.000,34	0,00	61.700,32	0,00	0,00	0,00
221095	TAMBORIL DO PIAUI	632,95	0,00	0,00	0,05	0,00	633,00	0,00	0,00	0,00
221097	TANQUE DO PIAUI	572,69	0,00	0,00	0,29	0,00	572,98	0,00	0,00	0,00
221100	TERESINA	76.384.731,49	126.625.231,36	4.117.171,58	24.609.276,84	0,00	768.000,00	0,00	0,00	230.968.411,27
221110	UNIAO	1.496.637,93	31.498,38	105.600,00	383.416,50	0,00	1.911.552,81	0,00	0,00	105.600,00
221120	URUCUI	664.504,52	559.734,99	630.000,00	342.087,42	0,00	1.566.326,93	0,00	0,00	630.000,00
221130	VALENCA DO PIAUI	654.182,39	1.251.828,88	79.200,00	1.033.659,93	0,00	2.939.671,20	0,00	0,00	79.200,00
221135	VARZEA BRANCA	2.000,58	157,24	0,00	0,41	0,00	2.158,23	0,00	0,00	0,00
221140	VARZEA GRANDE	51.886,04	8.778,09	0,00	337.413,26	0,00	398.077,39	0,00	0,00	0,00
221150	VERA MENDES	3.931,50	0,00	0,00	60.000,35	0,00	63.931,85	0,00	0,00	0,00
221160	VILA NOVA DO PIAUI	734,34	0,00	0,00	60.000,33	0,00	60.734,67	0,00	0,00	0,00
221170	WALL FERRAZ	12.800,24	0,00	0,00	222.543,63	0,00	235.343,87	0,00	0,00	0,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										326.986.913,74

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - FEVEREIRO/2012

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE TCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS)						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qualserão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
220290 - CORRENTE	Hospital Regional Dr. João Pacheco Cavalcante	2777770	001/11	13-05-2011	FES	1.438.736,88
221000 - SAO JOAO DO PIAUI	Hospital Regional Teresinha Nunes de Barros	2365383	Of/008/11	21-11-2011	FES	706.695,96
TOTAL						2.145.432,84

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Homologa o resultado do processo de seleção dos projetos que se candidataram ao Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE do Ministério da Saúde e o SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições, e nos termos da Portaria Interministerial nº 1001/2009, que institui o Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (PRÓ-RESIDÊNCIA), com o objetivo de favorecer a formação de especialistas, na modalidade residência médica, em especialidades e regiões prioritárias definidas em comum acordo com os gestores do SUS, e nos termos do Edital de Convocação nº 18, de 7 de novembro de 2011, resolvem:

Art. 1º Homologar o resultado do processo de seleção dos Projetos que se candidataram ao Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas.

Art. 2º Divulgar a relação dos projetos selecionados, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 3º Conceder bolsas para médicos residentes dos programas selecionados, condicionados ao envio à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) dos documentos relacionados abaixo até o dia 5 de março de 2012.

I - Ofício informando a Natureza Jurídica, o CNPJ e a descrição do nome da Instituição;

II - Documentos originais devidamente assinados e com as páginas rubricadas, conforme anexos do Edital de Convocação nº 18, de 7/11/11:

a) Carta de Compromisso da secretaria Municipal ou Estadual com o PRM, conforme modelo no Anexo III - se o proponente for Hospital de Ensino;

b) Documento que comprove a aprovação das vagas pela COREME;

c) Cópia do Parecer da CNRM comprovando o credenciamento no caso de vagas já autorizadas;

d) Descrição do Projeto, conforme Anexo IV.

III - Os documentos deverão ser encaminhados para o seguinte endereço:

Pró-Residência (Residência Médica) - Edital de Convocação nº 18/2011
Ministério da Saúde
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Departamento de Gestão da Educação na Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Sede, 7º Andar, Sala 725
CEP: 70058-900 - Brasília/DF

Art. 4º As despesas decorrentes do Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas serão financiadas com recursos da programação orçamentária do Ministério da Saúde, por meio da Funcional Programática 10.364.1436.8628.0001 - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS.

Art. 5º O pagamento de bolsas pelo Ministério da Saúde será condicionado ao cadastro dos residentes no sistema de Informações Gerenciais do Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (SIG-Residências), que deverá ser atualizado mensalmente pelo Coordenador do Programa de Residência, bem como às normas contidas na Portaria Conjunta nº 11/2010.

Art. 6º O pagamento das bolsas das Universidades Federais será realizado pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOZART JULIO TABOSA SALES
Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - MS

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS
Secretário de Educação Superior - MEC

ANEXO

RESULTADO DO EDITAL CONVOCATÓRIO Nº 18, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011 - PROJETOS APROVADOS

UF	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ESPECIALIDADE	BOLSAS	REGIÃO	VAGAS/10.000.000HAB
MS	CAMPO GRANDE	FUNDACAO SERVIÇOS DE SAUDE DE MATO GROSSO DO SUL	ANESTESIOLOGIA	2	CO	43,4
MS	CAMPO GRANDE	FUNDACAO SERVIÇOS DE SAUDE DE MATO GROSSO DO SUL	CIRURGIA PEDIATRICA	1		
MS	CAMPO GRANDE	FUNDACAO SERVIÇOS DE SAUDE DE MATO GROSSO DO SUL	MEDICINA INTENSIVA	1		
GO	GOIANIA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE / HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÂNIA	CIRURGIA GERAL	5		
GO	GOIANIA	SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE/GOIÁS / HOSPITAL GERAL DE GOIÂNIA	CIRURGIA GERAL	4		
GO	GOIANIA	SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE/GOIÁS / HOSPITAL GERAL DE GOIÂNIA	CLINICA MEDICA	7		
GO	GOIANIA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE / HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÂNIA	CLÍNICA MEDICA	10		
GO	GOIANIA	SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE/GOIÁS / HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS	INFECTOLOGIA	1		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GO	GOIANIA	SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE/GOIÁS / HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS	INFECTOLOGIA PEDIÁTRICA	1		
GO	GOIANIA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE / HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÂNIA	MEDICINA INTENSIVA	2		
GO	GOIANIA	HOSPITAL MATERNO INFANTIL	MEDICINA INTENSIVA PEDIÁTRICA	2		
GO	GOIANIA	HOSPITAL MATERNO INFANTIL	NEONATOLOGIA	2		
GO	GOIANIA	SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE/GOIÁS / HOSPITAL GERAL DE GOIÂNIA	NEUROCIRURGIA	1		
GO	GOIANIA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE / HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÂNIA	NEUROLOGIA	2		
GO	GOIANIA	SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE/GOIÁS / HOSPITAL GERAL DE GOIÂNIA	NEUROLOGIA	2		
GO	GOIANIA	HOSPITAL MATERNO INFANTIL	OBSTETRICIA E GINECOLOGIA	5		
GO	GOIANIA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE / HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÂNIA	ORTOPEDIA E TRAUMOTOLOGIA	4		
GO	GOIANIA	SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE/GOIÁS / HOSPITAL GERAL DE GOIÂNIA	OTORRINOLARINGOLOGIA	1		
GO	GOIANIA	HOSPITAL MATERNO INFANTIL	PEDIATRIA	8		
AC	RIO BRANCO	FUNDHACRE	CARDIOLOGIA	3	N	45,4
AP	MACAPA	SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE/AMAPÁ	CIRURGIA/CIRURGIA DO TRAUMA	2		
PA	ALTAMIRA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA	MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	8		
PA	BELEM	FUNDACAO PUBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLNICAS GASPAR VIANNA - FHCGV	CIRURGIA GERAL	5		
PA	BELEM	FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA	CIRURGIA GERAL	6		
PA	BELEM	FUNDACAO PUBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLNICAS GASPAR VIANNA - FHCGV	CLÍNICA MEDICA	5		
PA	BELEM	FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA	CLÍNICA MEDICA	10		
PA	BELEM	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA	DERMATOLOGIA	2		
PA	BELEM	FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA	MEDICINA INTENSIVA PEDIÁTRICA	3		
PA	BELEM	FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA	OBSTETRICIA E GINECOLOGIA	10		
PA	BELEM	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA	ORTOPEDIA E TRAUMOTOLOGIA	4		
PA	BELEM	FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA	PEDIATRIA	4		
PA	BELEM	FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA	RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM	2		
PA	SANTAREM	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA	CIRURGIA GERAL	4		
RO	PORTO VELHO	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA	4		
TO	PALMAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	ANESTESIOLOGIA	2		
TO	PALMAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	NEFROLOGIA	2		
PB	CAJAZEIRAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	8	NE	3,8
PB	CAJAZEIRAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	PEDIATRIA	2		
CE	FORTALEZA	ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DO CEARA	PEDIATRIA	10		
PR	MARINGA	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MARINGA/PR	CLÍNICA MEDICA	2	S	0,7
MG	BETIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BETIM	OBSTETRICIA E GINECOLOGIA	4	SE	4,4
MG	MONTES CLAROS	IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCES DE MONTES CLAROS	PEDIATRIA	4		
MG	PASSOS	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS	CLÍNICA MEDICA	2		
RJ	RIO DE JANEIRO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	4		
SP	SAO PAULO	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	GATROENTEROLOGIA	8		
SP	SAO PAULO	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	HEPATOLOGIA	3		
SP	SAO PAULO	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	MEDICINA INTENSIVA PEDIÁTRICA	2		
SP	SAO PAULO	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	NEONATOLOGIA	8		
TOTAL BRASIL				179		

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 7.839, DE 25 DE NOVEMBRODE 2011

Processo nº 53578.000019/2011. Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Radioamador, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no art. 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.ALDRIN SILVA DO NASCIMENTO	50401295303	317.477.362-87
002.AUGUSTO FLAMARION DE OLIVEIRA VITAL	50402185080	439.199.602-20
003.BARRY DOUGLAS HALL	12020164132	335.608.702-91
004.DOMINGOS ERNANI DUARTE	50012079596	565.514.957-53
005.ELILSON DE A R LIMA	50404013457	017.704.202-82
006.HERCULES ANTONIO DE LIMA	50401298078	521.004.807-15
007.MARLI GOMES CERQUEIRA	12020283905	161.933.772-04
008.NILTON CEZAR DE PAULA	12000128017	068.811.572-15
009.ROSEVELT DA SILVA XIMENES	50401761126	472.964.882-04
010.SIMAO PEDRO DA SILVA BASTOS	12000175449	026.457.262-91
011.WALDIR PAIXAO RODRIGUES	12000206859	008.081.642-87

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 8.263, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo nº 53520.001506/2011. Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Móvel Aeronáutico (Estações de Aeronave), de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no art. 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.FERNANDO SERGIO PEZZALI	50404802702	004.872.659-12
002.GILMAR SIDNEI DETONI	50013421808	299.394.969-15

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 13 de fevereiro de 2012

Nº 1.360/2012-CD - Processo nº 53542.001216/2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, exarada por meio do Despacho nº 8.527/2010-CD, de 20 de setembro de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 637, realizada em 9 de fevereiro de 2012, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise no 80/2012-GCER, de 3 de fevereiro de 2012.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 1.145, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Autorizar DJALMA FOGAÇA PROMOÇÕES E COMPETIÇÕES S/C LTDA, CNPJ nº 60.120.938/0001-77 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, no período de 02/03/2012 a 04/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 1.162, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Autorizar INDUSTRIA E COMERCIO AUTOMOTIVO REIS LTDA, CNPJ nº 08.627.847/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, no período de 02/03/2012 a 04/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 1.170, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Autorizar M. P. MOTOR SPORT LTDA, CNPJ nº 05.059.719/0001-11 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, no período de 02/03/2012 a 04/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 1.187, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Autorizar PRO-IN MARKETING E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 73.155.350/0001-09 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, no período de 02/03/2012 a 04/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 1.211, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Autorizar R. VICTOR PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 06.786.658/0001-57 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, no período de 02/03/2012 a 04/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 1.227, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Autorizar RM TRUCK PUBLICIDADE E EQUIPE DE COMPETIÇÕES LTDA, CNPJ nº 06.039.315/0001-29 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, no período de 02/03/2012 a 04/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 1.137, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Processo nº 53500.004398/2012. VIANA SISTEMA DE TELEVISÃO LTDA - RTV - Viana/MA - Canal 42+. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 8.440, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo n.º 53554.004687/2010. Aplicar à VIVO S.A., CNPJ nº 02.449.992/0001-64, com fundamento nos arts. 173 e 176 da Lei nº 9.472 - LGT, de 16 de julho de 1997, e nos artigos 4º, 7º, 8º e 13, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003, as penalidades de MULTA no valor de R$ 7.294,99 (sete mil, duzentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos) pelas infrações aos arts. 4º, caput e §3º, 4º, 15, §8º, 16 e 17 do Decreto n.º 6.523, de 31/07/2008 e ao art. 1º da Portaria SDE n.º 49, bem como de ADVERTÊNCIA pelo descumprimento dos arts. 6º e 15 do citado Decreto.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.368, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo: 48500.006450/2011-62. Interessada: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., as áreas de terra situadas numa faixa de oito metros de largura, necessárias à implantação da Linha de Transmissão João Borges - Itararé, circuito simples, 34,5 kV, 13,147 quilômetros de extensão, que interligará a PCH João Borges à Subestação Coletora Itararé, ambas de propriedade da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., localizada nos municípios de Campo Belo do Sul e de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina. Fica a interessada autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956. A íntegra desta Resolução está disponível no endereço SGAN, Quadra 603, Módulo I, Brasília/DF, bem como no endereço eletrônico WWW.aneel.gov.br/biblioteca.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA
Diretor-Geral

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 302, de 31 de janeiro de 2012, constante nos autos dos Processos nºs 48500.005879-2010-51, 48500.005978-2010-33 e 48500.005979-2010-88, publicado no Diário Oficial nº 31, de 13 de fevereiro de 2012, seção 1, página 112: onde se lê "e Nova União, situada no rio Chapecozinho, sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, entregue pelas empresas CPFL Renováveis S.A. e Minas PCH S.A., inscritas no CNPJ sob os nº 08.439.659/0001-50 e nº 07.859.905/0001-16, respectivamente", leia-se "e Nova União, situada no rio Chapecozinho, sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, entregue pela empresa CPFL Renováveis S.A.".

No Despacho nº 327, de janeiro de 2012, constante do Processo nº 48500.001931/2006-71, publicado no Diário Oficial nº 31, de 13 de fevereiro de 2012, seção 1, página 113: onde se lê "Despacho nº 3.340, de 23 de agosto de 2011", leia-se "Despacho nº 3.430, de 23 de agosto de 2011".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de março de 2012

Nº 665 - Processo nº 48500.000565/2007-50. Interessado: Termelétrica Itapebi S.A.

Detalhar o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Itapebi, outorgada por meio da Portaria MME nº 115/2008, constituído de uma subestação elevadora com capacidade total de 4 x 96 MVA, interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão, na tensão nominal de 230 kV, com 15 km de extensão, até o ponto de conexão na Subestação Suape II, sob responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, compartilhado com a UTE Monte Pascoal. A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 666 - Processo nº 48500.001901/2006-18. Interessado: Termelétrica Monte Pascoal S.A.

Detalhar o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Monte Pascoal, outorgada por meio da Portaria MME nº 16/2008, constituído de uma subestação elevadora com capacidade total de 4 x 96 MVA, interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão, na tensão nominal de 230 kV, com 15 km de extensão, até o ponto de conexão na Subestação Suape II, sob responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, compartilhado com a UTE Itapebi. A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de março de 2012

Nº 667 - Processo nº 48500.003171/2009-22. Interessado: ECE - Empresa Comercializadora de Energia Ltda.

Revogar o Despacho do Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição nº 1.818 de 19 de maio de 2009, publicado no Diário Oficial de 19 de maio de 2009, que autorizou a ECE - Empresa Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.206.070/0001-99. A íntegra deste Despacho está disponível no endereço SGAN, Quadra 603, Módulo I, Brasília/DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/atosdodia.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de março de 2012

Nº 668 - Liberar unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 2 de março de 2012 Processo nº 48500.000065/2007-27 Interessado: AES Tietê S.A. Usina: PCH São José Unidade Geradora: UG1 e UG2, de 2.000kW cada Localização: Município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo. A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/atosdodia.

Nº 669 - Liberar unidade geradora para início de operação comercial a partir de 2 de março de 2012 Processo nº 48500.000416/2003-76 Interessado: Consórcio Estreito Energia Usina: UHE Estreito Unidade Geradora: UG5 de 135.875 kW Localização: Municípios de Aguiarnópolis e de Palmeiras do Tocantins, ambos no Estado do Tocantins. A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/atosdodia.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de março de 2012

Nº 670 -
Processo: 48500.003637/2010-23.

i) aceitar o Estudo de Inventário Hidrelétrico do córrego do Ouro e seu afluente o córrego do Bolo, localizado na sub-bacia 15, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado do Mato Grosso, apresentado pela empresa Preformax Indústria Plástica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 01.837.197/0001-80. ii) estabelecer que uma via do estudo, em CD, deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 05/04/2012.

Nº 671 -
Processo nº 48500.000316/2012-39.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Cesar Filho, com potência estimada de 6 MW, às coordenadas 12°16'14,9" de Latitude Sul e 61°11'12,9" de Longitude Oeste, situada no rio Taboca, sub-bacia 15, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado de Rondônia, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 05/01/2012 pela empresa Centrais Elétricas Taboca Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.879.127/0001-34, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 01/05/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 672 -
Processo nº 48500.006655/2011-48.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Cipó, com potência estimada de 2,90 MW, às coordenadas 17°45'31" de Latitude Sul e 54°31'48" de Longitude Oeste, situada no Corrégo Água Branca, sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Mato Grosso do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 16/12/2011 pela empresa Hacker Industrial Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 83.430.355/0001-48, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 01/05/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de março de 2012

Nº 673 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 330, de 26 de agosto de 2008, e na Resolução Autorizativa nº 2.229, de 15 de dezembro de 2009, e de acordo com o que consta no processo nº 48500.007535/2008-62, resolve autorizar o pagamento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da 10ª parcela do montante relativo ao ressarcimento financeiro à Companhia Energética de São Paulo - CESP do custo correspondente à execução de reforço na UHE Ilha Solteira no valor de R$ 1.060.080,00 (um milhão, sessenta mil e oitenta reais).

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de março de 2012

Nº 674 - Processo nº 48500.003685/2011-01. Interessado: ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S.A. Decisão: Informar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - TUST-RB e de Fronteira - TUST-FR com Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST contratados por meio do Termo Aditivo nº 27 ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST permanente nº 119/2002: pontos de conexão: Subestação Atibaia 3 138 kV; nº da barra: 3843; TUST-RB em R$/kW.mês, ponta: 5,674 e fora ponta: 1,111; TUST-FR, R$/kW.mês, ponta: 4,209 e fora ponta: 0,839; Subestação Cedasa 138 kV; nº da barra: 4186; TUST-RB em R$/kW.mês, ponta: 5,396 e fora ponta: 1,055; TUST-FR, R$/kW.mês, ponta: 4,209 e fora ponta: 0,839. Prazo de Vigência: 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de fevereiro de 2012

Nº 664 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 216, de 15 de julho de 1998, tendo em vista o disposto nos art. 11 a 13 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 24, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 48500.007088/2010-66, resolve:

I. Fixar a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE para a geradora relacionada a seguir, para o período de fevereiro de 2012 a janeiro de 2013:

GERADORA	TFSEE ANUAL fevereiro de 2012 a janeiro de 2013	TFSEE MENSAL fevereiro de 2012 a janeiro de 2013
Santa Cruz Geração de Energia S/A - CLFSC-GER	R$ 145.121,66	R$ 12.093,47

II. Fica a empresa cientificada do lançamento tributário do montante referente à Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referido no inciso anterior e da possibilidade de eventual oferta de impugnação ou recurso acerca do lançamento deste crédito tributário, no prazo legal de 10 dias, conforme Lei nº 9.784/1999;

III. O valor anual da TFSEE, disponível na página da ANEEL no endereço eletrônico http://duto.aneel.gov.br/concessionarios, será recolhido em uma única parcela ou em duodécimos, por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, sendo vedado o uso de quaisquer outras formas de pagamento;

IV. A parcela do mês de competência terá vencimento no dia 15 do mês seguinte, sendo facultado o recolhimento do valor integral na data do primeiro vencimento;

V. O recolhimento não pago no prazo previsto será acrescido de juros, multa de mora e demais consectários conforme estabelece a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nos termos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

DAVI ANTUNES LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO-RD Nº 179, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua Reunião nº 658, de 29 de fevereiro de 2012, com base na Proposta de Ação nº 146, de 15 de fevereiro de 2012, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000087/2010 - 33	J. M. RESENDE NETO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.009491/2008 - 68	RAIZEN COMBUSTÍVEIS S.A.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.002469/2007 - 25	AUTO POSTO CIRCULAR LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000695/2010 - 29	EMILIANO MOREIRA SANTAMARINA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.001062/2009 - 02	AUTO POSTO BANDEIRA BRANCA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000819/2007 - 71	POSTO FUTURAMA MOGI LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001054/2007 - 13	LOUZADO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000962/2005 - 17	DUNGA POSTO DE SERVIÇOS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.014397/2008 - 21	POSTO COELHO LTDA	Dar provimento parcial e reduzir o valor da multa

MURILO MOTA FILHO

RESOLUÇÃO-RD Nº 180, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua Reunião nº 658, de 29 de fevereiro de 2012, com base na Proposta de Ação nº 150, de 16 de fevereiro de 2012, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48621.000273/2010 - 53	CENTRO AUTOMOTIVO EDUCAR LTDA	Dar provimento parcial e reduzir o valor da multa
48600.000636/2007 - 11	POSTO DO BOSQUE LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000619/2010 - 13	CAMILLO FERRARI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.014395/2008 - 31	POSTO CITROLÂNDIA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.001135/2009 - 58	AUTO POSTO NOTA MIL SAO JOAO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000377/2008 - 43	TUX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.001619/2007 - 83	AUTO POSTO VINICIUS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

MURILO MOTA FILHO

RESOLUÇÃO-RD Nº 181, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua Reunião nº 658, de 29 de fevereiro de 2012, com base na Proposta de Ação nº 151, de 16 de fevereiro de 2012, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48621.000196/2007 - 36	COMÉRCIO DE GÁS SANTO EXPEDITO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000300/2008 - 73	SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000965/2009 - 87	V S COMERCIAL DE PETROLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.001851/2008 - 01	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001028/2009 - 49	ALMEIDA & GULDE - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000300/2008 - 73	TUX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

MURILO MOTA FILHO

RESOLUÇÃO-RD Nº 182, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua Reunião nº 658, de 29 de fevereiro de 2012, com base na Proposta de Ação nº 152, de 16 de fevereiro de 2012, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000768/2009 - 68	JEPSON SEVERO DOS SANTOS ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.000684/2003 - 49	POSTO 7 LTDA	Revisar a decisão anterior, para fins de reenquadrar infração e, consequentemente, reduzir o valor da multa
48611.000979/2009 - 09	GONZALEZFERREIRA COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48611.000768/2009 - 68	SERV SERVIÇOS E REVENDAS LTDA - ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.000534/2005 - 13	RIO BRANCO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTD	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000252/2007 - 32	MM ORIGINAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

MURILO MOTA FILHO

RESOLUÇÃO-RD Nº 183, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua Reunião nº 658, de 29 de fevereiro de 2012, com base na Proposta de Ação nº 153, de 16 de fevereiro de 2012, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48621.000774/2007 - 34	AUTO POSTO BRASILCAR LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.005259/2006 - 99	POSTO DE GASOLINA ROZE ANA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.001680/2007 - 21	PETROIL COMBUSTÍVEIS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.002170/2004 - 17	LUBCOM DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.004392/2006 - 28	AUTO POSTO CORDOVIL LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

MURILO MOTA FILHO

RESOLUÇÃO-RD Nº 184, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua Reunião nº 658, de 29 de fevereiro de 2012, com base na Proposta de Ação nº 154, de 16 de fevereiro de 2012, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.011137/2006 - 31	APARECIDO CARUANO ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000286/2010 - 22	FERNANDA FURLANETO DE SOUZA	Dar provimento ao recurso para julgar insubsistente o Auto de Infração em referência
48610.001095/2010 - 15	POSTO DE ABASTECIMENTO RJ NORTE LTDA. EPP	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.001228/2009 - 82	PETRONOVA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48600.001175/2008 - 67	SANTA BÁRBARA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000595/2009 - 88	REDE DE POSTOS PGM LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000286/2010 - 22	MM ORIGINAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001124/2009 - 97	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.005121/2008 - 71	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS + ECONOMICO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000913/2007 - 20	POSTO DE SERVIÇOS DANFER LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

MURILO MOTA FILHO

RESOLUÇÃO-RD Nº 185, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua Reunião nº 658, de 29 de fevereiro de 2012, com base na Proposta de Ação nº 155, de 16 de fevereiro de 2012, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.020992/2001 - 29	UBIGÁS PETRÓLEO LTDA.	De ofício, afastar infração e, consequentemente, reduzir o valor da multa
48611.000999/2007 - 18	R CATARINO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Anular a decisão impugnada, devolvendo os autos ao Julgador de 1ª instância, para que seja proferida nova decisão;
48600.002452/2006 - 97	M C ROCHA GAS	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000017/2007 - 81	CLERALDO ANDRADE REZENDE DE SALVADOR	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.004643/2006 - 74	POSTO QUALIDADE LIMITAD	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000047/2010 - 91	ERALDO DOS SANTOS LIMA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.003793/2009 - 22	SANTA CLARA COMERCIO DE PETROLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000594/2006 - 91	POSTO CAMELO COM. DE COMBUSTIVEIS LUBRIFICANTES LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

MURILO MOTA FILHO

RESOLUÇÃO-RD Nº 186, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua Reunião nº 658, de 29 de fevereiro de 2012, com base na Proposta de Ação nº 156, de 16 de fevereiro de 2012, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48621.000454/2008 - 65	SARUTAIA COMERCIO DE GÁS LTDA-ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.002216/2006 - 71	CLIPPERGAS COMERCIAL LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000902/2009 - 21	MARCOS JOÃO LELES TONHA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000583/2006 - 19	CLERALDO ANDRADE REZENDE DE SALVADOR	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000597/2010 - 91	AUTO POSTO MEDICINE BOW LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000967/2007 - 95	AUTO POSTO ALEGRE LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.001578/2010 - 10	COMERCIAL DE GÁS VALE DO SOL LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.001950/2007 - 11	SOBERANA VEICULOS LTDA	Anular a decisão impugnada, devolvendo os autos ao Julgador de 1ª instância, para que seja proferida nova decisão
48611.000583/2006 - 19	CLERALDO ANDRADE REZENDE DE SALVADOR	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001405/2007 - 88	VALDIONOR GOMES DE ARAÚJO	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000507/2010 - 81	JOSÉ JOÃO DOS SANTOS-ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001160/2009 - 51	S E DA SILVA MACEDO & CIA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

MURILO MOTA FILHO

RESOLUÇÃO-RD Nº 187, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua Reunião nº 658, de 29 de fevereiro de 2012, com base na Proposta de Ação nº 157, de 16 de fevereiro de 2012, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.004694/2009 - 49	AUTO POSTO SAO JORGE DE SANTA CRUZ DA SERRA LTDA	Reenquadrar infração com consequente alteração no valor da multa
48611.000658/2006 - 53	N. A. & CIA LTDA	Reenquadrar infração com consequente alteração no valor da multa
48610.009987/2006 - 71	AUTO POSTO SILVA LTDA.	Reenquadrar infração com consequente alteração no valor da multa, e negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000944/2007 - 16	CLERALDO ANDRADE REZENDE DE SALVADOR	Reenquadrar infração com consequente alteração no valor da multa, e negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000508/2005 - 69	ESCO EMPRESA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.	Reenquadrar infração com consequente alteração no valor da multa, e negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48610.009229/2007 - 32	INDAIÁ COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	Reenquadrar infração com consequente alteração no valor da multa, e negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000908/2007 - 36	LORETTO EMPREENDIMENTOS LTDA	Reenquadrar infração com consequente alteração no valor da multa, e Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000508/2005 - 69	ESCO EMPRESA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.004697/2009 - 82	AUTO POSTO E LANCHONETE AVENIDENSE LTDA	Reenquadrar infração com consequente alteração no valor da multa, e Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000417/2007 - 95	POSTO PORTAL DO SERTÃO LTDA	Reenquadrar infração com consequente alteração no valor da multa, e Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

MURILO MOTA FILHO

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 1º de março de 2012

Nº 304 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/MG0104682	AUTO POSTO MIRANDA 10 LTDA	14.476.926/0001-62	CAPETINGA	MG	48610.014683/2011-91
PR/PE0107763	DISTRITO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - EPP	14.842.482/0001-31	PETROLINA	PE	48610.001399/2012-36
PR/PA0108368	MARANHÃO & MARANHÃO LTDA	05.001.590/0002-71	MONTE ALEGRE	PA	48610.002237/2012-15
PR/MS0108662	PEGORARO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	11.096.382/0001-15	CAMPO GRANDE	MS	48610.002553/2012-97
PR/ES0106282	POSTO BR 31 AUTO SERVIÇOS LTDA.	13.814.642/0001-76	CARIACICA	ES	48610.016560/2011-95
PR/SP0108342	POSTO DE SERVIÇOS LAVAPES LTDA.	14.700.321/0001-03	CAJURU	SP	48610.002329/2012-03
PR/SP0106384	POSTO DE SERVIÇOS VERA CRUZ RADIAL LTDA	13.677.537/0001-32	SAO PAULO	SP	48610.015578/2011-70
PR/MT0108702	RENASCENÇA AUTO POSTO LTDA.	04.825.223/0004-91	LUCAS DO RIO VERDE	MT	48610.002620/2012-73
PR/MG0099644	RIO POMBA COMBUSTIVEIS LTDA	13.724.062/0001-98	RIO POMBA	MG	48610.009971/2011-24
PR/SC0107082	SENS - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.	02.732.687/0001-85	LAGES	SC	48610.000590/2012-61

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 76, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.011993/2007-78, torna público o seguinte ato:

Art.1º Fica a empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0012-01, autorizada a operar 3 (três) tanques para a movimentação e armazenamento de Biodiesel, identificados com os TAGs TQ-5550 A / TQ-5550 B / TQ-5550 C, com capacidade de 45 m³ cada, no Terminal de Uberlândia, localizado no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente autorização.

Art. 3º A Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Esta Autorização substitui a Autorização ANP nº 9 de 08/01/2008, publicada no Diário Oficial da União nº 6, de 09/01/2008, seção 1, p. 68.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 77, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.001565/2004-94, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Granel Química Ltda., CNPJ: 44.983.435/0004-11, autorizada a operar o seu Terminal Aquaviário, localizado no Porto de Ladário, município de Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul, compreendendo 6 (seis) tanques para armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis das Classes I a III, Biodiesel e Mistura Óleo Diesel/Biodiesel e Álcool Combustível, cujas características estão descritas na tabela abaixo:

Tanque	Diâmetro Interno (m)	Altura Útil (m)	Capacidade (m³)
1	9,501	14,40	1015,186
2	9,502	14,37	1015,095
3	9,502	14,40	1014,948
4	9,502	14,35	1014,078
5	13,348	14,40	1997,575
6	13,349	14,40	1995,407

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A Granel Química Ltda. deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Fica revogada a Autorização nº 288 de 24/7/2008, publicada no DOU nº 142 de 25/7/2008.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 78, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.008857/2008-81 e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Gasplus - Posto e Distribuidor de Combustível e Derivados Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 04.992.422/0001-41, autorizada a operar a Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC) em área contígua ao seu posto localizado na Avenida Brasil, 6031, Bairro Mariano Procópio - CEP: 36.080-060 - Juiz de Fora/MG.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A Gasplus - Posto e Distribuidor de Combustível e Derivados Ltda deverá apresentar à ANP até a data de vencimento da declaração de dispensa de licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada de nova declaração de dispensa ou manifestação do órgão ambiental competente quanto à manutenção da citada dispensa.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 79, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.015039/2011-31 e considerando os requisitos estabelecidos na Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007 e publicada em 10 de dezembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Neogás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 04.221.716/0001-70, autorizada a realizar o Projeto Estruturante, cujo recebimento e compressão de Gás Natural ocorre na Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC) de Barra Mansa/RJ, com respectivo transporte e descarregamento de GNC na Base de Descompressão da CEG Rio S.A., localizada no município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º A Neogás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A deverá apresentar à ANP até a data de vencimento do licenciamento ambiental da atividade relacionada na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 213, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.013231/2007-14, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 06.248.349/0025-09, autorizada a realizar as modificações para melhoria operacional nas instalações do Píer de GNL da Baía de Guanabara envolvidas na transferência de GNL e no recebimento do gás natural regaseificado, com posterior injeção no gasoduto que interliga o píer à Estação de Campos Elíseos, localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A TAG deverá comunicar à ANP o início e o término das obras em tela.

Art. 3º O retorno à operação do Terminal se dará mediante apresentação dos documentos exigidos nos arts. 9º e 10 da Portaria ANP nº 170/1998 em nome da TAG.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE

Em 1º de março de 2012

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 292	CORD BRASIL IND. E COM.DE CORDAS PARA PNEUMÁTICOS LTDA - CNPJ nº 65.969.156/0002-01						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000463/2012 - 81	ÓLEO F27	ISO N.A	N.S	ÓLEO LUBRIFICANTE	TREFILAÇÃO A BANHO	14157
Nº 293	DENSO INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ nº 07.412.610/0001-41						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000445/2012 - 07	KAITOS 6208	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL	14158
	48600.000451/2012 - 56	BETRIA 6180	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO DE CORTE INTEGRAL	14146
	48600.000450/2012 - 10	KAITOS 6230	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL	14156
	48600.000449/2012 - 87	POLARIS MC	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA MÁQUINAS TÊXTEIS	14147
	48600.000446/2012 - 43	BETRIA 6142	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO DE CORTE INTEGRAL	14155
	48600.000458/2012 - 78	KAITOS 6235/1	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL	14145
	48600.000456/2012 - 89	ATRIA 6433	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL	14143
	48600.000452/2012 - 09	BETRIA 6050	ISO 15	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO DE CORTE INTEGRAL	14144
Nº 294	DENSO INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ nº 07.412.610/0001-41						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000438/2012 - 05	POLLUX AWS	ISO 150	DIN 51524 PART 2 (HLP), PART 3 (HVLP)	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	14161
	48600.000438/2012 - 05	POLLUX AWS	ISO 22	DIN 51524, PART 2 (HLP) AND PART 3 (HVLP)	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	14161
	48600.000438/2012 - 05	POLLUX AWS	ISO 32	DIN 51524, PART 2 (HLP) AND PART 3 (HVLP).	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	14161
	48600.000438/2012 - 05	POLLUX AWS	ISO 10	DIN 51524 PART 2 (HLP) AND PART 3 (HVLP)	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	14161
	48600.000438/2012 - 05	POLLUX AWS	ISO 100	DIN 51524, PART (HLP) AND PART 3 (HVLP)	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	14161
	48600.000438/2012 - 05	POLLUX AWS	ISO 46	DIN 51524 PART 2 (HLP) AND PART 3 (HLPV)	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	14161
	48600.000438/2012 - 05	POLLUX AWS	ISO 68	DIN 51524, PART 2 (HLP) AND PART (HVLP)	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	14161
Nº 295	DENSO INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ nº 07.412.610/0001-41						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000442/2012 - 65	BETRIA 6165 E	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO DE CORTE INTEGRAL.	14150
	48600.000439/2012 - 41	KAITOS 6220	ISO 46	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL.	14160
	48600.000454/2012 - 90	BETRIA 7015	ISO 68	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA DEFORMAÇÃO DE METAIS.	14154
	48600.000441/2012 - 11	BETRIA 6167	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO DE CORTE INTEGRAL	14149
	48600.000429/2012 - 14	BETRIA 6106	ISO 7	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO DE CORTE E BRUNIMENTO.	14151
	48600.000440/2012 - 76	KAITOS 6235	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL.	14152
	48600.000444/2012 - 54	BETRIA 6107	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO DE CORTE E BRUNIMENTO.	14148
	48600.000453/2012 - 45	BETRIA 6010MV	ISO 15	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO DE CORTE INTEGRAL.	14153
Nº 296	JX NIPPON OIL & ENERGY DO BRASIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 10.443.916/0001-70						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000388/2012 - 58	JOMO FREOL ALPHA	ISO 10	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	REFRIGERAÇÃO	14125
	48600.000389/2012 - 01	JOMO FREOL S	ISO 10	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	REFRIGERAÇÃO	14123
Nº 297	MANGUINHOS QUÍMICA S.A - CNPJ nº 46.011.524/0001-89						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000424/2012 - 83	ULTRACORTEX RE-2	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO ISENTO DE ÓLEO MINERAL, INDICADO PARA TRABALHOS COM METAIS FERROSOS EM GERAL NAS OPERAÇÕES DE RETIFICA, DE DESGASTE E ACABAMENTO. APRESENTA PODER REFRIGERANTE, DETERGENTE E ANTI CORROSIVO.	14120
	48600.000419/2012 - 71	ULTRACORTEX RVP	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	DESENVOLVIDO PARA OPERAÇÕES DE USINAGEM RETÍFICA EM GERAL, TAIS COMO, BROCHAMENTO, FRESAMENTO, ROSQUEAMENTO, TORNEAMENTO, FURAÇÃO. INDICADO PARA TRABALHO COM METAIS FERROSOS, COMO AÇOS NOBRES, AÇOS DE BAIXA E MÉDIA DUREZA E FERRO FUNDIDO.	14117
	48600.000422/2012 - 94	FEROX PLUS SS	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO SEMISSINTÉTICO PARA LUBRIFICAÇÃO DE CÁRTER DE MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E GNV.	13499
	48600.000425/2012 - 28	LEP GB	ISO 460	AGMA EP	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE REDUTORES INDUSTRIAIS, MANCAIS E OUTROS LOCAIS QUE NECESSITAM DE ÓLEO COM CARACTERÍSTICAS DE LUBRIFICANTES DE EXTREMA PRESSÃO E ANTI DESGASTE.	13494
	48600.000425/2012 - 28	LEP GB	ISO 320	AGMA EP	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE REDUTORES INDUSTRIAIS, MANCAIS E OUTROS LOCAIS QUE NECESSITAM DE ÓLEO COM CARACTERÍSTICAS DE LUBRIFICANTES DE EXTREMA PRESSÃO E ANTI DESGASTE.	13494
	48600.000421/2012 - 40	ULTRACORTEX 3000	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	OPERAÇÕES DE USINAGEM EM GERAL E SEVERA DE METAIS FERROSOS, TAIS COMO: CORTE COM SERRA, FURAÇÃO, BROQUEAMENTO, FRESAMENTO, TORNEAMENTO, RETIFICAÇÃO, BROCHAMENTO, DESBASTE E ACABAMENTO COM CORTE.	14119
	48600.000420/2012 - 03	SUPERCORTEX 160	ISO 22	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	É INDICADO PARA OPERAÇÕES CRITICAS DE USINAGENS TAIS COMO FURAÇÃO PROFUNDA, BROCHAMENTO, ROSQUEAMENTO E OUTRAS QUE ENVOLVAM ALTO GRAU DE SEVERIDADE. RECOMENDADO PARA METAIS FERROSOS, AÇO INOX, LIGAS DE TITÂNIO, MOLIBDÊNIO E CROMO.	14118
	48600.000423/2012 - 39	FPN	ISO 10	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	DESENVOLVIDO PARA OFERECER EXCELENTE PERFORMANCE EM FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PNEUMÁTICOS.	6590
	48600.000427/2012 - 17	CHAIN SYNTH	ISO 100	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	CORRENTES TRANSPORTADORAS E GUIAS NAS INDUSTRIAS EM GERAL, NAS QUAIS UM ÓLEO QUE NÃO GERA RESÍDUO DE CARBONO É NECESSÁRIO. SUA FAIXA ESTENDE-SE DE -30 A 200°C.	14115
	48600.000426/2012 - 72	LEP GEAR 8000	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	SUA FORMULAÇÃO E ADITIVAÇÃO O TORNA ADEQUADO PARA UTILIZAÇÃO EM MOENDAS DE USINAS DE CANA DE AÇÚCAR E TAMBÉM EM LOCAIS NOS QUAIS O LUBRIFICANTE DEVE TER EXCEPCIONAL RESISTÊNCIA A ELEVADAS PRESSÕES MANTENDO UMA PELÍCULA LUBRIFICANTE SEGURA E EFICIENTE.	14159
Nº 298	PETROQUIM INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 31.356.132/0001-84						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000106/2012 - 12	HYDRAFORM EAV	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA CONFORMAÇÃO DE CHAPAS DE FERRO E ALUMÍNIO	14168
	48600.000108/2012 - 10	HYDRAFORM EVM	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA CONFORMAÇÃO DE CHAPAS DE FERRO E ALUMÍNIO	14162
	48600.000276/2012 - 05	HYDRAFORM 220	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA CONFORMAÇÃO DE METAIS FERROSOS	14165
	48600.000104/2012 - 23	HYDRAFORM 140	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA CONFORMAÇÃO DE METAIS FERROSOS	14166
	48600.000105/2012 - 78	HYDRAFORM 320	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA CONFORMAÇÃO DE METAIS FERROSOS	14167
	48600.000105/2012 - 78	HYDRAFORM 320	ISO NA		ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA CONFORMAÇÃO DE METAIS FERROSOS	14167
	48600.000109/2012 - 56	HYDRAFORM 47 EP	ISO NA		ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA CONFORMAÇÃO DE METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS	14163
	48600.000109/2012 - 56	HYDRAFORM 47 EP	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA CONFORMAÇÃO DE METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS	14163
	48600.000103/2012 - 89	HYDRAFORM 105	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA LAMINAÇÃO E CONFORMAÇÃO DE METAIS FERROSOS	14164
Nº 299	SCHAEFFLER BRASIL LTDA - CNPJ nº 57.000.036/0014-07						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000233/2012 - 11	NORLITH STM	NLGI 3	N.A	GRAXA LUBRIFICANTE	ROLAMENTOS	1698

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE
DIRETORIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Aprovação do Regimento Eleitoral para eleição de representante dos empregados no Conselho de Administração da Empresa.

A Diretoria Executiva da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, no uso de suas atribuições e fundamentada nos termos do Relatório à Diretoria Executiva DG-005/2012, de 30/01/2012, resolveu:

1. Aprovar o Regimento Eleitoral da Comissão Eleitoral, objetivando a realização de eleição para representante dos empregados no Conselho de Administração da Empresa.

2. Que a Diretoria de Gestão, por meio da Assessoria de Relações Trabalhistas e Sindicais (ART), adote as providências cabíveis e o apoio que se fizerem necessários à realização da eleição no âmbito geral da Empresa.

THANIA CRISTINA SILVA DA CRUZ
Secretária-Geral

ANEXO

REGIMENTO PARA ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS DA ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ACRE NO SEU CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Regimento para a escolha de 01 (um) membro efetivo e respectivo suplente para o Conselho de Administração da ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ACRE, mediante eleição direta pelos empregados ativos da empresa, considerando a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, a Lei nº 12.353, de 28/12/2010, a Portaria nº 026, de 11/03/2011 e a Cláusula 36ª do Acordo Coletivo de Trabalho Nacional do biênio 2011/2012.

CAPÍTULO PRIMEIRO - DA REPRESENTAÇÃO

Art. 1° - A Eleição para escolha dos representantes dos empregados (titular e suplente) nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, obedecerá às disposições deste Regimento Eleitoral.

Parágrafo Único - O representante dos trabalhadores será eleito dentre os empregados ativos da empresa, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela Comissão Eleitoral e segundo esse Regimento Eleitoral.

Art. 2° - O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral - cuja composição e competência serão determinadas por este Regimento Eleitoral, cabendo-lhe também estabelecer o edital da eleição e o calendário eleitoral.

CAPÍTULO SEGUNDO - DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 3° - A Comissão Coordenadora do processo Eleitoral será composta por 2 (dois) representantes indicados pela empresa e 2 (dois) indicados pelas entidades sindicais com representação entre seus empregados, de forma paritária, designada pela Resolução de Diretoria nº 002/2012 em 03/01/2012.

Parágrafo único - A Comissão Eleitoral será presidida por um dos representantes indicado pela empresa.

Art. 4º - A Comissão Eleitoral funcionará com a presença da maioria de seus membros e deliberará pelo voto da maioria dos presentes.

Art. 5º - O Presidente da Comissão Eleitoral será designado pela empresa, o qual terá, alem do voto pessoal, o de desempate.

Art. 6º - Os membros da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos a nenhum cargo no processo eleitoral em andamento.

Art. 7º - É vedado aos membros da Comissão Eleitoral manifestarem-se a favor ou contra os candidatos durante o processo eleitoral, sob pena de seu afastamento.

CAPÍTULO TERCEIRO - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8° - À Comissão Eleitoral compete cumprir e fazer cumprir este Regimento Eleitoral, planejando, organizando, coordenando, divulgando, operacionalizando e supervisionando todo o processo eleitoral e, em especial:

I - estabelecer o calendário eleitoral, o qual fará parte do presente Regimento através do Anexo I;

II - deferir ou indeferir as inscrições de candidatos, divulgando aos empregados a lista dos nomes daqueles considerados aptos a concorrer na eleição;

III - divulgar a listagem dos eleitores;

IV - coordenar e supervisionar todo o processo eleitoral durante seu curso;

V - apreciar impugnações e recursos porventura interpostos;

VI - tornar públicos os resultados;

VII - resolver possíveis casos omissos;

VIII - dar ampla publicidade a convocação das eleições;

IX - divulgar amplamente datas, horários, formas e locais de inscrições de candidaturas, de votação e de apuração dos resultados;

X - receber requerimentos de inscrição de candidatos, analisar as condições de elegibilidade e divulgar as inscrições;

XI - receber e apreciar pedidos de impugnação de inscrições de candidatos;

XII - decidir, em única e última instância, recursos de defesa apresentados pelos candidatos;

XIII - indicar fiscais, mesários e membros da Comissão de Apuração de Votos, entre os empregados para auxiliá-los na organização, acompanhamento e apuração do processo de votação. Nas indicações devera buscar-se representação de todas as categorias da empresa;

XIV - coordenar, junto a empresa e aos sindicatos, todo o processo eleitoral, incluindo seus aspectos operacionais.

XV - proclamar os candidatos eleitos, comunicando formalmente à Diretoria da empresa o vencedor.

Art. 9º - A Comissão Eleitoral analisará as condições de elegibilidade dos candidatos a representante dos empregados, que estará sujeito a todos os critérios e exigências para o cargo de conselheiro de administração, previstos em lei e no estatuto ou contrato social da empresa, observando-se em especial, o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo único - São condições básicas de elegibilidade:

I - Ser empregado ativo da empresa;

II - Não ser ascendente, descendente, parente colateral ou afim, até o terceiro grau, cônjuge, companheiro ou sócio de qualquer dos membros da diretoria, do conselho de administração ou do conselho fiscal; e

III - Não estar impedido nos termos da Lei nº 6.404/76, nem ter sofrido condenação criminal transitada em julgado, por crime de peculato, por crime contra a economia popular, crime contra a fé pública ou a propriedade e, além disso, não possuir, ainda que temporariamente, alguma vedação que impeça o acesso a cargos públicos ou empregos públicos;

CAPÍTULO QUARTO - DAS DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 10 - As reuniões da Comissão Eleitoral serão registradas em atas, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da Comissão, além do voto comum, o voto de desempate.

CAPÍTULO QUINTO - DOS ELEITORES

Art. 11 - São eleitores todos os empregados ativos da empresa na data da instalação da Comissão Eleitoral.

Parágrafo Primeiro - Não são considerados empregados ativos da empresa:

a)Requisitados;

b)Contratados com fundamento no Artigo 37 da CF/1988;

c)Com contrato de trabalho suspenso/interrompido.

Parágrafo Segundo - Os empregados cedidos das Empresas Eletrobrás são considerados ativos nas empresas de origem, para fins deste regimento.

Parágrafo Terceiro - O Departamento de Gestão de Pessoas emitirá a listagem dos empregados ativos na data da publicação deste regimento.

CAPÍTULO SEXTO - DA VOTAÇÃO

Art. 12 - A votação será realizada de forma direta, secreta, preferencialmente por meio eletrônico ou online.

Parágrafo Único - Nos casos em que não seja possível o acesso ao sistema eletrônico, fica garantido aos eleitores votação manual, via cédula.

Art. 13 - A comissão eleitoral contabilizará os votos válidos, lavrando-se ata dos trabalhos de apuração.

Art. 14 - Será considerado eleito o candidato que obtiver maioria absoluta dos votos, não computados os votos em branco e os nulos.

§ 1º - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação far-se-á nova votação, conforme calendário Anexo I, para a qual concorrerão os dois candidatos mais votados, sendo considerado eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 2º - Se dois candidatos obtiverem o mesmo número de votos, serão observados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - o maior tempo de serviço na empresa; e

II - a maior idade.

Art. 15 - Finda a eleição, a Comissão encaminhará a ata dos trabalhos de apuração ao Presidente da empresa, o qual proclamará o candidato vencedor, e comunicará o resultado ao sócio controlador, para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração.

CAPÍTULO SÉTIMO - DA CONVOCAÇÃO ELEITORAL

Art. 16 - A convocação das eleições deverá ser amplamente divulgada, para conhecimento geral dos empregados, e mantido registro dos meios utilizados para posterior fiscalização.

CAPÍTULO OITAVO - DA VAGA

Art. 17 - As vagas a serem preenchidas pelos vencedores das eleições serão definidas no Edital da Eleição, referente aos membros titular e respectivo suplente.

CAPÍTULO NONO - DOS CANDIDATOS - DOS REQUISITOS E IMPEDIMENTOS

Art. 18 - Só poderão concorrer as eleições os empregados que atendam aos requisitos do Art. 9 do presente Regimento e que cumpram os requisitos para ocupar o cargo de conselheiro de administração, conforme disposto na lei, Regimento e o Estatuto ou Contrato Social da empresa.

Art. 19 - Cada candidato a representante dos empregados no conselho de administração deverá ter um suplente.

§ 1º. O candidato a conselheiro titular comporá a chapa juntamente com o respectivo candidato a suplente.

§ 2º. A chapa, titular e suplente deverá atender a todos os requisitos para ser representante dos empregados no Conselho de Administração.

Art. 20 - São, ainda, condições para inscrição de Candidato:

§ 1º. Apresentar requerimento conforme anexo II;

§ 2º. Apresentar certidões negativas Civil e Criminal do candidato titular e suplente;

§ 3º. Atender aos requisitos da legislação vigente, Estatuto Social da Empresa e especialmente os previstos para os administradores na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO DÉCIMO - DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS

Art. 21 - A solicitação do registro de candidatos aos Conselhos de Administração será feita mediante requerimento formal assinado, conforme modelo anexado a este Regimento (Anexo II), dirigido a Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral, para ser apreciado e homologado pela Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral.

Art. 22 - Não serão aceitos pedidos de inscrição de candidaturas apresentados a Comissão Eleitoral após o prazo previamente estipulado no calendário (Anexo I), sendo vedado qualquer recurso a esta deliberação, bem como, não serão aceitas inscrições por procuração, sendo que a solicitação do registro de que trata o artigo anterior deverá ser feita, obrigatoriamente, pelo candidato ao cargo de Titular de Conselho e pelo respectivo Suplente atendendo, às seguintes exigências:

§ 1º. Registrar no requerimento os nomes completos dos solicitantes, Titular e Suplente;

§ 2º. Especificar, no caso de candidato a Titular, o nome completo do respectivo Suplente no citado requerimento; no caso de candidato a Suplente, especificar nome completo do correspondente Titular;

§ 3º. Explicitar o pseudônimo ou nome abreviado do Titular e do respectivo Suplente, para o caso do requerimento do Titular e, o pseudônimo ou nome abreviado do Suplente e do respectivo Titular, para o caso do requerimento do Suplente, com no máximo, 20 (vinte) caracteres, inclusive espaços, os quais constarão na tela do sistema eletrônico e/ou da cédula de votação.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO - DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS

Art. 23 - Após o encerramento do prazo de inscrição, a Comissão Eleitoral avaliará as condições de elegibilidade dos candidatos previstas nos Editais de Candidaturas e Eleições, bem como, possíveis impedimentos destes, nos termos dos Art. 18, Art. 19 e Art. 20.

Art. 24 - Do indeferimento da inscrição da chapa caberá recursos, em única e última instância à própria Comissão Eleitoral em data pré-estabelecida no calendário Eleitoral (Anexo I).

Art. 25 - A Comissão Eleitoral apreciará e decidirá sobre os recursos e comunicará a sua decisão aos candidatos da chapa.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO - DA IMPUGNAÇÃO

Art. 26 - A impugnação de candidaturas pode ser apresentada à Comissão Eleitoral por qualquer eleitor, respeitando os prazos estipulados no calendário eleitoral (Anexo I), no horário comercial da empresa;

Art. 27 - A Comissão Eleitoral apreciará a impugnação e, se cabível, notificará os candidatos integrantes da chapa para apresentação de defesa;

Art. 28 - A chapa notificada poderá apresentar defesa, que deverá ser apreciada e decidida, em única e última instância, pela Comissão Eleitoral a qual comunicará a decisão aos candidatos e ao impugnante, respeitando os prazos do calendário eleitoral.

Art. 29 - A Comissão Eleitoral encaminhará à empresa relatório sobre o processo de inscrição de candidaturas, com a listagem final dos candidatos, respeitando os prazos definidos no calendário eleitoral de cada pleito.

Art. 30 - No caso de ocorrer impugnação durante a fase da campanha eleitoral, a Comissão Eleitoral efetuará nova divulgação da lista final dos candidatos inscritos.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO - DA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

Art. 31 - Haverá necessidade de desincompatibilização do candidato que ocupe função gerencial (gratificada), a partir da sua posse, caso seja eleito representante dos empregados no Conselho de Administração.

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO - DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 32 - Os candidatos que tiverem a sua candidatura homologada, na forma deste Regimento, poderão fazer promoção dos seus nomes nas dependências da empresa, desde que o façam com urbanidade, ética e respeito aos demais candidatos, aos empregados e aos Diretores da empresa.

Art. 33 - As regras da propaganda eleitoral serão definidas em reunião a ser realizada entre os membros da Comissão Eleitoral, ficando garantidos os mesmos direitos para todos os candidatos.

CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO - DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE VOTAÇÃO DO PRIMEIRO E SEGUNDO TURNOS

Art. 34 - A votação, quando por meio eletrônico ou online, terá inicio às 08h00min do primeiro dia e encerrar-se-á às 16h30min do segundo dia, sem interrupção.

§ 1º. Nos casos em que não seja possível a eleição por meio eletrônico ou online, a Comissão Eleitoral deverá autorizar a votação manual, que terá inicio às 08h00min e encerrar-se-á às 16h30min nos dois dias.

§ 2.º Quando se tratar de votação manual caberá à Comissão Eleitoral a aprovação do modelo da cédula de votação, respeitando-se as seguintes disposições:

I.As cédulas de votação serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Comissão Eleitoral, devendo ser impressas com tinta preta, em papel branco.

II.A cédula deverá ser confeccionada de modo que, dobrada, resguarde o sigilo do voto, sem necessidade de cola para fechá-la.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III.A cédula deverá ser rubricada pelos membros da mesa receptora.

IV.As chapas homologadas devem figurar na ordem numérica determinada por sorteio, a ser realizado pela Comissão Eleitoral na presença dos candidatos ou de representantes de cada chapa, antes da publicação da relação definitiva. Os candidatos ausentes ou não representados no sorteio acatarão o resultado.

CAPÍTULO DÉCIMO SEXTO - DA APURACÃO

Art. 35 - A apuração será coordenada pela Comissão Eleitoral a qual caberá definir os critérios de apuração em cada empresa.

CAPÍTULO DÉCIMO SÉTIMO - VOTAÇÃO ELETRÔNICA OU ONLINE

Art. 36 - A Comissão Eleitoral emitirá relatório de apuração da votação, indicando a votação de cada um dos candidatos, votos brancos e nulos.

Art. 37 - Os candidatos podem obter informações sobre o processo eleitoral e apuração eletrônicas, com o objetivo de demonstrar a lisura do processo eleitoral.

CAPÍTULO DÉCIMO OITAVO - VOTAÇÃO EM URNAS

Art. 38 - A Comissão Eleitoral, juntamente com os membros da Comissão de Apuração de Votos, procederá à contagem dos votos em papel.

Art. 39 - A Comissão Eleitoral emitirá relatório de apuração da votação, indicando votação por chapa, votos nulos e brancos;

Art. 40 - Na apuração dos votos em papel será permitida a presença de representantes dos candidatos.

CAPÍTULO DÉCIMO NONO - DO RESULTADO E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 41 - A Comissão Eleitoral consolidará os mapas de votação e divulgará o resultado.

Art. 42 - Em caso de empate do número de votos entre candidatos, será adotado como critério de desempate o maior tempo de vinculação empregatícia à empresa e, persistindo o empate, o de maior idade.

Art. 43 - O resultado do pleito, bem como toda a documentação de suporte ao processo, será entregue à Diretoria Executiva da empresa, para compor os arquivos do processo eleitoral.

CAPÍTULO VIGÉSIMO - DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Art. 44 - Os candidatos poderão interpor recursos contra o resultado da eleição, perante a Comissão Eleitoral, a partir da divulgação do resultado, respeitados os prazos estabelecidos no calendário eleitoral.

Art. 45 - A Comissão Eleitoral se pronunciará quanto ao recurso interposto, comunicando a decisão aos interessados dentro do prazo estabelecido no calendário eleitoral.

CAPÍTULO VIGÉSIMO PRIMEIRO - DOS PRAZOS

Art. 46 - O prazo de gestão do representante dos empregados no conselho de administração será o previsto no estatuto ou contrato social da empresa, sendo permitida uma reeleição.

CAPÍTULO VIGÉSIMO SEGUNDO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47 - Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 48 - Na aplicação desta, a Comissão Eleitoral atenderá sempre aos fins a que o pleito se destina, observando uma conduta ética e diligente.

Rio Branco - AC, 27 de janeiro de 2012.
HUMBERTO VASCONCELOS DE OLIVEIRA
Presidente

DIEGO PABLO GONÇALVES DA SILVA
Membro

MAURO BEZERRA DO NASCIMENTO
Membro

KELY ANDRADE DE OLIVEIRA
Membro

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 28/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Ceará Stones Induústria Extrativa LTDA. - 800134/08
Climene Mano sá - 800752/07
Companhia Industrial de Cimento Apodí - 800136/07, 800137/07, 800138/07, 800139/07, 800140/07, 800141/07, 800142/07, 800143/07, 800144/07, 800145/07, 800146/07, 800135/07
Fernando Pereira da Rocha Thomsen - 800124/07
Guaracy Maia Chaves - 800885/08
Joaquim Sampaio Martins - 800424/07, 800065/07, 800064/07, 800048/07, 800025/07, 800021/07, 800017/07, 800020/07, 800018/07, 800019/07
Márcio Barbosa Pessoa - 800001/07
Mpp Comércio,serviços e Mineração Ltda - 800202/07
sm Industria de Minerios do Brasil Ltda - 800032/07
Vermont Mineração Exportação e Importação LTDA. - 800037/07, 800038/07, 800039/07, 800040/07, 800042/07, 800044/07, 800045/07, 800046/07, 800047/07, 800500/06, 800041/07
Vulcano Export Mineração Exportação e Importação LTDA. - 800501/06, 800502/06

FERNANDO ANTÔNIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 84/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.086/2011-GILDOMAR GONÇALVES RIBEIRO
862.712/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
862.741/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA
862.742/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA
862.797/2011-AIRTON BERNARDO ROVEDA
862.805/2011-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO
862.831/2011-ADRIANA MÁRCIA LIMA DA SILVA
862.884/2011-FORTALEZA MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.995/2007-DOMINGOS LEMOS DO PRADO-OF. N°333/2012
861.218/2009-CARLOS FRANCISCO BELEM TELES-OF. N°332/2012
860.772/2010-CONSTRUTORA JAD LTDA-OF. N°411/2012
862.167/2011-EDMAR DE SOUZA JUNIOR-OF. N°330/2012
862.371/2011-WILMA DIVINA LOPES DA SILVA-OF. N°382/2012
862.759/2011-WALCIO JOSÉ DA ROCHA LIMA-OF. N°335/2012
862.761/2011-MATHEUS MATIAS ARRUDA-OF. N°331/2012
862.917/2011-JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A-OF. N°507/2012
862.922/2011-MARCO ANTONIO CEZAR CARLOS-OF. N°508/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
862.277/2011-ARILDO PEREIRA DUARTE-OF. N°293/2012
862.961/2011-ALTAMIRA FRANCISCA ITACARAMBY-OF. N°537/2012
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
862.525/2011-RONAM ANTONIO AZZI-OF. N°396/2012

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 31/2012

CONCESSÃO DE LAVRA (Codigo 5.49)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 966.458/2007; Notificado: Vitória Régia Água Mineral Ltda; CNPJ: 24.714.859/0001-20; NFLDP nº 14/2007; Valor: R$ 1.071.927,14.

LICENCIAMENTO (Código 7.72)

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 966.730/2011; Notificado: Mineração Itaipú Indústria e Comércio Ltda; CNPJ: 03.113.347/0001-39; NFLDP nº 334/2011; Valor: R$ 217.384,72.

Processo de Cobrança nº 966.731/2011; Notificado: Camil Cáceres Mineração Ltda; CNPJ: 00.959.825/0001-38; NFLDP nº 335/2011; Valor: R$ 214.457,85.

Processo de Cobrança nº 966.732/2011; Notificado: Emal - Empresa de Mineração Aripuanã Ltda; CNPJ: 44.026.037/0001-64; NFLDP nº 336/2011; Valor: R$ 325.015,13.

Processo de Cobrança nº 966.733/2011; Notificado: Emal - Empresa de Mineração Aripuanã Ltda; CNPJ: 44.026.037/0005-98; NFLDP nº 337/2011; Valor: R$ 121.117,80.

Processo de Cobrança nº 966.734/2011; Notificado: Emal - Empresa de Mineração Aripuanã Ltda; CNPJ: 44.026.037/0002-45; NFLDP nº 338/2011; Valor: R$ 183.734,82.

Processo de Cobrança nº 966.735/2011; Notificado: Emal - Empresa de Mineração Aripuanã Ltda; CNPJ: 44.026.037/0005-98; NFLDP nº 339/2011; Valor: R$ 32.421,78.

Processo de Cobrança nº 966.736/2011; Notificado: Emal - Empresa de Mineração Aripuanã Ltda; CNPJ: 44.026.037/0007-50; NFLDP nº 340/2011; Valor: R$ 306.685,78.

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 120/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Geraldo Mendes de Carvalho - 834994/10
Vilenice Oliveira Campos da Silva - 834881/07, 834882/07, 833773/08

RELAÇÃO Nº 121/2012

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Agua Mineral Bom Jardim Ltda Cpf/cnpj :02.964.360/0001-39 - Processo minerário: 830956/01 - Processo de cobrança: 931076/12 Valor: R$.1.510,62

Titular: Ailton de Castro Andrade - me Cpf/cnpj :25.866.583/0001-69 - Processo minerário: 830532/99 - Processo de cobrança: 931072/12 Valor: R$.1.021,42

Titular: Aldo Lima Morais Cpf/cnpj :02.844.092/0001-11 - Processo minerário: 831663/98 - Processo de cobrança: 931070/12 Valor: R$.49,03

Titular: Ardósia Reis LTDA. Cpf/cnpj :23.219.876/0001-29 - Processo minerário: 831007/00 - Processo de cobrança: 931075/12 Valor: R$.720,43

Titular: Areal Cássia Ltda me Cpf/cnpj :71.395.057/0001-85 - Processo minerário: 830059/98 - Processo de cobrança: 931068/12 Valor: R$.589,68

Titular: Areal Ouro Verde LTDA. Cpf/cnpj :71.064.075/0002-65 - Processo minerário: 831976/01 - Processo de cobrança: 931138/12 Valor: R$.623,62, Processo minerário: 831975/01 - Processo de cobrança: 931139/12 Valor: R$.1.129,83

Titular: Areal Rio Verde Ltda me Cpf/cnpj :26.051.698/0001-68 - Processo minerário: 831172/00 - Processo de cobrança: 930988/12 Valor: R$.4.590,56

Titular: Areal Vista Alegre Ltda me Cpf/cnpj :26.198.002/0001-20 - Processo minerário: 831973/98 - Processo de cobrança: 931071/12 Valor: R$.389,51

Titular: Cachita Mineração LTDA. Cpf/cnpj :28.407.021/0001-45 - Processo minerário: 831841/86 - Processo de cobrança: 931066/12 Valor: R$.349,95

Titular: Cascalheira Uberabinha LTDA. Cpf/cnpj :21.644.844/0001-45 - Processo minerário: 830090/02 - Processo de cobrança: 930994/12 Valor: R$.1.436,64

Titular: Cascalho do Cerrado Ltda me Cpf/cnpj :05.255.767/0001-85 - Processo minerário: 832311/02 - Processo de cobrança: 930690/10 Valor: R$.5.336,13

Titular: Cerâmica Carminas Cpf/cnpj :16.852.113/0001-55 - Processo minerário: 832443/01 - Processo de cobrança: 930991/12 Valor: R$.358,07

Titular: Cerâmica Oriente LTDA. Cpf/cnpj :20.810.040/0001-06 - Processo minerário: 830034/02 - Processo de cobrança: 930993/12 Valor: R$.1.755,28

Titular: E.m.i Conruções e Terraplanagem Ltda Cpf/cnpj :02.114.496/0001-50 - Processo minerário: 831757/00 - Processo de cobrança: 930989/12 Valor: R$.284,07

Titular: Empresa de Caolim LTDA. Cpf/cnpj :33.246.448/0001-49 - Processo minerário: 810455/74 - Processo de cobrança: 930970/12 Valor: R$.310.919,79

Titular: Eunice Lane Fernandes de Paula e Silva me Cpf/cnpj :03.977.636/0001-86 - Processo minerário: 831548/01 - Processo de cobrança: 930990/12 Valor: R$.7.278,72

Titular: Exploração de Areia Xavier Teixeira LTDA. Cpf/cnpj :01.720.209/0001-92 - Processo minerário: 831064/03 - Processo de cobrança: 931135/12 Valor: R$.156,36

Titular: Incoexgranil - Industria Comércio e Exportacao de Granitos Ltda Cpf/cnpj :19.320.498/0001-06 - Processo minerário: 831477/83 - Processo de cobrança: 931147/12 Valor: R$.57.244,74

Titular: João Alves de Oliveira-fi Cpf/cnpj :22.212.211/0001-20 - Processo minerário: 835710/94 - Processo de cobrança: 931067/12 Valor: R$.2.725,42

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Titular: José de Anchieta Resende me Cpf/cnpj :02.251.154/0001-81 - Processo minerário: 830835/98 - Processo de cobrança: 931069/12 Valor: R$.18,85

Titular: José Eustáquio Dos Santos Cpf/cnpj :137.205.976-87 - Processo minerário: 830416/02 - Processo de cobrança: 931136/12 Valor: R$.13.272,27

Titular: Lagoa Prestação de Serviços Ltda Cpf/cnpj :71.083.828/0001-07 - Processo minerário: 832222/00 - Processo de cobrança: 931140/12 Valor: R$.2.176,12

Titular: Maria Abadia da Silva Spirandeli Cpf/cnpj :02.269.113/0001-12 - Processo minerário: 830284/03 - Processo de cobrança: 931077/12 Valor: R$.864,98, Processo minerário: 830285/03 - Processo de cobrança: 931078/12 Valor: R$.392,23

Titular: Maria Geralda de Paula Cpf/cnpj :02.392.163/0001-92 - Processo minerário: 830889/01 - Processo de cobrança: 930987/12 Valor: R$.200,72

Titular: Marmindústria LTDA. Cpf/cnpj :33.550.732/0001-04 - Processo minerário: 831861/87 - Processo de cobrança: 930976/12 Valor: R$.20.604,57, Processo minerário: 831861/87 - Processo de cobrança: 930977/12 Valor: R$.8.931,61

Titular: Mineração Corcovado de Minas LTDA. Cpf/cnpj :39.282.298/0001-05 - Processo minerário: 835369/95 - Processo de cobrança: 930982/12 Valor: R$.2.253,95, Processo minerário: 832343/00 - Processo de cobrança: 930985/12 Valor: R$.57.113,24

Titular: Mineração João Wolff Ltda Cpf/cnpj :38.564.373/0001-68 - Processo minerário: 831733/98 - Processo de cobrança: 931143/12 Valor: R$.132,10

Titular: Mineração Juparaná LTDA. Cpf/cnpj :23.290.216/0001-34 - Processo minerário: 832267/83 - Processo de cobrança: 931065/12 Valor: R$.28.601,88

Titular: Mineração Passos Ltda Cpf/cnpj :19.700.012/0001-57 - Processo minerário: 807426/75 - Processo de cobrança: 930974/12 Valor: R$.393,75

Titular: Mineração São Francisco Ltda/me Cpf/cnpj :03.207.163/0001-38 - Processo minerário: 830775/00 - Processo de cobrança: 930984/12 Valor: R$.83,31

Titular: Olaria Jois Ltda Cpf/cnpj :25.312.539/0001-07 - Processo minerário: 831809/98 - Processo de cobrança: 931142/12 Valor: R$.80,21

Titular: Pedrabrasil sa Industria e Comércio Cpf/cnpj :46.015.780/0001-44 - Processo minerário: 830465/79 - Processo de cobrança: 931064/12 Valor: R$.1.169,70

Titular: Ronaldo Vilela da Silva - M.E. Cpf/cnpj :38.602.041/0001-20 - Processo minerário: 831606/99 - Processo de cobrança: 931073/12 Valor: R$.68,37, Processo minerário: 832241/99 - Processo de cobrança: 931074/12 Valor: R$.68,37

Titular: Sidney Dominice Padilha Cpf/cnpj :25.812.637/0001-03 - Processo minerário: 831449/98 - Processo de cobrança: 931144/12 Valor: R$.280,22

Titular: Stone Mineração Ltda Cpf/cnpj :35.986.181/0001-51 - Processo minerário: 832530/00 - Processo de cobrança: 930986/12 Valor: R$.21.655,78, Processo minerário: 830449/85 - Processo de cobrança: 930975/12 Valor: R$.6.943,53

Titular: Varginha Mineração e Loteamentos Ltda Cpf/cnpj :71.466.569/0001-95 - Processo minerário: 830853/91 - Processo de cobrança: 931171/12 Valor: R$.285,70

Titular: Wilson Lourenço de Lellis Junior me Cpf/cnpj :71.064.075/0001-84 - Processo minerário: 835934/93 - Processo de cobrança: 931146/12 Valor: R$.2.176,12

RELAÇÃO Nº 122/2012

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Adilson Tomás de Freitas me Cpf/cnpj :11.081.050/0001-67 - Processo minerário: 830822/99 - Processo de cobrança: 930907/12 Valor: R$.112,59, Processo minerário: 830822/99 - Processo de cobrança: 930910/12 Valor: R$.89,67

Titular: Alaércio Vítor Novaes Cpf/cnpj :02.859.282/0001-02 - Processo minerário: 832481/00 - Processo de cobrança: 930838/12 Valor: R$.283,99

Titular: Alcides Torres de Faria-fi Cpf/cnpj :00.490.582/0001-31 - Processo minerário: 831680/96 - Processo de cobrança: 930893/12 Valor: R$.375,56, Processo minerário: 831681/96 - Processo de cobrança: 930894/12 Valor: R$.515,79, Processo minerário: 831682/96 - Processo de cobrança: 930919/12 Valor: R$.506,43

Titular: Apparecida Jandira de Andrade Barbosa Cpf/cnpj :64.312.572/0001-99 - Processo minerário: 831223/99 - Processo de cobrança: 930909/12 Valor: R$.2.040,74

Titular: Britagem São Salvador Ltda Cpf/cnpj :21.451.794/0001-80 - Processo minerário: 831013/91 - Processo de cobrança: 930979/12 Valor: R$.99.465,27

Titular: Cabal Calcario Bambui Ltda Cpf/cnpj :20.657.342/0001-96 - Processo minerário: 805368/75 - Processo de cobrança: 930971/12 Valor: R$.3.509,86

Titular: Cerâmica Ouro Preto Ltda Cpf/cnpj :21.798.822/0001-30 - Processo minerário: 831334/98 - Processo de cobrança: 930983/12 Valor: R$.435,01

Titular: Deltamil Comércio Ltda Cpf/cnpj :00.058.036/0001-26 - Processo minerário: 830836/97 - Processo de cobrança: 930917/12 Valor: R$.252,14

Titular: Draga Jequerí LTDA. Cpf/cnpj :01.979.609/0001-17 - Processo minerário: 831092/99 - Processo de cobrança: 930911/12 Valor: R$.711,67

Titular: Draga Veloso Ltda Cpf/cnpj :02.525.778/0002-20 - Processo minerário: 831788/99 - Processo de cobrança: 930836/12 Valor: R$.471,79

Titular: Dragagem Flausino LTDA. Cpf/cnpj :19.904.085/0001-60 - Processo minerário: 831952/99 - Processo de cobrança: 930908/12 Valor: R$.3.074,02

Titular: Eduardo Augusto Nogueira me Cpf/cnpj :04.288.747/0001-48 - Processo minerário: 831197/99 - Processo de cobrança: 930834/12 Valor: R$.158,06

Titular: Elcio Leonaldo de Souza me Cpf/cnpj :01.177.707/0001-30 - Processo minerário: 830094/93 - Processo de cobrança: 930857/12 Valor: R$.81,17

Titular: Emigran-empresa de Mineração de Granitos LTDA. Cpf/cnpj :55.742.167/0001-10 - Processo minerário: 835212/93 - Processo de cobrança: 930858/12 Valor: R$.605,38

Titular: Empreendimentos Esmeraldas Ltda Cpf/cnpj :16.710.311/0001-84 - Processo minerário: 830030/91 - Processo de cobrança: 930978/12 Valor: R$.163,45

Titular: Felício Zucarelli Filho Cpf/cnpj :71.240.238/0001-32 - Processo minerário: 831658/00 - Processo de cobrança: 930837/12 Valor: R$.58,86

Titular: Flávio Guimarães Vale Cpf/cnpj :71.291.074/0001-72 - Processo minerário: 831936/03 - Processo de cobrança: 930899/12 Valor: R$.1.372,46

Titular: fr Trans Tania Ltda Cpf/cnpj :71.345.854/0001-58 - Processo minerário: 830998/99 - Processo de cobrança: 930924/12 Valor: R$.2.343,33

Titular: Geraldo Amaro da Silva Cpf/cnpj :01.146.621/0001-40 - Processo minerário: 832142/96 - Processo de cobrança: 930918/12 Valor: R$.148,02

Titular: Irmãos Cadorini Ltda Cpf/cnpj :17.957.622/0001-05 - Processo minerário: 831341/91 - Processo de cobrança: 930854/12 Valor: R$.151,03, Processo minerário: 830946/91 - Processo de cobrança: 930855/12 Valor: R$.470,96

Titular: José Marcos Treviso me Cpf/cnpj :00.987.165/0001-07 - Processo minerário: 831610/02 - Processo de cobrança: 930896/12 Valor: R$.342,14

Titular: Luza Helena de Almeida Marini me Cpf/cnpj :20.406.427/0001-00 - Processo minerário: 832191/01 - Processo de cobrança: 930895/12 Valor: R$.396,30

Titular: Manganês Nazareno Ltda Cpf/cnpj :19.932.227/0001-01 - Processo minerário: 830200/79 - Processo de cobrança: 930901/12 Valor: R$.423,27

Titular: Marco Antonio Giusto - M.e - Fonte Serrote Cpf/cnpj :237.221.006-82 - Processo minerário: 835104/95 - Processo de cobrança: 930981/12 Valor: R$.132,18

Titular: Maria José de Souza e Silva fi Cpf/cnpj :02.822.462/0001-10 - Processo minerário: 830186/99 - Processo de cobrança: 931141/12 Valor: R$.368,60

Titular: Marimbondo Mineração LTDA. Cpf/cnpj :68.050.293/0001-55 - Processo minerário: 831950/98 - Processo de cobrança: 930832/12 Valor: R$.190,02

Titular: Martinho Pinto Barbosa Cpf/cnpj :00.431.907/0001-05 - Processo minerário: 830551/03 - Processo de cobrança: 930898/12 Valor: R$.291,08

Titular: Mauri Venturi COM. de Areia Dragao Cpf/cnpj :06.525.505/0001-56 - Processo minerário: 833814/95 - Processo de cobrança: 930862/12 Valor: R$.229,46

Titular: Mineração Andradense LTDA. Cpf/cnpj :16.730.095/0001-39 - Processo minerário: 2748/67 - Processo de cobrança: 930966/12 Valor: R$.94,78, Processo minerário: 2755/67 - Processo de cobrança: 930967/12 Valor: R$.82,22, Processo minerário: 804059/71 - Processo de cobrança: 930968/12 Valor: R$.80,36

Titular: Mineração Passos Ltda Cpf/cnpj :19.700.012/0001-57 - Processo minerário: 807420/75 - Processo de cobrança: 930972/12 Valor: R$.272,12

Titular: Mineral Extração e Comercio de Minerais Ltda Cpf/cnpj :01.249.321/0001-97 - Processo minerário: 832056/98 - Processo de cobrança: 930833/12 Valor: R$.304,67

Titular: Osvaldo Rodrigues de Menezes Cpf/cnpj :19.797.646/0001-70 - Processo minerário: 830889/98 - Processo de cobrança: 930912/12 Valor: R$.1.418,52, Processo minerário: 830889/98 - Processo de cobrança: 930913/12 Valor: R$.1.418,52, Processo minerário: 830524/98 - Processo de cobrança: 930915/12 Valor: R$.1.418,52, Processo minerário: 830524/98 - Processo de cobrança: 930916/12 Valor: R$.1.437,83

Titular: Pecuaria Morrinhos Ltda Cpf/cnpj :19.626.696/0001-94 - Processo minerário: 830515/01 - Processo de cobrança: 930920/12 Valor: R$.33.960,31

Titular: Porto de Areia Max Ltda Cpf/cnpj :01.762.085/0001-08 - Processo minerário: 830502/00 - Processo de cobrança: 930921/12 Valor: R$.240,44

Titular: Porto de Areia Santa Helena LTDA. Cpf/cnpj :02.978.186/0001-83 - Processo minerário: 830822/98 - Processo de cobrança: 930866/12 Valor: R$.147,63

Titular: Saara Dragagem LTDA. Cpf/cnpj :19.740.976/0001-29 - Processo minerário: 835572/95 - Processo de cobrança: 930906/12 Valor: R$.7.952,90

Titular: Sociedade Souza e Fernandes Ltda-me Cpf/cnpj :01.602.756/0001-73 - Processo minerário: 831115/97 - Processo de cobrança: 960865/12 Valor: R$.167,92

Titular: Somibrás Sociedade de Mineração Brasileia LTDA. Cpf/cnpj :43.836.485/0001-60 - Processo minerário: 830109/86 - Processo de cobrança: 930904/12 Valor: R$.16.149,47

Titular: Vicente Pimentel Rhodes me Cpf/cnpj :01.630.497/0001-94 - Processo minerário: 831240/99 - Processo de cobrança: 930835/12 Valor: R$.760,71

Titular: Votorantim Cimentos s a Cpf/cnpj :01.637.895/0001-32 - Processo minerário: 805065/70 - Processo de cobrança: 930900/12 Valor: R$.237,02

RELAÇÃO Nº 123/2012

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Areião Gontijo Ltda Cpf/cnpj :05.306.950/0001-62 - Processo minerário: 830548/03 - Processo de cobrança: 930897/12 Valor: R$.71,75

Titular: Aurelino Carlos Arantes Cpf/cnpj :18.187.211/0001-40 - Processo minerário: 834591/95 - Processo de cobrança: 930863/12 Valor: R$.95,41

Titular: Lambari Areias Ltda Cpf/cnpj :04.429.245/0001-90 - Processo minerário: 832191/96 - Processo de cobrança: 930864/12 Valor: R$.1.404,15

Titular: Minasgoias Mineração Bergamo Ltda Cpf/cnpj :18.424.895/0001-57 - Processo minerário: 832996/95 - Processo de cobrança: 930859/12 Valor: R$.198,01, Processo minerário: 832997/95 - Processo de cobrança: 930861/12 Valor: R$.302,47

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 20/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
803.082/2009-VALE S A- DOU de 04/05/2009
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
803.048/2011-ITALO DE S MONÇÃO- DOU de 17/03/2011

EVALDO FREITAS LIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 1/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Fazenda Ana Paula LTDA. - 810207/02, 810208/02

SÉRGIO BIZARRO CÉSAR

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 8/2012

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
884.010/2012-CERÂMICA MOURA LTDA ME-Registro de Licença nº120/2012 de 24/01/2012-Vencimento em 24/01/2022
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
884.112/2011-OSMAR FRANCISCO SAMPAIO DA SILVA
884.130/2011-NELSON SALLES
884.132/2011-UILIAM UESLEI RIBEIRO DE SOUZA

EUGÊNIO PACELLI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 16/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
ad Bras Mineradora Ltda - 864459/08, 864459/08, 864461/08, 864461/08, 864462/08, 864462/08, 864045/11, 864047/11, 864048/11, 864050/11, 864051/11, 864052/11, 864053/11
Delio Nunes de Jesus - 864197/09
Guido Magalhães Arantes - 864282/09

RELAÇÃO Nº 17/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Marilene Dos Santos Costa - 864506/10

RELAÇÃO Nº 21/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Ayas Minerações s a - 864523/05 - A.I. 268/12
Barnabé Miranda de Oliveira Rodrigues - 864631/11 - A.I. 267/12
Geobraz Exploration Ltda me - 864407/10 - A.I. 269/12
Moldar Engenharia Ltda - 864129/11 - A.I. 270/12

FÁBIO LÚCIO MARTINS JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Conselho de Administração

Guido Mantega
Presidente

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Francisco Roberto de Albuquerque
Jorge Gerdau Johannpeter
Luciano Galvão Coutinho
Sergio Franklin Quintella
Marcio Pereira Zimmermann
Miriam Aparecida Belchior
Josué Christiano Gomes da Silva

Diretoria Executiva

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente

Almir Guilherme Barbassa
Renato de Souza Duque
Guilherme de Oliveira Estrella
Paulo Roberto Costa
Maria das Graças Silva Foster
Jorge Luiz Zelada

Conselho Fiscal

Titulares

Marcus Pereira Aucélio
César Acosta Rech
Nelson Rocha Augusto
Maria Lúcia de Oliveira Falcón
Marisete Fátima Dadald Pereira

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Petrobras mostrou que está preparada para enfrentar a crise econômica internacional e fechou 2011 com um legado de solidez e crescimento. Foi um ano de superação. Apesar da volatilidade e incerteza no cenário mundial, provamos nossa estabilidade operacional e credibilidade financeira. Sustentados por nossas competências técnicas e tecnológicas e pela robustez do nosso portfólio e do nosso principal mercado – o Brasil –, mantivemos elevada geração de caixa, aumentamos nossa produção e avançamos em nossos projetos, principalmente no Pré-Sal.

Nossa produção de petróleo no País cresceu 1%, impulsionada pela P-56 em Marlim Sul, que entrou em operação, e pela conexão de novos poços a plataformas instaladas em anos anteriores. Demos importantes passos nas duas principais frentes de expansão no setor: o Pré-Sal e a Bacia de Campos, onde, em curto prazo, espera-se forte contribuição dos novos sistemas e do projeto Varredura.

Ainda no Pré-Sal, continuamos avançando em ritmo acelerado. Implantamos o Piloto de Lula, que chegou a produzir 36 mil barris diários de óleo e gás, confirmando o alto potencial dos reservatórios. Também iniciamos os testes de longa duração (TLDs) de Lula Nordeste e Carioca e a operação do gasoduto Lula-Mexilhão, que garantiu o escoamento do gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos (PPSBS). Outro marco foi a declaração de comercialidade da segunda área do Pré-Sal de Santos, Guará, que deu origem ao campo de Sapinhoá.

Seguindo com nosso ousado cronograma de projetos, anunciamos o afretamento de duas novas plataformas do tipo FPSO (*Floating Production, Storage and Offloading*) para os projetos pilotos de Sapinhoá Norte e Cernambi e a aquisição de quatro cascos de navios que serão convertidos em FPSOs para o desenvolvimento das áreas da Cessão Onerosa. Tivemos, com isso, a maior sequência de projetos de uma petroleira em uma única região do mundo. Para garantir sua execução, fizemos a revisão anual do Plano Diretor do PPSBS (Plansal), que indicou uma redução de 32% nos investimentos necessários para o desenvolvimento da área em relação ao Plano anterior.

Impulsionada pelo crescimento da economia brasileira, a venda de derivados no País aumentou 9%. A ampliação da demanda, associada ao aumento do preço do etanol – que fez com que muitos consumidores migrassem para a gasolina –, exigiu que operássemos com máxima eficiência. As 12 refinarias da companhia no Brasil trabalharam com utilização média de 92% da capacidade. Mesmo assim, tivemos que elevar o índice da importação de derivados para garantir o abastecimento interno. É importante lembrar que o mercado brasileiro, um dos que mais cresce no mundo, é um pilar de estabilidade e desenvolvimento para a Petrobras.

No setor do gás natural, consolidamos a estrutura de transporte e geração termelétrica. Agora, preparamo-nos para o desafio de garantir o escoamento e a monetização do gás natural do Pré-Sal. Para isso, estamos investindo em um novo terminal de GNL (gás natural liquefeito) e em fábricas de fertilizantes que usarão o gás como insumo para a produção de ureia e amônia.

Os biocombustíveis se firmaram como fonte renovável de energia. As dificuldades de oferta em 2011 fortaleceram nosso direcionamento estratégico de crescer no negócio do etanol, estabelecendo parcerias e construindo novas usinas.

Sabemos que não podemos avançar sozinhos. Continuamos com iniciativas que visam ao fortalecimento da cadeia de óleo e gás no Brasil. Atentos à necessidade de mão de obra qualificada, já apoiamos a qualificação de cerca de 80 mil trabalhadores para a indústria e demos mais um passo inovador ao lançarmos o Programa Progredir com o objetivo de reduzir o custo de financiamento de nossos fornecedores.

Também prosseguimos com a estratégia de disponibilizar equipamentos e tecnologias-chave para o desenvolvimento de nossas operações. Nos tornamos sócios da empresa Sete Brasil, responsável pelo primeiro lote de sete sondas a serem construídas no País. Grandes fornecedores internacionais anunciaram a instalação de centros de pesquisa no Brasil, fazendo do Rio de Janeiro um novo centro tecnológico da indústria petrolífera.

Fizemos tudo isso sem descuidar da saúde financeira da Petrobras. Garantimos que esses planos sejam realizados com liquidez e solvência, comprometidos com o grau de investimento e o relacionamento com o mercado. Prova disso foram os US$ 18,4 bilhões captados no ano no mercado nacional e internacional e a melhora na classificação de risco da nossa dívida.

Todos esses avanços sempre estiveram pautados pela sustentabilidade. Consideramos fundamentais, especialmente, os investimentos em tecnologia, segurança operacional, meio ambiente e recursos humanos, pois eles são a garantia de que nosso caminho continuará sendo percorrido com confiança, para superar desafios e atingir os objetivos da companhia.

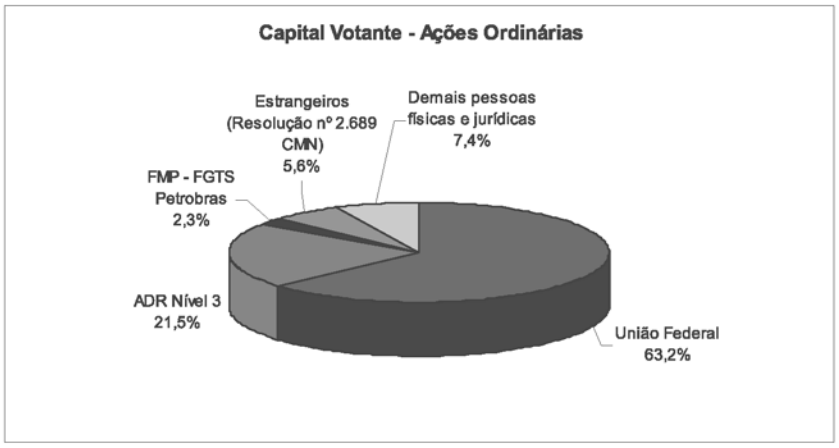
José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente da Petrobras

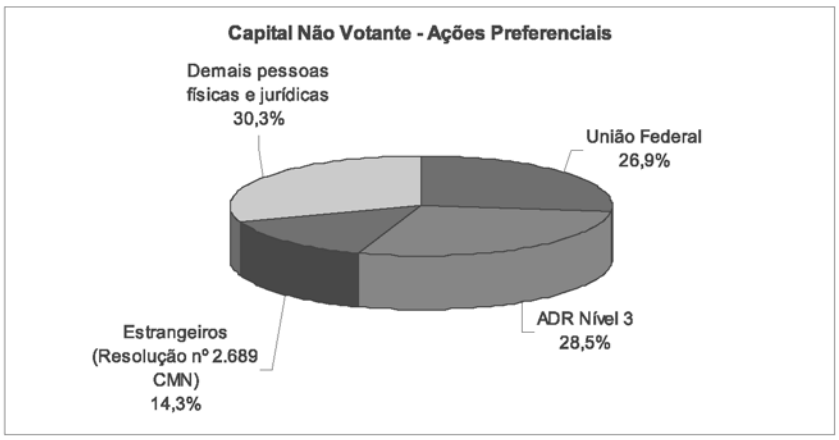
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200089

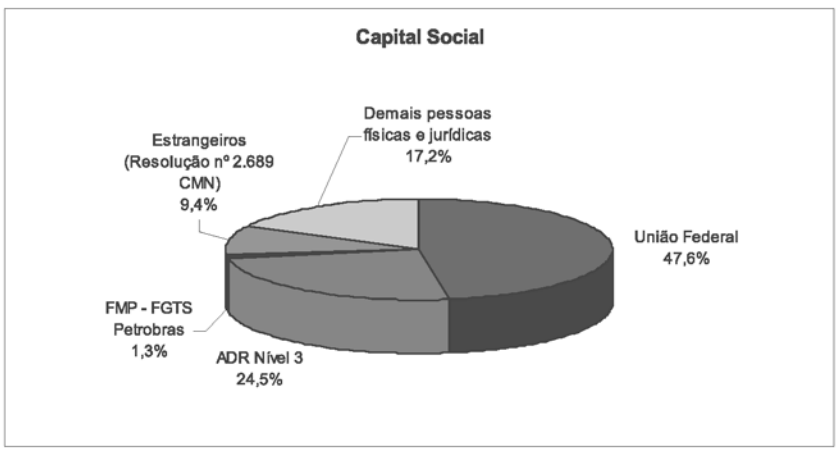
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta







RESULTADOS E GESTÃO

Análise do mercado de petróleo

O movimento dos preços do petróleo, em 2011, foi condicionado por revoltas e quedas de governos em países do Norte da África e do Oriente Médio, conhecidas como "Primavera Árabe", e por flutuações das condições macroeconômicas, especialmente nos países desenvolvidos. O preço do barril do Brent oscilou mais do que em 2010, com valor mínimo de US$ 92,98/bbl e máximo de US$ 126,74/bbl. O valor médio anual ficou em US$ 111,27/bbl, com alta de 40% em relação à cotação média de 2010, e foi o maior valor nominal médio registrado na série histórica.

O consumo de petróleo apresentou alta moderada, impulsionado pelo crescimento em países não membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Índia e China. A demanda dos países desenvolvidos, ao contrário, caiu no decorrer do ano pelo crescimento econômico limitado, aquém das projeções iniciais dos analistas. Os problemas fiscais nos Estados Unidos e em países europeus deprimiram as expectativas quanto ao crescimento econômico e aumentaram o receio de uma nova recessão nos países desenvolvidos.

A oferta de petróleo foi afetada principalmente pela guerra civil na Líbia e seus desdobramentos, que levaram à perda de cerca de 1,6 milhão de bpd de óleo leve e de baixo teor de enxofre, impulsionando os preços no primeiro semestre do ano.

Com o objetivo de compensar a perda do petróleo líbio, os países do Golfo Pérsico decidiram, unilateralmente, aumentar sua oferta, já que os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) – que desde 2009 vinham produzindo acima de sua meta de 24,8 milhões de bpd de óleo – não alcançaram um consenso sobre a necessidade de um novo teto de produção. A Agência Internacional de Energia (AIE) anunciou a liberação de 60 milhões de barris de seus estoques estratégicos para compensar a redução da oferta, medida só adotada anteriormente duas vezes desde sua criação, em 1974. No último trimestre, o retorno da produção da Líbia superou as expectativas e arrefeceu a pressão sobre os preços.

Em relação à oferta dos países não integrantes da Opep, o crescimento da produção ficou bem abaixo das expectativas dos analistas, prejudicado por restrições à produção no Mar do Norte, pelo alto número de paradas de manutenção não programadas e pelos conflitos em países como o Iêmen e a Síria. Destaque positivo foi o crescimento da produção não convencional *onshore* nos Estados Unidos. Este, somado a problemas logísticos no Meio-Oeste americano, fez com que o WTI, petróleo de referência nos Estados Unidos, fosse negociado com descontos recorde em relação ao Brent, alcançando uma diferença de US$ 29,70/bbl em setembro.

Estratégia Corporativa

A estratégia corporativa contempla a expansão de todos os negócios da companhia e baseia-se nos seguintes fatores de sustentabilidade: crescimento integrado, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental. O programa de investimentos para atingir as metas de crescimento do Plano de Negócios 2011-2015 soma US$ 224,7 bilhões, o que representa uma média de US$ 44,9 bilhões por ano. Desse total, US$ 213,5 bilhões (95%) destinam-se a projetos no Brasil e US$ 11,2 bilhões (5%) a atividades no exterior, com foco nos Estados Unidos, na América Latina e no Oeste da África.

O segmento de Exploração e Produção (E&P) concentra a maior parte dos investimentos. Ao todo, serão US$ 127,5 bilhões – 57% do total aprovado para o período –, dos quais US$ 53,4 bilhões se destinam à exploração e desenvolvimento do Pré-Sal, cuja produção deverá atingir 543 mil bpd de óleo em 2015. O Plano 2011-2015 prioriza a produção doméstica e prevê investimentos em projetos da Cessão Onerosa, somando US$ 12,4 bilhões. A produção total de óleo e gás natural deverá alcançar 3.993 mil boed em 2015, dos quais 3.688 mil boed no Brasil.

O segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) contará com US$ 70,6 bilhões, o equivalente a 31% dos investimentos. Será mantida a estratégia de aumentar a capacidade de refino, para assegurar o abastecimento do mercado nacional de derivados. Os investimentos se concentrarão na melhoria da qualidade dos combustíveis e na modernização e expansão da capacidade do parque de refino. A carga processada de petróleo no Brasil deverá atingir 2.205 mil bpd até 2015, com a entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima e da primeira fase do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), ambas em 2013.

Os investimentos em Gás, Energia e Gás-Química (G&E), de US$ 13,2 bilhões, destinam-se à conclusão da ampliação da malha de transporte de gás natural e à geração de energia termelétrica, além de permitirem o escoamento do gás do Pré-Sal, a conversão do gás natural em ureia, amônia e metanol e a atuação na cadeia de GNL.

O segmento de biocombustíveis receberá US$ 4,1 bilhões: US$ 1,9 bilhão para o negócio de etanol, US$ 1,3 bilhão para a logística de sua distribuição, US$ 0,6 bilhão para o biodiesel e US$ 0,3 bilhão para P&D.

Pela primeira vez, a companhia incluiu em seu Plano de Negócios um programa de desinvestimento, totalizando US$ 13,6 bilhões no período 2011-15. Este programa visa à eficiência na gestão dos ativos da Petrobras e sua rentabilidade.

Investimentos

A Petrobras investiu, em 2011, R$ 72,6 bilhões, concentrados nas atividades exploratórias, de desenvolvimento da produção e em tecnologia. Para reforçar sua atuação como empresa integrada e verticalizada, realizou investimentos na construção de refinarias – a fim de atender ao mercado doméstico – e na cadeia de distribuição.

Do total investido, 47% destinaram-se à área de Exploração e Produção, que alocou 26% para exploração, 62% para o desenvolvimento da produção e 12% em demais investimentos. Estes investimentos visam ao desenvolvimento da produção do Pré-Sal, à manutenção de produção nos campos mais antigos e à infraestrutura logística e tecnológica.

O destaque foi o início da operação, em agosto, da plataforma semissubmersível P-56, no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, que atingirá no primeiro semestre de 2012 sua capacidade máxima de processamento de 100 mil bpd de óleo e 6 milhões de m³/dia de gás.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Em setembro, entrou em operação o gasoduto que liga o Campo de Lula à plataforma de Mexilhão, para o escoamento do gás natural das plataformas destinadas ao desenvolvimento da primeira fase do Pré-Sal da Bacia de Santos. Também foi iniciada a instalação do gasoduto Sul-Norte Capixaba, que ampliará a infraestrutura de escoamento de gás natural, garantindo o incremento da produção de óleo e gás na região do Parque das Baleias, no litoral Sul do Espírito Santo.

Em novembro, chegou ao Rio de Janeiro o navio comprado para a conversão do casco da plataforma FPSO P-74, a primeira destinada aos campos da Cessão Onerosa, no Pré-Sal da Bacia de Santos. Com o mesmo objetivo, outros três navios virão da Malásia em 2012 e 2013. A conversão de todos os cascos (P-75, P-76 e P-77) será realizada pelo Estaleiro Inhaúma, no Rio.

Merecem menção os Testes de Longa Duração (TLDs) de Lula Nordeste e Carioca Nordeste, na Bacia de Santos, e de Aruanã, na Bacia de Campos.

Parte dos investimentos foi destinada às plataformas P-55, P-61 e P-63, que estão em fase de construção e que entrarão em produção nos anos de 2012 e 2013, garantindo o crescimento sustentável da produção.

Os investimentos na área de Abastecimento, responsável pelos segmentos de refino, transporte e comercialização, somaram R$ 27,1 bilhões. Com a crescente demanda do mercado brasileiro, estão sendo construídas quatro novas refinarias (Abreu e Lima, Premium I, Premium II e Comperj), que deverão entrar em produção até 2020, tornando o Brasil autossuficiente na produção de derivados de petróleo.

Foram realizados investimentos em projetos de modernização, conversão e de melhoria de qualidade dos produtos, em especial o desenvolvimento de produtos mais tecnológicos, como o Diesel S-50, de nova geração.

A Transpetro recebeu o navio de produtos Celso Furtado, primeira das 49 embarcações do programa de Modernização e Expansão da Frota, para fortalecimento do sistema logístico.

A área de Gás e Energia absorveu R$ 3,8 bilhões. No segmento de gás natural, foi encerrado o ciclo de investimentos na ampliação da malha de transporte, com a conclusão dos gasodutos Gastau, que ampliou a oferta na Região Sudeste, e Gaspal II e Gasan II, que incrementaram a oferta na região metropolitana de São Paulo. Teve início a implementação do Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia, que dará mais flexibilidade à oferta de gás natural no País. Em julho, a aquisição da Gas Brasiliano Distribuidora (GBD) permitiu ampliar a participação da companhia no mercado paulista.

No segmento de energia, houve a implementação de quatro usinas eólicas em Guamaré-RN, a conversão da UTE Juiz de Fora para bicombustível e o fechamento de ciclo da UTE Luis Carlos Prestes.

No segmento de fertilizantes, investiu-se na instalação da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III), no Mato Grosso do Sul, e na expansão da produção de amônia da Fafen, em Sergipe. Na Fafen da Bahia, concluiu-se a primeira etapa do projeto ARLA 32 (solução de ureia utilizada nos novos veículos pesados a diesel para redução de emissões).

Com o objetivo de manter a liderança no País e fazer da marca Petrobras a preferida dos consumidores brasileiros, a área de Distribuição investiu R$ 1,1 bilhão, aplicados, principalmente, na ampliação da capacidade logística para suportar o crescimento do mercado doméstico.

Os recursos direcionados para Biocombustíveis somaram R$ 0,5 bilhão. Deste total, 78% foram investidos no segmento de etanol com o objetivo de aumentar a oferta deste produto, visando a um ganho de participação de mercado da Petrobras Biocombustíveis e seus parceiros. O segmento de biodiesel recebeu 22% dos recursos, dando prosseguimento ao plano de ampliar a capacidade instalada.

A área Internacional investiu R$ 4,4 bilhões. A maior parte dos recursos, 89%, foi destinada à exploração e produção com foco no Golfo do México e na Costa Oeste da África. Com sua liderança global em operações em águas profundas, a Petrobras usa a experiência e a tecnologia que desenvolve no Brasil em oportunidades no exterior.

Os investimentos corporativos referem-se a edifícios e instalações administrativas, tecnologia da informação e telecomunicações, softwares, entre outras atividades não operacionais.

Desempenho das ações

O ano de 2011 foi marcado por incertezas externas causadas pela crise fiscal de diversos países europeus e lenta recuperação da economia norte-americana. Nos Estados Unidos, apesar de grande instabilidade durante todo o ano, o índice Dow Jones fechou com valorização de 5,53%. Já na Europa, as principais bolsas apresentaram expressiva queda no ano. O Ibovespa acompanhou o mercado europeu e encerrou o período com baixa de 18,11%, aos 56.754 pontos.

As ações da companhia seguiram a volatilidade e incerteza do cenário econômico mundial e fecharam o ano em queda. No Brasil, as ações ordinárias (PETR3) caíram 24,71%, e as preferenciais (PETR4), 21,25%. Na Bolsa de Nova York (Nyse), onde se negociam os recibos ordinários (PBR) e preferenciais (PBR/A), a desvalorização foi de 34,31% e 31,23%, respectivamente. Com a queda das cotações, a Petrobras encerrou 2011 com valor de mercado de US$ 158 bilhões.

Governança Corporativa

A Petrobras aprimora constantemente suas práticas de governança corporativa e seus instrumentos de gestão. Por ser uma companhia de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BM&FBovespa. No exterior, cumpre as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da Nyse, nos Estados Unidos; do Latibex da Bolsa de Madri, na Espanha; e da Bolsa de Comércio de Buenos Aires e da Comisión Nacional de Valores (CNV), na Argentina.

A estrutura de governança corporativa da Petrobras é composta por: Conselho de Administração e seus comitês, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Ouvidoria Geral, Comitê de Auditoria, Comitê de Negócios e Comitês de Integração.

O Conselho de Administração aprimorou os instrumentos de governança, formalizando, em seu Regimento Interno, a prática de sessão executiva nas reuniões do Conselho e a inclusão dos critérios de avaliação de desempenho do colegiado. Foi aprovada também a inclusão de item sobre avaliação de desempenho da Diretoria Executiva, em seu Regimento Interno.

Em 2011, foi assegurado aos empregados o direito de indicar um membro do Conselho de Administração, a ser votado por seus pares, obedecendo ao regulamento eleitoral. Foi aprovado também o Regulamento da Auditoria Interna, com normas, diretrizes e princípios específicos para a unidade.

A companhia desenvolveu programas de treinamento em governança corporativa e societária, voltados para dirigentes, gestores e conselheiros fiscais e de administração da Petrobras nas sociedades do Sistema. Foram realizadas palestras – sobre os temas Empresas Estatais, Responsabilidades dos Administradores e Gestão de Riscos Corporativos – e desenvolvidos programas de capacitação com o objetivo de promover a conscientização e a difusão das melhores práticas adotadas no Brasil e no exterior.

Controles internos

A Petrobras, a Petrobras International Finance Company (PifCo) e a Petrobras Argentina concluíram suas Certificações de Controles Internos do exercício de 2010, em atendimento à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e à Instrução CVM 480/09. Os relatórios financeiros consolidados foram certificados, sem ressalvas, pelos auditores independentes, repetindo o êxito alcançado nos exercícios anteriores.

Essas certificações são planejadas e operacionalizadas pela área corporativa de Controles Internos da Petrobras e contemplam os principais processos da controladora, assim como os das subsidiárias e controladas que se enquadrem na categoria de relevantes, de acordo com os quesitos da SOX/CVM e suas regulamentações. A supervisão dos trabalhos é uma atribuição dos Comitês Corporativos da Diretoria Financeira e do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração.

O processo de certificação anual está estruturado em três etapas: avaliação dos controles em nível de entidade (*entity level*) para diagnosticar o ambiente de governança corporativa; autoavaliação, pelos gestores, do desenho de processos empresariais e dos controles internos; e teste dos referidos controles pela Auditoria Interna.

Informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa pelo auditor independente – Instrução CVM 381/2003

A Petrobras utiliza instrumentos de gestão empresarial pautada em seu código de Ética, Código de Boas Práticas e Diretrizes de Governança Corporativa.

O Estatuto Social da companhia, no artigo 29, determina que os auditores independentes não poderão prestar serviços de consultoria à Petrobras durante a vigência do contrato de auditoria.

A Petrobras contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de Serviços Técnicos Especializados em Auditoria Contábil nos exercícios sociais de 2006, 2007, 2008, desde abril de 2006.

Em abril de 2009 o contrato foi prorrogado por mais dois anos, para os exercícios de 2009 e 2010.

Em abril de 2011 o contrato foi prorrogado por mais um ano para prestação de Serviços Técnicos Especializados em Auditoria Contábil do exercício de 2011.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Durante o exercício de 2011, a KPMG Auditores Independentes prestou os seguintes serviços para a Petrobras e suas subsidiárias e controladas

	R$ Mil
Auditoria Contábil	24.879
Auditoria SOX	2.659
Serviços adicionais relacionados à auditoria	1.446
Outros	100
Total dos serviços	29.084

Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos da Petrobras é exercida pela Diretoria Executiva, com base em políticas e diretrizes específicas.

Riscos de mercado

A Petrobras está exposta a uma série de riscos, principalmente os decorrentes de eventuais variações nos preços de petróleo e derivados e nas taxas cambiais ou de juros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou seus lucros e fluxos de caixa futuros.

A companhia adota uma filosofia de gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio –, mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis proteções naturais. São preferidas ações estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento do uso de instrumentos financeiros derivativos.

Seguros

Por meio da compra de seguros, a Petrobras transfere ao mercado segurador os riscos que podem gerar prejuízos significativos à companhia e aos que devem ser obrigatoriamente segurados, por disposição legal ou contratual. Por sua capacidade de assumir parcela expressiva de riscos, a Petrobras contrata franquias que podem chegar a US$ 60 milhões. A maior parte da malha de dutos em território brasileiro e os riscos relacionados a lucros cessantes – decorrentes de algum sinistro – e ao controle de poços não são segurados. Plataformas, refinarias e outras instalações são cobertas por apólices de riscos operacionais e de petróleo. A movimentação de cargas é protegida por apólices de transporte, e as embarcações, por seguro de casco e máquinas. Responsabilidade civil e poluição ambiental têm apólices específicas.

Os projetos e as instalações em construção com potencial de dano máximo provável superior a US$ 60 milhões são cobertos contra riscos de engenharia por seguros contratados pela própria Petrobras, preferencialmente, ou pelas empreiteiras. Com os investimentos previstos no Plano de Negócios 2011-2015, espera-se um aumento significativo no volume de prêmios pagos pela contratação de seguros para cobrir os riscos associados aos novos empreendimentos. Para fazer face a essa demanda, a Petrobras conta com duas apólices de seguro guarda-chuva, que cobrem os riscos de engenharia, uma para os projetos em terra, outra para os *offshore*.

Na contratação dos seguros, os ativos são avaliados a partir do seu custo de reposição. O limite máximo de indenização (LMI) da apólice de riscos operacionais é de US$ 1,2 bilhão. No caso da apólice de riscos do petróleo, o limite chega a US$ 2,3 bilhões e corresponde ao maior valor de reposição das plataformas da Petrobras. Em 2011, o prêmio final das principais apólices da companhia (riscos operacionais e de petróleo) totalizou US$ 51 milhões, para um valor segurado dos ativos de US$ 101 bilhões.

Crédito

A política de crédito adotada pela Petrobras para concessão e revisão dos créditos de seus clientes segue as diretrizes da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). Depois de analisados, os créditos são aprovados pelas Comissões de Crédito ou, em instância superior, pelas diretorias financeiras e de contato com os clientes. O volume de crédito concedido vem crescendo a cada ano, acompanhando a expansão da companhia e permitindo o incremento de vendas com o menor risco possível, especialmente no exterior.

O controle da utilização do crédito, dentro e fora do País, é centralizado, e os processos de controle e concessão de créditos são aprimorados constantemente, de modo a oferecer suporte ao desempenho cada vez mais sustentável da atividade comercial. Com isso, a companhia aproxima-se mais de seus clientes e amplia o uso do crédito como instrumento comercial.

Financiamentos

Financiamentos corporativos

A Petrobras realizou captações para manter o grau de liquidez necessário à execução de seu plano de investimentos. O reconhecimento da qualidade do crédito da companhia por bancos, agências oficiais de crédito (*Export Credit Agencies – ECAs*) e investidores refletiu-se em custos e prazos favoráveis ao financiamento de suas atividades.

No mercado de capitais internacional, foram emitidos bônus no total de US$ 9,6 bilhões; no mercado bancário, as captações somaram US$ 1,64 bilhão no exterior e US$ 1,38 bilhão no Brasil. Também foram feitas operações de administração de passivos de US$ 509 milhões, com o objetivo de alongar o perfil de endividamento da companhia. Nos financiamentos pelas *ECAs*, a companhia captou US$ 1,39 bilhão.

Financiamentos estruturados

Complexo Suape: Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) e Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) – Visando à construção das plantas de PET (resina de polietileno tereftálico) e de POY (filamentos têxteis de poliéster), a Citepe contratou financiamentos – linhas de crédito de R$ 561 milhões, e a PetroquímicaSuape, R$ 605 milhões.

Refinaria Alberto Pasqualini (Refap S.A.) – A Refap contratou financiamentos – linhas de crédito de R$ 1,11 bilhão, para a construção de uma unidade de hidrotratamento.

A Petrobras contratou com o BNDES um financiamento – linhas de crédito de R$ 1,02 bilhão, para cobrir investimentos na plataforma fixa PMXL-1.

Financiamentos a fornecedores e clientes

A política de fomento aos fornecedores teve continuidade com o Programa de Recebíveis e de Participação, o Programa de Financiamento aos Clientes e o recém-lançado Programa Progredir.

O lançamento, em junho, do Programa Progredir foi o evento mais importante no que tange ao fomento da cadeia de fornecedores da Petrobras. O programa visa viabilizar a obtenção de capital de giro pelas empresas fornecedoras de bens e de serviços da companhia e por seus respectivos fornecedores, a um custo mais barato, visto que o risco de crédito assumido pelos bancos é o risco da Petrobras. Até 31 de dezembro, 157 empresas haviam tomado 254 financiamentos, no montante de R$ 1,024 bilhão.

O Programa de Recebíveis se consolidou a partir do desenvolvimento e acompanhamento dos Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios (FIDCs). Com o apoio da Petrobras, as instituições que operam no mercado de capitais estruturaram os fundos, oferecendo taxas inferiores às praticadas no mercado bancário. Foram implementados oito FIDCs, pondo à disposição dos fornecedores R$ 1,1 bilhão, dos quais R$ 70 milhões já aportados pela companhia.

O Programa de Participação destina-se ao fortalecimento econômico-financeiro da cadeia produtiva, com foco em empresas que tenham dificuldade de obtenção de financiamento para assumir contratos com a Petrobras. O aporte direto de patrimônio aos fornecedores da cadeia de óleo e gás é realizado por meio da estruturação de Fundos de Investimento em Participações (FIP). Os três FIPs em operação somaram em 2011 um Patrimônio Líquido (PL) de R$ 1,6 bilhão. Esses investimentos proporcionam o aumento da capacidade operacional e tecnológica das empresas e do nível de suas garantias.

O Programa de Financiamento a Clientes visa melhorar a administração do fluxo de caixa dos clientes da companhia. Baseia-se em FIDC, que atua como intermediário entre os clientes e a Petrobras. O fundo paga à Petrobras à vista e recebe dos clientes a prazo. Assim, os pagamentos das compras dos clientes são feitos no tempo previsto, sem impacto no caixa da companhia. Foi estruturado, este ano, o primeiro FIDC voltado ao financiamento de clientes, no caso a Braskem, com um volume disponível de R$ 1 bilhão.

Recursos Humanos

Em seus 58 anos de existência, a Petrobras sempre foi reconhecida pela valorização de seus empregados e pela identificação dos brasileiros com os valores da companhia. Sob vários aspectos, 2011 foi especial para sua gestão de pessoas.

Em pesquisa realizada pelo jornal Valor Econômico e pela consultoria Aon Hewitt, pela quarta vez consecutiva a Petrobras aparece no topo do *ranking* das empresas "mais desejadas" para se trabalhar. Também se manteve no segundo lugar na pesquisa Empresa dos Sonhos dos Jovens, da Cia. de Talentos, ficando entre as dez primeiras escolhas pela oitava vez seguida.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Pelo sexto ano consecutivo, a Petrobras se manteve na lista das empresas mais sustentáveis do mundo, segundo os critérios do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), e a gestão do capital humano teve papel importante nessa conquista.

Evolução do efetivo

O Sistema Petrobras encerrou o ano com 81.918 empregados, tendo aumentado 1,8% seu efetivo em relação a 2010. Em virtude da expansão dos negócios, foram realizados dois processos seletivos para a Petrobras Controladora, com cerca de 217 mil candidatos inscritos e 2.406 admitidos.

Benefícios

A Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) deu cobertura a 272 mil beneficiários em aproximadamente 23 mil pontos de atendimento. O gasto da Petrobras com consultas, exames e internações foi de R$ 814 milhões.

Foram aplicados R$ 151,8 milhões em benefícios educacionais, contemplando 20.677 empregados com a concessão do auxílio a 29.443 dependentes.

Custo de pessoal

O custo de pessoal é composto pela remuneração fixa dos empregados (salários, vantagens, adicionais e encargos) e pelas despesas referentes aos benefícios educacionais, de previdência complementar e AMS. Em 2011, esse gasto atingiu R$ 14,6 bilhões na controladora, 18,3% superior ao do ano anterior. Contribuíram para esse aumento o reajuste salarial, com ganho real para os empregados de até 3,25%, a expansão do efetivo e o crescimento da folha de pagamento, em virtude de anuênios e progressão na carreira. No Sistema Petrobras, o custo total de pessoal foi de aproximadamente R$ 18,5 bilhões.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

Foram investidos R$ 207,5 milhões em desenvolvimento dos profissionais, resultando em uma média de 89,2 horas de treinamento por empregado em aproximadamente 227 mil participações em cursos de educação continuada, no País e no exterior, e em formação de novos empregados. No Brasil, os investimentos alcançaram R$ 185,6 milhões.

Com o intuito de fomentar a mão de obra para a indústria de óleo, gás, energia e biocombustíveis, os convênios estabelecidos pelo Programa Petrobras de Formação de Recursos Humanos (PFRH) permitiram destinar recursos da Participação Especial para a concessão de bolsas de estudo a cursos ligados à carreira da indústria de óleo e gás. Tais recursos estão previstos na cláusula de pesquisa e desenvolvimento dos contratos de concessão celebrados entre Petrobras e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O programa, iniciado em 2010, contempla 34 instituições participantes, com investimentos superiores a R$ 200 milhões e 11 mil bolsistas em cursos de nível técnico e superior, para graduação, mestrado, doutorado e pesquisador visitante.

Também teve continuidade o projeto Profissões de Futuro (www.profissoesdefuturo.com.br), cujo objetivo é despertar nos estudantes do último ano dos níveis fundamental e médio o interesse pelas carreiras técnicas da indústria de óleo e gás.

Foi criado o Programa Atração de Talentos, de estímulo aos estudantes universitários à participação nos processos seletivos da companhia. Com palestras em diversas instituições de ensino e em eventos para estudantes, empregados da Petrobras apresentaram aos jovens as diversas oportunidades de carreira, em face dos desafios oriundos do Plano de Negócios da Petrobras.

Atenta também à necessidade de mão de obra qualificada em sua cadeia de fornecedores, a Petrobras coordena, junto com o Governo Federal e outras entidades, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP). Estruturado em 2006, o programa capacita, por meio de cursos gratuitos, milhares de profissionais, em todos os estados do País. Até 2011, o Prominp qualificou cerca de 80 mil pessoas, em 185 categorias profissionais, atendendo 17 estados do Brasil, com investimentos de R$ 220 milhões da Petrobras.

NEGÓCIOS

Exploração e Produção

Um ano para comemorar. Assim foi 2011, com descobertas de jazidas, implantação de novos projetos, ampliação da infraestrutura para escoamento de gás e aumento da produção de óleo e gás, inclusive no Pré-Sal. Foram contratadas sondas de perfuração e plataformas de produção e garantidas novas reservas.

Exploração

Em 2011, a Petrobras consolidou o sucesso da atividade exploratória nas seções Pré-Sal e pós-sal das bacias sedimentares brasileiras, em especial as do Sul e do Sudeste (Espírito Santo, Campos e Santos). Além disso, avançou nas atividades relativas aos Planos de Avaliação de Descoberta (PAD) nestas bacias, confirmando as avaliações iniciais das descobertas anteriores, sobretudo as de 2010. Este sucesso vem fortalecendo os alicerces para que a produção de petróleo no Brasil continue sua trajetória de crescimento, com sustentabilidade, ao longo das próximas décadas.

Foram perfurados 123 poços exploratórios, dos quais 76 em terra e 47 no mar – destes, 17 tiveram como objetivo o Pré-Sal. O índice de sucesso exploratório foi de 59%.

BACIA DE CAMPOS

Dois novos poços exploratórios resultaram nas acumulações de Forno e Guanabara, a primeira no Pré-Sal do campo de Albacora, e a segunda, no pós-sal, 70 km a sudoeste do campo de Jubarte. A perfuração do prospecto Gávea – 110 km a leste dos campos de Maromba e Papa Terra, no sul da bacia, em lâmina d'água de 2.708 m – resultou em mais uma descoberta no Pré-Sal. O consórcio é formado pela Repsol/Sinopec (operadora, com 35%), a Petrobras (30%) e a Statoil (35%).

BACIA DE SANTOS

As descobertas não se limitaram ao Pré-Sal. Em novembro, próximo às áreas de Tiro e Sídon, houve a descoberta, no prospecto Patola, de uma acumulação no pós-sal, que contribui para consolidar um novo polo de produção na porção sudoeste desta bacia.

No Pré-Sal, a perfuração do prospecto Abaré – no bloco BMS-9, o mesmo que contém a acumulação de Carioca – resultou em descoberta que pode elevar o potencial da área. Está prevista a realização de um teste de formação no poço para avaliar a produtividade dos reservatórios.

Em fevereiro, iniciou-se o plano de avaliação da área de Carioca. Dos três poços de extensão programados, o Carioca Nordeste já foi perfurado e o Sela teve início em dezembro. Um Teste de Longa Duração (TLD) no Carioca Nordeste indicou potencial de produção de 28 mil barris/dia.

Em dezembro, a perfuração do segundo poço de extensão no PAD de Guará – que confirmou a continuidade da acumulação no Pré-Sal – e a conclusão do TLD no poço descobridor permitiram a declaração de comercialidade da área, dando origem ao campo de Sapinhoá.

BACIA DO ESPÍRITO SANTO

Entre maio e agosto, a perfuração dos prospectos Brigadeiro, Pé de Moleque e Quindim, em lâmina d'água de 1.900 m, resultou nas descobertas de três acumulações no pós-sal. Elas estão localizadas a cerca de 45 km a leste do campo de Golfinho e, juntamente com a área de Cocada (descoberta em 2010), vêm consolidando a área denominada Parque dos Doces, em que a Petrobras detém 65% da concessão.

O consórcio formado pela Petrobras (88,1%) e pela Repsol/Sinopec (11,9%) descobriu gás com a perfuração do prospecto Malombe, cerca de 20 km a sudeste dos campos de Peroá e Cangoá. Será dada continuidade à exploração, com a proposta de perfuração de dois outros poços.

Concessões

Não houve rodada de licitações da ANP em 2011, mas a Petrobras aumentou sua participação em alguns contratos por meio de operações de *farm-in* nos blocos sob concessão e fez as devoluções de blocos previstas. Com isso, o portfólio da companhia conta com 132 contratos de concessão, totalizando 119.132 km² distribuídos em 194 blocos exploratórios, dos quais 31.068 km² correspondem a 51 planos de avaliação de descoberta.

Produção

A Petrobras iniciou a operação de cinco projetos de produção de óleo: a plataforma P-56 (módulo 3 do campo de Marlim Sul) e quatro TLDs, que, aliados ao aumento de produção resultante da interligação de novos poços em diversas plataformas (P-48, P-57, FPSO-Capixaba, FPSO Cidade de Angra dos Reis), compensaram o declínio natural e garantiram à companhia um aumento de 1% na produção nacional de óleo e líquido de gás natural (LGN). A produção em 2011 atingiu 2.022 mil bpd.

O projeto Varredura – implementado na Bacia de Campos em 2009, com o objetivo de identificar oportunidades exploratórias em áreas próximas aos campos e infraestrutura existentes – também

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

deu excelentes resultados, atingindo produção média de 125 mil bpd em 2011. Esta produção veio das descobertas realizadas em 2010 nos prospectos Brava, Carimbé e Tracajá, todas no Pré-Sal, respectivamente nas concessões de Marlim, Caratinga e Marlim Leste; e Jabuti e Aruanã, no pós-sal.

Em fevereiro, teve início o TLD de Sídon, através da plataforma SS-11, que estava instalada na locação de Tiro para a realização do TLD, iniciado em 2010. As jazidas de Tiro e Sídon localizam-se em águas rasas no pós-sal da porção sul da Bacia de Santos.

Em abril, começou o TLD da área de Lula Nordeste, na Bacia de Santos, no antigo bloco exploratório BM-S-11 do Pré-Sal, a cerca de 300 km da costa do Rio de Janeiro. O teste foi realizado pelo FPSO BW Cidade de São Vicente, ancorado a 2.120 m de profundidade. A Petrobras é a operadora, com 65% de participação, no consórcio do qual também participam o BG Group (25%) e a Galp Energia (10%). As informações obtidas neste teste subsidiarão os estudos para o desenvolvimento do segundo sistema piloto de produção, a ser instalado na área de Lula Nordeste.

Em junho, foi iniciado o TLD de Aruanã, no pós-sal da porção sul da Bacia de Campos, através do poço 1-RJS-661, interligado ao FPSO Cidade de Rio das Ostras. O bloco exploratório (C-M-401) está localizado entre os campos de Pampo e Espadarte, entre 350 m e 1.500 m de lâmina d'água. As informações obtidas subsidiarão os estudos para melhor caracterização da rocha-reservatório, dos fluidos e do potencial produtivo das acumulações de petróleo no bloco.

Em agosto, entrou em produção, no campo de Marlim Sul, a plataforma semissubmersível P-56, projetada para processar 100 mil bpd e instalada em lâmina d'água de 1.670 m. A construção dos módulos integrados (*topside*) da P-56 apresentou elevado índice de conteúdo local (73%). O casco foi construído integralmente no Brasil, o que demonstra capacidade da indústria nacional para atender às encomendas da Petrobras.

Em outubro, a companhia iniciou mais um TLD, na área de Carioca Nordeste, através do FPSO *Dynamic Producer*, o mesmo que realizou o TLD de Guará, também no BM-S-9. O poço foi perfurado em lâmina d'água de 2.151 m, a 275 km da costa de São Paulo. A estimativa é de que o sistema opere por cerca de seis meses. A Petrobras detém 45% dos interesses da área. Os demais parceiros do consórcio são o BG Group, com 30%, e a Repsol, com 25%.

Produção de Gás Natural

A produção de gás natural totalizou 56,4 milhões de m³/dia – um aumento de 6,2% em relação ao ano anterior –, em decorrência do bom desempenho dos campos de Canapu, Cachalote, Baleia Franca e Peroá e do início do escoamento de gás da P-57 no Parque das Baleias, no Espírito Santo. Além disso, o término da adequação da Unidade de Processamento de Gás da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) possibilitou o incremento da produção do campo de Lagosta, na Bacia de Santos.

Em abril, a Petrobras iniciou a produção da plataforma fixa de Mexilhão (PMXL-1), instalada na Bacia de Santos, a 137 km da costa, em lâmina d'água de 172 m. Com 227 m, sendo 182 m de jaqueta, a PMXL-1 é a mais alta plataforma fixa da companhia e tem capacidade de produção de 15 milhões de m³/dia de gás natural.

Dando continuidade aos projetos previstos no Plangás na Bacia de Santos, iniciou-se o escoamento do gás dos campos de Uruguá e Lula, o que confirma a trajetória ascendente da oferta do produto para atender à demanda do mercado.

Merece destaque, ainda, a elevação significativa da entrega de gás ao mercado na Região Norte, com a progressiva conversão das térmicas a diesel e óleo para gás natural.

Custos de Extração

Em 2011, o custo médio de extração, sem participação governamental, foi de US$ 12,59/boe – um aumento de 26% em relação ao ano anterior, devido ao maior número de intervenções em poços. Com participações governamentais, o custo de extração chegou a US$ 32,52/boe – 32% acima do verificado em 2010, influenciado, principalmente, pela elevação do preço médio de referência do petróleo nacional.

Em reais, o custo médio de extração foi de R$ 21,19/boe, superior em 21% a 2010. Incluídas as participações governamentais, atingiu R$ 55,04 – 27% acima do exercício anterior, novamente influenciado pelo crescimento de 33% no preço médio de referência do petróleo nacional, em reais.

Pré-Sal

As expectativas para o Pré-Sal começaram a se tornar realidade em 2011, especialmente devido ao início da produção comercial do Piloto de Lula, que confirmou o Polo Pré-Sal da Bacia de Santos como nova fronteira petrolífera, com alta produtividade.

No Pré-Sal, o índice de sucesso exploratório permanece elevado, tendo sido perfurados 37 poços em 2011, todos encontrando a presença de hidrocarbonetos. Com a descoberta de Franco, Carioca Nordeste e Macunaíma, foram concluídas as perfurações de 35 poços nas áreas licitadas, um poço na Cessão Onerosa e mais um para a ANP. Nestas atividades, utilizaram-se dez sondas de perfuração. Em 2012, a previsão é de que outras nove iniciem operação na área.

O primeiro Projeto de Antecipação de Produção de 2011 teve início em fevereiro, no poço 6-MLL-70, no reservatório de Tracajá – campo de Marlim Leste, na Bacia de Campos. Em abril, começou o Projeto de Antecipação de Produção da área de Brava, no campo de Marlim.

Ainda em abril, começou o TLD de Lula Nordeste, utilizando o FPSO Cidade São Vicente, que atingiu a produção de 14,4 mil bpd em julho.

O poço 9-RJS-660 do Piloto de Lula, o primeiro a produzir comercialmente no Pré-Sal da Bacia de Santos, registrou o maior volume de produção da Petrobras em maio, alcançando a média de 28.436 bpd. O poço está interligado ao FPSO Cidade de Angra dos Reis e é o primeiro dos seis poços de produção a serem conectados ao FPSO. Considerando-se a produção de óleo e de gás natural, o volume foi de 36.322 boed, o que confirma o alto potencial dos reservatórios do Pré-Sal brasileiro. Em abril, foi feita a conexão do primeiro poço injetor de gás.

Em setembro, entrou em operação o gasoduto Lula-Mexilhão, que viabiliza o escoamento do gás natural das plataformas destinadas ao desenvolvimento da primeira fase do Pré-Sal da Bacia de Santos e dá mais flexibilidade ao suprimento de gás para o mercado nacional. Com capacidade para escoar até 10 milhões de m³/dia, o gasoduto transporta o gás produzido no Piloto de Lula, ligando a plataforma Cidade Angra dos Reis à de Mexilhão. O gasoduto será usado também para escoar o gás natural produzido nos pilotos de Sapinhoá e Tupi Nordeste, que entrarão em operação, respectivamente, em 2012 e 2013.

Em outubro, começou o TLD de Carioca Nordeste, no FPSO *Dynamic Producer*, que produziu 22 mil bpd em dezembro.

Nos últimos meses do ano, entraram em operação mais dois poços produtores no Piloto de Lula. Com isso, o Pré-Sal, considerando as bacias de Santos e de Campos, atingiu uma produção (parcela Petrobras) de 133,1 mil bpd em dezembro, o que representava 6,6% da produção nacional da companhia.

Vale destacar o afretamento de duas plataformas do tipo FPSO para os projetos-pilotos da área de Sapinhoá Norte e Cernambi, ambos no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos. A decisão estratégica dos consórcios visa antecipar a produção dessas áreas, cujos testes iniciais de vazão apresentaram bons resultados. Cada um dos FPSOs terá capacidade de produzir até 150 mil bpd, e 6 e 8 milhões de m³/dia de gás respectivamente. A previsão é de que entrem em operação em 2014.

Planejamento Integrado do Pré-Sal

Para que a Petrobras se planeje de forma integrada para os impactos advindos do desenvolvimento do Pré-Sal, foi estruturado o Plano Diretor do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos (Plansal), com participação de diversas áreas corporativas e de negócios da companhia.

Em abril, a projeção feita na revisão anual do Plansal indicou que os investimentos necessários ao desenvolvimento da área serão menores que os previstos nos planos anteriores. O esforço de otimização de custos realizado permitiu uma redução de 45% em relação ao Plano Diretor original, de 2008, e de cerca de 32% em relação ao de 2010. Este resultado é decorrente do aumento da produtividade dos poços (de 12 mil bpd para 20 mil bpd) e da redução de 34% no tempo de perfuração.

Até 2015, os investimentos da Petrobras para o desenvolvimento dos projetos do Pré-Sal deverão alcançar US$ 53,4 bilhões. Com esse esforço, espera-se ultrapassar, em 2017, a meta de produção de 1 milhão de bpd da Petrobras e parceiros, anteriormente divulgada.

Sondas de Perfuração

A Petrobras tem adotado uma estratégia de antecipação de suas demandas, estímulo à construção de novos equipamentos e contratação de longo prazo.

Em 2011, uma unidade flutuante de lâmina d'água rasa encerrou o contrato e entraram em operação 11 sondas de perfuração marítimas, sendo seis para operar em lâmina d'água acima de 2 mil m – outras três estavam em teste de aceitação no fim do ano. Foi aprovada a contratação para construção e afretamento do primeiro lote de sete novas sondas de perfuração marítima, que atenderão ao programa de perfuração de longo prazo. Esse lote faz parte dos processos de licitação destinados à contratação de até 28 sondas de perfuração que serão construídas no Brasil para operar em lâmina d'água de 3 mil m.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Em 2012, a companhia receberá 16 sondas de perfuração, sendo 14 sondas flutuantes para operar em lâmina d'água acima de 2 mil m e duas *jack-ups*.

Reservas Provadas

As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras no Brasil atingiram 15,706 bilhões de boe em 2011 pelo critério ANP/SPE, um aumento de 2,8% em relação ao ano anterior. Foi apropriado 1,242 bilhão de boe em reservas e produzidos 819 milhões de boe, incorporando às reservas provadas da companhia 423 milhões de boe.

Com essa incorporação, o Índice de Reposição de Reservas (IRR) foi de 152%, o que significa que para cada barril de óleo equivalente produzido no ano foi acrescentado 1,52 barril de óleo equivalente às reservas. O indicador Reserva/Produção (R/P) aumentou para 19,2 anos.

Entre as principais apropriações em 2011, estão:
- Descoberta de Sapinhoá, Pré-Sal da Bacia de Santos;
- Descobertas de Tiziu e Patativa, no Rio Grande do Norte e Ceará, e Tapiranga Norte, na Bahia;
- Descobertas no campo de Albacora, na Bacia de Campos;
- Ações de gerenciamento de reservatórios.

Projetos e TLDs para 2012

Principais sistemas que entrarão em produção:

- **Baleia Azul** – A 85 km do litoral sul do Espírito Santo, na porção Norte do Pré-Sal da Bacia de Campos, o FPSO Cidade de Anchieta tem capacidade para produzir até 100 mil bpd de óleo e 3,5 milhões de m³/dia de gás;
- **Tiro e Sídon** – Localizado em águas rasas da Bacia de Santos, com capacidade de 80 mil bpd de óleo e 2 milhões de m³/dia de gás, o FPSO Cidade de Itajaí será instalado em lâmina d'água de 270 m;
- **Gasoduto Sul/Norte Capixaba** – A construção do gasoduto marítimo GSNC, que irá interligar as porções sul e norte do Espírito Santo, escoará o gás do Pré-Sal do Parque das Baleias até Camarupim, para que seja processado na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC);
- **Piloto de Sapinhoá (antigo Guará)** – Situado no Pré-Sal da Bacia de Santos, o FPSO Cidade de São Paulo terá capacidade de tratamento de óleo de 120 mil bpd e de processamento de gás natural de 5 milhões de m³/dia.

Serão realizados ainda quatro TLDs no Pré-Sal da Bacia de Santos, utilizando os FPSOs Cidade de São Vicente e *Dynamic Producer:* Lula (área de Iracema), Sapinhoá (área Norte), Lula (área de Tupi Alto) e Franco. No pós-sal da Bacia de Campos serão feitos dois TLDs (Oliva e Espadarte), com o FPSO Cidade de Rio das Ostras.

Refino e Comercialização

Refino

Em 2011, as 12 refinarias da Petrobras no Brasil processaram 1.862 mil bpd de carga fresca, com utilização média de 92% da capacidade, e produziram 1.896 mil bpd de derivados. Do volume total do petróleo processado, 82% foram provenientes de campos brasileiros.

Ao longo do ano, foram realizadas paradas programadas para manutenção nas refinarias Presidente Bernardes (RPBC), Landulpho Alves (RLAM), Duque de Caxias (Reduc), Clara Camarão (RPCC), Gabriel Passos (Regap), Lubrificantes do Nordeste (Lubnor) e Paulínia (Replan).

O Programa de Flexibilização do Refino (ProFlex) contribuiu para a redução de importação de 23 milhões de barris de derivados médios.

A produção de gasolina atingiu recordes de modo a atender o expressivo crescimento da demanda nacional e aumentou 12% em relação a 2010.

A produção anual de QAV (querosene de aviação) atingiu 5.395 mil m³, o que representa um aumento de 15,7% em relação a 2010.

A produção de diesel atingiu 43.249 mil m³, representando um aumento de 1,1% em relação a 2010.

Entraram em operação 14 novas unidades previstas nos projetos de modernização do parque de refino: uma de hidrotratamento de Diesel (Recap); duas de hidrotratamento de nafta de coque (RPBC e Regap); três de hidrodessulfurização de nafta craqueada (Regap, RPBC e Reduc); uma de reforma catalítica na Refinaria Henrique Lage (Revap); seis auxiliares (cinco de dietanolamina – Reduc, RPBC, Regap e Repar – e uma geradora de hidrogênio – Recap); e uma cogeradora na Refinaria Capuava (Recap). Todas visam à produção de combustíveis com baixo teor de enxofre e em conformidade com as especificações restritivas que entrarão em vigor nos próximos anos.

Novos empreendimentos

Refinaria Abreu e Lima

A refinaria terá capacidade para processar 230 mil bpd de óleo pesado e produzir até 162 mil bpd de diesel com baixo teor de enxofre (10 ppm), em conformidade com as especificações internacionais. Produzirá também GLP, nafta petroquímica, óleo combustível para navios e coque de petróleo. O início das atividades operacionais está previsto para junho de 2013.

Refinarias Premium

A Petrobras construirá duas refinarias para produzir derivados *premium* (de elevada qualidade e baixo teor de enxofre), otimizando o uso do petróleo nacional. Essas refinarias produzirão basicamente destilados médios, como diesel e querosene de aviação, e coque, que será, em parte, consumido nas próprias unidades, para geração de vapor e energia.

A Premium I será construída em Bacabeira-MA, a cerca 60 km da capital, e terá capacidade para processar até 600 mil bpd de petróleo. Seu objetivo é viabilizar o processamento de petróleo nacional para a produção de diesel S10 ppm tipo Euro V (de elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre) com especificações internacionais. A construção será feita em duas etapas de 300 mil bpd cada, com início das operações em 2016 e 2019. O empreendimento contará também com um terminal portuário para receber, armazenar e expedir granéis líquidos e sólidos.

A Premium II, com início de operação previsto para 2017, será construída em Caucaia-CE e terá capacidade para processar 300 mil bpd de óleo. A refinaria será interligada a um terminal portuário em Pecém, por uma faixa de dutos de 11 km de extensão.

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)

A refinaria do Comperj está sendo construída em Itaboraí-RJ e está programada para operar em duas fases: a primeira, prevista para 2014, com capacidade de processamento de 165 mil bpd de óleo, e a segunda, em 2018, elevando a capacidade para 330 mil bpd de óleo.

Essa refinaria produzirá diesel, GLP, QAV, nafta, óleo combustível, coque e enxofre, a fim de suprir o mercado nacional de derivados combustíveis e fornecer matéria-prima às unidades petroquímicas.

Comercialização

Mercado interno

Como resultado do crescimento econômico do País, a companhia comercializou em 2011, no mercado interno, 2.131 mil bpd de derivados de petróleo, volume 9% superior ao de 2010.

O volume vendido de diesel cresceu 9%, reflexo do aumento do PIB, do bom desempenho do varejo, da maior participação de mercado da Petrobras e do recorde na safra de grãos em 2011. A comercialização de gasolina registrou o mais alto índice de crescimento entre os principais derivados: 24%. As vendas foram impulsionadas, principalmente, pelo aumento da frota de veículos *flex-fuel*, associado à vantagem do preço da gasolina frente ao do etanol.

O GLP teve expansão de 3% nas vendas, enquanto a nafta se manteve estável. Já as entregas de QAV cresceram 12% em função do aumento da oferta de voos das companhias aéreas de médio porte e regionais, do aquecimento da economia e da valorização do câmbio.

As vendas de óleo combustível tiveram queda de 18% devido à concorrência de substitutos, especialmente o gás natural de uso térmico e industrial.

Exportações x importações

As exportações de petróleo atingiram 435 mil bpd, apresentando redução de 12% em relação ao volume de 2010, especialmente em função do processamento de maior volume de óleo nacional no parque de refino brasileiro. Já as vendas de derivados para o mercado externo somaram 217 mil bpd, um aumento de 9%, impulsionado pelo crescimento nas exportações de óleo combustível.

As importações de petróleo ficaram em 362 mil bpd, o que representa um aumento de 15%, e as de derivados somaram 387 mil bpd, um acréscimo de 29%. A importação de derivados claros, sobretudo gasolina e óleo diesel, aumentou devido à expansão do consumo no mercado interno, decorrente da quebra

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

de safra e do aumento do preço do etanol para o consumidor. O volume de diesel importado atingiu 164 mil bpd, 15% superior ao de 2010; e o de gasolina, 43 mil bpd, um aumento de 378%.

O saldo financeiro da balança comercial da companhia em 2011, calculado com base nas exportações e importações de petróleo e derivados, sem considerar gás natural, gás natural liquefeito (GNL) e nitrogenados, apresentou déficit de US$ 4,969 bilhões.

Petroquímica

A atuação da Petrobras nesta área é integrada aos demais negócios da companhia, de forma a ampliar a produção de petroquímicos e de biopolímeros, preferencialmente por meio de participações societárias no Brasil e no exterior.

Expansão da Braskem

A Braskem consolidou sua posição como a maior produtora de polipropileno nos Estados Unidos com a aquisição do negócio deste produto da Dow Chemical: quatro plantas, duas naquele país e duas na Alemanha.

Os ativos nos EUA têm capacidade de produção de 505 mil t/ano, o que representa um aumento de 50% na produção americana da Braskem, totalizando 1,4 milhão de t/ano. A capacidade de produção dos ativos na Alemanha é de 545 mil t/ano.

Em outubro, o BNDES aprovou um limite de crédito de R$ 2,46 bilhões para a Braskem, que usará esses recursos para apoiar o plano de investimentos em Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Em setembro, a Braskem iniciou no México a terraplenagem onde será construído o Complexo Industrial do Projeto Etileno XXI, que produzirá 1,05 milhão de t/ano de polietileno para abastecer, principalmente, o mercado interno mexicano. Resultado de uma *joint venture* – em que a Braskem tem participação de 65% e o grupo mexicano Idesa, de 35% –, o Complexo Industrial custará US$ 3 bilhões e é o principal projeto *greenfield* da Braskem.

Aquisição da Innova

Em março, a Petrobras adquiriu 100% do capital da Innova S.A., antes controlada pela Petrobras Energia Internacional S.A..

Situada no Polo Petroquímico de Triunfo, a Innova é a maior produtora nacional de estirênicos e uma das principais unidades petroquímicas de segunda geração do País. Sua aquisição demonstra a intenção da companhia de realizar investimentos no mercado interno de estirênicos, com expectativa de duplicação da produção da Innova e de sinergias com unidades semelhantes, previstas para o Comperj.

Projetos

Os investimentos no setor petroquímico previstos no Plano de Negócios 2011-2015 somam US$ 3,8 bilhões, equivalentes a cerca de 2% do total a ser realizado pela Petrobras. Além do Comperj, destacam-se:

- **Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) –** Responsáveis pela implementação do Complexo PetroquímicaSuape, produzirão 700 mil t/ano de ácido tereftálico purificado (PTA), 450 mil t/ano de resina PET (polietileno tereftalato) e 240 mil t/ano de polímeros têxteis e filamentos de poliéster.

Ao final de 2011, a unidade de PTA já estava quase concluída e com contratos de suprimento de matérias-primas e insumos assinados. A Citepe já iniciou a comercialização de produto texturizado próprio, atingindo mais de uma centena de clientes.

O Complexo será o maior polo integrado de poliéster das Américas, retomando a produção nacional de PTA e duplicando a oferta de PET no Brasil, além de representar a revitalização do segmento têxtil, devido à oferta interna de fios com boa qualidade e preço competitivo.

Transporte

Transporte e armazenamento

A Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), subsidiária da Petrobras para o segmento de transporte e armazenamento de petróleo, derivados, biocombustível e gás natural, opera 7.179 km de oleodutos, 7.327 km de gasodutos, 48 terminais – 20 terrestres e 28 aquaviários – e 56 navios.

Em 2011, 44,2 milhões de t de petróleo e derivados foram transportados por navio, volume 9,5% inferior ao de 2010. A Transpetro movimentou, em seus oleodutos e terminais, 747 milhões de m³ de líquidos, 6% mais do que o ano anterior, além da média de 51,3 milhões de m³/dia de gás natural, volume 10% inferior ao do ano anterior. O pico de movimentação de gás natural foi de 63 milhões de m³/dia.

Novos navios

O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) prevê a construção de 49 navios, que acrescentarão 4 milhões de toneladas de porte bruto (tpb) à capacidade atual. Também permitirá a incorporação de novas tecnologias às embarcações e foi desenvolvido com base em três premissas: construir os navios no Brasil, alcançar o nível mínimo de nacionalização de 65% (na primeira fase) e 70% (na segunda) e tornar os estaleiros competitivos internacionalmente.

Em 2011, foram concluídos os processos de licitação dos oito navios do tipo Produtos (para transporte de derivados de petróleo, 48 mil tpb) que integram a segunda fase do programa.

O primeiro navio entregue pelo Promef – Celso Furtado, destinado ao transporte de produtos derivados de petróleo, de 48,5 mil tpb – já integra a frota do transporte marítimo. Também foram adicionados à frota três navios contratados, com capacidade total de 272 mil tpb do tipo DP (posicionamento dinâmico).

Foram convertidos para casco duplo quatro navios para abastecer os barcos de apoio da Petrobras nas bacias de Campos e de Santos. Somados aos convertidos em 2010, totalizam sete embarcações para equacionar necessidades logísticas da produção de petróleo.

Para 2012, estão previstos a incorporação de seis embarcações. Deverão ser entregues três dos 20 comboios fluviais contratados pela Transpetro para atender à demanda de transporte de etanol pela bacia hidrográfica do Tietê-Paraná.

Terminais e Oleodutos

Várias ações foram adotadas em 2011 para ampliar a capacidade da Transpetro:

- Aumento da movimentação de petróleo no Oleoduto São Sebastião-Guararema (Osvat) – Responsável pelo abastecimento da Revap e da Replan, aumentará a vazão dos atuais 4.500 m³/h para a média de 5.100 m³/h, com mais duas estações intermediárias no primeiro semestre de 2012;

- Aumento da movimentação de derivados – O Oleoduto São Paulo-Brasília (Osbra) movimentou, em março, 243.957 m³ de gasolina, 10,8% a mais que seu último recorde. No mesmo mês, o Terminal de Guarulhos teve aumento na entrega da gasolina, com a marca de 102.437 m³, superando em 15% o recorde anterior;

- Operações *ship to ship* de petróleo no Terminal Marítimo da Baía de Ilha Grande (Tebig) – Foi desenvolvida uma alternativa de transferência direta de carga entre navios (*ship to ship*), que realiza o transbordo sem a ocupação das instalações dos terminais, aumentando a agilidade e reduzindo custos;

- Apoio nas bases de logísticas portuárias – Em seus terminais aquaviários, a Transpetro passou a operar bases logísticas portuárias para apoio à área de E&P da Petrobras. Essas bases fazem gestão portuária e contratual, armazenagem, unitização e movimentação de cargas, fornecimento de água, fluidos e granéis sólidos para operação com poços e destinação de resíduos.

Operações com Gás Natural

Concluído o ciclo de investimentos na ampliação dos gasodutos, a malha operada e mantida pela Transpetro alcançou 7.327 km. O aumento da capacidade de movimentação é obtido por meio de novas estações de compressão.

Entraram em operação: gasodutos Gaspal II, Gasan II e trecho Caraguatatuba-SDV03 do Gastau e ramais de Lagoa Parda e Catu; estações de compressão de Campos Elíseos, Catu, Taubaté, Coari, Juruana, Prado, Vale do Paraíba, Guararema, Aracruz e Piúma; e pontos de entrega Japeri II, Catu, Candeias-Residual e Veracel.

A Transpetro opera sete plantas de processamento no Terminal de Cabiúnas (Tecab), com capacidade de 19,7 milhões de m³/dia de gás natural e 4,5 mil m³/dia de condensado de gás natural, provenientes da Bacia de Campos. Em 2011, o volume médio processado foi de 11,6 milhões de m³/dia e 1,26 mil m³/dia, respectivamente.

Distribuição

A Petrobras Distribuidora, que completou 40 anos de existência em 2011, é a maior distribuidora de combustíveis do Brasil e chegou ao fim do ano com a marca de 49.100 mil m³ comercializados, volume 6,1% maior que o registrado no mesmo período do ano anterior. Com vendas médias acima de 4 milhões

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

de m³, estabeleceu o recorde de vendas de 4.392 mil m³/mês e manteve a liderança no mercado doméstico de combustíveis, com *market share* anual de 39,2%, equivalente a um crescimento de 0,4 p.p..

Com uma rede de 7.485 postos de serviços e 12 mil consumidores diretos, a empresa obteve uma receita operacional líquida de R$ 74 bilhões e lucro líquido de R$ 1,27 bilhão.

Em linha com a estratégia de manter a liderança no mercado brasileiro de distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis, foram realizados investimentos diretos de R$ 1,157 bilhão no ano de 2011. Desse total, 54,1% (R$ 626 milhões) destinaram-se à manutenção e à ampliação da infraestrutura logística; 13,6% (R$ 157,4 milhões), ao desenvolvimento e à modernização da rede de postos de serviços; 4,7% (R$ 54,4 milhões), à distribuição de gás e à comercialização de energia; 5% (R$ 57,9 milhões), ao segmento de aviação; e 2,3% (R$ 26,6 milhões), ao mercado consumidor. Para a Liquigás – subsidiária para distribuição de gás liquefeito de petróleo – foram destinados 12,5% (R$ 144,6 milhões) para manutenção da infraestrutura de distribuição de GLP. Também foram investidos R$ 53,2 milhões em tecnologia da informação, R$ 17,5 milhões no segmento de produtos químicos e R$ 8,1 milhões no de produtos asfálticos.

Dos investimentos realizados na Petrobras Distribuidora, destacam-se as obras de modernização e ampliação da fábrica de lubrificantes (Duque de Caxias-RJ) e de 18 terminais, 30 estabelecimentos em *pool* e 28 bases de distribuição; o início da construção de duas bases (Cruzeiro do Sul-AC e Porto Nacional-TO); e melhorias, em todo o Brasil, na infraestrutura operacional para a movimentação do diesel S50 (com baixo teor de enxofre), comercializado a partir de janeiro de 2012, e para o envase e distribuição do produto ARLA 32 (uma solução redutora de óxidos de nitrogênio que deve ser utilizada em associação com o diesel S50). Também foram implementadas adequações em mais de 800 postos da rede para viabilizar a comercialização dos novos produtos.

Foram adquiridos equipamentos para aeroportos e *pools*, viabilizando projetos importantes para o aumento de sua capacidade operacional. Na rede de postos de serviços, houve investimento de R$ 131 milhões em obras, equipamentos e adequação de elementos de imagem, além da instalação do Centro Tecnológico de Lubrificação Automotiva Lubrax +.

Outro destaque foi a expansão da rede de gás canalizado no Espírito Santo, com entrada em Linhares e aumento da capacidade de comercialização em Vitória, Vila Velha e Serra. Investiu-se ainda em três projetos de eficiência energética (climatização) e em 25 centrais de geração na ponta (implantação de unidade geradora de energia a biodiesel ou a gás natural para utilização no horário de ponta e/ou emergência, visando reduzir custos), com incremento na carteira de clientes.

Para garantir a liderança no mercado cada vez mais competitivo de distribuição, foi revitalizada a marca Lubrax e mantido o Plano Integrado de Marketing (PIM), com foco na fidelização dos consumidores finais e consequente aumento das vendas.

Gás Natural

Com a conclusão de importantes projetos voltados à infraestrutura de produção e escoamento, a oferta de gás natural, em 2011, superou a de 2010, atingindo 62,0 milhões de m³/dia. A oferta doméstica foi de 33,5 milhões de m³/dia, descontados o gás liquefeito, o gás usado no processo produtivo, a injeção nos poços e as perdas.

Da oferta total de gás natural ao mercado brasileiro, 26,8 milhões de m³/dia foram disponibilizados através do gasoduto Bolívia-Brasil. O volume importado de GNL regaseificado foi de 1,7 milhão de m³/dia.

O aumento do consumo em relação ao ano anterior decorreu principalmente do reaquecimento da economia, refletido na maior demanda industrial.

Transporte de Gás Natural

A malha de gasodutos de transporte do Sistema Petrobras atingiu 9.251 km. Entraram em operação os seguintes dutos:

- **Gastau** – Com 96 km de extensão e capacidade nominal de 20 milhões de m³/dia, transporta o gás processado na Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba, oriundo dos campos de Mexilhão e Uruguá-Tambaú e do piloto de Lula no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, ampliando a oferta na Região Sudeste;
- **Gaspal II** – Com 54,5 km de extensão, ampliou, em conjunto com o Gasan II e a Estação de Compressão de Guararema, a capacidade de transporte do Sistema Guararema-RPBC – de 12 milhões de m³/dia para 17 milhões de m³/dia –, aumentando a oferta para a região metropolitana de São Paulo;
- **Gasan II** – Com 39 km de extensão, integra o conjunto de projetos que ampliou a capacidade de transporte do Sistema Guararema-RPBC de 12 milhões de m³/dia para 17 milhões de m³/dia e permitiu desativar o trecho de 23 km do gasoduto Gasan I;
- **Variante do Nordestão** – Com 31,7 km de extensão, interligou os quilômetros 383,5 e 404 do gasoduto Nordestão e permitiu elevar a pressão máxima operacional admissível do Nordestão, garantindo mais flexibilidade e confiabilidade ao suprimento de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Gás Natural Liquefeito

Em 2011, a Petrobras continuou atuando no mercado de gás natural liquefeito (GNL). Com constante diversificação do portfólio, atingiu a marca de 44 contratos do tipo *Master Sales Agreement* (*MSA*) e, em 2011, realizou 14 operações de compra de cargas – 12 destinadas ao Brasil e duas revendidas no mercado externo. Além disso, efetuou as primeiras operações de reexportação de cargas, tendo exportado duas cargas.

A Petrobras iniciou a implementação do Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia (TRBA), que será construído na Baía de Todos os Santos, e terá capacidade para regaseificar até 14 milhões de m³/dia de gás natural. O TRBA, terceiro terminal instalado no País, entrará em atividade em 2013. O navio regaseificador *Golar Winter* será deslocado do Terminal de Regaseificação da Baía de Guanabara (TRBGUA) para operar no TRBA. Para substituí-lo, foi assinado contrato de afretamento de um navio regaseificador, que está em construção na Coreia do Sul e permitirá utilizar a capacidade plena do TRBGUA, de 20 milhões de m³/dia.

Comercialização de Gás Natural

A Petrobras realizou novas rodadas de leilões eletrônicos para venda de gás natural de curto prazo, com regras aperfeiçoadas em relação às estabelecidas em 2010, conforme editais publicados.

Nesses leilões, as distribuidoras de gás celebraram contratos de curto prazo (quatro meses) para volumes de gás natural em três certames: o primeiro, em março; o segundo, em julho; e o terceiro, em novembro. O volume total comercializado foi de 8 milhões de m³/dia, 8,1 milhões de m³/dia e 8,8 milhões de m³/dia, respectivamente.

Com o objetivo de realocar volumes não consumidos pelo mercado termelétrico, a Petrobras iniciou, em abril, um novo tipo de venda de gás natural: o Mercado Secundário. Esta modalidade de venda, em função da hidrologia favorável e do custo de oportunidade do gás natural, é ofertada a clientes do segmento industrial que não usam o gás natural como principal combustível. Ao final de 2011, existiam nove contratos de fornecimento, totalizando 1,5 milhão de m³/dia, com as companhias CEG, BR-ES, Gasmig e Bahiagás.

Distribuição de Gás Natural

O volume médio de gás natural comercializado pelas distribuidoras em todo o Brasil, em 2011, ficou em 47,5 milhões de m³/dia, com redução de 3% em relação a 2010.

A companhia passou a ter participação em 21 das 27 distribuidoras estaduais de todo o Brasil, com a conclusão da aquisição em julho da concessionária de distribuição de gás natural do noroeste paulista, Gas Brasiliano Distribuidora (GBD). Em relação ao perfil de participação acionária, a Petrobras manteve o padrão de 2010, com percentuais que variam de 24% a 100%.

O consumo não térmico das distribuidoras em que a companhia tem participação aumentou 17% (de 17,3 milhões de m³/dia para 20,3 milhões de m³/dia), e o consumo térmico diminuiu 43% (de 7,4 milhões de m³/dia para 4,2 milhões de m³/dia), totalizando uma redução de 0,8% (de 24,7 milhões de m³/dia para 24,5 milhões de m³/dia).

Energia Elétrica

A Petrobras gerou 653 MW médios para o Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio das 16 UTEs próprias e alugadas que compõem seu parque gerador termelétrico, com capacidade instalada de 5.806 MW.

A menor geração em relação ao ano anterior é resultado das condições hidrológicas extremamente favoráveis no Brasil em 2011, quando os níveis dos reservatórios das hidrelétricas se mantiveram elevados. As usinas da companhia operaram apenas para atender a compromissos de inflexibilidade da venda de energia em leilão, fornecimento de vapor aos clientes, despachos por razão elétrica para o SIN e exportação de energia para a Argentina e o Uruguai.

Projetos em Energia

Com a entrada em operação de novas usinas, incluindo os empreendimentos nos quais a Petrobras tem participação, a capacidade instalada do parque gerador da companhia atingiu 6.533 MW.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Projeto próprio concluído em 2011:

Conversão da UTE Juiz de Fora para Bicombustível (MG) – Conversão para gás natural e etanol da segunda turbina, de 47 MW.

Projetos com participação da Petrobras concluídos em 2011:

UEE Mangue Seco, Cabugi, Potiguar e Juriti (Guamaré-RN) – Construção de quatro usinas eólicas, com capacidade instalada de 26 MW cada.

Energia Eólica

Em 2011, a companhia finalizou a implementação de quatro usinas eólicas em Guamaré-RN: Mangue Seco, Cabugi, Potiguar e Juriti. Esses projetos correspondem a 104 MW de capacidade instalada e 49 MW médios vendidos.

Os contratos de venda de energia oriunda das usinas foram ofertados no primeiro leilão de reserva de energia eólica, em dezembro de 2009, e são válidos por 20 anos. O certame previa que a energia gerada pelas usinas seria disponibilizada para o Sistema Interligado Nacional em 1º de julho de 2012, mas a Petrobras antecipou o cronograma, e todo o parque eólico está em operação comercial desde 1º de novembro de 2011.

Comercialização de Energia

Em 2011, a Petrobras comercializou 2.385 MW médios de energia elétrica no ambiente de comercialização livre (ACL), obtendo uma receita bruta de R$ 2,2 bilhões, deduzidos impostos e custo de liquidação no mercado de curto prazo, gerando um resultado após impostos de R$ 1,4 bilhão.

Fertilizantes

O parque produtor de fertilizantes da Petrobras é formado por duas fábricas, na Bahia e em Sergipe. Os produtos comercializados são ureia, amônia, ácido nítrico, gás carbônico e ARLA 32, cuja primeira venda foi realizada em 2011.

A área teve faturamento recorde de R$ 1 bilhão no ano, 37% acima do resultado de 2010. Foram vendidas 831 mil t de ureia e 241 mil t de amônia. Devido à melhor performance operacional das fábricas, foi alcançado o recorde histórico de produção de amônia, com 733 mil t, além da produção de 836 mil t de ureia, a maior dos últimos 12 anos.

Novos Projetos

A Petrobras está conduzindo a instalação de três novas unidades de fertilizantes e dois projetos de expansão das fábricas existentes. A estimativa de investimentos nesse segmento, no período 2011-2015, é de aproximadamente R$ 9,41 bilhões. Destacaram-se em 2011:

Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (Três Lagoas-MS) – Em fase de execução, disponibilizará 1.223 mil t/ano de ureia e 70 mil t/ano de amônia a partir de 2014;

Expansão da Fafen-SE – Uma planta de sulfato de amônio está em fase de execução para ofertar ao mercado 303 mil t/ano de amônia, a partir do ácido sulfúrico excedente produzido pela Refinaria Abreu e Lima (RNEST). O início da operação será em 2013;

ARLA 32 na Fafen-BA – Terminou em outubro a primeira etapa de construção do projeto ARLA 32, com produção de 63 mil m³/ano. Trata-se de uma solução de ureia diluída em água desmineralizada na concentração de 32,5% que será utilizada em veículos pesados a diesel, reduzindo a emissão de poluentes. A segunda fase será concluída em outubro de 2012, ampliando a capacidade para 200 mil m³/ano.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

A Petrobras Biocombustível opera três usinas de biodiesel, em Candeias-BA, Quixadá-CE e Montes Claros-MG. Desde 2010, com a duplicação da Usina de Candeias para 216 mil m³/ano, a capacidade total de produção das três unidades soma 434 mil m³/ano. Em julho de 2011, a companhia ingressou no capital social da empresa BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil, em Passo Fundo-RS, com aporte de R$ 75,6 milhões, passando a deter 50% de suas ações. A indústria opera uma planta de biodiesel, com capacidade de produção de 160 mil m³/ano e unidade de extração de óleos vegetais. As duas empresas já operavam, em parceria, a usina de Marialva-PR. Com a nova sociedade, passam a compartilhar a operação de um complexo industrial com capacidade produtiva total de 287 mil m³/ano de biodiesel.

No Pará, está em construção uma nova usina, com previsão de início de operação para 2013 e aumento da capacidade instalada de produção de biodiesel em 120 mil m³/ano.

Como parte do Projeto Belém, foi constituída a Belém Bioenergia Brasil S.A., responsável pelas atividades agroindustriais no País e, em 2011, pelo plantio de 3.200 ha de palma nos municípios de Tailândia e Tomé Açu. O projeto possibilita a participação no mercado europeu de biocombustíveis, com a produção, em Portugal, de 250 mil t/ano de *green diesel* (biodiesel de segunda geração), tendo como matéria-prima o óleo de palma produzido no Pará.

Com esses empreendimentos, a capacidade total de produção de biodiesel da Petrobras Biocombustível deverá atingir 855 mil m³/ano em 2013.

Suprimento agrícola

As usinas da Petrobras Biocombustível têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). A empresa também mantém contratos de compra de grãos com 64.812 agricultores familiares, em 133.762 ha de área cultivada, dos quais 105.348 ha com mamona, 5.150 ha com girassol e 23.264 ha com soja. Para a safra 2010/2011, disponibilizou 449 t de sementes, sendo 413 t de mamona e 36 t de girassol, e adquiriu da agricultura familiar 58,9 mil t de grãos, ao custo de R$ 49,9 milhões.

Extração de óleo vegetal

A Petrobras Biocombustível detém 50% do capital social da Bioóleo Industrial e Comercial S.A., em Feira de Santana-BA. A empresa tem capacidade para processar até 65 mil t/ano de oleaginosas e armazenar 30 mil t de grãos, além de tancagem para 10 milhões de litros de óleo. Estão previstas melhorias operacionais que aumentarão a capacidade de processamento de oleaginosas para 130 mil t/ano, com semirrefino de 60 mil t/ano de óleos.

Etanol

Em conjunto, as coligadas da Petrobras Biocombustível encerrarão a safra 2011/2012 com uma moagem de 20,1 milhões de t de cana-de-açúcar, produção de 769 mil m³ de etanol e 1,4 milhão de t de açúcar, com exportação de 490 GWh de energia elétrica excedente.

Total Agroindústria

Em 2011, foi feito o aporte final de R$ 22 milhões – totalizando os R$ 155 milhões previstos – no capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A., usina de etanol em Bambuí-MG. Com isso, a companhia detém 43,58% na usina.

No ano, a Total investiu mais de R$ 21 milhões na expansão de canaviais e R$ 11,1 milhões na compra de equipamentos. Foram ainda iniciados investimentos de R$ 122 milhões, referentes ao período 2011-2013, para a construção da segunda fase da usina, que dobrará a capacidade de moagem de cana para 2,4 milhões de t em 2013. Consequentemente, a capacidade de produção de etanol poderá atingir 200 mil m³, permitindo ampliar a exportação de energia dos atuais 30 para 86 GWh/ano.

Guarani

Em março de 2011, a Petrobras Biocombustível fez aporte de R$ 195,4 milhões na Guarani S.A., passando a deter 31,44% das ações da empresa. A operação decorreu de acordo firmado com a Tereos Internacional S.A. para a aquisição de 45,7% da Guarani, por meio de aportes de até R$ 1,6 bilhão ao longo de cinco anos. Atualmente, a Guarani é proprietária de sete unidades em São Paulo e uma em continente africano, em Moçambique.

Na unidade de Moçambique, estuda-se a possibilidade de produzir etanol para abastecer o mercado local, estimado em 20 mil m³/ano. O governo moçambicano aprovou a mistura de 10% de etanol na gasolina (E10) a partir de 2012. Planeja-se que a destilaria da Guarani esteja pronta para atender à nova demanda quando a medida entrar em vigor.

Estão sendo feitos investimentos de R$ 767 milhões, aprovados em 2010 e 2011, para expandir a capacidade de processamento de cana-de-açúcar, produção de etanol e açúcar e cogeração de energia. Com eles, a Guarani elevará sua capacidade de moagem de 21,3 milhões de t/ano para 24,6 milhões de t/ano, ampliando a produção de etanol para 888 mil m³/ano; a produção de açúcar para 1,7 milhão de t; e a exportação de energia para 1.200 GWh/ano. No segundo semestre de 2011, foi inaugurada a destilaria da Usina São José, ampliando em 110 mil m³ a capacidade de produção de etanol do grupo no Brasil.

Nova Fronteira

A Petrobras Biocombustível passou a deter 49% do capital social da Nova Fronteira Bioenergia S.A., com um aporte de R$ 163 milhões, cumprindo o compromisso assumido no Acordo de Investimentos firmado em 2010.

A Nova Fronteira anunciou investimentos de R$ 530,7 milhões na Usina Boa Vista nos próximos três anos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Os recursos serão aplicados na ampliação da unidade para uma capacidade de moagem estimada em até 8 milhões de t/ano, o que possibilitará elevar a produção anual de etanol dos atuais 176 mil m³ para 700 mil m³. A exportação de energia elétrica deverá passar de 135 GWh para 600 GWh/ano. A empresa assinou contrato com a Petrobras Distribuidora para venda de 50 mil m³/ano de sua produção de etanol anidro.

INTERNACIONAL

Atuação internacional

A Petrobras atua em 24 países, além do Brasil, com projetos em cinco continentes, e tem escritórios de representação em Nova York, Londres, Tóquio e Pequim. Também mantém acordos de cooperação com diversos parceiros, para desenvolvimento de tecnologia e negócios.

Os principais pilares estratégicos para a atuação internacional da companhia são:

- Aproveitamento da capacidade técnica e de conhecimento geocientífico da Petrobras em E&P na costa brasileira em áreas que apresentem características similares e com grande potencial de reservas, com foco em exploração na Costa Oeste da África e no Golfo do México;
- Conquista de mercados, crescimento em *downstream* e alinhamento do portfólio aos segmentos nacionais, de modo a aumentar a rentabilidade dos negócios e promover a integração da cadeia de produtos;
- Ampliação dos negócios de gás natural para complementar o mercado brasileiro, cumprindo o compromisso de responsabilidade com a segurança energética do País.

No mercado internacional, a Petrobras encerrou 2011 com investimentos de R$ 4,4 bilhões, tendo produzido 147,5 mil bpd de óleo e 16,54 milhões de m³/dia de gás natural, totalizando 244,9 mil boed, além de ter processado 174,03 mil bpd de óleo em suas refinarias, cuja capacidade de processamento ao final do ano foi de 230,5 mil bpd, proporcionando um fator de utilização de 67% ao ano.

As reservas provadas internacionais somaram 0,706 bilhões de boe, volume 0,4% superior ao de 2010, resultando no índice de reposição de reservas de 104%. Esse volume corresponde a 4,3% das reservas totais da companhia, segundo o critério Society of Petroleum Engineers (SPE).

Desenvolvimento de negócios

A Petrobras investiu R$ 4,4 bilhões em sua atuação internacional, para atender as estratégias de alinhamento ao portfólio doméstico da companhia, conquistar mercados e ampliar negócios de gás natural, com foco na Costa Oeste da África e Golfo do México. Desse total, 10% foram destinados às atividades de refino, petroquímica, distribuição, gás e energia, e 90% à exploração e produção, dos quais 59% para o desenvolvimento da produção em projetos existentes.

Américas

A Petrobras está presente em 11 países do continente americano, além do Brasil: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Curaçao, Estados Unidos, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. São 872 estações de serviços e ativos de exploração e de produção em oito desses países, cuja produção foi de 89,7 mil bpd de óleo e 16,5 milhões de m³/dia de gás natural, totalizando 187,1 mil boed.

Na Argentina, foi concluída, em maio, a venda da refinaria de San Lorenzo, o que reduziu em 50 mil bpd a capacidade de processamento da companhia no país, que passa a ser de 30,5 mil bpd de óleo na refinaria Ricardo D. Eliçabe, localizada em Bahía Blanca.

Na Bolívia, a atuação da companhia produzindo gás natural dos campos de San Alberto e San Antonio contribui para o abastecimento desse mercado no Brasil, via transporte pelo gasoduto que liga os dois países. Durante o ano, a companhia adquiriu participação de 30% no campo de gás natural de Itaú.

No Peru, cuja produção do lote X gira em torno de 15 mil boed, seguem o desenvolvimento da produção do lote 57 (Kinteroni) e a exploração no lote 58, que representam uma possibilidade de aumento da produção internacional de gás da companhia.

Nos EUA, a Petrobras anunciou descobertas recentes nos projetos de Hadrian e Logan, no Golfo do México, e continua desenvolvendo os ativos de produção em St. Malo, Tiber, Stones e Cascade & Chinook e projetos de exploração. A moratória das operações de prospecção de petróleo no Golfo e a revisão das medidas de segurança, motivadas pelo acidente com derramamento de óleo, em 2010, em plataforma de outra companhia, postergaram o cronograma de alguns projetos da Petrobras, entre eles o início da produção de Cascade & Chinook, adiado para 2012.

África

A Costa Oeste da África é uma das áreas estratégicas de atuação internacional da Petrobras. A produção na Nigéria (campos de Akpo e Agbami) e em Angola (bloco 2) soma 57,8 mil bpd de óleo. A contínua reavaliação do portfólio da companhia motivou o reposicionamento em alguns dos ativos em Angola, com a venda de 50% da participação no bloco 26, a saída do bloco 15, pela venda da participação, e do bloco 34, pela devolução do bloco ao governo. A companhia atua também em exploração na Tanzânia, que se encontra em fase de perfuração de poços; na Namíbia, onde detém o direito de operação do ativo e se prepara para a perfuração do primeiro poço; no Benin, onde realizou sísmicas 3D; e no Gabão, onde será iniciada a aquisição de sísmica 3D.

Ásia e Oceania

A Petrobras tem uma refinaria na ilha de Okinawa, no Japão, com capacidade de processamento de 100 mil boed, e desenvolve projetos exploratórios na Nova Zelândia, com aquisição de sísmica 2D. Na Austrália, optou por não prosseguir com o projeto localizado na Bacia de North Carnarvon, após as perfurações terem indicado poço seco.

Europa

Em Portugal, a companhia desenvolve projetos de exploração na Bacia do Peniche, com a continuidade de processamento e interpretação de dados, e na Bacia do Alentejo, com aquisições de sísmicas 3D, além de projetos relacionados à produção, ao desenvolvimento de tecnologias e ao comércio de biocombustíveis, em parceria com empresas locais.

Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2011, a Petrobras aplicou R$ 2,4 bilhões em P&D, um aumento de 41% em relação a 2010. A gestão destes recursos é coordenada pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), o maior complexo de pesquisa do Hemisfério Sul e de uso exclusivo da Petrobras, que conta com 1.814 empregados, dos quais 1.342 dedicados exclusivamente à pesquisa e desenvolvimento, e 314, à engenharia básica dos projetos das instalações industriais. Em termos de qualificação, 24% de seus pesquisadores possuem título de doutorado e 43% de mestrado. Os principais resultados obtidos em 2011 foram:

Expansão dos negócios

- Desenvolvimento de metodologia que possibilitou caracterizar diferentes tipos de petróleo do Pré-Sal da Bacia de Santos, o que permitirá planejamento mais eficiente da produção;
- Perfuração do primeiro poço, no mundo, com a tecnologia *Liner Conveyed Gravel Pack,* que reduz o tempo de perfuração de poços horizontais em campos maduros;
- Demonstração da tecnologia GTL (*gas to liquids*) compacto, para produção de óleo sintético a partir de gás, eliminando a queima de gás em Testes de Longa Duração (TLD);
- Instalação da estação protótipo de separação submarina água-óleo no campo de Marlim, em águas profundas. As interconexões com o sistema de produção de Marlim serão finalizadas em 2012. Esta tecnologia viabiliza o aumento de produção em campos maduros *offshore*, com melhor aproveitamento do sistema de produção existente;
- Perfuração de poço com 53º de inclinação final no sal. Esta solução tecnológica, em desenvolvimento para perfuração de poços estendidos e horizontais no Pré-Sal, aumentará a produção e reduzirá o número de poços;
- Qualificação do sistema submarino de injeção de água do mar, para aumento da produção em campos maduros. Três destes sistemas estão em fase final de instalação no campo de Albacora;
- Comprovação da tecnologia de *risers* rígidos para as plataformas do Pré-Sal, permitindo aumento de competitividade neste mercado e consequente redução de custos.

Valorização e diversificação de produtos

- Início da produção de Diesel *Podium* com 50 ppm de enxofre (S50), na Refinaria Henrique Lage (Revap), antecipando em seis meses a oferta do produto ao mercado brasileiro;
- Conclusão do modelo de otimização dos sistemas de produção de mamona e girassol no semiárido, que possibilitará ganhos expressivos de produtividade por meio de escolhas de densidade de plantio e variedades, controle de pragas e doenças, adubação e associação com culturas alimentícias;
- Produção de 12t de polietileno diferenciado de alta densidade em unidade de demonstração da Braskem, para produção de cabos de amarração de plataformas de petróleo com alta resistência, flutuabilidade e menor custo de aplicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Sustentabilidade

- Conclusão de testes em sistema protótipo, para redução de até 50% dos particulados emitidos por unidades de craqueamento catalítico em leito fluidizado (FCC);
- Conclusão do primeiro teste mundial de oxicombustão em unidades de FCC, capaz de capturar 1 t/dia de CO_2, além de reduzir em até 32% as emissões de CO_2 em refinarias a custo 50% inferior;
- Finalização da caracterização ambiental científica da Bacia de Campos, compondo o mais completo conjunto de informações ambientais da região, alinhado às políticas públicas do Ministério de Meio Ambiente;
- Implantação de unidade de tratamento biológico de efluentes salinos industriais para redução de impactos ambientais no Terminal de São Sebastião-SP;
- Instalação de unidade de tratamento e reúso de efluentes por separação por membranas na Revap e de tratamento e reúso de efluentes por eletrodiálise reversa para remoção de sais na Regap, ambas para redução de descarte de efluentes.

Destaca-se ainda a intensificação da parceria com fornecedores e a academia brasileira, principalmente nos projetos relacionados ao Pré-Sal. Em 2011, foram aplicados cerca de R$ 500 milhões em universidades e instituições de ciência e tecnologia nacionais, destinados à realização de projetos de P&D, à qualificação de técnicos e pesquisadores, e à ampliação da infraestrutura laboratorial, com a inauguração de 35 laboratórios, totalizando 10 mil m² de área construída e reformada em 17 instituições de 11 estados brasileiros. Com estímulo da companhia, 15 grandes fornecedores da indústria de óleo e gás construíram ou iniciaram a construção de centros de pesquisa no Brasil. Adicionalmente, em 2011 a companhia manteve 44 acordos de cooperação ou protocolo de intenções com empresas nacionais e internacionais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Gestão em responsabilidade social

Em 2011, a companhia investiu R$ 640,9 milhões em projetos sociais, culturais, ambientais e esportivos. A Petrobras trabalha para que seus programas de patrocínios resultem, de forma efetiva, em contribuição ao desenvolvimento sustentável. Para que haja igualdade de acesso e maior abrangência dos projetos selecionados, a companhia realiza seleções públicas e incentiva os projetos escolhidos a terem metas para alcançar a viabilidade econômica e organizacional, de forma a garantir a continuidade dos benefícios gerados após o encerramento do contrato de patrocínio.

Pelo sexto ano consecutivo, a companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), o mais importante índice mundial relacionado ao tema. O DJSI avalia o desempenho econômico, social e ambiental de mais de 300 empresas e sua renovação consolida a Petrobras entre aquelas que têm as melhores práticas de gestão no mundo.

No estudo elaborado pela consultoria Management & Excellence (M&E), a companhia obteve a melhor nota em sustentabilidade. Na sétima edição do *ranking* Global 100, garantiu, pela segunda vez seguida, seu lugar entre as empresas mais sustentáveis do mundo.

Outra conquista – esta, pela terceira vez consecutiva – foi o Selo Pró-Equidade de Gênero, oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem). Entre as ações no âmbito do programa estão a adoção da licença-maternidade de 180 dias; a criação e instalação de quatro salas de apoio à amamentação em unidades da companhia; e a realização de cursos e seminários de formação continuada, com temas como relações de gênero, direito das mulheres e diversidade, além dos Encontros Regionais para o Fortalecimento da Equidade de Gênero.

Para celebrar os 30 anos do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, foi lançada a campanha nacional "Quem Ama Abraça". O patrocínio ao projeto está alinhado ao Plano de Ação Pró-Equidade de Gênero 2011-2012 e à adesão à quarta edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Depois de promover no Brasil, em 2010, o lançamento da ISO 26000 – norma internacional de responsabilidade social –, a Petrobras, em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), realizou eventos nas principais capitais do País para difundir o conhecimento e o conteúdo da norma, principalmente junto à indústria nacional e ao movimento sindical.

Em 2011, foi concluída a etapa de implantação de processos de Agenda 21 Local no entorno das obras do Comperj. Ao todo, 14 municípios receberam o plano de desenvolvimento local da Agenda 21, realizado a partir de um trabalho de mobilização junto ao poder público, Terceiro Setor, empresas e comunidade.

Como parte do processo de implementação do Programa Petrobras Agenda 21, foi realizada uma caravana de sensibilização junto às unidades e áreas da companhia. Também houve a capacitação da força de trabalho diretamente envolvida no programa e das instituições que vão operacionalizar as ações.

Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde

A Petrobras despendeu R$ 5,25 bilhões em ações em segurança, meio ambiente e saúde (SMS) e aprovou os Indicadores Estratégicos de Eficiência Energética e de Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa 2011-2015, assim como as metas, os desafios estratégicos e o posicionamento corporativo relativos ao tema.

Para as áreas de negócio, foi determinado o detalhamento de suas carteiras de projeto, explicitando a contribuição para a Eficiência Energética e Redução da Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa, e a constituição de um grupo de trabalho, coordenado pela área de Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde (SMES), para avaliar as oportunidades de integração entre atividades, reduzindo ainda mais o consumo de energia.

Foram investidos R$ 115 milhões na racionalização do uso da energia e no aproveitamento da energia termossolar.

Foi concluído o planejamento da Fase II do projeto Excelência em SMS, referente ao período 2011-2015, assegurando sua adequação ao crescimento e à diversificação dos negócios da Petrobras nos próximos anos. O projeto integra a Agenda Estratégica da companhia e congrega suas principais iniciativas na área.

Segurança operacional

Os indicadores de desempenho da Petrobras na área de segurança mantiveram-se em níveis comparáveis aos das melhores referências internacionais para a indústria de óleo e gás. A Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA) ficou em 0,68, 36% acima do Limite Máximo Admissível (LMA) estabelecido no Plano de Negócios 2011-2015. Esse resultado deveu-se, principalmente, a acidentes com afastamento nas atividades de construção naval, na operação de sondas e em áreas administrativas.

As fatalidades na força de trabalho (empregados próprios e terceirizados) subiram de dez, em 2010, para 16, em 2011, enquanto a Taxa de Acidentados Fatais (TAF) – equivalente ao número de fatalidades por 100 milhões de homens-horas de exposição ao risco – passou de 1,08 para 1,66 no mesmo período.

Meio ambiente

A Petrobras buscou minimizar os impactos de suas atividades operacionais e de seus produtos sobre o meio ambiente, a fim de reduzir os efeitos poluentes e o consumo de recursos naturais.

Em dezembro de 2011, os sistemas de gestão ambiental de 90% das unidades certificáveis, no Brasil e no exterior, estavam em conformidade com a norma ISO 14001.

Eficiência energética, emissões atmosféricas e mudança do clima

Nesta área, o desafio estratégico da Petrobras é maximizar a eficiência energética e reduzir a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE), de forma a atingir patamares de excelência na indústria de óleo e gás e contribuir para a sustentabilidade do negócio.
Até 2015, a companhia deverá atingir as seguintes metas, tendo 2009 como ano-base:
a) reduzir em 10% a intensidade energética em suas operações de Refino e em 5% nas de Gás e Energia (usinas termelétricas);
b) reduzir em 65% a intensidade da queima de gás natural em tocha nas operações de Exploração e Produção;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

c) reduzir em 15%, 8% e 5%, respectivamente, a intensidade de emissões de gases de efeito estufa nas suas operações de Exploração e Produção, de Refino, e de Gás e Energia (usinas termelétricas).

A Petrobras elabora o inventário anual de suas emissões atmosféricas, reunindo dados de mais de 30 mil fontes. Os resultados são verificados por consultores independentes.

Entre as principais ações adotadas em eficiência energética e gestão de emissões de gases de efeito estufa, destacam-se:

- Aperfeiçoamento da governança na área de eficiência energética, por meio da constituição da Comissão de Eficiência Energética, Emissões e Mudança do Clima, que se reúne mensalmente;
- Redução da intensidade de emissão de GEE, com destaque para a diminuição em 50%, com relação a 2009, da intensidade da queima de gás natural em tocha nas operações de Exploração e Produção;
- Aumento da eficiência energética nas unidades, graças à implementação de projetos desenvolvidos com o apoio de 48 Comissões Internas de Conservação de Energia;
- Plano de Otimização do Aproveitamento de Gás na Bacia de Campos, que realizou 93 ações em 24 plataformas;
- Investimentos em P&D visando à mitigação da mudança do clima, por meio de dois programas tecnológicos e uma rede envolvendo 12 universidades brasileiras;
- Aumento dos investimentos em biocombustíveis;
- Estímulo ao uso racional dos combustíveis, por meio das ações do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet).

Nos últimos cinco anos, a Petrobras investiu mais de R$ 480 milhões em projetos de eficiência energética, que proporcionaram economia de cerca de 4.200 mil boed. O investimento total de 2010 a 2015 deverá somar US$ 976 milhões.

A companhia é responsável pela Secretaria Executiva do Conpet. O programa propiciou, em 2011, uma economia de 65 milhões de litros de diesel, com os projetos Economizar e Transportar, e de 562 mil m³ de gás no setor residencial, por meio de ações de eficiência energética e de etiquetagem de equipamentos.

Recursos hídricos e efluentes

Com o objetivo de assegurar a sustentabilidade do abastecimento de água necessário às suas atividades, a Petrobras tem investido na racionalização do uso desse insumo em suas operações.

Em 2011, foram reutilizados quase 20,5 bilhões de litros de água – o que representa um aumento de cerca de 15% em relação a 2010. A quantidade é suficiente para abastecer, no período, uma cidade de 500 mil habitantes. A água reutilizada em 2011 foi capaz de suprir cerca de 10% do volume necessário às operações da companhia, evitando sua captação em mananciais hídricos. Outros projetos, com conclusão prevista para 2012 e 2013, permitirão à Petrobras uma economia anual adicional da ordem de 13,5 bilhões de litros.

Estudos de cenários de disponibilidade hídrica para os próximos 20 anos, realizados nas principais bacias hidrográficas das regiões onde atua, permitem à Petrobras planejar de forma eficaz suas atividades. São levados em conta o emprego de tecnologias que promovam maior eficiência no uso da água, projetos de reutilização do insumo, identificação de fontes de suprimento alternativas e até realocação de empreendimentos.

Resíduos

Para reduzir a geração de resíduos sólidos e incentivar o reúso e a reciclagem, a Petrobras criou o Projeto de Minimização de Resíduos, que identifica oportunidades e testa tecnologias mais limpas e inovadoras de tratamento. Foram diagnosticadas possibilidades de minimização em diversas áreas de E&P e nas de distribuição, biocombustíveis e usinas termelétricas. Ao mesmo tempo, são testadas tecnologias como fitorremediação, uso de biossurfactantes em biorreatores, separação de fases de sedimentos e tratamento com plasma.
Em 2011, a companhia reciclou 92 mil t de resíduos sólidos perigosos, correspondentes a 37% de todo o resíduo sólido tratado, destacando-se nesse percentual a recuperação energética.

A quantidade gerada em 2011 de 281 mil t foi inferior ao LMA de 366 mil t estabelecido para o ano.

Biodiversidade

A Petrobras está mapeando as áreas protegidas, sensíveis e vulneráveis existentes no interior e no entorno de suas instalações. Para consolidar esse levantamento, a companhia dispõe do GeoPortal, um sistema de informações geográficas que permite a integração e o acesso às informações ambientais.

No Brasil e no exterior, a companhia participa de projetos e iniciativas que visam a consolidar informações, orientar e reconhecer iniciativas voltadas à preservação da biodiversidade, como o Projeto Proteus, da ONU, a *Lasting Initiative for Earth* (*Life)* e o Projeto de Valoração da Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, desenvolvido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Atuação em emergências

A Petrobras dispõe de equipes treinadas e recursos materiais para a operacionalização de planos de emergência. São 30 embarcações de grande porte para recolhimento de óleo, 130 embarcações de apoio, 150 mil metros de barreiras de contenção, 120 mil metros de barreiras absorventes, 400 recolhedores de óleo e 200 mil litros de dispersantes químicos, entre outros itens disponíveis nos dez Centros de Defesa Ambiental e em suas 13 bases avançadas e nos Centros de Resposta a Emergência, distribuídos em mais de 20 cidades brasileiras.

Em 2011, a companhia realizou 18 simulados regionais de combate a emergências, que envolveram a Marinha do Brasil, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, órgãos ambientais, prefeituras e comunidades locais.

Derramamento de petróleo e derivados

Os derramamentos de petróleo e derivados atingiram 234 m³, volume inferior em 61% ao LMA estabelecido para o ano, de 601 m³. Continua sendo mantida a tendência de níveis de derramamento inferiores a 1 m³ por milhão de barris de petróleo produzidos, um referencial de excelência na indústria mundial de óleo e gás.

Saúde

A Petrobras acompanha os resultados nesta área por meio de indicadores como o Percentual de Tempo Perdido (PTP), referente aos afastamentos de empregados por doenças ou acidentes. Em 2011, foi registrado um PTP de 2,33%, inferior ao LMA estabelecido para o ano, de 2,41%.

ORGANIZAÇÃO GERAL DA PETROBRAS

Em 2011, em alinhamento ao Plano Estratégico, foram promovidas mudanças na estrutura organizacional da Petrobras, entre elas:

- **Área de Negócio de Exploração e Produção –** Criação da gerência geral de Programação de Recursos e Produtos e adequação de unidades do E&P-Corporativo, em função das novas gerências executivas de Construção de Poços Marítimos e de Projetos de Desenvolvimento da Produção.

- **Área de Serviços**
  - **Cenpes –** Ajustes nas atribuições e denominações de unidades, além da criação das gerências gerais de Geoengenharia e de Engenharia de Poço e mais oito gerências. Tais ajustes foram motivados pelo crescimento dos investimentos nas atividades de gás e energia, gás-química e bicombustíveis; da complexidade dos desafios tecnológicos para tratamento e reúso de água e efluentes nas instalações; e dos desafios tecnológicos na exploração e produção dos reservatórios do Pré-Sal.

  - **Tecnologia da Informação e Telecomunicações (TIC)** – Ajustes organizacionais na sede e nas unidades deslocadas (regionais), visando ganhos de escala e melhor governança dos processos executados. Foram realizados ajustes em função dos desafios da exploração do Pré-Sal e das novas unidades do Abastecimento, alterando o porte da gerência geral de TIC Exploração e Produção e da gerência geral de TIC Abastecimento.

Função segurança, meio ambiente, eficiência energética e saúde nas Áreas de Negócio
Desdobramento dos processos de Eficiência Energética e SMS, a partir da Cadeia de Valor da Petrobras, e ajuste da estrutura organizacional das Áreas de Negócio, alinhando-as a estes processos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

ANÁLISE FINANCEIRA

1. Resumo Econômico-Financeiro

Resumo Econômico -Financeiro

	R$ milhões			
	Consolidado		Petrobras	
	2011	2010	2011	2010
• Receita de vendas	244.176	211.842	183.821	156.487
• Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	45.403	46.394	31.474	36.554
Atividades próprias	32.927	34.604	27.293	27.997
Subsidiárias/Coligadas	386	585	5.808	7.039
• Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	33.313	35.189	33.101	35.036
Lucro líquido por ação [1]	2,55	3,57	2,54	3,55
Margem bruta (%)	32	36	32	39
Margem operacional (%) [2]	19	22	17	23
Margem líquida (%)	14	17	18	22
EBITDA - R$ milhões	62.246	59.391	43.493	45.835
• Endividamento líquido [3]	103.022	61.007	19.369	10.541
• Ativo Total	599.150	516.846	494.181	466.655
• Investimentos, imobilizado, intangível e diferido	436.799	373.226	362.673	319.013
• Patrimônio Líquido	332.224	309.828	330.475	307.317
• Relação Capital Próprio / Capital de Terceiros líquido [4]	61/39	67/33	72/28	73/27

Composição do Ebitda

	Consolidado			Controladora		
	2011	2010	%	2011	2010	%
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	45.403	46.394	(2)	31.474	36.554	(14)
Participação de Empregados	(1.560)	(1.691)	(8)	(1.295)	(1.428)	(9)
Depreciação/Amortização	17.739	14.612	21	12.902	10.813	19
(-)Perda na recuperação de ativos	664	76	774	412	(104)	(495)
EBITDA	**62.246**	**59.391**	**5**	**43.493**	**45.835**	**(5)**
Margem EBITDA (%)	**25**	**28**	**(3)**	**24**	**29**	**(5)**
Endividamento Líquido/EBITDA	**1,66**	**1,03**	**0,63**	**0,45**	**0,23**	**0,22**

EBITDA não é um indicador calculado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e possivelmente pode não servir de base de comparação com indicadores com o mesmo nome, apresentados por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado como um indicador substituto para medir lucro operacional, ou também como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. O EBITDA é uma informação adicional da capacidade de pagamento das dívidas, da manutenção de investimentos e da capacidade de cobrir necessidades de capital de giro.

[1] Lucro líquido por ação calculado com base na média ponderada da quantidade de ações.
[2] Para o cálculo foi considerado o lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos.
[3] Inclui endividamento contraído através de arrendamentos mercantis financeiros e títulos públicos federais com vencimento superior a 90 dias.
[4] Capital de terceiros líquido de caixa e aplicações financeiras.

Principais indicadores econômicos consolidados

	Exercício		2011 X 2010
	2011	2010	(%)
Indicadores Econômicos e Financeiros			
• Petróleo Brent (US$/bbl)	111,27	79,47	40
• Dólar médio de venda (R$)	1,67	1,76	(5)
• Dólar final de venda (R$)	1,88	1,67	13
Indicadores de Preços			
• Preço dos derivados no mercado interno (R$/bbl)	167,87	158,43	6
Preço médio de venda - Brasil			
• Petróleo (US$/bbl) [5]	102,24	74,66	37
• Gás natural (US$/bbl) [6]	52,96	41,19	29
Preço médio de venda - Internacional			
• Petróleo (US$/bbl)	91,37	66,42	38
• Gás natural (US$/bbl)	17,28	14,15	22

Em 2011, a Companhia adotou prática contábil prevista no CPC 19 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 666/11, que permite a utilização do método de equivalência patrimonial para avaliação e demonstração de investimentos em entidades controladas em conjunto. Anteriormente, esses investimentos eram consolidados em contas de ativo, passivo, receitas e despesas proporcionalmente à participação acionária. Apesar da adoção do CPC 19 ter produzido alterações em contas de ativo, passivo, receita e despesa, bem como em indicadores, o efeito foi nulo em termos do lucro líquido e do patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da Petrobras.

Assim, para efeito de comparação, as informações de períodos anteriores foram ajustadas retroativamente a 01.01.2010, conforme apresentado na nota explicativa nº 3 integrante das demonstrações contábeis da Petrobras, em anexo.

[5] Média das exportações e dos preços internos de transferência do E&P para o Abastecimento.
[6] Preço interno de transferência do E&P para o Gás e Energia.

2. Volume de Vendas

Volume de vendas - Mil barris/dia

	Exercício		
	2011	2010	Δ %
Diesel	880	809	9
Gasolina	489	394	24
Óleo combustível	82	100	(18)
Nafta	167	167	0
GLP	224	218	3
QAV	101	90	12
Outros	188	180	4
Total de derivados	**2.131**	**1.958**	**9**
Alcoóis, nitrogenados renováveis e outros	86	99	(13)
Gás natural	304	312	(3)
Total mercado interno	**2.521**	**2.369**	**6**
Exportação	655	698	(6)
Vendas internacionais	540	581	(7)
Total mercado externo	**1.195**	**1.279**	**(7)**
Total geral	**3.716**	**3.648**	**2**

O volume de vendas no mercado interno foi 6% superior a 2010, destacando-se os seguintes produtos:

- Óleo diesel (aumento de 9%) – reflexo do crescimento da economia, do aumento da safra de grãos e da menor colocação do produto por terceiros;
- Gasolina (aumento de 24%) – maior competitividade do preço em relação ao etanol na maior parte dos estados, crescimento da frota de veículos flex-fluel e diminuição da colocação do produto por outros players;
- QAV (aumento de 12%) – crescimento da economia e maior oferta de vôos domésticos e internacionais; e
- Óleo combustível (redução de 18%) – em função da substituição de parte do consumo por gás natural, tanto no segmento térmico quanto no segmento industrial.

O volume de vendas no mercado externo foi 7% inferior a 2010, devido:

- Exportações (redução de 6%) – decorre da maior destinação do óleo produzido ao refino nacional, observando-se que, em 2011, houve menor nível de atividade de paradas programadas de destilação, acréscimo de capacidade instalada na REPLAN e investimentos em confiabilidade no parque de refino, bem como da necessidade de formação de estoque visando à parada para manutenção de duto de movimentação de óleo do sistema logístico de São Paulo, prevista para 2012; e
- Vendas internacionais (redução 7%) - decorreu, principalmente do menor volume de trading, com destaque para gasolina destinada ao mercado interno.

3. Resultados Consolidados

A Petrobras, suas Subsidiárias e Controladas apresentaram um lucro líquido consolidado de R$ 33.313 milhões no exercício social findo em 31.12.2011, após a eliminação das operações intercompanhias e a dedução da participação dos acionistas não controladores (R$ 35.189 milhões em 2010).

Esse resultado foi impactado por:

- Aumento do lucro bruto em R$ 1.012 milhões, devido:
  - Maiores cotações internacionais do petróleo (Brent 40%) e derivados, refletidas sobre os preços das exportações, vendas internacionais, operações de trading e derivados comercializados no mercado interno atrelados às cotações internacionais;
  - Aumento dos preços da gasolina e do diesel no mercado interno em novembro, em 10% e 2%, respectivamente;
  - Aumento da demanda no mercado interno (6%), principalmente da gasolina (24%), refletindo sua maior competitividade frente ao etanol, diesel (9%) e QAV (12%); e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

- Ao incremento da produção de petróleo e gás de 2% no Brasil.

Parte desses efeitos foi compensada pelos maiores volumes importados de petróleo e derivados e maiores cotações internacionais sobre as importações de petróleo e derivados, operações de trading e participações governamentais.

- Aumento nas despesas em R$ 2.003 milhões, destacando:

- Gerais e Administrativas (R$ 845 milhões), devido aos aumentos nos gastos com Pessoal, decorrente do ACT 2011, na força de trabalho, nas despesas com formação e aperfeiçoamento profissional e com serviços técnicos contratados;

- Custos exploratórios (R$ 631 milhões), decorrente do aumento da atividade operacional e maiores baixas de poços secos no país;

- Pesquisa e Desenvolvimento (R$ 705 milhões), refletindo maiores gastos com o Sistema de Separação Submarina de Água e Óleo-SSAO e com a contratação de projetos junto a instituições credenciadas pela ANP, conforme Regulamento ANP nº 5/2005; e

- Perda na recuperação de ativos (R$ 588 milhões).

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução das perdas com processos judiciais e administrativos (R$ 1.164 milhões) em relação a 2010 e ganhos com processos judiciais e arbitrais em 2011 (R$ 883 milhões) relativos à recuperação de COFINS e à indenização da construção da P-48.

- Receitas financeiras líquidas de R$ 122 milhões, 95% inferiores a 2010 (R$ 2.620), refletindo:

- Depreciação cambial de 12,6% sobre o endividamento (apreciação de 4,3% em 2010), gerando uma despesa cambial de R$ 3.999 milhões (receita de R$ 1.341 milhões em 2010);

- Aumento de receitas com maiores aplicações financeiras no país (R$ 2.119 milhões); conforme quadro a seguir:

	Exercício		Variação	
	2011	2010	2011X2010	%
Receitas financeiras	6.543	4.424	2.119	48
Despesas financeiras	(2.422)	(3.145)	723	(23)
Variações monetárias e cambiais	(3.999)	1.341	(5.340)	(398)
Resultado Financeiro Líquido	122	2.620	(2.498)	(95)

Em 2011: depreciação cambial de 12,6% sobre o endividamento.
Em 2010: apreciação cambial de 4,3% sobre o endividamento.

- Efeito positivo na participação dos acionistas não controladores (R$ 895 milhões), em função dos efeitos cambiais sobre o endividamento das Sociedades de Propósito Específico (SPE).

- Redução na despesa com imposto de renda e contribuição social (R$ 786 milhões), decorrente da diminuição do lucro em relação a 2010.

4. Resultado por Área de Negócio

A Petrobras é uma companhia que opera de forma integrada, sendo que a maior parte da produção de petróleo e gás, oriunda da área de Exploração e Produção, é transferida para outras áreas da companhia.

Na apuração dos resultados, por área de negócio, são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre as áreas de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre as áreas e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

Resultado por área de negócio - R$ milhões

	Exercício		
	2011	2010	Δ %
Exploração & Produção	40.594	29.691	37
Abastecimento	(9.955)	3.729	(367)
Gás & Energia	3.109	1.285	142
Biocombustível	(157)	(92)	71
Distribuição	1.175	1.276	(8)
Internacional	1.949	1.277	53
Corporativo	(1.237)	(1.023)	21
Eliminações	(2.165)	(954)	127
Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**33.313**	**35.189**	(5)

• Exploração e Produção

O aumento do lucro líquido decorreu dos maiores preços de venda/transferência do petróleo nacional e do acréscimo no volume de produção de petróleo e LGN, parcialmente compensados pela elevação dos custos com participações governamentais.

O spread entre o preço médio do petróleo nacional vendido/transferido e a cotação média do Brent aumentou de US$ 4,81/bbl em 2010 para US$ 9,03/bbl em 2011.

• Abastecimento

O resultado negativo decorreu de maiores custos com aquisição/transferência de petróleo e importação de derivados (Brent – aumento de 40% em US$/bbl), parcialmente compensados pelos maiores preços de venda de derivados nos mercados interno e externo.

• Gás e Energia

O maior lucro líquido decorreu dos seguintes fatores:

- aumento do preço médio de realização do gás natural, devido à maior participação do segmento industrial no mix das vendas;

- redução dos custos de aquisição/transferência do gás natural nacional, acompanhando o comportamento das referências internacionais e a apreciação cambial;

- incremento das receitas fixas provenientes dos leilões de energia (ambiente de contratação regulada), com a entrada de mais duas UTE´s (Usinas Termelétricas);

- aumento nas margens de venda de fertilizantes, refletindo o crescimento da demanda e dos preços das commodities agrícolas; e

- reconhecimento de créditos fiscais.

• Biocombustível

A lucratividade do setor de etanol não foi suficiente para suportar os resultados do setor de biodiesel, cujas margens foram pressionadas por preços de venda desfavoráveis, em função do alto grau de competição, além dos custos de aquisição e transporte de matéria-prima e despesas operacionais.

• Distribuição

O resultado obtido com o crescimento de 6% no volume de vendas foi superado pela elevação das despesas comerciais, incluindo provisão para crédito de liquidação duvidosa, serviços de terceiros e pessoal.

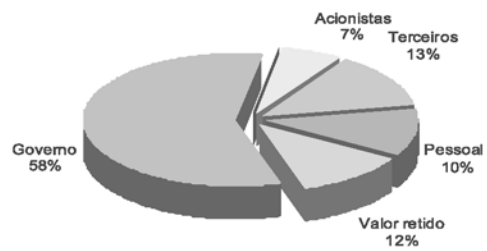
• Internacional

O aumento do resultado decorreu dos maiores preços das commodities no mercado internacional em 2011 (R$ 1.492 milhões), além da redução dos gastos exploratórios e baixa de poços (R$ 442 milhões), parcialmente compensados pela cobrança do "Tax Oil" na Nigéria (R$ 684 milhões) e maior provisão para redução a valor de mercado dos estoques no Japão, EUA e Argentina (R$ 251 milhões).

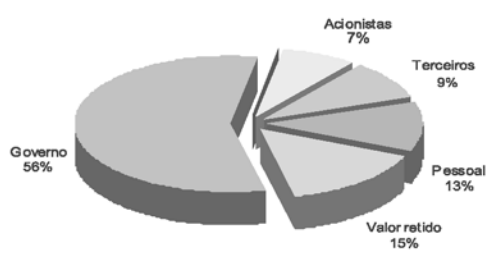
5. DVA

A distribuição do valor adicionado da Petrobras alcançou, em 2011, R$ 181.081 milhões, representando um aumento de 15% em relação ao ano anterior, quando distribuiu R$ 157.053 milhões. A distribuição do valor adicionado pode ser observada nos gráficos a seguir:

Valor distribuído em 2011



Valor distribuído em 2010



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

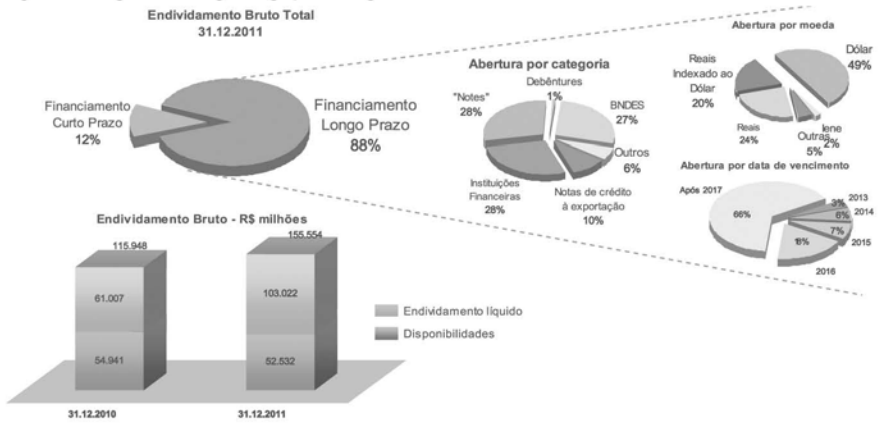
6. Endividamento

O endividamento, referente a empréstimos e financiamentos no país e no exterior, atingiu R$ 155.554 milhões, conforme demonstrado a seguir:

	R$ milhões		
	2011	2010	Δ %
Endividamento curto prazo	18.966	15.090	26
Endividamento longo prazo	136.588	100.858	35
Total [7]	155.554	115.948	34
Disponibilidades	35.747	29.416	22
Títulos públicos federais (vencimento superior a 90 dias)	16.785	25.525	(34)
Disponibilidades ajustadas	52.532	54.941	(4)
Endividamento líquido [8]	103.022	61.007	69
Endividamento líquido/(Endividamento líquido+Patrimônio líquido)	24%	16%	8
Passivo Total líquido [9]	546.618	461.905	18
Estrutura de capital (capital de terceiros líquido / passivo total)	39%	33%	6
	US$ milhões		
	2011	2010	Δ %
Endividamento curto prazo	10.111	9.057	12
Endividamento longo prazo	72.816	60.532	20
Total [7]	82.927	69.589	19

O endividamento líquido do Sistema Petrobras em Reais aumentou 69% em relação a 31.12.2010, em decorrência de captações de longo prazo e do impacto da depreciação cambial de 12,6%.

O nível de endividamento, medido através do índice da dívida líquida/EBITDA aumentou de 1,03 em 31.12.2010 para 1,66 em 31.12.2011, como decorrência de captações de longo prazo realizadas através de oferta de títulos, além do impacto da variação cambial dos financiamentos. A estrutura de capital está representada por 39% de participação de capitais de terceiros.



[7] Inclui arrendamentos mercantis financeiros (R$ 265 milhões em 31.12.2011 e R$ 366 milhões em 31.12.2010).
[8] Endividamento Total – Disponibilidades.
[9] Passivo total líquido de caixa/aplicações financeiras.

7. Obrigações contratuais

A tabela a seguir resume nossas obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31.12.2011:

	Pagamentos com vencimento por Período			
	Total	2012	2013-2016	2017 em diante
Obrigações contratuais				
Itens do balanço patrimonial: [10]				
Obrigações de dívida	143.327	6.921	47.730	88.676
Com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	265	39	74	152
Total dos itens do balanço patrimonial	143.592	6.960	47.804	88.828
Outros compromissos contratuais a longo prazo				
Gás natural ship or pay	9.054	1.199	3.980	3.875
Serviço de contrato	161.901	69.111	70.184	22.606
Contratos de fornecimento de gás natural	21.316	3.002	10.838	7.476
Sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens	104.132	24.044	55.156	24.932
Compromissos de compra	38.975	15.135	14.905	8.935
Compromissos de compra internacionais	29.599	11.443	9.713	8.443
Total de outros compromissos a longo prazo	364.977	123.934	164.776	76.267
Total	**508.569**	**130.894**	**212.580**	**165.095**

8. Impostos e Participações Governamentais

Impostos e Contribuições Consolidados

A contribuição econômica da Petrobras, medida por meio da geração de impostos, taxas e contribuições sociais correntes, totalizou R$ 76.777 milhões.

R$ milhões			
	Exercício		
	2011	2010	2011 X 2010 (%)
Contribuição Econômica - País			
ICMS	36.763	28.235	30
CIDE	7.488	6.852	9
PIS/COFINS	14.685	14.554	1
Imposto de Renda e C.S.s/lucro	9.822	11.341	(13)
Outros	2.369	3.049	(22)
Sub-total País	71.127	64.031	11
Contribuição Econômica - Exterior	5.650	4.411	28
Total	76.777	68.442	12

[10] Não inclui obrigações com benefícios pós-emprego. Consulte nota explicativa nº 22 nas Demonstrações Contábeis.

Participações Governamentais

R$ milhões			
	Exercício		
	2011	2010	2011 X 2010 (%)
País			
Royalties	12.533	9.505	32
Participação Especial	13.837	10.165	36
Retenção de área	137	140	(2)
Sub-total País	26.507	19.810	34
Exterior	699	504	39
Total	27.206	20.314	34

As participações governamentais no País, em 2011, aumentaram 34%, em relação ao ano anterior, devido ao acréscimo de 33% no preço médio de referência do petróleo nacional, que alcançou R$/bbl 168,07 (US$/bbl 100,39), contra R$/bbl 125,93 (US$/bbl 71,58), em 2010, refletindo as variações ocorridas nas cotações internacionais de petróleo no período

9. Ativos e Passivos sujeitos à Variação Cambial

Praticamente todas as receitas e despesas das atividades brasileiras são denominadas e pagas em Reais. Quando há a depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano, tal como ocorreu no exercício de 2011, com uma desvalorização de 12,6%, o resultado é basicamente o aumento de receitas e despesas expressas em dólares norte-americanos. Todavia, a depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano afeta de diferentes maneiras os itens analisados abaixo.

ATIVO	R$ milhões	
	31.12.2011	31.12.2010
Circulante	8.041	12.752
Disponibilidades	6.284	10.708
Outros ativos circulantes	1.757	2.044
Não Circulante	10.485	18.749
Recursos aplicados no exterior via controladas, no segmento internacional, em equipamentos de E&P para uso no Brasil e nas atividades comerciais	8.759	17.348
Outros Realizáveis a longo prazo	1.726	1.401
Total do Ativo	18.526	31.501

PASSIVO	R$ milhões	
	31.12.2011	31.12.2010
Circulante	(12.390)	(11.220)
Financiamentos	(6.277)	(7.670)
Fornecedores	(5.882)	(3.228)
Outros passivos circulantes	(231)	(322)
Não Circulante	(36.003)	(25.867)
Financiamentos	(35.746)	(25.827)
Outros exigíveis a longo prazo	(257)	(40)
Total do Passivo	(48.393)	(37.087)
Ativo (Passivo) Líquido em Reais	(29.867)	(5.586)
(-) Empréstimos FINAME - em reais indexado ao dólar	(12)	(103)
(-) Empréstimos BNDES - em reais indexado ao dólar	(26.621)	(23.872)
Ativo (Passivo) Líquido em Reais	(56.500)	(29.561)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

10. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011, o Patrimônio Líquido da Petrobras (Controladora) atingiu o montante de R$ 330.475 milhões, correspondendo a R$ 25,33 por ação.

O valor de mercado da Companhia alcançou R$ 291.564 milhões.

a) Aumento do Capital Social

Está sendo proposta à Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação ao capital de parte de reservas de incentivos fiscais, referente ao incentivo para subvenção de investimentos no âmbito da SUDAM e SUDENE, no montante de R$ 12 milhões, em atendimento ao artigo 35 parágrafo 1º, da Portaria nº 2.091/07 do Ministro do Estado da Integração Nacional, sem a emissão de novas ações.

11. Remuneração aos Acionistas

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2011, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2012, no montante de R$ 12.001, atende aos direitos garantidos estatutariamente às ações preferenciais e está sendo proposto indistintamente às ações ordinárias e preferenciais. Esse dividendo proposto alcançou 38,25% do lucro básico porque os direitos dos preferencialistas, de prioridade de 3% da parcela do patrimônio líquido representativa das ações preferenciais, ficou superior ao dividendo mínimo equivalente a 25% sobre o lucro básico.

	2011		
	Data de aprovação	Data de pagamento	R$ milhões
1ª parcela de JCP	29.04.2011	31.05.2011	2.609
2ª parcela de JCP	22.07.2011	31.08.2011	2.609
3ª parcela de JCP	28.10.2011	30.11.2011	2.609
4ª parcela de JCP	22.12.2011	[11]	2.609
Dividendos	09.02.2012	[12]	1.565
			12.001

[11] Será disponibilizada até 30 de março de 2012.
[12] Data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária.

Os dividendos propostos para o exercício de 2011, no montante de R$ 12.001 milhões (equivalente a R$ 0,92 por ação ordinária e preferencial), incluem a parcela de juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 10.436 milhões (equivalente a R$ 0,80 por ação ordinária e preferencial), dos quais serão descontados os juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente no montante de R$ 7.827 milhões, sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para acionistas imunes e isentos, e corrigidos pela taxa SELIC desde as datas dos pagamentos até 31.12.2011. A parcela final dos juros sobre o capital próprio juntamente com os dividendos, no valor de R$ 3.878 milhões, líquido da atualização monetária das antecipações dos juros sobre o capital próprio, terá seu valor atualizado monetariamente, a partir de 31.12.2011 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

No exercício de 2010, no dividendo proposto, indistintamente às ações ordinárias e preferenciais, equivalente a 35,50% do lucro básico, prevaleceu o critério de 5% da parcela do capital social representativa das ações preferenciais, também em atendimento aos direitos estatutários dos preferencialistas.

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora 2011	Controladora 2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.747	29.416	18.858	19.995
Títulos e valores mobiliários	6	16.808	26.013	23.625	33.731
Contas a receber, líquidas	7.1	22.053	18.069	21.068	17.701
Estoques	8	28.447	19.675	22.434	15.199
Impostos, contribuições e participações	20.1	12.846	8.767	9.372	5.911
Adiantamento a fornecedores		1.389	1.309	1.040	1.048
Outros ativos circulantes		3.874	2.653	1.647	1.673
		121.164	**105.902**	**98.044**	**95.258**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	7.1	6.103	5.432	12.843	31.029
Títulos e valores mobiliários	6	5.747	5.198	5.219	4.749
Depósitos judiciais	9	2.955	2.790	2.564	2.426
Impostos e contribuição social diferidos	20.3	17.256	17.038	9.505	11.790
Adiantamento a fornecedores		5.892	4.964	1.011	964
Outros ativos realizáveis a longo prazo		3.234	2.296	2.322	1.426
		41.187	**37.718**	**33.464**	**52.384**
Investimentos	11.2 e 11.4	12.248	11.592	57.239	50.955
Imobilizado	12	342.267	280.095	227.302	189.775
Intangível	13	82.284	81.539	77.886	78.042
Diferido				246	241
		477.986	**410.944**	**396.137**	**371.397**
		599.150	**516.846**	**494.181**	**466.655**

Passivo	Nota	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora 2011	Controladora 2010
Circulante					
Fornecedores	15	22.252	17.374	22.601	23.747
Financiamentos	16	18.884	14.915	12.252	17.439
Arrendamentos mercantins financeiros	17.1	82	175	1.922	3.149
Impostos, contribuições e participações	20.2	10.969	10.060	9.258	7.837
Dividendos propostos	23.5	3.878	3.595	3.878	3.595
Salários, férias e encargos		3.182	2.551	2.720	2.174
Participação nos lucros ou resultados	22	1.560	1.691	1.295	1.428
Planos de pensão e saúde	21	1.427	1.303	1.341	1.209
Outras contas e despesas a pagar		5.978	4.284	1.669	1.863
		68.212	**55.948**	**56.936**	**62.441**
Não Circulante					
Financiamentos	16	136.405	100.667	43.055	36.430
Arrendamentos mercantins financeiros	17.1	183	191	7.422	14.976
Impostos e contribuição social diferidos	20.3	33.268	25.898	29.408	21.808
Planos de pensão e saúde	21	16.653	15.278	15.352	14.162
Provisão para processos judiciais	28	1.361	1.265	437	425
Provisão para desmantelamento de áreas	19	8.839	6.505	8.241	6.072
Outras contas e despesas a pagar		2.005	1.266	2.855	3.024
		198.714	**151.070**	**106.770**	**96.897**
Patrimônio líquido	23				
Capital social realizado		205.380	205.357	205.380	205.357
Contribuição adicional de capital		563	(6)	859	(6)
Reservas de lucros		122.623	101.324	122.963	101.876
Ajustes de avaliação patrimonial		1.273	90	1.273	90
		329.839	**306.765**	**330.475**	**307.317**
Participação dos acionistas não controladores		2.385	3.063		
		332.224	**309.828**	**330.475**	**307.317**
		599.150	**516.846**	**494.181**	**466.655**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Demonstração de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora 2011	Controladora 2010
Receita de vendas	24	**244.176**	**211.842**	**183.821**	**156.487**
Custo dos produtos e serviços vendidos	25	(166.939)	(135.617)	(124.320)	(96.134)
Lucro bruto		**77.237**	**76.225**	**59.501**	**60.353**
Receitas (despesas)					
Vendas	25	(8.950)	(8.557)	(9.915)	(7.920)
Gerais e administrativas	25	(8.647)	(7.802)	(6.029)	(5.443)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás		(4.428)	(3.797)	(3.674)	(2.601)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(2.444)	(1.739)	(2.361)	(1.641)
Tributárias		(777)	(891)	(278)	(433)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	26	(6.588)	(7.045)	(5.770)	(5.761)
		(31.834)	**(29.831)**	**(28.027)**	**(23.799)**
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		45.403	46.394	31.474	36.554
Resultado financeiro líquido	27	122	2.620	5.581	1.634
Resultado de participações em investimentos		386	585	5.808	7.039
Participação nos lucros ou resultados	22	(1.560)	(1.691)	(1.295)	(1.428)
Lucro antes dos impostos		**44.351**	**47.908**	**41.568**	**43.799**
Imposto de renda e contribuição social	20.5	(11.241)	(12.027)	(8.467)	(8.763)
Lucro líquido		**33.110**	**35.881**	**33.101**	**35.036**
Atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras		33.313	35.189	33.101	35.036
Acionistas não controladores		(203)	692		
		33.110	**35.881**	**33.101**	**35.036**
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	23.6	**2,55**	**3,57**	**2,54**	**3,55**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora 2011	Controladora 2010
Lucro líquido	**33.110**	**35.881**	**33.101**	**35.036**
Outros resultados abrangentes:				
Ajustes acumulados de conversão	1.423	(234)	1.123	(33)
Custo atribuído de coligada	10	11	10	11
Resultados não realizados em títulos disponíveis para a venda				
Reconhecido no patrimônio líquido	136	309	136	309
Transferido para o resultado	26	(6)	26	(6)
Resultados não realizados no *hedge* de fluxo de caixa				
Reconhecido no patrimônio líquido	(54)	13	(54)	13
Transferido para o resultado	8	(12)	8	(12)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(46)	(103)	(46)	(103)
	1.503	**(22)**	**1.203**	**179**
Resultado abrangente total	**34.613**	**35.859**	**34.304**	**35.215**
Atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras	34.516	35.368	34.304	35.215
Acionistas não controladores	97	491		
Resultado abrangente total	**34.613**	**35.859**	**34.304**	**35.215**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Capital subscrito e integralizado	Contribuição adicional de capital: Gastos com emissão de ações	Contribuição adicional de capital: Mudança de participação em controladas	Reservas de capital: Incentivos fiscais	Ajuste avaliação patrimonial: Ajuste acumulado de conversão	Ajuste avaliação patrimonial: Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora (CPC)	Ativo diferido	Participação dos acionistas não controladores (IFRS)	Total do patrimônio líquido consolidado (IFRS)
Saldos em 1º de janeiro de 2010	**78.967**		**1.423**	**515**	**(163)**	**96**	**10.902**	**1.294**	**1.111**	**72.123**	**(1.247)**	**165.021**	**(704)**	**2.149**	**166.466**
Aumento de capital com reservas	6.141			(515)				(899)	(14)	(4.713)					
Aumento de capital com emissão de ações	120.249	(477)										119.772			119.772
Mudança de participação em controladas			(952)									(952)		291	(661)
Lucro líquido do exercício											35.036	35.036	152	692	35.880
Outros resultados abrangentes:															
Ajuste acumulado de conversão					(33)							(33)		(201)	(234)
Resultados não realizados em títulos disponíveis para a venda e *hedge* de fluxo de caixa						201						201			201
Realização de custo atribuído de coligada						(11)					11				
Destinações:															
Apropriações do lucro líquido em reservas							1.752	1.027	250	19.043	(22.072)				
Dividendos											(11.728)	(11.728)		132	(11.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**205.357**	**(477)**	**471**		**(196)**	**286**	**12.654**	**1.422**	**1.347**	**86.453**		**307.317**	**(552)**	**3.063**	**309.828**
Aumento de capital com reservas	23								(23)						
Mudança de participação em controladas			865									865	(296)	(547)	22
Lucro líquido do exercício											33.101	33.101	212	(203)	33.110
Outros resultados abrangentes:															
Ajuste acumulado de conversão					1.123							1.123		300	1.423
Resultados não realizados em títulos disponíveis para a venda e *hedge* de fluxo de caixa						70						70			70
Realização de custo atribuído de coligada						(10)					10				
Destinações:															
Apropriações do lucro líquido em reservas							1.655	1.027	81	18.347	(21.110)				
Dividendos											(12.001)	(12.001)		(228)	(12.229)
	205.380	(477)	1.336		927	346	14.309	2.449	1.405	104.800		330.475	(636)	2.385	332.224
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**205.380**	**859**			**1.273**		**122.963**					**330.475**	**(636)**	**2.385**	**332.224**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	33.313	35.189	33.101	35.036
Ajustes para:				
Resultado dos acionistas não controladores	(203)	692		
Resultado de participações em investimentos	(386)	(585)	(5.808)	(7.039)
Depreciação, depleção e amortização	17.739	14.612	12.902	10.813
Perda na recuperação de ativos	1.824	690	744	(33)
Baixa de poços secos	2.504	2.121	2.243	1.495
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	885	312	195	40
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo e outras operações	6.238	14	(231)	(1.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	6.157	5.784	7.208	5.149
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(3.848)	(4.422)	(3.127)	(7.398)
Estoques	(8.335)	(851)	(7.463)	(715)
Outros ativos	(4.207)	3	(4.099)	(206)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	4.112	542	(701)	(20.643)
Impostos, taxas e contribuições	(3.405)	(3.732)	(791)	(3.276)
Planos de pensão e de saúde	1.483	1.381	1.321	1.292
Outros passivos	2.451	1.121	(81)	954
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	**56.322**	**52.871**	**35.413**	**14.425**
Atividades de investimentos				
Cessão onerosa - Direitos Adquiridos		(74.808)		(74.808)
Liquidação feita por LFTs		67.816		67.816
Liquidação feita por caixa e equivalentes a caixa		(6.992)		(6.992)
Demais investimentos em exploração e produção	(31.412)	(30.557)	(24.455)	(23.479)
Investimentos em exploração e produção	(31.412)	(37.549)	(24.455)	(30.471)
Investimentos em abastecimento	(26.339)	(28.118)	(18.586)	(21.253)
Investimentos em gás e energia	(4.517)	(7.270)	(2.454)	(384)
Investimento no segmento internacional	(3.966)	(4.114)	(11)	(1.073)
Investimentos em distribuição	(1.070)	(858)		
Investimentos em biocombustível	(504)	(1.212)	(711)	(1.301)
Outros investimentos	(2.316)	(1.058)	(2.193)	(783)
Investimentos em títulos e valores mobiliários	11.606	(25.406)	13.030	(32.014)
Dividendos recebidos	680	401	2.434	1.916
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	**(57.838)**	**(105.184)**	**(32.946)**	**(85.363)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital		120.249		120.249
Aporte em LFTs		(67.816)		(67.816)
Aporte em caixa e equivalentes a caixa		52.433		52.433
Gastos com emissão de ações		(710)		(710)
Aquisição de participação de acionistas não controladores	46	(581)		
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos				
Captações	40.433	36.966	55.928	75.560
Amortizações de principal	(14.523)	(18.707)	(39.525)	(42.435)
Amortizações de juros	(7.633)	(6.209)	(3.053)	(2.913)
Cessões de direitos creditórios - FIDC-NP			(6.295)	1.615
Dividendos pagos a acionistas	(10.659)	(9.415)	(10.659)	(9.415)
Recursos líquidos gerados/(utilizados) nas atividades de financiamentos	**7.664**	**53.777**	**(3.604)**	**74.135**
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	**183**	**(294)**		
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**6.331**	**1.170**	**(1.137)**	**3.197**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**29.416**	**28.246**	**19.995**	**16.798**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**35.747**	**29.416**	**18.858**	**19.995**
Informações adicionais aos fluxos de caixa:				
Valores pagos e recebidos durante o exercício				
Juros recebidos sobre operações de mútuos			764	710
Imposto de renda e contribuição social	3.438	4.680	(1.176)	2.520
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	3.963	2.909	(3.389)	2.804
	7.401	**7.589**	**(3.801)**	**6.034**
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	17	53		
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	35		342	8.188
Aumento de capital com títulos governamentais, utilizados para aquisição de direitos de exploração (cessão onerosa)		67.816		67.816
Constituição de provisão para desmantelamento de áreas	2.303	1.698	2.382	1.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	312.841	270.313	245.793	207.721
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	22	(207)	64	(160)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	66.853	67.591	49.939	50.440
	379.716	337.697	295.796	258.001
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	(43.220)	(38.474)	(28.200)	(23.784)
Custo das mercadorias para revenda	(52.264)	(38.963)	(40.329)	(29.621)
Energia, serviços de terceiros e outros	(70.145)	(72.724)	(54.506)	(53.958)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(21.292)	(21.169)	(16.283)	(15.110)
Perda na recuperação de ativos	(1.824)	(690)	(744)	33
	(188.745)	(172.020)	(140.062)	(122.440)
Valor adicionado bruto	190.971	165.677	155.734	135.561
Retenções				
Depreciação, depleção e amortização	(17.739)	(14.612)	(12.902)	(10.813)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	173.232	151.065	142.832	124.748
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	386	585	5.808	7.039
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	6.543	4.424	8.570	4.547
Aluguéis, royalties e outros	920	979	728	783
	7.849	5.988	15.106	12.369
Valor adicionado a distribuir	**181.081**	**157.053**	**157.938**	**137.117**

Distribuição do valor adicionado								
Pessoal e administradores								
Remuneração direta								
Salários	13.513	7%	11.782	8%	10.213	6%	8.765	6%
Participações nos lucros ou resultados	1.560	1%	1.691	1%	1.295	1%	1.428	1%
	15.073		13.473		11.508		10.193	
Benefícios								
Vantagens	823		831	1%	528		579	
Plano de aposentadoria e pensão	1.526	1%	1.373	1%	1.395	1%	1.264	1%
Plano de saúde	2.181	1%	1.828	1%	1.976	2%	1.660	2%
FGTS	861		745	1%	746		648	
	20.464	10%	18.250	13%	16.153	10%	14.344	10%
Tributos								
Federais*	61.098	34%	55.512	35%	57.033	36%	49.571	36%
Estaduais	36.358	20%	28.148	18%	22.367	10%	15.281	10%
Municipais	186		180		79		86	
No exterior*	6.340	4%	4.915	3%				
	103.982	58%	88.755	56%	79.479	46%	64.938	46%
Instituições financeiras e fornecedores								
Juros, variações cambiais e monetárias	13.781	8%	6.580	4%	8.813	5%	7.162	5%
Despesas de aluguéis e afretamento	9.744	5%	7.587	5%	20.392	11%	15.637	11%
	23.525	13%	14.167	9%	29.205	17%	22.799	17%
Acionistas								
Juros sobre capital próprio	10.436	6%	10.163	6%	10.436	7%	10.163	7%
Dividendos	1.565	1%	1.565	1%	1.565	1%	1.565	1%
Resultado dos acionistas não controladores	(203)		692					
Lucros retidos	21.312	12%	23.461	15%	21.100	17%	23.308	17%
	33.110	19%	35.881	22%	33.101	26%	35.036	26%
Valor adicionado distribuído	**181.081**	100%	**157.053**	100%	**157.938**	100%	**137.117**	100%

* Inclui participações governamentais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	2011								
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Biocombustível	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	**124.028**	**198.516**	**16.295**	**535**	**73.633**	**28.374**		**(197.205)**	**244.176**
Intersegmentos	123.165	63.833	2.182	482	1.223	6.320		(197.205)	
Terceiros	863	134.683	14.113	53	72.410	22.054			244.176
Custo dos produtos vendidos	(55.118)	(205.998)	(9.550)	(588)	(67.630)	(21.679)		193.624	(166.939)
Lucro bruto	**68.910**	**(7.482)**	**6.745**	**(53)**	**6.003**	**6.695**		**(3.581)**	**77.237**
Receitas (despesas)	**(7.058)**	**(7.026)**	**(2.533)**	**(222)**	**(4.118)**	**(3.169)**	**(8.008)**	**300**	**(31.834)**
Vendas, gerais e administrativas	(819)	(5.536)	(1.739)	(111)	(4.024)	(1.554)	(4.114)	300	(17.597)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(3.674)					(754)			(4.428)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.248)	(470)	(116)	(50)	(9)	(1)	(550)		(2.444)
Tributárias	(80)	(90)	(165)	(1)	(41)	(192)	(208)		(777)
Outras	(1.237)	(930)	(513)	(60)	(44)	(668)	(3.136)		(6.588)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	**61.852**	**(14.508)**	**4.212**	**(275)**	**1.885**	**3.526**	**(8.008)**	**(3.281)**	**45.403**
Resultado financeiro líquido							122		122
Resultado de participações em investimentos	74	(165)	398	26	9	40	4		386
Participação nos lucros ou resultados	(488)	(348)	(61)	(2)	(118)	(52)	(491)		(1.560)
Lucro antes dos impostos	**61.438**	**(15.021)**	**4.549**	**(251)**	**1.776**	**3.514**	**(8.373)**	**(3.281)**	**44.351**
Imposto de renda/contribuição social	(20.863)	5.051	(1.411)	94	(601)	(1.547)	6.920	1.116	(11.241)
Lucro líquido	**40.575**	**(9.970)**	**3.138**	**(157)**	**1.175**	**1.967**	**(1.453)**	**(2.165)**	**33.110**
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	40.594	(9.955)	3.109	(157)	1.175	1.949	(1.237)	(2.165)	33.313
Acionistas não controladores	(19)	(15)	29			18	(216)		(203)
	40.575	**(9.970)**	**3.138**	**(157)**	**1.175**	**1.967**	**(1.453)**	**(2.165)**	**33.110**

	2010								
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Biocombustível	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	**95.451**	**172.244**	**14.936**	**478**	**65.568**	**23.777**		**(160.612)**	**211.842**
Intersegmentos	95.026	57.228	1.761	418	1.263	4.916		(160.612)	
Terceiros	425	115.016	13.175	60	64.305	18.861			211.842
Custo dos produtos vendidos	(44.302)	(160.273)	(10.955)	(480)	(59.907)	(18.574)		158.874	(135.617)
Lucro bruto	**51.149**	**11.971**	**3.981**	**(2)**	**5.661**	**5.203**		**(1.738)**	**76.225**
Receitas (despesas)	**(5.825)**	**(6.330)**	**(2.488)**	**(122)**	**(3.618)**	**(3.288)**	**(8.454)**	**294**	**(29.831)**
Vendas, gerais e administrativas	(794)	(5.144)	(1.822)	(70)	(3.476)	(1.539)	(3.761)	247	(16.359)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(2.601)					(1.196)			(3.797)
Pesquisa e desenvolvimento	(774)	(380)	(129)		(9)	(2)	(445)		(1.739)
Tributárias	(218)	(119)	(52)	(1)	(29)	(208)	(264)		(891)
Outras	(1.438)	(687)	(485)	(51)	(104)	(343)	(3.984)	47	(7.045)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	**45.324**	**5.641**	**1.493**	**(124)**	**2.043**	**1.915**	**(8.454)**	**(1.444)**	**46.394**
Resultado financeiro líquido							2.620		2.620
Resultado de participações em investimentos		322	305	(11)	7	(22)	(16)		585
Participação nos lucros ou resultados	(538)	(378)	(66)		(120)	(48)	(541)		(1.691)
Lucro antes dos impostos	**44.786**	**5.585**	**1.732**	**(135)**	**1.930**	**1.845**	**(6.391)**	**(1.444)**	**47.908**
Imposto de renda/contribuição social	(15.228)	(1.789)	(485)	43	(654)	(447)	6.043	490	(12.027)
Lucro líquido	**29.558**	**3.796**	**1.247**	**(92)**	**1.276**	**1.398**	**(348)**	**(954)**	**35.881**
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	29.691	3.729	1.285	(92)	1.276	1.277	(1.023)	(954)	35.189
Acionistas não controladores	(133)	67	(38)			121	675		692
	29.558	**3.796**	**1.247**	**(92)**	**1.276**	**1.398**	**(348)**	**(954)**	**35.881**

Ativo	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Biocombustível	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	**10.537**	**41.203**	**4.707**	**239**	**7.956**	**8.272**	**61.886**	**(13.636)**	**121.164**
Não circulante	**254.164**	**116.982**	**47.150**	**2.180**	**6.835**	**28.167**	**23.138**	**(630)**	**477.986**
Realizável a longo prazo	7.766	7.910	3.050	32	1.243	5.465	16.351	(630)	**41.187**
Investimento	23	6.306	2.160	1.612	84	1.873	190		**12.248**
Imobilizado	169.833	102.473	41.208	536	4.709	17.842	5.666		**342.267**
Intangível	76.542	293	732		799	2.987	931		**82.284**
31.12.2011	**264.701**	**158.185**	**51.857**	**2.419**	**14.791**	**36.439**	**85.024**	**(14.266)**	**599.150**
Circulante	**6.133**	**28.722**	**5.086**	**210**	**6.581**	**5.513**	**63.611**	**(9.954)**	**105.902**
Não circulante	**221.468**	**88.771**	**45.082**	**1.676**	**5.721**	**22.742**	**25.754**	**(270)**	**410.944**
Realizável a longo prazo	6.268	6.006	2.679	13	960	3.919	18.143	(270)	**37.718**
Investimento		6.482	2.012	1.116	73	1.736	173		**11.592**
Imobilizado	138.519	76.016	40.014	546	4.005	14.523	6.472		**280.095**
Intangível	76.681	267	377	1	683	2.564	966		**81.539**
31.12.2010	**227.601**	**117.493**	**50.168**	**1.886**	**12.302**	**28.255**	**89.365**	**(10.224)**	**516.846**

A partir de 2011, os negócios com biocombustíveis estão apresentados em área própria. Anteriormente, estas informações estavam inseridas no grupo de órgãos corporativos. Reclassificamos as informações do exercício anterior para fins de comparação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado) Internacional
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	2011						
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Demonstração do resultado							
Receita de vendas	**8.615**	**14.241**	**909**	**8.320**		**(3.711)**	**28.374**
Intersegmentos	6.373	3.585	39	45		(3.722)	6.320
Terceiros	2.242	10.656	870	8.275		11	22.054
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	**3.969**	**(226)**	**190**	**120**	**(507)**	**(20)**	**3.526**
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**2.217**	**(213)**	**262**	**99**	**(396)**	**(20)**	**1.949**

	2010						
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Demonstração do resultado							
Receita de vendas	**6.574**	**13.188**	**964**	**7.254**		**(4.203)**	**23.777**
Intersegmentos	5.259	3.767	78	58		(4.246)	4.916
Terceiros	1.315	9.421	886	7.196		43	18.861
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	**2.148**	**64**	**116**	**10**	**(408)**	**(15)**	**1.915**
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	**1.527**	**78**	**142**	**10**	**(465)**	**(15)**	**1.277**

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Ativo total							
Em 31.12.2011	**27.358**	**6.365**	**1.742**	**1.889**	**3.412**	**(4.327)**	**36.439**
Em 31.12.2010	**20.715**	**5.433**	**1.518**	**1.645**	**2.840**	**(3.896)**	**28.255**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 - Base de Cálculo	**2011**			**2010**		
Receita de vendas Consolidada (RL)	244.176			211.842		
Lucro antes das participações e impostos Consolidado (RO)	45.911			49.599		
Folha de pagamento bruta consolidada	13.026			11.462		
2 - Indicadores Sociais Internos (i)	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	845	6,49%	0,35%	741	6,46%	0,35%
Encargos sociais compulsórios	6.477	49,72%	2,65%	5.475	47,77%	2,58%
Previdência privada	328	2,52%	0,13%	350	3,05%	0,17%
Saúde	2.427	18,63%	0,99%	2.064	18,01%	0,97%
Segurança e saúde no trabalho	180	1,38%	0,07%	114	0,99%	0,05%
Educação	133	1,02%	0,05%	118	1,03%	0,06%
Cultura	11	0,09%	0,00%	10	0,09%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	418	3,21%	0,17%	366	3,19%	0,17%
Creches ou auxílio-creche	90	0,69%	0,04%	6	0,05%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.560	11,98%	0,64%	1.691	14,75%	0,80%
Outros	76	0,58%	0,03%	71	0,62%	0,03%
Total - Indicadores sociais internos	**12.545**	**96,34%**	**5,13%**	**11.006**	**96,02%**	**5,19%**

3 - Indicadores Sociais Externos (i)	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho	48	0,10%	0,02%	44	0,09%	0,02%
Educação para a Qualificação Profissional	57	0,12%	0,02%	56	0,11%	0,03%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente **(I)**	70	0,15%	0,03%	79	0,16%	0,04%
Cultura	182	0,40%	0,07%	170	0,34%	0,08%
Esporte	80	0,17%	0,03%	81	0,16%	0,04%
Outros	33	0,07%	0,00%	20	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	**470**	**1,02%**	**0,19%**	**450**	**0,90%**	**0,21%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	97.826	213,08%	40,06%	82.971	167,28%	39,17%
Total - Indicadores sociais externos	**98.296**	**214,10%**	**40,26%**	**83.421**	**168,19%**	**39,37%**

4 - Indicadores Ambientais (i)	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	2.550	5,55%	1,04%	2.165	4,37%	1,02%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	172	0,37%	0,07%	258	0,52%	0,12%
Total dos investimentos em meio ambiente	2.722	5,93%	1,11%	2.423	4,89%	1,13%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%		( ) não possui metas	( ) não possui metas	
	( )cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%		( )cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

5 - Indicadores do Corpo Funcional (i)	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	81.918	80.492
Nº de admissões durante o período	3.447	4.353
Nº de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços	328.133	291.606
Nº de estagiários(as)	1.825	1.402
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	35.927	34.504
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13.860	13.408
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	14,4%	13,3%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa **(III)**	18.468	16.447
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) **(IV)**	24,9%	25,3%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais **(V)**	1.104	1.093

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (i)	2011			Metas 2012		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,22			20,22		
Número total de acidentes de trabalho	653			487		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): **(VI)**	na empresa 11.230	no Procon 5	na Justiça 17	na empresa 5.138	no Procon 4	na Justiça 8
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: **(VI)**	na empresa 93,8%	no Procon 80%	na Justiça 29,4%	na empresa 99,1%	no Procon 100%	na Justiça 87,5%
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor:	**Em 2011: 181.081**			**Em 2010: 157.053**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	58% governo 10% colaboradores(as) 7% acionistas 13% terceiros 12% retido			56% governo 13% colaboradores(as) 7% acionistas 9% terceiros 15% retido		

7 - Outras Informações

1) A Companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
2) A Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

I. Inclui R$ 19,1 de repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA).
II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil relativas às admissões por processo seletivo público.
III. Informações de 2011 relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Liquigás e Refap que se autodeclaram negros (cor parda e preta).
IV. Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 24,9% são exercidos por pessoas que se autodeclararam negras (cor parda e preta).
V. Informações relativas à Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Transpetro, que correspondem a 5,3% do efetivo nos cargos em que é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência.
VI. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela Petrobras Controladora e da Petrobras Distribuidora. As metas para 2012 não contêm as estimativas do SAC e da Petrobras Distribuidora.
(i) Informação não auditada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 A Companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dedica-se, diretamente ou por meio de suas subsidiárias e controladas (denominadas, em conjunto, "Petrobras" ou a "Companhia"), à pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e por normas da CVM, estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 651/10. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 3.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 9 de fevereiro de 2012, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

2.1 Relatórios por segmento de negócio

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre as áreas de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre as áreas e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização vigente, contendo as seguintes áreas:

a) Exploração e Produção: abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.

b) Abastecimento: contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e petróleo, exportação de etanol, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.

c) Gás e Energia: engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, de transporte e comercialização de GNL, de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas no Brasil, além de ser responsável pelos negócios com fertilizantes.

d) Biocombustível: contemplam as atividades de produção de biodiesel e seus co-produtos e as atividades de etanol, através de participações acionárias, da produção e da comercialização de etanol, açúcar e o excedente de energia elétrica gerado a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

e) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, etanol e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora.

f) Internacional: abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

2.2 Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

2.3 Balanço social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e informações gerenciais da Companhia. Esse balanço é apresentado como informação adicional.

2.4 Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de suas controladas brasileiras, é o real. A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e a moeda funcional da Petrobras Argentina S.A. é o peso argentino.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

2.5 Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, provisões para processos judiciais, valor de mercado de instrumentos financeiros, ajustes a valor presente de contas a receber e a pagar das transações relevantes, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Petrobras e de suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósitos específicos, cujas práticas contábeis estão aderentes às adotadas pela Companhia. As empresas consolidadas são as seguintes:

		Participação no capital Subscrito, integralizado e votante %	
Subsidiárias e controladas	**País**	**2011**	**2010**
Petrobras Química S.A. - Petroquisa e suas controladas	Brasil	100,00	100,00
Petrobras Distribuidora S.A. - BR e suas controladas	Brasil	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (i).	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Braspetro Oil Company - BOC (i)	Ilhas Cayman	99,99	99,99
Petrobras International Braspetro B.V. - PIBBV e suas controladas (i) (ii)	Holanda	100,00	100,00
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN (iii)	Brasil	100,00	100,00
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro (iv)	Brasil	100,00	100,00
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e suas controladas	Brasil	99,99	99,99
Petrobras International Finance Company - PifCo e suas controladas (i)	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas	Brasil	100,00	100,00
Downstream Participações Ltda. e sua controlada	Brasil	99,99	99,99
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV e suas controladas (i)	Holanda	100,00	100,00
5283 Participações Ltda.	Brasil	100,00	100,00
FAFEN Energia S.A. e sua controlada (v)	Brasil		100,00
Baixada Santista Energia Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	Brasil	100,00	100,00
Termorio S.A.(v)	Brasil		100,00
Termoceará Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Termomacaé Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A (v)	Brasil		100,00
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	Brasil	99,00	99,00
Termobahia S.A.	Brasil	98,85	98,85
Petrobras Biocombustível S.A.	Brasil	100,00	100,00
Refinaria Abreu e Lima S.A.	Brasil	100,00	100,00
Cordoba Financial Services Gmbh - CFS e sua controlada (i)	Áustria	100,00	100,00
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. – CLEP	Brasil	100,00	100,00
Comperj Petroquimos Básicos S.A(v)	Brasil		100,00
Comperj PET S.A.(v)	Brasil		100,00
Comperj Participações S.A.	Brasil	100,00	100,00
Comperj Estirênicos S.A.	Brasil	100,00	100,00
Comperj MEG S.A.	Brasil	100,00	100,00
Comperj Poliolefinas S.A.	Brasil	100,00	100,00
Breitener Energética S.A. e suas controladas	Brasil	65,00	65,00
Cayman Cabiunas Investment CO. (i)	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Ibiritermo S.A.	Brasil	50,00	50,00
Innova S.A.	Brasil	100,00	
Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A. - CDPU (vi)	Brasil	100,00	
Companhia de Recuperação Secundária S.A. – CRSEC	Brasil	100,00	

(i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.
(ii) Participação de 11,87% em 2011 (11,45% em 2010) da 5283 Participações Ltda.
(iii) Participação de 0,09% da Petrobras Gás S. A. - Gaspetro.
(iv) Participação de 0,05% da Downstream.
(v) Empresas incorporadas pela Petróleo Brasileiro S.A.
(vi) Participação de 20% do Comperj Participações S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Sociedades de Propósitos Específicos - SPE	País	Atividade principal
Charter Development LLC – CDC (i)	E.U.A	Exploração e Produção
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI	Brasil	Refino
Nova Transportadora do Nordeste S.A. – NTN	Brasil	Logística
Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS	Brasil	Logística
PDET Offshore S.A.	Brasil	Exploração e Produção
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras	Brasil	Corporativo

(i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

A Companhia passou a reconhecer em suas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os investimentos em empresas controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não mais consolidados proporcionalmente, em conformidade com a alternativa prevista no IAS 31 e seu correspondente CPC 19 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 666/11.

Essa alteração foi aplicada retroativamente a 1º de janeiro de 2010, com a alteração dos saldos conforme a seguir:

a) ***Balanço patrimonial consolidado***

	01.01.2010			31.12.2010		
	Divulgado (*)	Efeito da consolidação proporcional	Saldo inicial reapresentado 01.01.2010	Divulgado (*)	Efeito da consolidação proporcional	Reapresentado
Ativo circulante	74.374	(934)	73.440	106.685	(783)	105.902
Ativo realizável a longo prazo	34.923	(574)	34.349	38.470	(752)	37.718
Investimento	5.772	2.272	8.044	8.879	2.713	11.592
Imobilizado	227.079	(2.432)	224.647	282.838	(2.743)	280.095
Intangível	8.271	(1.482)	6.789	83.098	(1.559)	81.539
	350.419	**(3.150)**	**347.269**	**519.970**	**(3.124)**	**516.846**
Passivo circulante	55.161	(1.068)	54.093	56.834	(886)	55.948
Passivo não circulante	128.363	(1.653)	126.710	152.911	(1.841)	151.070
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	164.317		164.317	306.766	(1)	306.765
Participação de acionistas não controladores	2.578	(429)	2.149	3.459	(396)	3.063
	350.419	**(3.150)**	**347.269**	**519.970**	**(3.124)**	**516.846**

(*) Divulgado nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010

b) Demonstração de resultados consolidado

	2010		
	Divulgado	Efeito da consolidação proporcional	Reapresentado
Receita de venda	213.274	(1.432)	211.842
Custo dos produtos e serviços vendidos	(136.052)	435	(135.617)
Lucro bruto	**77.222**	**(997)**	**76.225**
Despesas	(30.165)	334	(29.831)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e tributos	**47.057**	**(663)**	**46.394**
Resultado financeiro líquido	2.563	57	2.620
Resultado de participação em investimento	208	377	585
Participação de empregados e administradores	(1.691)		(1.691)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	48.137	(229)	47.908
Imposto renda/contribuição social	(12.236)	209	(12.027)
Lucro líquido	**35.901**	**(20)**	**35.881**
Atribuível aos:			
Acionistas da Petrobras	35.189		35.189
Acionistas não controladores	712	(20)	692
	35.901	**(20)**	**35.881**

c) Demonstração dos fluxos de caixa consolidado

	2010		
	Divulgado	Efeito da consolidação proporcional	Reapresentado
Caixa gerado pelas atividades operacionais	53.435	(564)	52.871
Caixa utilizado em atividades de investimentos	(105.567)	383	(105.184)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	53.858	(81)	53.777
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalente caixa	(437)	143	(294)
Variação líquida de caixa do exercício	1.289	(119)	1.170
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.034	(788)	28.246
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**30.323**	**(907)**	**29.416**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

3.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	2011	2010	2011	2010
Consolidado - IFRS	**332.224**	**309.828**	**33.110**	**35.881**
Patrimônio de acionistas não controladores	(2.385)	(3.063)	203	(692)
Despesas diferidas líquidas de IR	636	552	(212)	(153)
Controladora ajustado aos padrões internacionais de contabilidade (CPC)	**330.475**	**307.317**	**33.101**	**35.036**

4 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

4.1. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas.

• A receita de vendas de petróleo bruto e seus derivados é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

• A receita de venda de serviços de fretes e outros é reconhecida em função de sua realização.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

4.2. Ativos e passivos financeiros

4.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

4.2.2. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração para esses títulos, sob as seguintes categorias:

• Os títulos para negociação são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado quando incorridos.

• Os títulos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária são registrados no resultado, quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, sendo transferidos para o resultado do exercício, quando de sua liquidação.

• Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição, acrescidos por juros e atualização monetária que são registrados no resultado quando incorridos.

4.2.3. Contas a receber

São contabilizadas inicialmente pelo valor da contraprestação a ser recebida e subsequentemente pelo custo amortizado, sendo deduzidas das perdas em crédito de liquidação duvidosa.

4.2.4. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

4.2.5. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados pelo valor justo, determinado com base em cotações de fechamento de mercado, quando disponíveis.

Nas operações com derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados e de moeda, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado financeiro.

Para as operações de *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

4.2.6. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos com a emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

Os dividendos mínimos obrigatórios atendem aos limites definidos no estatuto da Companhia e são reconhecidos como passivo.

4.3. Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

• As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;

• Os derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;

• Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição e as importações em andamento demonstradas ao custo identificado.

4.4. Investimentos societários

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas, controladas em conjunto e também em coligadas, nos quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

4.5. Combinação de negócios e goodwill

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa uma combinação de negócios ou uma compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos numa combinação de negócios são contabilizados em consonância com o método de aquisição, sendo reconhecidos pelos seus respectivos valores justos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos adquiridos, líquidos) é reconhecido como *goodwill* no ativo intangível. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é reconhecido um ganho na demonstração de resultado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

As mudanças de participações em controladas que não resultem em perda de controle são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

Nas aquisições de participação em coligadas e controladas em conjunto, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo, sendo que o *goodwill* é apresentado no investimento.

4.6. Imobilizado

Mensuração

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, corrigido monetariamente durante períodos hiperinflacionários, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*. Os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens, estão demonstrados pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato.

Os custos incorridos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são contabilizados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica sejam contabilizados como despesas no período em que são incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os gastos relevantes com manutenção das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os encargos financeiros que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base numa taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou pelo método de unidades produzidas dos respectivos ativos.

Depreciação

Os equipamentos e instalações relacionados à produção de petróleo e gás dos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Essas reservas são estimadas por profissionais especializados da Companhia, de acordo com as definições estabelecidas pela *Securities and Exchange Commission -SEC*, e revisadas anualmente, ou em um intervalo menor, caso haja indício de alterações significativas. Para os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção é utilizado o método linear.

Os terrenos não são depreciados. Os demais bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Classe de ativos	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	25 anos (25-40 anos)
Equipamentos e outros bens.....	20 anos (3-31 anos)

As paradas para manutenção ocorrem em intervalos programados em média de 4 anos, e os respectivos gastos são depreciados como custo da produção até o início da parada seguinte.

4.7. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*. É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, bônus de assinatura pagos pela obtenção de concessões para exploração de petróleo ou gás natural, cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do pré-sal, concessões de serviços públicos, além de marcas e patentes, s*oftwares* e ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)* decorrente de aquisição de participação com controle. O ágio decorrente de aquisição de participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto é apresentado no investimento.

Os bônus de assinatura são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais, enquanto que os demais intangíveis são amortizados linearmente pela vida útil estimada, exceto o *goodwill* que não é amortizado.

A cessão onerosa de direitos de exploração também será amortizada pelo o método de unidades produzidas.

4.8. Diferido

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008 no individual, que continuará a ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de redução ao valor recuperável de ativos *impairment*, em conformidade com a Lei 11.941/09.

4.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido (individual) quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

4.10. Arrendamentos mercantis

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. Nos casos em que a Companhia é arrendadora, esses contratos são reconhecidos como recebíveis no ativo. Os demais contratos de arrendamentos são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

4.11. Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras.

4.12. Imposto de renda e contribuição social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

4.13. Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corredor.

A Companhia também contribui para os planos nacionais de pensão e de seguridade social das controladas internacionais, com características de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.14. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicando-se na Petrobras da seguinte forma:

• Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem, e

• Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

4.15. Novas normas e interpretações

Durante o exercício de 2011, as seguintes normas, emitidas pelo IASB entraram em vigor, mas não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia:

• Versão revisada do IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (*Related Party Disclosures*).

• IFRIC 19 - "Extinguindo Passivos Financeiros com Instrumentos de Patrimônio" (*Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments*).

• Emenda do IFRIC 14 - "Pré pagamentos de Requerimentos de Aportes Mínimos" (*Prepayments of a Minimum Funding Requirement*).

• Emenda do IAS 32 - "Classificação de Emissão de Direitos" (*Classification of Rights Issues*).

As normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

Normas	Descrição	Vigência (*)
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações: Transferências de Ativos Financeiros" (*Disclosures: Transfers of Financial Assets*).	1º de julho de 2011
Emenda ao IAS 12	"Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes" (*Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*). Estabelece critérios para apuração da base fiscal de um ativo.	1º de janeiro de 2012
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (*Consolidated Financial Statements*). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (*Joint Arrangements*). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações contábeis de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (*Disclosure of Interests in Other Entities*). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (*Fair Value Measurement*). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (*Presentation of Items of Other Comprehensive Income*). Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (*Employee Benefits*). Elimina o método do corredor para reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (*Disclosures – Offesetting Financial Assets and Financial Liabilities*). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 9	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (*Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

(*) Normas vigentes a partir de exercícios iniciados em ou após essas datas.

A Companhia está avaliando os impactos da emenda ao IAS 19 em suas demonstrações contábeis. Quanto às demais emendas e novas normas listadas acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos significantes em suas demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	3.731	3.294	672	437
Aplicações financeiras				
- *No País*				
Fundos de investimentos DI	10.301	11.262	9.210	10.119
Outros fundos de investimentos	4.275	1.750	2.623	325
	14.576	**13.012**	**11.833**	**10.444**
- *No Exterior*	17.440	13.110	6.353	9.114
Total das aplicações financeiras	**32.016**	**26.122**	**18.186**	**19.558**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**35.747**	**29.416**	**18.858**	**19.995**

As aplicações financeiras no país são representadas por fundos de investimentos cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais e aplicações em quotas do fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) do Sistema Petrobras.

As aplicações no exterior são compostas de *time deposits* com prazos de até 3 meses e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo, realizadas com instituições de primeira linha.

6 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Para negociação	16.785	25.651	16.785	25.588
Disponíveis para venda	5.479	5.303	5.210	5.125
Mantidos até o vencimento	291	257	6.849	7.767
	22.555	**31.211**	**28.844**	**38.480**
Circulante	16.808	26.013	23.625	33.731
Não circulante	5.747	5.198	5.219	4.749

Os títulos disponíveis para venda incluem Notas do Tesouro Nacional - Série B no valor de R$ 5.401 (R$ 5.137 na Controladora) em 31 de dezembro de 2011, indexadas ao IPCA, com pagamento de cupons

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

semestrais de 6 % a.a. e vencimentos em 2024 e 2035, e estão apresentadas no ativo não circulante. Parte dessas NTN-B foi dada em garantia à Petros em 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro, conforme descrito na Nota 21.

Os títulos para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos governamentais com prazos de vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

Os títulos mantidos até o vencimento na Controladora incluem investimentos no FIDC-NP relativo a direitos creditórios não performados de suas atividades operacionais no valor de R$ 6.840 em 31 de dezembro de 2011 e estão apresentados no ativo circulante.

7 Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Clientes				
Terceiros	20.048	16.428	3.207	3.199
Partes relacionadas (Nota 18)				
Subsidiárias, controladas e coligadas	1.549	1.116	26.146	40.127
Recebíveis do setor elétrico	2.952	3.145	1.099	2.315
Contas petróleo e álcool - STN	832	822	832	822
Outras	5.565	4.671	3.029	2.733
	30.946	**26.182**	**34.313**	**49.196**
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.790)	(2.681)	(402)	(466)
	28.156	**23.501**	**33.911**	**48.730**
Circulante	**22.053**	**18.069**	**21.068**	**17.701**
Não circulante	**6.103**	**5.432**	**12.843**	**31.029**

7.2. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	**2.681**	**2.531**	**466**	**306**
Adições (*)	586	356	238	169
Baixas/ Reversões (*)	(477)	(206)	(302)	(9)
Saldo final	**2.790**	**2.681**	**402**	**466**
Circulante	1.685	1.715	402	466
Não circulante	1.105	966		

(*) Inclui variação cambial sobre perdas em créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

7.3. Contas a receber vencidos

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Até 3 meses	1.411	817	800	500
De 3 a 6 meses	215	162	82	56
De 6 a 12 meses	264	211	64	41
Acima de 12 meses	2.982	3.017	447	570

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Produtos:				
Derivados de petróleo (*)	9.166	6.254	7.550	4.957
Álcool (*)	782	477	289	123
	9.948	6.731	7.839	5.080
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	14.847	9.504	11.718	7.300
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	3.369	3.253	2.911	2.864
Outros	367	261	33	14
	28.531	**19.749**	**22.501**	**15.258**
Circulante	28.447	19.675	22.434	15.199
Não circulante	84	74	67	59

(*) Inclui importações em andamento.

9 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
Ativo não circulante	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	1.131	928	1.087	888
Fiscais (*)	1.264	1.192	963	912
Cíveis (*)	455	596	416	558
Outros	105	74	98	68
	2.955	**2.790**	**2.564**	**2.426**

(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

10 Aquisições e vendas de ativos

10.1. Combinação de negócios

Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A - CDPU

Em 23 de dezembro de 2011, a Petrobras adquiriu 80% da Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A - CDPU por R$ 20. Com essa transação a Companhia passa a deter 100% da CDPU.

A CDPU é uma central de utilidades que concentra as unidades de geração de energia elétrica e vapor, tratamento de água e de efluentes industriais para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.

Gas Brasiliano Distribuidora S.A.

Em 29 de julho de 2011, a Petrobras Gás S.A.- Gaspetro adquiriu 100% das ações da Gas Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD por R$ 425 (equivalentes a US$ 271 milhões). A avaliação do valor justo dos ativos e passivos não foi concluída, portanto, preliminarmente foi reconhecido um ágio de R$ 19.

A operação foi autorizada pela agência reguladora de São Paulo em abril de 2011 e o aditivo ao contrato de concessão da GBD foi assinado em julho de 2011, atendendo as condições previstas no contrato celebrado com a Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. - ENI em 2010.

A GBD possui a concessão do serviço de distribuição de gás natural na região noroeste do Estado de São Paulo e o contrato de concessão teve início em dezembro de 1999 com duração de 30 anos, podendo ser prorrogado por mais 20 anos.

10.2. Aquisição de participações em controladas em conjunto e coligadas

BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Em 1º de julho de 2011, a Petrobras Biocombustível S.A. adquiriu 50% de participação societária na BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. mediante pagamento de R$ 133 da seguinte forma: R$ 76 em moeda corrente e aporte de R$ 57 referente a participação na BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel S.A.

Avaliação dos ativos líquidos a valor justo - Nova Fronteira, Bioóleo, Braskem, Guarani e Total Canavieira

Em 2010, a Companhia celebrou acordos de investimentos para ingresso no capital social das empresas Nova Fronteira Bioenergia S.A., Bioóleo Indústrial e Comercial Ltda., Braskem S.A., Guarani S.A e Total Agroindústria Canavieira S.A. Em 2011, as avaliações dos ativos líquidos adquiridos a valor justo foram concluídas, conforme a seguir:

	Controladas em conjunto	Coligadas			
	Nova Fronteira	Bioóleo	Braskem	Guarani	Total Agroindústria Canavieira	Total
Contraprestação transferida pela compra	432	18	2.805	878	155	**4.288**
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(425)	(16)	(2.240)	(799)	(89)	**(3.569)**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill*	7	2	565	79	66	**719**
Participação adquirida do capital total (%)	49,00%	50,00%	10,69%	31,44%	43,58%	

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de imobilizado e intangível no montante de R$ 358, que está classificada no grupo de investimentos, assim como o *goodwill* no montante de R$ 719.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

10.3. Aquisição de participações de não controladores

Sociedades de Propósitos Específicos (SPE)

A Companhia exerceu opção de compra de SPE durante o exercício de 2011 que resultou num aumento de R$ 910 no patrimônio líquido atribuível aos seus acionistas, como contribuição adicional de capital, conforme a seguir:

Data da opção	Razão social da SPE	% das ações	Contribuição adicional de capital
12/01/2011	Companhia Mexilhão do Brasil - CMB	100%	112
11/11/2011	Transportadora Gasene S.A. - Gasene	100%	789
09/12/2011	Companhia de Recuperação Secundária - CRSec	100%	9
			910

A partir dessa opção de compra, a Gasene Participações Ltda., antiga controladora da Transportadora Gasene, deixou de ser consolidada na Petrobras.

Innova S.A.

Em 31 de março de 2011, a Petrobras passou a deter diretamente 100% do capital social da Innova, empresa petroquímica localizada no Polo de Triunfo (RS), que era indiretamente controlada pela Petrobras Argentina (Pesa). O valor da operação foi de US$ 332 milhões (equivalentes a R$ 551), sendo US$ 228 milhões pagos em abril de 2011 e US$ 104 milhões com vencimento em 30 de outubro de 2013, corrigidos pela LIBOR (12 meses) a partir da data da assinatura do documento de compra e venda de ações (SPA). Essa transação resultou numa redução de R$ 90 no patrimônio atribuível aos acionistas da Petrobras, como resultado da redução da participação de não controladores neste empreendimento.

10.4. Venda de ativos e outras informações

Cia Energética Suape II

A Petrobras possui 20% de participação na Energética Suape II S.A, cujo objetivo é a construção de usina termoelétrica no município de Cabo de Santo Agostinho - PE, com potência de 380 MW. O restante da participação (80%) pertence a Nova Cibe Energia S.A.

Em 31 de maio de 2011, a Petrobras efetuou o depósito de R$ 48,4 referente às ações não subscritas pela Nova Cibe, cujo exercício da opção de compra ocorreu em 5 de maio de 2011, conforme previsto no Acordo de Acionistas de Suape II.

A Petrobras mantém o depósito como direito sobre aquisição de participação acionária, no grupo investimentos, até resolução da divergência em sede de arbitragem.

Albacora Japão Petróleo Ltda.

Em 6 de maio de 2011, a Petrobras exerceu a opção de compra dos ativos de produção de petróleo da SPE Albacora Japão Petróleo Ltda. pelo valor de R$ 10 mil. A partir desta opção de compra, a SPE deixou de ser consolidada na Petrobras, em função do cumprimento das obrigações contratuais relacionadas.

Venda da Refinaria de San Lorenzo e parte da rede de distribuição na Argentina

Em 02 de maio de 2011, a Companhia vendeu ativos de refino e distribuição na Argentina à Oil Combustibles S.A. por US$ 102 milhões, conforme acordo assinado em 2010. A operação, que está sujeita a aprovação do órgão regulador argentino, compreendeu uma refinaria situada em San Lorenzo na província de Santa Fé, uma planta fluvial, rede de comercialização de combustíveis vinculada à refinaria (aproximadamente 360 postos de venda e clientes atacadistas associados), bem como os estoques de petróleo e derivados.

Logum Logística S.A.

Em 01 de março de 2011, a razão social da PMCC Soluções Logística de Etanol S.A. foi alterada para Logum Logística S.A., conforme acordo de acionistas, cuja composição acionária é a seguinte: Petrobras - 20%; Copersucar S.A.- 20%; Raízen Energia S.A. - 20%; Odebrecht Transport Participações S.A.- 20%; Camargo Correa Óleo e Gás S.A.- 10%; e Uniduto Logística S.A.- 10%.

A Logum será responsável pela construção de um sistema logístico multimodal para transporte e armazenagem de etanol, desenvolvimento e operação do sistema que envolverá poliduto, hidrovias, rodovias e cabotagem.

Incorporação de Subsidiárias

No exercício de 2011, as Assembleias Gerais Extraordinárias da Petrobras aprovaram a incorporação de subsidiárias ao seu patrimônio, sem aumento de capital, conforme a seguir:

Data da AGE	Razão social
31/01/2011	Comperj Petroquímicos Básicos S.A. e Comperj PET S.A.
04/04/2011	Companhia Mexilhão do Brasil - CMB
19/12/2011	Termorio S.A., Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. e Fafen Energia S.A.

Essas incorporações visam simplificar a estrutura societária e minimizar custos.

11 Investimentos

11.1. Informações sobre as subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2011	Milhares de ações/quotas: Ações Ordinárias / quotas		Milhares de ações/quotas: Ações preferenciais	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Subsidiárias e Controladas						
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	7.223	26.057			14.376	3.666
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	6.615	3.103		775	10.573	823
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	5.153	42.853.453			10.095	1.267
Petrobras Química S.A. - Petroquisa	3.788	13.508.637		12.978.886	4.515	(501)
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	2.464	2.464.466			3.241	629
Refinaria Abreu e Lima S.A.	2.889	2.889.240			2.998	(738)
Petrobras Biocombustível S.A.	1.902	190.239			1.477	(208)
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. - CLEP	827	180.000			1.473	(3)
Petrobras International Finance Company - PifCo	531	300.050			(1.364)	(633)
Downstream Participações Ltda.	1.227	1.226.500	(*)		1.146	(482)
Termomacaé Ltda.	634	634.015	(*)		743	177
Comperj Poliolefinas S.A.	651	65.108			651	
Petrobras International Braspetro - PIB BV	6	2.837			461	1.255
INNOVA S.A.	307	57.600		5.747	374	39
Termoceará Ltda.	275	275.226	(*)		319	41
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	217	216.852	(*)		270	45
Baixada Santista Energia Ltda.	297	297.136	(*)		241	(22)
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	351	106.210			216	(18)
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda.	78	77.599	(*)		115	70
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	56	55.556	(*)		104	108
Comperj Estirênicos S.A.	87	8.739			87	

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2011	Milhares de ações/quotas: Ações Ordinárias / quotas		Milhares de ações/quotas: Ações preferenciais	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Comperj MEG S.A.	77	7.696			77	
5283 Participações Ltda.	1.423	1.422.603	(*)		55	143
Breitener Energética S.A.	160	160.000			46	(77)
Cordoba Financial Services GmbH	5	1	(**)		42	
Termobahia S.A.	312	52			41	7
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	21	21.000			28	2
Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A. - CDPU	25	25.001			25	
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	1	117.127	(*)		11	8
Companhia de Recuperação Secundária S.A. - CRSEC		43.456			9	
Comperj Participações S.A.	18	1.771			8	(9)
Braspetro Oil Company - BOC		1	(**)			106
Cayman Cabiunas Investment Co.		100	(**)	25.500		
Controladas em conjunto						
UTE Norte Fluminense S.A.	481	481.432			1.008	549
Termoaçu S.A.	700	699.737			726	15
Logum Logística S.A.	300	430.556			264	(26)
Brasil PCH S.A.	109	94.188		14.844	164	50
Cia Energética Manauara S.A.	45	45.000			143	27
Ibiritermo S.A.	8	7.652			95	35
Brasympe Energia S.A.	26	260.000			78	8
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PCBIOS	63	62.850			62	(3)
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	15	5.158		10.138	52	17
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	40	39.918			42	3
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	39	38.911			41	4
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	35	35.353			38	4
Brentech Energia S.A.	39	25.901			35	
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	34	35.433			34	2
GNL do Nordeste Ltda.	1	7.507	(*)			
Coligadas						
Braskem	8.043	451.669		349.997	9.928 (***)	(337) (***)
BRK - Investimentos Petroquímicos	2.432	269.193			5.120	(281)
UEG Araucária Ltda.	707	707.440	(*)		638	(6)
Fundo de Investimento em Participações de Sondas	259	261.573	(*)		256	(3)
Sete Brasil Participações S.A.	270	16.500			212	(59)
Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP	37	6.159			92	4
Energética SUAPE II	140	139.977			56	(27)
Energética Camaçari Muriçy I Ltda.	67	67.260			22	(15)
Companhia Energética Potiguar S.A.	8	1			21	11
Arembepe Energia S.A.	90	90.218			11	(34)
Bioenergética Britarumã S.A.		110				

(*) Quotas
(**) Quantidade de ações em unidades
(***) Dados relativos a 30.09.2011 - Últimos disponibilizados ao mercado.

11.2. Investimentos (Consolidado)

	2011	2010
Coligadas e Controladas em conjunto		
BRK Investimentos Petroquimicos S.A.	3.098	3.271
Outros Investimentos Petroquímicos	3.128	3.224
Distribuidoras de Gás	1.056	960
Guarani S.A.	847	680
Termoaçu S.A.	538	524
Petroritupano - Orielo	458	413
Nova Fronteira Bionergia S.A.	434	243
Petrowayu - La Concepción	330	327
Distrilec S.A.	216	228
Petrokariña - Mata	195	212
UEG Araucária	128	128
Transierra S.A.	122	101
Demais empresas coligadas e controladas em conjunto	1.468	1.098
	12.018	**11.409**
Outros Investimentos	230	183
	12.248	**11.592**

11.3. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

	Lote de mil ações			Cotação em bolsa de valores (R$ por ação)		Valor de mercado	
Empresa	**2011**	**2010**	**Tipo**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Controladas							
Petrobras Argentina	678.396	678.396	ON	2,70	4,46	1.832	3.026
						1.832	**3.026**
Coligadas							
Braskem	212.427	212.427	ON	11,78	17,80	2.502	3.781
Braskem	75.793	75.793	PNA	12,80	20,37	970	1.544
Quattor Petroquímica (*)		46.049	PN		6,99		322
						3.472	**5.647**

(*) Em 03 de fevereiro de 2011, ocorreu o cancelamento do registro na CVM de companhia aberta em função da incorporação das ações pela Braskem.

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

11.4. Mutação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2010	Aquisição e aporte de capital	Contribuição Adicional de Capital	Baixa por incorporação/ Redução de capital	Resultado: Equivalência patrimonial	Resultado: Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.12.2011
Subsidiárias e controladas								
PNBV	**8.599**				3.524	1.617		**13.740**
Gaspetro	**7.555**	1.726	705		824		(236)	**10.574**
Petrobras Distribuidora	**9.116**				1.267	4	(427)	**9.960**
Petroquisa	**3.997**	915			(512)	20	96	**4.516**
Transpetro	**2.568**	392			624	18	(456)	**3.146**
Refinaria Abreu e Lima	**2.015**	1.721			(739)			**2.997**
CLEP	**1.473**				(3)	3		**1.473**
PBIO	**1.194**	506			(191)	(32)		**1.477**
Downstream	**1.623**				(499)			**1.124**
Termomacaé Ltda	**734**				177		(168)	**743**
COMPERJ Poliolefinas	**309**	342						**651**
PIBBV					550	(150)		**400**
INNOVA		551	(165)		39	(48)		**377**
Termoceará	**278**				41			**319**
PBEN	**370**				45		(145)	**270**
Baixada Santista	**249**	14			(22)			**241**
SFE	**187**				108		(192)	**103**
COMPERJ Estirênicos	**76**	11						**87**
COMPERJ MEG	77							77
Termorio	**2.371**			(2.526)	300		(145)	
COMPERJ PET	**272**			(272)				
UTE Juiz de Fora	**132**			(150)	36		(18)	
FAFEN	**343**			(429)	87			**1**
COMPERJ Petroquímicos	**2.425**			(2.426)	1			
Outras Controladas	**291**	37	120	(140)	196	34	(185)	**353**
Controladas em Conjunto	**880**	112	(4)		118	(1)	(54)	**1.051**
Coligadas	**2.581**	**47**			**(109)**	**(840)**	**(36)**	**1.643**
	49.715	**6.374**	**656**	**(5.943)**	**5.862**	**625**	**(1.966)**	**55.323**

	2011	2010
Subsidiárias, controladas em conjunto e coligadas	55.323	49.715
Ágio	3.056	2.242
Lucros não realizados da Controladora	(1.340)	(1.150)
Outros investimentos	200	148
Total dos investimentos	**57.239**	**50.955**

11.5. Informações contábeis resumidas de controladas em conjunto e coligadas

A Companhia investe em controladas em conjunto e coligadas no país e exterior, cujas atividades estão relacionadas a empresas petroquímicas, distribuidoras de gás, biocombustíveis, termoelétricas, refinarias e outras. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	2011			
	Controladas em conjunto		Coligadas	
	País	Exterior	País	Exterior
Ativo circulante	4.520	1.235	12.181	3.358
Ativo realizável a longo prazo	1.497	382	3.967	752
Imobilizado	7.653	2.345	23.017	2.243
Outros ativos não circulantes	131	832	4.390	
	13.801	**4.794**	**43.555**	**6.353**
Passivo circulante	3.107	2.073	10.253	3.187
Passivo não circulante	3.747	1.485	20.546	373
Patrimônio líquido	6.927	1.049	12.539	2.793
Participação dos acionistas não controladores	20	187	217	
	13.801	**4.794**	**43.555**	**6.353**
Receita operacional líquida	9.243	3.276	36.033	1.765
Lucro líquido do exercício	1.418	231	(396)	433
Percentual de participação - %	10% a 83%	33% a 51%	10% a 44%	22% a 36%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

12 Imobilizado

12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado					Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção (*)	Gastos c/exploração e desenv. Produção de petróleo e gás (campos produtores)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010	**7.260**	**69.241**	**116.423**	**31.262**	**224.186**	**149.447**
Adições	220	2.827	57.546	3.157	63.750	49.506
Juros capitalizados			5.508		5.508	4.223
Combinação de negócios	87	100	25		212	
Baixas	(137)	(91)	(1.522)	(1.090)	(2.840)	(1.493)
Transferências	1.886	34.207	(39.000)	7.899	4.992	(1.863)
Depreciação, amortização e depleção	(591)	(7.677)		(5.730)	(13.998)	(10.149)
Impairment - constituição		(181)		(265)	(446)	(434)
Impairment - reversão		131		408	539	538
Ajuste acumulado de conversão	31	(1.383)	(402)	(54)	(1.808)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**8.756**	**97.174**	**138.578**	**35.587**	**280.095**	**189.775**
Custo	12.412	160.543	138.578	77.555	389.088	271.824
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(3.656)	(63.369)		(41.968)	(108.993)	(82.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**8.756**	**97.174**	**138.578**	**35.587**	**280.095**	**189.775**
Adições	169	2.730	53.690	3.139	59.728	42.222
Juros capitalizados			7.325		7.325	5.788
Combinação de negócios			24		24	
Baixas	(41)	(421)	(2.221)	(568)	(3.251)	(2.258)
Transferências	4.205	31.283	(40.294)	14.812	10.006	4.531
Depreciação, amortização e depleção	(799)	(9.769)		(6.566)	(17.134)	(12.344)
Impairment - constituição		(91)	(276)	(391)	(758)	(473)
Impairment - reversão	3	27		66	96	61
Ajuste acumulado de conversão	66	3.548	1.733	789	6.136	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**12.359**	**124.481**	**158.559**	**46.868**	**342.267**	**227.302**
Custo	16.865	195.977	158.559	97.671	469.072	321.469
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(4.506)	(71.496)		(50.803)	(126.805)	(94.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**12.359**	**124.481**	**158.559**	**46.868**	**342.267**	**227.302**
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	25 (25 a 40) (exceto terrenos)	20 (3 a 31)		Método da unidade produzida		

(*) Inclui ativos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás.

Em 31 de dezembro de 2011, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R$ 178 e de R$ 10.921, respectivamente (R$ 789 e R$ 17.506 em 31 de dezembro de 2010).

12.2. Abertura por tempo de vida útil estimada - Consolidado

Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens			
Vida útil estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2011
até 5 anos	8.088	(4.728)	3.360
6 - 10 anos	33.005	(16.150)	16.855
11 - 15 anos	3.347	(1.582)	1.765
16 - 20 anos	39.665	(15.942)	23.723
21 - 25 anos	44.826	(11.040)	33.786
25 - 30 anos	41.072	(5.786)	35.286
30 anos em diante	5.086	(3.337)	1.749
Método da Unidade Produzida	36.152	(17.437)	18.715
	211.241	**(76.002)**	**135.239**
Edificações e benfeitorias	15.264	(4.506)	10.758
Equipamentos e outros bens	195.977	(71.496)	124.481

12.3. Depreciação

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	9.165	7.130	5.890	4.752
De gastos de exploração e produção	6.126	5.344	5.112	4.326
Custo para abandono de poços capitalizado/ provisionado	440	386	396	327
	15.731	**12.860**	**11.398**	**9.405**
Parcela registrada diretamente no resultado	1.403	1.138	946	744
	17.134	13.998	12.344	10.149

12.4. Redução ao valor recuperável de ativo

Exploração e Produção

A avaliação de recuperabilidade dos ativos resultou em uma perda de R$ 473 que está relacionada, principalmente, aos ativos em produção no Brasil. Os campos de Petróleo e Gás Natural que apresentaram perdas encontram-se no estágio de maturidade de sua vida útil e, considerando os níveis de suas produções futuras e as suas estruturas de custos, indicaram a necessidade de redução ao seu valor recuperável.

Esta avaliação também apontou que a perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para alguns Campos de Petróleo e Gás Natural, diminuiu ou deixou de existir, considerando, principalmente, o gerenciamento de reservatório que resultou em incremento da recuperação dos reservatórios, o que resultou em uma reversão no montante de R$ 61.

Abastecimento

Face à redução das margens dos produtos no Complexo Petroquímica Suape em seus mercados de atuação, bem como ao aumento no investimento total dos projetos, o valor contábil do imobilizado foi determinado como maior que o seu valor recuperável e um ajuste para redução ao valor recuperável de R$ 109 em Petroquímica Suape e R$ 167 em Citepe foi reconhecido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

13 Intangível

13.1. Por tipo de ativos

	Consolidado					Controladora
		Softwares				
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Desenvolvidos Internamente	Ágio com expectativa de renta-bilidade futura ("goodwill")	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010	**4.237**	**368**	**1.355**	**829**	**6.789**	**3.216**
Adição	310	88	321		719	455
Direito de exploração de petróleo - Cessão onerosa	74.808				74.808	74.808
Aquisição por combinação de negócios						
Juros capitalizados			26		26	25
Baixa	(318)	(3)	(2)		(323)	(42)
Transferências	234	(11)	32	84	339	14
Amortização	(123)	(119)	(371)		(613)	(434)
"Impairment" - constituição	(56)				(56)	
Ajuste acumulado de conversão	(140)	(3)		(7)	(150)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**78.952**	**320**	**1.361**	**906**	**81.539**	**78.042**
Adição	829	110	336	19	1.294	411
Aquisição por combinação de negócios				4	4	
Juros capitalizados			36		36	36
Baixa	(286)	(5)	(12)		(303)	(172)
Transferências	22	19	(36)	(4)	1	(1)
Amortização	(138)	(113)	(341)		(592)	(430)
"Impairment" - constituição	(2)				(2)	
Ajuste acumulado de conversão	277	6		24	307	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**79.654**	**337**	**1.344**	**949**	**82.284**	**77.886**
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida		

13.2. Direito de exploração de petróleo - Cessão onerosa

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo intangível da Companhia inclui contrato de cessão onerosa no valor de R$ 74.808, celebrado em 2010 com a União Federal - cedente e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP - reguladora e fiscalizadora, referente ao direito de exercer atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados em blocos na área do Pré-Sal (Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Entorno de Iara, Sul de Guará e Sul de Tupi), limitado à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo em até 40 anos.

Em 8 de fevereiro de 2012, a Companhia concluiu a perfuração do primeiro poço da cessão onerosa, cujos resultados comprovaram a extensão dos reservatórios de óleo localizados a noroeste do poço descobridor da área de Franco. Em seguida a Petrobras realizará um teste de formação para avaliar a produtividade e dará continuidade às atividades e investimentos previstos no contrato.

O contrato de concessão dos direitos estabelece que na época da declaração de comercialidade das reservas haverá revisão de volumes e preços, baseada em laudos técnicos independentes.

Caso a revisão venha determinar que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, a Companhia poderá pagar a diferença à União Federal, reconhecendo essa diferença como um ativo intangível ou reduzir o volume total adquirido nos termos do contrato. Se a revisão determinar que os direitos adquiridos resultem em um valor menor do que o inicialmente pago pela Companhia, a União Federal irá reembolsar a diferença, em moeda corrente ou títulos, sujeito às leis orçamentárias.

Quando os efeitos da referida revisão se tornarem prováveis e mensuráveis, a Companhia efetuará os respectivos ajustes aos preços de aquisição.

O contrato prevê ainda compromissos mínimos quanto à aquisição de bens e serviços de fornecedores brasileiros nas fases de exploração e desenvolvimento da produção que serão objeto de comprovação junto à ANP. No caso de descumprimento, a ANP poderá aplicar sanções administrativas e pecuniárias previstas no contrato.

13.3. Devolução à ANP de áreas na fase de exploração

No exercício de 2011, os direitos sobre os blocos exploratórios devolvidos para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP totalizaram R$ 158 (R$ 40 em 2010) e são os seguintes:

• Blocos - Concessão exclusiva da Petrobras:

- Bacia do Rio do Peixe: RIOP- T-41.
- Bacia de Santos: S-M-613, S-M-1356, S-M-1480.
- Bacia de Pelotas Mar: P-M-1267, P-M-1349.
- Bacia do Potiguar: POT-T-706.

• Blocos em parceria (devolvidos pela Petrobras ou pelos seus operadores):

- Bacia de Santos: S-M-1227. S-M-792, S-M-791, S-M-1162, S-M-320, S-M-1163, S-M-731.
- Bacia do Espírito Santo Terra: ES-T-401.

13.4. Devolução à ANP de campos de petróleo e gás natural, operados pela Petrobras

No exercício de 2011, a Petrobras devolveu à ANP o Campo de Mutum, localizado na Bacia de Sergipe/Alagoas.

13.5. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo intangível inclui contratos de concessão de distribuição de gás natural canalizado no Brasil no total de R$ 456, com prazos de vencimentos entre 2029 e 2043, podendo ser prorrogado. As concessões prevêem a distribuição para os setores industrial, residencial, comercial, veicular, climatização, transportes e outros.

A remuneração pela prestação de serviços consiste, basicamente, na combinação de custos e despesas operacionais e remuneração do capital investido. As tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído estão sujeitas a reajustes e revisões periódicas com o órgão regulador estadual.

Ao final das concessões, os contratos prevêem indenização à Companhia dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizadas com o objetivo de determinar o valor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

14 Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas. Os montantes envolvidos nessas atividades são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Saldos capitalizados no ativo				
Intangível	78.167	78.400	75.990	76.221
Imobilizado	19.623	15.729	11.145	9.309
Total do ativo	**97.790**	**94.129**	**87.135**	**85.530**
Custos exploratórios reconhecidos no resultado				
Despesas com geologia e geofísica	1.723	1.421	1.400	1.113
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	2.504	2.081	2.243	1.495
Outras despesas exploratórias	170	302		
Total das despesas no exercício	**4.397**	**3.804**	**3.643**	**2.608**
Caixa utilizado nas atividades				
Operacionais	1.856	1.395	1.400	1.113
Investimentos	10.736	15.600	8.942	14.297
Total do caixa utilizado no exercício	**12.592**	**16.995**	**10.342**	**15.410**

15 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Passivo circulante				
Terceiros				
País	12.259	10.200	9.252	7.418
Exterior	9.159	6.511	3.016	2.150
Partes relacionadas (Nota 18.1)	834	663	10.333	14.179
	22.252	**17.374**	**22.601**	**23.747**

16 Financiamentos

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
No exterior								
Instituições financeiras	13.641	10.623	37.590	29.368	344	201	13.163	11.973
Obrigações ao portador - *Notes*, *Global Notes* e *Bonds*	803	1.045	39.441	19.252		747	2.182	
Trust Certificates - *Senior/Junior*		117	5	318				
Outros	12	2	190	167				
	14.456	**11.787**	**77.226**	**49.105**	**344**	**948**	**15.345**	**11.973**
No País								
Notas de Crédito à Exportação	135	110	12.982	10.489	135	110	12.982	10.495
BNDES	1.719	2.048	37.385	32.282	303	182	10.224	8.254
Debêntures	1.853	315	993	2.377	1.700	141	167	1.715
FINAME	79	71	731	387	79	71	731	387
Cédula de Crédito Bancário	51	53	3.606	3.606	52	54	3.606	3.606
Cessões de direitos creditórios não performados – FIDC-NP (Nota 18.2)					9.639	15.933		
Outros	591	531	3.482	2.421				
	4.428	**3.128**	**59.179**	**51.562**	**11.908**	**16.491**	**27.710**	**24.457**
	18.884	**14.915**	**136.405**	**100.667**	**12.252**	**17.439**	**43.055**	**36.430**
Juros sobre financiamentos	1.648	1.448			514	592		
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo (principal)	6.921	4.782			2.099	914		
Financiamentos de curto prazo	10.315	8.685			9.639	15.933		
	18.884	**14.915**			**12.252**	**17.439**		

16.1. Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

	2011	
	Consolidado	Controladora
2013	4.477	2.716
2014	8.324	1.851
2015	10.041	2.843
2016	24.887	12.878
2017 em diante	88.676	22.767
Total	**136.405**	**43.055**

16.2. Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
No exterior				
Até 6%	59.202	36.705	14.709	11.912
De 6 a 8%	15.729	10.817	636	61
De 8 a 10%	2.211	1.366		
De 10 a 12%	63	55		
Acima de 12%	21	162		
	77.226	**49.105**	**15.345**	**11.973**
No País				
Até 6%	5.383	3.907	465	387
De 6 a 8%	32.311	29.999	9.559	8.254
De 8 a 10%	3.621	986	1.098	234
De 10 a 12%	17.672	16.670	16.588	15.582
Acima de 12%	192			
	59.179	**51.562**	**27.710**	**24.457**
	136.405	**100.667**	**43.055**	**36.430**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

16.3. Saldos por moedas no passivo não circulante

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Dólar norte-americano	68.012	46.440	14.451	11.852
Iene	2.897	2.734	72	122
Euro	4.681	214		
Real (*)	58.824	51.183	28.532	24.456
Outras	1.991	96		
	136.405	**100.667**	**43.055**	**36.430**

(*) Em 31 de dezembro de 2011, inclui R$ 25.942 de financiamentos em moeda nacional parametrizado à variação do dólar; e também um financiamento no exterior em reais parametrizado à variação do IGPM.

As operações de *hedge*, contratadas para cobertura de *Notes* emitidos no exterior em moedas estrangeiras, e o valor justo dos empréstimos de longo prazo estão divulgados nas Notas 31 e 32 respectivamente.

16.4. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento foi de 4,6% a.a. em 2011 (4,0% a.a em 2010).

16.5. Captações

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, ao desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, à construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

As principais captações de longo prazo realizadas em 2011 são as seguintes:

a) No exterior

Empresa	Data	Valor (R$ milhões equivalentes)	Vencimento	Descrição
PifCo	jan/11	10.029	2016, 2021 e 2041	Global notes nos montantes de US$ 2,500 milhões, US$ 2,500 e US$ 1,000 milhões com cupom de 3,875% a.a., 5,375% a.a., e 6,75% a.a. respectivamente.
Charter	jan/11	1.264	2018	Empréstimo com Standard Shatered no montante de US$ 750 milhões - Libor mais 1,5% a.a.
PNBV	mar/11	1.079	2015 e 2021	Empréstimo com Bank Of Tokyo-Mitsubishi no montante de US$ 150 milhões - Libor mais 1,25%a.a.; e com Banco Santander S.A., HSBC Bank PLC, HSBC Bank USA, N.A. e SACE S.P.A. no montante de US$ 500 milhões - Libor mais 1,10% a.a.
PNBV	jun/11	3.175	2018	Empréstimos com Banco Santander S.A. e Grand Cayman Branch de US$ 1,500 milhões - Libor mais 1,476%a.a.; e com o Bank of Tokyo-Mitsubishi de US$ 500 milhões - Libor mais 1,30% a.a.
PNBV	ago/11	1.027	2016 e 2023	Empréstimos com Banco JP Morgan Chase Bank,N.A, Export-Import Bank of the United States no montante de US$ 300 milhões - Libor mais 0,45% a.a.; e com Banco Citibank International PLC no montante de US$ 343 milhões - Libor mais 0,85% a.a.
PNBV	dez/11	459	2018	Empréstimo com o Banco Export Development Canadá de US$ 250 milhões - Libor mais 1,40% a.a.
PifCo	dez/11	4.485	2018 e 2022	Global notes nos montantes de € 1.250 milhões e € 600 milhões com cupom de 4,875% a.a., e 5,875% a.a. respectivamente.
PifCo	dez/11	1.990	2026	Global notes no montante de £ 700 milhões com cupom de 6,25% a.a.
		23.508		

b) No país

Empresa	Data	Valor	Vencimento	Descrição
Petroquímicas Citepe e Suape	maio/11 a dez/11	1.056	2022 e 2023	Financiamentos com o BNDES para implantação de unidade industrial - TJLP mais 1,36%a.a e 2,96%a.a.
Petrobras	jul/11	1.023	2022	Financiamento com o BNDES destinado a construção da plataforma de Mexilhão - TJLP mais 2,76% a.a.
Fundo de Invest. Imobiliário - FII FCM	out/11	444	2023	Emissão de cédulas de crédito imobiliários para construção de novas bases e ampliação da fábrica de lubrificantes da BR Distribuidora – IPCA mais 2,1%a.a.
Petrobras	nov/11	2.500	2018	Financiamento obtido com a Caixa Econômica Federal, através da emissão de Notas de Crédito à Exportação, com taxa de 111,29% da média do CDI.
Refap	mar/11 a dez/11	487	2018 e 2022	Financiamentos com o BNDES de R$ 285 - TJLP mais 1,36% a.a., e 2,26%a.a., e subscrição de debêntures de R$ 202 - 1,96% a.a. acima da cesta de moedas do BNDES.
		5.510		

16.6. Financiamentos com agências oficiais - linhas de crédito

a) No exterior

		Valor em US$ milhões			
Empresa	Agência	Contratado	Utilizado	Saldo	Descrição
Petrobras	China Development Bank	10.000	7.000	3.000	Libor mais 2,8%a.a.
PNBV	Citibank International PLC	686	343	343	Libor mais 0,85%a.a.

b) No país

Empresa	Agência	Contratado	Utilizado	Saldo	Descrição
Transpetro (*)	BNDES	9.005	568	8.437	Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) – TJLP mais 2,5% a.a. para equipamentos nacionais e 3% a.a. para equipamentos importados.
Refap	BNDES	1.109	285	824	TJLP mais 1,36%a.a e 2,26%a.a.
Petrobras	Caixa Econômica Federal	300		300	Cédula de Crédito Bancário – 110% da Média do CDI.
Petroquímicas Citepe e Suape	BNDES	1.166	1.056	110	Implantação de unidade industrial – TJLP mais 1,36%a.a e 2,96%a.a.

(*) Foram assinados contratos de compra e venda de 41 navios e 20 comboios com 6 estaleiros nacionais no montante de R$ 10.005, sendo 90% financiados pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

16.7. Garantias

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Os empréstimos obtidos por Sociedades de Propósitos Específicos - SPE estão garantidos pelos próprios ativos dos projetos, bem como penhor de direitos creditórios e ações das SPE.

17 Arrendamentos mercantis

17.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

	2011		
	Consolidado		Controladora
	Recebimentos Mínimos	Pagamentos Mínimos	Pagamentos Mínimos
2012	257	82	2.212
2013 - 2016	1.249	157	6.606
2017 em diante	4.067	322	2.988
Recebimentos/pagamentos de compromissos estimados	**5.573**	**561**	**11.806**
Menos montante dos juros anuais	(2.500)	(296)	(2.462)
Valor presente dos recebimentos/pagamentos mínimos	**3.073**	**265**	**9.344**
Circulante	225	82	1.922
Não circulante	2.848	183	7.422
Em 31 dezembro de 2011	**3.073**	**265**	**9.344**
Circulante	117	175	3.149
Não circulante	2.719	191	14.976
Em 31 de dezembro de 2010	**2.836**	**366**	**18.125**

17.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional (sem transferência de benefícios, riscos e controles)

	2011	
	Consolidado	Controladora
2012	24.044	32.291
2013 - 2016	55.156	78.252
2017 em diante	24.932	83.337
Em 31 de dezembro de 2011	**104.132**	**193.880**
Em 31 de dezembro de 2010	**80.108**	**137.679**

No exercício de 2011, a Companhia pagou um montante de R$ 12.651 no Consolidado (R$ 19.074 na Controladora) reconhecido como despesa do período.

18 Partes relacionadas

18.1. Transações comerciais e outras operações

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas, sociedades de propósito específico e coligadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não eram esperadas perdas na realização das contas a receber.

18.1.1. Por empresa

	Controladora						
	2011						
		Ativo			Passivo		
Subsidiárias e controladas (*)	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BR Distribuidora	67.527	2.579	124	2.703	(219)	(19)	(238)
PifCo	10.945	168	3	171	(2.781)	(1.725)	(4.506)
PIB-BV	13.418	7.320	5.874	13.194	(2.023)	(196)	(2.219)
Gaspetro	5.208	1.490	786	2.276	(1.411)		(1.411)
Downstream	2.420	141	145	286	(224)		(224)
Transpetro	565	342		342	(624)		(624)
PBEN	554	134		134	(7)		(7)
Brasoil	228		3.519	3.519	(177)	(457)	(634)
Termoelétricas	213	155	226	381	(124)	(647)	(771)
PNBV	(243)	38	16	54	(2.543)		(2.543)
Outras controladas	432	716	972	1.688	(785)	(1.600)	(2.385)
	101.267	**13.083**	**11.665**	**24.748**	**(10.918)**	**(4.644)**	**(15.562)**
Sociedade de Propósito Específico - SPE							
CDMPI	(51)				(183)	(2.287)	(2.470)
PDET Off Shore	(83)		61	61	(305)	(1.254)	(1.559)
NTN	(26)	495	72	567	(429)	(860)	(1.289)
NTS	(20)	475	35	510	(465)	(734)	(1.199)
	(180)	**970**	**168**	**1.138**	**(1.382)**	**(5.135)**	**(6.517)**
Coligadas	**14.293**	**253**	**7**	**260**	**(89)**	**(58)**	**(147)**
	115.380	**14.306**	**11.840**	**26.146**	**(12.389)**	**(9.837)**	**(22.226)**

(*) Inclui suas controladas e controladas em conjunto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

18.1.2. Por conta

	Controladora						
	2011						
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas operacionais, principalmente por vendas	**115.522**						
Variações monetárias e cambiais líquidas	**881**						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(1.023)**						
Ativo							
Contas a receber		**14.306**	**11.840**	**26.146**			
Contas a receber, principalmente por vendas		13.584		13.584			
Dividendos a receber		722		722			
Operações de mútuo			9.908	9.908			
Adiantamento para aumento de capital			317	317			
Valores vinculados à construção de gasoduto			786	786			
Ressarcimento a receber			383	383			
Outras operações			446	446			
Passivo							
Arrendamentos mercantis financeiros					**(1.918)**	**(7.382)**	**(9.300)**
Financiamentos sobre operações de créditos						**(2.182)**	**(2.182)**
Fornecedores					**(10.333)**		**(10.333)**
Compras de petróleo, derivados e outras					(7.630)		(7.630)
Afretamento de plataformas					(2.333)		(2.333)
Adiantamento de clientes					(359)		(359)
Outros					(11)		(11)
Outras operações					**(138)**	**(273)**	**(411)**
Em 2011	**115.380**	**14.306**	**11.840**	**26.146**	**(12.389)**	**(9.837)**	**(22.226)**
Em 2010	**97.553**	**10.239**	**29.888**	**40.127**	**(17.520)**	**(15.328)**	**(32.848)**

18.1.3. Taxas de operações de mútuo

As operações de mútuo são realizadas de acordo com as condições de mercado e legislação aplicável, conforme a seguir:

	Controladora	
Indexador	**2011**	**2010**
LIBOR + 1 a 3%a.a.	5.807	24.174
2% a.a.	3.150	3.011
1,7% a.a.	145	183
IGPM + 6%a.a.	153	146
101% do CDI	108	115
Outras Taxas	545	456
	9.908	**28.085**

18.2. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

A Controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas do Sistema Petrobras.

Os valores investidos em títulos públicos do FIDC-NP estão registrados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em função dos seus respectivos prazos de realização.

Os encargos financeiros a apropriar sobre as operações de venda de direitos creditórios performados e/ou não performados estão registrados como outros ativos circulantes.

As cessões de direitos creditórios performados estão classificadas como outros ativos circulantes, enquanto não compensados. As cessões de direitos creditórios não performados estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

	2011	**2010**
Aplicações financeiras	2.474	2 06
Títulos e valores mobiliários	6.840	7 .758
Encargos financeiros a apropriar	153	4 26
Cessões de direitos performados	(681)	(622)
Total classificado no ativo circulante	**8 .786**	**7 .768**
Cessões de direitos não performados	(9.639)	(15.933)
Total classificado no passivo circulante	**(9.639)**	**(15.933)**
Receita financeira	210	1 84
Despesa financeira	(1.202)	(1.441)
Resultado financeiro líquido	**(992)**	**(1.257)**

18.3. Garantias concedidas

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias e controladas.

Em 31 de dezembro de 2011, as operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

	2011						2010
Data de Vencimento das Operações	**PNBV**	**PifCo**	**PIB-BV**	**Refinaria Abreu e Lima**	**TAG**	**Total**	**Total**
2011							8.108
2012	3.126	4.877				8.003	1.532
2013	80	702				782	730
2014	463	1.149				1.612	1.784
2015	2.264					2.264	4.140
2016	3.428	7.785				11.213	2.103
2017 em diante	17.288	30.617	1.079	9.773	11.736	70.493	37.635
	26.649	**45.130**	**1.079**	**9.773**	**11.736**	**94.367**	**56.032**

18.4. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2011, as subsidiárias PifCo e Brasoil mantinham recursos investidos em fundo de investimento no exterior, que detinha, entre outros, títulos de dívidas de empresas do Sistema Petrobras e de Sociedade de Propósito Específico relacionados a projetos da Companhia, principalmente aos projetos CLEP, Malhas e Marlim Leste (P-53) e Gasene, equivalentes a R$ 14.527 (R$ 14.048 em 31 de dezembro de 2010). Esses valores, referentes às empresas que são consolidadas, foram compensados no saldo de financiamentos nos passivos circulante e não circulante.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

18.5. Transações com controladas em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado			
	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas em conjunto e coligadas	**1.314**	**783**	**1.282**	**714**
Distribuidoras de gás	876	355	817	407
Braskem e suas controladas	163	134	162	103
Outras empresas controladas em conjunto e coligadas	275	294	303	204
Entidades governamentais e fundos de pensão	**41.934**	**67.795**	**42.825**	**56.007**
Títulos Governamentais	26.486		31.098	
Banco do Brasil S.A. (BB)	8.066	11.822	5.067	9.415
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	3.175		2.466	
Setor Elétrico (nota 18.6)	2.952		3.145	
Conta de petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal (nota 18.7)	832		822	
BNDES	7	40.891	3	36.320
Caixa Econômica Federal (CEF)	1	8.184	2	5.662
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		3.869		2.568
Governo Federal - Dividendos Propostos e JCP		1.119		1.118
Petros (Fundo de Pensão)		353		501
Outros	415	1.557	222	423
	43.248	**68.578**	**44.107**	**56.721**

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme abaixo:

	Consolidado			
	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo Circulante	**33.266**		**35.444**	
Caixa e equivalentes de caixa	12.079		5.424	
Títulos e valores mobiliários	16.785		25.525	
Contas a Receber, líquidas	4.268		4.355	
Outros ativos circulantes	134		140	
Não Circulante	**9.982**		**8.663**	
Conta petróleo e álcool - STN	832		822	
Títulos e valores mobiliários	5.638		5.177	
Depósitos judiciais	3.175		2.468	
Outros ativos realizáveis a longo prazo	337		196	
Passivo Circulante		**11.677**		**8.963**
Financiamentos		4.726		3.667
Dividendos propostos		1.848		1.596
Outros passivos circulantes		5.103		3.700
Passivo Não Circulante		**56.901**		**47.758**
Financiamentos		56.786		47.634
Outros passivos não circulantes		115		124
	43.248	**68.578**	**44.107**	**56.721**

18.6. Recebíveis do setor elétrico

A Companhia possui recebíveis do setor elétrico relacionados ao fornecimento de combustíveis a usinas de geração termoelétrica, controladas diretas ou indiretas da Eletrobrás, localizadas na região norte do país. Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível - CCC, gerenciada pela Eletrobrás.

A Companhia também fornece combustível para os Produtores Independentes de Energia - PIE, empresas criadas com a finalidade de produzir energia exclusivamente para a Amazônia Distribuidora S. A. - ADESA, controlada direta da Eletrobrás, cujos pagamentos de fornecimento de combustível dependem diretamente do repasse de recursos da ADESA para aqueles PIE.

O saldo desses recebíveis em 31 de dezembro de 2011 era R$ 2.952 (R$ 3.145 em 31 de dezembro de 2010), dos quais R$ 2.426 estavam vencidos (R$ 2.372 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia tem feito cobranças sistemáticas aos devedores e à própria Eletrobrás e pagamentos parciais têm sido realizados.

18.7. Contas petróleo e álcool - STN

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R$ 832 (R$ 822 em 31 de dezembro de 2010) e poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

Visando concluir o encontro de contas com a União, a Petrobras prestou todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN - para dirimir as divergências ainda existentes entre as partes.

Considerando-se esgotado o processo de negociação entre as partes, na esfera administrativa, a Companhia decidiu pela cobrança judicial do referido crédito tendo, para isto, ajuizado ação em julho de 2011.

18.8. Remuneração de empregados e dirigentes

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Petrobras relativas ao mês de dezembro de 2011 e 2010 foram as seguintes:

	Expresso em reais	
	2011	2010
Remuneração por empregado		
Menor remuneração	2.024,49	1.801,35
Remuneração média	10.652,30	9.522,21
Maior remuneração	67.494,48	60.965,12
Remuneração por dirigente da Petrobras (maior)	81.289,05	69.539,03

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para a administração da Petrobras durante o exercício de 2011 foi de R$ 12,5 (R$ 8,7 em 2010) referentes a sete diretores e nove conselheiros.

Os honorários da diretoria e do conselho de administração em 2011 no consolidado totalizaram R$ 45,0 (R$ 35,9 em 2010).

A Petrobras iniciou o processo de eleição do representante de seus empregados para o Conselho de Administração, conforme estabelecido Lei Federal 12.353/2010. Desta forma, o Conselho passará a ter dez membros e a nomeação será ratificada pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

19 Provisões para desmantelamento de áreas

	Consolidado		Controladora	
Passivo não circulante	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	**6.505**	**4.790**	**6.072**	**4.419**
Revisão de provisão	2.455	1.795	2.288	1.594
Utilização por pagamentos	(488)	(482)	(328)	(158)
Atualização de juros	210	229	209	217
Outros	157	173		
Saldo final	**8.839**	**6.505**	**8.241**	**6.072**

20 Impostos, contribuições e participações

20.1. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
Ativo circulante	2011	2010	2011	2010
Impostos no país:				
ICMS	3.186	2.634	2.016	1.662
PIS/COFINS	5.146	3.407	4.766	3.021
CIDE	144	66	144	66
Imposto de renda	2.251	1.442	1.692	748
Contribuição social	615	333	521	189
Outros impostos	422	397	233	225
	11.764	8.279	9.372	5.911
Impostos no exterior	1.082	488		
	12.846	**8.767**	**9.372**	**5.911**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

20.2. Impostos, contribuições e participações a recolher

	Consolidado		Controladora	
Passivo circulante	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
ICMS	2.178	1.954	1.945	1.622
PIS/COFINS	579	1.119	483	848
CIDE	477	749	472	684
Participação especial/*Royalties*	5.190	3.618	5.142	3.583
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	831	657	787	640
Imposto de renda e contribuição social correntes	494	858		
Outras taxas	1.220	1.105	429	460
	10.969	**10.060**	**9.258**	**7.837**

20.3. Impostos e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
Ativo não circulante	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.042	6.365	3.171	2.951
ICMS diferido	2.199	2.394	1.742	2.005
PIS e COFINS diferidos	6.543	8.048	4.592	6.834
Outros	472	231		
	17.256	**17.038**	**9.505**	**11.790**
Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.230	25.863	29.408	21.808
Outros	38	35		
	33.268	**25.898**	**29.408**	**21.808**

20.4. Impostos e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Movimentação de impostos diferidos líquidos										
	Consolidado										Controladora
	Imobilizado										
	Custo com prospecção	Outros	Contas a receber / pagar, empréstimos e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Juros sobre capital próprio	Outros	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2010	**(14.206)**	**(88)**	**(449)**	**(1.411)**	**203**	**530**	**995**	**358**	**466**	**(13.602)**	**(13.545)**
Reconhecido no resultado do exercício	(3.276)	(1.901)	(1.476)	264	155	229	(154)	396	(21)	(5.784)	(5.148)
Reconhecido no patrimônio líquido									(168)	(168)	(163)
Ajuste acumulado de conversão		52	1		51	(55)			(14)	35	
Outros		40	72	24	88	7			(210)	21	(1)
Em 31 de dezembro de 2010	**(17.482)**	**(1.897)**	**(1.852)**	**(1.123)**	**497**	**711**	**841**	**754**	**53**	**(19.498)**	**(18.857)**
Reconhecido no resultado do exercício	(3.854)	(2.321)	815	(201)	150	(57)	349	133	(1.171)	(6.157)	(7.208)
Reconhecido no patrimônio líquido				44					(50)	(6)	(44)
Ajuste acumulado de conversão		(100)	(6)	-	15	32			(76)	(135)	
Outros		186	246	(303)	(33)	(42)			554	608	(128)
Em 31 de dezembro de 2011	**(21.336)**	**(4.132)**	**(797)**	**(1.583)**	**629**	**644**	**1.190**	**887**	**(690)**	**(25.188)**	**(26.237)**

Impostos diferidos ativos	6.365	2.951
Impostos diferidos passivos	(25.863)	(21.808)
Em 31 de dezembro de 2010	**(19.498)**	**(18.857)**
Impostos diferidos ativos	8.042	3.171
Impostos diferidos passivos	(33.230)	(29.408)
Em 31 de dezembro de 2011	**(25.188)**	**(26.237)**

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

A expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos			
	Consolidado		Controladora	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
2012	3.217	4.135	1.846	3.057
2013	591	2.494	13	2.149
2014	557	2.681	4	2.185
2015	607	2.320	47	2.033
2016	1.062	2.506	636	2.264
2017	316	2.417	6	2.211
2018	630	2.931	20	1.879
2019 em diante	1.062	13.746	599	13.630
Parcela registrada contabilmente	8.042	33.230	3.171	29.408
Parcela não registrada contabilmente	1.563			
Total	9.605	33.230	3.171	29.408

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía créditos tributários não registrados no montante de R$ 1.563 (R$ 1.804 em 31 de dezembro de 2010) decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás nos Estados Unidos no valor de R$ 1.199 (US$ 639 milhões), cujo prazo de prescrição é de 20 anos, a partir da data de sua constituição.

20.5. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2011 e 2010 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Lucro antes dos impostos	44.351	47.908	41.568	43.799
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(15.079)	(16.289)	(14.133)	(14.892)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
• Crédito em razão da inclusão de JCP como despesas operacionais	3.548	3.455	3.548	3.455
• Resultado de empresas no exterior com alíquotas diferenciadas	622	601		
• Incentivos fiscais	386	157	87	131
• Prejuízos Fiscais	(588)	(83)		
• Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas*	(466)	(221)	1.528	2.153
• Créditos fiscais de empresas no exterior em fase exploratória	(1)	(31)		
• Outros	337	384	503	390
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(11.241)**	**(12.027)**	**(8.467)**	**(8.763)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.157)	(5.784)	(7.208)	(5.149)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.084)	(6.243)	(1.259)	(3.614)
	(11.241)	**(12.027)**	**(8.467)**	**(8.763)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	25,3%	25,1%	20,4%	20,0%

* Inclui equivalência patrimonial

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

21 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Passivo				
Planos de pensão	5.059	4.795	4.568	4.377
Planos de saúde	13.021	11.786	12.125	10.994
	18.080	**16.581**	**16.693**	**15.371**
Circulante	1.427	1.303	1.341	1.209
Não circulante	16.653	15.278	15.352	14.162

21.1. Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

A Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado aos empregados da Petrobras e de subsidiárias. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido este deverá ser equacionado por participantes e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 31 de dezembro 2011, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam R$ 5.076 (R$ 4.784 na Controladora), dos quais R$ 49 (R$ 47 na Controladora), de juros vencem em 2012. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. As Notas do Tesouro Nacional de longo prazo, mantidas na carteira como garantia dos TCF, totalizavam R$ 5.079 (R$ 4.816 na Controladora).

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2012 são de R$ 622 (R$ 585 na Controladora).

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

Os desembolsos do serviço passado são realizados, mensalmente, durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2011, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R$ 474 (R$ 441 na Controladora).

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2012 são de R$ 510, sendo R$ 106 referente a parcela de benefício definido e R$ 404 referente a parcela de contribuição definida (R$ 101 e R$ 386, respectivamente, na Controladora).

21.2. Planos de pensão no exterior - Benefício definido

A Companhia também patrocina planos de pensão no exterior, com características de benefício definido, por meio de controladas na Argentina, Japão e outros países. A maioria dos planos é financiada, onde os ativos são mantidos em trustes, fundações ou entidades similares que são regidas pelas regulamentações locais. Em 2011, as contribuições da Companhia para estes planos totalizaram o montante equivalente a R$ 8.

21.3. Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os fundos de renda fixa detém a maior concentração de investimentos, distribuídos principalmente em títulos públicos e privados. A meta da distribuição de ativos para o período entre 2012 e 2016 é de: 40% a 75% em renda fixa, 20% a 45% em renda variável, de 1,5% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 2,5% a 12% em projetos estruturados e de 0% a 3% em investimentos no exterior.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

	2011					2010	
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Valoração sem o uso de preços observáveis (Nível 3)	Valor justo total (Níveis 1, 2 e 3)	%	Valor justo total (Níveis 1, 2 e 3)	%
Renda fixa	**16.158**	**7.240**		**23.398**	**47%**	**24.677**	**54%**
Títulos privados		7.075		7.075		8.755	
Títulos públicos	16.158			16.158		15.800	
Outros investimentos		165		165		122	
Renda variável	**13.023**	**3.093**	**6.586**	**22.702**	**46%**	**18.274**	**40%**
Ações à vista	13.023			13.023		10.456	
Fundos de *Private Equity*		2.948	6.585	9.533		7.780	
Outros investimentos		145	1	146		38	
Imóveis			**1.800**	**1.800**	**4%**	**1.462**	**4%**
				47.900	97%	**44.413**	98%
Empréstimos a participantes				**1.441**	**3%**	**1.131**	**2%**
				49.341	**100%**	**45.544**	**100%**

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos incluem ações ordinárias e preferenciais da Petrobras no valor de R$ 846 e de R$ 696, respectivamente, e imóveis alugados pela Companhia no valor de R$ 347.

Os ativos de empréstimos concedidos a participantes são avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor de mercado.

A movimentação do valor justo de ativos avaliados com o emprego de fluxo de caixa descontado, classificados como Nível 3, é a seguinte:

	Movimentação do Nível 3			
	Fundos de *Private Equity*	Imóveis	Outros investimentos	Total
Em 31 de dezembro de 2010	**5.622**	**1.462**	**1**	**7.085**
Rentabilidade dos ativos	859	14		873
Compras e vendas, líquidas	104	324		428
Em 31 de dezembro de 2011	**6.585**	**1.800**	**1**	**8.386**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

A rentabilidade esperada dos investimentos, baseada nas expectativas de mercado, é de 8% a.a. para ativos de renda variável e 6% a.a. para ativos de renda fixa e para outros investimentos, resultando numa taxa de juros média de 6,49% a.a..

21.4. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras e subsidiárias mantêm um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

21.5. Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos no país e no exterior foram agregadas, uma vez que contém premissas similares e o total de ativos e obrigações de planos de pensão no exterior não é significativo.

Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2011					2010				
	Consolidado				Controladora	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão					Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	55.242	733	13.777	69.752	65.151	47.495	525	11.961	59.981	55.997
Custo dos juros:										
· Com termo de compromisso financeiro	605			605	571	509			509	479
· Atuarial	5.589	83	1.551	7.223	6.747	4.737	59	1.328	6.124	5.719
Custo do serviço corrente	334	334	244	912	820	405	104	198	707	631
Benefícios pagos	(2.057)	(4)	(611)	(2.672)	(2.518)	(1.783)	(3)	(523)	(2.309)	(2.163)
(Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	2.352	317	514	3.183	2.728	3.885	48	813	4.746	4.488
Outros	8	1		9		(6)			(6)	
Obrigação atuarial no fim do exercício	62.073	1.464	15.475	79.012	73.499	55.242	733	13.777	69.752	65.151
Movimentação no valor justo dos ativos do plano										
Ativo do plano no início do exercício	45.315	229		45.544	42.748	39.482	201		39.683	37.220
Rendimento esperado dos ativos do plano	5.532	36		5.568	5.231	4.469	28		4.497	4.223
Contribuições recebidas pelo fundo	819	64	611	1.494	1.387	896		523	1.419	1.301
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	290			290	274	258			258	239
Benefícios pagos	(2.057)	(4)	(611)	(2.672)	(2.518)	(1.783)	(3)	(523)	(2.309)	(2.163)
Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	(888)	1		(887)	(1.100)	1.993	3		1.996	1.928
Outros	4			4						
Ativos do plano no fim do exercício	49.015	326		49.341	46.022	45.315	229		45.544	42.748
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações com fundo constituído	62.073	1.464		63.537	73.499	55.242	733		55.975	52.356
(-) Valor justo dos ativos do plano	(49.015)	(326)		(49.341)	(46.022)	(45.315)	(229)		(45.544)	(42.748)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	13.058	1.138		14.196	27.477	9.927	504		10.431	9.608
Valor presente das obrigações sem fundo constituído			15.475	15.475				13.777	13.777	12.795
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(8.530)	(430)	(2.426)	(11.386)	(10.593)	(5.301)	(116)	(1.959)	(7.376)	(6.807)
Custo do serviço passado não reconhecido	(83)	(94)	(28)	(205)	(191)	(116)	(103)	(32)	(251)	(225)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	**4.445**	**614**	**13.021**	**18.080**	**16.693**	**4.510**	**285**	**11.786**	**16.581**	**15.371**
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo em 1º de janeiro	**4.510**	**285**	**11.786**	**16.581**	**15.371**	**4.455**	**143**	**10.774**	**15.372**	**14.270**
(+) Custos incorridos no exercício	686	361	1.846	2.893	2.635	837	143	1.533	2.513	2.298
(-) Pagamento de contribuições	(479)	(35)	(611)	(1.125)	(1.042)	(525)		(523)	(1.048)	(958)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(290)			(290)	(274)	(254)			(254)	(239)
Outros	18	3		21	3	(3)	(1)	2	(2)	
Saldo em 31 de dezembro	**4.445**	**614**	**13.021**	**18.080**	**16.693**	**4.510**	**285**	**11.786**	**16.581**	**15.371**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

b) Componentes das despesas líquidas

	2011					2010				
	Consolidado				Controladora	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão					Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	334	334	244	912	820	405	104	198	707	631
Custo dos juros:										
· Com termo de compromisso financeiro	605			605	571	509			509	479
· Atuarial	5.589	83	1.551	7.223	6.747	4.737	59	1.328	6.124	5.719
Rendimento estimado dos ativos do plano	(5.532)	(36)		(5.568)	(5.232)	(4.469)	(28)		(4.497)	(4.223)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	6	3	47	56	42	3	1	1	5	1
Contribuições de participantes	(340)	(29)		(369)	(344)	(371)			(371)	(343)
Custo do serviço passado	24	8	4	36	33	23	7	4	34	34
Outros		(2)		(2)	(2)			2	2	
Custo líquido no exercício	**686**	**361**	**1.846**	**2.893**	**2.635**	**837**	**143**	**1.533**	**2.513**	**2.298**
Relativa a empregados ativos:										
Absorvida no custeio das atividades operacionais	219	152	355	726	688	185	72	296	553	530
Diretamente no resultado	108	203	301	612	508	141	69	198	408	314
Relativa aos inativos	359	6	1.190	1.555	1.439	511	2	1.039	1.552	1.454
Custo líquido no exercício	**686**	**361**	**1.846**	**2.893**	**2.635**	**837**	**143**	**1.533**	**2.513**	**2.298**

c) Variações entre valores estimados e incorridos

As variações entre os valores estimados e os efetivamente incorridos, nos últimos 3 anos, foram os seguintes:

	Consolidado			Controladora		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Ganhos / (Perdas) dos Planos de Pensão						
Obrigação Atuarial	(125)	118	(381)	109	28	(417)
Ativos de Planos de Pensão	(886)	1.996	3.423	(1.100)	1.928	3.357
Ganhos/(Perdas) dos Planos de Saúde						
Obrigação Atuarial	1 .320	414	663	1.232	406	637

d) Variação nos custos com assistência médica

A variação de 1% nas premissas de custos médicos teria os seguintes impactos:

	Consolidado		Controladora	
	1% de acréscimo	1% de redução	1% de acréscimo	1% de redução
Obrigação atuarial	2.305	(1.886)	2.125	(1.739)
Custo do serviço e juros	299	(240)	274	(221)

e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2011	2010
Taxa de desconto	Inflação: 5,6% a 4,34% a.a [1] + Juros: 5,58% a.a [2]	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a [1] + Juros: 5,91% a.a [2]
Taxa de crescimento salarial	Inflação: 5,6% a 4,34% a.a[1] + 2,080% a 3,188% a.a	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a[1] + 2,220% a.a
Taxa de retorno esperada dos ativos de planos de pensão	Inflação: 5,6% a.a + Juros: 6,49% a.a	Inflação: 5,3% a.a + Juros: 6,78% a.a
Taxa de rotatividade dos planos de saúde	0,652% a.a [3]	0,660% a.a [3]
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	8,96% a 4,34% a.a [4]	7,89% a 4,3% a.a [4]
Tábua de mortalidade	AT 2000, específica por sexo	AT 2000, específica por sexo
Tábua de invalidez	TASA 1927/ Zimmermann ajustada [5]	TASA 1927/ Zimmermann ajustada [5]
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49, específica por sexo	AT 49, específica por sexo

[1] Inflação linearmente decrescente nos próximos 5 anos quando se torna constante.
[2] A Companhia utiliza uma metodologia para apuração de uma taxa real equivalente a partir da curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo, considerando-se no cálculo desta taxa o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde.
[3] Rotatividade média que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.
[4] Custos médicos e hospitalares taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.
[5] Tábua de invalidez: Zimmermann ajustada para o Plano Petros 2.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

21.6. Outros planos de contribuição definida

A Petrobras por meio de suas controladas no país e no exterior também patrocina planos de aposentadoria aos empregados de contribuição definida. As contribuições pagas no exercício de 2011, reconhecidas no resultado, totalizaram R$ 24.

22 Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado antes da participação de empregados e administradores e do resultado atribuível aos acionistas não controladores.

No exercício de 2011, a Companhia, fundamentada nas premissas sob referência, provisionou R$ 1.560 de PLR (R$ 1.691 em 2010), conforme a seguir:

	2011	2010	
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	33.313	35.189	
Resultado atribuível aos não controladores	(203)	712	(*)
Participação nos lucros ou resultados	1.560	1.691	
Lucro antes das participações - base de cálculo	**34.670**	**37.592**	
Percentual estabelecido	4,5%	4,5%	
Participação nos lucros ou resultados	**1.560**	**1.691**	

(*) Resultado atribuível aos não controladores divulgado em 2010, base para determinação da PLR.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, de 2012, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

23 Patrimônio líquido

23.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado no valor de R$ 205.380 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Aumento de capital com reservas em 2011

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em 28 de abril de 2011, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R$ 205.357 para R$ 205.380, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros de incentivos fiscais constituída em 2010, no montante de R$ 23, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1º, da Portaria nº 2.091/07 do Ministro do Estado da Integração Nacional. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

Aumento de capital com reservas em 2012

A Administração da Petrobras está propondo à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 2012, o aumento do capital social da Companhia de R$ 205.380 para R$ 205.392, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros de incentivos fiscais constituída em 2011, no montante de R$ 12.

23.2. Contribuição adicional de capital

a) Gastos com emissão de ações

A oferta global de ações, realizada no exercício de 2010, gerou custo de captação no montante de R$ 477, líquido de impostos.

b) Mudança de participação em controladas

Inclui o valor das diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

23.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2011, foram destinados do resultado R$ 81, referentes ao incentivo para subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), dos quais R$ 12 referem-se à realização de parte dos depósitos para reinvestimentos com recursos do imposto de renda.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração está propondo a manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, do montante de R$ 18.347, sendo R$ 18.337 proveniente do lucro do exercício de 2011 e R$ 10 do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecidos no orçamento de capital do exercício de 2012, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista de 2012.

23.4. Ajuste de avaliação patrimonial

a) Ajuste acumulado de conversão

Incluem as diferenças de conversão para real das demonstrações contábeis das empresas com moeda funcional diferente da Controladora.

b) Outros resultados abrangentes

Incluem as variações de valor justo envolvendo ativos financeiros disponíveis para venda, hedge de fluxo de caixa e os ajustes por adoção do custo atribuído do setor petroquímico na data de transição.

23.5. Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculando sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2011, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2012, no montante de R$ 12.001, atende aos direitos garantidos estatutariamente às ações preferenciais e está sendo proposto indistintamente às ações ordinárias e preferenciais. Esse dividendo proposto alcançou 38,25% do lucro básico porque os direitos dos preferencialistas, de prioridade de 3% da parcela do patrimônio líquido representativa das ações preferenciais, ficou superior ao dividendo mínimo equivalente a 25% sobre o lucro básico.

No exercício de 2010, no dividendo proposto, indistintamente às ações ordinárias e preferenciais equivalente a 35,50% do lucro, prevaleceu o critério de 5% da parcela do capital social representativa das ações preferenciais, também em atendimento aos direitos estatutários dos preferencialistas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Demonstração do lucro básico para cálculo dos dividendos:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício (Controladora)	33.101	35.036
Apropriação:		
Reserva legal	(1.655)	(1.752)
Reserva de incentivos fiscais	(81)	(250)
Outras reversões/adições:	10	
Lucro básico para determinação do dividendo	31.375	33.034
Dividendos propostos, equivalente a 38,25 % do lucro básico - R$0,92 por ação (35,50 % em 2010, R$ 1,03 por ação) composto de:		
Juros sobre o capital próprio	10.436	10.163
Dividendos	1.565	1.565
Total de dividendos propostos	12.001	11.728
Menos:		
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente	(7.827)	(7.945)
Atualização dos juros sobre o capital próprio antecipados	(296)	(188)
Saldo de dividendos propostos	**3.878**	**3.595**

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2011, no montante de R$ 12.001 incluem juros sobre capital próprio no total de R$ 10.436, aprovados pelo Conselho de Administração da seguinte forma:

Parcela	Data aprovação Conselho Administração	Data posição acionária	Data de pagamento	Valor da parcela	Valor bruto por ação (ON e PN) (R$)
1ª. parcela JCP	29.04.2011	11.05.2011	31.05.2011	2.609	0,20
2ª. parcela JCP	22.07.2011	02.08.2011	31.08.2011	2.609	0,20
3ª. parcela JCP	28.10.2011	11.11.2011	30.11.2011	2.609	0,20
4ª. parcela JCP	22.12.2011	02.01.2012		2.609	0,20
Dividendos	09.02.2012			1.565	0,12
				12.001	**0,92**

As parcelas dos juros sobre o capital próprio distribuídas antecipadamente em 2011 serão descontadas dos dividendos propostos para este exercício, corrigidas pela taxa SELIC desde a data de seu pagamento até 31 de dezembro de 2011. A parcela final de juros sobre o capital próprio será disponibilizada até 30 de março de 2012 e os dividendos serão pagos na data que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, e terão os seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2011 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 3.548 (R$ 3.455 em 2010).

23.6. Lucro por Ação

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	33.313	35.189	33.101	35.036
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº. Ações)	13.044.496.930	9.872.826.065	13.044.496.930	9.872.826.065
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R$ por ação)	2,55	3,57	2,54	3,55

24 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas	306.234	266.060	241.042	204.595
Encargos de vendas	(62.058)	(54.218)	(57.221)	(48.108)
Receita de vendas	**244.176**	**211.842**	**183.821**	**156.487**

25 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Matéria-prima / produtos adquiridos	(95.484)	(77.437)	(68.529)	(53.405)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(25.200)	(22.915)	(17.612)	(13.284)
Participação governamental	(27.205)	(20.315)	(26.507)	(19.810)
Despesas com pessoal e benefícios	(18.908)	(16.697)	(14.715)	(12.185)
Depreciação, depleção e amortização	(17.739)	(14.612)	(12.901)	(10.813)
	(184.536)	**(151.976)**	**(140.264)**	**(109.497)**
Custo do produto vendido	(166.939)	(135.617)	(124.320)	(96.134)
Despesas com vendas	(8.950)	(8.557)	(9.915)	(7.920)
Despesas gerais e administrativas	(8.647)	(7.802)	(6.029)	(5.443)
	(184.536)	**(151.976)**	**(140.264)**	**(109.497)**

26 Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Planos de pensão e saúde	(1.555)	(1.552)	(1.439)	(1.454)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(1.466)	(623)	(1.097)	(613)
Relações institucionais e projetos culturais	(1.439)	(1.234)	(1.275)	(1.132)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(772)	(369)	(649)	(451)
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	(1.046)	(603)	(227)	(61)
Acordos Coletivos de Trabalho	(700)	(647)	(655)	(577)
Perdas com processos judiciais e administrativos	(670)	(1.834)	(448)	(1.352)
Ganhos com processos judiciais e arbitrais	883		688	
Despesas operacionais c/ termelétricas	(207)	(307)	(550)	(602)
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(664)	(76)	(412)	104
Subvenções e assistências governamentais	615	377	187	360
Resultado com alienação / baixa de ativos	12	65	(226)	(33)
Gastos / Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	16	46	16	46
Incentivo para aquisição de ações da Petrobras		(91)		(85)
Outros	405	(201)	317	89
	(6.588)	**(7.049)**	**(5.770)**	**(5.761)**

27 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	971	(693)	924	(784)
Variação cambial sobre endividamentos (*)	(5.453)	1.683	(2.809)	1.271
Variação cambial sobre endividamento líquido	**(4.482)**	**990**	**(1.885)**	**487**
Variação monetária sobre endividamentos	**(102)**	**(276)**	**(76)**	**(253)**
Despesa com endividamento	(8.146)	(6.752)	(6.114)	(7.209)
Receita com aplicações financeiras	2.788	1.645	2.303	1.155
Receita com títulos públicos federais para negociação	2.118	529	2.118	529
Despesa financeiras líquidas	**(3.240)**	**(4.578)**	**(1.693)**	**(5.525)**
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	**(7.824)**	**(3.864)**	**(3.654)**	**(5.291)**
Encargos financeiros capitalizados	7.361	5.262	5.823	4.249
Hedge sobre operações comerciais e financeiras	(387)	9	(124)	24
Receita com títulos disponíveis para venda	594	524	576	510
Receita/ (despesa) com títulos mantidos até o vencimento	(114)	119	532	451
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(93)	(56)	619	1.641
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	585	626	1.809	50
Resultado financeiro líquido	**122**	**2.620**	**5.581**	**1.634**
Resultado financeiro				
Receitas	6.543	4.424	6.025	4.312
Despesas	(2.422)	(3.145)	(291)	(2.960)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(3.999)	1.341	(153)	282
	122	**2.620**	**5.581**	**1.634**

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

28 Processos judiciais e contingências

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, resultantes do curso normal de suas operações. A classificação das ações de acordo com a expectativa de perda como provável, possível ou remota, assim como seus valores estimados é elaborada com base em pareceres de seus assessores jurídicos e melhor julgamento da Administração.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

28.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. Dentre as quais, as principais são referentes à imposto de renda retido na fonte pela emissão de títulos no exterior, perdas e danos pelo desfazimento de operação de cessão de crédito prêmio de IPI e indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro ocorrido em janeiro de 2000.

O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual do Estado do Paraná ajuizaram uma ação contra a Petrobras relativa à indenização por: danos morais, financeiros e restauração ambiental em função de um derramamento de óleo ocorrido no Terminal São Francisco do Sul - Refinaria Presidente Vargas em 16 de julho de 2000.

Com base em estudos realizados em 2011, considerando a proporção dos danos causados, a Companhia reavaliou a expectativa de perda da ação, reclassificando-a de possível para provável, e estimou o valor a ser incorrido no montante de R$ 62, não obstante persista a pretensão dos Autores pela condenação da ordem de R$ 6.765.

Os valores provisionados, líquidos dos depósitos judiciais, são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
Passivo não circulante	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Reclamações trabalhistas	290	193	202	88
Processos fiscais	661	607	12	68
Processos cíveis	298	357	161	269
Outros processos	112	108	62	
	1.361	**1.265**	**437**	**425**

	Consolidado		Controladora	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Saldo inicial	**1.265**	**837**	**425**	**252**
Adição de provisão	534	1.422	336	845
Utilização por pagamentos	(183)	(910)	(118)	(598)
Transferências por depósitos judiciais	(266)	(93)	(237)	(83)
Atualização de juros	87	9	86	9
Outros	(76)		(54)	
Saldo final	**1.361**	**1.265**	**437**	**425**

28.2. Processos judiciais não provisionados

Consolidado	
Natureza	**Estimativa 2011**
Fiscal	34.137
Cível - Geral	8.858
Cível - Ambiental	989
Outras	1.560
	45.544

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

a) Processos de natureza fiscal

Descrição - Natureza Fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
I) Autos de infração por indedutibilidade de IRPJ – CSLL e Multa sobre a repactuação do Plano Petros.	3.139
II) Falta de adição à base de cálculo do IRPJ e CSLL de lucros auferidos pelas empresas controladas e coligadas domiciliadas no exterior, nos exercícios de 2005, 2006 e 2007.	1.989
III) Não recolhimento de IRPJ e CSLL sobre o incentivo financeiro aos empregados pela repactuação do Plano Petros em 2007.	1.499
Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro	
Auto de infração referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações referente ao período de 1999 a 2002.	4.684
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro	
I) ICMS – Autos de infração em operações de saída de LGN sem emissão de documento fiscal, no âmbito do estabelecimento centralizador.	2.491
II) Notas de Lançamento decorrente de diferença de alíquota de ICMS nas operações de venda de QAV, em razão da declaração de inconstitucionalidade do Decreto 36.454 de 2004.	1.410
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
I) Não recolhimento da CIDE pela Petrobras em operações de importação de Nafta revendida à Braskem.	2.793
II) Não recolhimento no período de março de 2002 a outubro de 2003 da CIDE-combustíveis, em obediência às ordens judiciais obtidas por Distribuidoras e Postos de Combustíveis, imunizando-os da respectiva incidência.	1.235
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	
I) Auto de infração relativo a afastamento de cobrança de ICMS e multa por descumprimento de obrigação acessória sobre importação. Admissão temporária de sonda de perfuração em São Paulo e desembaraço no Rio de Janeiro (Convênio ICMS nº 58/99).	2.184
II) Afastamento de cobrança de ICMS e multa sobre importação (Admissão Temporária – Sonda de Perfuração – admissão São Paulo - desembaraço no Rio de Janeiro).	1.657
Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, Linhares, Vila Velha e Vitória.	
Falta de retenção e recolhimento de ISS na atividade de prestação de serviços em águas marítimas. Alguns municípios localizados no Estado do Espírito Santo lavraram autos de infração contra a Petrobras, pela suposta falta de retenção do ISSQN incidente sobre serviços prestados em águas marítimas. A Petrobras reteve esse ISSQN, porém o recolheu aos cofres dos municípios onde estão estabelecidos os respectivos prestadores, em conformidade com a Lei Complementar nº 116/03.	1.624
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
IOF crédito sobre operações de mútuos	1.181
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
IRRF - Remessas ao exterior para pagamento de importação de petróleo	924
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do Rio de Janeiro e de Sergipe	
Aproveitamento indevido de créditos de ICMS de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração e autos de infração por entender que constituem material de uso e consumo, cujo aproveitamento do crédito somente seria permitido a partir do período seguinte.	817
Outros processos de natureza fiscal	**6.510**
Total dos processos de natureza fiscal	**34.137**

b) Processos de natureza cível - Geral

Descrição - Natureza Cível	Estimativa
Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda.	
A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas. A indenização estimada a ser paga a Petroquisa é R$ 22.461 em 31.12.2011. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa parte da indenização estimada em R$ 14.824 "líquida de imposto" não representa desembolso efetivo do Sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, 5% a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados 20% a título de honorários advocatícios.	5.615
Autor: Agência Nacional de Petróleo - ANP	
Diferenças no pagamento de participação especial dos campos de Albacora, Carapeba, Cherne, Espadarte, Marimba, Marlim, Marlim Sul, Namorado, Pampo e Roncador – Bacia de Campos, utilizando contrato de locação de bens com a Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos – CLEP, em desacordo com à portaria ANP nº 10/99 e multa por descumprimento dos programas Exploratórios mínimos – "Rodada Zero".	1.212
Outros processos de natureza cível	2.031
Total dos processos de natureza cível	**8.858**

28.3. Contingências de parcerias operacionais - Campo de Frade

Em novembro de 2011, ocorreu um derramamento de óleo no campo de Frade, localizado na Bacia de Campos, que é operado pela Chevron Brasil. A promotoria pública federal está conduzindo uma investigação e iniciou um processo reivindicando R$ 20 bilhões de indenização, contra a Chevron Brasil, Chevron Latin America Marketing LLC e Transocean Brasil Ltda, este último operador da plataforma na ocasião do derramamento. A avaliação dos nossos advogados considerou que o valor reivindicado não é razoável e é desproporcionalmente alto em relação à extensão dos danos causados.

A Petrobras possui participação de 30% do consórcio de Frade. Embora não seja parte do processo, em razão da participação, a Petrobras pode ser contratualmente obrigada a arcar com 30% do total de contingências relacionadas ao campo de Frade. Caso a Chevron seja responsabilizada legalmente, a Petrobras pode estar sujeita contratualmente ao pagamento de até 30% dos custos referentes à indenização.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

28.4. Contingências Ativas

28.4.1. Recuperação de custos de manutenção - Barracuda & Caratinga

Em 2006, a Petrobras, na qualidade de representante da Barracuda & Caratinga Leasing Company B.V.- BCLC, recorreu ao processo arbitral no exterior contra a Kellog, Brown, Root, LLC- KBR para obtenção de indenização por custos de manutenção realizado nas linhas flexíveis do campo de Barracuda e Caratinga, no período coberto por garantia contratual.

Em 21 de setembro de 2011, o Tribunal arbitral deu ganho de causa à BCLC, de forma definitiva, condenando a KBR a indenizá-la em R$ 339, pleiteados na arbitragem, acrescidos de custos internos da Petrobras na condução da arbitragem, além de honorários advocatícios e custas do processamento arbitral. Após decisão definitiva, a Petrobras reconheceu o valor de R$ 339 no ativo não circulante.

28.4.2. Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e subsidiárias ajuizaram ações ordinárias contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o respectivo §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 18 de novembro 2010, o Superior Tribunal de Justiça julgou procedente a ação da Petrobras, ajuizada em 2006 para recuperar os valores de COFINS do período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Após o trânsito em julgado da ação, a Companhia reconheceu o valor de R$ 497 (R$ 349 na Controladora) como impostos a recuperar no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui R$ 2.188 (R$ 2.066 na Controladora) relativos a estas ações que ainda não estão refletidos nas informações contábeis em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

28.4.3. Ação judicial nos Estados Unidos - P-19 e P-31

Em 2002, a Brasoil e a Petrobras venceram, em primeira instância, perante a Justiça norte-americana, ações conexas movidas pelas seguradoras United States Fidelity & Guaranty Company e American Home Assurance Company, as quais tentavam obter, desde 1997, em face da primeira (Brasoil), declaração judicial que as isentassem da obrigação de pagar o valor do seguro de construção (performance bond) das plataformas P-19 e P-31, e, em face da segunda (Petrobras), buscavam ressarcimento de quaisquer quantias que viessem a ser condenadas no processo de execução da perfomance bond.

Em 21 de julho de 2006, a Justiça Americana proferiu decisão executiva, condicionando o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo de ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira, o que vem sendo providenciado pelas partes.

O valor da indenização pleiteado é de aproximadamente US$ 245 milhões.

29 Compromisso de compra de gás natural

A Petrobras assinou contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, tendo por objetivo a compra de um total de 201,9 bilhões de m3 de gás natural ao longo de sua vigência, comprometendo-se a comprar volumes mínimos anuais a um preço calculado segundo fórmula atrelada ao preço do óleo combustível. O contrato tem vigência inicial até 2019, que será prorrogada até que todo o volume contratado seja consumido.

Em 31 de dezembro de 2011, o compromisso de compra mínima para o período de 2012 até 2019 é de aproximadamente 70,3 bilhões de m3 de gás natural equivalente a 24,06 milhões de m3 por dia, que corresponde a um valor total estimado de US$ 15,2 bilhões.

30 Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo - ANP no total de R$ 6.015 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R$ 5.429 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R$ 3.385 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R$ 2.043 referem-se a garantias bancárias.

31 Instrumentos financeiros derivativos, proteção patrimonial hedge e atividades de gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia.

31.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A política de gestão de riscos da Petrobras visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

A gestão de riscos da Petrobras é realizada por seus diretores, segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos. Desde março de 2010, foi instituído pela Diretoria Executiva, o Comitê de Integração Financeira, composto por todos os gerentes executivos da área financeira, sendo convocados para discussões de temas específicos os gerentes executivos das áreas de negócios. Dentre as responsabilidades do Comitê de Integração Financeira está a de avaliar as exposições a riscos e estabelecer diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia, cabendo à Diretoria Executiva decidir sobre os temas.

A Petrobras adota uma filosofia de gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais - das operações ou das unidades de negócio - mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis proteções naturais. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

31.2. Risco de variação dos preços de petróleo e derivados

a) Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações sistêmicas (compra ou venda de mercadorias com o objetivo de atender às necessidades operacionais da Companhia).

Não obstante, as deliberações referentes a este tema são periodicamente revisadas e recomendadas ao Comitê de Integração Financeira. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial *hedge* deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as suas exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

b) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

As principais operações destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos financeiros derivativos são usualmente de curto prazo, acompanhando os prazos das operações comerciais. Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, *swaps* e opções. As operações são realizadas nas Bolsas NYMEX - *New York Mercantile Exchange e* ICE - *Intercontinental Exchange*, bem como no mercado de balcão internacional.

c) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços de petróleo e derivados da Petrobras são o fluxo de caixa operacional em risco (CFAR), o Valor em Risco (*Value at risk* - VaR) e *Stop Loss*.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

A carteira de operações comerciais realizadas no exterior, bem como as operações de proteção patrimonial associadas à sua carteira por meio de derivativos de petróleo e derivados, apresentava, em 31 de dezembro de 2011, uma perda máxima estimada para um dia (VaR - *Value at risk*), calculada a um nível de confiança de 95% de, aproximadamente, US$ 2 milhões.

d) Valor de referência (nocional) e valor justo dos instrumentos derivativos

Derivativos de petróleo e derivados

	Consolidado					Controladora	
	Valor de Referência (Nocional) em mil bbl*		Valor justo contabilizado**		Vencimento	Valor justo contabilizado**	
	2011	2010	2011	2010		2011	2010
Contratos Futuros	**(6.217)**	**(8.570)**	**34**	**(40)**	2012	**(1)**	
Compromissos de compra	30.193	19.921					
Compromissos de venda	(36.410)	(28.491)					
Contratos de Opções	**(2.130)**	**(1.679)**	**(4)**	**(3)**	2012		
Compra	**(730)**	**1.446**	**(3)**	**1**			
Posição Titular	6.728	1.646					
Posição Lançadora	(7.458)	(200)					
Venda	**(1.400)**	**(3.125)**	**(1)**	**(4)**			
Posição Titular	3.990	2.070					
Posição Lançadora	(5.390)	(5.195)					
Contratos a termo	**275**	**354**		**(1)**	2012		
Posição Comprada	275	979					
Posição Vendida		(625)					
Total registrado em outros ativos e passivos circulantes			**30**	**(44)**		**(1)**	

* Valor de Referência (Nocional) negativo representa posição vendida.

** Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.

Principais contrapartes nas operações: NYMEX, ICE, Morgan Stanley, BNP Paribas, BP North America Chicago, Shell (Stasco).

e) Ganhos e perdas no período

	Consolidado		Controladora	
Derivativos de petróleo e derivados	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Ganho (perda) registrado no resultado	(410)	(4)	(124)	24

f) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As garantias dadas como colaterais se constituem, em geral, em depósitos.

Consolidado		Controladora	
2011	**2010**	**2011**	**2010**
168	367	22	170

g) Análise de sensibilidade de derivativos de petróleo e derivados

O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro 2011, os cenários possível e remoto consideram a deterioração dos preços na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a mesma data.

		Consolidado		
Derivativos de Mercado de petróleo e derivados	**Risco**	**Cenário Provável em 2011**	**Cenário Possível (△ de 25%)**	**Cenário Remoto (△ de 50%)**
Brent	Alta do Petróleo Brent	(8)	(307)	(580)
Gasolina	Baixa da Gasolina	3	16	28
Óleo Combustível	Alta do Óleo Combustível	(15)	(249)	(484)
WTI	Alta do WTI	-	2	(21)
Diesel	Baixa do Diesel	6	(15)	(37)
Etanol	Alta do Etanol	1	(27)	(54)
Nafta	Alta da Nafta	-	(3)	(7)
Dubai	Alta do Petróleo Dubai	2	(12)	(25)
LLS	Baixa do Petróleo LLS	-	(8)	(15)

As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R$ 500 mil.

h) Derivativos embutidos

Os procedimentos para identificação de instrumentos financeiros derivativos em contratos visam o reconhecimento tempestivo, controle e adequado tratamento contábil a ser empregado, sendo aplicáveis às unidades da Petrobras e às suas subsidiárias e controladas.

Os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são comunicados para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

Os derivativos embutidos identificados no período foram:

Venda de etanol

O contrato consiste em venda de etanol hidratado por uma fórmula de preço definida no momento da assinatura do contrato. A definição de preço de cada carregamento de etanol hidratado entregue neste contrato envolve duas cotações de referência distintas: etanol e nafta.

A fórmula de preço em questão utiliza como uma de suas referências a cotação de uma *commodity* que não mantém estrita relação de custo ou valor de mercado com o bem transacionado no contrato, segundo os critérios do pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Assim sendo, conforme orientações dessa norma, a parcela referente ao derivativo embutido deve ser destacada do contrato original e registrada nas informações contábeis intermediárias seguindo as mesmas regras aplicáveis aos demais instrumentos financeiros derivativos.

Os quadros abaixo representam o valor justo do derivativo embutido e análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2011:

	Valor de Referência (Nocional) em mil m³	Valor Justo	Vencimento
Contrato a Termo			
Posição comprada	715	49	2016

Derivativos Embutidos	Risco	Cenário Provável em 2011	Cenário Possível (△ de 25%)	Cenário Remoto (△ de 50%)
Swap Nafta x Etanol	Queda no spread Nafta x Etanol	49	40	32

O derivativo foi mensurado a valor justo por meio do resultado e classificado no nível 3 na hierarquia da mensuração do valor justo.

A Companhia determinou o valor justo deste contrato baseado em práticas utilizadas no mercado, em que se apura a diferença entre os spreads de nafta e etanol. O preço de venda do etanol no contrato é referente ao mercado brasileiro (ESALQ). Os parâmetros utilizados no cálculo tiveram seus valores obtidos das cotações de mercado do preço do etanol e da nafta no mercado futuro da CBOT (Chicago Board of. Trade) no último dia útil do período das demonstrações financeiras.

Os ganhos apurados estão apresentados na demonstração do resultado como receita financeira.

31.3. Risco cambial

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a Companhia está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxas de câmbio que referenciam posições ativas e passivas. As oscilações nas taxas de câmbio podem ter um impacto negativo na condição financeira e resultados operacionais da Petrobras, já que a maioria das receitas está predominantemente em reais enquanto a maioria dos passivos está em moeda estrangeira.

a) Gerenciamento de riscos cambiais

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

Aproveitando-se de atuar de forma integrada no segmento de energia, a empresa busca, primeiramente, identificar ou criar proteções naturais (*hedge*s naturais), ou seja, beneficiar-se das correlações entre suas receitas e despesas. No caso específico da variação cambial inerente aos contratos em que o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, esta proteção se dá através da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

b) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

Contratos de *Swap*

Iene x Dólar

Em setembro de 2006, a Companhia contratou uma operação de proteção patrimonial hedge denominada *cross currency swap* para cobertura dos *Bonds* emitidos em ienes, de forma a fixar em dólares os custos desta operação. No *cross currency swap* ocorre uma troca de taxas de juros em diferentes moedas. A taxa de câmbio do iene para dólar norte americano é fixada no início da transação e permanece fixa durante sua existência. A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. Para essa relação entre o derivativo e o empréstimo, qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, foi adotada metodologia de contabilização de operações de *hedge (hedge accounting*).

Na contratação do *hedge* e durante a sua vigência, espera-se que o mesmo seja altamente eficaz. As alterações no valor justo, na medida da eficácia da operação testada trimestralmente, são contabilizadas em outros lucros abrangentes acumulados, até que o resultado do item objeto de hedge seja realizado.

Dólar x CDI

A Companhia contratou uma operação de *swap* cambial relacionado a um financiamento de importação (FINIMP) para aquisição de petróleo.

Contratos a termo (Dólar)

A Petrobras se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. O prazo de exposição é de 3 meses em média e a operação é realizada com o objetivo de fixar e garantir a margem da comercialização.

Nenhuma das operações exigiu depósitos de margens em garantia.

c) Valor de referência (nocional) e valor justo dos instrumentos derivativos

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos vigentes.

	Consolidado				
	Valor de Referência (Nocional) (em milhões)		Valor justo **		Vencimento
	2011	2010	2011	2010	
Contratos a termo de dólar					
Posição Vendida	**USD 87**	**USD 61**	**(3)**	**4**	2012
	USD 87	USD 61	(3)	4	
Contratos de *swaps*			**32**		2012
Posição ativa					
Moeda estrangeira dólar	USD 127		241		
Posição passiva					
CDI reais	BRL 199		(209)		
Cross Currency Swap			**243**	**192**	2016
Posição ativa					
Taxa Média de recebimento (JPY) = 2,15% aa	JPY 35.000	JPY 35.000	926	783	
Posição passiva					
Taxa Média de Pagamento (USD) = 5,69% aa	USD 298	USD 298	(683)	(591)	
Total Registrado em outros ativos e passivos circulantes			272	196	

** Os valores negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.

Principais contrapartes nas operações: Citibank, HSBC, Bradesco e Itaú
As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R$ 500 mil.

d) Ganhos e perdas no período

	Consolidado		Controladora	
Derivativos de moeda estrangeira	2011	2010	2011	2010
Ganho (perda) registrado no resultado	25	7	-	-
Ganho (perda) registrado no patrimônio líquido	8	(10)	-	-

e) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

f) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: derivativos, empréstimos e aplicações financeiras

O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2011, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação à mesma data.

		Consolidado		
Derivativos de Moeda Estrangeira	**Risco**	**Cenário Provável em 31.12.2011**	**Cenário Possível (△ de 25%)**	**Cenário Remoto (△ de 50%)**
Contratos a termo de dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	(3)	(44)	(85)
Cross Currency Swap	Desvalorização do Iene frente ao Dólar	243	58	(65)
Contratos de *Swap*	Valorização do Real frente ao Dólar	32	(38)	(98)

		Consolidado		
Dívida de Moeda Estrangeira*	**Risco**	**Cenário Provável em 31.12.2011**	**Cenário Possível (△ de 25%)**	**Cenário Remoto (△ de 50%)**
Real[1]	Valorização do Dólar frente ao Real	26.621	6.655	13.311
Dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	68.012	17.003	34.006
Euro	Valorização do Euro frente ao Real	4.681	1.170	2.340
Yen	Valorização do Yen frente ao Real	2.897	724	1.448
		102.211	**25.552**	**51.105**

[1] Financiamentos em moeda nacional parametrizados à variação do dólar.

		Consolidado		
Aplicação financeira*	**Risco**	**Cenário Provável em 31.12.2011**	**Cenário Possível (△ de 25%)**	**Cenário Remoto (△ de 50%)**
em moeda estrangeira	Valorização do Real frente ao Dólar	17.440	(4.360)	(8.720)

(*) A análise de sensibilidade isolada dos instrumentos financeiros não representa a exposição líquida da Companhia ao risco cambial. Considerando o equilíbrio entre passivos, ativos, receitas e compromissos futuros em moeda estrangeira, o impacto econômico de possíveis variações cambiais não é considerado significativo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

31.4. Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Se as taxas de juros do mercado (principalmente LIBOR) subirem, as despesas financeiras aumentarão, o que poderá causar um impacto negativo nos resultados operacionais e posição financeira. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da libor, e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Gerenciamento de riscos de taxa de juros

A Petrobras considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar esse tipo de risco; exceto em função de situações específicas apresentadas por empresas do sistema Petrobras.

a) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

Contratos de *Swap*

Taxa de juros flutuante (Libor USD) x Taxa fixa (USD)

A Companhia contratou uma operação denominada *swap* de taxa de juros, com o objetivo de transformar um financiamento atrelado a uma taxa flutuante em taxa fixa, de forma a eliminar o descasamento entre os fluxos de caixa ativos e passivos de projeto de investimento. A Companhia não tem intenção de liquidar a operação antes de seu vencimento e, para tanto, adotou a metodologia de contabilização de operações de hedge (*hedge accounting*) para a relação entre o financiamento e o derivativo.

Taxa de juros flutuante (Euribor) x Taxa fixa (EUR)

A Companhia contratou uma operação de swap para fixação da taxa de juros relacionada a um financiamento.

b) Valor de referência (nocional) e valor justo dos instrumentos derivativos

	Consolidado				
	Valor de Referência (Nocional) (em milhões)		Valor justo **		Vencimento
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	
Contratos de *Swap*					
Posição passiva	USD 478	USD 487	(67)	14	2020
Contratos de *Swap*			(3)		2015
Posição ativa					
Euribor 1M	EUR20		1	-	
Posição passiva					
Taxa fixa de 4,19%	EUR20		(4)	-	
Total registrado em outros ativos e passivos circulantes			(70)	14	

** Os valores justos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.
As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R$ 500 mil.

c) Análise de sensibilidade dos derivativos de taxa de juros

		Consolidado		
Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável em 31.12.2011	Cenário Possível (de 25%)	Cenário Remoto (de 50%)
Contratos de *Swap*	Diminuição da taxa Libor	(67)	(101)	(124)
Contratos de *Swap*	Diminuição da taxa Euribor	(3)	(3)	(4)

31.5. Risco de crédito

A Petrobras está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos de crédito

A gestão do risco de crédito na Petrobras faz parte do gerenciamento dos riscos financeiros, que é realizado pelos diretores da Companhia. As Comissões de Crédito são compostas, a partir de decisão da Diretoria Executiva, por três membros, sendo presidida pelo Gerente Executivo do Planejamento Financeiro e Gestão de Riscos e os demais membros são o Gerente Executivo de Finanças e o Gerente Executivo da área comercial de contato com o cliente ou com a Instituição financeira.

As Comissões de Crédito têm por finalidade analisar as questões vinculadas à gestão do crédito, tanto no que diz respeito à sua concessão, quanto à sua administração; promover a integração entre as unidades que as compõem; e identificar as recomendações a serem aplicadas nas unidades envolvidas ou submetidas à apreciação das instâncias superiores.

A política de gestão de risco de crédito faz parte da política global de gestão de riscos da Companhia e visa conciliar a necessidade de minimizar a exposição ao risco de crédito e de maximizar o resultado das vendas e operações financeiras, mediante processo de análise, concessão e gerenciamento dos créditos de forma eficiente.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de crédito

A Petrobras utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado em que atua.

A carteira de crédito comercial da Companhia, que supera US$ 40 bilhões, é bastante diversificada, estando os créditos concedidos divididos entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior. Entre os principais clientes encontram-se as grandes empresas do mercado de petróleo, consideradas *majors*.

As instituições financeiras são beneficiárias de aproximadamente US$ 30 bilhões, distribuídos entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

Garantias utilizadas no gerenciamento de riscos de crédito

Somente são aceitas garantias emitidas por instituições financeiras que disponham de crédito disponível, conforme os parâmetros adotados pela Companhia.

As vendas a prazo para clientes considerados de alto risco só são efetuadas através do recebimento de garantias. Para tanto, a Petrobras aceita cartas de crédito emitidas no exterior, fianças bancárias emitidas no Brasil, hipotecas e cauções. Para clientes considerados de médio risco, também são aceitas fianças e avais dos sócios das empresas, tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

A tabela abaixo representa a exposição máxima ao risco de crédito para:

	2011
Garantias	4.019
Derivativos	344
Aplicações Financeiras	16.247

A exposição máxima ao risco de crédito de contas a receber é representada pelo saldo descrito na Nota 7.

31.6. Risco de liquidez

A Petrobras utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazos, financiamento de projetos, transações de vendas e arrendamento. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

Gerenciamento de risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia prevê a continuidade do alongamento do prazo de vencimento de nossas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

A Petrobras financia o capital de giro assumindo dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito, financiamento

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

e pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

Vencimento	Consolidado	Controladora
2012	26.220	5.750
2013	16.802	3.934
2014	18.844	5.182
2015	21.045	5.925
2016	35.615	15.768
2017	21.176	7.573
2018 em diante	111.893	21.151
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**251.595**	**65.283**
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**175.129**	**59.076**

31.7. Aplicações financeiras (operações com derivativos)

As operações com derivativos, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, destinam-se exclusivamente à troca de indexadores dos ativos que compõem as carteiras, e tem o objetivo de dar maior flexibilidade aos administradores na busca pela eficiência no gerenciamento das disponibilidades.

A tabela a seguir representa os valores de mercado das operações com derivativos contidas nos fundos de investimento exclusivos em 31 de dezembro de 2011.

Contrato	Quantidade	Valor de Referência (Nocional)	Valor Justo*	Vencimento
DI Futuro	**(39.957)**	**(3.244)**	-	
Posição comprada	31.724	2.652	1	2012 à 2014
Posição vendida	(71.681)	(5.896)	(1)	2012 à 2014
Dólar Futuro	**147**	**14**	-	2012
Posição comprada	312	29	-	
Posição vendida	(165)	(15)	-	

* As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R$ 500 mil.

32 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2011, era, respectivamente, R$ 44.097 e R$ 137.239 calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R$ 43.055 e R$ 136.405.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente está demonstrada a seguir:

	Valor justo medido com base em			
	Preços cotados em mercado ativo (Nível I)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível II)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível III)	Total do valor justo contabilizado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	22.264			22.264
Derivativos de Moeda Estrangeira	32	243		275
Derivativos de *commodities*	66		49	115
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**22.362**	**243**	**49**	**22.654**
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**30.984**	**198**	**53**	**31.235**
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira		(3)		(3)
Derivativos de *commodities*	(36)			(36)
Derivativos de juros	(70)			(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**(106)**	**(3)**		**(109)**
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**(63)**	**(3)**		**(66)**

33 Seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Petrobras tem por filosofia básica transferir, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autosseguro, com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A Companhia, assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US$ 60 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2011 podem ser assim demonstradas:

		Importância segurada	
Ativo	Tipos de cobertura	Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio, riscos operacionais e riscos de engenharia	237.491	147.878
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	4.290	
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	52.547	18.498
Total		**294.328**	**166.376**

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços e da malha de dutos no Brasil.

34 Eventos subsequentes

Incorporação da Petroquisa e cisão parcial da BRK

Em 27 de janeiro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a incorporação da Petrobras Química S.A. - Petroquisa e a cisão parcial da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. - BRK com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento do capital social.

Captações da PifCo

Em 6 de fevereiro de 2012, a Petrobras International Finance Company - PifCo, concluiu a oferta títulos do tipo Global Notes no mercado internacional, resultando no recebimento de recursos no montante de US$ 7 bilhões que serão utilizados para o financiamento dos investimentos da Companhia. A operação foi constituída pela emissão de títulos com vencimento em 2015 e 2017 e pela reabertura dos títulos com vencimento em 2021 e 2041, cujas taxas de juros anuais são de 2,875%, 3,50%, 5,375% e 6,75%, respectivamente, e pagamento semestral de juros.

Os custos de emissão foram de aproximadamente US$ 22 milhões, deságio de US$ 16 milhões (séries de 2015 e 2017) e ágio nas reaberturas dos títulos de US$ 255 milhões (séries de 2021 e 2041), resultando em taxas de juros anuais efetivas de 3,15%, 3,69%, 4,84% e 5,95%, respectivamente. Os Global Notes constituem-se em obrigações não garantidas e não subordinadas da PifCo e contam com a garantia completa e incondicional da Petrobras.

Acordo de Investimentos para parceria na Gás Brasiliano Distribuidora

Em 8 de fevereiro de 2012, a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, a Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD e a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig assinaram um Acordo de Investimentos que prevê o ingresso da Cemig no capital social da GBD, resultando em uma sociedade com 60% de participação da Gaspetro e 40% da Cemig. Atualmente a GBD é 100% controlada pela Gaspetro.

A implementação desse Acordo está sujeita a aprovação dos órgãos reguladores competentes e a conclusão da operação está prevista para ocorrer durante o ano de 2012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (Não Auditadas)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Informações sobre reservas

As atividades de exploração, desenvolvimento e produção das reservas de petróleo e de gás natural no Brasil eram exercidas, exclusivamente, sob a modalidade de concessão até a promulgação da Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010,que introduziu o regime de partilha de produção onde áreas do Pré-Sal e outras consideradas estratégicas passam a ser contratadas pela União. No exterior, a Companhia detém a maior parte de seus contratos sob a modalidade de concessão. Portanto, nos ativos da Companhia são apresentados os gastos incorridos para explorar e desenvolver a produção e não o volume de reservas monetizadas.

As reservas de petróleo e gás provadas correspondem às quantidades estimadas de petróleo bruto, gás natural e condensado que pela análise dos dados de geo-engenharia, podem ser estimados com razoável certeza, considerados comerciais, de um reservatório conhecido, sob condições econômicas definidas, métodos de operação conhecidos e sob as condições regulatórias vigentes, numa determinada data.

As reservas provadas desenvolvidas correspondem às quantidades de hidrocarbonetos que se espera recuperar nos projetos existentes de explotação de óleo e gás através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes. As reservas provadas não desenvolvidas correspondem aos volumes de hidrocarbonetos que se esperam recuperar em função de investimentos futuros em perfuração de poços, em equipamentos adicionais.

A estimativa de reservas possui incertezas inerentes ao negócio, e assim sendo alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas estimadas pela Companhia, de acordo com os critérios definidos pela *Securities and Exchange Commission - SEC*, são as seguintes:

	Petróleo (bilhões de bbl) (*)			Gás (bilhões de m³) (*)			Petróleo + Gás (bilhões de boe) (*)		
	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10,379	0,345	10,724	279,651	37,600	317,251	12,139	0,566	12,705
Variação das reservas	0,737	0,066	0,803	31,677	2,544	34,221	0,936	0,081	1,017
Produção	(0,705)	(0,047)	(0,752)	(18,086)	(3,305)	(21,391)	(0,819)	(0,067)	(0,886)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10,411	0,364	10,775	293,242	36,839	330,081	12,256	0,580	12,836
Reserva de empresas não consolidadas									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	0,033	0,033	-	1,691	1,691	-	0,043	0,043
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	0,030	0,030	-	1,231	1,231	-	0,037	0,037
Reservas provadas e desenvolvidas									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6,931	0,183	7,114	184,822	15,855	200,677	8,094	0,276	8,370
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6,974	0,181	7,155	181,134	14,506	195,640	8,113	0,267	8,380

(*) Não auditado.

Nas reservas provadas internacionais não estão sendo incluídas as reservas da Bolívia, atendendo à exigência da Nova Constituição Política do Estado (NCPE), que proíbe a anotação e registro das reservas de óleo e gás por empresas privadas no país.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUIDO MANTEGA
Presidente

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER
Conselheiro

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Conselheiro

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA
Conselheiro

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Conselheiro

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Conselheiro

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
Conselheira

SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Presidente

ALMIR GUILHERME BARBASSA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA
Diretor de Exploração e Produção

JORGE LUIZ ZELADA
Diretor Internacional

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER
Diretora de Gás e Energia

PAULO ROBERTO COSTA
Diretor de Abastecimento

RENATO DE SOUZA DUQUE
Diretor de Serviços

MARCOS ANTONIO SILVA MENEZES
Contador - CRC-RJ 35.286/O-1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A.

CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

7. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

8. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado, da segmentação de negócios e do balanço social

9. Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, as demonstrações consolidadas da segmentação de negócios e as informações contábeis consolidadas contidas no balanço social, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA e balanço social. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela Petrobras: I- o Relatório Anual da Administração - Exercício de 2011; II- o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011; e III- o Orçamento de Capital para o exercício de 2012.

2. Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas: a) a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO: 1ª) Aprovar o Relatório Anual da Administração - Exercício 2011; 2ª) Aprovar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis da Petrobras (Controladora e Consolidadas) – Exercício 2011; 3ª) Aprovar a retenção de lucro remanescente do exercício de 2011, no montante de R$ 18.347 milhões, sendo R$ 18.337 milhões proveniente do lucro do exercício de 2011 e R$ 10 milhões provenientes de saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecido no Orçamento de Capital de 2012, e a retenção de R$ 81 milhões em reserva de incentivos fiscais; 4ª) Aprovar o Orçamento de Capital – Exercício 2012, no montante de R$ 58.812 milhões (Recursos Próprios: R$ 55.512 milhões; e Recursos de Terceiros: R$ 3.300 milhões); 5ª) Aprovar a destinação do resultado que considera a distribuição do dividendo do exercício de 2011 no montante de R$ 12.001 milhões (R$ 0,92 por ação ordinária e preferencial), equivalente a 38,25% do lucro básico, e inclui a parcela de R$ 10.436 milhões de juros sobre o capital próprio (equivalente a R$ 0,80 por ação ordinária e preferencial); e 6ª) Aprovar, em atendimento ao Artigo 41 do Estatuto Social da Petrobras, a parcela que cabe aos administradores da Companhia relativamente à participação nos lucros ou resultados (PLR) do exercício de 2011; e b) a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária – AGE: Aprovar a incorporação ao capital de parte da reserva de incentivos fiscais referente ao incentivo para subvenção de investimentos no âmbito da SUDAM e SUDENE, no montante de R$ 12 milhões, sem a emissão de novas ações, e a conseqüente alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia.

3. Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Petrobras, e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes, de 09/02/2012, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da Petrobras.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2012

Marcus Pereira Aucélio
Presidente

César Acosta Rech
Conselheiro

Maria Lúcia de Oliveira Falcón
Conselheira

Marisete Fátima Dadald Pereira
Conselheira

Nelson Rocha Augusto
Conselheiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ ESTIRÊNICOS S.A.

CNPJ Nº 10.686.006/0001-18
Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO ANUAL 2011

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório das Atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 da Companhia Comperj Estirênicos S.A. ("EST"), acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes.

2. PERFIL DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

O COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) tem como objetivo produzir matérias-primas e produtos de maior valor agregado, em bases competitivas internacionais, contribuindo para o crescimento do mercado petroquímico brasileiro. Sua magnitude e importância para o país o levaram à inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A implementação do projeto petroquímico do COMPERJ está alinhada ao objetivo estratégico da PETROBRAS de aumentar a sua participação no setor petroquímico associada minoritariamente a capitais privados, atuando no setor de forma integrada aos demais negócios do Sistema.

Localizado em Itaboraí, no leste fluminense, em uma área de 45 milhões de m², o projeto prevê completa infraestrutura industrial e logística para recebimento de petróleo, gás natural e escoamento de produtos. O COMPERJ contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que se localizam no seu entorno, por meio da geração direta e indireta de emprego e renda.

No âmbito do Complexo, a empresa COMPERJ ESTIRÊNICOS S.A. (EST) tem como objeto o desenvolvimento dos projetos de produção de monômero de estireno e poliestireno. Os produtos são destinados a aplicações diversificadas como embalagens descartáveis, pneus, borrachas e resinas de poliéster insaturada.

3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO COMPERJ

Ao longo de 2011 prosseguiram as obras de infraestrutura, tais como estradas, vias de acesso interno e instalações industriais de uso compartilhado, de forma a viabilizar a implementação das unidades industriais petroquímicas.

4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso acionista Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), aos nossos fornecedores, parceiros, força de trabalho, comunidades da região, sociedade em geral e ao Governo Federal, Estadual e Municipal pelo apoio, confiança e reconhecimento que nos conferiram durante o ano de 2011. Este apoio foi fundamental para a realização da nossa missão.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ROBERTO COSTA
Presidente

JOSÉ CARLOS COSENZA — Conselheiro
PAULO CEZAR AMARO AQUINO — Conselheiro

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO
Diretor-Presidente

GILBERTO MOURA DA SILVA — Diretor Industrial
LAERTE ROCHA PIRES — Diretor Financeiro e Administrativo
SERGIO MARTINS BEZERRA — Diretor Corporativo

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	887	4.966
Impostos a recuperar	5(a)	51	26
Outras contas a receber		15	39
		953	5.031
Não circulante			
Impostos a recuperar	5(b)	2.352	2.352
Impostos diferidos	5(c)	5	–
Imobilizado	6	84.080	73.202
		86.437	75.554
Total do ativo		87.390	80.585

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2011	2010
Circulante			
Fornecedores		9	275
Contas a pagar - Empresas do sistema	7	–	3.797
Impostos e contribuições a recolher		–	28
Dividendos propostos	8(c)	–	13
Outras contas a pagar		–	8
		9	4.121
Patrimônio líquido	8		
Capital social		87.388	76.421
Reserva legal		3	3
Dividendo adicional proposto		–	40
Prejuízos Acumulados		(10)	–
		87.381	76.464
Total do passivo e patrimônio líquido		87.390	80.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais, exceto o resultado do exercício por lote de mil ações)

	Nota	2011	2010
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(132)	(74)
Despesas tributárias		(4)	(20)
Resultado antes das receitas financeiras		(136)	(94)
Receitas financeiras	3(d)	121	168
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(15)	74
Imposto de renda e contribuição social	5(d)	5	(18)
Lucro (prejuízo) do exercício		(10)	56
Resultado por lote de mil ações - básico e diluído (em R$)		(1,14)	7,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Dividendo adicional proposto	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	31.942	(9)	–	–	–	31.933
Integralização de capital	–	9	–	–	–	9
Aumento de capital	44.479	–	–	–	–	44.479
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	56	56
Destinações:						
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	3	40	(43)	–
Dividendos	–	–	–	–	(13)	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	76.421	–	3	40	–	76.464
Aumento de capital	10.967	–	–	–	–	10.967
Dividendo adicional pago	–	–	–	(40)	–	(40)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(10)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	87.388	–	3	–	(10)	87.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

pelo código 00012012030200141 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ ESTIRÊNICOS S.A.

CNPJ Nº 10.686.006/0001-18
Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(10)	56
Ajuste:		
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5)	–
Variações nos ativos e passivos		
Aumento de impostos a recuperar	(25)	(2.378)
Diminuição/(aumento) de outras contas a receber	24	(39)
(Diminuição)/aumento de contas a pagar - Empresas do sistema	(3.797)	3.797
(Diminuição)/aumento de fornecedores	(177)	275
(Diminuição)/aumento de impostos e contribuições a recolher	(28)	28
(Diminuição)/aumento de outras contas a pagar	(8)	8
Fluxo de caixa líquido (usado nas) decorrente das atividades operacionais	(4.026)	1.747
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	–	(23.258)
Fluxos de caixa líquido usado das atividades de investimento	–	(23.258)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aporte de capital do acionista	–	26.476
Dividendos pagos	(53)	–
Fluxo de caixa líquido (usado nas)/decorrente de atividades de financiamento	(53)	26.476
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa no exercício	(4.079)	4.965
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.966	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	887	4.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
Receitas		
Receitas relativas à construção de ativos para uso	–	25.609
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	(132)	(23.331)
Créditos fiscais	–	(2.352)
Valor adicionado bruto	(132)	(74)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	121	175
Valor adicionado total a distribuir/(reter)	(11)	101
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	(1)	38
Remuneração de capital de terceiros		
Juros e variações monetárias	–	7
Acionistas		
Lucros (prejuízos) retidos	(10)	3
Dividendos propostos	–	53
	(11)	101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Comperj Estirênicos S.A. ("Sociedade") foi constituída em 5 de fevereiro de 2009 como uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a operação de complexos petroquímicos, incluindo o desenvolvimento de estudos e projetos, atividade de produção, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo, seus derivados e correlatos. A planta da Sociedade está em fase de construção em Itaboraí - RJ.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2 Base de preparação das Demonstrações Contábeis

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.`

(iv) Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de

continua

COMPERJ ESTIRÊNICOS S.A.

CNPJ Nº 10.686.006/0001-18
Empresa do Sistema Petrobras

depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*"impairment"*) acumuladas. A depreciação será calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, a partir do momento em que os componentes do ativo imobilizado da Sociedade entrarem em operação.

O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

(ii) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se às receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade apurou receitas financeiras no montante de R$ 121. (R$ 168 em 2010).

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas no Regime Tributário de Transição ("RTT"), que foi instituído pela Lei nº 11.941/09. Com isso esses tributos foram calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis, cujas bases não consideraram as alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Os tributos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais e prejuízos fiscais e, são revisados a cada ano e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Sociedade no respectivo período.

g. Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

Novos Standards, emendas aos Standards e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 15 de dezembro de 2013, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade exceto pelo IFRS 9 Financial Instruments que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Sociedade. A Sociedade não espera adotar esse standard antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente ao IFRS acima citado, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Depósitos à vista	34	3
Aplicações financeiras	853	4.963
	887	4.966

As aplicações financeiras estão representadas por cotas do Fundo de Investimentos Renda Fixa - BB Extramercado FAE. Estas cotas são conversíveis em numerário, resgatadas a qualquer tempo, no decorrer do prazo de duração do fundo. No exercício de 2011 o rendimento deste fundo atingiu 11,40%.

A exposição da Sociedade a riscos de taxas de juros são divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

5 Impostos e contribuições a recuperar / a recolher

a. Impostos a recuperar circulante

O saldo dos impostos a recuperar no ativo circulante no valor de R$ 51 (R$ 26 em 2010) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

b. Impostos a recuperar não circulante

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o saldo dos impostos a recuperar no ativo não circulante no valor de R$ 2.352, referem-se a créditos de PIS e COFINS sobre os serviços contratados nas obras em andamento, cuja recuperação dar-se-á após a entrada em operação da Sociedade.

c. Impostos diferidos não circulante

O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no montante de R$5, sobre o prejuízo fiscal apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, tem por base o plano de negócios da Sociedade, que prevê a geração de lucros futuros, que compensem o prejuízo apurado.

d. Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2011, são demonstradas como segue:

	2011	2010
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(15)	74
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5)	25
Outros itens:		
Ajuste de 10% sobre o lucro até R$240	–	(7)
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	18
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5)	18
Alíquota fiscal efetiva	34%	24%

Em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade não apurou base tributável para fins de imposto de renda e contribuição sobre o lucro.

6 Imobilizado

Determinados componentes do ativo imobilizado foram recebidos quando da contribuição de capital de seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, pelo valor de custo contábil, os quais foram formados em conexão com a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Os bens foram aportados em duas etapas: a primeira em 30 de dezembro de 2009 no valor total de R$ 31.932 e a segunda em 30 de março de 2010 no valor de R$ 18.012. Estes ativos estão relacionados, basicamente, aos serviços de terraplanagem do terreno onde está sendo construída a planta de unidade de Estirênicos, e aos serviços técnicos de engenharia e a respectiva mão de obra especializada para a construção da referida planta.

Durante o exercício de 2010 a Sociedade realizou investimentos diretos, por meio de contratos de prestação de serviços técnicos e de engenharia que somaram R$ 23.258.

Em 23 de dezembro de 2011 a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras efetuou novo aporte de capital com bens, pelo valor de custo contábil no montante de R$ 10.967.

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Saldo em 1º de dezembro de 2010	31.932
Aquisição de bens integrantes do imobilizado	23.258
Integralização de capital com bens do ativo imobilizado	18.012
Saldo em 31 de dezembro de 2010	73.202
Integralização de capital com bens do ativo imobilizado	10.967
Baixas	(89)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	84.080

7 Contas a pagar – Empresas do sistema

Em 10 de março de 2011 a Sociedade liquidou o saldo do contas a pagar com empresas do sistema no valor total de R$ 3.797, o qual se referia a serviços de engenharia devidos ao acionista Petrobras em função das obras que esta realiza em favor da Sociedade.

8 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de março de 2010 o Conselho de Administração aprovou novo aumento de capital com emissão de novas ações, sendo a integralização de R$ 18.012 em bens e R$ 3.300 em espécie. Em 30 de junho, em 30 de setembro e em 30 de dezembro de 2010 foram integralizadas em espécie R$ 7.800, R$ 8.150 e R$ 7.226, respectivamente.

Em 23 de dezembro de 2011 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou novo aumento de capital em bens sendo integralizado R$ 10.967.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ ESTIRÊNICOS S.A.

CNPJ Nº 10.686.006/0001-18
Empresa do Sistema Petrobras

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social era de R$ 87.388 (R$76.421 em 2010) e encontrava-se totalmente integralizado e composto de 8.738 (7.642 em 2010) lotes de mil ações.

b. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2010, os dividendos propostos foram destacados de patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Para o exercício de 2011, a administração não está propondo dividendos em função da inexistência de reservas para este fim e face a prejuízo apurado.

Em 28 de abril de 2011, por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária foi aprovado o pagamento de dividendos utilizando o dividendo que fora proposto de R$13 e o saldo de dividendo adicional de capital proposto de R$40, totalizando R$53.

9 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade possuia cobertura de responsabilidade civil por danos a terceiros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

10 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

Riscos associados

A Sociedade está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalente de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e de contas a pagar - empresas do sistema Petrobras (Nota Explicativa nº 7) estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são equivalentes aos seus valores contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ROBERTO COSTA
Presidente

PAULO CEZAR AMARO AQUINO
Conselheiro

JOSÉ CARLOS COSENZA
Conselheiro

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO
Diretor-Presidente

SÉRGIO MARTINS BEZERRA
Diretor

LAERTE ROCHA PIRES
Diretor

GILBERTO MOURA DA SILVA
Diretor

MARVINO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - Contador - CRC-RJ 043287/O - 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do **Comperj Estirênicos S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis do Comperj Estirênicos S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Comperj Estirênicos S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Demonstração do valor adicionado

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPERJ ESTIRÊNICOS S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 08/02/2012, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária da COMPERJ ESTIRÊNICOS S.A.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2012

AMÓS DA SILVA CANCIO
Presidente do Conselho Fiscal

DANIEL DE ARAUJO E BORGES
Conselheiro

MARIA ROMA DE FREITAS
Conselheira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ MEG S.A.

CNPJ Nº 10.693.983/0001-42
Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO ANUAL 2011

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório das Atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 da Companhia Comperj MEG S.A. ("MEG"), acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes.

2. PERFIL DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

O COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) tem como objetivo produzir matérias-primas e produtos de maior valor agregado, em bases competitivas internacionais, contribuindo para o crescimento do mercado petroquímico brasileiro. Sua magnitude e importância para o país o levaram à inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A implementação do projeto petroquímico do COMPERJ está alinhada ao objetivo estratégico da PETROBRAS de aumentar a sua participação no setor petroquímico associada minoritariamente a capitais privados, atuando no setor de forma integrada aos demais negócios do Sistema.

Localizado em Itaboraí, no leste fluminense, em uma área de 45 milhões de m², o projeto prevê completa infraestrutura industrial e logística para recebimento de petróleo, gás natural e escoamento de produtos. O COMPERJ contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que se localizam no seu entorno, por meio da geração direta e indireta de emprego e renda.

No âmbito do Complexo, a empresa COMPERJ MEG S.A. (MEG) tem como objeto o desenvolvimento dos projetos de produção de Óxido de Eteno e Monoetilenoglicol. Os produtos são destinados principalmente ao mercado de poliéster, composto pelos segmentos de PET (grau garrafa) + PES (filamento, fibra cortada e filme), e também ao uso em outras aplicações como fluidos anticongelantes, agentes umectantes e plastificantes na indústria de celofane, colas e adesivos, têxteis, tintas de impressão, couro, cosméticos, papel e produtos farmacêuticos.

3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO COMPERJ

Ao longo de 2011 prosseguiram as obras de infraestrutura, tais como estradas, vias de acesso interno e instalações industriais de uso compartilhado, de forma a viabilizar a implementação das unidades industriais petroquímicas.

4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso acionista Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), aos nossos fornecedores, parceiros, força de trabalho, comunidades da região, sociedade em geral e ao Governo Federal, Estadual e Municipal pelo apoio, confiança e reconhecimento que nos conferiram durante o ano de 2011. Este apoio foi fundamental para a realização da nossa missão.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ROBERTO COSTA
Presidente

JOSÉ CARLOS COSENZA — Conselheiro
PAULO CEZAR AMARO AQUINO — Conselheiro

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO
Diretor-Presidente

GILBERTO MOURA DA SILVA — Diretor Industrial
LAERTE ROCHA PIRES — Diretor Financeiro e Administrativo
SERGIO MARTINS BEZERRA — Diretor Corporativo

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	817	5.073
Impostos a recuperar	5(a)	53	37
Outras contas a receber		15	38
		885	5.148
Não circulante			
Impostos a recuperar	5(b)	2.386	2.386
Impostos diferidos	5(c)	7	–
Imobilizado	6	73.688	73.801
		76.081	76.187
Total do ativo		76.966	81.335

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2011	2010
Circulante			
Fornecedores		10	302
Contas a pagar - Empresas do sistema	7	–	3.933
Impostos e contribuições a recolher		–	35
Dividendos propostos	8(c)	–	22
Outras contas a pagar		–	9
		10	4.301
Patrimônio líquido	8		
Capital social		76.964	76.964
Reserva Legal		5	5
Dividendo adicional proposto		–	65
Prejuízos acumulados		(13)	–
		76.956	77.034
Total do passivo e patrimônio líquido		76.966	81.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2011	2010
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(129)	(75)
Despesas tributárias		(5)	(15)
Resultado antes das receitas financeiras		(134)	(90)
Receitas financeiras	3(d)	114	218
Variações monetárias		–	(7)
Receitas financeiras líquidas		114	211
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(20)	121
Imposto de renda e contribuição social	5(d)	7	(29)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(13)	92
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - básico e diluído em R$		(1,68)	11,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros – Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	39.942	(9)	–	–	–	39.933
Integralização de capital	–	9	–	–	–	9
Aumento de capital	37.022	–	–	–	–	37.022
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	92	92
Destinações:						
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	5	65	(70)	–
Dividendos	–	–	–	–	(22)	(22)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	76.964	–	5	65	–	77.034
Dividendo adicional pago	–	–	–	(65)	–	(65)
Prejuizo do exercício	–	–	–	–	(13)	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	76.964	–	5	–	(13)	76.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ MEG S.A.

CNPJ Nº 10.693.983/0001-42

Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(13)	92
Ajuste:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7)	–
Variações nos ativos e passivos		
Aumento de impostos a recuperar	(16)	(2.423)
Diminuição/(aumento) de outras contas a receber	23	(38)
(Diminuição)/aumento de contas a pagar - Empresas do sistema	(3.933)	3.933
(Diminuição)/aumento de fornecedores	(179)	302
(Diminuição)/aumento de impostos e contribuições a recolher	(35)	35
(Diminuição)/aumento de outras contas a pagar	(9)	9
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(4.169)	1.910
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	–	(23.593)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	–	(23.593)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aporte de capital do acionista	–	26.755
Dividendos pagos	(87)	–
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente de atividades de financiamento	(87)	26.755
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa no exercício	(4.256)	5.072
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.073	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	817	5.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	2011	2010
Receitas		
Receitas relativas à construção de ativos para uso	–	25.979
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	(129)	(23.668)
Créditos fiscais	–	(2.386)
Valor adicionado bruto	(129)	(75)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	114	218
Valor adicionado total a distribuir/(reter)	(15)	143
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	(2)	44
Remuneração de capital de terceiros		
Juros e variações monetárias	–	7
Acionistas		
Lucros (prejuízos) retidos	(13)	5
Dividendos propostos	–	87
	(15)	143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Comperj MEG S.A. ("Sociedade") foi constituída em 5 de fevereiro de 2009 como uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a operação de complexos petroquímicos, incluindo o desenvolvimento de estudos e projetos, atividade de produção, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo, seus derivados e correlatos. A planta da Sociedade está em fase de construção em Itaboraí - RJ.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A autorização para conclusão da preparação e aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.`

(iv) Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ MEG S.A.

CNPJ Nº 10.693.983/0001-42

Empresa do Sistema Petrobras

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. A depreciação será calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, a partir do momento em que os componentes do ativo imobilizado da Sociedade entrarem em operação.

O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

(ii) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se às receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade apurou receitas financeiras no montante de R$ 114 (R$ 218 em 2010).

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas no Regime Tributário de Transição ("RTT"), que foi instituído pela Lei nº 11.941/09. Com isso esses tributos foram calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis, cujas bases não consideraram as alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Os tributos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais e prejuízos fiscais e, são revisados a cada ano e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Sociedade no respectivo período.

g. Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

Novos Standards, emendas aos Standards e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 15 de dezembro de 2013, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade exceto pelo IFRS 9 Financial Instruments que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Sociedade. A Sociedade não espera adotar esse standard antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente ao IFRS acima citado, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Depósitos à vista	34	2
Aplicações financeiras	783	5.071
	817	5.073

As aplicações financeiras estão representadas por cotas do Fundo de Investimentos Renda Fixa - BB Extramercado FAE. Estas cotas são conversíveis em numerário, resgatadas a qualquer tempo, no decorrer do prazo de duração do fundo. No exercício de 2011 o rendimento deste fundo atingiu 11,40%.

A exposição da Sociedade a riscos de taxas de juros são divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

5 Impostos e contribuições a recuperar / a recolher

a. Impostos a recuperar circulante

O saldo dos impostos a recuperar no ativo circulante no valor de R$ 53 (R$ 37 em 2010) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

b. Impostos a recuperar não circulante

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o saldo dos impostos a recuperar no ativo não circulante no valor de R$ 2.386 referem-se a créditos de PIS e COFINS sobre os serviços contratados nas obras em andamento, cuja recuperação dar-se-á após a entrada em operação da Sociedade.

c. Impostos diferidos não circulante

O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no montante de R$7, sobre o prejuízo fiscal apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, tem por base o plano de negócios da sociedade, que prevê a geração de lucros futuros, que compensem o prejuízo apurado.

d. Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são demonstradas como segue:

	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(20)	121
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(7)	41
Outros itens:		
Ajuste de 10% sobre o lucro até R$240	–	(12)
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	29
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7)	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(7)	29
Alíquota fiscal efetiva	34%	24%

Em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade não apurou base tributável para fins de imposto de renda e contribuição sobre o lucro.

6 Imobilizado

Determinados componentes do ativo imobilizado foram recebidos quando da contribuição capital de seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, pelo valor de custo contábil, os quais foram formados em conexão com a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Os bens foram aportados em duas etapas: a primeira em 30 de dezembro de 2009 no valor total de R$ 39.932 e a segunda em 30 de março de 2010 no valor de R$ 10.276. Estes ativos estão relacionados, basicamente, aos serviços de terraplanagem do terreno onde está sendo construída a planta de unidade de MEG, e aos serviços técnicos de engenharia e a respectiva mão de obra especializada para a construção da referida planta.

Durante o exercício de 2010 a Sociedade realizou investimentos diretos, por meio de contratos de prestação de serviços técnicos e de engenharia que somaram R$ 23.593.

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2010	39.932
Aquisição de bens integrantes do imobilizado	23.593
Integralização de capital com bens do ativo imobilizado	10.276
Saldo em 31 de dezembro de 2010	73.801
Baixas	(113)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	73.688

7 Contas a pagar – Empresas do sistema

Em 10 de março de 2011 a Sociedade liquidou o saldo do contas a pagar com empresas do sistema no valor total de R$ 3.933, o qual se referia a serviços de engenharia devidos ao acionista Petrobras em função das obras que esta realiza em favor da Sociedade.

8 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de março de 2010 o Conselho de Administração aprovou novo aumento de capital com emissão de novas ações, sendo a integralização de R$ 10.276 em bens e R$ 5.300 em espécie. Em 30 de junho, em 30 de setembro e em 30 de dezembro de 2010 foram integralizadas em espécie R$ 6.860, R$ 7.300 e R$ 7.295, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social era de R$ 76.964 e encontrava-se totalmente integralizado e composto de 7.696 lotes de mil ações.

b. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício até o limite de 20% do capital social.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ MEG S.A.

CNPJ Nº 10.693.983/0001-42

Empresa do Sistema Petrobras

c. Dividendos

O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2010, os dividendos propostos foram destacados de patrimônio liquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Para o exercício de 2011, a administração não propôs dividendos em função do prejuízo apurado neste exercício.

	2010
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	92
Constituição de reserva legal	(5)
Lucro básico para determinação dos dividendos	87
Dividendos propostos, equivalente a 25% do lucro básico	22
Dividendo adicional proposto	65

A parcela de R$65, remanescente do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificada como dividendo adicional proposto conforme Interpretação 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendo (ICPC 08).

Em 28 de abril de 2011, por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária foi aprovado o pagamento de dividendos utilizando o dividendo que fora proposto de R$22 e o saldo de dividendo adicional de capital proposto de R$65, totalizando R$87.

9 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade possui cobertura de responsabilidade civil por danos a terceiros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

10 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

Riscos associados

A Sociedade está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalente de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 4) e de contas a pagar - empresas do sistema Petrobras (Nota Explicativa nº 7) estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são equivalentes aos seus valores contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ROBERTO COSTA
Presidente

PAULO CEZAR AMARO AQUINO
Conselheiro

JOSÉ CARLOS COSENZA
Conselheiro

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO
Diretor-Presidente

SÉRGIO MARTINS BEZERRA
Diretor

LAERTE ROCHA PIRES
Diretor

GILBERTO MOURA DA SILVA
Diretor

MARVINO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - Contador - CRC-RJ 043287/O - 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do **Comperj MEG S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis do Comperj MEG S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Comperj MEG S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Demonstração do valor adicionado

8.Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPERJ MEG S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 10/02/2012, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária da COMPERJ MEG S.A.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2012

AMÓS DA SILVA CANCIO
Presidente do Conselho Fiscal

DANIEL DE ARAUJO E BORGES
Conselheiro

MARIA ROMA DE FREITAS
Conselheira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 10.693.351/0001-89
Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO ANUAL 2011

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório das Atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 da Companhia Comperj Participações S.A. ("CP") acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes.

2. PERFIL DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

O COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) tem como objetivo produzir matérias-primas e produtos de maior valor agregado, em bases competitivas internacionais, contribuindo para o crescimento do mercado petroquímico brasileiro. Sua magnitude e importância para o país o levaram à inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A implementação do projeto petroquímico do COMPERJ está alinhada ao objetivo estratégico da PETROBRAS de aumentar a sua participação no setor petroquímico associada minoritariamente a capitais privados, atuando no setor de forma integrada aos demais negócios do Sistema.

Localizado em Itaboraí, no leste fluminense, em uma área de 45 milhões de m², o projeto prevê completa infraestrutura industrial e logística para recebimento de petróleo, gás natural e escoamento de produtos. O COMPERJ contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que se localizam no seu entorno, por meio da geração direta e indireta de emprego e renda.

A empresa COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A. (CP) tem como objeto o desenvolvimento das parcerias societárias para novos projetos petroquímicos. Contudo, planeja-se que estas associações possam também ser desenvolvidas na forma de parcerias operacionais ou consórcios.

Além disso, a CP atua na inserção regional do Programa Comperj exercendo atividades de relacionamento com a sociedade e com o poder público, tanto do município de Itaboraí, como dos municípios do entorno ao empreendimento, zelando pelo cumprimento das condicionantes legais.

3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO COMPERJ

Ao longo de 2011 prosseguiram as obras de infraestrutura, tais como estradas, vias de acesso interno e instalações industriais de uso compartilhado, de forma a viabilizar a implementação das unidades industriais petroquímicas.

4. AÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E CULTURAIS

No decorrer do ano de 2011, uma série de ações foram implementadas em sintonia com as ações ambientais, sociais e culturais da Petrobras. Destacam-se o prosseguimento dos programas de qualificação de mão de obra voltados à construção civil, construção e montagem de instalações industriais, além de ações para o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas da região, visando capacitar e apoiar fornecedores locais.

Seguindo o compromisso de efetuar sua inserção regional de modo sustentável, a Petrobras assinou em 2011 um Termo de Compromisso com o estado do Rio de Janeiro para a revegetação das áreas interna e externa do empreendimento, visando o plantio de 4 milhões de mudas nativas da região.

Com o intuito de fornecer assistência técnica e capacitação às Prefeituras dos municípios do entorno, Ministério das Cidades, PETROBRAS, Caixa Econômica Federal e Fundação Getúlio Vargas (FGV), celebraram Convênio cujo objetivo é viabilizar a elaboração de projetos e o acesso a recursos para realização de obras de infraestrutura urbana.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso acionista Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), aos nossos fornecedores, parceiros, força de trabalho, comunidades da região, sociedade em geral e ao Governo Federal, Estadual e Municipal pelo apoio, confiança e reconhecimento que nos conferiram durante o ano de 2011. Este apoio foi fundamental para a realização da nossa missão.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2012

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ROBERTO COSTA
Presidente

JOSÉ CARLOS COSENZA — Conselheiro
PAULO CEZAR AMARO AQUINO — Conselheiro

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO
Diretor-Presidente

GILBERTO MOURA DA SILVA — Diretor Industrial
LAERTE ROCHA PIRES — Diretor Financeiro e Administrativo
SERGIO MARTINS BEZERRA — Diretor Corporativo

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.103	1
Impostos a recuperar	5a	48	–
		2.151	1
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3g	4.833	22
Investimento	6	4.914	–
Imobilizado	7	21	–
Intangível	8	6	–
		9.774	22
Total do ativo		11.925	23

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2011	2010
Circulante			
Fornecedores		37	–
Contas a pagar - Empresas do sistema	9	3.551	–
Impostos e contribuições a recolher	5b	26	–
Outras contas a pagar		26	–
		3.640	–
Não circulante			
Provisão para perda em investimento	6b	–	64
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	10	17.771	1
Prejuízo acumulado		(9.486)	(42)
		8.285	(41)
Total do passivo e patrimônio líquido		11.925	23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ações do capital social)

	Nota	2011	2010
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	11	(14.449)	–
Despesas tributárias		(9)	–
Provisão para perda em investimento relevante	6b	–	(64)
Resultado de equivalência patrimonial	6b	(21)	–
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas e impostos		(14.479)	(64)
Despesa financeira		(4)	–
Receitas financeiras		228	–
Receitas financeiras líquidas		224	–
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.255)	(64)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5c	4.811	22
Prejuízo do exercício		(9.444)	(42)
Prejuízo por ações do capital social - Básico e diluído em R$		(0,53)	(42)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	1	–	1
Prejuízo do exercício	–	(42)	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1	(42)	(41)
Aumento de capital	17.770	–	17.770
Prejuízo do exercício	–	(9.444)	(9.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	17.771	(9.486)	8.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 10.693.351/0001-89
Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(9.444)	(42)
Ajustes:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.811)	(22)
Depreciação e amortização	1	–
Resultado da equivalência patrimonial	21	–
Provisão para perda em investimento relevante	–	64
Variações nos ativos e passivos		
Aumento de impostos a recuperar	(48)	–
Aumento de fornecedores	37	–
Aumento de contas a pagar - empresas do sistema	3.551	–
Aumento de impostos e contribuições a recolher	26	–
Aumento de outras contas a pagar	26	–
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	(10.641)	–
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aumento de investimento em petroquímica	(4.999)	–
Aquisições de imobilizado	(22)	–
Aquisição de intangível	(6)	–
Fluxos de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(5.027)	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	17.770	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	17.770	–
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	2.102	–
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.103	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	2011	2010
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	(12.313)	–
Valor adicionado bruto	(12.313)	–
Depreciação e amortização	(1)	–
Valor adicionado líquido retido pela Sociedade	(12.314)	–
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado da equivalência patrimonial	(21)	–
Receitas financeiras - inclui variações monetárias	228	–
Provisão para perda em investimento relevante	–	(64)
Valor adicionado a reter	(12.107)	(64)
Distribuição do valor adicionado		
Administradores e Conselheiros		
Honorários	2.135	–
Impostos, taxas e contribuições	(4.802)	(22)
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras, juros, variações cambiais e monetárias	4	–
Acionista		
Prejuízo do exercício	(9.444)	(42)
Valor adicionado retido	(12.107)	(64)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Comperj Participações S.A. ("Sociedade") foi constituída em 5 de fevereiro de 2009 como uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a participação em sociedades que se dediquem à fabricação, ao comércio, à distribuição, ao transporte, à importação e à exportação de produtos das indústrias químicas e petroquímicas em geral.

Em 28 de abril de 2010, foi assinado o Acordo de Acionistas que determina as regras de relacionamento vigentes entre a Sociedade e a SMU Energia e Serviços de Utilidades Ltda. (SMU), acionistas da Companhia de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades S.A. (CDPU), que é uma sociedade anônima de capital fechado constituída nesta mesma data, e tem como objeto social: análise, adequação e consolidação e/ou ajustes do Projeto Básico para a implementação da Central de Utilidades do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.

Em 30 de setembro de 2010 e 30 de novembro de 2010 a Sociedade celebrou os aditivos 2 e 3 do Contrato de Negociação de Parceria, onde houve a inclusão das empresas parceiras UTC Participações Ltda, Foz do Brasil S.A., Lumina Resíduos Industriais S.A. e Ecoaqua Soluções S.A.

Em 6 de outubro de 2011 a Diretoria da Petrobras não aprovou a continuidade das negociações para a constituição de uma parceria com a SMU e encaminhou ao Conselho de Administração proposta para o exercício da opção de compra das ações detidas pela SMU na CDPU.Tal proposta foi ratificada pelo Conselho de Administração da Petrobras em 22 de dezembro de 2011.

Em 23 de dezembro de 2011 a Petrobras exerceu a opção de compra e adquiriu as ações detidas pela SMU na CDPU. Ao final dessa operação a Petrobras passou a deter 80% do capital social da CDPU e a Sociedade manteve a sua participação em 20% do capital social da CDPU.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2 Base de apresentação das Demonstrações Contábeis

(a) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2012.

(b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos em bancos conta movimento, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A sociedade reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 10.693.351/0001-89
Empresa do Sistema Petrobras

(iv) Capital social - Ações ordinárias
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

c. Investimentos societários
São avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas, controladas em conjunto e também em coligadas, nos quais a administração tenha influência significativa.

d. Ativo imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*"impairment"*) acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.
(ii) Redução ao valor recuperável ("impairment")
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.
Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.
Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.
A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Ativos intangíveis
Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, principalmente softwares, mensurados pelo custo total de aquisição e amortizados de forma linear considerando a vida útil. Softwares tem sua vida útil estimada em 5 anos.

f. Provisões
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

g. Receitas financeiras
As receitas financeiras referem-se às receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos

h. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, quando aplicável.

i. Resultado por ação
O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível ao acionista da Sociedade no respectivo período.

j. Demonstração do valor adicionado
A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras	2.102	–
Total	2.103	1

As aplicações financeiras estão representadas por cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados FIDC-NP do Sistema Petrobras. Este fundo de investimentos é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras e visa à otimização da gestão financeira do caixa das empresas do Sistema. Estas cotas são conversíveis em numerário, resgatadas a qualquer tempo, no decorrer do tempo do prazo de duração do fundo. No exercício de 2011 o rendimento deste fundo atingiu 11,59%.
A exposição da Sociedade a riscos de taxas de juros são divulgadas na nota explicativa 13.

5 Impostos e contribuições a recuperar/a recolher/diferidos

a. Impostos a recuperar circulante
O saldo dos impostos a recuperar no ativo circulante no valor de R$ 48 refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

b. Impostos a recolher circulante
O saldo dos impostos a recolher no passivo circulante no valor de R$ 26 refere-se, principalmente, ao INSS sobre a mão-de-obra de pessoal cedido à Sociedade.

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social
A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é demonstrada como segue.

	2011	2010
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.255)	(64)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(4.847)	(22)
Adições permanentes		
Despesas não dedutíveis	36	–
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.811)	(22)
Alíquota fiscal efetiva	34%	34%

d. Imposto de renda contribuição social diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.
O imposto de renda e contribuição social diferidos têm como origem o prejuízo fiscal apurado em 2011 e 2010. A compensação do saldo realizar-se-á no prazo máximo de 10 anos conforme projeções atualizadas e aprovado pela Administração da Sociedade.

6 Investimento

a. Informações sobre a coligada
As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Sociedade, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade. O investimento em coligadas é contabilizado por meio do método de equivalência patrimonial.

	Companhia de Desenvolvimento de Plantas e Utilidades S.A.	
	2011	2010
Participação no capital votante	20%	20%
Quantidade de ações detidas:	20%	20%
Ordinárias		100
Capital social	25.001	1
Patrimônio líquido	24.572	(321)
Prejuízo do exercício	(107)	(321)

A Sociedade integralizou em 28 de abril de 2010 o montante de R$ 20 (vinte reais), que correspondente a 20% do capital social de sua coligada, que foi constituída em 28 de abril de 2010.
Em 27 de junho de 2011 a Sociedade integralizou o montante de R$ 5.000 e a SMU , antiga acionista da CDPU acompanhou este aporte de capital e integralizou o montante de R$ 20.000 permanecendo as participações acionárias inalteradas.

b. Provisão para perda em investimento
A coligada apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R$ (107) (R$ (321) em 2010). Este prejuízo foi refletido no resultado da Comperj Participações S.A. como resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R$(21) em 31 de dezembro de 2011. O prejuízo relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 fora reconhecido como provisão para perda em investimento.

7 Imobilizado

Durante o exercício de 2011 a Sociedade realizou investimentos em equipamentos de comunicação, de escritório e processamento de dados em sua sede. Os investimentos totalizam R$ 22. A Sociedade contabilizou em sua demonstração de resultado o montante de R$ (1) de despesa de depreciação.
A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2010	–
Aquisição de bens integrantes do imobilizado	22
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**22**
Depreciação acumulada	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	21

8 Intangível

Durante o exercício de 2011 a Sociedade realizou investimentos em softwares no montante R$ 6.

9 Contas a pagar - Empresas do sistema

O contas a pagar no valor de R$ 3.551 refere-se a gastos com pessoal requisitado pela Sociedade a empresas do Sistema para prestação de serviços. A sociedade não possui empregados próprios.

10 Capital social

Em 16 de fevereiro, 22 de julho, 31 de setembro e 23 de dezembro de 2011 foram aprovados pelo Conselho de Administração os aportes de capital nos montantes de R$ 2.741, R$ 9.120, R$ 2.200 e R$ 3.700, respectivamente.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 10.693.351/0001-89
Empresa do Sistema Petrobras

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social da Sociedade totalmente integralizado em espécie corresponde a R$ 17.771 (R$ 10 em 2010) representado por 1.777.100 (1.000 em 2010) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a totalidade das ações subscritas pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

11 Despesas gerais e administrativas

Referem-se a despesas com gastos com pessoal cedido pela Petrobras à Sociedade para prestação de serviços e aluguel do escritório onde a Sociedade está sediada.

12 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade possui cobertura de responsabilidade civil por danos a terceiros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

13 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade e sua coligada não possuíam nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante o exercício também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não foi identificado derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

Riscos associados

A Sociedade está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalente de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	2.103	1
Contas a pagar - empresas do sistema	3.551	–
Outras contas a pagar	26	–

Os instrumentos financeiros da Sociedade mencionados acima estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ROBERTO COSTA
Presidente

PAULO CEZAR AMARO AQUINO
Conselheiro

JOSÉ CARLOS COSENZA
Conselheiro

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO
Diretor-Presidente

SÉRGIO MARTINS BEZERRA
Diretor

LAERTE ROCHA PIRES
Diretor

GILBERTO MOURA DA SILVA
Diretor

MARVINO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - Contador - CRC-RJ 043287/O - 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionista do **Comperj Participações S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis do Comperj Participações S.A. ("Sociedade"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Comperj Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Demonstração do valor adicionado

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 24/02/2012, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária da COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012

AMÓS DA SILVA CANCIO
Presidente do Conselho Fiscal

DANIEL DE ARAUJO E BORGES
Conselheiro

MARIA ROMA DE FREITAS
Conselheira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ POLIOLEFINAS S.A.

CNPJ Nº 10.686.018/0001-42
Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO ANUAL 2011

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório das Atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 da Companhia Comperj Poliolefinas S.A. ("POL"), acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes.

2. PERFIL DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

O COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) tem como objetivo produzir matérias-primas e produtos de maior valor agregado, em bases competitivas internacionais, contribuindo para o crescimento do mercado petroquímico brasileiro. Sua magnitude e importância para o país o levaram à inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A implementação do projeto petroquímico do COMPERJ está alinhada ao objetivo estratégico da PETROBRAS de aumentar a sua participação no setor petroquímico associada minoritariamente a capitais privados, atuando no setor de forma integrada aos demais negócios do Sistema.

Localizado em Itaboraí, no leste fluminense, em uma área de 45 milhões de m², o projeto prevê completa infraestrutura industrial e logística para recebimento de petróleo, gás natural e escoamento de produtos. O COMPERJ contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que se localizam no seu entorno, por meio da geração direta e indireta de emprego e renda.

No âmbito do Complexo, a empresa COMPERJ POLIOLEFINAS S.A. (POL) tem como objeto o desenvolvimento dos projetos de produção dos petroquímicos básicos e poliolefinas. Os produtos são destinados principalmente aos setores de embalagens, bens de consumo, eletrodomésticos (linha branca) e à construção civil, que por sua vez são relacionados aos programas de estímulo ao consumo e programas habitacionais.

3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO COMPERJ

Ao longo de 2011 prosseguiram as obras de infraestrutura, tais como estradas, vias de acesso interno e instalações industriais de uso compartilhado, de forma a viabilizar a implementação das unidades industriais petroquímicas.

4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso acionista Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), aos nossos fornecedores, parceiros, força de trabalho, comunidades da região, sociedade em geral e ao Governo Federal, Estadual e Municipal pelo apoio, confiança e reconhecimento que nos conferiram durante o ano de 2011. Este apoio foi fundamental para a realização da nossa missão.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ROBERTO COSTA
Presidente

JOSÉ CARLOS COSENZA — Conselheiro
PAULO CEZAR AMARO AQUINO — Conselheiro

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO
Diretor-Presidente

GILBERTO MOURA DA SILVA — Diretor Industrial
LAERTE ROCHA PIRES — Diretor Financeiro e Administrativo
SERGIO MARTINS BEZERRA — Diretor Corporativo

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.446	18.088
Impostos a recuperar	5(a)	78	84
Outras contas a receber		50	153
		2.574	18.325
Não circulante			
Impostos a recuperar	5(b)	9.229	9.229
Imobilizado	6	639.503	297.458
		648.732	306.687
Total do ativo		651.306	325.012

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2011	2010
Circulante			
Fornecedores		70	1.086
Contas a pagar - Empresas do sistema	7		14.814
Impostos e contribuições a recolher	5(c)	5	137
Dividendos propostos	8(c)	34	63
Outras contas a pagar		–	33
		109	16.133
Patrimonio líquido	8		
Capital social		651.075	308.676
Reserva legal		20	13
Reserva de retenção de lucros		102	–
Dividendo adicional proposto		–	190
		651.197	308.879
Total do passivo e patrimônio líquido		651.306	325.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota	2011	2010
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(150)	(97)
Despesas tributárias		(5)	(75)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		(155)	(172)
Receitas financeiras		343	539
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		188	367
Imposto de renda e contribuição social	5(d)	(45)	(101)
Lucro líquido dos exercícios		143	266
Resultado do exercício por lote de mil ações - básico e diluído em R$		2,41	8,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

			Reserva de lucros				
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	136.701	(9)	–	–	–	–	136.692
Integralização de capital	–	9	–	–	–	–	9
Aumento de capital	171.975	–	–	–	–	–	171.975
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	266	266
Destinações:							
Reserva legal	–	–	13	–	–	(13)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(63)	(63)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	190	190	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	308.676	–	13	–	190	–	308.879
Integralização de capital	342.399	–	–	–	–	–	342.399
Dividendo adicional pago	–	–	–	–	(190)	–	(190)
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	143	143
Destinações:							
Reserva legal	–	–	7	–	–	(7)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	102		(102)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(34)	(34)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	651.075	–	20	102	–	–	651.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ POLIOLEFINAS S.A.

CNPJ Nº 10.686.018/0001-42
Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	143	266
Variações nos ativos e passivos		
Diminuição/(aumento) de impostos a recuperar	6	(9.313)
Diminuição/(aumento) de outras contas a receber	103	(153)
(Diminuição)/aumento de contas a pagar - empresas do sistema	(14.814)	14.814
(Diminuição)/aumento de fornecedores	(662)	1.086
(Diminuição)/aumento de impostos e contribuições e recolher	(132)	137
(Diminuição)/aumento de outras contas a pagar	(33)	33
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(15.389)	6.870
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	–	(91.263)
Fluxos de caixa líquido usado nas atividades de investimento	–	(91.263)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aporte de capital em espécie pelo acionista	–	102.480
Dividendos pagos	(253)	–
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(253)	102.480
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(15.642)	18.087
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	18.088	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.446	18.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	2011	2010
Receitas:		
Receitas relativas à construção de ativos para uso	–	100.493
Insumos adquiridos de terceiros:		
Serviços de terceiros e outros	(150)	(91.361)
Créditos fiscais	–	(9.229)
Valor adicionado bruto	–	(97)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	343	566
Valor adicionado total a distribuir	193	469
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	50	176
Remuneração de capital de terceiros:		
Juros e variações monetárias	–	27
Acionistas:		
Lucros retidos	109	13
Dividendos propostos	34	253
	193	469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Comperj Poliolefinas S.A. ("Sociedade") foi constituída em 5 de fevereiro de 2009 como uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a operação de complexos petroquímicos, incluindo o desenvolvimento de estudos e projetos, atividade de produção, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo, seus derivados e correlatos. A planta da Sociedade está em fase de construção em Itaboraí - RJ.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2 Base de preparação das Demonstrações Contábeis

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicados de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.`

(iv) Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ POLIOLEFINAS S.A.

CNPJ Nº 10.686.018/0001-42
Empresa do Sistema Petrobras

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. A depreciação será calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, a partir do momento em que os componentes do ativo imobilizado da Sociedade entrarem em operação.

O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

(ii) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se às receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade apurou receitas financeiras no montante de R$ 343 (R$ 539 em 2010).

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas no Regime Tributário de Transição ("RTT"), que foi instituído pela Lei nº 11.941/09. Com isso esses tributos foram calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis, cujas bases não consideraram as alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Sociedade no respectivo período.

g. Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Depósitos à vista	131	2
Aplicações financeiras	2.315	18.086
	2.446	18.088

As aplicações financeiras estão representadas por cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados FIDC-NP do Sistema Petrobras. Este fundo de investimentos é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras e visa à otimização da gestão financeira do caixa das empresas do Sistema. Estas cotas são conversíveis em numerário, resgatadas a qualquer tempo, no decorrer do prazo de duração do fundo. No exercício de 2011 o rendimento deste fundo atingiu 11,59% (9,71% em 2010).

A exposição da Sociedade a riscos de taxas de juros são divulgadas na Nota Explicativa n° 10.

5 Impostos e contribuições a recuperar / a recolher

a. Impostos a recuperar circulante

O saldo dos impostos a recuperar no ativo circulante no valor de R$ 78 (R$ 84 em 2010), refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

b. Impostos a recuperar não circulante

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o saldo dos impostos a recuperar no ativo não circulante no valor de R$ 9.229 referem-se a créditos de PIS e COFINS sobre os serviços contratados nas obras em andamento, cuja recuperação se dará após a entrada em operação da Sociedade.

c. Impostos a recolher circulante

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	2	101
Imposto sobre serviço retido na fonte	2	32
Outros impostos a pagar	1	4
	5	137

d. Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é demonstrada como segue:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	188	367
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	64	125
Outros itens:		
Ajuste de 10% sobre o lucro até R$ 240	(19)	(24)
Imposto de renda e contribuição social correntes	45	101
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social	45	101
Alíquota fiscal efetiva	25%	28%

6 Imobilizado

Determinados componentes do ativo imobilizado são recebidos quando da contribuição capital de seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, pelo valor de custo contábil, os quais foram formados em conexão com a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Os bens foram aportados em duas etapas: a primeira em 30 de dezembro de 2009 no valor total de R$ 136.691 e a segunda em 30 de março de 2010 no valor de R$ 69.504. Estes ativos estão relacionados, basicamente, aos serviços de terraplanagem do terreno onde está sendo construída a planta de unidade de Poliolefinas, e aos serviços técnicos de engenharia e a respectiva mão de obra especializada para a construção da referida planta.

Durante o exercício de 2010 a Sociedade realizou investimentos diretos, por meios de contratos de prestação de serviços técnicos e de engenharia que somaram R$ 91.263.

Em 23 de dezembro de 2011 a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras efetuou novo aporte de capital com bens, pelo valor de custo contábil, no montante de R$ 342.399 (308.676 em 2010).

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2010	136.691
Aquisição de bens integrantes do imobilizado	91.263
Integralização de capital com bens do ativo imobilizado	69.504
Saldo em 31 de dezembro de 2010	297.458
Integralização de capital com bens do ativo imobilizado	342.399
Baixas	(354)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	639.503

7 Contas a pagar - Empresas do sistema

Em 10 de março de 2011 a Sociedade liquidou o saldo do contas a pagar com empresas do sistema no valor total de R$ 14.814, o qual se referia a serviços de engenharia devidos ao acionista Petrobras em função das obras que esta realiza em favor da Sociedade.

8 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de março de 2010 o Conselho de Administração aprovou novo aumento de capital com emissão de novas ações, sendo a integralização de R$ 69.504 em bens e R$ 10.300 em espécie. Em 30 de junho, em 30 de setembro e em 30 de dezembro de 2010 foram integralizadas em espécie R$ 32.450, R$ 32.700 e R$ 27.030, respectivamente.

Em 23 de dezembro de 2011 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou novo aumento de capital em bens sendo integralizado R$ 342.399.

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social era de R$ 651.075 (R$308.676 em 2010) encontra-se totalmente integralizado e composto de 65.108 (30.868 em 2010) lotes de mil ações.

b. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei. Os dividendos propostos foram destacados de patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPERJ POLIOLEFINAS S.A.

CNPJ Nº 10.686.018/0001-42
Empresa do Sistema Petrobras

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	143	266
Constituição de reserva legal	(7)	(13)
Lucro básico para determinação dos dividendos	136	253
Dividendos propostos, equivalente a 25% do lucro básico	34	63
Dividendo adicional proposto	–	190
Reserva de retenção de lucros	102	–

A parcela de R$ 190 remanescente do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificada como dividendo adicional proposto conforme Interpretação 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendo (ICPC 08). Em 28 de abril de 2011, por meio da Assembleia Geral Ordinária/ Extraordinária foi aprovado o pagamento de dividendos utilizando o dividendo que fora proposto de R$63 e o saldo de dividendo adicional proposto de R$190 totalizando R$ 253.

Em 31 de dezembro de 2011, a parcela remanescente do saldo de lucros acumulados no valor de R$102 foi destinada a constituição de reserva de retenção de lucros, de acordo com orçamento de capital proposto no plano de negócio da Sociedade.

A reserva de retenção de lucros foi constituída em função do plano de negócios da Sociedade que prevê investimentos no decorrer dos próximos exercícios e orçamento de capital com recursos próprios.

9 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade possuía cobertura de responsabilidade civil por danos a terceiros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

10 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

Riscos associados

A Sociedade está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalente de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e de contas a pagar - empresas do sistema Petrobras (Nota Explicativa nº 7) estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são equivalentes aos seus valores contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ROBERTO COSTA
Presidente

PAULO CEZAR AMARO AQUINO
Conselheiro

JOSÉ CARLOS COSENZA
Conselheiro

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO
Diretor-Presidente

SÉRGIO MARTINS BEZERRA
Diretor

LAERTE ROCHA PIRES
Diretor

GILBERTO MOURA DA SILVA
Diretor

MARVINO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - Contador - CRC-RJ 043287/O - 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Comperj Poliolefinas S.A.

Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis do Comperj Poliolefinas S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Comperj Poliolefinas S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Demonstração do valor adicionado

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPERJ POLIOLEFINAS S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 08/02/2012, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária da COMPERJ POLIOLEFINAS S.A.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2012

AMÓS DA SILVA CANCIO
Presidente do Conselho Fiscal

DANIEL DE ARAUJO E BORGES
Conselheiro

MARIA ROMA DE FREITAS
Conselheira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Petrobras Distribuidora S.A. – BR, líder no mercado de distribuição de combustíveis, com ampla atuação em todo o país, no cumprimento das prescrições legais e estatutárias, apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em novembro de 2011 a BR completou 40 anos de existência e acreditamos ter muitos motivos para nos orgulhar desta nossa jornada.

Líder do setor, com um faturamento recorde de R$ 90,4 bilhões e apresentando um market share de 39,2%, a empresa chega ao fim de 2011 com a marca de 49.100 mil m³ comercializados, volume 6,1% maior que o registrado no ano anterior. Com vendas médias mensais acima dos 4 milhões de m³, cuja barreira foi ultrapassada em 2010, estabeleceu novo recorde de vendas: 4.392 mil m³.

Com um mercado pujante, que cresce a taxas maiores que o crescimento do PIB, a empresa tem investido maciçamente em sua infraestrutura operacional e varejista, tendo realizado R$ 1 bilhão em investimentos em 2011 – 48,9% superior ao realizado no ano anterior, reforçando o compromisso de levar combustíveis de qualidade aos quatros cantos do Brasil, com destaque para os investimentos realizados na preparação da infraestrutura operacional para a movimentação do diesel com baixo teor de enxofre (S-50 e S-10) em todo o Brasil a partir de 2012 e 2013, ampliação e modernização do parque operacional, incluindo o início da construção de duas novas bases, a ampliação da fábrica de lubrificantes em Duque de Caxias/RJ, sem deixar de citar os investimentos efetuados no segmento de aviação de forma a atender a crescente demanda do setor.

Foram inúmeros os prêmios e reconhecimentos recebidos pela Cia, seja por ações de caráter social, seja pela sua relevância no mercado de distribuição, dos quais temos orgulho de destacar:

- Vencedora do prêmio "As empresas mais Admiradas no Brasil", na categoria "Distribuidores de Combustíveis ou Derivados de Petróleo"
- Prêmio Intangível Brasil 2011 (PIB), na categoria "Atacado e Logísitica".
- Uma das 10 empresas do setor automotivo certificadas no TOP Consumidor 2011 – Excelência nas Relações de Consumo e Respeito ao Meio-Ambiente.

Já que estamos falando em destaque, não podemos deixar de mencionar que, em 2011, inauguramos o "Posto do Futuro Petrobras", iniciativa pioneira no país que mistura técnicas de reaproveitamento de recursos com equipamentos que identificam, monitoram e permitem customizar o atendimento aos clientes da rede. Reúne as mais novas tecnologias de interatividade com o consumidor e de energias alternativas com a implantação de uma estação elétrica que produz energia por bobinas eólicas, além do sistema de reaproveitamento de 80% da água utilizada na lavagem dos veículos.

E não para por aí, vamos dobrar nossos investimentos em logística até 2015 para acompanhar o crescimento do consumo interno, inclusive nos aeroportos, de olho no aumento dos seus movimentos, não só pelo crescimento do poder aquisitivo, mas por eventos como a Copa do Mundo e Olimpíadas.

Foram 40 anos em que não nos faltaram a parceria com fornecedores, clientes, e especialmente nossa aguerrida força de trabalho. Somos uma empresa consolidada, líder de seu segmento, que atua com eficiência e responsabilidade socioambiental.

Expresso os meus agradecimentos pela confiança e apoio recebido a todos, fornecedores, clientes, conselheiros, e força de trabalho.

José Lima da Andrade Neto
Presidente da Petrobras Distribuidora

PERFIL

A BR foi criada no dia 12 de novembro de 1971, como subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. É uma sociedade anônima de capital fechado que atua na comercialização e distribuição de derivados de petróleo, gás natural, etanol e biocombustíveis para todo o Brasil.

Os propósitos, a razão de ser e os compromissos essenciais da BR estão definidos em sua Missão, base de sua construção estratégica: "Distribuir, industrializar e comercializar derivados de petróleo e seus correlatos com competitividade, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental."

As ações e negócios da BR se orientam pelos seguintes Valores, que são compartilhados por todos na Companhia: Orgulho de ser Petrobras, Desenvolvimento Sustentável, Integração, Resultados, Prontidão para Mudanças, Empreendedorismo e Inovação, Ética e Transparência, Respeito à Vida, Diversidade Humana e Cultural, Pessoas.

A BR, por meio de duas grandes áreas comerciais, atua no Mercado de Rede de Postos de Serviços e no Mercado Consumidor. O Mercado de Rede de Postos compreende a revenda de combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular e biocombustíveis, além da comercialização de produtos de conveniência e prestação de serviços agregados, nos postos de serviço e nas lojas de conveniência. Esse Mercado tem como clientes: Postos Revendedores e Franqueados. Por sua vez, o Mercado Consumidor compreende a comercialização "por atacado" de combustíveis, lubrificantes, produtos especiais, asfaltos e emulsões e energia e tem como clientes: indústrias, grandes estabelecimentos comerciais ou de serviços, empresas aéreas e aviação executiva, governos, empresas de transporte, Petrobras, Setor Agrícola, Transportadores Revendedores Retalhistas (TRRs), entre outros.

Os principais produtos comercializados pela BR podem ser classificados como:

• Combustíveis Claros: gasolinas (comum, aditivada e premium), óleos diesel (comum, biodiesel, marítimo, aditivado e parafínico), querosene de aviação - QAV, etanol hidratado e gasolina de aviação;

• Combustíveis Escuros: óleos combustíveis e coque de petróleo;

• Óleos e Graxas Lubrificantes: automotivos, industriais, marítimos, ferroviários, aviação;

• Gás Natural: industrial e veicular (GNV e GNC);

• Outros Produtos: asfalto, solventes, querosene, fluidos especiais, parafinas e produtos de supply house.

Com o intuito de atrair e obter fidelidade, a BR procura agregar valor aos seus produtos, oferecendo soluções/serviços às necessidades de seus clientes, parceiros e fornecedores. Os principais serviços prestados diretamente pela BR ou desenvolvidos pela BR e colocados à disposição dos consumidores são: Cartão Petrobras, CTF (Controle Total de Frotas), Lubrax Center, Lubrax+, Serviços de Conveniência BR Mania, Programa "De Olho no Combustível", BR Aviation Center, BR Aviation Card, CAIS (Central Avançada de Inspeção e Serviços), Serviços Asfálticos, Geração de Energia no Horário de Ponta, Eficiência Energética, Climatização, Lavamania, Análises de Lubrificantes, Siga Bem, BR Aviation Club, Serviços de Cogeração e Geração Dedicada, entre outros.

Já a Logística, outra área fundamental para a BR atingir suas metas estratégicas, é responsável pelas as atividades que envolvem a cadeia de suprimento: logística, operações, área industrial, serviços compartilhados da BR, e engenharia, saúde, meio ambiente e segurança.

Presente em todo o território nacional, a BR chegou ao final de 2011 com uma rede de 7.485 postos de serviço, dos quais 751 são próprios, sendo 09 postos escola e 6.734 de revendedores. A infra-estrutura logística, que se constitui um importante diferencial competitivo para a empresa, é composta por 75 terminais e bases e 2 centros coletores de álcool perfazendo uma tancagem total própria de 1,4 milhão de m³. Presente em mais de 100 aeroportos, a Companhia conta ainda com uma fábrica de lubrificantes, 26 depósitos de lubrificantes e 7 depósitos de produtos químicos, 8 fábricas de asfalto, 7 Centrais Avançadas de Inspeção e Serviços.

No Mercado de distribuição de GLP, a BR atua através da Liquigás Distribuidora S.A., empresa em que possui 100% do capital social e que foi adquirida em 2004. No mercado de comercialização de asfalto, a BR possui 100% da Stratura Asfaltos S.A., empresa adquirida através da aquisição de parte dos ativos da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga realizada em 2007.

A BR detém, ainda, participação societária na CDGN – Companhia Distribuidora de Gás Natural (49%), Sefagel S.A. (49%), EBL – Companhia de Eficiência Energética S.A. (33%), Brasil Supply (10%) e Brasil Carbonos S.A. (49%). Em 2011, a BR constituiu participação de 49% na BRF B. Lubrificantes cujo objeto social é construção e operação de planta de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC).

GOVERNANÇA CORPORATIVA E ORGANIZAÇÃO GERAL

Na estrutura geral de organização da BR, o Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia, competindo-lhe fixar a orientação geral dos seus negócios definindo sua missão e seus objetivos, estratégias e diretrizes. A Diretoria Executiva funciona como órgão colegiado e exerce a gestão dos negócios da Companhia de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A BR conta ainda com um Conselho Fiscal, de caráter permanente, que compõe-se de até 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária. Compete a esse conselho fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinar sobre o relatório anual da administração, examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar, entre outras.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

A estrutura geral é composta das unidades organizacionais diretamente subordinadas à Diretoria Executiva, além da Auditoria Interna, responsável pelo monitoramento, avaliação e adequação do ambiente de controles internos e Ouvidoria para acolher opiniões, críticas, reclamações e denúncias, garantindo confidencialidade a seus usuários e promovendo as apurações e providências necessárias; ambas vinculadas ao Conselho de Administração e integrantes da área de contato do Presidente. O Presidente é responsável pela direção e coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva e pela gestão das funções corporativas da Companhia.

Conforme artigo 9º do Estatuto Social da BR, o Conselho de Administração da Companhia é composto pelos mesmos membros do Conselho de Administração da controladora (Petrobras), exceto com relação ao representante dos empregados, o qual é substituído na BR pelo representante dos empregados escolhidos entre os empregados ativos da Petrobras Distribuidora S/A - BR, observadas, em todos os casos, as exceções previstas no Decreto nº 2.988, de 12 de março de 1999.

O Conselho de Administração da BR aprovou a Estrutura Organizacional da Companhia e o Plano Básico de Organização, conforme Ata BR 594, item 1, de 20/06/2008 - Pauta nº 09.

O artigo 20, item I, do Estatuto Social, estabelece que compete privativamente ao Conselho de Administração deliberar sobre o Plano Básico de Organização. Em relação à aprovação da Estrutura Básica dos órgãos da Companhia e de suas respectivas Normas de Organização, de acordo com artigo 24, item II, letra g, do Estatuto Social, a competência é da Diretoria Executiva.

A estrutura geral de organização da BR é assim configurada:



A Diretoria da Rede de Postos de Serviço (DRPS) é responsável por conduzir e obter os melhores resultados relativos aos negócios realizados com a Rede Automotiva atendida pela BR, utilizando sua área de contato.

A Diretoria de Mercado Consumidor (DMCO) é responsável por conduzir e obter os melhores resultados através da gestão integrada das Gerências Executivas Comerciais de sua área de contato que compõem o denominado mercado consumidor da BR.

A Diretoria de Operações e Logística (DIOL) é responsável pela gestão integrada das atividades relativas à cadeia de Suprimento, Logística, Operações, Área Industrial, Serviços compartilhados da BR e Engenharia, Saúde, Meio-ambiente e Segurança.

E, a Diretoria Financeira (DFIN) com a responsabilidade pelas atividades de Finanças e Tecnologia da Informação, concentrando esforços na gestão dos recursos financeiros da Companhia.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

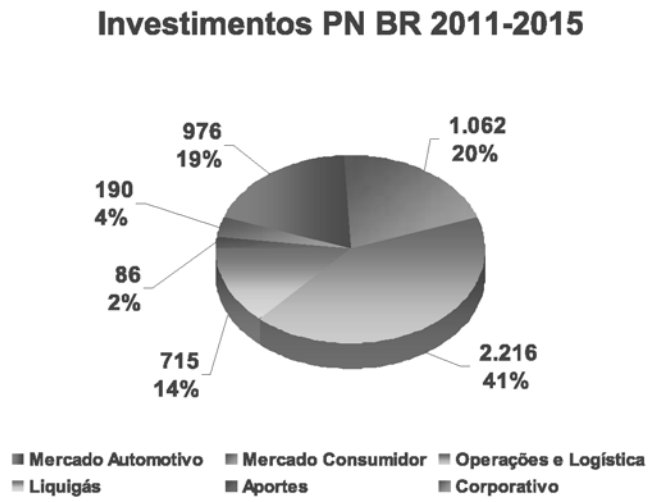
A BR norteia a gestão de seus negócios apoiada em um Plano Estratégico e um Plano de Negócios, aprovados pelo Conselho de Administração e alinhados aos da Petrobras, porém com foco no ambiente da Distribuição.

Os principais objetivos, metas e projetos da BR estão contemplados no Plano Estratégico e, consequentemente, no Plano de Negócios que é o seu detalhamento quantitativo, ambos aprovados pelo Conselho de Administração e alinhados ao Plano Estratégico da Petrobras.

No Plano Estratégico estão definidos a Missão de "Distribuir, industrializar e comercializar derivados de petróleo e seus correlatos com competitividade, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental" e a Visão de longo prazo que é a de "Ser líder no mercado nacional de distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis, integrada na cadeia logística e a preferida pelos nossos públicos de interesse."

O Plano de Negócios, como parte integrante do Plano Estratégico BR, detalha quantitativamente os próximos 5 anos da empresa, definindo os resultados esperados e os recursos necessários para a implementação das diretrizes estratégicas definidas. Entre as suas principais metas figura o alcance, em 2015, de uma participação de 40,6% no mercado de distribuição.

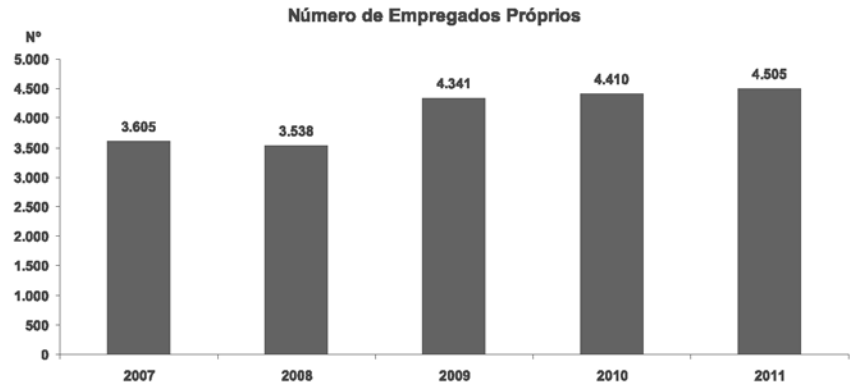
Para efetivar as metas estabelecidas no Plano de Negócios 2011-2015, a BR deverá investir, de forma direta ou através de suas controladas e coligadas, no horizonte de 2011-2015, o valor de R$ 5,245 Bilhões com a seguinte distribuição:



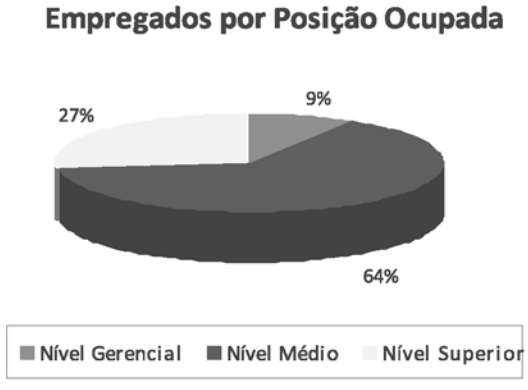
RECURSOS HUMANOS

Alinhada à orientação estratégica de obter excelência em Recursos Humanos, a BR tem mantido sua política de atração e retenção, manutenção da qualidade de vida, satisfação e elevação do nível de capacitação do efetivo.

Nesse contexto, a BR encerrou o ano de 2011 com 4.505 empregados, representando um crescimento de 2,15% em relação a 2010. O acréscimo observado em 2011, de 95 empregados, deveu-se à diferença entre 216 admissões decorrentes de concurso público e 121 desligamentos.



O índice de rotatividade (turnover) foi de 3,8% no ano, apresentando crescimento de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior. Esse crescimento é decorrente, principalmente, dos ingressos de novos empregados oriundos do processo seletivo público em vigor para atender às necessidades das gerências (novas demandas e reposições de empregados desligados). Já os desligamentos ocorreram, em sua maioria, por interesse do empregado e aposentadoria.



Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Com o objetivo de desenvolver a força de trabalho para que sejam atingidas as orientações e diretrizes definidas no Planejamento Estratégico da Companhia, foram investidos R$ 9,4 milhões em treinamento e desenvolvimento, beneficiando 3.836 empregados, representando um crescimento de 19% em relação ao ano anterior. O número total de horas de treinamento chegou a 204.833 horas em 2011.

Aos recém-admitidos, além do processo de ambientação, que apresenta a Companhia e seus principais processos, a BR implantou em 2011 o Programa de Desenvolvimento de Novos Empregados, semelhante ao Curso de Formação da Petrobras. Durante o programa, são fornecidos conhecimentos relacionados ao negócio da BR e à área de atuação do profissional, objetivando assim, acelerar o desenvolvimento desses empregados e reduzir o tempo de adaptação à Companhia.

Além disso, a BR também investiu na formação de gerentes e supervisores, através da continuidade do Programa de Desenvolvimento de Gerentes e Supervisores, trabalhando aspectos relacionados à liderança de pessoas e ao negócio da BR.

Já na estruturação de carreira, foi finalizada a implementação da Carreira em Y (Especialistas), uma forma de reconhecer e reter os empregados que têm um alto nível de conhecimento e não seguiram a carreira gerencial. Adicionalmente, foi remodelada a função supervisão, voltada para áreas operacionais, qualificando líderes que cuidam de equipes nas bases, aeroportos e fábricas.

A Assistência Médica Supletiva (AMS), plano de assistência à saúde dos empregados, aposentados e pensionistas da BR e seus respectivos dependentes, deu cobertura a 18.073 beneficiários em 2011, que contam com uma rede credenciada em torno de 30.000 profissionais, divididos em pessoa física e jurídica em todo Brasil.

A preocupação da BR com a saúde e qualidade de vida de seus empregados e dependentes se expressa também através dos programas desenvolvidos, como o Programa Alimentação Saudável; Campanha de Vacinação Antigripal; Programa de Apoio à Gestante e Aleitamento Materno – GESTAL; Saúde da Mulher; Programa de Atenção ao Uso, Abuso e Dependência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas; Programa de Preparo para a Aposentadoria (PPA); entre outros.

Visando à manutenção da qualidade de vida dos empregados da BR, a Companhia oferece plano de previdência complementar para suplementação aos benefícios concedidos pelo INSS. O plano, que é administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, oferece aos empregados participantes e seus beneficiários uma série de vantagens, como suplementação da aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial e do auxílio-doença, além de suplementação da pensão e pecúlio por morte do participante.

Na gestão de pessoal, a BR utiliza três importantes ferramentas: o Gerenciamento de Desempenho de Pessoal (GDP), o Gerenciamento de Desempenho de Líder (GDL) e a Pesquisa de Ambiência Organizacional.

O desempenho dos empregados é medido por meio do Gerenciamento de Desempenho de Pessoal (GDP), com foco nas metas e competências individuais. Já os titulares de função gerencial têm seu desempenho avaliado por meio do Gerenciamento de Desempenho de Líder (GDL), que considera a visão de pares, clientes internos, empregados, além da auto-avaliação e a do gerente imediato.

Anualmente, é realizada a pesquisa de Ambiência Organizacional, que permite à BR conhecer o grau de satisfação de seus empregados, de modo a fornecer informações que facilitem a tomada de decisões e tragam melhorias às práticas e aos processos organizacionais.

A pesquisa realizada em 2011 contou com a participação de 83,4% dos empregados e gerou o Plano Corporativo de Melhorias de Ambiência, além dos planos setoriais. O Nível de Comprometimento do Empregado (NCE) e Nível de Comprometimento com a Responsabilidade Social (NCRS) foram de 80% e 87%, respectivamente. O Índice de Satisfação do Empregado (ISE) alcançou 78%, percentual referência para o Sistema Petrobras.

Assim, a BR procura atrair e reter seus empregados, mantendo uma política competitiva de mercado através de iniciativas como a Progressão da Carreira Júnior, elevação dos indicadores de T&D, admissão de novos empregados resultando em uma renovação gradativa do efetivo. Estas medidas têm resultado em uma maior satisfação dos empregados, conforme pode ser percebido nos altos percentuais dos índices NCE e ISE, que são referência para o Sistema Petrobras.

AMBIENTE DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO

Durante o ano de 2011, a economia brasileira experimentou desaceleração frente ao forte crescimento sentido no ano de 2010. O ano começou com boas expectativas, mas a crise na Europa e o aumento das incertezas em relação à economia americana alteraram os rumos da economia mundial, provocando diminuição do ritmo que dava sequência à rápida recuperação ocorrida depois da crise dos mercados financeiros mundiais que afetaram a economia global, de maneira generalizada em meados de 2008 e 2009.

Apesar do cenário de desaceleração econômica apresentado em 2011, o mercado de distribuição de combustíveis no Brasil manteve altas taxas de crescimento frente ao PIB, favorecido pela expansão da economia brasileira, que foi estimulada pela melhoria das condições de renda e crédito, com reflexo sobre a ampliação de consumidores e diversificação dos hábitos de consumo, com destaque para as ampliações de vendas de veículos e da demanda por passagens aéreas.

Desta forma, foram comercializados 112,2 bilhões de litros de combustíveis no ano de 2011, um aumento de 3,4% frente a 2010. O óleo diesel respondeu por 46,1% desse total, seguido pela gasolina, com 31,4%; o etanol hidratado, com 9,3%; combustíveis de aviação, com 6,4%; óleo combustível, com 3,2%; e GNV, com 1,8%.

O volume total negociado de óleo diesel atingiu 51,7 bilhões de litros, uma alta de 5,1%. Já o volume vendido de gasolina C foi de 35,3 bilhões de litros, 19,2% a mais que em 2010. O crescimento desse mercado para o consumo de gasolina e etanol tem forte respaldo no aumento de renda da população, sobretudo da classe C, e na entrada de cerca de 3,5 milhões de veículos novos por ano. As obras de infraestrutura estimulam também a demanda por diesel.

Distintamente, as vendas de etanol hidratado caíram 28,7% este ano, para 10,4 bilhões de litros. O aumento do preço do etanol nas últimas safras fez migrar o consumo para a gasolina, cenário que poderá se manter nos próximos anos devido às possíveis variações de preços no etanol no período e às incertezas de oferta do produto, o que poderá levar o consumidor a comprar mais ou menos álcool.

A crescente substituição do óleo combustível pelo gás natural em térmicas e no segmento industrial levou a uma queda de 17,5 % nas vendas desse produto, que passaram de 4,4 bilhões de litros em 2010 para 3,629 bilhão de litros em 2011.

Finalmente, vale ressaltar o crescimento de 11,3% do mercado de aviação (QAV + GAV), com destaque para o QAV, cujo consumo mensal no Brasil é de cerca de 600.000 m3 por mês. A demanda pelo transporte aéreo doméstico cresceu 15,72%. Em relação ao mercado internacional operado por empresas brasileiras, foi registrado crescimento anual de demanda de 11% em 2011 na comparação com 2010, sendo a nova classe média, a principal responsável pelo crescimento nas vendas de passagens aéreas - que compram suas passagens com antecedência e permanecem por mais tempo nos destinos escolhidos. A expectativa é que a demanda por combustíveis de aviação no Brasil deverá manter a trajetória de alta, impulsionada pela expansão do consumo interno e por eventos como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

DESEMPENHO COMERCIAL

Em 2011, a BR avançou na liderança do mercado brasileiro de combustíveis, finalizando o ano com um market share global de 39,2%, superando em 0,4 p.p. a marca de 2010. O volume comercializado foi 6,1% superior às vendas do ano anterior, totalizando 49,1 milhões m³. Significativo crescimento nas vendas de gasolina (21,1%), combustíveis de aviação (12,6%), óleo diesel (5,3%), gás natural canalizado (36,5%) e coque (32,6%) foram determinantes para o alcance deste resultado.

No segmento de Rede de Postos, a BR alcançou 32% de market share acumulado ao longo do ano, 1 p.p. acima do ano de 2010. A BR chegou ao final de 2011 com 7.485 postos, dos quais 751 próprios, sendo 09 postos escola e 6.734 de terceiros. No segmento Consumidor, que contou com 12.000 clientes atendidos em 2011, o market share alcançado em 2011 foi de 55,4%, o que representa uma queda de 0,7 p.p. em relação à marca do ano anterior. Essa redução é decorrente principalmente da migração de volume de óleo combustível para o gás natural, preponderantemente no mercado das termelétricas.

Importante ressaltar que a BR manteve o patamar de vendas médias acima de 4 bilhões de litros comercializados, barreira ultrapassada pela primeira vez em agosto de 2010, com 4.392 bilhões (ou 4.392 mil m3) em agosto de 2011, estabelecendo um novo recorde histórico de vendas.

Na busca de desenvolvimento contínuo, prezando pela qualidade e excelência no atendimento de seus clientes e num mercado cada vez mais competitivo, em 2011, a BR completou 15 anos do Programa "De Olho no Combustível", com 6.700 postos certificados. O programa foi formatado para que, além de realizar testes em campo na gasolina, no óleo diesel e no etanol hidratado vendidos nos postos Petrobras, os técnicos químicos do programa capacitassem os responsáveis nos postos para que eles mesmos pudessem monitorar a qualidade dos produtos. Hoje, a certificação é pré-requisito para a participação do posto em outras ações da empresa – como adesão ao Plano Integrado de Marketing (PIM), ao Controle Total de Frota (CTF) e ao credenciamento do Cartão Petrobras, comercialização de produtos Podium, etc.

Inovou com a inauguração do Posto do Futuro, um projeto implantado em parceria com um consórcio de sete empresas para oferecer aos clientes o que há de mais moderno em tecnologia e interatividade aplicada aos negócios. Além das soluções *hight tech* presentes no atendimento ao cliente e no gerenciamento do negócio, o Posto de Futuro também é um modelo de sustentabilidade ambiental. Nele foram implantadas inovações que permitem maior eficiência energética, com reaproveitamento e economia de recursos naturais e também o uso de energias alternativas. O Posto do Futuro consolida um novo conceito de serviço atrelado às novas tecnologias e à questão ambiental.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Em agosto de 2011, a Cia iniciou a implantação em todo o país da sua própria rede de adquirência – um sistema de captura, processamento e liquidação de transações eletrônicas de pagamentos com cartões – tornando-se responsável pela gestão das taxas e pelas máquinas POS em cerca de 5 mil postos. Além de englobar as transações financeiras, as novas máquinas são fundamentais para ações de marketing, pois capturam informações para o novo programa de fidelidade da rede de postos - o Programa de Fidelidade Petrobras Premmia - que iniciará em 2012 e pretende reforçar a parceria com os clientes, valorizando quem adquire produtos e serviços nos postos de combustível, nas lojas BRMania, no Lubrax+ ou no Lubrax Center, no qual, de acordo com o valor do consumo, o cliente acumulará pontos que poderão ser trocados por descontos na compra de produtos e serviços nos Postos Petrobras credenciados ou na loja de comércio eletrônico Premmia.

No segmento de aviação foi registrado nada menos que três recordes de volumes de vendas reforçando a posição de liderança nacional, com share de 62,1%, 0,7 p.p. acima do realizado em 2010. Esse resultado se deve também ao aumento do número de vôos oferecidos pelas companhias aéreas regionais, assim como a presença cada vez mais forte da BR no mercado, com a entrada em novos aeroportos, onde atende companhias aéreas nacionais e estrangeiras e clientes de diversos segmentos da aviação civil. Nesse contexto, a BR inaugurou mais três espaços BR Aviation, que consiste em uma sala VIP nos aeroclubes, climatizada, onde os pilotos têm acesso a TV, internet, meteorologia on-line, mapas de navegação e facilidades de comunicação para elaboração de planos e notificações de vôo, nos aeroclubes de Pernambuco, Goiás e Uberlândia. Adicionalmente, foram inaugurados também três BR Aviation Center nos aeroportos de Itirapina/SP, Maringá/PR e Terravista/BA. O BR Aviation Center é um centro completo de prestação de serviços para os clientes da aviação executiva, com sala VIP, business center, sala de reunião, Internet e TV a cabo. Nele, o piloto dispõe de computadores para efetuar o plano de vôo, além de possuir, em algumas unidades, sala de repouso. Além de abastecimento, a aeronave recebe todos os cuidados necessários como hangaragem, polimento, limpeza interna e externa, GPU e trator. E, finalmente, foi inaugurado no aeroporto de Maringá/PR o primeiro BR Aviation Auto Center, que é um centro de prestação de serviços às frotas automotivas das empresas estabelecidas nos aeroportos, tais como abastecimento, lavagem, lubrificação, borracharia, calibragem, pequenos reparos e manutenção.

Alinhada com os planos de investimentos na infraestrutura nacional, a BR inaugurou o Laboratório Central de Pavimentação BR (LCPBR) – primeiro centro de referência criado por uma distribuidora para o desenvolvimento de pesquisas que levem ao aumento da durabilidade e do desempenho do asfalto utilizado no país. O Laboratório, que conta com uma área de 320 m², está instalado no Parque Tecnológico da Ilha do Fundão, campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para a BR, que já é líder no segmento, esse projeto empreendedor a destaca frente aos concorrentes, mostrando a nossa capacidade de inovação, além de trazer melhorias no atendimento, com mais eficiência e alto padrão.

No segmento de combustíveis sólidos, comercializamos um volume recorde de 2,6 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo (CVP) e reforçamos nossa atuação no negócio através do início das operações da Brasil Carbonos S.A., empresa coligada responsável pela implantação e operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de CVP.

Outro destaque foi a expansão da rede de gás canalizado no Espírito Santo, com início das obras em Linhares e ampliação da capacidade de comercialização em Vitória. Além disso, foi apresentado à sociedade capixaba o Plano de Investimentos em Redes de Distribuição no ES 2011-2015, contemplando projetos nos municípios de Aracruz, Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus, Serra, Sooretma e Vila Velha.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A receita operacional bruta da BR atingiu R$ 87.412 milhões, o que representa um crescimento de 13,2% sobre o ano anterior. A mesma taxa de crescimento foi observada na receita operacional líquida, que alcançou R$ 71.243 milhões em 2011, com aumento de 13,1%.

Em 2011 o Lucro Bruto foi de R$ 5.266 milhões, crescimento de 7,3 % em relação aos R$ 4.906 milhões de 2010.

O lucro operacional apresentou uma redução de 8,0%, chegando a R$ 1.964 milhões em 2011, em função, principalmente da perda de vendas para as térmicas da Região Norte, decorrente da substituição do óleo combustível pelo gás natural, com um efeito de R$ 254 milhões no Lucro Bruto, bem como pela redução do resultado financeiro líquido.

Com isso, a margem operacional foi 0,6 p.p. menor em relação ao ano anterior.

O EBITDA alcançou R$ 1.971 milhões, reduzido em 2,3% comparativamente a 2010. Quanto ao lucro líquido, foi 9,9% inferior ao obtido em 2010, atingindo R$ 1,27 bilhão no ano.

No quadro-resumo abaixo pode ser observada a evolução da receita e do lucro no último exercício, em relação ao ano anterior.

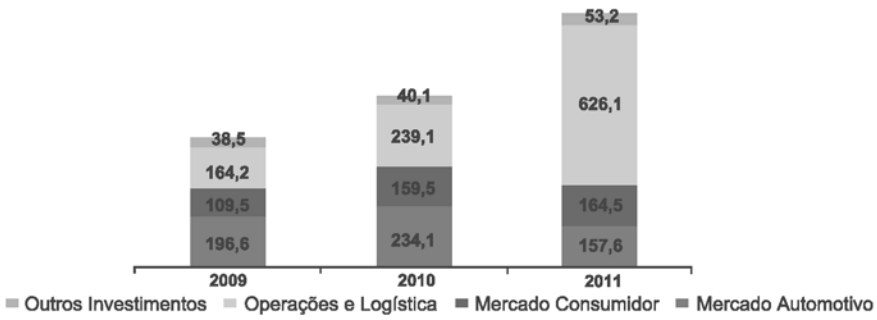
Indicadores Financeiros (R$ milhões)	2011	2010	%
Receita Operacional Bruta	**87.412**	**77.238**	13,2%
Receita Operacional Líquida	**71.243**	**63.008**	13,1%
Lucro Bruto	**5.266**	**4.906**	7,3%
Margem Bruta	**7,4%**	**7,8%**	(0,4 p.p.)
Lucro Operacional	**1.964**	**2.135**	(8,0%)
Margem Operacional	**2,8%**	**3,4%**	(0,6 p.p.)
EBITDA	**1.971**	**2.018**	(2,3%)
Lucro Líquido	**1.267**	**1.406**	(9,9%)

INVESTIMENTOS

Em 2011, A Petrobras Distribuidora realizou investimentos da ordem de R$ 1 bilhão, dos quais R$ 626,1 milhões em logística e infraestrutura, R$ 157,6 no segmento automotivo, R$ 58,2 milhões no setor aeroviário, R$ 54,6 milhões no segmento de comercialização de gás e distribuição de energia, R$ 53,2 milhões em tecnologia da informação e obras em instalações administrativas, R$ 26,2 milhões no segmento de grandes consumidores, R$ 17,5 milhões no segmento de produtos químicos e R$ 8,1 milhões no segmento asfáltico.

Somados, esses investimentos representam uma evolução de 48,9% frente a 2010 e 96,8% frente a 2009.

Investimentos
R$ Milhões



Esse cenário evolutivo é fortemente marcado pela preocupação da Cia com o meio ambiente, o que também motivou uma grande mudança no mercado de combustíveis que ocorre a partir de janeiro de 2012: a entrada em circulação do Diesel S-50 – diesel com teor de enxofre máximo de 50 ppm (partes por milhão) e do Arla 32 (comercializado com o nome Flua) – uma solução redutora de óxidos de nitrogênio em todo o território nacional.

Para tanto, ao longo do ano de 2011 a Cia deu continuidade aos investimentos iniciados em 2010 para a adaptação de aproximadamente 800 postos da rede, que foram selecionados priorizando a abrangência nacional, cobrindo as principais estradas e municípios do país. Também foram efetuados investimentos para a adaptação dos terminais e bases da Cia, de forma a adequar a infraestrutura existente à estocagem, envase e distribuição dos produtos.

Para ampliação e melhoria da capacidade logística e operacional, a BR investiu R$ 415,9 milhões, que foram aplicados em todos os 19 Terminais que a empresa possui, na grande maioria das bases, como também na Fábrica e Depósitos de Lubrificantes. Foram significativos os investimentos realizados na ampliação e melhoria das unidades operacionais, tanto próprias como compartilhadas através de pool, com destaque para as obras do terminal de São Luís/MA, Duque de Caxias/RJ e da base de Guamaré/RN. Também se investiu fortemente na automação dos terminais, de 19 das 34 bases existentes, 2 Pools e 1 CAIS, com destaque para os investimentos realizados no Terminal de Canoas/RS. Além disso, foram adquiridos equipamentos para 24 estabelecimentos em Pool e investiu-se em Segurança e Prevenção de Acidentes para 32 estabelecimentos.

Para aumentar a capacidade de armazenagem da Companhia, a BR está construindo duas novas unidades, as quais entrarão em atividade no ano de 2013. Uma delas fica no Acre - a base de Cruzeiro do Sul, a BASUL e terá capacidade de tancagem de 30 mil m³. Nela estão sendo investidos mais de R$ 150 milhões, dos quais R$ 55,4 em 2011. A outra base - a base de Porto Nacional, a BAPON, que é maior obra da BR no

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

país, se localiza em Tocantins e com um investimento de R$ 230 milhões, dos quais R$ 81 foram realizados em 2011. A base integrará transporte ferroviário e rodoviário e se conectará com o porto de São Luís. O combustível será distribuído não só em Tocantins, mas também para o oeste da Bahia, sul do Maranhão, nordeste do Mato Grosso e parte do Pará. A BAPON entrará em atividade em 2013, e estima-se que inicie com uma movimentação de 40 mil m³/mês.

Além da construção das novas bases, a BR possui mais dois projetos em andamento. Um deles é a ampliação e modernização da Planta de Lubrificantes, localizada no estado do Rio de Janeiro. O outro é a planta de envase do Arla 32, em Camaçari/BA. A obra na Planta de Lubrificantes exigiu um investimento de R$ 150 milhões, dos quais R$ 73,7 realizados em 2011, e tem a conclusão prevista para 2013. Serão construídos um novo prédio administrativo, um armazém vertical e novos tanques. Além disso, o processo produtivo será modernizado. Espera-se um aumento da capacidade de produção de 28 mil m³/mês para 42 mil m³/mês. O outro projeto fica na Bahia, em Camaçari e através dele, a BR implantará a primeira planta de envase do Agente Redutor Líquido Automotivo, o Arla 32. Esse produto será usado nos veículos pesados a diesel fabricados a partir de janeiro de 2012, visando reduzir a poluição, melhorando a qualidade do ar. A planta de Camaçari terá capacidade de produção de até 200 mil m³ de Arla 32 e atenderá prioritariamente o mercado Nordeste.

Também foram efetuados investimentos de infra-estrutura na fábrica de lubrificantes, os quais foram aplicados na melhoria das linhas de envasamento de balde e tambor; no Projeto de energia elétrica (Voip e Instalação de gerador), na ampliação de banheiros, nas obras no novo núcleo assistencial e na recuperação do calçamento. Foi efetuada a instalação do sistema de emergência no CD e a aquisição de equipamentos para modernização das linhas de envase de 3L e 500 ml e de 10 transpaleteiras elétricas. Adicionalmente, houve construção de cobertura e plataforma para o Depósito de Lubrificantes do terminal de Araucária/PR.

Contribuindo para valorização da marca Petrobras, foram investidos R$ 157,6 milhões na manutenção e a modernização da Rede de Postos de Serviços. Os recursos foram destinados para reformas, serviços, aquisição e instalação para substituição de equipamentos e adequações de imagens de 687 postos, sendo que 156 postos pertencem à rede de postos próprios, inclusive postos escola e 531 são postos de terceiros.

No atendimento ao Mercado Consumidor, foram aplicados R$ 164,5 milhões. Esses recursos foram destinados à aquisição e instalação de equipamentos, além da execução de obras de construção e adequação nas unidades dos clientes consumidores, que objetivam o aumento no volume de vendas da companhia, com destaque para as adequações efetuadas em 86 revendas e 15 unidades operacionais de aeroportos, além de obras nas instalações em pool, como as dos aeroportos de Guarulhos, Galeão, Confins e Porto Alegre. Neste segmento investiu-se também na adequação e modernização das Unidades Abastecedoras de Aeronaves (UAA) em operação, na aquisição de 17 Caminhões Tanques Abastecedores, 1 Cavalo Mecânico e 19 chassis de caminhões.

Para o segmento de produtos químicos, foi estruturado um novo depósito de Supply House em Japaratuba/SE e foram adquiridos novos contentores para operações de transporte e embarque de produtos químicos nas unidades marítimas do E&P. Para o segmento asfáltico foram adquiridos módulos de abastecimentos para atendimento a empreendimentos relacionados ao PAC - como a Usina de Belo Monte e FIOL,entre outras obras (Mineroduto, Aterro Sanitários etc).

Deu-se continuidade a diversos projetos já consolidados e em andamento, tais como: o projeto Controle Total de Frotas (CTF); projetos de Geração de Energia, relativos à Climatização e Geração na Ponta e na Rede de Gás Canalizado no Espírito Santo, concedida à Petrobras Distribuidora para distribuição de Gás Natural desde dezembro de 1993. Destaque para os investimentos na rede de distribuição de gás canalizado no estado do Espírito Santo, necessários para a expansão e cumprimento do contrato de concessão.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A responsabilidade social e ambiental é um dos três pilares estratégicos da atuação da BR junto com crescimento e rentabilidade, sendo contemplada também em sua missão e valores. Para reforçar seu compromisso com a responsabilidade social, a BR adotou a Política de Responsabilidade Social, que define responsabilidade social como a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das suas relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social.

Após receber o Selo Pró-Equidade de Gênero em sua primeira participação em 2010, em 2011 a BR aderiu à 4ª edição do Selo concedido pelo Governo Federal, em parceria com a Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho). O Selo é o reconhecimento do esforço feito pela organização na implementação em seu cotidiano de práticas de equidade, constituindo-se num instrumento que evidenciará publicamente o compromisso da empresa com a equidade de gênero e raça na promoção da cidadania e difusão de práticas exemplares no mundo do trabalho.

Desde 2005, a Companhia é signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e mantém, em todos os seus contratos, cláusula que proíbe a utilização de trabalho degradante e infantil, além de não realizar comercialização com empresas integrantes do cadastro de empregadores autuados por exploração do trabalho escravo divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. É uma "Empresa Amiga da Criança", segundo a Fundação Abrinq, pelos compromissos assumidos em prol da infância e adolescência.

Algumas das principais iniciativas de responsabilidade social são os projetos Cidadão Capaz - adaptação de postos Petrobras para dar condições de acessibilidade a pessoas com deficiência – que encerrou 2011 com 16 postos adaptados e 30 trabalhadores com deficiência empregados; Posto-Escola – qualificação para profissionais de lubrificação, promotores de lojas de conveniência e profissionais de abastecimento – em 09 postos de serviço; Dançando para não Dançar – ensino de balé para crianças e jovens de comunidade do Rio de Janeiro – onde atualmente, são atendidas 840 crianças e jovens de 13 comunidades e os investimentos nos Fundos para a Infância e Adolescência, que, desde 2003, já disponibilizou mais de R$ 14 milhões para políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes socialmente excluídos beneficiando um total de 69 projetos, sendo 18 deles em 2011.

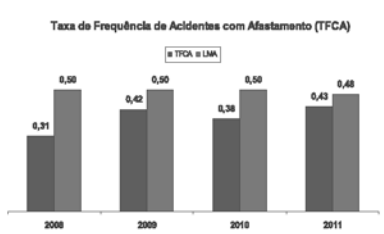
Além dos projetos acima, a BR investe no desenvolvimento sustentável das comunidades em suas áreas de influência por meio do Programa Petrobras Agenda 21. O programa apóia a criação de fóruns comunitários, baseados em um diálogo permanente entre diversos atores sociais, estimulando o execício da cidadania.

A capilaridade alcançada pela BR garante o sucesso da promoção da campanha de apoio e divulgação do "Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças" e da campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres", esta última em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Como princípio básico, todas as ações da BR são norteadas pela sua política em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Essas práticas têm sido respaldadas em volumes crescentes de investimento que, em 2011, atingiram R$ 48,6 milhões, 39,3% acima do realizado em 2010, com ênfase nas instalações operacionais, além dos clientes consumidores e dos postos de serviço.

A política de SMS adotada pela BR visa, além do permanente atendimento à legislação, a realização das melhores práticas do mercado de distribuição, sempre em alinhamento com a excelência em SMS do Sistema Petrobras e buscando a melhoria contínua dos indicadores de desempenho nesta área. O Programa de Gestão em SMS visa consolidar a implementação da quinze diretrizes corporativas de segurança, meio ambiente e saúde através de ações específicas para cada área da Companhia.

Os principais indicadores de SMS alcançaram resultados satisfatórios em 2011, mantendo-se dentro de seus respectivos Limites Máximos Admissíveis (LMAs), conforme abaixo.





Na busca pela excelência em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), a BR estabeleceu como uma de suas metas a certificação de suas unidades de acordo com normas internacionais de gestão de SMS. Assim, ao final de 2011, a BR possuía 31 unidades certificadas na norma NBR ISO 14001:2004 - Gestão do Meio Ambiente e 28 unidades certificadas na norma OHSAS 18001:2007 - Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional. Essas certificações fazem parte do modelo de certificação única, sendo as auditorias externas realizadas pela certificadora Bureau Veritas Certification (BVC). Vale ressaltar que este modelo engloba ainda 32 unidades certificadas pela norma NBR ISO 9001:2008 - Gestão da Qualidade.

UNIDADE CERTIFICADA	ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO
TERMINAIS (13 sites) TEFOR, TEVEL, TEPLAN, TEMAN, TEBRAS, TELIS, TEVIT, TEMAT, TESPA, TEBET, TELEM, TEAPE, TEGON	
BASES (5 sites) BAJAÍ, BAJOI, BAFLO, BAJUI, BAUNA	NBR ISO 14001:2004 OHSAS 18001:2007 NBR ISO 9001:2008
POSTOS ESCOLA (3 sites) Salvador, Vitória, Contagem	
AEROPORTOS (4 sites) GASP, GARIO, GASAL, GABRA	

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

UNIDADE CERTIFICADA	ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO
TERMINAIS (3 sites) TENOAS, TECUB, TEDUC	NBR ISO 14001:2004 NBR ISO 9001:2008
POSTOS ESCOLA (1 site) Natal	
POSTOS ESCOLA (1 site) Maracanã	OHSAS 18001:2007 NBR ISO 9001:2008

Na auditoria é verificado se atendemos os requisitos exigidos pelas normas citadas acima, se seguimos os procedimentos da BR, se a legislação aplicável a nível nacional, estadual e municipal está sendo cumprida e se os registros previstos estão sendo gerados e controlados.

Vale destacar que além das unidades mencionadas acima, são certificadas nas normas NBR ISO 14001:2004, OHSAS 18001:2007 e NBR ISO 9001:2008, sem fazer parte do modelo de certificação única, o TEVAP (Terminal do Vale do Paraíba) e a GEI (Gerência Industrial), perfazendo um total de 32 Unidades certificadas em toda a BR.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, aproveitamos a oportunidade para registrar nossos agradecimentos aos nossos empregados e demais colaboradores, pelo comprometimento e dedicação. Aos nossos Revendedores, Clientes e Fornecedores agradecemos pelo apoio e confiança dispensados.

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Nota**	**2011**	**2010 Reapresentado**	**2011**	**2010**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	803	802	456	641
Contas a receber, líquidas	6	5.257	4.485	5.029	4.280
Dividendos a receber		1	-	26	15
Estoques	8	2.007	1.673	1.967	1.635
Impostos e contribuições a recuperar	20.1	815	783	734	733
Despesas antecipadas		34	46	30	42
Adiantamento a fornecedores		263	181	263	177
Outros ativos circulantes		56	58	44	52
		9.236	**8.028**	**8.549**	**7.575**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	6	1.083	919	1.055	888
Títulos e valores mobiliários	9	259	239	259	239
Depósitos judiciais	10	359	329	317	289
Despesas antecipadas		162	132	162	132
Impostos e contribuições a recuperar	20.1	78	7	76	6
Impostos e contribuição social diferidos	20.3	524	465	483	415
Outros ativos realizáveis a longo prazo		7	36	-	33
		2.472	**2.127**	**2.352**	**2.002**
Investimentos	11	84	73	918	885
Imobilizado	12	4.714	4.006	3.820	3.402
Intangível	13	531	374	520	361
		5.329	**4.453**	**5.258**	**4.648**
		17.037	**14.608**	**16.159**	**14.225**

		Consolidado		Controladora	
Passivo	**Nota**	**2011**	**2010 Reapresentado**	**2011**	**2010**
Circulante					
Financiamentos	14	225	8	202	-
Arrendamentos mercantis financeiros	15	32	31	32	30
Fornecedores		3.187	2.400	3.091	2.272
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	7.2	2.253	1.539	2.230	1.508
Outros		934	861	861	764
Operações de mútuo com a Controladora	7.2	102	101	102	101
Impostos e contribuições a recolher	20.2	284	418	261	390
Dividendos propostos	22.4	301	334	301	334
Plano de pensão	21	32	43	32	42
Plano de saúde	21	39	37	32	30
Salários, férias e encargos		176	151	146	123
Provisão para processos judiciais	23	40	30	39	29
Adiantamento de clientes		209	173	195	160
Participação de empregados e administradores	21.5	100	106	100	103
Outras contas e despesas a pagar		216	179	176	172
		4.943	**4.011**	**4.709**	**3.786**
Não Circulante					
Financiamentos	14	524	19	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	15	141	151	141	151
Outras operações com Empresas do Sistema	7.2	2	14	2	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.3	164	128	117	98
Plano de pensão	21	183	151	181	149
Plano de saúde	21	750	663	695	612
Provisão para processos judiciais	23	106	171	94	115
Outras contas e despesas a pagar		130	50	126	50
		2.000	**1.347**	**1.356**	**1.189**
Patrimônio líquido					
Capital social realizado		5.153	5.153	5.153	5.153
Reservas de capital		54	54	54	54
Reservas de lucros		4.860	4.020	4.860	4.020
Ajuste de avaliação patrimonial		27	23	27	23
		10.094	**9.250**	**10.094**	**9.250**
		17.037	**14.608**	**16.159**	**14.225**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais, exceto pelo lucro por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reapresentado	Controladora 2011	Controladora 2010
Receita		**74.353**	**66.059**	**71.243**	**63.008**
Custo dos produtos e serviços vendidos		(68.230)	(60.282)	(65.977)	(58.102)
Lucro bruto		**6.123**	**5.777**	**5.266**	**4.906**
Receitas de construção da infraestrutura		**38**	**33**	**38**	**33**
Custos da construção da infraestrutura	13.3	(38)	(33)	(38)	(33)
Lucro bruto após construção da infraestrutura		**6.123**	**5.777**	**5.266**	**4.906**
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas		(3.343)	(2.868)	(2.754)	(2.333)
Gerais e administrativas		(715)	(642)	(558)	(508)
Tributárias		(44)	(31)	(37)	(22)
Planos de pensão e saúde	21	(99)	(84)	(91)	(77)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(37)	(106)	(34)	(110)
		(4.238)	**(3.731)**	**(3.474)**	**(3.050)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, participações em investimentos e impostos		**1.885**	**2.046**	**1.792**	**1.856**
Financeiras	18				
Despesas		(108)	(116)	(104)	(111)
Receitas		349	424	296	379
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(15)	(34)	(22)	(25)
		226	**274**	**170**	**243**
Participações em subsidiárias e coligadas					
Resultado de participações em investimentos		9	10	102	139
Participações dos empregados e administradores	21.5	(118)	(120)	(100)	(103)
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda e da participação dos acionistas não controladores		**2.002**	**2.210**	**1.964**	**2.135**
Contribuição social	20.5	(199)	(216)	(188)	(196)
Imposto de renda	20.5	(536)	(587)	(509)	(533)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		**1.267**	**1.407**	**1.267**	**1.406**
Lucro líquido, básico e diluído, por lote de mil ações do capital social - R$				**29,58**	**32,80**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reapresentado	Controladora 2011	Controladora 2010
Lucro líquido antes da participação de acionistas não controladores	**1.267**	**1.407**	**1.267**	**1.406**
Outros resultados abrangentes:				
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para venda	7	14	7	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2)	(5)	(2)	(5)
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador	**1.272**	**1.416**	**1.272**	**1.415**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa
Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reapresentado	Controladora 2011	Controladora 2010
Atividade operacional				
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.267	1.407	1.267	1.406
Ajustes:				
Resultado de participações em investimentos relevantes	(10)	(10)	(107)	(151)
Amortização de ágio	1	-	5	12
Depreciação e amortização	364	339	302	283
Amortização de financiamentos condicionais	199	147	199	147
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	30	27	22	22
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo e outras operações	25	31	52	39
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(25)	11	(51)	(3)
Outros ajustes	93	(149)	112	68
Aumento / Redução de ativos e passivos				
Aumento das contas a receber	(1.567)	(430)	(1.553)	(438)
Aumento dos estoques	(335)	(327)	(332)	(323)
Aumento de outros ativos	(117)	(203)	(93)	(193)
Aumento de fornecedores	48	111	65	76
Redução (aumento) de adiantamento a fornecedores	(83)	16	(87)	15
Redução de impostos, taxas e contribuições	(226)	(94)	(205)	(92)
Aumento dos planos de pensão e de saúde	111	84	106	80
Aumento de outros passivos	111	235	84	22
Operações com empresas do sistema				
Redução (aumento) de contas a receber	352	(80)	352	(80)
Aumento das contas a pagar	686	313	701	290
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	**924**	**1.428**	**839**	**1.180**
Atividades de investimentos				
Investimentos em gás e energia	(42)	(39)	(42)	(39)
Investimentos em distribuição	(1.064)	(809)	(724)	(634)
Outros investimentos	(7)	(49)	(6)	(47)
Dividendos recebidos	3	11	74	60
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	**(1.110)**	**(886)**	**(698)**	**(660)**
Atividades de financiamentos				
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos				
Captações	716	5	187	-
Amortizações de principal	(19)	(5)	-	-
Amortizações de juros	(5)	(2)	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não - Padronizados	8	-	-	-
Dividendos pagos a acionistas	(480)	(573)	(480)	(573)
Outras operações de financiamentos	(33)	(32)	(33)	(31)
Recursos líquidos (aplicados) gerados nas atividades de financiamentos	**187**	**(607)**	**(326)**	**(604)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1	(65)	(185)	(84)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	802	867	641	725
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**803**	**802**	**456**	**641**
Informações adicionais aos fluxos de caixa:				
Valores pagos e recebidos durante o exercício				
Juros pagos, líquidos do montante capitalizado	4	2	-	-
Imposto de renda e contribuição social	754	1.263	730	1.216
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	45	49	44	47
	803	**1.314**	**774**	**1.263**
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	17	53	-	-
	17	**53**	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado								
			Reservas de Lucros						
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendo Adicional Proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2010	**5.153**	**54**	**416**	**142**	**2.390**	**208**	-	**13**	**8.376**
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	10	**10**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.407	-	**1.407**
Destinações:									
Apropriações em reservas	-	-	70	26	850	-	(946)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(208)	(335)	-	**(543)**
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	126	(126)	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	**5.153**	**54**	**486**	**168**	**3.240**	**126**	-	**23**	**9.250**
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	4	**4**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.267	-	**1.267**
Destinações:									
Apropriações em reservas	-	-	63	26	638	-	(727)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(126)	(301)	-	**(427)**
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	239	(239)	-	-
	-	-	549	194	3.878	239	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	**5.153**	**54**	**4.860**				-	**27**	**10.094**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Controladora								
			Reservas de lucros						
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendo Adicional Proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2010	**5.153**	**54**	**416**	**142**	**2.391**	**208**	-	**13**	**8.377**
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	10	**10**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.406	-	**1.406**
Destinações:									
Apropriações em reservas	-	-	70	26	849	-	(945)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(208)	(335)	-	**(543)**
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	126	(126)	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	**5.153**	**54**	**486**	**168**	**3.240**	**126**	-	**23**	**9.250**
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	4	**4**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.267	-	**1.267**
Destinações:									
Apropriações em reservas	-	-	63	26	638	-	(727)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(126)	(301)	-	**(427)**
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	239	(239)	-	-
	-	-	549	194	3.878	239	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	**5.153**	**54**	**4.860**				-	**27**	**10.094**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010 Reapresentado	2011	2010
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	91.204	80.961	87.547	77.365
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(101)	(4)	(108)	(15)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	590	402	536	367
	91.693	**81.359**	**87.975**	**77.717**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	68	47	-	-
Custo das mercadorias para revenda	68.164	60.222	65.915	58.045
Energia, serviços de terceiros e outros	2.986	2.829	2.610	2.489
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	4.069	3.747	3.761	3.455
	75.287	**66.845**	**72.286**	**63.989**
Valor adicionado bruto	**16.406**	**14.514**	**15.689**	**13.728**
Retenções				
Depreciação e amortização	364	339	302	283
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**16.042**	**14.175**	**15.387**	**13.445**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	10	10	107	151
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	403	437	331	399
Amortização de mais valia	(1)	-	(5)	(12)
Aluguéis e royalties	186	175	186	172
	598	**622**	**619**	**710**
Valor adicionado a distribuir	**16.640**	**14.797**	**16.006**	**14.155**

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2011		2010 Reapresentado		2011		2010	
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal e administradores								
Remuneração Direta								
Salários	798	4,8%	709	4,8%	615	3,8%	543	3,9%
Participações dos empregados e administradores nos lucros	118	0,7%	120	0,8%	100	0,6%	103	0,7%
Benefícios								
Vantagens	105	0,6%	93	0,6%	67	0,4%	60	0,4%
Plano de aposentadoria e pensão	94	0,6%	76	0,5%	90	0,6%	74	0,5%
Plano de saúde	163	1,0%	134	0,9%	139	0,9%	112	0,8%
FGTS	61	0,4%	52	0,4%	46	0,3%	40	0,3%
	1.339	**8,1%**	**1.184**	**8,0%**	**1.057**	**6,6%**	**932**	**6,6%**
Tributos								
Impostos, taxas e contribuições	13.620	81,9%	11.964	80,8%	13.345	83,4%	11.623	82,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25)	(0,2%)	11	0,1%	(51)	(0,3%)	(3)	(0,0%)
	13.595	**81,7%**	**11.975**	**80,9%**	**13.294**	**83,1%**	**11.620**	**82,1%**
Instituições financeiras e fornecedores								
Juros, variações cambiais e monetárias	179	1,1%	163	1,1%	162	1,0%	156	1,1%
Despesas de aluguéis	260	1,5%	69	0,5%	226	1,4%	41	0,3%
	439	**2,6%**	**232**	**1,6%**	**388**	**2,4%**	**197**	**1,4%**
Acionistas								
Dividendos	301	1,8%	334	2,3%	301	1,9%	334	2,3%
Lucros retidos	966	5,8%	1.072	7,2%	966	6,0%	1.072	7,6%
	1.267	**7,6%**	**1.406**	**9,5%**	**1.267**	**7,9%**	**1.406**	**9,9%**
Valor adicionado distribuído	**16.640**	**100,0%**	**14.797**	**100,0%**	**16.006**	**100,0%**	**14.155**	**100,0%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

1 Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. (Companhia), que utiliza a abreviatura BR, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil constituída em 12 de novembro de 1971, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que tem por objeto, observados os preceitos legais, a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro – RJ.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações contábeis da controladora estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 3.4.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 9 de fevereiro de 2012, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo;
- os arrendamentos mercantis financeiros, pelo valor justo; e
- o passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

3 Base de Consolidação

Em 2011, a Companhia passou a reconhecer nas demonstrações contábeis consolidadas os investimentos em empresas controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme alternativa prevista no parágrafo 38 do IAS 31, que foi incorporada em agosto de 2011 na revisão do CPC 19, aprovado pela Deliberação CVM 666/11. Anteriormente, esses investimentos eram consolidados linha a linha nos ativos, passivos, receitas e despesas proporcionalmente a participação.

Essa alteração foi aplicada retroativamente a 1º de janeiro de 2010, produzindo ajustes no exercício de 31 de dezembro de 2010, sem impactos no patrimônio líquido e lucro líquido, conforme a seguir:

3.1 Balanço patrimonial consolidado

	01/01/2010			2010		
	Divulgado 2009 (*)	Efeito da consolidação proporcional	Saldo inicial ajustado 01/01/2010	Divulgado	Efeito da consolidação proporcional	Ajustado
Ativo Circulante	7.181	1	7.182	8.044	(16)	8.028
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.069	(1)	2.068	2.119	8	2.127
Investimentos	25	2	27	16	57	73
Imobilizado	3.506	(2)	3.504	4.066	(60)	4.006
Intangível	349	-	349	374	-	374
	13.130	-	**13.130**	**14.619**	**(11)**	**14.608**
Passivo Circulante	3.507	2	3.509	4.018	(7)	4.011
Passivo não circulante	1.247	(2)	1.245	1.351	(4)	1.347
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	8.376	-	8.376	9.250	-	9.250
	13.130	-	**13.130**	**14.619**	**(11)**	**14.608**

3.2 Demonstração do resultado consolidado

	2010		
	Divulgado	Efeito da consolidação proporcional	Ajustado
Receita	66.067	(8)	66.059
Custo dos produtos e serviços vendidos	(60.285)	3	(60.282)
Lucro bruto	**5.782**	**(5)**	**5.777**
Receitas (despesas) operacionais	(3.727)	(4)	(3.731)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e tributos	**2.055**	**(9)**	**2.046**
Resultado financeiro líquido	274	-	274
Resultado de participações em investimentos	3	7	10
Participação de empregados e administradores	(120)	-	(120)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**2.212**	**(2)**	**2.210**
Contribuição social e imposto de renda	(805)	2	(803)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**1.407**	-	**1.407**

3.3 Demonstração dos fluxos de caixa

	2010		
	Divulgado	Efeito da consolidação proporcional	Ajustado
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.444	(16)	1.428
Caixa utilizado em atividades de investimentos	(882)	(4)	(886)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	(610)	3	(607)
Variação líquida do caixa do exercício	**(48)**	**(17)**	**(65)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	867	-	867
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**819**	**(17)**	**802**

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis internacionais e brasileiras e são compostas pelas demonstrações contábeis da Petrobras Distribuidora S.A. e suas subsidiárias, apresentadas como se segue:

	Participação no capital - %			
	2011		2010	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Subsidiárias e controladas				
Liquigás Distribuidora S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01	99,01	99,01
Stratura Asfaltos S.A.- Stratura	100,00	100,00	100,00	100,00

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

Nas demonstrações contábeis da controladora as informações contábeis de controladas, assim como das controladas em conjunto e das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.4 Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do Consolidado com o da controladora

	R$ milhões			
	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Consolidado - IFRS	10.094	9.250	1.267	1.407
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-
Atribuível aos acionistas da Petrobras Distribuidora S.A.	**10.094**	**9.250**	**1.267**	**1.407**
Ativo diferido	-	-	-	(2)
Impostos diferidos	-	-	-	1
Controladora, ajustado aos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC	**10.094**	**9.250**	**1.267**	**1.406**

As demonstrações consolidadas apresentadas foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. A única diferença para os IFRS refere-se ao tratamento contábil do ativo diferido até 31 de dezembro de 2009 – o qual foi totalmente amortizado pela Companhia em 2010. Nas demonstrações consolidadas de 2009, a despesa de amortização do ativo diferido foi eliminada do resultado do exercício contra lucros acumulados.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

4 Sumário das principais políticas contábeis

4.1 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia, assim como a de suas controladas, é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

4.2 Operações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use estimativas e julgamentos e adote premissas com relação à apresentação de ativos, passivos, receitas, despesas e as divulgações de passivos contingentes na data de encerramento do exercício.

Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4.4 Apuração do resultado

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

4.5 Receitas de vendas de produtos e serviços prestados

A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das informações contábeis.

4.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

4.8 Ajuste a valor presente (AVP)

A Companhia não identificou efeitos relevantes sobre estes itens nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Consequentemente, nenhum ajuste a valor presente foi registrado.

4.9 Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas, derivados de petróleo e etanol estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de compra e o valor realizável líquido;

- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede o de reposição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

São incluídos os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

4.10 Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda em vez do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Essa condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda na sua condição atual. A partir de então, os ativos são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

4.11 Investimentos

Na controladora são avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, nos quais a Administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações contábeis individuais como nas demonstrações consolidadas. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma coligada ou controlada em conjunto excede a sua participação acionária nessa entidade, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

4.12 Imobilizado

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado, quando relevantes.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos desde que haja indícios de alteração nas taxas praticadas e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

4.13 Intangíveis

A Companhia apresenta em seu ativo intangível os gastos com direitos de concessões, bônus de fidelização de clientes, ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e softwares, deduzidos da amortização acumulada, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando tem um direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A vida útil de um ativo intangível de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infra-estrutura até o final do período da concessão.

Os bônus de fidelização de clientes são registrados no intangível da Companhia quando são assinados contratos de exclusividade com clientes em que o fornecimento de produtos está assegurado por período superior a um ano. A realização desses intangíveis ocorre pelo prazo do contrato.

O ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, conforme nota 13. O valor apurado na mensuração inicial é deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, se aplicáveis.

Softwares e outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.14 Redução ao valor recuperável - "*Impairment*"

Imobilizado e intangível

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. O ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*, que tem uma vida útil indefinida e foi apurado na aquisição da Liquigás, tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável do ágio na aquisição da Liquigás, o valor contábil da unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Ativo financeiro

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há alguma indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

4.15 Arrendamentos mercantis financeiros

No reconhecimento inicial, a Companhia registra em seu ativo imobilizado, pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle destes bens, assim como sua obrigação correlata. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

4.16 Arrendamentos mercantis operacionais

Pagamentos efetuados sob um contrato sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens são reconhecidos como despesas no resultado, pelo prazo do contrato.

4.17 Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteção patrimonial, com o objetivo de reduzir o risco de ocorrência de variações desfavoráveis decorrentes de oscilações na cotação de moedas estrangeiras.

Tais instrumentos são marcados a mercado com os ganhos ou perdas reconhecidos como receita ou despesa financeira, e reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, ao valor justo.

Não foram identificados contratos com características que indiquem a existência de derivativos embutidos.

4.18 Ativos financeiros não derivativos

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais a Companhia tem a intenção e

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

a capacidade financeira de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em valores recuperáveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Correspondem aos investimentos da Companhia em títulos e valores mobiliários.

Os títulos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária são registrados no resultado, quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, exceto reduções em valores recuperáveis, são registradas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Para a avaliação a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda são utilizados preços e índices divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA).

4.19 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado.

4.20 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que é acumulada para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corredor.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

4.21 Receitas e despesas financeiras, monetárias e cambiais

As receitas financeiras e de variação monetária abrangem receitas de financiamentos a clientes, recebimentos em atraso, juros sobre aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de *hedge*.

As despesas financeiras e de variação monetária abrangem despesas com juros e atualizações monetárias sobre empréstimos, juros e atualização monetária em operações com a Petrobras e perdas nos instrumentos de *hedge*.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida e abrangem os ganhos e perdas em vendas para clientes no exterior.

4.22 Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante em função das diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se aplicável, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.23 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos circulantes e não circulantes da Companhia estão representados por despesas antecipadas, adiantamentos a fornecedores e outros créditos.

Outros passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará possa ser determinado em bases confiáveis. Os outros passivos da Companhia estão representados por salários, encargos trabalhistas, receita diferida e outras contas a pagar.

4.24 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas.

Os segmentos operacionais da Companhia são representados pelas atividades de distribuição de combustível e derivados de petróleo e gás e energia.

O segmento de distribuição representa cerca de 99% da receita líquida do Consolidado e 98% dos ativos imobilizados. Os demais segmentos são considerados não divulgáveis, portanto, a Companhia não apresenta informações por segmento.

4.25 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.26 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, conforme a seguir:

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (*Consolidated Financial Statements*). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (*Joint Arrangements*). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (*Disclosure of Interests in Other Entities*). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (*Fair Value Measurement*). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (*Presentation of Items of Other Comprehensive Income*). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (*Employee Benefits*). A nova versão do IAS 19 elimina o "método do corredor" para reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (*Disclosures – Offesetting Financial Assets and Financial Liabilities*). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (*Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	470	352	456	339
Aplicações financeiras				
Fundos de investimento:				
Fundo em direitos creditórios - FIDC-NP	79	450	-	302
Fundos DI	254	-	-	-
Total das aplicações financeiras	333	450	-	302
Total de caixa e equivalentes de caixa	803	802	456	641

Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, pela variação do CDI, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios "performados" e/ou "não performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras e visa à otimização da gestão financeira do caixa da Petrobras e suas subsidiárias.

6 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Clientes				
Terceiros	2.528	2.332	2.255	2.071
Financiamentos a receber	1.448	1.409	1.448	1.409
Financiamentos ressarcíveis	816	955	816	955
Financiamentos condicionais	632	454	632	454
Partes relacionadas	2.373	1.628	2.373	1.629
Cobranças judiciais	1.187	1.130	1.187	1.130
Total das contas a receber	7.536	6.499	7.263	6.239
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.196)	(1.095)	(1.179)	(1.071)
Contas a receber - líquidas	6.340	5.404	6.084	5.168
Contas a receber (circulante), líquidas	5.257	4.485	5.029	4.280
Contas a receber (não circulante), líquidas	1.083	919	1.055	888

Mutação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Saldo em 1º de janeiro	(1.095)	(1.092)	(1.071)	(1.056)
Adições	(182)	(103)	(180)	(100)
Baixas	81	100	72	85
Saldo em 31 de dezembro (circulante)	(1.196)	(1.095)	(1.179)	(1.071)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(1.196)	(1.095)	(1.179)	(1.071)

Os financiamentos ressarcíveis a receber (controladora), no montante de R$816 (R$955 em 2010), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros - correspondentes, principalmente, à variação do IGPM ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês - e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

Os financiamentos condicionais (controladora), no montante de R$632 (R$454 em 2010), correspondem à parcela das operações de empréstimos em espécie e em produtos realizada sob condições estabelecidas nos instrumentos contratuais que, uma vez cumpridas pelos clientes, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado em despesas de vendas o montante de R$199 (R$147 em 2010) no Consolidado e na controladora.

Em 31 dezembro de 2011 as contas a receber de clientes vencidas totalizam R$1.819 (R$1.883 na controladora) das quais R$1.196 (R$1.179 na controladora) encontram-se provisionadas para perdas no valor recuperável.

Consolidado

Contas a Receber	Sem Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	Com Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Saldo de contas a receber
Partes relacionadas	2.373	-	2.373
A Vencer	3.344	-	3.344
Até 3 Meses	436	-	436
De 3 a 6 Meses	98	-	98
De 6 a 12 Meses	58	12	70
Acima de 12 Meses	31	1.184	1.215
Total	6.340	1.196	7.536

Controladora

Contas a Receber	Sem Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	Com Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Saldo de contas a receber
Partes relacionadas	2.373	-	2.373
A Vencer	3.007	-	3.007
Até 3 Meses	415	-	415
De 3 a 6 Meses	97	-	97
De 6 a 12 Meses	57	11	68
Acima de 12 Meses	135	1.168	1.303
Total	6.084	1.179	7.263

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

7 Partes relacionadas

As operações comerciais com as partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, rendimentos e/ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações demonstradas a seguir:

7.1 Ativo

	Consolidado			
	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	Contas a receber, principalmente por vendas	Outras operações	Outras operações	Total do Ativo
Empresas do setor elétrico	2.129	-	-	**2.129**
Petrobras	194	-	-	**194**
MSGAS	13	-	2	**15**
TERPAR	4	-	-	**4**
Braskem	7	-	-	**7**
CDGN	-	3	5	**8**
Outras	26	-	-	**26**
31/12/2011	**2.373**	**3**	**7**	**2.383**
31/12/2010	**1.628**	**3**	**7**	**1.638**

	Controladora			
	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	Contas a receber, principalmente por vendas	Outras operações	Outras operações	Total do Ativo
Empresas do setor elétrico	2.129	-	-	**2.129**
Petrobras	194	-	-	**194**
MSGAS	13	-	2	**15**
TERPAR	4	-	-	**4**
Braskem	7	-	-	**7**
CDGN	-	3	5	**8**
Outras	26	-	-	**26**
31/12/2011	**2.373**	**3**	**7**	**2.383**
31/12/2010	**1.629**	**3**	**7**	**1.639**

7.2 Passivo

	Consolidado				
	Passivo circulante			Passivo não circulante	
	Fornecedores, principalmente por compras de derivados de petróleo	Dividendos propostos	Contas a pagar por operações de mútuo	Contas a pagar por operações de mútuo	Total do passivo
Petrobras	2.253	301	102	2	**2.658**
REFAP	52	-	-	-	**52**
Outras	41	-	-	1	**42**
31/12/2011	**2.346**	**301**	**102**	**3**	**2.752**
31/12/2010	**1.649**	**334**	**101**	**15**	**2.099**

	Controladora				
	Passivo circulante			Passivo não circulante	
	Fornecedores, principalmente por compras de derivados de petróleo	Dividendos propostos	Contas a pagar por operações de mútuo	Contas a pagar por operações de mútuo	Total do passivo
Petrobras	2.230	301	102	2	**2.635**
REFAP	51	-	-	-	**51**
Outras	43	-	-	-	**43**
31/12/2011	**2.324**	**301**	**102**	**2**	**2.729**
31/12/2010	**1.614**	**334**	**101**	**14**	**2.063**

7.3 Resultado

	Consolidado			
	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	Variações monetárias e cambias, líquidas	Total do Resultado
Empresas do setor elétrico	98	-	-	**98**
Petrobras	1.107	(18)	(24)	**1.065**
Braskem	74	-	-	**74**
MSGAS	-	2	-	**2**
Guarani S.A.	29	-	-	**29**
Transpetro	27	-	-	**27**
Terpar	26	-	-	**26**
Outras	76	-	-	**76**
31/12/2011	**1.437**	**(16)**	**(24)**	**1.397**
31/12/2010	**1.553**	**(37)**	**(24)**	**1.492**

	Controladora			
	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	Variações monetárias e cambias, líquidas	Total do Resultado
Empresas do setor elétrico	98	-	-	**98**
Petrobras	1.103	(18)	(24)	**1.061**
Braskem	74	-	-	**74**
MSGAS	-	2	-	**2**
Guarani S.A.	29	-	-	**29**
Transpetro	27	-	-	**27**
Terpar	26	-	-	**26**
Outras	79	-	4	**83**
31/12/2011	**1.436**	**(16)**	**(20)**	**1.400**
31/12/2010	**1.823**	**(36)**	**(17)**	**1.770**

7.4 Recebíveis do setor elétrico

A Companhia possui recebíveis de empresas do setor elétrico relacionados ao fornecimento de combustíveis a usinas de geração termoelétrica.

Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC – Sistemas Isolados, cujo gerenciamento é da Eletrobras. A receita da CCC é proveniente do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia, autorizada pelo Conselho de Administração da Controladora, transferiu à Petrobras, por endosso, até o mês de março de 2011, os títulos relativos ao fornecimento de produtos para diversas empresas de geração termoelétrica, ocasião em que a sistemática foi descontinuada. O montante dos títulos endossados em 31 de março de 2011 era de R$ 2.213.

Com o fim da sistemática de endosso dos títulos emitidos pela Companhia contra as termoelétricas, o total dos recebíveis em 31 de dezembro de 2011 atingiu, a valor histórico, o montante de R$ 2.129, dos quais R$ 1.646 estavam vencidos.

O inadimplemento das termoelétricas acarretou significativa e substancial redução nos recursos financeiros disponíveis da Companhia (aproximadamente R$ 1,1 bilhão) que, para suprir as necessidades operacionais, vem se utilizando do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC corporativo.

Com o objetivo de propiciar o recebimento dos valores em aberto, a Companhia vem empreendendo ações de cobrança destes créditos de forma sistemática, através de notificações extrajudiciais às empresas do setor elétrico que possuem débitos, além do envio de correspondências emitidas pelas Diretorias e pela Presidência reforçando os procedimentos de cobrança adotados.

Além das correspondências expedidas, a alta direção da Companhia e da Petrobras têm se reunido com representantes da Eletrobras, ANEEL e do Ministério de Minas e Energia (MME), visando encontrar alternativas para solução do inadimplemento daquelas empresas.

Com base nas ações de cobrança em andamento, a Administração da Companhia não espera perda sobre os valores a receber e, portanto, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

7.5 Transações com entidades governamentais e fundos de pensão

A Companhia é subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, empresa controlada pelo Governo Federal, e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações.

As transações significativas com entidades governamentais resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado					
	2011			2010		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Coligadas	**13**	**32**	**126**	**8**	**3**	**112**
Braskem	7	-	74	6	-	69
Outras Empresas Coligadas	6	32	52	2	3	43
Controladas em conjunto	**97**	**8**	**74**	**131**	**15**	**149**
Entidades governamentais e fundos de pensão	**2.414**	**257**	**3.957**	**1.322**	**184**	**676**
Títulos Governamentais	240	-	11	220	-	9
Banco do Brasil S.A.	294	-	6	318	-	-
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	17	-	1	15	-	1
Setor Elétrico	1.853	-	3.943	756	-	670
BNDES	7	84	(4)	3	28	(3)
Outros	3	173	-	10	156	(1)
	2.524	**297**	**4.157**	**1.461**	**202**	**937**
Circulante	**2.255**	**226**	-	**1.207**	**182**	-
Não circulante	**269**	**71**	-	**254**	**20**	-
Demonstração do Resultado	-	-	**4.157**	-	-	**937**

	Consolidado					
	2011			2010		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Ativo Circulante	**2.255**	-	-	**1.207**	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	294	-	-	318	-	-
Contas a Receber, líquidas	1.961	-	-	889	-	-
Não Circulante	**269**	-	-	**254**	-	-
Títulos e valores mobiliários	240	-	-	220	-	-
Depósitos judiciais	17	-	-	15	-	-
Outros ativos	12	-	-	19	-	-
Passivo Circulante	-	**226**	-	-	**182**	-
Financiamentos	-	14	-	-	8	-
Outros passivos circulantes	-	212	-	-	174	-
Passivo Não Circulante	-	**71**	-	-	**20**	-
Financiamentos	-	70	-	-	19	-
Outros passivos não circulantes	-	1	-	-	1	-
Demonstração do Resultado	-	-	**4.157**	-	-	**937**
Receita Operacional Líquida	-	-	4.146	-	-	934
Receitas e Despesas Operacionais	-	-	(6)	-	-	(7)
Resultado Financeiro Líquido	-	-	17	-	-	10
	2.524	**297**	**4.157**	**1.461**	**202**	**937**

	Controladora					
	2011			2010		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Coligadas	**13**	**30**	**127**	**8**	**2**	**117**
Braskem	7	-	74	6	-	69
Quattor	-	-	-	-	-	-
Outras Empresas Coligadas	6	30	53	2	2	48
Controladas em conjunto	**97**	**8**	**81**	**132**	**14**	**158**
Entidades governamentais e fundos de pensão	**2.387**	**173**	**3.954**	**1.157**	**157**	**680**
Títulos Governamentais	240	-	11	220	-	10
Banco do Brasil S.A.	294	-	-	181	-	-
Setor Elétrico	1.853	-	3.943	756	-	670
Outros	-	173	-	-	157	-
	2.497	**211**	**4.162**	**1.297**	**173**	**955**
Circulante	**2.255**	**211**	-	**1.062**	**173**	-
Não circulante	**242**	-	-	**235**	-	-
Demonstração do resultado	-	-	**4.162**	-	-	**955**

	Controladora					
	2011			2010		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Ativo Circulante	**2.255**	-	-	**1.062**	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	294	-	-	181	-	-
Contas a receber, líquidas	1.961	-	-	881	-	-
Não Circulante	**242**	-	-	**235**	-	-
Títulos e valores mobiliários	240	-	-	220	-	-
Outros ativos	2	-	-	15	-	-
Passivo Circulante	-	**211**	-	-	**173**	-
Outros passivos circulantes	-	211	-	-	173	-
Demonstração do Resultado	-	-	**4.162**	-	-	**955**
Receita Operacional Bruta	-	-	4.148	-	-	942
Resultado Financeiro Líquido	-	-	14	-	-	13
	2.497	**211**	**4.162**	**1.297**	**173**	**955**

7.6 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados – FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Aplicações financeiras	79	450	-	302
Encargos financeiros a apropriar	5	-	5	-
Cessões de direitos performados	(1.147)	-	(1.147)	-
Total classificado no ativo circulante	**(1.063)**	**450**	**(1.142)**	**302**
Cessões de direitos não performados	(8)	-	-	-
Total classificado no passivo circulante	**(8)**	-	-	-
Receita financeira FIDC-NP	66	81	56	67
Despesa financeira FIDC-NP	(17)	-	(17)	-
Resultado financeiro	**49**	**81**	**39**	**67**

7.7 Remuneração de dirigentes e empregados (em Reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2011, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, em reais, relativas ao mês de dezembro, foram de R$27.495,19 e R$2.176,86 (R$21.549,29 e R$1.919,59 em 2010), respectivamente, enquanto a remuneração média no exercício de 2011 foi de R$8.223,07 (R$6.444,92 em 2010). No consolidado, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes no mesmo período foram de R$33.197,23 e R$1.083,91 (R$21.549,29 e R$1.919,59 em 2010), respectivamente, enquanto a remuneração média no exercício de 2011 foi de R$8.223,07 (R$6.444,92 em 2010).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2011, em reais, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R$77.418,14 (R$66.227,65 em 2010) na controladora e a R$77.418,14 (R$66.227,65 em 2010) no Consolidado.

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2011 foi de R$6.646.003,30 (R$5.634.609,61 em 2010) na controladora e de R$ 14.379.718,03 (R$ 13.055.609,61 em 2010) no Consolidado.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Produtos para venda				
Derivados de petróleo	1.608	1.486	1.570	1.450
Etanol	339	149	339	149
	1.947	**1.635**	**1.909**	**1.599**
Materiais e suprimentos para manutenção	60	38	58	36
Total	**2.007**	**1.673**	**1.967**	**1.635**

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2011 é de R$325 (R$330 em 2010).

Nenhuma provisão para perda por desvalorização nos estoques foi reconhecida em 2011 e 2010.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Em 2011, derivados de petróleo, etanol e materiais e suprimentos para manutenção reconhecidos no resultado, totalizavam R$65.624 (R$57.879 em 2010).

9 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Disponíveis para venda	237	217	237	217
Mantidos até o vencimento	22	22	22	22
Total	**259**	**239**	**259**	**239**

Os títulos e valores mobiliários, classificados no ativo não circulante, compõem-se de:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
NTN-B	237	217	237	217
Cotas de fundo de investimento	19	19	19	19
Outros	3	3	3	3
Total	**259**	**239**	**259**	**239**

Notas do Tesouro Nacional - NTN-B

As Notas do Tesouro Nacional - Série B foram dadas em garantia à Petros, no dia 23 de outubro de 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro entre Petrobras e subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros e a própria Petros, para equacionamento de obrigações com o plano de pensão. O valor nominal das NTN-B é atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os cupons de juros são pagos semestralmente à taxa de 6% a.a. sobre o valor nominal atualizado desses títulos e os vencimentos vão de 2024 a 2035.

Cotas FIDC - FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços

A Companhia mantém recursos de R$19 investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços – FCM, constituído sob a forma de condomínio fechado, com recursos destinados à aquisição de direitos creditórios de operações de aquisições de bens e serviços realizadas junto aos fornecedores da Companhia.

A estrutura do fundo contempla como único sacado a Companhia e como cedentes os fornecedores qualificados. A Companhia tem a intenção e capacidade para manter esses títulos até o vencimento, previsto para 5 anos.

10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Cível	34	33	26	25
Trabalhista	30	27	22	18
Tributária	292	266	268	245
Ambiental	1	1	1	1
Outras	2	2	-	-
Totais (*)	**359**	**329**	**317**	**289**

(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

11 Investimentos

11.1 Aquisições e alterações de participações acionárias

BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.

Em 21 de março de 2011, a Companhia constituiu a BRF Biorefino de Lubrificantes S.A., com participação acionária de 49%, mediante o pagamento de R$2. A BRF é uma controlada em conjunto, em função da existência de acordo contratual que estabelece o controle compartilhado de várias atividades da investida.

11.2 Informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Capital Subscrito em 31/12/2011	Milhares de Ações Ordinárias/Cotas	Ativo (*)	Passivo (*)	Patrimônio Líquido (*)	Receita Operacional Líquida (*)	Lucro Líquido/ (Prejuízo) do Exercício (*)
Controladas							
Liquigás	438	8.145	1.068	372	696	2.776	106
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (**)	-	47	655	660	(5)	1	(6)
Stratura	66	66.008	160	54	106	335	2
Controladas em conjunto							
EBL	-	367	2	-	2	2	1
Sefagel	2	1.515	4	2	2	-	-
Brasil Carbonos	18	18.089	49	3	46	21	9
CDGN	3	2.940	75	58	17	43	5
BRF Biorefinos	2	4.900	4	-	4	-	-
Coligada							
Brasil Supply	57	5.860	107	70	37	29	(13)

(*) As informações representam os totais de ativos, passivos e resultado das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

(**) Cotas.

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

11.3 Descrição das atividades das controladas

a) Liquigás Distribuidora S.A.

Opera na área de distribuição e comercialização de subprodutos das refinarias de petróleo, especialmente Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

b) Fundo de Investimento Imobiliário - FII

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de uma promessa de compra e venda, imóveis, representados por terminais, bases e postos de abastecimento, e imobilizado da fábrica de lubrificantes de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

c) Stratura Asfaltos S.A.- Stratura (anteriormente denominada Ipiranga Asfaltos S.A - IASA.)

Tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfalto em geral, produtos químicos, anticorrosivos, detergentes, óleos e graxas lubrificantes e produtos derivados de carvão mineral.

11.4 Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Não obstante a Companhia possuir menos de 20% do capital votante da coligada Brasil Supply, a Companhia entende que possui uma influência significativa considerando sua representatividade no Conselho de Administração desta coligada.

11.5 Descrição das atividades das controladas em conjunto

a) EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.

Tem por objetivo a prestação de serviços de soluções de eficiência energética e locações de equipamentos e instalações em unidades de propriedade ou alugadas pela Telemar Norte Leste S.A.

b) SEFAGEL S.A.

Tem por objetivo a implantação de unidades de geração para a produção e a comercialização de água

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

gelada e/ou quente para a climatização de edifícios comerciais construídos e operados pela Lorenge Construtora e Incorporadora Ltda.

c) Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada.

d) Companhia Distribuidora de Gás Natural - CDGN

Tem como atividade principal a prestação de serviços de transporte, compressão e comercialização de gás natural comprimido e liquefeito no Brasil.

e) BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.

Tem por objetivo construção de planta de refino, operação e comercialização de óleo lubrificante usado ou contaminado no Rio de Janeiro.

11.6 Informações sobre controladas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Controladas em conjunto				
	EBL	Sefagel	Brasil Carbonos	CDGN	BRF Biorefinos
Ativo circulante	1	1	3	17	4
Ativo realizável a longo prazo	1	-	9	2	-
Imobilizado	-	3	37	56	-
Passivo circulante	-	-	3	21	-
Passivo não circulante	-	2	-	37	-
Patrimônio líquido	2	2	46	17	4
Receita operacional líquida	2	-	21	43	-
Lucro líquido do exercício	1	-	9	5	-
Percentual de participação - %	33%	49%	49%	49%	49%

11.7 Mutação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas (controladora)

	Controladora										
	Controladas, controladas em conjunto e coligadas										
	Controladas			Controladas em conjunto					Coligada		
	Liquigás	Stratura	FII	Sefagel	EBL	Brasil Carbonos	CDGN	BRF Biorefinos	Brasil Supply	2011	2010
No início do exercício	668	105	-	1	1	18	8	-	1	**802**	**647**
Aquisição e aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-	2	4	**6**	**20**
Equivalência patrimonial	106	1	(6)	-	-	4	3	-	(1)	**107**	**150**
Dividendos	(77)	-	-	-	-	-	(3)	-	-	**(80)**	**(15)**
Provisão para perda	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6	-
No fim do exercício	**697**	**106**	-	**1**	**1**	**22**	**8**	**2**	**4**	**841**	**802**

	2011	2010
Controladas, controladas em conjunto e coligada	841	802
Outros investimentos	2	3
Mais valia de ativos	75	80
	918	**885**

Na controladora, o saldo da mais valia de ativos de R$75 (R$80 em 2010) está contabilizado em investimentos. No Consolidado, o saldo da mais valia da Liquigás está apresentado como ativo imobilizado, e o saldo da mais valia da Brasil Carbonos compõe o total dos investimentos em controladas em conjunto.

11.8 Informações sobre coligadas vinculadas à Liquigás

	2011				2010
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido/ Passivo a descoberto	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Utingás Armazenadora S.A.	**31,00%**	**41**	**10**	**22**	19
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	**33,33%**	**(1)**	-	**3**	3
Metalúrgica Plus S.A.	**33,33%**	**(1)**	-	**1**	-

11.9 Mais valia de ativos

Na aquisição da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A, em agosto de 2004, até então denominada Agip do Brasil S.A., e na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R$393 e R$28, respectivamente, que são amortizadas em função da vida útil dos ativos.

Movimentação da mais valia de ativos:

	2011
	Controladora
Saldo da mais valia em 01/01/2010	**64**
Amortização de mais valia - Liquigás	(12)
Mais valia na aquisição de participação na Brasil Carbonos	28
Saldo da mais valia em 31/12/2010	**80**
Amortização de mais valia - Liquigás	(4)
Amortização de mais valia - Brasil Carbonos	(1)
Saldo da mais valia em 31/12/2011	**75**

12 Imobilizado

12.1 Por área de negócio

	Consolidado			
	2011			2010
	Custo	Depreciação e amortização do ágio acumuladas	Líquido	Líquido
Gás e energia	6	(1)	5	1
Distribuição	7.690	(2.981)	4.709	4.005
Total	**7.696**	**(2.982)**	**4.714**	**4.006**

	Controladora			
	2011			2010
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	6	(1)	5	1
Distribuição	6.084	(2.269)	3.815	3.401
Total	**6.090**	**(2.270)**	**3.820**	**3.402**

12.2 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativo em Construção	Total
01 de janeiro de 2010	**1.601**	**1.549**	**354**	**3.504**
Adições	28	295	459	**782**
Baixas	(3)	(14)	(9)	**(26)**
Depreciações	(58)	(235)	-	**(293)**
Transferências	192	221	(374)	**39**
31 de dezembro de 2010	**1.760**	**1.816**	**430**	**4.006**

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

	Consolidado			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativo em Construção	Total
Adições	21	257	801	**1.079**
Baixas	(7)	(19)	(4)	**(30)**
Depreciações	(65)	(267)	-	**(332)**
Transferências	188	114	(311)	**(9)**
31 de dezembro de 2011	**1.897**	**1.901**	**916**	**4.714**
Custo	2.327	3.996	430	**6.753**
Depreciação	(567)	(2.180)	-	**(2.747)**
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**1.760**	**1.816**	**430**	**4.006**
Custo	2.527	4.253	916	**7.696**
Depreciação	(630)	(2.352)	-	**(2.982)**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**1.897**	**1.901**	**916**	**4.714**
Tempo de vida útil estimado	**4 a 47 anos(*)**	**5 a 30 anos**		

(*) exceto Terrenos.

	Controladora			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativo em Construção	Total
01 de janeiro de 2010	**1.515**	**1.208**	**294**	**3.017**
Adições	28	247	334	**609**
Baixas	(7)	(9)	(9)	**(25)**
Depreciações	(55)	(187)	-	**(242)**
Transferências	170	109	(236)	**43**
31 de dezembro de 2010	**1.651**	**1.368**	**383**	**3.402**
Adições	12	214	496	**722**
Baixas	(6)	(12)	(4)	**(22)**
Depreciações	(62)	(215)	-	**(277)**
Transferências	178	45	(228)	**(5)**
31 de dezembro de 2011	**1.773**	**1.400**	**647**	**3.820**
Custo	2.097	2.973	383	**5.453**
Depreciação	(446)	(1.605)	-	**(2.051)**
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**1.651**	**1.368**	**383**	**3.402**
Custo	2.278	3.165	647	**6.090**
Depreciação	(505)	(1.765)	-	**(2.270)**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**1.773**	**1.400**	**647**	**3.820**
Tempo de vida útil estimado	**10 a 47 anos (*)**	**5 a 30 anos**		

(*) exceto Terrenos.

Em 31 de dezembro de 2011, o imobilizado, Consolidado e controladora, inclui os direitos de uso de bens decorrentes de contratos que transferem os benefícios, riscos e controles, no montante de R$178 e de R$170, respectivamente (R$175 e R$174 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de R$ 39 (R$ 42 em 2010) foi dado como garantia em processos fiscais, cíveis e trabalhistas.

12.3 Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está assim apresentada:

	Consolidado (*)		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Custo dos produtos vendidos	3	2	3	2
Despesas operacionais	329	291	274	240
	332	**293**	**277**	**242**

(*) Inclui R$4 de amortização da mais valia de ativos da controlada Liquigás, conforme Nota 11.9

13 Intangível

13.1 Por área de negócio

	Consolidado			
	2011			2010
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	179	(22)	157	116
Distribuição	998	(624)	374	258
Total	**1.177**	**(646)**	**531**	**374**

	Controladora			
	2011			2010
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	179	(22)	157	116
Distribuição	906	(543)	363	245
Total	**1.085**	**(565)**	**520**	**361**

13.2 Por tipo de ativos

	Consolidado				
	Direitos e Concessões	Software adquirido	Software desenvolvido internamente	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	Total
01 de Janeiro de 2010	83	82	26	158	**349**
Adições	34	23	9	-	**66**
Baixas	(1)	-	-	-	**(1)**
Amortização	(2)	(14)	(28)	-	**(44)**
Transferências	4	-	-	-	**4**
31 de dezembro de 2010	**118**	**91**	**7**	**158**	**374**
Adições	40	23	10	-	**73**
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(10)	(15)	(7)	-	**(32)**
Transferências	125	(2)	(7)	-	**116**
31 de dezembro de 2011	**273**	**97**	**3**	**158**	**531**
Custo	137	236	36	580	**989**
Amortização	(19)	(145)	(29)	(422)	**(615)**
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**118**	**91**	**7**	**158**	**374**
Custo	302	256	39	580	**1.177**
Amortização	(29)	(159)	(36)	(422)	**(646)**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**273**	**97**	**3**	**158**	**531**
Tempo de vida útil estimado - anos	**10 a 34**	**5 a 10**		**indefinida**	

	Controladora				
	Direitos e Concessões	Software adquirido	Software desenvolvido internamente	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	Total
01 de Janeiro de 2010	82	66	26	158	**332**
Adições	34	20	9	-	**63**
Baixas	(1)	-	-	-	**(1)**
Amortização	(2)	(7)	(28)	-	**(37)**
Transferências	4	-	-	-	**4**
31 de dezembro de 2010	**117**	**79**	**7**	**158**	**361**
Adições	39	20	10	-	**69**
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(10)	(8)	(7)	-	**(25)**
Transferências	125	(3)	(7)	-	**115**
31 de dezembro de 2011	**271**	**88**	**3**	**158**	**520**
Custo	135	150	36	580	**901**
Depreciação	(18)	(71)	(29)	(422)	**(540)**
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**117**	**79**	**7**	**158**	**361**
Custo	299	167	39	580	**1.085**
Depreciação	(28)	(79)	(36)	(422)	**(565)**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**271**	**88**	**3**	**158**	**520**
Tempo de vida útil estimado - anos	**10 a 33**	**5**	**5**	**indefinida**	

13.3 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043. O contrato é prorrogável por igual período, mediante manifestação expressa das partes.

A concessão prevê a prestação dos serviços de distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração, matéria-prima

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

e térmicas. O Governo monitora o cumprimento do contrato de concessão por meio da atuação de órgão regulador.

Como concessionária, a Companhia está incumbida de efetuar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido e manter atualizado o inventário dos bens adquiridos e instalações construídas para esse fim.

Finda a concessão, o contrato estabelece indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados com o objetivo de determinar o valor da referida indenização. Dessa forma, não é possível a mensuração de ativo financeiro.

Os serviços devem ser prestados a todos os usuários que os requeiram, mediante o pagamento das tarifas vigentes, conforme as disposições regulatórias vigentes, e observados os critérios econômicos, técnicos e operacionais de instalação e ampliação da rede de distribuição - que atende aos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Anchieta, Viana, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, as quais estão sujeitas aos reajustes e revisões especificados no contrato de concessão.

O montante dos ativos vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 31 de dezembro de 2011 é de R$157 (R$117 em 2010). O aumento no saldo se deveu a novos investimentos efetuados para a prestação de serviços, atrelados à geração futura de tarifa.

O OCPC 05 requer o reconhecimento de receita e custo de construção no resultado, pelos valores incorridos para a construção da infraestrutura. A Companhia não apura margem a ser reconhecida sobre as construções, tendo reconhecido receita e custo de construção de R$38 no exercício de 2011.

13.4 Análise de *impairment*

Na aquisição da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A foi apurado um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R$198, reconhecido em função da extensão e proporção dos resultados projetados no laudo elaborado pelos peritos independentes. Esse ágio passou a não ser amortizado a partir do exercício de 2009, em função das novas práticas contábeis introduzidas no Brasil.

Para esse ágio é feito teste anual de recuperabilidade com base em estimativas de fluxos de caixa futuros da Liquigás para o período de 10 anos e premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia, considerando taxa de desconto de 5,3%.

A recuperabilidade dos ativos com base no critério do valor presente dos fluxos de caixa futuros depende das estimativas descritas na nota 4.13, que são influenciadas pelas condições de mercado vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

Os testes efetuados não indicaram a necessidade de reconhecimento de *impairment*, assim, nenhuma provisão foi constituída no exercício de 2011.

14 Financiamentos

	Consolidado (*)			
	Circulante		Não Circulante	
	2011	2010	2011	2010
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	14	8	70	19
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC)	9	-	-	-
Banco da Amazônia (**)	202	-	-	-
RB Capital Securitizadora S.A.	-	-	454	-
Total	**225**	**8**	**524**	**19**
Juros sobre financiamentos	16	1		
Parcela não circulante dos financiamentos no passivo circulante	13	7		
Financiamentos de curto prazo	196	-		
Total	**225**	**8**		

(*) Financiamentos contratados em moeda nacional

(**) A controladora detém financiamento junto ao Banco da Amazônia, obtido em fevereiro de 2011; a quitação desse financiamento de capital de giro ocorrerá em parcela única, no dia 10 de fevereiro de 2012. O principal de R$187 foi atualizado por taxa de 7,5% a.a. + TR.

14.1 Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

Período	Consolidado
2013	20
2014	104
2015	43
2016 em diante	357
Total	**524**

14.2 Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

Período	Consolidado						
	Circulante			Não Circulante			
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total	Total
2012	208	27	235	-	-	-	**235**
2013	-	-	-	112	7	**119**	**119**
2014	-	-	-	17	66	**83**	**83**
2015	-	-	-	34	27	**61**	**61**
2016 em diante	-	-	-	351	110	**461**	**461**
Total	**208**	**27**	**235**	**514**	**210**	**724**	**959**

14.3 Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	Consolidado	
	2011	2010
No país		
Até 6%	-	-
De 6% a 8%	30	-
De 8% a 10%	488	11
De 10% até 12%	6	8
Total	**524**	**19**

14.4 Captações

No exercício de 2010, a Liquigás captou o montante de R$5 referente a financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, indexado pela TJLP + 2,71% a.a, com vencimento em 2014. Esta captação teve como objetivo a construção de um Centro Operativo para recebimento, armazenamento, envase, distribuição e comercialização de gás liquefeito de Petróleo (GLP) em Duque de Caxias, para a expansão do mercado do Rio de Janeiro. Em 15 de janeiro de 2009, a Liquigás emitiu para garantia do financiamento 3 séries privadas de debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações e com garantia flutuante.

Em 2011, essa investida captou recursos no total de R$63 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, indexado pela TJLP + 8% a.a, com vencimento em 2017, para ampliação e modernização de centros operativos, construção da estação Purogas e uma central de abastecimento Flexgas, utilizando nove subcréditos distribuídos da seguinte forma:

Data	Valor	Vencimento	Descrição
29/06/2011	45	15/07/2017	Financiamento obtido junto ao BNDES indexado pelaTJLP + 1,88% a.a.
27/10/2011	5	15/07/2017	Financiamento obtido junto ao BNDES indexado pela TJLP + 1,88% a.a.
11/11/2011	14	15/07/2017	Financiamento obtido junto ao BNDES indexado pela TJLP + 1,88% a.a.
	64		

No exercício de 2011, o FII captou o montante de R$444 referente a financiamento junto à RB Capital Securitizadora S.A., indexado pela IPCA + 2,1% a.a, com vencimento em 2023.

14.5 Garantias

Em garantia às debêntures e aos financiamentos e empréstimos, a Companhia possui contas correntes bancárias centralizadoras, (com movimentação exclusiva pelos Bancos Recebedores), vinculadas as receitas provenientes da venda de gás GLP para revendedoras, nas quais devem transitar mensalmente, no mínimo, os valores equivalentes aos saldos devedores de todas as operações.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

15 Arrendamentos mercantis

15.1 Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui compromissos financeiros com a Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda. em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IGPM e IPCA.

Os créditos imobiliários originados no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, celebrado entre a Companhia e a Rio Bravo, na qualidade de administradora do Fundo de Investimento Imobiliário FCM, serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Os CRIs são registrados para negociação no mercado secundário no BOVESPA FIX, administrado pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e na CETIP.

	2011	
	Consolidado	Controladora
2012	32	32
2013 - 2016	137	137
2017 em diante	53	53
Pagamentos futuros de compromissos estimados	**222**	**222**
Juros	(49)	(49)
Valor presente dos pagamentos mínimos	**173**	**173**
Menos parcela circulante das obrigações	(32)	(32)
Parcela de longo prazo das obrigações	**141**	**141**

15.2 Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia possui arrendamentos operacionais referentes a terrenos das áreas comerciais. O prazo médio dos contratos é de 15 anos.

Em 2011, a Companhia reconheceu um montante de R$168 (R$139 em 2010) como despesa do exercício referente a tais compromissos contratuais.

Parcela significativa dos pagamentos mínimos futuros relacionados aos arrendamentos mercantis operacionais é composta por valores variáveis, decorrentes das condições comerciais pactuadas entre a Companhia e seus fornecedores. Os pagamentos mínimos são atualizados mensalmente com base nessas condições de mercado pactuadas.

16 Fornecedores

	Consolidado	Controladora
Empresas do sistema	2.346	2.324
A Vencer	666	616
Vencidos		
Até 3 meses	170	149
De 3 a 6 meses	2	2
Mais de 6 meses	3	-
Em 31 de dezembro de 2011	**3.187**	**3.091**
Em 31 de dezembro de 2010	**2.400**	**2.272**

As obrigações com fornecedores serão liquidadas em até 1 ano pelo mesmo montante no qual se encontram registradas no balanço.

17 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Depreciação e amortização	(360)	(337)	(298)	(279)
Despesas com Pessoal	(981)	(931)	(725)	(682)
Matéria-prima/produtos adquiridos	(68.197)	(60.253)	(65.947)	(58.076)
Despesas com benefícios pós emprego	(90)	(85)	(90)	(68)
Outros	(2.660)	(2.186)	(2.229)	(1.838)
	(72.288)	**(63.792)**	**(69.289)**	**(60.943)**
Custo do produto vendido	(68.230)	(60.282)	(65.977)	(58.102)
Despesas com vendas	(3.343)	(2.868)	(2.754)	(2.333)
Despesas gerais e administrativas	(715)	(642)	(558)	(508)
	(72.288)	**(63.792)**	**(69.289)**	**(60.943)**

18 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Despesa com financiamentos	(14)	(2)	(13)	-
Receita com aplicações financeiras	13	-	-	-
Receita líquida com FIDC	66	81	56	67
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	**65**	**79**	**43**	**67**
"Hedge" sobre operações comerciais e financeiras	(10)	12	(10)	12
Títulos e valores mobiliários	11	9	11	9
Juros por atraso de clientes	229	254	216	244
Outras despesas e receitas financeiras, líquidas	(54)	(46)	(68)	(52)
Outras variações cambiais e monetárias, liquidas	(15)	(34)	(22)	(37)
Resultado financeiro líquido	**226**	**274**	**170**	**243**

19 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Acordos coletivos de trabalho	(45)	(40)	(45)	(40)
Perdas e provisões com processos judiciais	(79)	(202)	(76)	(195)
Multas contratuais e regulatórias	12	8	12	8
Aluguéis e royalties	186	175	186	172
Resultado com alienação de ativo permanente	44	38	32	26
Arrendamentos operacionais	(77)	(72)	(77)	(72)
Armazenagem Conjunta	66	59	66	59
Relações institucionais e projetos culturais	(121)	(100)	(110)	(90)
Recuperação de créditos tributários	41	84	41	84
Provisão de estoque em litígio	(62)	-	(62)	-
Provisão para perda de créditos tributários	(33)	(18)	(33)	(18)
Restituição de imposto de renda indevidamente cobrado	31	-	31	-
Incentivo compra de ações da Petrobras	-	(5)	-	(4)
Dívida Petros	-	(22)	-	(22)
Outros	-	(11)	1	(18)
	(37)	**(106)**	**(34)**	**(110)**

20 Impostos e contribuições

20.1 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante				
ICMS	733	616	681	576
PASEP/COFINS	27	124	17	121
Imposto de renda	15	7	2	4
Contribuição social	3	2	2	1
Outros impostos	37	34	32	31
	815	**783**	**734**	**733**
Ativo não circulante				
ICMS	45	6	45	6
Imposto de renda	31	-	31	-
Outros impostos a recuperar	2	1	-	-
	78	**7**	**76**	**6**
	893	**790**	**810**	**739**

20.2 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Passivo Circulante				
ICMS	178	186	174	180
PASEP/COFINS	18	133	18	133
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	39	21	37	19
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	48	15	42
Outras taxas	33	30	17	16
	284	**418**	**261**	**390**

20.3 Impostos e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
Ativo não circulante	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda diferido	386	343	356	306
Contribuição social diferida	138	122	127	109
	524	**465**	**483**	**415**
Passivo não circulante				
Imposto de renda diferido	121	94	86	72
Contribuição social diferida	43	34	31	26
	164	**128**	**117**	**98**

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

20.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	2011		
Natureza	**Consolidado**	**Controladora**	**Fundamento para realização**
Absorção de financiamentos condicionais	126	126	Término dos contratos de financiamento
Amortização de ágio	103	103	Realização pela absorção do patrimônio da investida, em virtude de incorporação, fusão ou cisão
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	26	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para processos judiciais	83	76	Julgamento das causas cuja expectativa de perda da Companhia é considerada provável
Obrigação PETROS - Futuros Inativos	33	32	Pagamentos mensais da parcela de previdência privada da patrocinadora à PETROS
Provisão para participação nos lucros	34	34	Pagamento efetivo
Arrendamentos mercantis financeiros	65	65	Pagamento dos compromissos contratuais
Receita de alienação de Certificados de Recebíveis Imobiliários	16	16	Pela realização da receita
Provisão para plano de saúde - Liquigás	21	-	Realização através dos pagamentos mensais da assistência médica para aposentados ou reversão de provisão com base na mudança de premissas atuariais.
Outros	14	5	
	524	**483**	

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	2011		
Natureza	**Consolidado**	**Controladora**	**Fundamento para liquidação**
Ganho ou perdas não realizados - instrumentos financeiros disponíveis para venda	14	14	Quando da liquidação dos títulos
Arrendamentos mercantis financeiros	62	62	Realização por depreciação, alienação ou incorporação
Depreciação - revisão vidas úteis	85	41	Pela depreciação dos imobilizados - ajustes da depreciação societária em relação à dedução fiscal admitida
Outros	3	-	
	164	**117**	

c) Movimentação de diferenças temporárias

	Consolidado								
Origem do Registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	**01/01/2010**	**Reconhecido no Resultado do Exercício**	**Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)**	**Outros**	**2010**	**Reconhecido no Resultado do Exercício**	**Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)**	**Outros**	**2011**
Impostos Diferidos Ativos									
Imobilizado	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Intangíveis	103	-	-	-	**103**	-	-	-	**103**
Participação de empregados e administradores	31	5	-	-	**36**	(2)	-	-	**34**
Benefício pós-emprego (Plano de Pensão)	33	7	-	-	**40**	14	-	-	**54**
Contas a Receber / Pagar e Empréstimos e Financiamentos	102	9	-	-	**111**	44	-	-	**155**
Arrendamentos mercantis financeiros	85	(1)	-	-	**84**	(4)	-	-	**80**
Provisão para processos judiciais	62	13	-	-	**75**	8	-	-	**83**
Outros	20	(4)	-	-	**16**	-	-	(1)	**15**
Total impostos diferidos ativos	**437**	**28**	-	-	**465**	**60**	-	**(1)**	**524**
Impostos Diferidos Passivos									
Imobilizado	13	39	-	-	**52**	36	-	(1)	**87**
Arrendamentos mercantis financeiros	61	-	-	-	**61**	-	-	1	**62**
Outros	9	-	5	1	**15**	(1)	2	(1)	**15**
Total impostos diferidos passivos	**83**	**39**	**5**	**1**	**128**	**35**	**2**	**(1)**	**164**
	354	**(11)**	**(5)**	**(1)**	**337**	**25**	**(2)**	-	**360**

	Controladora						
Origem do Registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	**01/01/2010**	**Reconhecido no Resultado do Exercício**	**Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)**	**2010**	**Reconhecido no Resultado do Exercício**	**Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)**	**2011**
Impostos Diferidos Ativos							
Intangíveis	103	-	-	**103**	-	-	**103**
Estoques	-	-	-	-	-	-	-
Participação de Empregados e Administradores	30	5	-	**35**	(1)	-	**34**
Benefício Pós Emprego (Plano de Pensão)	13	7	-	**20**	13	-	**33**
Contas a Receber / Pagar e Empréstimos e Financiamentos	93	13	-	**106**	46	-	**152**
Arrendamentos mercantis financeiros	85	(1)	-	**84**	(5)	-	**79**
Provisão para processos judiciais	58	7	-	**65**	11	-	**76**
Outros	5	(3)	-	**2**	4	-	**6**
Total impostos diferidos ativos	**387**	**28**	-	**415**	**68**	-	**483**
Impostos Diferidos Passivos							
Imobilizado	-	23	-	**23**	18	-	**41**
Arrendamentos mercantis financeiros	60	2	-	**62**	-	-	**62**
Outros	8	-	5	**13**	(1)	2	**14**
Total impostos diferidos passivos	**68**	**25**	**5**	**98**	**17**	**2**	**117**
	319	**3**	**(5)**	**317**	**51**	**(2)**	**366**

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

d) Estimativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
Período	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos
2012	188	19	179	19
2013	55	5	46	5
2014	51	51	46	5
2015	49	5	46	5
2016	18	5	14	5
2017	16	5	14	5
2018	16	56	14	56
2019	16	15	14	15
2020 em diante	115	3	110	2
31 de dezembro de 2011	**524**	**164**	**483**	**117**
31 de dezembro de 2010	**465**	**128**	**415**	**98**

20.5 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre o lucro apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2011 e de 2010 estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2011	2010
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda e da participação dos acionistas não controladores	**2.002**	**2.210**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	**(681)**	**(751)**
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(79)	(67)
• Resultado de equivalência patrimonial no país	3	3
• Incentivos fiscais	14	15
• Outros itens	8	(3)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	**(735)**	**(803)**
IR e CSLL correntes	(760)	(792)
IR e CSLL diferidos	25	(11)
	(735)	**(803)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	36,7%	36,3%

	Controladora	
	2011	2010
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda e da participação dos acionistas não controladores	**1.964**	**2.135**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	**(668)**	**(726)**
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(78)	(66)
• Resultado de equivalência patrimonial no país	36	51
• Incentivos fiscais	13	13
• Outros itens	-	(1)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	**(697)**	**(729)**
IR e CSLL correntes	(748)	(732)
IR e CSLL diferidos	51	3
	(697)	**(729)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	35,5%	34,1%

21 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Passivo				
Planos de pensão	215	194	213	191
Planos de saúde	789	700	727	642
	1.004	**894**	**940**	**833**
Circulante	**71**	**80**	**64**	**72**
Não circulante	**933**	**814**	**876**	**761**

21.1 Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

a) ***Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social***

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social.

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Petros que está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados) e assistidos (aposentados e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, este deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 23 de outubro de 2008, a Petrobras e as subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros e a Petros assinaram Termos de Compromisso Financeiro - TCF em consequência à homologação de transação judicial, relativa ao plano de pensão, como o previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas - AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Em 31 de dezembro 2011, os saldos dos TCF totalizavam R$242, dos quais R$14 de juros vencem em 2012.

A obrigação assumida pela Companhia, por intermédio dos TCF, representa uma contrapartida às adesões feitas pelos participantes/assistidos do Plano Petros à repactuação para alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e ao encerramento de litígios existentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a Petrobras e subsidiárias possuíam Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R$237, que serão mantidas na carteira da Companhia como garantia dos TCF.

As contribuições esperadas da patrocinadora para 2012 é de R$43.

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007 pela Companhia e empresas do Sistema Petrobras na modalidade de contribuição variável. A Companhia assumiu o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para inscrições após essa data, mas não há mais o pagamento do serviço passado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, e os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. Em 31 de dezembro de 2011, a contribuição da Companhia para a parcela de contribuição definida deste plano foi de R$26.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2012 são de R$16.

21.2 Ativos dos planos de pensão

A carteira de investimentos dos Planos Petros e Petros 2, em 31 de dezembro de 2011, era constituída por 47,5% de renda fixa, 39,9% de renda variável e 12,6% de outros investimentos (operações com participantes, imóveis e projetos de infraestrutura). A rentabilidade esperada dos investimentos, baseada nas expectativas de mercado, é de 8% a.a. para ativos de renda variável e 6% a.a. para ativos de renda fixa e para outros investimentos, resultando numa taxa de juros média de 6,49% a.a..

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

21.3 Plano de Saúde

a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia e a Petrobras, Petroquisa e Refap, mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

b) Liquigás Distribuidora S.A.

O compromisso da Liquigás Distribuidora S.A. relacionado à assistência médica dos empregados ativos e aposentados é calculado anualmente por atuário independente. O método adotado para calcular a despesa e os itens de aspecto atuarial é o do Crédito Unitário Projetado. Este método define o custo do benefício que será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Empresa e a primeira data de plena exigibilidade ao benefício, que é estabelecido nas Convenções Coletivas de Trabalho resultantes das negociações sindicais com os empregados da categoria GLP.

Em 31 de dezembro de 2011 a Liquigás reconhece uma Provisão para Benefício de Assistência Médica aos Empregados no montante de R$63 (R$58 em 31 de dezembro de 2010).

21.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contém premissas similares. Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2011				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	2.649	37	860	**3.546**	**3.483**
Custo dos juros	298	4	97	**399**	**392**
Custo do serviço corrente	1	26	21	**48**	**46**
Contribuições dos empregados	17	2	-	**19**	**19**
Benefícios pagos	(83)	-	(35)	**(118)**	**(115)**
(Ganho)/ Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	334	7	51	**392**	**389**
Obrigação atuarial no fim do exercício	**3.216**	**76**	**994**	**4.286**	**4.214**
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	2.179	8	-	**2.187**	**2.187**
Rendimento esperado dos ativos do plano	467	1	-	**468**	**468**
Contribuições recebidas pelo fundo	58	4	-	**62**	**62**
Benefícios pagos	(83)	-	-	**(83)**	**(83)**
Ativos do plano no fim do exercício	**2.621**	**13**	-	**2.634**	**2.634**

	2011				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo	3.216	76	994	**4.286**	**4.214**
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.621)	(13)	-	**(2.634)**	**(2.634)**
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	595	63	994	**1.652**	**1.580**
Benefícios pagos					
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidas	(419)	(16)	(202)	**(637)**	**(631)**
Custo do serviço passado não reconhecido	(4)	(4)	(3)	**(11)**	**(9)**
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	**172**	**43**	**789**	**1.004**	**940**
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1º de janeiro	178	16	700	**894**	**833**
(+) Custos incorridos no período	35	29	125	**189**	**181**
(-) Pagamento de contribuições	(27)	(2)	(36)	**(65)**	**(60)**
(-) Pagamentos do termo de compromisso financeiro	(14)	-	-	**(14)**	**(14)**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**172**	**43**	**789**	**1.004**	**940**

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

	2010				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	2.299	21	720	**3.040**	**2.985**
Custo dos juros	255	2	80	**337**	**331**
Custo do serviço corrente	11	7	14	**32**	**31**
Contribuições dos empregados	21	-	-	**21**	**21**
Benefícios pagos	(71)	-	(29)	**(100)**	**(97)**
(Ganho)/ Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	134	7	75	**216**	**212**
Obrigação atuarial no fim do exercício	**2.649**	**37**	**860**	**3.546**	**3.483**
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	1.925	7	-	**1.932**	**1.931**
Rendimento esperado dos ativos do plano	265	1	-	**266**	**266**
Contribuições recebidas pelo fundo	60	-	-	**60**	**60**
Benefícios pagos	(71)	-	-	**(71)**	**(71)**
Ativos do plano no fim do exercício	**2.179**	**8**	-	**2.187**	**2.186**

	2010				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo	2.649	37	860	**3.546**	**3.483**
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.179)	(8)	-	**(2.187)**	**(2.187)**
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	470	29	860	**1.359**	**1.296**
Benefícios pagos					
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidas	(288)	(9)	(158)	**(455)**	**(453)**
Custo do serviço passado não reconhecido	(4)	(4)	(2)	**(10)**	**(10)**
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	**178**	**16**	**700**	**894**	**833**
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1º de janeiro	170	7	632	**809**	**754**
(+) Custos incorridos no período	47	9	97	**153**	**146**
(-) Pagamento de contribuições	(27)	-	(29)	**(56)**	**(54)**
(-) Pagamentos do termo de compromisso financeiro	(12)	-	-	**(12)**	**(13)**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**178**	**16**	**700**	**894**	**833**

b) Componentes das despesas líquidas

	2011				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	1	26	21	**48**	**46**
Custo dos juros	298	4	97	**399**	**392**
Rendimento estimado dos ativos do plano	(267)	(1)	-	**(268)**	**(268)**
Amortização de (ganhos)/ perdas atuariais não reconhecidas	-	-	7	**7**	**6**
Contribuições de participantes					
Custo do serviço passado não reconhecido	1	-	-	**1**	**1**
Outros	2	-	-	**2**	**4**
Custo líquido no exercício	**35**	**29**	**125**	**189**	**181**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	1	1	3	**5**	**4**
Diretamente no resultado	7	28	51	**86**	**86**
Relativa aos inativos	27	-	71	**98**	**91**
Custo líquido no exercício	**35**	**29**	**125**	**189**	**181**

	2010				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	11	7	14	**32**	**31**
Custo dos juros	255	2	80	**337**	**331**
Rendimento estimado dos ativos do plano	(219)	-	-	**(219)**	**(220)**
Outros	-	-	3	**3**	4
Custo líquido no exercício	47	**9**	**97**	**153**	**146**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	2	-	2	**4**	**4**
Diretamente no resultado	21	9	35	**65**	**65**
Relativa aos inativos	24	-	60	**84**	77
Custo líquido no exercício	**47**	**9**	**97**	**153**	**146**

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

c) Ajustes de experiência dos planos

As variações entre os valores estimados e os efetivamente incorridos foram os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ganhos/ (perdas) dos planos de pensão				
Obrigação atuarial	(204)	69	(204)	68
Ativos de planos de pensão	200	47	200	47
Ganhos/ (perdas) dos planos de saúde				
Obrigação atuarial	69	5	68	5

d) Variação nos custos com assistência médica

A variação de 1% nas premissas de custos médicos teria os seguintes impactos:

	Consolidado		Controladora	
	1% de acréscimo	1% de redução	1% de acréscimo	1% de redução
Obrigação atuarial	156	(127)	150	(122)
Custo do serviço e juros	20	(16)	20	(16)

e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

Modalidade	2011	2010
Taxa de desconto	Inflação: 5,6% a 4,34% a.a (1) + Juros: 5,58% a.a (2)	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a (1) + Juros: 5,91% a.a (2)
Taxa de crescimento salarial	Inflação: 5,6% a 4,34% a.a(1) + 2,080% a 3,188% a.a	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a(1) + 2,220% a.a
Taxa de retorno esperada dos ativos de planos de pensão	Inflação: 5,6% a.a + Juros: 6,49% a.a	Inflação: 5,3% a.a + Juros: 6,78% a.a
Taxa de rotatividade dos planos de saúde	0,652% a.a (3)	0,660% a.a (3)
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	8,96% a 4,34%a.a (4)	7,89% a 4,3%a.a (4)
Tábua de mortalidade	AT 2000, específica por sexo	AT 2000, específica por sexo
Tábua de invalidez	TASA 1927/ Zimmermann ajustada (5)	TASA 1927/ Zimmermann ajustada (5)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49, específica por sexo	AT 49, específica por sexo

(1) Inflação linearmente decrescente nos próximos 5 anos quando se torna constante

(2) A Companhia utiliza uma metodologia para apuração de uma taxa real equivalente a partir da curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo, considerando-se no cálculo desta taxa o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde

(3) Rotatividade média que varia de acordo com a idade e tempo de serviço

(4) Custos médicos e hospitalares taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo

(5) Tábua de invalidez: Zimmermann ajustada para o Plano Petros 2

21.5 Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, de acordo com o artigo 42 do Estatuto Social, o Ofício MP/DEST nº. 28/2011, a Lei nº 10.101/2000 e demais normativos vigentes, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia provisionou o valor de R$100 (R$103 em 2010) para a distribuição aos seus empregados, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados, incluída no montante acima apresentado, será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária, na forma disposta pelo artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social realizado

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, totalmente subscrito e integralizado, está composto por 42.853.453.082 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e inconversíveis.

22.2 Reserva de capital

Reserva constituída em exercícios anteriores a 2008 com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda pago pela Companhia.

22.3 Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de retenção de lucros

É destinada às aplicações previstas em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

O orçamento de capital do exercício de 2012, aprovado pelo Conselho de Administração, será encaminhado à aprovação da Assembléia Geral Ordinária e prevê aplicações de recursos no montante de R$1.452.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está sendo prevista uma retenção de lucros de R$638.

22.4 Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o Art.7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2011 será encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

Segue-se o cálculo dos dividendos propostos:

	2011
Lucro líquido do exercício	1.267
Apropriação	
Reserva legal	(63)
Lucro básico para determinação dos dividendos	1.204
Dividendos a pagar - Registrados no passivo circulante	
Equivalentes a 25% (25% em 2010) do lucro básico	301
Dividendos adicionais propostos - Registrados no patrimônio líquido	
Equivalentes a aproximadamente 19,9% do lucro básico (9,5% em 2010)	239
Total	**540**

Os dividendos serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2011, até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

22.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se às alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que esses investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

23 Processos judiciais e contingências

23.1 Processos judiciais provisionados

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Causas trabalhistas	59	82	53	70
Causas fiscais	15	46	12	7
Causas cíveis	66	70	64	66
Causas ambientais	4	1	4	1
Outras	2	2	-	-
Total	**146**	**201**	**133**	**144**
Circulante	40	30	39	29
Não circulante	106	171	94	115

	2011	
	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2010	**184**	**137**
Adição	23	16
Reversão	1	1
Utilização	(25)	(24)
Transferências	3	-
Atualização de juros	15	14
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**201**	**144**
Adição	7	3
Reversão	(34)	(18)
Utilização	(20)	(14)
Transferências	(11)	-
Atualização de juros	3	18
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**146**	**133**

23.2 Processos judiciais não provisionados (perdas possíveis)

	Consolidado	
Natureza	2011	2010
Fiscais	1.212	1.122
Cíveis	756	750
Outras	108	138
	2.076	2.010

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza tributária

Descrição - Natureza Fiscal	Estimativa
Autor: Estado de São Paulo. Processos judiciais em que a BR discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	164
Autor: Estado do Rio de Janeiro. Ação de execução fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, em face da Companhia, sob alegação de não pagamento por parte desta de créditos relativos a ICMS. A Companhia ofereceu combustível como garantia. Derrota da Companhia em 2ª instância. Aguarda-se julgamento de recursos interpostos pela Companhia aos Tribunais Superiores. Há precedente favorável à Companhia no Supremo Tribunal Federal - STF.	95
Autor: União. Processos judiciais em que a BR discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	68
Autores: Municípios de Cubatão, Rio de Janeiro, Teresina e Vitória. Processos judiciais em que a BR discute a real ocorrência de fato gerador do IVVC (antigo tributo municipal) nas operações que realiza diretamente aos clientes consumidores finais atacadistas.	65
Autor:Estado de Goiás. Ação de execução fiscal promovida pelo Estado de Goiás, em face da Companhia, para cobrança de supostos créditos tributários constituídos por meio de 16 autos de infração relativos a ICMS. A Companhia ofereceu como garantia fiança bancária. A Companhia interpôs embargos à execução, que estão em fase probatória. A Companhia requereu a realização de exame pericial. Ainda não há sentença.	64
Autor:Estado de Goiás. Ação de execução fiscal promovida pelo Estado de Goiás, em face da Companhia, para cobrança de supostos créditos tributários constituídos por meio de 9 autos de infração. A Companhia ofereceu como garantia fiança bancária. A Companhia interpôs embargos à execução, que estão em fase probatória. A prova pericial foi deferida. A Companhia já formulou quesitos e apresentou seu assistente técnico. Ainda não há sentença.	62
Autor:Fazenda Pública do Estado de Pernambuco. Ação de execução fiscal perante a justiça do Estado de Pernambuco (Ipojuca), sob alegação de recolhimento de ICMS a menor. A Companhia ofereceu como garantia fiança bancária. Houve realização de perícia nos embargos à execução interpostos pela Companhia. Ainda não há sentença.	55
Autor: Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Ação de execução fiscal proposta pela Fazenda do Estado do Rio de Janeiro por suposta apropriação indevida de crédito escritural. Mesmo com laudo pericial favorável à Companhia, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ, em 1ª e 2ª instâncias, entendeu que o crédito da Companhia era indevido por razão distinta da autuação em julgamento extra petita. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso de agravo regimental interposto pelo Estado do Rio de Janeiro contra a decisão do Ministro-Relator, que deu provimento ao recurso especial da Companhia para anular o acórdão do TJRJ proferido nos embargos de declaração da Companhia. Ação está em fase inicial, tendo a Companhia apenas apresentado contestação. Em 21/11/2011 o autor devolveu os autos com réplica. Ainda não abriu prazo para falarmos.	55
Autor: Município de Vitória. Ação de execução fiscal promovida pelo Município de Vitória em face da Companhia, para cobrança de suposto crédito a título de IVVC (imposto sobre venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos). Aguarda-se julgamento da apelação interposta pela Companhia.	55
Autores: Estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Tocantins e o Distrito Federal. Processos judiciais em que a BR discute se a composição da base de cálculo do ICMS-ST em operações interestaduais com derivados de petróleo deve ou não incluir o próprio ICMS.	51
Autor: Fazenda do Estado de São Paulo. Ação de execução fiscal proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo - FESP em face da Companhia, sob alegação de não pagamento do ICMS-ST nas vendas de mercadorias a Distribuidora Onofre Barbosa. A Companhia alega que apenas cumpriu decisão judicial liminar que determinava o não recolhimento do ICMS-ST nas vendas à Distribuidora Onofre Barbosa. A Companhia ofereceu carta de fiança bancária como garantia. Os embargos à execução fiscal foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se o julgamento de recursos de apelação interpostos tanto pela Companhia quanto pela FESP.	50
Outros processos de natureza tributária	**428**
Total dos processos de natureza tributária	**1.212**

b) Processos de natureza cível

Descrição - Natureza Cível	Estimativa
Autor: Francisco Messias Cameli. Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). A sentença proferida foi desfavorável à Companhia. Ambas as partes opuseram embargos de declaração. As partes foram intimadas para que se manifestem sobre estes recursos.	94
Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Aguarda-se julgamento do recurso especial interposto pela Companhia.	88
Autor: C A Soares da Costa. Ação cível perante a justiça de Rondônia, pretendendo indenização por perdas e danos, sob a alegação de descumprimento de contrato de transporte pela Companhia. Em novo julgamento, o Tribunal de Justiça de Rondônia manteve a decisão anterior, favorável à Companhia. O autor apresentou recurso especial, que aguarda remessa ao Superior Tribunal de Justiça - STJ.	76
Autor: Derivados de Petróleo Santa Izabel Ltda. Ação cível perante a justiça da Bahia, pretendendo a declaração de nulidade de títulos c/c pedido de indenização por supostos danos morais e materiais. A sentença foi desfavorável à Companhia. Foi interposta apelação. Aguarda-se a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça da Bahia para julgamento do recurso.	53
Outros processos de natureza cível	445
Total dos processos de natureza cível	**756**

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. Em menor grau, a Companhia está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos as descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativos mensurados pelo valor justo				
Ativos financeiros disponíveis para venda	237	217	237	217
Contratos a termo de dólar (NDF)	-	4	-	4
Caixa e bancos	470	352	456	339
	707	573	693	560
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Investimentos mantidos até o vencimento	22	22	22	22
Empréstimos e recebíveis	6.340	5.404	6.084	5.168
Aplicações financeiras	333	450	-	302
	6.695	5.876	6.106	5.492
Passivo mensurado pelo valor justo				
Contratos a termo de dólar (NDF)	3	-	3	-
	3	-	3	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Financiamentos	749	27	202	-
Arrendamentos mercantis financeiros	173	182	173	181
Fornecedores	3.187	2.400	3.091	2.272
Outras operações com a Controladora	102	101	102	101
Outras operações com Empresas do Sistema	2	14	2	14
	4.213	2.724	3.570	2.568

24.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

24.2 Risco de mercado

24.2.1 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

24.2.1.1 Gerenciamento de risco cambial

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento.

A Companhia se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para vendas ao segmento de aviação, o prazo de exposição é de até 3 meses, em média, e o *hedge* é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo, desta forma, a margem da comercialização. Em 2011 foram contratadas operações no total de US$ 610.

O volume de *hedge* contratado para o faturamento ao exterior entre janeiro e dezembro de 2011 representou 61,1 % de todo o volume exportado pela Companhia no mesmo período.

As liquidações de todas as operações vencidas no período geraram um resultado negativo para a Companhia de R$ 2,68.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF, conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM nº. 550.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

A Stratura não contratou operações de hedge cambial no período.

Instrumentos financeiros derivativos de moeda estrangeira

	Consolidado					
	Valor de referência (*nocional*) USD (Milhões)		Valor justo (R$ Milhões)			
Contratos a termo de dólar (NDF)	2011	2010	2011	2010	Vencimento	Realizado 2011
Posição Vendida	87		(3)		2012	3
		61		4	2011	

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2011, e os cenários possíveis e remotos consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável Em 31/12/2011	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Valorização do Dólar frente ao Real	(3)	(44)	(85)

24.2.2 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

24.2.2.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação de crédito para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limite de crédito de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco de crédito que este cliente pode representar.

Na análise de crédito são avaliados o comportamento de pagamento do cliente e as restrições de mercado. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência, aprovada pela Administração, para concessão de crédito.

A carteira de crédito da Companhia somava R$8,2 bilhões em 31 de dezembro de 2011. Como critérios de crédito previstos na política de crédito encontram-se garantias reais (hipoteca), garantias pessoais (fiança), análise de balanço e conceito comercial.

24.2.3 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, às taxas de IGPM e IPCA, que são os indexadores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Os ativos se caracterizam, em maior parte, pelos financiamentos a clientes, que geralmente estão atrelados ao IGPM. Em termos líquidos, considerando que os ativos suplantam de forma considerável os passivos, o risco maior da Companhia está associado a um cenário decrescente para a taxa de IGPM.

24.2.3.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

24.3 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em menor grau, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos.

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

24.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeções mensais, discutidas em fóruns e comitês Executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

Todo o excesso de caixa é aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos excepcionais que venham a onerar a geração de caixa e a liquidez da Companhia são atendidos com recursos do fundo.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturações financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

24.4 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Os diferentes níveis de instrumentos financeiros registrados pelo valor justo foram definidos como a seguir:

• Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

• Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

• Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia registrados a valor justo em base recorrente, em 31 de dezembro de 2011, está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Valor justo medido com base em			
	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível 3)	Total
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	237	-	-	**237**
Derivativos de moeda estrangeira	-	(3)	-	**(3)**
Total dos ativos	**237**	**(3)**	-	**234**

24.5 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital visando a confiança do investidor, credor, mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital empregado e o nível de dividendos para acionistas.

25 Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

As instalações, equipamentos e produtos da controladora dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2011 totalizava R$3.468 (R$3.085 em 2010). Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e de produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No Consolidado a importância segurada totalizava, em 31 de dezembro de 2011, R$4.943 (R$3.980 em 2010).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

		2011	
		Importância segurada	
Ativo	Tipo de cobertura	Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos	3.944	3.468
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, poluição ambiental etc.	938	469
Outros ativos		61	30
Total		**4.943**	**3.967**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUIDO MANTEGA
Presidente

MIRIAM BELCHIOR
Conselheira

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
Conselheiro

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA
Conselheiro

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMAN
Conselheiro

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER
Conselheiro

SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA
Conselheiro

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO
Presidente

JOSÉ ZONIS
Diretor de Operações e Logística

ANDURTE DE BARROS DUARTE FILHO
Diretor de Mercado Consumidor

LUIZ CLAUDIO CASEIRA SANCHES
Diretor da Rede de Postos e Serviços

NESTOR CUÑAT CERVERÓ
Diretor Financeiro

ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLE

LUIS CLAUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ - 077.292/O-2

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação

Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Petrobras Distribuidora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente , das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho Consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa Consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Distribuidora S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controladas, controladas em conjunto e coligada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.4, a Companhia possui saldo significativo de contas a receber de empresas termoelétricas, cuja realização depende de sucesso nas negociações em curso pela Administração. Em 31 de dezembro de 2011, considerando a avaliação da Administração sobre a recuperabilidade dos valores a receber, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC RJ-057497/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório de Administração; as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Resultados Abrangentes, as Mutações do Patrimônio Líquido, os Fluxos de Caixa, os Valores Adicionados, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes; a Proposição à Assembléia Geral Ordinária relativa à Destinação do Resultado do Exercício de 2011 e a Proposição à Assembléia Geral Ordinária referente ao Orçamento de Capital para o Exercício de 2012.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 09 de fevereiro de 2012, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

O Conselho Fiscal ressalta a sua preocupação com a evolução da dívida do setor elétrico para com a Companhia, cuja posição em 31/12/2011 alcançava R$ 2.129 milhões, representando um incremento de 182% em relação à posição de 31/12/2010, conforme enfatizado no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, objeto da Nota Explicativa 7.4.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2012

MARCIO BRANCO DE OLIVEIRA
Presidente

JOÃO JOSÉ DE NORA SOUTO
Conselheiro

MARCOS ANTONIO ZACARIAS
Conselheiro

PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA
Conselheiro

PEDRO ROMANO JÚNIOR
Conselheiro

O Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis da Sociedade Controladora, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, estão sendo publicados nesta data.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

1. PERFIL DA EMPRESA

Criada em maio de 1998, a PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO tem como objeto social a produção, comércio, importação, exportação, armazenagem, transporte e distribuição de:

- gás natural;
- gás liquefeito de petróleo;
- gases raros de quaisquer origens;
- fertilizantes, suas matérias-primas e produtos correlatos;

Além desses produtos, a GASPETRO também atua na produção e na comercialização de energia termoelétrica, na área de telecomunicações, bem como na prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados a tais atividades. Para desenvolvê-las, a companhia apresentou em 31.12.2011 um capital subscrito de R$ 6,61 bilhões, conforme o quadro 1 a seguir:

QUADRO 1 – CAPITAL SUBSCRITO DA GASPETRO

CAPITAL SUBSCRITO DA GASPETRO (Posição em 31.12.2011)						
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		TOTAL DE AÇÕES	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	3.102.940	5.293.504.577,84	774.864	1.321.890.249,63	3.877.804	6.615.394.827,47
Pessoas Físicas	1	1.705,96	7	11.941,75	8	13.647,71
TOTAL	**3.102.941**	**5.293.506.283,80**	**774.871**	**1.321.902.191,38**	**3.877.812**	**6.615.408.475,18**

2. OBJETIVO

Tendo o governo federal estabelecido como meta o aumento da participação do gás natural na matriz energética brasileira, coube à PETROBRAS GÁS S.A. – GASPETRO, subsidiária da PETROBRAS, as atividades de desenvolvimento e participação em empreendimentos, visando ao incremento do consumo do gás natural no País, e que agreguem valor aos ativos do Sistema PETROBRAS.

Neste contexto, de acordo com o modelo de organização e gestão do Sistema PETROBRAS, a GASPETRO encontra-se vinculada à Diretoria de Gás e Energia, na qual são desenvolvidas as atividades de logística, distribuição, geração, comercialização, importação e gerenciamento de projetos que envolvam o gás natural e energia elétrica, além da produção de fertilizantes.

3. GOVERNANCA CORPORATIVA

O Organograma da GASPETRO apresenta três áreas ligadas diretamente à Diretoria Executiva: Assessoria Jurídica, Assessoria Contábil-Financeira e Secretaria Geral. Possui ainda um Conselho de Administração, ao qual está ligada a Auditoria Interna, um Conselho Fiscal e um assistente de Diretoria.

Normalmente os cargos de presidente e diretores da GASPETRO são ocupados por empregados da PETROBRAS que estejam ocupando cargos de alta direção na área de gás e energia. Mantém-se, assim, um maior alinhamento estratégico entre GASPETRO e PETROBRAS, em busca de melhores resultados empresariais.

Assim como a *holding* PETROBRAS, a GASPETRO adota as melhores práticas de governança corporativa, utiliza avançados instrumentos de gestão empresarial e adota o Código de Ética do Sistema PETROBRAS. Em consequência, a administração da GASPETRO é pautada pela ética, responsabilidade corporativa e transparência.

A estrutura de Governança Corporativa da GASPETRO é formada pelos seguintes órgãos:

- Conselho de Administração: formado por seis membros, com mandatos de três anos, que se reúnem uma vez por mês e excepcionalmente, se necessário. Assim, em 2011, foram realizadas 13 reuniões do Conselho de Administração. O Conselho tem como atribuições principais definir as diretrizes estratégicas da GASPETRO e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva.
- Conselho Fiscal: formado por quatro membros, eleitos anualmente pelos acionistas, em Assembleia Geral. Em 2011, foram realizadas 10 reuniões deste Conselho.

- Diretoria Executiva: formada por três membros (1 Presidente e 2 Diretores), eleitos pelo Conselho de Administração, para mandatos de três anos. Em 2011, foram realizadas 58 reuniões da Diretoria Executiva, tendo sido deliberados assuntos relativos às empresas em que a GASPETRO possui participações, além de temas associados à própria atividade e estrutura da GASPETRO.

A GASPETRO conta também com uma Auditoria Interna que avalia as atividades e controles internos e realiza serviços de auditoria nas subsidiárias, controladas e coligadas da GASPETRO.

Em complemento, a GASPETRO utiliza ainda serviços de auditoria externa, contratada pelo seu Conselho de Administração, nos mesmos moldes do processo de seleção da PETROBRAS. O objetivo é verificar e atestar a exatidão das demonstrações contábeis da empresa.

4. PARTICIPACÕES DA GASPETRO

No setor de gás natural, a GASPETRO possui participação acionária em 6 empresas de transporte de gás natural e também em 20 empresas estaduais de distribuição de gás natural.

Possui ainda participação em 5 empresas na área de energia elétrica, em uma empresa de transporte de GNL - Gás Natural Liquefeito, e em uma empresa de aproveitamento de subprodutos de carvão (em liquidação), conforme apresentado no quadro 2 a seguir:

QUADRO 2 – PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS DA GASPETRO

33 PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS			
20 DISTRIBUIDORAS DE GAS NATURAL		**5 EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA**	
ALGÁS	41,50%	Petrobras Com. De Energia	0,09%
COPERGÁS	41,50%	Soc. Fluminense de Energia	0,01%
PBGÁS	41,50%	Termoceará	0,01%
POTIGÁS	83,00%	Termomacaé	0,01%
SERGÁS	41,50%	Termomacaé Com. De Energia	0,01%
BAHIAGÁS	41,50%		
MSGÁS	49,00%	**6 TRANSPORTADORAS DE GÁS NATURAL**	
GOIASGÁS	30,46%	TBG	51,00%
COMPAGÁS	24,50%	TAG	100,00%
RONGÁS	41,50%	GTB	11,00%
GASMIG	40,00%	TSB	25,00%
GASMAR	23,50%	TMN	45,00%
GASPISA	37,25%	TNG	50,00%
CEGÁS	41,50%		
CEBGÁS	32,00%	**2 OUTRAS PARTICIPAÇÕES**	
GASAP	37,25%	GNL Gemini	40,00%
SULGÁS	49,00%	ICC (Em liquidação)	100,00%
CEG-RIO	37,41%		
SCGÁS	41,00%		
GAS BRASILIANO	100,00%		

A composição acionária de cada uma das empresas em que a GASPETRO tem participação está apresentada dentro do item pertinente a cada segmento.

A GASPETRO atua também na prestação de serviços de telecomunicações.

4.1. PARTICIPACÕES EM TRANSPORTADORAS DE GÁS NATURAL

Com base na Lei do Petróleo (Lei 9.478/1997), que determina que a atividade de transporte de gás deve ser realizada por empresas independentes, a PETROBRAS, através da GASPETRO, constituiu empresas transportadoras de gás natural e Gás Natural Liquefeito - GNL, com o objetivo de construir, operar e manter os ativos desse segmento de negócio.

Nessa mesma linha, a Lei do Gás (Lei 11.909/2009) determina que a empresa ou o consórcio de empresas concessionários ou autorizados para o exercício da atividade de transporte de gás natural somente poderão explorar aquelas atividades referidas no art. 56 da Lei do Petróleo, além das atividades de estocagem, transporte de biocombustíveis e construção e operação de terminais.

Como *holding*, a GASPETRO controla a gestão das principais transportadoras de gás natural em operação no Brasil. Atualmente, a Diretora de Gás e Energia da PETROBRAS ocupa a presidência da GASPETRO, concomitantemente com a presidência dos Conselhos de Administração da TBG - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e da TAG - Transportadora Associada de Gás S.A.. Gerentes da Área de Gás e Energia também participam desses Conselhos.
A Diretoria da GASPETRO também é responsável pela indicação dos dirigentes das empresas Transportadoras.

O alinhamento estratégico das transportadoras com o sistema PETROBRAS, resultou, em 2011, na adoção de várias ações com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de gestão das transportadoras de gás natural. Entre essas ações, destacam-se:

- Como desdobramento do Estudo Comparativo (*"Benchmarking"*) de empresas de transporte dutoviário de gás natural da América do Sul, foi elaborado em 2011 um painel de indicadores de transporte de gás natural, com informações da TBG, Transpetro (como operadora e mantenedora dos ativos de transporte sob gestão da TAG), TGS (Argentina) e Transierra (Bolívia), tendo sido realizado Workshop para avaliação de resultados e proposição de ações nos dias 01 e 02 de dezembro de 2011;
- Avaliação mensal dos indicadores de desempenho e SMS das transportadoras;
- Realização de auditorias nas transportadoras pela equipe de Auditoria Interna da GASPETRO.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

A GASPETRO possui participação nas seguintes empresas transportadoras de gás natural:

- 51% na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) – proprietária dos ativos de transporte do GASBOL, desde a fronteira com a Bolívia até o Rio Grande do Sul;
- 100% na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) – responsável pela gestão dos ativos de transporte de gás nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte do Brasil;
- 11% na Gas Transboliviano S.A. (GTB) – proprietária dos ativos de transporte do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) desde Rio Grande, na Bolívia, até a fronteira com o Brasil, em Mutum, junto à Corumbá (MS);
- 25% na Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (TSB), proprietária do Gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre, que opera parcialmente;
- 40% na GNL GEMINI Comércio e Logística de Gás Ltda. - GASLOCAL, transportadora de gás natural liquefeito (GNL) por modal rodoviário;
- 45% na TMN Transportadora S.A. (TMN);
- 50% na TNG Participações Ltda. (TNG).

As transportadoras TMN e TNG citadas, não se encontram operacionais, estando em fase de desenvolvimento do projeto de seus ativos.

A) VISÃO GERAL DAS TRANSPORTADORAS DE GÁS NATURAL

TBG - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.:

Proprietária de parte do GASBOL – Gasoduto Bolívia-Brasil, a TBG é responsável pela operação dos 2.593 km do gasoduto, que liga Corumbá (MS) a Canoas (RS). Conta com uma capacidade total para o transporte de gás natural boliviano de 30,08 milhões de m³/dia e constitui uma parte do maior gasoduto da América Latina, o GASBOL, que tem a extensão total de 3.150 km, sendo em 2.593 km em território brasileiro e 557 km em território boliviano. A TBG possui um Patrimônio Líquido de R$ 1.013,4 milhões e ativos totais de R$ 2.993,2 milhões.

A GASPETRO é acionista majoritário na TBG, com 51% das ações, e tem como outros sócios a BBPP (BG Group, EL Paso e Total Gas) com 29%, a YPFB Transporte com 12%, a Ashmore com 4% e a Bear Gas com outros 4%.

Em 2011, o nível de utilização do gasoduto da TBG chegou a cerca de 87% de sua capacidade instalada, transportando em média 26,1 milhões de m³/dia, o mesmo patamar do volume registrado em 2010 (26,2 milhões de m³/dia). O gás natural transportado pela empresa atende a grandes consumidores como as refinarias REPLAN, REPAR e REFAP, as usinas termelétricas de Araucária (PR) e Canoas (RS), bem como as distribuidoras das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de forma que essas possam atender a seus mercados consumidores, principalmente no segmento industrial. Ao longo da extensão de 2.593 km em território brasileiro, a TBG possui 47 pontos de entrega e 15 estações de compressão.

TAG - Transportadora Associada de Gás S.A.:

A TAG é uma sociedade anônima, subsidiária integral da PETROBRAS Gás S.A – GASPETRO, com a missão de atuar no segmento de transporte e armazenagem de gás em geral, por meio de gasodutos, terminais ou embarcações, próprios ou de terceiros, tendo adquirido, em 2011, a totalidade das ações da Transportadora Gasene S.A., visando a sua incorporação em 2012. Proprietária de importante parcela dos ativos de transporte de gás natural do país e responsável pela gestão da rede de gasodutos existentes nas Malhas Nordeste, Sudeste e Norte, possuindo 6.645 km de gasodutos e ramais, 116 pontos de entrega, 23 estações de compressão (incluindo estações próprias e alugadas) e 9 estações de distribuição de gás.

A TAG administra os contratos de transporte dos ativos sob sua responsabilidade, sendo a operação e manutenção destes ativos realizada pela PETROBRAS Transporte S.A. – TRANSPETRO. No final de 2011, a TAG apresentou um patrimônio líquido de R$ 6.747 milhões e ativos totais de R$ 27.311 milhões.

GTB - Gas Transboliviano S.A.:

A GTB é proprietária dos ativos e responsável pela operação de 557 km de gasoduto, no trecho boliviano do GASBOL, que vai de Rio Grande, na Bolívia, até a fronteira com o Brasil. Tem uma capacidade total para o transporte de gás natural boliviano de 32,9 milhões de m³/dia. Em 2011, o volume médio diário de gás natural para o Brasil foi de 27,1 milhões de m³/dia, mesmo volume registrado em 2010.

A GASPETRO detém participação acionária de 11% na GTB, sendo a YPFB Transporte S.A. a controladora da companhia com 51% de participação. Os demais sócios são a Ashmore (17%), Shell (17%), British Gas (2%) e El Paso (2%).

No final de 2011, a GTB apresentou um patrimônio líquido de US$ 278,2 milhões e ativos totais de US$ 559,2 milhões.

GNL GEMINI Comércio e Logística de Gás Ltda. - GÁSLOCAL:

Diferentemente das demais transportadoras de gás natural, a GÁSLOCAL comercializa e transporta, por caminhão, o gás natural sob a forma líquida, suprindo os mercados que ainda não podem ser atendidos por gasodutos a partir de unidade de liquefação de gás natural localizada em Paulínia/SP.

A GASPETRO possui uma participação de 40% na empresa, ficando os 60% restantes com a White Martins. A GÁSLOCAL atende a 23 clientes distribuídos pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Goiás e Distrito Federal.

No ano de 2011, a empresa iniciou o fornecimento de gás natural liquefeito (GNL) para 8 novos clientes e firmou contratos de fornecimentos com 7 novos clientes para início ao longo de 2012. A companhia investiu R$ 12,99 milhões para o atendimento aos novos clientes, sendo que R$ 5,19 milhões foram aportados pela Sócia GASPETRO.

TSB - Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.:

A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., com sede em Porto Alegre, tem por objetivo construir e operar Gasoduto Uruguaiana — Porto Alegre. Além da GASPETRO, a TSB tem como acionistas: Total Gás, Tucunaré (subsidiária da Repsol YPF) e Ipiranga (Grupo Ultra), cada um com 25% de participação acionária.

Dos 615 km previstos de extensão do gasoduto, 50 km encontram-se concluídos e em operação, correspondentes aos trechos I (ligando Paso de Los Libres, na fronteira Brasil-Argentina, ao município de Uruguaiana/RS) e III (ligando os municípios de Canoas/RS e Triunfo/RS). O trecho II, com 565 km de extensão, ligará o trecho I ao trecho III.

A TSB obteve um faturamento bruto em 2011 de R$ 4,85 milhões e um lucro líquido de R$ 616,4 mil. O resultado da companhia foi oriundo do volume médio transportado na operação do Trecho III (568,2 mil m³/dia) e do compromisso de "ship or pay" do Trecho I, em razão da indisponibilidade de gás natural proveniente da Argentina.

TMN - Transportadora S.A. e TNG - Participações Ltda.:

Estas duas empresas compreendem o Projeto Gasoduto Meio-Norte (TMN) e o Projeto Gasoduto Urucu-Porto Velho (TNG), que têm por objeto viabilizar o fornecimento de gás natural para os Estados do Maranhão e Piauí e para o Estado de Rondônia, respectivamente. Os projetos representaram um dispêndio em 2011 de R$ 892 mil para a GASPETRO, basicamente para a obtenção de licenciamentos complementares e atendimento de condicionantes de licenças ambientais.

B) DESTAQUES DAS TRANSPORTADORAS EM 2011

A TBG e a TAG são as maiores proprietárias de ativos de transporte de gás natural e responsáveis por 99 % do volume de gás transportado em território brasileiro em 2011. A soma do Lucro Líquido destas duas transportadoras, correspondente à participação da Gaspetro nessas empresas, no valor de R$ 446,0 milhões, significou uma parcela de 53% do total do lucro líquido consolidado da GASPETRO em 2011, o que demonstra a participação relevante destas transportadoras de gás natural no resultado da GASPETRO.

Os principais destaques em 2011 ficaram por conta dos investimentos realizados pelas transportadoras, que encerraram um ciclo de expansão da malha de gasodutos de transporte e que permitiu um incremento da malha nacional em 4.631 km de 2006 a 2011. O expressivo investimento realizado nos últimos anos, por sua vez, refletiu-se num aumento do endividamento consolidado da GASPETRO, que encerrou o ano de 2011 com dívidas de R$ 20.680 milhões, conforme demonstrações financeiras apresentadas.

O aumento de 65% do endividamento em relação à 31/12/2010 deve-se a inclusão, em 2011, do endividamento da Gasene (R$ 7.239 milhões), bem como pelos efeitos da apreciação do dólar frente ao real, em 12,6% no exercício de 2011. Apesar do aumento no endividamento total, a participação da dívida de curto prazo foi reduzida para 9%, 12 pontos percentuais menor em comparação a 31/12/2010, resultado, principalmente, da consolidação do endividamento da Gasene, que alongou o perfil da dívida do Grupo Gaspetro.

Seguem os destaques das Transportadoras em 2011:

TBG - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.

A TBG, atingiu o seu pico diário de gás natural transportado em 28/10/2011 (32,3 milhões de m³/dia) e mensal em junho de 2011(28,8 milhões de m³/dia).

Em 2011, foram realizados investimentos de R$ 45 milhões, sendo R$ 13 milhões destinados aos projetos de novas instalações e R$ 32 milhões aos projetos de segurança, integridade, *overhaul* de turbinas, melhorias operacionais, dentre outros.

Estão em fase de implantação as seguintes estações de entrega, conforme quadro 3 a seguir:

QUADRO 3 – ESTAÇÕES DE ENTREGA EM FASE DE IMPLANTAÇÃO

ESTAÇÃO DE ENTREGA	APTO PARA OPERAÇÃO
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC	setembro/2012
TRÊS LAGOAS/MS	julho/2013

No ano de 2011, foram habilitadas para operação duas novas Estações de Entrega:

- Estação de Entrega REPLAN/SP (julho/2011)
  Estação de entrega responsável pelo fornecimento de gás para a refinaria REPLAN (PETROBRAS), a uma vazão máxima de 3,6 milhões m³/dia, que substitui a estação anteriormente instalada, com capacidade de entrega máxima de 990 mil m³/dia.
- Estação de Entrega Guaramirim/SC (dezembro/2011)
  Estação de entrega com vazão máxima de 990 mil m³/dia, que substitui a estação anteriormente instalada com capacidade de entrega máxima de 432 mil m³/dia, para atendimento ao incremento da demanda de gás natural no Trecho Sul do Gasbol. A estação de entrega está gaseificada, em fase de pré-operação.

TAG - Transportadora Associada de Gás S.A.

A TAG vem investindo expressivamente na ampliação e modernização dos ativos de transporte, de forma a permitir o aumento da capacidade de transporte de gás natural, ampliar a flexibilidade do atendimento da demanda nacional, bem como proporcionar maior confiabilidade e segurança de suprimento.

Nesse sentido, em 2011, a TAG realizou investimentos de R$ 1,928 bilhão, colocando em operação comercial os gasodutos Caraguatatuba-Taubaté - GASTAU, Pilar-Ipojuca, GASPAL II e GASAN II e mais 10 estações de compressão.

Além dos investimentos diretos na construção de novos gasodutos, a TAG exerceu a opção de compra da Transportadora Gasene S.A. em 11/11/2011. Com isso, cumpre-se uma etapa fundamental para a consolidação da gestão do gasoduto Sudeste-Nordeste, ativo essencial para a integração da malha de transporte de gás natural do País.

Em 2011, a soma das capacidades de transporte contratadas em regime de *"ship or pay"*, referentes à infraestrutura de transporte sob gestão da TAG, atingiu 216,8 milhões de m³/dia. No final de 2010, essa soma era de 180,0 milhões de m³/dia, o que significa que houve um aumento na capacidade de transporte de 20,4% no período. A citada variação da capacidade contratada deveu-se à declaração de operação comercial das estações de compressão de Piúma/ES, Aracruz/ES e Prado/BA, e aos novos contratos de transporte relativos aos gasodutos Caraguatatuba-Taubaté e Pilar-Ipojuca.

O volume médio diário de gás natural transportado em 2011 foi de 54,1 milhões de m³/dia, 21,0% maior que 2010 (44,7 milhões de m³/dia). No decorrer do ano de 2011, a média diária atingiu um pico de 71,0 milhões de m³/dia em, 15 de dezembro, e a maior média mensal foi de 57,2 milhões de m³/dia em dezembro, em função da entrada em operação comercial do gasoduto Caraguatatuba-Taubaté.

A malha de gasodutos em que a TAG atua, seja sob a forma de gestão, seja como proprietária ou ainda em Consórcio com outras empresas, está em contínua expansão. Em 2010 esta malha tinha a extensão de 6.400 km, tendo atingido em 2011, a extensão de 6.645 km, ou seja, uma ampliação de 245 km. As obras dos gasodutos concluídas em 2011, apresentadas a seguir, fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal:

Gasoduto GASTAU (Caraguatatuba-Taubaté): com investimento de R$ 2,2 bilhões, 96 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, interliga a Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), em Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, à Taubaté, cidade do médio Paraíba, ao gasoduto Campinas – Rio e ao restante da malha Sudeste.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

Leva ao mercado do sudeste o gás natural produzido nos campos de Mexilhão e Uruguá-Tambaú, bem como no Pólo Pré-Sal piloto de Tupi, gás esse oriundo da Bacia de Santos.

O GASTAU tem como destaque em sua construção a perfuração de um túnel de 5,1 km de extensão e 6 metros de diâmetro, além de um poço vertical (*"shaft"*) com 540 metros de profundidade. O gasoduto segue por esse túnel e pelo poço vertical, sem suprimir faixas de vegetação no Parque Estadual da Serra do Mar, até encontrar, no alto da serra, o ponto de interconexão com o trecho do gasoduto no planalto, fora dos limites do Parque Estadual.

O GASTAU iniciou sua operação, em 10 de abril de 2011, com capacidade de escoamento de até 17 milhões de m³/dia, e, a partir de 21 de fevereiro de 2012, passará a operar na sua capacidade máxima de projeto, de até 20 milhões de m³/dia.

Gasodutos GASPAL II (54,5 km) e GASAN II (39 km): em conjunto com a Estação de Compressão de Guararema, permitiram a ampliação da capacidade de transporte de gás do sistema Guararema-RPBC de 12 millhões m³/dia para até 17 milhões m³/dia, garantindo o atendimento à concessionária de distribuição de gás natural de São Paulo (COMGAS), às refinarias de Capuava (RECAP) e Presidente Bernardes (RPBC) e às UTEs Fernando Gasparian, com capacidade de 572 MW, localizada em São Paulo/SP, e Euzébio Rocha, com capacidade de 216 MW, localizada em Cubatão/SP. Os citados gasodutos tiveram suas obras concluídas em 17/03/2011 e 08/04/2011 e início de operação em 14/10/2011 e 07/10/2011, respectivamente.

4.2. PARTICIPACÕES EM DISTRIBUIDORAS DE GÁS NATURAL

A) PARTICIPACÕES EM DISTRIBUIDORAS DE GÁS NATURAL

A participação da GASPETRO na gestão das Companhias Distribuidoras de Gás Natural é feita através da presença de representantes nas Diretorias, nos Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais e nas Assembleias Gerais de Acionistas. A GASPETRO indica, no mínimo, um representante para fazer parte da Diretoria Executiva de cada Companhia, composta geralmente de 3 (três) membros. Os representantes da GASPETRO ocupam, preferencialmente, a Diretoria Técnica/Comercial. As exceções verificam-se na POTIGÁS (RN) onde, além da Diretoria Técnica/Comercial, a GASPETRO ocupa a Diretoria Administrativa/Financeira; na CEG RIO, onde ocupa a Diretoria Financeira; na GASMIG, onde ocupa a Diretoria Administrativa e também a Diretoria Comercial; e na Gás Brasiliano, onde ocupa todas as Diretorias, por possuir 100% do capital social da companhia. Atualmente, a GASPETRO possui participação em 20 Companhias Distribuidoras de Gás Natural, sendo 19 coligadas e uma controlada.

O quadro 4 a seguir, apresenta todas as distribuidoras de gás natural coligadas e controlada da GASPETRO, com suas respectivas composições societárias.

QUADRO 4: COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DAS DISTRIBUIDORAS COLIGADAS E CONTROLADA DA GASPETRO

Empresa	Acionista	Capital Votante	Capital Social
Algás	Estado de Alagoas	51,00%	17,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	24,50%	41,50%
	Mitsui Gás	24,50%	41,50%
	Total	100,00%	100,00%
Bahiagás	Estado da Bahia	51,00%	17,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	24,50%	41,50%
	Bahiapart	24,50%	41,50%
	Total	100,00%	100,00%
Cebgás	Cia. Energética de Brasília - CEB	51,00%	17,00%
	Petrobrás Gás S A - Gaspetro	21,00%	32,00%
	Brasiliagás	28,00%	51,00%
	Total	100,00%	100,00%
Ceg Rio	Gás Natural Internacional SDG S A	42,43%	34,47%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	26,19%	37,41%
	Gás Natural SDG S A	28,03%	25,12%
	PLUSPETROL Energy	3,35%	3,00%
	Total	100,00%	100,00%
Cegás	Estado do Ceará	51,00%	17,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	24,50%	41,50%
	Mitsui Gás	24,50%	41,50%
	Total	100,00%	100,00%
Compagás	Copel	51,00%	51,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	24,50%	24,50%
	Mitsui Gás	24,50%	24,50%
	Total	100,00%	100,00%
Copergás	Estado de Pernambuco	51,00%	17,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	24,50%	41,50%
	Mitsui Gás	24,50%	41,50%
	Total	100,00%	100,00%
Gas Brasiliano	Petrobras Gás S A - Gaspetro	100,00%	100,00%
Gasap	Estado do Amapá	51,00%	25,50%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	24,50%	37,25%
	CS Participação	24,50%	37,25%
	Total	100,00%	100,00%
Gasmar	Estado do Maranhão	51,00%	25,50%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	21,00%	23,50%
	Termogás	28,00%	51,00%
	Total	100,00%	100,00%

Empresa	Acionista	Capital Votante	Capital Social
Gasmig	Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG	50,81%	55,19%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	40,00%	40,00%
	Minas Gerais Participações - MGI	7,90%	4,38%
	Município de Belo Horizonte - MBH	1,29%	0,43%
	Total	100,00%	100,00%
Gaspisa	Estado do Piauí	51,00%	25,50%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	24,50%	37,25%
	Termogás	24,50%	37,25%
	Total	100,00%	100,00%
Goiasgás	Estado de Goiás	51,00%	17,00%
	Petrobras S A - Gaspetro	19,50%	30,46%
	Consórcio Goiano	29,50%	42,17%
	ENSA	0,00%	2,05%
	Goiás Construtora Ltda	0,00%	2,05%
	Gae Construtora e Comércio	0,00%	2,05%
	Sobrado Construções Ltda	0,00%	2,05%
	Goiarte	0,00%	2,17%
	Total	100,00%	100,00%
Msgás	Estado do Mato Grosso do Sul	51,00%	51,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	49,00%	49,00%
	Total	100,00%	100,00%
Pbgás	Estado da Paraíba	51,00%	17,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	24,50%	41,50%
	Mitsui Gás	24,50%	41,50%
	Total	100,00%	100,00%
Potigás	Estado do Rio Grande do Norte	51,00%	17,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	49,00%	83,00%
	Total	100,00%	100,00%
Rongás	Estado de Rondônia	51,00%	17,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	24,50%	41,50%
	Termogás	24,50%	41,50%
	Total	100,00%	100,00%
Scgás	Celesc	51,00%	17,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	23,00%	41,00%
	Mitsui Gás	23,00%	41,00%
	Infragás	3,00%	1,00%
	Total	100,00%	100,00%
Sergas	Estado de Sergipe	51,00%	17,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	24,50%	41,50%
	Mitsui Gás	24,50%	41,50%
	Total	100,00%	100,00%
Sulgás	Estado do Rio Grande do Sul	51,00%	51,00%
	Petrobras Gás S A - Gaspetro	49,00%	49,00%
	Total	100,00%	100,00%

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

As distribuidoras de gás natural coligadas e controlada da GASPETRO tiveram em 2011 um crescimento de 5% do lucro líquido proporcional à participação da GASPETRO em relação ao mesmo período de 2010, passando de R$ 259 milhões para R$ 272 milhões em 2011. O quadro 4 a seguir mostra o lucro líquido proporcional da GASPETRO.

QUADRO 5: LUCRO LÍQUIDO PROPORCIONAL À PARTICIPAÇÃO DA GASPETRO

Mil R$	2010	2011	▲ %
SULGÁS*	45.256	38.387	-15%
BAHIAGÁS	51.898	57.736	11%
GASMIG	36.026	52.968	47%
CEG-RIO	29.580	31.754	7%
SCGÁS**	32.388	21.454	-34%
OUTRAS	64.299	69.680	8%
TOTAL	259.447	271.978	5%

* A SULGÁS, em setembro de 2010, apresentou uma receita adicional de R$ 18,7 milhões, referente a um recebimento da AES Uruguaiana, a título de antecipação de pagamento da parcela total do preço de distribuição de gás termelétrico. Por esta operação não ser usual para a Companhia e não ter se repetido no ano de 2011, a mesma apresentou uma queda no seu resultado quando comparado ao ano anterior.

** A SCGÁS, em 2011, apresentou um lucro líquido proporcional à participação da GASPETRO 34% inferior a 2010, embora tenha havido um aumento de 6% no volume de gás comercializado no período. Este resultado deveu-se ao fato da Companhia enfrentar dificuldades junto ao regulador para repasse do custo de aquisição do gás natural para o mercado.

A elevação de 5% do lucro líquido de 2011, em relação a 2010, deveu-se basicamente ao aumento das vendas do mercado não-térmico. A queda de receita do mercado térmico foi absorvida e suplantada pelo aumento do mercado não-térmico, devido à recuperação e conquistas de novos clientes industriais.

Cabe destacar que a participação das companhias coligadas e controladas da GASPETRO nos leilões de gás natural e no mercado secundário contribuiu para alavancar principalmente as vendas no segmento industrial. Os volumes comercializados nestas novas modalidades de contratação movimentaram cerca de 2,9 milhões de m³/dia em 2011.

O volume médio de gás comercializado pelas distribuidoras, controlada e coligadas da GASPETRO no mercado não-térmico, apresentou, em 2011, crescimento de 11% em relação à média do mesmo período de 2010 (15,7 milhões m³/dia), atingindo um volume médio da ordem de 17,4 milhões m³/dia.

O mercado termoelétrico atendido pela controlada e coligadas da GASPETRO, apresentou, na média, em 2011, uma redução de 44% em relação à média dos volumes de gás natural comercializados em 2010 (7,4 milhões m³/dia), atingindo um volume médio da ordem de 4,2 milhões m³/dia, em função da redução do despacho termoelétrico.

O market share em volume da GASPETRO no ano de 2011 manteve-se em 20%, após a aplicação das respectivas participações acionárias, o que a posiciona como o 2º maior player do mercado de distribuição de gás natural no Brasil, sendo o 3º lugar ocupado pelo Grupo Gás Natural (16%) e o 1º lugar ocupado pelo grupo BG (23%).

Em 2011, foram realizadas várias ações com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de gestão das distribuidoras de gás natural, tais como:

- Realização de três encontros de trabalho (60 horas no total) com as Companhia Distribuidoras Controlada e Coligadas da GASPETRO, em continuidade aos ocorridos em 2010 (3 encontros) e 2009 (3 encontros). As reuniões tiveram a participação de todos os diretores de Companhias de gás coligadas e controlada pela GASPETRO, além da BR DISTRIBUIDORA e da GASLOCAL. Foram discutidos temas relacionados ao negócio, tal como o desdobramento do Plano de Negócios da área de Gás e Energia da PETROBRAS para o segmento de distribuição, a Regulamentação da Lei do Gás, a Realização dos Investimentos pelas Distribuidoras, o Índice de Conteúdo Local nas contratações do segmento de distribuição, a Avaliação do Desempenho de Medição de Gás Natural, Reparos em Emergência e o Programa de Formação de Profissionais;
- Realização de encontros técnicos específicos com as Distribuidoras, que tiveram como objetivo incentivar o aperfeiçoamento técnico e operacional das mesmas e aprofundar o intercâmbio de boas práticas. Destes encontros, destaca-se o "Seminário de Gestão de Riscos das Distribuidoras", que contou com 107 participantes de 17 Distribuidoras, além da Transpetro, TBG e PETROBRAS DISTRIBUIDORA - BR;
- Realização de avaliações presenciais da gestão de SMS com o objetivo de subsidiá-las na implantação do Projeto "15 diretrizes de SMS", em alinhamento com a política corporativa de SMS da PETROBRAS. Ao longo do ano, foram avaliadas: POTIGÁS (RN), ALGÁS (AL), COPERGÁS (PE), SERGÁS (SE), BAHIAGÁS (BA), PBGÁS (PB);
- Continuação das Avaliações do Processo de Gestão de Medição cujos objetivos são identificar oportunidades de melhoria e propor ações corretivas, visando minimizar desvios de medição. Em 2011, com o objetivo de acompanhar as melhorias implantadas, foram reavaliadas SERGÁS (SE), POTIGÁS (RN) e ALGÁS (AL), bem como realizada avaliação na SCGÁS (SC);
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão Comercial de Gás Natural – GGAS, visando atender às necessidades das áreas comerciais das Distribuidoras, sobretudo nos processos de cadastro, contrato, faturamento e relacionamento com clientes. O sistema, patrocinado pela GASPETRO e Mitsui Gás e Energia do Brasil, está disponível para compartilhamento no Portal do Software Público Brasileiro;
- Elaboração e fornecimento de Plano de Ação às Distribuidoras, contendo os requisitos necessários para implantação e ou ampliação da atuação nos segmentos residencial e comercial. O Plano de Ação foi desenvolvido a partir dos resultados obtidos nas companhias em que estes segmentos apresentam maior maturidade;
- Realização de auditorias internas em 10 Companhias Distribuidoras de gás natural: ALGAS (AL), SERGÁS (SE), COPERGÁS (PE), GASMAR (MA), MSGÁS (MS), GASMIG (MG), SULGÁS (RS), BAHIAGAS (BA), CEGAS (CE) e SCGAS (SC), cumprindo assim o programa estabelecido para este ano.

Além das iniciativas listadas, cabe ressaltar que em função do aumento do de Pontos de Entrega já em operação, bem como dos previstos para 2012, com o consequente aumento da disponibilidade de gás, serão necessários investimentos em infraestrutura de distribuição responsável pela ligação entre os pontos de entrega e os consumidores finais.

Com o objetivo de controlar e estimular a realização de projetos que contribuam para o crescimento da malha de distribuição, foi desenvolvido o Sistema ProRede, que permite monitorar a realização dos projetos das Distribuidoras por meio da internet. Além disso, foram implantados relatórios mensais que detalham a evolução da implantação de cada um dos empreendimentos. Através dessa sistemática, em 2011 foram monitorados cerca de 135 projetos que contribuíram para o crescimento da malha de distribuição em 407 km.

B. DESTAQUES DAS DISTRIBUIDORAS EM 2011

O incremento do mercado não-térmico (11%), que possui uma maior margem média agregada, foi o grande responsável pelo aumento do segmento de distribuição de gás natural.

Os investimentos totais realizados em 2011 somaram R$ 284,6 milhões, resultando em um incremento da extensão total da rede de distribuição de 407 km, passando de 6.871 km em 2010 para 7.278 km em 2011, o que representa um acréscimo de cerca de 6% em um ano. Desta extensão total, 5.417 km são redes de aço e 1.861 km são de PEAD (Polietileno de Alta Densidade). O quadro 6 mostra a evolução da extensão das redes por distribuidora.

QUADRO 6: EXTENSÃO DAS REDES DE GASODUTO DAS DISTRIBUIDORAS DE GN COLIGADAS E CONTROLADA DA GASPETRO

DISTRIBUIDORAS	Extensão em rede (Km)	
	Dez 2010	Dez 2011
ALGAS	286	318
BAHIAGÁS	596	639
CEBGAS	0,3	0,3
CEG-RIO	895	930
CEGAS	293	304
COMPAGAS	546	574
COPERGAS	464	492
GAS BRASILIANO	747	806
GASAP	0	0
GASMAR	0	0
GASMIG	794	806
GASPISA	0	0
GOIASGAS	0,05	0,05
MSGAS	159	170
PBGAS	252	268
POTIGAS	293	303
SCGAS	883	958
SERGAS	147	158
SULGAS	516	552
RONGÁS	0	0
Total (km)	**6.871**	**7.278**

REGIÃO SUDESTE:

GASMIG (MG):

A GASMIG comercializou em 2011 um volume médio, não-térmico, de 2.851 mil m³/dia, encerrando o exercício com 806 km de rede de distribuição para o atendimento a 30 municípios da área de concessão.

Com relação ao segmento de GNV, a GASMIG iniciou uma campanha de incentivo ao mercado veicular, apoiada numa política de manutenção do preço do gás para o consumidor final.

Em 2011, a GASMIG continuou a atuar fortemente nos Leilões de Gás promovidos pela Petrobras e, em abril/2011, iniciou as vendas no mercado secundário, o que permitiu a continuidade de atendimento à indústria de cal e siderurgia.

Atualmente, a GASMIG está voltada para o desenvolvimento do Projeto de Atendimento do Segmento Residencial. A esse respeito, em setembro/2011 o órgão regulador do Estado de Minas Gerais (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico) homologou a nova classe tarifária destinada ao atendimento dos clientes residenciais.

CEG RIO (RJ):

A CEG RIO comercializou em 2011 (4,30 milhões de m³/dia) um volume 29% menor que 2010 (6,07 milhões de m³/dia), devido ao menor despacho térmico. Com relação ao mercado não-térmico, o volume comercializado em 2011 (2,20 milhões de m³/dia) foi 3% menor do que aquele comercializado em 2010 (2,27 milhões de m³/dia).

Em 2011, como continuidade ao plano de interiorização do abastecimento de gás da CEG RIO, os municípios de Angra dos Reis, Santo Antonio de Pádua e Casimiro de Abreu passaram a ser atendidos por GNC. Cabe destacar que Casimiro de Abreu já era atendido por rede, mas passou a ser atendido também por GNC em outros pontos da cidade.

GAS BRASILIANO (SP):

Com a aprovação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, em 27/04/2011, e da Procuradoria Geral do Estado, em 25/05/2011, a GASPETRO concluiu a operação de aquisição de 100% das ações da Gas Brasiliano Distribuidora S.A., até então pertencentes è ENI International B.V. O Fechamento da operação de aquisição ocorreu em 29/07/2011, mediante o pagamento à ENI do valor de US$ 271 milhões.

No fechamento da operação, 29/07/2011, a Assembleia Geral de Acionistas da Gas Brasiliano elegeu o Novo Conselho de Administração, que por sua vez aprovou o novo Estatuto Social da Companhia e elegeu os membros da Diretoria Executiva.

A Gas Brasiliano vem passando por mudanças estruturais no seu sistema de governança, de forma a alinhar as práticas anteriormente vigentes às adotadas pela PETROBRAS e pela GASPETRO. Também estão sendo implementadas novas políticas de gestão de recursos humanos, o código de ética e as diretrizes de SMS do Sistema PETROBRAS e mudanças na sistemática de aquisição de bens e serviços, de forma a atender às determinações legais e implantar instrumentos de gestão empresarial alinhados à estratégia de negócios da PETROBRAS e da GASPETRO.

Em 2011, a Gas Brasiliano comercializou um volume médio diário de 778,5 mil m³ de gás natural, o que representou um aumento de 20% em relação ao ano de 2010 (648 mil m³/dia). Em 01/12/2011, a Gas Brasiliano bateu seu recorde de vendas, comercializando 1.140 mil m³/dia de gás natural.

A companhia fechou o ano de 2011 com 7.944 clientes atendidos em 14 cidades da sua área de concessão, através de uma rede de gasodutos de distribuição que chegou a 806 km.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

REGIÃO SUL:

COMPAGÁS (PR):

A COMPAGÁS comercializou em 2011 um volume médio, não-térmico, de 1.007 mil m³/dia, encerrando o exercício com 574 km de rede de distribuição para o atendimento a 12 municípios da área de concessão. No período, foram investidos R$ 18,7 milhões na expansão da rede de distribuição da Companhia.

O total de consumidores de gás natural cresceu de 9.288 em 2010 para 12.025 ao final de 2011, refletindo o crescimento de 30% do segmento residencial, que atingiu 11.538 clientes, 10% do segmento GNV, 11% do segmento comercial e 8% do segmento industrial.

SCGÁS (SC):

A SCGÁS registrou em 2011 um crescimento das vendas de gás natural da ordem de 6%, quando o volume distribuído superou a marca de 1,8 milhão m³/dia (1,7 milhão m³/dia em 2010). Em 07/07/2011, houve um pico de consumo de 2.026 mil m³. O mercado industrial correspondeu a cerca de 80% do volume total (1,45 milhão de m³/dia) vendido pela Companhia.

Cabe destacar o crescimento na quantidade de clientes atendidos pela SCGÁS nos segmentos comercial e residencial, que passaram de 1.663 em 2010 para 2.575 em 2011.

SULGÁS (RS):

A SULGÁS comercializou em 2011 um volume de 1,79 milhão m³/dia, sendo o segmento industrial responsável por cerca de 70% deste volume (1,31 milhão m³/dia). A Companhia apresentou um significativo aumento na quantidade de clientes atendidos, passando de 2.447 em 2010 para 5.304 em 2011, sendo o segmento residencial o maior responsável por este crescimento, eram 2.110 no ano anterior, sendo este ano 4.906 o número de domicílios atendidos.

Foram iniciadas as obras de extensão da linha tronco de Novo Hamburgo - Campo Bom, totalizando 10,3 km e R$ 6,7 milhões de investimento. Foram também iniciadas as obras do ramal Eldorado do Sul – Guaíba, com 20 km de extensão, representando investimentos de R$ 21 milhões.

REGIÃO NORDESTE:

ALGÁS (AL):

A ALGÁS consolidou a conquista do mercado residencial, ao atingir 22.225 clientes até dezembro de 2011, com a interligação de 3.369 novos clientes residenciais no período, o que representou um incremento de 18% em relação a dezembro de 2010. A Companhia tem participado dos Leilões de Venda de Gás Natural realizados pela PETROBRAS, adquirindo um volume médio de 107 mil m³/dia de gás natural no período de janeiro a dezembro de 2011.

BAHIAGÁS (BA):

Em 2011, a BAHIAGÁS comercializou o volume médio diário de 3,84 milhões de m³ de gás natural, superior em 4,3% às vendas de 2010 (3,68 milhões de m³/dia). A BAHIAGÁS bateu recorde de vendas, passando dos 5 milhões m³/dia no dia 20 de outubro de 2011.

A companhia atingiu a marca de 8.973 clientes interligados à rede em 2011, o que representa um aumento da ordem de 58% em relação a 2010. Passaram a ser atendidos os municípios de Eunápolis e Conceição do Jacuípe, totalizando 21 cidades atendidas pela companhia.

Ao longo de 2011, a BAHIAGÁS iniciou o fornecimento a seis novos clientes industriais na região metropolitana de Salvador e Feira de Santana: Sansuy, EDN, PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEIS, Saint Gobain, Sara Lee e Allog.

Em 28/07/2011, a BAHIAGÁS inaugurou a primeira estação de gás natural do Sul da Bahia, para atendimento ao mercado local. Com o início do fornecimento de gás natural canalizado nos municípios de Itabuna e Eunápolis, passando a atender aos clientes Veracell, Trifill e DPAM/Nestlé.

A BAHIAGÁS vem participando dos leilões de gás da PETROBRAS, se destacando como uma das maiores compradoras do país, arrematando em média 1,1 milhão de m³/dia, o que representa cerca de 27% de seu volume total comercializado. Além disso, assinou três contratos de mercado secundário, Copenor, Ceramus e EDN, com um volume total de 319 mil m³/dia.

CEGÁS (CE):

A CEGÁS apresentou incremento no mercado residencial, ao atingir 2.175 clientes até dezembro de 2011, com a interligação de 596 novos clientes residenciais no período, o que representou um incremento de 38% em relação a dezembro de 2010. O volume médio não-termelétrico comercializado pela Distribuidora em 2011 correspondeu a 460 mil m³/dia, representando um incremento em relação ao exercício de 2010 de 34 mil m³/dia (+ 8 %), decorrente, principalmente, do crescimento do consumo industrial de 63 mil m³/dia (+ 31%). A Companhia tem participado dos Leilões de Venda de Gás Natural realizados pela PETROBRAS, adquirindo um volume médio de 60 mil m³/dia de gás natural em 2011.

COPERGÁS (PE):

A COPERGÁS comercializou no mercado não-termelétrico, no ano de 2011, um volume médio de um milhão de m³/dia, superior em 2% ao volume médio de 2010 (979 mil m³/dia). Para esse incremento, tem contribuído a participação da Companhia nos Leilões de Venda de Gás Natural realizados pela PETROBRAS, adquirindo um volume médio de 169 mil m³/dia de gás natural no período de janeiro a dezembro de 2011. No segmento residencial, a COPERGÁS atingiu, em dezembro de 2011, 5.420 clientes, sendo que 2.194 clientes foram interligados no período de janeiro a dezembro de 2011, representando um incremento de 68% em relação a dezembro de 2010.

GASMAR (MA):

A GASMAR vem trabalhando para viabilizar duas fontes de suprimentos de gás natural, sendo a primeira os campos de acumulações marginais de gás natural, localizados nos municípios de Barreirinhas e Sto. Amaro, e a segunda a partir da produção dos blocos da Bacia do Parnaíba.

GASPISA (PI):

A GASPISA, durante o ano de 2011, não comercializou gás natural. A Distribuidora vem trabalhando para viabilização de projetos que levem gás natural da Bacia do Parnaíba às suas áreas de atuação.

PBGÁS (PB):

A PBGÁS, no ano de 2011, deu continuidade à política de expansão nos segmentos residencial e comercial ao interligar 1.499 novos clientes residenciais e 17 clientes comercias, totalizando, em dezembro de 2011, 2.371 clientes residenciais e 58 comerciais. A Companhia tem participado dos Leilões de Venda de Gás Natural realizados pela PETROBRAS, adquirindo um volume médio de 14 mil m³/dia de gás natural no período de janeiro a dezembro de 2011.

POTIGÁS (RN):

A POTIGÁS apresentou incremento no mercado residencial e comercial ao interligar 2.314 novos clientes residenciais e 273 clientes comerciais, totalizando, em dezembro de 2011, 3.083 clientes residenciais e 289 comerciais. A POTIGÁS concluiu a primeira fase das obras do Gasoduto da Via Costeira para fornecimento à Rede Hoteleira. Em outubro de 2011, a Distribuidora realizou a correção do repasse do ICMS no cálculo do sistema tarifário, o que resultou no incremento da margem média praticada de R$ 0,1757/m³ para R$ 0,1956/ m³. A Companhia tem participado dos Leilões de Venda de Gás Natural realizados pela PETROBRAS, adquirindo um volume médio de 23 mil m³/dia de gás natural no período de janeiro a dezembro de 2011.

SERGAS (SE):

Em 2011, a SERGAS comercializou o volume médio diário de 263,5 mil m³, o que representou uma queda de 1,5% em relação ao ano de 2010 (267,5 mil m³). Esta queda foi ocasionada pela crise no setor têxtil do estado e queda de vendas do segmento veicular.

A companhia atingiu a marca de 8.094 clientes em 2011, o que representou um aumento de 30% em relação a 2010 (6.217 clientes), alavancado pelo crescimento do segmento residencial.

A empresa revisou os volumes e estendeu até 2018 o contrato de fornecimento firme inflexível de gás natural com a PETROBRAS. Esta revisão se justificou em função do crescimento verificado nos segmentos residencial (24%), comercial (22%) e industrial (6%) e das projeções para o período de 2012 a 2018. A SERGAS tem incrementado a sua participação nos leilões de curto prazo, com a duplicação dos volumes adquiridos para atendimento ao segmento industrial, deslocando o combustível lenha no ramo cerâmico e coque no ramo de cimento.

REGIÃO CENTRO- OESTE:

CEBGÁS (DF):

Em 2011, a CEBGÁS comercializou o volume médio diário de 11,5 mil m³ de gás natural, o que representou um aumento de 10% em relação ao ano de 2010 (10,6 mil m³).

A companhia manteve o número de clientes, tendo em vista atrasos no licenciamento do terceiro posto de GNV.

A receita bruta no ano de 2011 foi de R$ 7,35 milhões. A empresa apresentou uma melhora nos resultados financeiros a partir de julho, porém ainda apresentou prejuízo líquido no exercício de R$ 267 mil, cujo principal fator foram os custos de depreciação de R$ 251 mil.

GOIASGÁS (GO):

Em 2011, a GOIASGÁS comercializou o volume médio diário de 3,2 mil m³ de gás natural, o que representou um aumento de 13,5% em relação ao ano de 2010 (2,8 mil m³).

A companhia iniciou o fornecimento do segundo posto de GNV na cidade de Aparecida de Goiânia. Foi implantado o sistema de medição em linhas de alta pressão, de forma a garantir maior confiabilidade no faturamento dos clientes.

Foram realizados estudos de viabilidade de implantação de rede de distribuição a partir de GNL, para o segmento industrial no Distrito Agroindustrial de Anápolis.

MSGÁS (MS):

Em 2011, a MSGÁS comercializou no mercado não-térmico o volume médio diário de 198,3 mil m³ de gás natural, o que representou uma queda de 4% em relação ao ano de 2010 (206,88 mil m³). A companhia elevou seu número de clientes para 1.241 em 2011, o que representou um aumento de 7,8% em relação a 2010 (1.151 clientes). Em virtude do baixo despacho da UTE Luis Carlos Prestes, o segmento térmico reduziu a utilização de Gás Natural de 313 mil m³/dia em 2010 para 1,18 mil m³/dia em 2011.

A empresa, para fomentar o mercado não-térmico, adquiriu em média 72 mil m³/dia de gás natural em cada um dos três leilões eletrônicos promovidos pela PETROBRAS dos quais participou no decorrer do ano. Visando ao incremento dos segmentos residencial e comercial, a MSGÁS lançou, no segundo semestre de 2011, uma campanha promocional de gás natural para os novos clientes e conversões nos citados segmentos.

REGIÃO NORTE:

A GASPETRO participa das Distribuidoras GASAP e RONGÁS, que, no momento, não estão operacionais, mas trabalhando para viabilização de projetos que levem gás natural às suas áreas de atuação.

4.3 OUTRAS PARTICIPACÕES E ATIVIDADES:

A. ENERGIA TERMELÉTRICA:

A GASPETRO detém participações societárias em empresas da área de energia termelétrica representada pelas seguintes companhias, conforme descrito no quadro 7:

QUADRO 7: PARTICIPAÇÕES DA GASPETRO NO SETOR TERMELÉTRICO

TERMELÉTRICAS COM PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA GASPETRO		
TERMELÉTRICAS	**GASPETRO**	**OUTROS ACIONISTAS**
TERMOCEARÁ	0,1%	PETROBRAS
MARIO LAGO (TERMOMACAÉ)	0,1%	PETROBRAS
BARBOSA LIMA SOBRINHO (S.F.E.)	0,1%	PETROBRAS
COMERCIALIZADORAS DE ENERGIA	**GASPETRO**	**OUTROS ACIONISTAS**
PBEN - PETROBRAS COM.DE ENERGIA	0,9%	PETROBRAS
TERMOMACAÉ COM. DE ENERG.	0,1%	PETROBRAS

A UTE Termoceará, localizada no município de Caucaia – CE, é uma usina bicombustível (óleo diesel e gás natural) com capacidade instalada de 220 MW, proporcionando o aumento da garantia do suprimento do Sistema Elétrico Brasileiro.

A UTE Mário Lago, localizada em Macaé – RJ, com capacidade instalada de 922,6 MW, constitui importante complemento ao suprimento de energia elétrica para o mercado brasileiro.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

A UTE Barbosa Lima Sobrinho (SFE), localizada no município de Seropédica – RJ, é uma usina bicombustível (óleo diesel e gás natural) com capacidade instalada de 385,9 MW, proporcionando o aumento da garantia do suprimento do Sistema Elétrico Brasileiro.

O quadro 8 a seguir mostra a capacidade de geração de cada uma das usinas, sua produção média de energia e o pico de produção de cada uma das usinas no ano de 2011.

QUADRO 8: ENERGIA GERADA PELAS TERMELÉTRICAS EM 2011

TERMELÉTRICA	TERMOCEARA	TERMOMACAÉ (M.LAGO)	S.F.E (B.L.SOBRINHO)
CAPACIDADE (MW)	220,0	922,6	385,9
PRODUÇÃO MÉDIA DE ENERGIA (MW)	2,6	29,6	133,8
PICO DE PRODUÇÃO ELÉTRICA 24 Horas (MW)	129,0	698,1	351,8

A energia lastreada por estas termelétricas e outras do sistema PETROBRAS é comercializada pela própria PETROBRAS e pela Petrobras Comercializadora de Energia LTDA. – PBEN.

As vendas da PBEN no ano de 2011 alcançaram 877,3 MWmédios, montante 18% inferior ao alcançado no ano anterior (1.064,2 MWmédios). A receita operacional bruta auferida em 2011 atingiu R$ 702,6 milhões, valor 27% inferior ao apurado no ano anterior (R$ 962,2 milhões). O custo das vendas no exercício de 2011 totalizou R$ 663,2 milhões, valor 9% superior ao de 2010 (R$ 607,1 milhões). No exercício de 2011, a empresa apurou um lucro líquido de R$ 45,0 milhões, inferior ao apurado no exercício de 2010 (R$ 189,3 milhões), que corresponde a uma proposta de dividendos da ordem de R$ 42,7 milhões.

B. ATIVIDADE DE TELECOMUNICAÇÕES:

Além de atuar no transporte e na distribuição de gás natural, a GASPETRO tem em seu objeto social as atividades de telecomunicações. Em consequência, é a única empresa do Sistema PETROBRAS habilitada a prestar serviços de telecomunicações, conforme Termo de Autorização concedido pela ANATEL em dezembro de 2000.

Atualmente, a GASPETRO fornece serviços de telecomunicações à Fundação PETROBRAS de Seguridade Social – PETROS, à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, à Procurement Negócios Eletronicos S.A. – PETRONECT e à Refinaria Alberto Pasqualini S.A. – REFAP.

C. PARTICIPAÇÃO NA ICC (EM LIQUIDAÇÃO):

A ICC – Indústria Carboquímica Catarinense é uma empresa em fase de liquidação e subsidiária integral da Gaspetro. Quando em funcionamento, a ICC dedicava-se à industrialização e comercialização de rejeitos piritosos oriundos do carvão mineral, com a finalidade de produzir e comercializar ácido sulfúrico e ácido fosfórico. Apesar de sediada em Imbituba, possuía terrenos em Criciúma e Forquilhinha onde, em função de Ação Civil Pública, a GASPETRO vem desenvolvendo um PRAD – Plano de Recuperação de Área Degradada, cujo valor estimado deverá alcançar R$ 57 milhões.

O trabalho vem sendo realizado e terá como resultado a recuperação ambiental da área que havia sido contaminada por rejeitos piritosos. Após o trabalho de recuperação, a área poderá ser novamente aproveitada e destinada a usos diversos.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

5.1. PRINCIPAIS INDICADORES:

Os quadros 9 e 10 a seguir demonstram os principais indicadores da GASPETRO (Consolidado e Controladora).

QUADRO 9: PRINCIPAIS INDICADORES DA GASPETRO (EM R$ MILHÕES)

INDICADOR	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	4.914	2.406	3	1
LUCRO BRUTO	2.903	1.486	1	-
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES	269	268	718	1.136
LUCRO OPERACIONAL	3.030	1.645	672	1.111
LUCRO LÍQUIDO	844	1.218	837	1.215
EBTIDA	3.589	1.587	-	-
DIVIDENDOS A PAGAR	339	364	795	289
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.734	8.096	10.585	7.556
INVESTIMENTOS	1.295	1.281	9.155	6.610
IMOBILIZADO	26.436	18.668	1	1
INTANGÍVEL	325	8	39	23
ENDIVIDAMENTO	20.680	12.558	282	670

QUADRO 10 - PRINCIPAIS INDICADORES DA GASPETRO

INDICADOR	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
ESTRUT. DE CAPITAL (capital de terceiros / passivo total)	67%	64%	3,9%	9,6%
Quantidade Total de Ações	-	-	3.877.812	3.168.917
Valor Patrimonial por Ação – R$	-	-	2.730	2.384
Resultado Líquido por Ação – R$	-	-	216	383
Dividendos Propostos por Ação Ordinária – R$	-	-	51	91
Dividendos Propostos por Ação Preferencial – R$	-	-	102	93

5.2. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

5.2.1. CONSOLIDADO

A. LUCRO LÍQUIDO:

O lucro líquido consolidado apurado pela GASPETRO no exercício de 2011 foi de R$ 844 milhões, resultado aproximadamente 31% inferior ao apurado no mesmo período de 2010 (R$ 1.218 milhões).

O quadro 11 a seguir demonstra a composição do lucro líquido consolidado, por segmento:

QUADRO 11: LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DA GASPETRO

SEGMENTO	LUCRO EM 2011	LUCRO EM 2010	VARIAÇÃO %
TRANSPORTE	446	877	- 49%
DISTRIBUIÇÃO	272	259	+5%
HOLDING	126	82	+53%
TOTAL DO LUCRO LÍQUIDO	844	1.218	- 31%

Houve, portanto, uma redução de R$ 374 milhões no lucro líquido quando comparado ao apurado no exercício de 2010, onde se destacam:

LUCRO LÍQUIDO POR SEGMENTO:

• Lucro Líquido no Segmento de Transporte:

Houve uma redução de R$ 431 milhões no lucro líquido apurado neste segmento em 2011, em comparação a 2010, devido:

a) À redução da receita financeira líquida em R$ 2.252 milhões, devido, principalmente: (i) à perda cambial sobre financiamentos em função da apreciação do Dólar norte-americano frente ao Real; (ii) à redução das receitas de aplicação financeira devido a menor disponibilidade de recursos ao longo do ano de 2011; e (iii) ao aumento nos juros sobre o endividamento com o BNDES e o BB Fund.

Compensado pelo:

b) Aumento de R$ 1.412 milhões no resultado operacional.

c) Ao ganho devido à redução de R$ 318 milhões nas despesas com imposto de renda e contribuição social, reflexo da diminuição do lucro tributável.

d) Ao ganho devido à redução de R$ 91 milhões na participação dos acionistas minoritários computados nas demonstrações contábeis.

• Lucro Líquido no Segmento de Distribuição:

Houve um aumento de R$ 13 milhões no lucro líquido apurado neste segmento em 2011, em comparação a 2010, devido:

a) Ao aumento de R$ 9 milhões no resultado de equivalência nas controladas em conjunto e coligadas, decorrente do aumento no volume de vendas, principalmente para o segmento industrial.

b) Ao aumento de R$ 4 milhões pelo início de consolidação da nova controlada Gás Brasiliano S.A. – GBD.

Cabe ressaltar que em 2011, a GASPETRO avaliou os investimentos em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial.

Somente a GBD, cuja totalidade das ações foi adquirida pela GASPETRO em 29/07/2011, teve suas demonstrações contábeis consolidadas pela Gaspetro.

• Lucro Líquido na Controladora GASPETRO:

Houve um aumento de R$ 40 milhões no lucro líquido apurado pela GASPETRO (Controladora) em 2011, em comparação a 2010, devido principalmente ao aumento nas receitas financeiras líquidas.

• Observação:

Para a GASPETRO (Consolidado) houve também uma receita de R$ 4 milhões referentes á reversão de amortização do diferido, para fins exclusivos de consolidação.

B. ENDIVIDAMENTO:

a) O endividamento total da GASPETRO (Consolidado) atingiu R$ 20.680 milhões em 31/12/2011, 65% superior ao saldo em 31/12/2010 (R$ 12.558 milhões), devido, principalmente: (i) à inclusão do endividamento da Transportadora Gasene (R$ 7.239 milhões) através da TAG; e (ii) da apreciação do Dólar norte-americano frente ao Real em 12,6% de janeiro a dezembro de 2011.

b) A dívida de curto prazo atingiu R$ 1.892 milhões, 9% do endividamento total consolidado em 31/12/2011. Em 2010, a dívida de curto prazo era de R$ 2.579 milhões, 21% do endividamento total consolidado em 31/12/2010.

c) O saldo total a pagar à PETROBRAS é de R$ 1.151 milhões, destacando-se:

- Dívida da TAG referente a contrato com a Engenharia da PETROBRAS;
- Dívida da TBG vinculada à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil;
- Dívida da TBG referente à aquisição antecipada do direito de transportar 6 MMm³/dia de gás natural pelo prazo de 40 anos *(TCO – Transportation Capacity Option)* e 6 MMm³/dia de gás natural pelo prazo de 20 anos *(TCX – Transportation Capacity Excess)*.

5.2.2. CONTROLADORA

O lucro líquido da GASPETRO (Controladora) no exercício de 2011 foi de R$ 837 milhões, resultado 31% inferior ao apurado em 2010 (R$ 1.215 milhões).

Como item mais relevante na formação deste lucro líquido, destaca-se o resultado positivo apurado nas participações acionárias em companhias distribuidoras e transportadoras de gás natural, no valor de R$ 718 milhões (R$ 1.136 milhões em 2010).

Deste montante de R$ 718 milhões, R$ 272 milhões referem-se ao resultado auferido com participações em companhias distribuidoras de gás natural (R$ 259 milhões em 2010) e R$ 446 milhões referem-se ao resultado com participações em companhias transportadoras (R$ 877 milhões em 2010).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

A. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 31/12/2011, o capital social da GASPETRO (Controladora) era de R$ 6.615 milhões, divididos em 3.877.812 ações, sendo 3.102.941 ações ordinárias, 6.929 ações preferenciais classe "A" e 767.942 ações preferenciais classe "B" e o patrimônio líquido totalizava o valor de R$ 10.585 milhões, assim constituído:

- Capital Social:	R$ 6.615 milhões
- Reservas de Capital:	R$ 1 milhão
- Reserva Legal:	R$ 284 milhões
- Reservas de Retenção de Lucros:	R$ 1.226 milhões
- Contribuição Adicional de Capital:	R$ 875 milhões
- Dividendo Adicional Proposto:	R$ 557 milhões
- Reserva Especial:	R$ 1.027 milhões

B. **DISTRIBUICÃO DOS RESULTADOS**

- Lucro Líquido:

Do lucro líquido de R$ 837 milhões apurado em 2011, 5% deverá ser destinado à constituição de Reserva Legal, conforme preceitua o artigo 193 da Lei 6.404/76, correspondentes ao valor de R$ 42 milhões. O saldo restante, correspondente a R$ 795 milhões, será destinado para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo R$ 238 milhões de dividendos mínimos obrigatórios e R$ 557 milhões de dividendos adicionais.

- Dividendos a Pagar:

Os dividendos propostos do exercício de 2011, no montante de R$ 795 milhões (correspondentes a R$ 51,28 por ação ordinária e R$ 102,36 por ação preferencial), serão quitados em função da disponibilidade de caixa da companhia até o final do exercício de 2012, em data a ser fixada pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas, devendo este valor ser atualizado monetariamente de acordo com a variação da taxa SELIC, a partir de 01/01/2012 até o dia do efetivo pagamento.

C. **OUTRAS INFORMACÕES**

Em 31/12/2011, as disponibilidades da GASPETRO (Controladora), inclusive aplicações financeiras, totalizavam R$ 323 milhões (R$ 52 milhões em 31/12/2010).

Os ativos totais somam R$ 11.010 milhões, destacando-se o montante de R$ 9.155 milhões (85% do ativo total) referente aos investimentos da GASPETRO nas participações em companhias da área de gás e energia.

6. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS PARA 2012

Além das perspectivas para o ano de 2012, conforme mencionadas abaixo, cabe destacar a diretriz para implantação da política de conteúdo local nas transportadoras e distribuidoras nas quais a GASPETRO detém participação acionária. Tal iniciativa já teve início no ano de 2011, com a realização de encontro liderado pela GASPETRO, envolvendo Presidentes, Diretores e Conselheiros de Administração das empresas transportadoras e distribuidoras.

6.1. TRANSPORTADORAS EM 2012

Com o término da implantação dos projetos de gasodutos para o ano de 2012, há a previsão de implantação de 11 estações de entrega, conforme mencionadas abaixo:

TBG

- Estação de Medição Boa Esperança do Sul/SP, para atendimento ao mercado na área de concessão da Gás Brasiliano Distribuidora (GBD);
- Estação de Entrega São Pedro de Alcântara/SC, com início de operação previsto para setembro de 2012; e
- Nova Estação de Entrega Três Lagoas/MS, para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN III), a ser instalada no município de Três Lagoas/MS, com entrada em operação prevista para julho de 2013.

Além disso, há outras estações de entrega em fase de estudo, tais como: Itapetininga/SP, Iracemópolis/SP, Marco Zero do Gasbol/MS e Fazenda Rio Grande/PR.

TAG

- Estação de Entrega RECAP II/SP, com início de operação previsto para fevereiro de 2012;
- Estação de Entrega Cidade do Aço/RJ, com início de operação previsto para abril de 2012;
- Estação de Entrega Duque de Caxias/RJ, com início de operação previsto para abril de 2012;
- Estação de Entrega Resende/RJ, com início de operação previsto para abril de 2012;
- Duas Estações de Entrega em Carmópolis II/SE, com início de operação previsto para maio de 2012;
- Estação de Entrega Suape/PE, com início de operação previsto para maio de 2012; e
- Estação de Entrega Caçapava/SP, com início de operação previsto para novembro de 2012.

GNL GEMINI Comércio e Logística de Gás Ltda. – GÁSLOCAL: A GÁSLOCAL está adotando medidas de otimização dos gastos e investimentos por orientação das Sócias com o objetivo de não necessitar de aportes de capital em 2012.

O ano de 2012 marca o início da parceria com a Compagás para exploração do mercado da região de Londrina.

Com o início do fornecimento para 7 novos clientes ao longo de 2012, a companhia projeta um aumento de receita da ordem 19%.

6.2 DISTRIBUIDORAS EM 2012

Para 2012, as Distribuidoras de gás natural manterão o direcionamento no sentido de aumentar suas redes de distribuição, buscando ampliar o fornecimento de gás natural para todos os segmentos de mercado.

Neste sentido, destacamos a implementação de projetos que contribuirão para expansão da malha de distribuição de gás natural em 2012.

ALGÁS: A ALGÁS prevê para 2012 a entrada de 6.464 unidades habitacionais residenciais, 42 unidades comerciais, 2 novos postos de GNV, 2 novas indústrias (Braskem (expansão) e Bauducco - a partir de junho de 2012) e 1 cliente de geração na ponta.

BAHIAGÁS: A BAHIAGÁS prevê em 2012 a construção de 53 km de rede de distribuição, sendo 31,3 km na Região Metropolitana de Salvador, 0,7 km na região de Feira de Santana, Alagoinhas e Catu e 21 km restantes na região sul do Estado, a partir dos novos pontos de entrega do gasoduto GASCAC em Itabuna, Eunápolis e Mucuri. Ainda no 1º semestre de 2012, deverá se iniciar o fornecimento ao cliente Suzano cujo consumo previsto é de 225 mil m³/dia.

CEGÁS: O segmento de cogeração terá acréscimo significativo com a entrada do Centro de Eventos do Ceará (CEC), com volume estimado superior a 12 mil m3/dia de gás natural. Acréscimos, de menor expressão, também ocorrerão nos segmentos comercial e residencial.

CEBGÁS: A CEBGÁS iniciará o fornecimento para o terceiro posto de GNV a partir de abril de 2012. A companhia planeja o aumento do volume médio diário vendido para mais de 14 mil m³, em função da implantação de mais dois postos de GNV e do início do atendimento industrial.

COPERGÁS: A COPERGÁS prevê para 2012 investimentos da ordem de R$ 34 milhões na expansão, suporte e gestão de sua rede de distribuição. Para o ano de 2012, a COPERGÁS prevê um incremento no atendimento de 4.000 novas unidades residenciais e 82 novas unidades comerciais, além do início do fornecimento de gás natural para a Petroquímica de SUAPE.

GAS BRASILIANO: Para o ano de 2012, a GAS BRASILIANO projeta um investimento da ordem de R$ 40 milhões de reais, o que representa um crescimento de 120% em relação ao investido em 2011. Cerca de 50% (R$ 19 milhões) do investimento projetado destina-se à construção da rede primária de Agudos a Lençóis Paulistas (23 Km), que deverá entrar em operação em dezembro de 2012. Esses investimentos possibilitarão um crescimento de cerca de 6% no volume comercializado, atingindo a média diária de 824 mil m³. O ano de 2012 será também um ano de contínuas transformações na Companhia, a começar pela mudança da Sede para um novo prédio que deverá abrigar todos os funcionários lotados na Sede de São Paulo e na Filial de Araraquara. Além disso, serão alinhadas as políticas e práticas de SMS, Segurança da Informação, Segurança Empresarial e Conteúdo Local da Companhia com as adotadas pelo Sistema PETROBRAS.

GASMAR: Para 2012, a GASMAR prevê a assinatura de Contrato de Suprimento de Gás Natural entre a GASMAR e os Concessionários dos campos de Oeste de Canoas e Espigão, no município de Barreirinhas, bem como o início da distribuição de GNC (Gás Natural Comprimido). Prevista, ainda, a assinatura de Contrato de Suprimento de Gás Natural com produtores da Bacia do Parnaíba, bem como contratos objetivando o atendimento do mercado.

GASMIG: Prevê o início de atendimento ao mercado residencial/comercial, concentrado na região sul de Belo Horizonte. Há uma expectativa de atendimento de aproximadamente 7.360 pontos residenciais e 1.780 pontos comerciais na área de influência do projeto, estimando-se um atendimento de 70.000 clientes até o ano de 2014, dentre eles construções novas e conversões de construções existentes.

GASPISA: A GASPISA iniciou os contatos com potenciais produtores de gás natural na região da Bacia do Parnaíba, pretendendo analisar o fornecimento de gás natural para o atendimento ao seu mercado.

GOIASGÁS: Com o início de fornecimento para o segundo posto de GNV no município de Aparecida de Goiânia no final de 2011, a GOIASGÁS projeta um aumento de 22% na receita da companhia para 2012.

MSGÁS: Em 2012, a MSGÁS trabalha na implantação dos ramais SITREL, com extensão de 18 km com término previsto para 2012, ELDORADO com extensão de 44 km e Unidade de Fertilizantes Nitrogenados – UFN-III com extensão de 5 km, ambas as obras previstas para serem concluídas em 2013. A Companhia planeja ainda a expansão do ramal de distribuição de Campo Grande em 18,2 Km. Ao todo, estão previstos R$ 34 milhões em investimentos para serem aplicados em 2012.

PBGÁS: A PBGÁS prevê para 2012 o início de fornecimento ao Mercado Secundário (CIMPOR – Cimentos do Brasil) cujo potencial de consumo é superior a 90 mil m³/dia. Em 2012, está prevista a retomada do crescimento das vendas do mercado de GNV, motivada por conversão da frota de veículos do Governo Estadual e pelo Programa de Incentivo ao uso do GNV. Quanto ao segmento industrial estão previstas as participações dos clientes Elizabeth Porcelanatos e Intrafrut nos Leilões de Curto Prazo, para substituição de coque e briquet.

POTIGÁS: A POTIGÁS prevê para 2012 a ligação de novos clientes nos segmentos residencial, comercial e industrial na região da Grande Natal e Mossoró, além do incremento de volumes de alguns clientes do segmento industrial, conforme previsto em contratos.

SERGAS: Em 2012, serão implantados 18,12 Km de rede de distribuição, o que representará um aumento de 11,25% sobre o total de 2011.

SULGÁS: Prevê a construção da interligação do City-Gate de Araricá ao ramal norte que atende às cidades da região metropolitana de Porto Alegre, que possibilitará a manutenção dos níveis adequados de pressão de distribuição aos clientes de toda a região, fundamental para a ampliação do mercado. A extensão total da rede será de 20,8 km construídos em 8" de diâmetro.

6.3 TELECOMUNICACÕES EM 2012

O negócio, Telecomunicações, na GASPETRO constitui-se no único segmento em que a GASPETRO atua diretamente, e não através de subsidiária ou coligada. Para o ano de 2012, está prevista uma revisão da estruturação da prestação de serviços de telecomunicações pela GASPETRO aos cliente atuais, bem como a futuros clientes.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora 2011	Controladora 2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.522	198	323	52
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.083	590	38	34
Contas a receber, líquidas - clientes		54	8	5	2
Dividendos a receber	10	45	29	228	297
Impostos, contribuições sociais a recuperar	14a	445	568	88	96
Outros ativos circulantes		7	42	-	2
		3.156	1.435	682	483
Não circulante					
Contas a receber - partes relacionadas	10	38	32	872	845
Adiantamento a fornecedores		63	125	-	-
Impostos e contribuição social diferidos	14c	271	196	48	48
Crédito para futuro aumento de capital		-	-	200	340
Depósitos vinculados		45	44	-	-
Impostos a recuperar	14a	1.256	933	-	-
Outros ativos realizáveis a longo prazo		63	36	13	6
		1.736	1.366	1.133	1.239
Investimentos	7	1.295	1.281	9.155	6.610
Imobilizado	8	26.436	18.668	1	1
Intangível	9	325	8	39	23
		29.792	21.323	10.328	7.873
		32.948	22.758	11.010	8.356

Passivo	Nota	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora 2011	Controladora 2010
Circulante					
Fornecedores		476	859	-	-
Financiamentos	11	1.003	1.758	-	-
Impostos, contribuições sociais a recolher	14b	317	535	41	33
Contas a pagar - partes relacionadas	10	552	456	44	41
Dividendos propostos - partes relacionadas	10 e 16	238	289	238	289
Dividendos propostos - terceiros		101	75	-	-
Outras contas e despesas a pagar		86	54	2	1
		2.773	4.026	325	364
Não circulante					
Financiamentos	11	17.268	8.749	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	10	1.343	733	-	-
Empréstimos de demais acionistas	12	177	157	-	-
Crédito para futuro aumento de capital	10 e 15	-	340	-	340
Provisão para processos judiciais	17	85	72	67	67
Impostos e contribuição social diferidos	14c	521	556	11	9
Provisão para perdas em investimento	7a	22	20	22	20
Outras contas e despesas a pagar		25	9	-	-
		19.441	10.636	100	436
Patrimônio líquido	16				
Capital social		6.615	4.890	6.615	4.890
Contribuição adicional de capital		594	223	875	170
Reservas de capital		1	1	1	1
Reservas de lucros		3.027	2.430	2.537	2.495
Dividendos adicionais propostos		-	-	557	-
		10.237	7.544	10.585	7.556
Participações de acionistas não controladores		497	552	-	-
		10.734	8.096	10.585	7.556
		32.948	22.758	11.010	8.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhões de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora 2011	Controladora 2010
Receita de venda de produtos		82	-	-	-
Receita de serviços prestados		4.832	2.406	3	1
		4.914	2.406	3	1
Custo dos produtos vendidos	13	(75)	-	-	-
Custo dos serviços prestados	13	(1.936)	(920)	(2)	(1)
Lucro bruto		2.903	1.486	1	-
Receitas de construção da infraestrutura	9	14	-	-	-
Custos da construção da infraestrutura	9	(14)	-	-	-
Lucro bruto após construção da infraestrutura (ICPC 01)		2.903	1.486	1	-
Outras receitas (despesas)					
Vendas		(1)	-	-	-
Gerais e administrativas	13	(127)	(113)	(37)	(25)
Tributárias		(60)	(7)	(3)	(3)
Benefícios Fiscais - SUDENE		63	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(17)	11	(7)	3
		(142)	(109)	(47)	(25)
Resultado de participação em investimento relevante		269	268	718	1.136
Lucro operacional antes do resultado financeiro, dos impostos e da participação dos empregados		3.030	1.645	672	1.111
Financeiras:					
Despesas		(620)	(215)	-	(8)
Receitas		128	199	165	121
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(1.348)	342	42	23
		(1.840)	326	207	136
Participações dos empregados	21	(7)	(7)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.183	1.964	879	1.247
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	14	(282)	(598)	(42)	(32)
Lucro líquido do exercício		901	1.366	837	1.215
Lucro líquido atribuível:					
Aos acionistas controladores		844	1.218	837	1.215
Aos acionistas não controladores		57	148	-	-
		901	1.366	837	1.215
Lucro líquido por ação, básico e diluído - em R$				0,22	0,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhões de reais)

	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora 2011	Controladora 2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	901	1.366	837	1.215
Ajustes:				
Resultado de participação em investimento relevante	(269)	(268)	(718)	(1.136)
Depreciações e amortização	891	217	2	2
Variações monetárias, cambiais e encargos financeiros sobre financiamentos, operações de mútuo e outras operações	1.327	174	18	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(397)	95	2	(11)
Aumento/(Redução) de impostos, taxas e contribuições	(182)	(111)	13	-
Redução/(Aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	129	(90)	(34)	(4)
Aumento/(Redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	(413)	(4)	4	(9)
Redução/(Aumento) de operações de curto prazo com partes relacionadas				
Redução/(Aumento) de Contas a receber	(495)	(282)	(31)	(17)
Aumento/(Redução) de Contas a pagar	1.220	(571)	3	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.712	526	96	55
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Imobilizado/Intangível	(1.995)	(4.174)	(432)	(5)
Investimentos em Participações Acionárias				
Dividendos/Juros sobre capital próprio recebido	243	176	549	296
Disponibilidades de empresas incluídas no processo de consolidação	424	159	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	(1.328)	(3.839)	117	291
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de Capital	-	15	-	16
Créditos para futuro aumento de capital	1.386	340	366	-
Financiamentos e operações de mútuo, líquido:				
Captação	33	467	-	-
Amortização de principal	(456)	(101)	-	-
Amortização de Juros	(623)	(394)	-	-
Depósitos vinculados	(1)	(4)	-	-
Dividendos pagos a acionistas	(399)	(452)	(308)	(360)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(60)	(129)	58	(344)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.324	(3.442)	271	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	198	3.640	52	50
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.522	198	323	52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhões de reais)

	Nota	Capital social: Subscrito	Capital social: À integralizar	Capital social: Integralizado	Contribuição adicional de Capital	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reserva especial	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010		**4.890**	**(15)**	**4.875**	-	**1**	**181**	**1.388**	-	**346**		**6.791**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.215	1.215
Integralização de capital		-	15	15	-	-	-	-	-	-	-	15
Dividendos Declarados e pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	(346)	-	(346)
Contribuição adicional de capital	16h	-	-	-	170	-	-	-	-	-	-	170
Destinações:												
Reserva legal	16c	-	-	-	-	-	61	-	-	-	(61)	-
Reversão de retenção de lucros	16d	-	-	-	-	-	-	(162)	162	-	-	-
Reserva Especial	16f	-	-	-	-	-	-	-	865	-	(865)	-
Dividendos propostos	16g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(289)	(289)
Saldos em 31 de dezembro de 2010		**4.890**	**-**	**4.890**	**170**	**1**	**242**	**1.226**	**1.027**	**-**	**-**	**7.556**
Integralização de capital		1.725	-	1.725	-	-	-	-	-	-		1.725
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	837	837
Contribuição adicional de capital	16h	-	-	-	705	-	-	-	-	-	-	705
Destinações:												
Reserva legal	16c	-	-	-	-	-	42	-	-	-	(42)	-
Dividendo propostos	16e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(238)	(238)
Dividendo adicional proposto	16f	-	-	-	-	-	-	-	-	557	(557)	-
		6.615	**-**	**6.615**	**875**	**1**	**284**	**1.226**	**1.027**	**557**	**-**	**10.585**
Saldos em 31 de dezembro de 2011			**6.615**		**875**	**1**		**2.537**		**557**	**-**	**10.585**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhões de reais)

	Consolidado 2011	Consolidado 2010	Controladora 2011	Controladora 2010
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	5.644	2.797	4	2
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(3)	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	65	4	-	-
Receitas relativas à construção de ativos para uso	1.679	4.649	-	-
	7.385	7.450	4	2
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(270)	(273)	-	-
Custo das mercadorias para revenda e serviços	(112)	(106)	-	(1)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.268)	(4.559)	(43)	(20)
	(2.650)	(4.938)	(43)	(21)
Valor adicionado bruto	4.735	2.512	(39)	(19)
Retenções				
Depreciação e amortização	(891)	(217)	(2)	(2)
Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Sociedade	3.844	2.295	(41)	(21)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participação em investimento relevante	269	268	718	1.136
Receitas financeiras	150	208	225	176
	419	476	943	1.312
Valor adicionado a distribuir	4.263	2.771	902	1.291
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários e mão de obra adicional	85	74	-	-
Honorários da diretoria e conselho de administração	2	2	-	-
Participações dos empregados nos lucros	7	7	-	-
	94	83	-	-
Tributos				
Impostos, taxas e contribuições federais	856	856	45	35
Impostos, taxas e contribuições estaduais	205	144	1	-
Impostos, taxas e contribuições municipais	10	7	-	-
	1.071	1.007	46	35
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias, aluguéis	2.197	315	19	41
	2.197	315	19	41
Acionistas				
Dividendos	295	364	238	289
Participações de acionistas não controladores	57	148	-	-
Lucros retidos	549	854	599	926
	901	1.366	837	1.215
Valor adicionado distribuído	4.263	2.771	902	1.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro ("Sociedade"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, situada na Avenida Almirante Barroso, nº 81 - 22º andar (parte), tem por objeto desenvolver projetos para ampliação do mercado de gás natural, mediante a produção, o comércio, a importação, a exportação, a armazenagem, o transporte e a distribuição de gás natural, de gás liquefeito de petróleo e de gases raros de quaisquer origens; de fertilizantes, suas matérias primas e produtos correlatos; de energia termoelétrica; de sinais de dados, voz e imagem por meio de sistema de telecomunicações por cabo e rádio, bem como a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados a tais atividades.

Para cumprir sua missão, a Sociedade vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Gaspetro, destacam-se as controladas Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG, Transportadora Associada de Gás - TAG ("TAG") e a Gas Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD ("GBD"), além de participações societárias (controladas em conjunto e coligada) em Sociedades estaduais distribuidoras de gás natural canalizado, descritas na Nota Explicativa nº 7.

A Gaspetro participa de outros projetos ligados ao desenvolvimento do mercado nacional de gás, como os gasodutos de escoamento da produção de gás natural da Região Norte, Nordeste e Sudeste, com o objetivo de expansão de malhas de transporte de gás, implementados através do Projeto Malhas (Gasodutos das regiões Nordeste e Sudeste) e Projeto Amazônia (Gasoduto Urucu-Coari-Manaus - Nota Explicativa nº 16-h), operados mediante constituição do Consórcio Malhas, formado pelas empresas Transportadora Associada de Gás - TAG (líder do consórcio), Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS e Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN, além do Gasoduto Uruguaiana - Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB.

2. Aquisição de controlada

a. Aquisição da Gas Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD

A GBD é uma concessionária de serviço de distribuição de gás natural na região noroeste do Estado de São Paulo e o seu contrato de concessão teve início em dezembro de 1999, com duração de 30 anos, podendo ser prorrogado por mais 20 anos.

Em 29 de julho de 2011, a Gaspetro adquiriu 100% das ações da Gas Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD por R$ 425 (equivalentes à US$ 271). A operação foi autorizada pela agência reguladora de São Paulo em abril de 2011 e o aditivo ao contrato de concessão da GBD foi assinado em julho de 2011, atendendo às condições previstas no contrato celebrado com a Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. - ENI em 2010.

b. Aquisição da Transportadora Gasene S.A. pela Transportadora de Gás S.A. - TAG

A Gasene é a proprietária dos gasodutos GASCAC - Cacimbas-Catu e GASCAV - Cabiúnas-Vitória, que interligam as malhas Nordeste e Sudeste de gasodutos.

Em 11 de novembro de 2011, a Controladora Petrobras aprovou a designação da TAG para exercer a opção de compra da totalidade das ações da Transportadora Gasene S.A. - Gasene ("Gasene"). Por meio de contrato de compra e venda de ações entre Gasene e TAG, a TAG exerceu a opção de compra e obteve o controle da Gasene, ao adquirir 100% de suas ações.

3. Entidades da sociedade

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 abrangem as demonstrações contábeis da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e das seguintes empresas controladas:

	Percentual de participação no capital total e votante 2011	2010
Controladas		
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	51,00	51,00
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	100,00	100,00
Gas Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD	100,00	-

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

4. Base de apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, sendo que os ativos e os passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem depreciação e amortização, provisões para processos judiciais, imposto de renda e contribuição social.

Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

e. Mudança nas práticas contábeis

Em 2011, a Gaspetro está avaliando e demonstrando os investimentos em empresas controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, ao invés da consolidação proporcional à participação acionária nas contas de ativo, passivo, receitas e despesas, conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R1) e NBC TG 19, alterada pela Resolução CFC nº 1.351/11.

Para fins de comparabilidade entre os períodos contábeis, esta alteração foi aplicada retroativamente a 1º de janeiro de 2010. Cabe ressaltar que a alteração de prática contábil não acarretou efeitos nos resultados dos exercícios e no patrimônio líquido da Gaspetro, conforme segue:

Balanço patrimonial consolidado

	2010			01.01.2010		
	Divulgado (*)	Efeito consolidação proporcional	Saldo reapresentado	Divulgado (*)	Efeito consolidação proporcional	Saldo reapresentado
Ativo circulante	2.272	(837)	1.435	5.436	(659)	4.777
Ativo realizável a longo prazo	1.421	(55)	1.366	1.152	(270)	882
Investimentos	117	1.164	1.281	115	837	952
Imobilizado	18.691	(23)	18.668	9.677	350	10.027
Intangíveis	1.097	(1.089)	8	963	(952)	11
	23.598	(840)	22.758	17.343	(694)	16.649
Passivo circulante	4.750	(724)	4.026	3.119	(222)	2.897
Passivo não circulante	10.804	(168)	10.636	6.980	(124)	6.856
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	7.492	52	7.544	6.763	(348)	6.415
Patrimônio líquido atribuível aos não controladoras	552	-	552	481	-	481
	23.598	(840)	22.758	17.343	(694)	16.649

(*) Divulgado nas demonstrações contábeis dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Demonstração de resultados consolidados

	2010		
	Divulgado	Efeito consolidação proporcional	Saldo reapresentado
Receita líquida	4.267	(1.861)	2.406
Custo dos produtos vendidos	(2.378)	1.470	(908)
Lucro bruto	1.889	(391)	1.498
Resultado de participações em investimentos relevantes	28	240	268
Receita/(despesas) operacionais	(189)	68	(121)
Resultado financeiro, líquido	350	(24)	326
Participação de empregados	(7)	-	(7)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.071	(107)	1.964
Imposto de renda e contribuição social	(705)	107	(598)
Resultado do exercício	1.366	-	1.366
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	(148)	-	(148)
Resultado atribuível aos acionistas da Gaspetro	1.218	-	1.218

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

	2010		
	Divulgado	Efeito consolidação proporcional	Saldo reapresentado
Caixa proveniente das (usados nas) atividades operacionais	716	(190)	526
Caixa usado nas atividades de investimento	(4.127)	288	(3.839)
Caixa proveniente das atividades de financiamentos	(13)	(116)	(129)
Variação líquida de caixa e equivalentes no exercício	(3.424)	(18)	(3.442)
Caixa e equivalentes no início do exercício	3.937	(297)	3.640
Caixa e equivalentes no final do exercício	513	(315)	198

5. Sumário das práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto quanto à Nota Explicativa nº 4(e), que trata de mudança de práticas contábeis.

As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades da Sociedade.

a. Base de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não-circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do exercício consolidado com a controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido exercício	
	2011	2010	2011	2010
Controladora	10.565	7.556	837	1.215
Ativo diferido, líquido de efeitos fiscais	(348)	(12)	7	3
Total atribuível aos acionistas da controladora	10.237	7.544	844	1.218
Participação de acionistas não controladores	497	552	57	148
Consolidado	10.734	8.096	901	1.366

b. Combinações de negócios e goodwill

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados em consonância com o método de aquisição, sendo reconhecidos pelos seus respectivos valores justos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos adquiridos, líquidos) é reconhecido como *goodwill* no ativo intangível. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é reconhecido um ganho na demonstração de resultado.

c. Moeda estrangeira

As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais, pela taxa de câmbio da data de cada transação.

d. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos

Estão mensurados ao custo amortizado, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber e a pagar de clientes, de fornecedores, partes relacionadas e instituições financeiras, e são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em até três meses ou menos da data de aquisição.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido, não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

e. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção (inclusive encargos financeiros capitalizados). A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

f. Intangível

(i) Ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, relativo às aquisições de participações em distribuidoras de gás natural canalizado anteriores a 1º de janeiro de 2009, não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

(ii) Contratos de concessão de serviços

A Gaspetro reconhece um ativo intangível em um contrato de concessão, relacionado ao direito de cobrar dos usuários uma tarifa, quando realiza a construção da infraestrutura necessária à prestação de serviço de distribuição, que é mensurada pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A Sociedade exerce o controle sobre a Gas Brasiliano Distribuidora S.A., que é consolidada na Gaspetro e que atua sob regime de concessão, e suas atividades se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 e da Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão. Consequentemente, direitos apresentados como parte do ativo imobilizado dessa empresa, no valor de R$ 299, são tratados como ativos intangíveis (Nota Explicativa nº 9).

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Gaspetro e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iv) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado é o período durante o qual as distribuidoras têm a capacidade de cobrar seus clientes pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

g. Redução ao valor recuperável - Impairment

A Sociedade avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independente de haver indicativo de perda de valor.

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Na aplicação do teste, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o líquido de veda de um ativo e o de uso.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. A reversão de perdas reconhecidas é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

- Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem;
- Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado; e
- Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

h Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Gaspetro tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receita de juros sobre aplicações financeiras, despesa com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

j. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função de diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

k. Investimentos Societários

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas, controladas em conjunto e também nas coligadas, nos quais a Administração tenha influência significativa.

l. Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Novos Standards, emendas aos Standards e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 15 de dezembro de 2013 e não foram aplicados na preparação destas demonstrações contábeis. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as demonstrações contábeis da Empresa, exceto pelo IFRS 9 Financial Instruments que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Empresa. A Empresa não espera adotar esse standard antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos dos IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Caixa e bancos	2	3	2	1
Aplicações financeiras	1.520	195	321	51
	1.522	198	323	52

As aplicações financeiras referem-se, basicamente, aos recursos investidos no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC - NP") do Sistema Petrobras. Esse fundo de investimento é destinado à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas e visa à otimização da gestão financeira de caixa do Sistema Petrobras. Em 2011, a taxa média de rentabilidade das aplicações no FIDC-NP foi de 11,59 % a.a. (9,71% em 2010 a.a.).

Os fundos exclusivos de direitos creditórios (FIDC) não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito associado às instituições financeiras está divulgada na Nota Explicativa nº 18.

7. Investimentos – Controladora

	Controladas					Controladas em conjunto							Coligadas		
(a) Mutação dos investimentos	TBG	TAG	GBD (a)	**2011**	**2010**	BAHIAGÁS (a)	SULGÁS (a)	GASMIG (a)	SCGÁS (a)	Outras Partc. (a)	**2011**	**2010**	TSB	**2011**	**2010 (e)**
No início do exercício	**574**	**4.737**	**-**	**5.311**	**3.654**	**157**	**68**	**301**	**87**	**385**	**998**	**935**	**7**	**7**	**7**
Reversão dividendos propostos	-	-	-	-	**294**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização de dividendos	-	-	-	-	**589**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição e aporte de capital	-	1.160	406	**1.566**	-	-	-	-	-	8	**8**	**6**	-	-	-
Equivalência patrimonial	59	388	5	**452**	**872**	57	38	62	22	88	**267**	**264**	-	-	-
Contrib. adicional de capital	-	705	-	**705**	**170**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	(116)	(77)	-	**(193)**	**(268)**	(62)	(46)	(41)	(37)	(74)	**(260)**	**(207)**	-	-	-
No fim do exercício	**517**	**6.913**	**411**	**7.841**	**5.311**	**152**	**60**	**322**	**72**	**407**	**1.013**	**998**	**7**	**7**	**7**

	2011	**2010**
Controladas, controladas em conjunto e coligadas	**8.861**	**6.316**
Participação acionária no exterior (c)	24	24
Outros investimentos	1	1
Total dos investimentos antes do ágio	**8.886**	**6.341**
Saldo de ágio (d)	**269**	**269**
Total dos investimentos	**9.155**	**6.610**
Provisão para perdas em investimento - passivo (b)	**22**	**20**

(a) O saldo inicial Inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 38 do IAS 31 e seu correspondente CPC 19 (R1).
O ágio pago na aquisição da controlada GBD está apresentada no ativo Intangível.
(b) A provisão para perdas em investimento no montante de R$ 22 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 20 em 2010) está apresentada no passivo não circulante e corresponde ao investimento na controlada Indústria Carboquímica Catarinense S.A. - ICC, a qual se encontra em processo de liquidação.
(c) Refere-se ao investimento na Gás Transboliviano S.A. - GTB.
(d) A Copergás era considerada coligada em 2010.

b. Informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2011	**Milhares de ações**		**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (prejuízo) do exercício/ período (*)**
		Total de ações ordinárias ou quotas	**Total de ações preferenciais**		
Controladas					
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG (1)	203	203	-	1.015	116
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG (1)	4.895	3.145	-	6.730	388
Controladas em conjunto (*)					
Gás de Alagoas S.A. - ALGAS (1)	30	122.210	244.420	45	10
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGAS (1)	242	3.681	7.362	398	122
Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS (3)	4	60	120	2	-
CEG RIO S.A. (1)	95	665.008	1.330.022	267	85
Companhia de Gás do Ceará - CEGAS (1)	61	13.133	26.667	97	42
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS (1)	136	11.200	22.400	212	34
Companhia de Gás do Amapá - GASAP (3)	1	750	750	-	-
Companhia Maranhense de Gás - GASMAR (3)	5	547	547	3	(1)
Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (1)	644	136.418	272.837	889	132
Companhia de Gás do Piauí - GASPISA (3)	6	7.835	7.835	4	(1)
Agência Goiânia de Gás Canalizado - GOIASGAS (3)	4	1.000	2.000	2	(1)
Companhia Paraibana de Gás - PBGAS (2)	44	460	921	64	9
Companhia Potiguar de Gás - POTIGAS (1)	37	1.415	2.830	47	7
Companhia de Gás Est Mato Grosso do Sul - MSGAS (3)	12	4.258	8.517	19	30
Companhia Rondoniense de Gás - RONGAS (3)	4	1.111	2.223	(1)	(1)
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGAS (1)	121	3.583	7.166	189	52
Empresa Sergipana de Gás - SERGAS (2)	21	355	709	36	2
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (3)	110	32.247	64.495	209	28
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul SULGAS (1)	68	21.563	-	126	78
GNL Gemini Com. e Logística de Gás Ltda. (**) (3)	73	70.613	-	55	1
TMN Transportadora S.A. (3)	16	7.085	7.085	13	(1)
TNG Participações Ltda. (**) (3)	13	12.626	-	11	(1)
Coligadas (*)					
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB (3)	27	80.500	-	27	1

(*) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência na Gaspetro, relativas às controladas em conjunto e coligadas, foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses, findo em 30 de novembro de 2011.

(**) Sociedade cujo capital é formado com quotas de participação.

(1) Auditadas na extensão julgada suficiente pelos mesmos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

(2) Apresentaram o exame sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2011 realizado por outros auditores independentes.

(3) Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentaram opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2011.

c. Informações sobre as controladas

- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG - Constituída em 18 de abril de 1997, tem por objeto social a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, no lado brasileiro, e as atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica.

- Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG - Constituída em 15 de janeiro de 2002, tem por objeto social a operação de transporte e armazenagem de gás em geral, por meio de gasodutos, terminais ou embarcações, próprios ou de terceiros, realização de projetos de engenharia, construção, instalação, operação e manutenção de gasodutos, terminais ou embarcações, destinados a transportar gás em geral e realização de serviços técnicos e administrativos relacionados às suas atividades, bem como a constituição de sociedades.

- Gas Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD - Constituída em 18 de janeiro de 2003, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

d. Informações sobre controladas em conjunto e coligadas

	2011								2010
	BAHIAGÁS	SULGÁS	GASMIG	SCGÁS	CEG-RIO	Outras Distrib. (a)	Outras Cias	Total	Total
Ativo circulante	119	90	196	44	61	271	12	794	888
Ativo não circulante	6	4	276	9	22	26	2	345	168
Imobilizado	-	-					30	30	28
Intangível	103	44	171	78	101	227		718	888
Diferido		-			9	2	7	19	22
Passivo circulante	60	78	189	52	60	227	11	677	714
Passivo não circulante	3	-	121	2	34	10	1	172	202
Patrimônio Líquido	165	59	332	77	100	291	40	1.065	1.078
Receita operac. líquida	444	242	306	199	375	621	8	2.197	2.044
Lucro líquido do exercício	58	38	53	21	32	66	-	268	250
Percentual de participação	41,5%	49,0%	40,0%	41,0%	37,41%	24,5% a 83,0%	25,0% a 50,0%		

e. Restabelecimento Controle Compartilhado - Copergás

Em 1º de abril de 2011, a assessoria jurídica da Gaspetro confirmou a decisão judicial favorável sobre o restabelecimento do controle compartilhado sobre a Companhia Pernambucana de Gás - Copergás, publicada no Diário Oficial em 21 de janeiro de 2011.

Apesar do acórdão ainda não ter transitado em julgado, uma vez que há pendência de julgamento de Embargos de Declaração, não há previsão de que tal recurso possa restabelecer a liminar nem de efeito suspensivo para qualquer recurso que possa ainda eventualmente ser interposto.

8. Imobilizado

	Consolidado								Controladora
Por tipo de ativos	**Edificações e benfeitorias**	**Terrenos**	**Equipamentos e outros bens**	**Gasodutos e equip. transp. TBG (a)**	**Gasodutos e equip. transp. TAG**	**TBG Obras em andamento**	**TAG Obras em andamento**	**Total**	**Total (c)**
Em 1º de janeiro de 2010	142	1	64	2.259	643	432	6.207	9.748	1
Aquisição e construção	2		30	154	1	-	3.980	4.167	
Baixa (líquida de depreciação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros Capitalizados.	1	-	-	-	-	-	240	241	-
Incorporação da TUM	-	-	-	-	-	-	5.081	5.081	-
Transferência (líquida)	15	-	(77)	288	8.970	(288)	(9.262)	(354)	-
Depreciação	(2)	-	(4)	(120)	(88)	-	-	(214)	-
	158	1	13	2.581	9.526	144	6.246	18.669	1
Custo total	162	1	38	4.102	10.157	144	6.246	20.850	1
Depreciação acumulada	(4)	-	(25)	(1.521)	(631)	-	-	(2.181)	-
Em 31 de dezembro de 2010	158	1	13	2.581	9.526	144	6.246	18.669	1
Taxas anuais de depreciação	4% a 10%		5% a 10%	3,3%	3,3%	-	-	-	
Em 1º de janeiro de 2011	158	1	13	2.581	9.526	144	6.246	18.669	1
Aquisição e construção	-	-	9	-	-	37	1.767	1.813	-
Juros Capitalizados	-	-	-	-	-	-	160	160	-
Leasing Gasene	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (líquida)	88	-	30	141	11.541	(148)	(4.914)	6.738	-
Alienação	-	-	-	(58)	-	-	(1)	(59)	-
Depreciação	(11)	-	-	(136)	(738)	-	-	(885)	-
	235	1	52	2.528	20.329	33	3.258	26.436	1
Custo total	250	1	163	4.187	21.698	33	3.258	29.590	1
Depreciação acumulada	(15)	-	(111)	(1.659)	(1.369)	-	-	(3.154)	-
Em 31 de dezembro de 2011	235	1	52	2.528	20.329	33	3.258	26.436	1
Taxas anuais de depreciação	4% a 10%		5% a 10%	3,3%	3,3%				

(a) Do custo total, R$ 2.650 referem-se ao trecho norte e R$1.451 ao trecho sul, que começaram a ser depreciados em julho de 1999 e abril de 2000, respectivamente. A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico.

(b) Em 2011, a depreciação dos gasodutos (próprios e de terceiros) e equipamentos conexos, no valor de R$ 717 (R$ 89 em 2010), foi classificada como custo dos serviços prestados.

(c) O valor de R$ 857 refere-se exclusivamente ao terreno localizado em Imbituba/SC, considerando que os demais bens estão totalmente depreciados.

9. Intangível

	Consolidado								
Por tipo de intangível	**Servidões de passagem**	**Concessão distrib. gás (a)**	**Ágio expect. rentab. Futura (b)**	**Software**	**Total**	**Servidões de passagem**	**Ágio expect. rentab. Futura (b)**	**Software**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2010	4	-	-	5	9	25	-	-	25
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas (líquidas de amortização)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	(3)	(3)	(2)	-	-	(2)
	4	-	-	2	6	23	-	-	23
Custo total	4	-	-	22	26	44	-	-	44
Amortização acumulada	-	-	-	(18)	(18)	(21)	-	-	(21)
Em 31 de dezembro de 2010	4	-	-	4	8	23	-	-	23
Em 1º de janeiro de 2011	4	-	-	2	6	23	-	-	23
Aquisição	-	408	18	-	426	-	18	-	18
Transferência	-	(103)	-	-	(103)	-	-	-	-
Amortização	-	(5)	-	(1)	(6)	(2)	-	-	(2)
	4	300	18	1	323	21	18	-	39
Custo total	4	305	18	22	349	44	18	-	62
Amortização acumulada	-	(5)	-	(19)	(24)	(23)	-	-	(23)
Em 31 de dezembro de 2011	4	300	18	3	325	21	18	-	39
Taxas anuais de amortização	5%	3,3% a 10%		20%		5%		20%	

(a) O percentual de amortização é limitado ao prazo de concessão ou vida útil da infraestrutura, o que for menor, quando não há evidência formal de renovação da concessão.

(b) O ágio decorrente da aquisição das participações nas distribuidoras deixou de ser amortizado a partir do exercício social de 2009, em função do preconizado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 13).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

a. ***Contratos de concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado***

A Sociedade controla a GBD e exerce o controle compartilhado sobre 19 distribuidoras estaduais de gás, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e não mais consolidados proporcionalmente (Nota Explicativa 4e) que possuem contratos de concessão públicos celebrados com os respectivos Governos Estaduais.

Essas Sociedades reconhecem como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, em substituição ao montante dos bens até 31 de dezembro de 2008 integrantes do ativo imobilizado, vinculados à prestação do serviço especificado nos contratos de concessão de serviços.

Os contratos de concessão, que possuem cláusulas que permitem a prorrogação, têm prazos de 30 ou 50 anos, cujas atividades iniciaram-se em diferentes períodos, fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros, para atender ao serviço de distribuição de gás natural.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos Contratos de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da Administração, está intrinsecamente relacionada ao beneficio econômico por ele gerado, relacionado ao cumprimento do contrato de concessão, e ocorre ao longo do prazo da concessão e/ou de vida útil dos gasodutos, o que for menor.

A receita do serviço de distribuição é reconhecida no período no qual este é prestado pelas distribuidoras de gás, detentoras dos contratos de concessão. As distribuidoras prestam apenas o serviço de distribuição de gás natural definido em um contrato de concessão de serviços, logo, a remuneração recebida é alocada a este único serviço de distribuição de gás natural.
A receita do serviço de construção de infraestrutura ou sua melhoria não é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, tendo em vista o entendimento da Administração sobre a inexistência deste serviço, a natureza de um contrato ainda a ser executado, a falta de previsão deste serviço como fonte de receita no contrato de concessão e a ausência de qualquer especificação do bem a ser construído.

Para fins de divulgação e em atendimento ao ICPC 01, a receita e custo de construção da GBD estão sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício pelos valores incorridos para a construção da infraestrutura em 2011, demonstrando a inexistência de margem, caso esse serviço fosse prestado.

O custo de construção adicionado ao Intangível em 2011 foi de R$ 14 e refere-se aos gastos para formação da infraestrutura de gasodutos vinculados às concessões, que permitem a prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado.

O valor residual dos bens vinculados à prestação de serviço da GBD serão financeiramente reembolsados pelo Poder Concedente no final da concessão. Os investimentos que atualmente correspondem ao direito de receber valores do Poder Concedente estão registrados no Ativo Não Circulante.

O Poder Concedente não fornecerá pagamentos mínimos para cada ano de operação da infraestrutura de gasodutos ou no final dos prazos pactuados. Ao final do período de concessão, não havendo renovação, as infraestruturas de gasodutos serão revertidas ao Poder Concedente, não havendo mais envolvimento das distribuidoras em exigências de operação ou manutenção.

Os contratos de concessão possuem cláusulas relativas à extinção, estabelecendo que o Poder Concedente poderá extingui-lo em função da deficiência na execução dos serviços prestados pelas distribuidoras e de violação material nos termos do contrato. Os direitos das distribuidoras de rescindi-lo estão relacionados ao descumprimento das normas legais ou contratuais pelo Poder Concedente.

b ***Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)***

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente de aquisição de participação com controle compartilhado (controladas em conjunto) em distribuidoras de gás natural canalizado, não estão sendo amortizados e foram submetidos ao teste de recuperabilidade disposto no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

10. Partes relacionadas

	Consolidado				Controladora							
	2011			2010	2011							2010
	Petrobras	Outras	Total	Total	Petrobras	TBG	TAG	REFAP	Distrib.	Outras	Total	Total
Ativo												
Circulante												
Contas a receber (a)	1.080	3	1.083	590	29	5	2	-	1	1	38	34
Dividendos e JSCP a receber	-	45	45	29	-	105	77	-	46	-	228	297
	1.080	48	1.128	619	29	110	79	-	47	1	266	331
Não circulante												
Realizável a longo prazo												
Contas a receber (b)	-	38	38	32	-	184	-	-	-	38	222	195
Contrato de mútuo	-	-	-	-	-	-	650	-	-	-	650	650
Créditos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	200	-	-	-	200	340
	-	38	38	32	-	184	850	-	-	38	1.072	1.185
Passivo												
Circulante												
Repasses de financiamentos (FINAME - vinculados à construção do GASBOL) (c)	26	-	26	47	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição antecipada - capacidade de transporte (d)	41	-	41	43	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrato de Gerenciamento de obras - TAG (e)	313	-	313	258	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	238	-	238	289	238	-	-	-	-	-	238	289
Outras contas a pagar	172	-	172	108	43	1	-	-	-	-	44	41
	790	-	790	745	281	1	-	-	-	-	282	330
Não circulante												
Repasses de financiamentos (FINAME - vinculados à construção do GASBOL) (c)	403	-	403	370	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição antecipada - capacidade de transporte (d)	334	-	334	363	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos para futuro aumento de capital	-	-	-	340	-	-	-	-	-	-	-	340
Outras Contas a pagar	606	-	606	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.343	-	1.343	1.073	-	-	-	-	-	-	-	340
Resultado do exercício												
Receita de vendas e serviços prestados	4.828	3	4.831	2.393	-	-	-	2	-	1	3	1
Rec. Financeiras-inclui variações monetária e cambial	44	7	51	33	29	54	123	-	-	6	212	168
Desp. Financeiras-inclui variações monetária e cambial	(84)	475	391	62	(18)	-	-	-	-	-	(18)	(15)

(a) O valor relacionado à Petrobras refere-se principalmente às operações de transporte e distribuição de gás natural canalizado.

(b) O valor a receber da TBG (empréstimo "sub-loan") é remunerado com base na variação cambial do Dólar norte-americano mais juros de 15% a.a., capitalizados anualmente (Nota Explicativa nº 14).

(c) Nos financiamentos em dólares dos Estados Unidos da América, os prazos variam de 12,5 a 15 anos com "spreads" de 2,5% a 3% a.a. acima da LIBOR. Nos financiamentos contratados em ienes, os prazos são de 12 anos, a taxas variáveis (Japan Long-Term Prime Rate) acrescidas de "spreads" de 3% a.a. ou taxas fixas de 2,3% a 2,5% a.a..

(d) Os valores são remunerados com base na variação cambial do dólar norte-americano mais juros de 15% a.a. capitalizados anualmente.

(e) Valores relativos a serviços de engenharia (CMA) para gerenciamento das obras.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

As principais operações realizadas com as controladas, controladas em conjunto e coligadas, referem-se a contas a pagar à Petrobras, decorrentes de repasse de gastos na construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, acrescidas de encargos financeiros compatíveis com os de mercado para operações semelhantes; adiantamentos efetuados pela Petrobras referentes ao contrato de compra antecipada de capacidade de transporte (TCO) e que se destinaram ao financiamento da construção do gasoduto, sujeitos à atualização com base na taxa do dólar norte-americano; serviços de engenharia cobrados à TAG (contratos de CMA) para gerenciamento das obras; contas a receber relacionadas aos contratos de transporte de gás (GTA); e financiamentos firmados entre a controladora da Gaspetro e instituições financeiras para aquisição de materiais e equipamentos, repassados à TBG mediante contratos e nas mesmas condições contratadas.

As operações comerciais envolvendo o transporte e a venda de gás natural entre a controladora da Gaspetro e as transportadoras e as distribuidoras de gás natural canalizado, controladas e controladas em conjunto da Gaspetro, respectivamente, são realizadas com base nos valores de mercado, semelhantes àquelas realizadas com as demais Sociedades estaduais distribuidoras de gás natural canalizado do país.

Quanto ao relacionamento da TBG e TAG com a controladora da Gaspetro, que envolve transações comerciais relativas ao transporte de gás natural, são realizadas por preços ajustados em contratos do tipo "*Ship-or-Pay*" de longo prazo. Pela especificidade do empreendimento não há referencial de preço de mercado que possa ser usado neste caso, entretanto as tarifas firmadas suportam a recuperação econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil.

Efeito cambial sobre a tarifa da TBG

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir a Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2011, foi apurado o montante de R$ 20 a ser recuperado, em 2012, via aumento de tarifa (em 2010 foi apurado o montante de R$ 12, recuperado em 2011, via aumento de tarifa).

Repasse de financiamentos da Petrobras para a TBG

Tendo iniciado a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil antes da efetiva estruturação organizacional da TBG, a Petrobras firmou contratos de financiamento, no montante de US$ 415 milhões, para aquisição de materiais e equipamentos com instituições financeiras, sendo a principal delas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES/FINAME, e com agências de crédito à exportação (ECAs) do Japão (J EXIM) e da Itália (Mediocredito).

Em julho de 1998, foram firmados contratos *On-lending* entre a Petrobras e a TBG para repasse desses financiamentos à TBG nas mesmas condições contratadas originalmente pela Petrobras.

Para os financiamentos em dólar norte-americano, os prazos variam de 12,5 a 15 anos com *spreads* de 2,5% a 3% a.a. acima da LIBOR. Nos financiamentos contratados em iene, os prazos são de 12 anos a taxas variáveis *(Japan Long-Term Prime Rate)* acrescidas de *spreads* de 3% a.a. ou taxas fixas de 2,3% a 2,5% a.a. Os financiamentos em lira italiana, posteriormente convertidas em Euro, têm prazos de 10 anos à taxa de 5,17% a.a. e 5 anos à taxa variável (LIBOR) mais 3% a.a..

Esses financiamentos são garantidos por meio do contrato de caução de contas e receitas firmado pela TBG, pela Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e pelo Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente.

Adiantamentos recebidos pela TBG da Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui também pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

Contrato de prestação de fiança

A Gaspetro firmou, em 12 de junho de 2008 e em 17 de maio de 2010, com sua controladora Petrobras e com a Transpetro, respectivamente, contratos de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 04/2001 e 284/2003), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (REPETRO).

A Petrobras e Transpetro, respectivamente, remuneram a Gaspetro o valor equivalente a 0,30% (trinta centésimos de cento) e 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos de cento) ao ano *pro rata* ao final de cada ano, sob o montante de tributos suspensos. No exercício de 2011, foi auferida a receita de R$ 29 (R$ 19 em 2010).

Honorários da Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2011. Foi deliberada a fixação do montante global de R$ 700, válida para o período compreendido entre abril de 2011 e março de 2012.

Os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração, no consolidado, totalizaram R$ 6 (R$ 5 em 2010).

11. Financiamentos

		Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
	Encargos	2011	2010	2011	2010
No País					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Gasodutos de Transporte do PAC - (a)	dólar, 7,43% a.a.	123	110	5.633	5.003
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - Projetos Amazônia – (b)	TJLP+1,76% a.a.	347	329	3.180	3.459
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - Projetos Gasene - China Dev. Bank – (c)	dólar, 3,2% a.a.	114	-	1.124	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - Projetos Gasene – (c)	TJLP+1,96% a.a.	340	-	2.742	-
No exterior					
Instituições financeiras - Agências Multilaterais de Crédito (d)	dólar, libor + 0,27% a.a até 1,64% a.a.	79	68	245	287
BB Fund – Projetos Amazônia (b)	dólar, libor 6 m + 0,60% a.a. até 1,20% a.a.	-	1.251	1.425	-
BB Fund – Projetos Gasene (c)	dólar, libor 3 m + 2,45% a.a.	-	-	2.919	-
Total		1.003	1.758	17.268	8.749

(a) Gasodutos - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Em 30 de julho de 2009, a TAG captou R$ 5.700 junto ao BNDES, com cessão onerosa de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal (Letras Financeiras do Tesouro - LFT e Letras do Tesouro Nacional - LTN), destinados ao Plano de investimentos até 2010 em projetos de gasodutos enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

O contrato, com prazo de 20 anos, prevê amortizações em parcelas semestrais, sendo do principal a partir de setembro de 2016 e juros à taxa de 7,43% a.a., desde setembro de 2009, sujeito à atualização monetária conforme a flutuação da cotação do dólar norte-americano.

(b) Projetos de gás natural na Amazônia

Em 2011, a Sociedade mantinha um saldo de financiamento junto ao BNDES de R$ 3.527, sendo que R$ 24 foi sacado em 2011, para financiar os projetos de gás natural na Amazônia com vencimento em 15 de junho de 2022 e juros calculados a TJLP + 1,76% a.a.

As dívidas com o BB Fund para os projetos de gás natural na Amazônia alcançaram o montante de R$ 1.425, com vencimento repactuado para 17 de junho de 2013 e juros calculados à taxa libor 6 meses + spread de 0,60% a.a. até 1,20% a.a.

(c) Projeto Gasene

A partir de novembro de 2011, com a aquisição das ações da Transportadora Gasene, a TAG consolidou os financiamentos obtidos com o BNDES, destinados às construções dos gasodutos GASCAC (Cacimbas-Catu) e GASCAV (Cabiúnas-Vitória), no montante de R$ 3.009, com juros calculados a TJLP + 1,96% a.a. e o montante de R$ 1.320, com juros de 2,4% mais 0,8% a título de encargos de repasse, sujeito à atualização monetária conforme a flutuação da cotação do Dólar norte-americano.

Também foram absorvidas dívidas com o BB Fund para os mesmos projetos, no montante de R$ 2.812, com vencimento repactuado para 15 de dezembro de 2022 e juros calculados a taxa libor 3 meses + spread de 2,45% a.a..

(d) Financiamentos da TBG com agências multilaterais de crédito

Em novembro e dezembro de 1998, foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito, pelo montante de US$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011e 2010 são compostos como segue:

	2011	2010
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	186	188
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	41	59
Corporación Andina de Fomiento (CAF)	34	45
Banco Europeu de Investimento (BEI)	63	63
	324	355
(-) Circulante	79	68
Não circulante	245	287

(e) Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

	2011	2010
2012	-	529
2013	2.229	518
2014	773	491
2015	774	492
2016 em diante	13.492	6.719
	17.268	8.749

12. Empréstimos subordinados de demais acionistas

Os empréstimos com demais acionistas da TBG totalizavam, em 31 de dezembro de 2011, R$ 179 (R$ 160 em 31 de dezembro de 2010). Esses empréstimos, cuja liquidação está subordinada a quitação dos financiamentos obtidos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação, foram aportados na proporção da participação acionária no capital social e seu vencimento poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2019.

	2011	2010
Circulante		
BBPP Holding Ltda.	2	2
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda	1	1
	3	3
Não circulante		
BBPP Holding Ltda.	105	93
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	43	38
Bear Gás Participações Ltda.	14	13
AEI América do Sul Holding Ltda.	14	13
	176	157
	179	160

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

13. Despesa por natureza

	2011	2010
Serviço de redespacho - transporte de gás natural	615	452
Depreciação e amortização	718	92
Operação e manutenção	124	38
Despesa com pessoal	55	53
Aluguel de compressores e serviços de compressão	166	82
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	460	316
	2.138	1.033
Custo do produto vendido	2.011	920
Despesas gerais e administrativas	127	113
	2.138	1.033

14. Impostos e contribuições sociais

a. Impostos, contribuições sociais a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	246	147	-	-
PASEP/COFINS a recuperar	10	3	-	3
Imposto de renda a recuperar	145	315	77	83
Contribuição social a recuperar	34	95	11	10
Outros impostos a recuperar	10	8	-	-
	445	568	88	-96
Não circulante				
ICMS a recuperar	338	167	-	-
PASEP/COFINS a recuperar	918	766	48	48
	1.256	933	48	48

Créditos de ICMS e PASEP/COFINS originados das aquisições de ativos imobilizados pela TAG de acordo com a Lei Complementar nº 87/1996. A Administração da Sociedade espera realizar estes créditos com as operações futuras sobre as quais haverá incidência de ICMS.

b. Impostos e contribuições sociais a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Passivo circulante				
ICMS	30	15	1	1
PASEP/COFINS	47	34	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	224	463	40	32
Outras taxas	16	23	-	-
	317	535	41	33

c. Impostos e contribuição social diferidos - não circulante

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativo - Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	271	196	48	48
Passivo - Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	521	556	11	9

d. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos não circulantes

	2011	
Natureza	Consolidado	Controladora
Prejuízos fiscais	56	-
Diferenças temporárias	215	48
Total	271	48

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Expectativa de realização		
	Consolidado		Controladora
	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos
2013	87	173	48
2014	30	58	-
2015	30	58	-
2016 em diante	124	267	-
Total	271	556	48

e. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação do imposto e contribuição social apurado conforme alíquotas nominais e o valor registrados nos exercícios sociais de 2011 e de 2010 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.183	1.971	879	1.247
Imposto de renda e contribuição social sobre:				
o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(402)	(670)	(299)	(424)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Adições/exclusões permanentes e temporárias, líquidas	29	(19)	166	301
Participação em controladas e coligadas	91	91	91	91
Demais itens	-	-	-	-
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(282)	(598)	(42)	(32)
Imposto de renda e contribuição social diferida	397	(95)	(2)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(679)	(503)	(40)	(32)
	(282)	(598)	(42)	(32)

15. Crédito para futuro aumento de capital

O saldo de crédito para futuro aumento de capital da Petrobras em 31 de dezembro de 2010 (R$ 340) refere-se a recursos adiantados pelo acionista controlador para a implementação da malha dutoviária na TAG, no qual foi totalmente integralizado em 2011 (Notas Explicativas nº 10 e 15-a).

16. Patrimônio líquido

a. **Capital**

Em 27 de abril de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social em R$ 1.300 mediante a subscrição de 545.243 novas ações, sendo 436.292 ordinárias, 974 preferenciais classe "A", e 107.977 preferenciais classe "B", com recursos oriundos dos Créditos para Futuro Aumento de Capital recebidos.

Em 16 de dezembro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social em R$ 426 mediante a subscrição de 163.652 novas ações, sendo 130.951 ordinárias, 292 preferenciais classe "A", e 32.409 preferenciais classe "B", com recursos oriundos dos Créditos para Futuro Aumento de Capital recebidos.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 6.615 (R$4.890 em 2010), estando representado por 3.877.812 ações (3.168.917 em 2010), sendo 3.102.941 ações ordinárias (2.535.698 em 2010), 6.929 ações preferenciais classe "A" (5.663 em 2010) e 767.942 ações preferenciais classe "B" (627.556 em 2010), todas sem valor nominal, do qual a Petrobras é detentora de 99,99%.

As ações preferenciais não asseguram direito de voto, são inconversíveis em ações ordinárias e vice-versa. Os portadores de ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e na distribuição de um dividendo mínimo de 6%, calculado sobre o valor nominal dessas ações, participando em igualdade de condições com as ordinárias nos aumentos de capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos, quando os mesmos forem superiores ao percentual mínimo de 6%. As ações preferenciais da classe "A" destinam-se exclusivamente à subscrição e integralização com recursos do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR.

b. Reserva de capital

Refere-se a incentivos fiscais de imposto de renda aplicados no FINAM nos exercícios de 1997 e de 1998. Conforme previsto no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, esse saldo deve ser mantido nessa conta até sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

c. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destinava-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural e expansão da malha de gasodutos para distribuição do referido gás, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

e. Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Sociedade.

f. Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo e/ou juros sobre capital próprio de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais de classes "A" e "B" têm prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% sobre o valor nominal da ação, participando, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

Os dividendos propostos, em 31 de dezembro de 2011, no montante de R$ 238 (R$ 102,36 por ação ordinária e R$ 51,28 por ação preferencial), sendo R$ 159 para as ações ordinárias e R$ 79 para as ações preferenciais, serão pagos na data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, atualizado monetariamente, de acordo com a variação da taxa SELIC, a partir de 31 de dezembro de 2011.

O cálculo dos dividendos está demonstrado a seguir:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	837	1.215
Apropriação:		
Reserva legal	(42)	(61)
Lucro básico para determinação do dividendo	795	1.154
Reversão dos lucros retidos (retenção) para investimentos	-	162
Lucro ajustado	2.021	1.316
Dividendo proposto limitado a 25%	238	289
Reserva especial (Nota Explicativa nº 16-e)	-	1.027
Dividendo adicional proposto (Nota Explicativa nº 16-g)	557	-
	795	1.316

Os portadores de ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e na distribuição de um dividendo mínimo de 6%, calculado sobre o valor nominal dessas ações, participando em igualdade de condições com as ordinárias nos aumentos de capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros, conforme disposto no art. 4º do Estatuto Social, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2011.

g. Dividendo adicional proposto

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos propostos que excederem ao mínimo obrigatório previsto em lei ou estatuto, desde que não sejam pagos antecipadamente, deverão ser mantidos no patrimônio líquido em conta específica, até a deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

Em 31 de dezembro de 2011, o dividendo adicional proposto era de R$ 557 (R$ 143,63 por ação), sendo R$ 446 para as ações ordinárias e R$ 111 para as ações preferenciais.

h. Contribuição adicional de capital

Em 24 de junho de 2010, a Companhia de Geração Termoelétrica Manauara foi adquirida pela Transportadora Urucu Manaus S.A. -TUM, tendo sido incorporada em 29 de junho de 2010.

Em 05 de agosto de 2010, a Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG exerceu a opção de compra da TUM e a incorporou em 18 de agosto de 2010. O efeito no patrimônio líquido da transação, como contribuição adicional de capital, foi de R$ 170.

Em 11 de novembro de 2011, a Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG exerceu a opção de compra de 100% das ações da Transportadora Gasene S.A. - Gasene, conforme previsão contratual. Essa operação resultou em efeito de R$ 705 como contribuição adicional de capital.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

17. Processos judiciais

Processos judiciais provisionados

A Gaspetro e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos judiciais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. Foram constituídas provisões para processos judiciais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Reclamações trabalhistas	1	1	-	-
Processos cíveis	71	71	67	67
Processos fiscais	3	-	-	-
Outras contingências	10	-	-	-
Total do passivo não circulante	85	72	67	67

Processos judiciais não provisionados

Apresentamos a seguir a situação atual dos principais processos legais considerados como perdas possíveis:

Descrição	Natureza e valor	Situação atual
Autor: Transportadora Associada de Gás - TAG Processo nº: 2006.001.120416-3 Perdas e Danos pelo inadimplemento do contrato	Cível R$ 54	Ação movida pela TAG contra o Consórcio Masa em função de inadimplemento do contrato. Todavia, em 08/03/2010, apesar de ser autora da ação, a TAG foi condenada em 1ª instância ao pagamento dos prejuízos do Consórcio no ano de 2005 e à devolução do seguro de recebido após o ajuizamento da causa.
Autor: Secretaria Estadual de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro A.I. nº 03.328592-5 Recolhimento incorreto do Diferencial de Alíquota pela TAG nas operações interestaduais de compra de material de consumo	Tributária R$ 16	Aguardando a análise do Fisco Estadual quanto à impugnação apresentada pela TAG.
Autor: Secretaria Estadual de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro A.I. nº 03.257598-7 Aproveitamento indevido de crédito de ICMS nas operações de vendas por entrega futura.	Tributária R$ 13	Recurso interposto perante instância administrativa.
Autor: MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. Indenização de perdas e danos por desequilíbrio econômico-financeiro do contrato	Cível R$ 82	Contratada pela TBG para obras do projeto Confiabilidade, pleiteia a condenação da TBG ao pagamento de indenização de perdas e danos por desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
Autor: Mendes Junior Trading e Engenharia Ltda. Indenização por conta de prejuízos na execução de serviços contratados	Cível R$ 29	Ação indenizatória contra a TBG pleiteando indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos ao longo do contrato.

18. Instrumentos financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade e suas controladas não possuíam nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e, durante os exercícios, também não efetuaram aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Consolidado		Controladora	
Ativo	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.522	198	323	52
Contas a receber - Partes relacionadas	1.083	590	38	34
Contas a receber, líquidas - clientes	54	8	5	2
	2.659	796	366	88
Não circulante				
Contas a receber - partes relacionadas	38	32	872	845
Adiantamento a fornecedores	63	125	-	-
Crédito para futuro aumento de capital	-	-	200	340
Depósitos vinculados	45	44	-	-
Ativo Financeiro	23	-	-	-
	169	201	1.072	1.185
	2.828	997	1.438	1.273

	Consolidado		Controladora	
Passivo	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Circulante				
Financiamentos	1.001	1.759	-	-
Fornecedores	476	859	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	552	456	44	41
	2.029	3.074	44	41
Não circulante				
Financiamentos	17.268	8.749	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	1.343	733	-	-
Empréstimos de demais acionistas	177	157	-	-
Crédito para futuro aumento de capital	-	340	-	340
	18.788	9.979	-	340
Patrimônio líquido				
Capital realizado	6.615	4.890	6.615	4.890
	27.432	17.943	6.659	5.271

As operações da Sociedade e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

Na TBG os empréstimos e financiamentos foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis para reduzir os efeitos das flutuações nas taxas de juros. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito ou agências de crédito à exportação que, historicamente, têm volatilidade menor que as taxas de mercado, conforme se segue:

	2011	2010
Total com taxas fixas	464	434
Total com taxas variáveis	253	318
	717	752

O custo médio ponderado dos empréstimos e financiamentos em 2011 foi de 3,41% (3,52% em 2010)

b. Risco de taxa de câmbio

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Sociedade e suas controladas não têm fluxos operacionais em outras moedas. A Sociedade e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

A exposição cambial da TBG e TAG, em 31 de dezembro de 2011, está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado a seguir:

	2011	2010
Com instituições financeiras, em dólar norte-americano - TAG	11.338	6.365
Com instituições financeiras, em dólar norte-americano - TBG	323	355
	11.661	6.720
Com os demais acionistas, em dólar norte-americano - TBG	180	160
	11.841	6.880

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a TAG e TBG possuem financiamentos sujeitos à variação cambial do Dólar norte-americano, cujos saldos estão valorizados pela taxa de fechamento de R$ 1,8751, em 31 de dezembro de 2011.

Na TBG, os adiantamentos recebidos da Petrobras por conta de capacidade de transporte TCO, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R$ 778 (R$ 752 em 31 de dezembro de 2010), não foram considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte.

As receitas de serviços de transporte da TBG são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial natural a longo prazo.

Para os compromissos de curto prazo, a TBG tem como política minimizar o impacto das variações cambiais, através da aplicação de recursos em fundos cambiais atrelados à variação do dólar norte-americano.

c. Risco de taxa de crédito

Decorre da possibilidade das Sociedades distribuidoras de gás natural ("Distribuidoras") sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes em operações de "Take or Pay", que são pagamentos antecipados efetuados pelas Distribuidoras pela retirada a menor do volume de gás natural contratado junto ao fornecedor. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

d. Análise de sensibilidade

- **Risco de taxa de câmbio**

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável é o valor dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2011, que os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a estas mesmas datas.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº- 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Financiamentos (dólar norte-americano)	12.055	3.014	6.027

- **Risco de taxa de juros**

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de juros variáveis, considerando que o cenário provável é a atualização do valor dos financiamentos em 31 de dezembro de 2011 pelas mesmas taxas de juros nesta data, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Em 31 de dezembro de 2011:

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Financiamentos (TJLP)	7.138	7.240	7.342
Financiamentos (Libor)	4.782	4.871	4.959

19. Benefícios concedidos a empregados - TBG

A partir de 1º de agosto de 2009, a TBG implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG, que está estabelecido na modalidade de Contribuição Definida (CD), para os benefícios previdenciários, e possui contribuição variável para os benefícios de risco.

As coberturas de risco abrangem, para o participante, renda de auxílio-doença, renda de aposentadoria por invalidez e pecúlio por invalidez; e para seus beneficiários abrange pecúlio por morte e renda de pensão por morte, as quais estão cobertas por apólice de seguro contratada de seguradora, a qual arcará com todos os possíveis riscos decorrentes da doença, invalidez e da morte do participante.

A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria, possuindo as modalidades de renda de aposentadoria normal, renda de aposentadoria antecipada e renda de aposentadoria diferida, e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. A contribuição da TBG para a parcela de contribuição definida deste plano em 2011 foi de R$ 2 (R$ 2 em 2010).

Em 06 de agosto de 2010, a Administração da TBG dirigiu expediente à Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, requerendo a adesão da Sociedade ao Plano Petros 2 e retirada do patrocínio ao Plano Petros TBG, em conformidade com cláusula específica constante do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 11 de dezembro de 2009. Há expectativa de migração para o Plano Petros 2 no primeiro semestre de 2012.

20. Cobertura de seguro

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

21. Participações dos empregados

A Participação dos empregados nos Lucros ou Resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação de Governança das Empresas Estatais - DEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido do Sistema Petrobras.

No exercício de 2011 e 2010, as controladas da Sociedade, fundamentadas nas premissas sob referência, provisionaram R$ 7 de PLR.

22. Eventos subsequentes

Acordo de Investimentos para parceria na Gás Brasiliano Distribuidora

Em 8 de fevereiro de 2012, a Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, a Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD e a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig assinaram um Acordo de Investimentos que prevê o ingresso da Cemig no capital social da GBD, resultando em uma sociedade com 60% de participação da Gaspetro e 40% da Cemig. Atualmente a GBD é 100% controlada pela Gaspetro.

A implementação desse Acordo está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes, e a conclusão da operação está prevista para ocorrer durante o ano de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER
Conselheira

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Presidente

GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA
Conselheiro

RENATO DE SOUZA DUQUE
Conselheiro

MARCO ANTONIO MARTINS ALMEIDA
Conselheiro

ESTHER DWECK
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

FÁTIMA VALÉRIA ARAÚJO BARROSO PEREIRA
Diretora

RICHARD OLM
Presidente em Exercício

RICHARD OLM
Diretor

CARLOS HENRIQUE VIEIRA CÂNDIDO DA SILVA
Contador
CRC-RJ-062.563/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

2. A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Sociedade e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade possui participação em empresas e projetos com o objetivo de atender às necessidades das operações e ao plano de negócios da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Demonstrações do valor adicionado

8. Examinamos, também, as Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora
CRC RJ-057497/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório de Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, elaboradas com base nas práticas contábeis previstas na Legislação Societária Brasileira, complementadas com pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2010, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente, datado de 27 de fevereiro de 2012.
2. Para o lucro líquido da Controladora, no montante de R$ 837.277.106,14 (oitocentos e trinta e sete milhões, duzentos e setenta e sete mil, cento e seis reais e quatorze centavos), a Administração propôs a seguinte destinação a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 16/03/2012:

a) Reserva Legal (art. 193 da Lei 6.404/76), constituída à razão de 5% - R$ 41.863.855,31 (quarenta e um milhões, oitocentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos); e

b) Dividendos no montante de R$ 795.413.250,83 (setecentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e treze mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos), equivalentes a R$ 51,28 por ação ordinária e R$ 102,36 por ação preferencial, que serão pagos em data a ser fixada pela Assembleia Geral de acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente de acordo com a variação da taxa SELIC, a partir de 01 de janeiro de 2012.

3. Considerando o trabalho de acompanhamento da Companhia desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, as informações prestadas pelos integrantes da Administração da Empresa e a opinião, sem ressalvas, da KPMG – Auditores Independentes, assegurando que as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes as posições patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro em 31 de dezembro de 2011, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2012

Alexandre Aparecido de Barros
Presidente

Manuel Augusto Alves Silva
Conselheiro

Ruy Franco Arantes
Conselheiro

Maria Angélica Ferreira da Silva
Conselheira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030200203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÕES

Na Portaria/INCRA/SR-06/Nº 63, de 05 de outubro de 2007, que cria o Projeto de Assentamento IRMÃ DOROTY II, localizado no município de Coração de Jesus/MG, publicado no Boletim de Serviço nº 42, de 15 de outubro de 2007, onde se lê "... localizado no município de Coração de Jesus no Estado de Minas Gerais ...", leia-se "... localizado nos municípios de São João da Lagoa e Coração de Jesus no Estado de Minas Gerais...".

Na Portaria/INCRA/SR-06/Nº 11, de 29 de agosto de 1989, que cria o Projeto de Assentamento BREJO VERDE, localizado no município de Riachinho/MG, publicado no Boletim de Serviço nº 19, de 04 de setembro de 1989, página 05, onde se lê "... 63 (sessenta e três) unidades agrícolas familiares ...", leia-se 69 (sessenta e nove) unidades agrícolas familiares.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 67, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º , e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.004500/2011-75, de 9 de dezembro de 2011, resolvem:

Art. 1º Estabelecer para o produto CONVERSOR CA/CC PARA MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECLADO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - "TABLET PC", produzido na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - fabricação do transformador a partir do enrolamento da bobina;

II - fabricação dos cabos de força e cabos de dados, quando aplicáveis, num percentual mínimo de 90% (noventa por cento) em quantidade, no ano calendário;

III - injeção plástica das tampas ou gabinete;

IV - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;

V - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes; e

VI - integração das placas de circuito impresso e das demais partes elétricas e mecânicas na formação do produto final, montadas de acordo com os incisos IV e V acima.

§ 1º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, em qualquer região do País, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto a etapa descrita no inciso VI que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 2º As etapas de fabricação dos cabos e de injeção plástica estabelecidas nos inciso II e III, respectivamente, estão dispensadas até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 68, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º , e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.004500/2011-75, de 9 de dezembro de 2011, resolvem:

Art. 1º Estabelecer para o produto CONVERSOR CA/CC PARA MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECLADO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - "TABLET PC", produzido no País, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - fabricação do transformador a partir do enrolamento da bobina;

II - fabricação dos cabos de força e cabos de dados, quando aplicável, num percentual mínimo de 90% (noventa por cento) em quantidade, no ano calendário;

III - injeção plástica das tampas ou gabinete;

IV - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;

V - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes; e

VI - integração das placas de circuito impresso e das demais partes elétricas e mecânicas na formação do produto final, montadas de acordo com os incisos IV e V acima.

§ 1º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto a etapa descrita no inciso VI que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 2º As etapas de fabricação dos cabos e de injeção plástica estabelecidas nos inciso II e III, respectivamente, estão dispensadas até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 69, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º , e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.000059/2012-33, de 12 de janeiro de 2012, resolvem:

Art. 1º Estabelecer o Processo Produtivo Básico para o produto FILTRO DE RADIOFREQUÊNCIA PARA EQUIPAMENTOS DE RADIODIFUSÃO (BROADCAST), industrializados no País, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - estampagem, corte, dobra, usinagem e tratamento superficial das partes metálicas, quando aplicável;

II - soldagem e montagem dos subconjuntos que compõem o filtro;

III - integração das partes mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes para a montagem do produto final; e

IV - execução da sintonia do filtro (tunning).

Parágrafo único. Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, no País, exceto a etapa descrita nos incisos III e IV que não poderão ser objeto de terceirização.

Art. 2º A fabricação das partes metálicas, conforme relacionada no inciso I, deverá atender ao seguinte cronograma, tomando-se como base o valor total das peças metálicas utilizadas no ano-calendário:

I - de 1º de janeiro até 30 de junho de 2012: 5 % (cinco por cento) da produção correspondente ao período considerado;

II - de 1º de julho até 31 de dezembro de 2012: 50% (cinquenta por cento) da produção correspondente ao período considerado; e

III - de 1º de janeiro de 2013 em diante: 85% (oitenta e cinco por cento) da produção, no ano-calendário.

Art. 3º Da totalidade dos filtros produzidos, no ano-calendário, até 10% (dez por cento) estão dispensados da obrigatoriedade das etapas estabelecidas nos incisos I, II e III do art. 1º , desde que sejam filtros com potências superiores a 4KW.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 70, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º , e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.000059/2012-33, de 12 de janeiro de 2012, resolvem:

Art. 1º Estabelecer o Processo Produtivo Básico para o produto FILTRO DE RADIOFREQUÊNCIA PARA EQUIPAMENTOS DE RADIODIFUSÃO (BROADCAST), industrializados na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - estampagem, corte, dobra, usinagem e tratamento superficial das partes metálicas, quando aplicável;

II - soldagem e montagem dos subconjuntos que compõem o filtro;

III - integração das partes mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes para a montagem do produto final; e

IV - execução da sintonia do filtro (tunning).

Parágrafo único. Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, no País, exceto a etapa descrita nos incisos III e IV que não poderão ser objeto de terceirização.

Art. 2º A fabricação das partes metálicas, conforme relacionada no inciso I, deverá atender ao seguinte cronograma, tomando-se como base o valor total das peças metálicas utilizadas no ano-calendário:

I - de 1º de janeiro até 30 de junho de 2012: 5 % (cinco por cento) da produção correspondente ao período considerado;

II - de 1º de julho até 31 de dezembro de 2012: 50% (cinquenta por cento) da produção correspondente ao período considerado; e

III - de 1º de janeiro de 2013 em diante: 85% (oitenta e cinco por cento) da produção, no ano-calendário.

Art. 3º Da totalidade dos filtros produzidos, no ano-calendário, até 10% (dez por cento) estão dispensados da obrigatoriedade das etapas estabelecidas nos incisos I, II e III do art. 1º , desde que sejam filtros com potências superiores a 4KW.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 71, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no §6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º , e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC no 52000.017741/2005-46, de 9 de junho de 2005, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto ACUMULADOR ELÉTRICO PRÓPRIO PARA TERMINAL PORTÁTIL DE TELEFONIA CELULAR, da posição NCM 8517.12, industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 230, de 24 de dezembro de 2009, passa a ser o seguinte:

I - fabricação das células acumuladoras de carga;

II - injeção das tampas plásticas superiores e inferiores, quando aplicável;

III - estampagem dos terminais e pinos, exceto quando enfitados ou sobremoldados;

IV - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso, quando aplicável;

V - montagem e soldagem das células acumuladoras de carga; e

VI - integração do conjunto de células acumuladoras de carga e das partes mecânicas na formação do produto final.

§ 1º As etapas do Processo Produtivo Básico descritas nos incisos IV, V e VI deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, podendo as etapas descritas nos incisos I, II e III ser realizadas em outras regiões do País.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa constante do inciso VI que não poderá ser objeto de terceirização.

Art. 2º Fica dispensado o cumprimento da etapa constante do inciso I do art. 1º até que haja efetiva produção no País.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º De 1º de janeiro de 2006 em diante, fica temporariamente dispensado o cumprimento da etapa estabelecida no inciso II do art. 1º , no percentual de 15% (quinze por cento), tendo-se como base o volume de produção da empresa, obtido no ano calendário.

Art. 4º Fica dispensado o cumprimento das etapas estabelecidas nos incisos III e IV do art.1º , no percentual de 25% (vinte e cinco), em termos de quantidade, do total de acumuladores elétricos produzidos no ano calendário.

Parágrafo único. Ficam temporariamente dispensadas da montagem local as placas de circuito impresso de tecnologia Chip On Board - COB.

Art. 5º A partir de 1º de janeiro de 2011 em diante, caso os percentuais estabelecidos no caput dos arts. 3º e 4º sejam ultrapassados, a empresa ficará obrigada a cumprir a diferença residual, em relação ao percentual máximo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano subsequente, sem prejuízo das obrigações correntes.

Parágrafo único A diferença residual a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder a 5 % (cinco por cento), tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

Art. 6º Para os novos fabricantes com projetos aprovados e em fase de implantação, os limites estabelecidos nos arts. 3º e 4º serão calculados com base nos programas de produção previstos em projeto para o primeiro ano de operação.

Art. 7º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria MDIC/MCT nº 230, de 24 de dezembro de 2009.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia
e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 72,
DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º , e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52000.017741/2005-46, de 9 de junho de 2005, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto ACUMULADOR ELÉTRICO PRÓPRIO PARA TERMINAL PORTÁTIL DE TELEFONIA CELULAR, da posição NCM 8517.12, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 229, de 24 de dezembro de 2009, passa a ser o seguinte:

I - fabricação das células acumuladoras de carga;

II - injeção das tampas plásticas superiores e inferiores, quando aplicável;

III - estampagem dos terminais e pinos, exceto quando enfitados ou sobremoldados;

IV - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso, quando aplicável;

V - montagem e soldagem das células acumuladoras de carga; e

VI - integração do conjunto de células acumuladoras de carga e das partes mecânicas na formação do produto final.

Parágrafo único. Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa constante do inciso VI que não poderá ser objeto de terceirização.

Art. 2º Fica dispensado o cumprimento da etapa constante do inciso I do art. 1º até que haja efetiva produção no País.

Art. 3º De 1º de janeiro de 2006 em diante, fica temporariamente dispensado o cumprimento da etapa estabelecida no inciso II do art. 1º , no percentual de 15% (quinze por cento), tendo-se como base o volume de produção da empresa, obtido no ano calendário.

Art. 4º Fica dispensado o cumprimento das etapas estabelecidas nos incisos III e IV do art.1º , no percentual de 25% (vinte e cinco), em termos de quantidade, do total de acumuladores elétricos produzidos no ano calendário.

Parágrafo único. Ficam temporariamente dispensadas da montagem local as placas de circuito impresso de tecnologia Chip On Board - COB.

Art. 5º A partir de 1º de janeiro de 2011 em diante, caso os percentuais estabelecidos no caput dos arts. 3º e 4º sejam ultrapassados, a empresa ficará obrigada a cumprir a diferença residual, em relação ao percentual máximo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano subsequente, sem prejuízo das obrigações correntes.

Parágrafo único A diferença residual a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder a 5 % (cinco por cento), tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

Art. 6º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria MDIC/MCT nº 229, de 24 de dezembro de 2009.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia
e Inovação

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 38, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Aprova o enquadramento do Projeto de Modernização do Estádio Nacional de Brasília, para fins de habilitação no RECOPA, nos termos da Portaria nº 209, de 10 de novembro de 2010, alterada pela Portaria nº 104, de 2 de setembro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 18, da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, no art. 6° do Decreto 7.319, de 28 de setembro de 2010, e considerando as razões constantes das manifestações proferidas nos autos do Processo Administrativo nº 58701.004299/2011-15, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento do projeto de construção do Estádio Nacional de Brasília, de propriedade do Governo do Distrito Federal, no Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol - RECOPA.

Art. 2º Relacionar os dados do titular do projeto, conforme informações prestadas pelo governo do Distrito Federal, nos termos do Anexo Único. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

ANEXO ÚNICO

Nome Empresarial	CNPJ	Descrição do Projeto
NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil	00.037.457/0001-70	Reforma, ampliação e modernização do Estádio Nacional de Brasília -antigo Estádio Mané Garrincha

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 4, DE 29 FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE , no uso das suas competências que lhe foi subdelegada pelo Art. 3º da Portaria nº 36, de 07 de Fevereiro de 2003, Resolve:

Art. 1º Subdelegar ao Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, a concordância com o afastamento de atleta, profissional especializado ou dirigente, servidor público ou militar, da Administração Pública direta e indireta, autarquia ou fundacional, convocado para integrar representação nacional em treinamento ou competição desportiva no país ou no exterior, nos termos do Art. 84 da Lei n.º 9.615 de 24 de março de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA

Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 55, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, bem como considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301 e no art. 4º -A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da Rio Doce Geologia e Mineração S. A. - DOCEGEO, para compor quadro especial em extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, conforme determinado pela Portaria nº 981, de 23 de dezembro de 2010, do Ministério de Minas e Energia, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao DNPM notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao DNPM no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no DNPM.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
004.151.462-91	ASSIS DE RIBAMAR WANDERLEY AMORAS	04599.519879/2004-79
109.412.662-49	EFIGENIA RIBEIRO TAVARES	04599.513780/2004-63
014.391.202-00	HIGINO JOAQUIM MAGALHÃES	04599.519868/2004-99
038.232.102-20	JOÃO VALENTE MONTEIRO	04599.519880/2004-01
032.412.462-72	JOAQUIM FIGUEIREDO DO NASCIMENTO	04599.519870/2004-68
361.880.427-04	MARIA LEONETE FERREIRA EGUES	04599.519878/2004-24
057.564.212-20	RAIMUNDO AGNALDO ALVES DA SILVA	04599.519875/2004-91
057.173.292-53	RAIMUNDO NONATO PEREIRA LOPES	04599.519872/2004-57
134.727.472-34	WALBER FORTUNATO BENTIVI	04599.519877/2004-80

PORTARIA Nº 56, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, bem como considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º -A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Telecomunicações do Rio de Janeiro S. A. - TELERJ, para compor quadro especial em extinção do Ministério das Comunicações - MC, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MC notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MC no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
057.305.387-15	ANTONIO DOS SANTOS	04599.522094/2004-83
446.549.017-87	CARLOS ROBERTO CARDOSO	04599.521126/2004-23
728.295.167-53	COSME FALCAO	04599.523057/2004-92
666.825.507-82	ECILA BARBOSA BRAGA	04599.523038/2004-66
350.880.527-15	JAIR MARTINS	04599.523049/2004-46
270.560.237-20	JOAO GOMES FILHO	04599.517061/2004-11
562.703.307-00	WILSON GUIMARÃES CLARENCE	05586.011012/2011-19

PORTARIA Nº 57, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, do empregado constante do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à FIOCRUZ notificar, no prazo de trinta dias, o empregado para se apresentar ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º O empregado deverá se apresentar à FIOCRUZ no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na FIOCRUZ.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
786.193.357-15	JOSE CLAUDIO DA SILVA	04599.502457/2004-64

PORTARIA Nº 58, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º -A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Telecomunicações de Pernambuco S. A. - TELPE, para compor quadro especial em extinção do Ministério das Comunicações - MC, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MC notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MC no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
104.197.304-78	CLAUDIO JOSE DOS SANTOS	04599.509016/2004-93
101.793.804-00	EDVALDO GOMES FERRAZ	04599.509017/2004-38
084.575.304-53	ILMA LIMA FERREIRA	04599.513777/2004-40
354.817.494-91	LENY CANDIDA FERREIRA	04599.509005/2004-11
102.314.634-72	MARCILIO DE BARROS PIMENTEL	04500.006963/2004-79
031.915.674-53	MARIA DA SALETE UCHOA SALES	04500.006964/2004-13
125.713.004-82	SEVERINA LOPES PEREIRA	10480.001390/2004-75
066.241.464-00	VILMA CLEIDE SILVA DE FREITAS	04500.006968/2004-00

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 14, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização contida no art. 52, § 2º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e

Considerando a necessidade de viabilizar a utilização, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, de recursos de doação oriundos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinados à execução de despesas relativas ao projeto de diagnóstico e fortalecimento dos judiciários estaduais, não previstos na Lei Orçamentária de 2012 - LOA-2012; e

Considerando a aprovação da referida operação de crédito não reembolsável, por meio da Recomendação nº 1271, de 1º de novembro de 2011, da Secretaria-Executiva da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos, constantes da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, no que concerne ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Outras Alterações Orçamentárias — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	**Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário**							**810.000**
		ATIVIDADES							
02 032	**1389 2B66**	**Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário**							**810.000**
02 032	1389 2B66 0001	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário - Nacional							810.000
			F	3	2	90	0	195	807.120
			F	4	2	90	0	195	2.880
TOTAL - FISCAL									**810.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**810.000**

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Outras Alterações Orçamentárias — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	**Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário**							**810.000**
		ATIVIDADES							
02 032	**1389 2B66**	**Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário**							**810.000**
02 032	1389 2B66 0001	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário - Nacional							810.000
			F	3	2	90	0	100	807.120
			F	4	2	90	0	100	2.880
TOTAL - FISCAL									**810.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**810.000**

PORTARIA Nº 15, DE 1º DE MARÇO DE 2012

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º , inciso II, alíneas "a" e "b" e § 1º , do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, e a delegação de competência de que trata o art. 3º , incisos I e II, da Portaria MP nº 49, de 28 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Remanejar e ajustar, respectivamente, os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.680, de 2012, e o detalhamento contido nos Anexos I e VI da Portaria MP nº 49, de 2012, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC*
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO VI DA PORTARIA MP Nº 49, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
36000	Ministério da Saúde	26.962.606
39000	Ministério dos Transportes	554.106.888
53000	Ministério da Integração Nacional	185.655.553
56000	Ministério das Cidades	77.474.851
TOTAL		844.199.898

* Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 49, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
36000	Ministério da Saúde	26.962.606
39000	Ministério dos Transportes	50.000.000
71000	Encargos Financeiros da União	764.084.591
TOTAL		841.047.197

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC*
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO VI DA PORTARIA MP Nº 49, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
20000	Presidência da República	3.152.701
TOTAL		3.152.701

* Inclui recursos de todas as fontes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 27 de fevereiro de 2012

Registro Sindical.

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Portarias nº 43, de 22 de janeiro de 2009 e na Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008, resolve CONCEDER o registro sindical ao seguinte sindicato:.

Processo	46226.003273/2010-42
Entidade	Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Tocantins - TO.
CNPJ	11.413.412/0001-70
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Tocantins
Categoria Econômica	das Agências de propaganda e publicidade.
Fundamento	Nota Técnica RES Nº 0153 /2012/ CGRS/SRT/DICNES

Processo	46214.002117/2011-84
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos (a) do Estado do Piauí
CNPJ	12.062.531/0001-98
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Piauí

Categoria profissional: Trabalhadores e trabalhadoras domésticos (a), cozinheiras, copeiras, camareiras, babás, mordomos, jardineiros, vigias, governantas, caseiros e demais trabalhadores no âmbito doméstico do Estado do Piauí.

Fundamento	Nota Técnica RES Nº 0152 /2012/ CGRS/SRT/DICNES

Registro de Alteração Estatutária.

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Portarias nº.43, de 22 de janeiro de 2009 e na Portaria 186 publicada no DOU em 14 de abril de 2008, resolve Conceder o Registro de Alteração Estatutária aos seguintes sindicatos:

Processo	46211.008210/2010-41
Entidade	SOAC- Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas, Estamparias, Cama e Mesa e Banho de Divinópolis e Região.
CNPJ	23.777.840/0001-60
Abrangência	Intermunicipal

Base territorial: Arcos, Bambuí, Bom Despacho, Camacho, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Cláudio, Córrego Danta, Divinópolis, Dores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Iguatama, Itapecerica, Itaúna, Japaraíba, Luz, Martinho Campos, Medeiros, Oliveira, Pains, Pará de Minas, Pedra do Indaiá, Santo Antônio do Monte, São Francisco de Paula, São Sebastião do Oeste, Serra da Saudade, Passa Tempo, Cristais, Candeias, Campo Belo, Santo Antônio do Amparo e Tapiraí - MG.

Categoria Profissional	dos oficiais alfaiates, costureiras e trabalhadores na indústria de confecção de roupas, estamparia, cama, mesa e banho, bordados, bichos de pelúcia, fraldas descartáveis, absorventes íntimos
Fundamento	Nota Técnica RAE Nº 0150 /2012/ CGRS/SRT/DICNES

Processo	46218.007448/2009-56
Entidade	Sindicato das Empresas de Representação Comercial e dos Representantes comerciais Autônomos da Região Nordeste do Rio Grande do Sul - SIRECOM NORDESTE/RS.
CNPJ	90.772.484/0001-80
Abrangência	Intermunicipal

Base Territorial: Alto Feliz, Antônio Prado, Bom Jesus, Bom Princípio, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Canela, Capão Bonito do Sul, Caxias do Sul, Esmeralda, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Gramado, Igrejinha, Ipê, Jaquirana, Lindolfo Collor, Linha Nova, Monte Alegre dos Campos, Morro Reuter, Muitos Capões, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, Pinhal da Serra, Presidente Lucena, Rolante, Santa Maria do Herval, São Francisco de Paula, São José do Hortêncio, São José dos Ausentes, São Marcos, São Sebastião do Caí, Três Coroas, Tupandi, Vacaria e Vale Real - RS

Categoria econômica	Representantes comerciais (representantes comerciais autônomos e empresas de representação comercial), integrantes do 3º Grupo - Agentes autônomos do comércio..
Fundamento	Nota Técnica RES Nº 0151 /2012/ CGRS/SRT/DICNES

Em 29 de fevereiro de 2012

Anulação de Ato.

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Portarias nº 43 de 22 de janeiro de 2009 e na Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 e Nota técnica nº 037/2012/AIP/SRT/MTE, resolve ANULAR o ato administrativo que concedeu o registro da alteração estatutária em favor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Armação de Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, São Pedro D'aldeia, Iguaba Grande, Araruama, Saquarema e Maricá - RJ (entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 30.140.354/0001-00), e a repristinação do ato administrativo que determinou o sobrestamento do processo administrativo nº 46000.011657/2002-73.

ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 14 de fevereiro de 2012

Arquivamento.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46220.001546/2010-74
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Rio Fortuna e Região SINTRAF
CNPJ	82.580.044/0001-00
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 0154/2012/CGRS/SRT/MTE

Arquivamento.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46205.006865/2011-45
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Horizonte - SISPHO
CNPJ	01.973.648/0001-07
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 0156/2012/CGRS/SRT/MTE

Processo	46222.003035/2011-58
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cametá - SINSERP.
CNPJ	11.683.103/0001-10
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 0155/2012/CGRS/SRT/MTE

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de fevereiro de 2012

Nº 3 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46211.001176/2012-46 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006, homologa o Plano de Cargos e Salários da empresa Via Networks Engenharia Ltda ME, inscrita no CNPJ 08.422.945/0001-03, situada na Rua Ceará, 741, sala 104, Bairro Funcionários, cep. 30.150-311, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

Nº 4 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46238.000994/2011-42 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006, homologa o Plano de Carreira Docente da Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio - FUNCECP, mantenedora do Centro Universitário do Cerrado Patrocínio, inscrito no CNPJ 17.839.812/0001-28, situada na Rua Artur Botelho, s/n, cep. 38.740-000, na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ALYSSON PAIXÃO DE OLIVEIRA ALVES.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 32, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46425.000415/2011-54, conceder autorização à empresa: KS PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA., inscrita no CPNJ sob o nº 01.174.144/0001-27, situada à Rodovia Arnaldo Júlio Mauerberg, nº 4000, Bloco 1, Distrito Industrial 01, Município de Nova Odessa, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 30 de abril de 2013, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados são os constantes às fls. 32 e 33 do referido processo, sendo para os funcionários administrativos, e dos funcionários em sistema de revezamento dos turnos 1, 2 e 3. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 33, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46425.000416/2011-07, conceder autorização à empresa: SPG AUTOMOTIVE BRAZIL LTDA., inscrita no CPNJ sob o nº 57.576.274/0001-40, situada à Rodovia Arnaldo Júlio Mauerberg, nº 4000, Distrito Industrial 01, Município de Nova Odessa, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 30 de abril de 2013, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados são os constantes às fls. 31 e 32 do referido processo, sendo para os funcionários administrativos, e dos funcionários em sistema de revezamento dos turnos 1, 2 e 3. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 34, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo N.º 46382.000285/2011-01, resolve conceder autorização à empresa: EXPRESSO LIMEIRA DE VIAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 51.421.832/0009-70, para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado na Avenida Brasil, 3200, Bairro: Distrito Industrial, Município de Rio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Claro, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 35, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo N.º 46382.000286/2011-48, resolve conceder autorização à empresa: EXPRESSO JAGUAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 68.063.973/0001-03, para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado na Avenida Presidente Kennedy, 184, Bairro: Aeroporto, Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 36, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Portaria n.º 02 de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho - MTE, e de conformidade com a documentação juntada no processo n.º 46219.029696/2011-62, constante às fls. 01 às 03, fls. 23 às fls. 34; fls. 61 às fls. 82; fls. 84 às fls. 103, HOMOLOGA O QUADRO DE CARREIRA DE DOCENTE da FUNDAÇÃO ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO - SP, CNPJ Nº 62.327.663/0001-72, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Doutor Cesário Mota Jr. Nº 61 - Vila Buarque - CEP: 01221-020 - São Paulo - SP.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 37, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Portaria n.º 02 de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho - MTE, de conformidade com a documentação juntada no processo n.º 46219.007524/2011-38, constante às fls. 01 às fls. 24; fls. 33 às fls. 35; fls. 38; fls. 40; fls. 42; fls. 43; fls. 45 às fls. 62 e fls. 68 às fls. 80, HOMOLOGA O QUADRO DE CARREIRA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL da SERVITEC INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 05.208.211/0001-38, com sede na Av. Dr. Abraão Ribeiro, 53 - Barra Funda - CEP: 01133-020 - São Paulo - SP.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 38, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Portaria n.º 02 de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho - MTE, de conformidade com a documentação juntada no processo n.º 46219.020880/2011-47, constante às fls. 02 às fls. 09; fls. 12 e fls. 49 às fls. 86, HOMOLOGA O QUADRO DE CARREIRA DOCENTE da FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - FESPSP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 63.056.469/0001-62, com sede na Rua General Jardim, 522 - Vila Buarque - CEP: 01223-010- São Paulo - SP.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 39, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Portaria n.º 02 de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho - MTE, de conformidade com a documentação juntada no processo n.º 46219.007701/2011-86, constante às fls. 01 às fls. 09 e fls. 46 às fls. 60, HOMOLOGA O QUADRO DE CARREIRA DOCENTE da SESP - SOCIEDADE EDUCACIONAL SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 44.012.151/0001-35, com sede na Av. Nove de Julho, 5520 - CEP: 01406-200 - Jardim Europa - São Paulo - SP.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

Ministério dos Transportes

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 90, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VII do art. 1º da Portaria/SE-MT nº 281, de 5 de outubro de 2010, publicada no DOU nº 192, de 6 de outubro de 2010, e

Considerando o exposto no Despacho nº 118/2012-CGRL/SAAD/SE/MT, de 29/2/2012, da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos deste Ministério, constante do Processo nº 50000.003190/2012-37, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa PRESTACIONAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA., cadastrada no CNPJ sob o nº 05.496.394/0001-34, a penalidade de advertência nos termos do artigo 87, inciso I da Lei nº 8.666/1993, aplicada subsidiariamente ao Contrato nº 43/2010-MT, com o respectivo registro no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores da Administração Pública Federal), tendo em vista o descumprimento do item "II" da Cláusula Décima - Das Obrigações da Contratada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 3.785, de 15.02.12, publicada no DOU nº 42, Seção 1, pág. 88, onde se lê: "...Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor a partir de zero hora do dia 5 de março de 2011."., leia-se: "...Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor a partir de zero hora do dia 5 de março de 2012.".

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÃO LIMINAR DE 1º DE MARÇO DE 2012

PROCESSO: PCA nº 0.00.000.000182/2012-61
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Wendell Beetoven Ribeiro Agra
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

DECISÃO LIMINAR

(...)Por fim, ressalte-se que o indeferimento da liminar é reversível, dada a possibilidade de se anular a eleição para composição do CSMP/RN, caso assim venha a entender o Plenário deste Conselho Nacional.

Ante o exposto, num juízo de delibação próprio da tutela de urgência, entendo ausente o fumus boni juris, motivo pelo qual denego a liminar.

Intime-se o requerente pelo endereço eletrônico utilizado para a remessa da inicial (fl. 01).

Intime-se o Exmo. Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, via fax, assinalando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente informações (art. 110 do RICNMP).

Expeça-se edital para notificação de eventuais interessados (art. 110, parágrafo único, do RICNMP).

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 988 Data:29/02/2012 Hora:09:43

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000185/2012-02
Tipo Proc: Proposta de Resolução - RES
Origem : Brasília/DF
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000186/2012-49
Tipo Proc: Proposta de Resolução - RES
Origem : Brasília/DF
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000181/2012-16
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Bahia
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.000182/2012-61
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Natal/RN
Relator : Mario Luiz Bonsaglia

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

ACÓRDÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
Nº 0.00.000.001858/2010-71
RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Servidora do Ministério Público do Estado do Amazonas
ADVOGADO: Rubenito Cardoso da Silva Junior - OAB/AM 4.947
EMENTA: PEDIDO DE NOVA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADA PELA PORTARIA - CNMP - CONS/GAB/SF - N.º 01, DE 26 DE ABRIL DE 2011. NECESSIDADE DEVIDAMENTE JUSTICADA. DEFERIMENTO.

1. A Comissão de Processo Disciplinar requereu, justificadamente, nova prorrogação do prazo para a conclusão da instrução do processo disciplinar.

2. Deferimento do pleito da Comissão de Processo Disciplinar, nos termos do art. 182, parágrafo único, da Lei Estadual nº 1.762, de 14 de novembro de 1986.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Disciplinar de n.º 0.00.000.001858/2010-71, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em prorrogar novamente o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar designada pela Portaria CONS/GAB/SF nº 01, de 26 de abril de 2011 que nele atua, pelo prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do parágrafo único, do art. 182, da Lei Estadual nº 1.762, de 14 de novembro de 1986.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

ACÓRDÃOS DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

PROCESSO N° 0.00.000.001729/2011-64
ASSUNTO: Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho - RCA
REQUERENTE: Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho
REQUERIDO: Ministério Público Federal
EMENTA: RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO (RCA). DESCUMPRIMENTO DE ACÓRDÃO UNÂNIME DO CNMP SOB ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL NO DECISUM. EXTEMPORANEIDADE DO ARGUMENTO TRAZIDO PELO MPF. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE VANTAGEM PESSOAL (VPNI-QUINTOS). IMPOSSIBILIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO. DESCABIMENTO DA REDISCUSSÃO ADMINISTRATIVA DA MATÉRIA A TÍTULO DE AUTOTUTELA, UMA VEZ RECONHECIDA A DECADÊNCIA PELO CNMP.

1.Após o trânsito em julgado de acórdão unânime do CNMP que reconheceu a decadência do direito da Administração do Ministério Público Federal rever vantagem pessoal concedida a membro da instituição, descabe a rediscussão da matéria na via administrativa, somente sendo possível a impugnação da decisão deste Conselho perante o Supremo Tribunal Federal (CF/1988, art. 102, I, "r").

2.Reclamação conhecida e, no mérito, julgada procedente para determinar ao MPF o cumprimento integral do acórdão do CNMP e a manutenção do pagamento da vantagem percebida (VPNI-Quintos).

ACÓRDÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, conheceu da Reclamação, julgando-a procedente, para confirmar a medida cautelar deferida em 6 de janeiro de 2012, determinando ao MPF o cumprimento integral do acórdão prolatado nos autos do PCA nº 0.00.000.001392/2009-71, do que resultou anulada a decisão da Secretaria-Geral daquele órgão no Processo Administrativo nº 1.00.000.001755/2010-56, de tal modo que o Requerente continue percebendo a vantagem decorrente da incorporação de quintos e que o MPF se abstenha de promover qualquer desconto na folha de pagamento do Requerente por suposto passivo relacionado à vantagem discutida no feito.

FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA
Relator

ACÓRDÃOS DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Procedimento de Controle Administrativo
0.00.000.000900/2011-18
RELATOR: Conselheiro Alessandro Tramujas Assad
REQUERENTE: Cecília Carvalho Marins Dourado e outros
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PERMUTA ENTRE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Alegação de vícios no ato de revogaÇão da resolução n° 007/2003 e não observância dos princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade na apreciação de remoção por permuta pelo conselho superior do ministério público. Inocorrência. Ofensa AOS PRincíPIOs DA IMPESSOALIDADE E MORALIDADE não caracterizada. PERMUTA DEFERIDA EM OBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS previstos NA LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E NA LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO Da BAHIA. Ausência de nulidade. Improcedência do pedido.

1.A remoção por permuta nos Ministérios Públicos dos Estados tem seus requisitos previstos na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8625/93).

2.No Ministério Público do Estado da Bahia as regras de remoção por permuta também estão previstas na Lei Complementar n 11/96, não sendo lícito impor restrições a Permuta mediante resolução normativa interna.

3.Ausência de nulidade no ato do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia que revogou expressamente a Resolução n° 007/03 e nas remoções por permuta autorizadas com base na lei vigente.

4.Na esfera de sua autonomia, cabe ao Ministério Público do Estado da Bahia, balizado pela Constituição Federal e pela Lei 8.625/93, conforme sua oportunidade e conveniência, encaminhar Projeto de Lei ao Poder Legislativo a respeito do tema.

5.Improcedência do pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar improcedente o pedido formulado no presente procedimento de controle administrativo.

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Relator

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.001010/2011-23
RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: Associação Goiana do Ministério Público - AGMP
ADVOGADOS: Alexandre Iunes Machado - OAB/GO nº 17.275
Carlos Magno Correia de Sá - OAB/GO nº 29.437
Bruno Oliveira R. Guimarães - OAB/GO nº 26.891
INTERESSADO: Lauro Machado Nogueira - Presidente da AGMP
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Goiás
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO CONVOCADO OU DESIGNADO PARA SUBSTITUIÇÃO. DIFERENÇA DE VENCIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 45 DA LEI Nº 8.625/1993. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. SIMETRIA CONSTITUCIONAL ENTRE MAGISTRATURA E MINISTÉRIO PÚBLICO. ART. 129, §4º, DA CF. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. A designação de um Promotor de Justiça substituto para responder temporariamente pela titularidade de Promotoria de Justiça decorre do normal desenvolvimento de suas atribuições, motivo pelo qual sua remuneração não deve sofrer qualquer acréscimo em decorrência dessa eventual designação.

2. O disposto no art. 45 da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993) não se aplica aos Promotores de Justiça Substitutos, mas somente aos membros do Ministério Público titulares designados para substituição.

3. Conforme precedentes do STF, STJ e do próprio CNJ, os juízes substitutos não fazem jus à diferença remuneratória, mesmo quando atuem em varas em que inexistam juízes titulares.

4. Paridade remuneratória entre Magistratura e Ministério Público dada a simetria constitucional, nos termos do art. 129, §4º, da CF.

5. Improcedência do pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgar improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do relator.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
Nº 0.00.000.000692/2011-57
RELATORA: Conselheira Taís Schilling Ferraz
REQUERENTE: Juscelino Noberto da Silva Neto - Juiz de Direito
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí
EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. PROMOTORIA DE JUSTIÇA NA COMARCA DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA/PI. NÃO COMPARECIMENTO DO MEMBRO MINISTERIAL ÀS AUDIÊNCIAS REALIAZADAS A PRETEXO DO NÃO ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS. SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DE DEVER FUNCIONAL. PROCEDÊNCIA.

1.Configurado o não comparecimento diário ao local de trabalho e a não permanência durante o horário de expediente, sem motivo justificável, caracteriza-se, em tese, infração disciplinar (Art. 82, XVI, da Lei Complementar Estadual nº 12/1993.).

2.Procedência do pedido, determinando-se a instauração de PAD neste Conselho Nacional, nos termos do art. 84 do Regimento Interno do CNMP.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar procedente o presente Pedido de Providências, nos termos do voto da Relatora.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001400/2011-01
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Helcio Gonçalves da Silva
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Amazonas
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. AMPLIAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DO PROMOTOR DE JUSTIÇA. PREVISÃO LEGAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. REGULARIDADE. REQUISIÇÃO DE ABERTURA DE INQUÉRITO POLICIAL. OFERECIMENTO DE DENÚNCIA. PERSEGUIÇÃO NÃO CONFIGURADA. ATIVIDADE-FIM. ENUNCIADO Nº 6 DO CNMP.

1. A ampliação das atribuições do promotor de justiça, por ato do procurador-geral, se fez com amparo no disposto no art. 29, VIII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 11/1993, para garantir a continuidade das atividades institucionais do Ministério Público na comarca de Canutama, o que não configura qualquer desvio a merecer controle deste Conselho Nacional.

2. O fato de a ação penal haver sido trancada por ordem de Habeas Corpus não implica considerá-la como providência temerária do promotor de justiça. Tampouco há falar-se de denunciação caluniosa. O remédio constitucional manejado pelo denunciado obteve parecer contrário do Ministério Público de 2º grau, o que, por si só, demonstra a viabilidade dos elementos de convicção considerados pelos promotores de justiça ao requisitarem a abertura de inquérito policial e posterior oferecimento de denúncia.

3. A atuação finalística do membro do Ministério Público é insuscetível de revisão ou desconstituição, consoante Enunciado nº 6, deste Colegiado.

4. Procedimento de controle administrativo conhecido e improvido. Arquivamento.

ACÓRDÃO

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em arquivar o presente Procedimento de Controle Administrativo.

TITO AMARAL
Relator

PROCESSO: RIEP Nº 0.00.000.001250/2011-28
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: José Jorge Mota da Cruz
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO. INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. SUPOSTA INAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL EM PROCEDER ÀS APURAÇÕES DETERMINADAS PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. PARALISAÇÃO DO FEITO JUSTIFICADA PELA SOBRECARGA DE TRABALHO DA PROMOTORA E POR RAZÕES DE SAÚDE. INSUBSISTÊNCIA DA INÉRCIA MINISTERIAL. ICP DEVOLVIDO AO CONSELHO SUPERIOR. IMPROCEDÊNCIA DA RIEP.

1. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP, instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia - MP/BA, em que se atribui àquele órgão ministerial carência de impulso ao Inquérito Civil Público nº 190.0.131188/2009.

2. Eventual paralisação do feito investigatório justificada pela sobrecarga de trabalho da promotoria, com uma única representante ministerial a oficiar perante quatro magistrados.

3.Situação agravada pelos problemas de saúde sofridos pela promotora de justiça, que ocasionaram seu afastamento das atividades ministeriais por cerca de 40 (quarenta) dias.

4.Evidenciada a deficiência estrutural do Ministério Público na localidade, tanto que instalada a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nazaré/BA.

5.Insubsistente o possível estado de inércia ministerial no Inquérito Civil Público, feito já devolvido ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, para as devidas providências.

6.Improcedência da RIEP.

ACÓRDÃO

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar improcedente a presente Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.

TITO AMARAL
Relator

PROCESSO DISCIPLINAR
Nº 0.00.000.000312/2011-84
RELATORA: Taís Schilling Ferraz
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá
EMENTA: PROCESSO DISCIPLINAR. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. DESCUMPRIMENTO DE DEVER FUNCIONAL NA CONDUÇÃO DE FEITO ADMINISTRATIVO. INOCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. FALTA DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RELATIVA À DISTRIBUIÇÃO E AO ANDAMENTO DE PROCEDIMENTOS INTERNOS. RECOMENDAÇÃO.

1.O acervo probatório constante dos autos demonstra que não houve responsabilidade do acusado no decurso do prazo de quase oito anos para apreciação de pedido de aposentadoria.

2.Para caracterização do descumprimento de dever funcional, exigir-se-ia que o acusado agisse com culpa ou dolo na condução do citado procedimento administrativo, o que não ocorreu.

3.Absolvição do Procurador de Justiça Joel Sousa das Chagas face à inocorrência descumprimento de dever funcional por parte do acusado na condução, como relator, de pedido de aposentadoria de membro do MP/AP.

4.A inércia que ensejou o Processo Administrativo Disciplinar é de responsabilidade difusa, decorrendo da inexistência de rotinas definidas de autuação, distribuição e controle dos procedimentos administrativos, a exigir pronta atenção da Administração, com vistas a evitar que situações como a presente se repitam.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em absolver o Procurador de Justiça Joel Sousa das Chagas face à inocorrência descumprimento de dever funcional.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora

PROCESSO: RPD Nº 0.00.000.001525/2009-17
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná e outros
REQUERIDO (Embargante): Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA PELO NÃO ENFRENTAMENTO DAS TESES DE DEFESA COM "ARGUMENTOS IDÔNEOS". INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer parcialmente dos embargos declaratórios e, na parte conhecida, rejeitá-los, nos termos do voto do Relator.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Nº 0.00.000.000450/2011-63
RELATORA: Taís Schilling Ferraz
EMBARGANTE: Francis Bullos
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO NA INTERPRETAÇÃO DA DATA DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. CONHECIMENTO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. IMPROVIMENTO.

1.A teor do art. 45, § 2º, I do RICNMP, o prazo para apresentação dos embargos de declaração tem, como dies a quo, a data da publicação do acórdão embargado na imprensa oficial.

2.Erro na interpretação da data registrada em certidão dos autos. Embargos opostos tempestivamente.

3.No mérito, manutenção da decisão embargada. Inexistência de contradição ou omissão na análise dos fatos e argumentos jurídicos pelo colegiado.

4.A irresignação do recorrente contra a decisão colegiada não autoriza o provimento dos embargos de declaração, recurso voltado à exclusiva correção ou supressão de contradições, omissões ou obscuridades no julgado.

5.Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer os embargos de declaração mas negar-lhes provimento, nos termos do voto da relatora.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000144/2012-16
RECLAMANTE: CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA FEDERAL
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)
Assim, opinamos pelo arquivamento sumário desta RD, com fundamento no art. 130-A, §2º, da CF e art. 31, I do RICNMP.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012
LUÍS PAULO VILLAFAÑE GOMES SANTOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 37/38 nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o ARQUIVAMENTO SUMÁRIO do presente feito, com fulcro no art. 130-A, § 2º, da CF e art. 31, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário e ao interessado, nos termos regimentais.

Publique-se e
Registre-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DE JULGAMENTOS

2ª Sessão Ordinária de 2012

Data: 6.3.2012 (terça-feira)
Hora: 9 horas
Local: Plenário do Conselho Superior do MPF (Procuradoria Geral da República - SAF Sul - Quadra 4 - Conjunto C - Bloco A - Cobertura - Sala AC-05)

PAUTA DESTA SESSÃO

1)
Processo nº : 1.00.001.000052/2004-52
Interessado(a) : 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF
Assunto : Regimento Interno
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Maria Caetana Cintra Santos

2)
Processo : 1.00.001.000141/2005-80
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Convocação de Procurador Regional da República para substituir Subprocurador-Geral da República.
Origem : Distrito Federal

3)
Processo nº : 1.00.001.000075/2009-71
Interessado(a) : 2ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Controle externo da atividade policial. Resoluções CSMPF nos 88 e 99. Alteração. Anteprojeto de Resolução CSMPF nº 33.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. José Flaubert Machado Araújo

4)
Processo nº : 1.00.001.000040/2011-57
Interessado(a) : 1ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Regimento Interno da 1ª CCR. Alteração.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. José Flaubert Machado Araújo

5)
Processo nº : 1.00.001.000119/2011-88
Interessado(a) : Corregedoria do Ministério Público Federal
Assunto : Estágio Probatório
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot Monteiro de Barros

6)
Processo nº : 1.00.001.000190/2011-61
CGMPF nº : 1.00.002.000037/2011-23
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot Monteiro de Barros

7)
Processo nº : 1.00.001.000204/2011-46
Interessado(a) : Sr. Francisco de Assis Correa do Couto
Assunto : Recurso em face da Decisão nº 131/2011-EA/Corregedor-Geral do MPF. Arquivamento do Expediente CGMPF nº 0041/2011.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Maria Caetana Cintra Santos

8)
Processo nº : 1.00.001.000205/2011-91
Interessado(a) : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Assunto : Concurso público. Procurador da República. Criação/concessão de bolsas de estudos destinadas aos candidatos afro-brasileiros.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot Monteiro de Barros

9)
Processo nº : 1.00.001.000001/2012-31
Interessado(a) : 2ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Suposto prejuízo na atuação do Núcleo Criminal em inquéritos e ações penais contra Prefeitos e Deputados Estaduais no âmbito da 2ª Região, em razão do reduzido número de PRRs.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Aurélio Virgílio Veiga Rios

10)
Processo nº : 1.00.001.000011/2012-76
Interessado(a) : Sr. Plínio Marcos Moreira da Rocha
Assunto : Recurso em face da Decisão nº 147/2011-EA/Corregedor-Geral do MPF. Arquivamento do Expediente CGMPF nº 0043/2011.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

11)
Processo nº : 1.00.001.000012/2012-11
Interessado(a) : Dra. Andréa Walmsley Soares Carneiro
Assunto : Afastamento. Referendar.
Origem : Pernambuco
Relator(a) : Cons. José Flaubert Machado Araújo

PROCESSOS QUE PERMANECEM EM PAUTA

12)
Incluído na pauta da 2ª Sessão Ordinária (1º.3.2011)
Processo nº : 1.00.001.000145/2010-25
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Anteprojeto de Resolução nº 23. Regulamenta o plantão permanente cível da tutela coletiva e o criminal, pelo MPF.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

Incluído na pauta da 5ª Sessão Ordinária (7.6.2011)
13)
Processo nº : 1.00.001.000025/2011-17
Interessado(a) : Dr. Mário Ferreira Leite
Assunto : Recurso em face da Decisão nº 93/2010-AMGG/Corregedoria do MPF. Arquivamento do procedimento preliminar nº 1.00.002.000014/2009-02.
Origem : Rio de Janeiro
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau.

Incluído na pauta da 6ª Sessão Ordinária (2.8.2011)
14)
Processo nº : 1.00.001.000085/2011-21
Interessado(a) : Corregedoria do Ministério Público Federal
Assunto : Anteprojeto de Resolução CSMPF nº 32. Processo de exoneração de Procuradores da República em estágio probatório. Regulamentação. Alteração de dispositivos das Resoluções CSMPF nºs 5 e 100.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Alcides Martins

Incluído na pauta da 7ª Sessão Ordinária (6.9.2011)
15)
Processo nº : 1.00.001.000128/2011-79
Interessado(a) : Procuradoria Regional da República da 4ª Região
Assunto : Consolidação das regras de distribuição da Área Cível - artigo 11 da Resolução nº 01/2010 - PRR/4ª Região.
Origem : Rio Grande do Sul
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Incluídos na pauta da 8ª Sessão Ordinária (4.10.2011)
16)
Processo nº : 1.00.001.000062/2010-36
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Assunto : Procuradores da República afastados por período superior a 3 meses por motivo de licença médica. Portaria PR/RJ nº 373/2010. Redistribuição de feitos. Legalidade. Art. 5º, LXXVIII e art. 128, § 5º, I, b, da CF.
Origem : Rio de Janeiro
Relator(a) : Cons. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

17)
Processo nº : 1.00.001.000125/2011-35
Interessado(a) : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Recurso em face da Decisão nº 94/2011-EWC/CGMPF. Arquivamento do Expediente-CGMPF nº 056/2010. Declínio de atribuição no PA MPF-PR/MA nº 1.19.000.001179/2009-31, sem a remessa dos autos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão para homologação.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

Incluídos na pauta da 9ª Sessão Ordinária (8.11.2011)
18)
Processo nº : 1.00.001.000001/2011-50
Interessado(a) : Dr. João Marques Brandão Néto
Assunto : Arguição de inconstitucionalidade do art. 1º, incisos III e IV da Resolução CSMPF nº 104.
Origem : PRM/Blumenau/SC
Relator(a) : Cons. Maria Caetana Cintra Santos

19)
Processo nº : 1.00.001.000021/2011-21
Interessado(a) : Dra. Lindôra Maria Araújo
Assunto : Ausência de intimação pessoal do Ministério Público no Habeas Corpus nº 184660/SP (2010/0167408-7).
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho

20)
Processo nº : 1.00.001.000142/2011-72
Interessado(a) : Dr. Carlos Eduardo Copetti Leite
Assunto : Agravo de instrumento. Apresentação de contrarrazões pelos Procuradores de 1ª instância quando o MPF for agravado. Regulamentação.
Origem : Rio Grande do Sul
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

Incluídos na pauta da 2ª Sessão Extraordinária (1º.12.2011)
21)
Processo nº : 1.00.001.000187/2011-47
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais
Assunto : Resolução CSMPF nº 104. Regimento Interno da PR/MG. Resolução nº 03/2011. Recurso.
Origem : Minas Gerais
Relator(a) : Cons. Aurélio Virgílio Veiga Rios

22)
Processo nº : 1.00.001.000177/2004-82
Interessado (a) : Drs. Mário Luiz Bonsaglia e Mônica Nicida Garcia
Assunto : Competência do Membro do MPF em situação ressalvada pelo artigo 29, § 3º, do ADCT. Exercício da advocacia em processo eleitoral. Elaboração de peças em colidência com a manifestação do MPF.
Origem : São Paulo
Relator(a) : Cons. Maria Caetana Cintra Santos
Vista : Cons. Roberto Monteiro Gurgel Santos

Pedido de vista na 2ª Sessão Ordinária (6.3.2007)
23)
Processo nº : 1.00.001.000106/2002-18
Interessado(a) : Dr. Moacir Guimarães Morais Filho
Assunto : Resolução CSMPF nº 50. Alteração do art. 2º.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Delza Curvello Rocha
Vista : Cons. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

Pedido de vista na 6ª Sessão Ordinária (4.8.2009)
24)
Processo nº : 1.00.001.000009/2004-97
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Procedimento Investigatório Criminal. Art. 129, I e IV, CF. Res. CSMPF nº 77. Alteração.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Moacir Guimarães Morais Filho
Vista : Cons. Aurélio Virgílio Veiga Rios

Pedidos de vista na 5ª Sessão Extraordinária (25.10.2010)
25)
Processo nº : 1.00.001.000052/2010-09
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Alteração da Resolução CSMPF nº 92. Critérios para a distribuição de processos oriundos do STJ. Anteprojeto de Resolução nº 22.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Aurélio Virgílio Veiga Rios
Vista : Cons. Alcides Martins

26)
Processo nº : 1.00.001.000104/2007-33
Interessado(a) : Drs. Rodrigo Janot e Deborah Duprat
Assunto : Alteração da Resolução CSMPF nº 92. Art. 3º. Núcleos de acompanhamento da tutela coletiva e criminal no âmbito do STJ.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Aurélio Virgílio Veiga Rios
Vista : Cons. Alcides Martins

Pedido de vista na 1ª Sessão Extraordinária (4.7.2011)
27)
Processo nº : 1.00.001.000062/2008-11
Interessado(a) : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Anteprojeto de Resolução nº 18. Regulamenta a criação de Força-Tarefa.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Gilda Pereira de Carvalho
Vista : Cons. João Francisco Sobrinho

Pedidos de vista na 7ª Sessão Ordinária (6.9.2011)
28)
Processo nº : 1.00.001.000035/2011-44 (apenso 1.00.001.000074/2010-61)
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado de São Paulo
Assunto : Organização da repartição de atribuições entre os membros da PR/SP. Resolução CSMPF nº 104. Implementação.
Origem : São Paulo
Relator(a) : Cons. José Flaubert Machado Araújo
Vista : Cons. Sandra Cureau

29)
Processo nº : 1.00.001.000126/2011-80
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul
Assunto : Indicação de representantes do MPF no Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas do Estado do Rio Grande do Sul-PROTEGE
Origem : Rio Grande do Sul
Relator(a) : Cons. José Flaubert Machado Araújo
Vista : Cons. João Francisco Sobrinho

Pedidos de vista na 10ª Sessão Ordinária (6.12.2011)
30)
Processo nº : 1.00.001.000079/2010-93
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Vedação aos membros do MPF de advogar, em causa própria, contra a União, inclusive para os que optaram pelo regime jurídico anterior ao da Constituição Federal de 1988. Regulamentação.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Eugênio José Guilherme de Aragão
Vista : Cons. Rodrigo Janot Monteiro de Barros

31)
Processo nº : 1.00.001.000117/2011-99
CGMPF nº : 1.00.002.000030/2009-97
Relator(a) : Cons. José Flaubert Machado Araújo
Vista : Cons. Sandra Cureau

EXEMPLAR DE ASSINANTE
PROIBIDA A VENDA PELA IMPRENSA NACIONAL

Pedido de vista na 1ª Sessão Ordinária (7.2.2012)

32) :
Processo nº : 1.00.001.000196/2011-38
CGMPF nº : 1.00.002.000044/2011-25
Relator(a) : Cons. Raquel Elias Ferreira Dodge
Vista : Cons. Sandra Cureau

Brasília, 1º de março de 2012.
DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Vice-Procuradora-Geral da República
Presidente do CSMPF
Em exercício

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1.224, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

a) Considerando o rol de atribuições elencadas no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

b) Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cbendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando o grande número de reclamações de clientes relatando dificuldades no atendimento pessoal na sede da TELEMAR no Município de Belém;

d) Considerando que referida concessionária, na qualidade de operadora de telefonai fixa, é obrigada a disponibilizar atendimento pessoal aos consumidores;

e) Considerando que o atendimento pessoal deve ser estendido aos casos em que se pretende realizar o cancelamento de assinatura de lina telefônica;

f) Considerando que o consumidor que pretenda realizar o cancelamento, ao chegar no posto, é encaminhado a um aparelho telefônico, em que enfrente muita dificuldade e grande demora para obter o cancelamento;

g)Considerando a aparente abusividade deste procedimento, ao não disponibilizar o serviço in loco, transferindo para o consumidor o ônus pela espera necessária para se realizar o contato com o setor encarregado de efetuar o cancelamento;

h) Considerando que, além disso, o procedimento noticiado oferece menor segurança ao consumidor ao não lhe possibilitar comprovante físico de que requereu o cancelamento;

Resolve instaurar o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo por objeto as possíveis irregularidades no procedimento necessário para o cancelamento de assinatura de linha de telefone fixo com a TELEMAR, apontando-se as seguintes diligências iniciais:

a- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com a peças de informação, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

b- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

c- Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

d- Como diligências iniciais, determina-se:

a) designo o servidor César Sousa para acompanhar um dia inteiro de expediente na sede da TELEMAR, realizando relatório fotográfico, devendo constatar a maneira como ocorre o atendimento ao público, em especial no tocante aos consumidores que pretendam cancelar assinatura de linha telefônica;

b) com a elaboração do relatório, oficiar à TELEMAR, dando-lhe o prazo de 15 dias úteis para apresentar manifestação, e à ANATEL, para que informe se constatou alguma irregularidade e, caso positivo, as providências a serem tomadas

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 1, DE 12 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, Representante Estadual da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de questões referentes ao consumidor e à ordem econômica, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5º, III, "e", da Lei Complementar nº 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei nº 8.625/93; e pelo artigo 8º, §1º, da Lei no 7.347/85 e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO, ser função institucional do Ministério Público Federal, entre outras, promover o inquérito civil público e a ação civil pública para proteção irrestrita do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, conforme previsão constitucional estatuída no inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a tutela da figura do consumidor constitui uma garantia fundamental da República Federativa do Brasil (CF, artigo 5º, inciso XXXII);

CONSIDERANDO que o artigo 170 da Carta Magna estabelece, dentre os princípios gerais da ordem econômica, a defesa do consumidor (inciso V);

CONSIDERANDO que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo, dentre outros, a segurança do consumidor, atentando ao princípio da proteção pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho (art. 4º, inciso II, "d", do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que o art. 6º do Código de Defesa do Consumidor estabelece como direitos básicos do consumidor a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral (inciso X, do mesmo dispositivo);

CONSIDERANDO o teor da Denúncia nº 123, encaminhada a esta Procuradoria da República, que noticia irregularidades na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, por parte da empresa ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, no setor 05 (conhecido como Portelinha) do Município de Cujubim/RO, resolve

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com objetivo de apurar os fatos em epígrafe.

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. Aponha-se na capa o seguinte resumo: "Apurar a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, por parte da empresa ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, no setor 05 (conhecido como Portelinha) do Município de Cujubim/RO".

2. Após, expeça-se Ofício à ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, para, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento, realizar diligências na rede elétrica do setor 05 do Município de Cujubim/RO, com o intuito de responder os seguintes questionamentos:

a) Qual a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica oferecido pela empresa aos moradores do setor 05 do Município de Cujubim/RO;

b) Se todos os moradores do setor 05 do Município de Cujubim/RO são atendidos pela prestação do serviço de distribuição de energia elétrica;

c) Se a rede elétrica do setor 05 do Município de Cujubim/RO possibilita uma prestação adequada e eficaz do serviço distribuição de energia elétrica por parte da ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA;

Após a vinda das informações requisitadas ou decurso do prazo, venham os autos conclusos para análise e deliberação.

Comunique-se a presente medida à 3a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO DE LUCA

PORTARIA N° 2, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, titular do 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal da Procuradoria da República Polo em Petrolina/Juazeiro, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no art. 8°, § 1°, da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, e

CONSIDERANDO a notícia de que, nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE, estão sendo extraídos minérios pela Pedreira Petrolina Ltda., o que pode gerar risco à navegação aérea;

CONSIDERANDO que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea e a infraestrutura aeroportuária (art. 21, XII, c, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, é empresa pública federal destinada à implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério da Defesa;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes (art. 109 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988), resolve:

Instaurar inquérito civil, de ofício, visando à regular e legal coleta de elementos a respeito da notícia de que, nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE, estão sendo extraídos minérios pela Pedreira Petrolina Ltda., o que pode gerar risco à navegação aérea, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei. Deixo de determinar a livre distribuição deste inquérito em virtude de seu objeto ser de atribuição deste 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal, nos termos da Portaria Conjunta MPF/PR-Petrolina/Juazeiro n.º 004, de 25 de agosto de 2010, modificada pela Portaria Conjunta MPF/PR-Petrolina/Juazeiro n.º 001, de 31 de janeiro de 2011.

Encaminhe-se a presente portaria à Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil, o que deverá ser comunicado à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, além de remeter sua cópia para publicação, de acordo com o art. 16, §1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e o art. 7º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, deve ser afixada cópia deste ato no local de costume desta Procuradoria, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o que deve ser devidamente certificado nos autos.

Em seguida, oficie-se à Superintendência do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE e ao Segundo Comando Aéreo Regional - II COMAR, requisitando que informem sobre riscos à navegação aérea em decorrência da extração de minérios pela Pedreira Petrolina Ltda. nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE. Conforme o artigo 8º, § 5°, da Lei Complementar n° 75/93, o prazo para atendimento às requisições é de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento dos expedientes, aos quais deverão ser anexadas cópias do Ofício n.o 257/SUP.DNPM-2011, de 14 de março de 2011, inclusive os seus anexos, e desta portaria. Após o cumprimento das diligências ou o decurso de 20 (vinte) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil, lavrando a devida certidão nos autos após o seu transcurso.

FÁBIO CONRADO LOULA

PORTARIA N° 3, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, titular do 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal da Procuradoria da República Polo em Petrolina/Juazeiro, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no art. 8°, § 1°, da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, e

CONSIDERANDO a notícia de que canhões de luz estariam supostamente ofuscando a visão dos pilotos de aeronaves nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE, o que pode gerar risco à navegação aérea;

CONSIDERANDO que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea e a infraestrutura aeroportuária (art. 21, XII, c, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, é empresa pública federal destinada à implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério da Defesa;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes (art. 109 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988), resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Instaurar inquérito civil, de ofício, visando à regular e legal coleta de elementos a respeito da notícia de que canhões de luz estariam ofuscando a visão dos pilotos de aeronaves nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE, o que pode gerar risco à navegação aérea, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei. Deixo de determinar a livre distribuição deste inquérito em virtude de seu objeto ser de atribuição deste 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal, nos termos da Portaria Conjunta MPF/PR-Petrolina/Juazeiro n.º 004, de 25 de agosto de 2010, modificada pela Portaria Conjunta MPF/PR-Petrolina/Juazeiro n.º 001, de 31 de janeiro de 2011.

Encaminhe-se a presente portaria à Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil, o que deverá ser comunicado à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, além de remeter sua cópia para publicação, de acordo com o art. 16, §1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e o art. 7º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, deve ser afixada cópia deste ato no local de costume desta Procuradoria, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o que deve ser devidamente certificado nos autos.

Em seguida, oficie-se à Superintendência do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE e ao Segundo Comando Aéreo Regional - II COMAR, requisitando que informem sobre as providências adotadas para coibir a utilização de canhões de luz que estariam supostamente ofuscando a visão dos pilotos de aeronaves nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE. Conforme o artigo 8º, § 5°, da Lei Complementar n° 75/93, o prazo para atendimento às requisições é de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento dos expedientes, aos quais deverá ser anexada cópia desta portaria. Após o cumprimento das diligências ou o decurso de 20 (vinte) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil, lavrando a devida certidão nos autos após o seu transcurso.

FÁBIO CONRADO LOULA

PORTARIA N° 4, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, titular do 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal da Procuradoria da República Polo em Petrolina/Juazeiro, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no art. 8°, § 1°, da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, e

CONSIDERANDO a notícia de que, nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE, estaria funcionando usina termoelétrica, o que, supostamente, contraria o plano de segurança do aeroporto;

CONSIDERANDO que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea e a infraestrutura aeroportuária (art. 21, XII, c, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, é empresa pública federal destinada à implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério da Defesa;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes (art. 109 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988), resolve:

Instaurar inquérito civil, de ofício, visando à regular e legal coleta de elementos a respeito da notícia de que, nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE, estaria funcionando usina termoelétrica, o que, supostamente, contraria o plano de segurança do aeroporto, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei. Deixo de determinar a livre distribuição deste inquérito em virtude de seu objeto ser de atribuição deste 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal, nos termos da Portaria Conjunta MPF/PR-Petrolina/Juazeiro n.º 004, de 25 de agosto de 2010, modificada pela Portaria Conjunta MPF/PR-Petrolina/Juazeiro n.º 001, de 31 de janeiro de 2011.

Encaminhe-se a presente portaria à Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil, o que deverá ser comunicado à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, além de remeter sua cópia para publicação, de acordo com o art. 16, §1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e o art. 7º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, deve ser afixada cópia deste ato no local de costume desta Procuradoria, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o que deve ser devidamente certificado nos autos.

Em seguida, oficie-se à Superintendência do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE e ao Segundo Comando Aéreo Regional - II COMAR, requisitando que informem sobre a compatibilidade do funcionamento de usina termoelétrica nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE com o plano de segurança do aeroporto. Conforme o artigo 8º, § 5°, da Lei Complementar n° 75/93, o prazo para atendimento às requisições é de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento dos expedientes, aos quais deverá ser anexada cópia desta portaria. Após o cumprimento das diligências ou o decurso de 20 (vinte) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil, lavrando a devida certidão nos autos após o seu transcurso.

FÁBIO CONRADO LOULA

PORTARIA Nº 33, DE 31 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

Considerando o recebimento de representação efetuada pela Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará, noticiando supostas irregularidades praticadas pela Innovar Imobiliária quanto à negociação de compra e venda de imóvel através do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal bem como pela Empresa Faro Incorporadora, a qual estaria cobrando de forma indevida taxa de corretagem relativa à assinatura de tais contratos.

Considerando que se vislumbra possível afronta aos direitos de diversos consumidores que podem se encontrar na mesma situação, e por conseguinte, recebendo tratamento semelhante por parte da Empresa em questão;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela Innovar Imobiliária e pela Empresa Faro Incorporadora quando da negociação dos contratos de compra e venda de imóveis relativos ao Programa Minha Casa Minha Vida e cobrança de taxa de corretagem nos mesmos.

Determina-se inicialmente:

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que seja oficiado: à Innovar Imobiliária assim como à Empresa Faro Incorporadora, com cópia, para que prestem informações em 10 (dez) dias úteis.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 43, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal e

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais os do consumidor e os referentes à tutela da ordem econômica, nos termos do artigo 129, inc. II e III da Constituição Federal bem como do artigo 5º, inc. III, "c" da Lei Complementar nº 75/1993 e pelos artigos 81 e 82, inc. I da Lei nº 8.078/1990;

Considerando a necessidade de apurar possível falha na prestação de serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, quanto a não realização de entregas de correspondências em condomínio residencial;

Considerando que o curso das investigações presentes mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina a nova redação do art. 4º, § 1º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve:

Converter o Procedimento Administrativo nº 1.25.000.002731/2011-26 em Inquérito Civil Público;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - a autuação e o registro desta Portaria no âmbito da PR/PR, fazendo-se as anotações necessárias;

II - a comunicação da instauração à d. 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para fins de publicação;

III - o prosseguimento do feito.

LUIS SERGIO LANGOWSKI

PORTARIA Nº 73, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e pelos arts. 6º, 7º e 8º da Lei Complementar 75/93 e,

Considerando o disposto no art. 2º, §6º, no art. 4º e no art. 7º, IV e §2º I e II, todos da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regula o Inquérito Civil Público;

Instaura Inquérito Civil do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.001548/2011-12, tendo por objeto a apuração dos seguintes fatos: MATÉRIA JORNALÍSTICA PUBLICADA NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, NA EDIÇÃO DE 17/02/2011, INTITULADA "GOVERNO LIVRA 3.000 EMISSORAS DE RÁDIO E TV DE PROCESSOS". POSSÍVEL PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS COM A PRESCRIÇÃO DE 8.231 PROCESSOS ABERTOS CONTRA EMISSORAS DE RÁDIO E TV PARA APURAR IRREGULARIDADES COMETIDAS NO PERÍODO DE 1995 A 2007.

INVESTIGADO: A APURAR

INTERESSADO: BRUNO CRUZ PINHEIRO

Determina:

1. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, por qualquer meio hábil;

2. a realização dos registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar do dia 16 de fevereiro de 2012, pelo gabinete do 6º Ofício da Cidadania.

CAROLINA MARTINS MIRANDA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 155, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo nº 1.30.001.003224/2011-30, acerca da suspensão unilateral do Plano "TIM FLEX" por parte da Operadora TIM Celular S.A., incluindo a atuação da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações a respeito do caso;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.001.003224/2011-30 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Oficie-se à ANATEL, na forma da inclusa minuta;

4) Acautele-se por 60 dias na DITC, a fim de aguardar a resposta ao ofício expedido.

CLAUDIO GHEVENTER

PORTARIA Nº 156, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar n.º 75/93, bem como no artigo 1º da Lei n.º 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo n.º 1.30.001.003531/2011-11, acerca de possíveis irregularidades no atendimento ao consumidor pelo call center da TIM, o qual teria fornecido três números de protocolo distintos para um só atendimento, incluindo a atuação da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações a respeito do caso;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.º 1.30.001.003531/2011-11 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Oficie-se à ANATEL, na forma da inclusa minuta;

4) Acautele-se por 60 dias na DITC, a fim de aguardar a resposta ao ofício expedido.

CLAUDIO GHEVENTER

PORTARIA N° 163, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo nº 1.30.012.000570/2011-37, que apura a atuação do Ministério do Planejamento na permissão de acesso às instituições financeiras aos dados pessoais de servidores públicos federais, inclusive, quanto aos critérios adotados na escolha das instituições, bem como à margem de proteção e segurança desses dados;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Junte-se o anexo relatório;

4) Reitere-se ao Departamento de Administração de Sistemas de Informação de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (cópia de fls. 09/13), tendo em vista o Ofício n° 0610/CONJUR/MP, que informe "se o Ministério fornece ou permite que as instituições financeiras cadastradas tenham acesso aos dados dos servidores públicos federais" (Prazo 15 DD);

5) Requisite-se da representante (fls. 05 e 14) que informe o nome da empresa que lhe forneceu a informação de que seus dados pessoais foram obtidos por meio de cadastramento no Ministério do Planejamento, bem como se manifeste sobre a resposta dada pela Sabemi S/A (Prazo 15 DD);

6) Acautele-se por 35 DD na DITC a fim de se aguardar resposta aos ofícios expedidos.

MÁRCIO BARRA LIMA

PORTARIA Nº 166, DE 12 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo nº 1.30.001.005315/2011-18, que visa acompanhar a atuação dos órgãos federais pertinentes no que tange à fiscalização da comercialização de aparelhos de ar condicionado split que supostamente utilizam tecnologia que podem comprometer a saúde pulmonar dos consumidores;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Requisite-se à ANVISA e ao INMETRO que se manifestem circunstanciadamente sobre as informações contidas na representação de fl.07, indicando, inclusive, as medidas administrativas adotadas quanto às supostas irregularidades narradas (Prazo 20 DD);

4) Acautele-se por 40 DD na DITC a fim de se aguardar resposta aos ofícios expedidos.

MÁRCIO BARRA LIMA

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procurador da República infra assinado, em exercício na Procuradoria da República no Estado do Ceará, com apoio na Constituição Federal, artigos 127 e 129, Lei Complementar n.º 75/93, artigo 6.º, inciso VII, "c" e Resolução CNMP n° 23/2007, artigo 2°, inciso III, parágrafos 6° e 7º, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou, em 28/01/2002, o Procedimento Administrativo nº 0.15.000.000130/2002-90, cujo objeto investiga Tabuba. Aterramento do lagoa. Área de Preservação Permanente. Desrespeito ao Termo de Embargo. Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD não apresentado.

CONSIDERANDO que os elementos até o momento existentes, e constantes nos autos, são insuficientes para a adoção de qualquer das medidas elencadas nos incisos I a VI, do art 4º, da Resolução 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO que nos termos do § 6ª, do artº 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procedimento Administrativo em epígrafe encontra-se com o lapso temporal exaurido, sem possibilidade de prorrogação;

Resolve o signatário, CONVERTER, nos termos do disposto no artigo 3°, parágrafo 4º, da Resolução nº 87 do CSMP, o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos das informações constantes a seguir:

PEÇAS DE INFORMAÇÃO: Procedimento Administrativo n° 0.15.000.000130/2002-90.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: Município de Caucaia/CE.

RESUMO: Tabuba. Aterramento do lagoa. Área de Preservação Permanente. Desrespeito ao Termo de Embargo. Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD não apresentado.

determinando, destarte, o seguinte:

I. registre-se e autue-se a presente portaria;

II. Comunique-se a E. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e publicação da presente portaria.

MARCELO MESQUITA MONTE

PORTARIA Nº 1, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converta-se a Peça de Informação de nº 1.29.017.000210/2010-25 em Inquérito Civil Público para apurar a poluição ambiental e demais fatos correlatos e autue-se a presente portaria com as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como a manutenção da reunião pública já designada para o dia 23.04.12, às 15 horas, na sede da PRM/Canoas e o aguardo da resposta dos ofícios já expedidos para a análise ambiental e monitoramento do curso d'água.

PEDRO ANTONIO ROSO

PORTARIA Nº 2, DE 29 DE JANEIRO DE 2012

Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.007.000098/2011-55.

MÁRIO ALVES MEDEIROS, Procurador da República, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista, nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 23/07 do CNMP, e do art. 2, I, da Resolução nº 87/06, do CSMPF e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, outrossim, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente;

CONSIDERANDO o inteiro teor da representação encaminhada por Bernadete Souza Santos noticiando a possível existência de exploração minerária ocorrente na região de Serra do Choça, Distrito de Vitória da Conquista, em empreendimento supostamente realizado por José César Guimarães para extração de areia;

CONSIDERANDO que a área já foi explorada sem autorização dos órgãos ambientais ou minerários por Marcelo Aguiar Brito e Nelson Brito Aguiar, em área concedida para efeito de pesquisa, consoante processo nº 872.963/2009 do DNMP, conforme apurado no PA n° 1.14.007.000098/2011-55;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o fito de apurar adequadamente os fatos.

De conseguinte, deverá o Cartório:

- Registrar e autuar a presente portaria, juntamente com o procedimento administrativo nº 1.14.007.000098/2011-55;

- Registrar que o objeto do presente Inquérito Civil é a apuração da ocorrência de dano ambiental na Fazenda São Bento, zona rural de Vitória da Conquista/BA, devido a suposta extração irregular de areia;

Outrossim, são determinadas como diligências necessárias ao prosseguimento do feito:

- Oficie-se a Delegacia de Polícia Federal de Vitória da Conquista, com cópias integrais dos autos, para conhecimento e investigação de possíveis crimes ambientais;

- Oficie-se ao DNPM, requisitando-lhe informações acerca da extensão do dano ambiental resultante da lavra ilegal de areia praticada na Fazenda São Bento, Zona Rural de Vitória da Conquista/BA;

- Oficiem-se os Senhores Nelson Aguiar Brito e Marcelo Aguiar Brito para que prestem declarações na sede da Procuradoria da República do Município de Vitória da Conquista.

Fica a servidora Leylane Santana do Nascimento Bahia, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, nomeada para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Por fim, fica determinado que seja cientificada a egrégia 4ª CCR, com remessa, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, de cópia da presente portaria, solicitando-se a sua publicação.

MÁRIO ALVES MEDEIROS

PORTARIA Nº 2, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que ao final assina, com base nos arts. 127 e 129 da Constituição da República de 1988 e no art. 6º, VII da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88 e art. 1º da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93 prevê em seu artigo 6º, VII, "b" ser atribuição do Ministério Público Federal promover inquérito civil público e ação civil pública para proteção do meio ambiente;

CONSIDERANDO que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, decorrente do § 1º do art. 4º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com a redação dada pela Resolução nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, se encerrou em relação ao procedimento administrativo nº 1.30.009.000081/2011-34;

CONSIDERANDO que o referido procedimento administrativo tem por objeto o acompanhamento dos serviços de recuperação da Bacia Hidrográfica da Lagoa de Saquarema, além da apuração do possível lançamento de esgoto, desmatamento bem como a ocupação desordenada das margens dos rios da Bacia Hidrográfica e da Lagoa em comento;

CONSIDERANDO que ainda há necessidade de se prosseguir na instrução do presente procedimento, máxime pela situação de não atendimento ao ofício acostado às fls. 169 dos autos;

DELIBERA POR:

1. converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil público, adotando-se a seguinte ementa: "LAGOA DE SAQUAREMA - OCUPAÇÃO DESORDENADA DAS MARGENS - LANÇAMENTO DE ESGOTO NA BACIA HIDROGRÁFICA E NA LAGOA - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO MARGINAL - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO";

2. determinar que o cartório procedimental desta Procuradoria faça os registros de praxe e realize efetivo controle do prazo de 1 (um) ano previsto no art. 15 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3. determinar que a assessoria envie a presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal por meio eletrônico, para ciência, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e para publicação no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, I da referida Resolução, certificando nos autos o efetivo envio do presente ato;

4. Em diligência, determino a reiteração do ofício de fls. 169.

THIAGO SIMÃO MILLER

PORTARIA Nº 2, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelos Procuradores da República signatários, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público da União a defesa dos bens e interesses relacionados ao patrimônio cultural brasileiro e ao meio ambiente (art. 5º, inciso III, alíneas "c" e "d", da Lei Complementar nº 75/1993);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público da União promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, bem como outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 6º, inciso VII, alíneas "b" e "d", da Lei Complementar nº 75/1993 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/1985);

CONSIDERANDO o advento das Resoluções nos 87/2006 e 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que regulamenta a instauração e tramitação do inquérito civil público;

CONSIDERANDO, ainda, que o art. 109, I, da Constituição Federal atribui aos juízes federais competência para as causas que envolvam o interesse da União;

CONSIDERANDO que o artigo 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal estabelece que incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 11.794/2008, que regulamenta o dispositivo constitucional antes mencionado, estabelece procedimentos para o uso científico de animais e impõe, como condição indispensável para o credenciamento das instituições com atividades de ensino ou pesquisa com animais a constituição prévia de Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs);

CONSIDERANDO que o Decreto nº 6.899/2009 prevê a adoção de métodos alternativos na experimentação animal;

CONSIDERANDO a notícia de que alguns cursos das instituições de ensino superior atuantes nos municípios que integram a Procuradoria da República no Município de Passo Fundo/RS realizam experimentos com animais vivos (vivissecção);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL (meio ambiente), com o fim de apurar a forma como tem sido feito o uso científico de animais nos cursos de Agronomia, Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia, Medicina e Medicina Veterinária das instituições de ensino superior atuantes nos municípios que integram a Procuradoria da República no Município de Passo Fundo/RS.

Dessa forma, determina-se ao cartório:

1) autue-se a portaria e proceda-se ao registro do presente inquérito;

2) realize-se pesquisa no sítio do Ministério da Educação e Cultura na internet para identificar quais instituições de ensino superior atuantes nos municípios que integram a PRM Passo Fundo/RS oferecem os cursos referidos;

3) expeça-se ofício às IESs encontradas, a fim de que informem: a) como são realizadas as aulas práticas nos cursos de Agronomia, Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia, Medicina e Medicina Veterinária; b) se há vivissecção de animais e, em caso positivo, de que forma ela se dá, respondendo aos questionamentos que constam da minuta anexa; e c) se há Comissão de Ética no Uso de Animais instalada e, em caso positivo, que envie cópias das atas de reunião do ano de 2011 e a relação de todos os projetos apresentados em 2011 para aprovação;

4) expeça-se ofício ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) para que envie a relação das instituições de ensino superior situadas na área de atribuição desta PRM que estão credenciadas para criação e/ou utilização de animais em ensino e pesquisa científica e a relação dos profissionais de nível superior/pesquisadores que fazem parte do cadastro do órgão e que atuam na região;

5) comunique-se por e-mail a instauração do inquérito civil público à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Publico Federal, encaminhando-se cópia da portaria para publicação.

Cumpra-se, após, retornem os autos conclusos.

ESTEVAN GAVIOLI DA SILVA

FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 2, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 5º, III, alínea "e", art. 6º, VII, alínea "c", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto no§ 7º, do artigo 2º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e, no § 4º, do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

e) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo n° 1.21.002.000101/2011-42, principalmente em relação à solicitação requerida ao IBAMA para que empreendesse diligência na área de reservatório ambiental da PCH Indaiá Grande, no município de Cassilândia/MS, a qual até a presente data não foi efetivada, mesmo após inúmeras reiterações - fls. 08, 09-10 e 11.

Converta-se o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objeto de apurar denúncia relatando que toda a área do reservatório PCH (Pequena Central Hidrelétrica) Indaiá Grande, localizada no município de Cassilândia/MS, teve a vegetação queimada e que o incêndio foi proposital.

Ante o exposto, DETERMINO: que após os registros de praxe, oficie-se ao Chefe do Escritório Regional do IBAMA em Três Lagoas, requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias, justifique os motivos pelos quais, até a presente data, as diligências solicitadas, com urgência, pelo Ministério Público Federal, por meio do ofício PR/MPF/TLS nº 418/11, de 22 de agosto de 2011 e reiterado pelos ofícios nº 492/11, de 17 de outubro de 2011, 525/11, de 10 de novembro de 2011 e 564/11, 01 de dezembro de 2011, não foram efetivadas. Encaminhar em anexo cópia desses ofícios.

Designo o servidor Donilson Ferreira de Freitas para secretariar o feito, enquanto lotado neste Gabinete.

Publique-se e comunique-se esta conversão à E. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e arts. 5º, VI, 16, § 1º ,I, da Resolução nº 87/2010, de 06 de abril de 2010.

LEONARDO AUGUSTO GUELFI

PORTARIA Nº 3, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procurador da República infra assinado, em exercício na Procuradoria da República no Estado do Ceará, com apoio na Constituição Federal, artigos 127 e 129, Lei Complementar n.º 75/93, artigo 6.º, inciso VII, "c" e Resolução CNMP n° 23/2007, artigo 2°, inciso III, parágrafos 6° e 7º, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou, em 17/01/1992, o Procedimento Administrativo nº 08105.000091/92-72, cujo objeto investiga Terrenos de Marinha. Ocupação irregular. Representação escrita denunciando a ocupação irregular de Terrenos de Marinha na Barra do Ceará. Os invasores estão construindo prédios comerciais em dunas, áreas de preservação.

CONSIDERANDO que os elementos até o momento existentes, e constantes nos autos, são insuficientes para a adoção de qualquer das medidas elencadas nos incisos I a VI, do art 4º, da Resolução 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO que nos termos do § 6ª, do artº 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procedimento Administrativo em epígrafe encontra-se com o lapso temporal exaurido, sem possibilidade de prorrogação;

Resolve o signatário, CONVERTER, nos termos do disposto no artigo 3°, parágrafo 4º, da Resolução nº 87 do CSMP, o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos das informações constantes a seguir:

PEÇAS DE INFORMAÇÃO: Procedimento Administrativo n° 08105.000091/92-72.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: Raimundo Mateus de Sousa;

Jessé Ribeiro Cavalcante;
Edvar Ribeiro Cavalcante;
Terezinha Barbosa Mendes;
Manoel Barbosa Filho;
Ana Lúcia Bezerra de Andrade;
Raimundo Araújo do Nascimento;
Conceição Araújo Cavalcante.

RESUMO: Terrenos de Marinha. Ocupação irregular. Representação escrita denunciando a ocupação irregular de Terrenos de Marinha na Barra do Ceará. Os invasores estão construindo prédios comerciais em dunas, áreas de preservação.

determinando, destarte, o seguinte:

I. registre-se e autue-se a presente portaria;

II. Comunique-se a E. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e publicação da presente portaria.

MARCELO MESQUITA MONTE

PORTARIA Nº 7, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procurador da República infra assinado, em exercício na Procuradoria da República no Estado do Ceará, com apoio na Constituição Federal, artigos 127 e 129, Lei Complementar n.º 75/93, artigo 6.º, inciso VII, "c" e Resolução CNMP n° 23/2007, artigo 2°, inciso III, parágrafos 6° e 7º, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou, em 04/12/2006, o Procedimento Administrativo nº 1.15.000.002124/2006-45, cujo objeto investiga denúncia em face dos barraqueiros da Praia do Icaraí, localizada no município de Caucaia/CE, por suposta destruição de área de praia, tendo em vista a colocação de materiais tais como pedras e estacas com o objetivo de conter o avanço do mar.

CONSIDERANDO que os elementos até o momento existentes, e constantes nos autos, são insuficientes para a adoção de qualquer das medidas elencadas nos incisos I a VI, do art 4º, da Resolução 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO que nos termos do § 6ª, do artº 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procedimento Administrativo em epígrafe encontra-se com o lapso temporal exaurido, sem possibilidade de prorrogação;

Resolve o signatário, CONVERTER, nos termos do disposto no artigo 3°, parágrafo 4º, da Resolução nº 87 do CSMP, o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos das informações constantes a seguir:

PEÇAS DE INFORMAÇÃO: Procedimento Administrativo n° 1.15.000.002124/2006-45.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: Barraqueiros da Praia do Icaraí

RESUMO: Denúncia em face dos barraqueiros da Praia do Icaraí, localizada no município de Caucaia/CE, por suposta destruição de área de praia, tendo em vista a colocação de materiais tais como pedras e estacas com o objetivo de conter o avanço do mar.

determinando, destarte, o seguinte:

I. registre-se e autue-se a presente portaria;

II. Comunique-se a E. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e publicação da presente portaria.

MARCELO MESQUITA MONTE

PORTARIA Nº 8, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Complementar 75/93, na Lei 8.625/93, na Lei nº 7.347/85, na Lei 8.078/90 e demais normas de proteção aos direitos transindividuais.

Fundamentos legais especificamente relacionados ao objeto do presente: artigo 216 da CF/88; Decreto-Lei nº 25/37 (tombamento na esfera federal).

Considerando a necessidade de se averiguar os fatos narrados na representação que originou o presente ICP nº 119/2010: Instaure-se Inquérito Civil Público com o objetivo de apurar a preservação das locomotivas localizadas nas oficinas da extinta Cia. Mogiana de Estradas de Ferro em Campinas.

E considerando ademais que somente as alegações que se referem a fatos e somente os fatos que apresentam elementos minimamente realistas, coerentes e suportados por indícios razoáveis podem determinar o processamento administrativo de autoridades, cidadãos ou entidades jurídicas.

Determino a expedição de ofícios à Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, à ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, e à ALL - América Latina Logítica, solicitando esclarecimentos acerca da divergência apontada às fls. 06 da promoção de arquivamento do ICP 119/2010, qual seja, qual a real titularidade da locomotiva modelo C30, numeração 7010, original da empresa CSX Transpotation, "baixada" pela ALL no pátio da oficina de Reparação de Vagões e Locomotivas de Campinas, mediante autorização da ANTT.

Declaro a publicidade dos presentes autos ante a ausência de elementos que imponham o sigilo legal; sem prejuízo da possibilidade de futura alteração, a depender da incidência de hipótese de sigilo.

Comunique-se ao representante, com cópia, a presente instauração; encaminhe-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão cópia digital deste ato, para as publicações cabíveis (sítio e DOU); bem como à afixação em local público, em papel, neste prédio.

AUREO MARCUS MAKIYAMA LOPES

PORTARIA Nº 15, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

Considerando os termos da Resolução nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõe o artigo 4º do referido ato;

Considerando o expediente encaminhado pela Promotoria de Justiça Cível de Peruíbe - Ministério Público do Estado de São Paulo, noticiando a eventual ocorrência de dano ao meio ambiente, consistente em corte de vegetação de Mata Atlântica, tipo capoeira, em terras consideradas indígenas, determino a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 1.34.012.000641/2011-52 para a apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes autos como inquérito civil;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Unidade, para publicação, pelo prazo de 30 dias;

c) remessa de cópia desta Portaria, para publicação em veículo oficial, à 4ª CCR/MPF.

Fica designado para funcionar como Secretária neste feito Cláudia Moraes da Silva, Analista Processual e Isabel Carvalho dos Santos Silva, Técnico Administrativo, ou outro servidor atuando em substituição a estas.

LUIZ ANTONIO PALACIO FILHO

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

SÚMULA Nº 267

É ilegal a utilização de mesmo tempo de serviço para fundamentar o pagamento das vantagens "bienal" e "adicional por tempo de serviço", por possuírem as duas gratificações a mesma natureza.

Fundamento Legal:
- Constituição Federal, art. 37, XIV
- Decreto-lei 1.341/74

Precedentes:
- acórdão 1.424/2009 - Plenário - Sessão de 1/7/2009, Ata 26/2009, Proc. TC 005.142/2004-1, *in* DOU de 3/7/2009;
- acórdão 603/2005 - Plenário - Sessão de 18/5/2005, Ata 17/2005, Proc. TC 010.927/2004-0, *in* DOU de 30/5/2005;
- acórdão 3.029/2007 - Segunda Câmara - Sessão de 23/10/2007, Ata 38/2007, Proc. TC 013.324/2003-0, *in* DOU de 25/10/2007;
- acórdão 2.869/2007 - Segunda Câmara - Sessão de 16/10/2007, Ata 37/2007, Proc. TC 013.811/2006-4, *in* DOU de 18/10/2007;
- acórdão 1.032/2009 - Primeira Câmara - Sessão de 17/3/2009, Ata 07/2009, Proc. TC 030.804/2008-0, *in* DOU de 19/3/2009;
- acórdão 3.488/2007 - Primeira Câmara - Sessão de 6/11/2007, Ata 39/2007, Proc. TC 012.428/1997-3, *in* DOU de 8/11/2007.

GRUPO I - CLASSE VII - Plenário
TC 017.891/2009-8
Natureza: Administrativo.
Unidade: Tribunal de Contas da União.
Interessada: Secretaria das Sessões - Seses.
Advogado: não há.

SUMÁRIO: ADMINISTRATIVO. ANTEPROJETO DE SÚMULA. ILEGALIDADE DA UTILIZAÇÃO DE MESMO TEMPO DE SERVIÇO PARA FUNDAMENTAR PAGAMENTO DE VANTAGENS "BIENAL" E "ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO". MATÉRIA PACIFICADA. PROPOSTA CONVENIENTE E OPORTUNA. SUGESTÕES DE REDAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. APROVAÇÃO.

É ilegal a utilização de mesmo tempo de serviço para fundamentar o pagamento das vantagens "bienal" e "adicional por tempo de serviço", por possuírem as duas gratificações a mesma natureza.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de anteprojeto de súmula 40/2009, aprovado pela Comissão de Jurisprudência do TCU, visando a consolidar entendimento acerca da ilegalidade da utilização de mesmo tempo de serviço para fundamentar pagamento das vantagens bienal e adicional por tempo de serviço, por possuírem as duas gratificações a mesma natureza.

2. Para compor a parte expositiva da matéria apreciada, transcrevo a seguir o parecer da Comissão de Jurisprudência:

"Trata-se de Anteprojeto de Súmula de Jurisprudência nº 40/2009, submetida à apreciação da Comissão de Jurisprudência do TCU, por intermédio de Grupo de Trabalho constituído pela Portaria -TCU nº 153, de 18 de março de 2009.

2. O anteprojeto de súmula de jurisprudência deste Tribunal encontra-se vazado nos seguintes termos:

"É ilegal a utilização de mesmo tempo de serviço para fundamentar o pagamento da vantagem denominada "bienal" e o adicional por tempo de serviço, por possuírem as duas gratificações a mesma natureza."

3. Levantamento realizado pela Diretoria Técnica de Normas e Jurisprudência da Secretaria de Sessões - Dijur/Seses, com apoio das unidades técnicas integrantes do Grupo de Trabalho, bem como parecer da Consultoria Jurídica - Conjur, concordaram com o preenchimento dos pressupostos estabelecidos no art. 6º, da Portaria CJU 1/1996, quais sejam:

"I - tratar-se de jurisprudência em que os julgados se mostrem uniformes e reiterados;

II - haver, pelo menos, três precedentes sobre o assunto;

III - haver, no mínimo, dois relatores distintos dos precedentes;

IV - a legislação que fundamenta o assunto deve, em princípio, estar em vigência;

V - não estar a tese literalmente contida em dispositivo legal, regimental ou em qualquer norma interna do Tribunal; e

VI - as deliberações terem sido, preferencialmente, emanadas dos três Colegiados."

4. Com efeito, o entendimento consolidado não está literalmente contido na legislação que lhe serve de respaldo jurídico e se encontra amparado em inúmeras deliberações uniformes, exaradas no âmbito dos três Colegiados e conduzidas por diversos relatores. Como exemplo, cito os seguintes arestos:

- Acórdão 1.424/2009 - TCU - Plenário; Processo TC 005.142/2004-1; Pensão Civil; Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues; Ata 26/2009; Data da Sessão: 1/7/2009;
- Acórdão 603/2005 - TCU - Plenário; Processo TC 010.927/2004-0; Representação; Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça; Ata 17/2005; Data da Sessão: 18/5/2005;
- Acórdão 5.336/2008 - TCU - 2ª Câmara; Processo: TC 015.298/2003-8; Pensão Civil; Relator: Ministro Ubiratan Aguiar; Ata 42/2008 - 2ª Câmara; Data da Sessão: 18/11/2008 - Extraordinária;
- Acórdão 5.256/2008 - TCU - 1ª Câmara; Processo: TC 020.107/2008-0; Relator: Ministro Valmir Campelo; Ata 44/2008 - 1ª Câmara; Data da Sessão: 2/12/2008 - Ordinária.

5. Conforme salientou a Consultoria Jurídica, há precedentes de tribunais superiores, STF e STJ, que têm vedado a incidência cumulativa da vantagem "bienal" e do adicional por "tempo de serviço", exatamente por terem o mesmo fato gerador temporal. Naquelas decisões, há referência à proibição de pagamento de vantagem salarial "sob o mesmo título ou idêntico fundamento", mesmo após a publicação da Emenda Constitucional 19/1998:

- STJ, MS 7259, Órgão Julgador: Terceira Seção, Rel. Min. Fernando Gonçalves, julgamento em 18/2/2002, DJ de 4.3.2002, p. 00177;

- STF, RE-AgR 587123/RS, Órgão Julgador: Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 19/5/2009, DJ de 104 de 8/6/2009, p. 02140;

- STF, RE-AgR 553852/DF, Órgão Julgador: Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 12/2/2008, DJe 038 de 27/2/2009, p. 00614.

6. Importa consignar que a expressão "sob o mesmo título ou idêntico fundamento" constava expressamente da redação original do art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, a qual suprimida pela Emenda Constitucional 19/1998, senão vejamos:

Constituição Federal de 1988, anterior à EC 19, de 04 de junho de 1998:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

[...]

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

Constituição Federal de 1988, a partir da EC 19, de 04 de junho de 1998:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

7. Contudo, conforme sólida jurisprudência desta Corte de Contas e dos Tribunais Superiores, a nova redação dada ao inciso XIV do art. 37 da Lei Maior, pela EC 19/1998, não exclui do seu campo de incidência o pagamento simultâneo das vantagens "bienal" e "adicional por tempo de serviço". Ao contrário, a percepção simultânea das aludidas vantagens implica, em última análise, a utilização cumulativa de acréscimo pecuniário para fins de concessão de outra verba salarial ulterior, já que o mesmo requisito temporal sobre o qual é calculado a bienal, também é empregado para estimar o adicional de tempo de serviço.

8. Na esteira dessa exegese, o anteprojeto de súmula vem justamente confirmar a continuidade da vedação ao pagamento conjunto das referidas verbas de mesma natureza, o que espanca, por definitivo, qualquer questionamento que eventualmente possa ser levantado em decorrência da nova redação dada ao art. 37, inciso XIV, da Carta Magna, pela Emenda Constitucional 19/1998.

Ante o exposto e com base nos pareceres precedentes, acolho o Anteprojeto de Súmula 40/2009, em anexo, e encaminho os autos à Presidência para sorteio de Relator."

3. Apresentada a deliberação da Comissão ao Plenário, nos termos do art. 74 do Regimento Interno, foi sorteado relator da matéria o ministro Benjamin Zymler.

4. Em 18/1/2012, submeti à consideração do mesmo Colegiado a proposta de abertura de prazo de 15 dias para oferecimento de emendas pelos senhores ministros ou de sugestões pelos senhores ministros-substitutos e pelo procurador-geral junto ao TCU.

5. No prazo fixado, o procurador-geral Lucas Rocha Furtado apresentou sugestão de redação, nos termos dos arts. 75 e 77 do Regimento Interno.

É o relatório.

VOTO

Trata-se do anteprojeto de súmula de jurisprudência 40/2009, submetido à apreciação da Comissão de Jurisprudência do TCU, por intermédio de Grupo de Trabalho constituído pela Portaria 153/2009, com a finalidade de atualizar a base de súmulas de jurisprudência do Tribunal, por meio de apresentação de anteprojetos de revogação, revisão e edição de súmulas.

2. O anteprojeto de súmula em questão tem a seguinte redação:

"É ilegal a utilização de mesmo tempo de serviço para fundamentar o pagamento da vantagem denominada 'bienal' e o adicional por tempo de serviço, por possuírem as duas gratificações a mesma natureza."

3. Preliminarmente, registro que o anteprojeto atende os requisitos formais definidos pelo art. 6º da Portaria CJU 1/1996, abaixo indicados:

"I - tratar-se de jurisprudência em que os julgados se mostrem uniformes e reiterados;

II - haver, pelo menos, três precedentes sobre o assunto;

III - haver, no mínimo, dois relatores distintos dos precedentes;

IV - a legislação que fundamenta o assunto deve, em princípio, estar em vigência;

V - não estar a tese literalmente contida em dispositivo legal, regimental ou em qualquer norma interna do Tribunal; e

VI - as deliberações terem sido, preferencialmente, emanadas dos três Colegiados."

4. Quanto ao mérito, recordo que, conforme o art. 85 do Regimento Interno do TCU, "a Súmula da Jurisprudência constituir-se-á de princípios ou enunciados, resumindo teses, soluções, precedentes e entendimentos, adotados reiteradamente pelo Tribunal, ao deliberar sobre assuntos ou matérias de sua jurisdição e competência".

5. Atenta a tais preceitos, a Comissão de Jurisprudência emitiu parecer favorável à aprovação deste projeto, tendo por atendidos os requisitos essenciais de conveniência e oportunidade.

6. No prazo regimental para apresentação de emendas ou sugestões, o procurador-geral Lucas Rocha Furtado apresentou sugestão de redação abaixo, objetivando dar maior clareza ao enunciado, a qual acolho integralmente:

"É ilegal a utilização de mesmo tempo de serviço para fundamentar o pagamento das vantagens 'bienal' e 'adicional por tempo de serviço', por possuírem as duas gratificações a mesma natureza".

7. Pelos fundamentos que dão suporte ao encaminhamento sugerido e considerando a sugestão apresentada, penso que a Corte de Contas deve acolher a proposta ora examinada, lembrando que a matéria em discussão está pacificada no âmbito deste Tribunal, que sucessivamente vem confirmando esse posicionamento, consoante revelam os vários precedentes colacionados.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto a este colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 2012.

ANA ARRAES
Relatora

ACÓRDÃO 354/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 017.891/2009-8.
2. Grupo I - Classe VII - Administrativo.
3. Interessada: Secretaria das Sessões - Seses.
4. Unidade: Tribunal de Contas da União - TCU.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria das Sessões - Seses.
8. Advogado: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de anteprojeto de súmula aprovado pela Comissão de Jurisprudência desta Corte;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 85, 87 e 89 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. aprovar o presente anteprojeto de súmula, na forma do texto constante do anexo a este acórdão;

9.2. determinar a publicação desta deliberação no Diário Oficial da União e no Boletim do Tribunal de Contas da União;

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 5/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0354-05/12-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente
(Assinado Eletronicamente)
ANA ARRAES
Relatora
Fui presente:
(Assinado Eletronicamente)

LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

SÚMULA Nº 268

O tempo de atividade rural somente poderá ser averbado para fins de aposentadoria no serviço público se recolhidas as respectivas contribuições previdenciárias na época própria ou, posteriormente, de forma indenizada.

Fundamento Legal:
- Constituição Federal, art. 201, § 9º.
- Lei 8.213/91, art. 96, IV.
- Lei 8.212/91, art. 45-A.

Precedentes:
- Acórdão 2086/2009 - Segunda Câmara - Sessão de 28/4/2009, Ata nº 12/2009, Proc. 020.432/2006-2, in DOU de 4/5/2009.
- Acórdão 1283/2009 - Plenário - Sessão de 10/6/2009, Ata nº 23/2009, Proc. 030.062/2008-0, in DOU de 15/6/2009.
- Acórdão 1021/2009 - Segunda Câmara - Sessão de 17/3/2009, Ata nº 7/2009, Proc. 024.412/2006-8, in DOU de 20/3/2009.
- Acórdão 229/2009 - Plenário - Sessão de 18/2/2009, Ata nº 7/2009, Proc. 013.078/2004-3, in DOU de 06/2/2009.
- Acórdão 425/2008 - Segunda Câmara - Sessão de 4/3/2008, Ata nº 5/2008, Proc. 015.334/2004-4, in DOU de 06/3/2008.
- Acórdão 178/2008 - Primeira Câmara - Sessão de 12/2/2008, Ata nº 2/2008, Proc. 009.274/2005-7, in DOU de 15/2/2008.
- Acórdão 3133/2007 - Primeira Câmara - Sessão de 9/10/2007, Ata nº 35/2007, Proc. 006.182/2007-6, in DOU de 11/10/2007.
- Acórdão 2860/2007 - Segunda Câmara - Sessão de 16/10/2007, Ata nº 37/2007, Proc. 015.470/1999-7, in DOU de 18/10/2007.
- Acórdão 2835/2007 - Segunda Câmara - Sessão de 16/10/2007, Ata nº 37/2007, Proc. 001.837/2005-0, in DOU de 18/10/2007.
- Acórdão 2738/2007 - Primeira Câmara - Sessão de 11/9/2007, Ata nº 31/2007, Proc. 011.362/2000-8, in DOU de 13/9/2007.
- Acórdão 2123/2007 - Segunda Câmara - Sessão de 14/8/2007, Ata nº 28/2007, Proc. 000.892/2003-0, in DOU de 16/8/2007.
- Acórdão 1893/2006 - Plenário - Sessão de 11/10/2006, Ata nº 41/2006, Proc. 013.835/1999-8, in DOU de 16/10/2006.
- Acórdão 740/2006 - Plenário - Sessão de 17/5/2006, Ata nº 19/2006, Proc. 005.440/2005-1, in DOU de 19/5/2006.

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

(...)

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Art. 45-A. O contribuinte individual que pretenda contar como tempo de contribuição, para fins de obtenção de benefício no Regime Geral de Previdência Social ou de contagem recíproca do tempo de contribuição, período de atividade remunerada alcançada pela decadência deverá indenizar o INSS. (Incluído pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

§ 1º O valor da indenização a que se refere o caput deste artigo e o § 1o do art. 55 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, corresponderá a 20% (vinte por cento): (Incluído pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

I - da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, reajustados, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

II - da remuneração sobre a qual incidem as contribuições para o regime próprio de previdência social a que estiver filiado o interessado, no caso de indenização para fins da contagem recíproca de que tratam os arts. 94 a 99 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, observados o limite máximo previsto no art. 28 e o disposto em regulamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

§ 2º Sobre os valores apurados na forma do § 1o deste artigo incidirão juros moratórios de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, capitalizados anualmente, limitados ao percentual máximo de 50% (cinqüenta por cento), e multa de 10% (dez por cento). (Incluído pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

§ 3º O disposto no § 1o deste artigo não se aplica aos casos de contribuições em atraso não alcançadas pela decadência do direito de a Previdência constituir o respectivo crédito, obedecendo-se, em relação a elas, as disposições aplicadas às empresas em geral. (Incluído pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

(...)

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de um por cento ao mês e multa de dez por cento. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997).

GRUPO I - CLASSE VII - Plenário
TC 015.292/2009-3.
Natureza: Administrativo.
Órgão: Tribunal de Contas da União.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: ADMINISTRATIVO. PROJETO DE SÚMULA. TEMPO DE ATIVIDADE RURAL PARA FINS DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO. CONSIDERAÇÕES. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA PROPOSIÇÃO. MATÉRIA PACIFICADA NO TCU. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS OU SUGESTÕES. DECURSO DO PRAZO SEM EMENDAS OU SUGESTÕES. APROVAÇÃO. INCLUSÃO DO ENTENDIMENTO NA BASE DE SÚMULAS

Converte-se em enunciado de súmula o entendimento, pacificado no âmbito do Tribunal de Contas da União, no sentido de que o tempo de atividade rural somente poderá ser averbado para fins de aposentadoria no serviço público se recolhidas as respectivas contribuições previdenciárias na época própria ou, posteriormente, de forma indenizada.

RELATÓRIO

Trata-se do projeto de Súmula nº 33/2009, elaborado pela Diretoria Técnica de Normas e Jurisprudência da Secretaria das Sessões - Dijur/Seses - , como resultado das atividades desenvolvidas por Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 153, de 18/3/2009.

2. Transcrevo, com alguns ajustes de forma, o parecer lavrado no âmbito da Secretaria das Sessões - Diretoria Técnica de Normas e Jurisprudência -, que consolida as instruções processuais elaboradas pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip e pela Consultoria Jurídica - Conjur:

"*Mediante a Portaria-TCU nº 153, de 18 de março de 2009, foi constituído grupo de trabalho com a finalidade de atuar em conjunto com a Secretaria das Sessões na atualização da base de súmulas de jurisprudência do TCU, por meio da apresentação de anteprojetos de revogação, revisão ou edição de súmulas. O grupo de trabalho é composto por titulares da Secretaria das Sessões, da Consultoria Jurídica e de diversas Unidades Técnicas.*

2. Destaque-se o papel de cada uma das unidades envolvidas no referido trabalho.

3. De um lado, a Secretaria das Sessões, por intermédio de sua Diretoria Técnica de Normas e Jurisprudência-Dijur, cujo papel consiste em, além de secretariar a Comissão de Jurisprudência, identificar as deliberações reiteradas que possam ser objeto de anteprojetos de súmula, ou súmulas cuja base legislativa ou jurisprudencial impõe sua revogação. Esse levantamento é possível, na medida em que, desde 2007, a Dijur vem, no desempenho de suas atribuições, compilando e classificando a jurisprudência deste Tribunal em suas diversas áreas de atuação, no serviço conhecido como Jurisprudência Sistematizada.

4. Por outro lado, as unidades técnicas e a Consultoria Jurídica, em suas respectivas competências, com seu conhecimento técnico e a práxis do controle externo, garantem que essa atualização produzirá impacto imediato nos trabalhos desenvolvidos por todos que atuam na respectiva área, tanto interna quanto externamente, manifestando-se quanto à conveniência e oportunidade, fundamentação legal e impacto da proposta em relação aos tribunais superiores, notadamente do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

5. O presente anteprojeto de edição de súmula diz respeito à jurisprudência deste Tribunal, relativa ao cômputo de tempo de serviço de atividade rural, possuindo o seguinte teor:

'O tempo de atividade rural somente poderá ser averbado para fins de aposentadoria no serviço público se recolhidas as respectivas contribuições previdenciárias na época própria ou, posteriormente, de forma indenizada.'

Considerações preliminares

6. Em cumprimento à Portaria supra e no exercício da competência conferida a esta Diretoria pelo art. 6º, inciso III, da Resolução/TCU nº 46/96, serão apreciados no presente processo os requisitos específicos enumerados no art 6º, da Portaria CJU nº 001, de 6/6/96, bem como a conveniência e oportunidade da inclusão do referido entendimento na base de súmulas desta Corte.

'Art. 6º A Comissão de Jurisprudência, no desempenho de suas atribuições, contará como apoio técnico e operacional da Secretaria-Geral das Sessões, por intermédio da Divisão de Jurisprudência, a quem cabe:

[...]

III - proceder à pesquisa, levantamento e estudo de teses e entendimentos que possam ser objeto de Súmula, apresentando, nas reuniões ordinárias da Comissão, relatório sobre os trabalhos desenvolvidos no trimestre, incluindo, ser for o caso, anteprojeto de súmula;'

Exame dos requisitos específicos

7. A Comissão de Jurisprudência definiu no art. 6º da Portaria CJU nº 001, de 6/6/96, as seguintes diretrizes básicas a serem observadas para formulação de anteprojetos contendo teses ou entendimentos firmados por esta Corte.

'Art. 6º. Os projetos de Súmula de iniciativa da Comissão de Jurisprudência são os originados de anteprojetos elaborados pela Divisão de Jurisprudência que observará, sempre que possível, as seguintes diretrizes:

I - tratar-se de jurisprudência em que os julgados se mostrem uniformes e reiterados;

II - haver, pelo menos, três precedentes sobre o assunto;

III - haver, no mínimo, dois relatores distintos dos precedentes;

IV - a legislação que fundamenta o assunto deve, em princípio, estar em vigência;

V - não estar a tese literalmente contida em dispositivo legal, regimental ou em qualquer norma interna do Tribunal; e

VI - as deliberações terem sido, preferencialmente, emanadas dos três Colegiados.'

8. Tais diretrizes foram plenamente observadas no presente caso, pois, além de o entendimento firmado não estar literalmente contido na legislação que lhe serve de fundamentação legal, existem inúmeras deliberações uniformes (Acórdãos de 1ª Câmara 178/2008; 3133/2007; 2738/2007; Acórdãos de 2ª Câmara 2086/2009; 425/2008; 2860/2007; 2835/2007; 2123/2007; e os Acórdãos Plenários 1283/2009; 1021/2009; 2297/2009; 1893/2006; 740/2006), que vêm confirmar o entendimento consolidado no âmbito dos três Colegiados, conduzido por diversos relatores.

9. A propósito, extraímos da jurisprudência sistematizada do TCU (área Pessoal, tema, Tempo de Serviço, subtema Contagem de Tempo e Resenha Atividade Rural), dentre outros, os seguintes excertos:

AC-1893-41/06-P
[ACÓRDÃO]

*'9.5. alterar a redação do item 9.4 do Acórdão 740/2006-TCU-Plenário, nos seguintes termos: '9.4. firmar o entendimento de que é possível a contagem recíproca de tempo de serviço rural, para fins de aposentadoria estatutária, mediante comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias, à época da realização da atividade rural ou, mesmo **a posteriori**, de forma indenizada, nos termos do art. 96, inciso IV, da Lei 8.213/91 c/c com o art. 45, §§ 3º e 4º, da Lei 8.212/91'.'*

AC-2123-28/07-2
[VOTO]

*'[...] o Tribunal, ao proferir o Acórdão 1893/2006-TCU-Plenário, firmou o seguinte entendimento: é possível a contagem recíproca de tempo de serviço rural, para fins de aposentadoria estatutária, mediante comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias, à época da realização da atividade rural ou, mesmo **a posteriori**, de forma indenizada, nos termos do art. 96, inciso IV, da Lei nº 8.213/1991, c/c o art. 45, §§ 3º e 4º, da Lei 8.212/1991.'*

AC-2738-31/07-1
[VOTO]

*'9. No mérito, acolho as conclusões a que chegou a Secretaria de Recursos, acompanhada pelo Ministério Público junto ao TCU. A questão referente à averbação de tempo de atividade rural para fins de aposentadoria estatutária foi novamente apreciada pelo Tribunal Pleno, na Sessão de 11/10/2006, quando prolatou o Acórdão nº 1.893/2006-TCU-Plenário, alterando a redação do item 9.4 do Acórdão nº 740/2006-TCU-Plenário, de modo a '9.4 - firmar o entendimento de que é possível a contagem recíproca de tempo de serviço rural, para fins de aposentadoria estatutária, mediante comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias, à época da realização da atividade rural ou mesmo **a posteriori**, de forma indenizada, nos termos do art. 96, inciso IV, da Lei nº 8.213/1991 c/c com o art. 45, §§ 3º e 4º, da Lei nº 8.212/1991.'*

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Exame da conveniência e oportunidade

10. Em sua manifestação sobre conveniência e oportunidade da aprovação do presente anteprojeto de súmula, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip ressalta que o anteprojeto de súmula ora em exame reflete o entendimento predominante do TCU acerca da necessidade de recolhimento das contribuições previdenciárias, seja na época em que o trabalho rural foi prestado, seja, posteriormente, de forma indenizada, para que o tempo rural possa ser averbado para fins de aposentadoria no serviço público.

11. Destaca que a aplicação da futura súmula pode servir de base, por exemplo, para o julgamento pela ilegalidade de atos de aposentadoria que computam no tempo de contribuição períodos laborados na condição de trabalhador rural, sem a devida comprovação de recolhimento.

12. Em vista disso, entende a Unidade Técnica oportuna e conveniente a edição de futura súmula vazada nos termos aqui propostos, parecer com o qual estamos de acordo.

Jurisprudência dos Tribunais Superiores

13. Instada a se manifestar, a Consultoria Jurídica do Tribunal efetuou pesquisa na jurisprudência dos Tribunais Superiores e nos Tribunais Regionais Federais e encontrou vários precedentes diretamente relacionados ao conteúdo da proposta de súmula em questão.

14. A súmula 10 do Conselho de Justiça Federal, relativa à turma de uniformização das decisões das turmas recursais dos juizados especiais federais (publicada no DJU em 3/12/2003 e republicada em 23/12/2003) é explícita no sentido da vedação do cômputo de tempo rural sem as contribuições correspondentes para fins de aposentadoria estatutária:

'Tempo de Serviço Rural. Contagem Recíproca. O tempo de serviço rural anterior à vigência da Lei nº. 8.213/91 pode ser utilizado para fins de contagem recíproca, assim entendida aquela que soma tempo de atividade privada, rural ou urbana, ao de serviço público estatutário, desde que sejam recolhidas as respectivas contribuições previdenciárias.'

*15. Esse entendimento também é expressamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme excerto colacionado no acórdão mencionado, **in verbis** (Resp. 497.143/RS, DJ 16/03/2003):*

'PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. PERÍODO ANTERIOR À LEI N.º 8.213/91. CONTAGEM RECÍPROCA. CONTRIBUIÇÕES. RECOLHIMENTO. NECESSIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1- O Superior Tribunal de Justiça firmou sua jurisprudência no sentido de que o tempo de serviço rural anterior à Lei n.º 8.213/1991 pode ser utilizado para fins de contagem recíproca tão-somente quando recolhidas, à época da sua realização, as contribuições previdenciárias.

2- Recurso especial não conhecido.'

16. No âmbito do Supremo Tribunal Federal, a posição foi explicitada pela Exma. Ministra Ellen Gracie, em decisões monocráticas que indeferiram liminares nos MS 26.796 (DJ de 02/08/2007), 26.801 (DJ de 03/08/2007) e 27.080 (DJ de 01/02/2008). Segue trecho da decisão relativa ao MS 26.796:

'Não vislumbro, neste juízo preliminar, a presença da plausibilidade jurídica do pedido.

*É que o Plenário desta Casa, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.664/DF, DJ 19.12.1997, decidiu ser constitucional, num primeiro exame, a exigência de recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao tempo de serviço prestado como trabalhador rural em caso de contagem recíproca de tempo para fins de aposentadoria no serviço público, tendo o eminente relator, Ministro Octavio Gallotti, consignado em seu voto, **verbis**:*

'Chego, então, ao exame das disposições impugnadas (nova redação dada ao § 2º do art. 55, ao item IV do art. 96 e ao art. 107), que erigiram restrições ao cômputo do tempo de serviço do trabalhador rural, anterior à vigência da Lei nº 8.213/91, só a partir da qual dele se passou a exigir a contribuição (sendo a fonte de custeio antes imputada ao FUNRURAL).

Começo, nesse ponto, por observar que a contagem instituída pelo § 2º do art. 202 da Constituição (...) tem, como pólos da reciprocidade, de um lado, a administração pública, de outro, a atividade privada, aqui compreendida tanto a rural como a urbana.

(…) parece lícito extrair que, para a contagem recíproca corretamente dita, isto é, aquele que soma o tempo de serviço público ao de atividade privada, não pode ser dispensada a prova de contribuição, pouco importando (...) que de contribuir houvesse sido, no passado, dispensada determinada categoria profissional, assim limitada, bem ou mal, quanto ao benefício de reciprocidade pela ressalva estatuída na própria Constituição.

(…)

Resumindo o que foi até aqui enunciado, entendo ser juridicamente relevante a impugnação da proibição de acumular [o tempo de serviço rural]: o ataque à restrição ao cômputo do tempo de atividade rural, anterior à exigibilidade das contribuições, para fins de regime geral de previdência, justificando-se apenas e ao primeiro exame, a limitação à contagem recíproca referente ao tempo de serviço público'.

(...)

Ante o exposto, indefiro o pedido de medida liminar.'

17. Cabe salientar que, recentemente, em votação unânime, o Plenário do Supremo Tribunal Federal acolheu a tese da impossibilidade de cômputo de tempo rural para contagem recíproca sem o recolhimento das contribuições:

'APOSENTADORIA - SERVIDOR PÚBLICO - TEMPO DE TRABALHO RURAL - CONTAGEM RECÍPROCA - CONTRIBUIÇÕES. Conforme disposto no § 9º do artigo 201 da Constituição Federal, a contagem recíproca do tempo de serviço rural pressupõe ter havido o recolhimento das contribuições. (MS 26.919/DF, Relator: Ministro Marco Aurélio, publicação em 23/05/2008, DJe 092, p. 00292).'

18. No mesmo sentido o Mandado de Segurança 26.461/DF:

'EMENTA: CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO. PERÍODO ANTERIOR À EDIÇÃO DA LEI 8.213/91. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. EXIGÊNCIA DE PRÉVIO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO PRESIDENTE DO TCU. PRECEDENTES. SEGURANÇA DENEGADA. I - É inadmissível a contagem recíproca do tempo de serviço rural para fins de aposentadoria no serviço público sem que haja o recolhimento das contribuições previdenciárias correspondentes. II - Precedentes. III - Segurança denegada. (MS 26.461/DF, Relator: Ministro Ricardo Lewandowski, publicação em 06/03/2009, DJe 043, p. 00274')

Mérito

19. O assunto abordado no presente Anteprojeto já foi objeto de inúmeros debates no âmbito deste Tribunal, tendo o entendimento aqui proposto há muito se consolidado, inclusive com deliberações recentes que sucessivamente vêm confirmando o posicionamento das deliberações paradigmas.

20. Considerando que o conjunto das deliberações que tratam do tema preenche os requisitos imprescindíveis para elaboração de anteprojeto de súmula, entende-se que a matéria está em condições de ser sumulada pelo Tribunal.

21. Nesse sentido, formula-se o Anteprojeto de Súmula nº 33/2009, em anexo, que obedece aos preceitos estabelecidos nos atos normativos que tratam da matéria.

Ante o exposto, encaminho os presentes autos ao Secretário das Sessões, para que submeta a questão à Comissão de Jurisprudência, com proposta desta Diretoria Técnica de aprovação do Anteprojeto de Súmula, nos termos da instrução precedente."

3. O presidente do TCU à época, Ministro Ubiratan Aguiar, em 30/11/2009, acolhendo a proposta da Secretaria das Sessões, encaminhou os autos ao Gabinete do Ministro Walton Alencar Rodrigues, Presidente da Comissão de Jurisprudência, para sua apreciação, o qual manifestou-se favoravelmente ao projeto de súmula, na linha dos pareceres precedentes.

4. Em seguida, a Comissão de Jurisprudência aprovou o projeto em questão, em cumprimento aos arts. 1º, 3º, 4º e 8º, § 3º, da Resolução TCU nº 49/1996, determinando o encaminhamento dos autos à Presidência, para sorteio de relator, nos termos do art. 74 do Regimento Interno, c/c o parágrafo único do art. 12 da referida resolução.

5. Na qualidade de relator do presente processo, designado mediante sorteio, comuniquei a este Plenário, na sessão realizada em 25/1/2012, a abertura do prazo de 8 dias úteis para apresentação de emendas e sugestões, nos termos do art. 75, §1º, do RI/TCU.

6. Transcorrido **in albis** o referido prazo, trago o projeto para apreciação definitiva.

É o Relatório.

PARECER

Como visto no relatório que antecede este parecer, em exame projeto de súmula - aprovado pela Comissão de Jurisprudência deste Tribunal após parecer favorável do Presidente da Comissão, Ministro Walton Alencar Rodrigues - exarado nos seguintes termos:

"O tempo de atividade rural somente poderá ser averbado para fins de aposentadoria no serviço público se recolhidas as respectivas contribuições previdenciárias na época própria ou, posteriormente, de forma indenizada."

2. A Sefip, sem se descurar dos aspectos jurídicos atinentes ao tema, destacou a importância de sumular tal entendimento com vistas a assegurar a efetividade das ações de controle externo no tocante à apreciação de atos sujeitos a registro (art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988), principalmente no que se refere aos atos de aposentadoria.

3. De acordo com aquela unidade técnica, a edição da presente súmula

"pode servir de base, por exemplo, para o julgamento pela ilegalidade de atos de aposentadoria que computam no tempo de contribuição períodos laborados na condição de trabalhador rural, sem a devida comprovação de recolhimento em que constam períodos laborados na condição de trabalhador rural".

4. Por seu turno, a análise da Conjur deste Tribunal reforçou a linha de entendimento perfilhada por esta Corte, ao trazer à tona julgados prolatados no âmbito dos Tribunais Superiores e dos Tribunais Regionais Federais. (v.g. Súmula 10 do Conselho de Justiça Federal - DJU 3/12/2003, republicada em 23/12/2003; Resp. 497.143/RS; e Mandados de Segurança MS 26.796, 26.801, 27.080 e 26.919/DF).

5. Cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, recentemente, ao apreciar o MS 26.461/DF, denegou a segurança ao impetrante - ex-servidor público cujo ato de concessão de aposentadoria fora considerado ilegal por esta Corte de Contas - pelo fato de entender inadmissível a contagem do tempo de serviço rural para fins de aposentadoria no serviço público sem que haja o recolhimento das contribuições previdenciárias correspondentes, o que corrobora a redação proposta para o presente projeto de súmula.

6. Essa decisão põe-se em linha de consonância com o posicionamento adotado no Acórdão nº 1.974/2010-TCU-1ª Câmara - prolatado no âmbito do TC-019.223/2008-6, de minha relatoria -, cuja ementa dispõe:

*"É ilegal a concessão de benefício, para fins de aposentadoria estatutária, cujo cálculo contemple tempo de atividade rural sem a comprovação do recolhimento das correspondentes contribuições previdenciárias à época da atividade ou, a **posteriori,** de forma indenizada, consoante o entendimento atual do TCU, firmado por meio do Acórdão nº 740/2006-TCU-Plenário, modificado pelo Acórdão nº 1.893/2006-TCU-Plenário."*

7. Portanto, os trabalhos desenvolvidos pela Seses, em conjunto com o citado grupo de trabalho, demonstram a conveniência e a oportunidade do projeto de súmula em destaque.

8. Nessa linha, preenchidos os pressupostos previstos no art. 6º do Regulamento aprovado pela Portaria TCU nº 1/1996, e considerando o parecer da Comissão de Jurisprudência, bem como as reiteradas decisões deste Tribunal, proponho que seja aprovado o projeto em comento.

Pelas razões expostas, e anotando não terem sido apresentadas emendas ou sugestões, SOU DE PARECER no sentido de que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 29 de fevereiro de 2012.

AUGUSTO NARDES
Relator

ACÓRDÃO Nº 414/2012 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC 015.292/2009-3.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Administrativo
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria das Sessões - Seses.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo referente ao projeto de Súmula nº 33/2009, aprovado pela Comissão de Jurisprudência,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar o presente projeto de súmula, na forma do texto constante do anexo a esta deliberação, consoante o disposto no art. 87 do Regimento Interno/TCU;

9.2. determinar a publicação deste acórdão no Diário Oficial da União e no Boletim do Tribunal de Contas da União;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 6/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0414-06/12-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente
(Assinado Eletronicamente)
AUGUSTO NARDES
Relator
Fui presente:
(Assinado Eletronicamente)

LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 6/2012
(Sessão ordinária em 6 de março de 2012, às 15h)

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-000.454/2012-5
Natureza: Representação
Interessado: Deputado Estadual Heitor Ferrer - Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.773/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Ronaldo da Silva Damázio (010.334.304-04)
Entidade/Órgão: Associação dos Travestis da Paraíba - ASTRAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.027/2012-0
Natureza: Representação
Interessado: Associação Profissional dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais do Estado de São Paulo - ATPIESP - (048.420.319/0001-40
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogados constituídos nos autos: Maria Isabel de Almeida Alvarenga, OAB/SP 130.609 e Gisele Beck Rossi, OAB/SP 207.546 e outros.

TC-003.048/2012-8
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Receita Federal 7ª Região Fiscal
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.686/2012-4
Natureza: Representação
Interessado: Associação Profissional dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais do Estado de São Paulo - ATPIESP - (048.420.319/0001-40
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogados constituídos nos autos: Maria Isabel de Almeida Alvarenga, OAB/SP 130.609 e Gisele Beck Rossi, OAB/SP 207.546 e outros.

TC-005.411/2010-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ (00.394.544/0192-85)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.743/2011-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itaperuna - RJ
Interessado: José Augusto da Silva Sobrinho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.893/2008-3
Natureza: Tomada de Contas Especial - Recurso de Reconsideração
Recorrente: Ezequias Vicente da Silva (120.200.879-87)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Brasnorte/MT
Advogado constituído nos autos: Valber Melo, OAB/MT 8.927

TC-022.909/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aloisio Hill (190.344.747-04) e outros
Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.036/2008-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Walfredo Reis (737.336.608-20) e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araguaína/TO
Advogados constituídos nos autos: Alessandra Viana de Morais - OAB/TO 2580 e outros

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-000.909/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessados: Dilamar Alves Lemos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.920/2012-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Augusto Manoel de Lima e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.925/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Helio Lucio Alves e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.932/2012-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: José Silvestre da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.957/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: João Gomes Palheiros e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.004/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Adriano José Freitas Izidorio e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.163/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso - DR/MT
Interessados: Adilson Antonio de Bastos Filho e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.212/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saude/MS
Interessado: Afonso de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.216/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessado: Dilamar Teixeira Nunes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.481/2012-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Agostinho Pereira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.483/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: José Borges Moreira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.492/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo
Interessado: Floriano Dias
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.500/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Interessado: Alcides Masson e Maria dos Anjos Magalhães Dumba
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.501/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Interessado: Girson Lopes dos Prazeres
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.513/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba
Interessados: Benevides Alexandre de Souza e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.529/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Gideão dos Santos Lima e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.530/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Raimundo dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.537/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MT
Interessado: Manoel Benedito de Souza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.538/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
Interessados: Cesar Correa Bevilacqua e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.626/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Angela Maria de Jesus Albuquerque Soares e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.095/2011-8
Natureza: Monitoramento
Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.077/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Hospital Cristo Redentor S/A - MS
Interessados: Debora Raquel da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.079/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Hospital Fêmina S/A - MS
Interessados: Ana Lúcia Sabina da Silveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.102/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
Interessados: Larissa Ribeiro Buiate Tavares e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.152/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - Sede - MC
Interessados: José Francisco Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.211/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Sergipe - DR/SE
Interessados: Barbara Conceição Cardoso Martins e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.217/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no RS - DR/RS
Interessado: Leonardo Laranjo de Freitas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.218/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT na Paraíba - DR/PB
Interessados: Adriana Poliana de A Medeiros Pontes e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.220/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Santa Catarina - DR/SC
Interessados: Adriano de Matos Melo e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.224/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso - DR/MT
Interessados: Alan Rubens Barbosa de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.273/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessado: Armando Ferreira Nunes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.296/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessado: Helio Pinto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.301/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Ailton Araujo da Silva e Ancelmo Amaral dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.303/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
Interessado: Antonio Valdemar Moser
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.304/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessada: Najla Sumaia buchdid
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-004.341/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no RJ
Interessados: Fernando Cezar Pires de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.361/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - Sede - MC
Interessados: Adamastor Martins de Oliveira e Roberta Zschaber Mavignier de Castro Bodnar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.387/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Santa Catarina - DR/SC
Interessado: Eduardo Fazolino Barroso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.428/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Interessado: Alberto Gomes de Sousa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.455/2012-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessada: Amabilis Modenesi Carminati
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.768/2009-0
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Interessada: Bárbara Sebastiana Prota (154.376.201-87)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.418/2003-5
Natureza: Prestação de Contas - Exercício de 2002
Entidade: Petrobras Distribuidora S/A
Responsáveis: Abelardo de Lima Puccini e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.016/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Anamaria Ventrella Spinardi e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.197/2011-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Município de Moema, Minas Gerais
Responsável: Marcelo Ferreira Mesquita (789.249.876-15)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.067/2011-2
Natureza: Representação
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo
Interessado: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.788/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Ceará
Interessados: André Ferreira da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.303/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessados: Cleuza Maria de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.609/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Jairo Pombo do Amaral e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.613/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Paulo Caminha Rolim e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.951/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Adalberto Santana e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.478/2009-8
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Teresinha - PB
Interessados: Câmara Municipal de Santa Terezinha-PB (24.508.822/0001-46); Prefeitura Municipal de Santa Teresinha - PB (08.882.524/0001-65)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.469/2010-5
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura Municipal de Ibiara - PB
Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraiba
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.574/2011-1
Natureza: Representação
Entidades: Prefeitura Municipal de Tracuateua/PA e Prefeitura Municipal de São João de Piribas/PA.
Interessada: Controladoria-Geral da União - CGU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.472/2011-9
Natureza: Representação
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
Interessada: Empresa ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A (00.074.635/0001-33)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-000.128/2012-0
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Representação
Representante: Controladoria-Geral da União/MG - PR
Unidade: Prefeitura Municipal de Divisa Alegre - MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.835/2012-9
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Cunha Freire (033.052.952-87)
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.845/2012-4
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roosevelt Campos da Rocha (018.318.602-87)
Unidade: Superintendência Regional do DNIT nos Estados do Amazonas e Roraima
Advogado constituído nos autos: não há

TC-000.941/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Adima Nogueira Gomes (222.274.582-91) e outras
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.012/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roseane Pereira Villela (865.667.091-34) e outros
Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.531/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Isabel Veiga de Oliveira (134.018.310-20); Nilza Iolanda Brum Nunes (301.840.960-49)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.546/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Sebastiana Frederico Coitinho (009.820.777-69)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no.Espírito Santo - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.024/2003-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Francisco Campos de Oliveira (011.296.276-91) e outros
Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER, extinto)
Advogado constituído nos autos: Igor Nascimento de Souza (OAB/SP 173.167)

TC-002.418/2012-6
Natureza: Representação
Representante: Valdomiro Abraão Persch (065.886.999-05)
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS)
Advogado constituído nos autos: Aldo de Mattos Sabino Junior (OAB/PR 17.134)

TC-002.474/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Adiles de Sousa Nobre (014.594.493-04)
Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.185/2012-5
Natureza: Representação
Representante: Valepinho Comércio de Materiais para Construções Ltda. (05.438.576/0001-59)
Unidade: Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.344/2012-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Karine Cristina Filgueiras Ritta Honorato (672.832.332-53) e outros
Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.526/2010-0
Natureza: Monitoramento em processo de aposentadoria
Interessada: Iracema Pradella Titton (212.810.500-59)
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Caxias do Sul/RS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.065/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Clovis Aparecido Nogueira (237.797.646-87)
Unidade: Prefeitura Municipal de São Lourenço - MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.094/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Frederico José Cardoso Gontijo (028.703.356-28) e outros
Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.312/1998-8
Apensos: 275.385/1997-3 (Relatório de Auditoria); 003.006/1997-2 (Representação); 010.115/2002-9 (Relatório de Auditoria); 014.657/1997-0 (Representação); 000.908/1997-5 (Representação); 250.043/1997-1 (Representação)
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2007
Responsáveis: Alberto Emílio Dumortout (003.701.187-15) e outros
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.884/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: José Rangel Gomes (197.607.521-15) e Raimunda de Oliveira Rangel (342.509.131-04)
Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.973/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Analia Xavier Barreto Pinto (083.472.327-17) e Elza Froment Raposo (014.102.687-13)
Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.115/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Graças Luz da Silva (583.656.721-20)
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.099/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Helena Nobre Bezerra (094.814.434-34) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.498/2006-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antônio Prisco Viana dos Santos Góes (341.543.707-82) e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-031.750/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Pedro Fernandes da Cruz (069.277.182-49) e outros
Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.297/2011-4
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal
Unidade: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.691/2011-4
Natureza: Representação
Representante: Cargo Empreendimentos Ltda. - ME (10.569.749/0001-08)
Unidade: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.213/2011-6
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria Seccional da União em Juiz de Fora/MG
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-001.060/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademar Ribeiro Marques (CPF 659.407.253-68); Carlos Eduardo Horita (CPF 017.772.711-00); Filipe Vale Campos (CPF 021.952.503-05); Robson Ferrer Lima Carneiro (CPF 401.067.483-00); Thiago Tavares de Oliveira Dantas (CPF 005.338.912-30).
Unidade: Ministério Público Militar.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.087/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angélica Schiavo Franco Silvério Carvalho (CPF 084.621.087-80); Edgar José Garcia Neto Segundo (CPF 105.044.757-38); Genesio da Costa Cotrim Neto (CPF 734.189.357-53); Ivo Macaciel de Moraes Filho (CPF 104.368.157-45); João Gabriel Bitencourt Souza (CPF 126.098.947-08); Juarez Ferreira da Silva (CPF 115.464.757-96); Lívia Campos Bellei (CPF 060.729.346-25); Maria Cristina Pereira da Costa (CPF 018.719.137-99); Mauricio Medeiros Rezende de Souza (CPF 101.869.917-11); Milene Ranzolin (CPF 927.785.500-20); Paula Bicalho de Lana Coura (CPF 013.793.526-90); Paulo Périssé Bucsky (CPF 090.852.767-56); Roberta Carvalho Perlingeiro (CPF 099.571.537-81); Sabrina Teixeira Marsili (CPF 088.440.137-54); Simone Bemfica Borges (CPF 098.321.107-85); Tânia Mara Ferro Reis (CPF 833.714.787-34); Vitor Caldas Batista Marques (CPF 113.513.357-31)
Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau no Estado do Rio de Janeiro-RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.089/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erika de Souza Gevesier Nunes (CPF 300.620.348-80); Karoline Costa Portela (CPF 958.136.831-00); Leila Tereza Melo Flores (CPF 230.485.571-72); Luciane Torres de Andrade (CPF 020.439.279-90); Marcos César da Silva (CPF 529.231.851-53); Maria Cristina Albano de Rezende (CPF 936.797.691-72); Ruy Graças Gomes Júnior (CPF 894.124.001-87).
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.091/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Andrade Siqueira Campos (CPF 003.898.435-04); Alexandre de Melo Lima (CPF 042.940.829-33); Anderson Renan Will (CPF 053.589.469-42); Anderson Wasilewski de Araujo (CPF 062.144.429-48); André Luís Charan (CPF 037.016.779-13); Angela Beatriz Gianlupi (CPF 963.402.310-04); Daniel Tietz Quadrado (CPF 909.079.490-53); Daniele Liberatti Santos (CPF 041.170.919-48); Denisse Raquel Montoya Elias Rosa (CPF 011.263.619-50); Diana Tagliari dos Santos (CPF 011.893.710-30); Eduardo Fortes de Almeida (CPF 090.670.577-03); Flávio Machado (CPF 022.148.969-02); Gerson Suzuki (CPF 034.033.879-25); Guilherme Bubolz Bohm (CPF 001.469.070-51); Guilherme Nabinger Goulart (CPF 016.048.540-14); Gustavo Crepaldi (CPF 046.157.419-52); Luciana Cristiane Carstens (CPF 006.365.499-76); Luciana Manzochi Assmé (CPF 029.150.319-59); Marcelo Roberto de Oliveira (CPF 951.216.410-87); Marcus Vinicius dos Santos Coelho (CPF 042.946.979-97); Mario Vagner Roatt Braga (CPF 998.938.430-49); Milene Cristine Cordeiro Skrzepszak (CPF 034.068.519-08); Patricia Casarin Muller (CPF 006.259.950-07); Rafael Tweedie Campos (CPF 820.939.890-34); Roberto Adriano Capellari (CPF 968.470.340-68); Rodrigo Baraldo Mendonça (CPF 018.310.880-96); Tatiana de Oliveira Lavigne (CPF 015.361.605-98); Vanessa Fuchs (CPF 004.184.310-00); Vanessa Gobbi Fagundes (CPF 056.039.169-23); Vinícius Violin (CPF 009.002.009-01).
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.093/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleide da Silva Cordeiro (CPF 313.652.858-12); Fernando Guedes de Campos (CPF 888.291.114-49); Magda Figueiredo Thé (CPF 744.639.344-00); Marcelo Marinho Martins (CPF 784.871.614-72); Romero Portela Mota (CPF 758.963.034-91).
Unidade: Tribunal Regional Federal 5ª Região (PE-AL-CE-PB-RN-SE).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.841/2002-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Leopoldo da Silva Deves (CPF 221.317.600-00); Santo Antonio Dezordi (CPF 132.717.840-00); Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do RS (OCERGS) (CNPJ 92.685.460/0001-19).
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.
Advogado constituído nos autos: Elbio de Mendonça Senna (OAB/RS 18.953).

TC-015.520/2007-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Adriana Andrade Miranda (CPF 947.856.945-72)
Unidade: Secretaria de Educação Superior - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.797/2011-7
Natureza: Monitoramento
Responsável: Município de Malhada dos Bois - SE (CNPJ 13.115.993/0001-99).
Unidade: Município de Malhada dos Bois/SE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.833/2010-5
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Aidê Cançado Almeida (CPF 255.616.006-30); Ana Ligia Gomes (CPF 152.132.931-15); Dulcelena Alves Vaz Martins (CPF 296.718.171-49); Fernando Antônio Brandão (CPF 256.271.396-68); Margarete Cutrim Vieira (CPF 147.775.923-91); Maria José de Freitas (CPF 160.617.646-34); Normandi Vitor Silva (CPF 209.778.831-91); Pablo Wanzeller Pinheiro (CPF 010.074.300-52); Rosilene Cristina Rocha (CPF 555.117.836-68); Simone Aparecida Albuquerque (CPF 666.680.266-72); Valéria Maria de Massarani Gonelli (CPF 036.748.098-00); Elyria Bonettti Yoshida Credidio (CPF 596.812.418-00); Carla Marcia de Lacerda Alves (CPF 509.328.617-68); Solange Stela Serra Martins (CPF 251.642.443-49); Maura Luciane Conceição de Souza (CPF 601.983.031-49); Jaime Rabelo Adriano (CPF 392.612.121-15).
Unidade: Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.340/2009-4
Natureza: Representação
Responsáveis: Dailon Martins (CPF 707.627.167-20); Genivaldo Costa da Silva (CPF 124.590.974-68); José Marcelo Costa Carvalho (CPF 127.716.004-04); José Pereira de Sousa (CPF 061.848.554-68); Marcelo Henrique Aguiar Silva (CPF 394.351.641-53); Maria das Graças Oliveira da Silva (CPF 576.059.394-34); Marilene Oliveira Costa da Silva (CPF 394.075.434-04); Milton Antonio Primo (CPF 128.410.724-87); Paulo André Albuquerque Marques (CPF 231.304.234-00); Paulo Carlos dos Santos (CPF 362.113.034-91).
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco- PE (Secex-PE).
Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.116/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Luiz Batista da Silva (CPF 837.316.958-04).
Unidade: Fundação Nacional de Saúde / Funasa.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-001.355/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eduardo Bergamaschi Felizola (011.242.521-69)
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.911/2007-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angelino Clementino Felizardo (010.591.174-79); e outros
Órgão/Entidade: Sétima Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.051/2012-9
Natureza: Representação
Interessado: Marcelo Ramos Rodrigues (436.347.452-15)
Unidade: Prefeitura Municipal de Manaus
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.329/2012-7
Natureza: Representação
Responsáveis: Carlos Alberto da Cruz (001.616.083-53); Raimundo Antônio de Macêdo (163.127.673-53)
Interessado: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.473/2012-0
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (04.812.509/0001-90)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Silves - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.492/2011-3
Natureza: Representação
Responsáveis: Luizianne de Oliveira Lins (382.085.633-15); Manoel Raimundo de Santana Neto (172.648.713-04)
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE; Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.828/2004-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Gonzaga de Oliveira Chaves (661.217.108-10)
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.703/2011-1
Natureza: Representação
Responsável: Jose Francisco de Paiva (333.941.051-87)
Interessados: Antonio Augaci Sales Protasio (121.031.953-53); Jose Agamenon Silva (483.916.543-20); Jose Braga Barrozo (071.150.403-20)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Quitéria - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.273/2011-4
Natureza: Representação
Responsável: Tomas Antonio Albuquerque de Paula Pessoa (059.465.733-49)
Interessado: Antonio Augaci Sales Protasio (121.031.953-53)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Quitéria - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-000.839/2012-4
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Ana Neris de Mattos (053.419.528-80); Fatima de Almeida Mahaut (309.999.447-20); Ivete Gonçalves dos Reis (099.139.711-87); Luiz da Cruz Soares (144.004.131-87); Maria Lucia de Almeida Souto (112.744.921-49); Maria Teresinha Machado (341.971.689-34); Marilene Alcantara Rodrigues (404.234.847-53); Suelly Maria Antunes Borba (101.778.094-34); Wanderley Barbosa Prado (275.797.867-53).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.946/2012-5
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Arnaud Correa da Silveira (008.476.917-30)
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.039/2012-1
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Matheus L0pes Correia Lima (120.423.107-94); Renato Fonseca Dias (122.774.697-00).
Órgão: 12º Grupo de Artilharia de Campanha - ME/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.050/2012-5
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Alan Garcia Mavignier (030.457.163-69); Amanda Luiza Bezerra Sandes Martins (083.508.954-11); Ana Cecília Martins Cardoso (048.992.473-54); Aramis de Albuquerque Farias (074.903.704-00); Bruno César da Silva Guedes (096.936.264-19); Bruno Gomes Neves (044.487.083-06); Bruno Monteiro Rocha Lima (055.927.694-07); Caio Sergio Parente Silva (125.656.387-01); Carlos Henrique Pimentel Paiva (025.483.393-43); Eder Guimarães dos Santos (134.721.727-46); Eduardo José da Silva Junior (133.613.307-42); Eduardo Nogueira de Igreja (125.141.037-54); Felipe Costa Holanda (045.854.243-18); Felipe Mendes dos Santos (934.023.332-87); Guilherme Giacomelli Schreiber (085.753.139-59); Henrique Lopes Cavalcante (027.545.211-51); Hugo Leonardo Camargo Braga (032.445.111-39); Isabelle Queiroz de Oliveira Lopes (035.498.673-28); José Nilo Alves de Sousa Neto (050.504.273-80); João Luís do Nascimento Mossri (129.063.147-65); João Vitor Negrão Campello (044.567.595-00); Júlio César Leitão Albuquerque de Farias (076.675.794-31); Larissa Polli da Costa (082.641.579-20); Lucas Cé-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

vola Esmeraldo (036.464.341-20); Lucas Lima da Rocha (043.714.943-90); Lucas Oliveira Corrêa Roza (146.029.677-01); Maiara Barroso Cardoso Reinaldo (054.301.303-03); Marcella Guarnieri Merces (030.827.490-38); Marina Martins de Lima (146.015.527-02); Matheus Vanzan Pimentel de Oliveira (058.310.477-09); Paulo Henrique Dias Vieira (126.208.757-06); Pedro Loami Barbosa dos Santos (021.374.231-46); Rafael Domingos de Mello da Hora (003.312.491-46); Rafael Pereira de Paula de Lucas Simon (088.353.604-80); Rafael Souza da Silveira (041.887.363-13); Rafaela Furtado Teixeira (014.196.860-54); Ramide Miranda Dino (015.831.843-92); Raíssa de Almeida Gouvêa (134.045.487-44); Renato Siqueira de Arruda Camara (013.849.484-30); Ricardo Luiz de Oliveira da Rosa (340.825.018-94); Rodrigo Fonseca de Araújo (131.351.437-32); Rodrigo Rolim Mendes de Alencar (042.745.433-66); Sergio José Rodrigues da Cunha (129.197.417-21); Thalles Oliveira Barros de Aquino (029.115.763-73); Thiago Henrique Sanches Bossa (052.897.139-56); Thomas Farias Viana (124.170.297-74); Tiago Lopes Barboza Cury (671.891.723-00); Victor Bramigk (381.524.298-30); Vinícius Santana Pereira da Silva (093.753.804-32); Vitor Hugo de Figueiredo Betio (075.092.599-08); Érica Fontana Paiva (089.505.194-02).

Órgão: Instituto Militar de Engenharia - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.053/2012-4
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Amanda da Silva Carmo (107.230.077-05); Anderson Alkmin Maduro (046.365.726-88); Caren Costa do Amaral (140.456.327-00); Christian Uchoa Pietro (282.190.448-70); Cristiane Francisca de Sousa (836.641.141-91); Edson Nascimento de Oliveira (027.462.617-90); Elaine Henrique Barbosa (118.488.297-52); Elison Gleid Paula Machado (106.547.727-97); Ester Rezende da Silva (076.101.367-94); Fabiola de Sousa Barroso Rodrigues (090.562.597-84); Felipe Emanuel Gonçalves Costa (066.893.176-09); Gedeão Mariano (639.994.477-53); José Maria Amancio de Oliveira (651.130.047-15); Juliana Auxiliadora Paes (354.371.358-23); Leila Ferreira dos Santos (022.175.217-05); Maicon Paula da Rocha (111.473.537-00); Maria Jocinea Dias Pereira (024.209.397-35); Paulo de Oliveira Ventapane (010.222.357-29); Renata Elisa Alencar (095.232.377-05); Ricardo Monteiro dos Santos (839.105.301-68); Rodrigo Lima Alves (094.443.597-19); Roselene Cunha dos Reis (004.955.417-45); Roseli Auxiliadora Silva de Lima (109.669.158-28); Rosiane Libano de Castro (014.613.477-00); Sonia Maria do Nascimento (015.776.907-02); Uendell Rodrigo da Silva (102.307.497-47); Wilio Rodrigues de Oliveira (115.993.947-07).

Órgão: Indústria de Material Bélico do Brasil - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.075/2012-8
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Artur Rafael Maranhão de Oliveira (013.493.674-43); Ulysses David Rodrigues Silva (011.068.083-98); Vanine Marsiglia Dorea (054.585.174-23).

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AL - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.077/2012-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Abraão Alves Braga (869.265.861-87); Carlos Henrique Menezes Pinto (005.386.581-26); Dorcas Ferrão da Silva Macêdo (561.001.591-04); Fernando Caldeira Melo (028.611.166-76); Fábio Silva de Souza (006.664.445-36); Thatiane Coleta Silva Lopes (891.450.621-53).

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TER/GO - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.082/2012-4
Natureza: Atos de Admssão.
Interessados: Adroaldo Mota Lima Júnior (003.661.635-40); Antonio Klaus Vilas Boas de Souza Silva (011.402.774-99); Romullo Sousa de Albuquerque (007.893.554-77).

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RN - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.083/2012-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Ana Paula Eberli Soares (004.303.800-03); Bruno Gasparotto Ponne (011.901.430-03); Cristiano Levi Arnold (000.559.140-63); Cristina Freitas Monson (037.378.929-70); Cristina Jung (993.800.210-20); Daniel Osowski (903.412.280-87); Douglas Lazzarotto (812.507.620-49); Gelson Luís Heck (464.717.820-04); Hellen de Moraes Tarasconi (007.865.200-60); Henrique Fröner (012.948.540-38); Jerônimo Borges Radaelli (007.018.290-60); Jonas Marques Costa (832.798.220-68); Juliana Gil Thomé (003.191.160-93); Katiane Teresinha Worm (986.501.140-91); Liliane Pinto Santa Helena (004.502.130-99); Loraine Peixoto Lima (005.751.700-26); Lucas Maciel Andersen Cavalcanti (007.819.010-06); Luís Fernando Castanheira (043.573.699-08); Maria Beatriz Batista Ferreira (010.443.825-89); Marilene Lenz Mentges (008.794.270-43); Michelle Dornelles D'agostini (828.911.330-72); Paulo Luiz Cassana Molina Filho (010.296.010-03); Rafaela Beck (000.693.420-08); Raquel Dorneles Loy (953.473.800-04); Ricardo Raupp Evaldt (629.370.810-53); Rodrigo Fernandes Vieira Camargo (225.488.808-00); Rodrigo Fernando Gerardi (030.615.269-00); Rosinei Fernandes Klein (000.087.490-60); Sonia Heimann Reinke (163.636.658-92); Sura Pastoriza Faraj (005.630.930-99); Tassiana Alcoforado Diniz (008.644.670-36); Vinícius Grigoletto Cavalheiro (004.855.800-12); Édson José de Oliveira Medina (617.317.060-49).

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RS - JE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.112/2012-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Ana Paula Muniz da Silva (014.243.951-78); André Luiz Porto (036.856.061-90); Bruno Mourão Almeida (021.047.111-50); Fernanda de Castro e Silva (004.907.631-03); Giuliana dos Santos Cordeiro (019.919.771-74); Ielda Ferreira da Silva (024.494.993-00); Jonatas dos Santos Ferreira (036.133.011-13); Leonardo Batista da Silva Rosa (994.789.191-72); Lucas de Morais Mesquita (019.985.671-09); Ramon Campos Lima (254.084.898-25); Raphael Barbosa Castro (020.812.831-07); Ruidher Ferreira Corrêa (017.278.491-32); Vanessa de Carvalho Vaz (714.049.961-68).

Órgão: Tribunal Superior Eleitoral - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.157/2012-4
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Geraldo Gomes de Lima Neto (005.757.521-57); Helder Ferreira Duarte (718.716.591-91); Marcos Diniz Gonçalves O'dwyer (820.308.805-82); Miguel Angelo Dantas Paes Barreto (833.853.984-87); Rodrigo Cesar Ferreira Monteiro (727.681.002-00).

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/TO - JE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.229/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessados: Agostinho Videira Sampaio (009.222.347-87); Ailton Marques Pinheiro (059.551.907-59); Airton Cesar Moreira Soares (393.636.941-00).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.236/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessados: Alfredo Ferreira dos Santos (007.441.072-53); Alis Bonow Mendes (027.642.617-72); Almir Francisco de Souza (076.291.417-34); Almir Semeas Martins de Lima (041.266.107-15); Altair Romualdo da Silva (028.168.652-15).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.241/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessados: Antonio Estevam da Silva Filho (429.296.444-00); Antonio da Silva Vieira (725.806.667-53).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.242/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessados: Antonio Ferreira Filho (001.560.003-34); Antonio José (305.149.677-49); Antonio José Trindade (394.310.107-04); Antonio José da Cunda Nascimento (256.614.420-68).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.250/2012-4
Natureza: Reforma.
Interessados: Arnaldo dos Santos (000.723.709-04); Aroldo Diniz Brandão (769.287.138-87); Ary Coelho Sampaio (011.092.270-00).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.255/2012-6
Natureza: Reforma.
Interessado: Bruno Marques Verissimo (318.855.088-08).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.259/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessados: Carlos Augusto Oliveira Lunkes (621.541.760-20); Carlos Gomes Farias de Andrade (063.206.867-15).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.263/2012-9
Natureza: Reforma.
Interessados: Carlos Roberto Fernandes de Oliveira (233.414.247-68); Carlos Roberto Seixas (494.325.168-49).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.268/2012-0
Natureza: Reforma.
Interessados: Claudio Rodrigues de Souza (002.786.527-43); Claudio Santos de Oliveira (428.636.007-53); Clayton Barbosa Moura (351.386.588-08).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.271/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessado: Danilo da Rocha Ramos (032.732.967-04)
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.276/2012-3
Natureza: Reforma.
Interessados: Francisco Araujo de Castro (066.455.937-91); Francisco Patricio de Medeiros (219.663.707-68); Francisco das Chagas Batista (093.180.206-78); Francisco das Chagas Pires (025.369.862-68); Francisco de Sousa Costa Junior (703.336.453-91); Francivaldo Mendes Pereira (959.955.522-87); George Pacheco Correa (069.410.607-00); Geraldo Baltazar Ferreira (136.430.106-72); Geraldo Ribas Lameira (162.259.700-10); Gilvan Cabral Barreto (018.820.076-20); Guiovaldo Nunes Laport (006.040.621-68); Helmer Araújo Freire do Nascimento (968.688.484-04); Helton Fontenelle (073.397.397-34); Herminio Irani Braz Nunes (023.312.761-53); Horácio Lino Barreto (042.648.351-00); Humberto de Queiroz Silva (044.779.797-20); Iracelmo Silveira Machado (205.288.920-53); Ivanir Couto de Souza (105.097.637-15); Ivo Laus (081.543.507-00); Ivo Luiz de Oliveira (018.632.316-68).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.280/2012-0
Natureza: Reforma.
Interessados: Jair Gonçalves de Lima Verde (219.763.257-49); Jair Ribeiro (008.607.606-00); Jayr Matano (025.210.240-15).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.294/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessado: Jorge Luiz Martins de Amorim (415.825.947-91).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.301/2012-8
Natureza: Reforma.
Interessado: Jose Mauro Mendes de Souza (029.371.641-29).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.307/2012-6
Natureza: Reforma.
Interessados: Manoel Lucio da Silva (814.304.507-20); Manoel Nunes Castro (169.748.160-49).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.309/2012-9
Natureza: Reforma.
Interessado: Manuel Jose da Silva (760.727.547-91).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.317/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessados: Marco Antonio Mendes Ribeiro (490.473.103-49); Marco Antonio Paula de Souza (901.725.827-68); Marcos Antonio Barbosa (823.163.257-34); Marcos Aurélio Ferreira Pinho (844.246.137-04); Marcos Barbeiro Rios (331.435.378-25).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.320/2012-2
Natureza: Reforma.
Interessados: Marinaldo da Luz (006.086.889-91); Mario Augusto Amaral da Silva (625.988.050-20); Mario Bartolomeu Dias (005.619.409-91).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.321/2012-9
Natureza: Reforma.
Interessado: Mario Ricardo Damasio Outerio (225.025.211-49).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.322/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessado: Mário Takeda (001.069.412-91).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.325/2012-4
Natureza: Reforma.
Interessado: Milton Nogueira Oliveira Filho (052.729.706-24).

Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.331/2012-4
Natureza: Reforma.
Interessado: Paulo Roberto Isoppo (424.573.940-15).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-001.332/2012-0
Natureza: Reforma.
Interessados: Paulo Roberto Vilarinho Portela (040.588.361-72); Paulo Rogerio Caje (816.835.531-87).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.337/2012-2
Natureza: Reforma.
Interessados: Pedro Paulo da Silva Araujo (121.937.712-00); Pedro Ramao Gomes Verçosa (186.236.387-00).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.343/2012-2
Natureza: Reforma.
Interessados: Roberto Costard (071.273.838-04); Rogerio dos Santos (093.229.577-00); Rui Alves Catão (290.189.007-53); Sadon Pereira Pinto (498.977.567-87); Samai Maon Carneiro Soares (697.918.051-72); Sandro Campos Gonçalves (570.821.620-49); Saturnino Quintana (437.613.131-87); Sebastião Agostinho do Nascimento (398.705.023-34); Sebastião Alves Ferreira (021.620.752-53); Sebastião Nogueira de Souza (028.042.981-91); Sebastião de Oliveira Filho (089.268.671-53).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.344/2012-9
Natureza: Reforma.
Interessados: Sergio Luiz Cardoso Salomao (855.387.367-68); Sergio Maia Rocha (928.632.802-87); Sergio Santos Mota (531.048.035-87).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.426/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessados: Abdias Xavier de Brito (021.549.004-53); Adacto Arthur Pereira de Mello (000.487.391-20); Adalberto Mendes (120.031.581-20); Adão da Silva (027.922.810-49); Agenor Filho (131.223.717-15); Aloisio de Abreu Pereira da Silva (015.555.377-15); Aloisio de Abreu Pereira da Silva (015.555.377-15); Alvaro José de Mattos (134.626.107-59); Augusto Venancio de Oliveira (297.391.524-49); Aymoré Amaral Rubo (117.159.528-04).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.432/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessado: Oldemar Freitas Braga (001.095.412-00)
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.434/2012-8
Natureza: Reforma.
Interessado: Sudário Dâmaso de Sousa (039.492.496-72).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.442/2012-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Elizabete Regina Carlin Borges (395.645.680-72); Iveti Helena Weber de Lima (420.327.500-82); Magnolia Farias Porto (540.090.570-68); Maria Baggio da Costa (584.300.082-68); Maria Eloir de Oliveira Borges (821.845.260-53); Mirian Carlin Borges (777.816.190-72); Rosania Farias Teixeira do Nascimento e Silva (389.369.170-72); Vera Maria Batista Porto (135.316.203-63).
Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.444/2012-3
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ana Maria Malheiros Silva (001.760.013-87); Maria Antonia Machado Lima (217.734.084-53); Rosilda Fernandes Figueira (021.062.664-05).
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.533/2012-6
Natureza: Pensão Civil.
Interessado: Iolanda Romano de Oliveira (253.097.570-15)
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.746/2012-3
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Representação.
Órgão: Tribunal Superior Eleitoral - JE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.802/2012-0
Natureza: Reforma.
Interessado: Dirceu Jorge Stamboroski de Oliveira (503.486.390-15)
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.142/2012-8
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Alberto Faria Lancelotte (009.963.127-06); Andrea Cristina dos Santos Oliveira (015.906.387-60); Christiane Gomes Martins (038.716.647-58); Douglas Alexandre Pozino (108.873.047-70); Eduardo Guimarães Nogueira (928.077.207-49); Erivaldo Correia da Silva (011.507.277-21); Evandro Francisco Cataldo (020.826.097-82); Fabiane Inez Pinto (199.153.538-47); Frannye de Souza Motta da Silva (127.618.357-78); Leandro Azevedo Cocco (068.649.447-43); Leonardo Camargo Porfirio (974.233.357-20); Maicon Pio de Azevedo (101.204.707-56); Marcio Castilho de Araujo (030.096.997-00); Patricia da Silva Madeira (020.381.917-94); Rafael Felipe dos Santos Rodrigues (058.264.317-17); Renata da Silveira Pires (081.594.656-29); Rogerio Alves Ferreira (925.932.407-68).
Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.161/2012-2
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Alan Arnaldo dos Reis e Souza (004.942.441-60); Anabely Ferreira Borges (000.114.201-11); Danilo Palazzi (099.679.506-50); Eliana Alves da Silva Sarmento (982.509.496-68); Felipe Faria Mortimer Cunha (063.840.226-30); Felipe Liberato (044.720.116-62); João Paulo Santos Leonel (053.950.606-00); Leoncio Gomes dos Santos (035.401.156-17); Luanda Gonzaga Evangelista (054.890.906-77); Maximino Roberto Fernandes (046.063.876-96); Paula Gomes Grunewald (080.985.516-01); Ricardo Ramos de Melo (038.728.006-55); Sheila Alves Martins (074.412.376-37); Tiago Meira de Almeida (089.631.926-10).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TER/MG - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.163/2012-5
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Breno Schult (019.325.859-58)
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TER/PR - JE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.311/2012-4
Natureza: Reforma.
Interessado: Cristiano Silva Marcelino (089.922.387-70)
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.365/2012-7
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Diarle Toste dos Santos (964.892.006-00)
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AM - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.390/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessado: Ivanil de Souza Bastos (006.792.671-15)
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.402/2012-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ana Maria Gonzaga (712.463.986-72); Arlenne Gomes Dias (039.952.236-05); Arlette Moreira Felício (983.425.336-20); Geni de Oliveira Teixeira (670.568.146-20); Helena Ribeiro Gomes (236.189.656-72); Renate Maria Elizabeth Gaspar (881.381.196-91).
Órgão: Quarta Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.417/2012-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessado: Claudia Debryt Cruz de Sousa Magalhães (888.999.423-15)
Órgão: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.424/2012-3
Natureza: Pensão Civil.
Interessado: Severina Daniel de Melo (651.320.767-34)
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.935/2011-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessado: Iris Costa Ferreira (573.830.576-00)
Órgão: Quarta Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.071/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Maria Iracy Tavares Nascimento (810.062.763-00); Município de Cedro - PE (11.361.219/0001-32).
Entidade: Município de Cedro - PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.708/2011-4
Natureza: Representação.
Entidade: Ibama - Superint. Estadual/RJ - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.681/2011-3
Natureza: Reforma.
Interessados: Luiz Matias Nader Mota (233.363.237-20); Manoel Almir da Costa (954.168.547-15); Manoel Fernandes Duarte (046.890.892-72); Manoel Lopes de Oliveira (117.382.190-20); Manoel Moreira de Souza (003.454.822-04); Manoel Vieira Leão (022.269.012-72); Marcelo Cotia de Souza (622.853.787-34); Marcelo Pires (160.163.728-46); Marcio Santos dos Anjos (045.561.427-09); Marco Antonio da Silva (022.081.547-03); Marco Antonio de Souza Lima (002.045.197-05); Márcio Pereira Rocha (004.556.501-52).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.683/2011-6
Natureza: Reforma.
Interessados: Mario Elias Botelho (031.989.877-68); Mario Georg (031.921.643-87); Mario Ramao Contrera (003.824.001-78); Mario Rozas Filho (035.118.807-00); Mauricio Bianchini do Nascimento (246.377.346-49); Mauricio Caiafa Soares (010.033.561-68); Mauricio Rodrigues de Oliveira (158.758.813-72); Mauro Honorato dos Santos (064.430.447-20); Mauro Patricio Barroso (024.369.307-91); Miguel Froes Viana (037.661.282-72); Milton Teixeira de Oliveira (009.222.346-04).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-003.957/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Município de Caraúbas - RN
Recorrente: J. Z. R. Construções Ltda. (CNPJ 03.666.171/0001-42)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.301/2007-9
Natureza: Pedido de Reexame.
Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.
Recorrentes: Daniel Francisco Hack Machado (CPF: 310.737.199-87), Danilo Sossai (CPF: 364.289.067-91), Daíton Val (CPF: 022.422.573-15), Delmar Severo de Oliveira (CPF: 122.124.660-72), Diran Dias Sodré (CPF: 346.765.387-15), Dorival Máximo da Silva (CPF: 123.910.261-53), Edgar Carvalho da Silva (CPF: 325.232.030-49), Edmir Raymundo (CPF: 866.982.068-49), Edson Pascoal Vieira Santos (CPF: 060.156.545-20), Elias Pereira Lopes (CPF: 225.741.744-53), Elio Scherrer Louzada (CPF: 558.650.897-49), Enos Cavalcante Nogueira (CPF: 386.810.807-68), Erivaldo Alves de Araújo (CPF: 067.922.945-00) e Erivelton Moreira Pfeifer (CPF: 266.669.360-00).
Interessados: Décio de Paula Souza (CPF:042.238.451-87), Edivar Teixeira de Lima (CPF: 041.639.232-68), Edson Pereira Cattermol (CPF: 244.387.237-87), Elias Vieira da Silva (CPF: 225.741.744-53), Elio Victorino da Silva (CPF: 057.633.631-91) e Eugênia Cavassin Wiertel (CPF: 286.695.769-53).
Advogados constituídos nos autos: Francis Campos Bordas (OAB/RS 29.219) e outros

TC-020.512/2009-0
Apenso: TC-028.890/2009-9
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Município de Pancas-ES
Recorrente: Wallace dos Santos Alcure (CPF 317.665.367-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.370/2008-9
Natureza: Agravo
Entidade: Município de Wanderley/BA. Agravante: Antonio Rodrigues Porto.
Advogado constituído nos autos: Alessandro Lordêllo (OAB/DF 21.284).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-012.607/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Afonso Gomes de Aguiar Filho (CPF 141.723.724-49) e Associação Maracatu Carnavalesco Leão Dourado (CNPJ 09.789.314/0001-90)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.935/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Condado - PE
Responsável: José Zane Balbino de Moraes, ex-Prefeito - CPF 015.652.064-87 (espólio)
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE (00.378.257/0001-81)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-001.939/2011-4
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso.
Interessado: José Vieira da Silva (CPF: 006.929.891-68), pensionista de Rosina Natalicia Cerqueira da Silva (CPF: 081.034.371-15).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VI - Representação

TC-003.082/2012-1
Natureza: Representação
Entidade: Caixa Econômica Federal (CAIXA)
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1ª Região), Juíza Evelyn Corrêa de Gamá Guimarães
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.137/2011-0
Natureza: Representação
Entidade: Caixa Econômica Federal (CAIXA)
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1ª Região), Juíza Marly Costa da Silveira
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-016.690/2008-7
Natureza: Recurso de Reconsideração
Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (vinculador)
Responsáveis: BrasilConnects Cultura (02.887.213/0001-02); Edemar Cid Ferreira (287.413.408-25); João Carlos de Paiva Veríssimo (037.827.228-41); Pedro Paulo Braga de Sena Madureira (191.396.917-72); Renello Parrini (089.538.438-80)
Interessado: Coordenação-geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - Ministério da Cultura (01.264.142/0003-90) Advogada constituída nos autos: Tatiana Alves Raymundo, OAB/SP 235.229

TC-019.398/2004-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
Entidade: Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins.
Recorrente: Dilma Maria Soares Pereira (120.247.405-53).
Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS; Procuradoria da República/TO; Secretaria Estadual de Saúde/TO.
Advogado constituído nos autos: Herbert Brito Barros (OAB/TO 14)

TC-029.407/2008-7
Natureza: Embargos de Declaração (recurso de reconsideração em tomada de contas especial)
Entidade: Município de São Vicente Férrer, Pernambuco
Responsáveis: Pedro Augusto Pereira Guedes (371.521.304-34)
Interessado: Pedro Augusto Pereira Guedes (371.521.304-34)
Advogado constituído nos autos: Luiz Cavalcanti de Petribú Neto (OAB/PE 22.943)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-010.831/2003-9
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2002
Entidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte
Responsáveis: Antônio Carlos Gerude Rodrigues (242.891.327-15); Antônio Carlos Pinho de Argolo (003.592.545-00); Aristoteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond (026.939.257-20); Arlindo Soares Castanheira (333.198.397-72); Astrogildo Fraguglia Quental (010.513.538-07); Fernando Robério de Borges Garcia (098.449.451-00); Jorge Nassar Palmeira (049.048.772-68); José Alcindo Lustosa Maranhão (028.647.897-87); José Antônio Muniz Lopes (005.135.394-68); Mauro Ramos Massa (299.795.607-20); Mário César Flores (191.991.637-72); Nereu Ramos Neto (023.703.367-49); Paulo Fernando Monteiro de Queiroz (004.250.014-15); Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira (554.370.601-49); Vladimir Freitas Paixão e Silva (018.000.862-53)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-018.567/2009-0
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - MF.
Responsáveis: Alfredo Schmidt Júnior (779.776.108-68); Augusto Akira Chiba (002.375.348-00); Carlos Augusto Moreira Araújo (279.476.701-10); Danielle Ayres Delduque (670.041.801-15); Erasmo Veríssimo de Castro Sampaio (210.362.501-30); Luiz Carlos de Medeiros Filho (116.403.671-87); Marisa Helena de Lima (209.874.121-91); Nilda Martins de Brito (114.929.961-49).
Advogado constituído nos autos: Carlos Roberto Guimarães Marcial (OAB/DF 1330/A)

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-013.364/2008-7
(com 8 anexos)
Apenso: TC-021.402/2008-4
Natureza: Pedido de Reexame (em Representação)
Recorrentes: Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva (Diretor-Geral, CPF nº 113.486.237-72) e Adilson Gomes dos Santos (ex-Coordenador de Administração,CPF nº 032.809.007-78)
Unidade: Instituto Nacional do Câncer (INCA)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.969/2006-4
Apenso: TC 013.906/2003-5
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Mâncio Lima Cordeiro (CPF: 045.734.472-53), Presidente do Basa; Evandro Bessa de Lima Filho (CPF: 021.431.947-49), Diretor de Controle; João Batista de Melo Bastos (CPF: 008.161.242-72), Diretor de Ações Estratégicas; Milton Barbosa Cordeiro (CPF: 026.480.672-72), Diretor de Crédito; José Carlos Rodrigues Bezerra (CPF: 075.235.051-04), Diretor de Suporte aos Negócios; Francisco Serafim de Barros (CPF: 022.401.811-68), Diretor de Administração, e João Carlos Correia Salas (CPF: 163.631.750-20)
Unidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Advogado constituído nos autos: Marçal Marcellino da Silva Neto (OAB/PA nº 5.865)

TC-018.765/2007-0
(com 5 volumes e 7 anexos)
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Recorrentes: João Henrique Vieira da Silva Neto (Diretor do Datasus, CPF nº 211.525.510-00), Luiz Roberto da Silva Klassmann (Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, CPF nº 295.941.540-04) e João Mafalda de Carvalho Filho (Coordenador-Geral de Sistemas Internos/Datasus, CPF nº 543.909.407-59).
Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: José Wellington Medeiros de Araújo (OAB/DF nº 6.130)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-001.830/1999-6
Apenso: TC 004.000/2002-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ângelo Fernandes (CPF 364.186.688 04, ex-prefeito) e Município de Palestina/SP
Unidade: Prefeitura Municipal de Palestina/SP
Advogado constituído nos autos: Aparecido Rubens de Oliveira (OAB/SP nº 60.491)

TC-019.755/2009-5

(com 2 volumes e 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José dos Santos Amado, ex-prefeito (CPF 016.848.503-63), T. M. M. Prazeres - Móveis e Equipamentos para Escritório (CNPJ 05.827.679/00001-57) e A. J. G. Santos (CNPJ 01.639.273/0001-43)
Unidade: Prefeitura Municipal de Cururupu/MA
Advogado constituído nos autos: Kassio Adriano Menezes Gusmão (OAB/MA 8.740)

TC-019.790/2009-4
(com 2 volumes e 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Joaquim Nunes Figueiredo (ex-prefeito, CPF 078.209.922-04)
Unidade: Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA
Advogado constituído nos autos: Benevenuto Marques Serejo Neto (OAB/MA 4.022)

TC-028.852/2007-1
(com 2 anexos)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Odair da Fonseca Benjamin (ex-prefeito, CPF 000.821.802-10) e Município de Mazagão/AP (CNPJ nº 05.986.427/0001-24)
Unidade: Prefeitura Municipal de Mazagão/AP
Advogado constituído nos autos: Daniel Dias - OAB/AP nº 1.054

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-002.596/2010-5
Natureza: Monitoramento em processo de aposentadoria.
Interessadas: Rute Pacheco Borges (CPF 286.144.020-15), Teresinha Alice Bringhenti Ferreira (CPF 135.934.040-87) e Ubaldina Santos Cardoso (CPF 081.943.350-00).
Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Canoas/RS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.353/2010-5
Natureza: Monitoramento em processo de pensão civil.
Interessadas: Amanda Palumbo Costa Marques (CPF 411.325.818-00), Antonio Francisco de Moura (CPF 311.646.968-74), Célia Becker Cizini (CPF 020.090.308-00), Clarinda Gonçalves de Lima (CPF 343.977.668-94), Ida Kaplanas (CPF 020.153.238-72), José Luis Calixto (CPF 763.921.988-49), Mario Luis Rodrigues Martins (CPF 810.134.268-00), Noemia Gross Lerner (CPF 062.854.738-20), Olivia Ferreira Ramos Rodante (CPF 816.852.208-78) e Tobias Grasso (CPF 030.888.128-15).
Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo-Lapa/SP
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-007.788/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Antonia de Paula Porto (CPF 260.266.001 91), Irene Gloss (CPF 729.910.111 49), Irene Pereira da Silva (CPF 895.697.841 72), Lilly Wachenfeld Navarro (CPF 085.735.651 87), Maria Terezinha Carvalho da Rocha Lima (CPF 954.235.751 68), Marieta Dias de Faria (CPF 402.198.361 91), Marlene Fátima de Brito Gomes (CPF 966.569.806 00) e Myrtes Gomes de Carvalho (CPF 440.488.401 00)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Goiás
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.362/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clayton Pacheco Albuquerque Filho (CPF 093.540.584 42) e Maria Tereza da Silva Pacheco (CPF 775.011.794 68)
Unidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.865/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Dileuza Ramos Carvalho (CPF 440.807.357 15), Maria Gorette Bessa Castilho (CPF 055.351.821 68) e Naiara Cristina Canuto Vasconcelos (CPF 044.570.491 82)
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-025.664/2009-4
(com 2 volumes e 1 anexo)
Natureza: Representação
Representante: Leonardo Albuquerque Marques, Advogado da União
Unidade: Prefeitura Municipal de Bacabeira/MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.004/2007-6
(com 9 volumes e 3 anexos)
Natureza: Representação
Responsáveis: Elias Melo de Miranda (CPF 138.658.542-49), João Alencar de Sousa (CPF 480.825.974-53), José Tadeu de Souza Marinho (CPF 176.687.274-34) e Judson Ferreira Valentim (CPF 081.074.402-34), ex-membros do Comitê Técnico Interno do Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre - Embrapa/CPAF-Acre; Silas Brasileiro (CPF 004.697.186-69), ex-Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sílvio Crestana (CPF 932.363.288-00), ex-Diretor-Presidente da Embrapa; Ivandir Soares Campos (CPF 021.936.802-30) ex-Chefe-Geral da Embrapa/CPAF-Acre; Clayton Campanhola (CPF 002.079.058-94), ex-Diretor-Presidente da Embrapa; Marcus Vinício Neves D'Oliveira (CPF 268.756.831-72) ex-Diretor-Presidente da Embrapa, Eufran Ferreira do Amaral (CPF 233.319.172-49), empregado da Embrapa/CPAF-Acre
Unidades: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre - Embrapa/CPAF-Acre
Advogado constituído nos autos: Eugênio de Sousa Pantoja (OAB/PA 10.475)

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Classe I - Recursos

TC-005.702/2009-0
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: Advocacia-Geral da União - AGU
Unidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-033.162/2010-7
Apenso: TC 015.785/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: CIC Industria de Construções Ltda (CNPJ 02.975.716/0001-30) e Michel Marques Abrahão (CPF 576.424.191-04)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Unidade: Município de Bujari/AC
Advogados constituídos nos autos: Ricardo Alexandre Fernandes Filho (OAB/AC 3.196) e Giordano Simplício Jordão (OAB/AC 2.642)

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-029.599/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Celcina Gomes Uchoa (CPF 044.586.213-00); Malba Tahan Macedo Santos (CPF 062.763.263-72); Maria Jose Duailibe Cassas Gomes (CPF 001.817.303-91).
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-015.133/2010-9
Natureza: Representação
Responsáveis: Flávio Vasconcelos Godinho (CPF 653.848.816-15) e Ivan Chaves Magalhães (CPF 199.559.286-20).
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí/MG - Cefet/Bambuí.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe I - Recursos

TC-009.766/2005-2
Natureza: Embargos de declaração
Unidade: Município de Esplanada/BA
Responsável: Município de Esplanada/BA (embargante)
Advogados constituídos nos autos: Vagner Bispo da Cunha, OAB/BA nº 16.378, e Yndira S. P. Cunha, OAB/BA nº 21.434

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-026.593/2009-5
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Município de Abelardo Luz/SC
Responsáveis: João Maria Marques Rosa, ex Prefeito (CPF 194.866.859-91); Município de Abelardo Luz/SC (CNPJ 83.009.886/0001-61)
Advogados constituídos nos autos: Gilberto Galeski (OAB/SC 25.328); Jair Carlos Pedrozo (OAB/SC 23.168); Francieli Maria de Lima (OAB/SC 25.051-B); Stefan Sandro Pupioski (OAB/SC 16.485); Lenoir Baggio (OAB/SC 6.178); Cristiane Cecon (OAB/SC 30.360)

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-000.714/2011-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Cantá-RR.
Responsáveis: Construtora Raiar Ltda (34.798.637/0001-97); Francisco Bosco Feitosa (117.379.643-68); Paulo de Souza Peixoto (060.221.702-49).
Interessado: Ministério da Integração Nacional.
Advogado constituído nos autos: Cleber Bezerra Martins (OAB/RR 585).

TC-005.613/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).
Responsáveis: Frederico José Veloso de Almeida (023.779.005-00); Ingo Hulsen Lemos Nascimento (075.029.858-83).
Interessados: Barra/BA (02.985.516/0001-68); Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) (00.399.857/0001-26).
Advogado constituído nos autos: Gabriel Portella Fagundes Neto (OAB/DF 20.084).

TC-005.646/2009-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de São Francisco do Conde/BA.
Responsáveis: Antonio Carlos Vasconcelos Calmon (093.655.915-20); Jose Trindade Neto (144.470.701-97); Maria da Conceição Menezes Simões (043.138.602-15); Osmar Ramos (016.486.165-34).
Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Advogado constituído nos autos: Fernando Gonçalves da Silva Campinho (OAB-BA 15.656).

TC-020.091/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Cansanção - BA.
Responsáveis: José Renato Reis (034.370.275-49); José Orlando Quirino Gama (569.305.009-25); José Raimundo Costa (210.648.305-87); José Zito Goes de Sena (489.220.805-15); Luiz Batista de Jesus (622.429.975-72).
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.580/2009-3
Apenso: TC 028.355/2007-6.
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Conceição do Almeida/BA.
Responsáveis: Joel de Souza Neiva (024.905.955-04); Luciano Dias Magalhães (165.534.465-04); Silvio Bispo da Silva (035.938.275-49).
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.849/2011-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Jaboatão dos Guararapes/PE.
Responsável: José Humberto Lacerda Barradas (037.258.124-20).
Interessados: Fundo Nacional de Saúde (FNS) (00.530.493/0001-71); Município de Jaboatão dos Guararapes/PE (10.377.679/0001-96).
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 1º de março de 2012.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da Câmara

2ª CÂMARA

ATA Nº 5, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012
(Sessão Ordinária)

Presidência do Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Raimundo Carreiro e José Jorge; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz) e André Luís de Carvalho, bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva; o Presidente, Ministro Augusto Nardes, invocando a proteção de Deus declarou aberta a Sessão Ordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas, havendo registrado a ausência do Ministro Aroldo Cedraz, por motivo de licença médica (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 4, da Sessão Ordinária realizada em 14 de fevereiro corrente (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Esta Ata, bem como seu Anexo, está publicada na página do Tribunal de Contas da União (Resolução TCU nº 184/2005).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 956 a 1072, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº 164/2003 e nº 184/2005).

a) Ministro Augusto Nardes (Relação nº 5);

ACÓRDÃO Nº 956/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.832/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudia Santos Rezende (260.555.848-75)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss Em São Paulo/leste
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 957/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.854/2012-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Finelon Ismael (049.301.501-91); José Gonçalves da Silva (197.280.001-97); Maria Francisca de Araújo (118.299.661-20); Maria Helena dos Santos (056.272.811-20); Maria Izabel da Conceição Junqueira (198.081.511-91); Maria Leolina de Jesus (134.601.961-49); Maria Tereza Brito do Espirito Santo (337.693.387-15); Maria das Graças Borges Silva (154.956.391-20); Maria das Graças Silva Marinho (122.736.271-49); Maria de Fatima Pires (076.989.251-53); Maria do Rosário Florencio Ramos Macedo (096.263.361-53); Nelma dos Santos Fonseca (547.645.801-87); Nivia Eumenia de Almeida (495.686.206-72); Odelisa Maria de Souza (100.577.301-72); Peddro Soares da Silva (085.975.964-49); Sonia Maria Machado de Souza (159.916.011-00); Sonimar Soares Ricardo (080.517.631-49); Virgilio Damasio Vieira de Freitas (323.485.687-72); Wieslawa Sobocinski Renaud (171.371.879-00)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Goiânia/GO - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 958/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.178/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Regina Margarida Horn (009.152.200-59); Salvador Veiga Picanço (007.472.110-00); Vera Maria So Calcanhoto (191.183.250-68);
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Porto Alegre/RS - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 959/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.432/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Raimunda Maria Torres (223.185.001-00); Sebastiao Mendes de Medeiros (119.387.141-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 960/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em julgar regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis abaixo relacionados conforme proposta da unidade técnica (fls. 397-399), ratificada pelo Ministério Público nos autos, sem prejuízo da determinação a seguir:

1. Processo TC-022.641/2010-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Alci Mary Rubens de Souza (229.597.423-20); Almir Bittencourt da Silva (059.472.003-68); Ana Lucia Martins (115.941.103-44); Antonia Marta Marques de Andrade (598.475.577-72); Carlos Augusto Nunes Rodrigues (164.833.243-91); Cibele Marques Moreira (765.387.293-04); Enilson da Silva Parente (218.985.293-53); Ernesto da Silva Pitombeira (013.456.993-87); Fernando Henrique Monteiro Carvalho (143.038.763-72); Francisco Alcimo de Andrade (117.555.553-34); Francisco Antonio Alves Lopes (117.767.143-34); Francisco Ferreira Neto (031.768.273-34); Francisco Jairo Praciano (194.282.943-49); Francisco Jonatan Soares (229.492.083-04); Francisco da Silva Reis (119.672.423-72); Francisco das Chagas Fernandes (210.611.303-04); Henry de Holanda

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Campos (081.333.873-53); Joana Darc Cabral Figueiredo (204.911.743-49); Jose Paulo de Lima (116.245.233-15); José Evaldo Serra (045.150.803-34); Kecia Maria Mendes (511.534.593-53); Lucia Leda Rodrigues Lima (232.156.073-87); Luis Alberto Rodrigues (122.927.293-34); Luis Carlos Uchoa Saunders (001.149.103-59); Luiz Isiodorio da Fonseca (155.093.113-04); Maria Glicia Conde Santiago (221.881.263-00); Valderi Dias Ferreira Filho (273.189.073-87); Zenilda Vieira Bruno (071.692.723-34).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Determinar à Controladoria Geral da União que informe, nas próximas contas da UFC, acerca do saneamento das questões apontadas nas presentes contas.

ACÓRDÃO Nº 961/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificada, em 28/6/2010, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 2.019/2010-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Extraordinária de 4/5/2010, inserido na Ata nº 14/2010-2ª Câmara, a interessada somente compareceu aos autos em 14/12/2011, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;

Considerando que o prazo para a interposição daquele recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que De acordo com o art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão da superveniência de fatos novos, na forma do RI/TCU.

Considerando também que, por força dessas peculiaridades, os pareceres emitidos nos autos convergem pelo não-conhecimento do multicitado recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; e 285 § 2º; do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer do Recurso de Reconsideração, por ser intempestivo, e em enviar os autos à SECEX-BA, para dar ciência às partes e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-012.598/2007-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 022.617/2010-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 022.615/2010-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 022.616/2010-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 008.216/2005-9 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Responsáveis: Ailtamar Carlos da Silva (349.811.951-68); Luiz Afonso Arantes (463.889.311-20); Wolmir de Oliveira Zanatto (624.831.700-30)

1.3. Recorrente: Luiz Afonso Arantes (463.889.311-20)

1.4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás

1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.8. Advogado constituído nos autos: AILTAMAR CARLOS DA SILVA, OAB/GO 11.472 e ANTÔNIO CARLOS VELY MENDONÇA SILVA, OAB/GO 25.715.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 962/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em: a) com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, expedir quitação ao Sr. Osvaldo Fernandes Ajona, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão nº 11.472/2011 - TCU - 2ª Câmara, Sessão Extraordinária de 29/11/2011, Ata nº 42/2011. b) com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 11.472/2011-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 29/11/2011, inserido na Ata nº 42/2011-Extraordinária, onde se lê: "Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa", leia-se: "Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS)". c) tornar insubsistente o subitem 9.5 do Acórdão nº 11.472/2011 - TCU - 2ª Câmara, Sessão Extraordinária de 29/11/2011, Ata nº 42/2011. d) informar ao Município de Cravinhos/SP que, a seu juízo, poderá adotar as medidas cabíveis junto ao Fundo Nacional de Saúde, favorecido do recolhimento, ou junto à Secretaria do Tesouro Nacional, destinatária final do valor recolhido, para ressarcimento do excedente recolhido. e) encaminhar cópia desta deliberação, bem como do Acórdão nº 11.472/2011 - TCU - 2ª Câmara, ao Município de Cravinhos/SP, ao Fundo Nacional de Saúde e à Secretaria do Tesouro Nacional, para as providências cabíveis.

1. Processo TC-024.405/2008-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Osvaldo Fernandez Ajona (745.997.208-87); Prefeitura Municipal de Cravinhos - SP (45.228.319/0001-07).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Cravinhos - SP

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 963/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 e 250, inciso III, do Regimento Interno, e de conformidade com a proposta da unidade técnica, em acolher parcialmente as justificativas apresentadas pelo Sr. Rildo Gomes Oliveira, sem prejuízo de fazer as seguintes recomendações/determinações a seguir:

1. Processo TC-004.958/2011-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsável: Rildo Gomes de Oliveira (226.132.342-53)

1.2. Órgão/Entidade: Município de Tartarugalzinho - AP

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Recomendar ao Município de Tartarugalzinho que:

1.6.1.1.apresente para apreciação do Conselho Municipal de Saúde, em prazo razoável, a ser definido na Lei que institui o Fundo Municipal, ou em Decreto regulamentar, o relatório de gestão anual da saúde, nos termos do art. 6º, inciso I, alínea b, do Decreto 1.651, de 28 de setembro de 1995;

1.6.1.2.faça constar na Lei que instituiu o Fundo Municipal de Saúde ou regulamente mediante Decreto, prazos razoáveis para o encaminhamento do relatório anual de gestão, bem como dos relatórios trimestrais aludidos no art. 12 da Lei 8.689/1993, ao Conselho Municipal de Saúde.

1.6.1.3 envie projeto de lei à Câmara de Vereadores do Município com o objetivo de alterar o art. 2º e o art. 3º, inciso II, da Lei 283, de 1/12/2009, de forma que a Secretaria Municipal de Saúde passe a ser a responsável pela ordenação dos empenhos e pagamentos relativos aos gastos efetuados com recursos do SUS, em atenção ao art. 33, § 1°, da Lei 8.080/1990.

1.6.2. Recomendar ao Conselho Municipal de Saúde de Tartarugalzinho que caso a Secretaria Municipal de Saúde não apresente o relatório de gestão para apreciação do Conselho no prazo previsto, comunique o fato aos tribunais de contas competentes (TCE e TCU) para que sejam tomadas as providências cabíveis, sob pena de o próprio conselho vir a ser responsabilizado pela omissão.

1.6.3. Dar ciência das seguintes impropriedades:

1.6.3.1.à Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho de que constitui irregularidade, por força do inciso II, artigo 6° do Decreto 1651/1995, o não encaminhamento do relatório anual de gestão do SUS ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá, salientando que o encaminhamento do referido relatório não é suprido pela prestação anual de contas da prefeitura àquele órgão de controle, nos termos da Lei 4320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal;

1.6.3.2.ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá - TCE que, em cumprimento ao inciso II, do artigo 6° do Decreto 1651/1995, o órgão deve receber para fins de apreciação dos gestores municipais e estaduais da saúde, cópia do relatório anual de gestão dos recursos do SUS repassados fundo a fundo, salientando que o encaminhamento do referido relatório não é suprido pela prestação anual de contas das prefeituras e do Governo do Estado, nos termos da Lei 4320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.6.4. Determinar o arquivamento dos autos depois de expedidas as comunicações pertinentes.

ACÓRDÃO Nº 964/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, a representante alega que em face das dificuldades para execução da obra contratada, tais como intempéries e questões de logística, o contrato foi injustificadamente rescindido pela Administração, baseando-se no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93, com aplicação de multa, a qual foi deduzida do valor a ser recebido referente à primeira medição e, ainda, com a indevida retenção da caução.

Considerando que conforme análise da unidade técnica, o conteúdo da representação visa tão somente à busca pelo atendimento de interesses particulares, matéria que foge à competência deste TCU.

Considerando que a jurisprudência desta Corte de Contas é pacífica no sentido de que o patrocínio de interesses particulares não está afeto às suas competências, conforme Decisões TCU nº 209/1999, 823/1999, 657/2000, 125/2001 e 1438/2002, todas do Plenário.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1°, inciso II, da Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, alínea "a", e 235, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n° 155 de 4 de dezembro de 2002, e ante as razões expostas pelo relator, em não conhecer da representação, por veicular matéria que refoge à competência constitucional e legal desta Corte, e em determinar o arquivamento do processo, após envio de cópia desta deliberação para ciência ao representante, nos termos da proposta da unidade técnica nos autos.

1. Processo TC-001.092/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

b) Ministro Raimundo Carreiro (Relação nº 4);

ACÓRDÃO Nº 965/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-000.831/2012-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Eleuterio de Souza (040.354.611-72); Antonio Pereira Nunes (465.682.717-72); Jose Antonio da Silva (161.203.537-04); Luiz Reinaldo França Pinto (164.238.870-04); Maria Aparecida Custódio Camargo (131.215.371-72); Maria Ester Araújo França (187.926.180-49); Maria das Graças dos Santos Ferro (470.746.987-68); Queico Kihara (072.694.711-34); Raimundo Linhares e Silva Neto (098.133.731-72); Vicente Pereira Sombra (077.552.013-68)

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Produção Mineral - Mme

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 966/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-000.865/2012-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Abigdones Cunha Oliveira (893.805.097-15); Ademir Ramos (320.657.447-15); Aleilda de Jesus Almeida (185.779.545-87); Ana Maria Paranhos Brandão Sedlacek (431.065.107-06); Ana Marilda da Rocha Negrão (030.405.182-91); Angela Maria Borges (090.762.715-34); Antonio da Silva Calabro (414.663.497-00); Araci Laura dos Santos Viana (528.403.527-53); Aracy dos Santos Rocha (596.896.927-04); Carlito Rodrigues do Egito (439.362.377-00); Carlos Ana de Padua (531.931.057-91); Carmem Maria das Mercês (496.130.227-91); Denise da Fonseca Menezes (528.417.907-20); Diva Maria do Nascimento Carvalho (095.424.005-78); Doralice Valentina Cavalcanti (252.736.717-87); Edna Maria da Costa Pereira (349.674.947-49); Elio Ferreira da Silva (362.141.757-53); Elisabete das Neves Porto (749.257.337-53); Eneas Moreira (475.361.107-82); Enis Gonçalves Lima (384.369.657-87)

1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 967/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-000.868/2012-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Sergio Luiz Batista Lage (272.283.807-97); Sergio de Souza Lemos (481.734.797-04); Sylvia Pessanha Brandão (468.945.357-87); Sônia Autran Martins (630.614.497-87); Tereza Cristina da Silva Lima Macedo da Costa (440.558.897-04); Therezinha Maia Bezerra (439.244.257-87); Valdemir Santos da Silva (430.822.467-53); Valdemiro Firmino do Nascimento (263.346.157-34)

1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 968/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-001.000/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisco Monteiro da Silva (093.376.658-08); Gabriel Camoes Freire (010.531.185-54); Gabriela Ferreira Alves (308.008.158-74); George Leite (956.833.303-78); George Machado de Oliveira (088.101.967-40); Giovani Saouza Bueno (010.013.500-57); Giovanna Petri (350.848.568-44); Gissela Maria Rabelo dos Santos (423.778.112-72); Giulian Egidio Gorges (059.097.659-14); Glauco Francisco Rodrigues Santos (806.699.995-04); Gleice Antunes de Oliveira Moreira (302.337.008-70); Gustavo Andrade dos Santos (014.722.356-30); Gustavo Macedo de Carvalho Melo (005.206.351-83); Hamilton Jose Fernandes da Fonseca (322.612.048-41); Hugo Pereira dos Reis (102.776.067-80); Hugo de Moraes Holzer (312.483.248-54); Iana de Araujo Lima e Brito (057.813.604-09); Iracema Maciel Camelo (691.593.861-34); Isabela Terra de Souza (055.503.217-50); Jaldair Eustaquio Marins (677.961.176-04); Jamil Ribeiro Cardoso (107.794.527-20); Janmile Bittencourt Mendes (814.818.615-49); Jaqueline Fernandes da Silva (357.814.388-07); Jefferson Alves Lopes (905.919.090-49); Jhonathan da Silva Rodrigues (075.415.809-88); Joaci da Silva (035.998.047-37); Joacyr Soares Atagiba Junior (939.951.051-49); Joana Helena Paiva dos Santos (784.849.106-44); Joao Batista Ferreira Moreira (963.574.283-53); Joao Batista de Assis Martins (254.202.138-42); Joao Helder Marin Kurtz (469.531.590-49); Joao Manoel de Souza (017.193.029-01); Joel Braga de Aragao (829.211.561-72); Jomar Alves de Almeida (947.418.835-15); Jorge Henrique Weimar Barbosa (830.848.350-04); Jose Gustavo do Nascimento Trufa (046.073.739-23); Jose Norberto Gomes da Silva (658.261.085-68); Jose Orismar Cesar da Silva (234.161.571-68); Jose Ricardo Amancio da Costa (070.392.187-80); Jose Teotonio da Silva Neto (066.438.109-06); Jose Valter da Silva Nascimento (081.793.314-07); Josivane Cirilo Caetano Dantas (654.207.805-34); Juliano Marcelo de Arruda (576.359.431-20); Julio Cesar Moreira Ramos (059.404.416-29); Julio Cesar Prado da Costa (793.394.924-04); Julio Lobo Cunha (335.539.630-34); Julio Yukio Shimizu (820.162.831-49); Junior Cesar de Oliveira Alves (465.406.951-87); Kauem Simoes (022.155.879-97); Laisa Braz de Siqueira Santos (733.895.011-34); Leandro Araujo da Silva (007.006.121-14); Leandro Carvalho Ornel (704.359.440-53); Leandro Francisco Neves (033.468.696-28); Leandro da Silva Brandao (710.581.842-53); Leandro de Andrade (029.082.386-24); Leandro de Souza Simoes (040.182.509-40); Leniza Pallares de Napoli (221.441.128-35); Leonardo Batista de Gois (040.119.905-31); Leonardo Cazarotto (473.127.850-34); Leonardo Gomes do Amaral (101.554.687-07); Leonardo Veiga Machado Lopes da Silva (260.223.568-73); Leonardo Xavier Rohrig (008.181.950-10); Lidiane Leles Parreira Costa (955.859.311-72); Livia Ferreira do Nascimento (077.527.637-56); Luciana Balabanian Basmacilar (269.879.168-37); Luciano Fernandes Petuia (644.923.549-72); Luciano Gomes dos Santos (027.443.907-71); Luciano Lima da Silva (048.605.704-64); Luciano Santana Nogueira (086.514.967-45); Luis Antonio Gonzaga Moraes (595.513.562-68); Luiz Antonio Garcia Prestes da Costa (038.396.526-85); Luiz Carlos Cabral Dutra (306.277.218-26); Luiz Carlos Silva Santos (036.389.789-58); Luiz Carlos de Souza Cruz (655.277.555-53); Luiz Felipe Tavares Cancian (810.921.210-72); Lyliane das Gracas Martins da Silva (453.690.892-72); Manoela Carina de Souza (047.706.134-66); Marcelo Dallastra (024.795.069-67); Marcelo Leandro Serpa (909.284.150-15); Marcelo Plates Betat (927.318.990-34); Marcelo Ribas Ramalho (008.228.124-60); Marcio Elias de Castro Santana (220.761.378-07); Marcio Gervasio Artuzo (766.536.686-49); Marcos Antonio do Rosario Rufino (077.961.737-17); Marcos Daniel Nerling (548.517.260-15); Marcos Paulo Ramos Quessada (356.036.608-99); Marcos Roberto Perissinotto (308.333.688-85); Margarete de Aquino Meira (288.091.678-05); Maria Aparecida de Araujo Costa (163.145.108-13); Marlon Pereira Ferreira (645.528.963-34); Mauricio Rocha Correia (037.653.929-10); Mauro Puime Fernandez (028.609.267-04); Maxwell Andrade Stulano (325.201.938-83); Maxwell Evaristo Godoy (324.939.858-69); Michelle Santos Barros da Silva (033.968.874-25); Michelly Fernanda de Campos Souza (076.771.026-62); Milleani da Costa Murta (732.015.963-53); Miron Oliveira Melo (026.962.046-08); Natan Bernanrdo da Costa (009.194.631-00); Nelson Graciano Braga (927.686.442-34)

1.2. Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 969/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-001.064/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Alberto Villela Martins (670.662.407-15); Paulo Roberto Pinto Alvarenga (822.417.678-91); Paulo Vinicius Gama Santos (025.140.185-52); Pedro Fernandes Ferreira da Silva (118.625.107-76); Pedro Rodrigues Paiva (118.933.227-26); Rafael Barreto de Matos (359.200.488-32); Raimundo Antonio Ferreira dos Santos (055.318.702-30); Raimundo Nonato Carvalho Braga (127.857.333-04); Raphael Costa Quinteiro (111.926.487-14); Reginaldo Silverio Abdon (077.676.987-18); Renan Delgado Feres (067.219.086-97); Renata Gomes Brandao de Lima (075.317.804-45); Renato Ferro Grilo (102.494.417-48); Renato Frank de Salles Filho (774.340.307-63); Renato Galvani Sarto (313.374.708-80); Renato Mendonca Machado (068.352.644-89); Rildo Anchieta Alexandre (845.321.907-97); Roberto Fonseca de Araujo (737.829.124-20); Roberto Miranda Cardoso (021.620.007-50); Robson Lima da Silva (621.725.063-20); Robson Magno Carvalho Silva (515.612.043-15); Rodolfo Cesar Castro Nascimento (037.737.714-79); Rodrigo de Souza Pinto (099.180.247-04); Romualdo Cantanhede de Moraes (736.561.783-72); Rosana Cristina Dias Sardinha (919.146.127-87); Roseline Raquel Miranda da Silva (853.657.424-00); Sabrina da Silva Ferreira (125.529.647-02); Salathiel Barbosa de Oliveira (029.234.874-60); Serafim de Souza Carvalho (028.910.228-66); Severino Nunes Neto (318.665.817-91); Shaula Colares Mendes (015.692.993-74); Sidmar Leite de Torres (075.436.127-63); Sidney Clayton Figueiredo de Oliveira (674.630.102-87); Suelen Aparecida de Lima Santos (110.713.687-37); Thiago Albuquerque Bezerra Santos (011.838.584-42); Thiago Eymar da Silva Oliveira (885.010.942-34); Thiago Kafa (125.576.807-02); Thiago Nascimento da Silva (104.699.537-56); Thiago da Costa Vidal (057.139.877-44); Tulio Alessandro Lima de Oliveira (068.309.234-09); Tulio Rodrigo Costa Dias Silva (000.730.462-56); Vicente Paulo Nunes (784.910.969-49); Victoria de Castro Aguiar Ferreira (026.630.513-06); Vinicius Eugenio de Miranda (104.400.997-73); Virgilio Jose de Oliveira (009.160.247-50); Vivianne de Souza Lima (013.356.684-62); Vladimir Firme Ferreira (562.127.550-00); Wesley Daniel Pio Ferreira de Faria (130.241.947-11); Zelito da Costa Duarte (049.088.722-87)

1.2. Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 970/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor do Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que para todo o ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme se verifica da documentação anexada, seja na base do Sisac ou Siape;

Considerando que o desligamento do servidor dos quadros do órgão ou entidade para o qual foi admitido, tem como consequência imediata a suspensão dos pagamentos recebidos a título de salários; e

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicada por perda de objeto, o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produzir mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007.

1. Processo TC-001.352/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Douglas Sizo Oliveira (007.467.602-48)

1.2. Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 971/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-001.517/2012-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Eurides Andrade de Farias (200.299.854-04); Grinalria dos Santos Bomfim (996.105.747-34); Hedylamarr Rodrigues Ibernon de Moraes (025.436.367-90); Maria Aparecida Martins Leite (072.896.537-26); Rose Mary Deiró de Carvalho (124.270.985-15)

1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 972/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-001.453/2012-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Maria de Mello Costa (770.637.757-15); Andressa Sousa Costa (158.745.147-67); Arari Altina Vieira de Melo Albuquerque (747.512.477-00); Beoti Correa Rezende (194.369.209-20); Bernadete Escandelari (645.152.069-15); Bernadete Matos Moreira (076.023.037-41); Breno Sousa Costa (158.742.847-45); Carla Estevam Costa (634.800.421-04); Edneia Maria Ferreira Soares (032.584.217-57); Elenice dos Santos Estevam (062.407.724-10); Elisa de Almeida Toscano (380.436.107-20); Elizabeth de Vasconcellos Costa (610.295.727-04); Josaphá Estevam Junior (054.643.675-78); Juliana Freitas D'almeida Santos (013.714.435-05); Jurema Barbosa Bomfim (009.365.560-64); Lira Amelia Fernandes de Assis (545.413.017-68); Lucila Belo da Silva (053.447.107-20); Lukas Andrade Castro de Albuquerque (137.087.987-32); Maria Costa Dossantos (007.519.134-21); Maria Terezinha Leitão (007.413.411-66); Maria do Carmo Costa Moreira (030.098.957-12); Marina Ribeiro de Oliveira (747.089.883-20); Marly Ramalho de Oliveira (097.445.367-64); Mirthes Dias Silva (009.335.687-03); Nazareth Santos de Sousa (850.902.204-68); Sandra Regina de Oliveira (057.445.067-05)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 973/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-001.457/2012-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alice de Souza Pereira (844.416.407-06); Ana Salete Ramos de Sant'ana (993.031.831-34); Andrea Cunha de Carvalho (031.268.027-96); Carol Costa da Silva (136.855.497-07); Elizeth Lober de Souza (122.905.257-74); Ieda Affonso Velasco Mendes (994.265.287-68); Marcia Santos do Rosario (442.106.557-91); Maria José de Oliveira dos Santos (650.712.477-04); Maria Luana Mendes da Silva Coutinho (059.505.564-88); Maria Lucíola Almeida Mendonça (441.605.187-53); Maria Luiza de Araujo Velasco (669.644.237-53); Maria Lúcia da Silva Dutra (108.881.102-78); Maria Salete Pedro da Silva (242.349.904-34); Maria de Lourdes do Vale Jacob (878.211.257-68); Mirtes Dias Jacob de Jesus (865.627.466-04); Myrian Reis da Silva Roberto (095.584.625-00); Norma Martinelli Sobreira (024.269.247-80); Rita de Cassia de Carvalho Silveira (698.825.257-68); Vera Lucia Gomes da Silva (036.458.847-00); Wagner Talles de Queiroz Coutinho Junior (110.687.424-29); Wilma Suely Gonçalves (445.921.167-04)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 974/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-001.223/2012-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Everaldo Chaves Anunciaçao (392.200.447-49); Fernando Oliveira de Deus (391.472.077-87); Francisco Bezerra de Melo (080.755.574-68); Francisco Liberato do Nascimento (271.347.767-00); Genival Trajano da Cruz (359.753.857-68); Geraldo Batista Mendes dos Santos (057.184.651-34); Gerson Schaedler (131.176.450-04); Gilmar Silva da Luz (124.747.620-00); Gutemberg Andrade Oliveira (284.194.307-06); Haroldo Pereira Mendes (673.109.237-15); Helio Faience Duarte (271.276.217-72); Henoch Protásio da Silva (056.431.204-53); Herlei Almeida de Oliveira (131.172.030-87); Hugunais Pereira da Silva (131.045.600-30); Isaias Pedraça (070.319.551-49); Israel Caldas Sobrinho (067.392.454-87); Joao Batista de Souza (729.706.428-91); Joao Maria de Viveiros (061.817.404-49); Joao Soares de Oliveira (297.100.737-53); Joaquim Barroso Neto (351.249.467-68)

1.2. Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 975/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-001.224/2012-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Jorge Batista de Farias (102.404.114-04); Jorge Cassimiro de Morais (403.632.287-72); Jorge Deodato de Souza Amaro (326.361.997-72); Jose Setembrino Silva (131.181.610-00); Jose Vilani dos Santos (050.485.834-34); Jose Wilson Cordeiro (029.905.472-15); Josenil Paes de Camargo (076.329.241-91); Luciano Theotonio Guimaraes (310.007.897-72); Luiz Carlos Gama (131.043.900-10); Marcos Gomes da Silva (080.781.224-20); Nivaldo Morais de Castro (285.555.897-20); Paulo Roberto de Souza (356.843.487-34); Pedro Humberto Arias (063.608.741-72); Reinaldo Ferreira Camara (103.274.444-87); Sebastiao Calixto Rodrigues (070.320.131-04); Valmir Alves Barbosa (309.988.087-68); Vicente Paulo de Carvalho (348.487.627-15)

1.2. Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 976/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto o processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em dar **quitação** a responsável, **ante o recolhimento integral da multa** cominada; por meio do Acórdão 163/2010-TCU-2ª Câmara, mantendo o julgamento das contas como irregulares, nos termos do arts. 1º, I, 16, III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma lei; e arquivar este processo, após comunicação a responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Parcela	Valor (R$)	Data	Comprovante (peça)
1	75,03	11/6/2010	peça 1, p. 197
2	80,00	10/8/2010	peça 1, p. 200-202
3	150,00	20/9/2010	peça 1, p. 204-204
4	720,60	25/1/2011	peça 1, p. 207
5	844,20	30/1/2012	peça 7

1. Processo TC-002.534/2009-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Domingas de Almeida Carvalho (594.400.826-15)

1.2. Unidade: Fundo Nacional de Assistência Social

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 977/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos art. 143, I e III, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em com fundamento nos arts. 201, §3º, e 212 do Regimento Interno desta Corte, arquivar os presentes autos, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

1. Processo TC-009.370/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cicero Cavalcante de Araujo (846.808.908-78); Jean Fábio Braga Cordeiro (870.740.604-53)

1.2. Unidade: Município de São Luís do Quitunde-AL.

1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (SECEX-AL).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 978/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata os autos de comunicação dirigida a este Tribunal pelo Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundeb do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, na qual é apontada suposta irregularidade ocorrida na gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no Município de Jundiá/AL (Peça 1, p. 1-3). Com fundamento nos arts. 143, III e 237, III, c/c 235, parágrafo único, do RI/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade, para no mérito considerá-la improcedente, determinar o envio de cópia integral dos autos, em mídia digital, ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas; e arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.308/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundeb - FNDE

1.2. Unidade: Município de Jundiá/AL

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (SECEX-AL).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 979/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Representação da Corregedora Regional da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, acerca de supostas irregularidades na aplicação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Município de São Vicente/SP. Com fundamento nos arts. 143, III e 237,III, do RI/TCU, ACORDAM em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente; dar conhecimento deste Acórdão à Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, à Caixa Econômica Federal e à Prefeitura Municipal de São Vicente; e arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, V, do Regimento Interno do TCU, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.618/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Corregedora Regional da Polícia Federal, da Superintendência Regional em São Paulo

1.2. Unidade: Municipal de São Vicente/SP

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).

1.5. Advogados constituídos nos autos: Denise Reis Buldo, OAB/SP. 42.196; Sueli Gonçalves de Oliveira e Silva, OAB/SP 89.411; Thiago Alves de Lima Rodrigues, OAB/SP 288.887.

c) Ministro José Jorge (Relação nº 5);

ACÓRDÃO Nº 980/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.869/2012-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Marcilio Eustáquio (119.516.721-00); Antônio Mesquita Soares (145.455.601-30); Edmilson Cardoso de Moura (055.061.231-91); Girlene Galdino Fernandes (184.786.461-91); Ildeu Mendes do Nascimento (066.719.771-00); José Nelson da Costa (289.586.597-34); Márcia Mangeon Werneck (354.789.507-34); Roberto José Muniz Kwasinsky (360.449.897-04); Terezinha Bessa Noronha (068.119.061-20); e Valmira Alencar Miranda Moura (152.700.843-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador)

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 981/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.872/2012-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alencar Teodoro (172.222.306-53); Antônio de Oliveira (286.654.306-87); Antônio João dos Reis (060.071.986-34); Carlos Antônio da Silva (558.679.876-04); e Maria Aparecida de Carvalho (185.341.806-44).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 982/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.873/2012-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José da Purificação Miranda (038.897.776-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 983/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.876/2012-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Santana de Souza (022.075.912-04); Lourival Araújo de Lima (041.489.402-20); Rosalvo Machado Bentes (123.243.882-00); Schubert Pinto (026.961.852-04); e Waldiza Lapa Bezerra (053.762.462-72).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 984/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.880/2012-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Armando Oliveira Barreto Filho (068.643.175-87); Julieta Fernandes dos Santos (072.896.505-49); Maria Helena da Silva Menezes (052.088.745-04); Maria Zélia de Almeida Sacramento (176.746.704-49); e Suzanna Prado de Oliveira (023.232.655-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 985/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.883/2012-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Raimundo Ferreira de Sousa (116.048.401-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 986/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.893/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sônia Stela Teixeira Veras (060.810.023-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 987/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.899/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Fernando da Mota Lima (039.070.404-06); Antônio José Alves (078.366.944-53); Célia Maria Rios (256.023.064-04); Edvânia Torres Aguiar Gomes (184.597.734-34); Kátia Muniz Pereira da Costa (127.734.924-04); Marcone Sarmento de Souza (197.487.874-00); Miriam Brasileiro da Silva (126.533.904-00); e Nairton Sakur de Azevedo (865.117.188-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 988/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.191/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alcides Gadotti (002.021.771-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 989/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.606/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Djalma Paiva de Amorim (058.991.764-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 990/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso III do Regimento Interno, em arquivar o processo a seguir relacionado, de acordo com o parecer emitido nos autos pelo Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-024.011/2010-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alcindo de Mattos (169.846.330-87)
1.2. Entidade: Funasa - Coordenação Regional no Rio Grande do Sul/Core/RS
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 991/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, e mandar fazer a(s) determinação(ões) adiante especificada(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.838/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Aparecido Oliveira (234.810.998-00); e João Batista dos Santos (288.438.606-82).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Sefip que corrija o fundamento da aposentadoria de João Batista dos Santos no ato com número de controle 1-050010-3-04-2008-000064-7, para que corresponda ao art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, como constou da portaria de aposentadoria.

ACÓRDÃO Nº 992/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões, bem como suas alterações, a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.850/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Sabino Fernandes (140.534.116-53); Antônio Tito Ramos (380.706.428-15); Antônio Tito Ramos (380.706.428-15); Célia Tereza de Jesus Leandro (096.098.146-20); Célia Tereza de Jesus Leandro (096.098.146-20); e Célia Tereza de Jesus Leandro (096.098.146-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 993/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.856/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Custódio (127.201.606-44)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 994/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, com a ressalva que o tempo de serviço relativo ao abono da Lei nº 5.140/68, do Estado de Minas Gerais, deixou de ser computado para fins de aposentadoria, conforme comprovam os atos de alteração de aposentadoria, emitidos posteriormente, com números de controle 10500405-04-2010-000213-6 e 10500405-04-2009-000175-2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.857/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Custódio (127.201.606-44); e José Antônio Apolinário Carlota (064.464.266-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 995/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.906/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Augusto José Ribeiro (168.024.896-00); Carmem Falci Fracetti (605.397.716-00); e Carmem Falci Fracetti (605.397.716-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 996/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), ressalvando que a parcela denominada "INC. HORA EXTRA", constante do ato de Erde Espedito Cruz, deixou de ser paga no Siape, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.910/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônia Felix (135.073.206-06); Erde Espedito da Cruz (138.051.776-15); e Homero Geraldo de Oliveira (001.167.856-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 997/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, e mandar fazer a determinação adiante especificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.917/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Carlos da Silva Neto (003.054.804-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que cadastre no sistema Sisac, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o ato de cancelamento da concessão de João Carlos da Silva Neto, relativo à aposentadoria de número de controle 1-079320-8-04-2007-000005-2.

ACÓRDÃO Nº 998/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-026.921/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Alberto da Silva (648.312.640-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 999/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.880/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marinésio Matias de Lima (132.889.114-34); e Rute Soares de Sousa Lyra (132.996.204-44).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1000/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.948/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Camila Cerqueira Brito Maciel (011.611.605-66)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1001/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.954/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre de Oliveira Gama (051.879.106-80); Eduardo José Borges (056.120.576-01); Janayna Flávio Barbosa (060.460.336-32); Juana Nunes Pereira (070.544.767-78); Luciana Coelho Gomes (908.234.941-87); e Mara Lina Rodrigues (009.220.961-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1002/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.956/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Airton de Paula Soares (814.678.776-20); Ana Carolina Soares Amaral (082.970.846-47); Ana Carolina de Faria (076.692.706-75); Ana Paula Mendes Alves de Carvalho (058.387.606-48); Anna Elisa Corrêa Bernardes (067.649.036-03); Aquiles Augusto Maciel Pires (132.120.606-20); Carlos Eduardo Pinto Procópio (050.195.956-40); Carlos Eduardo de Oliveira (076.096.726-10); Carlos Paulo de Assis Pereira (612.721.326-68); Cássia Gonçalves Pereira (089.588.976-51); Daniel Ferreira Silva (043.929.406-16); Daniel Vidal Rodrigues (051.609.976-01); Daniel Ângelo Soares (054.348.546-32); Danielle Marra de Freitas Silva Azevedo (044.390.296-80); Diego Ceolin (101.778.327-62); Edivânia Maria Gourete Duarte (840.423.706-91); Elayne Silva de Souza (002.649.436-19); Elisete Gonçalves Fonseca (454.640.736-04); Eva Vilma Muniz de Oliveira (049.971.866-60); Fernando Alves Martins (079.743.807-64); Flávia Ferreira Pascoalino (061.160.416-71); Flávia Santos da Silva (103.782.426-10); Frederico Cássio Moreira Martins (050.230.436-73); Fábio Aparecido Martins Bezerra (912.762.336-04); Gislene Gomes de Queiroz Silva (055.011.906-05); Graziele Wolf de Almeida Carvalho (063.674.276-86); Gustavo Reis dos Santos (053.622.906-65); Isabela Matos Botelho Luz (044.302.866-47); Janser Lobo França (073.502.656-46); Joel Peixoto Filho (026.308.626-74); Josilaine Maria Lima Guilarducci (082.270.816-73); José Luiz de Freitas Paixão (498.051.266-68); João Batista Martins (060.899.156-29); Juliana Rodrigues de Almeida (049.487.786-30); Juliano César Ferreira (033.536.016-51); Karine Fernandes de Carvalho (031.582.956-79); Katiúcia Carolina Canaan (051.062.386-76); Larissa de Oliveira Mendes (081.586.726-39); Leandra de Oliveira Cruz da Silva (057.203.866-61); Leandro Luiz Rezende de Oliveira (058.438.106-90); Luciana de Freitas Sarmento (847.717.206-49); Luid Pereira de Oliveira (025.992.116-54); Marcela Nolasco (057.375.966-99); Marcelo Silva dos Santos (034.097.486-95); Marlene de Paula Pereira (058.098.876-78); Michelha Vaz Pedrosa (063.199.896-96); Márcia Aparecida Nunes (041.697.406-61); Nicássia Feliciana Novôa (030.833.186-93); Priscila Cotta Palhares (059.530.806-62); Rafael Dal Sasso Lourenço (080.477.966-07); Raquel Loth Carvalho (042.788.056-40); Renata Aparecida Giarola (049.754.326-50); Renata Vitarele Gimenes Pereira (064.428.656-30); Renata de Souza Ferreira (064.735.696-18); Ricardo Tayarol Marques (529.928.966-91); Roberta Aparecida Dias (067.583.856-80); Rodrigo Lopes da Silva (053.587.676-90); Rodrigo Tavares Zaidan (946.552.276-72); Roselne Santarosa de Sousa (042.796.346-02); Telêmaco Pompei (247.585.236-49); Thiago de Moraes Castro (044.814.216-30); Valdir Botega Tavares (904.959.266-04); Virgínia Maria Canônico Lopes (051.546.976-93); Vânia Gonçalves Lacerda (067.467.536-38); e Wesley Peres (076.453.996-51).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1003/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.959/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Breziniscki de Paiva (007.741.757-70); Aldo Dante Machado Júnior (025.040.369-22); Alex Miyamoto Mussi (059.925.769-59); Amaury Pessoa Gebran (354.903.309-53); Anselmo Fabris (510.755.049-53); Antônio Rivail da Rosa (200.914.789-87); Carlos Alberto Saczk (629.789.779-49); Cristine Maristela Limberger Lange (053.234.949-05); Daniela Cavalheiro (017.166.729-88); Denise Albieri Jodas Salvagioni (313.241.108-64); Edson Júnior Acordi (023.627.459-70); Eduardo Ferreira Mendes (505.635.649-20); Eduardo Goiano da Silva (022.145.969-33); Eliane Mara Luz (566.483.329-72); Elidionete de Andrade (032.220.579-40); Emerson Rabelo (003.352.649-48); Érica Dias de Paula Santana (009.926.289-46); Evandra Campos Castro (766.888.799-72); Fabiane Marchi Rossa Gouveia (005.835.629-06); Giselli Aparecida Felisbino (966.642.821-00); Gisleine Bovolim (006.970.769-38); Gleison Vieira (008.246.689-01); Gustavo Favini Mariz Maia (049.369.719-52); Izaltino Bernardi Júnior (018.322.959-23); Janete Felix da Silva (000.586.569-79); Jehanne Schroder Batisteti (041.151.629-96); Jorge Luiz Angeloni (791.889.829-04); Josiane Maria Poleski (043.040.589-83); Jusane Oceli Dalmonico (484.833.389-04); Keli Juliane da Conceição (053.945.579-26); Lorena Pereira Paz (052.404.549-65); Luciana Ivanoski (938.663.309-44); Luciane Fátima Alves (048.093.159-32); Luiz Aparecido Alves de Souza (260.248.838-03); Luiz Fernando França (953.831.079-91); Luiz Fernando da Rocha (027.323.089-19); Marcelo Mazzetto (019.677.129-30); Marcelo Siqueira (805.384.449-91); Maria Donizetti Santiago (350.446.839-49); Mateus das Neves Gomes (006.426.660-59); Miguel Ângelo Santin (724.583.999-91); Moises Evangelista (048.230.159-75); Patrik Rangel de Melo (057.589.009-66); Paulo Sérgio Carnicelli (046.304.339-10); Radamés Tiago Nascimento da Cruz (041.209.639-00); Ricardo Kertscher (875.730.759-87); Samanta Ramos dos Santos (036.133.079-01); Simone Block Samulewski (044.254.739-06); Tatiane Martinazzo Portz (056.453.899-05); e Thiago da Costa Florêncio (050.702.689-61).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1004/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.962/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Augusto Nobre Feitosa (033.168.444-65); Alysson Silva Cavalcante de Albuquerque (616.225.162-49); Amarildo Jesus Teles Contreiras (434.544.962-68); Amélia Maria Lima Garcia (923.846.921-00); Ana Géssika Araújo de Carvalho (765.160.162-91); Ana Lúcia do Nascimento (000.227.194-07); Antoniete Buriti de Souza Alves (360.173.292-00); Augusto Rodrigues Torres (062.687.406-88); Benedito Cláudio Belon (017.145.358-19); Carla Mioto Niciani (712.874.421-53); Charle Ferreira Crisóstomo (233.520.782-20); Clara Miranda Santos (764.174.092-87); Cleniza de Souza Belo Nogueira (829.679.892-15); Cleudo Araújo Farias (968.935.402-72); César Gomes de Freitas (080.303.908-58); Cícera Daniely de Souza Lira (856.704.562-20); Daniel Afonso Nunes Zaire (791.029.642-87); Danielly de Sousa Nóbrega (774.805.382-00); Dirceu Pereira Lima (484.455.762-91); Douglas Marques Luiz (062.682.169-03); Elessandro Santiago Oliveira (790.090.932-04); Eliana Pereira de Oliveira (197.590.452-49); Emanoel Amador Reis Neto (782.554.062-04); Érika Fernandes da Costa Cavalcante (770.916.202-91); Erlande D'Ávila do Nascimento (359.959.202-00); Ewerton Ruiz de Lima (744.695.923-15); Fabiano Silveira Paiva (958.186.770-87); Francisco Chagas Bezerra dos Santos (465.404.232-68); Gardênia de Oliveira Sales (629.648.792-49); Gracy Kelly Andrade Pingnata (945.705.155-68); Jailson Ribeiro Soares (930.652.301-78); Jones Willian Soares de Queiroz (689.958.811-00); Jordana Souza Paula (710.267.972-68); Joseady Alves de Freitas (520.972.262-72); Josina Maria Pontes Ribeiro (653.907.922-20); Kellyton de Almeida Azevedo (516.782.762-00); Larissa Virginia Cavalcanti Orantes (843.892.812-91); Lívia Fernandes dos Santos (722.554.802-63); Luana Oliveira Melo (524.456.582-68); Luciana de Oliveira Melo (715.495.872-34); Luís Antônio de Pinho (292.201.518-12); Márcia Moreira de Ávila (517.296.362-68); Marcondes de Lima Nicácio (808.816.022-72); Maria Cecília Pereira Ugalde (096.080.012-34); Mariete Buriti de Souza (215.874.772-20); Marliane de Souza Tamburini (631.841.092-91); Odineide Farias de Oliveira Bassi (846.018.252-53); Raimundo Nonato da Silva Júnior (611.476.802-72); Regiane Guimarães da Silva (068.775.024-50); Richarles de Araújo Sousa (523.434.562-91); Rivanilce dos Santos Nogueira (595.008.082-34); Rosângela Rodrigues Cordeiro (014.240.792-50); Sérgio Torres dos Santos (494.885.112-49); Thalles Vinicius de Souza Sales (756.320.042-87); Valdineia Rodrigues Tomaz (495.145.122-00); Weysla Paula de Souza Lopes (768.266.432-00); e Wheliton de Souza da Silva (629.728.472-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1005/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.974/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ademir de Souza Pereira (923.778.071-00); Adrya Letícia Pantoja Paiva (786.574.822-15); Aguinaldo Rodigues Gomes (847.432.716-49); Aldo Sousa Campos (745.810.742-15); André Luiz Colares Canto (403.662.782-15); Andreia Cavalcante Pereira (714.567.402-53); Andreia Sousa Duarte (712.118.022-72); Anne Rapp Py Daniel (517.884.622-20); Antônia do Socorro Pena da Gama (180.801.382-49); Antônio Fabrício Guimarães de Sousa (801.051.732-15); Antônio Humberto Hamad Minervino (512.681.162-20); Antônio Westrupp (295.239.580-20); Ayrton Pereira dos Santos (944.921.582-00); Carla Daniella Teixeira Girard (904.805.032-49); Carla Ramos (076.394.587-06); Carlos Alberto Fonseca Jardim Vianna (054.234.787-31); Charles Hanry Faria Júnior (215.360.312-91); Cintya de Azambuja Martins Khader (674.832.670-20); Cristovam Pena Ferreira Júnior (988.595.952-15); Cynthia Almeida de Souza (755.793.832-15); Daiane Taffarel (821.525.782-87); Daniel Ferreira Amaral (391.591.082-15); Daniela Cristiane da Cruz Rocha (463.580.802-53); Deize de Souza Carneiro (656.368.992-20); Denise Maria Cavalcante Gomes (105.528.238-64); Doriedson Alves de Almeida (904.976.867-91); Ediego de Sousa Batista (002.731.222-40); Edson de Sousa Almeida (878.166.282-34); Edvaldo Júnior de Souza Lemos (982.575.522-91); Eliane Cristina Flexa Duarte (359.025.312-68); Elisângela Feitosa Pamplona da Silva (381.177.542-15); Enio Erasmo de Oliveira Ramalho (874.247.542-20); Eric Braga Ferreira (750.396.642-49); Everaldo Raimundo Lopes Júnior (891.319.322-15); Everton Lopes de Souza (794.751.162-49);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fabiano Hector Lira Muller (851.123.212-53); Fabrício Palheta Costa (822.208.082-20); Felipe Soares Silva (000.305.982-06); Fernanda Souza do Nascimento (304.192.802-78); Flávia Adriana Santos Rebello (761.116.520-87); Francilene Cadete Costa (712.803.592-34); Francineide Lima Abreu (357.836.802-49); Francisca Maria Lima de Sousa (795.477.452-04); Francisco Teixeira Pires (357.745.172-68); Georgilene Nascimento de Oliveira (353.357.342-72); Geovana Dotta (008.143.099-09); Glauzo Elimar Moraes Amazonas Duarte (437.719.632-49); Gleiceane Freire de Sousa (891.951.322-87); Graciene do Socorro Taveira Fernandes (404.157.912-00); Iani Dias Lauer Leite (586.658.202-30); Ivonnaldo Magley Pereira Gomes (662.445.952-20); Janer Bastos de Melo (592.768.942-68); Joacir Stolarz de Oliveira (709.368.629-04); João Elias Brasil Bentes Júnior (936.615.762-91); Joelden Roberto Alves da Rocha (638.388.692-49); Joelma Sá Figueiredo (231.956.302-49); Joicilene Aquino Oliveira (919.054.942-20); Jorge Tribuzy Neto (828.377.247-34); José Wilde Santos da Fonseca (574.992.252-91); João Tristan Vargas (039.197.878-03); Juliana Mendes de Oliveira (036.690.726-32); Jurandy Batista Dantas (666.208.052-72); Karlucio Heleno Castro Castello Branco (489.808.112-68); Karoline Dolzanes Machado Lira (512.526.602-78); Kedson Alessandri Lobo Neves (311.441.522-91); Laurison da Silva (807.302.642-20); Leilane de Aguiar Silva (528.775.902-91); Leina Ione Braga Correa (681.263.792-00); Lilian Rebellato (170.246.438-54); Luciana Gonçalves de Carvalho (037.688.067-82); Luciana Leal Gomes da Silva (585.901.702-25); Luciano Parintins Viana (856.380.132-53); Luiz Fernando de Franca (924.661.091-15); Magda Nazaré Pereira da Costa (452.819.802-97); Maira Fátima Araújo da Silva (219.439.232-72); Manoel Raimundo Rodrigues de Souza Júnior (638.452.962-91); Marcela dos Santos Rego (525.237.482-15); Marcelo Almeida dos Santos (640.630.702-04); Maria Francisca de Miranda Adad Salgado (218.140.153-53); Maria Sheyla Cruz Gama (268.906.902-49); Maria Zilomar de Sousa Uchoa (635.318.282-15); Marília Gabriela de Sena Farias (857.659.022-00); Milena Daisy Ribeiro Monteiro (891.003.522-68); Milena Marília Nogueira de Andrade (758.827.602-91); Núbia dos Santos Oliveira (751.478.072-68); Pedro Fonseca Leal (068.984.047-09); Priscilla Sonsin Nonato (022.292.491-85); Raimundo Afonso da Silva Barra (245.073.852-53); Raimundo Hemenegildo Garcia Júnior (766.837.452-34); Raimundo Tarcisio Feitosa Maia (249.065.812-34); Regivaldo Rossy da Silva Aguiar (393.636.782-53); Richard Caio Silva Rego (840.670.042-49); Robson Rodney Nascimento da Silva (690.091.472-15); Rodolfo Maduro Almeida (710.729.342-72); Ronilson dos Santos Bezerra (737.751.262-87); Rose Caldas de Souza Meira (658.984.432-15); Rosimar Souza dos Santos (036.366.697-45); Rubens Nabuo Yuki (073.552.298-77); Rui Carlos Mayer (623.257.440-00); e Ruy Bessa Lopes (667.897.377-15).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1006/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.993/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Ferreira da Silva (011.268.177-83); Adriana Garcia Bastos (056.351.887-10); Adriana Lopes de Lima Aguiar da Silva Amaral (069.289.347-43); Adriana Lucas de Oliveira (024.191.397-71); Adriana Maria Almeida de Freitas (868.462.567-68); Adriana Ribeiro de Figueiredo (026.033.917-20); Adriana Silva de Souza (106.414.077-77); Adriano Pereira Grandal Coelho (075.282.257-89); Alberto Boscarino Júnior (636.074.337-04); Alcidésio de Oliveira Júnior (073.986.477-78); Alessandra Garrido Sotero da Silva (051.678.587-71); Alessandra Vieira Affonso (085.812.117-47); Alessandra de Souza Ribeiro (010.383.567-92); Alex Corlett Serralheiro (091.048.967-00); Alexandre Moura de Souza Filho (134.573.537-51); Alexandre Pereira Ferreira (014.047.837-09); Alexandre de Oliveira Thomaz (026.522.757-71); Bruno Repsold Toros (097.019.227-43); Camila Ferreira Souza (103.000.977-51); Cássia Cardoso de Miranda (097.892.797-44); Cecília Cardoso Zuzart (346.919.877-20); Clarinda Siqueira Seidel (670.310.309-78); Clarissa Fernandes do Rego Barros (098.083.987-40); Claudete Kiss Villela (907.442.920-34); Cláudia Borges Pereira Nogueira (702.426.907-34); Cláudia Lúcia Monteiro Costa (570.706.286-68); Cláudia Peçanha da Trindade (042.979.277-80); Cláudia Regina dos Reis Thees Rodrigues (043.537.697-74); Cláudia Soares de Azevedo Montalvão (911.658.067-20); Cláudio Pessoa Laranjeira Caldas (008.590.587-94); Cristiane Avellar da Costa (977.781.417-87); Cristiane Pereira Cerdera (973.897.737-15); Cristiane Vianna Cruz (024.993.007-28); Cristiane da Costa Ferreira (922.087.897-68); Cristina Alves Pereira (072.737.987-97); Cristina Moura Giovanini Teixeira (011.504.797-28); Cristina Normandia dos Santos (071.322.187-94); Cristina Santos Silva (074.747.367-64); Cristina Spolidoro Freund (853.117.077-04); Cristina de Oliveira Lopes (086.660.477-47); Damaris Cristiano de Souza (130.858.637-02); Daniel Mendes Pires Haak (099.732.337-00); Daniel Vilaça dos Santos (081.920.527-37); Daniela Porte (077.501.597-03); Daniela Vitorino Figueira Reis (083.737.317-41); Daniele Diniz de Menezes (075.585.687-22); Daniele da Silva Costa (083.648.727-37); Daniella Ferreira (093.661.677-64); Daniella Gonçalves Anastácio (115.463.517-10); Danielle Fernandes Farias (054.399.027-32); Danielle da Silva Melo (076.622.997-16); Danielle de Souza Reis (105.564.297-88); Danielle do Espírito Santo Ferreira (102.365.267-66); Débora de Castro da Rocha (101.358.917-36); Deise Lucia Fonseca Felichio (047.936.757-43); Demian Garcia Castro (052.978.617-64); Denis Thiago Santos de Barros (055.687.107-32); Denise Friederichs Osternack Costa (010.905.437-78); Denise da Silva e Sousa Nunes (636.462.267-49); Diego Cardoso de Oliveira Feitoza (104.123.627-16); Diego Soares Martins (055.803.057-29); Diógenes Ramos Marchon (056.120.177-31); Douglas Peçanha do Nascimento Silva (103.931.637-92); Débora Leal Tavares (071.055.987-94); Ecivaldo de Souza Matos (790.594.495-68); Edmar Guirra dos Santos (056.726.447-59); Edson de Almeida Ferreira (089.214.177-88); Edson dos Santos Carvalho (013.860.097-09); Eduardo Gruzman (078.840.437-77); Eduardo Henrique da Fraga Melo (035.343.187-73); Elaine Oliveira dos Santos (003.561.507-98); Elaine da Silva Gomes Rego (083.536.437-23); Eliane da Silva (707.292.127-34); Elisângela da Silva Barbosa (886.271.107-78); Elizabeth Cunha Teixeira (530.382.237-00); Elizabeth Domiciano Paes (076.331.127-86); Elizabeth Pitta Lopes Dunham (519.889.687-04); Elizabeth Rocha Ferreira (415.869.807-34); Elizabeth Valiatti de Almeida (692.637.287-04); Ellen dos Santos Aboud do Nascimento Mattos (048.285.067-13); Érica Silvani Souza (052.407.547-64); Erivaldo Fraga da Silva (594.752.007-97); Fabiana Pellegrini Caramashi (070.722.557-45); Fernanda Nocchi Florino (095.153.767-93); Flávia Câmara Neto Athayde Gonçalves (080.708.287-22); Flávia Maria de Menezes (815.870.317-87); Gabriel Uriel Cruz Araújo dos Santos (086.209.457-77); Gabriela de Sousa Santos (043.979.107-31); Gabriella da Silva Rego (000.408.447-06); Germano Francisco Schmitz (254.448.590-68); Gizelle Abreu Marques Soares Príncipe (083.155.427-45); Graziela Ferreira Silva (101.978.337-05); Helena Araújo Leite de Vasconcelos (721.628.567-00); Iara de Carvalho Hiller (112.130.527-00); Irina Ribeiro Querette (072.552.557-60); Jamila Guimarães da Silva (109.767.267-00); Janaina de Cássia Campos Abreu (079.639.087-89); Jaqueline Tavares de Souza (100.757.597-21); Jéssica Santos Padilha Barbosa (029.329.007-57); e João Henrique Catraio Monteiro Aguiar (123.135.337-60).

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1007/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.995/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wanderley Pereira Rodrigues (014.387.997-99); Washington Barbosa Rosa (076.291.227-80); Washington Luiz de França Júnior (075.818.477-80); Williams Barbosa Gomes (079.779.337-21); Wolney Vianna Malafaia (598.664.977-04); e Yvonne Maria de Castro Araújo (664.539.927-87).

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1008/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.016/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Melissa Walter (945.330.670-34)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1009/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.019/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cláudia Gonçalves Silva Franco (588.368.296-00); Patrícia Vara Brusch Araújo (052.471.626-92); Thayze D'Martin Costa (016.821.716-39); Vanessa Cristina Girotto (286.662.298-70); e Wilce Gonçalves Silva Barbosa (975.621.496-15).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas - Unifal/MG

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1010/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.022/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Maria Denardi (025.928.099-29); Anderson Rodrigo Piccini (032.597.359-84); Antonelli Santos Silva (997.140.513-04); Antônio Carlos Gomes Rego (435.786.835-15); Cláudia Veloso (010.550.771-70); Edvaldo Vieira Pacheco Santana (775.819.541-53); Francélio da Silva Ozório (880.277.083-20); Jacqueline Pilger Effgen (110.003.547-84); João Paulo Barbosa da Silva (737.690.611-87); Juliana Abrão da Silva Castilho (816.737.951-53); Júlio Aires Azevedo Leite (014.784.321-95); Kenya Maria Vieira Lopes (729.605.822-68); Klaus Rene Trein (007.521.611-64); Lourival Gonçalves da Glória (082.467.181-34); Lucas Mendes Oliveira (072.239.956-10); Mário de Souza Lima e Silva (943.471.071-53); Rejane Marinho de Sousa (866.855.973-72); Rita de Cássia Alves Oliveira (487.429.883-49); e Ronaldo Vasconcelos da Silva (915.980.791-15).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Técnica Federal de Palmas - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1011/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.025/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caroline Helena Limeira Pimentel (013.503.264-45); Divanira Ferreira Maia (396.500.494-87); Jean Leite Tavares (969.844.654-00); Joyce Kelly Barros da Silva (056.609.064-35); Karinna Ugulino de Araújo Maranhão (033.277.544-54); Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho (386.107.873-20); Sergio Araújo de Mendonça Filho (902.805.123-68); e Virgínia Célia Pessoa de Freitas (053.778.774-70).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1012/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-001.026/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberto Antônio Mees (396.212.270-20); Ana Paula Krumel Huzalo (953.541.070-91); André Oreques Fonseca (724.187.100-68); Carla Cristiane Martins Vianna (006.872.980-40); Cristina Zanella Rodrigues (947.493.700-10); Daiane Santiago Daniel (002.703.370-83); Débora Cristina Secchi (007.475.479-39); Eva Jerusa Caske Oliveira (002.141.780-64); Everson Gomes Gallina (001.570.140-96); Fábio Luís Gonçalves da Silva (690.640.320-68); Gabriel Rockenbach de Almeida (007.085.790-35); Gisele Trindade Molinari (008.483.760-80); Giuliana Gonçalves do Carmo de Oliveira (968.869.860-15); Josiane Redmer Hinz (000.603.630-96); Josué Michels (915.792.870-34); Maria de Fátima Magalhães Jorge (471.096.450-53); Maria do Carmo da Silva Fagundes Machado (258.130.560-68); Mariester Lira (518.452.370-72); Paula Mello Oliveira Alquati (013.701.060-50); Renata Vaghetti Ocácia (947.054.530-34); Roberto Wiest (980.303.960-15); Schirlei Gaelzer (003.946.180-76); Susiane Londero Sapper Munhos (000.663.000-61); Tangela Denise Perleberg (980.943.270-49); Tânia Winch Lisboa (564.576.420-04); Tharso de Bittencourt Borges (935.779.820-04); Vagner Ribeiro da Fonseca (820.097.910-53); e Verônica Gobbo (003.675.380-75).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1013/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.032/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Carlos de Lima (735.182.476-20); Luiz Felipe Machado de Santanna Neto (105.066.907-09); Luiz Gustavo Vargas Salgado (056.265.627-88); Luiz Henrique Guerreiro Rosado (087.398.827-21); Luiz Henrique da Silva Ramos (014.223.617-99); Manfred Stemick (073.057.317-65); Many Ribeiro Santos Gomes (091.363.697-56); Marcela Araújo Soares Coutinho (102.116.687-10); Marcelo Alberto Vieira de Macedo Júnior (117.746.217-62); Marcelo Neves Tanaka (653.432.122-04); Marcelo Pacheco Soares (091.484.997-22); Marcelo Simas Mattos (023.840.026-35); Márcio Batista de Sant'Anna (074.272.657-69); Marcos Mendonça de Mello (075.789.127-63); Marcos Vinicius Mendonça Andrade (012.643.957-52); Maria de Fátima dos Santos Vieira (664.468.567-68); e Márcia Valéria de Aquino Molinaro (907.878.547-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal do Rio de Janeiro/Unid. RJ - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1014/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.035/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aloídes Souza de Oliveira (075.394.236-41); Ana Paula de Magalhães Leite (036.454.336-19); Anderson Soares da Silva (082.961.346-32); Breno Ítalo Durães Santana (099.128.896-30); Claudilene da Costa Ramalho (070.569.846-73); Dangela Vieira Lopes (080.909.336-70); Ellen Lucy Tristão (315.593.518-96); Gianna Cláudia de Castro Reis (669.609.166-15); Izabela Rocha Dutra Silva (062.166.526-64); Janaina Fernandes Gonçalves (005.692.176-44); João César Souza Ferreira (046.277.516-05); Kledersson Esteves de Oliveira (034.522.836-74); Lucas Carvalho Silva (060.771.936-23); Luciana Pacheco Neves (853.236.246-04); Luís Ricardo de Souza Correa (056.636.216-36); Luiz Fernando Hollerbach (045.863.146-99); Manoel José Mendes Pires (036.025.296-65); Mansly Braga Tameirão (101.887.276-04); Mariana Roberta Lopes Simões (012.771.266-66); Otaviana Cardoso Chaves (066.943.016-18); Pedro Henrique Pereira dos Santos (089.699.966-13); Raina Pleis Neves Ferreira (083.122.366-94); Rodrigo Moreira Verly (084.999.997-94); Simony Langkamer Silveira (070.274.496-41); Stela Cabral de Andrade (014.455.906-46); e Thatiane Sena Vaz (102.947.036-75).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1015/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.047/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gregório Guirado Faccioli (806.512.756-87); e Thais Serafim Leite de Barros Silva (818.687.665-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1016/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.049/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Amorim da Silva (099.237.856-70); Aline Pereira David (083.507.406-47); Anderson de Almeida Barbosa (261.796.446-91); Artur César Fassoni (089.631.906-76); Carlos Eduardo Salgado Cunha (091.987.226-38); Christiano Antônio Machado Moreira (006.488.576-38); Cláudia de Fátima Oliveira (059.637.726-64); Cleberson Ribeiro (042.503.066-07); Daniela Peixoto Lorenzoni (013.245.346-05); David Henrique Rodrigues (061.499.776-33); Débora Fernandes Pessoa Madeira (051.010.366-92); Denis Medina Guedes (042.835.176-07); Débora Cristina Goulart (147.425.548-50); Dênis Antônio da Cunha (057.733.656-85); Ellen Silva Lago Vanzela (303.800.408-16); Geysa Duarte Junger (051.621.866-27); Gualberto Rabay Filho (203.070.554-34); Helen Hermana Miranda Hermsdorff (013.761.736-46); Ilidio Marcio Valeriano Pereira (838.807.476-87); Jane Paula Silveira (082.004.946-83); Joana Gasperazzo Ferreira (099.381.787-40); Junia Leonne Dourado de Almeida Lima (025.462.926-17); Larissa Lacerda Moraes (053.752.606-46); Larissa Mattos Trevizano (073.110.836-13); Leonardo Vaz de Melo (049.124.786-95); Livia Cristina de Souza Viol (075.425.526-35); Luís Gustavo da Silva Fonseca (074.716.226-36); Maicon Iago Borges (088.933.826-44); Marcel Bahia Lanza (044.614.066-01); Maria Emanuela Esteves dos Santos (066.579.096-16); Maristela Gomes de Oliveira Neves (743.814.827-00); Patrícia Juliana do Carmo (057.457.226-06); Pierre Rafael Penteado (046.857.109-40); Rennan Lanna Martins Mafra (037.168.606-70); Samuel Petraccone Caixeta (053.708.086-43); Sônia Silva Sartori (075.452.296-22); Thais Vasconcelos Silva (045.125.006-00); Thales Henrique Dutra (065.752.606-16); Thiago Gomes dos Santos Braz (100.270.137-66); Vanessa Escher Pagotto Ronchi (167.124.748-50); Vanessa Rodrigues Gonçalves Caetano (064.360.256-93); Virginia Souza Santos (084.795.676-86); Welliam Chaves Monteiro da Silva (023.212.264-47); e Wilmer Edgard Luera Pena (014.549.086-61).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1017/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.115/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Cazerta Farro (273.155.608-07); Danielle Constancia Felício Macedo (066.547.736-83); Denise da Costa Assafrão de Lima (002.653.686-26); Fabíola Simão Padilha Trefzger (947.124.847-72); Flávia Marini Paro (095.154.338-51); Frederico Augusto de Carvalho (376.759.071-91); Henrique Monteiro Cristovão (953.593.977-72); Maria Elizabeth Barros de Barros (163.170.257-20); Mônica Leal Alcure (022.619.887-10); Pablo Lúcio Gava (047.968.556-88); Sérgio Souza Bento (083.407.877-56); e William Gabriel Correa Petris (031.963.917-79).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1018/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.117/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Kelly Cristina Mota Gonçalves (117.980.667-00); Ladislau Augusto de Souza Brun (049.204.846-07); Laila Zarranz (087.192.217-70); Leandro Augusto Frata Fernandes (005.054.249-40); Leandro Colau Merlo (718.314.870-04); Leandro Santos Ximenes (072.605.297-33); Leandro Soares de Sousa (973.307.797-68); Leandro Ulisses Romiti (083.297.837-07); Leonardo Ferreira de Almeida (108.019.867-96); Lia Raposo de Assis Martins (116.810.767-99); Liliane Cardoso D'Almeida (054.074.707-64); Liliane Iten Chaves (716.859.959-34); Lise Aragão Bastos (104.699.207-42); Luan Yannick Cruz Farias (117.800.647-64); Luciana Gonçalves Pereira de Paula (088.121.807-36); Luciana Maria Ramires Esper (293.343.788-08); Luciana Pinto Teixeira (111.309.847-37); Luciano Vereda Oliveira (972.136.917-91); Luciene Pacheco dos Santos Silva (048.026.627-18); Ludmila Rodrigues Antunes (783.807.157-72); Luisa Neiva de Castro (130.652.507-13); Luiza da Silva Diniz (110.545.717-67); Lúcia Oliveira da Silveira Santos (220.935.108-12); Lúcio de Oliveira Carneiro (094.319.237-42); Mahira de Souza Prado (055.774.227-79); Maracajaro Mansor Silveira (104.602.907-03); Marcelo Bezerra Mathias (708.764.107-78); Marcelo de Lima Balzana Filho (104.665.497-76); Márcia Leite Fernandes (359.380.217-15); Marco Aurélio Lagreca Casamasso (800.382.047-20); Marcus Ribeiro de Oliveira (013.500.017-32); Marcus Wagner de Seixas (011.802.367-50); Maria Cecília Costa Mansur (077.591.037-60); Maria Clara de Carvalho Lopes (116.782.217-08); Maria de Fátima Camelo Cunha Gomes (831.761.017-91); Mariana Buarque Araújo (098.694.187-59); Mariana Macahyba Marun (043.209.827-54); Mariana Seabra da Silva (088.692.157-09); Marília Aparecida Miguel de Souza (060.387.176-33); Marina Cavalcanti Tedesco (993.685.790-91); Marina Plentz (014.244.130-95); Mário Henrique de Oliveira Castro (083.930.757-85); Marisa Machado da Silva (035.792.277-85); Mary Suely Costa Souza (285.893.277-87); Michelle Lacerda Martins (110.551.437-42); Murilo Alvares Vieira (101.334.947-48); Natália Iza Teles Terra (124.679.157-94); Ozanan Vicente Carrara (588.045.016-34); Patrícia Alexandra Gonçalves (802.956.499-68); Patrícia Levin de Carvalho Cidade (012.638.597-12); Paula Gomes de Farias Soares (124.074.087-56); Paula da Cruz Moraes (096.451.167-32); Paulo Lopes Perciano da Silva (317.234.618-81); Phablo Pereira de Carvalho Pinto (098.097.197-79); Priscila Pires Alves (007.635.707-45); Priscila de Sousa Gomes Rodrigues (113.883.387-85); Rachel Polycarpo da Silva (082.494.917-00); Rafael Gurgel Valente Papa (111.723.767-27); Rafael Henrique Soares Oliveira (068.461.186-40); Rafael Santos Tavares (112.735.017-05); Raphael Salomão Khede (014.943.197-05); Regis Frances Telis (094.069.667-35); Renata Mara de Almeida (045.247.496-59); Renault Michel Barreto e Silva (744.987.707-49); Reneide Gonçalves Simões (110.095.987-40); Ricardo Drummond Marsicano Ribeiro (236.861.466-49); Roberta Pereira de Paula (086.408.187-11); Roberto de Oliveira Preu (035.117.267-00); Rodrigo Motta Molardi (118.699.107-02); Ronaldo Adriano de Freitas (012.064.966-73); Roseane Moreira Sampaio Barbosa (006.334.807-11); Sandra Ribeiro de Azevedo (093.183.797-90); Sidinei da Silva Nascimento (017.792.117-08); Sidnei Clemente Peres (762.898.937-34); Silvia de Araújo Coutinho (104.823.987-01); Simone da Conceição Silva (074.335.187-89); Stoyan Gomide (091.029.587-59); Stéphanie Caroline Boechat Correia (058.851.717-85); Suelen de Mendonça Soares Cóquero (116.849.217-32); Tais Vellas Boas da Motta Lima (123.474.217-94); Tayguara Torres Cardoso (074.840.687-56); Taís Chagas Soares (101.106.757-97); Thalita Gonçalves Barros (104.430.357-33); Thaís Barbosa Barros de Castro Souza (108.303.437-50); Thaís Maria de Sousa Bezerra (745.790.377-15); Thaíse Pereira Bastos de Almeida Silva (106.779.807-28); Thiago Pinto da Silva (087.834.567-16); Thiago Santos de Assis (128.840.677-01); Tomaz Pires Soares (068.796.816-03); Ubirajara dos Santos Leal (052.544.787-30); Valéria Santos Paiva (018.903.637-07); Valéria Souza da Costa (048.162.277-25); Vanessa Iacomini (033.141.719-78); Verônica de Gusmão Mannarino (037.408.957-48); Vinicius Goulart Fontes (095.481.397-90); Vitor Emanuel da Costa Bouças (011.606.877-90); Vitor Vidal Zenha (874.671.947-49); Viviane Furtado Matesco (509.384.797-68); Willian da Silva de Araújo (055.880.877-80); e Wladimir Rocha de Carvalho (356.326.237-34).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1019/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.118/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abadia dos Reis Nascimento (781.922.001-59); Advaldo Carlos de Souza Neto (019.624.441-20); Alex Rabelo (020.738.631-59); Alex Wilkerson Ferreira Borges (946.502.091-53); Alexandre Donizete Ferreira (641.808.161-72); Andréa Carla de Miranda Pita (272.695.068-09); Andréia Oliveira de Santana (015.247.231-26); Audrival Pereira Côrtes Filho (517.742.401-49); Bruna de Oliveira Santos (734.358.481-20); Bárbara Ribeiro Miquelin (023.286.831-00); Caio Sgarbi Antunes (294.826.568-14); Caio Sotero Rosa (015.027.121-21); Carlos Fernandes da Silva Filho (021.865.531-20); Carlos Roberto Sette Júnior (219.635.718-94); Carlos Ugo Santander Joo (724.484.151-53); Cinara Ferreira Abraão (795.978.901-00); Cleiton Paiva Aquino (708.552.851-68); Daniela Cristina Vinhal (005.667.981-58); Daniela Domingues da Silva (932.792.481-91); Daniela Vieira de Oliveira (017.437.931-54); Danielle Fernanda Morais (005.975.191-61); Delfino Curado Adorno (711.834.181-91); Denise Silva de Oliveira (050.462.266-85); Diogo Appel Colvero (981.606.640-87); Déborah Freire Ventura (021.465.221-19); Eliane Sayuri Miyagi Okada (118.726.048-70); Elisa Abrão (003.828.589-48); Fernanda Costa Barros (626.407.123-49); Fernanda Maria Danin de Araújo (958.891.671-20); Fernanda Paula Yamamoto (310.976.388-55); Fernando Eurípedes Iglesias Alves Pereira (012.157.631-07); Francinelle Cabral Silva (934.415.411-20); Francisco Mata Machado Tavares (754.353.906-30); Giuliano Moreira de Carvalho (846.593.511-49); Gleidson Carlos Calixto (491.501.031-72); Gustavo Ramos Jordão (031.081.441-38); Herivelton Cruz Melo (034.176.581-36); Hugo Marciano de Melo (986.736.611-53); Ivan Ferreira dos Santos (589.606.271-00); Jaqueline Magalhães Pereira (002.832.121-95); John Eloi Bezerra (029.330.904-30); José Alexandre da Silva Júnior (034.081.004-11); José Humberto de Góes Júnior (938.994.915-72); Jozélia Rêgo (350.123.821-53); João Carlos Amoroso Botelho (185.620.648-31); Juliana Alves Parente (921.355.011-15); Juliana Félix Bastos (032.688.181-61); Juliana de Oliveira Rosa (953.946.721-72); Juliano Ribeiro de Moraes (800.848.771-20); Karinne Régis Duarte (863.831.401-91); Kelly Christina Mendes Arantes (864.099.726-87); Larissa Nunes Mota (034.517.961-71); Larissa Warzocha Fernandes Cruvinel (705.910.401-15); Leonardo Ribeiro de Souza (005.034.681-42); Marcelina Gorni (255.027.118-11); Marcelo Ferreira Tete (188.968.658-16); Marcos Inácio Severo de Almeida (091.868.147-29); Marcos Leonardo Lemos Fernandes (998.456.791-53); Marina de Souza Sartore (303.373.718-81); Narrira Lemos de Souza (006.177.181-30); Natália Lopes de Albuquerque (019.997.621-00); Núbia Guimarães Faria (918.358.791-87); Paulo Eduardo de Oliveira Neto (998.663.741-49); Pedro Santos Mundim (037.940.576-86); Priscilla da Veiga Borges (886.293.921-34); Raisa Ramos de Pina (031.385.191-30); Renata Rodrigues de Oliveira Garcia (883.478.261-53); Ricardo Chiapa (280.013.386-49); Robson Henrique Soares de Amorim (740.771.041-49); Sabrina Yura da Silveira Braga (004.980.661-00); Sofia Oliveira Pereira dos Anjos (007.436.499-58); Tamiris Augusto Marinho (024.865.431-47); Thiago Lara Vasques (923.682.631-87); Vânia Dolores Estevam de Oliveira (436.994.487-20); Walquíria Pereira Batista (860.587.031-15); Wenícios Ramos da Silva (802.083.392-72); e Wesdra Xavier de Jesus (825.201.941-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1020/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.120/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldimar Guilherme Gomes de Assis (790.252.426-34); Alexandre de Andrade Sousa (996.593.956-04); Ana Carolina Soares de Melo (462.524.956-20); Antônio Eustáquio Rodrigues (435.672.156-04); Antônio Henrique Gonçalves Leite (092.601.556-73); Argenil José Assis de Oliveira (003.879.966-99); Bruno Machado Trindade (004.019.206-74); Carlos Fernando Ferreira Lobo (882.024.886-72); Cleide Cristina da Silva Scarlatelli (671.473.806-49); Cristiana Torres Klimsa (041.380.474-76); Cristiane Aparecida Balbi Silveira (038.781.746-83); Daniela Silva dos Reis (028.170.766-99); David Junio Gonçalves (050.461.596-35); Débora Costa Reis (043.767.716-86); Edina de Carvalho Pereira Campos (911.797.936-68); Elaine Cristina da Costa (054.997.466-05); Eliane Oliveira Dias dos Anjos (086.677.086-07); Enio Ferreira (036.900.816-29); Ernane Ribeiro Dias (044.214.016-92); Evandro Carvalho de Menezes (912.793.306-78); Evelisy Cristina de Oliveira Nassor (057.555.686-26); Evilázia Ferreira Martins (084.630.166-00); Fernanda Helena Guedes Reis Teixeira dos Santos (036.417.226-67); Fernanda Louro de Souza (044.720.746-64); Gabriel Igor Teixeira (100.385.616-03); Gabriel Rotsen Pereira (093.487.286-44); Gesiene Aparecida Cordeiro Reis (037.463.206-58); Guilherme Nauto Martins Gomes (036.247.926-79); José Marcello Salles Giffone (022.361.327-43); Kênia Marice de Oliveira (072.253.706-93); Leandro Pereira de Souza (335.631.588-94); Leonardo Oliveira Faria (088.000.686-26); Lincoln Ferreira Mendes (050.006.866-67); Lucas Lauriano da Silva (073.965.906-55); Luciana Pedrosa Salles (883.922.446-72); Luciana do Carmo (060.655.596-01); Luiz Antônio Melgaço Nunes Branco (486.394.356-34); Luiz Felipe Cardoso Lehman (009.647.016-00); Marco Aurélio Abranches Cruz (100.845.806-66); Marina Felipe Grossi (085.892.026-31); Marta Ribeiro dos Reis Guilherme (054.489.676-98); Michele Soares Viana (086.919.016-40); Myrna Valéria Campos de Oliveira (959.749.116-87); Naisses Zoia Lima (061.791.086-33); Nathane Kissi de Oliveira (100.450.326-10); Nayara Kesia Lima Mendes Moura (055.222.176-77); Nilsrael Alves Pires (097.452.696-70); Paula Miranda Alves Pimenta (015.636.216-30); Paula Peixoto Campos Lopes (044.635.886-00); Paulo Cezar Antônio Araújo de Sousa (057.139.896-07); Paulo Henrique Boy Torres (827.590.496-04); Pedro Henrique Ribeiro Santana (062.287.106-48); Philipe Gomes Vieira (072.421.776-26); Poliana Casagrande Ribeiro Vieira (000.080.406-13); Raquel de Mattos Viana (033.104.226-66); Reinaldo Trindade Proença (034.113.526-71); Rennan Garcias Moreira (059.401.386-08); Ricardo Gonçalves (671.967.996-15); Roberta Viana Ferreira (059.399.436-16); Rosana das Graças Carvalho dos Santos (060.673.636-07); Rosecleia Cristina da Silva Moraes (248.522.918-02); Saulo Fernandes Saturnino (678.994.556-34); Silvânia Maria da Costa (809.024.306-10); Simone Mendonça Mamede Ferreira (014.937.666-94); Sirlane Nascimento Divino (001.365.086-69); Stanley Levi Nazareno Fernandes (062.498.996-85); Suelaine Barbosa de Oliveira (054.275.206-94); Valdelaine Etelvina Miranda de Araújo (030.340.246-65); Vanessa Bastos Pereira (073.129.096-80); Vanessa Karen Campos (081.940.276-16); Vânia Lucia Moraes (698.700.206-15); Vera Regina Veiga França (130.886.296-20); e Viviane de Oliveira Henrique (044.273.086-19).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1021/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.123/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Dias de Andrade (041.921.124-18); Aline Emanuelle de Morais (008.022.134-30); Andreia da Rocha Ferraz (043.431.594-00); Beatriz da Costa Monteiro (616.673.744-00); Brenda Nascimento dos Santos (051.856.564-50); Cátia Milena da Silva Farias (081.151.744-67); Charlene Tereza da Silva (045.692.834-03); Erivaldson Sérgio da Silva Farias (000.383.144-28); Felipe Lucena Carneiro de Albuquerque (008.978.664-52); Gabriel de Albuquerque Veloso Azuirson (039.964.564-09); Geivianni Maria Silva Cavalcanti de Andrade (039.723.814-25); Gleybson Correia de Almeida (043.241.734-60); Guilherme Guimarães Fortuna (046.716.874-10); Helio Machado da Silva Porto Neto (027.588.534-85); Hermano Andrade Cabral (588.454.614-91); Igor Andreas Rodrigues Bandim (072.370.864-99); Isabella Valois Pedrosa (041.253.894-62); Jaciane Freire Santana (055.232.834-01); Karina Rodrigues de Melo (019.749.354-85); Lindsay Evelyn de Lira Pessoa (068.152.234-85); Luana Antero de Melo (046.118.264-57); Luana Karla Lopes Leite (038.263.894-84); Marco Antônio Muniz Dantas (041.599.814-02); Marina Maria Teixeira da Silva (031.987.144-43); Marta Praxedes Rabelo Leite Fontenelle (268.015.901-20); Nerilin Trajano da Silva Neto (036.793.444-22); Raissa Oliveira de Morais e Silva (073.776.504-60); Rebeca Santos de Amorim Guedes (048.863.144-06); Renata Maria do Amaral (026.638.914-79); Rosane Maria Alencar da Silva (544.184.964-91); Soraya Liberalquino Melo (908.873.444-53); Thiago Teles da Silva (066.360.794-95); Viviane Alves de Lima Silva (041.011.314-06); e Ymira da Silva (302.148.878-12).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1022/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.126/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adan José Corcho Fernandez (053.186.817-60); Adão Benvindo da Luz (004.938.214-49); Adriana Carvalho da Silva de Moura (078.494.477-60); Adriana Gomes da Silva (057.323.407-85); Adriana Leitão Martins (091.825.057-99); Adriana Meireles Macedo (007.249.997-44); Adriana da Silva Ornellas (104.596.077-23); Adriane Muraro Rode Bretas (015.311.039-28); Adriano Borges da Cunha (019.705.107-30); Adriano Cícero Rabello (097.094.557-45); Adso Almeida Papandrea (070.646.126-66); Afonso Cláudio Segundo de Figueiredo (860.812.767-91); Afrânio Lineu Kritski (299.576.569-53); Aftab Pande (060.854.717-42); Agnes Marie Sá Figueiredo (517.284.277-20); Albertina de Souza Guimarães (635.334.727-87); Alberto Schanaider (747.618.207-30); Alda Rosana Duarte de Almeida (706.360.527-53); Aldo Caccavo de Araújo (107.338.457-89); Alejandro Cabrera (060.584.977-36); Alessandra Mendonça Teles de Souza (093.085.327-06); Alessandra Morgado Ramiro de Lima (159.694.628-88); Alessandra de Lima Marques (011.593.507-01); Alessandra de Souza Monteiro Esteves (069.760.297-45); Alessandro Ponce de Leão Giupponi (072.720.757-16); Alessandro da Cruz Gonçalves (072.461.497-40); Alex Ferreira Magalhães (003.948.347-98); Alexandra da Silva Santos (880.487.996-34); Alexandre Carneiro Silvino (071.038.927-25); Alexandre Dutra (029.202.357-02); Alexandre Louro Ribeiro (124.166.867-12); Alexandre Medeiros Rodrigues (037.354.537-16); Alexandre Toman (103.698.437-03); Alexandre Vieira Werneck (042.581.137-94); Alexis Ricardo Hernandez Nunez (059.835.967-21); Alice Tardin da Costa (100.501.277-64); Aline Gomes de Mello de Oliveira (078.733.997-02); Aline Gozzi Braga Lata (011.067.807-95); Aline Guerra Manssour Fraga (025.396.787-26); Aline Marins Paes (084.522.247-37); Aline Moreira (097.613.127-71); Aline Sol da Silva Valle (094.464.307-80); Aline Tany Posch (112.914.047-40); Aline de Oliveira Machado (118.115.657-27); Allan Dias Barrios (052.875.037-25); Aloa Machado de Souza (084.242.557-80); Alzira Mitz Bernardes Guarany (877.205.827-72); Amanda Moura de Sousa (100.933.537-58); Ana Christina Marchi da Silva Figueiredo (039.417.827-03); Ana Cristina Nunes Ruas (916.729.297-68); Ana Cristina Pinho Oliveira Roque (078.949.187-76); Ana Cristina dos Santos Araújo (911.131.217-34); Ana Eliza Port Lourenço (294.414.788-90); Ana Lúcia Nazareth da Silva (865.652.907-25); Ana Paula Marques Beato Canato (251.568.648-64); Ana Paula Tavares de Souza (055.100.177-16); Ana Pires do Prado (086.638.707-28); Ana de Medeiros Fernandes dos Santos (105.227.617-20); Anderson Luiz Cardoso Rodrigues (683.280.602-72); Anderson de Sá Pinheiro (052.877.257-01); Anderson do Espírito Santo da Silva (089.164.587-06); André Felipe Andrade dos Santos (102.811.317-08); André Ferreira do Nascimento (115.348.327-00); André Luís de Alcântara (072.988.587-93); André Luís de Alcântara Guimarães (056.974.727-90); André Martins Cordeiro (078.614.127-17); André Sanches Sampaio (073.209.787-84); André de Barros Borges (634.277.021-20); André de Sá Rosendo da Silva (087.783.817-89); Andréa Fernandes Costa (088.072.247-98); Andréa Luzia Ferreira de Souza (025.323.547-20); Andréa Velloso da Silveira Praça (011.629.197-44); Andréa Vicente da Silva (018.805.187-24); Andréa de Fátima Moreira de Moraes (977.785.167-72); Andreia de Araújo Candido (075.110.497-37); Ângela Maria e Silva (771.991.547-04); Angélica Madureira Baggio (988.304.570-00); Anna Elisa Rocha China Leal (012.906.917-54); Antônio Azeredo (004.254.087-95); Antônio Egidio Nardi (777.022.557-49); Antônio Elia Ziviani (011.796.177-97); Antônio Guilherme Barbosa da Cruz (595.697.942-91); Armando de Castro Cerqueira Arosa (735.024.137-20); Armildo Uzeda Pires Filho (363.377.147-68); Arthur Fernandes Cortez (084.477.627-00); Augusto Vieira Magalhães (134.389.327-50); Bárbara da Silva Maciel (109.971.367-66); Bárbara de Landa Gonçalves (041.143.876-09); Beatriz Fernandes Dias (047.598.746-23); Beatriz Juana Isabel Bissio Staricco Neiva Moreira (871.134.147-53); Beatriz Sancovschi (089.849.437-03); Bianca Couto Ruivo (092.447.427-05); Bianca Soares Figueira (115.616.137-11); Brendali Virgílio Guimarães (083.190.027-02); Bruna Carla Muniz Caje (114.664.227-00); Bruno Barreiro (092.513.987-47); Bruno César Monteiro Ferreira (059.319.497-71); Bruno de Abreu Alves (116.325.277-82); Bruno de Jesus Ferreira (094.323.847-13); e Bruno de Vasconcelos Cardoso (088.643.297-90).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PREVIEW DO DOCUMENTO ASSINANTE

ACÓRDÃO Nº 1023/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.127/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Marques Machado Bardano (119.145.717-62); Bruno Passos Costa (128.731.217-93); Bruno Vasconcellos Guimarães Forte (123.115.547-78); Camila Lima Sabino (110.195.217-24); Camila Madeira Tavares Lopes (055.304.087-10); Carla Amor Divino Moreira Delgado (082.993.997-00); Carla Barroso de Souza (122.789.327-21); Carla Cristina de Souza (083.530.807-37); Carla Danielle dos Santos São Bento Pereira (082.563.167-05); Carla Martinho de Lima Barros (071.425.377-44); Carlos Alberto Moreira da Paixão (914.071.257-53); Carlos Alexandre Júlio Celano (098.889.117-40); Carlos Andre Vaz Júnior (037.367.407-43); Carlos Antônio Macambira Torres (021.914.347-11); Carlos Augusto Domingues Zarro (056.512.347-56); Carlos Diosdado Espinoza Penafiel (059.612.937-85); Carlos Magno Siqueira Melo (003.454.017-27); Carlos Montes Paixão Júnior (939.205.717-20); Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos (740.456.287-20); Carlos Rodrigo Avilez Andrade Bezerra da Silva (052.134.997-40); Carolina Alvares da Cunha de Azeredo Braga (081.748.487-62); Carolina Clezar (048.356.259-94); Carolina Dzimidas Haber (635.675.042-15); Carolina Maria do Carmo Alonso (630.619.532-72); Carolina Palma Naveira Cotta (055.146.857-21); Cassandra Marina da Silveira Pontes (090.771.377-77); Cassiano Ricardo de Oliveira Costa (078.571.257-76); Catarine Canellas Gondim Leitão (082.124.917-73); Catharina Eccard Fingolo (092.778.957-48); Celso de Carvalho Godói (700.355.557-34); César Cláudio Gordon Júnior (001.207.297-41); César Ronald Pereira Gomes (176.761.507-87); Cezar Augusto Rufino de Santa Ana (942.106.597-20); Cezar Silveira Samy (014.641.107-27); Charles Freitas de Oliveira (092.393.297-65); Charles Lourenço Rocha (127.103.877-35); Charlion Cosme de Oliveira (113.006.747-50); Charlles Rubber de Almeida Abreu (052.573.197-05); Cláudia Cristina Moreira da Silva (042.788.497-70); Cláudia Fernandes Canarim (025.742.047-94); Cláudia Pinto Figueiredo (023.412.679-55); Cláudio Alexis Rodriguez Castillo (057.983.857-95); Cláudio Flores Serra Lima (087.239.397-61); Cristiane Fregonesi Dutra Garcia (112.436.538-92); Cristiane Magacho Coelho (021.751.117-17); Cristina Teles Cerdeiral (085.046.557-50); Cristina de Borborema Areas (112.889.747-44); Cynthia Chester Cardoso (090.919.517-02); Dalton Almeida Raphael (437.700.887-00); Damiane Daniel Silva (088.177.307-77); Daniel Artur Pinheiro Palma (054.911.717-27); Daniel Borges Lopes (087.583.277-62); Daniel Braga Monteiro (093.091.687-57); Daniel Karl Resende (086.246.207-08); Daniel Luís Schueftan Gilban (082.526.057-45); Daniel Parasio Sobreira de Souza (115.263.057-12); Daniela Bittencourt dos Santos Dziuba (786.220.420-49); Daniela Rodrigues (737.805.530-15); Daniela Tonelli Manica (286.092.778-60); Daniele Rego Novaes (092.396.017-16); Danielle Coutinho Oliveira (081.452.827-99); Danielle Goulart Ribeiro Domingues (088.877.707-86); Danielle Souza Fialho da Silva (052.305.267-77); Danielle de Almeida Menezes (090.445.927-69); Danielle de Oliveira (070.071.467-75); Danielle de Rezende Santos (058.004.177-84); Danilo Antônio Carvalho Pereira (853.428.827-53); Débora Barros Nascimento (122.624.307-05); Débora Medeiros (933.802.837-20); Débora Paula Costa (112.126.117-56); Denilson Lorenzon da Fonseca (100.168.977-14); Denise de Miranda Borborema (430.141.197-68); Diego Anibal Portas (059.668.447-98); Diego Machado Derossi (111.110.157-40); Diego de Araújo Mendes (134.018.917-82); Diego de Oliveira Martins (107.062.667-81); Diogo Rudge Malan (070.287.917-77); Edilson Clemente da Silva (349.469.777-91); Edilson Fernandes de Arruda (525.697.481-53); Edivaldo Figueiredo Fontes Júnior (100.568.277-17); Edivaldo Gois Júnior (258.658.558-59); Edmilson do Nascimento Meireles (133.790.967-09); Eduardo dos Santos Alves Silva (056.914.917-76); Eduardo dos Santos Coelho (084.205.407-30); Eduardus Aloysius Bernardus Koenders (700.987.111-64); Elaine Constant Pereira de Souza (799.087.567-53); Elaine dos Anjos da Cruz (089.306.257-03); Eli Roque Diniz (174.966.247-72); Eliane Guedes Ferreira (026.013.407-46); Eliane Santos de Assis (276.336.318-05); Elisângela da Costa Lima (088.400.497-03); Eloa Batista Teixeira (122.931.817-82); Elson Braga de Mello (522.335.886-49); Erisvaldo de Lima Juvêncio (343.465.113-68); Erli Santana Gracindo Marques (741.849.467-04); Esmael Almeida Machado (695.703.531-04); Fábio Aloysio Machado Loyo (047.924.937-73); Fábio André Perosi (555.635.620-34); Fábio Barros da Silva (029.825.517-05); e Fábio de Almeida Mendes (076.453.397-56)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1024/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.131/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Nogueira Costa (086.478.077-07); Rafael Reigoto Fernandes Lyra Cruz (056.435.777-47); Rafael Rivera Alves (079.139.287-27); Raiani dos Santos Fernandes (121.567.767-76); Ramon Costa de Almeida (078.282.387-46); Ramon Paschoal Prudêncio de Souza (104.385.117-86); Raphael Czamanski Pizzino (124.391.407-67); Raquel Ana Capela Leão (402.291.902-78); Raquel Cristina Barros de Castro (126.136.077-00); Raquel Massad Cavalcante (110.154.377-96); Raquel dos Santos Amim (046.746.046-99); Rayanne Barros Setubal (107.925.417-07); Rejane Corrêa Marques (420.974.362-34); Renata Caruso Mecca (218.177.678-44); Renata Pacheco Trindade Lacerda (114.969.517-00); Renata Pinhel do Valle Felipe Alves (093.181.477-40); Renato Pamplona Cardozo Costa (369.627.618-99); Renato de Castro Freitas (127.599.847-02); Ricardo Augusto Pires Gonçalves (116.666.007-92); Ricardo Lima Villas Boas Gomes (086.756.717-17); Ricardo Pereira Gonçalves (016.371.227-13); Ricardo Pinto de Souza (081.949.417-84); Ricardo de Figueiredo Summa (291.191.078-89); Rita Vilanova Prata (071.864.997-40); Roberta Boechat Albertino (032.334.037-71); Roberta Kelly Rabello Gomes da Silva (088.527.957-31); Roberta Richard Pinto (097.392.937-51); Roberto Pinto Souto (557.956.250-00); Roberto Rodrigo Rezende (114.226.067-40); Roberto Salgado Amado (082.499.537-62); Roberto de Azevedo Antunes (055.173.537-62); Robson Francisco da Silva Dias (661.859.042-68); Rochanne de Miranda Corrêa (057.819.827-44); Rodolpho da Silva Barros (107.806.157-27); Rodrigo Lemos da Silva (052.225.547-75); Rodrigo Reis Lastra Cid (099.931.057-75); Rodrigo Soares Fortunato (085.923.157-78); Rodrigo de Souza Gomes (085.722.617-70); Rodrigo de Souza Martins (118.063.937-51); Romeu de Oliveira dos Santos (085.348.807-00); Ronaldo Cerqueira Carvalho (758.725.017-49); Roosivelt Max Sampaio Pinheiro (827.361.707-68); Rosa Maria Ribeiro da Silva (205.011.377-34); Rosa Maria Souza Braga (020.386.347-00); Rosana Pereira de Freitas (032.270.097-30); Rosana Rodrigues Heringer (847.060.907-68); Rosane Aparecida Ribeiro (027.199.689-78); Rosane Nascimento de Almeida (632.954.827-72); Rosângela Lunardelli Cavallazzi (305.966.459-53); Roseli Martins de Souza (013.189.847-77); Rosilene Rocha Palasson (167.315.558-86); Rossano Cabral Lima (830.334.676-87); Sandra Maria Montemurro Batista (004.836.657-97); Sandro Castro Adeodato de Souza (010.358.647-46); Sandro Marcelo Kozikoski (133.661.968-66); Sebastião Sérgio Farias Lima (100.385.547-47); Sérgio Garcia Garcia (068.363.047-43); Sérgio Leandro da Silva Ferreira (092.875.597-59); Sérgio Luiz de Argolo Bezerra (431.116.887-04); Sérgio de Sena Tavares (633.031.407-15); Sharlene Lopes Pereira (116.062.927-73); Shirley do Socorro Melo de Souza (747.807.512-68); Silas Assumpção Casanova (139.537.007-90); Silvia Câmara Soter da Silveira (790.893.997-04); Silvia Karina Nicácio Cáceres (100.713.307-47); Simone Freire Paes Pestana (037.345.587-94); Simone Marins de Lima (055.277.257-78); Solange Araújo Lourenço Jorge (713.697.597-20); Solange Francisca Mazzaroto (295.901.888-50); Sônia Branco Soares (373.170.917-15); Sônia Maria Ramos de Vasconcelos (992.988.997-34); Sulamita Nicolau de Miranda (070.818.647-59); Susana Frases Carvajal (060.901.617-21); Susana de Sá Marques (034.397.137-25); Sylvio Petrônio Rocha Lopes (801.632.117-87); Tadeu Mourão dos Santos Lopes (099.639.987-98); Taissa Zangerolami Lopes (109.682.687-90); Tânia Muzy da Silva (005.645.507-01); Tarcisio Nascimento Correa (131.651.667-90); Tatiana Zanela da Silva Marques (033.725.167-37); Tatyanne Christina Gonçalves Ferreira (058.054.487-77); Thacyla Campos do Carmo (115.303.487-57); Thaina Pacheco Schwan (057.520.586-51); Thais Delazare (082.555.957-08); Thatiana Verônica Rodrigues de Barcellos Fernandes (082.597.197-70); Thatyana Cabral Pereira (110.403.907-90); Theo Luiz Ferraz de Souza (036.046.816-00); Thiago Azevedo Soares (109.843.827-20); Thiago Leite Cabrera Pereira da Rosa (122.527.907-09); Thiago Messias Cardozo (085.145.227-28); Thiago Nascimento Krause (114.128.397-26); Thiago Oliveira Granja Moreira (088.250.437-16); Thiago Werneck dos Reis (103.421.837-96); Tiago Arruda Sanchez (027.962.359-39); Tiago Tardin Abdelhay (091.033.077-86); Tobias José dos Santos (068.831.056-70); Uiara Gomes Cabral (094.458.937-51); Ulisses Dias da Silva (716.078.971-72); Vagner Costa de Souza (074.699.947-00); e Vagner Luiz de Jesus Marques (055.892.387-90).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1025/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.132/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vagner Wilian Batista e Sá (002.055.077-43); Valdirene Martos da Silva (174.039.538-78); Valéria Menezes Bastos (662.771.837-53); Vanessa Florentino Marcondes dos Reis (084.467.277-73); Vanessa Souza Mendonça (056.113.107-45); Vera Lúcia da Silva Fernandes (790.756.304-68); Verônica Miranda Damasceno (946.000.666-34); Victor Andrade Carneiro da Silva (029.420.587-06); Victor de Oliveira Freitas (122.602.487-48); Virgilio Pimentel Delgado (081.512.997-11); Virginia Faria Damásio (790.387.601-59); Vitor Hugo Pomin (051.514.377-47); Vitor Mauro Ferreira de Romariz Bragança (116.948.297-07); Vitor Simões Cardoso de Andrade (117.052.407-98); Vivian Karla Castelo Branco Louback Machado Balthar (070.489.907-83); Viviane Lontra Teixeira (053.587.137-60); Viviane Vieira Ferreira (085.570.157-98); Viviane de Souza Borges (058.299.087-43); Vivianne Mendes Araújo Silva (108.661.427-54); Wagner Luiz Ferreira Marcolino (052.258.387-31); Wagner Morgado Fernandes (088.629.227-10); Wagner Santos Coelho (078.713.157-14); Wagner de Oliveira Vital (047.504.167-46); Waleska Lopes de Almeida Britto (672.025.787-00); Wallace Gonçalves Pereira (104.438.737-80); Walter Junio da Silva Vieira (034.809.446-98); Wanderley Paulo Gonçalves Júnior (150.189.788-80); Wanessa Oliveira da Silva (124.348.957-00); Wendel Alexandre Xavier de Melo (099.787.057-59); William Soares dos Santos (003.176.827-09); Wilson Cardoso Júnior (663.487.227-91); Wilson Souza Duarte (991.970.653-15); Yahn Wagner Ferreira de Mello Pinto (083.106.287-81); e Zenayde de Souza Melo (536.028.467-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1026/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.138/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciana Lins da Costa (101.524.957-46); Luís César Perucci do Amaral (030.598.057-25); Luiz Fernando Correa da Silva Cavalcante (018.480.367-52); Luiz Heleno Moreira Duque (568.207.717-20); Luiz Maltar Castello Branco (667.842.397-68); Lurbia Jerônimo da Silva (098.661.377-08); Marcello Otavio Neri de Campos Basile (028.204.887-14); Marcelo Azevedo Neves (018.153.987-01); Marcelo Hawrylak Herbst (787.714.209-91); Marcelo Maciel Martins (012.404.087-06); Marcelo Pessoal da Silva (075.989.037-43); Márcia Bezerra Neves Gonzaga (008.364.997-27); Márcio Aleixo da Cruz (972.107.737-20); Márcio Prudêncio Belleza (943.582.657-15); Márcio Roberto Palhares Nami (915.506.457-49); Márcio Rocha Francelino (825.207.127-91); Marco Antônio Pereira do Rosário (857.187.007-10); Marco Antônio do Rosário (857.187.007-10); Marco Aurélio de Freitas Lima (082.929.807-09); Marcos Azevedo Benac (044.372.407-58); Margareth Alexandrino de Sales Silva (008.451.567-80); Maria Lúcia Almeida Martins (454.599.596-91); Maria Luiza Kruel Cassano (060.046.010-04); Maria de Fátima Ferreira Portilho (000.258.917-66); Maria dos Remédios Pereira Duarte Borges (850.757.877-20); Mariana Iootty de Paiva Dias (047.620.237-01); Mariana Morais Pompermayer (059.794.776-75); Mariângela de Campos Dias (034.461.767-05); Marisa Fernandes Mendes (023.918.187-50); Markos Klemz Guerreiro (095.059.637-00); Marta Rodrigues Pacheco (032.436.688-40); Marta Rodrigues Pacheco (032.436.688-40); Maurício Cougo dos Santos (896.319.190-72); Mauro Guimarães (899.194.597-04); Mauro Machado Marques (224.777.301-00); Michele Larraiarra de Oliveira (095.764.707-73); Michelle Midori Sena Fugimura (095.720.727-14); Michelle Porto Marassi (052.532.637-56); Miriam de Oliveira Santos (773.186.927-04); Mônica da Silva Reis (921.764.107-34); Murilo Barbosa Salles (053.310.227-82); Neide Regina Sampaio Ruffeil (207.389.862-91); Neilton Paixão de Jesus (284.438.965-15); Nelson Rojas de Carvalho (665.168.037-49); Nilo José do Nascimento (510.930.227-87); Nilson Salles dos Santos (747.309.087-91); Orlando dos Santos Pereira (032.136.676-09); Patricia Bastos de Azevedo (035.569.887-04); Patricia de Cássia Pereira Porto (016.352.507-22); Paula Takatsura (297.145.148-86); Paulo Cosme de Oliveira (404.822.357-72); Paulo Henrique Correia Chaves (099.339.447-70); Paulo Sérgio Alves Aguiar (363.004.547-20); Pedro Martins Mendes de Moraes (109.025.737-64); Rafael Soares de Aquino (082.234.707-56); Rafael Vieira da Silva (027.225.767-24); Rafael de Oliveira Reis (080.898.477-22); Renan Arjona de Souza (107.020.017-40); Renata Cristina Scarlato (277.046.038-25); Renata da Silva Monteiro (055.143.447-38); Renato Magalhães Rita (004.859.867-44); Ricardo Alexandre Rodrigues (075.167.217-35); Ricardo Henrique da Costa Sousa (045.458.537-30); Ricardo da Silveira Chaves (427.663.117-34); Ricardo de Oliveira (006.183.677-05); Roberta Agra de Carvalho (107.927.587-81); Roberta Maria Lobo da Silva (056.033.467-28); Roberto Farias Silva (044.610.907-01); Roberto de Andrade Lota (086.290.587-73); Roberto de Souza Rodrigues (014.193.637-19); Robson Tavares da Silva (055.953.227-05); Rodolfo Alves de Oliveira (099.428.767-40); Rodrigo Grazinoli Garrido (073.812.087-17); Rodrigo Neves de Figueiredo dos Santos (095.606.727-11); Rogério Gomes de Lima Tostas (086.611.307-00);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Rogério Lourenço (070.228.937-05); Rosana Batista Monteiro (138.447.718-75); Rosana Petinatti da Cruz (024.196.567-50); Rosane Maria Guimarães Silva (024.214.307-55); Rosilei Aparecida Garcia (252.216.258-65); Rosineide Guilherme da Silva (874.092.327-49); Rúbia Padilha Purcino (081.636.707-89); Rui Góes Casqueira (008.573.207-93); Sandra Crisitina Marchiori Antunes (013.169.697-11); Sandro Santana de Andrade (034.348.607-54); Sérgio Anibal Chamorro Smircic (054.395.857-45); Sérgio Domingos de Oliveira (420.943.729-87); Sérgio Drumond Ventura (122.135.428-05); Sérgio Manuel Serra da Cruz (848.488.637-91); Sérgio Ricardo Bastos de Mello (615.362.107-49); Silvia Michelle Bezerra Camargo (047.690.307-62); Silvia Regina Alves Fernandes (886.419.107-00); Simone Batista da Silva (011.522.477-78); Síria da Fonseca Jorge (070.245.437-01); Surama Conde Sá Pinto (021.382.377-29); Susana Iglesias Webering (086.124.897-09); Suzani Andrade Ferraro (245.513.505-59); Taissa de Azevedo Drummond (095.393.267-29); Tânia Maria Bezerra Rodrigues (348.027.207-00); e Tatiane Dantas Garcez (082.761.287-77).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1027/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.139/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tereza de Jesus Ramos da Silva (509.793.027-49); Thiago Moreno Lopes de Souza (084.516.827-40); Thiago Rocha dos Santos Mathias (108.949.567-60); Tiago Boer Breier (741.673.320-00); Tiago Costa Ferreira (052.521.007-56); Ticiana do Nascimento França (027.897.197-05); Vagner Fernandes Delgado (916.523.247-04); Vanessa Rejane de Oliveira Saraiva (102.691.037-40); Vânia Maria Losada Moreira (351.450.301-00); Vera Lúcia de Aguiar Campos (881.857.107-91); Vinicius Leal Forte (101.235.307-92); Vitor Barletta Machado (245.855.348-65); Wagner Assis Alves (012.536.367-29); Wagner de Souza Tassinari (073.159.577-74); Walmir José Vieira (206.052.347-87); Wanaline Reinaldo do Nascimento (097.912.707-67); Wanderson Fernandes de Souza (081.130.477-94); e Wellington Ferreira Chagas (330.494.597-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1028/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º da Resolução TCU nº 206/2007 e nos termos do item 9.4 do Acórdão 420/2007-Plenário-TCU, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do ato de concessão do instituidor José de Almeida Gouvêa (Controle nº 10453601-05-2008-000212-8) e considerar legal, para fins de registro, os demais atos de concessão dos interessados constantes dos presentes autos, fazendo-se as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.485/2012-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Claudinéia Emídio da Silva (037.067.676-94); e Ludmila de Cássia Benigna Vigilato Gouvêa (011.950.226-70).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinar à Universidade Federal de Lavras que:

1.6.1. Providencie o encaminhamento, por intermédio do sistema Sisac, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, de novo ato de concessão para o instituidor cujo ato foi considerado prejudicado por inépcia, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as inconsistências verificadas; e

1.6.2. Observe o correto preenchimento dos formulários de concessão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao correto exame do ato, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.

ACÓRDÃO Nº 1029/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.739/2011-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Lindalva Vieira Silverio (114.534.786-04); e Maria Tereza Matosinhos de Souza (521.045.166-68).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1030/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas dos Srs. Marcelo de Lima Lopes, Superintendente Estadual, e da Sra. Noélia Alves da Silva, Superintendente Estadual Substituta e Ordenadora de Despesa, dando-se-lhes quitação plena, sem prejuízo de fazer a comunicação sugerida, de acordo com pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.577/2011-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Antônio Carlos Gonçalves (435.397.696-68); Diego Francisco Rodas Aranha (058.601.434-94); Doroteia Reginalda Moreira Gomes (447.326.004-68); Gardênia Rodrigues da Costa (199.904.302-25); Joana Claudete das Merces Schuertz (532.534.779-91); Marcelo de Lima Lopes (315.195.058-25); Noélia Alves da Silva (383.025.862-34)

1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Roraima/RR

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RR (Secex/RR)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Dar ciência à Superintendência Estadual da Funasa em Roraima de que não foram cumpridos os prazos para analise das prestações de contas de convênios firmados em exercícios anteriores, fato que contraria o art. 56 da Instrução Normativa 01, de 15 de Janeiro de 1997, e o art. 56, § 1º, da Portaria Interministerial MP/MF/MCT n.º 127, de 29 de maio de 2008.

ACÓRDÃO Nº 1031/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea *a*, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Sr. Marcelo de Lima Lopes, Superintendente Estadual titular, e da Sra. Noélia Alves da Silva, Superintendente Estadual Substituta e Ordenadora de Despesa, dando-se-lhes quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.236/2010-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Alexandra Leite Dias (209.756.003-20); Antônia Bernadete Rodrigues Leite (125.000.202-82); Cleudismar Moreira de Souza (164.346.092-72); Eliane Ferreira Araújo (149.806.492-20); Evanice Camargo Cardoso (184.435.321-49); Fátima Rocha Torquato (060.291.163-04); Gardênia Rodrigues da Costa (199.904.302-25); Helvio Francer de Moraes (277.095.317-68); Marcelo de Lima Lopes (315.195.058-25); Márcia Souza da Rocha Silva (112.541.572-04); Maria Joventina Souza da Silva (231.218.072-34); Maria Madalena Ferreira Gomes (241.549.032-68); Maria das Dores Duarte Melo (036.722.202-72); Marly Silva de Araújo Nunes (248.732.091-53); Noélia Alves da Silva (383.025.862-34)

1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Roraima - Funasa/RR

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RR (Secex/RR)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1032/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea ***a***, c/c art. 169, incisos III e V, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.672/2008-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2007)

1.1. Responsáveis: Ana Cláudia Teixeira do Nascimento (315.090.882-53); Ana Cássia Souza Silva (239.806.132-91); Carlos Alberto Camurça Ferreira (230.261.202-78); Dulcimar Palmeira Aragão (284.578.032-04); Joel Gomes da Silva (657.120.722-20); Jorge Nunes Pereira (161.157.592-34); José Mauricio do Rego Feitoza (075.733.752-04); José Sebastião Gomes Pinheiro (042.787.982-53); Jânio Lúcio Paes Alves (290.846.872-72); Maria da Conceição Farias dos Santos (054.589.352-68); Mariavaldo da Cruz Soares (274.640.912-72); Marília da Silva Mendoza (240.089.312-87); Reginaldo Carvalho dos Anjos (330.982.391-15); Severino dos Santos Ferreira (347.940.691-20); Silvio Cesar Simões Sampaio (559.265.682-34); Simone Santos Rodrigues (493.218.622-34); Vladimir do Nascimento Seabra (591.272.442-53)

1.2. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Manaus - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex/AM)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1033/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em arquivar o processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.968/2011-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo - Secex/AL (00.414.607/0002-07)

1.2. Entidade: Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde em Alagoas (Funasa-Core/AL)

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex/AL)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1034/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, 17, inciso IV, e 143, inciso III, 235, 237 e 250, inciso I, do Regimento Interno, em considerar prejudicada a representação abaixo relacionada, por perda de objeto, e arquivar o processo, dando-se ciência desta deliberação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.643/2012-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo do TCU/MS (00.414.607/0022-42)

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul 1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (Secex/MS)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1035/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, 17, inciso IV, e 143, inciso III, 237 e 250, inciso I, do Regimento Interno, em considerar prejudicada a representação a seguir relacionada, por perda de objeto, e arquivar o processo, dando-se ciência desta deliberação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.702/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Empresa VAS Tecnologia Industrial Ltda. (12.331.558/0001-39)

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (Secex/MS)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1036/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea c, e 250, inciso II, 169, inciso IV, do Regimento Interno, e no art. 42 da Resolução TCU nº 191/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, em arquivar o processo, sem prejuízo de fazer a comunicação abaixo transcrita:

1. Processo TC-000.759/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Controladoria Geral da União - PR (05.049.940/0001-99)

1.3. Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-Árido/RN

1.3. Relator: Ministro José Jorge

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RN (Secex-RN).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Dar ciência à Controladoria Geral da União/PR de que, consoante determinado à CGU/RN, por meio do Acórdão 2680/2011-TCU-2ª Câmara, deve ser dada continuidade ao monitoramento das providências para a apuração dos fatos tratados no Relatório de Fiscalização/CGU 01530/2009, notadamente quanto aos seguintes:

1.6.1. Sobrepreço no valor de R$ 14.190,79 (serviços contratados com preços unitários superiores aos previstos no Sinapi), referente ao Convênio nº 0162/07 (Siafi 595437);

1.6.2. Sobrepreço no valor de R$ 11.466,99 (serviços contratados com preços unitários superiores aos previstos no Sinapi), referente ao Convênio nº 0122/08;

1.6.3. Incorporação indevida do IRPJ e CSLL no caçulo do BDI utilizado na composição dos preços dos serviços contratados, referente ao Convênio 0122/08.

ACÓRDÃO Nº 1037/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, c/c os arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e os arts. 1º, inciso XXIV, 17, inciso IV, 143, inciso III, 234, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, para, no mérito, considerá-la procedente, e arquivar o processo, sem prejuízo de fazer a comunicação sugerida, dando-se ciência desta deliberação à representante e à Universidade Federal do Paraná, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.144/2012-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Empresa Trivale Administração Ltda.

1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR/MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (Secex/PR)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Dar ciência à empresa Trivale Administração Ltda. de que as alterações por ela requeridas, no edital do Pregão nº 187/2011 da Universidade Federal do Paraná, já foram promovidas pela referida Universidade, no âmbito do recurso por ela impetrado.

ACÓRDÃO Nº 1038/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea **a**, 237, inciso VI, e parágrafo único, 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, fazer as comunicações abaixo transcritas e arquivar o processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica ao Sr. Augusto Bezerra, Deputado Estadual de Sergipe, à Prefeitura Municipal de Aracaju/SE e à Sociedade Eunice Weaver de Aracaju, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.531/2009-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Augusto Bezerra de Assis Filho (Deputado Estadual de Sergipe)

1.2. Entidade: Sociedade Eunice Weaver de Aracaju

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (Secex/SE)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Dar ciência acerca das seguintes impropriedades:

1.6.1. à Prefeitura Municipal de Aracaju/SE: quanto à falta de referência às normas legais aplicáveis à espécie, notadamente a Lei nº 8.666/1993, Instrução Normativa STN 01/997 (art. 6º) e Portaria Interministerial CGU/MF/MP 127/2008 (art. 30, inciso XXI) nos termos de convênios celebrados com previsão de utilização de recursos federais;

1.6.2. à Sociedade Eunice Weaver de Aracaju quanto:

1.6.2.1. ao acréscimo irregular no valor de R$1.072,40 ao Contrato de Fornecimento 07/2006, firmado entre a Sociedade Eunice Weaver de Aracaju e a empresa Real Alimentos Ind. e Com. Ltda. (CNPJ 02.403.172/0001-31), na condução do Convênio 44/2006, pois não se considerou o valor final acordado com a empresa para o Lote III do Pregão Presencial 06/2006;

1.6.2.2. ao pagamento de tarifas bancárias nas contas específicas dos convênios por ela celebrados quando utilizados recursos federais, em afronta ao disposto no art. 8º, inciso VII, da Instrução Normativa STN 01/1997;

1.7.2.3. à ausência de comprovação da publicação no diário oficial do respectivo ente federado dos avisos dos Pregões Presenciais 01/2008, 02/2008 e 03/2008, em que houve utilização de recursos federais, em afronta ao previsto no inciso I do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17/7/2002.

ACÓRDÃO Nº 1039/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV, 17, inciso IV, 143, inciso III, 234, 235, e 237, parágrafo único, 250, inciso II, do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, fazer a comunicação abaixo transcrita e arquivar o processo, dando-se ciência desta deliberação à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.508/2011-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Empresa Wegh Assessoria e Logística Internacional Ltda.

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (Secex-RS)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Dar ciência à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS que a exigência de sede ou filial em edital de licitação contraria o previsto no art. 3º §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, que preceitua ser vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

ACÓRDÃO Nº 1040/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso II, 17, inciso IV, 143, inciso III, e 276 do Regimento Interno, em conhecer da representação a seguir relacionada, para, no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto, tendo em vista a revogação do certame, e arquivar o processo, sem prejuízo de fazer as recomendações abaixo transcritas, dando-se ciência desta deliberação à representante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano:

1. Processo TC-028.540/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Associação Brasileira das Distribuidoras de Combustíveis (Abcom)

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano)

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (Secex/GO)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, para que nas próximas licitações:

1.6.1. não inclua no mesmo lote de uma licitação em que haja disputa apenas pelo item referente a prestação de serviços de gerenciamento de frota, o fornecimento de peças, acessórios e combustíveis, em função da impossibilidade de aferição do menor preço e da exclusividade do comércio de combustíveis conferida pelo art 3º da Resolução ANP nº 8, de 6/3/2007;

1.6.2. demonstre eficiência e economicidade do modelo de gestão de frota a ser eventualmente adotado, comprovando suas justificativas com estudos/pareceres prévios efetuados;

ACÓRDÃO Nº 1041/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, em considerar procedente a representação adiante relacionada, com fundamento no art. 237 do Regimento Interno, e fazer as determinações abaixo transcritas, arquivando-se o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.468/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex-ES)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES (Campus Vitória) que:

1.6.1. seus editais de licitação:

1.6.1.1. não indique, para fins de comprovação de experiência pretérita, serviços que não ostentam significância econômica no contexto do empreendimento, conforme estipula o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicável também aos atestados de comprovação da capacidade técnico-operacional, segundo Decisão Plenária nº 584/2002;

1.6.1.2. não estabeleça, com relação aos mesmos itens de serviço, quantitativos que ultrapassam o razoável e o estritamente necessário para certificação da capacidade técnica, extrapolando, em alguns casos, o máximo aceitável pelo Tribunal, em circunstâncias excepcionais (50% do volume de serviços a executar), em desacordo com o entendimento já consagrado nesta Corte (v.g. Acórdãos n.ºs 1284/2003; 2088/2004; 2656/2007; 608/2008; 2215/2008; 2147/2009 e 1432/2010);

1.6.1.3. não fixe quantitativos mínimos em se tratando de capacidade técnico-profissional, em transgressão à vedação contida na parte final do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, e ao deliberado na Decisão nº 1618/2002 e nos Acórdãos n.ºs 2036/2008, 2882/2008 e 276/2011, todos do Plenário, e 6456/2011-1ª Câmara, entre outros;

1.6.1.4. inclua, nos casos em que admitida a subcontratação, dispositivo claro e direto no ato convocatório acerca das partes que integram o objeto licitado que seriam passíveis de transferência de execução a terceiros;

1.6.1.5. adote procedimento de cotação prévia para formação do referencial de preços, especialmente quanto a itens de serviço de grande relevância financeira no conjunto do empreendimento, recorrendo a, no mínimo, 3 (três) empresas atuantes no ramo, fundamentando nos autos do procedimento licitatório as razões fáticas, na hipótese de não ter sido possível obter aquele número de ofertas válidas;

1.6.1.6. observe, quanto à incidência do percentual de BDI - Bonificação e Despesas Indiretas sobre o custo do mero fornecimento de equipamentos, o Enunciado Sumular nº 253/2010 da jurisprudência predominante desta Corte;

1.6.1.7. explicite, com base em estudos fundamentados, as razões de ordem técnica e econômica nos autos do procedimento licitatório que recomendam o não parcelamento do objeto no tocante a serviços que podem ser licitados autonomamente, sem prejuízo para o conjunto, bem assim a demonstração, pelo órgão licitante, do ganho de escala decorrente da contratação por meio de uma única licitação, na forma determinada pelo art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

1.6.1.8. não indique modelo, marca ou qualquer outro dado indicador de exclusividade nas especificações dos equipamentos a constarem da planilha orçamentária estimativa de preços;

1.6.2. ultime, previamente à publicação de edital visando ao fornecimento e instalação de sistema de climatização para o Bloco de Metalurgia, a ser licitado de forma dissociada do objeto da Concorrência nº 3/2011, a elaboração de memorial descritivo do sistema de ar condicionado e proceda à cotação prévia junto a pelo menos 3 (três) empresas do ramo, preferencialmente de fabricantes distintos, de forma a afastar dúvidas de que as especificações discriminadas na planilha orçamentária da Concorrência nº 3/2011 apontam para uma determinada marca.

ACÓRDÃO Nº 1042/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 1992, 17, inciso IV, e 143, inciso III, 237, inciso VII, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em conhecer da representação a seguir relacionada, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e arquivar o processo, sem prejuízo de se fazer a comunicação abaixo transcrita, dando-se ciência desta deliberação à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.557/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Empresa Cartol Construções e Serviços Ltda. (04.319.796/0001-09)

1.2. Entidade: Universidade Federal de Alagoas - UFAL/MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex/AL)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Dar ciência à Universidade Federal de Alagoas - UFAL sobre as seguintes impropriedades constatadas na Tomada de Preços 6/2011 e na Concorrência 1/2011:

1.6.1. não inclusão de custos com engenheiro, mestre de obra, vigia, alimentação, transporte e equipamentos de proteção individual (EPIs) na planilha orçamentária da obra, afrontando o disposto no art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;

1.6.2. os custos com os elementos mencionados no subitem anterior, quando necessários à execução de uma obra/serviço, devem constar como custos diretos, não devem fazer parte do BDI, conforme jurisprudência deste Tribunal nos Acórdãos nºs 325/2007, 2.158/2008 e 1.678/2011, todos do Plenário.

d) Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (Relação nº 4); e

ACÓRDÃO Nº 1043/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.536/2012-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Helci Cezar Sales (492.200.556-00); Judith Correa Teixeira (859.904.856-20).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais - SRTE/MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1044/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-035.797/2011-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: João Carlos Leão Peixoto (048.850.504-64); Maisa Leão Peixoto (048.850.424-45); Marcia Carrilho Leão Peixoto (411.004.414-68); Maria de Lourdes Cavalcanti (510.286.464-53); Marluza Crisostomo dos Santos (540.266.284-34).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas - SRTE/AL.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1045/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.821/2011-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Derly Cafiero Batalha (042.511.116-48); Eulalia Valerio de Carvalho (901.071.106-44); Irene Chagas Soares (558.081.407-06); Maria da Conceição Freire Santos (820.332.776-15).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais - SRTE/MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1046/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **a**, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos Srs. Rodrigo Costa da Rocha Loures, Carlos Sérgio Asinelli, Antonio Bento Rodrigues Pontes e Osvaldo Davet regulares com ressalva e dar-lhes quitação, e, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **a**, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos demais responsáveis regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.490/2006-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2005)

1.1. Responsáveis: Rodrigo Costa da Rocha Loures, CPF 002.928.269-15; Carlos Walter Martins Pedro, CPF 252.802.799-00; José Canisso, CPF 232.509.419-72; José Roberto Hoffmann, CPF 185.749.719-87; Wilson Bill, CPF 171.762.559-20; Élcio José Rimi, CPF 814.412.908-34; Ramon Andrés Dória, CPF 005.105.059-53; Renê Oscar Pugsley Junior, CPF 059.256.069-49; Ronaldo Piazzalunga, CPF 349.171.449- 49; Sebastião Antonio Batista, CPF 045.675.369-91; Fernando Antonio Maia Camargo, CPF 201.021.439-00; João Francisco Miranda Ribas, CPF 575.859.209-97; João Noma, CPF 005.380.439-20; Eden Januário Netto, CPF 335.464.449-49; Marcus Aurélius Stier Serpe, CPF 316.810.859-68; Geraldo Serathiuk, CPF 360.145.919-15; Elias Martins, CPF 264.300.377-20; Carlos Sérgio Asinelli, CPF 080.459.339-68; Fabiano de Castro Rauli, CPF 716.450.989-15; Luiz Henrique Bucco, CPF 359.799.339-72; Antonio Bento Rodrigues Pontes, CPF 028.870.538-68; Ovaldir Nardin, CPF 002.992.359-04; José Sangenito da Silva, CPF 017.740.939-87; Osvaldo Davet, CPF 004.674.999-34; Silmara Lucia Vilseque Corcini, CPF 845.277.739-68.

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional no Estado do Paraná - Senai/PR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Paraná (Secex/PR).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1047/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea **a**, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação e fazer a seguinte determinação, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao interessado, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/TO:

1. Processo TC-000.522/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Tocantins - Incra/SR/TO - MDA.

1.2. Órgão/Entidade: Cooperativa de Profissionais do Vale do Araguaia - COOPVAG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Tocantins (Secex/TO).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações:

1.6.1. à Superintendência Regional do Incra no Estado de Tocantins que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da ciência desta deliberação, conclua, se ainda não o fez, a apreciação da prestação de contas referente ao Convênio n. 700478/2008 (Siafi n. 636.889), firmado com a Cooperativa de Profissionais do Vale do Araguaia - COOPVAG, apresentando a este Tribunal, ao término do prazo, as conclusões obtidas, inclusive quanto à eventual necessidade da instauração de Tomada de Contas Especial, caso necessário;

1.6.2. à Secex/TO que monitore o cumprimento da determinação **supra**.

ACÓRDÃO Nº 1048/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea **a**, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao interessado, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/GO:

1. Processo TC-001.064/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás - TCM/GO.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Castelândia/GO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Goiás (Secex/GO).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações:

1.6.1. à Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual em Goiás que, no prazo de 90 (noventa) dias:

1.6.1.1. conclua, se ainda não o fez, e remeta à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/GGU) a tomada de contas especial instaurada pela Portaria n. 478/2010, concernente ao Convênio n. 618/2005 (Siafi n. 554.513), celebrado com o Município de Castelândia/GO, informando, em seguida, a esta Corte sobre o cumprimento da providência;

1.6.1.2. encaminhe a este Tribunal cópia dos relatórios de acompanhamento parciais e/ou conclusivo acerca da execução do Termo de Compromisso - PAC n. 782/2008, celebrado com o Município de Castelândia/GO, esclarecendo, se for o caso, sobre as providências adotadas pela unidade quanto às irregularidades eventualmente identificadas;

1.6.2. à Secex/GO que monitore o cumprimento das determinações **supra**.

ACÓRDÃO Nº 1049/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea **c**, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da 5ª Secex:

1. Processo TC-004.478/2006-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: TC-033.064/2008-8 (Representação); TC-006.429/2010-6 (Representação); TC-022.548/2007-5 (Denúncia); TC-000.795/2011-9 (Cobrança Executiva); TC-000.794/2011-2 (Cobrança Executiva); 020.171/2006-4 (Representação).

1.2. Interessada: 5ª Secretaria de Controle Externo (Secex-5).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.5. Unidade Técnica: Secex-5.

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. ao Conselho Federal de Medicina Veterinária que:

1.7.1.1. proceda à adoção das medidas necessárias à cobrança dos débitos e à imposição das penalidades administrativas às empresas AT Arquitetura e Construções Ltda. e Rio Platense Construções Projetos e Consultoria Ltda., conforme apurado no Processo Administrativo n. 1.197/2006, até a data limite em que não prescrevam as respectivas ações e desde que não haja determinação juudicial específica a respeito que impeça a prática dessas medidas;

1.7.1.2. que, no prazo de 180 dias, comunique a esta Corte de Contas as medidas adotadas para o atendimento da determinação 1.7.1.1 **supra**, acompanhada da pertinente documentação probatória.

ACÓRDÃO Nº 1050/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, e, com base no art. 47, **caput**, da Lei n. 8.443/1992, converter os autos em Tomada de Contas Especial, encaminhando-os à Secex/TO para a realização das citações nos termos propostos pela unidade técnica, além de enviar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao interessado, de acordo com o parecer da Secex/TO:

1. Processo TC-006.386/2011-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC-012.858/2011-0 (Representação).

1.2. Interessado: Procuradoria da União no Estado de Tocantins - AGU/TO.

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Tocantins - SRTE/TO.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Tocantins (Secex/TO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1051/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea **a**, e 237, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação e encaminhar cópia desta deliberação ao interessado, informando acerca da realização de auditoria, em 2012, na aplicação de recursos federais destinados à realização de festas e eventos em Santa Catarina, promovendo-se, oportunamente, o seu apensamento ao referido processo de fiscalização a ser autuado:

1. Processo TC-015.664/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina - PR/SC - MPF.

1.2. Órgão/Entidade: GDO Produções Ltda.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex/SC).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1052/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea **a**, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação e encaminhar cópia desta deliberação ao interessado, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-029.062/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Superintendência Regional do Departamento de Policia Federal no Estado de Santa Catarina - SR/DPF/SC - MJ.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palhoça/SC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex/SC).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações:

1.6.1. à Secex/SC que:

1.6.1.1. encaminhe cópia dos autos ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, para que esse proceda, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência desta deliberação, à avaliação da prestação de contas dos recursos repassados mediante o Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE à Prefeitura de Palhoça/SC, instaurando, caso necessário, a respectiva tomada de contas especial, informando a este Tribunal, ao término do prazo, as conclusões obtidas;

1.6.1.2. monitore o cumprimento pelo FNDE da determinação supra.

e) Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (Relação nº 5).

ACÓRDÃO Nº 1053/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.888/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo de Tarso Salomão (CPF 270.952.158-04).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1054/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-026.891/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Genaro de Oliveira Pinheiro de Menezes (CPF 177.667.887-72); Tania Maria Lobo Pereira da Costa (CPF 194.302.564-91); e Zeneide Gomes da Costa (CPF 024.132.304-59).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1055/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.895/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Licélia Ribeiro (CPF 290.779.909-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1056/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.096/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adeilson Santos Pereira (CPF 004.873.625-27); Ellise Maria Gomes Costa (CPF 889.813.983-72); Laura Stefânia Sousa Bernardes (CPF 284.273.628-11); Monica Cristina Ramos Bastos (CPF 779.373.335-53); Paula Dantas Barbosa Mascarenhas Rosa (CPF 009.275.225-00); e Rafael de Santana Bastos (CPF 023.310.085-74).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1057/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.098/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aldy Mentor Couto Melo Neto (CPF 882.408.943-72); Ana Paula Santos Figueiredo (CPF 991.270.245-04); Caroline Bastos Caetano (CPF 786.410.395-20); Cicero Lacerda de Carvalho (CPF 838.440.583-20); Clarissa Mirian Coelho Seixas (CPF 825.511.625-72); Daniel Rubens Santiago da Silva (CPF 814.400.573-20); Daniele Karine Moreira da Silva (CPF 799.589.313-20); Fernanda Brandão de Araújo (CPF 086.682.987-39); Igor Antunes Silveira (CPF 629.662.863-34); João Paulo Colares de Andrade (CPF 624.558.343-87); Julio Rodrigues de Carvalho (CPF 631.600.213-00); Liliam Karla Diniz Soares (CPF 625.196.383-20); Marcos Vinicius Ramos dos Santos (CPF 618.534.533-15); Maria Veronica Lima de Araujo (CPF 913.876.803-82); Paula Said Fontenele (CPF 647.481.033-53); Raquel Machala Klein (CPF 053.787.126-88); Renan Vasconcelos Mazza (CPF 021.747.133-14); Rodolfo Otaviano do Rego (CPF 010.488.104-61); Yara Cassiano de Araujo (CPF 616.919.253-49); e Zayda Torres Lustosa Coelho (CPF 754.949.733-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1058/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.099/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Gomes Borges Santos (CPF 897.840.734-04); Barbara Kelly Lessa Short Bonolo (CPF 009.696.184-84); Bianca Nogueira do Nascimento Lima Costa (CPF 573.035.251-49); Cristina Carrijo Galvão (CPF 778.369.101-30); Fadua Helou Netto (CPF 026.528.921-18); Guilherme Medeiros Fernandes (CPF 010.488.571-82); Leydiane Rodrigues Carvalho da Silva Motta (CPF 020.341.811-58); Patricia de Almeida Pinto (CPF 111.679.057-25); e Talmo Tavares (CPF 603.172.211-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - TRT/DF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1059/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.101/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Christiane Dominique Kunzi (CPF 144.691.728-20); Cristina Glória de Freitas Araujo (CPF 495.862.624-72); Deborah Carneiro Assunção (CPF 054.919.354-50); Diêgo Machado Diniz (CPF 068.880.166-84); Ivan Jordano Barros Vale (CPF 037.913.976-64); Joice Mara Fernanda Cunha Cateb (CPF 338.558.778-66); José Mauro Guimarães Silva Cavalcanti (CPF 086.841.497-26); Juliana Patrício Borges (CPF 037.704.596-95); Lauro Ericksen Cavalcanti de Oliveira (CPF 052.893.394-93); Leandro Wehdorn Ganem (CPF 082.790.196-85); Leonardo Almeida Cavalcanti (CPF 805.443.635-15); Lílian Marins Cavalieri D'Oro (CPF 012.711.406-83); Marina Heloiza Maia (CPF 059.757.066-37); Paula Fontes Prado Otoni (CPF 074.859.236-92); Priscila La Gatta Carminate (CPF 083.185.006-01); Raphael Diniz da Silva (CPF 089.647.136-56); Tatiana Calábria Tahan Sab Guimarães (CPF 036.673.236-62); Túlio Cézar Franchini (CPF 646.261.996-15); Ubirajara Resende Costa (CPF 063.977.996-46); e Vivian Magalhães Maia (CPF 055.998.206-29).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1060/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.103/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleonaldo Andrade Freire (CPF 724.554.895-15) e Marilia Litwak Neves (CPF 039.743.334-44).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1061/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.104/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Correa de Paula (CPF 026.334.370-79); Antonio Lucas Neres de Oliveira Barros (CPF 024.107.755-94); Caroline Guerra (CPF 010.775.490-83); Charline Zuchelo de Morais (CPF 047.112.499-07); Cintia Barcellos Fernandes (CPF 931.908.080-15); Eduardo Chavez Pina Ribeiro (CPF 053.710.539-56); Eduardo Zaiats (CPF 709.375.160-15); Kezia Borba Borges (CPF 229.697.278-03); Lais Manica (CPF 013.034.610-13); Luiz Felipe Rocha Salomão Junior (CPF 982.947.920-04); Luiz Paulo da Silva (CPF 888.762.416-04); Mìleice Maria da Silva Correa (CPF 022.819.460-10); Pedro Lorenzi Breier (CPF 013.032.460-40); e Rafael Serpa Bassetti (CPF 001.019.540-85).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1062/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.105/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Pais Valadares (CPF 052.689.837-25); Aline Baptista de Souza (CPF 088.582.777-59); Anderson Aragao da Rocha (CPF 092.444.857-10); Camila de Lima Bastos (CPF 098.817.427-81); Carla Santana dos Santos (CPF 105.787.377-28); Daniel Schimith de Freitas (CPF 102.917.007-05); Denise Souza da Silva (CPF 004.625.266-58); Domitila Jeronimo de Moura Guedes (CPF 045.987.524-83); Elisa Bitencourt Haddad (CPF 084.414.697-84); Estevao de Figueiredo Cellin (CPF 056.616.667-48); Felipe Guedes da Fonte Andrade (CPF 040.083.724-23); Felipe da Costa Cavalcanti (CPF 058.164.707-60); Fernanda Araujo de Lemos (CPF 052.216.837-09); Flavia Farias Baptista de Souza (CPF 034.452.017-06); Flavia de Oliveira Manhaes (CPF 088.662.137-21); Igor Lordello Guerreiro Alves (CPF 865.915.847-49); João Augusto Colares Cruz (CPF 548.496.403-20); João Paulo Setta Moritz (CPF 106.006.507-07); Joice Rangel Balbino (CPF 086.839.507-27); Jose Francisco Toledo Theodoro (CPF 947.070.227-15); Karla Fernanda Valle (CPF 102.474.807-38); Leandro Saraiva Costa (CPF 081.772.227-08); Leandro dos Santos Ferreira (CPF 056.448.497-08); Licia Bonesi Jardim (CPF 090.824.447-98); Luciana Iorio Queiroz (CPF 023.945.247-07); Luciola da Rocha e Santos (CPF 969.514.861-15); Marcelo Caldas Mattos Vieira (CPF 993.646.707-87); Marcelo Jacob Estrella Akersztejn (CPF 016.736.557-69); Marcelo Moura Sobrinho (CPF 008.855.777-44); Maria do Carmo Faria Leal da Cunha e Silva (CPF 519.845.477-04); Michel de Souza Quintal Erculano (CPF 115.438.067-08); Monica Solti (CPF 004.921.007-64); Nelio da Silva de Carvalho (CPF 102.640.027-92); Octavio Bandeira Machado (CPF 817.822.415-15); Patricia de Santana Porto (CPF 041.596.347-88); Paula Picanço da Silva de Carvalho Queiroz (CPF 073.279.887-69); Rafael Rene Leal Remiro (CPF 055.180.997-38); Rafael de Oliveira Miranda (CPF 058.989.217-70); Regina Celia de Oliveira Jordão (CPF 018.293.887-54); Rita de Cassia Leal Martins Costa (CPF 056.478.017-06); Rita de Cassia de Oliveira Cortes (CPF 103.188.427-00); Roger Monteiro Ratamero (CPF 130.636.257-10); Thais Vilas Boas de Souza (CPF 056.469.737-08); e Valdir Romão de Brito (CPF 662.816.528-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1063/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.109/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Boscarino Rubino (CPF 092.769.147-73); Alessandra Gonçalves das Chagas (CPF 033.692.886-64); Alexandre Pereira Franco (CPF 110.874.417-65); Aline Oliveira de Souza (CPF 000.192.525-36); Amanda Cristina de Andrade Hara (CPF 318.588.008-03); Ana Carolina Cabral de Mello (CPF 278.312.578-10); Ana Catarina Duarte de Figueiredo Rodrigues (CPF 009.603.434-31); Ana Elisa de Freitas Faeddo (CPF 125.697.868-02); Ana Maria dos Santos Lopes (CPF 218.909.118-79); Ana Paula Moura Pessoa de Carvalho (CPF 712.718.483-68); Ana Paula Rocha e Silva (CPF 067.061.286-35); Anderson Relva Rosa (CPF 226.555.458-85); Andressa Knaut Kwiatkowski (CPF 028.019.809-43); Andressa Santos Carreiro (CPF 046.167.724-52); Anna Robertha Souza Cavalcanti (CPF 060.268.194-44); Antonio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fernando Henriques (CPF 304.997.768-01); Antonio Jose Ferraz Junior (CPF 639.842.453-00); Ariane Kabata (CPF 331.524.928-80); Brenna Souza Lacerda (CPF 066.390.586-93); Bruno Amado Lia (CPF 219.858.848-01); Bruno Occhi (CPF 324.561.868-93); Camila Aparecida Vieira Pereira (CPF 217.309.098-41); Camila Rodrigues Mendes de Brito (CPF 993.268.331-00); Carmélia Margarida Gontijo S. Assunção Montezuma Andalécio (CPF 012.742.826-75); Carolina Maria Campagnolo Gimenes (CPF 051.759.039-50); Carolina Maria Nicotra Costa (CPF 330.830.238-12); Caroline dos Santos Pessanha (CPF 057.085.057-61); Cassia Mangueira Annunziato (CPF 272.807.148-97); Celia Cavalcanti Cerqueira de Freitas (CPF 940.446.865-72); Cicero Mateus de Andrade (CPF 120.110.728-83); Cinthia Cristina Miranda de Souza (CPF 307.350.068-57); Cinthian Rodrigues Nagatomy Afonso (CPF 290.201.438-40); Cintia Canali Genta (CPF 749.275.660-72); Claudia Rosa Tasinazio (CPF 084.597.158-17); Cristiano de Mello (CPF 954.720.969-87); Cristina Harumi Abe (CPF 049.019.138-08); Cristina Maria Abe (CPF 223.342.178-75); Cristina Resano Rodrigues (CPF 113.872.348-70); Cíntia Yumi Adachi (CPF 253.094.648-59); Daiane de Fátima Soares Fontan (CPF 056.190.054-02); Daniel Clovis Freitas Pimentel (CPF 051.813.594-26); Daniel Oliveira Maia (CPF 300.702.308-46); Daniele de Oliveira Vieira (CPF 313.811.048-78); Dayton Donetts Diniz Junior (CPF 226.207.318-01); Debora Milhossi de Mello (CPF 308.290.158-17); Debora Rodrigues Caldas (CPF 146.656.168-84); Denis Glauber de Carvalho (CPF 255.247.928-65); Denise Ribeiro Franco Fonseca Santos (CPF 000.896.743-16); Denize Akemi Uehara (CPF 118.690.188-85); Diogo Ferreira Beltrão (CPF 058.945.354-84); Divina das Graças Torres (CPF 422.540.516-87); Débora Valera Garcia Rosa (CPF 140.517.818-36); Edson Yoshiaki Kawaoku (CPF 265.362.128-27); Eduardo Pereira Galindo (CPF 633.763.505-15); Elaine Maiumi Miura (CPF 267.450.638-59); Elaine Martins da Silva Marsula (CPF 171.234.728-45); Elayne Aparecida Mesquita Batiston Cruz (CPF 694.035.976-15); Elcio Campos Aragão (CPF 952.803.676-72); Eliane Mitiko Yamazaki (CPF 147.462.318-26); Fabrício Sperandio Picinati (CPF 022.856.827-78); Fabíola de Sousa Costa (CPF 222.153.988-50); Fernanda Bettini Clasen (CPF 026.555.289-30); Fernanda Felice dos Santos Ribeiro (CPF 224.351.868-60); Fernanda da Silva Cardoso (CPF 969.205.721-68); Fernando Moura Machado (CPF 105.276.197-60); Fernando Sukeyosi (CPF 050.359.484-98); Fernando Viegas Fernandes (CPF 275.787.438-13); Fernando de Almeida Ricardo (CPF 294.897.938-25); Flavia Silva Araujo Peixoto (CPF 049.685.956-03); Francisco José Santaella Galvão (CPF 149.399.478-66); Gerson Almeida Sales (CPF 039.736.044-44); Gilmar Fernandes de Oliveira (CPF 008.797.808-35); Guiomar Rocha Pereira Magalhães Bittencourt (CPF 064.227.074-01); Gustavo Pontes Jacunskas (CPF 276.758.108-56); Helen Cristina Aiala Pimenta Feliciano (CPF 833.615.021-87); Hugo Leonardo Reis Ramos (CPF 712.515.021-72); Igor Damasceno de Lima (CPF 099.685.747-83); Isabel Costa Rego (CPF 057.881.306-89); Janaina Dias Duarte Martins (CPF 982.602.511-91); Janaina Santos Barros (CPF 254.665.168-48); Jean Marcell Brandão Silva (CPF 705.771.611-72); Jorge Formenton (CPF 256.026.378-50); José Alexandre Fonseca Justino (CPF 052.202.848-94); José Anchieta Gonçalves Junior (CPF 032.622.556-02); José Mário Ribeiro do Prado (CPF 315.503.858-60); José Roberto de Moura Junior (CPF 282.730.538-06); João Luis Calabrese (CPF 324.056.058-56); Juliana Gomes de Oliveira (CPF 040.383.166-02); Julio Cesar Neves Azevedo Filho (CPF 320.680.448-54); Júnia Maria Ananias de Sillos Rodrigues (CPF 223.913.968-48); Karen Julie Ng Baldi (CPF 310.780.378-25); Karima Hallack Sarkis (CPF 059.716.336-78); Karoline Bernardes Tenorio Cavalcante (CPF 008.351.774-08); Kelly Cristine Oliveira Carlos (CPF 287.452.638-09); Kátia Dividino de Marque (CPF 178.428.708-37); Laura Ciorlia Romero Garrido Violante (CPF 064.987.548-69); Lauren de Cássia Baggio Piva (CPF 146.994.218-65); Leandra Maria Leal de Sant´anna (CPF 939.022.635-04); Leonardo Antunes Zandoná (CPF 368.848.618-86); e Érica Suguiura (CPF 329.851.158-76).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1064/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.110/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Liliam Kimie Taguchi (CPF 959.321.439-91); Lira Harue Morishita (CPF 095.300.098-28); Lisianne de Castro Antero (CPF 890.926.433-00); Luciana Cordeiro Lima Gonçalves (CPF 260.234.148-77); Luciana Fernandes Costa do Nascimento (CPF 316.309.078-80); Luciana Meira Alves (CPF 148.139.608-04); Luciano Melo de Carvalho Filho (CPF 013.744.075-85); Ludmilla Ferreira de Souza (CPF 906.916.011-00); Luiz Antônio Soares do Nascimento (CPF 069.829.758-00); Luiz Felipe Rangel Barboza Calzavara (CPF 161.357.278-69); Luiz Henrique do Carmo Schmidt (CPF 263.521.638-07); Magali Foresto Barcellos (CPF 085.238.188-39); Marcela Sabadini Vicente (CPF 043.638.136-28); Marcio Pedrassolli Felipe (CPF 287.868.648-90); Marcos Antonio Fernandes de Mendonça (CPF 124.375.268-89); Maria Isabel Rossi de Almeida Cardia (CPF 321.859.658-08); Maria do Carmo Fortes Corrêa de Menezes (CPF 823.359.075-49); Mariana Almeida Moreira (CPF 895.765.863-72); Mariana Cristina Galante Nogueira (CPF 339.061.278-50); Maristela Lopes Barboza (CPF 350.518.078-52); Natália Viveiros de Brito (CPF 303.251.948-90); Nivaldo Gulhote (CPF 187.777.258-59); Paula Schatz de Gusmão Lyra (CPF 046.468.634-21); Paulo Fernando Kikuchi Negrão (CPF 224.813.018-03); Roberto Abdallah Curi (CPF 161.904.798-55); Roberto Zeiger (CPF 062.965.988-58); Rodrigo Rebouças dos Reis (CPF 809.909.915-04); Rodrigo Souza Dias do Nascimento (CPF 816.580.365-49); Simone Kamimura (CPF 655.381.106-72); Tailita Batista Teixeira (CPF 819.378.063-91); Talitha Anne Gomes de Medeiros Araújo (CPF 003.527.583-92); Tamis Santos Faustino (CPF 296.986.798-20); Thiago Andrade Barroso (CPF 012.900.046-92); Thiago Pereira Mota (CPF 228.708.608-03); Thiago Souza Barros (CPF 096.824.947-70); e Victor Brum Calaça (CPF 246.693.758-14).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1065/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.113/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabricia Carolina de Aguiar Camargo (CPF 923.008.041-15); Merilyn Sartor Schmitz (CPF 716.172.481-34); Patrick Bruno Ruas Guimarães (CPF 011.358.861-56); e Sophia Matokanovic (CPF 648.808.423-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho - TST.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1066/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.818/2011-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alberto Gaspar Neto (CPF 701.206.171-53); Alice Marques Gonçalves (CPF 223.587.901-25); Breno Gallina (CPF 004.767.591-88); Camila Francielli Oerning (CPF 004.511.839-67); Cherry Watanabe Terada (CPF 102.262.141-68); Daila Ramalho Dias de Souza (CPF 058.232.513-78); Dariza Ramalho Dias de Souza (CPF 058.232.553-65); Dirce Barcellos e Albuquerque (CPF 023.525.167-49); Dolores Ferreira da Silva (CPF 438.409.497-34); Elenita Soares Correia (CPF 265.732.701-00); Iraci Afonso de Moura (CPF 074.555.341-91); Karla Simoni Oerning (CPF 018.224.589-60); Leodito Luiz de Faria (CPF 024.098.951-15); Maria Arlete da Silva Azevedo (CPF 051.394.711-67); Maria Henriqueta de Jesus (CPF 014.399.049-79); Maria Terezinha Mendes Teles (CPF 013.180.721-82); Mauro Lemos de Oliveira (CPF 001.461.371-91); Paloma Coelho da Conceição Campos Moreira (CPF 942.050.511-15); Raquel Maria de Jesus (CPF 014.833.999-90); Regina Paulo do Nascimento Gaspar (CPF 774.549.361-72); Rosangela Suelde Ramalho Dias de Souza (CPF 295.983.543-34); Sueli Emilia Oerning (CPF 004.500.549-42); Sueli Nascimento Gaspar Filha (CPF 701.206.411-00); Sueli do Nascimento Gaspar (CPF 536.900.521-49); Thiago Barcellos e Albuquerque (CPF 852.637.451-68); Vania Fatima de Carvalho Moreira (CPF 461.748.771-91); Vera Lucia Rodrigues da Costa (CPF 035.712.441-33); Vilma Cunha Cardoso (CPF 001.862.361-15); e Vilma Guimarães de Araujo (CPF 504.071.711-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1067/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Antonio Carlos Felix Ribeiro, CPF 149.486.991-87, e julgar regulares com ressalva as contas do referido responsável, dando-lhe quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.077/2009-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antonio Carlos Felix Ribeiro (CPF 149.486.991-87).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (Secex-6).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1068/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a presente tomada de contas especial, autuada em decorrência da conversão do TC-016.831/2004-4, determinada pelo Acórdão 993/2010-TCU-Plenário, tem como objeto a apuração de irregularidades constatadas nas contratações da empresa Conservo Brasília Serviços Gerais Ltda. pela Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça, no âmbito do Contrato 8/2001;

Considerando que nos presentes autos já foram realizadas 9 (nove) citações, sete das quais já foram atendidas;

Considerando que a Comissão de Tomada de Contas Especial da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça encaminhou à 6ª Secex, em 7/12/2011, o Ofício 001/2011-CTCE/SE/MJ, no qual informa a instauração, por meio da Portaria 2090/2011-SE/MJ, de 17/11/2011, de tomada de contas especial com vistas a apurar a ocorrência de pagamentos indevidos realizados à empresa Conservo Brasília Serviços Gerais Ltda., no âmbito dos contratos de prestação de serviços 1/2000, 9/2000, 3/2001 e 8/2001;

Considerando, dessa forma, a relação de continência entre os dois feitos, sendo que o processo instaurado pelo Ministério da Justiça tem escopo mais abrangente, abarcando, além do Contrato 8/200, os de nºs 1/2000, 9/2000, 3/2001;

Considerando, ainda, a possibilidade de que as constatações na tomada de contas instaurada pelo Ministério da Justiça afetem o mérito dos presentes autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, c/c os arts. 33 e 39 da Resolução TCU 191/2006, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até que a tomada de contas especial instaurada pelo órgão competente dê entrada neste Tribunal, quando a ela deverão ser apensados os presentes autos para tramitação conjunta, sem prejuízo de fazer, ainda, a seguinte determinação:

1. Processo TC-013.343/2010-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-016.831/2004-4 (DENÚNCIA).

1.2. Responsáveis: Adriana Lopes Lacerda (CPF 611.518.231-04); Célia Maria Silva (CPF 215.119.771-91); Conservo Brasília Serviços Técnicos Ltda. (CNPJ 00.009.282/0001-98); Eduardo Miranda Lopes (CPF 635.565.101-20); Hélio Barbosa da Silva (CPF 245.565.801-53); João da Cruz Naves (CPF 112.730.971-49); Lilian de Azevedo Gonçalves (CPF 153.307.881-53); Paulo Cézar Magalhães Cézar (CPF 143.887.231-34); Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior (CPF 398.896.531-68); e Victor João Cúgola (CPF 135.881.686-72).

1.3. Órgão/Entidade: Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (Secex-6).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Comissão de Tomada de Contas Especial da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça que encaminhe à Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, no prazo de 60 (sessenta) dias, o processo 08004.002686/2011-14, referente à tomada de contas especial instaurada mediante a Portaria 2090/2011-SE/MJ, de 17/11/2011.

ACÓRDÃO Nº 1069/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas simplificada do Comando da 1ª Região Militar, exercício de 1998;

Considerando que três dos responsáveis nos presentes autos, Srs. Adilson Alves Pinheiro, Airton Quintella de Castro Menezes e Celso Ricardo Souto Maluf, respondem por atos de gestão supostamente irregulares, que estão sendo apurados no TC 015.604/2007-6, tomada de contas especial cujo escopo abrange as gestões dos exercícios de 1991 a 2003 do Comando da 1ª RM, atualmente em fase de citação;

Considerando, portanto, que as contas dos citados responsáveis devem ser sobrestadas até a apreciação final do TC 015.604/2007-6, haja vista o potencial impacto deste na avaliação de suas gestões no exercício de 1998;

Considerando que os demais responsáveis constantes dos presentes autos podem ter suas contas desde logo julgadas regulares com quitação plena, vez que não foram identificadas falhas ou irregularidades em seus atos de gestão;

Considerando, por fim, os pareceres coincidentes da unidade técnica e do MPTCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em julgar regulares as contas dos Srs. Daniel da Silva

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Cavalcanti (CPF 887.224.147-20); Marco Antônio Freire de Holanda (CPF 469.738.697-34); Mário Rodrigues Machado (CPF 367.338.817-72); e Sérgio Gomes Novo (CPF 227.699.17-68), dando-lhes quitação plena; e com fundamento no art. 157 do Regimento Interno/TCU, sobrestar as contas dos Srs. Adilson Alves Pinheiro (CPF 097.156.067-68); Airton Quintella de Castro Menezes (090.632.420-34); Celso Ricardo Souto Maluf (059.065.390-34), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.450/1999-0 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 1998)
1.1. Responsáveis: Adilson Alves Pinheiro (CPF 097.156.067-68); Airton Quintella de Castro Menezes (090.632.420-34); Celso Ricardo Souto Maluf (059.065.390-34); Daniel da Silva Cavalcanti (CPF 887.224.147-20); Marco Antônio Freire de Holanda (CPF 469.738.697-34); Mário Rodrigues Machado (CPF 367.338.817-72); e Sérgio Gomes Novo (CPF 227.699.17-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da 1ª Região Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1070/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conceder ao FNDE a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo para cumprimento da determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão nº 10.598/2011 - TCU - 2ª Câmara, conforme solicitado pelo Chefe de Gabinete do FNDE, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele anteriormente concedido, o que se deu em 3/2/2012:

1. Processo TC-001.570/2008-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apenso: TC-033.534/2008-6 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.
1.3. Órgão/Entidade: Município de Porto Alegre - RS.
1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (Secex-RS).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1071/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso III, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em não conhecer da presente Representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.749/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Sr. Manoel Gabriel dos Santos, prefeito municipal de Barra do Mendes - BA.
1.2. Órgão/Entidade: Município de Barra do Mendes - BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (Secex-BA).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Secex/BA que:
1.6.1. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, ao interessado;
1.6.2. encaminhe cópia da instrução técnica e da presente deliberação ao FNDE para ciência e eventual adoção das providências que entender pertinentes;
1.6.3. arquive o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 1072/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir de documentação encaminhada pelo Procurador da República Alexandre Ribeiro Chaves, contendo cópia integral do Procedimento Administrativo MPF/PR/RJ nº 1.30.012.000172/2011-11, que investiga supostas irregularidades perpetradas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT - 1ª Região quando da troca do **software** livre *BrOffice* pelo pacote *Office 2010* da empresa *Microsoft Corporation*;

Considerando que o TRT - 1ª Região realizou o Pregão Eletrônico nº 113/2010 (Processo TRT-SOF nº 272/2010), cujo objeto era a aquisição de licenças do pacote *Office 2010* da empresa *Microsoft Corporation*, ao valor total estimado de R$ 3.042.998,24 (três milhões, quarenta e dois mil, novecentos e noventa e oito reais, e vinte e quatro centavos);

Considerando que a Secex/RJ, com vistas a esclarecer o motivo da troca do *software livre BrOffice* pelo pacote *Office 2010* da empresa *Microsoft Corporation*, realizou diligência ao TRT;

Considerando que, em resposta à diligência acima referenciada, o TRT - 1ª Região informou o que se segue:

- O processo de licitação foi realizado em 13/12/2010, com participação de 11 (onze) empresas disputando o lote 1, correspondente a 150 unidades da suíte modelo Professional Plus, tendo sido negociado ao valor de R$ 98.239,50 (noventa e oito mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos), e o lote 2, correspondente à 4108 unidades da suíte modelo Standart, envolvendo a participação de 10 (dez) empresas, negociado ao valor de R$ 1.947.767,10 (um milhão, novecentos e quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e sete reais e dez centavos);

- A arrematante dos dois lotes licitados, ao valor de R$ 2.045.965,54 (dois milhões, quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), empresa Processor Informática S.A., CNPJ nº 92.232.081/0001-73, é credenciada pela Microsoft Corporation conforme documento autuado à peça 22 fls. 5 dos autos, o que lhe confere a condição necessária para fornecer os produtos em questão. E o custo da contratação em análise foi estimado dentro de critérios estabelecidos pelo TRT-1ª Região, tendo sido referenciado por preços de 5 (cinco) empresas aptas a participar do certame;

- A contratada forneceu todas as informações necessárias para a emissão dos certificados e chaves de licenciamento dos produtos, ambos indispensáveis para a perfeita instalação nos computadores daquele Tribunal;

- No site do TRT - 1ª Região consta a informação de que o objetivo da aquisição do pacote Microsoft Office 2010 é melhorar as condições de trabalho e, consequentemente, a produtividade. E o uso do pacote BrOffice, **software** livre e gratuito, apesar de atender às necessidades básicas dos usuários, na prática apresentava limitações, principalmente em relação ao intercâmbio de informações e arquivos com órgãos do Poder Judiciário e instituições públicas que não adotaram o BrOffice como padrão de suíte de automação de escritórios;

- O uso do **software** livre e gratuito ocasionava retrabalho frequente;

Considerando que a unidade técnica, ao analisar a documentação encaminhada pelo TRT - 1ª Região, concluiu que há limitações quanto ao intercâmbio de informações e arquivos com órgãos do Poder Judiciário e Instituições Públicas que não adotaram o *BrOffice* como padrão de suíte de automação de escritórios, ocorrendo frequente retrabalho decorrente do uso dos **software** até então em uso no órgão;

Considerando que a Secex/RJ, verificou, ainda, que o valor da aquisição do objeto, R$ 2.045.965,54 (dois milhões, quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), ficou 33% (trinta e três) abaixo do estimado, R$ 3.042.998,24 (três milhões, quarenta e dois mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), valor este decorrente de pesquisa de preços efetuada pela Secretaria de Tecnologia da Informação - STI, peça 8 fls.20 § 2º;

Considerando, além disso, a inexistência, no processo de licitação do Pregão Eletrônico nº PE-113/10, Processo nº TRT-SOF-272/10, de indícios de irregularidade que possam ter comprometido a regular aquisição do **software** em questão;

Considerando, por fim, a inexistência de obrigatoriedade, na Administração Pública Federal, da utilização de programas abertos como, por exemplo, o *BrOffice*, apesar de ser o Governo Federal um incentivador do uso **software** livre;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 235, 237, inciso I e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.705/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro - MPF/MPU.
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Secex/RJ que:
1.6.1. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, ao Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro, Sr. Alexandre Ribeiro Chaves.
1.6.2. arquive os presentes autos.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA
(a serem apreciados em relação)

Foram excluídos da pauta, ante requerimento formulado pelos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nºs 000.790/2011-7, 000.886/2012-2, 000.913/2012-0, 003.052/2012-5, 003.842/2011-8, 006.046/2011-8, 007.376/2011-1, 007.396/2010-4, 007.415/2010-9, 007.508/2010-7, 007.514/2010-7, 009.722/2009-0, 013.749/2011-0, 013.751/2011-5, 016.429/2011-7, 017.211/2006-0, 017.578/2008-1, 019.537/2008-8, 019.831/2007-2, 020.498/2010-1, 025.626/2010-8, 026.066/2011-4, 027.474/2007-2, 029.047/2010-2, 029.074/2010-0, 029.402/2008-0, 031.145/2011-6, 031.315/2011-9, 033.474/2011-7, 033.488/2011-8, 033.680/2010-8, 033.980/2011-0 e 035.177/2011-0 (Ministro Aroldo Cedraz);

b) nº 020.339/2009-2 (Ministro José Jorge):

d) nºs 013.350/2011-0 e 028.758/2011-0 (Ministro-Substituto André Luís de Carvalho).

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento e à apreciação, de forma unitária, dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta sob o nº 5, organizada em 23 de fevereiro corrente, havendo a Segunda Câmara aprovados os Acórdãos de nºs 1073 a 1110, que se inserem no Anexo desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Procs. nºs 012.881/2005-6, 012.164/2007-3, 025.969/2007-0, 015.009/2009-6, 015.291/2009-6, 019.375/2010-7, 000.912/2012-3 e 001.506/2012-9, relatados pelo Ministro Augusto Nardes;

b) Procs. nºs 014.998/2002-3 (com os Apensos nºs 013.975/2005-9, 007.541/2008-8 e 008.569/2006-7), 008.700/2006-4, 004.406/2007-1, 029.075/2008-5, 020.502/2009-3, 025.234/2009-3, 018.225/2010-1, 031.391/2010-9 e 002.095/2011-4, relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro;

c) Procs. nºs 010.104/2006-8, 007.932/2007-2 (com o Apenso nº 030.145/2007-6), 026.928/2009-9, 024.332/2010-0, 029.139/2010-4, 032.431/2010-4, 010.431/2011-0, 012.973/2011-4 e 035.800/2011-9, relatados pelo Ministro José Jorge;

d) Procs. nºs 020.199/2007-3, 033.165/2008-0, 009.823/2010-7 e 003.156/2011-7, relatados pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

e) Procs. nºs 015.720/2001-6, 011.978/2007-8, 017.844/2008-0, 004.458/2009-4 (como Apenso nº 020.969/2007-8), 008.534/2009-6, 014.441/2009-0, 017.155/2009-3 e 003.686/2011-6, relatados pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 1073/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.932/2007-2.
1.1. Apenso: 030.145/2007-6
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Digilab S/A (01.499.085/0001-67); Eduardo Tarcísio Brito Targino (297.014.061-68); Ivam Gouveia dos Santos (239.731.881-49); Luiz Roberto Ferreira de Araujo (001.084.498-82); Marcus Vinicius Miranda Pio da Silva (363.495.347-00); Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho (464.092.461-53); Paulo Sandoval Junior (218.116.281-68); Paulo de Tarso Lustosa da Costa (000.445.123-68); Sergio Luiz de Castro (308.374.991-00); e, Wagner de Barros Campos (065.525.877-91).
4. Unidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidades: 4ª Secretaria de Controle Externo (4ª Secex) e Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti)
8. Advogados: Tiago Camargo Thomá Maya Monteiro (OAB/DF 20660), Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21989), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21359), Paula Pires Parente (OAB/DF 23668), Walter Costa Porto (OAB/DF 6098), Adriano Soares Branquinho (OAB/DF 19172), Adelson Jacinto dos Santos (OAB/DF 19126)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial originária da conversão de representação formulada pelo Ministério Público junto a este Tribunal dando conta da ocorrência de irregularidades durante a contratação e a execução do Contrato nº 50/2006, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde-Funasa e a empresa Digilab S/A, tendo por objeto a prestação de serviços de integração multimídia.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 acolher as alegações de defesa apresentadas pela empresa Digilab e pelo Sr. Sérgio Luiz de Castro, excluindo-os da relação processual;
9.2 acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Paulo Lustosa da Costa, julgando suas contas regulares com ressalva, com fundamento no art. 16, II, da Lei n.º 8.43/92;
9.3 acolher, em parte, as alegações de defesa do Sr. Eduardo Targino, Marcos Vinícius Miranda Pio da Silva e Paulo Sandoval Junior;
9.4 rejeitar as alegações de defesa dos Srs. Wagner de Barros Campos, Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho, Ivam Gouveia dos Santos e Luiz Roberto Ferreira de Araújo;
9.5. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "b", da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Wagner de Barros Campos, Paulo Sandoval Junior, Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho, Ivam Gouveia dos Santos, Eduardo Tarcísio Brito Targino, Marcos Vinícius Miranda Pio da Silva, e Luiz Roberto Ferreira de Araújo;
9.6. com espeque no art. 19, parágrafo único, da mesma lei, aplicar, individualmente, aos responsáveis a seguir indicados, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos valores especificados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das respectivas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente entre a data do presente acórdão e a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:
9.6.1. Wagner de Barros Campos, R$ 20.000,00(vinte mil reais);
9.6.2. Paulo Sandoval Junior, R$ 10.000,00(dez mil reais);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.6.3. Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho, R$ 10.000,00(dez mil reais);
9.6.4. Eduardo Tarcísio Brito Targino, R$ 10.000,00(dez mil reais);
9.6.5. Ivam Gouveia dos Santos, R$ 7.000,00(sete mil reais);
9.6.6. Marcos Vinícius Miranda Pio da Silva, R$ 7.000,00(sete mil reais);
9.6.7. Luiz Roberto Ferreira de Araújo, R$ 5.000,00(cinco mil reais);
9.7. autorizar, desde logo, nos termos do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.8. juntar cópia da presente deliberação às prestações de contas da Funasa relativas aos exercícios de 2006 e 2007 (TCs 020.925/2007-3 e 020.519/2008-2), para a verificação de possíveis reflexos;
9.9. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Distrito Federal, na pessoa do seu Procurador-Chefe, na forma do disposto no art. 209, § 6º, do Regimento Interno, bem como à Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 1300/2007, nos termos do Ofício nº 1873/2007 (SF).

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1073-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1074/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 004.406/2007-1
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração em Pedido de Reexame
3. Recorrentes: Carmen Dolores Silva Coelho (CPF 098.085.581-00) e David Lee Fortune (CPF 089.486.311-87)
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representantes do Ministério Público: Procuradores Marinus Eduardo De Vries Marsico e Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogados constituídos nos autos: José Luis Wagner (OAB/DF 17.183), Sandra Luiza Feltrin (OAB/RS 35.063 e OAB/DF 2.238-A), Lilia Fortes dos Santos Wagner (OAB/RS 25.543), Paulo Cézar Santos de Almeida (OAB/RS 38.535), Luiz Antônio Muller Marques (OAB/RS 39.450 e OAB/DF 2.358-A), Valmir Floriano Vieira de Andrade (OAB/DF 26.778), Shigueru Sumida (OAB/DF 14.870), Fernanda Beatriz Ribeiro Mendes França (OAB/DF 28.413), Renata Alvarenga Fleury (OAB/DF 24.038) e outros (fl. 02 do Anexo 2 e fls. 16 e 49 do Anexo 4)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pela Sra. Carmen Dolores Silva Coelho e pelo Sr. David Lee Fortune contra o Acórdão nº 6311/2009-TCU-2ª Câmara, que negou provimento aos Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão nº 1459/2007-TCU-2ª Câmara, que decidiu pela ilegalidade das aposentadorias dos recorrentes, em virtude de inclusão de parcelas indevidas nos respectivos proventos, relativas ao pagamento destacado da parcela URP, para ambos, e ao pagamento integral da GED (Gratificação de Estímulo à Docência) para o Sr. David,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fulcro nos arts. 32, II, e 34, § 1º, da Lei nº 8.443/1992, dos Embargos de Declaração para, no mérito, rejeitá-los,
9.2 dar ciência desta deliberação, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, aos recorrentes e à Fundação Universidade de Brasília.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1074-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1075/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.095/2011-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (em Pensão Civil)
3. Recorrente: Laurita Pamplona Santana (568.420.315-91)
4. Órgão/entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/Bahia
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR);
8. Advogada constituída nos autos: Priscilla Nascimento Ramos Rátis (OAB/BA 20.948)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os autos de Pedido de Reexame interposto pela Sra. Laurita Pamplona Santana, contra o Acórdão 3032/2011-2ª Câmara, que, entre outras deliberações, considerou ilegal e negou registro à pensão civil instituída por Marcos Antonio de Santana, ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/Bahia, em favor da recorrente.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 nos termos dos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/92, conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento;
9.2 reformar o Acórdão 3032/2011-2ª Câmara, para tornar insubsistentes os subitens 9.2, 9.3 e 9.4 da referida deliberação e, com fulcro no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, e os arts 1º, inciso VIII, e 260, do Regimento Interno do Tribunal, considerar legal e ordenar o registro do ato referente à pensão em favor da senhora Laurita Pamplona Santana, instituída por Marcos Antonio de Santana (peça 4);
9.3 dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/Bahia;
9.4 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1075-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1076/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.998/2002-3.
1.1. Apensos: TC 013.975/2005-9; TC 007.541/2008-8; TC 008.569/2006-7.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessado: José Nelson Araújo Santos (CPF n.º 060.310.135-68).
4. Entidade: Município de Estância (SE).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SE (Secex-SE).
8. Advogado constituído nos autos: Daniel Alves Costa (OAB/SE n.º 4.416).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de embargos de declaração opostos pelo Sr. José Nelson Araújo Santos, ex-Prefeito de Estância (SE), em face do Acórdão n.º 2.113/2009-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento no art. 34, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2 dar ciência da presente deliberação ao interessado.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1076-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1077/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.225/2010-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto (II): Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: Francisco Carlos de Magalhães (CPF: 242.605.686-04).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Frei Gaspar/MG.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Minas Gerais (SECEX-MG).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, contra o Sr. Francisco Carlos de Magalhães, ex-Prefeito de Frei Gaspar/MG, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Programa PNAE no exercício de 1999 e da impugnação parcial das despesas do Programa PNAE/2000.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "d" da Lei nº 8.443/92, c/c arts. 19, *caput* e 23, inciso III, da mesma lei, as contas do Sr. Francisco Carlos de Magalhães (CPF: 242.605.686-04), ex-Prefeito Municipal de Frei Gaspar/MG, falecido em 28/10/2001, e condenar o seu espólio, na pessoa da Sra. Cleusa Macedo de Magalhães, viúva, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valores Originais (R$)	Datas das Ocorrências
2.221,00	30/3/1999
3.259,00	30/3/1999
3.110,73	4/5/1999
3.110,73	18/5/1999
3.110,73	8/7/1999
2.518,21	4/8/1999
3.258,86	24/8/1999
3.110,73	1/10/1999
2.962,60	2/12/1999
2.962,60	22/12/1999
2.618,00	21/12/2000

Ocorrência: omissão no dever de prestar contas de recursos repassados ao Município de Frei Gaspar/MG, no exercício de 1999, para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; e impugnação parcial de despesas do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, relativo ao exercício de 2000, pela não comprovação da utilização de R$ 2.618,00, na execução do Programa.

9.2. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas do espólio do Sr. Francisco Carlos de Magalhães (CPF 242.605.686-04), falecido em 28/10/2001, em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.3. alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal; e
9.4. autorizar, desde logo, caso não sejam atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1077-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1078/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.502/2009-3
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Clodoaldo José Vital (CPF 509.791.246-20)
4. Entidade: Município de Umburatiba (MG)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secex/MG
8. Advogados constituídos nos autos: Edilberto Castro Araújo (OAB/MG nº 31.544) e Isabella Bernardes de Moura (OAB/MG nº 113.087)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em decorrência da rejeição da prestação de contas relativa aos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Umburatiba (MG) por intermédio do Convênio nº 1178/2001, cujo objeto consistia na ampliação de sistema de esgotamento sanitário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sr. Clodoaldo José Vital, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 10/10/2002 até a data da efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.2. aplicar ao responsável, Sr. Clodoaldo José Vital, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse do responsável, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma delas, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.5. encaminhar, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais;

9.6. dar ciência do inteiro teor deste Acórdão ao responsável e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1078-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1079/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.234/2009-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16)
3.2. Responsáveis: N & W Engenharia Ltda (01.986.905/0001-45); Vicente Eustaquio Magalhães (171.283.826-15).
4. Entidade: Município de Romaria/MG.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Marcelo Soares Cardoso Naves (OAB/MG nº 47.561) e Ricardo Silva Naves (OAB/GO nº 9.993).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em razão da rejeição parcial da prestação de contas referente aos recursos repassados ao Município de Romaria/MG por conta do Convênio nº 978/99 (fls. 09/15 - Volume Principal), que tinha por objeto a construção de sistema de esgotamento sanitário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e com arts. 1º, inciso I e 208, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Vicente Eustáquio Magalhães (CPF: 171.283..826-15), dando-se-lhe quitação;

9.2. excluir da relação processual a sociedade empresária N & W Engenharia Ltda. (CNPJ: 01.986.905/0001-45); e

9.3. remeter cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, aos responsáveis e demais interessados.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1079-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1080/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.075/2008-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto (II): Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal - Mf (00.360.305/0001-04)
3.2. Responsáveis: Abílio César Guimarães (CPF: 239.333.991-49); Raimundo Bezerra Oliveira (CPF: 166.684.481-00).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, contra os Srs. Raimundo Bezerra de Oliveira e Abílio César Guimarães, em razão da concessão de crédito e movimentações irregulares efetuadas na conta corrente da Senhora Rosemeri Rodrigues Pimentel Gomes na Agência da CAIXA de Planaltina - DF.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acatar as alegações de defesa do Sr. Abílio César Guimarães (239.333.991-49), afastando sua responsabilidade e excluindo seu nome do Cadastro Informativo dos débitos não quitados de órgãos e entidades federais - Cadin, conforme dispõe o art. 6º, inciso II da IN/TCU nº 56/2007;

9.2. em relação ao Sr. Raimundo Bezerra de Oliveira, arquivar os presentes autos sem julgamento de mérito, com fundamento nos § 4º do art. 5º da IN/TCU 56/2007 c/c os arts. 169, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. dar conhecimento deste acórdão aos responsáveis e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1080-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1081/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.391/2010-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto (II): Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
3.2. Responsáveis: Aliança Construções e Empreendimentos Ltda (CNPJ: 23.967.557/0001-00); José Milton da Silva (CPF: 231.096.106-04).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alvinópolis/MG.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Minas Gerais (SECEX/MG).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Deliq/MP, contra o Sr. José Milton da Silva, ex-prefeito de Alvinópolis/MG, haja vista a aprovação parcial da prestação de contas do Convênio nº 798/1997 (Sepre/MPO), que tinha por objeto a execução de obras de contenção de encostas com gabião.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir do rol de responsáveis a empresa Aliança Construções e Empreendimentos Ltda.;

9.2. julgar irregulares, com fundamento no art. 70, parágrafo único da CF/88 c/c os arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" da Lei nº 8.443/92, e arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do Sr. José Milton da Silva (CPF: 231.096.106-04), ex-Prefeito do Município de Alvinópolis/MG, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação de parte dos recursos federais recebidos em decorrência do convênio nº 798/1997 (Sepre/MPO), que tinha por objetivo a execução de obras de contenção de encostas, condenando-o ao pagamento de R$ 44.533,57 (quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 30/4/1998, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar ao responsável, Sr. José Milton da Silva (CPF: 231.096.106-04), a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão até a do recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, o parcelamento do débito, caso venha a ser requerido, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do mencionado Regimento;

9.6. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, para fins de ajuizamento de ações civis e penais que entender pertinentes, nos termos do §3º do art. 16 da Lei nº 8.443/92;

9.7. remeter cópia do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Promotoria de Justiça da Comarca de Alvinópolis/MG, tendo em vista o interesse demonstrado no Ofício nº 220/2001 em relação à prestação de contas referente ao Convênio nº 798/97.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1081-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1082/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.104/2006-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Assunto: Aposentadoria
3. Interessados: Eliasz Engelhardt (CPF 028.279.807-20) e Ivair Coelho Lisboa Rademaker de Nogueira Itagiba (CPF 239.417.157-04)
4. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre L. B. Fecher (OAB/RJ 86.186), Mara Pose Vazquez (OAB/RJ 78.247), Adriana Felippe Rosalba (OAB/RJ 97.238) e Laura Astrolabio dos Santos (OAB/RJ 127.824)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam dos atos de aposentadoria de Ivair Coelho Lisboa Rademaker de Nogueira Itagiba e Eliasz Engelhardt, ex-servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 259, II, 260, § 1º e 261 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegais os atos de aposentadoria de Ivair Coelho Lisboa Rademaker de Nogueira Itagiba e Eliasz Engelhardt, ex-servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, negando-lhes o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pelos interessados, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos das parcelas referentes às rubricas **URP (26,05%), URV (3,17%) e 28,86%**, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2 dê ciência aos interessados da deliberação desta Corte de Contas, alertando-os de que a interposição de eventuais recursos não os eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;

9.3.3 no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomarem conhecimento da decisão desta Corte;

9.3.4 emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, e submeta-os à apreciação do Tribunal no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta deliberação, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1082-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1083/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.431/2011-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsável: José Donato de Araújo Neto (CPF 141.964.843-87).
4. Entidade: Município de Canavieira/PI
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (SECEX-PI).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de José Donato de Araújo Neto, ex-prefeito de Canavieira/PI, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos da Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Piauí (CORE-PI/FUNASA), por meio do Convênio 1.685/2005, para implantação de 37 melhorias sanitárias domiciliares, no valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea a**,** 19, *caput*, e 23, III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, irregulares as contas do Sr. José Donato de Araújo Neto, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data do repasse	Valor da parcela (R$)
3/7/2006	28.000,00
19/1/2007	28.000,00

9.2 aplicar ao Sr. José Donato de Araújo Neto, a multa prevista no art. 57, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, se paga após o vencimento, desde a data de publicação deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.3 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;
9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 217, do RI/TCU, o pagamento das dívidas em até trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, informando ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU; e
9.5 encaminhar, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/92 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, cópia do presente Acórdão, bem como do respectivo Relatório e Voto, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piaui, para ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1083-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1084/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.973/2011-4.
2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Toshiyuki Sawada (017.572.969-72)
4. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Toshiyuki Sawada, ex-servidor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Toshiyuki Sawada, negando-lhe o registro;
9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;
9.3 determinar à Universidade Tecnológica Federal do Paraná que adote as seguintes medidas:
9.3.1 com fulcro nos artigos 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato impugnado, contado a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. no prazo de quinze dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que o beneficiário da concessão impugnada está ciente do julgamento deste Tribunal;
9.3.3. inclua no SISAC novo ato de aposentadoria livre das irregularidades apontadas;
9.4. orientar a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, no sentido de que pode aproveitar o tempo de inatividade, conforme os termos da Súmula 74 deste Tribunal, para manter a aposentadoria com proventos proporcionais a 30/35 avos, a teor do art. 186, item III, alínea 'c', da Lei 8.112/1990, devendo ser emitido novo ato para deliberação desta Corte de Contas.
9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações constantes do subitem 9.3 supra.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1084-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1085/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.332/2010-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Nelson Orlando Moreno Salazar (975.885.634-00).
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (33.654.831/0033-13).
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe - SECEX/SE.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, contra o Sr. Nelson Orlando Moreno Salazar, em razão do descumprimento de obrigações assumidas mediante o Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro de Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica, firmado em 2/5/2005 (fls. 17/28), para a obtenção de auxílio financeiro federal, voltado ao custeio de pesquisa de materiais magnetoelétricos - Projeto Ressonância Paramagnética Eletrônica em (Tb, Dy, Bi) Mno3 - no âmbito do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe - UFS, com vigência estipulada para o período de 7/7/2005 a 7/7/2007.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. Nelson Orlando Moreno Salazar ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor Histórico (R$)	Data
10.000,00	07/07/2005
2.250,00	10/07/2006
7.750,00	11/07/2006

9.2. aplicar ao responsável, Sr. Nelson Orlando Moreno Salazar, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.4. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;
9.6. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, na pessoa de seu Procurador-Chefe, para as providências que julgar cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c art. 209, § 7º, **in fine**, do RITCU.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1085-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1086/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.928/2009-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Rafael de Loureiro Reis (014.320.442-49).
4. Entidade: Município de Maracanã - PA.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - Secex-PA.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, contra o Sr. Rafael de Loureiro Reis, então Prefeito Municipal de Maracanã - PA, (gestão 2001/2004), em virtude da omissão no dever de prestar contas e do não cumprimento do objeto previsto no Convênio nº 3902/01 (SIAFI nº 440.425), celebrado entre o mencionado Município e aquela Fundação, em 31/12/2001, consistente na implantação do Sistema de Abastecimento de Água (Projeto Alvorada) nos bairros Vila Nova, Liberdade, Granja e Febesp (Apeteua).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. Rafael de Loureiro Reis ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor Histórico (R$)	Data
220.000,00	26/12/2002
110.000,00	26/12/2003

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2. aplicar ao responsável, Sr. Rafael de Loureiro Reis, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.6. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, na pessoa de seu Procurador-Chefe, para as providências que julgar cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c art. 209, § 7º, **in fine**, do RITCU.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1086-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1087/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-029.139/2010-4
2. Grupo II; Classe de Assunto: II - Prestação de Contas, exercício de 2009
3. Responsáveis: Jorge da Motta e Silva (CPF 033.261.877-34) e Manoel Elias Moreira (CPF 001.472.141-49)
4. Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, relativas ao exercício de 2009.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara,ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acatar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Jorge da Motta e Silva e Manoel Elias Moreira;
9.2. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Jorge da Motta e Silva, dando-lhe quitação;
9.3. com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares as contas do Sr. Manoel Elias Moreira, dando-lhe quitação plena.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1087-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1088/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.431/2010-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Frederico Lemos Torres (033.935.425-91)
4. Entidade: Município de Canhoba - SE (13.115.381/0001-04).
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe - Secex-SE.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do Sr. Frederico Lemos Torres, ex-Prefeito Municipal de Canhoba - SE, em virtude da execução parcial do objeto do Convênio nº 370/98, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e o aludido Município, consistente na implantação de sistema de abastecimento de água nos povoados Borda da mata/Cajueiro e Caraíbas de Baixo, bem como de diversas irregularidades praticadas na condução do mencionado convênio.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" da Lei nº 8.443/92, julgar irregulares as contas do Sr. Frederico Lemos Torres e condená-lo ao pagamento das importâncias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa;

Data	Débito (R$)
30/10/1998	60.000,00
28/9/1998	60.000,00
28/7/1998	16.945,53

9.2. aplicar ao Sr. Frederico Lemos Torres a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/92, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional,
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não seja atendida a notificação;
9.4. autorizar, caso venha a ser requerido, o parcelamento do débito em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com amparo no art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do mencionado Regimento;
9.5. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/92, para as ações que entender pertinentes.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1088-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1089/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.800/2011-9.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Civil
3. Interessados: Ariellen Débora Pereira Rabello (095.902.834-03); Maria Cristina Suassuna de Mello Freyre (666.371.714-68); Zuleide Lins Guedes da Silva Campos (135.111.224-49).
4. Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de atos de pensão civil instituídos pelos Srs. Fernando Alfredo Guedes Pereira de Mello Freyre, Montigomery Guedes da Silva Campos e Ricardo da Costa Rabelo, ex-servidores da Fundação Joaquim Nabuco, em favor, respectivamente, das Sras. Maria Cristina Suassuna de Mello Freyre, Zuleide Lins Guedes da Silva Campos e Ariellen Débora Pereira Rabello.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar legais os atos de pensão civil instituídos por Montigomery Guedes da Silva Campos e Ricardo da Costa Rabelo, concedendo-lhes registro;
9.2. considerar ilegal o ato de pensão civil instituído por Fernando Alfredo Guedes Pereira de Mello Freyre, negando-lhe registro;
9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pela Sra. Maria Cristina Suassuna de Mello Freyre, de boa-fé, a teor da Súmula TCU 106;
9.4. determinar à Fundação Joaquim Nabuco que:
9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.4.2. adote, no prazo de 15 (quinze) dias, as medidas administrativas necessárias para rever o reajuste dos benefícios instituídos por ex-servidores falecidos após 20/2/2004, aplicando sobre tais proventos o disposto no art. 15 da Lei 10.887/2004;
9.4.3. comunique às interessadas acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-as de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;
9.4.4. encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que as interessadas tomaram conhecimento da presente deliberação; e
9.4.5. emita novo ato em favor da Sra. Maria Cristina Suassuna de Mello Freyre, livre da irregularidade ora apontada, e submeta-o a nova apreciação deste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da presente deliberação, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007.
9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação da determinação constante do subitem 9.4 do presente Acórdão.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1089-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1090/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.156/2011-7.
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Frederico Nicolau Eduardo Wiltemburg, CPF n. 126.828.539-00, ex-Presidente do Conselho Regional; Érico Mórbis, CPF n. 008.648.469-91, ex-Diretor Regional; e Dyrce Pereira Marques, CPF n. 317.626.899-87, ex-empregada.
4. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Paraná - Senac/PR.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secex/PR.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada por força do Acórdão n. 80/2011 - Plenário, objetivando apurar as responsabilidades pelos débitos relativos a pagamentos de salários, sem a respectiva contraprestação de serviços, efetuados pelo Senac/PR à Sra. Dyrce Pereira Marques, no período de 15/01/1996 a 23/12/1999.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Dyrce Pereira Marques e dos Srs. Frederico Nicolau Eduardo Wiltemburg e Érico Mórbis, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, e **caput** do art. 19 da Lei n. 8.443/1992, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Paraná - Senac/PR, na forma do art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno do TCU, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original R$	Data
416,00	30/01/1996
780,00	28/02/1996
780,00	31/03/1996
780,00	30/04/1996
819,00	31/05/1996
819,00	30/06/1996
993,00	31/01/1996
1.057,87	31/08/1996
819,00	30/09/1996
819,00	31/10/1996
874,00	30/11/1996
1.337,13	31/121996
874,00	30/01/1997
874,00	28/02/1997
1.155,59	31/03/1997
883,84	30/04/1997
874,00	31/05/1997
874,00	30/06/1997
874,00	31/07/1997
874,00	31/08/1997
874,00	30/09/1997
1.312,00	31/10/1997
918,00	30/11/1997

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.169,01	31/12/1997
898,92	31/01/1998
689,00	28/02/1996
689,00	31/03/1996
689,00	30/04/1998
689,00	31/05/1998
903,20	30/06/1998
704,66	31/07/1998
689,00	31/08/1998
689,00	30/09/1996
689,00	31/10/1998
918,00	30/10/1998
1.520,40	31/12/1998
946,00	30/01/1999
946,00	28/02/1999
1.182,50	31/03/1999
946,00	30/04/1999
946,00	31/05/1999
946,00	30/06/1999
946,00	31/07/1999
946,00	31/08/1999
1.114,18	30/09/1999
1.094,06	31/10/1999
1.201,42	30/11/1999
408,96	31/12/1999
3.011,43	31/12/1999

9.2. aplicar à Sra. Dyrce Pereira Marques a multa prevista nos arts. 19, **caput**, e 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão ate a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.4. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o sustentam, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, com fundamento no § 3° do art. 16 da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1090-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1091/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-020.199/2007-3.
2. Grupo II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Laumar José Braga, Lourival Moreira de Oliveira, Lucimar Domingues de Oliveira, Luiz Alberto Gomes, Luiz Antônio Toledo de Melo, Luiz Augusto Maia Monteiro, Luiz Carlos Camelo de Freitas, Luiz Carlos de Oliveira, Luiz Carlos Gonçalves, Luiz José Couto Carril, Luiza Helena Uzum Adriano, Manoel Apolinário Filho, Manoel de Jesus Moraes, Marcelino Galvão, Marco Aurélio do Carmo Gondim, Marcos Antonio Reis Martins, Marcos Eugênio Félix, Marcos Guilherme Rahmeier, Marcos Petrônio Siqueira Fort e Margareth de Campos Pereira.
4. Órgão: Departamento de Polícia Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo em que se analisa a revisão de concessões de aposentadoria dos exservidores do Departamento de Polícia Federal acima nominados, com fundamento na Lei Complementar n. 51/1985.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei n. 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria dos servidores Laumar José Braga, Lourival Moreira de Oliveira, Luiz Alberto Gomes, Luiz Carlos Gonçalves, Luiz José Couto Carril, Luiza Helena Uzum Adriano, Manoel de Jesus Moraes, Marco Aurélio do Carmo Gondim e Margareth de Campos Pereira, concedendo-lhes o respectivo registro;

9.2. considerar ilegais os atos em nome dos Srs. Lucimar Domingues de Oliveira, Luiz Antonio Toledo de Melo, Luiz Augusto Maia Monteiro, Luiz Carlos Camelo de Freitas, Luiz Carlos de Oliveira, Manoel Apolinário Filho, Marcelino Galvão, Marcos Antonio Reis Martins, Marcos Eugênio Felix, Marcos Guilherme Rahmeier e Marcos Petrônio Siqueira Fort, negando-lhes registro;

9.3. aplicar a orientação fixada na Súmula/TCU n. 106 no tocante às parcelas indevidamente percebidas de boa-fé pelos interessados mencionados no subitem 9.2;

9.4. determinar ao Departamento de Polícia Federal que adote medidas para:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação aos interessados indicados no subitem 9.2 acima, informando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de não-provimento, não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste Acórdão, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta Deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados mencionados no subitem 9.2 tomaram ciência do julgamento deste Tribunal;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento da medida constante do subitem 9.4.2 deste Acórdão, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1091-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1092/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC 033.165/2008-0.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Jorge Wicks Corte Real, CPF 070.380.894-04; Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - Fiepe, CNPJ 10.054.062/0001-30.
4. Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional/PE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco - Secex/PE.
8. Advogados constituídos nos autos: Nelson José Almeida de Brito, OAB/PE 14.904; Eliane Barbosa Matias da Silva, OAB/PE 15.466; Ana Maria Souza Santos, OAB/PE 13.717; Pollyana Guerra Seixas, OAB/PE 18.545; Miguel Vita Filho, OAB/PE 10.841.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Controle Externo em Pernambuco - Secex/PE em cumprimento ao disposto no subitem 9.5 do Acórdão n. 1.334/2008 - Plenário (TC 017.867/2005-0), tendo por objeto os contratos firmados em 02/08/2004 e 29/06/2007 entre o Serviço Social da Indústria - Departamento Regional/PE - Sesi/PE e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - Fiepe com vistas à locação parcial do Edifício Casa da Indústria, situado na Av. Cruz Cabugá, n. 767, Santo Amaro, Recife/PE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. julgar as contas do Sr. Jorge Wicks Corte Real regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei n. 8.443/1992;

9.2. determinar a Secex/PE que monitore, nas contas anuais do Sesi/PE, o cumprimento do acordo celebrado com a Fiepe referente à repartição das despesas condominiais.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1092-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1093/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.686/2011-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Vitor Hugo Dalla Rosa (CPF 006.376.960-34); Waldemar de Alencastro Guimarães (CPF 092.342.840-20).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região/RS - TRT/RS
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração de concessão inicial de aposentadoria em favor de Vitor Hugo Dalla Rosa e Waldemar de Alencastro Guimarães, servidores do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região/RS - TRT/RS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato em favor de Waldemar de Alencastro Guimarães, ordenando-lhe o registro;

9.2. considerar ilegal o ato em favor de Vitor Hugo Dalla Rosa, negando-lhe o registro;

9.3. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos pelo beneficiário, mas de boa-fé, nos termos da Súmula nº 106 do TCU;

9.4. determinar ao TRT/RS que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.4.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao beneficiário do ato impugnado, informando-lhe de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de não provimento, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação;

9.4.2. faça cessar os pagamentos relativos ao ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e art. 262, **caput**, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. alertar o TRT/RS de que as concessões ora consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento da medida constante do subitem 9.4. supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1093-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1094/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.337/2007-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Responsáveis / Interessado:
3.1. Responsáveis: Ana Luiza Bordallo da Costa (CPF 828.733.807.72); Carlos Alberto Teixeira da Silva Filho (CPF 606.574.137-04); Célia Regina Amaya Utiyama (CPF 843.240.157-91); Charles Hirakawa de Miranda (CPF 537.268.397-04); Doris Luise de Castro Neves (CPF 100.132.377-72); Fátima Regina Azevedo Quagliato (CPF 069.620.657-95); Ivan Días Rodrigues Alves (CPF 024.809.487-49); Jarbas Lopes Neto (CPF 467.450.927-00); Jorge Luiz Fernandes da Silva (CPF 776.615.407-20); José Márcio da Silva Almeida (CPF 657.577.507-15); Marcelo Luiz Alves Dias (CPF 861.803.717-68); Nelson Tomaz Braga (CPF 227.211.347-87); Paulo Cesar Castro Magalhães Martinez (CPF 909.432.797-04); Roterdam Holanda Cavalcante Júnior (CPF 796.329.477/20); Tony Takimoto (CPF 070.251.267-21); Valéria Correia Gabriel Ramos (CPF 017.972.057-06).
3.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo do Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/1ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
8. Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação autuada a partir de Reclamação apresentada à Ouvidoria deste Tribunal, versando sobre supostas irregularidades na execução do Contrato TRT-SAF nº 168/2004, celebrado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ) e o Consórcio Prosap, para desenvolvimento do sistema de acompanhamento processual em plataforma **web**, inicialmente denominado Novo-SAP, posteriormente renomeado para Sapweb.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Doris Luise de Castro Neves, Fátima Regina Azevedo Quagliato, Ivan Dias Rodrigues Alves, José Márcio da Silva Almeida, Nelson Tomaz Braga, Paulo Cesar Castro Magalhães Martinez, Roterdam Holanda Cavalcante Júnior, Tony Takimoto, Valéria Correia Gabriel Ramos, Jarbas Lopes Neto, Carlos Alberto Teixeira da Silva Filho, Charles Hirakawa de Miranda, Jorge Luiz Fernandes da Silva, Ana Luiza Bordallo da Costa, Célia Regina Amaya Utiyama e Sr. Marcelo Luiz Alves Dias;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que:

9.3.1. em vista das falhas verificadas nestes autos, relacionadas ao Contrato TRT-SAF 168/04 e, ainda, aos Contratos TRT-SOF 308/07 e 336/07, abstenha-se de:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3.1.1. atentar contra a regra constitucional e legal da licitação, o que configura afronta ao art. 37, XXI, da Constituição Federal e ao art. 2º da Lei nº 8.666, de 1993;

9.3.1.2. especificar de forma imprecisa o objeto a ser adquirido, bem como elaborar o projeto básico de forma vaga e ambígua, o que configura afronta aos arts. 6º, IX, e 55, I, da Lei nº 8.666, de 1993;

9.3.1.3. estimar prazo de execução incompatível com a complexidade do objeto, ante o disposto no art. 40, II, da Lei nº 8.666, de 1993;

9.3.1.4. promover a completa redefinição do objeto durante a fase de execução do ajuste e deixar de capacitar, de forma adequada, os encarregados da fiscalização dos instrumentos contratuais, em afronta aos arts. 66 e 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.3.1.5. efetuar pagamentos a entidade diferente daquela constante do contrato, vez que essa situação pode caracterizar subcontratação total e constituir motivo para rescisão unilateral do instrumento pela administração, no caso de a minuta do contrato ou a avença original não preverem tal possibilidade, conforme reza o art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 1993;

9.3.1.6. deixar de exigir a inscrição prévia no CNPJ na celebração de contratos com consórcios, em contrariedade à Instrução Normativa nº 200, de 2002, da Secretaria da Receita Federal;

9.3.1.7. atentar contra os prazos estabelecidos no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e nas cláusulas contratuais, para o recebimento provisório e o recebimento definitivo do objeto contratado;

9.3.1.8. atentar contra os requisitos formais dos contratos, como, por exemplo, a necessidade de numeração sequencial das cláusulas e dos respectivos parágrafos;

9.3.1.9. atentar contra as cláusulas contratuais e editalícias referentes a pagamentos, com a liquidação de despesas correspondentes à íntegra do contrato, devendo haver cláusula expressa prevendo o pagamento pelo número de unidades entregues;

9.3.1.10. efetuar a liquidação de despesas em contratos celebrados com pagamento baseado na contagem de pontos de função, sem observância da distinção entre as estimativas e a contagem detalhada;

9.3.1.11. deixar de apresentar estimativas de preços confiáveis e detalhadas na licitação, incluindo composições analíticas de preços, de encargos sociais e de BDI, o que configura afronta ao art. 7º, § 2º, II da Lei nº 8.666, de 1993; e

9.3.1.12. deixar de fixar os percentuais máximos para subcontratação, nos termos do Acórdão 1.748/2004-Plenário;

9.3.2. informe em capítulo específico, no próximo relatório de gestão, sobre:

9.3.2.1. o desempenho do sistema Sapweb, incluindo os problemas ocorridos que tenham indicado a necessidade de novos investimentos em infra-estrutura, ou mudanças no funcionamento do aplicativo em resposta a demandas internas ou externas da gestão processual na Justiça do Trabalho, com os respectivos valores despendidos ou a despender; e

9.3.2.2. a estratégia de terceirização que pretende adotar para a área de tecnologia da informação, considerando os contratos celebrados nos últimos anos nas áreas de desenvolvimento, treinamento, suporte e manutenção, em contraposição à permanência de um setor específico, que contava em 2008 com 47 servidores;

9.4. dispensar o monitoramento das determinações contidas no item 9.3.1 deste Acórdão;

9.5. recomendar à Secretaria-Geral de Controle Externo deste Tribunal que avalie, em conjunto com a 3ª Secretaria de Controle Externo, a conveniência e a oportunidade da realização de fiscalização, no âmbito do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), para tratar de questões afetas à política de tecnologia da informação no âmbito do Judiciário trabalhista, observando, em particular:

9.5.1. o cronograma de implantação das soluções corporativas para acompanhamento processual na Justiça do Trabalho, bem como as soluções de contorno a serem adotadas pelos Tribunais Regionais que demandem por sistemas antes do prazo previsto, incluindo o andamento da implantação da Rede Corporativa de Longa Distância da Justiça do Trabalho;

9.5.2. o estudo realizado pelo Serpro, mencionado no item 8.2 do Relatório da Coordenadoria de Auditoria e Inspeção do TST de 12/12/2007, no âmbito do processo TST 23.010/2007-9, concluindo que não seria recomendável a adoção do Sapweb como base para o SUAP, bem como os estudos que levaram ao descarte do PROJUDI como alternativa para a Justiça do Trabalho;

9.5.3. a existência de plano conjunto com o TRT da 1ª Região, definindo o tratamento a ser dado ao Sapweb no caso de implantação de solução nacional, de modo a preservar os investimentos realizados em desenvolvimento e treinamento dos usuários;

9.5.4. as medidas a serem adotadas pelos órgãos integrantes da Justiça do Trabalho, de modo a evitar o desperdício de recursos no desenvolvimento de soluções a serem descartadas quando da implantação dos projetos nacionais, orientando acerca da estrita observância dos termos do Ato Conjunto CSJT.TST.GP.SE 9/2008, especialmente em seus arts. 9º e 11, zelando pela compatibilidade das soluções de TI adotadas no âmbito da Justiça do Trabalho, bem como se abstendo da prática de contratações cujo objeto venha a ser rapidamente descartado, podendo resultar em atos de gestão antieconômicos e ineficientes;

9.5.5. o levantamento global das despesas destinadas a desenvolvimento e manutenção de sistemas na Justiça do Trabalho, destacando os de gestão processual, informando a este Tribunal, nas contas anuais, sobre a situação de cada órgão e as expectativas de redução de custos pela adoção de soluções nacionais, haja vista a possibilidade de prática de atos de gestão antieconômica;

9.6. levantar o sobrestamento dos processos de contas anuais do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região relativas aos exercícios de 2004 (TC 011.887/2005-5), de 2005 (TC 014.968/2006-7), de 2006 (TC 018.376/2007-2) e de 2007 (TC 012.609/2008-7), com fundamento no art. 157 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e do § 3º do art. 39 da Resolução-TCU nº 191, de 2006, tendo em vista, inclusive, o julgamento do processo TC 002.703/2006-9, promovido pelo Acórdão 2.370/2011 - Plenário, o qual também sobrestava as contas do órgão referentes aos exercícios de 2004 a 2006;

9.7. encaminhar cópia integral da presente deliberação ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, para ciência, bem como, ainda, ao Exmo. Sr. Alexandre Ribeiro Chaves, Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro, em consideração ao Ofício PR/RJ/MPF/ARC nº 109/08, datado de 6/5/2008 (fl. 39 - volume principal).

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1094-05/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1095/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.458/2009-4.

1.1. Apenso: 020.969/2007-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Saco (01.290.442/0001-82); Edivaldo Pereira da Silva (185.810.999-04); Iremar Dias Leal (112.224.173-91); Joaquim Lucas Furtado (022.084.821-15); José Dias (140.530.158-98); José Pedro de Araújo Filho (128.525.114-87); Manoel de Moura Filho (138.846.893-04); Pielpi - Projetos e Instalações Elétricas do Piauí (02.798.260/0001-80); Élcio Leite Alves (094.874.923-72).

4. Entidades: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Saco (01.290.442/0001-82); Incra/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/PI.

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial convertida a partir de processo de representação (TC 020.969/2007-8), formulada pela Procuradoria da República no Estado do Piauí, o qual versava acerca de possíveis irregularidades na execução do "crédito instalação", concedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra aos agricultores do Assentamento "Saco", situado no Município de Caracol/PI, cujo objetivo consistia na construção de 229 novas casas, com valor individual de R$ 2.500,00, totalizando a importância de R$ 572.500,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ao acolher as conclusões propostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Iremar Dias Leal, a empresa Pielpi - Projetos e Instalações Elétricas do Piauí e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Saco, para todos os efeitos, conforme preceitua o art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa dos Srs. Edivaldo Pereira da Silva, Joaquim Lucas Furtado, José Dias e Élcio Leite Alves;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. José Pedro de Araújo Filho e Manoel de Moura Filho;

9.4. julgar irregulares as contas dos Srs. Manoel de Moura Filho e José Pedro de Araújo Filho, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443, de 1992;

9.5. julgar irregulares as contas dos Srs. Joaquim Lucas Furtado, Iremar Dias Leal, Edivaldo Pereira da Silva, José Dias e Élcio Leite Alves, bem assim da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento "Saco" - APPRAS, nos termos dos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, condenando-os, solidariamente com a empresa Pielpi - Projetos e Instalações Elétricas do Piauí, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a" da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU:

Valor R$	Data
53.868,65	23/8/1999
16.500,00	23/8/1999
6.900,00	23/8/1999
160.300,00	21/12/1999

9.6. aplicar aos Srs. Joaquim Lucas Furtado, Iremar Dias Leal, Edivaldo Pereira da Silva, José Dias e Élcio Leite Alves, bem assim da empresa Pielpi - Projetos e Instalações Elétricas do Piauí e da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento "Saco", individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 1992;

9.7. aplicar aos Srs. Manoel de Moura Filho e José Pedro de Araújo Filho, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso I, Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 1992;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens 9.5 a 9.7, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.9. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.10. enviar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, para a adoção das medidas cabíveis, conforme preceitua o art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1095-05/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1096/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.534/2009-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Dimitrio Sérgio da Silveira (CPF 247.884.903-82).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogados constituídos nos autos: Ana Maria de Castro Tavares da Costa (OAB/CE nº 12.726) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq em desfavor de Dimitrio Sérgio da Silveira, em razão do descumprimento do termo de compromisso firmado em 13/10/1993, quando lhe foi concedida bolsa de estudos no exterior, na modalidade de doutorado, cursado na **University of Florida**, nos Estados Unidos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar, com fundamento nos arts. 12, § 1º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e 202, § 3º, do RITCU, as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Dimitrio Sérgio da Silveira;

9.2. fixar, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, c/c o art. 22, parágrafo único, da Lei nº 8.443, de 1992, novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da notificação, para que o Sr. Dimitrio Sérgio da Silveira comprove perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq da importância de R$ 47.568,16 (quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos), atualizada monetariamente a partir de 25/7/1996, na forma da legislação em vigor;

9.3. manter a autorização já concedida pelo Acórdão 4.040/2011-2ª Câmara, em caráter alternativo e excepcional, caso requerido, para o parcelamento da dívida em até 48 (quarenta e oito) parcelas, atualizadas monetariamente a partir da data de publicação deste Acórdão, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do RITCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do RITCU;

9.4. informar o Sr. Dimitrio Sérgio da Silveira de que a liquidação tempestiva do débito, atualizado monetariamente e sem juros de mora, em recolhimento único ou parcelado na forma do item 9.3 supra, sanará o processo, de sorte que as respectivas contas poderão ser julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 202, § 4º,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

do RITCU, ao passo que a falta de liquidação tempestiva ensejará o julgamento pela irregularidades das contas, com imputação de débito atualizado monetariamente e acrescido dos juros legais; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que, nos termos do art. 250, inciso II, do RITCU, a Secex/CE monitore o cumprimento das medidas deste Acórdão e promova, oportunamente, a reabertura deste processo, por ocasião da quitação do débito ou de falta de recolhimento tempestivo, dando prosseguimento ao feito.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1096-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1097/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.978/2007-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados: Mário Ney Falkoski de Oliveira (793.144.659-34); Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP (00.426.922/0001-65); Alexssandra Kalva (030.075.799-96).
4. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/PR.
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Arni Deonildo Hall, OAB/PR 13.837; Gustavo Cortês de Lima, OAB/DF 10.969; Claudismar Zupiroli, OAB/DF 12.250; Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, OAB/DF 814; Idmar de Paula Lopes, OAB/DF 24.882; Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro, OAB/RJ 141.195; Marta de Castro Meireles, OAB/RJ 130.114; Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth, OAB/RJ 121.685; Maria Cristina Bonelli Wetzel, OAB/RJ 124.668; Rafaella Farias Tuffani de Carvalho, OAB/RJ 139.758; Giancarlo Machado Gomes, OAB/DF 16.006; Guilherme Élcio Teixeira Mendes de Oliveira, OAB/DF 22.007; Vera Lúcia Santana Araújo, OAB/DF 5.204; Victor Alves Martins, OAB/DF 21.804; e Lícia Juliane de Almeida Paiva, OAB/DF 30.235.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, referentes embargos de declaração opostos em face do Acórdão 7.735/2011-2ª Câmara, pelo Sr. Mario Ney Falkoski de Oliveira, pela Sra. Alexssandra Kalva e pelo Instituto de Educadores Populares - IEEP.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Mário Ney Falkoski de Oliveira, Alexssandra Kalva e Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1097-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1098/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.441/2009-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Espólio do Sr. Solon Siminovich; Associação Brasileira de Gravadoras Independentes - ABGI (CNPJ 05.123.673/0001-52); Márcia Cavallini (CPF 936.948.308-04).
4. Entidade: Associação Brasileira de Gravadoras Independentes - ABGI.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secex/SP.
8. Advogado constituído nos autos: Luiz Gustavo Burkhart Inocentes, OAB/SP 187.418.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada contra a Associação Brasileira de Gravadoras Independentes - ABGI e os Srs. Jorge de Mello Gambier, Márcia Cavallini e Ana Cláudia Mércio Loredo Souza, inventariante do espólio do Sr. Solon Siminovich, pela não comprovação da boa e regular aplicação de recursos em função da omissão no dever de prestar contas do Convênio nº 379/2005-MINC/SE/AD;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel a Associação Brasileira de Gravadoras Independentes - ABGI, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;
9.2. acolher as alegações de defesa do Sr. Jorge de Mello Gambier, excluindo-o da presente relação processual;
9.3. rejeitar as alegações de defesa da Sra. Márcia Cavallini, do espólio do Sr. Solon Siminovich e da Associação Brasileira de Gravadoras Independentes - ABGI, cientificando-os, nos termos do disposto no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, e assinar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para comprovar o recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Cultura - FNC da quantia de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizada monetariamente desde 18/1/2006, na forma da legislação em vigor;
9.4. cientificar os responsáveis mencionados no item anterior de que a liquidação tempestiva do débito apenas atualizado monetariamente sanará o Processo e permitirá que as respectivas contas sejam julgadas regulares com ressalvas, dando-lhes quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imposição de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei nº 8.443, de 1992, e da legislação específica que rege a matéria, além da devida aplicação de multa legal fundada no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992;
9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.6. dar ciência do presente Acórdão aos responsáveis, bem como à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1098-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1099/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.720/2001-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Miguel Fernandes de França (004.421.354-91), Paula Francinete Pinheiro Câmara (056.607.184-34), José Pereira Neto (221.191.914-68), Sarah Costa Amorim (241.269.504-00), Maria Odete Alves Santana (074.069.164-34), Sebastião Azevedo (falecido), Ana Paula Borges Moreira (395.680.404-04), Gilson José Fernandes Marcelino (003.548.564-72), Jaime Mariz de Faria Júnior (108.217.164-68) e Sociedade de Importação e Exportação de Produtos Médicos Ltda. - Medimp (02.660.116/0001-82).
4. Órgão: Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte - Sesap/RN.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade: Secex/RN
8. Advogados constituídos nos autos: Francisco Jadir Farias Pereira (OAB/RN nº 906), Jaime Mariz de Faria Neto (OAB/RN nº 6.538), Rosália Alves de Oliveira (OAB/RN nº 929) e Miguel Fernandes de França (OAB/RN nº 4955).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial convertida de auditoria realizada pela Secex/RN, no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel e no Hospital Luiz Antônio/Liga Norteriograndense Contra o Câncer, em que foram detectadas irregularidades na aquisição de equipamentos hospitalares objeto da Concorrência Pública Internacional nº 1/1999, promovida pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte - Sesap/RN, no âmbito do Reforsus.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Miguel Fernandes de França, Paula Francinete Pinheiro Câmara, José Pereira Neto, Sarah Costa Amorim, Maria Odete Alves Santana, Sebastião Azevedo, Ana Paula Borges Moreira, Gilson José Fernandes Marcelino e Jaime Mariz de Faria Júnior e pela Sociedade de Importação e Exportação de Produtos Médicos Ltda. - Medimp;
9.2. julgar as presentes contas regulares com ressalva, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, dando-se quitação aos responsáveis;
9.3. determinar à Sesap/RN que, nos futuros processos licitatórios envolvendo a aquisição de equipamentos hospitalares:
9.3.1. a teor do disposto no art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deve ser verificada a conformidade das propostas com os requisitos do edital e com a planilha orçamentária anexa, além da compatibilidade dos preços apresentados com os correntes no mercado em licitações para a aquisição de produtos idênticos/similares;
9.3.2. atente para o fato de que:
9.3.2.1. as normas do BID não determinavam a realização do certame por meio de lotes, muito embora o Reforsus tenha se manifestado nesse sentido, o que levou a Sesap/RN a seguir tal orientação;
9.3.2.2 a aquisição por meio de lotes compostos de itens de natureza heterogênea pode comprometer a cotação de fabricantes e consequentemente a obtenção de proposta ainda mais vantajosa à Administração;
9.3.2.3. na elaboração da planilha orçamentária, deve ser indicada a metodologia empregada para a formação dos preços, se baseada em ofertas de fabricantes ou de representantes comerciais;
9.4. enviar cópia deste Acórdão, assim como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Sesap/RN.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1099-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1100/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.155/2009-3.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Bruno Luís Litaiff Ramalho (CPF 166.622.612-20); Município de Carauari/AM (CNPJ 04.530.044/0001-84); Trenna Construção Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 02.161.724/0001-42).
4. Entidade: Município de Carauari/AM.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secex/AM.
8. Advogado constituído nos autos: Aniello Miranda Aufiero (OAB/AM 1.579).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Defesa contra o Sr. Bruno Luís Litaiff Ramalho, ex-prefeito de Carauari/AM, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais recebidos por força do Convênio nº 270/PCN/2006 (Siafi nº 579.324), cujo objetivo era a construção de 2.344 metros de calçada, meio-fio e sarjeta, no valor de R$ 211.000,00.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel o Sr. Bruno Luis Litaiff Ramalho, ex-prefeito, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela empresa Trenna Construção Comércio e Serviços Ltda.;
9.3. arquivar a presente tomada de contas especial em relação à responsabilidade do Município de Carauari/AM, nos termos dos arts. 169, inciso VI, 212 e 213 do Regimento Interno do TCU (RITCU), aprovado pela Resolução TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011, c/c os arts. 5º, § 1º, inciso III, 10 e 11 da Instrução Normativa TCU nº 56, de 5 de dezembro de 2007;
9.4. julgar irregulares as contas do Sr. Bruno Luis Litaiff Ramalho, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", 19 e 23 da Lei nº 8.443, de 1992, condenando-o, em solidariedade com a empresa Trenna Construção Comércio e Serviços Ltda., ao pagamento das importâncias abaixo relacionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas especificadas até data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor do débito (R$)	Data de ocorrência
19.156,49	13/6/2008
25.623,51	26/5/2008

9.5. condenar o Sr. Bruno Luis Litaiff Ramalho ao pagamento da quantia de R$ 4.526,22 (quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, calculados desde 18/6/2008 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.6. aplicar ao Sr. Bruno Luis Litaiff Ramalho e à empresa Trenna Construção Comércio e Serviços Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU);

9.7. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.8. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.9. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 209, § 7º, do RITCU.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1100-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1101/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.844/2008-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II- Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Adilson Julio Pereira (297.915.882-87); Dilmar Antonio Golin (492.002.839-34); Embrace Empresa Brasil Central de Engenharia Ltda (01.542.489/0001-96); Ivo Narciso Cassol (304.766.409-97); Jose Sanguanini (141.249.559-87); Maria Betânia Almeida de Oliveira (991.568.064-34); Prefeitura Municipal de Rolim de Moura - RO (CNPJ 04.394.805/0001-18).
4. Entidade: Município de Rolim de Moura/RO.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: 7ª Secex e Secex/RO.
8. Advogado constituído nos autos: Dirlaine Jaqueline Cassol de Souza, OAB/RO 1.463.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente, à vista da inexecução parcial do objeto do Convênio nº 155/2000, celebrado com o Município de Rolim de Moura/RO, em 28/12/2000, objetivando a execução de um aterro sanitário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ao acolher as conclusões propostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel a Empresa Brasil Central de Engenharia Ltda. - Embrace, para todos os efeitos, conforme preceitua o art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;
9.2. acolher as alegações de defesa do Sr. Ivo Narciso Cassol, ex-prefeito;
9.3 excluir da presente relação processual o Sr. José Sanguanini, ex-secretário Municipal de Saúde;
9.4. rejeitar as alegações de defesa dos Srs. Dilmar Antônio Golin - ex-secretário Municipal de Obras e ex-presidente da Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras do Município de Rolim de Moura/RO, Adilson Júlio Pereira - membro da Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras, e da Sra. Maria Betânia Almeida de Oliveira, membro da Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras;
9.5. acolher parcialmente as alegações de defesa do Sr. Ivo Narciso Cassol, ex-prefeito do Município de Rolim de Moura/RO;
9.6. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Município de Rolim de Moura/RO;
9.7. julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. Ivo Narciso Cassol, dando-lhe quitação, nos termos dos artigos 16, inciso I, e 17, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;
9.8. julgar irregulares as contas dos responsáveis solidários a seguir relacionados, nos termos dos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias especificadas, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a" da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU:
9.8.1. Sr. Dilmar Antônio Golin, solidariamente com o Sr. Adilson Júlio Pereira, a Sra. Maria Betânia Almeida de Oliveira e a Empresa Brasil Central de Engenharia Ltda. - Embrace:

DATA DE OCORRÊNCIA	VALOR (R$)
9/3/2001	11.666,00
9/3/2001	3.253,00

9.9. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Município de Rolim de Moura/RO comprove o recolhimento da importância de R$ 17.781,36 (dezessete mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos), atualizada monetariamente, desde 9/3/2001, na forma da legislação em vigor, aos cofres do Tesouro Nacional, informando-lhe que a liquidação tempestiva do débito atualizado sanará o processo e as contas poderão ser julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, na forma do art. 202, § 4º, do Regimento Interno do TCU, e que a falta de liquidação tempestiva ensejará que o TCU venha a julgar as contas irregulares com imputação de débito atualizado acrescido de juros de mora, além de aplicação de multa ao Município;
9.10. determinar Município de Rolim de Moura/RO que:
9.10.1. na hipótese da impossibilidade de liquidação tempestiva do débito, no mencionado prazo, adote providências com vistas à inclusão do valor da dívida em sua lei orçamentária, informando ao Tribunal as providências adotadas no prazo de 30 (trinta) dias;
9.10.2. abstenha-se de efetuar aditivos contratuais a serem custeados com recursos provenientes de convênios - como foi o caso do Convênio nº 155/2000 - para a realização de serviços não previstos original e formalmente no instrumento convenial e/ou sem a autorização do órgão concedente;
9.11. aplicar aos Srs. Dilmar Antônio Golin, Adilson Júlio Pereira, à Sra. Maria Betânia Almeida de Oliveira e à Empresa Brasil Central de Engenharia Ltda. - Embrace, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 1992;
9.12. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;
9.13. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais; e
9.14. enviar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Rondônia, para a adoção das medidas cabíveis, conforme preceitua o art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1101-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1102/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.846/2011-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Interessada: Construtora NM Ltda. (74.190.620/0001-77).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secob-1.
8. Advogados constituídos nos autos: Rafael Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, OAB/DF 21.337, Cláudio Bonato Fruet, OAB/DF 6.624.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação com pedido de medida cautelar, de autoria da Construtora NM Ltda., acerca de supostas irregularidades havidas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) - TRT/5ªR, em face da celebração de contrato para execução de serviços de terraplenagem e contenção para a obra de construção de nova sede, no valor de R$ 7.740.000,00, em decorrência do Pregão nº 51/2009.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para no mérito considerá-la prejudicada;
9.2. indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela representante;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1102-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1103/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.912/2012-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Isilda Rodrigues Regis (052.783.878-07).
4. Órgão: Superintendência Estadual do INSS em Florianópolis/SC - INSS/MPS.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração de aposentadoria referente a ex-servidora vinculada à Superintendência Estadual do INSS em Florianópolis/SC,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 e 3º, § 6º, da Resolução do TCU nº 206/2007 em:
9.1. considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação do ato referente à peça eletrônica nº 2, de interesse de Isilda Rodrigues Regis;
9.2. determinar à Superintendência Estadual do INSS em Florianópolis/SC que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cadastre no sistema Sisac novo ato em favor da interessada, livre das divergências e inconsistências apontadas nos autos, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, do Regimento Interno do TCU;
9.3. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento da medida indicada no subitem anterior, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1103-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1104/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.506/2012-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessado: Jose Aparecido Meneguini (723.417.268-87).
4. Órgão: Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP - INSS/MPS.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil instituído por ex-servidora vinculada à Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:
9.1. considerar ilegal o ato de interesse de Jose Aparecido Meneguini, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópia do documento que comprove a data em que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP acerca da possibilidade de emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada nos autos, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1104-05/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1105/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: nº TC - 012.164/2007-3.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Antenógenes Romualdo Gehrke (110.714.519-87), Carolina Barão (651.029.599-72), Irene Flávia Schultz (202.139.569-34), Joana Maria Guedes (359.160.879-34), Leoni Trauer (544.211.529-00), Luisa Dias (478.859.559-15), Maria da Luz Silva (155.996.399-91), Maria das Graças Rodrigues Roiz (234.042.569-72), Maria Lucy Fusiki (186.974.709-78), Maribel Francisca Machado (504.271.309-30), Olga Celestino da Silva (481.551.879-34), Regina Bernadete D'avila (720.843.839-00), Rosemari Vicente (058.726.009-25), Rosi Bianquete Follador (006.315.589-34) e Tereza Chugam Grossman (754.405.049-15).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de concessão de aposentadorias de servidores vinculados à Gerência Executiva do INSS em Curitiba/PR,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de fls. 2/12 e 45/55, em favor de Antenógenes Romualdo Gehrke (fls. 2/7), Carolina Barão (fls. 8/12), Luisa Dias (fls. 45/50) e Maria da Luz Silva (fls. 51/55), ressalvando que a proporcionalização das parcelas GDASS e GESS foi efetuada nos atuais proventos dos interessados;

9.2. em consequência, conceder-lhes os respectivos registros.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1105-05/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1106/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.881/2005-6.

1.1. Apenso: 010.762/2011-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrentes: Cristina Gutemberg Lima e Silva (CPF 244.403.531-34); Laércio Portela Delgado (CPF 745.597.454-04); e DM9DDB Publicidade Ltda. (CNPJ 60.741.303/0001-97).

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogados constituídos nos autos: Andreive Ribeiro de Souza (OAB/DF 31.072); Arileide Fonseca Neves Moura (OAB/DF 8.675); Igor Miranda (OAB/DF 25.158); Joelson Dias (OAB/DF 10.441); José Alexandre Buaiz Neto (OAB/DF 14.346); José Nelson Vilela Barbosa Filho (OAB/PE 16.302); Leonardo Oliveira Silva (OAB/PE 21.761); Marcio Pestana (OAB/SP 103.297); Maria Clara Villasbôas Arruda (OAB/SP 182.081-A); Max Rezende Braga (OBA/DF 16.790); Nelson Passos Lima (OAB/DF 24.293); Ney Martins Gaspar (OAB/SP 30.370); Renata de Almeida Pafiadache (OAB/DF 33.193); e Rodnei Iazzetta (OAB/SP 137.982).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos por Cristina Gutemberg Lima Silva, Laércio Portela Delgado e DM9DDB Publicidade Ltda. contra o Acórdão nº 7.154/2010-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes recursos de reconsideração para, no mérito, dar-lhes provimento, conferindo ao acórdão recorrido a seguinte redação:

"*9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17 e 23, inciso I, da mesma Lei, julgar regulares as contas do Sr. Fernando Francisco Telles de Carvalho;*

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. Laércio Portela Delgado e César Rocha Amorim, dando-lhes quitação;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, julgar irregulares as contas da Sra. Cristina Gutemberg Lima Silva;

9.4. com fundamento nos arts. 58, incisos I e II da Lei nº 8.443/1992, aplicar à responsável indicada no subitem anterior multa, no valor R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), em razão das ocorrências a seguir, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.4.1. gestora dos contratos nº 112/99, firmado com a empresa Giovanni FCB S/A, CNPJ nº 46.516.712.0001/69; nº 10040/02, firmado com a empresa Ogilvy Brasil Comunicação Ltda., CNPJ nº 61.067.492.0001/27; nº 10041/02, firmado com a empresa Master Publicidade S/A, CNPJ nº 04.513.101.0001/17; nº 10064/02, firmado com a empresa Salles D'arcy Publicidade Ltda. (Publicis Salles Norton Publicidade Ltda.), CNPJ nº 73.090.482.0001/91; nº 10063/01, firmado com a DM9 DDB Publicidade Ltda., CNPJ nº 60.741.303.0001/97, (conforme Relatório de Auditoria - fl. 02 do vol. principal), tendo em vista que as subcontratações decorrentes de tais contratos não observaram as exigências contratuais (Cláusula Quinta dos contratos) que demandavam a apresentação de três cotações de preços, com a indicação da proposta mais adequada para a execução do serviço, ou a apresentação de justificativa plausível para a impossibilidade de fazê-lo, em razão de:

9.4.1.1. ter autorizado, admitido ou tolerado a realização de subcontratações em desacordo com procedimentos e condições constantes dos contratos;

9.4.1.2. não ter adotado medidas tendentes a assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações contratadas;

9.4.1.3. não ter adotado medidas visando a aplicação da multa contratual de 5% prevista para os casos de descumprimento de qualquer cláusula contratual;

9.5. autorizar, desde já, caso requerido pela responsável, o parcelamento da dívida em 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, informando os responsáveis de que incidirão sobre cada parcela os correspondentes acréscimos legais e de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.7. determinar ao Ministério da Saúde que encaminhe, no prazo de 90 dias, os resultados dos processos administrativos instaurados em obediência ao item 9.3.1 do Acórdão 2.060/2006-TCU-Plenário";

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e ao Sr. César Rocha Amorim.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1106-05/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1107/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.009/2009-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Educação.

3.2. Responsáveis: Carlos Elizio Barral Ferreira (208.325.326-49); Eduardo Magrone (455.452.350-00); Gessilene Zigler Foine (601.725.096-53); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (112.796.566-20); Julieta Maria de Almeida Barra (281.811.076-91); Manuel Fernando Palácios Cunha e Melo (504.481.457-15); Maria Isabel da Silva e Azevedo Alvim (191.035.901-78); Marta Tavares D'agosto (236.026.276-91); Romario Geraldo (284.171.356-34); Zilda Alves Machado da Silva (236.075.486-68).

4. Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Universidade Federal de Juiz de Fora, relativa ao exercício de 2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho e da Sra. Gessilene Zigler Foine;

9.2. com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, aplicar ao Sr. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Julieta Maria de Almeida Barra, dando-lhe quitação;

9.5. com fundamento nos arts 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados neste processo, dando-lhes quitação plena;

9.6. com amparo no art. 18 da Lei nº 8.443/1992, determinar à Universidade Federal de Juiz de Fora que adote providências com vistas à correção dos procedimentos internos e dos controles que possam ter resultado no cometimento das falhas a seguir descritas, evitando a sua reincidência:

9.6.1. fracionamento indevido de despesas, em desacordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;

9.6.2. fuga à modalidade licitatória adequada ao objeto, em desacordo com o art. 23, § 5º, da Lei nº 8.666/1993;

9.6.3. promoção de pregões no modo presencial, em afronta ao art. 4º do Decreto nº 5.450/2005;

9.7. dar ciência à Universidade Federal de Juiz de Fora de que foram apuradas, neste processo, as seguintes falhas em atos de gestão:

9.7.1. concessão de licença a servidores, para tratar de assuntos particulares, em descompasso com o art. 91 da Lei nº 8.112/1990; e

9.7.2. contratação de professor visitante em desacordo com o art. 5º da Lei nº 8.745/1993.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1107-05/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1108/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-015.291/2009-6.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Entidade: Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

4. Recorrentes: Rui Costa Pimenta (CPF 956.245.898- 91) e Edinaldo Augusto da Silva (CPF 052.543.558- 16).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Juliano Costa Couto (OAB/DF 13.802) e Bruno Rangel Avelino (OAB/DF 23.067).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interpostos contra o Acórdão nº 531/2011-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992 conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelos Srs. Rui Costa Pimenta e Edinaldo Augusto da Silva para, no mérito, em caráter excepcional, dar-lhe provimento;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2. em consequência, tornar insubsistentes os subitens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão nº 531/2011-TCU-2ª Câmara, e dar nova redação ao item 9.1 do referido **decisum**, que passa constar como se segue;

"*9.1. julgar regulares com ressalvas estas contas especiais, dando quitação aos responsáveis;*"

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Tribunal Superior Eleitoral.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1108-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1109/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.375/2010-7.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.
3. Entidade: Município de São Brás/AL.
4. Recorrente: Reginaldo Matias da Silva (CPF 312.297.354-54).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogados constituídos nos autos: Marcelo Henrique Brabo Magalhães, OAB/AL nº 4.577; Dagoberto Costa Silva de Omena, OAB/AL nº 9.013.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 3.014/2011-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do recurso interposto pelo Sr. Reginaldo Matias da Silva para, no mérito, dar-lhe provimento:
9.2. em consequência ao disposto no subitem precedente, tornar insubsistente o subitem 9.2. do Acórdão nº 3.014/2011-TCU-2ª Câmara e dar a seguinte redação ao subitem 9.1. do aludido **decisum**:
"*9.1. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. Reginaldo Matias da Silva, dando-se-lhe quitação;*"

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1109-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1110/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº 025.969/2007-0.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração.
3. Responsável: Jomar Fernandes Pereira Filho, ex-prefeito (125.680.233-68).
4. Entidade: Município de Imperatriz/MA.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogado constituído nos autos: Adilene Ramos Sousa, OAB/MA nº 5.699.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Jomar Fernandes Pereira Filho, ex-prefeito do Município de Imperatriz/MA, contra o Acórdão nº 5.031/2010-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo responsável para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. em consequência, dar aos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 5.031/2010-TCU-2ª Câmara a seguinte redação:
"*9.2. condenar, com fundamento nos arts. 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, o ex-Prefeito de Imperatriz/MA Jomar Fernandes Pereira Filho ao pagamento da quantia de R$ 32.641,74 (trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 21/2/2002, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;*
9.3. aplicar ao Sr. Jomar Fernandes Pereira Filho a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a' do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.3. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 5/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/2/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1110-05/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

REABERTURA DE VOTAÇÃO

Ao dar prosseguimento à discussão e votação, nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, do processo 004.406/2007-1 (v. Ata nº 33/2100 - Segunda Câmara), o Presidente, Ministro Augusto Nardes, ao informar que o Procurador Júlio Marcelo de Oliveira havia pedido vista destes autos em 21 de setembro de 2010, concedeu a palavra ao Relator, Ministro Raimundo Carreiro, para proferir seu Voto. A Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 1074/2012.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Quando da apreciação do processo nº 009.823/2010-7, de relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, apresentou sustentação oral, o Dr. Luiz Antonio Muniz Machado, em nome de Alice Rangel de Paiva Abreu. A Dra. Désirée Fátima de Oliveira - OAB/DF 5617, não compareceu para promover a sustentação oral que havia requerido em nome do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Técnológico - CNPq. O presente processo, logo após a sustentação oral, foi retirado de pauta pelo Relator.

No tocante ao processo nº 012.881/2005-6, de relatoria do Ministro Augusto Nardes, o Ministro Raimundo Carreiro, na Presidência, informou à Segunda Câmara que o Dr. Andreive Ribeiro de Sousa - OAB/DF nº 31.072, requereu e teve deferido pedido para promover sustentação oral em nome de Laércio Portela Delgado. E, que devidamente notificado, por meio da publicação da Pauta no Diário Oficial da União, declinou de promover a referida sustentação oral.

No tocante ao processo nº 007.932/2007-2 com o Apenso nº 030.145/2007-6, de relatoria do Ministro José Jorge, o Presidente, Ministro Augusto Nardes, informou à Segunda Câmara que o Dr. Walter Costa Porto - OAB/DF nº 6.098, requereu e teve deferido pedido para promover sustentação oral em nome de Paulo de Tarso Lustosa da Costa. E, que devidamente notificado, por meio da publicação da Pauta no Diário Oficial da União, declinou de promover a referida sustentação oral.

PEDIDO DE VISTA

Diante de pedido de vista formulado pelo Ministro José Jorge (art. 112 do Regimento Interno), foi suspensa a discussão e votação do processo nº 017.629/2007-4. Apresentou sustentação oral no referido processo, o Dr. José Luís Wagner, em nome de Norton Nohama.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 5/2012 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:
a) nºs 015.613/2005-9, 016.701/2010-0 e 029.144/2010-8 (Ministro Augusto Nardes);
b) nºs 013.973/2004-6, 012.573/2005-8 (com os Apensos nºs 019.090/2007-0 e 029.455/2006-8), 020.735/2009-5, 020.813/2009-3, 021.208/2009-5 e 022.096/2009-1 (Ministro Aroldo Cedraz);
c) nº 008.700/2006-4 (Ministro Raimundo Carreiro);
d) nºs 001.893/2008-3, com os Apensos nºs 007.197/2011-0 e 007.284/2011-0 (Ministro José Jorge);
e) nº 009.823/2010-7 (Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa); e
f) nºs 004.911/2004-4, 008.033/2008-3 e 028.384/2009-4 (Ministro-Substituto André Luís de Carvalho).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Raimundo Carreiro, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Augusto Nardes.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos, às dezessete horas e onze minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 1º de março de 2012.
AUGUSTO NARDES
Presidente

EXTRATO DA PAUTA Nº 6/2012
(Sessão ordinária de 6 de março de 2012, às 16h)

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-000.473/2005-0
Natureza: Tomada de contas especial
Responsável: espólio de José Dalton Vital da Silva (CPF 018.188.996-04)
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Advogado constituído nos autos: não há

TC-000.790/2011-7
Natureza: Representação
Entidade: Serviço Social do Comércio - Sesc/RN
Advogado constituído nos autos: não há

TC-000.886/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sutero dos Santos Araújo Neto
Entidade: Hospital das Forças Armadas
Advogado constituído nos autos: não há

TC-000.913/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Irio da Silva e outros
Órgão: Advocacia-Geral da União
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-003.052/2012-5
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura de Vila Velha - ES
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.842/2011-8
Natureza: Representação
Entidade: Secretaria de Estado de Saúde do Acre
Advogado constituído nos autos: não há

TC-006.046/2011-8
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda
Entidade: Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre/MME
Advogados constituídos nos autos: Daniel Marcelino (OAB/SP 149.354), José Henrique Cabello (OAB/SP 199.411) e Jéssica Checon (OAB/SP 260.761)

TC-007.376/2011-1
Natureza: Monitoramento
Entidade: Prefeitura de Mossoró - RN
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.396/2010-4
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura de São José de Ubá - RJ
Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-007.415/2010-9
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura de São Mamede - PB
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.508/2010-7
Natureza: Representação
Entidade: Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.514/2010-7
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura de Pedro Velho - RN
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.722/2009-0
Natureza: Monitoramento
Entidade: Controladoria-Geral da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.227/2009-7
Natureza: Recurso de reconsideração (TCE)
Recorrente: Maria Sédima de Lima Marciano
Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte - ECT/TN
Advogado constituído nos autos: Adriano Conceição Abílio (OAB/SP 176.563)

TC-013.749/2011-0
Natureza: Monitoramento
Entidade: Prefeitura de Caiçara do Rio do Vento - RN
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.751/2011-5
Natureza: Monitoramento
Entidade: Prefeitura de Caiçara do Rio de Vento - RN
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.429/2011-7
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura de Major Izidoro - AL
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.211/2006-0
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Valmar Correa de Andrade, Francisco Fernando Ramos de Carvalho e Maria Lucia Alves Valois
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.578/2008-1
Natureza: Prestação de Contas.
Exercício de 2007
Responsáveis: Rômulo Soares Polari (CPF 003.406.424-91), Marcelo de Figueiredo Lopes (CPF 095.515.907-59), Francisco Essenine e Silva (CPF 082.109.774-15), José Fernandes Pimenta Júnior (CPF 086.931.104-20), Rita de Cássia Souza Medeiros (CPF 141.024.554-34)
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.537/2008-8
Natureza: Prestação de Contas.
Exercício de 2007
Responsáveis: Adriana Clairefont Melo Couceiro (CPF 430.195.282-91); Aldair da Silva Guterres (CPF 252.122.492-87); Alfredo Castro de Menezes (CPF 148.273.522-91); Almir Trindade de Souza (CPF 159.006.302-34); Americo Felipe Vilhena Dutra (CPF 117.840.402-15); Ana Alice Vilhena do Nascimento (CPF 071.372.492-72); Ana Maria Maciel Serrao (CPF 028.992.642-49); Angela Maria Gomes de Pinho (CPF 166.279.202-63); Antonio Jorge Gomes Abelem (CPF 306.235.022-91); Antonio Lemos Mattar (CPF 006.010.632-87); Antonio Mauricio Veloso Lima (CPF 049.047.612-00); Aurora Pereira Alves (CPF 301.512.442-00); Adolfo da Silva Pereira Lima (CPF 023.786.042-20); Alan Tamer Vasques (CPF 656.665.852-15); Alda Lúcia da Costa Camelo (CPF 245.307.002-91); Aldina Penha E Silva (CPF 118.515.622-49); Alemar Dias Rodrigues Junior (CPF 126.718.862-68); Alex Bolonha Fiúza de Mello (CPF 043.943.802-00); Alice de Souza Melo (CPF 032.083.892-72); Alrelena Maia Barbosa (CPF 063.554.472-53); Aluizio Marinho Barros Filho (CPF 172.163.032-53); Amaury Braga Dantas (CPF 089.676.102-97); Ana Beatriz Fernandes Galende (CPF 066.192.742-34); Ana Clotildes Colares Gomes (CPF 056.124.622-04); Ana Cristina Pantoja Trindade (CPF 134.975.452-87); Ana Dolores Ribeiro Dos Anjos (CPF 081.460.712-87); Ana Maria Mota Noronha (CPF 353.842.632-53); Angela Maria Miranda Silva (CPF 081.217.452-68); Angela Maria Nascimento de Paiva (CPF 099.175.942-72); Angela Maria Pereira de Melo (CPF 392.468.502-97); Angela Maria Rodrigues Santos (CPF 098.673.502-78); Angela Maria Vale da Rosa (CPF 165.902.602-49); Angela Vanete Casali Rodrigues Fernandes (CPF 373.035.110-91); Antonio Ronaldo Teixeira Jatene (CPF 006.137.382-68); Antônio José de Barros Neto (CPF 238.209.422-20); Arquimimo Barroso de Almeida Filho (CPF 039.578.532-49); Aurenice de Abreu Pereira Vicari (CPF 126.991.102-30); Balbina de Nazare Dos Santos (CPF 044.178.522-00); Candida Pavao Dos Santos (CPF 083.576.842-20); Carlos Eduardo de Oliveira Nogueira (CPF 654.604.132-49); Carlos Martins Fonseca (CPF 081.964.272-04); Cecilia Rodrigues da Silva (CPF 118.209.422-87); Claudionor Meireles Garcia (CPF 071.155.202-91); Caritas Lopes de Souza (CPF 080.959.652-00); Carlos Barbosa Pena (CPF 026.563.882-87); Carlos Renato Lisboa Frances (CPF 257.127.642-53); Celso Rosivaldo de Melo Pereira (CPF 271.453.102-44); Cleide Raiol Nascimento (CPF 221.705.702-25); Clemildo Raimundo Palheta (CPF 038.819.382-49); Clodoaldo Costa de Nazaré (CPF 105.806.382-00); Conceição do Socorro Pantoja Moreira (CPF 227.781.442-34); Cristina Kazumi Nakata (CPF 751.653.682-20); Darciel Bezerra de Oliveira Filho (CPF 157.962.642-49); Daniela Vianna Cortez de Souza (CPF 377.567.962-68); Dario Masayuki Otake (CPF 212.772.902-10); Emina Marcia Nery Dos Santos (CPF 279.987.462-20); Eunice Ferreira Dos Santos (CPF 038.734.042-49); Edilziete Eduardo Pinheiro de Aragão (CPF 038.815.042-49); Edson Ferreira de Moraes (CPF 048.584.252-15); Eliana Meriam Miranda Dos Santos (CPF 044.554.952-15); Elidia Brito de Oliveira (CPF 118.556.732-15); Elizabeth de Assis Dias (CPF 081.134.082-15); Emanuel Araújo Mesquita (CPF 081.408.802-30); Ester Helena Brabo Arero (CPF 081.414.282-68); Eulerio Jardim de Oliveira Junior (CPF 174.661.132-49); Fernando Nunes Ferreira (CPF 047.363.202-06); Francisca Maria Gomes Cozzi (CPF 069.437.482-20); Francisco Cintra de Souza (CPF 124.043.062-00); Francisco Moreira Lopes (CPF 037.537.602-00); Francisco Carlos Nascimento Batista (CPF 109.662.422-20); Francisco Cid Malato Pinheiros Lopes (CPF 056.119.972-87); Francisco Jorge Rodrigues Nogueira (CPF 019.618.372-34); Francisco Jorge Dos Santos Farias (CPF 211.655.562-00); Francisco Rodrigues Freitas (CPF 273.391.067-15); Gabriel Antonio Ribeiro de Oliveira (CPF 332.773.202-78); Gilney Luis Silva de Alencar (CPF 674.007.012-15); Gilmar Wanzeller Siqueira (CPF 071.100.732-20); Guilherme Augusto Soares (CPF 108.976.662-91); Hailton Correa Nascimento (CPF 056.436.942-04); Heliton Ribeiro Tavares (CPF 245.891.952-91); Herve Louis Ghislain Rogez (CPF 508.489.252-20); Hilton Dos Santos Almeida Filho (CPF 048.082.662-53); Honorino de Souza Carneiro (CPF 089.914.992-87); Ivanilson da Costa Araujo (CPF 255.110.502-10); Idelza Barata Costa (CPF 102.362.102-97); Iracema Rodrigues Dias (CPF 062.186.442-00); Iracy de Almeida Gallo Ritzmann (CPF 208.367.322-00); Izabel Cristina Colares Gomes (CPF 372.159.142-91); Joao Cauby de Almeida Junior (CPF 331.280.142-72); Joao da Cruz Santiago (CPF 008.953.502-20); Joao Luiz Lima de Freitas (CPF 187.300.512-15); Joao Valente Dolzane do Couto (CPF 055.731.492-53); Jorge Luiz Coutinho Tavares (CPF 033.192.612-15); Jose Amaro Ferreira da Silva (CPF 197.706.852-91); Jose Guilherme Barbosa Dergan (CPF 171.100.762-53); Jose Maria Gomes da Silva (CPF 057.243.092-20); Jose Otavio Correra Silva Junior (CPF 227.752.772-68); Jose Pont Vidal (CPF 735.007.201-53); Jeannette Maria da Silva Almeida (CPF 117.396.732-04); Jefferson Wagner E Silva Galvao (CPF 396.295.382-53); Joao Crisostomo Weyl Albuquerque Costa (CPF 096.790.902-30); Joao Farias Guerreiro (CPF 047.044.872-53); Jose Edison Ferreira (CPF 370.728.118-34); Jose Maria E Souza Junior (CPF 218.693.322-53); Jose Miguel Martins Veloso (CPF 684.192.528-91); Jose Nazareno Primo Cerqueira (CPF 197.779.732-68); Jose Osmar da Rocha Machado (CPF 105.485.562-53); José Batista de Oliveira Santana (CPF 062.647.512-00); João Crisostomo da Silva (CPF 058.838.812-20); João Paulo Mendes Filho (CPF 070.730.972-72); João de França Mendes Neto (CPF 517.917.902-59); Julieta Cristina de Andrade Jatahy (CPF 392.380.082-72); Jussara da Silveira Derenji (CPF 069.239.090-15); Karina Elainy Mouzinho Bordalo (CPF 150.559.902-44); Leila Maria Costa Arantes (CPF 056.312.892-53); Lilia Mara Ayres Lima (CPF 251.742.742-91); Luciana Miranda Costa (CPF 073.960.618-22); Luis Vanderlei Sarmento Gonzaga (CPF 116.112.782-87); Laura Magalhaes Lobato (CPF 128.470.892-68); Licurgo Peixoto de Brito (CPF 081.431.612-34); Lucia Coutinho Almeida (CPF 094.951.932-49); Luiz Acacio Centeno Cordeiro (CPF 042.265.262-87); Luiz Armando Souza Pinheiro (CPF 596.433.587-04); Luiz Otávio Mota Pereira (CPF 000.158.302-68); Lurline Soares da Rocha (CPF 127.926.672-49); Marcio Pinheiro de Aragao (CPF 685.331.872-20); Marco Antonio Bentes Souza Costa (CPF 047.732.092-91); Margaret Moura Refkalefsky (CPF 022.829.332-49); Maria de Fatima Vasconcelos da Costa (CPF 109.514.402-25); Maria de Jesus Alves de Araujo (CPF 227.261.792-15); Maria de Lourdes Rodrigues da Silva (CPF 055.885.702-78); Maria de Nazare da Costa Cardoso (CPF 012.259.792-34); Maria do Perpetuo Socorro Araujo do Rosario (CPF 086.162.722-91); Maria do Socorro Formento da Silva (CPF 393.209.362-34); Maria Josefa Juviniano Quadros (CPF 067.290.372-53); Maria Leonardo de Lima Pinheiro (CPF 030.120.002-59); Maria Lucia Langbeck Ohana (CPF 063.385.932-04); Maria Ludetana Araujo (CPF 038.410.902-06); Maria Pascoa Sarmento de Sousa (CPF 654.896.162-53); Maria Regina Mendonca Machado (CPF 139.913.532-53); Maria Rosangila Xavier Serique (CPF 083.505.072-68); Mariangela da Penha Monteiro Lopes (CPF 120.721.842-15); Marianne Kogut Elias Quevici (CPF 827.596.427-04); Marilene Pinho da Costa (CPF 175.441.732-91); Mauricio de Jesus Nunes da Silva (CPF 706.672.502-63); Miguel Nazareno da Silva E Silva (CPF 260.731.882-34); Madeleine Monica Athanazio (CPF 149.454.101-78); Manoel do Carmo Silva (CPF 086.327.662-87); Marcus Vinicius Menezes Neto (CPF 153.389.322-53); Maria Aparecida do Amaral Gama (CPF 060.677.478-55); Maria Bernadete Souto do Nascimento (CPF 076.445.232-00); Maria Bernadeth Paixão Coroa (CPF 104.544.892-34); Maria Brasil de Lourdes Silva (CPF 446.918.076-91); Maria Cristina Cesar de Oliveira Cascaes Dourado (CPF 098.496.022-87); Maria Francisca Pena Lima (CPF 174.370.912-91); Maria Helena Azevedo Duarte (CPF 061.742.052-15); Maria Helena de Freitas Vale (CPF 128.665.632-04); Maria Hilda de Medeiros Gondim (CPF 013.042.592-34); Maria Inez de Oliveira Alvino (CPF 056.958.052-87); Maria Lucia Cunha Nascimento (CPF 047.155.002-72); Maria Marlene Alvino Teixeira (CPF 063.439.702-82); Maria Rita Pinheiro Sotero (CPF 049.089.612-04); Maria Suely Matias Palheta (CPF 331.160.402-49); Maria da Graça Fernandes Reimão (CPF 109.333.792-34); Maria Das Graças Lima de Lima (CPF 037.476.112-49); Maria de Nazare Barbosa da Cunha (CPF 181.104.442-53); Maria de Nazare Progenio de Almeida (CPF 092.585.232-53); Maria de Nazaré Mendonça Saldanha (CPF 093.630.092-20); Maria do Rosario de Fatima Santos de Mattos (CPF 024.616.502-25); Maria do Socorro Palheta Silva (CPF 198.101.052-15); Maria do Socorro Quaresma Sacramento (CPF 153.842.172-00); Marly de Fatima Carvalho de Melo (CPF 142.945.038-07); Nazareno Vitorino da Silva (CPF 008.871.452-72); Neila de Nazare Gomes de Oliveira Ferreira (CPF 116.703.472-49); Neusaly Vilhena Dib Taxi (CPF 126.799.172-00); Nadia Cristina Nogueira de Almeida (CPF 166.662.592-20); Nazare de Jesus Nogueira Magalhaes (CPF 410.089.282-91); Nelma Conceição Das Dores Almeida (CPF 117.378.672-49); Nemisa Suely Ribeiro Teixeira (CPF 089.562.512-15); Ney Cristina Monteire Oliveira (CPF 172.832.132-87); Nilce Lameira de Souza Gonçalves (CPF 128.720.082-68); Odilon Pacheco Sa Goncalves (CPF 096.799.362-87); Odete Sena da Costa (CPF 103.796.222-20); Olgaises Cabral Maoes(CPF 026.297.202-68); Otavia Olivia Monteiro de Lima (CPF 096.747.722-00); Pedro Nahum Goncalves (CPF 032.893.202-78); Paula Ivana Freire da Fonseca (CPF 064.284.602-20); Paulo Estevao Lopes de Souza (CPF 166.250.132-34); Paulo Fernando de Moraes Barradas (CPF 255.081.302-25); Paulo Sergio de Sousa Gorayeb (CPF 094.495.232-15); Paulo Sérgio Seabra Gomes (CPF 029.913.902-63); Pedro Paulo da Costa Coroa (CPF 116.632.942-91); Raimundo Lima da Silva Matos (CPF 128.231.472-68); Raquel Trindade Borges (CPF 280.357.552-34); Rita Ascencao Carvalho de Melo (CPF 158.631.402-59); Rita de Nazare Veras de Oliveira (CPF 147.222.322-53); Rafael Freitas de Morais (CPF 756.879.092-49); Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno (CPF 086.445.352-34); Ranilda Gama de Souza (CPF 184.486.662-91); Raunita Elias Brando (CPF 071.289.402-00); Regina Fatima Feio Barroso (CPF 028.920.222-15); Regina Maria Furtado Garcia (CPF 137.699.442-91); Reinaldo Augusto Mota de Souza (CPF 042.071.062-00); Risia Conceição Santos Silva (CPF 144.428.762-15); Roberto Dall Agnol (CPF 157.222.950-00); Rosa Maria Vidal Pena (CPF 029.875.702-87); Rosaria de Fatima Miranda Fenzl (CPF 055.600.122-20); Rosemary Marcondes (CPF 237.473.152-91); Sandra Maria Barroso de Almeida (CPF 169.642.762-20); Sebastiao de Lima Cerdeira (CPF 033.019.232-91); Sergio Goncalves Lima (CPF 046.369.532-15); Sheila Freire de Oliveira (CPF 726.014.342-87); Sandra Maria de Azevedo Carvalho (CPF 032.745.782-15); Selma Dias Leite (CPF 062.271.202-00); Sibele Maria Bitar de Lima Caetano (CPF 184.511.012-91); Silvana Nascimento da Silva (CPF 271.045.082-87); Silvia Helena Dias de Arruda Camara Brasil (CPF 121.866.002-34); Silvia Maria Bitar de Lima Moreira (CPF 044.388.172-34); Simone Andrea Lima do Nascimento (CPF 229.065.172-91); Sinfronio Brito Moraes (CPF 055.487.212-91); Sonia Maria Pereira Rabelo (CPF 043.625.352-68); Sueudo Antonio Cardoso da Costa (CPF 258.362.851-87); Susan Denise Alves Feitosa Pinheiro (CPF 379.852.562-53); Suzana Regina Gurjao (CPF 055.919.102-20); Telma Cristina Pinto de Souza (CPF 127.448.082-53); Thelma Lucia de Vasconcelos Colares (CPF 062.665.412-20); Ubiratan Holanda Bezerra (CPF 042.300.002-00); Valdomiro Fonseca Furtado (CPF 055.455.012-15); Valeria Gomes da Camara (CPF 374.396.002-82); Vera Lucia Jacob Chaves (CPF 153.218.602-97); Vera Lucia Queiroz Cardoso (CPF 055.864.452-04); Vera de Nazare Motta Conceiçao (CPF 252.705.082-49); Vivete Muniz Teixeira (CPF 011.010.212-68); Walfredo Avila Dos Santos (CPF 187.236.752-68); Walzene Cardoso Costa (CPF 332.961.032-87); Waldene Brandao de Oliveira (CPF 093.663.422-72); Walquiria Gomes Correa (CPF 211.724.472-68); Walter Pinto de Oliveira (CPF 109.101.582-15); Wilma Oliveira Portilho (CPF 044.395.702-91); Wilson da Costa Barroso (CPF 103.563.472-49)
Entidade: Universidade Federal do Pará
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.831/2007-2
Natureza: Prestação de Contas.
Exercício de 2006
Responsável: Amaro Henrique Pessoa Lins (CPF 128.476.154-15)
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.392/2009-0
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda (37.517.158/0001-43); Vasco Rufino da Silva (027.388.214-72)
Entidade: Prefeitura de Novo Lino - AL
Advogados constituídos nos autos: Válber Melo - OAB/MT 8.927, Luiz Mario do Nascimento Junior - OAB/MT 12.886 e Jadson Coutinho de Lima - OAB/AL 3085

TC-020.489/2009-0
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Ronildo Pereira Medeiros, ex-secretário municipal de saúde (CPF 793.046.561-68), Planam - Indústria, Comércio e Representação (CNPJ 37.517.1158/0001-43) e sua sócia-administradora Cléia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91); Frontal - Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda. e seu sócio-administrador Ricardo Lins Paixão (CPF 084.478.704-30)
Entidade: Prefeitura de Pesqueira - PE
Advogado constituído nos autos: Válber Melo (OAB/MT 8.927) e Augusto Assumpção (OAB/MT 13.279)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-020.498/2010-1
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura de Miguel Pereira - RJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.593/2010-4
Natureza: Tomada de contas.
Exercício de 2009
Responsáveis: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, CPF 318.800.881-34; Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior, CPF 398.896.531-68; e Jorilson da Silva Rodrigues, CPF 539.910.361-34
Entidade: Secretaria Executiva do Ministério da Justiça - SE/MJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.205/2009-3
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Célia Rejane Neves Monteiro Fraga (983.907.758-91); Marco Antônio Nassif Abi Chedid (054.797.658-50); Nabi Abi Chedid (013.905.118-04); Silvia Maria Kury de Souza (022.224.768-10)
Órgão: Tribunal Superior Eleitoral - TSE
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.626/2010-8
Natureza: Monitoramento
Entidade: Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.066/2011-4
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura de São Gonçalo do Amarante - RN
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.607/2011-5
Natureza: Tomada de contas especial
Responsável: Carmelita Carmem de Lima (CPF 837.276.474-34)
Entidade: Prefeitura de Jardim de Angicos - RN
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.082/2010-5
Natureza: Tomada de contas especial
Responsável: João Carlos de Souza Maia (CPF 109.178.021-87)
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.325/2009-9
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Maria Auxiliadora Souza dos Anjos (037.565.562-04); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (155.291.692-87); Sérgio Cabeça Braz (025.383.502-04); Wilson Tavares Von Paumgartten (029.828.622-04).
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet/PA
Advogados constituídos nos autos: Luiz Carlos dos Anjos Cereja (OAB/PA 6977); Carla Ferreira Zahlouth (OAB/PA 5719); Cleide Cilene Abud Ferreira (OAB/PA 5796)

TC-027.474/2007-2
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura de Jataí - GO
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.047/2010-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Solange Silveira Medeiros (CPF 915.834.629-53)
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Santa Catarina
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.074/2010-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Secretaria Executiva do Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.281/2010-5
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Carmem Lucia de Almeida Amaral Pimenta (730.494.767-53); Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (00.394.544/0212-63); Luiz Carlos da Rocha (396.763.907-04); Paulo César Rondinelli (367.095.307-87); Sergio Albino de Souza Castilho (007.935.747-49)
Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.402/2008-0
Natureza: Monitoramento
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.145/2011-6
Natureza: Prestação de Contas.
Exercício de 2010
Responsáveis: Alessandri Vieira Lima (418.165.282-34); Ana Ruthe Martins de Araujo (225.495.952-20); Caio Rodrigo Pellim (213.535.088-54); Maria Lilibete Souza da Silva (074.936.142-53); Maria de Fátima da Silva (055.034.692-91); Rejane de Melo Horta (074.658.822-49); Rodolfo Bras da Silva (077.368.432-87); Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes (273.930.462-53)
Entidade: Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.315/2011-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.474/2011-7
Natureza: Representação
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.488/2011-8
Natureza: Monitoramento
Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.680/2010-8
Natureza: Monitoramento
Entidade: Prefeitura de Juruena - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.980/2011-0
Natureza: Representação
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Advogado constituído nos autos: não há

TC-035.177/2011-0
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura de Pendências - RN
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-001.480/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amanda Nascimento de Lima (904.982.407-20); e outros
Unidade: Departamento Nacional de Produção Mineral - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.676/2012-1
Natureza: Representação
Interessado: Delegacia de Polícia Federal em Bauru/SP
Unidade: Município de Jaú - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.921/2012-0
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secex- RJ
Unidade: Universidade Federal Fluminense - UFF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.099/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Apoena de Oliveira Lopes (610.940.481-00); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - Mj
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.393/2012-0
Natureza: Reforma
Interessados: Ailson Vianna do Nascimento (087.717.157-20); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.667/2004-6
Natureza: Prestação de Contas Simplificada -
Exercício: 2003
Responsáveis: Antonio Freire Nobre (028.128.942-53); e outros
Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.952/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joelita Alves de Souza Mendonça (768.332.835-91); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.088/2008-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elza de Souza Serra (656.814.365-00); Maria Haida Soares dos Santos (711.614.735-72)
Unidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.749/2011-4
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2010
Responsáveis: Marcelo Perrupato e Silva (CPF: 010.821.326-91), e outros
Unidade: Secretaria de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes (SPNT/MT)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.999/2011-4
Natureza: Representação
Interessado: Hidrosupply Equipamentos e Serviços Ltda. (04.632.601/0001-78)
Unidade: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM/PI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.565/2011-1
Natureza: Representação
Interessado: Corregedoria Regional de Polícia/Sup. Regional em São Paulo/Departamento de Polícia Federal/MJ
Unidade: Município de Peruíbe - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.356/2010-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Heloísa Lopes Miranda (810.278.937-91); e outros
Unidade: Senado Federal - SF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.607/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Hilario Dias (326.928.498-50); e outos
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.948/2010-7
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secex-6
Unidade: Advocacia-Geral da União (AGU)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-000.605/2012-3
Natureza: Representação
Interessada: Secretaria de Controle Externo - Secex/RO
Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RO (Secex-RO)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.843/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Catizane de Sá (124.936.516-34); e Maria Cândida do Nascimento (405.210.286-04).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.044/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline da Silva Gomes (064.892.446-75) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.048/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abílio Tomaz Coelho da Silva (066.766.686-96) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.122/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Alcântara (739.177.459-68) e outros
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-001.124/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Almino Afonso de Oliveira Paiva (011.848.244-01) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.130/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Moreira da Silva (040.273.716-40) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.134/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Williams Torres Borba (038.832.034-67) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.189/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Queiróz Fernandes (057.418.154-72)
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-Árido/RN - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.192/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Henrique da Costa Gallo (001.115.032-72)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.200/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Gomes da Silva (020.931.894-53); e João Ferreira Azevedo (003.510.164-49).
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.208/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ivo Ferreira Neto (005.902.154-34)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.210/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Fernandes Soares de Souza (002.665.664-72)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.357/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Raphael de Aquino Gomes (011.855.471-93)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.408/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Aida Rodrigues de Mendonça (016.095.397-96) e outros
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.411/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Sheila Alves Dias da Silva (049.321.789-48)
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.490/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Elena Travassos Silva (161.758.594-72) e outros
Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.519/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Aparecida Rodrigues (345.028.581-53)
Órgão: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.524/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Eli Eni Soares Tolentino (325.293.336-53); e Maria Rita Martins dos Santos (655.295.456-53).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.526/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adriana de Cassia Sabino (012.642.056-43) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.551/2012-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Adelice Rita de Jesus (009.669.656-71); e Ariadna Ladeira Veloso (430.794.406-25).
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.617/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Aparecida Rodrigues Vieira (182.433.046-49) e outros
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.625/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Roberto de Medeiros (183.511.079-72)
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.086/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Reinaldo Bossmann (000.124.329-20)
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.400/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Regina Suarez Dultra (775.803.035-15) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.486/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Ivani Silva dos Santos (097.486.968-63)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.443/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Drumond Xavier Cavalcanti Lima (020.500.054-15)
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.052/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Francisco de Assis Bandeira (110.061.884-87)
Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.066/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Silveira Lemos de Sousa Carneiro (056.214.716-01) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.069/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Jonathan Hoss (056.951.549-10) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.084/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Pereira de Araújo (894.437.305-10); e Rogério Araújo de Miranda (979.721.502-49).
Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.114/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eltton Ricardo de Lima Carneiro (714.217.182-00) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.119/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Guilherme Otavio Lima Paim (835.901.617-87)
Entidade: Instituto Federal do Rio de Janeiro/Unid. RJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.121/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano de Souza Freitas (022.180.005-04) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.135/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marlo do Nascimento (052.833.059-45) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.140/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rosale de Mattos Souza (718.833.637-72)
Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.332/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alexandre Gonçalves Garcia (582.544.550-15)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-004.336/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Jamila Khalil Mahmud Abdel Hamid Zardeh (595.851.290-00)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.350/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Igor Salomão Teixeira (045.850.796-29)
Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.358/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marcia Regina Curado Pereira Mariano (104.106.578-75)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.371/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bea Carla Flores Machado (030.853.637-18)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.381/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira (056.939.477-50) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.382/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudio Castro de Jesus (863.406.387-91) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.394/2006-9
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2005
Responsáveis: Hidembergue Ordozgoith da Frota, Neuza Inez Lahan Furtado Belém (048.460.282-91) e outros
Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - UFAM/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex/AM)
Advogados constituídos nos autos: Gustavo Cortês de Lima (OAB-DF nº 10.969) e outros

TC-019.547/2008-4
Natureza: Prestação de Contas Simplificada - Exercício 2007
Responsáveis: Antônio Cardoso (028.892.342-15); Antônio da Silva Ferro (004.206.542-91); Carlos Fernandes Xavier (017.341.485-00); Carlos Melo Júnior (354.564.343-34); Edivaldo Oliveira Santos (225.099.681-49); Edson Ary de Oliveira Fontes (028.745.122-49); José Conrado Azevedo Santos (001.215.332-04); José Roberto Pontes do Espírito Santo (105.063.492-68); José Antônio de Freitas Garcia (171.757.552-87); João Antônio Correa Pinto (097.047.012-68); Luiz de Gonzaga da Costa Mascarenhas (043.833.202-44); Luz Marina Sena (174.729.702-04); Manoel Antônio Quaresma Rodrigues (086.151.602-87); Nehemias Medeiros de Oliveira (039.289.502-15); Regina Glória Pinheiro de Oliveira Silveira (061.727.252-20); Rosângela Correa Moraes (236.673.702-53) e Tayan Roberto Silva Martinez (639.446.772-34)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (Secex/MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.339/2009-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Iris Luciane de Melo Moraes (011.837.414-13) e outros
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa - Superintendência Estadual/PE
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.779/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Apolônio das Dores (205.048.706-10) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.988/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Airton José Ceregatti (464.701.078-34) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.000/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcino da Silva (863.398.938-72) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.048/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalberico Souza Lima (283.029.077-15) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.050/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Cláudio Gallerani Penedo (225.063.497-15) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.058/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aderaldo José Carpinteiro Peres (039.040.244-34) e outros
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.207/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dinorá Piégas Mullet (322.503.390-15) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.398/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agrinaldo de Sousa Wanderley (029.412.521-34) e outros
Órgão: Ministério da Saúde (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.408/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agamenon Pereira de Matos (130.218.005-30) e outros
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.942/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Benedito de Paula (744.157.278-91) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.864/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rita Mendes de Faria (166.944.496-15) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.898/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Otávio Pereira Acioli (003.430.994-20)
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.376/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Roberto Petille (549.304.728-49)
Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.842/2011-1
Natureza: Representação
Representante: Empresa Limpecol Serviços Gerais Ltda. (03.790.751/0001-47)
Entidade: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (HC/UFG)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (Secex-GO)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.910/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Suelen Fagundes de Sá Delduque (727.255.321-91)
Entidade: Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação (SAA/SE/MEC)
Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (Secex-6)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-000.788/2012-0
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social de Palmas/TO - INSS/TO.
Interessada: A Tocantinense Limpeza e Conservação Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.001/2001-1
Apenso: TC 004.009/2010-0 (Cobrança Executiva).
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santana/AP.
Responsáveis: Edifica Engenharia Ltda (23.074.719/0001-72); Judas Tadeu de Almeida Medeiros (037.230.972-00); Prefeitura Municipal de Santana/AP (23.066.640/0001-08); Roberto Luiz Chaves de Souza (036.659.842-20).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.453/2011-9
Natureza: Acompanhamento.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Goiânia/GO.
Interessada: Secretaria de Controle Externo em Goiás - Secex/GO.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.231/2010-0
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: 7º Depósito de Suprimento/CMNE/7ª RM/7ª DE.
Interessada: N & N Peças e Serviços Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.196/2011-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício 2010.
Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de Pernambuco - Senai/PE.
Responsável: Jorge Wicks Corte Real e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.301/2011-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego - SPPE/MTE.
Responsáveis: Associação Catarinense Para Integração do Cego (83.598.136/0001-72); Augusto Estefano Becker (223.685.589-34); José João Tavares (215.989.409-53); Marli Barrentin Nacif (141.267.619-34); Renato Brittes (200.617.069-49).
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-030.729/2011-4
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: Conselho Regional de Contabilidade no Amazonas.
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-001.153/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - TRT/SE
Interessado: Wesley Andrade Silva (CPF 013.508.945-08)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-001.154/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - TRT/RN
Interessados: Adriano de Oliveira Othon (CPF 050.083.394-00); Anderson Luiz da Silva Clemente (CPF 054.548.394-85); Angela Ribeiro de Jesus Almada Lima (CPF 989.331.593-04); Anne Emily Cintra Marques (CPF 002.972.433-30); Bruno Franco de Sant'Anna (CPF 091.668.377-07); Cecília Moreira Silva (CPF 839.538.255-34); Cláudio Pereira de Medeiros (CPF 061.388.644-50); Cristiano Carvalho Fialho (CPF 006.539.953-69); Francesca Germana Quezado Gurgel Soares (CPF 644.716.243-34); Guilherme Camurça Filgueira (CPF 025.083.023-09); Heber Fernandes Souza (CPF 034.590.504-03); Ivan Sampaio Mendes (CPF 026.936.123-57); Jorge Delamare Lucena Nascimento (CPF 063.157.644-44); João Nilson Kaliniewicz Rêgo (CPF 065.484.994-33); Katianne Myrella Cavalcanti Pereira (CPF 045.089.934-94); Leandro Anésio Coelho (CPF 048.522.866-12); Leandro do Nascimento de Souza (CPF 048.904.064-09); Luana de Oliveira Faria (CPF 995.433.971-04); Luis Guilherme Zanlourensi (CPF 018.226.009-79); Luiz Ricardo Nocrato Soares (CPF 003.738.743-08); Manuela Santos de Andrade (CPF 013.384.034-43); Maurílio Fernandes de Freitas (CPF 409.932.993-34); Mayara Carvalho Ximenes Veras (CPF 026.973.123-74); Menandro Alves Araujo Filho (CPF 025.132.535-07); Michele Marquesini Silva (CPF 070.583.256-26); Nagila Nogueira Gomes (CPF 321.303.683-87); Natali Lourenço de Almeida (CPF 056.515.674-88); Nostradamos de Medeiros Lins (CPF 490.042.554-00); Paulo Rodrigo de Oliveira Maia (CPF 009.431.044-08); Rachel Nascimento Freire de Andrade (CPF 046.347.424-46); Rafael Ferreira Teixeira (CPF 109.144.607-57); Rodrigo Fernandes de Lima (CPF 009.357.174-71); Thaise Lucena Araújo (CPF 035.940.574-61); Thayse Fernandes Cardoso (CPF 055.858.064-59); Thiago Bellotti de Barros (CPF 094.077.007-55); Thiago Pessoa Capistrano (CPF 055.510.424-99); Thiago de Freitas Gomes (CPF 056.979.026-38); Valério Freire Dantas Pinheiro (CPF 013.594.074-56); e Érickson Thyago da Costa Araújo (CPF 076.893.994-10)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-001.402/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS
Interessada: Mariah de Mesquita Monteiro (CPF 053.845.174-25)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-001.487/2012-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Goiás - Incra/GO - MDA
Interessados: Euclides Prudencio da Silva Neto (CPF 026.829.211-67) e Nária da Silva Diniz (CPF 864.819.751-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.175/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessados: Aline Assad Ciriero (CPF 213.892.028-36); Beatriz Peixoto Gaiad (CPF 318.124.488-05); Bárbara Baldani Fernandes Nunes (CPF 331.791.138-71); Carlos Medeiros da Fonseca (CPF 101.276.257-20); Caroline Skaetta Alvarez (CPF 383.973.448-70); Daniele Comin Martins (CPF 280.186.698-99); Eleticia Marinho Mendes Gomes da Silva (CPF 098.919.177-03); Eliete Thomazini Perin (CPF 440.238.630-68); Eliseu Cardozo Barcellos (CPF 490.467.210-00); Flavia Cristina Silva Reis (CPF 052.761.806-36); Gustavo Triandafelides Balthazar (CPF 214.955.888-23); Jose Renato Dantas Xavier (CPF 273.416.928-20); Josias Alves da Silveira Filho (CPF 051.799.246-93); Karine Vaz de Melo Mattos Abreu (CPF 062.259.196-78); Karine da Justa Teixeira Rocha (CPF 633.653.913-04); Lucas Azevedo Abreu (CPF 302.404.758-10); Ludmilla Pereira de Almeida (CPF 870.622.671-04); Lyana Anderson Parrode Pacheco (CPF 005.218.801-90); Marcel Kleber Marinho (CPF 137.862.438-67); Marcelo Davi Bovo (CPF 314.466.448-04); Pablo Souza Rocha (CPF 019.165.855-31); Pedro Henrique Amorim Camões (CPF 325.606.188-50); Raphael Henrique Fonseca Guimarães (CPF 070.812.746-09); Raquel Aparecida Valias Sodre Pereira (CPF 324.154.688-86); Rosilene da Silva Nascimento (CPF 734.339.936-53); Régis Antônio Bersanin Niedo (CPF 302.727.738-32); Suzan Mara Pereira (CPF 251.206.668-17); Terezinha Cristina Ottoni Pereira (CPF 167.421.558-41); Vanderson Pereira de Oliveira (CPF 951.643.676-53); Victor do Nascimento Souza (CPF 353.060.578-61); Viviane Maria Neves da Rocha (CPF 016.321.955-93); e Wanessa Rodrigues Vieira (CPF 800.886.271-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.176/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE
Interessados: Cisalbane Santana Portela Richard (CPF 892.711.063-34); Deborah de Carvalho Cavalcante Albuquerque (CPF 619.362.943-20); e Gustavo Barbosa dos Santos (CPF 036.957.214-99)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.180/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessados: Fernando Brescia dos Reis (CPF 040.156.766-45); Gilberto Oliveira do Carmo Junior (CPF 902.868.806-44); e Sócrates de Souza Gama Neto (CPF 013.325.226-45)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.183/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS
Interessados: Carlos Alexsandro Silva da Costa (CPF 829.509.380-00); Carlos Eduardo Morsch Junior (CPF 013.542.680-40); Cesar Augusto de Arruda Regis (CPF 016.264.741-76); Cibele Almeida Nunes (CPF 022.887.970-10); Cristina Weizenmann (CPF 002.909.790-80); Deborah Graciano Martin (CPF 043.785.799-95); Deliane Pereira da Silva (CPF 071.061.156-06); Everton Luiz Kircher de Moraes (CPF 015.844.540-67); Fabricio Wagner Kalisewski (CPF 999.637.870-53); Gabriel da Rosa (CPF 009.145.810-23); Gisele Almeida Costa (CPF 938.358.840-34); Guilherme Villa Verde Castilhos (CPF 742.596.790-15); Indira Cunha de Lima (CPF 022.367.005-71); João Manoel Andre de Sousa (CPF 364.210.570-04); Lenildo Rodas Nobre (CPF 677.010.864-04); Lucas Cerato Germann (CPF 008.882.960-02); Luiz Fernando Bittencourt Moreira (CPF 003.763.760-66); Marcos Otavio Ludwig Nunes (CPF 806.934.740-68); Mathias da Silveira Theodoro Xavier (CPF 349.232.918-77); Monica Peruchi (CPF 007.318.120-00); Mychellinne Mota Nunes da Rocha Campelo (CPF 953.778.163-15); Patricia Vendruscollo (CPF 001.210.440-09); Renata Beneduzi (CPF 001.424.010-64); Suzana Catarine Radaelli (CPF 000.848.920-30); Tiago Augusto Cavalcanti (CPF 001.174.190-28); e Zanoni Dutra Freitas (CPF 941.497.200-53).
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.184/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessados: Alex Costa de Sousa (CPF 097.045.717-04); Carla Oliveira de Brito Barbosa (CPF 032.187.467-60); Giovanni Abner de Brito Junior (CPF 065.248.974-55); Jaisa Costa Barros (CPF 093.484.427-59); Luana Fernandes da Silva (CPF 057.451.777-48); Luciana Saramago Hess (CPF 034.331.437-14); Natalia Ariane dos Santos (CPF 112.376.177-90); e Neilton Cardoso Luiz Junior (CPF 098.745.557-50)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.185/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC
Interessadas: Iris Garcia Torres (CPF 052.772.259-60); Joyce Waterkemper Tristão (CPF 038.851.149-41); Juliana Scherer Spolaore (CPF 000.605.300-90); Keli Alves de Souza (CPF 005.160.609-70); Kelly Foligne Requena (CPF 034.281.349-82); Paola Karina Marchioro Sokoloski (CPF 025.919.469-73); e Samantha Potier de Camargo (CPF 007.864.519-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.367/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessada: Priscila La Gatta Carminate (CPF 083.185.006-01)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.369/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessadas: Isabelle Ferreira Costa (CPF 871.036.301-78) e Tatiana Carolina de Castro Araujo Silva (CPF 324.664.538-86)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.992/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS
Interessados: Diamélia Carvalho Soler (CPF 405.595.800-53); Diamélia Carvalho Soler (CPF 405.595.800-53); Eliane Aparecida Huning (CPF 915.144.879-34); Gabriela Huning da Silva (CPF 080.158.529-51); Jovilde Nardi (CPF 417.958.140-04); e Nathan Gomes Corona (CPF 022.512.550-10)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.350/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Buritirama - BA
Responsável: Arival Marques Viana (CPF 090.717.091-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.583/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessados: Leandro Garcia Santos (CPF 003.306.221-88); Leonardo Garcia Santos (CPF 003.306.051-78); e Palas Athene Chazelon Sauzedde Cabral Vasconcelos (CPF 046.992.651-11)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.501/2003-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Adelice Santos Dantas (CPF 062.789.735-53); Angelina Neves Silva (CPF 009.766.525-87); Antonia Fontes Argolo (CPF 008.397.445-87); Antonia Laurentina de Jesus (CPF 193.689.845-49); Antonio Bispo Alves (CPF 042.357.975-49); Avany Maria de Lima Pinto (CPF 090.861.455-15); Celso Alves Bastos (CPF 009.004.435-53); Heuler Carvalho Moreira de Souza (CPF 005.056.765-91); José Alves de Souza (CPF 035.113.085-34); José Santiago dos Santos (CPF 025.102.195-53); João Leite da Silva (CPF 012.684.655-34); Maria Rita Silva Oliveira (CPF 051.116.765-20); Nelson de Sant'Anna (CPF 009.652.195-34); e Renato Fernandes Cunha (CPF 008.756.195-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.758/2011-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Quijingue - BA
Interessado: Sr. Reginaldo Cavalcante Matos, vereador do Município de Quijingue/BA
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-008.700/2006-4
PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO (Pedido de Vista-art.119 do R.I.)
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
REVISOR: Ministro AROLDO CEDRAZ (ATA 21/2011)
Órgão: Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará.
Responsável: Antenor Manoel Naspolini (CPF 145.908.599-04).
Advogados constituídos nos autos: João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF nº 800-A), Antonio Newton Soares de Matos (OAB/DF nº 22.998) e Arthur Lima Guedes (OAB/DF nº 18.073).

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-015.466/2007-8
Natureza: Prestação de Contas Simplificada, exercício de 2006.
Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional de Mato Grosso do Sul - Sesi/DR-MS. Responsáveis (CPF/CGC): Alex Cesar Vilalba Pinto (614.543.201-25); Alfredo Fernandes (002.598.101-34); Arlene dos Santos Machado Zancanelli (250.258.991-68); Carlos Seiji Tsuge (139.623.371-72); Dorival Morales Ruiz Filho (403.213.391-34); Edis Gomes da Silva (102.767.771-15); Eloine Marques de Carvalho dos Santos (366.039.021-68); Eudes Oliveira Correa de Lima (358.083.571-87); Fabio Garcia de Morais Lemos (199.710.601-91); Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul - Fiems (15.461.767/0001-95); Genivaldo Torres Coronel (500.458.491-53); Heber Xavier (022.819.531-49); Irineu Milanesi (024.753.081-68); Iwan Bruno Szochalewicz (004.799.851-20); Luiz Tadao Oshiro (164.280.131-34); Marco Alexandre Alencar (554.409.591-49); Marcos Aurélio Macedo (254.832.691-87); Margit Fleck (445.930.071-00); Maria Cristina Bueno Sferra (205.644.731-20); Maria José dos Santos Souza (990.345.738-34); Marismar Soares Santana (156.986.291-53); Nei de Andrade Pina (500.593.431-68); Nilson Aparecido dos Santos (235.467.518-68); Olga Martins Torres (293.911.991-00); Paulo Renato Dolzan (078.920.390-15); Pedro Renato de Almeida Lara (073.715.861-15); Risilene Moreira de Souza (404.875.981-72); Roberto Vinicius Bertoni (293.105.048-20); Ronald Marcelo Campos da Conceição (465.131.911-49); Ruth Cunha de Oliveira Nogueira (164.376.751-87); Sadi Depauli (369.277.169-04); Vanda Lopes dos Santos (662.450.281-91); Washington Luiz Valente (174.403.190-87).
Advogado constituído nos autos: João de Campos Corrêa, OAB/MS 1.634.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-021.380/2007-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Espírito Santo - Setas/ES.
Responsáveis: Maria Helena Ruy Ferreira (CPF n.º 035.851.587-49), Maria Terezinha Silva Gianardoli (CPF n.º 214.521.807-68), Francisco de Morais (CPF n.º 451.515.807-44), Arízio Ribeiro Brotto (CPF n.º 577.999.207-00), Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM (CNPJ n.º 03.637.311/0001-54) e Flávio Augusto Cruz Nogueira (CPF n.º 840.668.227-20).
Interessada: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
Advogados constituídos nos autos: José Júlio dos Reis (OAB-DF nº 22.057), Renatta Lima de Oliveira (OAB-DF nº 19.879), Letícia Maria Ruy Ferreira (OAB/DF nº 18.361), Gisela Moreira Moysés (OAB/DF nº 22.596).

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-011.826/2009-2
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Responsável: José Geraldo de Souza Júnior (191.173.968-91)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-000.852/2012-0
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Gerência Executiva do INSS em Manaus/AM - INSS/MPS.
Interessado: Regina Coeli Viana Cavalcante (063.610.132-00).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.505/2012-2
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Gerência Executiva do INSS em Santos/SP - INSS/MPS.
Interessados: Anita Cabral de Azevedo (679.684.498-04); e Zoraide Candida de Oliveira Ferreira Gonçalves (021.540.278-22).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.826/2011-8
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Gerência Executiva do INSS em São Paulo - Centro/SP - INSS/MPS.
Interessada: Eunice Carvalho Fagundes (163.130.288-48).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.799/2011-1
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Gerência Executiva do INSS em São Paulo - Centro/SP - INSS/MPS.
Interessado: Rosa Bruning (534.512.449-34).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.967/2011-1
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Superintendência Estadual do INSS em Aracajú/SE - INSS/MPS.
Interessado: Jaime Ferreira Souza (006.846.005-87).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-012.573/2005-8
Apensos: TC 019.090/2007-0, TC 029.455/2006-8
Natureza: Embargos de Declaração
Unidade: Petrobras Distribuidora S. A. - MME.
Embargantes: DPZ - Dualibi, Petit, Zaragoza Propaganda Ltda. (62.123.948/0002-72); Fernando José Cunha (484.029.907-20); Luiz Rodolfo Landim Machado (596.293.207-20); Reinaldo José Belotti Vargas (471.680.567-00); Sérgio Carvalho Bandeira de Mello (374.979.527-49).
Advogados constituídos nos autos: Samuel Mac Dowell de Figueiredo (OAB/SP 29.393); Carolina Arid Rosa Brandão (OAB/SP 206.908); Claudiosmar Zupiroli (OAB/DF 12.250).

TC-013.973/2004-6
Natureza: Embargos de Declaração em Pedido de Reexame de Aposentadoria
Órgão: Departamento de Polícia Federal - DPF.
Recorrente: Antônio Geraldo de Freitas Filho (032.569.102-97)
Advogados constituídos nos autos: Carmen Rachel Dantas Mayer OAB/PB 8432 e Patrícia Mayer P. Lima Franca OAB/PB 12.256.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-020.735/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura de Ecoporanga/ES
Responsáveis: Francisco Roberto Figueiredo Gomes (falecido) (CPF 214.016.167-04), Rute Cecília Trabach Figueiredo, viúva do ex-prefeito (CPF 251.887.127-68), Klass Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.332.985/0001-88), Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68) e Leonildo de Andrade (CPF: 154.695.258-64).
Advogados constituídos nos autos: Valber da Silva Melo (OAB/MT 8.927), Patrick Sharon dos Santos (OAB-MT 14.712), Mauly Martins da Silva (OAB-ES 8.374).

TC-021.208/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR.
Responsáveis: Alipio Santos Leal Neto (183.569.589-20); Carlos Alberto de Ávila (672.562.449-91); Carlos Augusto Moreira Junior (428.164.169-68); Fundação da Universidade Federal do Paraná - Funpar (78.350.188/0001-95); Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional - ITDE (05.884.635/0001-12); Marcos Aurélio Paterno (002.037.699-53)
Advogados constituídos nos autos: Renato Cardoso de Almeida Andrade OAB-PR 10.517; Hélio Flávio Leopoldino Rodrigues OAB-PR 21.597.

TC-022.096/2009-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura de Cambuci/RJ
Responsáveis: Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 03.737.267/0001-54), Luiz Antonio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68), e Pedro Carlos Mendes (CPF 213.659.977-15)
Advogado constituído nos autos: Alex Corrêa Lopes Bitencourt, (OAB/RJ 131.018).

Classe VI - Representação

TC-020.813/2009-3
Natureza: Representação
Unidade: Prefeitura de Jupi - PE (10.140.978/0001-02)
Responsável: Ivo Francisco da Silva (083.674.004-10)
Interessados: Fundo Nacional de Saúde - FNS (00.530.493/0001-71); Prefeitura Municipal de Jupi - PE (10.140.978/0001-02)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-007.734/2004-1
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - UFG/MEC
Interessado: Fernando Moura Vieira (CPF: 038.857.041-53)
Advogado constituído nos autos: Maria Isabel Silva Dias - OAB/GO nº 13.796; Ivan Ricardo Dias - OAB/GO nº 11.635; Ivanisa Cristina Dias - OAB/GO nº 20.884; Denise Silva Dias de Pina - OAB/GO nº 22.437.

TC-009.487/2004-8
Natureza: Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas -
Exercício: 2003.
Entidade: Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - REFAP - PETROBRAS - MME
Recorrente: Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - REFAP - PETROBRAS - MME
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF nº 6.098), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Marcos Pinto Correia Gomes (OAB/RJ 81.078), Claudismar Zupiroli (OAB/DF nº 12.250), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF nº 10.969), Gabriela Fernandes (OAB/RN 6.314), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Cláudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo (OAB/RJ 107.919) e outros.

TC-014.536/2009-6
Natureza: Pedido de Reexame em Representação
Entidade: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF)
Recorrente: Maria Amélia Teles (CPF 098.452.671-49)
Advogado constituído nos autos: José Silveira Teixeira (OAB/MG nº 22.605-B)

TC-032.543/2008-0
Natureza: Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)
Entidade: Município de Joaíma/MG.
Responsável: Roberto Grapiúna (CPF: 174.220.946-72).
Advogado constituído nos autos: Rafael Maurílio Lopes (OAB/MG 72.211); Rénan Kfuri Lopes (OAB/MG 42.150); Maurício César de Oliveira (OAB/MG 106.608) e Newton A. alves (OAB/MG 120.609)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-030.064/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: não há
Responsável: Paulo Henrique da Silva (715.446.406-25)
Interessados: Associação dos Estudantes Secundários e Universitários de Paraisópolis (08.215.210/0001-09); Ministério da Educação (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-004.421/2010-8
Natureza: Relatório de Monitoramento.
Órgão: Ministério da Integração Nacional (vinculador).
Interessado: 4ª Secretaria de Controle Externo - TCU.
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-027.987/2007-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes
Interessados: Alice Cunha da Silva (CPF: 088.883.882-49); Maria de Lourdes Carvalho de Souza (CPF: 013.690.497-14); Orlando da Matta Lobato Neto (CPF: 294.214.622-20)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VI - Representação

TC-001.837/2008-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Escritório Regional da Agência Nacional de Telecomunicações no Estado do Paraná - ER03/Anatel.
Responsáveis: Delcimara Rolim Mendes da Silva (112.420.602-78); Estevão Hobold (144.901.889-00); José Rui Mesquita Camargo (900.203.168-87); Juliana Loraine Falat (022.627.339-37); Jurê Rocha (188.614.589-04); Luis Fernando C. de H. Bezerra (033.209.619-00); Marcio Rogério Flizikowski (612.266.459-68); Tereza Fialkoski Dequeche (085.414.429-34)
Advogados constituídos nos autos: Luis Henrique Braga Madalena (OAB/PR 48454) e Maurício Antônio Pellegrino Adamowski (OAB/PR 21460)

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-005.686/1998-9
Apensos: TC 018.892/2006-5, TC 023.506/2006-1, TC 013.256/2007-1
Natureza: Embargos de Declaração
Interessada: Construtora Getel Ltda. (CNPJ 06.535.819/0001-30).
Entidade: extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, atual Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e outros.

TC-023.753/2010-2
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Interessado: Plinio Walder Prado Junior (866.556.988-04).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.377/2010-8
Natureza: Pedido de Reexame.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
Interessado: Luiz Pegoraro (006.432.389-72).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-005.627/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Campo Largo do Piauí - PI
Responsável: Domingos Rodrigues de Oliveira (035.720.563-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-006.199/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho das Associações de Trabalhadores Rurais do Município de Conceição do Araguaia (03.000.654/0001-3)
Responsável: Luiz Carlos Batista (094.572.916-20)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.459/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Piçarra - PA
Responsável: Odolfo Pinto da Mota (242.193.201-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.059/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Monte Alegre de Sergipe - SE
Responsável: João Vieira Aragão (170.803.475-72)
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe (26.989.350/0016-00)
Advogado constituído nos autos: Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-033.158/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Araruama - RJ
Responsável: Francisco Carlos Fernandes Ribeiro (477.840.757-15)
Advogado constituído nos autos: Marcelo Farias de Carvalho (OAB/RJ 86.251)

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-013.663/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Interessado: Severino José de Moura (181.982.524-87)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.956/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Interessada: Dirce Vasconcellos Hoher (354.868.800-49)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-008.820/1999-6
Natureza: Prestação de Contas.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Distrito Federal - Senac/DF.
Responsáveis: Sérgio Koffes, Presidente, CPF n. 057.181.121-34; Adelmir Araújo Santana, CPF n. 023.615.821-04, e Eunício Lopes de Oliveira, CPF n. 036.790.043-20, ambos Presidentes em exercício; Maria da Guia Lima da Cruz, CPF n. 565.125.201-06, e Ubirajara Tadeu Sanz de Oliveira, CPF n. 010.229.380-53, ambos Diretores Regionais; Fernando Ubirajara da Silva, Diretor Regional em exercício, CPF n. 023.301.801-87.
Advogados constituídos nos autos: Luiz Claudio de Almeida Abreu, OAB/DF n. 301, e outros.

TC-018.707/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Araci/BA.
Responsável: Município de Araci/BA, CNPJ n. 14.232.086/0001-92.
Advogado constituído nos autos: André Requião Moura, OAB/BA n. 24.448.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-030.020/2007-1
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Interessados: Benedita Marta Botão França, CPF n. 270.352.123-53 e José de Melo França, CPF n. 094.383.273-04.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VI - Representação

TC-012.377/2005-6
Natureza: Representação.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - TRT/MA.
Responsáveis: Sr. Gilvan Chaves de Souza, Fernando José Cunha Belfort, Jorge Luís Girão Barreto, Gerson Rodrigues de Lima, Paulo Sérgio Mont'alverne Frota, José Luiz de Oliveira Medeiros, Milton Dias Rocha Filho, Fernando Araújo Viana, Kátia Magalhães Arruda.
Interessados: Secex/MA, Ana Maria Cordeiro Mendes, Antonia Maria de Castro Silva, Bento Alves Filho, Carlos Simeão Silva Santos, Edvan de Lima Braga, Gecilene Maria Carneiro do Amaral, José Pinto, José Valdionor Costa dos Santos, Joselin Ferreira de Sousa, Josinaldo Amorim Dias de Sousa, Leonildo Soares Santos, Luís Henrique Pontes Franco, Maria Lídia Borges de Sousa, Pedro Sousa Carvalho Junior, Samyra Antonia Maia Pereira, Sandra Suely de Assis Santos, Terezinha de Jesus Souza.
Advogados constituídos nos autos: Larissa Abdalla Britto, OAB/MA n. 4.282, e outros.

TC-026.775/2010-7
Natureza: Representação.
Órgão: Comando Militar da 7ª Região.
Interessado: André Luís Maia Tobias Granja, Juiz Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe I - Recursos

TC-008.033/2008-3
Natureza: Embargos de Declaração
Entidades: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência da Universidade Federal de Santa Maria - Fatec/UFSM
Interessada: Anatel
Advogado constituído nos autos: não há

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-007.505/2008-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro/MTE
Responsáveis: Associação Nacional dos Sindicatos Social Democratas - SDS (CNPJ 02.077.209/0001-89); Antonio Sérgio Torquato (CPF 684.416.658-34); Carlos Roberto Nolasco Ferreira (CPF 348.058.267-20); Enilson Simões de Moura (CPF 133.447.906-25); Humberto Carlos Parro (CPF 121.065.008-82); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento do Cooperativismo - Idesco (CNPJ 01.183.522/0001-39); Instituto Gente (CNPJ 03.493.203/0015-50); Instituto para Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador - Qualivida (CNPJ 02.188.083/0001-10); Luiz Tsueo Hiraga (CPF 692.966.348-49); Maria Inês dos Santos (CPF 045.118.358-45); Maria Izilda Aguilar Perez (CPF 702.655.428-04); Moira Martins de Andrade (CPF 031.871.858-86); Nicola Moreno Júnior (CPF 069.210.948-04); Pedro César Aguilar Perez (CPF 510.143.008-00); Raimundo de Sousa (CPF 030.079.328-66); Sonia Maria José Bombardi (CPF 678.630.008-15); Tadasi Takemori (CPF 452.609.828-00)
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Machado da Silva (OAB/SP 252.099); César Rodrigues (OAB/PB 9.952); Diego Ricardo Marques (OAB/DF 30.782); Ricardo Aguilar Perez (OAB/SP 195.449); Sérgio Lazzarini (OAB/SP 18.614); Adriana Maria Carbonell Gragnani (OAB/SP 132.842)

TC-012.644/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Manicoré/AM
Responsável: Waldomiro Gomes (CPF 015.411.884-20) - falecido
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.384/2009-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável: Fernando Lemos de Almeida (031.653.292-49)
Advogado constituído nos autos: Maria Auxiliadora Bicharra da S. Santana (OAB/AM 3.004)

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-001.095/2010-2
Natureza: Monitoramento
Entidade: Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.195/2010-6
Natureza: Monitoramento
Entidade: Estado de Roraima
Responsáveis: Daniel Silva Balaban (408.416.934-04); Valdir Agapito Teixeira (128.478.361-87)
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81); Secretaria Federal de Controle Interno (00.394.460/0386-29)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.494/2009-9
Natureza: Auditoria
Entidade: Estado do Ceará
Responsáveis: Ana Karine de Oliveira Moreira (768.099.353-04); Anco Marcio Guimarães Franco (122.073.733-04); Augusto Barroso Rocha (211.310.663-91); Aurélia Figueiredo Gurgel (220.874.943-04); Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia (548.247.107-15); Cláudia Maria Studart Norões Ellery (192.559.503-04); Cláudio Nelson Araújo Brandão (143.576.583-49); Consórcio Galvão-andrade Mendonça (10.816.043/0001-01); Fernando Antônio Costa de Oliveira (230.572.893-04); Francisco Irisnaldo de Oliveira (222.091.663-49); Francisco Quintino Vieira Neto (144.324.043-53); Ieda Passos Theophilo Gaspar de Oliveira (823.126.803-00); João Regis Nogueira Matias (433.792.733-68); Marcílio Alves de Melo Távora (058.027.333-49); Maria Betania Saboia Costa (113.082.063-72); Maria de Fátima Barata de Oliveira (143.332.523-34); Olga Valeria Barbosa Teixeia (117.185.283-53); Raimilan Seneterri da Silva (976.532.175-91)
Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/2672-91)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-004.911/2004-4
Apenso: TC 032.704/2011-9
Natureza: Representação
Órgãos: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amapá; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
Interessado: Francisco Napoleão Ximenes Neto, Procurador da Fazenda Nacional no Estado do Amapá (135.894.153-04)
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 2 de março de 2012.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SECRETARIA

PORTARIA Nº 69, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de sua atribuição, prevista no art. 65, IX, 'b', do Regulamento da Secretaria, tendo em vista o art. 3º da Resolução nº 421, de 14 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 330.606, resolve:

Art. 1º Os valores de venda das publicações editadas pelo Supremo Tribunal Federal e das reproduções dos programas exibidos pela TV Justiça e pela Rádio Justiça são os constantes da tabela abaixo:

PUBLICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (R$)
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ (Até a RTJ 201 - Tomo III)	13,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ (A partir da RTJ 202 - Tomo I)	14,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ 202 - Tomo III - contém Acórdãos e Súmulas	28,00
Livro Memória Jurisprudencial	14,00
Supremo Tribunal Federal: Brasil	16,00
Livro Audiência Pública - Saúde + DVD (Evento realizado no STF em Brasília/DF durante os dias 27, 28 e 29/4 e 4, 6 e 7/5/2009)	33,00
Regimento Interno do STF	20,00
Guia do Advogado	5,00
A Constituição e o Supremo - 3ª edição	29,00
Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República) - 3ª edição	5,00
REPRODUÇÕES DOS PROGRAMAS	**VALOR UNITÁRIO (R$)**
Saber Direito: - Direito do Consumidor (Fabrício Bolzan) - Responsabilidade Civil (Nelson Rosenvold)	15,00
Saber Direito: - Competência da Justiça do Trabalho (Cláudia Pisco) - Direito Internacional Aplicado (Valério Mazzuoli)	15,00
Saber Direito: - Processo Legislativo e Espécies Normativas (Andre Figaro) - Direito Constitucional (Pedro Lenza)	15,00
Seminário Poder Judiciário e Arbitragem: Diálogo Necessário	15,00

Art. 2º No caso de envio da compra pelos Correios, o valor de venda de cada produto varia de acordo com as despesas referentes ao frete e à embalagem.

Art. 3º Os valores dos produtos adquiridos devem ser recolhidos ao Supremo Tribunal Federal mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União - GRU Cobrança, gerada a partir do sistema informatizado do Tribunal.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 268, de 19 de outubro de 2011.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES DINIZ DA SILVA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES DO PRESIDENTE

PROCESSO: 2009.70.63.000278-7(*)
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE FÁTIMA DIAS DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO BARBOSA TADDEI

DECISÃO

A Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, que determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZA-ÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 26-01-2012, Seção 1, pág. 71, com incorreção no original.

PROCESSO: 0009218-92.2007.4.03.6303(*)
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO: JOSE APARECIDO SEGALA MENDES
PROC/ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Constatada, com base nas provas dos autos e da condição sócio-econômica, que a parte autora possui apresenta hipoacusia, com perda severa bilateral, não sendo considerada incapaz pelo perito judicial.

2. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

5. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 30 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 31-01-2012, Seção 1, pág. 105, com incorreção no original.

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2007.38.00.716202-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALTAMIRO SOARES DE GODOY
PROC./ADV.: GUSTAVO RODRIGO ALMEIDA MEDEIROS

DECISÃO

Verifico que as questões jurídicas versadas nos autos já estão sendo apreciadas por esta Turma Nacional de Uniformização e pelo Superior Tribunal de Justiça, sob o rito dos recursos repetitivos e representativos de controvérsia, como adiante se explicita:

a)No que diz respeito ao reflexo da utilização de EPIs por trabalhadores que exercem atividades especiais, a matéria é objeto de deliberação no PEDILEF nº 0014440-54.2007.4.04.7195, da relatoria do Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, que foi incluído na pauta da sessão do dia 24 de novembro de 2011;

b)Quanto à exposição a ruído, inclusive a partir de quantos decibéis esse agente passa a ser considerado nocivo, que a Turma Nacional de Uniformização já pacificou seu entendimento, consoante exposto no enunciado da Súmula 32;

c)no que concerne ao fator de conversão (se 1.2 ou 1.4), qualquer discussão já foi superada no julgamento do Recurso Especial n. 1.151.363, afeto à Terceira Sessão do Superior Tribunal de Justiça como representativo da controvérsia.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito desta TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

DECISÕES DO PRESIDENTE

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0015703-76.2005.4.03.6304
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SERGIO FELIPES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: FERNANDO RAMOS DE CAMARGO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO DOENÇA. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2006.63.15.004392-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ADRIANA APARECIDA DE SOUZA
PROC./ADV.: CÍNTIA ZAPAROLI ROSA
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA
PROC./ADV.: ANA LUIZA ZANINI MACIEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS CONTRATUAIS REMUNERATÓRIOS. DIFERENÇA NÃO CREDITADA NA CONTA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - incidência, em caderneta de poupança, de juros contratuais remuneratórios decorrentes de correção de expurgos inflacionários determinados por planos econômicos - está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0501119-92.2009.4.05.8100.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2006.63.15.005734-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ROMILDA CAFISSO NAVARRO
PROC./ADV.: MARUY VIEIRA
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ANA LUIZA ZANINI MACIEL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS CONTRATUAIS REMUNERATÓRIOS. DIFERENÇA NÃO CREDITADA NA CONTA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - incidência, em caderneta de poupança, de juros contratuais remuneratórios decorrentes de correção de expurgos inflacionários determinados por planos econômicos - está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0501119-92.2009.4.05.8100.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.63.07.000716-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MAURÍCIO DE MORAIS BARROS
PROC./ADV.: YRAMAIA AP. FREDIANI BALESTRIM RODRIGUES
REQUERENTE: ZENAIDE BORGES DE MORAIS BARROS
PROC./ADV.: YRAMAIA AP. FREDIANI BALESTRIM RODRIGUES
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: SONIA COIMBRA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS CONTRATUAIS REMUNERATÓRIOS. DIFERENÇA NÃO CREDITADA NA CONTA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1. Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - incidência, em caderneta de poupança, de juros contratuais remuneratórios decorrentes de correção de expurgos inflacionários determinados por planos econômicos - está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0501119-92.2009.4.05.8100.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.63.07.001092-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOÃO RIBEIRO
PROC./ADV.: FERNANDO PAGANINI PEREIRA
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA
PROC./ADV.: SÔNIA COIMBRA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS CONTRATUAIS REMUNERATÓRIOS. DIFERENÇA NÃO CREDITADA NA CONTA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - incidência, em caderneta de poupança, de juros contratuais remuneratórios decorrentes de correção de expurgos inflacionários determinados por planos econômicos - está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0501119-92.2009.4.05.8100.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.63.07.000950-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JAYRO GIACÓIA
PROC./ADV.: FERNANDO PAGANINI PEREIRA
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: SÔNIA COIMBRA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS CONTRATUAIS REMUNERATÓRIOS. DIFERENÇA NÃO CREDITADA NA CONTA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - incidência, em caderneta de poupança, de juros contratuais remuneratórios decorrentes de correção de expurgos inflacionários determinados por planos econômicos - está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0501119-92.2009.4.05.8100.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.63.07.000805-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: BRUNA LAÍS MERLIN
PROC./ADV.: YRAMAIA AP. FREDIANI BALESTRIM RODRIGUES
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: SONIA COIMBRA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS CONTRATUAIS REMUNERATÓRIOS. DIFERENÇA NÃO CREDITADA NA CONTA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - incidência, em caderneta de poupança, de juros contratuais remuneratórios decorrentes de correção de expurgos inflacionários determinados por planos econômicos - está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0501119-92.2009.4.05.8100.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.70.50.007918-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GILBERTO DE MELLO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARILANE TON RAMOS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. OBRIGAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM APRESENTAR EM JUÍZO OS EXTRATOS DAS CONTAS DO FGTS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELO STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - obrigação da Caixa Econômica Federal em apresentar em juízo os extratos analíticos das contas do FGTS - foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.108.034/RN, relator Ministro Humberto Martins, DJe de 25.11.2009.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.58.008248-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO OSMILDO LICKS
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.72.58.004737-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OSMAR FRANCISCO JESUINO
PROC./ADV.: RENATO FELIPE DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.
LITISPENDÊNICA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43 DA TURMA NACIONAL
DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU.

Pedido processado no âmbito do Juizado Especial Federal.

Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte, com fundamento no art.

14, da Lei nº 10.259/2.001.

Tema objeto de matéria processual.

Aplicação da Súmula nº 43, da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre

matéria processual" e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das

Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos

autos à Turma Recursal de origem".

Incidente não admitido, em consonância com o art. 7º, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0010422-46.2007.4.01.3000
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA CONCEIÇÃO DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. PERÍCIA MÉDICA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. VERIFICAÇÃO DAS PROVAS. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS DO SEGURADO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. TEMA DA INCAPACIDADE. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. O laudo pericial constatou que a parte autora, dentre outras, apresenta quadro de dor nas articulações, artrite reumatóide, lesões consolidadas, diminuição da capacidade funcional de forma parcial e permanente, doença degenerativa. Com base na perícia médica e demais elementos probatórios, concluiu-se pela existência de incapacidade, a autorizar a concessão da aposentadoria por invalidez.

2. Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, pode o juiz, levando em consideração as provas dos autos e as condições sociais do segurado, reconhecer a incapacidade para o exercício de atividade laboral e conceder o benefício previdenciário.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 13 da Turma Nacional de Uniformização: "Não cabe pedido de uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

. Ademais, a verificação da incapacidade para o trabalho é matéria objeto de dilação probatória. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.55.002595-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VANI COIMBRA DA SILVA
PROC./ADV.: ACADIO DEWES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.58.008450-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LYDIA TELLES DA CUNHA
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0001307-61.2009.4.03.6302
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ALAIDE LISBOA DA SILVA
PROC./ADV.: LUCIANE JACOB
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.70.57.003166-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALTAIR BONETTI
PROC./ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO
PROC./ADV.: MARCELO PEREIRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.55.002358-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ CARLOS DE MOURA
PROC./ADV.: ACADIO DEWES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.51.51.046936-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARCOS ANTONIO PENNA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. PORTADOR DE HIV. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral de segurado portador do vírus da AIDS mediante a apreciação das condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.34.00.70.0191-7, relator Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJe de 11.3.2010.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504678-54.2009.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA ADENIZIA DE ARAGÃO MAIA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3.Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

4.Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

5.Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

6.Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

7.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0515326-96.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO FIRMINO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3.Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4.Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5.Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6.Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem.".

7.Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508716-09.2009.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FIAMA LIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERENTE: ISADORA LIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PRAZO DE REQUERIMENTO SUPERIOR A 30 (TRINTA) DIAS. PRESCRIÇÃO. MENOR ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. ART. 74 DA LEI N. 8.213/91. INAPLICABILIDADE. FIXAÇÃO DA DIB NA DATA DO ÓBITO. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELO TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão jurídica constante dos autos - aplicabilidade do prazo previsto no art. 74 da Lei n. 8.213/91 em relação a menor absolutamente incapaz - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização nos incidentes de uniformização n. 200770510061755, DOU de 25.3.2011, 200770640000262, DOU de 31.1.2011 e 200638007463304, DOU de 13.5.2010.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002874-09.2009.4.03.6309
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JURACY CLETO RIBEIRO
PROC./ADV.: ISAC ALBONETI DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PORTADOR DE HIV. AFERIÇÃO DA INCAPACIDADE COM BASE NAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS DO SEGURADO. OMISSÃO DO LAUDO E DOS ATOS DECISÓRIOS. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.O acórdão recorrido não apreciou as condições pessoais e sociais do requerente, adotando como fundamento para negar o benefício previdenciário postulado tão somente a conclusão do exame técnico realizado.

3.A questão debatida nos autos - verificação da incapacidade laboral de segurado portador de HIV mediante a apreciação não apenas do laudo pericial, mas também de suas condições pessoais e sociais - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.34.00.70.0191-7.

4.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

5.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504504-84.2010.4.05.8400
ORIGEM:SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
ATO DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Constatada, com base nas provas dos autos, que a parte autora é portadora de sinovite e tenossinovite não especificada, não sendo considerada incapaz pelo perito judicial, em laudo taxativo quanto às suas conclusões, que fizeram referência, dentre outras, à idade e profissão do segurado.

2. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0520610-51.2010.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IZAURA ALVES RODRIGUES
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. GRAU DE INCAPACIDADE. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. INCIDENTE NÃO ADMITIDO CONFORME O ART. 7º, DO REGIMENTO INTERNO DA TNU.

1.Pedido de concessão de benefício assistencial - art. 203, da Constituição Federal.

2.Constatada, com base nas provas dos autos, que a parte autora apresenta graus leves de patologias crônico-degenerativas, passíveis de acompanhamento clínico e de outras medidas, não sendo considerada incapaz pelo perito judicial. Ausente o primeiro requisito (deficiência), que deveria ser aliado ao da comprovação da miserabilidade, o pedido foi julgado improcedente no âmbito do Juizado Especial Federal.

3.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

4.Tema do grau de incapacidade - matéria objeto de dilação probatória.

5.Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

6.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500624-77.2011.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA CLÁUDIA TAVARES ROCHA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. GRAU DE INCAPACIDADE. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. INCIDENTE NÃO ADMITIDO CONFORME O ART. 7º, DO REGIMENTO INTERNO DA TNU.

1.Pedido de concessão de benefício assistencial - art. 203, da Constituição Federal.

2.Constatada, com base nas provas dos autos, que a parte autora apresenta lombalgia sem sinais de compressão radicular, não tendo sido considerada incapaz pelo perito. Ausente o primeiro requisito (deficiência), que deveria ser aliado ao da comprovação da miserabilidade, o pedido foi julgado improcedente no âmbito do Juizado Especial Federal.

3.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

4.Tema do grau de incapacidade - matéria objeto de dilação probatória.

5.Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

6.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500327-34.2011.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: JOSÉ JACONIAS DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): VERA LUCIA DE BARROS CORDEIRO
PROC./ADV.: BEL. ALLAN VALERRY NUNES COSTA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DANO MORAL DECORRENTE DE EXTRAVIO DE CORRESPONDÊNCIA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - existência de dano moral decorrente de extravio de correspondência cujo conteúdo não havia sido declarado - está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0503654-21.2010.4.05.8500.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHOS DO PRESIDENTE

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2008.71.95.003183-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FERNANDO JESUS RODRIGUES PEREIRA
PROC./ADV.: MÁRCIA BERWANGER MORO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

DESPACHO

A Turma Nacional de Uniformização, na sessão de 24 de novembro de 2011, acolheu a proposição do eminente Relator e determinou o sobrestamento do feito, por força da Pet 7436.

Em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

DECISÕES DO JUIZ RELATOR

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2005.50.50.007072-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA GERALDA DE SOUZA ROCHA E OUTROS
PROC./ADV.: CARLOS EDUARDO SANTOS WANDERLEY
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

DECISÃO

Tendo em vista o julgamento proferido pelo E. STJ (fls. 174 e seguintes), devolva-se o processo à Turma Recursal de origem, para que profira novo julgamento.

De Florianópolis para Brasília, 02 de dezembro de 2011.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal
Relator

PROCESSO: 2005.81.01.512735-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALICE IRENE LOURENÇO
PROC./ADV.: JOSÉ GUERREIRO CHAVES FILHO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - SERINGUEIRO - DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES - NECESSÁRIO JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE - QUESTÃO DE ORDEM Nº 3 DA TNU - RECURSO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Ceará que estaria em dissonância com julgados da Turma Recursal do Acre, tendo sido admitido na origem.

A Lei 10.259/2001, no seu art. 14, prevê a possibilidade de pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões de direito material proferidas por Turmas Recursais da mesma Região, entre Turmas Recursais de regiões diversas ou entre decisão de Turma Recursal e súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Entre os requisitos para a admissibilidade de incidente de uniformização, quando se tratar de divergência entre julgados de diferentes regiões, está a obrigatoriedade de a parte suscitante acostar o inteiro teor do acórdão paradigma, conforme preceitua a Questão de Ordem nº 03 da Turma Nacional de Uniformização : " A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões."

Na lide em exame, a Autarquia-ré suscita divergência, apresentando cópia de julgado, oriundo da Turma Recursal do Acre, integrante do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Entretanto, conforme jurisprudência pacífica desta Turma Nacional, não basta acostar a cópia do julgado, é necessário que a parte que suscita a divergência também comprove a fonte da decisão, através da juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou reprodução de página da internet, com indicação da respectiva fonte (endereço URL).

Neste sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC). 2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU.

3. Incidente não conhecido.

(TNU - PEDILEF 2006.82.01.503517-7 - Juíza Federal Relatora Dra Simone Lemos Fernandes - Julgado em 02-03/08/2011)

Trata-se de requisito formal que, para além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reproduzidas. Sendo assim, apenas acostar a cópia do julgado, sem no entanto indicar o local no qual foi publicado ou o sítio em que se encontra disponível para consulta, não é suficiente para demonstrar a divergência alegada.

Sendo assim, considerando que a parte suscitante apenas acostou a cópia das decisões sem fazer prova de sua fonte, não é possível ultrapassar a fase de análise formal do incidente, impondo-se o seu não conhecimento.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELO INSS. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.
Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 0016225-60.2005.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARFIZA NASCIMENTO DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - SEGURADO ESPECIAL - APRECIAÇÃO DE PROVA IDÔNEA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDES FÁTICA E JURIDICA - RECURSO NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Amazonas que estaria em dissonância com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, no que tange ao início de prova material.

Contudo, o acórdão impugnado confirmou a sentença do juízo a quo, com fulcro no início de prova material colacionada aos autos, tais como: certidões de nascimento e fichas de matrículas escolares das filhas, nas quais consta a profissão de agricultora da parte autora, ficha de assistência médica sanitária emitida pelo SUS na qual está registrada a profissão de agricultora, entre outros. Ressalte-se que tais documentos foram corroborados por depoimento pessoal e depoimentos testemunhais harmônicos e coerentes, que demonstraram que a autora preenche a carência legal para obtenção do benefício pleiteado.

Cumpre salientar que a jurisprudência pacífica desta Turma Nacional de Uniformização é no sentido de flexibilizar a apresentação do início de prova material para o jurisdicionado dos juizados itinerantes do Amazonas, face às peculiaridades dos casos.

Quanto aos paradigmas apresentados pelo INSS, não apresentam similitudes fática e jurídica em relação ao acórdão guerreado.

Por fim, é evidente que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fático-probatória, de modo que o julgamento do caso em tela importaria em re-análise da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELO INSS. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.
Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 2007.38.00.742904-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADEILDO LEMES
PROC./ADV.: MARCOS PAULO PROVENZANI DE ALMEIDA DE SENNA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA - PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO - INCAPACIDADE CONJUGADA COM CONDIÇÕES PESSOAIS - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - REAPRECIAÇÃO DA PROVA PRODUZIDA - RECURSO NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais que estaria em dissonância com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a Autarquia-ré realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição dos autos para melhor exame.

Inicialmente observo que os paradigmas trazidos para embasar a divergência, além de retratarem jurisprudência superada no âmbito da Corte especial, não apresentam similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal de Minas Gerais, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso.

Ainda que assim não fosse, é assente na Jurisprudência desta Turma Nacional, que mesmo que não exista incapacidade total para o trabalho, do ponto de vista médico, o magistrado poderá considerar outros fatores para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pleiteado pela parte. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, sendo-lhe permitido decidir opostamente a ele quando encontrar, nos autos, elementos suficientes para motivar sua decisão. A análise da incapacidade laborativa deve levar em conta não apenas a limitação de saúde da pessoa, mas igualmente a limitação imposta pelo seu universo social, pelo tipo de atividade que desempenha, pela chances de reinserção no mercado de trabalho, pela possibilidade de desempenhar outras atividades.

Na lide em exame a Turma Recursal de origem manteve a sentença de procedência com base no conjunto probatório dos autos, logo, é flagrante que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fático-probatória, de modo que o julgamento do caso em tela importaria em re-análise da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELO INSS. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.
Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 2007.70.59.003122-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NAIR MALOVSKI
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - CÔMPUTO DE PERÍODO LABORADO EM ATIVIDADE RURAL - INSUFICIÊNCIA DE PROVA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - RECURSO NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Paraná que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização.

O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a parte autora realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição dos autos para melhor exame.

Inicialmente, verifica-se pelo teor da peça recursal que a parte não supriu requisito essencial de admissibilidade, qual seja, não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência que ora alega, pois não basta a mera transcrição das ementas de diversos julgados para fins de comprovação do dissídio, deve haver um cotejo analítico entre as teses ditas divergentes (Art. 13 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).

Ainda que pudesse ser superado o óbice acima indicado, os acórdãos trazidos pela parte autora para embasar a divergência, não apresentam similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal do Paraná, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso, apto a ensejar o reconhecimento do labor rural.

De outro norte, ressalto que não houve a descaracterização do início de prova material, e sim o reconhecimento de que o contexto probatório era insuficiente para comprovar o labor rurícola no período de 14/06/1975 a 31/03/1978, não tendo a autora se desincumbido do ônus de provar o exercício da atividade rural por todo o período postulado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Note-se que o acórdão recorrido expressamente consignou: "(...) Ademais a própria autora afirmou que demorou cerca de dois anos, após ter deixado a lavoura, para conseguir seu primeiro vínculo empregatício, o que ocorreu em abril de 1978. Considerando uma pequena margem de erro, a saída da roça se aproxima da data do casamento, ocorrido em junho de 1975."
Por fim, é evidente que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fática quanto ao exercício da atividade rural, de modo que a análise do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. P. R. I.
Rio de Janeiro, 13 de fevereiro 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.58.010656-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DERLI FONTOURA
PROC./ADV.: ANTONIO LUIS WUTTKE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA - SEGURADO ESPECIAL - AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - REEXAME DE PROVA - RECURSO NÃO CONHECIDO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo o INSS realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição do feito para melhor exame.
Inicialmente, verifica-se pelo teor da peça recursal que a parte não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência que ora alega, pois não basta a mera transcrição de um julgado para fins de comprovação do dissídio, deve haver um cotejo analítico entre as teses ditas divergentes (Art. 13 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).
Ainda que assim não fosse, após a leitura do acórdão apontado como paradigma constata-se que este não apresenta similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, visto que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso do discutido nestes autos. Da análise do paradigma averigua-se que trata de hipótese em que a parte não conseguiu fazer prova do direito alegado uma vez que a prova documental trazida era insuficiente e a prova testemunhal em nada contribuiu, pois fizeram apenas alusões genéricas sobre a requerente ter exercido exclusivamente a agricultura.
.A decisão impugnada, por sua vez, consigna que os documentos acostados permitem a extensão do reconhecimento do desempenho da atividade rurícola por todo o período pleiteado, o que também foi corroborado pelos depoimentos em sede de Justificação Administrativa, ocasião em que ocorreu, inclusive, o reconhecimento administrativo do labor rural, desempenhado pelo autor, a partir de 19 anos de idade. Como se vê, não há o que ser uniformizado.
Por fim, é evidente que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fático-probatória quanto ao exercício de atividade rural, além da análise de depoimentos testemunhais. Assim, a análise do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato. "
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO
Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.012488-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARINES BERGONSI BREITENBACH
PROC./ADV.: TADEU PAVONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - CÔMPUTO DE PERÍODO LABORADO EM ATIVIDADE RURAL - INSUFICIÊNCIA DE PROVA - EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA PELO GENITOR - DESCARACTERIZADO O REGIME DE ECONOMIA FAMILAR - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - REEXAME DE PROVA - RECURSO NÃO CONHECIDO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a parte autora realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição do feito para melhor exame.
Inicialmente, verifica-se pelo teor da peça recursal, que a parte não supriu requisito essencial de admissibilidade, qual seja, não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência que ora alega, pois não basta a mera transcrição da ementa de um julgado para fins de comprovação do dissídio, deve haver um cotejo analítico entre as teses ditas divergentes (Art. 13 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).
Ainda que pudesse ser superado o óbice acima indicado, o acórdão trazido para embasar a alegada divergência, não apresenta similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal do Rio grande do Sul, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso, apto a ensejar o reconhecimento do labor rural.
O julgado paradigma retrata hipótese em que, embora houvesse membro da família exercendo atividade urbana, tal renda não era suficiente para a subsistência do núcleo familiar, enquanto que na lide em exame, restou demonstrado, pelo CNIS, que o genitor da parte autora exercia atividade urbana, e não há comprovação de que a atividade rural era necessária para subsistência do grupo, afastando, assim, o desempenho do labor rurícola em regime de economia familiar.
Por fim, é evidente que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fática quanto ao exercício da atividade rural, de modo que a análise do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. P. R. I.
Rio de Janeiro,13 de fevereiro 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.38.00.733260-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO - INCAPACIDADE CONJUGADA COM CONDIÇÕES PESSOAIS - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - REAPRECIAÇÃO DA PROVA PRODUZIDA - RECURSO NÃO CONHECIDO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a Autarquia-ré realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que o admitiu por entender configurada a divergência.
Em primeiro lugar, observo que, além de os paradigmas trazidos, pelo INSS, retratarem jurisprudência ultrapassada no âmbito da Corte Especial, não apresentam similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal de Minas Gerais, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso.
Ainda que pudesse ser superado o óbice acima indicado, é assente na Jurisprudência desta Turma Nacional, que mesmo que não exista incapacidade total para o trabalho, do ponto de vista médico, o magistrado poderá considerar outros elementos para averiguar a possibilidade de concessão da aposentadoria por invalidez, tais como: fatores pessoais e sociais que impossibilitem a reinserção do segurado no mercado de trabalho.
Na lide em exame a Turma Recursal de origem reexaminou as provas dos autos, concluiu pela incapacidade total e definitiva do autor, e reformou a sentença, concedendo-lhe a aposentadoria por invalidez, com base no conjunto probatório dos autos, logo, é flagrante que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fático-probatória, de modo que o julgamento do caso em tela importaria em re-análise da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELO INSS. P. R. I.
Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0016046-24.2008.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDA OZÓRIO GOMES
PROC./ADV.: TALES DE SOUZA REZENDE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - RURÍCOLA - BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE - REEXAME DE PROVA - RECURSO NÃO CONHECIDO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Amazonas que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, tendo sido admitido na origem.
Verifica-se, de plano, ausência de similitudes fática e jurídica entre a decisão impugnada e os acórdãos trazidos pela Autarquia-ré para embasar a divergência, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso do discutido nestes autos.
Quanto ao desempenho da atividade rurícola, os acórdãos paradigmas retratam casos em que o início de prova material, produzido pela parte, não era suficiente, por si só, para comprovar todo o tempo de atividade rural, necessitando ser corroborado por prova testemunhal. Situação totalmente diversa da lide em exame, pois a autora propôs a ação enquanto detinha a qualidade de segurada, logo não há que se discutir prova do efetivo exercício da atividade rurícola ou se o início de prova material tem que ser corroborado obrigatoriamente por prova testemunhal.
No tocante à data de início do benefício, de igual modo, os paradigmas trazidos não retratam divergência com a decisão protestada. Note-se que restou pacificado na jurisprudência desta Turma Nacional que será fixada a data de início do benefício na data do laudo pericial quando não houver, nos autos, prova da incapacidade anterior do segurado, o que não é o caso da lide em exame, visto que o laudo pericial atestou grave doença crônica, causadora de inaptidão permanente, não mencionando possíveis intervalos de recuperação, concluindo-se, assim, que o benefício anterior foi cessado indevidamente.
A respeito, confira-se:
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. DIB FIXADA A PARTIR DA CESSAÇÃO INDEVIDA DO BENEFÍCIO. FUNDAMENTAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE ANTERIOR COM BASE NOS ELEMENTOS DO LAUDO. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. VEDAÇÃO AO REEXAME DE PROVA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO REJEITADO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais decide NÃO CONHECER o pedido de uniformização interposto pela requerente, na forma do voto proferido pelo juiz relator e da ementa que integram este julgado. (TNU. Pedido 2007.51.64.001823-7, Rel. Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, julgado em 06/09/2011).
Por fim, constata-se que a questão discutida nos autos demandaria desta Turma o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato. "
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELO INSS. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.
Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 2008.33.00.707516-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL PAIXÃO DA CRUZ
PROC./ADV.: MARIA DA SAÚDE DE BRITO BOMFIM
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA - PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO - INCAPACIDADE CONJUGADA COM CONDIÇÕES PESSOAIS - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - REAPRECIAÇÃO DA PROVA PRODUZIDA - RECURSO NÃO CONHECIDO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária da Bahia que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, da Turma Nacional de Uniformização, e julgados das Turmas Recursais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a Autarquia-ré realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição dos autos para melhor exame.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Inicialmente observo que, quanto aos julgados oriundos das Turmas Recursais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, a parte não cumpriu requisito obrigatório, qual seja, a juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou reprodução de página da internet, com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Trata-se de exigência formal que, para além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reproduzidas. Dessa forma, não há como atribuir validade ao texto apenas transcrito.
No tocante à jurisprudência do E. STJ e desta Turma Nacional, os julgados trazidos, além de retratarem jurisprudência superada, não apresentam similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal da Bahia, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso.
De outro norte, ainda que assim não fosse, é assente na Jurisprudência desta Turma Nacional, que mesmo que não exista incapacidade total para o trabalho, do ponto de vista médico, o magistrado poderá considerar outros fatores para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pleiteado pela parte. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, sendo-lhe permitido decidir opostamente a ele quando encontrar, nos autos, elementos suficientes para motivar sua decisão. A análise da incapacidade laborativa deve levar em conta não apenas a limitação de saúde da pessoa, mas igualmente a limitação imposta pelo seu universo social, pelo tipo de atividade que desempenha, pela chances de reinserção no mercado de trabalho, pela possibilidade de desempenhar outras atividades.
Na lide em exame a Turma Recursal de origem manteve a sentença de procedência com base no conjunto probatório dos autos, logo, é flagrante que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fático-probatória, de modo que o julgamento do caso em tela importaria em re-análise da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELO INSS. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.
Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 2008.38.00.721074-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARLENE RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - SEGURADO ESPECIAL - PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO - INCAPACIDADE CONJUGADA COM CONDIÇÕES PESSOAIS - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - REAPRECIAÇÃO DA PROVA PRODUZIDA - RECURSO NÃO CONHECIDO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a Autarquia-ré realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição do feito para melhor exame.
Inicialmente observo que, além de os acórdãos paradigmas trazidos pelo INSS retratarem jurisprudência ultrapassada no âmbito da Corte Especial, não se prestam para a uniformização pleiteada porque não apresentam similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal de Minas Gerais, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso.
De outro norte, é assente na Jurisprudência desta Turma Nacional, que mesmo que não exista incapacidade total para o trabalho, do ponto de vista médico, o magistrado poderá considerar outros fatores para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pleiteado pela parte. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, sendo-lhe permitido decidir opostamente a ele quando encontrar, nos autos, elementos suficientes para motivar sua decisão. A análise da incapacidade laborativa deve levar em conta não apenas a limitação de saúde da pessoa, mas igualmente a limitação imposta pelo seu universo social, pelo tipo de atividade que desempenha, pela chances de reinserção no mercado de trabalho, pela possibilidade de desempenhar outras atividades.
Na lide em exame, a Turma Recursal de origem manteve a sentença de procedência, com base no conjunto probatório dos autos, logo, é flagrante que a conclusão da decisão impugnada fundamentou-se, preponderantemente, na análise fático-probatória, de modo que o julgamento do caso em tela importaria em re-análise da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELO INSS. P. R. I.
Rio de Janeiro,13 de fevereiro de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.51.002876-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZULEIDE TORRES LOUZADA
PROC./ADV.: SILVANE LOUZADA LACERDA REIS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO - INCAPACIDADE CONJUGADA COM CONDIÇÕES PESSOAIS - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - REAPRECIAÇÃO DA PROVA PRODUZIDA - RECURSO NÃO CONHECIDO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que estaria em dissonância com julgado da Seção Judiciária do Mato Grosso.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a Autarquia-ré realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição do feito para melhor exame.
Inicialmente observo que apesar de o acórdão paradigma trazido pela Autarquia-ré versar acerca de benefício por incapacidade, não retrata divergência em relação à decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, haja vista que trata de hipótese fática diversa da discutida nos presentes autos.
De outro norte, é assente na Jurisprudência desta Turma Nacional, que mesmo que não exista incapacidade total para o trabalho, do ponto de vista médico, o magistrado poderá considerar outros fatores para averiguar a possibilidade de conceder a aposentadoria por invalidez. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, sendo-lhe permitido decidir opostamente a ele quando encontrar, nos autos, elementos suficientes para motivar sua decisão. A análise da incapacidade laborativa deve levar em conta não apenas a limitação de saúde da pessoa, mas igualmente a limitação imposta pelo seu universo social, pelo tipo de atividade que desempenha, pelos fatores pessoais e sociais que impossibilitem a reinserção do segurado no mercado de trabalho.
Na lide em exame, a Turma Recursal de origem manteve a sentença de procedência, com base no conjunto probatório dos autos, logo, é flagrante que a conclusão da decisão impugnada fundamentou-se, preponderantemente, na análise fático-probatória, de modo que o julgamento do caso em tela importaria em re-análise da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELO INSS. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.
Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 2009.35.00.702772-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: MARIA HELENA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANDRÉIA CRISTINA DE CASTRO MARINHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - CARÊNCIA NÃO COMPROVADA - INSUFICIÊNCIA DE PROVA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - RECURSO NÃO CONHECIDO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Goiás que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a parte autora realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição do feito para melhor exame.
Inicialmente, verifica-se pelo teor da peça recursal que a parte não supriu requisito essencial de admissibilidade, qual seja, não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência que ora alega, pois não basta acostar julgados, ao incidente, para fins de comprovação do dissídio, deve haver um cotejo analítico entre as teses ditas divergentes (Art. 13 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).
No tocante ao julgado do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, esclareço que não se presta para a uniformização pleiteada porque inexiste previsão legal de uniformização entre julgados de Turmas Recursais e de Tribunais Regionais Federais.
Quanto à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, observo que não guarda similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal de Goiás, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso, apto a ensejar o reconhecimento do labor rural.
Na lide em exame restou comprovado que a autora se afastou da atividade rurícola há 28 anos, quando tinha 37 anos de idade, fato este reconhecido pela própria, e não há comprovação de que teria cumprido a carência exigida para o benefício pleiteado.
O julgado do E. STJ, por sua vez, retrata contexto distinto, pois aborda caso em que a requerente preencheu os requisitos para a concessão do benefício (carência e idade), e ainda fez prova suficiente de que exerceu a atividade rurícola até os 55 anos, quando já teria direito à aposentadoria por idade rural. Como se vê, não há o quer uniformizado.
Por fim, constata-se que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fática quanto ao exercício da atividade rural, de modo que a apreciação do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. P. R. I.
Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.38.00.707023-2
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IEDA FÁTIMA RESENDE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIA BRASIL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - SEGURADO ESPECIAL INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO - REEXAME - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo o INSS realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição do feito para melhor exame.
Inicialmente verifica-se pelo teor da peça recursal que a parte não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência que ora alega, pois não basta a mera transcrição das ementas de diversos julgados para fins de comprovação do dissídio, deve haver um cotejo analítico entre as teses ditas divergentes (Art. 13 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).
Ainda que assim não fosse, após a leitura dos acórdãos trazidos para embasar a divergência, constata-se que não apresentam similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal de Minas Gerais, uma vez que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso, apto a ensejar o reconhecimento do direito pleiteado.
Os paradigmas retratam situações em que não houve o reconhecimento do labor rural em razão da ausência de provas ou indícios de que a parte teria exercido atividade como rurícola.
Situação distinta é a da lide em exame. A decisão ora impugnada manteve a sentença de procedência com base nas provas acostadas aos autos. Os
documentos apresentados pela autora são admitidos pela Jurisprudência do E. STJ
e desta TNU como início razoável de prova material e aliados à prova testemunhal e à percepção pessoal do magistrado, mostram-se aptos a comprovar o labor no campo.
Por fim, é evidente que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fática quanto ao exercício da atividade rural, além da análise de depoimentos testemunhais colhidos na fase instrutória. Portanto, a análise do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: " Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELO INSS. P. R. I.
Rio de Janeiro,13 de fevereiro de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.53.001965-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA JOSE ISAIAS
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - CÔMPUTO DE PERÍODO LABORADO EM ATIVIDADE RURAL - INSUFICIÊNCIA DE PROVA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - RECURSO NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Paraná que estaria em dissonância com jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização e com julgados das Turmas Recursais das Seções Judiciárias do Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a parte autora realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição dos autos para melhor exame.

Inicialmente, verifica-se pelo teor da peça recursal que a parte não supriu requisito essencial de admissibilidade, qual seja, não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência que ora alega, pois não basta a mera transcrição de diversos julgados para fins de comprovação do dissídio, deve haver um cotejo analítico entre as teses ditas divergentes (Art. 13 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).

No tocante aos julgados das Turmas Recursais de São Paulo e de Minas Gerais, não é possível apreciá-los, pois a parte não acostou o inteiro teor dos acórdãos, conforme preceitua a Questão de Ordem nº 03 da Turma Nacional de Uniformização : " A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões."

Quanto ao julgado da Turma Recursal do Paraná, não é apto a ensejar incidente de uniformização nacional.

No que tange à jurisprudência desta Turma Nacional, observo que não guarda similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal do Paraná, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso, apto a ensejar o reconhecimento do labor rural.

Na lide em exame restou comprovado que a autora perdeu a qualidade de segurada especial por ter abandonado o labor agrícola em 1992, fato este reconhecido pela própria, e não há comprovação de que teria cumprido a carência exigida para o benefício pleiteado.

Os julgados da TNU, por sua vez, retratam contexto distinto, pois demonstram hipóteses em que é reconhecido o direito da parte à percepção de aposentadoria por idade, ainda que tenha perdido a qualidade de segurado, desde que, além da idade mínima, implemente o período de carência exigido por lei. Como se vê, não há o quer uniformizado.

Por fim, constata-se que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fática quanto ao exercício da atividade rural, de modo que a apreciação do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.
Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 2009.70.66.000726-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA GERTRUDES BRAZÃO MARQUES,
PROC./ADV.: ADILSON ANDRADE AMARAL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE RURAL PARA FINS DE APOSENTADORIA - DESCARACTERIZADO TRABALHO RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - RECURSO NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Paraná que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e julgados das Turmas Recursais das Seções Judiciárias de Tocantins e do Mato Grosso.

O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a parte autora realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição dos autos para melhor exame.

Inicialmente observo que os acórdãos trazidos para embasar a divergência não apresentam similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal do Paraná, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso, apto a ensejar o reconhecimento do labor rural.

Na lide em exame restou comprovado que as terras da autora eram mecanizadas, possuíam elevada produção agrícola e o cônjuge da requerente foi aposentado como empregador rural. Tais evidências descaracterizam o desempenho de atividade rural em regime de economia familiar para a própria subsistência, uma vez que os fatos citados demonstram razoável situação financeira.

Os julgados trazidos para embasar a divergência, por sua vez, retratam contexto distinto, pois demonstram hipóteses em que: não existiam empregados ou estes eram contratados esporadicamente, não há indícios de elevada produção rural e o cônjuge da parte recebia aposentadoria rural por idade. Como se vê, não há o quer uniformizado.

Cabe anotar que não houve a descaracterização do início de prova material, e sim o reconhecimento de que o contexto probatório apresentado pela autora não evidencia o desempenho de atividade rural em regime de economia familiar, não tendo esta se desincumbido do ônus de provar suas alegações.

Por fim, constata-se que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fática quanto ao exercício da atividade rural, de modo que a apreciação do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, , matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004149-28.2010.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: VILMAR DE SOUZA LEMOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - CÔMPUTO DE PERÍODO LABORADO EM ATIVIDADE RURAL - INSUFICIÊNCIA DE PROVA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - RECURSO NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Amazonas que estaria em dissonância com jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, tendo sido admitido na origem.

Inicialmente observo que os acórdãos paradigmas trazidos pela parte autora para embasar a divergência não apresentam similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal do Amazonas, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso, apto a ensejar o reconhecimento do labor rural.

Ressalte-se que não houve a descaracterização do início de prova material, e sim o reconhecimento de que o contexto probatório era insuficiente, não tendo o autor se desincumbido do ônus de provar o exercício da atividade rural no período postulado.

Além disso, o acórdão recorrido expressamente consignou que "(...)Os documentos juntados aos autos com a finalidade de provar a condição de rurícola do autor são todos particulares (...) A prova testemunhal foi vacilante e divergiu em vários pontos (...)."

Assim, é evidente que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fática quanto ao exercício da atividade rural, de modo que a análise do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.
Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 0010897-76.2010.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: RAIMUNDO MARTINS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - CÔMPUTO DE PERÍODO LABORADO EM ATIVIDADE RURAL - INSUFICIÊNCIA DE PROVA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - RECURSO NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Amazonas que estaria em dissonância com jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, tendo sido admitido na origem.

Ocorre que os acórdãos paradigmas trazidos pela parte autora para embasar a divergência não apresentam similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal do Amazonas, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso, apto a ensejar o reconhecimento do labor rural.

Ressalte-se que não houve a descaracterização do início de prova material, e sim o reconhecimento de que o contexto probatório era insuficiente, não tendo o autor se desincumbido do ônus de provar o exercício da atividade rural no período postulado.

Além disso, o acórdão recorrido expressamente consignou que "Por fim, verifica-se que o depoimento da testemunha não corrobora com as alegações do autor, eis que pouco informou sobre ele, dizendo em suma que o conhece há 20 anos e que o mesmo trabalha como pescador, não sabendo precisar quem o ajuda nessa atividade, gratuitamente ou mediante pagamento, aqui resta configurada a dissonância com o depoimento do autor, uma vez que o mesmo afirmou que quem lhe ajuda é a sua esposa, além de ser dela a maioria dos documentos carreados nos autos."

Assim, é evidente que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fática quanto ao exercício da atividade rural, de modo que a análise do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.
Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 0004126-82.2010.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: MANUEL MURAYARE RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - CÔMPUTO DE PERÍODO LABORADO EM ATIVIDADE RURAL - INSUFICIÊNCIA DE PROVA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - RECURSO NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Amazonas que estaria em dissonância com jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, tendo sido admitido na origem.

Inicialmente observo que os acórdãos paradigmas trazidos pela parte autora para embasar a divergência não apresentam similitude fática em relação ao julgado pela Turma Recursal do Amazonas, haja vista que o deslinde da causa se deu num contexto probatório diverso, apto a ensejar o reconhecimento do labor rural.

Ressalte-se que não houve a descaracterização do início de prova material, e sim o reconhecimento de que o contexto probatório era insuficiente, não tendo o autor se desincumbido do ônus de provar o exercício da atividade rural no período postulado.

Além disso, o acórdão recorrido expressamente consignou que "(...) Da análise dos autos percebe-se que a parte autora não comprova o exercício do labor rural durante o período de carência mínima exigida. (...) cumpre ressaltar que os documentos de fls. (...) demonstram que o autor desde o ano de 1983 teve vários vínculos empregatícios desempenhando profissões distintas da de agricultor e pescador."

Assim, é evidente que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fática quanto ao exercício da atividade rural, de modo que a análise do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. P. R. I.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.
Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 0010645-73.2010.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ILMAR DAVILA CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - SEGURADO ESPECIAL - APRECIAÇÃO DE PROVA IDÔNEA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDES FÁTICA E JURIDICA - QUESTÃO PROCESSUAL - REEXAME DE PROVA - RECURSO NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Amazonas que estaria em dissonância com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, no que tange ao início de prova material.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Contudo, o acórdão impugnado confirmou a sentença do juízo a quo, com fulcro no início de prova material colacionada aos autos, tais como: carteira de pescador profissional, carteira de sócio da associação de pescadores de Tabatinga/AM, entre outros. Ressalte-se que o início de prova material foi corroborada por prova oral harmônica e coerente.
Cumpre salientar que a jurisprudência pacífica desta Turma Nacional de Uniformização é no sentido de flexibilizar a apresentação do início de prova material para o jurisdicionado dos juizados itinerantes do Amazonas, face às peculiaridades dos casos.
Quanto aos paradigmas apresentados pelo INSS, não apresentam similitudes fática e jurídica em relação ao acórdão guerreado.
De outro norte, esclareço que a discussão acerca dos honorários advocatícios é questão de cunho processual, que não dá espaço ao cabimento de incidente de uniformização de jurisprudência (Lei nº 10.259/01, art. 14, caput c/c Resolução CJF nº 022/2008 - Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, art. 6º, caput) não sendo, portanto, passível de apreciação, conforme o Enunciado da Súmula nº 43 desta Turma Nacional: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
Por fim, é evidente que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fático-probatória, de modo que o julgamento do caso em tela importaria em re-análise da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELO INSS. P. R. I.
Rio de Janeiro,13 de fevereiro de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃOS JUIZ RELATOR

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2007.72.52.000992-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SADI GABRIEL ANTUNES
PROC./ADV.: LUIZ HERMES BRESCOVICI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
RELATOR PARA ACÓRDÃO: JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. DOCUMENTO PARTICULAR NÃO PODE RETROAGIR PARA FINS DE COMPROVAR ATIVIDADE RURAL EM PERÍODO ANTERIOR. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, NÃO PROVIDO.
1. Como o acórdão recorrido deixou de analisar o certificado de reservista do autor como meio hábil à comprovação do exercício de atividade rural, o incidente não merece ser conhecido no que tange à pretensão de reconhecimento daquele documento como início de prova material, pois veicula, no particular, tese jurídica inovadora, reclamando a aplicação da Questão de Ordem nº 10 deste Colegiado.
2. Documentos anteriores não se prestam a comprovar período rural posterior ao início da atividade urbana e, tampouco, pode-se flexibilizar a aceitação de documentos produzidos pela parte e terceiro, sem reconhecimento de firma que caracterize a data da produção do documento e sem efeitos retroativos no tempo.
3. Pedido de uniformização parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais POR UNANIMIDADE CONHECER EM PARTE E, NESTA PARTE, POR MAIORIA NEGAR PROVIMENTO ao pedido de uniformização interposto, na forma do voto-vista e ementa que integram este julgado.
Brasília, 06 de setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.71.95.024335-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NEUSA MARIA DE ANDRADE
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM APÓS 28/05/1998. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. PROVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NA LEGISLAÇÃO. LAUDO EXTEMPORÂNEO. RUÍDO. SÚMULA 32 DA TNU. EPI. SÚMULA 09 DA TNU.
1. "É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período, inclusive após 28 de maio de 1998. Precedentes da própria TNU que cancelou a Súmula 16". (PEDILEF 200461840622448, Relator(a) JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).
2. A efetiva exposição aos agentes nocivos de forma permanente, não ocasional nem intermitente, somente passou a ser exigida a partir da Lei n.º 9.032/95, não sendo possível exigir essa comprovação para períodos anteriores.
3. "Trata-se de entendimento igualmente consolidado nesta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência que a exigibilidade de laudo técnico para comprovação de insalubridade apontada nos formulários DSS-8030 somente se impõe a partir da promulgação da Lei n.º 9.528, de 10/12/1997, que convalidou os atos praticados com base na MP n.º 1.523, de 11/10/1996, alterando o §1º do art. 58 da Lei n.º 8.213/91. A exigência é inaplicável à espécie, que se refere a período anterior". (PEDILEF 200571950189548, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 05/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 24/05/2011, SEÇÃO 1).
4. Revisão da Súmula n. 32 TNU: "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído".
5. Súmula 09 da TNU: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado".
6. "O laudo pericial não contemporâneo, realizado por profissional especializado, consubstancia início razoável de prova material para comprovação das condições especiais de trabalho a que foi submetido o trabalhador". (PEDILEF 200483200008814, Relator(a) JUÍZA FEDERAL MARIA DIVINA VITÓRIA, Data da Decisão 25/04/2007, Fonte/Data da Publicação DJU 14/05/2007).
7. Pedido conhecido e provido, determinando-se o retorno dos autos à TR de origem para adequação do julgado ao entendimento da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização, dar provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 24 de novembro de 2011.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.008903-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DARCI CRUSS
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM APÓS 28/05/1998. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO TEMPORAL DA CONVERSÃO DO PERÍODO TRABALHADO. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. PROVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NA LEGISLAÇÃO.
1. "É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período, inclusive após 28 de maio de 1998. Precedentes da própria TNU que cancelou a Súmula 16". (PEDILEF 200461840622448, Relator(a) JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).
2. A efetiva exposição aos agentes nocivos de forma permanente, não ocasional nem intermitente, somente passou a ser exigida a partir da Lei n.º 9.032/95, não sendo possível exigir essa comprovação para períodos anteriores.
3. "Trata-se de entendimento igualmente consolidado nesta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência que a exigibilidade de laudo técnico para comprovação de insalubridade apontada nos formulários DSS-8030 somente se impõe a partir da promulgação da Lei n.º 9.528, de 10/12/1997, que convalidou os atos praticados com base na MP n.º 1.523, de 11/10/1996, alterando o §1º do art. 58 da Lei n.º 8.213/91. A exigência é inaplicável à espécie, que se refere a período anterior". (PEDILEF 200571950189548, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 05/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 24/05/2011, SEÇÃO 1).
4. Pedido conhecido e provido, determinando-se o retorno dos autos à TR de origem para adequação do julgado ao entendimento da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 24 de novembro de 2011.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.33.00.702352-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: THEREZINHA REIS DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 42 DA TNU. MATÉRIA DE FATO. REEXAME. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
4. Agravo regimental da DPU improvido, confirmando-se a decisão do Presidente da TNU, que não admitiu o Incidente de Uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 15 de dezembro de 2011.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.38.00.731225-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NADIR MARIA GOMES
PROC./ADV.: SIRLEI ALVES DE ABREU
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 41 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 13. SÚMULA 42 DA TNU. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. Jurisprudência consolidada na Súmula 41 da TNU: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto".
2. A decisão recorrida foi dada em conformidade ao entendimento da TNU, devendo ser aplicada a Questão de Ordem n. 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
3. Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
4. Agravo regimental do INSS improvido, confirmando-se a decisão do Presidente da TNU, que não admitiu o Incidente de Uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização negar provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 15 de dezembro de 2011.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.61.001840-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ DA SILVA RODRIGUES
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. RECOLHIMENTOS POST MORTEM. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU.
1."O vínculo previdenciário do trabalhador autônomo, para fins de concessão do benefício de pensão por morte a seus dependentes, depende do regular recolhimento das contribuições pelo próprio segurado, conforme previsto no artigo 30, inciso II, da Lei 8.212/91. (2). Não é possível a concessão do benefício de pensão por

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

morte aos dependentes do segurado falecido, contribuinte individual que não efetuou o recolhimento das contribuições respectivas à época, não havendo amparo legal para a dita inscrição post mortem ou para que sejam descontadas as contribuições pretéritas, não recolhidas pelo de cujus, do benefício da pensão por morte percebido pelos herdeiros. (Processo nº 2005.72.95.013310-7, Relator Juiz Federal Marcos Roberto Araújo dos Santos, DJ de 21/05/2007)". (PEDILEF 200670950069697, Relator(a) JUÍZA FEDERAL DANIELE MARANHÃO COSTA, Data da Decisão 17/12/2007, Fonte/Data da Publicação DJU 24/01/2008).

2. "Enquanto, de acordo com o disposto no inciso II do art. 30 da Lei nº 8.212/91, a responsabilidade pelo pagamento das contribuições previdenciárias incumbia diretamente ao contribuinte individual sócio-gerente, a filiação ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS não decorria automaticamente do exercício de atividade remunerada, mas, sim, do exercício da atividade associado ao efetivo recolhimento das contribuições, sendo, por isso, incabível, para fins de obtenção de pensão por morte, a regularização contributiva posterior ao óbito, mediante o recolhimento post mortem das contribuições previdenciárias ou mediante o desconto/abatimento das contribuições pretéritas sobre os proventos da própria pensão. Precedentes". (PEDILEF 200783005268923, Relator(a) JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 21/11/2008 Fonte/Data da Publicação DJ 11/12/2008).

3. Incidente não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
Juiz Federal ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2005.71.95.010459-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO FORTUNATO SARTORI
PROC./ADV.: HERMES BUFFON
PROC./ADV.: IVANI PETERLE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PERÍODO DE ATIVIDADE ESPECIAL. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA. IRRETROATIVIDADE DO COMANDO DA LEI 9.032. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À EPOCA (HABITUALIDADE E INTERMITÊNCIA). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE.

1. Acórdão da 1ª Turma Recursal mantém sentença que julgou improcedente o reconhecimento de período de atividade especial (03/07/1989 a 02/12/2003), no qual o segurado estaria exposto ao agente insalubre (defensivos agrícolas) ocasionalmente, e não com habitualidade e da permanência.

2. Sustenta o recorrente no seu Pedido de Uniformização que o acórdão recorrido contrariou entendimento consolidado do STJ (REsp 658.016/SC) no sentido de que a exigência dos requisitos de habitualidade e permanência somente se dá a partir da entrada em vigor da Lei 9.032, de 28 de abril de 1995, que alterou o § 3º do art. 57 da Lei 8.213/91.

3. O incidente foi inadmitido pela Presidente da 2ª Turma Recursal ao fundamento de ausência da recorrente não ter demonstrado de forma hábil a jurisprudência dominante do STJ. Feito o pedido de admissão junto à TNU, o seu Exmo Presidente admitiu o incidente por entender configurado o dissídio jurisprudencial.

4. Há similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido, que desconsidera período de suposta atividade especial (ruído), anterior à entrada em vigor da Lei 9.032, de 28 de abril de 1995, ao argumento de não restar atendidos os requisitos da habitualidade e da permanência; enquanto os arestos paradigmas do STJ (REsp 658.016/SC) assenta que "considerando-se a legislação vigente à época em que o serviço foi prestado, não se pode exigir a comprovação à exposição a agente insalubre de forma permanente, não ocasional e nem intermitente, uma vez que tal exigência somente foi introduzida pela Lei nº. 9.032/95". Pedido de Uniformização conhecido.

5. No mérito, é assente tanto no âmbito do STJ quanto desta Turma Nacional que a dupla exigência da habitualidade e da permanência somente pode dar-se a partir de 29 de abril de 1995, quando entrou em vigor a Lei 9.032, que alterou a redação do § 3º do art. 57 da Lei 8.213/91. Considerando que o requisito permanência - no sentido de que é a exposição experimentada pelo segurado durante o exercício de todas as suas funções, inclusive as administrativas, desde que seja em ambiente de trabalho cuja nocividade tenha sido constatada - tem caráter restritivo, vedada é a sua aplicação retroativa. Aplicação do princípio do "Tempus regit actum". Precedentes nesta Turma Nacional (PEDILEFs 2004.51.51.061982-7; 2007.70.95.012758-6; 2007.71.95.022763-7).

6. Pedido de Uniformização conhecido e provido parcialmente para o fim de determinar a baixa dos autos à Turma Recursal de origem para que, a partir da premissa de que no período anterior a 29/04/1995, data da entrada em vigor da Lei 9032, que alterou o § 3º do art. 57 da lei 8.213/91, não se considere a exposição permanente do segurado a agentes nocivos, mas sim a exposição habitual e intermitente, reexamine o conjunto probatório constante dos autos, relativamente ao período objeto da ação, proferindo nova decisão.

Brasília, 24 de novembro de 2011.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao presente Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Juiz Federal PAULO ARENA
Relator

DESPACHOS DO JUIZ RELATOR

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2008.71.58.008325-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DIRCEU MIGUEL VANONE
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

DESPACHO

Compulsando os autos, verifico que fui Relator do voto condutor do acórdão recorrido. Assim, determino à Secretaria da TNU que proceda a redistribuição do feito a outro Relator.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
Juiz Federal ADEL AMERICO DIAS DE OLIVEIRA
Relator

ATOS ORDINATÓRIOS

AUTOS FÍSICOS

O processo abaixo relacionado encontra-se com vistas ao embargado para resposta aos embargos de declaração

PROCESSO: 2008.70.53.003020-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: PEDRO ANTONIO PIVETA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA
PROC./ADV.: AMARO HEITOR DANTAS.
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

O processo abaixo relacionado encontra-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça

PROCESSO: 2009.70.95.000316-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: FRANCISCO NATEL DE CAMARGO NETO
PROC./ADV.: ANTONIO MIOZZO
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA

ATOS ORDINATÓRIOS

AUTOS VIRTUAIS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça

PROCESSO: 2007.71.60.004050-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: ROSÂNGELA ALVES LEITE PEREIRA
PROC./ADV.: REGIANE ALVES LEITE
SUSCITADO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
PROCESSO: 0506068-96.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: JOSÉ IRAN SOARES
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO VIEIRA MARTINS
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0500602-24.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: MARIA TAIS DE SOUSA LISBOA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO VIEIRA MARTINS
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0510542-76.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 1, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

PROCESSO ÉTICO COFEN Nº. 037/2011
PARECER DE RELATOR COFEN Nº. 156/2011
RELATOR: Carlos Rinaldo Nogueira Martins Portaria COFEN nº. 899 de 27.09.2011.
ORIGEM: PE COREN SP Nº. 037/2010
DENUNCIANTE: Neide Aparecida Cruz - presidente da Pousada Luz Divina.
DENUNCIADA/RECORRENTE: Enfermeira: Drª. Ângela Regina dos Santos COREN - SP nº. 135.721 - QI
DENÚNCIA: Rasuras em livros, desentendimento com os funcionários e ameaças ao telefone.
Visto analisado e relatado os autos do Processo Ético COFEN nº. 037/2011, originário do COREN-SP nº. 037/2010. O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 412ª Reunião Ordinária de Plenário, por deliberação da maioria de seus membros, ACORDA:
1) Conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento absolvendo a denunciada da acusação imputada.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

CARLOS RINALDO NOGUEIRA MARTINS
Relator

ACÓRDÃO Nº 3, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 029/2011
PARECER DE RELATOR COFEN Nº 003/2012
RELATOR (pediu vistas): Carlos Rinaldo Nogueira Martins. Portaria COFEN nº 1161/2011.
ORIGEM: PROCESSO ÉTICO COREN PI Nº 007/2009.
DENUNCIANTE: Francisco das Chagas dos Santos. RG nº 1.841.478 - SSP - PI.
DENUNCIADA: Auxiliar de enfermagem Maria do Socorro Vieira Marques dos Santos COREN PI nº 599.845.
DENÚNCIA: Maus tratos à paciente Rosilene Maria dos Santos, realização de episiotomia e parto normal e extravio de registro em prontuário. Infração aos artigos do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE): 5º, 9º, 12, 18, 20, 21, 32, 33, 48, 56, 59, 72, 73, 77, 78.
Vistos, analisados e relatados os autos do Processo Ético COFEN nº 029/2011, originário do COREN-PI.
ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem, em sua 412ª Reunião Ordinária do Plenário realizada nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro de 2012, por maioria dos votos de seus Conselheiros, em não aprovar o voto do relator e anular a Decisão COREN PI nº 015/2011 constante nos autos por falta de competência do regional para o ato, imputando à denunciada a pena de CASSAÇÃO DO DIREITO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL por 05 anos por infração aos artigos 5º, 9º, 12, 18, 33, 48, 56, 72, 73 do Código de Ética dos profissionais de enfermagem aprovado pela Resolução COFEN 311/2007, nos termos do voto da conselheira Ivone Martini de Oliveira. Cabendo recurso para a Assembleia Geral dos Delegados Regionais no prazo de 15 (quinze) dias em atendimento ao art. 137 do Código de Processo Ético dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen Nº 370/2010.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

CARLOS RINALDO NOGUEIRA MARTINS
Conselheiro

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6244/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7328-390/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º e 4º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988, nos termos do voto divergente do Conselheiro Antônio Gonçalves Pinheiro. Brasília, 05 de outubro de 2011. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente; CELSO MURAD, Secretário; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator; ANTÔNIO GONÇALVES PINHEIRO, Voto Divergente; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Corregedor.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0551/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 0009/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 97 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 67 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 05 de outubro de 2011. (data do julgamento) LUIZ NÓDGI NOGUEIRA FILHO, Presidente da Sessão; EDEVARD JOSÉ DE ARAÚJO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3804/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 6814-396/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei 3.268/57, abrandando para a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por unanimidade por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 06 de outubro de 2011. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Presidente; EDEVARD JOSÉ DE ARAÚJO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3155-079/2009 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Geirais (Processo nº 1394/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, reformando a decisão da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, que manteve a decisão do Conselho de origem, de absolvição do recorrido, para aplicar-lhe a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 30 e 62 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 2º e 37 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 17 de novembro de 2011. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'AVILA, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7980/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (Processo nº 0002/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando por maioria a infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), extinguindo a punibilidade em relação ao artigo 2º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto divergente/vencedor do Sr. Conselheiro Paulo Ernesto Coelho de Oliveira. Brasília, 16 de novembro de 2011. (data do julgamento) CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Presidente da Sessão; PAULO ERNESTO COELHO DE OLIVEIRA, Voto Divergente/Vencedor

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9624/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Processo nº 0039/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 14 e 30 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 20 de janeiro de 2012. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Presidente; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7133/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 162/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; MAKHOUL MOUSSALLEM, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3212/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 0065/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator ad hoc. Brasília, 31 de agosto de 2011. (data do julgamento) JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator ad hoc.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1771/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Sindicância nº 0177/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 21 de novembro de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9268/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 115.993/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor das apeladas, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração ao artigo 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de fevereiro de 2012. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

Brasília-DF, 1º de março de 2012.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 2010.08.00875-05. Recorrente: E.L.J. (Adv.: Ricardo Costa Maguetas OAB/PR 28.275 e outros). Recorrida: Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). EMENTA N. 003/2012/SCA: Processo Disciplinar. Captação de clientela, através de publicidade imoderada/panfletagem. A ausência de sustentação oral do Representeado não é causa de nulidade do processo. Infração prevista no art. 34, IV, do EAOAB, devidamente comprovada nos autos do processo. Recurso conhecido e desprovido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em conhecer do recurso, dando-lhe total desprovimento, mantendo incólume a decisão recorrida, que aplicou ao Recorrente a pena de censura, pela prática da infração prevista no art. 34, IV, da Lei 8.906/94. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 14 de fevereiro de 2012. Márcia Machado Melaré, Presidente. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator. RECURSO N. 2010.08.03618-05/SCA-TTU - Embargos de Declaração. Matéria afetada ao Pleno da Segunda Câmara. Embargante: C.H.F.S. (Adv.: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560-B.) Embargado: Acórdão de fls. 378/379, da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Paraná, R.C. (Adv.: Fernanda Maria Oliveira OAB/PR 26.357.) Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). EMENTA N. 004/2012/SCA: Embargos de declaração. Não conhecimento. Impõese o não conhecimento de reiterados embargos de declaração quando a decisão embargada não possui omissões, contradições ou obscuridades. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 14 de fevereiro de 2012. Márcia Machado Melaré, Presidente. Ulisses César Martins de Sousa, Relator. RECURSO N. 2010.08.03890-05/SCA-STU. Recorrente: Presidente Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Recorridos: D.I.A.M. (Adv.: Daltro Ivã Alves Marques OAB/RS 35.004), Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Interessado: A.M.F. (Adv.: Braulino Emílio Soares OAB/RS 17.419.) Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA N. 005/2012/SCA. RECURSO MANUSEADO EM FACE DE DECISÃO PROFERIDA POR MAIORIA DOS VOTOS DOS MEMBROS DA SEGUNDA TURMA DESTA SEGUNDA CAMARA - POSSIBILIDADE - DECISÃO QUE RECONHECE A INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO INTERPOSTO POR SECCIONAL - TERMO INICIAL PARA CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL É DATA DA SESSÃO QUE PROCLAMA RESULTADO DO JULGAMENTO - LEGITIMIDADE DO PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL PARA RECORRER IMPESSOALIDADE - RECURSO QUE SE CONHECE E NEGA PROVIMENTO. 1) Cabível recurso à 2ª Câmara do Conselho Federal contra decisão proferida por maioria dos membros dos órgãos fracionados da 2ª Câmara do Conselho Federal. 2) O termo inicial para Presidente de Seccional interpor recurso previsto no parágrafo único do artigo 95 do EAOAB é a data da proclamação do resultado do julgamento do processo que enseja recurso. 3) O termo Presidente do Conselho Seccional contido no parágrafo único do artigo 95 do EAOAB não é pessoal e sim funcional, respondendo pela função o Conselheiro que estiver no exercício da Presidência. 4) Recurso conhecido e negado provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acórdãos os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 14 de fevereiro de 2012. Márcia Machado Melaré, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator.

Brasília, 1º de março de 2012.
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente

MACHADO DE ASSIS
Patrono da Imprensa Nacional
Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa.
Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do Diário Oficial, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono in memoriam da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.
MACHADO DE ASSIS
MACHADO DE ASSIS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS